PRESIDENTE
Desª. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO
VICE-PRESIDENTE
Des. RONALDO MARQUES VALLE
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
Desª. ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA
CONSELHO DA MAGISTRATURA
Desª. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO
Desª. EZILDA PASTANA MUTRAN
Des. RONALDO MARQUES VALLE
Desª. ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
Desª. ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA
Desª. EVA DO AMARAL COELHO
Desª. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

DESEMBARGADORES

RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES
LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO
VÂNIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA
VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO
MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS
RICARDO FERREIRA NUNES
LEONARDO DE NORONHA TAVARES
CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO
MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES
LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR
DIRACY NUNES ALVES
RONALDO MARQUES VALLE
GLEIDE PEREIRA DE MOURA
JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO
MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO
MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO
ROBERTO GONÇALVES DE MOURA
MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE
LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO
MAIRTON MARQUES CARNEIRO
EZILDA PASTANA MUTRAN
MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA
ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA
JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR
ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
EVA DO AMARAL COELHO

SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO
Plenário da Seção de Direito Público
Sessões às terças-feiras
Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento
Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro
Desembargadora Diracy Nunes Alves (Presidente)
Desembargador José Maria Teixeira do Rosário
Desembargador Roberto Gonçalves de Moura
Desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto
Desembargadora Ezilda Pastana Mutran
Desembargadora Maria Elvina Gemaque Taveira
Desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
Plenário da Seção de Direito Privado
Sessões às quintas-feiras
Desembargador Constantino Augusto Guerreiro
Desembargador Ricardo Ferreira Nunes (Presidente)
Desembargador Leonardo de Noronha Tavares
Desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães
Desembargadora Gleide Pereira de Moura
Desembargadora Maria do Ceo Maciel Coutinho
Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque
Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior
Juiz Convocado José Torquato de Araújo de Alencar
Juiz Convocado Amilcar Roberto Bezerra Guimarães

1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO
Plenário de Direito Privado
Sessões às segundas-feiras
Desembargador Constantino Augusto Guerreiro
Desembargador Leonardo de Noronha Tavares
Desembargadora Maria do Ceo Maciel Coutinho
Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque
Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior (Presidente)

2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO
Plenário de Direito Privado
Sessões às terças-feiras
Desembargador Ricardo Ferreira Nunes
Desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães (Presidente)
Desembargadora Gleide Pereira de Moura
Juiz Convocado José Torquato de Araújo de Alencar
Juiz Convocado Amilcar Roberto Bezerra Guimarães

1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO
Plenário de Direito Público
Sessões às segundas-feiras
Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro
Desembargador Roberto Gonçalves de Moura (Presidente)
Desembargadora Ezilda Pastana Mutran
Desembargadora Maria Elvina Gemaque Taveira
Desembargadora Rosileide Maria da Costa

2ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO
Plenário de Direito Público
Sessões às segundas-feiras
Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento
Desembargadora Diracy Nunes Alves
Desembargador José Maria Teixeira do Rosário (Presidente)
Desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto

SEÇÃO DE DIREITO PENAL
Plenário da Seção de Direito Penal
Sessões às segundas-feiras
Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes
Desembargadora Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
Desembargadora Vânia Lúcia Carvalho da Silveira
Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos
Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior
Desembargador Ronaldo Marques Vale
Desembargador Maria Edwiges de Miranda Lobato
Desembargador Mairton Marques Carneiro (Presidente)
Desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias
Desembargadora Eva do Amaral Coelho
Juiz Convocado Altemar da Silva Paes

1ª TURMA DE DIREITO PENAL
Plenário de Direito Penal
Sessões às terças-feiras
Desembargadora Vânia Lúcia Carvalho da Silveira (Presidente)
Desembargador Maria Edwiges de Miranda Lobato
Desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias

2ª TURMA DE DIREITO PENAL
Plenário de Direito Penal
Sessões às terças-feiras
Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes
Desembargadora Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha (Presidente)
Desembargador Ronaldo Marques Vale
Juiz Convocado Altemar da Silva Paes

3ª TURMA DE DIREITO PENAL
Plenário de Direito Penal
Sessões às quintas-feiras
Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos (Presidente)
Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior
Desembargador Mairton Marques Carneiro
Desembargadora Eva do Amaral Coelho

SUMÁRIO

PRESIDÊNCIA ---- 5
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA ---- 12
COORDENADORIA DOS PRECATÓRIOS ---- 14
SECRETARIA JUDICIÁRIA ---- 21
SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO ---- 29
UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO- UPJ 46
CEJUSC
PRIMEIRO CEJUSC BELÉM ---- 226
SEÇÃO DE DIREITO PENAL ---- 227
TURMAS DE DIREITO PENAL
UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PENAL - UPJ ---- 240
COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS
SECRETARIA DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL ---- 244
SECRETARIA DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MOSQUEIRO ---- 246
DIVISÃO DE REGISTRO DE ACÓRDÃOS E JURISPRUDÊNCIA ---- 261
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS ---- 265
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ---- 287
FÓRUM CÍVEL
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 1 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL - 288
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 2 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL - 306
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 3 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL - 310
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 4 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL - 313
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 5 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL - 315
SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL ---- 319
UPJ DAS VARAS DE FAMÍLIA DA CAPITAL - 5 VARA DE FAMÍLIA ---- 342
UPJ DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - 2 VARA DA FAZENDA ---- 344
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 10 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL 346
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 12 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL 371
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 13 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL 373
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 14 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL 375
FÓRUM CRIMINAL
DIRETORIA DO FÓRUM CRIMINAL ---- 376
SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 378
SECRETARIA DA 4ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 381
SECRETARIA DA 6ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 385
SECRETARIA DA 8ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 392
SECRETARIA DA 10ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 394
SECRETARIA DA 4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM ---- 395
SECRETARIA DA 3ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER -- 396
FÓRUM DE ICOARACI
SECRETARIA DA VARA DE FAMILIA DISTRITAL DE ICOARACI ---- 406
SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI ---- 407
FÓRUM DE ANANINDEUA
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA ---- 415
SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMÍLIA DE ANANINDEUA ---- 419
SECRETARIA DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE ANANINDEUA ---- 429
SECRETARIA DA VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE ANANINDEUA ---- 445
SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA ---- 449
SECRETARIA DA 4ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA ---- 456
FÓRUM DE BENEVIDES

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES ---- 461
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE BENEVIDES ---- 465
SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES ---- 467
FÓRUM DE MARITUBA
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE MARITUBA ---- 469
EDITAIS
COMARCA DA CAPITAL - EDITAIS ---- 473
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 1 VARA - EDITAIS ---- 475
JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO ---- 479
COMARCA DE ABAETETUBA
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA ---- 481
COMARCA DE MARABÁ
SECRETARIA DA VARA AGRÁRIA DE MARABÁ ---- 503
SECRETARIA DA 3ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ ---- 504
COMARCA DE SANTARÉM
UPJ DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE SANTARÉM ---- 505
COMARCA DE ALTAMIRA
SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA ---- 507
COMARCA DE CASTANHAL
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CASTANHAL ---- 508
SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL ---- 512
SECRETARIA DA VARA AGRÁRIA DE CASTANHAL ---- 514
COMARCA DE BARCARENA
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA ---- 515
COMARCA DE SANTA MARIA DO PARÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SANTA MARIA DO PARÁ ---- 522
COMARCA DE PARAUAPEBAS
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DE PARAUAPEBAS - 2 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL 529
COMARCA DE ITAITUBA
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE ITAITUBA ---- 530
COMARCA DE URUARÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE URUARÁ ---- 532
COMARCA DE PARAGOMINAS
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS ---- 537
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE PARAGOMINAS ---- 539
COMARCA DE DOM ELISEU
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE DOM ELISEU ---- 574
COMARCA DE JURUTI
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE JURUTI ---- 577
COMARCA DE ORIXIMINA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ORIXIMINA ---- 579
COMARCA DE OBIDOS
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE OBIDOS ---- 581
COMARCA DE GOIANÉSIA DO PARÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE GOIANÉSIA DO PARÁ ---- 586
COMARCA DE CURRALINHO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE CURRALINHO ---- 587
COMARCA DE SANTA IZABEL DO PARÁ
SECRETARIA DA VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ ---- 589
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ ---- 590

COMARCA DE MOJÚ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MOJÚ ---- 592
COMARCA DE CACHOEIRA DO ARARI
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE CACHOEIRA DO ARARI ---- 609
COMARCA DE XINGUARA
SECRETARIA DA 2 VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE XINGUARA ---- 611
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE XINGUARA ---- 620
COMARCA DE GARRAFÃO DO NORTE
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE GARRAFÃO DO NORTE ---- 661
COMARCA DE MELGAÇO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MELGAÇO ---- 663
COMARCA DE AFUÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE AFUÁ ---- 665
COMARCA DE NOVA TIMBOTEUA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE NOVA TIMBOTEUA ---- 744
COMARCA DE OEIRAS DO PARÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE OEIRAS DO PARÁ ---- 748
COMARCA DE NOVO REPARTIMENTO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE NOVO REPARTIMENTO ---- 787
COMARCA DE SOURE
GABINETE DA VARA ÚNICA DE SOURE ---- 796
COMARCA DE BONITO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BONITO ---- 801
COMARCA DE SANTA LUZIA DO PARÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SANTA LUZIA DO PARÁ ---- 802
COMARCA DE BREU BRANCO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BREU BRANCO ---- 806
COMARCA DE BRASIL NOVO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BRASIL NOVO ---- 812
COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA ---- 814
COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS ---- 835
COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA ---- 836
COMARCA DE SÃO FÉLIX DO XINGU
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO FÉLIX DO XINGU ---- 843
COMARCA DE TOME - AÇU
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE TOMÉ - AÇU ---- 845
COMARCA DE SENADOR JOSE PORFIRIO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SENADOR JOSE PORFIRIO ---- 876
COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ ---- 886
COMARCA DE VIGIA
SECRETARIA DA VARA UNICA DE VIGIA ---- 888
COMARCA DE VISEU
SECRETARIA DA VARA UNICA DE VISEU ---- 889

PRESIDÊNCIA

A Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no uso de suas atribuições regimentais e legais, RESOLVE:

PORTARIA N° 3924/2021-GP. Belém, 18 de novembro de 2021.

CONSIDERANDO os termos do art. 4° da Lei n° 13.140/2015, art. 8º, §1º, da Resolução nº 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça, e art. 5º, da Resolução nº 24/2018-TJPA;

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2021/34710,

Art. 1º DESIGNAR os Conciliadores e Mediadores Judiciais em formação abaixo relacionados para atuarem junto ao 1º CEJUSC de Santarém, até 13 de setembro de 2022.

Mediador/Conciliador Judicial	**Tipo de atuação**
FERNANDA ALAINE SANTOS CAMPOS	Conciliadora Judicial em Formação
JÉSSICA CASTRO RAMALHO	Mediadora Judicial em Formação
JÉSSICA DO NASCIMENTO BRITO	Mediadora Judicial em Formação
KEULY SOARES VIEIRA DA SILVA	Mediadora Judicial em Formação
LUANA DE BRITO PANTOJA	Mediadora Judicial em Formação
MARIA REGINA ARRUDA BARRETO	Mediadora Judicial em Formação
RAFAEL FIORETTI DE CAMARGO	Mediador Judicial em Formação
GASBRIELY CAMPOS DE OLIVEIRA	Conciliadora Judicial em Formação

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 3938/2021-GP. Belém, 18 de novembro de 2021.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-REQ-2021/11255,

NOMEAR o bacharel **HYGOR ELIOMAR MODESTO SANTIAGO**, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Juiz, REF-CJS-2, junto ao Gabinete do Juízo da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Capanema, a contar de 04/10/2021.

PORTARIA Nº 3962/2021-GP. Belém, 18 de novembro de 2021.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-REQ-2021/11387,

DESIGNAR a servidora MARCIONILIAN BANDEIRA LIMA SOARES, matrícula nº 117391, para responder pela Função Gratificada de Chefe de Serviço, REF-FG-2, junto ao Serviço de Fiscalização da Arrecadação dos Serviços Extrajudiciais, durante o afastamento por férias da titular, Suely Yumi Dohara, matrícula nº

125202, retroagindo seus efeitos ao período de 16/10/2021 a 28/10/2021.

PORTARIA N° 3871/2021-GP. Belém, 18 de novembro de 2021.

CONSIDERANDO os termos do art. 4° da Lei n° 13.140/2015, art. 8º, §1º, da Resolução nº 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça, e art. 5º, da Resolução nº 24/2018-TJPA;

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2021/4093L,

Art. 1º DESIGNAR os(as) Conciliadores(as) e Mediadores(as) Judiciais em formação abaixo relacionados (as) para atuarem junto ao 1º CEJUSC de Parauapebas, pelo período de 12 meses.

Mediador/Conciliador Judicial	**Tipo de atuação**
AMANDA CAROLINE MELO LEMOS	MEDIADORA
CIBELE NEIVA DO RÊGO MONTEIRO	MEDIADORA
EDIRAN MARINQUES SOUZA OLIVEIRA	MEDIADOR
GUSTAVO SILVA PACHECO	MEDIADOR
JOSELMA GOMES BASTOS	MEDIADORA
MARCO AURÉLIO FURTADO DE SOUZA	MEDIADOR
NELBA SILVA SARAIVA	MEDIADORA
VANÉZIA ARAÚJO DA SILVA	MEDIADORA
VILZA MACEDO LIMA	MEDIADORA
RAQUEL DOS SANTOS ARAÚJO	CONCILIADORA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA N° 3873/2021-GP. Belém, 18 de novembro de 2021.

CONSIDERANDO os termos do art. 4° da Lei n° 13.140/2015, art. 8º, §1º, da Resolução nº 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça, e art. 5º, da Resolução nº 24/2018-TJPA;

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2021/4093M,

Art. 1º DESIGNAR os(as) Mediadores(as) Judiciais em formação abaixo relacionados(as) para atuarem junto ao 1º CEJUSC de Santarém, pelo período de 12 meses.

Mediador/Conciliador Judicial
Ana Kalidaza Viana Ferreira
Andriana Leite da Rocha
Ataliana Leite da Rocha

Elisabete de Oliveira Aquino Sequeira
Evaldo Sena de Sousa
Hingresson Miller da Silva
Luciana da Rocha Batista Pessoa
Milena de Nazaré Pantoja Carvalho
Nayara Alves de Jesus
Pâmela Elizabeth Pacheco Baró
Silvania de Melo Bezerra

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA N° 3874/2021-GP. Belém, 18 de novembro de 2021.

CONSIDERANDO os termos do art. 4° da Lei n° 13.140/2015, art. 8º, §1º, da Resolução nº 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça, e art. 5º, da Resolução nº 24/2018-TJPA;

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2021/27488,

Art. 1º DESIGNAR os(as) Mediadores(as) Judiciais voluntários(as) abaixo relacionados(as) para atuarem junto ao 7º CEJUSC/UFPA, mantendo-os à disposição da 2ª Vara de Família da Comarca de Belém, pelo período de 12 meses.

Mediador/Conciliador Judicial	**Tipo Atuação**
ANA MARIA GOMES SOARES	Mediadora Judicial
ADRIANA STEHLICK MARCONDES	Mediadora Judicial
PAULO ANDRE ALONSO DE SOUSA	Mediador Judicial em formação

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA N° 3875/2021-GP. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando os termos do art. 4° da Lei n° 13.140/2015, art. 8°, §1°, da Resolução n° 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça, e art. 5°, I) da Resolução nº 24/2018-TJPA;

Considerando o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-DES-2021/185935,

Art. 1º DESIGNAR o senhor BERNARDO COIMBRA E LIMA para exercer a função de Mediador Judicial Voluntário junto ao 1º CEJUSC da Capital, pelo período de 12 (doze) meses.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 3977/2021-GP. Belém, 18 de novembro de 2021. *Republicada por retificação.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-REQ-2021/11692,

RELOTAR a servidora THAIS BORDALO GOMES, Analista Judiciário - Área Judiciária, matrícula nº 143766, no Gabinete da 1ª Vara de Inquéritos Policiais da Comarca de Belém.

PORTARIA N° 3978/2021-GP. Belém, 19 de novembro de 2021.

Considerando o deferimento do pedido formulado pela Juíza de Direito Talita Danielle Costa Fialho Messias dos Santos para afastamento de suas funções para conclusão do Curso de Mestrado em Direito;

Considerando, ainda, os termos da Portaria Nº 3892/2021-GP que designou o Juiz de Direito Ivan Delaquis Perez para responder pela 1ª Vara Cível e Empresarial de Santa Izabel do Pará,

CESSAR OS EFEITOS da Portaria Nº 2701/2021-GP, que designou a Juíza de Direito Talita Danielle Costa Fialho Messias dos Santos, titular da Comarca de Santa Luzia do Pará, para responder, com prejuízo de sua jurisdição, pela 1ª Vara Cível e Empresarial de Santa Izabel do Pará, a contar de 17 de novembro do ano de 2021.

PORTARIA N° 3980/2021-GP. Belém, 19 de novembro de 2021.

Considerando o gozo de férias e folgas, por compensação de plantão, do Juiz de Direito Alessandro Ozanan,

DESIGNAR o Juiz de Direito Deomar Alexandre de Pinho Barroso, titular da Vara de Execuções Penal da Região Metropolitana de Belém, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 13ª Vara Criminal da Capital, no período de 26 a 28 de novembro do ano de 2021.

PORTARIA N° 3981/2021-GP. Belém, 19 de novembro de 2021.

Considerando o gozo de férias e folgas, por compensação de plantão, do Juiz de Direito Alessandro Ozanan,

RETIFICAR a Portaria Nº 3918/2021-GP, designando a Juíza de Direito Cristina Sandoval Collyer, titular da 3ª Vara Criminal da Capital, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 13ª Vara Criminal da Capital, no período de 29 de novembro a 05 de dezembro do ano de 2021.

PORTARIA Nº 3982/2021-GP. Belém, 19 de novembro de 2021.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-PRO-2021/03911,

Art. 1º EXONERAR, a pedido, a servidora CAMILA NOBRE LIMA MENDES, Auxiliar Judiciário, matrícula nº 143987, do Cargo em Comissão de Assessor de Juiz, REF-CJS-2, junto ao Gabinete do Juízo da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Castanhal, a contar de 28/10/2021.

Art. 2º EXONERAR, a pedido, a servidora CAMILA NOBRE LIMA MENDES, matrícula nº 143987, do cargo de Auxiliar Judiciário, lotada na 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Castanhal, a contar de 28/10/2021, de acordo com o art.59 da Lei n° 5810, de 24/01/1994, Regime Jurídico Único dos Servidores do Estado do Pará.

Art. 3º Resguardar o direito à recondução ao cargo efetivo, nas hipóteses do art. 57, inciso I, do citado diploma legal.

PORTARIA Nº 3983/2021-GP. Belém, 19 de novembro de 2021.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-PRO-2021/03922,

Art. 1º EXONERAR, a pedido, o servidor DARLAN OLIVEIRA CAVALCANTE, matrícula nº 126632, do cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária, lotado na 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Benevides, a contar do dia 04/11/2021, de acordo com o art.59 da Lei n° 5810, de 24/01/1994, Regime Jurídico Único dos Servidores do Estado do Pará.

Art. 2º Resguardar o direito à recondução nas hipóteses do art. 57, inciso I, do citado diploma legal.

PORTARIA Nº 3984/2021-GP. Belém, 19 de novembro de 2021.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2021/41849,

DESIGNAR o servidor FABRICIO NOGUEIRA RODRIGUES, Analista Judiciário - Engenharia Civil, matrícula nº 70254, para responder pelo Cargo em Comissão de Secretário, REF-CJS-8, junto à Secretaria de Engenharia e Arquitetura deste Egrégio Tribunal de Justiça, durante o afastamento por férias da titular, Silene Bessa Campelo de Souza Menezes, matrícula nº 108995, no período de 03/01/2022 a 17/01/2022.

PORTARIA Nº 3985/2021-GP. Belém, 19 de novembro de 2021.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2021/41849,

DESIGNAR o servidor ANTÔNIO WILDES LOPES ROCHA, Analista Judiciário - Engenharia Civil, matrícula nº 66320, para responder pela chefia da Divisão de Projetos da Secretaria de Engenharia e Arquitetura deste Egrégio Tribunal de Justiça, durante o impedimento do titular, Fabrício Nogueira Rodrigues, matrícula nº 70254, no período de 03/01/2022 a 17/01/2022.

PORTARIA Nº 3986/2021-GP. Belém, 19 de novembro de 2021.

CONSIDERANDO o resultado do Concurso de Remoção de Servidores de 2019, constante do Edital nº 001/2020-CRS/TJPA, publicado no DJE nº 7009/2020, de 13/10/2020,

REMOVER a servidora NARIAM OLIVEIRA NEVES, Auxiliar Judiciário, matrícula nº 146200, da Comarca de Rondon do Pará, para a Vara Única da Comarca de Augusto Corrêa.

PORTARIA Nº 3987/2021-GP. Belém, 19 de novembro de 2021.

CONSIDERANDO o resultado do Concurso de Remoção de Servidores de 2019, constante do Edital nº 001/2020-CRS/TJPA, publicado no DJE nº 7009/2020, de 13/10/2020,

REMOVER a servidora GLEYCE KELLY SOUZA DA SILVA, Analista Judiciário - Área Judiciária, matrícula nº 171760, da Comarca de Portel, para a Vara Criminal da Comarca de Bragança.

PORTARIA Nº 3988/2021-GP. Belém, 19 de novembro de 2021.

CONSIDERANDO o resultado do Concurso de Remoção de Servidores de 2019, constante do Edital nº 001/2020-CRS/TJPA, publicado no DJE nº 7009/2020, de 13/10/2020,

REMOVER o servidor DANILO CEZAR COELHO DE SOUZA FIGUEIREDO, OFicial de Justiça Avaliador, matrícula nº 157767, da Comarca de Anapu, para a Central de Mandados da Comarca de Capitão Poço.

PORTARIA Nº 3989/2021-GP. Belém, 19 de novembro de 2021.

CONSIDERANDO o resultado do Concurso de Remoção de Servidores de 2019, constante do Edital nº 001/2020-CRS/TJPA, publicado no DJE nº 7009/2020, de 13/10/2020,

REMOVER a servidora DAIANA CYNTIA SOUSA DA COSTA, Analista Judiciário - Área Judiciária, matrícula nº 154482, da Comarca de São João do Araguaia, para a 3ª Vara Criminal da Comarca de Marabá.

PORTARIA Nº 3990/2021-GP. Belém, 19 de novembro de 2021.

CONSIDERANDO o resultado do Concurso de Remoção de Servidores de 2019, constante do Edital nº 001/2020-CRS/TJPA, publicado no DJE nº 7009/2020, de 13/10/2020,

REMOVER a servidora JANAÍNA MENDONÇA SANTIAGO, Auxiliar Judiciário, matrícula nº 157813, da Comarca de Augusto Corrêa, para a Vara Única da Comarca de Nova Timboteua.

PORTARIA Nº 3991/2021-GP. Belém, 19 de novembro de 2021.

CONSIDERANDO o resultado do Concurso de Remoção de Servidores de 2019, constante do Edital nº 001/2020-CRS/TJPA, publicado no DJE nº 7009/2020, de 13/10/2020,

REMOVER a servidora ALINY CORRÊA SINIMBU, Analista Judiciário - Área Judiciária, matrícula nº 150231, da Comarca de Bragança, para a Vara Única da Comarca de Santo Antônio do Tauá.

PORTARIA Nº 3992/2021-GP. Belém, 19 de novembro de 2021.

CONSIDERANDO o resultado do Concurso de Remoção de Servidores de 2019, constante do Edital nº 001/2020-CRS/TJPA, publicado no DJE nº 7009/2020, de 13/10/2020,

REMOVER o servidor CAIO KARLAGE CORRÊA JAIME, Analista Judiciário - Área Judiciária, matrícula nº 171506, da Comarca de Goianésia do Pará, para a Vara Única da Comarca de São Miguel do Guamá.

PORTARIA Nº 3993/2021-GP. Belém, 19 de novembro de 2021.

CONSIDERANDO o resultado do Concurso de Remoção de Servidores de 2019, constante do Edital nº 001/2020-CRS/TJPA, publicado no DJE nº 7009/2020, de 13/10/2020,

REMOVER o servidor MÁRCIO ANTÔNIO PINTO DE VASCONCELOS, Agente de Segurança, matrícula nº 29890, da Comarca de Baião, para o Serviço da Guarda Judiciária.

PORTARIA N° 3994/2021-GP. Belém, 19 de novembro de 2021.

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar a designação de responsáveis do Tribunal de Justiça do Estado do Pará para execução de termo de aditamento ao Convênio DEPEN-MJSP 886482/2019, firmado com o Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, visando a implementação do Projeto "Videoaudiência" no Estado do Pará,

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para integrarem a equipe de apoio, gestão e fiscalização de contrato para implementação do Projeto "Vídeoaudiência" no Estado do Pará:

Cargo	Função	Nome	Ação
Secretário	Secretário de Planejamento, Coordenação e Finanças	- Miguel Lucivaldo Alves Santos	Gestor do Projeto

Analista Judiciário	Secretário de Informática	- Diego Baptista Leitão	Responsável pelos processos de execução
Analista Judiciário	Analista Técnico	- Daniel Fontes Pereira	Responsável pelas ações de execução do projeto
Assessoras Técnicas	Analistas Técnicas	- Alice Viana Soares Monteiro; - Arieli Salgado Nobre Crestian; - Lorena Maria Ribeiro Maués de Oliveira.	Responsáveis pelos subsídios de captação de recursos, cadastramento de documentos no SICONV
Analista Judiciária	Analista Técnica	- Adriana Heloisa de Menezes Pinheiro	Processos de Compras, Cotações /Licitações.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 4752/2019-GP, de 4 de outubro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Processo nº 0001367-37.2021.2.00.0814

DECISÃO/OFÍCIO 2021/CGJ. Retornam os presentes autos a este Gabinete com a resposta da Delegada Ângela Dalila Cunha Prado, Coordenadora do Interior/PCPA ID nº 926589. É o relatório. Considerando que foi determinado o arquivamento dos autos nº 0000661-48.2018.814.0077, pelo juízo requerente, arquive-se o presente expediente. Ciência ao Juízo de Anajás. Belém-PA, data registrada no sistema. **ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA.** Desembargadora Corregedora Geral de Justiça do Pará

Processo nº 000713-50.2021.200.0814

DECISÃO/OFÍCIO. Retornam os presentes autos a este Gabinete com a certidão cadastrada no ID nº 849836. Considerando-se que a Corregedoria-Geral da Polícia Civil acusou o recebimento da decisão prolatada, e informou que o processo fora cadastrado e tramitado à Divisão de Correição do procedimento cadastrado sob o nº PAE 2021/884384 e SISCOR 3433/2021 e o encaminhamento à Diretoria de Polícia do Interior - DPI e Coordenadoria do Interior - COINT, arquive-se o presente expediente. Belém, data registrada no sistema. **ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA.** Desembargadora Corregedora Geral de Justiça do Pará

Processo nº 001372-59.2021.200.0814

DESPACHO/OFÍCIO. Retornam os presentes autos a este Gabinete com a certidão ID nº 773719. Considerando-se que a Corregedoria-Geral da Polícia Civil acusou o recebimento da decisão prolatada, e informou que o processo fora cadastrado e tramitado à Divisão de Correição - DC/CG/PC-PA sob o PAE 2021/849004 e SISCOR 3288/2021, arquive-se o presente expediente. Belém, data registrada no sistema. **ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA.** Desembargadora Corregedora Geral de Justiça do Pará

Processo nº 001370-89.2021.200.0814

DESPACHO/OFÍCIO/2021-CGJ. Retornam os presentes autos a este Gabinete com a certidão ID nº 850108, em que consta que houve o recebimento do expediente pela Corregedoria Geral da Polícia Civil informando (no ID 786015), que "o processo fora cadastrado sob o nº PAE 2021/1000666". É o relatório. Considerando que a Corregedoria-Geral da Polícia Civil acusou o recebimento do Despacho ID nº 334731, arquive-se o presente expediente. Belém, data registrada no sistema. **ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA.** Desembargadora Corregedora Geral de Justiça do Pará

COORDENADORIA DOS PRECATÓRIOS

PRECATÓRIO nº 032/2010

PROCESSO DE ORIGEM nº 0000165-67.2006.8.14.0100

CREDOR(A): ROSÂNGELA MARIA FERREIRA SANTOS

ADVOGADO(A): MANOEL MENDES NETO (OAB/PA Nº 8021)

ENTE DEVEDOR: MUNICÍPIO DE AURORA DO PARÁ - PA

PROCURADORIA: GLAUBER DANIEL BASTOS BORGES (OAB/PA Nº 16502)

DESPACHO

Certifique-se se a credora já foi paga, tendo em vista a decisão de fl. 68.

Caso positivo, arquivem-se os autos, com os respectivos registros e baixa no sistema.

Caso a credora não tenha sido paga e/ou haja valor provisionado pendente, voltem-me os autos conclusos.

Publique-se.

Belém-PA, 19 de novembro de 2021.

Leonardo de Farias Duarte

juiz auxiliar da Presidência designado para a

Coordenadoria de Precatórios do TJPA (Portaria nº. 624/2021-GP)

PRECATÓRIO Nº 036/2009

PROCESSO DE ORIGEM Nº 0000568-87.2008.8.14.0125

CREDOR(A): VOLGÂNIA ALVES BOTELO E DELMA ARAÚJO CACHETA

ADVOGADO(A): WALDECLÉCIA MARCOS DE MELO (OAB/PA Nº 11.761)

ENTE DEVEDOR: MUNICÍPIO DE PIÇARRA - PA

PROCURADORIA: BRUNO VINÍCIUS BARBOSA MEDEIROS (OAB/PA 21025), PRISCILA HOLANDA PASSOS MEDEIROS (OAB/TO Nº 6185) E PATRÍCIA LAYS BARBOSA MEDEIROS (OAB/TO Nº 10.397)

DESPACHO

Certifiquem-se se a(s) credora(s) já foram paga(s), tendo em vista a decisão de fl. 211 e informação de fl.

217.

Caso positivo, arquivem-se os autos, com os respectivos registros e baixa no sistema.

Caso haja alguma credora que não tenha sido paga e/ou valor provisionado pendente, voltem-me os autos conclusos.

Publique-se.

Belém-PA, 19 de novembro de 2021.

Leonardo de Farias Duarte

juiz auxiliar da Presidência designado para a

Coordenadoria de Precatórios do TJPA (Portaria nº. 624/2021-GP)

PRECATÓRIO Nº 084/2008

PROCESSO DE ORIGEM Nº 0000066-80.1998.8.14.0067

CREDOR(A): VENÂNCIA GOMES DA SILVA

ADVOGADO(A): TARZILIO MOREIRA DE OLIVEIRA (OAB/PA Nº 11.323)

ENTE DEVEDOR: MUNICÍPIO DE MOCAJUBA - PA

PROCURADORIA: PRESSILA PEREIRA DE SOUZA (OAB/PA Nº 24.213)

DESPACHO

Certifique-se se a credora já foi paga, tendo em vista a decisão de fl. 184 e informação de fl. 200.

Caso positivo, arquivem-se os autos, com os respectivos registros e baixa no sistema.

Caso a credora não tenha sido paga e/ou haja valor provisionado pendente, voltem-me os autos conclusos.

Publique-se.

Belém-PA, 19 de novembro de 2021.

Leonardo de Farias Duarte

juiz auxiliar da Presidência designado para a

Coordenadoria de Precatórios do TJPA (Portaria nº. 624/2021-GP)

PRECATÓRIO Nº 003/2008

PROCESSO DE ORIGEM Nº 0000073-77.2005.8.14.0000

CREDOR(A): JOSÉ TADEU BATISTA

ADVOGADO(A): GILBERTO DE CARVALHO JUNIOR (OAB/AP Nº 1029)

ENTE DEVEDOR: MUNICÍPIO DE ALMEIRIM-PA

PROCURADOR GERAL: JECONIAS DA SILVA SOARES (OAB/PA Nº 4393)

DESPACHO

Oficie-se ao Juízo da Vara Única de Almeirim informando que o **precatório nº 003/2008**, cuja parte credora é **José Tadeu Batista**, está sobrestado em razão de decisão interlocutória proferida no autos do **processo nº 0002174-52.2013.8.14.0004** datada de 14.08.2013. No mesmo ofício, solicite-se informação sobre eventual **decisão** que acarrete o **cancelamento do precatório** ou a **suspensão do seu pagamento**.

Recebida a resposta, voltem-me os autos **conclusos**.

Publique-se.

Belém-PA, 19 de novembro de 2021.

LEONARDO DE FARIAS DUARTE

juiz auxiliar da Presidência do TJPA, designado para a

Coordenadoria de Precatórios (Portaria nº 624/2021-GP)

PRECATÓRIO nº: 179/2021

PROCESSO DE ORIGEM: nº 0005611-49.2014.814.0301

CREDOR(A): Gilmar Dias Jatene

ADVOGADO(A): Maria David Prado Sá ¿ OAB/PA nº 6286

ENTE DEVEDOR: Estado do Pará

PROCURADORIA: Ricardo Nasser Sefer ¿ OAB/PA nº. 14.800

DECISÃO

Trata-se de requerimento da parte credora para pagamento de parcela superpreferencial por implemento de idade igual/superior a 60 (sessenta) anos (fl.66), instruído com documento de identidade (fl.58-v).

No parecer técnico do serviço de cálculos (fls.68/69), foi assentada a inexistência de pagamento anterior sob a mesma modalidade, a disponibilidade de recursos pelo ente devedor, o valor líquido devido e as retenções/recolhimentos legais incidentes sobre o crédito requisitado.

Conforme manifestação de fl.70, o crédito requisitado possui natureza alimentar e a parte credora preenche o requisito para a modalidade superpreferencial, em conformidade com o previsto no art.100, §2º, da Constituição Federal, arts. 11, inc. I, e 74 da Resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de

Justiça, e art.5º, §1º, inciso II, da Portaria nº.2239/2011-GP, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Sendo assim, **intimem-se**

(1) a parte credora e/ou beneficiária, para, querendo, no prazo de 08 (oito) dias, se manifestarem sobre os cálculos de fls.68/69, devendo, ainda, apresentarem documentos pessoais (RG ou CNPJ e CPF) e seus dados bancários para depósito do crédito e informar se autorizam a dedução do montante das custas de expedição de alvará eletrônico ou se preferem pagá-las por conta própria; e

(2) o ente devedor para, querendo, sucessivamente no prazo de 08 (oito) dias (art. 9º, §2º, da Resolução CNJ 303/2019), manifestar-se sobre a pretensão formulada, assim como sobre o parecer técnico do serviço de cálculos (fls.68/69).

Transcorrido o prazo, e **não havendo impugnação**, junte-se e/ou certifique-se o ocorrido. Neste caso, e diante do que dispõe o art.100, §2º, da Constituição da República/1988, art.74, da Resolução nº 303/2019-CNJ c/c art.5º, §1º, inciso II, da Portaria nº 2239/2011-GP/TJPA, **defiro o pedido** de pagamento de parcela superpreferencial por idade e doença grave à **parte credora/requerente GILMAR DIAS JATENE,** na forma prevista no art.102-ADCT/CF-1988, conforme parecer técnico do serviço de cálculos.

Apresentados os dados informativos das partes credora e/ou beneficiária referentes à documentação pessoal (RG e CPF ou, conforme o caso, CNPJ) e bancária (banco, conta corrente/poupança e dígito verificador), remetam-se os autos **ao serviço de análise de processos** para que **providencie o pagamento** via transferência eletrônica (alvará/Sistema SDJ) da quantia correspondente.

Efetuadas as operações financeiras, e havendo liquidação da dívida, dê-se ciência ao juízo da execução e arquivem-se os autos, realizando-se os necessários registros e baixas no sistema. Caso não ocorra a liquidação do crédito, aguarde-se a vez para pagamento, conforme ordem cronológica.

Comunique-se à Receita Federal, nos termos da cooperação técnica nº.01/2017.

Na **hipótese de impugnação** aos cálculos, façam-me os autos **conclusos**.

Publique-se.

Belém-PA, 19 de novembro de 2021

LEONARDO DE FARIAS DUARTE

Juiz Auxiliar da Presidência TJPA

Coordenadoria de Precatórios CPREC

Portaria nº. 624/2021-GP

PRECATÓRIO nº: 141/2021

PROCESSO DE ORIGEM: nº 0809517-34.2020.814.0000

CREDOR(A): Emir Medeiros de Miranda

BENEFICIÁRIOS: Barreto & Costa Advogados Associados

Ronaldo Costa Advocacia s/s

ADVOGADO(A): Ronaldo Sérgio Abreu da Costa ¿ OAB/PA nº 6795

Sávio Barreto Lacerda Lima ¿ OAB/PA nº 11003

ENTE DEVEDOR: Estado do Pará

PROCURADORIA: Ricardo Nasser Sefer ¿ OAB/PA nº. 14.800

DECISÃO

Trata-se de requerimento da parte credora para pagamento de parcela superpreferencial por implemento de idade igual/superior a 60 (sessenta) anos (fl.182), instruído com documentos (fl.183/184).

No parecer técnico do serviço de cálculos (fls. 191/195), foi assentada a inexistência de pagamento anterior sob a mesma modalidade, a disponibilidade de recursos pelo ente devedor, o valor líquido devido e as retenções/recolhimentos legais incidentes sobre o crédito requisitado.

Conforme manifestação de fl.196, o crédito requisitado possui natureza alimentar e a parte credora preenche o requisito para a modalidade superpreferencial, em conformidade com o previsto no art.100, §2º, da Constituição Federal, arts. 11, inc. I, e 74 da Resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça, e art.5º, §1º, inciso II, da Portaria nº.2239/2011-GP, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Sendo assim, **intimem-se**

(1) a parte credora e/ou beneficiária, para, querendo, no prazo de 08 (oito) dias, se manifestarem sobre os cálculos de fls.191/195, devendo, ainda, apresentarem documentos pessoais (RG ou CNPJ e CPF) e seus dados bancários para depósito do crédito e informar se autorizam a dedução do montante das custas de expedição de alvará eletrônico ou se preferem pagá-las por conta própria; e

(2) o ente devedor para, querendo, sucessivamente no prazo de 08 (oito) dias (art. 9º, §2º, da Resolução CNJ 303/2019), manifestar-se sobre a pretensão formulada, assim como sobre o parecer técnico do serviço de cálculos (fls.191/195).

Transcorrido o prazo, e **não havendo impugnação**, junte-se e/ou certifique-se o ocorrido. Neste caso, e diante do que dispõe o art.100, §2º, da Constituição da República/1988, art.74, da Resolução nº 303/2019-CNJ c/c art.5º, §1º, inciso II, da Portaria nº 2239/2011-GP/TJPA, **defiro o pedido** de pagamento de parcela superpreferencial por idade e doença grave à **parte credora/requerente EMIR MEDEIROS DE MIRANDA**, assim como às partes **beneficiárias BARRETO & COSTA ADVOGADOS ASSOCIADOS** e **RONALDO COSTA ADVOCACIA S/S,** a título de honorários contratuais destacados no percentual informado na forma prevista no art.102-ADCT/CF-1988, conforme parecer técnico do serviço de cálculos.

Apresentados os dados informativos das partes credora e/ou beneficiária referentes à documentação pessoal (RG e CPF ou, conforme o caso, CNPJ) e bancária (banco, conta corrente/poupança e dígito verificador), remetam-se os autos **ao serviço de análise de processos** para que **providencie o pagamento** via transferência eletrônica (alvará/Sistema SDJ) da quantia correspondente.

Efetuadas as operações financeiras, e havendo liquidação da dívida, dê-se ciência ao juízo da execução e arquivem-se os autos, realizando-se os necessários registros e baixas no sistema. Caso não ocorra a liquidação do crédito, aguarde-se a vez para pagamento, conforme ordem cronológica.

Comunique-se à Receita Federal, nos termos da cooperação técnica nº.01/2017.

Na **hipótese de impugnação** aos cálculos, façam-me os autos **conclusos**.

Publique-se.

Belém-PA, 19 de novembro de 2021

LEONARDO DE FARIAS DUARTE

Juiz Auxiliar da Presidência TJPA

Coordenadoria de Precatórios CPREC

Portaria nº. 624/2021-GP

PRECATÓRIO nº.: 028/2020

PROCESSO DE ORIGEM: nº 0175249-12.2016.8.14.0301

CREDOR(A): Flávio Macêdo de Andrade Filho

ADVOGADO(A): Luís Carlos da Silva Mendonça - OAB/PA nº 5781

ENTE DEVEDOR: Estado do Pará

PROCURADORIA: Ricardo Nasser Sefer ¿ OAB/PA nº.14800

DESPACHO

Considerando a informação do Juízo da Execução (fl.63 ¿ verso), que **retifica o número do CPF** da parte credora, conforme documento de fls. 04 e 65), providencie-se a retificação no registro do precatório.

Após, ao Serviço de Análise de Processos para realizar o pagamento e o recolhimento das retenções tributárias, observando-se, no mais, os termos da decisão de fl.55.

Publique-se.

Belém-PA, 19 de novembro de 2021.

LEONARDO DE FARIAS DUARTE

juiz auxiliar da Presidência do TJPA, designado para a

Coordenadoria de Precatórios (Portaria nº. 624/2021-GP)

SECRETARIA JUDICIÁRIA

ANÚNCIO DE JULGAMENTO

ANÚNCIO DE JULGAMENTO DA 45ª SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL PLENO do ano de 2021: Faço público a quem interessar possa que, para a 45ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, a realizar-se no dia 1º de dezembro de 2021, às 9h (nove horas), por meio de videoconferência, conforme Portaria Conjunta nº 1/2020-GP-VP-CGJ, de 29/4/2020, que regulamenta os procedimentos a serem adotados em videoconferência, no contexto da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), foram pautados, pela Secretaria Judiciária, os feitos abaixo discriminados, podendo vir a ser apreciados aqueles que, eventualmente, forem adiados ou suspensos na 44ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno do ano de 2021.

PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS PAUTADOS (PJe)

1 ¿ Mandado de Segurança Cível (Processo Judicial Eletrônico nº 0809422-04.2020.8.14.0000)

Impetrantes: Alan Tadeu Assunção Pegado, Ana Rita de Souza Mata, Brenno da Costa Carrico Oliveira, Glenda Danielle Monteiro Góes Leite, Júlio Victor de Souza Flor, Ricardo Augusto Oliveira da Silva, Rosilene Vieira dos Santos, Sandy da Conceição Dias, Silmara de Sousa Britto, Thaina de Nazaré Silva de Lima (Adv. Roberta Karolinny Rodrigues Alvares ¿ OAB/PA 26744)

Impetrado: Governador do Estado do Pará

Impetrada: Secretária de Estado de Educação

Impetrada: Secretária de Estado de Planejamento e Administração

Litisconsorte Passivo Necessário: Estado do Pará (Procurador do Estado Henrique Nobre Reis ¿ OAB/PA 11284)

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: DES. LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

2 ¿ Mandado de Segurança Cível (Processo Judicial Eletrônico nº 0800220-03.2020.8.14.0000)

Impetrante: Anderson Clayton Fonseca Tavares (Advs. Camila Araújo Trindade ¿ OAB/PA 24179, Paulo Henrique Pimenta Costa ¿ OAB/PA 18477, Ana Cristina Azevedo Furtado Munhoz ¿ OAB/PA 19695)

Impetrado: Governador do Estado do Pará

Impetrada: Secretária de Estado de Educação

Litisconsorte Passivo Necessário: Estado do Pará (Procurador do Estado Marlon Aurélio Tapajós Araújo ¿ OAB/PA 12183)

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: DES. LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

3 ¿ Mandado de Segurança Cível (Processo Judicial Eletrônico nº 0812680-22.2020.8.14.0000)

Impetrante: Deborah Helyana Pastana da Rocha (Adv. Nadir Lúcia Paranhos da Silva Neta ¿ OAB/PA 28053)

Impetrado: Governador do Estado do Estado do Pará

Impetrada: Secretária de Estado de Educação

Litisconsorte Passivo Necessário: Estado do Pará (Procurador do Estado Daniel Cordeiro Peracchi ¿ OAB/PA 10729)

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: DES. LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

4 ¿ Mandado de Segurança Cível (Processo Judicial Eletrônico nº 0800464-92.2021.8.14.0000)

Impetrante: Harrison Bruno Castro Monteiro (Adv. Nadir Lúcia Paranhos da Silva Neta ¿ OAB/PA 28053)

Impetrado: Governador do Estado do Pará

Impetrada: Secretária de Estado de Educação

Litisconsorte Passivo Necessário: Estado do Pará

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: DES. LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

5 ¿ Mandado de Segurança Cível (Processo Judicial Eletrônico nº 0809157-02.2020.8.14.0000)

Impetrante: Ivanil dos Santos Miranda (Adv. Nadir Lúcia Paranhos da Silva Neta ¿ OAB/PA 28053)

Impetrado: Governador do Estado do Pará

Impetrada: Secretária de Estado de Educação

Litisconsorte Passivo Necessário: Estado do Pará (Procurador do Estado Henrique Nobre Reis ¿ OAB/PA 11284)

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: DES. LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

6 ¿ Mandado de Segurança Cível (Processo Judicial Eletrônico nº 0812301-81.2020.8.14.0000)

Impetrante: Marielem Chagas Costa (Advs. Camila Araújo Trindade ¿ OAB/PA 24179, Paulo Henrique Pimenta Costa ¿ OAB/PA 18477, Ana Cristina Azevedo Furtado Munhoz ¿ OAB/PA 19695)

Impetrado: Governador do Estado do Pará

Impetrada: Secretária de Estado de Educação

Litisconsorte Passivo Necessário: Estado do Pará (Procurador do Estado Abelardo Sérgio Bacelar da Silva ¿ OAB/PA 13525)

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: DES. LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

7 ¿ Mandado de Segurança Cível (Processo Judicial Eletrônico nº 0802850-32.2020.8.14.0000)

Impetrante: Juliane Barbosa de Sousa (Advs. Zarah Emanuelle Martinho Trindade ¿ OAB/PA 18107, Virgílio Alberto Azevedo Moura ¿ OAB/PA 17308)

Impetrado: Governador do Estado do Pará

Impetrada: Secretária de Estado de Educação

Litisconsorte Passivo Necessário: Estado do Pará (Procuradores do Estado Henrique Nobre Reis ¿ OAB/PA 11284, Marlon Aurélio Tapajós Araújo ¿ OAB/PA 12183)

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: DES. LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

8 - Mandado de Segurança Cível (Processo Judicial Eletrônico nº 0812288-82.2020.8.14.0000)

Impetrante: Otávio Augusto Santana Queiroz (Adv. Paulo Vitor dos Santos Silva ¿ OAB/PA 22676)

Impetrado: Governador do Estado do Pará

Impetrada: Secretária de Estado de Educação

Litisconsorte Passivo Necessário: Estado do Pará (Procurador do Estado Graco Ivo Alves Rocha Coelho ¿ OAB/PA 7730)

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: DES. LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

9 - Mandado de Segurança Cível (Processo Judicial Eletrônico nº 0807648-36.2020.8.14.0000)

Impetrante: Maria Augusta de Jesus Lima (Adv. Andréa Milenne Macêdo Alves ¿ OAB/PA 10079)

Impetrado: Governador do Estado do Pará

Impetrada: Secretária de Estado de Educação

Litisconsorte Passivo Necessário: Estado do Pará (Procurador do Estado Diogo de Azevedo Trindade ¿ OAB/PA 11270)

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: DES. LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

10 - Mandado de Segurança Cível (Processo Judicial Eletrônico nº 0810346-15.2020.8.14.0000)

Impetrante: Laiane Tairyme Coelho da Silva (Advs. George Maciel Gomes ¿ OAB/AP 3512, Déurio Alexander de Freitas ¿ OAB/AP 3511)

Impetrado: Governador do Estado do Pará

Litisconsorte Passivo Necessário: Estado do Pará (Procurador do Estado Sérgio Oliva Reis ¿ OAB/PA 8230)

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: DES. LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

11 - Mandado de Segurança Cível (Processo Judicial Eletrônico nº 0800103-75.2021.8.14.0000)

Impetrante: Marco Oliveira dos Santos Iwamoto (Advs. Dirney da Silva Cunha - OAB/PA 28241, Mário Lúcio Jaques Júnior ¿ OAB/PA 16635)

Impetrado: Governador do Estado do Pará

Impetrada: Secretária de Estado de Educação

Litisconsorte Passivo Necessário: Estado do Pará (Procurador do Estado Gustavo da Silva Lynch ¿ OAB/PA 10261)

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: DES. LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

12 - Mandado de Segurança Cível (Processo Judicial Eletrônico nº 0852312-25.2020.8.14.0301)

Impetrante: Armando Nascimento dos Santos Júnior (Advs. Dirney da Silva Cunha - OAB/PA 28241, Mário Lúcio Jaques Júnior ¿ OAB/PA 16635)

Impetrado: Governador do Estado do Pará

Impetrada: Secretária de Estado de Educação

Litisconsorte Passivo Necessário: Estado do Pará (Procurador do Estado Antônio Carlos Bernardes Filho ¿ OAB/PA 5717)

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: DES. LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

13 - Mandado de Segurança Cível (Processo Judicial Eletrônico nº 0800955-36.2020.8.14.0000)

Impetrante: Diego Rodrigues (Advs. Marcos Pires Rodrigues - OAB/PA 27831, Luciana Dolores Miranda Guimarães ¿ OAB/PA 23422, Mauricio Pires Rodrigues ¿ OAB/PA 20476, Vanessa Neves Costa ¿ OAB/PA 28518)

Impetrado: Governador do Estado do Pará

Litisconsorte Passivo Necessário: Estado do Pará (Procurador do Estado Graco Ivo Alves Rocha Coelho ¿ OAB/PA 7730)

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: DES. LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

14 - Mandado de Segurança Cível (Processo Judicial Eletrônico nº 0802044-94.2020.8.14.0000)

Impetrante: Michelle Neves de Azevedo (Advs. Zarah Emanuelle Martinho Trindade ¿ OAB/PA 18107, Virgílio Alberto Azevedo Moura ¿ OAB/PA 17308)

Impetrado: Governador do Estado do Pará

Impetrada: Secretária de Estado de Educação

Litisconsorte Passivo Necessário: Estado do Pará (Procurador do Estado Henrique Nobre Reis ¿ OAB/PA 11284)

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: DES. LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

15 - Mandado de Segurança Cível (Processo Judicial Eletrônico nº 0810275-13.2020.8.14.0000)

Impetrante: Endrigo Rafael de Almeida Ferreira (Adv. Roberta Pampolha Klautau Santana ¿ OAB/PA 23943)

Impetrado: Governador do Estado do Pará

Litisconsorte Passivo Necessário: Estado do Pará (Procurador do Estado Antônio Carlos Bernardes Filho ¿ OAB/PA 5717)

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: DES. LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

PROCESSO¿FÍSICO PAUTADO¿(LIBRA)

1 - Interpelação Judicial Criminal - Comarca de BELÉM (0003884-12.2019.8.14.0000)

Interpelante: Laércio Patriarcha Pereira (Adv. Laércio Patriarcha Pereira ¿ OAB/PA 12945)

Interpelado: Jacob Arnaldo Campos Farache

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATORA: DESA. VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA

ANÚNCIO DE JULGAMENTO

ANÚNCIO DE JULGAMENTO DA 45ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO VIRTUAL DO TRIBUNAL PLENO do ano de 2021: Faço público a quem interessar possa que, para a 45ª Sessão Ordinária do Plenário Virtual do Tribunal Pleno, a realizar-se através da ferramenta Plenário Virtual, com início às 14h do dia 1º de dezembro de 2021, e término às 14h do dia 9 de dezembro de 2021, foi pautado, pela Secretaria Judiciária, o feito abaixo discriminado, podendo vir a ser apreciados aqueles que, eventualmente, forem adiados ou suspensos na 44ª Sessão Ordinária do Plenário Virtual do Tribunal Pleno do ano de 2021.

PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO PAUTADO (PJe)

1 ¿ Embargos de Declaração em Agravo Interno em Cumprimento Provisório de Sentença (Processo Judicial Eletrônico nº 0801918-44.2020.8.14.0000)

Embargante: Estado do Pará (Procuradores do Estado Gustavo da Silva Lynch ¿ OAB/PA 10261, Marcelene Dias da Paz Veloso ¿ OAB/PA 12440)

Embargado: Acórdão ID 5185312

Embargada: Marizol Vasconcelos de Almeida (Advs. Renato João Brito Santa Brígida ¿ OAB/PA 6947, Kharen Karollinny Sozinho da Costa ¿ OAB/PA 19588)

RELATORA: DESA. LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

ATA DE SESSÃO

42ª Sessão Ordinária do Plenário Virtual do TRIBUNAL PLENO, do ano de 2021, realizada de forma virtual através da ferramenta Plenário Virtual, com os trabalhos iniciados às 14h do dia 10 de novembro de 2021, e término às 14h do dia 18 de novembro de 2021, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Desembargadora **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**. Nos termos do artigo 5º da Resolução nº 21/2018, participaram da sessão os(as) Exmos.(as) Srs.(as) Desembargadores(as): **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES, LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO, VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA, VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA, CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO, RICARDO FERREIRA NUNES, LEONARDO DE NORONHA TAVARES, MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES, LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR, DIRACY NUNES ALVES, RONALDO MARQUES VALLE, GLEIDE PEREIRA DE MOURA, JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO, MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO, MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO, ROBERTO GONÇALVES DE MOURA, MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE, LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO, MAIRTON MARQUES CARNEIRO, EZILDA PASTANA MUTRAN, MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA, ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA, JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR, ROSI MARIA GOMES DE FARIAS, EVA DO AMARAL COELHO e os Juízes Convocados AMÍLCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES e JOSÉ TORQUATO ARAÚJO DE ALENCAR.** Desembargadora justificadamente ausente **MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS** e o Juiz Convocado justificadamente ausente **ALTEMAR DA SILVA PAES.**

PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS PAUTADOS (PJe)

1 ¿ Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em Agravo Interno em Agravo Interno em Recurso Especial em Embargos de Declaração em Apelação/Remessa Necessária (Processo

Judicial Eletrônico nº 0000896-70.2013.8.14.0083)

Embargante: Município de Curralinho (Adv. Melina Silva Gomes Brasil de Castro ¿ OAB/PA 17067)

Embargados: Paulina Pacheco de Oliveira, Francinete Novaes Borges, Carlos Alberto Filho, Vanete de Souza Freitas, Laides Santiago de Moraes, Raimundo Cardoso Tavares, Juscicley Rodrigues Barbosa, José Antônio de Araújo Gonçalves, Endalice do Socorro Ribeiro Diniz, Jacira Souza da Silva Tavares, Everton José de Souza Ferreira, Lúcia Inês dos Santos de Oliveira, Jucivaldo Carmo de Sousa, Rosenildo Nogueira Cardoso, Lhuzivaldo da Silva Barros (Adv. Rosilene Soares Ferreira ¿ OAB/PA 8934)

Procurador de Justiça: Nelson Pereira Medrado

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL

- Impedimento/Suspeição: Des. Rômulo José Ferreira Nunes

Decisão: à unanimidade, embargos conhecidos e desprovidos, com elevação da multa aplicada em 10% sobre o valor da causa em razão do caráter protelatório.

2 - Mandado de Segurança Cível (Processo Judicial Eletrônico nº 0800046-57.2021.8.14.0000)

Impetrante: Cynthia Rafaela Saraiva Negrão (Advs. Larissa Paula da Conceição Soares ¿ OAB/PA 17050, Sofia Augusta Soares Costa ¿ OAB/PA 26397)

Impetrado: Presidente da Comissão do Concurso Público para o Provimento de Vagas e a Formação de Cadastro de Reserva em Cargos de Nível Superior e de Nível Médio do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Litisconsorte Passivo Necessário: Estado do Pará (Procurador do Estado Gustavo da Silva Lynch ¿ OAB/PA 10261)

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATORA: DESA. ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

- Impedimento/Suspeição: Des. Rômulo José Ferreira Nunes

Decisão: à unanimidade, segurança denegada.

3 - Mandado de Segurança Cível (Processo Judicial Eletrônico nº 0809459-31.2020.8.14.0000)

Impetrante: Romeu de Melo Ferreira (Advs. Paulo Augusto Ramos Moreira Leite ¿ OAB/PA 25990, Cláudio Mendes Pinheiro Filho - OAB/PA 28122)

Impetrado: Governador do Estado do Pará

Litisconsorte Passivo Necessário: Estado do Pará (Procuradora do Estado Marcelene Dias da Paz Veloso ¿ OAB/PA 12440)

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATORA: DESA. ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

Decisão: retirado de pauta.

E como, nada mais houvesse, foi encerrada a Sessão às 14h, lavrando eu, Jonas Pedroso Libório Vieira, Secretário Judiciário, a presente Ata, que subscrevi.

Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DA SESSÃO O PJE LIBRA EM PLENÁRIO VIRTUAL DA SECRETARIA DA SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO DO ANO DE 2020:

Faço público a quem interessar possa que, para **a Sessão LIBRA VIRTUAL da Seção de Direito Público**, a realizar-se no dia **30/11/2021**, a partir da **14h,** foi pautado pela Exma. Sra. Desa. DIRACY NUNES ALVES, Presidente da Seção, os seguintes feitos para julgamento:

01 ¿MANDADO DE SEGURANÇA ¿ 0008319-97.2017.814.0000

Impetrante: MARCELLE CRISTINA ALMEIDA DE OLIVEIRA (Adv. Fernando A. S. Silva ¿ OAB/PA 22.852)

Impetrado: Secretário de Estado de Educação

Litisconsorte: Estado do Pará (Procurador: Marlon Aurélio Tapajós Araújo)

Procuradora de Justiça: Mario Nonato Falangola

Relatora: Desa. EZILDA PASTANA MUTRAN

ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS PJE ¿ VIRTUAL - DA SECRETARIA DA SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO DO ANO DE 2021:

Faço público a quem interessar possa que, para **a Sessão Ordinária da Seção de Direito Público do PJE em plenário VIRTUAL**, a realizar-se no dia **30 de novembro de 2021**, às 14:00, foi pautado pela Exma. Sra. Desa. DIRACY NUNES ALVES, Presidente da Seção, dos julgamento dos seguintes feitos:

Processos Pautados

Ordem: 001

Processo

: **0840541-16.2021.8.14.0301**

Classe Judicial

: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a)

: Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

POLO ATIVO

AUTORIDADE

: MANOEL SILVA DE OLIVEIRA JUNIOR

ADVOGADO

: MARIZE HENRIQUE SANTANA - (OAB MA18590-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE

: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRACAO

AUTORIDADE

: INSTITUTO AMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO

: PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 002

Processo

: **0007628-20.2016.8.14.0000**

Classe Judicial

: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

: Não

Relator(a)

: Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

AUTORIDADE

: DANILO RODRIGUES SILVA

AUTORIDADE

: ANTONIO ARIVALDO PEDROSA SIQUEIRA

AUTORIDADE

: ALDO HENRIQUE DE SOUSA ALENCAR

AUTORIDADE

: JORGE EDISIO DE CASTRO TEIXEIRA

AUTORIDADE

: ADRIANO SIQUEIRA COSTA

AUTORIDADE

: DENILSON FURTADO RAIOL

ADVOGADO

: MARCIO AUGUSTO MOURA DE MORAES - (OAB PA13209-A)

AUTORIDADE

: SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE PUBLICA

AUTORIDADE

: EDVANDRO MEDEIROS WANZELER

AUTORIDADE

: MAHIRA GUEDES PAIVA BARROS

ADVOGADO

: MARCIO AUGUSTO MOURA DE MORAES - (OAB PA13209-A)

AUTORIDADE

: RAIMUNDO MANOEL DE JESUS QUARESMA DE MIRANDA

AUTORIDADE

: ANIVALDO FERREIRA SOUSA

AUTORIDADE

: JOSE LUIZ VIANA PALHETA

ADVOGADO

: MARCIO AUGUSTO MOURA DE MORAES - (OAB PA13209-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE

: SECRETARIA DE ADMINISTRACAO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO

: PARA MINISTERIO PUBLICO

Ordem: 003

Processo

: **0806109-06.2018.8.14.0000**

Classe Judicial

: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a)

: Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

AUTOR

: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

REU

: ADELSON BEZERRA DA SILVA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 004

Processo

: **0805027-37.2018.8.14.0000**

Classe Judicial

: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a)

: Desembargadora DIRACY NUNES ALVES

POLO ATIVO

AUTOR

: ESTADO DO PARA

PROCURADOR

: MARCIO MOTA VASCONCELOS

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

AUTOR

: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

REU

: NELSON SEABRA GONCALVES

ADVOGADO

: MARIZA ALVES DE AGUIAR SILVA - (OAB PA70-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: PARA MINISTERIO PUBLICO

Ordem: 005

Processo

: **0808020-82.2020.8.14.0000**

Classe Judicial

: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a)

: Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AUTORIDADE

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

REU

: ANA CLAUDIA LIMA DE SOUZA

ADVOGADO

: ANA MARIA CUNHA DE MELLO - (OAB PA3009-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 006

Processo

: **0808242-84.2019.8.14.0000**

Classe Judicial

: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a)

: Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

PARTE AUTORA

: EDILCILENE SILVA AMADOR

ADVOGADO

: BRUNO RENAN RIBEIRO DIAS - (OAB PA1473-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADO

: SECRETARIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 007

Processo: **0802576-73.2017.8.14.0000**

Classe Judicial

: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a)

: Desembargadora DIRACY NUNES ALVES

POLO ATIVO

AUTOR

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

REU

: DEYSON SILVA DE AGUIAR

ADVOGADO

: DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: PARA MINISTERIO PUBLICO

Ordem: 008

Processo

: **0808643-82.2021.8.14.0301**

Classe Judicial

: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a)

: Desembargadora DIRACY NUNES ALVES

POLO ATIVO

AUTORIDADE

: MICHELE ADRIANA SILVA PIRES

ADVOGADO

: JOAO GUTEMBERG VILHENA CATETE - (OAB PA24515-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE

: SEAP- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE

: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

REPRESENTANTE

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 009

Processo

: **0800956-26.2017.8.14.0000**

Classe Judicial

: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a)

: Desembargadora DIRACY NUNES ALVES

POLO ATIVO

AUTOR

: ESTADO DO PARA

ADVOGADO

: CHRISTIANNE PENEDO DANIN - (OAB PA8018-A)

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

REU

: TATIANE DA SILVA PINTO

ADVOGADO

: DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS PJE ¿ VÌDEO CONFERÊNCIA - DA SECRETARIA DA SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO DO ANO DE 2021:

Faço público a quem interessar possa que, para **a Sessão Ordinária da Seção de Direito Público** em **VÌDEO CONFERÊNCIA**, a realizar-se no dia **30 de novembro de 2021**, às 11:330, foi pautado pela Exma. Sra. Desa. DIRACY NUNES ALVES, Presidente da Seção, dos julgamento dos seguintes feitos:

Processos Pautados

Ordem: 001

Processo: **0826793-14.2021.8.14.0301**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

POLO ATIVO

IMPETRANTE: JOSE ANTONIO DE SOUSA CIRIACO

ADVOGADO: DANILO DE OLIVEIRA SPERLING - (OAB PA27600-A)

IMPETRADO: SESPA

POLO PASSIVO

AUTORIDADE: ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO: PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 002

Processo: **0853635-02.2019.8.14.0301**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

POLO ATIVO

IMPETRANTE: PATRICK DOS SANTOS SOARES

ADVOGADO: CARINA DA SILVA SOUZA - (OAB PA22649-A)

AUTORIDADE: ADEPARÁ

PROCURADORIA: ADEPARÁ - AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARÁ

AUTORIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AUTORIDADE: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 003

Processo: **0801767-44.2021.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

POLO ATIVO

IMPETRANTE: JOSE PEDRO CORDEIRO NEVES

ADVOGADO: JESSICA CORREA DOS SANTOS - (OAB PA20268-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADO: SECRETARIO DE SAÚDE DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 004

Processo: **0860150-53.2019.8.14.0301**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

POLO ATIVO

IMPETRANTE: DANIELA MARINHO DA SILVA

ADVOGADO: BRUNO HAARLEN CRUZ GARCES - (OAB MA12413-A)

AUTORIDADE: SUPERINTENDENCIA DO SISTEMA PENITENCIARIO DO ESTADO DO

IMPETRADO: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO DO PARÁ - SEAD

INTERESSADO

AUTORIDADE: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE: PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 005

Processo: **0809255-21.2019.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

POLO ATIVO

IMPETRANTE: SARA PAZ FIGUEREDO

ADVOGADO: MARCIA VALERIA SOUZA DE SOUZA TRINDADE - (OAB PA17546-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADO: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO DO PARÁ - SEAD

IMPETRADO: SUPERINTENDENCIA DO SISTEMA PENINTENCIARIO DO ESTADO

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO: PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 006

Processo: **0859036-45.2020.8.14.0301**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

POLO ATIVO

IMPETRANTE: BEATRIZ BARREIROS RODRIGUES BAIA

ADVOGADO: LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO - (OAB PA15311-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE: SUPERINTENDENTE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO: PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 007

Processo: **0830180-37.2021.8.14.0301**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a) Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

POLO ATIVO

IMPETRANTE: ARMELINDA TEIXEIRA MAGALHAES

ADVOGADO: IZABELLA SOUZA LUZ FERREIRA - (OAB TO9359-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE: SEDUC

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO: PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 008

Processo: **0853861-70.2020.8.14.0301**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

POLO ATIVO

IMPETRANTE: ZANEIDE ANDRADE DA SILVA

ADVOGADO: RAFAEL AUGUSTO COSTA TEIXEIRA - (OAB PA26883-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADO: SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO: PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 009

Processo: **0806637-39.2020.8.14.0301**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

POLO ATIVO

IMPETRANTE: ERICA MARQUES NASCIMENTO

ADVOGADO: DENISE RODRIGUES PAIXAO - (OAB PA22416-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE: SUPERINTENDENTE DA SUSIPE

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO: PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 010

Processo: **0802570-27.2021.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

POLO ATIVO

IMPETRANTE: ALTAIR BEKIMAM BARATA

ADVOGADO: ANDRE AUGUSTO DA SILVA NOGUEIRA - (OAB PA373-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADO: SECRETÁRIO DA FAZENDA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 011

Processo: **0807124-39.2020.8.14.0000**

Classe Judicial: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a): Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

POLO ATIVO

IMPETRANTE: MARINELMA CRISTO BATISTA

ADVOGADO: DANILO EVANGELISTA PELOSO DA SILVA - (OAB PA205-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADO: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC/PA

IMPETRADO: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO: PARA MINISTERIO PUBLICO

UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO- UPJ

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

NÚCLEO DE SESSÃO DE JULGAMENTO

1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO

ATA DE JULGAMENTO DA 37ª SESSÃO ORDINÁRIA EM PLENÁRIO VIRTUAL, DO ANO DE 2021, DA 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO:

37ªSESSÃO ORDINÁRIA EM PLENÁRIO VIRTUAL DE 2021 DA 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO, REALIZADA POR MEIO DA FERRAMENTA PLENÁRIO VIRTUAL, COM INÍCIO ÀS 14H00 DO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2021 E TÉRMINO ÀS 14H00 DO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2021,SOB A PRESIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO, DO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR ROBERTO GONÇALVES MOURA

PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA: JORGE ROCHA

DESEMBARGADORES PRESENTES À SESSÃO: CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO, EZILDA PASTANA MUTRAN, MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA, ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA, E LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO (CONVOCADO),ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

PROCESSOS ELETRÔNICOS¿PJE

Ordem 001

Processo 0809736-18.2018.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Atos Administrativos

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

AGRAVANTE LINHAS DE MACAPA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

ADVOGADO KONRADO ALEXANDRE NEVES MOURA - (OAB PA8328-A)

AGRAVANTE LINHAS DE XINGU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

ADVOGADO KONRADO ALEXANDRE NEVES MOURA - (OAB PA8328-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO: Dou provimento ao recurso

Turma Julgadora: Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 002

Processo 0801207-44.2017.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Antecipação de Tutela / Tutela Específica

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

AGRAVANTE ESTADO DO PARA

PROCURADOR CAIO DE AZEVEDO TRINDADE

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO LINHAS DE XINGU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

ADVOGADO KONRADO ALEXANDRE NEVES MOURA - (OAB PA8328-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

DECISÃO: Dou parcial provimento ao recurso

Turma Julgadora: Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 003

Processo 0810587-86.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Liminar

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE ESTADO DO PARA

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

DECISÃO: Nego provimento ao recurso

Turma Julgadora: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 004

Processo 0806199-43.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Abuso de Poder

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE SUPERMERCADOS E SUPERCENTER NAZARE

ADVOGADO IGOR DINIZ KLAUTAU DE AMORIM FERREIRA - (OAB PA20110-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL, VICENTE LEITE B. A. DOS SANTOS,

AGRAVADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: Nego provimento ao recurso

Turma Julgadora: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Des. Luiz Gonzaga da Costa Neto

Ordem 005

Processo 0800715-13.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Concurso Público / Edital

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO CAMILA NOBRE LIMA MENDES

ADVOGADO THIAGO HENRIQUE CRISTO PARANHOS - (OAB PA018715-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

retirado

Ordem 006

Processo 0804974-51.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal IPVA - Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO ARLENE TAKETOMI QUEIROZ

ADVOGADO THAISA ROBERTA VASCONCELOS SOUZA - (OAB PA569-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: Nego provimento ao recurso

Turma Julgadora: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 007

Processo 0811418-37.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: Nego provimento ao recurso

Turma Julgadora: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 008

Processo 0810439-75.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Estaduais

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE CESAR AUGUSTO VIEIRA BARBETTA

ADVOGADO JOAQUIM GONZAGA NETO - (OAB TO1317-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO DELEGACIA REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO DE CONCEIÇAO DO ARAGUAIA

ADVOGADO EROTIDES MARTINS REIS NETO - (OAB PA23351)

AGRAVADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: Julgo procedente

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 009

Processo 0806228-93.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Meio Ambiente

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE MUNICIPIO DE BELEM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

POLO PASSIVO

AGRAVADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 010

Processo 0810023-10.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Sistema Nacional de Trânsito

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA PROCURADORIA JURÍDICA DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou parcial provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: EZILDA PASTANA MUTRAN, MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA, ROBERTO GONCALVES DE MOURA

Ordem 011

Processo 0800995-52.2019.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Abono Pecuniário (Art. 78 Lei 8.112/1990)

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE RAIMUNDO AMIL BATISTA MONTEIRO

ADVOGADO ALCINDO VOGADO NETO - (OAB PA6266-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO BANPARÁ

ADVOGADO EDVALDO CARIBE COSTA FILHO - (OAB PA10744-A)

PROCURADORIA BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A - BANPARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: EZILDA PASTANA MUTRAN, MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA,ROBERTO GONCALVES DE MOURA

Ordem 012

Processo 0809394-36.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Sistema Nacional de Trânsito

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE MUNICÍPIO DE PALESTINA DO PARÁ

PROCURADORIA MIRLLA JARINE DINIZ DE OLIVEIRA-SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

POLO PASSIVO

AGRAVADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ - MPPA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou parcial provimento ao recurso

Turma Julgadora: : EZILDA PASTANA MUTRAN, MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA, ROBERTO GONCALVES DE MOURA

Ordem 013

Processo 0802080-39.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO ALFREDO ZUCCA NETO - (OAB SP154694-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S/A

POLO PASSIVO

AGRAVADO MUNICIPIO DE SANTAREM NOVO

ADVOGADO DENNYSON NOGUEIRA VIANA - (OAB 29537-E)

AGRAVADO MUNICÍPIO DE SANTARÉM NOVO

PROCURADORIA PROCURADORIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO/PA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

Presentes à sessão: EZILDA PASTANA MUTRAN, MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA,ROBERTO GONCALVES DE MOURA

Ordem 014

Processo 0808349-31.2019.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Liminar

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE REFRIGERANTES GAROTO INDUSTRIA E COMERCIO SA

ADVOGADO AMANDA HOLANDA FERREIRA - (OAB PA25583-A)

ADVOGADO BIANCA RIBEIRO LOBATO - (OAB PA701-A)

ADVOGADO PAULA ANDREA MESSEDER ZAHLUTH - (OAB PA18950-A)

ADVOGADO ARTHUR SISO PINHEIRO - (OAB PA17657-A)

ADVOGADO MURILLO GUERREIRO SOUZA - (OAB PA20720-A)

AGRAVANTE CONAL CONCENTRADOS NATURAIS LTDA

ADVOGADO AMANDA HOLANDA FERREIRA - (OAB PA25583-A)

ADVOGADO BIANCA RIBEIRO LOBATO - (OAB PA701-A)

ADVOGADO PAULA ANDREA MESSEDER ZAHLUTH - (OAB PA18950-A)

ADVOGADO ARTHUR SISO PINHEIRO - (OAB PA17657-A)

ADVOGADO MURILLO GUERREIRO SOUZA - (OAB PA20720-A)

AGRAVANTE FABIO RESQUE VIEIRA

ADVOGADO AMANDA HOLANDA FERREIRA - (OAB PA25583-A)

ADVOGADO BIANCA RIBEIRO LOBATO - (OAB PA701-A)

ADVOGADO PAULA ANDREA MESSEDER ZAHLUTH - (OAB PA18950-A)

ADVOGADO ARTHUR SISO PINHEIRO - (OAB PA17657-A)

ADVOGADO MURILLO GUERREIRO SOUZA - (OAB PA20720-A)

AGRAVANTE MARCELO RESQUE VIEIRA

ADVOGADO AMANDA HOLANDA FERREIRA - (OAB PA25583-A)

ADVOGADO BIANCA RIBEIRO LOBATO - (OAB PA701-A)

ADVOGADO PAULA ANDREA MESSEDER ZAHLUTH - (OAB PA18950-A)

ADVOGADO ARTHUR SISO PINHEIRO - (OAB PA17657-A)

ADVOGADO MURILLO GUERREIRO SOUZA - (OAB PA20720-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

retirado

Ordem 015

Processo 0802183-46.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Dano ao Erário

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

AGRAVADO MARIO HENRIQUE DE SOUZA GUERREIRO

ADVOGADO SAMIA HAMOY GUERREIRO - (OAB PA20176-A)

AGRAVADO JR COMERCIO E ASSESSORIA CONTABIL LTDA - ME

ADVOGADO ALVA RINE ALVES DA SILVA - (OAB PA10918-A)

AGRAVADO JONAS PINHEIRO REIS

ADVOGADO ALVA RINE ALVES DA SILVA - (OAB PA10918-A)

AGRAVADO JURANDIR PINHEIRO REIS

ADVOGADO SILAS DUTRA PEREIRA - (OAB PA14261-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou provimento ao recurso

Turma Julgadora:: EZILDA PASTANA MUTRAN, MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA,ROBERTO GONCALVES DE MOURA

Ordem 016

Processo 0801152-54.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Dívida Ativa

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE PEROLA DISTRIBUICAO E LOGISTICA LTDA.

ADVOGADO EDUARDO URANY DE CASTRO - (OAB GO16539)

POLO PASSIVO

AGRAVADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou provimento ao recurso

Turma Julgadora: EZILDA PASTANA MUTRAN, MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA,ROBERTO GONCALVES DE MOURA

Ordem 017

Processo 0806608-19.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Benefícios em Espécie

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE ODELSO COSTA CORREA

ADVOGADO ALLAN GOMES MOREIRA - (OAB PA15582-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou provimento ao recurso

Turma Julgadora: EZILDA PASTANA MUTRAN, MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA,ROBERTO GONCALVES DE MOURA

Ordem 018

Processo 0804037-75.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Esbulho / Turbação / Ameaça

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

AGRAVADO VALE S.A.

ADVOGADO PEDRO BENTES PINHEIRO NETO - (OAB PA12816-A)

PROCURADORIA VALE S/A

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

Turma Julgadora: EZILDA PASTANA MUTRAN, LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO,ROBERTO GONCALVES DE MOURA

Ordem 019

Processo 0803295-16.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal ICMS / Incidência Sobre o Ativo Fixo

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO FAZENDAO INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA

ADVOGADO CAMILA CORREA SILVA MENDES - (OAB GO29620)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

Turma Julgadora: EZILDA PASTANA MUTRAN, MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA,ROBERTO GONCALVES DE MOURA

Ordem 020

Processo 0805052-16.2019.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Dano ao Erário

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE ANTONIO CARLOS FONTELLES DE LIMA

ADVOGADO EMY HANNAH RIBEIRO MAFRA - (OAB PA23263-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO IASEP - INSTITUTO DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA INSTITUTO DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou provimento ao recurso

Turma Julgadora: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 021

Processo 0809771-41.2019.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Assistência Judiciária Gratuita

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE CALILO JORGE KZAM

ADVOGADO CALILO JORGE KZAM NETO - (OAB PA4241-A)

ADVOGADO BARBARA DO SOCORRO LUZ DIAS - (OAB PA20513-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA PROCURADORIA JURÍDICA DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ

AGRAVADO SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA DE BELÉM - SEMOB

PROCURADORIA SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA DE BELÉM - SEMOB

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR JORGE DE MENDONCA ROCHA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

Turma Julgadora: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 022

Processo 0804883-92.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Exame Psicotécnico / Psiquiátrico

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE JOSIVALDO DE OLIVEIRA DE SOUSA

ADVOGADO CLAUDIO MARINO FERREIRA DIAS - (OAB PA24293-A)

ADVOGADO PATRICIA DOS SANTOS ZUCATELLI - (OAB PA24211-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

DECISÃO: Nego provimento ao recurso

Turma Julgadora: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 023

Processo 0804638-47.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE IGEPREV

ADVOGADO ELTON DA COSTA FERREIRA - (OAB PA16144-A)

PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

AGRAVADO CLELIA DE CARVALHO LAUANDE

ADVOGADO CELYCE DE CARVALHO CARNEIRO - (OAB PA18888-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou provimento ao recurso

Turma Julgadora: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 024

Processo 0805991-59.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Erro de Procedimento

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A

ADVOGADO LEONARDO NUNEZ CAMPOS - (OAB BA30972-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou provimento ao recurso

Turma Julgadora: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 025

Processo 0811094-47.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Liminar

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO AMADEU ALVES MOREIRA

ADVOGADO RAFAEL ANDRADE BIANGULO - (OAB TO7421)

ADVOGADO MARCIO ADRIANO CABRAL DE SOUZA - (OAB TO7241)

ADVOGADO DANIEL CONCHON FAVARO - (OAB TO5888)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou provimento ao recurso

Turma Julgadora: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 026

Processo 0805941-04.2018.8.14.0000

Classe Judicial embargos de declaração em AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal ICMS / Incidência Sobre o Ativo Fixo

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

embargante/AGRAVANTE FERNANDO ACATAUASSU NUNES

ADVOGADO MARLUCE ALMEIDA DE MEDEIROS - (OAB PA6778-A)

POLO PASSIVO

embargado/AGRAVADO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Embargos rejeitados

Turma Julgadora: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 027

Processo 0806887-05.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Edital

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

agravante/AGRAVANTE ITAMAR SOARES DE CARVALHO JUNIOR

ADVOGADO GUSTAVO SANTANA AMORIM - (OAB GO37199)

agravante/AGRAVANTE MARIA JOSE NUNES

ADVOGADO GUSTAVO SANTANA AMORIM - (OAB GO37199)

POLO PASSIVO

agravado/AGRAVADO IRLAINE MARIA FIGUEIRA DA SILVA

agravado/AGRAVADO DAYANE DA SILVA LIMA

agravado/AGRAVADO MUNICÍPIO DE SANTARÉM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

Turma Julgadora:Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 028

Processo 0804127-20.2019.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Prestação de Contas

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE ESTADO DO PARA

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO RENAN LOPES SOUTO

ADVOGADO ALANO LUIZ QUEIROZ PINHEIRO - (OAB PA10826-A)

ADVOGADO SANDY COELHO BACHA - (OAB PA23661)

AGRAVADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou provimento ao recurso

Turma Julgadora: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 029

Processo 0804474-19.2020.8.14.0000

Classe Judicial embargos de declaração em AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Cancelamento de Protesto

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

embargante/AGRAVANTE ALESAT COMBUSTIVEIS S.A.

ADVOGADO ELDER GUSTAVO TAVARES RODRIGUES - (OAB PE30283)

ADVOGADO THIAGO JOSE MILET CAVALCANTI FERREIRA - (OAB PE28007)

POLO PASSIVO

embargado/AGRAVADO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Embargos rejeitados

Turma Julgadora: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 030

Processo 0800848-55.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Pedidos Genéricos Relativos aos Benefícios em Espécie

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE IGEPREV

PROCURADOR VAGNER ANDREI TEIXEIRA LIMA

PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

AGRAVADO NELSON VIANA RODRIGUES

ADVOGADO THIAGO TELES DE CARVALHO - (OAB PA18537-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 031

Processo 0807382-49.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Liminar

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE MUNICIPIO DE MARAPANIM

ADVOGADO BRUNO KEVIN PEREIRA - (OAB PA25141-A)

PROCURADORIA PROCURADORIA MUNICIPAL DE MARAPANIM

POLO PASSIVO

AGRAVADO JESSYKA TAINA RODRIGUES ARAUJO

ADVOGADO SANDRA MARIA TOCANTINS DE SOUZA - (OAB AP2794)

ADVOGADO GERUSA TEIXEIRA GARDELINE - (OAB PA22410-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 032

Processo 0805113-71.2019.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Pessoas com deficiência

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO RAFAEL BARROSO FONTELLES - (OAB RJ119910)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S/A

POLO PASSIVO

AGRAVADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

retirado

Ordem 033

Processo 0806181-56.2019.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Dano ao Erário

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

AGRAVANTE PABLO RAPHAEL GOMES GENUINO

ADVOGADO EDENMAR MACHADO ROSAS DOS SANTOS - (OAB PA12801-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO MUNICÍPIO DE RURÓPOLIS

ADVOGADO CELSO LUIZ FURTADO SILVA - (OAB PA12652-B)

ADVOGADO ANDREO MARCEO DOS SANTOS RASERA - (OAB PA9449-A)

ADVOGADO RENATO FERREIRA DE BARROS NETO - (OAB PA24141-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

TERCEIRO INTERESSADO UNIÃO FEDERAL

PROCURADORIA PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DO PARÁ ¿ PU/PA

retirado

Ordem 034

Processo 0808763-58.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal ICMS/Importação

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

AGRAVANTE RADIO E TELEVISAO MODELO PAULISTA LTDA

ADVOGADO FREDERICO AUGUSTO DE ALMEIDA FERREIRA - (OAB RJ100825)

POLO PASSIVO

AGRAVADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

retirado

Ordem 035

Processo 0804372-60.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Dívida Ativa

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

AGRAVANTE LEOROCHA MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA

ADVOGADO JOSE HENRIQUE ROCHA CABELLO - (OAB SP199411)

POLO PASSIVO

AGRAVADO FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

AGRAVADO MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

DECISÃO: Nego provimento ao recurso

Turma Julgadora: Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 036

Processo 0805344-64.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

AGRAVANTE JOELSON SOARES LEAL

ADVOGADO VITAL GOMES RODRIGUES FILHO - (OAB PA15360-A)

ADVOGADO ALLAN KNYO LUZ NAVARRO DE SOUSA - (OAB PA23499-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

PROCURADORIA PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR JORGE DE MENDONCA ROCHA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

decisão: Nego provimento ao recurso

Turma Julgadora: Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 037

Processo 0801190-03.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Curso de Formação

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

AGRAVANTE ESTADO DO PARA

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO DARIL DA SILVA E SILVA

ADVOGADO MIGUEL LOBATO DE VILHENA - (OAB PA002475)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR JORGE DE MENDONCA ROCHA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

decisão: Nego provimento ao recurso

Turma Julgadora: Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 038

Processo 0808280-96.2019.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Acumulação de Cargos

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

AGRAVANTE AUTO SOCORRO PUMA LTDA - ME

ADVOGADO HUGO PINTO BARROSO - (OAB PA12727-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO UASHINGTON COSTA LIMA

ADVOGADO RENATO LOPES BARBOSA - (OAB PA15676-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTERIO PUBLICO - CNPJ: 05.054.960/0001-58 (FISCAL DA LEI)

PROCURADOR MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

decisão: Nego provimento ao recurso

Turma Julgadora: Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Des. Luiz Gonzaga da Costa Neto

Ordem 039

Processo 0808037-21.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Enriquecimento ilícito

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

AGRAVANTE ABRAHAM FORTUNATO CHOCRON

ADVOGADO ADRIANA OSORIO PIZA - (OAB PA24282-A)

ADVOGADO ISAAC VASCONCELOS LISBOA FILHO - (OAB PA11125-A)

AGRAVANTE JESO CELIO CHAVES CARNEIRO

ADVOGADO ADRIANA OSORIO PIZA - (OAB PA24282-A)

ADVOGADO ISAAC VASCONCELOS LISBOA FILHO - (OAB PA11125-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR JORGE DE MENDONCA ROCHA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

retirado

Ordem 040

Processo 0808117-82.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Violação aos Princípios Administrativos

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

AGRAVANTE PAULO ROBERTO CHAVES FERNANDES

ADVOGADO HIPOLITO DA LUZ DE BARROS GARCIA - (OAB PA2633-A)

AGRAVANTE ANA CRISTINA KLAUTAU LEITE CHAVES

ADVOGADO HIPOLITO DA LUZ DE BARROS GARCIA - (OAB PA2633-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

decisão: Dou provimento ao recurso

Turma Julgadora: Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 041

Processo 0807614-32.2018.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Utilização de bens públicos

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

AGRAVANTE JURANDIR MARTINS CUNHA

ADVOGADO IONE ARRAIS DE CASTRO OLIVEIRA - (OAB PA3609-A)

ADVOGADO FERNANDO AUGUSTO BRAGA OLIVEIRA - (OAB PA5555-A)

ADVOGADO BARBARA ARRAIS DE CASTRO CARVALHO - (OAB PA15352-A)

ADVOGADO LUAN ATA QUEIROZ ABADESSA DA SILVA - (OAB PA20115-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO MUNICIPIO DE MOCAJUBA

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MOCAJUBA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

decisão: Nego provimento ao recurso

Turma Julgadora: Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 042

Processo 0802879-82.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Abuso de Poder

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

AGRAVANTE DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AUTORIDADE MUNICIPIO DE TUCURUI

PROCURADORIA PROCURADORIA DO MUNICIPIO DE TUCURUÍ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

retirado

Ordem 043

Processo 0000627-47.2017.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Posse e Exercício

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

AGRAVANTE MUNICIPIO DE NOVA TIMBOTEUA

PROCURADOR ALEXANDRE DOS REIS CONCEICAO

POLO PASSIVO

AGRAVADO VERIDIANA TEIXEIRA PALMA

ADVOGADO DANIELY KEMPFER PHILIPPSEN - (OAB PA23376)

ADVOGADO ANTONIA LIVIA SANTANA LINHARES - (OAB PA22030-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

retirado

Ordem 044

Processo 0809101-03.2019.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Dano ao Erário

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

AGRAVANTE B.C.E.- E.

ADVOGADO GILMAR NASCIMENTO DE MORAES - (OAB PA21003-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO PARA MINISTERIO PUBLICO - CNPJ: 05.054.960/0001-58 (FISCAL DA LEI)

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

retirado

Ordem 045

Processo 0807906-46.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal ICMS/Importação

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

AGRAVANTE ESTADO DO PARA

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO PROTENORTE EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA

ADVOGADO MONIQUE POLASTRO CARVALHO - (OAB SP335479-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

decisão: Dou provimento ao recurso

Turma Julgadora: Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 046

Processo 0803842-90.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Estatuto da criança e do adolescente

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

AGRAVANTE FASEPA FASEPA - FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ

PROCURADORIA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ - FASEPA

POLO PASSIVO

AGRAVADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou parcial provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 047

Processo 0802126-33.2017.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Garantias Constitucionais

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

AGRAVANTE MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA

ADVOGADO EMANOEL O DE ALMEIDA FILHO - (OAB PA5399-A)

AGRAVANTE JOSE HILTON PINHEIRO DE LIMA

ADVOGADO EMANOEL O DE ALMEIDA FILHO - (OAB PA5399-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIO NONATO FALANGOLA

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

decisão: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 048

Processo 0810897-92.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Concessão

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

AGRAVANTE IGEPREV

ADVOGADO MARLON JOSE FERREIRA DE BRITO - (OAB PA7884-A)

PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

AGRAVADO MARIA AUTA MENDES SANTOS

ADVOGADO JULIA YASMIN MONTEIRO MAUES - (OAB PA21054-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIO NONATO FALANGOLA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

decisão: Nego provimento ao recurso

Turma Julgadora: Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 049

Processo 0800197-57.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

AGRAVANTE MAXXCARD ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA.

ADVOGADO AMANDA HOLANDA FERREIRA - (OAB PA25583-A)

ADVOGADO ARTHUR SISO PINHEIRO - (OAB PA17657-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIO NONATO FALANGOLA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

retirado

Ordem 050

Processo 0803950-90.2018.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Inconstitucionalidade Material

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

AGRAVANTE INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA

ADVOGADO TIAGO DE LIMA FERREIRA - (OAB PA12329)

PROCURADORIA INSTITUTO DE TERRAS DO PARA-ITERPA

POLO PASSIVO

AGRAVADO DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

retirado

Ordem 051

Processo 0810206-15.2019.8.14.0000

Classe Judicial embargos de declaração em AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Indenização por Dano Ambiental

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

embargado/AGRAVANTE INTERAMERICAN LTDA - EPP

ADVOGADO CRYSTIANE BAGATELLI DOS SANTOS GUARDA ALVES - (OAB SP393203)

POLO PASSIVO

embargante/AGRAVADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

decisão: Embargos rejeitados

Turma Julgadora: Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 052

Processo 0802609-58.2020.8.14.0000

Classe Judicial TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE

Assunto Principal Energia Elétrica

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

RECORRENTE GUASCOR DO BRASIL LTDA

ADVOGADO FLAVIA CRISTINA MOREIRA DE CAMPOS ANDRADE - (OAB SP106895)

ADVOGADO CLARA PACCE PINTO SERVA - (OAB SP345233)

ADVOGADO MONICA MENDONCA COSTA - (OAB SP195829)

POLO PASSIVO

RECORRIDO PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

decisão: Nego provimento ao recurso

Turma Julgadora: Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 053

Processo 0800715-82.2019.8.14.0032

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Tratamento da Própria Saúde

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE/PA

PROCURADORIA PROCURADORIA JURIDICA DO MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE

REPRESENTANTE MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE

PROCURADORIA PROCURADORIA JURIDICA DO MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE

POLO PASSIVO

RECORRIDO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

decisão: Nego provimento ao recurso

Turma Julgadora: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina

Gemaque Taveira

Ordem 054

Processo 0800592-19.2020.8.14.0107

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE MCHL SERVICOS DE REFRIGERACAO LTDA

ADVOGADO MONICA MATSUNO DE MAGALHAES - (OAB SP351980-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO COORDENADOR EXECUTIVO DE CONTROLE DE MERCADORIA EM TRÂNSITO - CECOMT

RECORRIDO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIO NONATO FALANGOLA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

decisão:Nego provimento ao recurso

Turma Julgadora: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 055

Processo 0801135-56.2019.8.14.0301

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Medidas de proteção

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

RECORRIDO MUNICIPIO DE BELEM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO E.M.C.

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

decisão: Nego provimento ao recurso

Turma Julgadora: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 056

Processo 0000315-51.2011.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Antecipação de Tutela / Tutela Específica

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE FRANCISCO JOSE COSTA NOGUEIRA

ADVOGADO MARIA CLAUDIA SILVA COSTA - (OAB PA13085-A)

ADVOGADO ADRIANE FARIAS SIMOES - (OAB PA8514-A)

POLO PASSIVO

APELADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICACAO-SECOM

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

decisão; Dou provimento ao recurso

Turma Julgadora: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Des. Luiz Gonzaga da Costa Neto

Ordem 057

Processo 0805760-07.2017.8.14.0301

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Medidas de proteção

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE TAIANE DA SILVA PANTOJA

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

JUIZO RECORRENTE H. V. P. D. S

REPRESENTANTE DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

RECORRIDO MUNICÍPIO DE BELÉM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADOR MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

decisão: Nego provimento ao recurso

Turma Julgadora: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 058

Processo 0800806-81.2020.8.14.0051

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Prestação de Contas

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE JOAQUIM DE LIRA MAIA

ADVOGADO FRANCISCO BRASIL MONTEIRO FILHO - (OAB PA11604-A)

ADVOGADO SABATO GIOVANI MEGALE ROSSETTI - (OAB PA2774-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO CAMARA MUNICIPAL DE SANTAREM

PROCURADORIA COORDENADORIA JURÍDICO-LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE

SANTARÉM

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

decisão: sentença mantida

Turma Julgadora: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 059

Processo 0800138-41.2018.8.14.0032

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Abono de Permanência

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE EMIDIO LIMA DE ANDRADE

ADVOGADO JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZ - (OAB PA13143-A)

ADVOGADO OTACILIO DE JESUS CANUTO - (OAB PA12633-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO CLOVIS LUIZ DA SILVA FREITAS

RECORRIDO MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE

PROCURADORIA PROCURADORIA JURIDICA DO MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

decisão: Nego provimento ao recurso

Turma Julgadora: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina

Gemaque Taveira

Ordem 060

Processo 0003443-20.2016.8.14.0070

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Adicional de Horas Extras

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE MUNICIPIO DE ABAETETUBA

ADVOGADO CARLA LORENA GOMES DE OLIVEIRA MACHADO FREIRE - (OAB PA13663-A)

PROCURADORIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA

POLO PASSIVO

RECORRIDO LUIZ ANTONIO BARBOSA

ADVOGADO MAURICIO PIRES RODRIGUES - (OAB PA20476-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

decisão: Dou provimento ao recurso

Turma Julgadora: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 061

Processo 0004905-32.2013.8.14.0065

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Abuso de Poder

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE JUÍZO DA 1ª VARA DE XINGUARA - PA

POLO PASSIVO

RECORRIDO PREFEITO MUNICIPAL DE XINGUARÁ-PA

ADVOGADO CRISTIANO PROCOPIO DE OLIVEIRA - (OAB PA15594-A)

RECORRIDO E. V. DO NASCIMENTO FILHO - ME

ADVOGADO MARCIO JOSE BRAZ - (OAB PA15607-S)

RECORRIDO EDSON VICENTE DO NASCIMENTO FILHO

RECORRIDO MUNICIPIO DE XINGUARA

PROCURADORIA PROCURADORIA DO MUNICIPIO DE XINGUARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

decisão: Nego provimento ao recurso

Turma Julgadora: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 062

Processo 0800428-56.2018.8.14.0032

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Anulação

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE RODRIGO DA SILVA RIBEIRO

ADVOGADO OTACILIO DE JESUS CANUTO - (OAB PA12633-A)

ADVOGADO JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZ - (OAB PA13143-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO JARDEL VASCONCELOS CARMO

RECORRIDO MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE/PA

PROCURADORIA PROCURADORIA JURIDICA DO MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE

REPRESENTANTE MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE

PROCURADORIA PROCURADORIA JURIDICA DO MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 063

Processo 0000721-91.2019.8.14.0107

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE JUÍZO DA VARA ÚNICA DE DOM ELISEU

POLO PASSIVO

RECORRIDO BAUMER S A

ADVOGADO MURILO MARCO - (OAB SP238689-A)

RECORRIDO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADOR JORGE DE MENDONCA ROCHA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 064

Processo 0800082-95.2018.8.14.0003

Classe Judicial embargos de declaração em REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Escolaridade

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

embargaNTE/JUIZO RECORRENTE MUNICIPIO DE ALENQUER

PROCURADOR JULIANN LENNON LIMA ALEIXO

PROCURADOR JOAO BATISTA VIEIRA DOS ANJOS

EMBARGANTE/PROCURADORIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALENQUER

POLO PASSIVO

EMBARGADO/RECORRIDO MARIA JOCENILDA SENA DE ARAGAO SOUSA

ADVOGADO IB SALES TAPAJOS - (OAB PA19181-A)

ADVOGADO GLEYDSON ALVES PONTES - (OAB PA12347-A)

ADVOGADO ELCIO MARCELO QUEIROZ RAMOS - (OAB PA1658-A)

EMBARGADO/RECORRIDO ELIAN SOCORRO VINHOTE GAMA

ADVOGADO IB SALES TAPAJOS - (OAB PA19181-A)

EMBARGADO/RECORRIDO MARIA DO CARMO DO NASCIMENTO ROSA CALDERARO

ADVOGADO IB SALES TAPAJOS - (OAB PA19181-A)

EMBARGADO/RECORRIDO JESUILA INES DE CASTRO FONSECA

ADVOGADO IB SALES TAPAJOS - (OAB PA19181-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Embargos rejeitados

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 065

Processo 0804067-87.2020.8.14.0040

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Abuso de Poder

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE JOELMA DE MOURA LEITE

ADVOGADO MARCIA MARIA SOARES BARROS - (OAB PA11828-A)

ADVOGADO WILSON SENA BRASIL - (OAB PE38500-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO LUIZ ALBERTO MOREIRA CASTILHO

ADVOGADO JARDISON JAMES GOMES DA SILVA E SILVA - (OAB PA825-A)

ADVOGADO GISELLE NASCENTES CUNHA - (OAB PA15781-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIO NONATO FALANGOLA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 066

Processo 0000131-13.2008.8.14.0136

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Dano ao Erário

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

SENTENCIANTE JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE CANAA DOS CARAJAS PA

POLO PASSIVO

RECORRIDO MUNICIPIO DE CANAA DOS CARAJAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS

SENTENCIADO ANUAR ALVES DA SILVA

ADVOGADO ANTONIO QUARESMA DE SOUSA FILHO - (OAB PA63-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 067

Processo 0006296-18.1998.8.14.0301

Classe Judicial embargos de declaração em REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Militar

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE JUIZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA DA FAZENDA DE BELEM

POLO PASSIVO

embargante/RECORRIDO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

embargado/RECORRIDO ANA LOURDES RIBEIRO MEDEIROS DE MORAES

ADVOGADO MAYRA IZIS DE LUCENA NUNES - (OAB PA98000A)

ADVOGADO ROSILENE SILVA DE SOUZA - (OAB PA5139)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JUGADORA: Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 068

Processo 0801164-74.2018.8.14.0032

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Abono de Permanência

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE

PROCURADORIA PROCURADORIA JURIDICA DO MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE

JUIZO RECORRENTE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE

POLO PASSIVO

RECORRIDO JUSSARA DE ALMEIDA LINS

ADVOGADO OTACILIO DE JESUS CANUTO - (OAB PA12633-A)

ADVOGADO JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZ - (OAB PA13143-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR JORGE DE MENDONCA ROCHA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Julgo improcedente

TURMA JULGADORA: Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 069

Processo 0801348-93.2019.8.14.0032

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Anulação

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE

PROCURADORIA PROCURADORIA JURIDICA DO MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE

JUIZO RECORRENTE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE

REPRESENTANTE MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE

PROCURADORIA PROCURADORIA JURIDICA DO MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE

POLO PASSIVO

RECORRIDO LUCILENE SILVA ROCHA

ADVOGADO JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZ - (OAB PA13143-A)

ADVOGADO OTACILIO DE JESUS CANUTO - (OAB PA12633-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Julgo procedente

TURMA JULGADORA: Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 070

Processo 0800108-69.2019.8.14.0032

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Anulação

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE/PA

PROCURADORIA PROCURADORIA JURIDICA DO MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE

JUIZO RECORRENTE JARDEL VASCONCELOS CARMO

REPRESENTANTE MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE

PROCURADORIA PROCURADORIA JURIDICA DO MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE

POLO PASSIVO

RECORRIDO MARLY VICENTE RODRIGUES

ADVOGADO JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZ - (OAB PA13143-A)

ADVOGADO OTACILIO DE JESUS CANUTO - (OAB PA12633-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIO NONATO FALANGOLA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

retirado

Ordem 071

Processo 0000458-76.2009.8.14.0053

Classe Judicial embargos de declaração em REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Atos Administrativos

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO FÉLIX DO XINGU

POLO PASSIVO

embargante/RECORRIDO PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

embargado/RECORRIDO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Embargos rejeitados

TURMA JULGADORA: Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 072

Processo 0001037-66.2012.8.14.0005

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE JUIZO DE DIREITO DA 4ª VARA CIVEL DE ALTAMIRA

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO BRUNO MOREIRA COSTA

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR NELSON PEREIRA MEDRADO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Julgo prejudicado

TURMA JULGADORA: Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 073

Processo 0001058-42.2012.8.14.0005

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE JUIZO DE DIREITO DA 4ª VARA CIVEL DE ALTAMIRA

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO FRANCINALDO BARROSO QUARESMA

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Julgo prejudicado

TURMA JULGADORA: Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 074

Processo 0002543-13.2011.8.14.0070

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

APELANTE JUIZO DA 1ª VARA CIVEL DE ABAETETUBA

POLO PASSIVO

APELADO JOSE MESSIAS FERREIRA DA SILVA

ADVOGADO MARIA CLAUDIA SILVA COSTA - (OAB PA13085-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Julgo prejudicado

TURMA JULGADORA: Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 075

Processo 0008499-06.2014.8.14.0005

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE JUIZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA CIVEL DA COMARCA DE ALTAMIRA

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO THIAGO BARBOSA DE OLIVEIRA CARDIAS

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811)

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Julgo prejudicado

TURMA JULGADORA: Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 076

Processo 0012644-34.2013.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

APELANTE JUIZO DA TERCEIRA VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE PARAUAPEBAS

POLO PASSIVO

APELADO OSTERNO CALIXTO MOURAO FILHO

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811)

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Julgo prejudicado

TURMA JULGADORA: Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 077

Processo 0021064-89.2011.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

APELANTE JUIZO DA TERCEIRA VARA DA FAZENDA DE BELEM

POLO PASSIVO

APELADO ROSIVALDA CEZARIO VALLES

ADVOGADO GABRIELA ELLERES VASQUES - (OAB PA920-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Julgo prejudicado

TURMA JULGADORA: Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa.

Ezilda Pastana Mutran

Ordem 078

Processo 0000191-48.2012.8.14.0070

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO ROSIVALDO FAYAL DE FREITAS

ADVOGADO MARIA CLAUDIA SILVA COSTA - (OAB PA13085-A)

ADVOGADO ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI - (OAB PA7985-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR NELSON PEREIRA MEDRADO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Julgo prejudicado

TURMA JULGADORA: Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 079

Processo 0006122-96.2013.8.14.0005

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Prescrição e Decadência

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO MARCELO DUTERVIL NASCIMENTO SANTOS

ADVOGADO FABRICIO BACELAR MARINHO - (OAB PA7617-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Julgo prejudicado

TURMA JULGADORA: Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 080

Processo 0000432-29.2012.8.14.0003

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO GILZIMAR CORREA DE ALMEIDA

ADVOGADO ALEXANDRE SCHERER - (OAB PA10138-A)

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Julgo prejudicado

Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 081

Processo 0000896-47.2012.8.14.0005

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO SAMUEL COSTA DA SILVA

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Julgo prejudicado

TURMA JULGaDORA: Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 082

Processo 0001052-35.2012.8.14.0005

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO CESAR AUGUSTO SILVA

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Julgo prejudicado

TURMA JULGADORA: Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 083

Processo 0001330-58.2013.8.14.0051

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO WELTON LINO LOPES SILVA

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Julgo prejudicado

TURMA JULGADORA: Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 084

Processo 0003129-39.2013.8.14.0051

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO NEMORA THAYNA DE FREITAS PINTO

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIO NONATO FALANGOLA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Julgo prejudicado

TURMA JULGADORA: Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 085

Processo 0803134-90.2018.8.14.0006

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Garantias Constitucionais

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

APELADO HELIO ANDREY COSTA DE OLIVEIRA

APELADO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

PROCURADORIA MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

REPRESENTANTE MUNICIPIO DE ANANINDEUA

PROCURADORIA MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO SECRETARIO DE SAUDE DO ESTADO DO PARA

TERCEIRO INTERESSADO SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANANINDEUA

TERCEIRO INTERESSADO PREFEITO DE ANANINDEUA

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA:

Ordem 086

Processo 0017889-24.2010.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Admissão / Permanência / Despedida

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE BELÉM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

POLO PASSIVO

APELADO THALISSA ISABEL PEREIRA PAIXAO

ADVOGADO YRACYRA GARCIA DE SOUZA CARNEIRO - (OAB PA13656-A)

ADVOGADO MYLENE DE JESUS FONSECA - (OAB PA15350-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

turma julgadora: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 087

Processo 0805538-41.2020.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Anulação

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

POLO PASSIVO

APELADO DAIRES DIAS ROCHA

ADVOGADO LUAN SILVA DE REZENDE - (OAB PA22057-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Julgo parcialmente procedente

turma julgadora: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 088

Processo 0804137-07.2020.8.14.0040

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE/APELANTE MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

POLO PASSIVO

AGRAVADO/APELADO SIDNEIA MARTINS CORREA

ADVOGADO ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

ADVOGADO ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

ADVOGADO MARCELO SANTOS MILECH - (OAB PA15801-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 089

Processo 0801880-09.2020.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

POLO PASSIVO

APELADO FRANCISCO PEDRO DA SILVA FILHO

ADVOGADO ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

ADVOGADO ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

ADVOGADO MARCELO SANTOS MILECH - (OAB PA15801-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 090

Processo 0804056-58.2020.8.14.0040

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE/APELANTE MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

POLO PASSIVO

AGRAVADO/APELADO GRACILENE FONSECA SANTOS

ADVOGADO ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

ADVOGADO ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

ADVOGADO MARCELO SANTOS MILECH - (OAB PA15801-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 091

Processo 0017845-78.2005.8.14.0301

Classe Judicial embargos de declaração em APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Estágio Probatório

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

embargante/APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

embargado/APELADO ANDRE LUIZ MENEZES GONCALVES

ADVOGADO JOAO BATISTA VIEIRA DOS ANJOS - (OAB PA7770-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 092

Processo 0006835-36.2014.8.14.0070

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MUNICIPIO DE ABAETETUBA

PROCURADORIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA

POLO PASSIVO

APELADO ARNALDO SOARES QUARESMA

ADVOGADO MAURICIO PIRES RODRIGUES - (OAB PA20476-A)

ADVOGADO ANA JULIA MUNIZ KEMPNER - (OAB PA602-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Julgo parcialmente procedente

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 093

Processo 0809117-31.2019.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Causas Supervenientes à Sentença

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MARIA ANTONIA MARTINS SOUSA BILAQUE

ADVOGADO HELDER IGOR SOUSA GONCALVES - (OAB PA16834-A)

POLO PASSIVO

APELADO MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 094

Processo 0031945-91.2012.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Adicional de Interiorização

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO ELIAS NASCIMENTO GONCALVES

ADVOGADO ANTONIO EDUARDO CARDOSO DA COSTA - (OAB PA9083-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 095

Processo 0010950-28.2010.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Curso de Formação

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICACAO-SECOM

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO SAMUEL SOUSA DE OLIVEIRA

ADVOGADO FABIANO VIEIRA GONCALVES - (OAB PA8033-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 096

Processo 0800891-03.2020.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

POLO PASSIVO

APELADO ZENEIDE LIMA FERREIRA

ADVOGADO ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

ADVOGADO ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

ADVOGADO MARCELO SANTOS MILECH - (OAB PA15801-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR JORGE DE MENDONCA ROCHA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou parcial provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 097

Processo 0803035-52.2020.8.14.0006

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Garantias Constitucionais

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

PROCURADORIA MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

POLO PASSIVO

APELADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO SILVANA MICHELE RAMOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIO NONATO FALANGOLA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 098

Processo 0861430-25.2020.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Agregação

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

APELANTE PRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA - IGEPREV

POLO PASSIVO

APELADO FLAVIA CONSOLACAO FERNANDES

ADVOGADO GESUM JOSE LEMOS MOREIRA - (OAB PA29385-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR NELSON PEREIRA MEDRADO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 099

Processo 0817610-87.2019.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MUNICIPIO DE BELEM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

POLO PASSIVO

APELADO MARCOS VINICIO DA SILVA MONTEIRO

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIO NONATO FALANGOLA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 100

Processo 0057580-11.2011.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Promoção / Ascensão

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE EDSON SOARES COSTA

ADVOGADO JADER NILSON DA LUZ DIAS - (OAB PA5273-A)

APELANTE MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

APELANTE INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DO MUNICIPIO DE BELEM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

REPRESENTANTE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

POLO PASSIVO

APELADO INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DO MUNICIPIO DE BELEM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

APELADO EDSON SOARES COSTA

ADVOGADO JADER NILSON DA LUZ DIAS - (OAB PA5273-A)

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 101

Processo 0800527-31.2020.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

POLO PASSIVO

APELADO ANTAO FRAZAO

ADVOGADO ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

ADVOGADO MARCELO SANTOS MILECH - (OAB PA15801-A)

ADVOGADO ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

REPRESENTANTE MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 102

Processo 0811482-58.2019.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

POLO PASSIVO

APELADO GILVANA DE OLIVEIRA SARAIVA

ADVOGADO ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

ADVOGADO ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

ADVOGADO MARCELO SANTOS MILECH - (OAB PA15801-A)

REPRESENTANTE MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou parcial provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 103

Processo 0800501-33.2020.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

POLO PASSIVO

APELADO MARLI LOPES DA SILVA

ADVOGADO ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

ADVOGADO ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

ADVOGADO MARCELO SANTOS MILECH - (OAB PA15801-A)

REPRESENTANTE MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou parcial provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 104

Processo 0800444-15.2020.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

POLO PASSIVO

APELADO TATIANA SILVA OLIVEIRA NASCIMENTO

ADVOGADO ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

ADVOGADO MARCELO SANTOS MILECH - (OAB PA15801-A)

ADVOGADO ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

REPRESENTANTE MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 105

Processo 0811220-11.2019.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

POLO PASSIVO

APELADO MARLEIDE BATISTA DOS SANTOS

ADVOGADO ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

ADVOGADO ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

ADVOGADO MARCELO SANTOS MILECH - (OAB PA15801-A)

REPRESENTANTE MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou parcial provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 106

Processo 0800257-07.2020.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

POLO PASSIVO

APELADO JOSE FRANCISCO DOS SANTOS SOARES

ADVOGADO ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

ADVOGADO ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

ADVOGADO MARCELO SANTOS MILECH - (OAB PA15801-A)

REPRESENTANTE MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 107

Processo 0803387-73.2018.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Prestação de Serviços

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE RAIMUNDO NONATO PEREIRA DE BRITO

ADVOGADO ALIPIO MARIO RIBEIRO - (OAB PA22367-A)

ADVOGADO LORRANY MEDRADO DA SILVA - (OAB PA28730-A)

APELANTE BRITO & MARTINS LTDA - ME

ADVOGADO ALIPIO MARIO RIBEIRO - (OAB PA22367-A)

ADVOGADO LORRANY MEDRADO DA SILVA - (OAB PA28730-A)

POLO PASSIVO

APELADO MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 108

Processo 0817272-50.2018.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Abuso de Poder

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - ADEPARÁ

ADVOGADO PEDRO FERNANDO BALDEZ VASCONCELOS - (OAB PA14390-A)

APELANTE MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

APELANTE ADEPARÁ

PROCURADORIA ADEPARÁ - AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARÁ

APELANTE ACASSIO DA SILVA MARTINS

ADVOGADO MARILVALDO NUNES DO NASCIMENTO - (OAB PA16192-A)

REPRESENTANTE AGENCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUARIA DO ESTADO DO PA

REPRESENTANTE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

APELADO BENEDITO FERREIRA DE BRITO

ADVOGADO KALLYD DA SILVA MARTINS - (OAB PA5246-A)

ADVOGADO GUSTAVO DE CARVALHO AMAZONAS COTTA - (OAB PA21313-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO AGENCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUARIA DO ESTADO DO PA

ADVOGADO PEDRO FERNANDO BALDEZ VASCONCELOS - (OAB PA14390-A)

ASSISTENTE PEDRO FERNANDO BALDEZ VASCONCELOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIO NONATO FALANGOLA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

retirado

Ordem 109

Processo 0801911-07.2018.8.14.0070

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Regime Estatutário

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE MUNICIPIO DE ABAETETUBA

PROCURADORIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA

POLO PASSIVO

APELADO RAFAEL PAES LOBATO

ADVOGADO LUCIANA DOLORES MIRANDA GUIMARÃES - (OAB PA23422-A)

ADVOGADO MAURICIO PIRES RODRIGUES - (OAB PA20476-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

retirado

Ordem 110

Processo 0011169-43.2016.8.14.0006

Classe Judicial embargos de declAração em APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Atos Administrativos

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE JUIZ DE DIREITO DA VARA DA INFANCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE ANANINDEUA

embargante/APELANTE MUNICIPIO DE ANANINDEUA

ADVOGADO FRANCILIO ANTONIO GUEDES NETO - (OAB PA20145-A)

PROCURADORIA MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

POLO PASSIVO

embargado/APELADO PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

retirado

Ordem 111

Processo 0808598-56.2019.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Causas Supervenientes à Sentença

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE ELIZETE LIMA CARMO

ADVOGADO ADAILTON ARAUJO DA SILVA - (OAB PA19823-A)

ADVOGADO THAIENE VIEIRA DE ARAUJO - (OAB PA18247-A)

ADVOGADO IGOR EDUARDO PERES RODOVALHO - (OAB PA18623-A)

POLO PASSIVO

APELADO MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 112

Processo 0006549-51.2014.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Anulação

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

POLO PASSIVO

APELADO CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA

ADVOGADO PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO - (OAB PA3210-A)

REPRESENTANTE MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Des. Luiz Gonzaga da Costa Neto

Ordem 113

Processo 0006517-17.2012.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO DOMINGOS DA PAZ RODRIGUES RAMOS

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Julgo prejudicado

TURMA JULGADORA: Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 114

Processo 0003018-33.2012.8.14.0005

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificações Estaduais Específicas

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE JUIZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA CIVEL DA COMARCA DE ALTAMIRA

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO ARTEMOS JOSE MARIA DOS SANTOS

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811)

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Julgo prejudicado

TURMA JULGADORA: Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 115

Processo 0009786-37.2011.8.14.0028

Classe Judicial embargos de declaração em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

embargante/APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

embargado/APELADO GILSIMAR LOPES DA SILVA

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Embargos acolhidos

TURMA JULGADORA: Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutra

Ordem 116

Processo 0004321-88.2013.8.14.0024

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO FABIO DA CONCEICAO CARNEIRO

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Julgo prejudicado

TURMA JULGADORA: Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 117

Processo 0000937-72.2012.8.14.0115

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificações Estaduais Específicas

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO GIVANILDO SANTOS TRINDADE

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811)

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Julgo prejudicado

TURMA JULGADORA: Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 118

Processo 0003100-98.2011.8.14.0005

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

APELANTE ENDERSON UCHOA DUARTE

ADVOGADO ALEXANDRE SCHERER - (OAB PA10138-A)

POLO PASSIVO

APELADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

APELADO ENDERSON UCHOA DUARTE

ADVOGADO ALEXANDRE SCHERER - (OAB PA10138-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO ENDERSON UCHOA DUARTE

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR HAMILTON NOGUEIRA SALAME

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Julgo prejudicado

TURMA JULGADORA: Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 119

Processo 0006483-56.2013.8.14.0024

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO CARLOS ARAUJO DA SILVA ALMEIDA

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Julgo prejudicado

TURMA JULGADORA: Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 120

Processo 0840412-79.2019.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Licenças / Afastamentos

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE ELIM NAZARE DOS SANTOS CHAVES

ADVOGADO ANGELA PERDIGAO DE MORAES - (OAB PA22422-A)

APELANTE MUNICIPIO DE BELEM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

APELANTE PREFEITO MUNICIPAL DE BELÉM

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

POLO PASSIVO

APELADO MUNICIPIO DE BELEM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

APELADO PREFEITO MUNICIPAL DE BELÉM

APELADO ELIM NAZARE DOS SANTOS CHAVES

ADVOGADO ANGELA PERDIGAO DE MORAES - (OAB PA22422-A)

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 121

Processo 0804427-27.2020.8.14.0006

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MUNICIPIO DE ANANINDEUA

PROCURADORIA MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

POLO PASSIVO

APELADO EDMILSON BANDEIRA CALDAS

ADVOGADO ANA CRISTINA CALDAS BITTENCOURT - (OAB SP216005-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR JORGE DE MENDONCA ROCHA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 122

Processo 0809133-46.2017.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Licença Prêmio

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARA

ADVOGADO BRENO LOBATO CARDOSO - (OAB PA15000-A)

ADVOGADO FABRICIO VASCONCELOS DE OLIVEIRA - (OAB PA8148-A)

PROCURADORIA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ - JUCEPA

POLO PASSIVO

APELADO MARIA JOSE CARRALAS

ADVOGADO RAISSA BERNARDO SOARES CARRALAS - (OAB PA6494-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 123

Processo 0827854-75.2019.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Intervenção do Estado na Propriedade

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARA - DETRAN - PA

PROCURADORIA PROCURADORIA JURÍDICA DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ

APELANTE DIRETORA DO SETOR DE RENOVAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PROCURADORIA JURÍDICA DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO JOSE ROBERTO FURTADO RIBEIRO

ADVOGADO JONATAN DOS SANTOS PEREIRA - (OAB PA19471-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 124

Processo 0829572-39.2021.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Roubo Majorado

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE R.B.E.S.

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

APELANTE P.V.M.S.

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

APELADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE DIVISÃO DE ATENDIMENTO AOS ADOLESCENTES - DATA

REPRESENTANTE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO B. S. B. L.

TERCEIRO INTERESSADO N. G. G. D. S. J.

TERCEIRO INTERESSADO E. C. R. D. C. - PM

TERCEIRO INTERESSADO A. A. M. L. - PM

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 125

Processo 0800479-66.2018.8.14.0097

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Medidas de proteção

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MUNICIPIO DE BENEVIDES

ADVOGADO EMANOELLE LOBATO SAMPAIO - (OAB PA17281-A)

ADVOGADO GUSTAVO BOTELHO DE MATOS - (OAB PA11872-A)

APELANTE G.B.D.M.

POLO PASSIVO

APELADO PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 126

Processo 0002612-97.2014.8.14.0051

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE CLEAN GESTAO AMBIENTAL SERVICOS GERAIS EIRELI

ADVOGADO EGIDIO MACHADO SALES FILHO - (OAB PA1416-A)

POLO PASSIVO

APELADO MUNICIPIO DE SANTAREM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

retirado

Ordem 127

Processo 0006942-98.2017.8.14.0030

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificações Municipais Específicas

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE FRANCISCO MAIR NERI DOS SANTOS

ADVOGADO SANDRA MARINA RIBEIRO DE MIRANDA MOURAO - (OAB PA22048-A)

ADVOGADO SILVIA MARINA RIBEIRO DE MIRANDA MOURAO - (OAB PA5627-A)

POLO PASSIVO

APELADO MUNICIPIO DE MARAPANIM

APELADO JANAINA RODRIGUES SECRETARIA DE SAUDE

APELADO MUNICIPIO DE MARAPANIM

PROCURADORIA PROCURADORIA MUNICIPAL DE MARAPANIM

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR JORGE DE MENDONCA ROCHA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

retirado

Ordem 128

Processo 0009149-19.2006.8.14.0301

Classe Judicial embargos de declaração em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Improbidade Administrativa

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

embargante/APELANTE MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

embargado/APELANTE ELIANA FERREIRA DA SILVA SANTANA

ADVOGADO KATIA REGINA PEREIRA AMERICO - (OAB PA7682-A)

embargado/APELANTE SEBASTIAO SANTOS DE SANTANA

ADVOGADO KATIA REGINA PEREIRA AMERICO - (OAB PA7682-A)

POLO PASSIVO

embargado/APELADO ELIANA FERREIRA DA SILVA SANTANA

ADVOGADO KATIA REGINA PEREIRA AMERICO - (OAB PA7682-A)

embargado/APELADO SEBASTIAO SANTOS DE SANTANA

ADVOGADO KATIA REGINA PEREIRA AMERICO - (OAB PA7682-A)

embargante/APELADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 129

Processo 0800222-29.2020.8.14.0046

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Abuso de Incapazes

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

APELANTE M.D.D.A.V.

APELANTE C.I.D.A.

POLO PASSIVO

APELADO A.F.N.

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 130

Processo 0002184-07.2018.8.14.0074

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Ingresso e Concurso

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE ERMELINDA MARIA MATOS DA SILVA

ADVOGADO PAULO HENRIQUE MENEZES CORREA JUNIOR - (OAB PA12598-A)

APELANTE DARIO SOUSA DOS SANTOS

ADVOGADO PAULO HENRIQUE MENEZES CORREA JUNIOR - (OAB PA12598-A)

POLO PASSIVO

APELADO MUNICÍPIO DE TAILÂNDIA

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE TAILÂNDIA

APELADO NIXON JOSE SILVA MARIANO

ADVOGADO CASSIO MURILO SILVEIRA CASTRO - (OAB PA22474-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR NELSON PEREIRA MEDRADO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 131

Processo 0800490-10.2020.8.14.0038

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Estupro de Vulnerável

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE C.E.S.D.S.

ADVOGADO RAMON MOREIRA MARTINS - (OAB PA29581-A)

ADVOGADO ANDERSON FRANCISCO MATOS BESTEIRO - (OAB PA21518-A)

POLO PASSIVO

APELADO PARA MINISTERIO PUBLICO - CNPJ: 05.054.960/0001-58 (FISCAL DA LEI)

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO J.H.S.D.S.

TERCEIRO INTERESSADO DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE OURÉM

ASSISTENTE J.S.D.S.

TERCEIRO INTERESSADO A.T.D.S.

TERCEIRO INTERESSADO E.R.D.O.

TERCEIRO INTERESSADO T.S.G.

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR JORGE DE MENDONCA ROCHA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 132

Processo 0800509-69.2021.8.14.0009

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Medidas de proteção

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MUNICIPIO DE BRAGANCA

POLO PASSIVO

APELADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

APELADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou parcial provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 133

Processo 0002337-67.2011.8.14.0015

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO A. DE SOUZA COMERCIAL - ME

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 134

Processo 0001938-58.2008.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Abono de Permanência

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE JURANDIR COELHO DE MORAIS

ADVOGADO HERON MARTINS SILVA MAUES - (OAB PA349-A)

ADVOGADO ELTON COSTA FRANCO ANTUNES - (OAB PA945-A)

POLO PASSIVO

APELADO MUNICÍPIO DE BELÉM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

APELADO VIACAO ICOARACIENSE LTDA

ADVOGADO FARID BASTOS SALMAN - (OAB PA11934-A)

APELADO SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - SEMAJ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 135

Processo 0001750-16.2016.8.14.0065

Classe Judicial embargos de declaração em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

embargante/APELANTE FRIGOL SA EM RECUPERACAO JUDICIAIL

ADVOGADO MARCELO GLEIK CAETANO CAVALCANTE - (OAB PA15747-A)

ADVOGADO JOSE ORIVALDO PERES JUNIOR - (OAB SP89794)

POLO PASSIVO

embargado/APELADO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE ESTADO DO PARA

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADOR MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 136

Processo 0011138-63.2017.8.14.0046

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MUNICIPIO DE RONDON DO PARA

ADVOGADO JUANUBIO DE JESUS CONCEICAO - (OAB PA29601-A)

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE RONDON DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO EMERSON DE SOUSA SILVA

ADVOGADO ELISANGELA MOLINI - (OAB PA25469-A)

APELADO FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA

ADVOGADO ELISANGELA MOLINI - (OAB PA25469-A)

APELADO HAILA BEURIS ALVES CAVALCANTE

ADVOGADO ELISANGELA MOLINI - (OAB PA25469-A)

APELADO ELIANE LOPES SOUZA

ADVOGADO ELISANGELA MOLINI - (OAB PA25469-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 137

Processo 0002327-43.2017.8.14.0005

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO ANA KAROLINE DA SILVA ALMEIDA

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIO NONATO FALANGOLA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 138

Processo 0051315-85.2014.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Restabelecimento

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

APELADO ANTONIO JALLES SANTOS DE OLIVEIRA

ADVOGADO IVONE SILVA DA COSTA LEITAO - (OAB PA6769-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR NELSON PEREIRA MEDRADO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

retirado

Ordem 139

Processo 0061872-39.2011.8.14.0301

Classe Judicial embargos de declaração em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Dívida Ativa

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

embargado/APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

embargante/APELADO MIGUEL WANZELLER RODRIGUES

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

retirado

Ordem 140

Processo 0843804-27.2019.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Estupro de Vulnerável

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE G.M.S.J.

ADVOGADO ANTONIO REIS GRAIM NETO - (OAB PA17330-A)

ADVOGADO VITORIA DE OLIVEIRA MONTEIRO - (OAB PA24892-A)

POLO PASSIVO

APELADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO N.P.D.O.P.

TERCEIRO INTERESSADO E.G.D.O.

TERCEIRO INTERESSADO E.G.D.O.

TERCEIRO INTERESSADO F.D.S.S.

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

retirado

Ordem 141

Processo 0000694-84.2014.8.14.0301

Classe Judicial embargos de declaração em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Promoção / Ascensão

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

embargado/APELANTE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

embargante/APELADO MUNICIPIO DE BELEM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 142

Processo 0821507-60.2018.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO LUZIA PEREIRA BERNARDO

ADVOGADO VANDERLY RUDGE GNOATO - (OAB MT17786/O-A)

APELADO WILLIAN PEREIRA BERNARDO

ADVOGADO VANDERLY RUDGE GNOATO - (OAB MT17786/O-A)

APELADO LILIAN APARECIDA BERNARDO

ADVOGADO VANDERLY RUDGE GNOATO - (OAB MT17786/O-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 143

Processo 0000866-84.2014.8.14.0023

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Admissão / Permanência / DespedidaRelator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARA

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE ESTADO DO PARA

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO FERNANDO BATISTA GONZAGA

ADVOGADO MARCIO DE FARIAS FIGUEIRA - (OAB PA16489-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Julgo parcialmente procedente

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 144

Processo 0003407-19.2016.8.14.0121

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MUNICIPIO DE SANTA LUZIA DO PARA

ADVOGADO CLIVIA ANARELLY MOREIRA DE FARIAS - (OAB PA21954-A)

POLO PASSIVO

APELADO ELIZALBA MOTA DOS SANTOS

ADVOGADO CAMILA DO NASCIMENTO DA SILVA - (OAB PA17031-A)

APELADO CILENE MARIA DA SILVA

ADVOGADO CAMILA DO NASCIMENTO DA SILVA - (OAB PA17031-A)

APELADO VANIA OLIVEIRA DOS SANTOS

ADVOGADO CAMILA DO NASCIMENTO DA SILVA - (OAB PA17031-A)

APELADO DENISE MARIA DA COSTA SOUSA

ADVOGADO CAMILA DO NASCIMENTO DA SILVA - (OAB PA17031-A)

APELADO ANTONIO EDMILSON SOBRINHO

ADVOGADO CAMILA DO NASCIMENTO DA SILVA - (OAB PA17031-A)

APELADO ELISANDRA DE SOUSA PEREIRA

ADVOGADO CAMILA DO NASCIMENTO DA SILVA - (OAB PA17031-A)

APELADO MARCOS VENICIO DE SOUSA PEREIRA

ADVOGADO CAMILA DO NASCIMENTO DA SILVA - (OAB PA17031-A)

APELADO SUSANA DE JESUS SALDANHA E SOUSA

ADVOGADO CAMILA DO NASCIMENTO DA SILVA - (OAB PA17031-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou parcial provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 145

Processo 0800443-32.2020.8.14.0201

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Entrada e Permanência de Menores

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE J.L.D.S.M.

ADVOGADO GISELE NASCIMENTO MAINARD - (OAB PA30415-A)

ADVOGADO FLAVIA THAYNNA MIRANDA DA SILVA - (OAB PA23776-A)

POLO PASSIVO

APELADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 146

Processo 0837994-71.2019.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Concessão

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE ARIOSVALDO VELOSO BARROS

ADVOGADO CRISLAN MORAES DA VEIGA - (OAB PA26853-A)

ADVOGADO TIAGO COSTA DO NASCIMENTO - (OAB PA20396-A)

POLO PASSIVO

APELADO IGEPREV - INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 147

Processo 0021575-69.2015.8.14.0003

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE OSVALDO BATISTA DOS SANTOS

ADVOGADO EDILSON JOSE MOURA SENA - (OAB PA10944-A)

ADVOGADO MARINETE GOMES DOS SANTOS - (OAB PA12803-A)

POLO PASSIVO

APELADO MUNICIPIO DE CURUA

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CURUÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou parcial provimento ao recurso

TURMA JULGADORA Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 148

Processo 0808600-27.2018.8.14.0051

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gestante / Adotante / Paternidade

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO CELSEANE LIRA PANTOJA

ADVOGADO GLEYDSON ALVES PONTES - (OAB PA12347-A)

ADVOGADO SANDERSON ANDRE SILVA DE OLIVEIRA - (OAB PA26348-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 149

Processo 0002882-16.2015.8.14.0301

Classe Judicial embargos de declaração em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Concessão

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

embargante/APELANTE INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

embargado/APELADO REIA SILVIA LEMOS DA COSTA E SILVA GOMES

ADVOGADO MARIO DAVI OLIVEIRA CARNEIRO - (OAB PA14546-A)

ADVOGADO LUIS ANDRE BARRAL PINHEIRO - (OAB PA13733-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Embargos rejeitados

TURMA JULGADORA Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 150

Processo 0002412-39.2016.8.14.0110

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Subsídios

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MUNICIPIO DE GOIANESIA DO PARA

PROCURADORIA PROGEM

POLO PASSIVO

APELADO HALINE FERNANDA SILVA MELO

ADVOGADO LETICIA REGULO FERREIRA - (OAB PA19227-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIO NONATO FALANGOLA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 151

Processo 0001630-77.2015.8.14.0074

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Concurso Público / Edital

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MUNICIPIO DE TAILANDIA

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE TAILÂNDIA

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE TAILÂNDIA

POLO PASSIVO

APELADO MARINA TELES CARVALHO

ADVOGADO LUCIANO FLEXA DI PAOLO - (OAB PA17417-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 152

Processo 0000564-98.2018.8.14.0028

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Roubo Majorado

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE T.L.D.C.

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

APELADO C.P.D.N.

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 153

Processo 0805054-94.2018.8.14.0040

Classe Judicial embargos de declaração em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Liminar

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

embargante/APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

embargado/APELANTE MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

REPRESENTANTE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

embargado/APELADO E.L.S.S.

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 154

Processo 0000448-23.2008.8.14.0035

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Abuso de Poder

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE JAIME BARBOSA DA SILVA

ADVOGADO ANDRE RAMY PEREIRA BASSALO - (OAB PA7930-A)

POLO PASSIVO

APELADO PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou provimento ao recurso

TURMA JULGADORA Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 155

Processo 0064725-50.2013.8.14.0301

Classe Judicial embargos de declaração em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

embargado/APELANTE SAVIO FIGUEIREDO BARROSO

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

embargado/APELADO SUPERINTENDENCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA DE BELEM

PROCURADORIA SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA DE BELÉM - SEMOB

embargante/APELADO MUNICIPIO DE BELEM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADOR MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Embargos acolhidos

TURMA JULGADORA Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 156

Processo 0800675-15.2019.8.14.0028

Classe Judicial embargos de declaração em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Benefícios em Espécie

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

embargante/APELANTE INSS

PROCURADORIA PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCURADORIA PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

embargado/APELADO FELIX GOMES DA SILVA

ADVOGADO JOSIANE KRAUS MATTEI - (OAB PA10206-A)

ADVOGADO WESLAYNE VIEIRA GOMES - (OAB PA13887-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Embargos rejeitados]

TURMA JULGADORA Desa. Ezilda Pastana Mutran, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

Ordem 157

Processo 0001516-41.2009.8.14.0045

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Liquidação / Cumprimento / Execução

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE OZANIA MENDES ALVES

ADVOGADO PEDRO CARNEIRO DE SOUSA FILHO - (OAB PA5831-A)

ADVOGADO MIRALDO JUNIOR VILELA MARQUES - (OAB PA6386-A)

POLO PASSIVO

APELADO MUNICIPIO DE REDENCAO

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO

APELADO MUNICIPIO DE REDENÇÃO

ADVOGADO SINAIR PAULO SIQUEIRA - (OAB PA7136000S)

APELADO WAGNER OLIVEIRA FONTES

ADVOGADO SINAIR PAULO SIQUEIRA - (OAB PA7136000S)

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Julgo prejudicado

TURMA JULGADORA Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 158

Processo 0800364-04.2018.8.14.0046

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Abono Pecuniário (Art. 78 Lei 8.112/1990)

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE JOSE RODRIGUES DOS SANTOS

ADVOGADO SELMA VIEIRA DE ANDRADE - (OAB MG49212-A)

ADVOGADO RICARDO DE ANDRADE FERNANDES - (OAB PA7960-A)

POLO PASSIVO

APELADO PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou parcial provimento ao recurso

TURMA JULGADORA Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 159

Processo 0800158-84.2020.8.14.0089

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Perdas e Danos

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE DEMOCRITO LACERDA LEAO

ADVOGADO JOSE MARIA DE OLIVEIRA FILHO - (OAB PA24284-A)

ADVOGADO ELSON TENORIO BRAGA - (OAB PA28496-A)

POLO PASSIVO

APELADO MUNICÍPIO DE MELGAÇO

PROCURADORIA PROCURADORIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

REPRESENTANTE MUNICIPIO DE MELGACO

PROCURADORIA PROCURADORIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutra

Ordem 160

Processo 0800064-39.2020.8.14.0089

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Perdas e Danos

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE JOSE MARIA LIMA NOGUEIRA

ADVOGADO JOSE MARIA DE OLIVEIRA FILHO - (OAB PA24284-A)

ADVOGADO ALEX DA SILVA BRANDÃO - (OAB PA13741-A)

ADVOGADO ELSON TENORIO BRAGA - (OAB PA28496-A)

POLO PASSIVO

APELADO MUNICÍPIO DE MELGAÇO

PROCURADORIA PROCURADORIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

APELADO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE MELGAÇO

REPRESENTANTE MUNICIPIO DE MELGACO

PROCURADORIA PROCURADORIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 161

Processo 0822037-98.2017.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Pensão

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE MANOEL HENRIQUE DAS CHAGAS PALHETA

ADVOGADO ANA CLAUDIA CORDEIRO DE ABDORAL LOPES - (OAB PA7901-A)

APELANTE REGINA CHAGAS PALHETA

ADVOGADO ANA CLAUDIA CORDEIRO DE ABDORAL LOPES - (OAB PA7901-A)

APELANTE MARCOS PAULO DAS CHAGAS PALHETA

ADVOGADO ANA CLAUDIA CORDEIRO DE ABDORAL LOPES - (OAB PA7901-A)

POLO PASSIVO

APELADO INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADOR MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou parcial provimento ao recurso

TURMA JULGADORA Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 162

Processo 0029119-72.2015.8.14.0015

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Acumulação de Cargos

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO MIKAELA PEREIRA SOUZA DO NASCIMENTO

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

RETIRADO

Ordem 163

Processo 0853553-34.2020.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Servidores Inativos

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE PRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

ADVOGADO SIMONE FERREIRA LOBAO MOREIRA - (OAB PA11300-A)

APELANTE IGEPREV - INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

APELADO MARINALVA DA SILVA BARROSO

ADVOGADO KLEIBE PEREIRA MAGALHAES - (OAB TO8088-A)

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 164

Processo 0004090-21.2015.8.14.0144

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE MANOEL JOSE SILVA

ADVOGADO BRENO FILIPPE DE ALCANTARA GOMES - (OAB PA21820-A)

ADVOGADO DIORGEO DIOVANNY STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA - (OAB PA12614-A)

POLO PASSIVO

APELADO COMPANHIA DE HABITACAO DO ESTADO DO PARA

ADVOGADO ANDREA CUNHA LIMA DA COSTA - (OAB PA10923-A)

APELADO MUNICIPIO DE QUATIPURU

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE QUATIPURU

APELADO QUARESMA CONSTRUCOES E COMERCIO EIRELI - EPP

APELADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE QUATIPURU

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 165

Processo 0005085-34.2015.8.14.0144

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Acumulação de Cargos

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE LUCIENE PINHEIRO DA SILVA

ADVOGADO BRENO FILIPPE DE ALCANTARA GOMES - (OAB PA21820-A)

ADVOGADO ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA - (OAB PA22273-A)

ADVOGADO DIORGEO DIOVANNY STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA - (OAB PA12614-A)

POLO PASSIVO

APELADO COMPANHIA DE HABITACAO DO ESTADO DO PARA

ADVOGADO LIGIA DOS SANTOS NEVES - (OAB PA8781-A)

ADVOGADO ANDREA CUNHA LIMA DA COSTA - (OAB PA10923-A)

APELADO QUARESMA CONSTRUCOES E COMERCIO EIRELI - EPP

ADVOGADO FRANCISCO BORGES DOS SANTOS QUARESMA NETO - (OAB PA14062-A)

APELADO MUNICIPIO DE QUATIPURU

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE QUATIPURU

APELADO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 166

Processo 0812088-86.2019.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE ABIMAEL FERREIRA DOS SANTOS

ADVOGADO ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

ADVOGADO ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

ADVOGADO MARCELO SANTOS MILECH - (OAB PA15801-A)

POLO PASSIVO

APELADO MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 167

Processo 0801419-38.2019.8.14.0051

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Compulsória

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE IGEPREV

PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

APELADO BIANOR FRANCISCO BATISTA CUNHA

ADVOGADO ITALO MELO DE FARIAS - (OAB PA12668-A)

ADVOGADO ELAINA SIROTHEAU DE SOUSA - (OAB PA27049-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 168

Processo 0823275-21.2018.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Aposentadoria

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

APELADO MARIA DAS GRACAS GOMES PAVAO

ADVOGADO ANDREA DOS SANTOS COSTA - (OAB PA25378-A)

ADVOGADO RAMIZ DOS SANTOS PASTANA - (OAB PA25809-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

TERCEIRO INTERESSADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 169

Processo 0818261-90.2017.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificações Estaduais Específicas

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

APELADO MARIA DE NAZARE DE ALMEIDA ROCHA

ADVOGADO THIAGO NUNES SALES DE MELO - (OAB PA883-A)

ADVOGADO KARINE MOURA PINHEIRO - (OAB PA3930-A)

ADVOGADO JULIANA DO SOCORRO DE ARAUJO CRUZ CHAVES - (OAB PA21700-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou parcial provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 170

Processo 0800156-17.2020.8.14.0089

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Perdas e Danos

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE MALENO DE LIMA LOURINHO

ADVOGADO JOSE MARIA DE OLIVEIRA FILHO - (OAB PA24284-A)

ADVOGADO ELSON TENORIO BRAGA - (OAB PA28496-A)

POLO PASSIVO

APELADO MUNICÍPIO DE MELGAÇO

PROCURADORIA PROCURADORIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

REPRESENTANTE MUNICIPIO DE MELGACO

PROCURADORIA PROCURADORIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 171

Processo 0800152-77.2020.8.14.0089

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Perdas e Danos

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE JOHN LENNON CARVALHO DO NASCIMENTO

ADVOGADO JOSE MARIA DE OLIVEIRA FILHO - (OAB PA24284-A)

ADVOGADO ELSON TENORIO BRAGA - (OAB PA28496-A)

POLO PASSIVO

APELADO MUNICÍPIO DE MELGAÇO

PROCURADORIA PROCURADORIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

REPRESENTANTE MUNICIPIO DE MELGACO

PROCURADORIA PROCURADORIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa.

Ezilda Pastana Mutran

Ordem 172

Processo 0009019-56.2013.8.14.0051

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Adicional de Interiorização

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO EVANILDO ANTONIO DE OLIVEIRA BRITO

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811)

ADVOGADO FABRICIO BACELAR MARINHO - (OAB PA7617-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Não conhecimento

TURMA JULGADORA: Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 173

Processo 0807365-85.2017.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Concessão

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

APELADO OLGARINA VIEIRA LIMA

ADVOGADO ELIZANEIDE DE SOUZA LOPES - (OAB PA19172-A)

ADVOGADO SILVANA CORREA BORGES PINHEIRO - (OAB PA19209-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVEs

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 174

Processo 0805715-37.2016.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Concessão

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE DEUZARINA DA SILVEIRA CAMPOS

ADVOGADO ARTHUR DE ALMEIDA E SOUSA - (OAB PA22950-A)

APELANTE IGEPREV

PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

APELADO MARIA DE LOURDES CARVALHO O'BRIEN

ADVOGADO WALDILEIA DO SOCORRO ALVES DA SILVA - (OAB PA1553-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO IGEPREV

PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

TERCEIRO INTERESSADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

TERCEIRO INTERESSADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADOR WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

retirado

Ordem 175

Processo 0006974-94.2016.8.14.0109

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Dano ao Erário

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE ANTONIO NILTON DE ALBUQUERQUE

ADVOGADO JOSE ALEXANDRE BUCHACRA ARAUJO FILHO - (OAB PA27254-A)

POLO PASSIVO

APELADO JOSE CLAIRTON MARINHO CRUZ

ADVOGADO CASSIA ROSANA MOREIRA DA SILVA E MARTINS - (OAB BA9650-A)

APELADO MUNICIPIO DE NOVA ESPERANCA DO PIRIA

ADVOGADO CASSIA ROSANA MOREIRA DA SILVA E MARTINS - (OAB BA9650-A)

PROCURADORIA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADOR MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 176

Processo 0004543-96.2013.8.14.0043

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer

389228r(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE PORTEL

ADVOGADO SIMAO GUEDES TUMA - (OAB PA22589-A)

APELANTE MUNICIPIO DE PORTEL

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE PORTEL

POLO PASSIVO

APELADO MARIA RAIMUNDA COELHO PIMENTEL

ADVOGADO TIAGO ALAVERON ALMEIDA ALVES - (OAB PA17843-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR NELSON PEREIRA MEDRADO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

retirado

Ordem 177

Processo 0040063-95.2008.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO ANA PAULA VOGADO AGUIAR

ADVOGADO LEILA GOMES GAYA - (OAB PA23143-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

retirado

Ordem 178

Processo 0050176-98.2014.8.14.0301

Classe Judicial embargos de declaração em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Admissão / Permanência / Despedida

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

embargado/APELANTE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

embargante/APELADO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

INTERESSADO ANDREA VAZ PEREIRA DE OLIVEIRA

ADVOGADO KARLA LETICIA SOBRINHO COELHO - (OAB 24392-A)

ADVOGADO WILLIAM MIRANDA VASCONCELOS - (OAB PA26133-A)

retirado

Ordem 179

Processo 0002817-04.2010.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Irredutibilidade de Vencimentos

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNIC DE PARAUAPEBAS

ADVOGADO RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA - (OAB PA12442-A)

ADVOGADO RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR - (OAB PA10213-A)

POLO PASSIVO

APELADO MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 180

Processo 0004269-80.2013.8.14.0028

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Auxílio-Acidente (Art. 86)

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

AGRAVANTE/APELANTE SILVILENE DE JESUS OLIVEIRA

ADVOGADO LUCILA TAIS SOUTO DE CASTRO RIBEIRO - (OAB BA44205-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO/APELADO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADORIA PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCURADORIA PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 181

Processo 0842630-80.2019.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Assistência Médico-Hospitalar

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE BELÉM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

POLO PASSIVO

APELADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 182

Processo 0812529-31.2017.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Assistência à Saúde

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

APELADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

APELADO MUNICIPIO DE BELEM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

APELADO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE BELEM

APELADO SESPA

REPRESENTANTE INSTITUTO DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA INSTITUTO DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 183

Processo 0861936-35.2019.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificações Municipais Específicas

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE MUNICIPIO DE BELEM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

POLO PASSIVO

APELADO PRISCILA KATIANE MELO GARCIA

ADVOGADO CAROLINA SARGES PIMENTEL - (OAB PA28716-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 184

Processo 0800125-97.2018.8.14.0046

Classe Judicial embargos de declaração em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenizaçao por Dano Moral

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

embargante/apelante ALDRIN JANUTH

ADVOGADO MARCIO RODRIGUES ALMEIDA - (OAB PA9881-A)

POLO PASSIVO

embargado/apelado ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE INSTITUTO DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA INSTITUTO DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Embargos acolhidos

TURMA JULGADORA: Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 185

Processo 0019260-86.2011.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE JONI KLEI OLIVEIRA DAS NEVES

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

APELADO MUNICIPIO DE BELEM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

retirado

Ordem 186

Processo 0003391-04.2016.8.14.0109

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Acumulação de Cargos

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE MARIA DIONISIA DE SOUSA

ADVOGADO JULIANA TEIXEIRA DA FONSECA - (OAB PA10431-A)

ADVOGADO ANA PAULA BRAGA FERREIRA - (OAB PA20957-A)

ADVOGADO KAMILA DE CASSIA MORAES RODRIGUES - (OAB PA21425-A)

POLO PASSIVO

APELADO MUNICIPIO DE GARRAFAO DO NORTE

PROCURADORIA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE GARRAFÃO DO NORTE

APELADO COMPANHIA DE HABITACAO DO ESTADO DO PARA

ADVOGADO PAMELLA REJANE KEMPER CAMPANHARO - (OAB PA18364-A)

ADVOGADO CAMILA AMORIM DANIN COSTA - (OAB PA17249-A)

ADVOGADO LIGIA DOS SANTOS NEVES - (OAB PA8781-A)

APELADO CONSULTORIA E SERVICOS BELO MONTE LTDA - EPP

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Nego provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

Ordem 187

Processo 0026408-27.2006.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE INSTITUTO DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA INSTITUTO DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

APELADO BENECILDA MARIA ALVES SANCHES

ADVOGADO ELIZETE CIRINEU ROCHA - (OAB PA4719-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Decisão: A unanimidade egrégia corte julgou: Dou provimento ao recurso

TURMA JULGADORA: Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha, Des. Roberto Gonçalves de Moura, Desa. Ezilda Pastana Mutran

E COMO, NADA MAIS HOUVESSE, FOI ENCERRADA A SESSÃO ÀS 14H00, LAVRANDO EU, **CRISTINA CASTRO CONTE**, COORDENADORA DO NÚCLEO DE SESSÃO DE JULGAMENTO DA UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, A PRESENTE ATA, QUE SUBSCREVI.

DESEMBARGADOR ROBERTO GONÇALVES MOURA

PRESIDENTE DA 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

NÚCLEO DE SESSÃO DE JULGAMENTO

2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO

ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA EM VIDEOCONFERÊNCIA DA 2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO

FAÇO PÚBLICO A QUEM INTERESSAR POSSA QUE, PARA A **40ª SESSÃO ORDINÁRIA** DE 2021, DA EGRÉGIA 2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, A SER REALIZADA POR MEIO DE **VIDEOCONFERÊNCIA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2021, ÀS 09H30,** CONFORME PORTARIA CONJUNTA Nº 1/2020 ¿ GP-VP-CGJ, DE 29/04/2020, QUE REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS EM VIDEOCONFERÊNCIA, NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), FOI PAUTADO, PELA EXMA. SRA. DESA. **MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES**, PRESIDENTE DA TURMA, O JULGAMENTO DOS SEGUINTES FEITOS:

PROCESSOS ELETRÔNICOS - PJE

ORDEM: 001

PROCESSO: 0032202-58.2008.8.14.0301

CLASSE JUDICIAL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL

RELATOR(A): DESEMBARGADOR RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

EMBARGANTE/APELANTE: COMPANHIA DE NAVEGACAO DA AMAZONIA CNA

ADVOGADO: OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE JUNIOR - (OAB PA3259-A)

ADVOGADO: RODOLFO MEIRA ROESSING - (OAB PA12719-A)

ADVOGADO: DIENE ARAUJO DE OLIVEIRA - (OAB PA50000A)

ADVOGADO: PAULO SERGIO DE ARAUJO E SILVA FABIAO - (OAB RJ010501)

POLO PASSIVO

EMBARGADO/APELADO: ESPÓLIO DE ODETTE CUNHA LOBATO BENCHIMOL

ADVOGADO: CARLOS AUGUSTO DE PAIVA LEDO - (OAB PA932-A)

ADVOGADO: BRUNO SOARES DA CUNHA LOPES - (OAB PA28132-A)

EMBARGADO/APELADO: ESPÓLIO DE ELIAS ISAAC BENCHIMOL

ADVOGADO: CARLOS AUGUSTO DE PAIVA LEDO - (OAB PA932-A)

ADVOGADO: BRUNO SOARES DA CUNHA LOPES - (OAB PA28132-A)

ORDEM: 002

PROCESSO: 0022049-19.2015.8.14.0301

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: ANTECIPAÇÃO DE TUTELA / TUTELA ESPECÍFICA

RELATOR(A): DESEMBARGADORA GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE: BANCO RURAL S.A - EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL

ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB PA15201-A)

ADVOGADO: VITOR ANTONIO OLIVEIRA BAIA - (OAB PA14955-A)

ADVOGADO: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA - (OAB MG63440-S)

APELANTE: MARIZA INDUSTRIA E COMERCIO DA AMAZONIA LTDA

ADVOGADO: ADAILSON JOSE DE SANTANA - (OAB PA11487-A)

ADVOGADO: FABIANE DO SOCORRO NASCIMENTO DE CASTRO - (OAB PA17856-A)

POLO PASSIVO

APELADO: SERGIO DE OLIVEIRA GABRIEL

ADVOGADO: SERGIO DE CARVALHO VERDELHO - (OAB PA6693-A)

ADVOGADO: GUSTAVO FREIRE DA FONSECA - (OAB PA12724-A)

APELADO: MARIA PERPETUA DE OLIVEIRA GABRIEL

ADVOGADO: SERGIO DE CARVALHO VERDELHO - (OAB PA6693-A)

ADVOGADO: ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZA - (OAB PA11307-A)

ADVOGADO: GUSTAVO FREIRE DA FONSECA - (OAB PA12724-A)

ORDEM: 003

PROCESSO: 0062625-54.2015.8.14.0301

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: CHEQUE

RELATOR(A): DESEMBARGADORA GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE: MARIZA IND. E COM. DA AMAZONIA LTDA

ADVOGADO: ADAILSON JOSE DE SANTANA - (OAB PA11487-A)

ADVOGADO: ROBERTO CARLOTA DE VASCONCELOS - (OAB PA50-A)

APELANTE: PLASTICOS KOURY LTDA

ADVOGADO: ADAILSON JOSE DE SANTANA - (OAB PA11487-A)

ADVOGADO: GISELIA DOMINGAS RAMALHO GOMES DOS REIS - (OAB PA13576-A)

POLO PASSIVO

APELADO: MARIA PERPETUA DE OLIVEIRA GABRIEL

ADVOGADO: SERGIO DE CARVALHO VERDELHO - (OAB PA6693-A)

ADVOGADO: GUSTAVO FREIRE DA FONSECA - (OAB PA12724-A)

APELADO: SERGIO DE OLIVEIRA GABRIEL

ADVOGADO: SERGIO DE CARVALHO VERDELHO - (OAB PA6693-A)

ADVOGADO: CRISTOVINA PINHEIRO DE MACEDO - (OAB PA5949-A)

ADVOGADO: GUSTAVO FREIRE DA FONSECA - (OAB PA12724-A)

ORDEM: 004

PROCESSO: 0021428-56.2014.8.14.0301

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: OBRIGAÇÃO DE FAZER / NÃO FAZER

RELATOR(A): DESEMBARGADORA GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE: MARIZA INDUSTRIA E COMERCIO DA AMAZONIA LTDA

ADVOGADO: ADAILSON JOSE DE SANTANA - (OAB PA11487-A)

ADVOGADO: DANIELLE FONSECA SILVA - (OAB PA016469)

ADVOGADO: MARCELO PEREIRA DA SILVA - (OAB PA9739-A)

POLO PASSIVO

APELADO: SERGIO DE OLIVEIRA GABRIEL

ADVOGADO: BRAHIM BITAR DE SOUSA - (OAB PA16381-A)

ADVOGADO: ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZA - (OAB PA11307-A)

ADVOGADO: BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA - (OAB PA8770-A)

ADVOGADO: SERGIO DE CARVALHO VERDELHO - (OAB PA6693-A)

ADVOGADO: GUSTAVO FREIRE DA FONSECA - (OAB PA12724-A)

ORDEM: 005

PROCESSO: 0800663-27.2020.8.14.0008

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: BLOQUEIO DE MATRÍCULA

RELATOR(A): JUIZ CONVOCADO AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: ASSOCIACAO DAS COMUNIDADES AGRO-EXTRATIVISTAS DA ILHA TRAMBIOCA

ADVOGADO: ADELSON LUIS CARDOSO JUNIOR - (OAB PA26626-A)

APELANTE: ASSOCIACAO ATLETICA ESPORTE CLUBE 14

ADVOGADO: ADELSON LUIS CARDOSO JUNIOR - (OAB PA26626-A)

POLO PASSIVO

APELADO: CARTORIO DO UNICO OFICIO DE BARCARENA

APELADO: TATIANA MIZRAHI SUSTER

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

NÚCLEO DE SESSÃO DE JULGAMENTO

2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO

ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DA 41ª SESSÃO ORDINÁRIA EM

PLENÁRIO VIRTUAL DA 2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO

FAÇO PÚBLICO A QUEM INTERESSAR POSSA QUE, PARA A **41ª SESSÃO ORDINÁRIA** DE 2021, DA EGRÉGIA 2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, A SER REALIZADA por meio da ferramenta **plenário virtual**, sistema pje, **com início às 14h Do dia 30 de novembro de 2021 e término às 14h do dia 07 de DEZEMBRO de 2021**, FOI PAUTADO, PELA EXMA. SRA. DESA. **MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES**, PRESIDENTE DA TURMA, O JULGAMENTO DOS SEGUINTES FEITOS:

PROCESSO S ELETRÔNICOS - PJE

ORDEM: 001

PROCESSO: 0800058-08.2020.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL: REIVINDICAÇÃO

RELATOR(A): DESEMBARGADOR RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

AGRAVANTE: ALDEMIR SANTOS OLIVEIRA

ADVOGADO: MARIO DAVID PRADO SA - (OAB PA6286-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO: WILLIAM MACHADO DA CRUZ

ADVOGADO: RAPHAEL LIMA PINHEIRO - (OAB PA12744-A)

ORDEM: 002

PROCESSO: 0810578-61.2019.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL: DISSOLUÇÃO

RELATOR(A): DESEMBARGADOR RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

AGRAVANTE: SUELLEN DE PAULA CARDOSO DOS SANTOS CHAGAS

DEFENSORIA: DEFENSORIA: PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO: MAX WELL DA COSTA CHAGAS

DEFENSORIA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

ORDEM: 003

PROCESSO: 0802354-03.2020.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL: COMPRA E VENDA

RELATOR(A): DESEMBARGADOR RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

AGRAVANTE: CONSTRUTORA LEAL MOREIRA LTDA

ADVOGADO: EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL - (OAB PA13179-A)

AGRAVANTE: BERLIM INCORPORADORA LTDA

ADVOGADO: EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL - (OAB PA13179-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO: INOCENCIO DE SOUSA GORAYEB

ADVOGADO: MARCUS VINICIUS SOUSA DOS SANTOS - (OAB PA20394-A)

AGRAVADO: MARIA DE FATIMA LEITE GORAYEB

ADVOGADO: MARCUS VINICIUS SOUSA DOS SANTOS - (OAB PA20394-A)

ORDEM: 004

PROCESSO: 0804067-76.2021.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL: SUCESSÃO PROCESSUAL

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

EMBARGANTE/AGRAVANTE: ANTONIA MESQUITA DE ALMEIDA

ADVOGADO: MAURO MENDES DA SILVA - (OAB PA3177-A)

ADVOGADO: MARCIA ANDREA CELSO DA SILVA - (OAB PA88-A)

POLO PASSIVO

EMBARGADO/AGRAVADO: FERNANDO SERGIO TRINDADE TOCANTINS

ADVOGADO: LUCAS GOMES BOMBONATO - (OAB PA19067-A)

EMBARGADO/AGRAVADO: BEATRIZ TCHELZOFF TOCANTINS

ADVOGADO: LUCAS GOMES BOMBONATO - (OAB PA19067-A)

EMBARGADO/AGRAVADO: LEONARDO TCHELZOFF TOCANTINS

ADVOGADO: LUCAS GOMES BOMBONATO - (OAB PA19067-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR(A): MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA

ORDEM: 005

PROCESSO: 0808986-11.2021.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL: LIMINAR

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

EMBARGANTE/AGRAVANTE: RMB MANGANES LTDA - EPP

ADVOGADO: FERNANDO ALVES RODRIGUES - (OAB MG132374)

POLO PASSIVO

EMBARGADO/AGRAVADO: BALBI E FARIAS LTDA - EPP

ADVOGADO: ADAIL BATISTA LIMA - (OAB TO8111)

ORDEM: 006

PROCESSO: 0800420-15.2017.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

EMBARGANTE/AGRAVANTE: UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO: DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

POLO PASSIVO

EMBARGADO/AGRAVADO: VANESSA MESQUITA LAREDO

PROCURADOR(A): BRUNO BANDEIRA FERREIRA

ADVOGADO: BRUNO BANDEIRA FERREIRA - (OAB PA19999-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADOR(A): MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

ORDEM: 007

PROCESSO: 0802055-26.2020.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL: PRÁTICAS ABUSIVAS

RELATOR(A): DESEMBARGADORA GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

EMBARGADO/AGRAVANTE: DENISE MARIA DE LEMOS MALHEIRO NAVARRO

DEFENSORIA: DEFENSORIA: PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

EMBARGANTE/AGRAVADO: UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO: MARCELO RODRIGUES COSTA - (OAB PA24328-A)

ADVOGADO: DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

ORDEM: 008

PROCESSO: 0806817-85.2020.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL: EFEITOS

RELATOR(A): DESEMBARGADORA GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

EMBARGADO/AGRAVANTE: HELSON JORGE OLIVEIRA LOPES

ADVOGADO: GABRIEL MOTA DE CARVALHO - (OAB PA23473-A)

POLO PASSIVO

EMBARGANTE/AGRAVADO: BANCO J. SAFRA S.A

ADVOGADO: ANTONIO BRAZ DA SILVA - (OAB PA20638-A)

PROCURADORIA: BANCO SAFRA S/A

ORDEM: 009

PROCESSO: 0812545-10.2020.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL: GUARDA

RELATOR(A): DESEMBARGADORA GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

AGRAVANTE: ELLEN DE LIMA RAMOS

ADVOGADO: LAERCIO CARDOSO SALES NETO - (OAB PA17426-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO: DIRCEU DA COSTA REIS

ADVOGADO: ALVIMAR PIO APARECIDO JUNIOR - (OAB PA22451-A)

ORDEM: 010

PROCESSO: 0804186-71.2020.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL: ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

RELATOR(A): DESEMBARGADORA GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

AGRAVANTE: BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO: FREDERICO DUNICE PEREIRA BRITO - (OAB DF21822)

PROCURADORIA: BANCO BRADESCO S/A

POLO PASSIVO

AGRAVADO: FERNANDO PEREIRA DE SOUZA

ORDEM: 011

PROCESSO: 0812746-02.2020.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL: ESBULHO / TURBAÇÃO / AMEAÇA

RELATOR(A): JUIZ CONVOCADO JOSÉ TORQUATO ARAÚJO DE ALENCAR

POLO ATIVO

AGRAVANTE: SEBASTIAO LOURENCO DE OLIVEIRA

ADVOGADO: LEANDRO DA SILVA ALVES - (OAB PA21972-A)

ADVOGADO: ROBERT ALISSON RODRIGUES SILVA - (OAB PA20016-A)

AGRAVANTE: EDILSON ALVES PEREIRA

ADVOGADO: CARLOS EDUARDO TEIXEIRA CHAVES - (OAB PA12088-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO: FERNANDO LUIZ DOS SANTOS

ADVOGADO: CANDIDO LIMA JUNIOR - (OAB PA25926-A)

ADVOGADO: ANGELO SOUSA LIMA - (OAB PA26226-A)

AGRAVADO: OSMAR ALVES DOS SANTOS

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

ORDEM: 012

PROCESSO: 0003091-28.2015.8.14.0028

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: PAGAMENTO

RELATOR(A): DESEMBARGADOR RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

APELANTE: LAERCIO DOS SANTOS CARNEIRO

ADVOGADO: RANYELLE DA SILVA SEPTIMIO CARVALHO - (OAB PA16283-A)

POLO PASSIVO

APELADO: INSTITUTO DE DEFESA DOS SERVIDORES PUBLICOS CIVIS E MILITARES DO ESTADO DO PARA

ADVOGADO: ALINE DE FATIMA MARTINS DA COSTA - (OAB PA13372-A)

ADVOGADO: AMAYANNE NAARA DE SOUZA LIMA - (OAB PA19397-A)

ADVOGADO: MARCOS MORAES ROSA - (OAB PA23485-A)

ORDEM: 013

PROCESSO: 0050065-85.2012.8.14.0301

CLASSE JUDICIAL: AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: EFEITO SUSPENSIVO / IMPUGNAÇÃO / EMBARGOS À EXECUÇÃO

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

AGRAVANTE/APELANTE: HSBC BANK BRASIL S/A

ADVOGADO: VIRGINIA NEUSA COSTA MAZZUCCO - (OAB PR43943-A)

ADVOGADO: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES - (OAB PA13846-A)

AGRAVANTE/APELANTE: BANCO BRADESCO S.A.

ADVOGADO: VIRGINIA NEUSA COSTA MAZZUCCO - (OAB PR43943-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO/APELADO: S.G.R. XERFAN

ADVOGADO: ARTHUR CRUZ NOBRE - (OAB PA17387-A)

ADVOGADO: ROBERTO TAMER XERFAN JUNIOR - (OAB PA9117-A)

ORDEM: 014

PROCESSO: 0808480-19.2019.8.14.0028

CLASSE JUDICIAL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

EMBARGANTE/APELANTE: ALZENI RODRIGUES SILVA

ADVOGADO: JULIANO BARCELOS HONORIO - (OAB PA13793-A)

POLO PASSIVO

EMBARGADO/APELADO: BANCO CETELEM S.A.

ADVOGADO: MARIA DO PERPETUO SOCORRO MAIA GOMES - (OAB PA24039-A)

PROCURADOR(A):IA BANCO CELETEM

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR(A): WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

ORDEM: 015

PROCESSO: 0690689-88.2016.8.14.0301

CLASSE JUDICIAL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

EMBARGANTE/APELANTE: VENERAVEL ORDEM: TERCEIRA DE SAO FRANCISCO

ADVOGADO: REYNALDO ANDRADE DA SILVEIRA - (OAB PA1746-A)

POLO PASSIVO

EMBARGADO/APELADO: TRISIMA COM REP DE PROD CIRURGICOS DE TRES RIOS LTDA

ADVOGADO: FELIPPE HENRIQUE DE QUINTANILHA BIBAS MARADEI - (OAB PA200-A)

EMBARGADO/APELADO: LABCOR LABORATORIOS LTDA

ADVOGADO: FELIPPE HENRIQUE DE QUINTANILHA BIBAS MARADEI - (OAB PA200-A)

ORDEM: 016

PROCESSO: 0001291-73.2008.8.14.0039

CLASSE JUDICIAL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

EMBARGADO/APELANTE: JONAS DAL MOLIN

ADVOGADO: CAROLINE FONINI - (OAB MT21967/O)

ADVOGADO: FABIO PLAFONI - (OAB PA11799-A)

ADVOGADO: ALINE DAL MOLIN - (OAB MT15887/O)

POLO PASSIVO

EMBARGANTE/APELADO: FABIO KANEGAI

ADVOGADO: WELLINGTON DA CRUZ MANO - (OAB PA16076-A)

ADVOGADO: MOISES NORBERTO CORACINI - (OAB PA11528-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR(A): MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA

ORDEM: 017

PROCESSO: 0002617-39.2014.8.14.0110

CLASSE JUDICIAL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: ACIDENTE DE TRÂNSITO

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

EMBARGADO/APELANTE: CLEBER COSTA DA SILVA

ADVOGADO: CARLOS ALBERTO CAETANO - (OAB PA14558-A)

POLO PASSIVO

EMBARGANTE/APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ADVOGADO: ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZA - (OAB PA11307-A)

ADVOGADO: BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA - (OAB PA8770-A)

PROCURADORIA: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

EMBARGANTE/APELADO: BANCO BRADESCO SEGUROS

ADVOGADO: ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZA - (OAB PA11307-A)

ADVOGADO: BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA - (OAB PA8770-A)

PROCURADORIA: BRADESCO SEGUROS S/A

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR(A): MARIO NONATO FALANGOLA

ORDEM: 018

PROCESSO: 0802380-15.2019.8.14.0039

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: MARIA NOELIA SOUSA ALVES

ADVOGADO: MARCILIO NASCIMENTO COSTA - (OAB TO1110-A)

ADVOGADO: RANIERY ANTONIO RODRIGUES DE MIRANDA - (OAB TO4018-A)

POLO PASSIVO

APELADO: BANCO PAN S.A.

ADVOGADO: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

PROCURADORIA: BANCO PAN S.A.

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

PROCURADORIA: PROCURADOR FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE: PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR(A): JORGE DE MENDONCA ROCHA

REPRESENTANTE: PROCURADOR GERAL FEDERAL

PROCURADOR(A): PROCURADOR FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ

ORDEM: 019

PROCESSO: 0800461-79.2018.8.14.0021

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: TEREZINHA CONCEICAO PAIXAO

ADVOGADO: ALINE TAKASHIMA - (OAB PA15740-A)

POLO PASSIVO

APELADO: BANCO CETELEM S.A.

ADVOGADO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - (OAB PA24532-A)

PROCURADORIA: BANCO CELETEM

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR(A): ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

PROCURADOR(A): MARIO NONATO FALANGOLA

ORDEM: 020

PROCESSO: 0806398-35.2020.8.14.0301

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: PRÁTICAS ABUSIVAS

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: MICHAEL WENDRIO MORENO SOUZA

ADVOGADO: JOSE OTAVIO NUNES MONTEIRO - (OAB PA7261-A)

POLO PASSIVO

APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ADVOGADO: ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZA - (OAB PA11307-A)

PROCURADORIA: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR(A): ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

ORDEM: 021

PROCESSO: 0800486-60.2020.8.14.0009

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: TARIFAS

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: MOACIR SILVA DOS REIS

ADVOGADO: HALYSON JOSE DE MOURA OLIVEIRA - (OAB PA29640-A)

POLO PASSIVO

APELADO: BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB PA15201-A)

ADVOGADO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB PA28178-A)

PROCURADORIA: BANCO BRADESCO S/A

ORDEM: 022

PROCESSO: 0808077-03.2020.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL: CONTRATOS BANCÁRIOS

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

AGRAVANTE: BANCO DA AMAZONIA SA [BASA DIRECAO GERAL]

ADVOGADO: NORTHON SERGIO LACERDA SILVA - (OAB AC2708-A)

ADVOGADO: EDER AUGUSTO DOS SANTOS PICANCO - (OAB PA10396-A)

ADVOGADO: KARLENE AZEVEDO DE AGUIAR - (OAB PA11325-A)

ADVOGADO: HELIANE NUNES PIZA - (OAB PA15086-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO: RODOLFO HANS GELLER

ADVOGADO: RODOLFO HANS GELLER - (OAB PA143-S)

AGRAVADO: MIGUEL BORGHEZAN

ADVOGADO: MIGUEL BORGHEZAN - (OAB PA2834-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR(A): MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

ORDEM: 023

PROCESSO: 0800002-96.2019.8.14.0068

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO: LUCIA CRISTINA PINHO ROSAS - (OAB PA25197-S)

ADVOGADO: EDSON ROSAS JUNIOR - (OAB AM1910-A)

ADVOGADO: MAURO PAULO GALERA MARI - (OAB PA20455-A)

PROCURADORIA: BANCO BRADESCO S/A

POLO PASSIVO

APELADO: E. F. P.

ORDEM: 024

PROCESSO: 0002042-08.2018.8.14.0040

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: INDENIZAÇÃO DO PREJUÍZO

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: GRAYS KELLY LEITE SILVA

ADVOGADO: JEAN OLIVEIRA MORAES - (OAB PA14190-A)

POLO PASSIVO

APELADO: EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

ADVOGADO: FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ MONTALVÃO DAS NEVES - (OAB PA12358-A)

PROCURADORIA EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

ORDEM: 025

PROCESSO: 0016259-57.2017.8.14.0051

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: ESBULHO / TURBAÇÃO / AMEAÇA

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: ACAI AMAZONAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

ADVOGADO: BRUNA GRELLO KALIF - (OAB PA6507-A)

ADVOGADO: ESTELA NEVES DE SOUZA ALBUQUERQUE - (OAB PA13160-A)

ADVOGADO: EDGARD MARIO DE MEDEIROS JUNIOR - (OAB PA8292)

ADVOGADO: CARLOS EDUARDO ALVES DE MENDONCA - (OAB PA7257-B)

ADVOGADO: JOSE DE SOUZA PINTO FILHO - (OAB PA13974-A)

ADVOGADO: MARCELO MIRANDA CAETANO - (OAB PA9497-A)

ADVOGADO: GUSTAVO DE QUEIROZ HENRIQUE - (OAB PA27807-A)

ADVOGADO: KLEBER LUIZ DA SILVA JORGE - (OAB PA8673-A)

ADVOGADO: ANA IALIS BARETTA - (OAB PA11903-A)

ADVOGADO: FERNANDO LOURENCO MATOS LIMA - (OAB PA8055-A)

ADVOGADO: CAROL TAVARES LEDA - (OAB PA8485-A)

ADVOGADO: WILLIAM MARTINS LOPES - (OAB MG57787-A)

POLO PASSIVO

APELADO: FRANCISCO GONCALVES DA SILVA E OUTROS INVASORES

ADVOGADO: MARCOS ROBERTO DA CUNHA NADALON - (OAB PA16235-A)

APELADO: OUTROS INVASORES

DEFENSORIA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADOR(A): WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

TERCEIRO INTERESSADO: UNIÃO FEDERAL/ FAZENDA NACIONAL

ADVOGADO: AGEU CORDEIRO DE SOUSA - (OAB PB15127)

TERCEIRO INTERESSADO: ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

PROCURADOR(A): PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DO PARÁ - PU/PA

TERCEIRO INTERESSADO: PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR(A): PROCURADORIA:FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO: INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA

PROCURADOR(A): INSTITUTO DE TERRAS DO PARA-ITERPA

REPRESENTANTE: PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE ADVOCACIA GERAL DA UNIAO

PROCURADOR(A): PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DO PARÁ - PU/PA

REPRESENTANTE: PROCURADOR(A):IA-GERAL FEDERAL

PROCURADOR(A): PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE INSTITUTO DE TERRAS DO PARA

PROCURADOIA INSTITUTO DE TERRAS DO PARA-ITERPA

ORDEM: 026

PROCESSO: 0000706-08.2019.8.14.0048

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: OBRIGAÇÃO DE FAZER / NÃO FAZER

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: ONEIDE SOUZA DO NASCIMENTO

ADVOGADO: ANNA CAROLINA PARIZOTTO SANTOS - (OAB PA24859-A)

POLO PASSIVO

APELADO: BANCO OLE BONSUCESSO CONSIGNADO SA

ADVOGADO: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO - (OAB MG96864-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR(A): TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADOR(A):IA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

ORDEM: 027

PROCESSO: 0009312-23.2011.8.14.0301

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: OBRIGAÇÃO DE FAZER / NÃO FAZER

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: BANCO ITAU SA

ADVOGADO: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI - (OAB PE21678-A)

ADVOGADO: RAMON LISBOA MESQUITA - (OAB PA21678-A)

POLO PASSIVO

APELADO: MRT PEREIRA

ADVOGADO: RONALDO FELIPE SIQUEIRA SOARES - (OAB PA8165-A)

ORDEM: 028

PROCESSO: 0001813-21.2014.8.14.0062

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: RESPONSABILIDADE CIVIL

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: ESPOLIO DE ADENONES AUGUSTO DE OLIVEIRA

ADVOGADO: JOSÉ FERREIRA DA SILVA ¿ OAB/GO 9367

POLO PASSIVO

APELADO: MARIA DAS DORES ALVES GOMES

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR(A): NELSON PEREIRA MEDRADO

ORDEM: 029

PROCESSO: 0813936-38.2018.8.14.0301

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: WAGNE COSTA MACHADO

ADVOGADO: PRISCILLA HOLANDA PASSOS MEDEIROS - (OAB TO6185-A)

POLO PASSIVO

APELADO: THEOBALD & VOGEL CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA. - EPP

ADVOGADO: ANNA CAROLINA NOVAES PESSOA - (OAB MG98231-A)

ORDEM: 030

PROCESSO: 0015688-64.2016.8.14.0005

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: BUSCA E APREENSÃO

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: BANCO PAN S.A.

ADVOGADO: SERVIO TULIO DE BARCELOS - (OAB PA21148-A)

ADVOGADO: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES - (OAB PA13846-A)

PROCURADOR(A):IA BANCO PAN S.A.

POLO PASSIVO

APELADO: ANA KARLA MOREIRA DE BRITO

ADVOGADO: JOAO FELICIANO CARAMURU DOS SANTOS JUNIOR - (OAB PA14737-A)

ORDEM: 031

PROCESSO: 0000862-21.2016.8.14.0009

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: RECONHECIMENTO / DISSOLUÇÃO

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: I. DE F. L. B.

ADVOGADO: FRANCISCO VAGNER RODRIGUES MONTEIRO - (OAB PA21422-A)

POLO PASSIVO

APELADO: Y. F. DE O.

ADVOGADO: GEMERSON ALENCAR DE SOUSA - (OAB PA18355-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR(A): MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

ORDEM: 032

PROCESSO: 0063790-51.2015.8.14.0006

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: PROMESSA DE COMPRA E VENDA

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: CARLOS ALBERTO DA SILVA ALCANTARA

ADVOGADO: ADRIANO SILVA DE SOUSA - (OAB PA433-A)

POLO PASSIVO

APELADO: EWERTON ARRAIS DA COSTA

ADVOGADO: JOSE DE SOUZA PINTO FILHO - (OAB PA13974-A)

ADVOGADO: REBECA DE QUEIROZ HENRIQUE - (OAB PA30317-A)

ORDEM: 033

PROCESSO: 0801470-53.2020.8.14.0006

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: IMISSÃO NA POSSE

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: SILVANA HERONDINA MARTINS BASTOS

ADVOGADO: RAFAEL DOS SANTOS REIS - (OAB PA28530-A)

ADVOGADO: ARTHUR GRANHEN BRANDAO DA COSTA - (OAB PA28488-A)

ADVOGADO: PEDRO PAULO RAMOS BATISTA - (OAB PA28708-A)

ADVOGADO: THAIS DUTRA TOBIAS - (OAB PA28644-A)

POLO PASSIVO

APELADO: FATIMA DO SOCORRO SOUSA NONATO

ADVOGADO: CARLOS ALBERTO DA TRINDADE E SOUZA - (OAB PA18236-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR(A): MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

ORDEM: 034

PROCESSO: 0801415-37.2019.8.14.0039

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

RELATOR(A): DESEMBARGADORA GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE: EDINE VIEIRA DE SA

ADVOGADO: RANIERY ANTONIO RODRIGUES DE MIRANDA - (OAB TO4018-A)

ADVOGADO: MARCILIO NASCIMENTO COSTA - (OAB TO1110-A)

POLO PASSIVO

APELADO: BANCO BMG SA

ADVOGADO: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA - (OAB MG63440-S)

ADVOGADO: FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA - (OAB MG109730-A)

PROCURADORIA: BANCO BMG S.A.

ORDEM: 035

PROCESSO: 0001222-18.2011.8.14.0045

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: DIREITO DE IMAGEM

RELATOR(A): DESEMBARGADORA GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE: VANDERLAN DE SOUZA LUZ

ADVOGADO: GIULIA ALMEIDA PRADO LORDEIRO SROCZYNSKI - (OAB PA25466-A)

ADVOGADO: RAYNERY RARISON OLIVEIRA SIQUEIRA - (OAB GO39893-A)

ADVOGADO: ARTHUR PARAGUASSU FRAZAO NETO

POLO PASSIVO

APELADO: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA

ADVOGADO: CELSO DE FARIA MONTEIRO - (OAB PA24358-A)

ADVOGADO: MILENA SAMPAIO DE SOUSA - (OAB PA18356-A)

ORDEM: 036

PROCESSO: 0007444-52.2009.8.14.0051

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: ACIDENTE DE TRÂNSITO

RELATOR(A): DESEMBARGADORA GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE: HUDSON ROBERTO SOUSA FERNANDES

ADVOGADO: IDENILZA REGINA SIQUEIRA RUFINO - (OAB PA8177-A)

POLO PASSIVO

APELADO: LEOMAR BRITO DA SILVA

ADVOGADO: JOSE MARIA FERREIRA LIMA - (OAB PA5346-A)

ADVOGADO: MILENA BRAGA SARDINHA - (OAB PA26483-A)

APELADO: NACIONAL VEICULOS E SERVICOS LTDA

ADVOGADO: HAROLDO QUARESMA CASTRO - (OAB 11913-A)

ORDEM: 037

PROCESSO: 0001772-81.2018.8.14.0040

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: RESCISÃO / RESOLUÇÃO

RELATOR(A): DESEMBARGADORA GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE: CARLOS EDUARDO COELHO DE REZENDE

REPRESENTANTE DEFENSORIA: PUBLICA DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

APELADO: L.M.S.E. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

ADVOGADO: RAFAEL COELHO SARTORIO - (OAB PA643-A)

ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - (OAB PA10652-A)

ORDEM: 038

PROCESSO: 0064467-06.2014.8.14.0301

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL

RELATOR(A): DESEMBARGADORA GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE: IMPERIAL INCORPORADORA LTDA

ADVOGADO: EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL - (OAB PA13179-A)

ADVOGADO: DANIELLE BARBOSA SILVA PEREIRA - (OAB PA21052-A)

APELANTE: CONSTRUTORA LEAL MOREIRA LTDA

ADVOGADO: EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL - (OAB PA13179-A)

POLO PASSIVO

APELADO: PETRAS BARRA MENEZES

ADVOGADO: RAFAEL DE ATAIDE AIRES - (OAB PA12466-A)

ORDEM: 039

PROCESSO: 0018527-54.2016.8.14.0040

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: ESBULHO / TURBAÇÃO / AMEAÇA

RELATOR(A): DESEMBARGADORA GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE: JOSEFA FERREIRA DA SILVA

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

APELADO: L.M.S.E. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

ADVOGADO: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - (OAB PA10652-A)

ORDEM: 040

PROCESSO: 0014920-89.2017.8.14.0301

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: RESCISÃO DO CONTRATO E DEVOLUÇÃO DO DINHEIRO

RELATOR(A): DESEMBARGADORA GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE: CONSTRUTORA LEAL MOREIRA LTDA

ADVOGADO: EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL - (OAB PA13179-A)

APELANTE: IMPERIAL INCORPORADORA LTDA

ADVOGADO: EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL - (OAB PA13179-A)

POLO PASSIVO

APELADO: PETRAS BARRA MENEZES

ADVOGADO: JOAO PEREIRA LIMA FILHO - (OAB PA24832-A)

ORDEM: 041

PROCESSO: 0804946-83.2021.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL: FIXAÇÃO

RELATOR(A): DESEMBARGADORA GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

AGRAVANTE: M. J. A. L.

DEFENSORIA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO: B. A. S. O.

ADVOGADO: RAIMUNDA LAURA SERRAO DA SILVA - (OAB PA5330-A)

INTERESSADO: S. C. S. O.

ADVOGADO: RAIMUNDA LAURA SERRAO DA SILVA - (OAB PA5330-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR(A): NELSON PEREIRA MEDRADO

PROCURADOR(A):IA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

ORDEM: 042

PROCESSO: 0010834-88.2013.8.14.0051

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: PAGAMENTO INDEVIDO

RELATOR(A): DESEMBARGADORA GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE: V. RIBEIRO SILVA - ME

ADVOGADO: DEGEORGE COLARES DE SIQUEIRA - (OAB PA15735-A)

POLO PASSIVO

APELADO: BANCO ITAU VEICULOS S.A.

ADVOGADO: ANTONIO BRAZ DA SILVA - (OAB PA20638-A)

PROCURADOR(A):IA ITAÚ UNIBANCO S.A.

APELADO: VIA MARCONI VEICULOS LTDA

ADVOGADO: TERRY TENNER FELEOL MARQUES - (OAB PA12223-A)

ORDEM: 043

PROCESSO: 0813162-71.2019.8.14.0301

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: INSCRIÇÃO NA MATRÍCULA DE REGISTRO TORRENS

RELATOR(A): DESEMBARGADORA EDINÉA OLIVEIRA TAVARES (SUBSTITUÍDA PELO JUIZ CONVOCADO AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES)

POLO ATIVO

APELANTE: LILIANE RUFFEIL TABOSA

ADVOGADO: GABRIEL COMESANHA PINHEIRO - (OAB PA15274-A)

APELANTE: LISOMAR RUFFEIL TABOSA

ADVOGADO: GABRIEL COMESANHA PINHEIRO - (OAB PA15274-A)

POLO PASSIVO

APELADO: JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE: MINISTERIO PUBLICO

ORDEM: 044

PROCESSO: 0005395-80.2018.8.14.1875

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

RELATOR(A): JUIZ CONVOCADO JOSÉ TORQUATO ARAÚJO DE ALENCAR

POLO ATIVO

APELANTE: VITOR BORGES DA SILVA

ADVOGADO: DIORGEO DIOVANNY STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA - (OAB PA12614-A)

ADVOGADO: BRENO FILIPPE DE ALCANTARA GOMES - (OAB PA21820-A)

POLO PASSIVO

APELADO: BANCO BMG

PROCURADORIA: BANCO BMG S.A.

REPRESENTANTE: BANCO BMG S.A.

ORDEM: 045

PROCESSO: 0000031-21.2005.8.14.0053

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: OBRIGAÇÃO DE FAZER / NÃO FAZER

RELATOR(A): JUIZ CONVOCADO JOSÉ TORQUATO ARAÚJO DE ALENCAR

POLO ATIVO

APELANTE: IRINEU MARTINS DA CUNHA

ADVOGADO: ANDRE MARTINS MALHEIROS - (OAB PA18240-A)

ADVOGADO: SAVIO ROVENO GOMES FERREIRA - (OAB PA9561-A)

POLO PASSIVO

APELADO: JOSE GONCALVES VIEIRA FILHO

ADVOGADO: CORIOLANDO RODRIGUES DE ASSIS - (OAB AL2694-S)

ORDEM: 046

PROCESSO: 0808871-02.2019.8.14.0051

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

RELATOR(A): JUIZ CONVOCADO JOSÉ TORQUATO ARAÚJO DE ALENCAR

POLO ATIVO

APELANTE: ANTONIO RODRIGUES DA SILVA

ADVOGADO: ALEX FERNANDES DA SILVA - (OAB MS17429-A)

ADVOGADO: FABIO IGOR CORREA LOPES - (OAB PA22998-A)

POLO PASSIVO

APELADO: BANCO BMG SA

ADVOGADO: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

PROCURADORIA: BANCO BMG S.A.

ORDEM: 047

PROCESSO: 0804044-11.2020.8.14.0051

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

RELATOR(A): JUIZ CONVOCADO JOSÉ TORQUATO ARAÚJO DE ALENCAR

POLO ATIVO

APELANTE: LAURIMAR VASCONCELOS

ADVOGADO: ALEX FERNANDES DA SILVA - (OAB MS17429-A)

ADVOGADO: FABIO IGOR CORREA LOPES - (OAB PA22998-A)

POLO PASSIVO

APELADO: BANCO BRADESCO SA

PROCURADORIA: BANCO BRADESCO S/A

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

NÚCLEO DE SESSÃO DE JULGAMENTO

1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO

Faço público a quem interessar possa, que no anúncio de julgamento da 39ª Sessão Ordinária de plenário Virtual da 1ª Turma de Direito Público, publicado no dia 19/11/2021, em virtude de equívoco ocorrido no momento do envio da matéria ao DJE, o cabeçalho fica publicado da seguinte forma:

ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DA 39ª SESSÃO ORDINÁRIA EM PLENÁRIO VIRTUAL, DO ANO DE 2021, DA 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO:

FAÇO PÚBLICO A QUEM INTERESSAR POSSA QUE, PARA A 39ª SESSÃO ORDINÁRIA EM PLENÁRIO VIRTUAL, DO ANO DE 2021, DA EGRÉGIA 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO, A SE REALIZAR POR MEIO DA FERRAMENTA PLENÁRIO VIRTUAL, COM INÍCIO ÀS 14H00 DO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2021 E TÉRMINO ÀS 14H00 DO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2021, FOI PAUTADO O

JULGAMENTO DOS SEGUINTES FEITOS:

Belém, 19 de novembro de 2021.

Bela. CRISTINA CASTRO CONTE

Coordenador do Núcleo de Sessão da UPJ do 2º Grau

CEJUSC

PRIMEIRO CEJUSC BELÉM

SESSÃO PRESENCIAL DE MEDIAÇÃO/CONCILIAÇÃO 1º CEJUSC DA CAPITAL, LOCAL: 1º ANDAR DO FÓRUM CÍVEL, AO LADO DO GABINETE DA 1ª VARA DE FAMÍLIA.

DIA 29/11/2021

HORÁRIO: 09:00

7ª VARA

PROCESSO 0811190-95.2021.8.14.0301

AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE GUARDA E VISITAS C/C EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS

REQUERENTE: H M D S

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA

REQUERIDA: E C S D C

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA

DIA 29/11/2021

HORÁRIO 11:00H

3ª VARA

PROCESSO 0845264-78.2021.8.14.0301

AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO

REQUERENTE: M A L D C

ADVOGADOS: ANTONIO DUARTE BRANDÃO NETO E OUTROS

REQUERIDA: D A D C

SEÇÃO DE DIREITO PENAL

ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DA 66 ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO VIRTUAL ¿ PJE , DA SEÇÃO DE DIREITO PENAL.

Faço público a quem interessar possa que, para a 66ª Sessão Ordinária do Plenário Virtual (Sistema PJE) da Egrégia Seção de Direito Penal, a realizar-se através da ferramenta ¿Plenário Virtual¿, disponível no site oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, com início às 14 horas do dia 23 de novembro de 2021 e término às 14h do dia 25 de novembro de 2021, foi pautado o julgamento dos seguintes feitos :

1 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0811364-37.2021.8.14.0000

RELATOR ROMULO JOSE FERREIRA NUNES

AUTORIDADE COATORA VARA CRIMINAL DE BENEVIDES

PACIENTE NELIANNI DA SILVA RAMOS

ADVOGADO EVANDRO DA SILVA OLIVEIRA ¿ OAB/PA 25554

FISCAL DA LEI PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A).FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA

2 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0810413-43.2021.8.14.0000

RELATOR ROMULO JOSE FERREIRA NUNES

AUTORIDADE COATORA JUÍZO DA COMARCA DE VISEU

PACIENTE JACKSON FERREIRA DOS SANTOS

ADVOGADO SIMON BOLIVAR DE NAZARENO CIRINO OAB/PA 29367

FISCAL DA LEI PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A).FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA

3 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0811388-65.2021.8.14.0000

RELATOR ROMULO JOSE FERREIRA NUNES

AUTORIDADE COATORA 2 VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA

PACIENTE ORLANDO NETO SILVA SANTOS

REPRESENTANTE DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

ADVOGADO ELSON DOS SANTOS ARRUDA ¿ OAB/PA 7587

FISCAL DA LEI PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A). CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

4 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0812118-76.2021.8.14.0000

RELATOR ROMULO JOSE FERREIRA NUNES

AUTORIDADE COATORA JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE TUCURUI PA

PACIENTE CLAIOWTON MARCAL SARAIVA

ADVOGADO YURI FERREIRA MACIEL ¿ OAB/PA 25.777

FISCAL DA LEI PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A).FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA

5 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0812122-16.2021.8.14.0000

RELATOR ROMULO JOSE FERREIRA NUNES

AUTORIDADE COATORA JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE TUCURUI PA

PACIENTE RAQUEL GOUVEIA PAIVA

ADVOGADO YURI FERREIRA MACIEL ¿ OAB/PA 25777

FISCAL DA LEI PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A).FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA

6 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0812120-46.2021.8.14.0000

RELATOR ROMULO JOSE FERREIRA NUNES

AUTORIDADE COATORA JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE TUCURUI PA

PACIENTE FRANCISCA SILVA DOS SANTOS

ADVOGADO YURI FERREIRA MACIEL ¿ OAB/PA 25777

FISCAL DA LEI PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A).FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA

7 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0808434-46.2021.8.14.0000

RELATOR VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA

AUTORIDADE COATORA JUIZ DA 4ª VARA DO TRIBUNAL DO JURI

IMPETRANTE LUIZ ROBERTO DUARTE DE MELO

PACIENTE DIEGO DIAS DE SOUZA

ADVOGADO LUIZ ROBERTO DUARTE DE MELO OAB/PA 5789

FISCAL DA LEI PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A). HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA

8 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0811489-05.2021.8.14.0000

RELATOR VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA

AUTORIDADE COATORA 2ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA

PACIENTE DIEGO DOS SANTOS SILVA

ADVOGADO ANTONIO RENATO COSTA FONTELLE OAB/PA 23898

FISCAL DA LEI PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A). LUIZ CESAR TAVARES BIBAS

9 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0810791-96.2021.8.14.0000

RELATOR VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA

AUTORIDADE COATORA VARA CRIMINAL DE NOVO PROGRESSO-PA

PACIENTE ALEXANDRE NETO DA SILVA

ADVOGADO ANTONIO SILVEIRA GUIMARÃES JUNIOR

FISCAL DA LEI PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A). CLAUDIO BEZERRA DE MELO

10 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0811318-48.2021.8.14.0000

RELATOR VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA

AUTORIDADE COATORA JUIZO DE DIREITO DA VARA UNICA DA COMARCA DE SANTANA DO ARAGUAIA

PACIENTE VALDIVINO RODRIGUES REIS

ADVOGADO LEONARDO BRAGA DUARTE OAB/TO 8161

FISCAL DA LEI PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A). GERALDO DE MENDONÇA ROCHA

11 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0810560-69.2021.8.14.0000

RELATOR VANIA LUCIA CARVALHO DA SILVEIRA

AUTORIDADE COATORA JOSÉ GOMES DE ARAÚJO FILHO - JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JACAREACANGA-PA

PACIENTE VALDEZ MORAES LOBATO

IMPETRANTE HANDERSON DA COSTA BENTES

IMPETRANTE LIBANIO LOPES COSTA NETO

ADVOGADO HANDERSON DA COSTA BENTES OAB/PA 17008

ADVOGADO LIBANIO LOPES COSTA NETO OAB/PA 19.147

FISCAL DA LEI PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A). CLAUDIO BEZERRA DE MELO

12 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0810710-50.2021.8.14.0000

RELATOR VANIA LUCIA CARVALHO DA SILVEIRA

AUTORIDADE COATORA JUÍZO CRIMINAL DE MARITUBA/PA

PACIENTE MURYLLO ROBERTO HIRAKAWA PEREIRA

ADVOGADO ALEXANDRE BARBOSA LISBOA OAB/PA 9371

FISCAL DA LEI PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A). DULCELINDA LOBATO PANTOJA

13 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0810585-82.2021.8.14.0000

RELATOR VANIA LUCIA CARVALHO DA SILVEIRA

AUTORIDADE 8 VARA CRIMINAL DE BELÉM - PA

PACIENTE EM SEGREDO DE JUSTIÇA

ADVOGADA VERNICA ARAUJO PACHECO ¿ OAB/PA 26408

FISCAL DA LEI PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A). RICARDO ALBUQUERQUE DA SILV

14 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0809854-86.2021.8.14.0000

RELATOR VANIA LUCIA CARVALHO DA SILVEIRA

AUTORIDADE COATORA 1 VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ALTAMIRA

PACIENTE NAILSON RODRIGUES DA SILVA

IMPETRANTE DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

FISCAL DA LEI PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A) HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA

15 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0810000-30.2021.8.14.0000

RELATOR VANIA LUCIA CARVALHO DA SILVEIRA

AUTORIDADE COATORA VARA DE EXECUÇÃO PENAL DA COMARCA DE BELÉM/PA

PACIENTE GERIEL SAMPAIO DOS SANTOS

ADVOGADO VERENA CERQUEIRA DOS SANTOS CARDOSO ¿ OAB/PA 17.468

FISCAL DA LEI PARA MINISTERIO PUBLICO

REPRESENTANTE MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A). RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA

16 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0810837-85.2021.8.14.0000

RELATOR VANIA LUCIA CARVALHO DA SILVEIRA

AUTORIDADE COATORA JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ITAITUBA

PACIENTE LANNIERI JOSE MOLINARI FRANCO

ADVOGADO GETULIO BATISTA DE OLIVEIRA ¿ OAB/GO 17427

FISCAL DA LEI PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A). MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

17 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0810904-50.2021.8.14.0000

RELATOR VANIA LUCIA CARVALHO DA SILVEIRA

AUTORIDADE COATORA JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ALTAMIRA

PACIENTE JANISON BARBOSA DA SILVA

ADVOGADO FERNANDO GONÇALVES FERNANDES ¿ OAB/PA 19656

FISCAL DA LEI PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A). HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA

18 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0807685-29.2021.8.14.0000

RELATOR VANIA LUCIA CARVALHO DA SILVEIRA

AUTORIDADE COATORA JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÃO PENAL DA CAPITAL

PACIENTE FRANCISCO NILTON BEZERRA FARIAS JUNIOR

ADVOAGDO JOSÉ AUGUSTO PEREIRA CARDOSO ¿ OAB/AP 376

FISCAL DA LEI PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A). MARIA CÉLIA FILOCREÃO GONÇALVES

19 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0811311-56.2021.8.14.0000

RELATOR VANIA LUCIA CARVALHO DA SILVEIRA

AUTORIDADE COATORA JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE PRAINHA

PACIENTE ELIZANGELA SOUZA BATISTA

IMPETRANTE DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

FISCAL DA LEI PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A).HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA

20 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0811063-90.2021.8.14.0000

RELATOR VANIA LUCIA CARVALHO DA SILVEIRA

AUTORIDADE COATORA JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO DE BELÉM

PACIENTE ALRIMAR JUNIOR FARIAS DA SILVA

PACIENTE CARLOS FELIPE MENDONÇA DOS SANTOS

PACIENTE FLAVIO THIAGO DA COSTA NEVES

PACIENTE ARIELTON FARIAS MARQUES

ADVOGADO JOSE ITAMAR DE SOUZA OAB/PA 19763

FISCAL DA LEI PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A).HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA

21 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0810882-89.2021.8.14.0000

RELATOR VANIA LUCIA CARVALHO DA SILVEIRA

AUTORIDADE COATORA JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE NOVA TIMBOTEUA

PACIENTE ERNANI SANTOS DA SILVA

ADVOGADO CARLOS AUGUSTO NOGUEIRA DA SILVA OAB/PA 169000

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A). SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA

22 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0811146-09.2021.8.14.0000

RELATOR VANIA LUCIA CARVALHO DA SILVEIRA

AUTORIDADE COATORA 3ª VARA CRIMINAL DE SANTARÉM/PA

PACIENTE JOAO PEDRO SOUSA DO CARMO

ADVOGADO MAISA ANGELISIA DA ROCHA PIMENTEL ¿ OAB/PA 21157, RAIMUNDO CORDOVIL DINIZ ¿ OAB//PA 10137, RIALDO VALENTE FREIRE ¿ OAB/PA 26035

FISCAL DA LEI PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A). MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

23 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0810355-40.2021.8.14.0000

RELATOR VANIA LUCIA CARVALHO DA SILVEIRA

AUTORIDADE COATORA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAUAPEBAS/PA

PACIENTE DIEGO DO NASCIMENTO DA COSTA

ADVOGADO HIROSHY DE NEZ MARTINS OAB / SC 56478

FISCAL DA LEI PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A). RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA

24 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0812108-32.2021.8.14.0000

RELATOR MAIRTON MARQUES CARNEIRO

AUTORIDADE COATORA 3 VARA DE VIOLÊNCIA DOMESTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE BELÉM

PACIENTE RAIMUNDO SANTAREM DE SOUZA

ADVOGADO LUCAS CARNEIRO MAIA OAB/PA 26904

FISCAL DA LEI PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A). FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA

25 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0812076-27.2021.8.14.0000

RELATOR MAIRTON MARQUES CARNEIRO

AUTORIDADE COATORA VARA UNICA DA COMARCA DE ITUPIRANGA/PA

PACIENTE FRANCISCO DAS CHAGAS DA CONCEICAO OLIVEIRA

ADVOGADO BRUCE ADAMS DOS SANTOS BARROS OAB/PA 24528

FISCAL DA LEI PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A). SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA

26 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0811987-04.2021.8.14.0000

RELATOR ROSI MARIA GOMES DE FARIAS

ADVOGADO DENNYS DA SILVA LUZ ¿ OAB/PA 25995

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A). GERALDO DE MENDONÇA ROSI

27 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0811368-74.2021.8.14.0000

RELATOR ROSI MARIA GOMES DE FARIAS

ADVOGADO JOSÉ FREITAS NAVEGANTES NETO ¿ OAB/PA 5703, GABRIELLE DE MACEDO BARROS ¿ OAB/PA 26.939 VICENTE BATISTA FONTE DE MOURA ¿ OAB/PA 27822, ANA DO SOCORRO SOUSA FORNTE ¿ OAB/PA 23756

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A). CLAUDIO BEZERRA DE MELO

28 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0811129-70.2021.8.14.0000

RELATOR EVA DO AMARAL COELHO

AUTORIDADE COATORA JUIZO CRIMINAL DE BARCARENA

PACIENTE EDSON DA SILVA SOARES

ADVOGADO WALBER HAGNER MORAES ANJOS ¿ OAB/PA 23801

FISCAL DA LEI PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A). CLAUDIO BEZERRA DE MELO

29 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0811429-32.2021.8.14.0000

RELATOR EVA DO AMARAL COELHO

AUTORIDADE COATORA JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE TOMÉ-AÇÚ

PACIENTE JOSICLEO ROSARIO DOS SANTOS

ADVOGADO CESALTINO DE SOUZA AGUIAR JUNIOR OAB/PA 26192

FISCAL DA LEI PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A). MARIA CELIA FILOCREÃO GONÇALVES

30 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0810935-70.2021.8.14.0000

RELATOR EVA DO AMARAL COELHO

AUTORIDADE COATORA VARA ÚNICA DE PORTEL/PARÁ

PACIENTE DAVID CAMPOS NICACIO

ADVOGADO MARCOS VINICIUS VASCONCELOS DA COSTA OAB/AP 4106, PAULO NONATO MELO DE ASSUNÇÃO OAB AP 4557

FISCAL DA LEI PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A). MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO

31 - Processo: AGRAVO REGIMENTLA EM HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0808384-20.2021.8.14.0000

RELATOR ALTEMAR DA SILVA PAES

AUTORIDADE COATORA JUÍZO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BRAGANÇA/PA

IMPETRANTE DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

PACIENTE CARLOS ALEXANDRE SILVA RIBEIRO

REPRESENTANTE DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

FISCAL DA LEI PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A). ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER

32 - Processo: AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0805612-84.2021.8.14.0000

RELATOR ALTEMAR DA SILVA PAES

AUTORIDADE COATORA JUÍZO DA VARA CRIMINAL DE SANTA ISABEL DO PARÁ

PACIENTE ELBEN EDSON SOARES DA SILVA

ADVOGADO KENNEDY DA NOBREGA MARTINS ¿ OAB/PA 23161

FISCAL DA LEI PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A). RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA

33 - Processo: MANDADO DE SEGURANÇA CRIMINAL - 0809709-30.2021.8.14.0000

RELATOR VANIA LUCIA CARVALHO DA SILVEIRA

AUTORIDADE 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BELÉM

PARTE AUTORA GELSON ZORANTE BORGES

PARTE AUTORA GILDO SOUSA DOS SANTOS

PARTE AUTORA ALEX ANDREY NEVES DO VALE

PARTE AUTORA JURANDIR MOTA DE SOUSA

PARTE AUTORA FRANCISCO DE SOUZA LIMA

ADVOGADO FERNANDO FLAVIO LOPES SILVA OAB/PA 5041

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A). RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA

Belém, 19 de novembro de 2021.

Maria de Nazaré C. Franco

Secretária da Seção de Direito Penal.

ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DA 67 ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO VIRTUAL ¿ PJE , DA SEÇÃO DE DIREITO PENAL.

Faço público a quem interessar possa que, para a **67ª Sessão Ordinária** do Plenário Virtual (Sistema PJE) da Egrégia Seção de Direito Penal, a realizar-se através da ferramenta ¿Plenário Virtual¿, disponível no site oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, com início às 14 horas do dia 30 de novembro de 2021 e término às 14h do dia 7 de novembro de 2021, foi pautado o julgamento dos seguintes feitos :

Processos Pautados

Ordem: 001

Processo: **0809963-03.2021.8.14.0000**

Classe Judicial: **CONFLITO DE JURISDIÇÃO**

Assunto Principal

Relator(a): Desembargador RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES

SUSCITANTE: 4 VARA DO TRIBUNAL DO JURI DE BELÉM

SUSCITADO: 3 VARA DE JUIZADO VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR BELÉM

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A): FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA

Ordem: 002

Processo: **0801573-05.2021.8.14.0401**

Classe Judicial: **CONFLITO DE JURISDIÇÃO**

Relator(a): Desembargador RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES

SUSCITANTE: 4 VARA DO TRIBUNAL DO JURI DE BELÉM

SUSCITADO: 3 VARA DE JUIZADO VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR BELÉM

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A): ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER

Ordem: 003

Processo: **0003981-93.2017.8.14.0028**

Classe Judicial: **EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE**

Relator(a): Desembargadora VÂNIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA

Revisor(a): Desembargadora VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA

EMBARGANTE: T. S. A

ADVOGADO: ARTHEMIO MEDEIROS LINS LEAL - (OAB PA8283)

ADVOGADO: DEBORA ELEONORA DIAS DA SILVA LEAL - (OAB PA25052-A)

ADVOGADO: SAMIO GUSTAVO SARRAFF ALMEIDA - (OAB PA24782-A)

ADVOGADO: AMERICO LINS DA SILVA LEAL - (OAB PA1590-A)

ADVOGADO: MATHEUS CALANDRINI SILVA GRAIM - (OAB PA26671-A)

EMBARGADO: JUSTIÇA PÚBLICA

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A): UBIRAGILDA DA SILVA PIMENTEL

Ordem: 004

Processo: **0009432-45.2016.8.14.0025**

Classe Judicial: **DESAFORAMENTO DE JULGAMENTO**

Relator(a): Desembargadora VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA

REQUERENTE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REQUERIDO: ELVIS FERNANDES DA SILVA

ADVOGADO: WANDERGLEISSON FERNANDES SILVA - (OAB PA16961-A)

REQUERIDO: FRANCISCO SILVA DOS SANTOS

ADVOGADO: LARA RODRIGUES DOS SANTOS - (OAB PA30337)

ADVOGADO: MARCEL AFFONSO DE ARAUJO SILVA - (OAB PA24660-A)

TERCEIRO INTERESSADO: ANDRE FERREIRA MARINHO

TERCEIRO INTERESSADO: ALVARO AFONSO LOBATO MARTINS

TERCEIRO INTERESSADO

TERCEIRO INTERESSADO: MAURICIO SALES TRINDADE

TERCEIRO INTERESSADO: HELIO ALVES DIAS

TERCEIRO INTERESSADO: LORENA SOUSA DA SILVA

TERCEIRO INTERESSADO: ERINALDO FERREIRA MARINHO

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A): RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA

Ordem: 005

Processo: **0038453-57.2015.8.14.0104**

Classe Judicial: **DESAFORAMENTO DE JULGAMENTO**

Relator(a): Desembargadora VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA

REQUERENTE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ

REQUERIDO: RAFAEL DA SILVA RIBEIRO

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

TERCEIRO INTERESSADO: JOANA CRISTINA DA SILVA SOARES

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A): FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA

Ordem: 006

Processo: **0810563-24.2021.8.14.0000**

Classe Judicial: **CONFLITO DE JURISDIÇÃO**

Relator(a): Desembargadora VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA

SUSCITANTE: JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE MONTE ALEGRE

SUSCITADO: JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE PRAINHA

PROCURADOR DE JUSTIÇA DR(A) MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Ordem: 007

Processo: **0810188-23.2021.8.14.0000**

Classe Judicial: **REVISÃO CRIMINAL**

Relator(a): Juiz Convocado ALTEMAR DA SILVA PAES

Revisor: Desembargador RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES

REQUERENTE: OSMUNDO DA SILVA GOMES

ADVOGADO: CARLOS FELIPE ALVES GUIMARAES - (OAB PA18307-A)

REQUERIDO : A JUSTIÇA PÚBLICA

PROCURADOR DE JUSTIÇA : CESAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR.

Belém, 19 de novembro de 2021.

Maria de Nazaré C. Franco

Secretária da Seção de Direito Penal.

TURMAS DE DIREITO PENAL

UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PENAL - UPJ

RESENHA: 22/11/2021 A 22/11/2021 - SECRETARIA ÚNICA DE DIREITO PENAL - VARA: 3ª TURMA DE DIREITO PENAL

P R O C E S S O : 0 0 0 0 3 4 1 8 3 2 0 1 6 8 1 4 0 1 3 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MAIRTON MARQUES CARNEIRO AÇÃO: Apelação Criminal em: 22/11/2021---APELADO:PAULO CESAR FERREIRA MENEZES Representante(s): OAB 21742 - EDUARDO SOUSA DA SILVA (ADVOGADO) APELADO:ROGERIO RODRIGUES DE OLIVEIRA APELADO:NEDSON FERREIRA DA SILVA APELADO:NELSON FERREIRA DA SILVA APELADO:GLEISON TEIXEIRA DOS SANTOS Representante(s): OAB 18139 - PAMELA ALENCAR DE MORAIS (ADVOGADO) APELANTE:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. APELAÇÃO CRIMINAL N.º 0000341-83.2016.8.14.0136 APELANTE: PAULO CESAR FERREIRA DE MENEZES APELANTE: GLEISON TEIXEIRA DOS SANTOS APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA RELATOR: DESEMBARGADOR MAIRTON MARQUES CARNEIRO DESPACHO: Considerando o teor da certidão de fl.568, constato que os Advogados, EDUARDO SOUSA DA SILVA, OAB. 21.742, PAMELA ALENCAR DE MORAES OAB. 18.139 foram devidamente intimados através do Diário de Justiça Eletrônico edição de 05/11/2021 a protocolar as razões recursais, entretanto até o presente momento não o fizeram. Determino: I - Intimem-se pessoalmente os réus PAULO CEZAR FERREIRA DE MENEZES e GLEISON TEIXEIRA DOS SANTOS para que apresente um novo patrono ou para que diga se há necessidade de ser assistido pela Defensoria Pública. Caso ocorra a segunda hipótese deverá a Defensoria pública apresentar as razões recursais no momento oportuno; II - Após, encaminhem-se a promotoria a quo para que apresente as contrarrazões; III - Em seguida, a douta Procuradoria para emissão de parecer; IV - Cumpridas as diligências, retornem os autos conclusos. Belém/PA, 18 de novembro de 2021 DES. MAIRTON MARQUES CARNEIRO Relator

P R O C E S S O : 0 0 0 4 4 7 4 4 6 2 0 1 1 8 1 4 0 2 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LEONAM GONDIM DA CRUZ JUNIOR A??o: Apelação Criminal em: 22/11/2021---APELANTE:EDERLINO PEREIRA DE JESUS Representante(s): OAB 21704 - CLEVERSON JORGE PALHA DE PINHO (ADVOGADO) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA. PROCESSO NÂº 00044744620118140201 APELAÃ¿Ã¿O CRIMINAL APELANTE: EDERLINO PEREIRA DE JESUS (ADVOGADO: CLEVERSON JORGE PALHA DE PINHO) APELADO: JUSTIÃ¿A PÃ¿BLICA PROCURADOR DE JUSTIÃ¿A: WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO RELATOR: DES. LEONAM GONDIM DA CRUZ JÃ¿NIOR Â Â Â Â Â DECISÃ¿O MONOCRÃTICA Â Â Â Â Â Â Cuida-se de ApelaÃ§Ã£o interposta por EDERLINO PEREIRA DE JESUS em face de decisÃ£o prolatada pelo MM. JuÃ-zo de Direito da 1Âª Vara Distrital de Icoaraci, que julgou procedente a pretensÃ£o punitiva estatal para condenÃ¡-lo como incurso nas sanÃ§Ãµes do art. 157, Â§ 2Âº, I e II, c/c art. 71, ambos do CP, fixando-lhe a pena de 5 anos e 4 meses de reclusÃ£o e 30 dias multa, em regime inicialmente semiaberto. Â Â Â Â Â Da leitura da peÃ§a acusatÃ³ria, extrai-se que: Â¿(...) no dia 06/10/2011, por volta das 16h, os denunciados EDERLINO e JOÃ¿O PAULO, agindo em concurso e mediante o uso de arma, assaltaram o sÃ-tio DANIELE, onde a vÃ-tima LUCIANA ROCHA DE SOUZA realizava eventos festivos. Que na ocasiÃ£o funcionÃ¡rios estavam recebendo bebidas fornecidas pelo caminhÃ£o da Distribuidora Horizonte Bebidas, sendo subtraÃ-do pelos acusados a importÂ¢ncia de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), dinheiro que seria usado no pagamento das bebidas Ã Distribuidora que estava no local. A testemunha Bruno relatou em seu depoimento que trabalha no sÃ-tio Daniele e afirmou que no dia e hora acima narrado estava no local recendo bebidas para o evento que se realizaria naquela noite e tambÃ©m iam fazer o pagamento para o motorista da Distribuidora, no valor de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), quando ali chegaram dois assaltantes em uma moto e renderam primeiro o motorista do caminhÃ£o e o levaram para dentro do sÃ-tio, onde tambÃ©m lhe abordaram, os quais usando armas de fogo, aparentemente uma pistola e mediante ameaÃ§a, exigiram que lhe fosse entregue o dinheiro que tinha para efetuar o

pagamento das bebidas. Ato contÃ-nuo empreenderam fuga na moto. (...). (sic) Â Â Â Â Â DenÃºncia recebida em 29 de marÃ§o de 2012, fl. 07. Â Â Â Â Â Aduz o Apelante que nÃ£o foi identificado pelas vÃ-timas e nem pelas testemunhas, policiais militares arrolados pela acusaÃ§Ã£o. Requer sua absolviÃ§Ã£o ou a aplicaÃ§Ã£o da atenuante da menoridade, nos termos do art. 65, I, do CP. Pretende ainda a fixaÃ§Ã£o da pena base no mÃ-nimo legal; a exclusÃ£o das majorantes de emprego de arma e concurso de agentes; a desclassificaÃ§Ã£o do crime de roubo majorado para roubo simples e a fixaÃ§Ã£o do regime semiaberto como inicial para o cumprimento da pena. Â Â Â Â Â ContrarrazÃµes pelo MinistÃ©rio PÃºblico pelo provimento da apelaÃ§Ã£o para que o rÃ©u seja absolvido em homenagem ao princÃ-pio in dubio pro reo, fls. 109-111. Â Â Â Â Â Parecer ministerial pelo conhecimento e provimento do recurso. Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio do necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Em princÃ-pio, cabe um relevante comentÃ¡rio a justificar a minha prestaÃ§Ã£o jurisdicional de forma monocrÃ¡tica. Â Â Â Â Â Anota-se, por oportuno que, neste ato, eleva-se o princÃ-pio da simetria em relaÃ§Ã£o aos precedentes dos Tribunais Superiores e a sua disseminaÃ§Ã£o pelos Tribunais PÃ¡trios, depois de reiteradas discussÃµes acerca do mesmo tema, senÃ£o vejamos: Em sentido complementar, a hermenÃªutica dos precedentes tem uma vertente de fechamento do ordenamento, mas tambÃ©m tem vÃ¡lvulas de escape para promover a evoluÃ§Ã£o e a continuidade do direito. Portanto, por meio da habitualidade das decisÃµes, as cortes sedimentam sua interpretaÃ§Ã£o. Contudo, a formaÃ§Ã£o do precedente, que ocorre de forma espiral, desde as instÃ¢ncias inferiores atÃ© as cortes, garante o processo democrÃ¡tico de discussÃ£o e debates para se construir e fundamentar a decisÃ£o, de modo que a argumentaÃ§Ã£o tende a ser esgotada atÃ© se construir um precedente, mesmo porque, o precedente sÃ³ completa sua formaÃ§Ã£o quando Ã© aplicado em outra decisÃ£o com simetria em relaÃ§Ã£o Ã categoria de fatos (PERELMAN, Chain; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentaÃ§Ã£o: a nova retÃ³rica. Trad. Maria GalvÃ£o. SÃ£o Paulo: Wmf Martins Fontes, 2005. p. 90). Destaco. Â Â Â Â Â Neste segmento, a presente decisÃ£o monocrÃ¡tica legitima-se pelo princÃ-pio da simetria que rege o ordenamento jurÃ-dico acerca das decisÃµes dos Tribunais Superiores em relaÃ§Ã£o aos Tribunais PÃ¡trios, bem como pela seguranÃ§a jurÃ-dica dos julgados que devem seguir em um mesmo contexto e orientar-se no lÃºcido fundamento que abaixo se transcreve: Â¿Ao criar o STJ e lhe dar a funÃ§Ã£o essencial de guardiÃ£o e intÃ©rprete oficial da legislaÃ§Ã£o federal, a ConstituiÃ§Ã£o impÃ´s ao Tribunal o dever de manter a integridade do sistema normativo, a uniformidade de sua interpretaÃ§Ã£o e a isonomia na sua aplicaÃ§Ã£o. O exercÃ-cio dessa funÃ§Ã£o se mostra particularmente necessÃ¡rio quando a norma federal enseja divergÃªncia interpretativa. Mesmo que sejam razoÃ¡veis as interpretaÃ§Ãµes divergentes atribuÃ-das por outros tribunais, cumpre ao STJ intervir no sentido de dirimir a divergÃªncia, fazendo prevalecer a sua prÃ³pria interpretaÃ§Ã£o. Admitir interpretaÃ§Ã£o razoÃ¡vel, mas contrÃ¡ria Ã sua prÃ³pria, significaria, por parte do Tribunal, renÃºncia Ã condiÃ§Ã£o de intÃ©rprete institucional da lei federal e de guardiÃ£o da sua observÃ¢ncia. 3. Por outro lado, a forÃ§a normativa do princÃ-pio constitucional da isonomia impÃµe ao JudiciÃ¡rio, e ao STJ particularmente, o dever de dar tratamento jurisdicional igual para situaÃ§Ãµes iguais.Â¿ (...) (STJ - REsp 1063310/BA, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/08/2008, DJe 20/08/2008). Destaque. Â Â Â Â Â Neste entendimento, invoco, por analogia, o verbete da SÃºmula 568 do Superior Tribunal de JustiÃ§a que assim foi estabelecida no Ã¢mbito daquele sodalÃ-cio, in vebis: Â¿O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de JustiÃ§a, poderÃ¡ dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.Â¿ Â Â Â Â Â Com efeito, a parte que se mostrar insatisfeita pode, querendo, interpor Agravo Regimental (art. 289 do RITJE/PA), a fim de levar ao conhecimento da turma a matÃ©ria, promovendo o princÃ-pio da colegialidade. Â Â Â Â Â No mesmo sentido: PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO QUALIFICADO. OFENSA AO PRINCÃPIO DA COLEGIALIDADE. USURPAÃ¿Ã¿O DE COMPETÃ¿NCIA DO COLEGIADO. INOCORRÃ¿NCIA. AUSÃ¿NCIA DE IMPUGNAÃ¿Ã¿O DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃ¿O AGRAVADA. SÃ¿MULA N. 182/STJ. INCIDÃ¿NCIA. TESE NÃ¿O SUSCITADA NO RECURSO ESPECIAL. INOVAÃ¿Ã¿O RECURSAL. II - NÃ£o constitui ofensa ao princÃ-pio da colegialidade a prolaÃ§Ã£o de decisÃµes monocrÃ¡ticas no Ã¢mbito desta Corte, estando tal entendimento inclusive sedimentado por ocasiÃ£o da ediÃ§Ã£o da SÃºmula n. 568/STJ. Ademais, sempre haverÃ¡ a possibilidade de a decisÃ£o monocrÃ¡tica estar sujeita Ã apreciaÃ§Ã£o do Ã³rgÃ£o colegiado, em virtude de eventual recurso de agravo regimental, como na espÃ©cie. Precedentes. II - A ausÃªncia de impugnaÃ§Ã£o a todos os fundamentos da decisÃ£o que nÃ£o conheceu do agravo em recurso especial atrai, in casu, a incidÃªncia do Ã³bice da SÃºmula n. 182/STJ. III - Indevida a anÃ¡lise de tese suscitada apenas em sede de agravo regimental, concernente a aplicaÃ§Ã£o do redutor do trÃ¡fico e do abrandamento do regime em razÃ£o da acoimada hediondez, por caracterizar inovaÃ§Ã£o recursal. Agravo regimental nÃ£o conhecido. (STJ - AgRg no AREsp 1923234/SP, Rel. Ministro JESUÃNO

RISSATO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJDFT), QUINTA TURMA, julgado em 28/09/2021, DJe 08/10/2021). Grifado. Â Â Â Â Â Em todo caso, considera-se tambÃ©m, neste propÃ³sito, acerca de decisÃ£o monocrÃ¡tica, os princÃ-pios da cooperaÃ§Ã£o e da celeridade processual na audiÃ§Ã£o do precedente do Supremo Tribunal Federal, senÃ£o vejamos: Agravo regimental nos embargos de declaraÃ§Ã£o no recurso extraordinÃ¡rio. Artigo 1.024, Â§ 2Âº, do vigente CPC. Embargos rejeitados por decisÃ£o monocrÃ¡tica do Relator. Artigo 21, Â§ 1Âº, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. Compatibilidade com o art. 932, inciso VIII, da referida legislaÃ§Ã£o processual civil. Carta rogatÃ³ria. Exequatur. Cumprimento de ato ordinatÃ³rio. CitaÃ§Ã£o do ora agravante. ConcessÃ£o da ordem por decisÃ£o monocrÃ¡tica do relator da causa no Superior Tribunal de JustiÃ§a. Possibilidade. PrincÃ-pios da cooperaÃ§Ã£o e da celeridade processual. DecisÃ£o ratificada pela Corte Especial do Superior Tribunal de JustiÃ§a. ObservÃ¢ncia do princÃ-pio da colegialidade. 1. O art. 1.024, Â§ 2Âº, do vigente CPC, prevÃª o julgamento monocrÃ¡tico dos embargos de declaraÃ§Ã£o quando esses forem opostos contra decisÃ£o unipessoal proferida em qualquer Tribunal. 2. O art. 21, Â§ 1Âº, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal Ã© compatÃ-vel com o disposto no art. 932, inciso VIII, da novel legislaÃ§Ã£o processual civil. 3. Possibilidade de concessÃ£o de exequatur de Carta RogatÃ³ria, para fins de citaÃ§Ã£o do agravante, por meio de decisÃ£o monocrÃ¡tica do relator da causa no Superior Tribunal de JustiÃ§a, em homenagem aos princÃ-pios da cooperaÃ§Ã£o e da celeridade processual. 4. DecisÃ£o oportunamente ratificada pela Corte Especial do Superior Tribunal de JustiÃ§a, em observÃ¢ncia ao princÃ-pio da colegialidade. 5. Agravo regimental nÃ£o provido. (STF - RE 634595 ED-AgR, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 03/04/2018, ACÃ¿RDÃ¿O ELETRÃ¿NICO DJe-127 DIVULG 11-06-2019 PUBLIC 12-06-2019). (Negritado). Â Â Â Â Â A respeito da matÃ©ria, o Regimento Interno do TJE/PA, nÃ£o causa Ã³bice a este ato monocrÃ¡tico por parte do relator, quando expressamente prevÃª: Â¿Art. 289. Da decisÃ£o monocrÃ¡tica proferida pelo relator em recurso ou aÃ§Ã£o originÃ¡ria do Tribunal cabe agravo interno para o Ã³rgÃ£o colegiado, no prazo de 15 (quinze) dias.Â¿ Destaquei. Â Â Â Â Â Assim, nos mesmos termos acima expendidos, passo a proferir decisÃ£o monocrÃ¡tica nestes autos, tendo em vista que o Colegiado jÃ¡ enfrentou a matÃ©ria e se pronunciou a seu respeito. Â Â Â Â Â ConheÃ§o do recurso, eis que atende aos pressupostos de admissibilidade recursal. Â Â Â Â Â Passemos entÃ£o Ã anÃ¡lise da pretensÃ£o absolutÃ³ria do recorrente. Â Â Â Â Â Os depoimentos colhidos em juÃ-zo Â Â Â Â Â A vÃ-tima BRUNO CONCEIÃ¿Ã¿O DA SILVA SANTOS, caseiro do sÃ-tio, afirmou que o Sr. Carlinhos, dono do sÃ-tio onde aconteciam os shows (que era tipo uma casa de show), lhe entregou R$ 7.000,00 para pagar as bebidas e quando chegou o carro da AMBEV ele viu que o pessoal da AMBEV que estava descarregando cerveja foram rendidos por dois indivÃ-duos armados; que os acusados lhe perguntaram onde estava o dinheiro e ele informou que estava debaixo da cama; que eles pegaram o dinheiro e mandaram que todos fossem para dentro da sala; que eles tiraram as roupas das vÃ-timas e os trancaram no quarto e fugiram; que apenas reconheceu um dos indivÃ-duos na delegacia; que o outro estava de capacete; que nÃ£o reconhece o recorrente como um dos autores do fato;; que apenas reconheceu o outro que estava sem capacete.Â¿ Â Â Â Â Â O rÃ©u/recorrente EDERLINO PEREIRA DE JESUS negou os fatos, afirmando que: Â¿(...) nÃ£o se encontrava no local no momento do ocorrido; que estava trabalhando e fazendo entregas em Icoaraci; que foi no dia seguinte na delegacia saber do que se tratava porque os policiais haviam estado em sua residÃªncia no dia do fato; que nÃ£o conhecia os rÃ©us; que na Ã©poca trabalhava na empresa Terra Alta e nÃ£o no caminhÃ£o da AMBEV.Â¿ Â Â Â Â Â A testemunha SAMARA DO SOCORRO SOUSA SANTOS afirmou em juÃ-zo que: Â¿viu o recorrente na frente da CITYLAR de Icoaraci no dia do fato; que afirmou ao seu esposo, quando soube do ocorrido, que havia algo de errado na acusaÃ§Ã£o porque viu o recorrente no referido dia trabalhando no caminhÃ£o da Terra Alta - empresa de entrega de Ã¡gua; que havia levado seu filho a uma consulta e quando passou pela frente da Cytilar falou com o rÃ©u, que Ã© primo de seu esposo.Â¿ Â Â Â Â Â Diante de tais depoimentos, tenho que inexistem provas de que o ora Apelante tenha efetivamente participado da empreitada criminosa. Ademais, nem mesmo a vÃ-tima afirmou que seria ele um dos autores do delito. Â Â Â Â Â Nas palavras de Alexandre de Morais (in ConstituiÃ§Ã£o do Brasil interpretada e legislaÃ§Ã£o constitucional - 8. ed. atualizada atÃ© a EC nÂº67/10 - SÃ£o Paulo: Atlas, 2011, p.299): Â¿A presunÃ§Ã£o de inocÃªncia condiciona toda condenaÃ§Ã£o a uma atividade probatÃ³ria produzida pela acusaÃ§Ã£o e veda taxativamente a condenaÃ§Ã£o, inexistindo as necessÃ¡rias provasÂ¿. Acrescenta ainda que: Â¿O princÃ-pio in dubio pro reo impÃµe ao Ã³rgÃ£o julgador o decreto absolutÃ³rio quando nÃ£o tenha se convencido totalmente da procedÃªncia das acusaÃ§Ãµes ofertadas pelo Ã³rgÃ£o acusador. Podemos concluir que a previsÃ£o do in dubio pro reo Ã© um dos instrumentos processuais previstos para a garantia de um princÃ-pio maior, que Ã© o princÃ-pio da inocÃªncia.Â¿ Â Â Â Â Â Ressalto que a autoria carece de provas sÃ©rias para que se possa chegar a um juÃ-zo condenatÃ³rio do ora recorrente, tendo em vista a falta de provas seguras da autoria do crime. Â Â Â Â Â A palavra da vÃ-tima

em crimes contra o patrimÃ´nio Ã© da mais alta importÃ¢ncia, principalmente quando o delito Ã© praticado na clandestinidade. Todavia, no caso concreto nÃ£o houve o reconhecimento do rÃ©u/recorrente como um dos autores do crime. Logo, tenho que nÃ£o se pode atribuir a ele o delito constante no art. 157, Â§ 2Âº, I e II, c/c art. 71, ambos do CP, por falta de provas da autoria, nÃ£o restando outra alternativa senÃ£o a efetiva aplicaÃ§Ã£o do princÃ-pio do in dubio pro reo. Â Â Â Â Â Colaciono a seguir o entendimento jurisprudencial: APELAÃ¿Ã¿O PENAL. ART. 157, Â§ 2Âº, I E II, DO CÃ¿DIGO PENAL.Â RECURSO MINISTERIALÂ REVISÃ¿O DA SENTENÃ¿A PARA QUE O APELADO SEJA CONDENADO PELA PRÃTICA DO CRIME DE ROUBO - ART. 157, Â§ 2Âº, I E II, DO CP CONTRA O MOTO TAXISTA. IMPROCEDENTE. AUSÃ¿NCIA DE PROVA FIRME E SEGURA DA OCORRÃ¿NCIA DO CRIME, CONFORME BEM JUSTIFICOU O SENTENCIANTE.Â NECESSÃRIA APLICAÃ¿Ã¿O AO CASO DO PRINCÃPIO IN DUBIO PRO REO.Â DECISÃ¿O PELA ABSOLVIÃ¿Ã¿O DEVIDAMENTE JUSTIFICADA PELO MAGISTRADO A QUO QUE, POR ESTAR MAIS PRÃ¿XIMO DAS PROVAS E DOS FATOS, TEM MELHOR CONDIÃ¿Ã¿O DE DECIDIR, CONFORME O PRINCÃPIO DE CONFIANÃ¿A NO JUÃZ DA CAUSA. RECURSO NÃ¿O PROVIDO.Â RECURSO DA DEFESAÂ REVISÃ¿O DA DOSIMETRIA PARA QUE A PENA BASE PASSE AO MÃNIMO LEGAL. PROVIMENTO.Â NECESSÃRIA REANÃLISE DAS CIRCUNSTÃ¿NCIAS JUDICIAIS DO ART. 59 DO CPB. AUSÃ¿NCIA DE FUNDAMENTAÃ¿Ã¿O IDÃ¿NEA.Â PENA REDUZIDA AO MÃNIMO LEGAL ANTE A INOCORRÃ¿NCIA DE CIRCUNSTÃ¿NCIA DESFAVORÃVEL AO APELANTE.RECURSO PROVIDO.Â PENA QUE AO FINAL PASSA A SER DE 05 ANOS E 04 MESES DE RECLUSÃ¿O E 13 DIAS MULTA.Â (2019.00525607-21, 200.558, Rel. VERA ARAUJO DE SOUZA, Ã¿rgÃ£o Julgador 1Âª TURMA DE DIREITO PENAL, Julgado em 2019-02-12, Publicado em 2019-02-14) APELAÃ¿Ã¿O CRIMINAL. ARTIGO 129, Â§9Âº, DO CÃ¿DIGO PENAL. DELITO DE VIOLÃ¿NCIA DOMÃ¿STICA E FAMILIAR. SENTENÃ¿A ABSOLUTÃ¿RIA, COM FULCRO NO ARTIGO 386, INCISO VII, DO CÃ¿DIGO DE PROCESSO PENAL.Â PRINCÃPIO IN DUBIO PRO REO. CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO DO RECURSO. VOTAÃ¿Ã¿O UNÃ¿NIME.Â 01 In casu, foi colhido, em juÃ-zo, unicamente, o depoimento da vÃ-tima, cuja palavra nÃ£o se pode olvidar recebe especial valor por se referir Ã questÃ£o de violÃªncia domÃ©stica. Contudo, por seu isolamento nos autos, ainda restam dÃºvidas em relaÃ§Ã£o Ã autoria e Ã materialidade delitiva, o que leva Ã incidÃªncia do princÃ-pio in dubio pro reo.Â 02 O princÃ-pio in dubio pro reo impÃµe ao Ã³rgÃ£o julgador o decreto absolutÃ³rio quando nÃ£o tenha se convencido totalmente da procedÃªncia das acusaÃ§Ãµes ofertadas pelo Ã³rgÃ£o acusador (in ConstituiÃ§Ã£o do Brasil interpretada e legislaÃ§Ã£o constitucional 8. ed. atualizada atÃ© a EC nÂº67/10 SÃ£o Paulo: Atlas, 2011, p.302).Â 03 Conhecimento e nÃ£o provimento recursal.Â 04 DecisÃ£o unÃ¢nime. (2018.04743290-89, 198.209, Rel. LEONAM GONDIM DA CRUZ JUNIOR, Ã¿rgÃ£o Julgador 3Âª TURMA DE DIREITO PENAL, Julgado em 2018-11-22, Publicado em 2018-11-23) (destaquei) Â Â Â Â Â Ante o exposto, conheÃ§o do recurso e dou-lhe provimento para absolver o rÃ©u/recorrente EDERLINO PEREIRA DE JESUS, nos termos da fundamentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Publique-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 16 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Des. Leonam Gondim da Cruz JÃºnior Â Relator

COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

SECRETARIA DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo: 0001076-19.2007.8.14.0917

Exequente: MÁRIO ALVES MACEDO

Advogado: RUI GUILHERME CARVALHO DE AQUINO¿ OAB/PA 3.321

Executado: MANOEL PALHETA FERNANDES

Advogado: JOSÉ DAVID DA COSTA - MARTÍNEZ ¿ OAB/PA 14.341

DESPACHO

Intime-se a parte Executada para cumprimento voluntário do acordo realizado nos autos, acrescidos da multa imposta pelo descumprimento, no prazo de 15 dias, sob pena de incidência da multa de 10%, nos termos do art. 523, § 1º do NCPC. Havendo pedido, determino desde a já a expedição de guia para pagamento, sendo que o vencimento será no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da intimação consumada deste

despacho. Com o pagamento voluntário, autorizo desde já sua liberação ao autor ou seu advogado (caso haja pedido expresso e poderes específicos para dar e receber quitação), por alvará. Não havendo pagamento após decorrido o prazo constante no art. 523 do CPC e, em caso de inexistência de impugnação em 15 dias, independente de penhora ou nova intimação (art. 525 do CPC), atualize-se o débito, com incidência da multa de 10% e voltem os autos conclusos para bloqueio on-line. Intime-se. Cumpra-se. Belém, PA, 30 de setembro de 2021. TANIA BATISTELLO Juíza de Direito Titular da 5ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém.

Processo: 0000352-10.2010.8.14.0917

Exequente: OSVALDO RODRIGUES AIRES JÚNIOR

Advogada: PATRÍCIA DE NAZARETH DA COSTA E SILVA ¿ OAB/PA 11.274

Executado: OI MÓVEL S/A

Advogado: ELÁDIO MIRANDA LIMA ¿ OAB/RJ 86.235

DESPACHO

Diante da constatação de expedição de alvará equivocado, tendo em vista que os valores que se encontravam na subconta do Processo foram integralmente repassados ao Autor, quando na sentença determinava a expedição de alvará no valor de R$ 357,41 (trezentos e cinquenta e sete reais e quarenta e um centavos), em favor da Executada, OI S/A, e apenas o valor remanescente deveria ser repassado ao

Autor. Verifica-se que a subconta do Processo se encontra com saldo negativo, conforme extrato anexado às (fls. 222). Posto isto, determino a intimação da parte Autora para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar a devolução do valor de R$ 357,41 (trezentos e cinquenta e sete reais e quarenta e um centavos), atualizado monetariamente pelo INPC desde 13/01/2016 (data da expedição do alvará), conforme (fls. 211) dos autos, sob pena de bloqueio online em suas contas bancárias. Intime-se. Cumpra-se. Belém, PA, 30 de setembro de 2021. TANIA BATISTELLO Juíza de Direito Titular da 5ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém.

SECRETARIA DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MOSQUEIRO

Processo Cível nº 0800328-47.2020.814.0501. AÇÃO CÍVEL DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RECLAMANTE: JUCILENE DO Ó DOS SANTOS. Advogada da parte reclamante: Dra. Amanda Carolina da Silva Santos - OAB/PA. nº30.243. REQUERIDO: SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA. Advogado da requerida: Dr. Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa - OAB/PA. nº24.532-1A. INTIMAÇÃO/SENTENÇA. Vistos, etc. Dispensado o relatório em conformidade com o artigo 38 da Lei nº9.099/95. Trata-se de AÇÃO CÍVEL DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS que JUCILENE DO Ó DOS SANTOS move em face de SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA, ambas as partes qualificadas nos autos. Alega a Reclamante, resumidamente, que há cerca de um ano, contratou os serviços da empresa reclamada pelo período de um ano no valor mensal de R$129,90. Todavia, a partir de dezembro de 2020, o valor mensal do serviço aumentou exorbitantemente, sem qualquer aviso, passado para o total de R$162,00. Desta feita, solicitou o cancelamento de seu contrato com a requerida, o que não fora atendido por esta última, que continuou em realizar indevidamente a cobrança. Diante de tais fatos, ingressou com a presente ação objetivando a suspensão da cobrança e cancelamento do contrato, bem como a não inscrição de seu nome em cadastro de proteção ao crédito e mais a indenização por danos morais no valor de R$22.000,00(vinte e dois mil reais). A Requerida apresentou contestação (Id nº28456634), onde sustentou que as cobranças a maior decorreram da previsão contratual de ajuste anual do plano de acordo com o índice IGPM. Em seguida, arguiu preliminares e alegou a inocorrência dos danos morais. Ao fim, pugna pela improcedência dos pedidos formulados na inicial. Passo a decidir sobre as preliminares arguidas na contestação. Inicialmente, no que respeita à preliminar de impugnação de pedido de justiça gratuita, devo consignar que, de acordo com o artigo 54 da Lei nº9099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Desta forma, não há que se fala em impugnação ao pedido de justiça de gratuita em sede de primeiro grau de jurisdição no juizado especial, uma vez que o acesso de forma gratuita será automático. Diante de tais ponderações, rejeito a preliminar de impugnação ao pedido de justiça gratuita. Da preliminar de ausência de pretensão resistida em razão da não tentativa de resolução em sede administrativa. Sobre esse aspecto, cediço que, por força do artigo 5º, inciso XXXV, da CF, não há necessidade de esgotamento da via administrativa para acesso ao judiciário, o qual deverá apreciar qualquer lesão ou ameaça a direito, garantindo assim o princípio do acesso à justiça. Portanto, não há que se falar em ausência de pretensão resistida. Razão pela qual, rejeito a preliminar arguida. No que respeita a alegação de perda de objeto, novamente, não tem razão a contestante, tendo em vista que o cancelamento do contrato e das cobranças somente se deram em virtude da tutela de urgência deferida por este juízo, pendentes de confirmação de através de sentença. Outrossim, existe pedido de indenização por danos materiais a ser analisado. Ultrapassadas as preliminares, passo ao exame do mérito. No que tange ao mérito, após compulsar os provas produzidas, e confrontar os documentos apresentados pelas partes, denoto que a pretensão da autora merece acolhimento. Inicialmente, cumpre-me esclarecer que a relação das partes se enquadra no conceito de relação consumerista, razão pela qual aplicável ao caso as regras e princípios previstos no Código de Defesa do Consumidor, mormente no que tange ao disposto no inciso VIII do art. 6º do referido diploma legal, isto é, a facilitação da defesa dos direitos do consumidor, inclusive com a inversão do ônus da prova no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando o consumidor for hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências. Pois bem. Em relação ao cancelamento do contrato de prestação de serviços. Temos que a empresa reclamada já deu cumprimento à tutela de urgência de urgência deferida por este juízo, e que tal tutela deve se tornar definitiva. É importante esclarecer que assiste razão à autora no que refere ao cancelamento do contrato diante da ausência da informação acerca de atualização de valores contratados. Como se nota pelos autos, a autora fez a contratação através de linha telefônica com atendente no valor mensal de R$129,90, quando fora surpreendida com aumento para mensalidade de R$162,00, em momento algum lhe fora repassado que haveria ajuste dos valores com base no IGPM. Cumpria à reclamada o ônus que comprovar que a consumidora fora esclarecida dos termos do contrato, contudo, não foi o que se sucedeu. Apesar da alegação da reclamada na contestação, nenhuma prova de que a consumidora tenha sido cientificada dessa cláusula, fora apresentada nos autos. Sendo assim, a cobrança a esse título é indevida, sendo justo o pedido de cancelamento do contrato, e dos valores cobrados em decorrência do contrato, sem qualquer ônus para a consumidora. Diante desse contexto, a alegações autorais ganham especial relevância e devem ser aceitas como verdadeiras, em especial pela verossimilhança de suas alegações. No tocante ao pedido de indenização por danos morais, temos que a situação narrada na peça inaugural se revela

apenas como mero inadimplemento contratual. Contudo, os fatos ocorridos provocaram considerável perda de tempo útil da consumidora, uma vez que, por diversas vezes, teve de reclamar perante a empresa em razão do abuso praticado pela requerida, outrossim, agora teve de recorrer ao judiciário para fazer valer seus direitos. A falha no serviço que provoca a perda considerável do tempo útil do consumidor enseja reparação por dano extrapatrimonial. Sobre o tema, confira-se: EMENTA: APELAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C PEDIDO DE REPETIÇÃO DE VALORES PAGOS E DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO OU PERDA DO TEMPO ÚTIL DO CONSUMIDOR. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FIXAÇÃO. 1. A pretensão indenizatória também é legitimidade em decorrência do desgastes e significativo tempo despendidos na tentativa de solução extrajudicial, face à consagrada tese do desvio produtivo ou perda de tempo útil - O arbitramento do dano moral deve ser realizado com moderação, em atenção à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso, proporcionalmente ao grau de culpa e ao porte econômico das partes, sem de descurar do sentido punitivo da condenação. (TJ-MG - AC: 10145150182197001 Juiz de Fora, Relator: Cláudia Maia, Data de Julgamento: 07/05/2021, /Câmaras Cíveis / 14ª Câmara Cível, Data de Publicação: 13/05/2021). No que diz respeito à fixação do valor da indenização, cediço que deve o juiz levar em conta a capacidade econômica do ofensor, a condição pessoal do ofendido, a natureza e a extensão do dano e o caráter pedagógico de sua imposição como fator de inibição de novas práticas lesivas. Destarte, do todo apresentado, entendo como razoável o dever de indenizar no importe de R$3.000,00 (três mil reais). **Isto posto, JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS deduzidos por JUCILENE DO Ó DOS SANTOS move em face de SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, para: 1) Declarar a rescisão do contrato entre as partProcesso Cível nº 0800328-47.2020.814.0501. AÇÃO CÍVEL DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.**

RECLAMANTE: JUCILENE DO Ó DOS SANTOS. Advogada da parte reclamante: Dra. Amanda Carolina da Silva Santos - OAB/PA. nº30.243. REQUERIDO: SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA. Advogado da requerida: Dr. Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa - OAB/PA. nº24.532-1A. INTIMAÇÃO/SENTENÇA. Vistos, etc. Dispensado o relatório em conformidade com o artigo 38 da Lei nº9.099/95. Trata-se de AÇÃO CÍVEL DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS que JUCILENE DO Ó DOS SANTOS move em face de SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA, ambas as partes qualificadas nos autos. Alega a Reclamante, resumidamente, que há cerca de um ano, contratou os serviços da empresa reclamada pelo período de um ano no valor mensal de R$129,90. Todavia, a partir de dezembro de 2020, o valor mensal do serviço aumentou exorbitantemente, sem qualquer aviso, passado para o total de R$162,00. Desta feita, solicitou o cancelamento de seu contrato com a requerida, o que não fora atendido por esta última, que continuou em realizar indevidamente a cobrança. Diante de tais fatos, ingressou com a presente ação objetivando a suspensão da cobrança e cancelamento do contrato, bem como a não inscrição de seu nome em cadastro de proteção ao crédito e mais a indenização por danos morais no valor de R$22.000,00(vinte e dois mil reais). A Requerida apresentou contestação (Id nº28456634), onde sustentou que as cobranças a maior decorreram da previsão contratual de ajuste anual do plano de acordo com o índice IGPM. Em seguida, arguiu preliminares e alegou a inocorrência dos danos morais. Ao fim, pugna pela improcedência dos pedidos formulados na inicial. Passo a decidir sobre as preliminares arguidas na contestação. Inicialmente, no que respeita à preliminar de impugnação de pedido de justiça gratuita, devo consignar que, de acordo com o artigo 54 da Lei nº9099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Desta forma, não há que se fala em impugnação ao pedido de justiça de gratuita em sede de primeiro grau de jurisdição no juizado especial, uma vez que o acesso de forma gratuita será automático. Diante de tais ponderações, rejeito a preliminar de impugnação ao pedido de justiça gratuita. Da preliminar de ausência de pretensão resistida em razão da não tentativa de resolução em sede administrativa. Sobre esse aspecto, cediço que, por força do artigo 5º, inciso XXXV, da CF, não há necessidade de esgotamento da via administrativa para acesso ao judiciário, o qual deverá apreciar qualquer lesão ou ameaça a direito, garantindo assim o princípio do acesso à justiça. Portanto, não há que se falar em ausência de pretensão resistida. Razão pela qual, rejeito a preliminar arguida. No que respeita a alegação de perda de objeto, novamente, não tem razão a contestante, tendo em vista que o cancelamento do contrato e das cobranças somente se deram em virtude da tutela de urgência deferida por este juízo, pendentes de confirmação de através de sentença. Outrossim, existe pedido de indenização por danos materiais a ser analisado. Ultrapassadas as preliminares, passo ao exame do mérito. No que tange ao mérito, após compulsar os provas produzidas, e confrontar os documentos apresentados pelas partes, denoto que a pretensão da autora merece acolhimento. Inicialmente, cumpre-me esclarecer que a relação das partes se enquadra no

conceito de relação consumerista, razão pela qual aplicável ao caso as regras e princípios previstos no Código de Defesa do Consumidor, mormente no que tange ao disposto no inciso VIII do art. 6º do referido diploma legal, isto é, a facilitação da defesa dos direitos do consumidor, inclusive com a inversão do ônus da prova no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando o consumidor for hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências. Pois bem. Em relação ao cancelamento do contrato de prestação de serviços. Temos que a empresa reclamada já deu cumprimento à tutela de urgência de urgência deferida por este juízo, e que tal tutela deve se tornar definitiva. É importante esclarecer que assiste razão à autora no que refere ao cancelamento do contrato diante da ausência da informação acerca de atualização de valores contratados. Como se nota pelos autos, a autora fez a contratação através de linha telefônica com atendente no valor mensal de R$129,90, quando fora surpreendida com aumento para mensalidade de R$162,00, em momento algum lhe fora repassado que haveria ajuste dos valores com base no IGPM. Cumpria à reclamada o ônus que comprovar que a consumidora fora esclarecida dos termos do contrato, contudo, não foi o que se sucedeu. Apesar da alegação da reclamada na contestação, nenhuma prova de que a consumidora tenha sido cientificada dessa cláusula, fora apresentada nos autos. Sendo assim, a cobrança a esse título é indevida, sendo justo o pedido de cancelamento do contrato, e dos valores cobrados em decorrência do contrato, sem qualquer ônus para a consumidora. Diante desse contexto, a alegações autorais ganham especial relevância e devem ser aceitas como verdadeiras, em especial pela verossimilhança de suas alegações. No tocante ao pedido de indenização por danos morais, temos que a situação narrada na peça inaugural se revela apenas como mero inadimplemento contratual. Contudo, os fatos ocorridos provocaram considerável perda de tempo útil da consumidora, uma vez que, por diversas vezes, teve de reclamar perante a empresa em razão do abuso praticado pela requerida, outrossim, agora teve de recorrer ao judiciário para fazer valer seus direitos. A falha no serviço que provoca a perda considerável do tempo útil do consumidor enseja reparação por dano extrapatrimonial. Sobre o tema, confira-se: EMENTA: APELAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C PEDIDO DE REPETIÇÃO DE VALORES PAGOS E DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO OU PERDA DO TEMPO ÚTIL DO CONSUMIDOR. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FIXAÇÃO. 1. A pretensão indenizatória também é legitimidade em decorrência do desgastes e significativo tempo despendidos na tentativa de solução extrajudicial, face à consagrada tese do desvio produtivo ou perda de tempo útil - O arbitramento do dano moral deve ser realizado com moderação, em atenção à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso, proporcionalmente ao grau de culpa e ao porte econômico das partes, sem de descurar do sentido punitivo da condenação. (TJ-MG - AC: 10145150182197001 Juiz de Fora, Relator: Cláudia Maia, Data de Julgamento: 07/05/2021, /Câmaras Cíveis / 14ª Câmara Cível, Data de Publicação: 13/05/2021). No que diz respeito à fixação do valor da indenização, cediço que deve o juiz levar em conta a capacidade econômica do ofensor, a condição pessoal do ofendido, a natureza e a extensão do dano e o caráter pedagógico de sua imposição como fator de inibição de novas práticas lesivas. Destarte, do todo apresentado, entendo como razoável o dever de indenizar no importe de R$3.000,00 (três mil reais). **Isto posto, JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS deduzidos por JUCILENE DO Ó DOS SANTOS move em face de SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, para: 1) Declarar a rescisão do contrato entre as partes, bem como a inexistência de débitos decorrentes deste contrato, tornando definitiva a tutela de urgência cProcesso Cível nº 0800328-47.2020.814.0501. AÇÃO CÍVEL DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.**

RECLAMANTE: JUCILENE DO Ó DOS SANTOS. Advogada da parte reclamante: Dra. Amanda Carolina da Silva Santos - OAB/PA. nº30.243. REQUERIDO: SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA. Advogado da requerida: Dr. Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa - OAB/PA. nº24.532-1A. INTIMAÇÃO/SENTENÇA. Vistos, etc. Dispensado o relatório em conformidade com o artigo 38 da Lei nº9.099/95. Trata-se de AÇÃO CÍVEL DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS que JUCILENE DO Ó DOS SANTOS move em face de SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA, ambas as partes qualificadas nos autos. Alega a Reclamante, resumidamente, que há cerca de um ano, contratou os serviços da empresa reclamada pelo período de um ano no valor mensal de R$129,90. Todavia, a partir de dezembro de 2020, o valor mensal do serviço aumentou exorbitantemente, sem qualquer aviso, passado para o total de R$162,00. Desta feita, solicitou o cancelamento de seu contrato com a requerida, o que não fora atendido por esta última, que continuou em realizar indevidamente a cobrança. Diante de tais fatos, ingressou com a presente ação objetivando a suspensão da cobrança e cancelamento do contrato, bem como a não inscrição de seu nome em cadastro de proteção ao crédito e mais a indenização por danos morais no valor de R$22.000,00(vinte e dois mil reais). A Requerida apresentou contestação (Id

nº28456634), onde sustentou que as cobranças a maior decorreram da previsão contratual de ajuste anual do plano de acordo com o índice IGPM. Em seguida, arguiu preliminares e alegou a inocorrência dos danos morais. Ao fim, pugna pela improcedência dos pedidos formulados na inicial. Passo a decidir sobre as preliminares arguidas na contestação. Inicialmente, no que respeita à preliminar de impugnação de pedido de justiça gratuita, devo consignar que, de acordo com o artigo 54 da Lei nº9099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Desta forma, não há que se fala em impugnação ao pedido de justiça de gratuita em sede de primeiro grau de jurisdição no juizado especial, uma vez que o acesso de forma gratuita será automático. Diante de tais ponderações, rejeito a preliminar de impugnação ao pedido de justiça gratuita. Da preliminar de ausência de pretensão resistida em razão da não tentativa de resolução em sede administrativa. Sobre esse aspecto, cediço que, por força do artigo 5º, inciso XXXV, da CF, não há necessidade de esgotamento da via administrativa para acesso ao judiciário, o qual deverá apreciar qualquer lesão ou ameaça a direito, garantindo assim o princípio do acesso à justiça. Portanto, não há que se falar em ausência de pretensão resistida. Razão pela qual, rejeito a preliminar arguida. No que respeita a alegação de perda de objeto, novamente, não tem razão a contestante, tendo em vista que o cancelamento do contrato e das cobranças somente se deram em virtude da tutela de urgência deferida por este juízo, pendentes de confirmação de através de sentença. Outrossim, existe pedido de indenização por danos materiais a ser analisado. Ultrapassadas as preliminares, passo ao exame do mérito. No que tange ao mérito, após compulsar os provas produzidas, e confrontar os documentos apresentados pelas partes, denoto que a pretensão da autora merece acolhimento. Inicialmente, cumpre-me esclarecer que a relação das partes se enquadra no conceito de relação consumerista, razão pela qual aplicável ao caso as regras e princípios previstos no Código de Defesa do Consumidor, mormente no que tange ao disposto no inciso VIII do art. 6º do referido diploma legal, isto é, a facilitação da defesa dos direitos do consumidor, inclusive com a inversão do ônus da prova no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando o consumidor for hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências. Pois bem. Em relação ao cancelamento do contrato de prestação de serviços. Temos que a empresa reclamada já deu cumprimento à tutela de urgência de urgência deferida por este juízo, e que tal tutela deve se tornar definitiva. É importante esclarecer que assiste razão à autora no que refere ao cancelamento do contrato diante da ausência da informação acerca de atualização de valores contratados. Como se nota pelos autos, a autora fez a contratação através de linha telefônica com atendente no valor mensal de R$129,90, quando fora surpreendida com aumento para mensalidade de R$162,00, em momento algum lhe fora repassado que haveria ajuste dos valores com base no IGPM. Cumpria à reclamada o ônus que comprovar que a consumidora fora esclarecida dos termos do contrato, contudo, não foi o que se sucedeu. Apesar da alegação da reclamada na contestação, nenhuma prova de que a consumidora tenha sido cientificada dessa cláusula, fora apresentada nos autos. Sendo assim, a cobrança a esse título é indevida, sendo justo o pedido de cancelamento do contrato, e dos valores cobrados em decorrência do contrato, sem qualquer ônus para a consumidora. Diante desse contexto, a alegações autorais ganham especial relevância e devem ser aceitas como verdadeiras, em especial pela verossimilhança de suas alegações. No tocante ao pedido de indenização por danos morais, temos que a situação narrada na peça inaugural se revela apenas como mero inadimplemento contratual. Contudo, os fatos ocorridos provocaram considerável perda de tempo útil da consumidora, uma vez que, por diversas vezes, teve de reclamar perante a empresa em razão do abuso praticado pela requerida, outrossim, agora teve de recorrer ao judiciário para fazer valer seus direitos. A falha no serviço que provoca a perda considerável do tempo útil do consumidor enseja reparação por dano extrapatrimonial. Sobre o tema, confira-se: EMENTA: APELAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C PEDIDO DE REPETIÇÃO DE VALORES PAGOS E DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO OU PERDA DO TEMPO ÚTIL DO CONSUMIDOR. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FIXAÇÃO. 1. A pretensão indenizatória também é legitimidade em decorrência do desgastes e significativo tempo despendidos na tentativa de solução extrajudicial, face à consagrada tese do desvio produtivo ou perda de tempo útil - O arbitramento do dano moral deve ser realizado com moderação, em atenção à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso, proporcionalmente ao grau de culpa e ao porte econômico das partes, sem de descurar do sentido punitivo da condenação. (TJ-MG - AC: 10145150182197001 Juiz de Fora, Relator: Cláudia Maia, Data de Julgamento: 07/05/2021, /Câmaras Cíveis / 14ª Câmara Cível, Data de Publicação: 13/05/2021). No que diz respeito à fixação do valor da indenização, cediço que deve o juiz levar em conta a capacidade econômica do ofensor, a condição pessoal do ofendido, a natureza e a extensão do dano e o caráter pedagógico de sua imposição como fator de inibição de novas práticas lesivas. Destarte, do todo apresentado, entendo como razoável o dever de indenizar no importe de R$3.000,00 (três mil reais). **Isto posto, JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS deduzidos por JUCILENE DO Ó DOS SANTOS move**

em face de SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, para: 1) Declarar a rescisão do contrato entre as partes, bem como a inexistência de débitos decorrentes deste contrato, tornando definitiva a tutela de urgência concedida na movimentação Id nº24434209 de 16/03/2021, no que refere à suspensão das cobranças e exclusão do nome/CPF da reclamante de cadastros de inadimplentes / órgãos de proteção ao crédito, sob pena de pagamento de multa diária de R$200,00(duzentos reais); 2) Condenar SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA a pagar a JUCILENE DO Ó DOS SANTOS a importância de R$3.000,00 (três mil reais), a título de indenização por danos morais, devidamente corrigidos pelo INPC-IBGE e juros moratórios simples de 1% ao mês, ambos a partir da presente data; Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários de sucumbência, em virtude da gratuidade do primeiro grau de jurisdição nos Juizados Especiais (arts. 54 e 55, da Lei n.º 9099/95). Registre-se. Publique-se. Intimem-se. Belém, Distrito de Mosqueiro, 09 de novembro de 2021. **MARIA DAS GRAÇAS ALFAIA FONSECA. Juíza de Direito da Vara dos Juizados Especiais de Mosqueiro.**

oncedida na movimentação Id nº24434209 de 16/03/2021, no que refere à suspensão das cobranças e exclusão do nome/CPF da reclamante de cadastros de inadimplentes / órgãos de proteção ao crédito, sob pena de pagamento de multa diária de R$200,00(duzentos reais); 2) Condenar SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA a pagar a JUCILENE DO Ó DOS SANTOS a importância de R$3.000,00 (três mil reais), a título de indenização por danos morais, devidamente corrigidos pelo INPC-IBGE e juros moratórios simples de 1% ao mês, ambos a partir da presente data; Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários de sucumbência, em virtude da gratuidade do primeiro grau de jurisdição nos Juizados Especiais (arts. 54 e 55, da Lei n.º 9099/95). Registre-se. Publique-se. Intimem-se. Belém, Distrito de Mosqueiro, 09 de novembro de 2021. **MARIA DAS GRAÇAS ALFAIA FONSECA. Juíza de Direito da Vara dos Juizados Especiais de Mosqueiro.**

es, bem como a inexistência de débitos decorrentes deste contrato, tornando definitiva a tutela de urgência concedida na movimentação Id nº24434209 de 16/03/2021, no que refere à suspensão das cobranças e exclusão do nome/CPF da reclamante de cadastros de inadimplentes / órgãos de proteção ao crédito, sob pena de pagamento de multa diária de R$200,00(duzentos reais); 2) Condenar SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA a pagar a JUCILENE DO Ó DOS SANTOS a importância de R$3.000,00 (três mil reais), a título de indenização por danos morais, devidamente corrigidos pelo INPC-IBGE e juros moratórios simples de 1% ao mês, ambos a partir da presente data; Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários de sucumbência, em virtude da gratuidade do primeiro grau de jurisdição nos Juizados Especiais (arts. 54 e 55, da Lei n.º 9099/95). Registre-se. Publique-se. Intimem-se. Belém, Distrito de Mosqueiro, 09 de novembro de 2021. **MARIA DAS GRAÇAS ALFAIA FONSECA. Juíza de Direito da Vara dos Juizados Especiais de Mosqueiro.**

Processo Cível nº 0800741-02.2017.814.0501. Ação de Execução de título extrajudicial. REQUERENTE: LUCAS ARAÚJO LTDA-ME. Advogada da parte requerente: Dra. Leandra Santos Almeida - OAB/GO. nº48.810. RECLAMADA: MARLENE DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA. SENTENÇA/INTIMAÇÃO. Vi os carros. LUCAS ARAÚJO LTDA-ME ingressou com a presente ação de execução de título executivo extrajudicial, contra MARLENE DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA. Instado a se manifestar para dar andamento ao processo, o reclamante / exequente permaneceu inerte, deixando de passar *em albis* **ou prazo sem manifestação. ...ou breve narrativa. Eu decido. Reza ou artigo 485 do CPC:** *Art. 485. Extinção ou processo, com deliberação de mérito: II -*

quando estiver desempregado há mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - quando, por não promover as ações e procedimentos que deva competir, ou o autor desistir por mais de 30 (trinta) dias; No caso de dois casos, foi determinada a intimação da parte anterior para demonstração, à qual, deixou correr ou terminar, ficando ou processo paralisado por negligência de parte do ano. Não se manifestando ou exequente, fica patente o seu desinteresse no processo ou desistência da causa, devendo ser declarada extinta ou processo com resolução de mérito. **Isto posto, JULGO EXTINTO OU PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, atendemos ao art. 485, incisos II e III, do CPC.** Sem custas. Apos ou trânsito em julgado, arquive-se. PRIC. Belém, Ilha de Mosqueiro, 4 de novembro de 2021. **MARIA DAS GRAÇAS ALFAIA FONSECA. Juíza de Direito da Vara do Juizado Especial de Mosqueiro.**

Processo Cível nº0800437-32.2019.8.14.0501. Ação de Reintegração/Manutenção de Posse. Requerente: NILZA DE BRITO RIBEIRO. Advogado da parte autora: Dr. Dorivaldo de Almeida Belém - OAB/PA. nº00355. Reclamados: ADRIANA / DIOGO PENALBE BARBOSA / ELDEM DIAS DA SILVA. SENTENÇA/INTIMAÇÃO: Dispensado o relatório nos termos do art. 38, caput, da Lei n° 9.099/95. Diz a LJE que o processo será extinto quando a parte reclamante deixar de comparecer a qualquer audiência. No caso em tela, a parte reclamante estava devidamente intimada de dia e hora da Audiência, entretanto, deixou de comparecer ao ato sem declinar o motivo para justificar sua ausência, prejudicando, assim, a marcha processual. Desta forma, a consequência da inércia da parte reclamante é a extinção do processo. Nesse sentido: ENUNCIADO 20 ¿ FONAJE. O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto. Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, COM FULCRO NO ART. 51, 1, DA LEI N° 9.099/95, CONDENO A PARTE RECLAMANTE NAS CUSTAS PROCESSUAIS (Enunciado n928, Fonaje). REVOGO A TUTELA DE URGÊNCIA CONCEDIDA. PRIC. Após os procedimentos legais de praxe, inscreva-se na dívida ativa, em seguida, arquive-se. Mosqueiro-PA. 31 de Agosto de 2021. MM. Juíza de Direito Maria das Graças Alfaia Fonseca.

Processo Cível nº.0800556-90.2019.814.0501. AÇÃO CÍVEL ¿ OBRIGAÇÃO DE FAZER c/c INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RECLAMANTE: RUANE GABRIELI ARAÚJO CONCEIÇÃO. RECLAMADA: EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A. Advogado da parte requerida: Dr. Flávio Augusto Queiroz Montalvão das Neves - OAB/PA. nº12.358-A. SENTENÇA/INTIMAÇÃO. Vistos, etc. Dispensado o relatório, em conformidade com o art. 38 da Lei n° 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER c/c INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS que RUANE GABRIELI ARAÚJO CONCEIÇÃO move em face de EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, ambas as partes qualificadas nos autos. A priori, vislumbro a existência de relação de consumo entre a autora e a empresa ré, bem como, hipossuficiência daquela primeira em face da requerida na produção de certas provas e a verossimilhança de suas alegações, razão pela qual aplico a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 06, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Não existem preliminares pendentes de decisão, razão pela qual passo à questão meritória. Narra a reclamante que é a titular da Conta Contrato/Unidade Consumidora Nº 3007065590. Que recebeu a cobrança de uma fatura de ref. 01/2018, CNR, período não informado pela reclamada, no valor de R$ 11.218,97, devido a uma suposta irregularidade na UC, todavia alega que nunca fez qualquer irregularidade. Que esse débito é de responsabilidade de um antigo morador da residência, posto que alugou o imóvel em 30/12/2017, conforme contrato anexo. Que no dia 14/01/2018, funcionários da CELPA cortaram a energia elétrica. Que eles a informara de que era para assinar um Termo de Ocorrência e Inspeção, pois já seria uma ligação nova, bem como que religariam a energia, ou seja, ludibriaram a reclamante a assinar o TOI. Que após isso, a CELPA não enviou nenhuma fatura de consumo. Que foi à CELPA reclamar da ausência das

faturas, protocolo anexo, todavia a reclamada nada resolveu. Portanto, contesta tal débito, pois não reconhece a cobrança, tampouco é de sua responsabilidade. Que a qualquer momento a CELPA poderá cortar a energia elétrica. Diante do exposto, a promovente requereu, liminarmente: 1) a suspensão da cobrança da fatura 01/2018, CNR, no valor de R$ 11.218,97; 2) que a reclamada se abstenha de cortar energia elétrica em razão do débito impugnado; 3) que a reclamada se abstenha de negativar o nº do CPF da autora nos serviços de proteção ao crédito; no mérito requer: 1) o cancelamento da fatura de ref. 01/2018, CNR, no valor de R$ 11.218,97; 2) a condenação da reclamada em indenização por danos morais no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais). Em contestação, a Reclamada afirma que a cobrança da Fatura CNR, diz respeito a uma irregularidade encontrada na unidade consumidora da autora, consistente em "unidade desligada e ligada a revelia da Celpa com alimentação saindo direto da medição", do período de 19/01/2018 a 19/01/2018, utilizando como parâmetro a média de 13081kWh, o que gerou a Fatura no valor de R$11.218,97. Ao fim, formula pedido contraposto de condenação da reclamante no valor de 18.218,97 (dezoito mil duzentos e dezoito reais e noventa e sete centavos) e pugna pela improcedência dos pedidos contidos na peça inaugural. Ao analisar os fatos alegados pelas partes, bem como as provas produzidas, tenho que os pedidos formulados na inicial merecem acolhimento. Pelos próprios termos da contestação e dos documentos apresentados com esta, em especial o doc. id 13837478 (memória de cálculo), denota-se que a cobrança efetuada contra a reclamante é completamente arbitrária. Isso porque o período de cobrança é de 19/01/2018 a 19/01/2018, isto é, de 24h ou menos do que isso, sendo muito curto para que a Reclamada chegasse aos valores que estão sendo cobrados na Fatura CNR de R$ 11.218,97. Por sua vez, a média de consumo de 13081kWh, utilizado como parâmetro definir o valor da cobrança, também é totalmente arbitrário, ficando patente que fora inventado pela concessionária sem qualquer justificativa plausível, uma total falta de respeito ao consumidor, demonstrando irrefutavelmente a má-fé da concessionária. Denota-se indiscutivelmente que não é justa a cobrança nestes termos, já que as regras da Resolução 414/2010 da ANEEL não foram observadas, tampouco o Código de Defesa do Consumidor. A concessionária agiu de forma arbitrária, visando o benefício financeiro próprio e lesando a consumidora, vindo, inclusive a desligar injustificadamente o fornecimento de energia elétrica desta última. Sendo assim, a reclamante faz jus ao cancelamento da Fatura CNR contestada. Em relação ao pedido de indenização por danos morais, saliente-se que são os precedentes dos tribunais superiores de que é devida indenização por danos morais em razão de corte indevido de energia elétrica. Confira-se: ¿APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL - CORTE DE ENERGIA E NEGATIVAÇÃO DO NOME DA CONSUMIDORA - FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO COM A SUSPENSÃO DO SERVIÇO DE ENERGIA POR DÉBITO JÁ PAGO - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - ART. 14, DO CDC - CONFIGURAÇÃO DO ABALO MORAL - DANO "RE IN IPSA" - REDUÇÃO DO "QUANTUM" INDENIZATÓRIO PARA R$ 7.000,00 - PROVIMENTO PARCIAL DO APELO DECISÃO UNÂNIME. Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 186, 927 e 944 do CC. Para tanto, sustenta que "o anormal constrangimento passível de indenização por dano moral não pode ensejar punição excessiva à parte que indeniza, nem o enriquecimento da parte lesada" (fl. 229), de forma que o valor da indenização comportaria diminuição na espécie. É o relatório. Como é cediço, em regra, não é cabível na via especial a revisão do montante indenizatório fixado pela instância de origem, ante a impossibilidade de análise de fatos e provas, conforme a referida Súmula 7/STJ. Ressalte-se que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça admite, em caráter excepcional, que o quantum arbitrado seja alterado, caso se mostre irrisório ou exorbitante, em clara afronta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. A parte recorrente, contudo, não demonstrou que o valor arbitrado a título de dano moral (R$ 7.000,00 - sete mil reais), na espécie, seria exorbitante, de forma que o acórdão recorrido deve ser mantido. Nesse mesmo sentido, confiram-se os seguintes precedentes: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. SUSPENSÃO INDEVIDA DO SERVIÇO. CONDUTA ABUSIVA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA EM R$ 8.000,00. RAZOABILIDADE DO VALOR ARBITRADO. INEXISTÊNCIA DE EXORBITÂNCIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. AGRAVO REGIMENTAL DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. O valor fixado a título de danos morais fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, levando em consideração o grau da lesividade da conduta ofensiva e a capacidade econômica da parte pagadora, a fim de cumprir dupla finalidade: ressarcimento do prejuízo imposto à parte recorrida e punição do causador do dano, evitando-se novas ocorrências. 2. A revisão do quantum a ser indenizado somente é possível quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa, in casu, diante da quantia fixada em R$ 8.000,00 pelos danos morais sofridos, decorrentes do indevido corte no fornecimento da energia elétrica. 3. No que toca à alínea c, o sugerido dissídio

jurisprudencial não foi analiticamente demonstrado de acordo com os arts. 255, § 2o. do RISTJ e 541, parágrafo único do CPC/1973. 4. Agravo Regimental da CELPE a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 792.133/PE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 12/3/2018)¿. Diante de tais considerações, resta indiscutível que houve falha na prestação do serviço no caso sob enfoque e, como cediço, a responsabilidade do fornecedor de serviços por danos e prejuízos causados aos consumidores é objetiva, conforme disposto no art. 14, do CDC. Sua responsabilidade somente seria elidida, se comprovasse que o dano ocorreu por culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro ou que, prestado o serviço, inexistiu defeito. O que não restou demonstrado no presente caso, razão pela qual o pedido de indenização por danos morais deve ser acolhido. Seguindo nessa esteira, é importante frisar que, a indenização por dano moral possui caráter dúplice: satisfatório ou compensatório à vítima, e punitivo e educativo ao ofensor, visto ser encargo suportado por quem causou o dano, com a finalidade de desestimulá-lo de novas práticas lesivas. Compensação ao ofendido e punição ao ofensor, eis o binômio que rege o dever de indenizar. Assim, sopesados a gravidade e extensão do dano; a situação econômica do autor e capacidade do ofensor, bem como o caráter pedagógico da reprimenda, julgo ser razoável fixar o quantum da indenização por danos morais no importe R$7.000,00(sete mil reais). Por derradeiro, diante de tudo o que fora visto até aqui, como consequência lógica da fundamentação desfavorável à parte reclamada, devo indeferir do pedido contraposto. **Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE os pedidos deduzidos por RUANE GABRIELI ARAÚJO CONCEIÇÃO em face de EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, extinguindo o processo com resolução do mérito nos termos do artigo 487, I, do CPC, para o fim de: 1)Condenar EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A a pagar a RUANE GABRIELI ARAÚJO CONCEIÇÃO, o valor de R$7.000,00(sete mil reais) a título de indenização por danos morais, com correção monetária pelo INPC-IBGE e juros simples de 1% ao mês, ambos a partir da presente data; 2)Declarar a inexistência e inexigibilidade do débito impugnado neste processo (Fatura CNR), bem como determinar que a reclamada EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A efetue o cancelamento da Fatura CNR impugnada na inicial em nome da autora RUANE GABRIELI ARAÚJO CONCEIÇÃO, sob pena de multa diária de R$1.000,00(um mil reais); 3)Tornar definitiva a tutela urgência concedida na movimentação ID-PJE nº11154774; 4)Indeferir o pedido contraposto;** Sem custas e honorários. P.R.I.C. Belém, Distrito de Mosqueiro, 22 de setembro de 2021. **MARIA DAS GRAÇAS ALFAIA FONSECA. Juíza de Direito Titular da Vara do Juizado Especial de Mosqueiro.**

Processo Cível nº 0800890-27.2019.814.0501. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. Reclamante: JOSIANE DOS SANTOS MAIA. Reclamado: TALVANI DA SILVA TRINDADE. SENTENÇA. Vistos, etc. Cuida-se de obrigação de fazer que JOSIANE DOS SANTOS MAIA ajuizou contra TALVANI DA SILVA TRINDADE, ambas as partes já qualificadas nos autos. Relata a reclamante que adquiriu, através de compra e venda, em 2011, embora formalizado em 2019, um terreno, do sr. Ivan da Silva Mendes, localizado na Rua Costa e Silva, Al. Porto Alegre, nº 36, Carananduba, Mosqueiro, o qual incluía uma Alameda cuja metragem é 4,00 metros de largura por 69 metros de comprimento, que faz passagem para a Rua Costa e Silva. Alega que o reclamado, no dia 10/10/2019 iniciou a construção de um muro, entrando na alameda cerca de 70,00 cm, estreitando-a, fato que está impedindo a passagem de carros de mão, bem como de materiais de construção para perto da sua residência, conforme demonstram as imagens anexas. Diz que caminhão e caçamba não conseguem mais entrar até a sua residência para deixar materiais de construção, tendo a autora que ir até a rua Costa e Silva realizar o transporte de areia, por exemplo. Que o muro está quase concluído. Que não tentou resolver o problema de forma amigável, pois o reclamado é pessoa violenta, proferindo, inclusive insultos contra a reclamante. Diante de tais fatos, a promovente requereu, em liminar, que o reclamado se abstenha de continuar a construção do muro ou construa qualquer obstáculo que impeça a passagem na alameda, em mérito requereu 1) o direito de passagem pela Alameda de 4,00 metros de largura por 69 metros de comprimento, que faz passagem para a Rua Costa e Silva, Bairro de Carananduba, Mosqueiro; 2) a demolição do muro construído pelo réu, medindo cerca de 70,00 cm para dentro da alameda Porto Alegre. A seu turno, na audiência de instrução e julgamento (doc Id nº19089737/19090590), o reclamado declarou que não concorda com fatos alegados pela reclamante e pugnou pela improcedência dos pedidos. Não existem questões preliminares pendentes de decisão. Razão pela qual passo ao exame do mérito. Segundo a Súmula 619 do STJ: ¿A ocupação

indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias". No caso sob enfoque, restou indiscutivelmente demonstrado que o reclamado erigiu construção em plena via pública, dificultando ou diminuindo o direito de passagens pelos demais pela via, inclusive, o da reclamante. Conforme verificando na inspeção *in locu*, certificada na movimentação Id nº33123132/33123137, a edificação do muro feita pela reclamado transpõe os 4 metros convencionados como medida mínima aos moradores locais, vendando parcialmente a passagem pela alameda descrita na exordial. O croqui de alinhamento predial emitido pela Secretaria Municipal de Urbanismo de Belém, juntado na movimentação Id nº19823769, também aponta que o muro construído pelo reclamado está em desacordo com o alinhamento predial, invadindo o logradouro público. Vias públicas são bens públicos de uso comum de todos e não podem ser interditadas por particulares, ainda que parcialmente. A construção em via pública por um particular, viola diretamente o direito à utilização plena dos bens de uso comum. Sendo assim, resta patente que a reclamante está sendo prejudicada no seu direito de ir e vir, de ter acesso e sair de seu imóvel, em razão a construção erigida pelo reclamante em plena via pública. Desta forma, a reclamante possui legitimidade para ingressar no judiciário em busca de proteção ao seu direito lesado. Diante de tais considerações, é medida que se impõe fazer cessar esta atitude do reclamado, mediante a demolição do muro construído bem como a cominação de obrigação de não fazer. **Isso posto, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, I, do CPC, e JULGO PROCEDENTE OS PEDIDOS deduzidos pelo reclamante JOSIANE DOS SANTOS MAIA em face de TALVANI DA SILVA TRINDADE, para os seguintes efeitos: 1) que o reclamado proceda ao desfazimento/demolição do muro construído para dentro da Alameda Porto Alegre de 4,00 metros de largura por 69 metros de comprimento, que faz passagem para a Rua Costa e Silva, Bairro de Carananduba, Mosqueiro, no prazo de 30(trinta) dias do transito em julgado desta sentença, sob pena de multa diária de R$200,00(duzentos reais), devendo doravante obedecer o correto limite divisório e alinhamento predial com a alameda; 2) abstenha de praticar qualquer ato que impeça a passagem da reclamante pela alameda, sob penad e multa diária de R$200,00(duzentos reais);** Sem custas a teor do artigo 55 da Lei nº 9.099/95. P.R.I.C. Belém ¿ Distrito de Mosqueiro, 22 de setembro de 2021. **MARIA DAS GRAÇAS ALFAIA FONSECA. Juíza de Direito titular da Vara do Juizado Especial de Mosqueiro.**

Processo Cível nº0800003-09.2020.814.0501. AÇÃO CÍVEL DE RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. RECLAMANTE: SIMONE DE NAZARÉ CONCEIÇÃO CASTRO. REQUERIDO: TELEMAR NORTE LESTE S/A. Advogados da parte requerida: Dr. Eládio Miranda Lima - OAB/RJ. nº86.235 e Dr. GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - OAB/RO. nº5546, OAB/PA. nº28178-A, OAB/AP. nº4263-A e OAB/AC. nº5021. SENTENÇA/INTIMAÇÃO. Vistos, etc. Dispensado o relatório em conformidade com o artigo 38 da Lei nº9.099/95. Trata-se de AÇÃO CÍVEL DE RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS que SIMONE DE NAZARÉ CONCEIÇÃO CASTRO move em face de TELEMAR NORTE LESTE S/A., partes qualificadas nos autos. Em síntese, alega a reclamante que contratou com a parte reclamada os seguintes serviços: *¿internet, wi fi de 15 MB, mais ligações ilimitadas para todo o Brasil para fixo e celular de qualquer operadora¿*, pelo valor total de R$ 139,90 por mês. Alega que, a partir de abril/2019, passou a receber faturas com valores superiores ao contrato e, após reclamação no PROCON, as cobranças referentes aos meses de abril e maio/2019 teriam sido readequadas. Todavia, aduz que em junho/2019 novamente recebeu fatura em valor diverso do contrato, tendo realizado o pagamento. Sustenta, também, que em dezembro/2019 a requerida promoveu alteração unilateral dos termos do serviço contratado, diminuindo a quantidade de dados de internet de 15 MB para 2 MB, o que refletiu na diminuição do valor das faturas. Ao final, requer a condenação da requerida ao pagamento de repetição de indébito, em dobro, ao valor pago a maior referente à fatura de junho/2019 e compensação por danos morais no valor de R$10.000,0(dez mil reais). Em sede de contestação, a requerida, em síntese, alega que as cobranças a maior decorreram da incidência das parcelas das *¿taxas de instalação do fixo e do velox, além de eventuais juros e multa por atraso no pagamento¿*. Além disto, aduziu a inexistência de danos morais e a inaplicabilidade da repetição do indébito, em razão da licitude da cobrança. Por fim, pugna pela improcedência dos pedidos formulados na inicial (Id nº16725556). Não havendo questões preliminares pendentes de análise, passo ao mérito. Compulsando os autos, verifica-se que não há controvérsia quanto

à existência de relação jurídica entre as partes, bem como quanto ao pagamento da fatura referente ao mês de junho/2019. Cinge-se a controvérsia quanto à existência de cobrança em valor superior ao contratado por parte da requerida. O caso se submete ao regime jurídico previsto no Código de Defesa do Consumidor, tendo em vista que as partes se enquadram nos conceitos de consumidor (ainda que por equiparação) e fornecedor, nos termos dos arts. 2º e 3º do CDC. Nesse passo, quanto à distribuição do ônus da prova em relação aos pontos controvertidos, aplica-se o disposto no art. 6º, VIII, do CDC, em razão da hipossuficiência técnica, econômica e jurídica da parte autora. A parte autora apresentou a oferta da parte requerida, as faturas dos meses de abril a dezembro de 2019, bem como o comprovante de pagamento referente à fatura do mês de junho/2019 (Ids 14754050 a 14754075). A parte requerida, por sua vez, alega que a cobrança de valores adicionais decorre de supostos custos de instalação dos serviços, bem como eventuais juros de mora e multa por atraso de pagamento, porém, a despeito das telas de sistema apresentadas, não colaciona aos autos a cópia do contrato firmado com parte autora, tampouco provas relacionadas à existência de atraso no pagamento das faturas, a fim de corroborar as suas alegações, não se desincumbindo, portanto, de seu ônus probatório. Nesse passo, diante da ausência de elementos que demonstrem a legalidade da cobrança efetuada pela parte requerida, as alegações autorais ganham especial relevância e devem ser aceitas como verossímeis. No que tange à restituição dos valores cobrados, em dobro, dispõe o art. 42, parágrafo único, do CDC: ¿O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável¿. Dessa forma, segundo o dispositivo legal, para que haja a devolução em dobro do montante cobrado é necessário que seja demonstrada a presença de 03 (três) requisitos: a) a existência de cobrança indevida; b) o efetivo pagamento por parte do consumidor; e c) a inexistência de engano justificável por parte do fornecedor. O Colendo Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, entende que a repetição de indébito em dobro é devida quando se configurar que a cobrança foi contrária à boa-fé objetiva e seus deveres anexos, não se exigindo mais a comprovação de inequívoca má-fé por parte do fornecedor (EAREsp 676.608/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, julgado em 21/10/2020, DJe 30/03/2021). No caso em análise, a parte autora demonstrou o pagamento a maior do valor de R$ 88,12 (oitenta e oito reais e doze centavos). Caberia à parte requerida, então, demonstrar que não houve cobrança indevida, a configuração de engano justificável ou a ausência de contrariedade à boa-fé objetiva, não tendo se desincumbido do seu ônus probatório. Destarte, a repetição de indébito é devida, devendo se dar em dobro, no valor de R$ 176,24 (cento e setenta e seis reais e vinte e quatro centavos). Em relação ao pedido de indenização por danos morais, a despeito do entendimento jurisprudencial de que a mera cobrança indevida não é suficiente, por si só, para gerar abalo moral ao consumidor, as particularidades da causa merecem atenção. Observa-se que a parte autora vem há mais de 02 (dois) anos tentando resolver a situação de forma extrajudicial, conforme demonstram os documentos por ela apresentados, em especial os 11 (onze) protocolos de atendimento, em dias distintos (Id 14754075), e o termo da audiência realizada no PROCON (Id 14754061). Não há dúvidas, deste modo, que a situação consumiu o seu tempo na tentativa de solucionar a questão da cobrança indevida, razão pela qual se aplica ao caso vertente a teoria do desvio produtivo ou perda de tempo útil do consumidor. Segundo Marco Dessaune, ¿*o desvio produtivo caracteriza-se quando o consumidor, diante de uma situação de mau atendimento, precisa desperdiçar o seu tempo e desviar as suas competências ¿ de uma atividade necessária ou por ele preferida ¿ para tentar resolver um problema criado pelo fornecedor, a um custo de oportunidade indesejado, de natureza irrecuperável*¿ (DESSAUNE, Marcos. Desvio Produtivo do Consumidor ¿ O Prejuízo do Tempo Desperdiçado. São Paulo: RT, 2011). Sobre o tema, confira-se entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais: EMENTA: APELAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C PEDIDO DE REPETIÇÃO DE VALORES PAGOS E DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO OU PERDA DO TEMPO ÚTIL DO CONSUMIDOR. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FIXAÇÃO. 1. A pretensão indenizatória também é legitimidade em decorrência do desgastes e significativo tempo despendidos na tentativa de solução extrajudicial, face à consagrada tese do desvio produtivo ou perda de tempo útil - O arbitramento do dano moral deve ser realizado com moderação, em atenção à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso, proporcionalmente ao grau de culpa e ao porte econômico das partes, sem de descurar do sentido punitivo da condenação. (TJ-MG - AC: 10145150182197001 Juiz de Fora, Relator: Cláudia Maia, Data de Julgamento: 07/05/2021, /Câmaras Cíveis / 14ª Câmara Cível, Data de Publicação: 13/05/2021). Assim, evidente a configuração de dano moral decorrente da perda de tempo útil experimentada pela parte autora na tentativa de solução da questão. Levando-se em consideração a extensão do dano (art. 944 do CC), a função pedagógica do dano moral, a capacidade econômica das partes, a vedação ao enriquecimento ilícito e o princípio da proporcionalidade, mostra-se razoável o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a ser atualizado e acrescido

de juros de mora. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS deduzidos por SIMONE DE NAZARÉ CONCEIÇÃO CASTRO em face de TELEMAR NORTE LESTE S/A, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, para: 1) condenar a requerida a pagar à autora o valor de R$176,24 (cento e setenta e seis reais e vinte e quatro centavos), a título de repetição de indébito, devidamente corrigidos pelo INPC-IBGE desde o desembolso e juros moratórios simples de 1% ao mês a partir da citação; 2) condenar a requerida a pagar à autora a importância de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de compensação por danos morais, devidamente corrigidos pelo INPC-IBGE, a contar da presente data (Súmula nº 362 do STJ) e juros moratórios simples de 1% ao mês, a partir citação; Sem condenação ao pagamento de custas, despesas processuais e honorários de sucumbência, em virtude da gratuidade do primeiro grau de jurisdição nos Juizados Especiais (arts. 54 e 55, da Lei n.º 9099/95). Após o trânsito em julgado, não havendo requerimentos, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição, com as cautelas de estilo. Registre-se. Publique-se. Intimem-se. Belém-PA, Ilha do Mosqueiro, 15 de outubro de 2021. **JOÃO PAULO SANTANA NOVA DA COSTA.** Juiz de Direito Substituto Respondendo pela Vara dos Juizados Especiais de Mosqueiro (Portaria 3230/2021-GP, de 22/09/ 2021).

Processo Cível nº0800198-91.2020.814.0501. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. RECLAMANTE: ALEXSANDRO SILVA DOS ANJOS. RECLAMADO: REALIZA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. SENTENÇA/INTIMAÇÃO. Vistos etc. Dispensado o relatório, em conformidade com os termos do art. 38, da Lei n° 9.099/95. Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais que ALEXSANDRO SILVA DOS ANJOS move em face de REALIZA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. Alega a Reclamante que no dia 06/02/2015 celebrou com o reclamado um contrato de financiamento para aquisição de veículo, VAN, para transporte alternativo, no valor de R$ 121.000,00. Informa que o contrato deveria ser cumprido da seguinte forma: o reclamante pagaria um sinal no valor de R$ 3.470,00 (três mil quatrocentos e setenta reais) e mais 48 parcelas no valor de R$ 2.007,27 (dois mil e sete reais e vinte e sete centavos). Relata que, após a assinatura do contrato, recebeu a promessa de que seria imediatamente contemplado, ainda no mês de fevereiro de 2015, com o valor da VAN. Que pagou, além do valor do sinal, 02 (duas) parcelas. Isto é, o valor de R$ 7.484,54 (sete mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), referentes ao sinal e aos meses de marco e abr de 2015. Alega que como não seria mais contemplado no mês de abril de 2015, como havia prometido a reclamada, decidiu rescindir o contrato, ainda no mês de fevereiro de 2015, rescindiu o contrato, pedido à reclamada o ressarcimento do valor pago, contudo a reclamada prometeu pagar apenas 20% do total pago. Que a reclamada até a presente data não pagou nenhum valor. Que procurou a reclamada pare resolver o problema, no entanto até a presente data, só recebeu desculpas protelatórias. Informa ainda que o comprovante da pagamento da segunda parcela foi extraviado. Diante do exposto, o promovente requereu: 1) a condenação do reclamado em o ressarcir o valor de R$ 7.484,54 (sete mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), referente ao valor pago no contrato de financiamento; 2) a condenação da reclamada, a título de indenização por danos morais, no importe de R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS). Realizada a audiência una de conciliação, instrução e julgamento na movimentação id nº39843366/39843367 no dia 28/10/2021, verificou-se a ausência injustificada do reclamado, apesar de regularmente citado, razão pela qual decreto sua revelia com fundamento no artigo 20 da Lei nº9.099/95. Caracterizada a revelia do réu incide de plano o efeito legal de serem reputados verdadeiros os fatos alegados pelo autor, em virtude do disposto no art. 20 da Lei 9.099/95. A par disso, prova documental trazida pelo Reclamante demonstra a veracidade no que toca ao descumprimento contratual por parte da empresa ré. Assim, diante da prova documental apresentada e da presunção de veracidade decorrente da revelia, tenho como verdadeiros os fatos narrados na inicial no que diz respeito ao pedido de restituição do valor de R$ 7.484,54 (sete mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos). No que refere ao pedido de indenização por danos morais, tenho que, in casu, a situação vivenciada pela reclamante, não passou de um mero descumprimento contratual que lhe ocasionou um certo aborrecimento. Danos morais são perdas sofridas por um ataque à moral e à dignidade da pessoa, caracterizados como uma ofensa contra sua reputação, imagem e honra. No caso sob enfoque, o fato não gerou efeitos a ponto de macular reputação, imagem e honra, de sorte que não restou configurado o dano moral. Não obstante à revelia decretada, insta esclarecer que esta não induz automaticamente à procedência dos pedidos contidos na inicial. Isso

porque a ocorrência da revelia não exime o autor de conferir um mínimo de verossimilhança à sua narrativa. Portanto, sua presunção de veracidade é relativa, posto que pode ceder à outras circunstâncias constantes dos autos, bem como, a pretensão pode não estar em consonância com o ordenamento jurídico pátrio, cabendo ao julgador o exame de tais condições, em observância ao princípio o livre convencimento do juiz. **Em face do exposto, com arrimo no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, JULGANDO PARCIALMENTE PROCEDENTE OS PEDIDOS, para o fim de: 1) Declarar rescindido o contrato entabulado entre as partes e condenar a reclamada, REALIZA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA, a indenizar o reclamante, ALEXSANDRO SILVA DOS ANJOS, o valor de R$7.484,54(sete mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), com juros simples de 1% ao mês e correção monetária pelo INPC/IBGE, ambos a partir da citação; 2) Julgar improcedente o pedido de indenização por danos morais;** Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários de sucumbência, em virtude da gratuidade do primeiro grau de jurisdição nos Juizados Especiais (arts. 54 e 55, da Lei n.º 9099/95). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Belém (Pa) ¿ Ilha de Mosqueiro, 04 de novembro de 2021. MARIA DAS GRAÇAS ALFAIA FONSECA. Juíza de Direito Titular da Vara do Juizado Especial de Mosqueiro.

Processo Cível nº0800318-37.2020.814.0501. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. AUTORA: PATRÍCIA MARIA SOARES ALVES. RÉUS: V.L.F. BUZZO - ME e TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES S.A. Advogados da segunda requerida: Dr. GILBERTO BADARÓ DE ALMEIDA SOUZA - OAB/BA. nº22.772 e Dra. RENATA MALCON MARQUES - OAB/BA. nº24.805. SENTENÇA/INTIMAÇÃO. Dispensado o relatório, em conformidade com o artigo 38 da Lei nº9.099/95. Cuida-se de Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais que PATRÍCIA MARIA SOARES ALVES move em face de V.L.F. BUZZO - ME e TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES S.A. Alega a Reclamante que no dia 26/11/2019 , comprou no site da requerida uma passagem aérea para Portugal para dia 28/03/2020 ás 00:25. Que foi feito, no dia 26/11/2019, a transferência de R$ 3.084,00 para conta da reclamada TEMA , referente ao valor da passagem. Que no dia 27/11/2019 transferiu valor de R$ 70,00 reais referente ao seguro de viajem, totalizando R$ 3.154,00, comprovantes em anexo. Que por motivo da pandemia desistiu de viajar, pois se encontra no grupo de risco, já que é acometida de anemia falciforme, conforme laudo anexo. Que no dia 06/07/2020 pediu o cancelamento da viagem e o reembolso do valor total pago. Que falou com a funcionaria da TEMA que lhe disse ¿que não poderia fazer o reembolso, só a companhia aérea TAP. Que a atendente da TEMA a informou que a TAP iria cobrar o valor de R$ 3.154.00, referente à multa pela ausência na viagem. Que a TEMA informou que somente após o pagamento da multa a TAP reembolsaria, de forma parcelada, em um ano, o valor da passagem. Que a conduta das reclamadas é abusiva. Que está sofrendo danos de ordem moral. Que devido a situação de Pandemia não quer mais viajar. Diante do exposto, a promovente requer que o 1) reembolso da passagem no valor R$ 3.154.00 2) indenização por danos morais no valor de R$ 5,000.00. Realizada a audiência de instrução e julgamento na movimentação nº13694565/13694567 no dia 14/10/2021, verificou-se a ausência da parte Reclamada V.L.F. BUZZO - ME, razão pela qual decreto sua revelia, com fundamento no artigo 20 da Lei nº9.099/95. Por sua vez, a reclamada TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES S.A. apresentou contestação na movimentação ID PJE nº19883455 /19883456, onde argumentou que o cancelamento do voo ocorreu por motivos alheios à empresa, em razão da proibição do governo Português para realização de voos da origem da autora, sustentando caso fortuito externo e ausência do dever de indenizar. Assim, pugnou pela improcedência dos pedidos formulados na petição inicial. Não existem questões preliminares pendentes de decisão, razão pela qual passo ao exame do mérito. Inicialmente, cumpre-me esclarecer que a relação das partes se enquadra no conceito de relação consumerista, razão pela qual aplicável ao caso as regras e princípios previstos no Código de Defesa do Consumidor, mormente no que tange ao disposto no inciso VIII do art. 6º do referido diploma legal, isto é, a facilitação da defesa dos direitos do consumidor, inclusive com a inversão do ônus da prova no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando o consumidor for hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências. No tocante à reclamada V.L.F. BUZZO - ME, caracterizada a sua revelia, incide de plano o efeito legal de serem reputados verdadeiros os fatos alegados pela autora, em virtude do disposto no art. 20 da Lei 9.099/95, devendo os fatos atingidos pela revelia serem

considerados incontroversos (art. 356, I, do CPC). A par disso, a prova documental trazida pela reclamante demonstra a existência dos danos sofridos. Assim sendo, diante da prova documental apresentada e da presunção de veracidade decorrente da revelia, tenho como verdadeiros os fatos narrados na inicial no que atine aos danos sofridos, impondo-se à procedência quanto aos pedidos de indenização por danos morais e materiais em relação à reclamada V.L.F. BUZZO - ME. Já quanto à reclamada TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES S.A. , temos que esta sustenta tese de caso fortuito externo e consequente exclusão de seu deve de indenizar a reclamante. Afirma que o cancelamento da viagem ocorreu em virtude de que o governo português teria proibido voos originários de Belém do Pará por conta da Pandemia de Covid-19. Tal fato, seria um caso fortuito não previsível à atividade empresarial realizada pela empresa, sendo, portanto, considerado caso fortuito externo, oriundo de circunstâncias e fatores não comuns ao risco da atividade que exerce, pelo que, lhe isentaria o dever pagar indenização ao consumidor. Todavia, conforme se verifica pelos fatos narrados na inicial, bem como os documentos apresentados pela reclamante. O cancelamento da viagem se deu por pedido da própria consumidora uma vez que, por ser portadora de comorbidade, considerada do grupo de risco, decidiu cancelar a viagem em razão da corrente pandemia de Covid-19. A reclamante trouxe autos atestado médico, comprovando ser portadora da patologia hematológica, chamada de doença facilforme, motivo determinante para não realização da viagem, frente à Pandemia de Covid-19. Neste caso, a Lei nº 14.034, de 5/08/2020, preceitua no §3º do artigo 3º que, o consumidor que desistir de voo com data de início no período entre 19 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2021 poderá optar por receber reembolso, na forma e no prazo previstos no caput do artigo, sujeito ao pagamento de eventuais penalidades contratuais, ou por obter crédito, perante o transportador, de valor correspondente ao da passagem aérea, sem incidência de quaisquer penalidades contratuais. De acordo com a norma criada acima, em razão da pandemia de Covid-19, havendo desistência do voo, o consumidor deverá ser reembolsado até o prazo de 12(doze) meses, se assim o requerer. No caso vertente, já se passou mais de um ano e a reclamante ainda não fora reembolsada dos valores que gastou, impondo-se a procedência do pedido de indenização por danos materiais em relação à reclamada TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES S.A. Por derradeiro, no que tange ao pedido de indenização de por danos morais, entendo que a conduta da empresa TAP em negar o direito o direito da reclamante, pode ser caracterizado como falha na prestação do serviço, fato ensejador de abalo moral indenizável. Sobre o tema, é assente o entendimento do Eg. Superior Tribunal de Justiça, de que, em casos semelhantes é inafastável a responsabilidade objetiva das empresas prestadores de serviço de transporte aéreo. A título de exemplo, colaciono alguns casos: *AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL. ATRASO DE VOO. PERDA DE CONEXÃO. CANCELAMENTO DE VOO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. DANO MORAL CONFIGURADO. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE. FORÇA MAIOR. SÚMULA N. 7 DO STJ. QUANTUM INDENIZATÓRIO. NÃO CABIMENTO DE REVISÃO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL.INEXISTÊNCIA DE SIMILITUDE. PRESCRIÇÃO. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICAÇÃO. CONVENÇÃO DE MONTREAL. INAPLICABILIDADE.1. Não viola o art. 535 do CPC o acórdão que, integrado pelo julgado proferido nos embargos de declaração, dirime, de forma expressa, congruente e motivada, as questões suscitadas nas razões recursais.2. Aplica-se a Súmula n. 7 do STJ se o acolhimento da tese defendida no recurso especial reclamar a análise dos elementos probatórios produzidos ao longo da demanda.3. A revisão de indenização por danos morais só é viável em recurso especial quando o valor fixado nas instâncias locais for exorbitante ou ínfimo. Salvo essas hipóteses, incide a Súmula n. 7 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso.4. Tratando-se de danos morais, é incabível a análise do recurso com base na divergência pretoriana, pois, ainda que haja grande semelhança nas características externas e objetivas, no aspecto subjetivo, os acórdãos são distintos.5. A responsabilidade civil das companhias aéreas em decorrência da má prestação de serviços, após a entrada em vigor da Lei n. 8.078/90, não é mais regulada pela Convenção de Varsóvia e suas posteriores modificações (Convenção de Haia e Convenção de Montreal) ou pelo Código Brasileiro de Aeronáutica, subordinando-se ao Código de Defesa do Consumidor.6. Agravo regimental desprovido.(AgRg nos EDcl no AREsp 418.875/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/05/2016, DJe 23/05/2016) (Grifo Nosso). EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE NÃO VERIFICADAS. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO INDENIZATÓRIA. COMPANHIA AÉREA. CONTRATO DE TRANSPORTE. OBRIGAÇÃO DE RESULTADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS. ATRASO DE VOO.PASSAGEIRO DESAMPARADO. PERNOITE NO AEROPORTO. ABALO PSÍQUICO.CONFIGURAÇÃO. CAOS AÉREO. FORTUITO INTERNO. INDENIZAÇÃO DEVIDA.1. A postergação da viagem superior a quatro horas constitui falha no serviço de transporte aéreo contratado e gera o direito à devida assistência material e*

informacional ao consumidor lesado, independentemente da causa originária do atraso.2. O dano moral decorrente de atraso de voo prescinde de prova e a responsabilidade de seu causador opera-se in re ipsa em virtude do desconforto, da aflição e dos transtornos suportados pelo passageiro.3. Ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas, sim, reformar o julgado por via inadequada.4. Embargos de declaração rejeitados.(EDcl no REsp 1280372/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 31/03/2015) (grifo nosso). AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRANSPORTE AÉREO DE PESSOAS. FALHA DO SERVIÇO. ATRASO EM VOO. REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA RECONHECIDA A PARTIR DOS ELEMENTOS FÁTICOS DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. ACÓRDÃO ALINHADO À JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.1. A responsabilidade da companhia aérea é objetiva, pois "O dano moral decorrente de atraso de vôo opera-se in re ipsa. O desconforto, a aflição e os transtornos suportados pelo passageiro não precisam ser provados, na medida em que derivam do próprio fato" (AgRg no Ag 1.306.693/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe de 6/9/2011). Tribunal local alinhado à jurisprudência do STJ.2. As conclusões do aresto reclamado acerca da configuração do dano moral sofrido pelos recorridos encontram-se firmadas no acervo fático-probatório constante dos autos e a sua revisão esbarra na Súmula 7 do STJ.3. Agravo regimental não provido.(AgRg no Ag 1323800/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 03/04/2014, DJe 12/05/2014). Cabe destacar que o dano moral sofrido pela autora trata-se de dano moral presumido chamado dano in *re ipsa*. A angústia e a perturbação da saúde metal vivenciados pelo passageiro não precisam ser provados, na medida em que derivam do próprio fato. Feitas tais considerações, prossigo à fixação do quantum indenizatório.Vislumbro que o fato constituiu constrangimento, humilhação e aborrecimento em intensidade suficiente a configurar perturbação do espírito, abalo ensejador de indenização por dano moral. No que diz respeito à fixação do valor da indenização, cediço que deve o juiz levar em conta a capacidade econômica do ofensor, a condição pessoal do ofendido, a natureza e a extensão do dano e o caráter pedagógico de sua imposição como fator de inibição a novas práticas lesivas. Destarte, do todo apresentado, não há dúvidas do abalo moral sofrido pelo Autor, surgindo o dever de indenizar que entendo como razoável o valor de R$4.000,00 (quatro mil reais), que deverá ser corrigido e acrescido de juros de mora. **Diante do Exposto, JULGO PROCEDENTE OS PEDIDOS deduzidos por PATRÍCIA MARIA SOARES ALVES em face TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES S.A., para EXTINGUIR O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 487, I, DO CPC E: 1) Condenar V.L.F. BUZZO - ME e TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES S.A. a pagar solidariamente à reclamante PATRÍCIA MARIA SOARES ALVES o valor de R$ 3.154.00a título de danos materiais que deverá ser corrigido pelo INPC/IBGE, acrescido de juros simples de mora de 1% ao mês, a partir de 06/07/2021 (data limite para reembolso); 2) Condenar V.L.F. BUZZO - ME e TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES S.A. a pagar solidariamente à reclamante PATRÍCIA MARIA SOARES ALVES o valor de R$4.000,00(quatro mil reais), a título de danos morais que deverá ser corrigido pelo INPC/IBGE, acrescido de juros simples de mora de 1% ao mês, a partir da presente data;** Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários de sucumbência, em virtude da gratuidade do primeiro grau de jurisdição nos Juizados Especiais (arts. 54 e 55, da Lei n.º 9099/95). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Belém (Pa) ¿ Ilha de Mosqueiro, 09 de novembro de 2021. **MARIA DAS GRAÇAS ALFAIA FONSECA**
Juíza de Direito da Vara do Juizado Especial de Mosqueiro.

Processo Cível nº.0800201-46.2020.814.0501. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS c/c INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS RECLAMANTE: RAIMUNDA FURTADO DE SOUSA. Advogado da parte reclamante: Dr. Elmano Martins Ferreira - OAB/PA. nº8097. RECLAMADA: OPERADORA CLARO S/A. Advogado da parte requerida: Dr. Rafael Gonçalves Rocha - OAB/PA. nº16.538-A. SENTENÇA/INTIMAÇÃO. Vistos etc. Dispensado o relatório em conformidade com o art. 38 da Lei n° 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS c/c INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, que RAIMUNDA FURTADO DE SOUSA move em face de OPERADORA CLARO S/A, ambas as partes qualificadas nos autos. Não existem preliminares

a serem decididas, razão pela qual passo ao exame do mérito. Ante ao princípio da carga dinâmica da prova, é do credor o ônus da prova da existência do débito. Todavia, no caso vertente, a reclamada não se desincumbiu do ônus de comprovar a regularidade do débito impugnado pela autora. Neste diapasão, ao analisar os documentos apresentados, não temos documento idôneo da alegada existência de relação jurídica contratual entre as partes. O contrato juntado com a contestação, na movimentação do PJE Id nº17439802, é uma fraude patente, tendo em vista que, a olho nu, pode-se observar que a assinatura exarada no referido documento não é autora da ação, bastando, para tanto, fazer a comparação com os documentos apresentados a peça inaugural. Diante desse quadro, a solução mais adequada para caso em questão é a procedência do pedido de declaração de inexistência do débito e a nulidade do contrato. No tocante ao pedido de indenização por danos morais, temos que a situação narrada na exordial, segundo orientação consagrada na jurisprudência pátria, implica na caracterização de dano moral. Os fatos ocorridos provocaram considerável perda de tempo útil da reclamante, uma vez que, por meses, teve de se desgastar em razão falha da empresa em efetuar tal cobrança indevida, outrossim, agora teve de recorrer ao judiciário para fazer valer seus direitos. A falha no serviço que provoca a perda considerável do tempo útil, enseja reparação por dano extrapatrimonial. Sobre o tema, confira-se: *EMENTA: APELAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C PEDIDO DE REPETIÇÃO DE VALORES PAGOS E DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO OU PERDA DO TEMPO ÚTIL DO CONSUMIDOR. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FIXAÇÃO. 1. A pretensão indenizatória também é legitimidade em decorrência do desgastes e significativo tempo despendidos na tentativa de solução extrajudicial, face à consagrada tese do desvio produtivo ou perda de tempo útil - O arbitramento do dano moral deve ser realizado com moderação, em atenção à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso, proporcionalmente ao grau de culpa e ao porte econômico das partes, sem de descurar do sentido punitivo da condenação. (TJ-MG - AC: 10145150182197001 Juiz de Fora, Relator: Cláudia Maia, Data de Julgamento: 07/05/2021, /Câmaras Cíveis / 14ª Câmara Cível, Data de Publicação: 13/05/2021).* No que diz respeito à fixação do valor da indenização, cediço que deve o juiz levar em conta a capacidade econômica do ofensor, a condição pessoal do ofendido, a natureza e a extensão do dano e o caráter pedagógico de sua imposição como fator de inibição de novas práticas lesivas. Destarte, do todo apresentado, entendo como razoável o dever de indenizar no importe de R$5.000,00 (cinco mil reais).

ISTO POSTO, JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS deduzidos por RAIMUNDA FURTADO DE SOUSA em face de OPERADORA CLARO S/A extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, para: 1)Condenar OPERADORA CLARO S/A a pagar à RAIMUNDA FURTADO DE SOUSA a importância de R$5.000,00 (cinco mil reais), à título de indenização por danos morais, devidamente corrigidos pelo INPC-IBGE e incidindo juros moratórios simples de 1% ao mês a contar da presente data; 2)Declarar a inexistência de relação jurídica entre as partes, bem a inexistência dos débitos impugnados neste processo, e determinar que a reclamada cesse a cobrança dos débitos em questão e cancele os contratos, sob pena de multa diária de R$200,00 (duzentos reais), que será revertida em benefício do autora; 3)Tornar definitiva a tutela de urgência concedida nestes autos na decisão ID nº15998841 de 09/03/2021; Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários de sucumbência, em virtude da gratuidade do primeiro grau de jurisdição nos Juizados Especiais (arts. 54 e 55, da Lei n.º 9099/95). Registre-se. Publique-se. Intimem-se. Belém, Distrito de Mosqueiro, 28 de outubro de 2021. **MARIA DAS GRAÇAS ALFAIA FONSECA. Juíza de Direito do Juizado Especial de Mosqueiro.**

ACÓRDÃO: 219202 COMARCA: BELÉM DATA DE JULGAMENTO: -- PROCESSO: 00011652320168140401 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROSI MARIA GOMES DE FARIAS CÂMARA: 1ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:RODOLFO ELSON ESTUMANO PRADO Representante(s): LARISSA MACHADO SILVA (DEFENSOR) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA EMENTA: . EMENTA APELAÇÃO CRIMINAL. AMEAÇA COM VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA FORMA DA LEI ESPECÍFICA (ART. 147, 61, II, ¿F¿, DO CPB). RECONHECIMENTO DE OFÍCIO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL. ACOMPANHANDO O ENTENDIMENTO DA PROCURADORIA. ANÁLISE DO MÉRITO PREJUDICADA. CONSIDERANDO QUE ENTRE A DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO PARA A ACUSAÇÃO EM 19/07/2018, ÚLTIMO MARCO INTERRUPTIVO DA PRESCRIÇÃO, E A PRESENTE DATA, TRANSCORRERAM MAIS DE TRÊS ANOS, LOGO, CONSTATA-SE A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DO AGENTE EM FACE DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL PELA OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. Recurso CONHECIDO e PREJUDICADO. Reconhecimento da Prescrição pela Pena em concreto de Ofício, extinguindo-se assim a punibilidade do ora apelante, em tudo observado os artigos 107, IV, 109, VI, e 110, §1º, todos do CP. ACÓRDÃO Vistos, etc. Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores componentes da 1ª Turma de Direito Penal, por unanimidade, conhecer do recurso e, no mérito julgá-lo prejudicado, com o reconhecimento da ocorrência de prescrição intercorrente, nos termos do voto da Relatora. 28ª Sessão Ordinária do Plenário Virtual da 1ª Turma de Direito Penal, com início no dia 08/11/2021 e término no dia 16/11/2021. Julgamento presidido pela Excelentíssima Senhora Desembargadora Maria Edwiges de Miranda Lobato. Belém/PA, 16 de novembro de 2021. Desembargadora ROSI MARIA GOMES DE FARIAS Relatora

ACÓRDÃO: 219203 COMARCA: SANTARÉM DATA DE JULGAMENTO: -- PROCESSO: 00097949520188140051 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROSI MARIA GOMES DE FARIAS CÂMARA: 1ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELADO:ARIELE MARIA PEREIRA DE SOUSA Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) APELADO:JOSE AUGUSTO DOS SANTOS ALMEIDA Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) APELANTE/APELADO:CLAUDIONOR ROCHA DA COSTA Representante(s): OAB 4725 - CARLOS AUGUSTO MOTA LIMA (ADVOGADO) OAB 15438-A - JOSE CAPUAL ALVES JUNIOR (ADVOGADO) APELADO/APELANTE:MINISTEERIO PUBLICO ESTADUAL PROCURADOR(A) DE JUSTICA:RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA EMENTA: . EMENTA APELAÇÃO CRIMINAL. ARTIGOS 299, 313-A E 333 DO CÓDIGO PENAL. FALSIDADE IDEOLÓGICA, INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÃO E CORRUPÇÃO ATIVA. APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO 1. DA CONDENAÇÃO A REQUERIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA OS ACUSADOS ARIELE MARIA PEREIRA DE SOUZA E JOSE AUGUSTO DOS SANTOS ALMEIDA NOS CRIMES DE FALSIDADE IDEOLÓGICA, CORRUPÇÃO ATIVA E TENTATIVA DE INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÃO. TESE ACOLHIDA. IN CASU, O SUBSÍDIO PROBANTE NÃO DEIXA NENHUMA MARGEM DE DÚVIDA QUANTO À MATERIALIDADE BEM COMO DA AUTORIA ATRIBUÍDA AOS DENUNCIADOS, AS QUAIS ENCONTRAM-SE CONFIGURADAS PELO VASTO ARCABOUÇO PROBATÓRIO CONTIDO NAS DEGRAVAÇÕES DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA, BEM COMO PELA PROVA TESTEMUNHAL PRODUZIDA EM JUÍZO. AS PROVAS SÃO FARTAS, DEMONSTRANDO TANTO O PAGAMENTO QUANTO OFERECIMENTO DE QUANTIA EM DINHEIRO, POR PARTE DE ARIELE, PARA CHEGAR ATÉ UM FUNCIONÁRIO DO DETRAN, PRIMEIRAMENTE TENTANDO POR MEIO DE ROBERTO, E POSTERIORMENTE CONSUMANDO O CRIME POR MEIO DE CLAUDIONOR, FAZENDO COM QUE O FUNCIONÁRIO INSERISSE DADOS FALSOS NO SISTEMA DO ÓRGÃO. DESSA FORMA, REFERINDO-SE À APELADA ARIELE, ESTÁ CRISTALINO QUE A MESMA INCORREU NAS SANÇÕES PREVISTAS NOS ARTIGOS 299 E 333, AMBOS DO CÓDIGO PENAL, VISTO QUE A MESMA REALIZOU LIGAÇÃO PARA ROBERTO NO INTUITO DE CONSEGUIR ¿ESQUEMA¿ PARA FACILITAÇÃO DE OBTENÇÃO DE CNH. QUANTO AO ACUSADO JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS ALMEIDA, CONFORME AS PROVAS COLHIDAS NO DECORRER DA INSTRUÇÃO, PERCEBE-SE QUE O MESMO ESTAVA EMPENHADO EM CONSEGUIR CONVENCER A RÉ ARIELE, TANTO QUE INSISTIA SEMPRE, APESAR DAS NEGATIVAS DESTA,

DEMONSTRANDO, ASSIM, SEU ANSEIO EM COMETER CRIME. DITO ISSO, O APELADO CLAUDIONOR RECEBEU VANTAGEM INDEVIDA PARA FACILITAR DADOS FALSOS EM SISTEMA, CUJA CONSEQUÊNCIA SERIA A EMISSÃO DE CNH VERDADEIRA À ARIELE. JOSÉ AUGUSTO, POR SUA VEZ, SOLICITOU DINHEIRO PARA REALIZAR A CONSECUÇÃO DO DELITO, OU SEJA, INICIOU OS ATOS DE EXECUÇÃO, CONTUDO, NÃO O FEZ POR TER ARIELE DECIDIDO FAZER O ¿SERVIÇO¿ COM CLAUDIONOR, POR ESSA RAZÃO INCIDE NAS PENAS DO ARTIGO 313-A C/C 14, II, DO CÓDIGO PENAL. TIPICIDADE DA CONDUTA MANIFESTA. PROVA SUFICIENTE PARA A CONDENAÇÃO. DOSIMETRIA DA PENA PARA ARIELE MARIA PEREIRA DE SOUZA. PARA O CRIME DE FALSIDADE IDEOLÓGICA (299 DO CP). 1ª FASE: PENA-BASE FIXADA EM 01 (UM) ANO DE RECLUSÃO E 10 (DEZ) DIAS-MULTA. 2ª FASE: AUSENTES CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES OU ATENUANTES. 3ª FASE: AUSÊNCIA DE CAUSAS DE AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DE PENA, TORNANDO A PENA DEFINITIVA E CONCRETA EM 01 (UM) ANO DE RECLUSÃO EM REGIME ABERTO, ALÉM DE 10 (DEZ) DIAS-MULTA, SUBSTITUINDO A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR DUAS RESTRITIVA DE DIREITOS, QUAIS SEJAM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE E LIMITAÇÃO DE FIM DE SEMANA). PARA O CRIME DE CORRUPÇÃO ATIVA (333 DO CP). 1ª FASE: PENA-BASE FIXADA EM 02 (DOIS) ANOS DE RECLUSÃO E 10 (DEZ) DIAS-MULTA. 2ª FASE: AUSENTES CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES OU ATENUANTES. 3ª FASE: AUSÊNCIA DE CAUSAS DE AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DE PENA, TORNANDO A PENA DEFINITIVA E CONCRETA EM 02 (DOIS) ANOS DE RECLUSÃO E 10 (DEZ) DIAS-MULTA, SUBSTITUINDO A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR DUAS RESTRITIVA DE DIREITOS, QUAIS SEJAM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE E LIMITAÇÃO DE FIM DE SEMANA. POR FORÇA DO ARTIGO 69, DO CÓDIGO PENAL ¿ CONCURSO MATERIAL DE CRIMES ¿ A TOTALIDADE DA PENA É DE 03 ANOS E 20 DIAS-MULTA. DETRAÇÃO PENAL E CUMPRIMENTO DA PENA A SEREM REALIZADOS PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL. DOSIMETRIA DA PENA PARA JOSE AUGUSTO DOS SANTOS ALMEIDA. PARA O CRIME DE TENTATIVA DE INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÃO (313-A C/C 14, II DO CP). 1ª FASE: PENA-BASE FIXADA EM 02 (DOIS) ANOS DE RECLUSÃO E 10 (DEZ) DIAS-MULTA. 2ª FASE: AUSENTES CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES OU ATENUANTES. 3ª FASE: AUSÊNCIA DE CAUSAS DE AUMENTO PORÉM PRESENTE A ATENUANTE DA TENTATIVA, DIMINUINDO A PENA EM 1/3, TORNANDO-A DEFINITIVA E CONCRETA EM 01 (UM) ANO E 04 (QUATRO) MESES DE RECLUSÃO EM REGIME ABERTO, ALÉM DE 06 (SEIS) DIAS-MULTA, SUBSTITUINDO A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR DUAS RESTRITIVA DE DIREITOS, QUAIS SEJAM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE E LIMITAÇÃO DE FIM DE SEMANA. 2. DA CONDENAÇÃO DO ACUSADO CLAUDIONOR ROCHA DA COSTA QUANTO AO CRIME DE INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÃO E APLICAÇÃO DA CONSUNÇÃO AOS CRIMES DE FALSIDADE IDEOLÓGICA E CORRUPÇÃO PASSIVA. PROVIMENTO. O TIPO PENAL PREVISTO NO ARTIGO 313-A, DO CÓDIGO PENAL É ABRANGENTE, ENGLOBA DIVERSAS CONDUTAS. POR ESSA RAZÃO SE VERIFICA QUE ESTE ENGLOBA AS IMPUTAÇÕES PENAIS DO ARTIGO 299 E 317 DO CÓDIGO PENAL. UMA VEZ QUE, O ACUSADO CLAUDIONOR RECEBEU VANTAGEM INDEVIDA PARA FACILITAR (OU FAZER INSERIR) DADOS FALSOS EM SISTEMA, CUJA CONSEQUÊNCIA SERIA A EMISSÃO DE CARTEIRA DE HABILITAÇÃO VERDADEIRA À ARIELE. JOSÉ AUGUSTO, POR SUA VEZ, SOLICITOU DINHEIRO PARA REALIZAR A CONSECUÇÃO DO DELITO, OU SEJA, INICIOU OS ATOS DE EXECUÇÃO, CONTUDO, NÃO O FEZ POR TER ARIELE DECIDIDO FAZER O ¿SERVIÇO¿ COM CLAUDIONOR. A FALSIDADE IDEOLÓGICA SE ENQUADRA À CONDUTA COMISSIVA DO AGENTE DE FAZER INSERIR DECLARAÇÃO FALSA. A CORRUPÇÃO PASSIVA SE AMOLDA AO RECEBIMENTO DA VANTAGEM INDEVIDA. A INSERÇÃO DE DADOS FALSOS, POR SUA VEZ SE CORPORIFICA NO COMPORTAMENTO QUE, TANTO FAZ INSERIR OS DADOS FALSOS, QUANTO RECEBE, PARA ISSO, VANTAGEM INDEVIDA. PORTANTO, INSISTIR NA IMPUTAÇÃO DOS TRÊS CRIMES AO ACUSADO SERIA APLICAR-LHE BIS IN IDEM, OU SEJA, EM MELHORES TERMOS, O CRIME DE INSERÇÃO DE DADOS FALSOS (313-A DO CP) ABSORVE OS DELITOS DE FALSIDADE IDEOLÓGICA (299 DO CP) E CORRUPÇÃO PASSIVA (317, §1º, DO CP) (PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO). NOVA DOSIMETRIA DA PENA. 1ª FASE: PENA-BASE FIXADA EM 02 (DOIS) ANOS DE RECLUSÃO E 10 (DEZ) DIAS-MULTA. 2ª FASE: AUSENTES CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES OU ATENUANTES. 3ª FASE: AUSÊNCIA DE CAUSAS DE AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DE PENA, TORNANDO A PENA DEFINITIVA E CONCRETA EM 02 (DOIS) ANOS DE RECLUSÃO EM REGIME ABERTO, ALÉM DE 10 (DEZ) DIAS-MULTA, SUBSTITUINDO A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR DUAS RESTRITIVA DE DIREITOS, QUAIS SEJAM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE E LIMITAÇÃO DE FIM DE SEMANA). DETRAÇÃO PENAL E CUMPRIMENTO DA PENA A SEREM REALIZADOS PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL. DA APELAÇÃO DE CLAUDIONOR ROCHA DA

COSTA. 1. DA ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. NÃO ACOLHIMENTO. IN CASU, O SUBSÍDIO PROBANTE NÃO DEIXA NENHUMA MARGEM DE DÚVIDA QUANTO À MATERIALIDADE BEM COMO DA AUTORIA ATRIBUÍDA AO DENUNCIADO, AS QUAIS ENCONTRAM-SE CONFIGURADAS PELO VASTO ARCABOUÇO PROBATÓRIO CONTIDO NAS DEGRAVAÇÕES DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA, BEM COMO PELA PROVA TESTEMUNHAL PRODUZIDA EM JUÍZO ATRAVÉS DO DEPOIMENTO PRESTADO PELA TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO, SILVIO BIRRO DUARTE NETO E PELA RÉ ARIELE MARIA PEREIRA DE SOUSA, OS QUAIS DEMONSTRARAM DE MANEIRA INSOFISMÁVEL AS PARTICIPAÇÕES NOS CRIMES PELO QUAL FOI ACUSADO. ASSIM, O ACUSADO CLAUDIONOR RECEBEU VANTAGEM INDEVIDA PARA FACILITAR DADOS FALSOS EM SISTEMA, CUJA CONSEQUÊNCIA SERIA A EMISSÃO DE CNH VERDADEIRA À ARIELE. JOSÉ AUGUSTO, POR SUA VEZ, SOLICITOU DINHEIRO PARA REALIZAR A CONSECUÇÃO DO DELITO, OU SEJA, INICIOU OS ATOS DE EXECUÇÃO, CONTUDO, NÃO O FEZ POR TER ARIELE DECIDIDO FAZER O ¿SERVIÇO¿ COM CLAUDIONOR. Recurso do Ministério Público CONHECIDO e PROVIDO, condenando os acusados Ariele Maria Pereira de Souza e José Augusto dos Santos Almeida, às penas de 03 anos de reclusão, além de 20 dias-multa, substituindo-a por duas restritivas de direito quais sejam limitação de fim de semana e prestação de serviços à comunidade, e, à pena de 01 ano e 04 meses de reclusão, além de 06 dias-multa, substituindo-a por duas restritivas de direito quais sejam limitação de fim de semana e prestação de serviços à comunidade, pelos crimes de falsidade ideológica, corrupção ativa e tentativa de inserção de dados falsos em sistema de informação, respectivamente. Alterando a pena e capitulação penal de Claudionor Rocha da Costa, às penas de 02 anos de reclusão, além de 10 dias-multa, substituindo-a por duas restritivas de direito quais sejam limitação de fim de semana e prestação de serviços à comunidade, nas sanções punitivas do crime de inserção de dados falsos em sistema de informação. Recurso interposto por Claudionor Rocha da Costa CONHECIDO e IMPROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, etc. Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores componentes da 1ª Turma de Direito Penal, por unanimidade, conhecer dos recursos e no mérito, pelo improvimento do recurso interposto por CLAUDIONOR ROCHA DA COSTA, por total falta de amparo legal. Por outro lado, pelo provimento da apelação interposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO, nos termos do voto da Relatora. 28ª Sessão Ordinária do Plenário Virtual da 1ª Turma de Direito Penal, com início no dia 08/11/2021 e término no dia 16/11/2021. Julgamento presidido pela Excelentíssima Senhora Desembargadora Maria Edwiges de Miranda Lobato. Belém/PA, 16 de novembro de 2021. Desembargadora ROSI MARIA GOMES DE FARIAS Relatora

ACÓRDÃO: 219204 COMARCA: SANTARÉM DATA DE JULGAMENTO: -- PROCESSO: 00002011320168140051 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RONALDO MARQUES VALLE CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:LUCILIO PRUDENCIO DA SILVA Representante(s): OAB 24229 - JAMES E SILVA MORENO (ADVOGADO) OAB 25858 - BRUNO ROSIVALDO DA SILVA BARBOSA (ADVOGADO) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA PROCURADOR(A) DE JUSTICA:MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES EMENTA: . EMENTA APELAÇÃO CRIMINAL. LESÃO CORPORAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. SENTENÇA CONDENATÓRIA. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. AUSÊNCIA DA OITIVA DA VÍTIMA EM JUÍZO. IMPOSSIBILIDADE. 1 - Inviável a absolvição se a materialidade e a autoria do crime de lesão corporal, praticado em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, encontram-se demonstradas pelo firme acervo probatório dos autos. 2 ¿ A ausência de oitiva da vítima na fase judicial não contamina as informações por ela já prestadas na fase inquisitorial que, somando-se às provas coligidas e aos depoimentos testemunhais acostados, são capazes de sustentar o decreto condenatório dos autos. 3 -. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: 219205 COMARCA: MARABÁ DATA DE JULGAMENTO: -- PROCESSO: 00233345620168140028 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RONALDO MARQUES VALLE CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:ELIELSON GOMES DA SILVA Representante(s): ALLYSSON GEORGE ALVES DE CASTRO (DEFENSOR) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA PROCURADOR(A) DE JUSTICA:LUIZ CESAR TAVARES BIBAS EMENTA: . EMENTA APELAÇÃO PENAL. CRIME DE AMEAÇA PRATICADO NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR. PLEITO ABSOLUTÓRIO POR ATIPICIDADE DA CONDUTA E INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. IMPROCEDÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1 ¿ Uma vez evidenciado do conjunto probatório que o acusado, por meio de palavras e ações, incutiu temor real e intenso na vítima ao

ponto dela se sentir seriamente ameaçada, não há que se falar em atipicidade da conduta do crime de ameaça. 2 ¿ Resta claro que a conduta do apelante, com base nos elementos fático-probatórios presentes nos autos, tinha como fim intimidar a vítima, e causar-lhe medo, não havendo de se falar em ausência de dolo. 3 ¿ Diante das declarações da vítima, que foram corroboradas por provas testemunhais, resta incabível acolher-se o pleito de absolvição do crime de ameaça por suposta insuficiência probatória. 4 ¿ RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: 219206 COMARCA: BELÉM DATA DE JULGAMENTO: -- PROCESSO: 00044943820198140401 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RONALDO MARQUES VALLE CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:CLEISON SERGIO SILVA DOS SANTOS Representante(s): LARISSA DE ALMEIDA BELTRAO ROSAS (DEFENSOR) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA PROCURADOR(A) DE JUSTICA:SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA EMENTA: . EMENTA APELAÇÃO CRIMINAL. LESÃO CORPORAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. SENTENÇA CONDENATÓRIA. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. DEPOIMENTO DA VÍTIMA. AUTORIA COMPROVADA POR OUTRAS PROVAS. EXCLUSÃO DA INDENIZAÇÃO FIXADA À TÍTULO DE DANOS MORAIS. DESCABIMENTO. PEDIDO EXPRESSO PARA REPARAÇÃO MÍNIMA DE DANOS MORAIS À VÍTIMA FEITA PELO REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO CONFORME MÍDIA ACOSTADA AOS AUTOS, INDEPENDENTE DE INSTRUÇÃO PROBATÓRIA. 1 - Inviável a absolvição se a materialidade e a autoria do crime de lesão corporal, praticado em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, encontram-se demonstradas pelo firme acervo probatório dos autos. 2 - Nos crimes praticados no âmbito familiar e doméstico, a palavra da vítima reveste-se de especial credibilidade, sobretudo quando narra os fatos de forma coerente e harmônica nas oportunidades em que é ouvida e suas declarações são corroboradas pelo laudo pericial. Precedentes. 3 - Não cabe a exclusão da indenização fixada na sentença, isto porque, ao lado de haver sido fixada em patamar justo quando considerada as circunstâncias do caso concreto, o representante do Ministério Público pugnou expressamente nos termos do art. 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, tanto na denúncia, quanto em sede de alegações finais, reparação mínima de danos morais à vítima, conforme mídia acostada aos autos, independente de instrução probatória. 4 -. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

A Ilustríssima Senhora MARIA DE LOURDES CARNEIRO LOBATO, Secretária de Gestão de Pessoas deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no uso de suas atribuições delegadas pela Portaria nº 5903/2019-GP. RESOLVE:

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01752. Belém, 18 de novembro de 2021.
Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-MEM-2019/21589- A, o servidor foi considerado apto.

Homologar o estágio probatório do servidor **CHARLES COSTA DE OLIVEIRA** matrícula nº 171174, Analista Judiciário- Estatístico.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01754. Belém, 18 de novembro de 2021.
Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-OFI-2019/03882 - A, o servidor foi considerado apto.

Homologar o estágio probatório do servidor **FELICIO MARTINHO NOBREGA FILHO** matrícula nº 171026, Analista Judiciario - Area Judiciaria .

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01755. Belém, 18 de novembro de 2021.
Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-REQ-2019/11930 - A, a servidora foi considerada apta.

Homologar o estágio probatório da servidora **FERNANDA PEREZ CARVALHO BARBOSA** matrícula nº 171115, Analista Judiciario - Area Judiciaria.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01756. Belém, 18 de novembro de 2021.
Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em

Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-MEM-2019/15578 - A, a servidora foi considerada apta.

Homologar o estágio probatório da servidora **FERNANDA DOS SANTOS OLIVEIRA DE SOUSA** matrícula nº 171034, Analista Judiciário- Area Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01757. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-MEM-2019/18469 - A, o servidor foi considerado apto.

Homologar o estágio probatório do servidor **LUCAS COELHO DE ALMEIDA** matrícula nº 171131, Analista Judiciário- Area Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01758. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-MEM-2019/19552 - A, a servidora foi considerada apta.

Homologar o estágio probatório da servidora **HERICA GONÇALVES SILVA** matrícula nº 171123, Analista Judiciário- Area Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01759. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-REQ-2019/08797 - A, a servidora foi considerada apta.

Homologar o estágio probatório da servidora **HEVELLYN MARINHO MACIEL LIMA,** matrícula nº 171310, Analista Judiciário - Area Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01760. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-MEM-2019/18868 - A, a servidora foi considerada apta.

Homologar o estágio probatório da servidora **VANESSA MARIANO ROCHA,** matrícula nº 171328, Analista Judiciário- Area Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01761. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-MEM-2019/20282- A, o servidor foi considerado apto.

Homologar o estágio probatório do servidor **ADNEY LUIS DE ANDRADE DE CASTRO,** matrícula nº 171727, Analista Judiciário- Area Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01762. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA- MEM-2019/25907 -A, a servidora foi considerada apta.

Homologar o estágio probatório da servidora **ALINE CRISTINA DO NASCIMENTO CHENE,** matrícula nº 171611, Analista Judiciário- Area Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01763. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA- OFI-2019/04013 -A, a servidora foi considerada apta.

Homologar o estágio probatório da servidora **ANA LUCIA AQUINO DA SILVA,** matrícula nº 171620, Auxiliar Judiciário.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01764. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-MEM-2019/21974- A, o servidor foi considerado apto.

Homologar o estágio probatório do servidor **BRUCE LEAL DO NASCIMENTO,** matrícula nº 171808, Analista Judiciário- Area Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01765. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA- MEM-2019/22176 -A, a servidora foi considerada apta.

Homologar o estágio probatório da servidora **CAROLINA ABREU SILVA,** matrícula nº 171689, Analista Judiciário- Area Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01766. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-MEM-2019/20359- A, o servidor foi considerado apto.

Homologar o estágio probatório do servidor **CESAR LIMA DAGUER,** matrícula nº 171425, Analista Judiciário - Fiscal de Arrecadação.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01767. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA- OFI-2019/04515 -A, a servidora foi considerada apta.

Homologar o estágio probatório da servidora **DANIELLE FABIANE ABREU PONTES,** matrícula nº 171514, Analista Judiciário - Area Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01768. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-MEM-2019/20801- A, o servidor foi considerado apto.

Homologar o estágio probatório do servidor **DERECK LUAN VIANA DE VASCONCELOS,** matrícula nº 171450 , Analista Judiciário - Area Judiciária .

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01770. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-MEM-2019/20091- A, o servidor foi considerado apto.

Homologar o estágio probatório do servidor **EDMAR CARNEIRO RIBEIRO,** matrícula nº 171522, Auxiliar Judiciário.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01771. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-MEM-2019/48052 -A, a servidora foi considerada apta.

Homologar o estágio probatório da servidora **FERNANDA AGUIAR FONSECA,** matrícula nº 171433, Analista Judiciário - Area Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01773. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-MEM-2019/21970- A, o servidor foi considerado apto.

Homologar o estágio probatório do servidor **FRANCISCO CICERO DO AMARAL NETO,** matrícula nº 171671, Analista Judiciário - Area Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01774. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-MEM-2019/21556- A, o servidor foi considerado apto.

Homologar o estágio probatório do servidor **FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA SILVA,** matrícula nº 171921, Analista Judiciário - Area Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01775. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-MEM-2019/20621 -A, a servidora foi considerada apta.

Homologar o estágio probatório da servidora **GLEICY RIBEIRO PALHETA,** matrícula nº 171816, Auxiliar Judiciário.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01776. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-OFI-2019/04158 -A, a servidora foi considerada apta.

Homologar o estágio probatório da servidora **GLEYCE KELLY SOUZA DA SILVA,** matrícula nº 171760, Analista Judiciário - Area Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01778. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-MEM-2019/23039- A, o servidor foi considerado apto.

Homologar o estágio probatório do servidor **JEFFERSON DIVINO SOARES,** matrícula nº 171590, Analista Judiciário - Area Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01779. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-ANE-2019/00696- A, o servidor foi considerado apto.

Homologar o estágio probatório do servidor **JOAO PAULO PIMENTA DE AGUIAR,** matrícula nº 171905, Auxiliar Judiciário.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01780. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-MEM-2019/12120 -A, a servidora foi considerada apta.

Homologar o estágio probatório da servidora **LUCIANA MARIA SANTOS MOURA ASSAD,** matrícula nº 171395, Analista Judiciário - Pedagogia.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01781. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-MEM-2019/20018 -A, a servidora foi considerada apta.

Homologar o estágio probatório da servidora **LUIZELENA CUNHA CASTRO,** matrícula nº 171581, Analista Judiciário- Area Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01783. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-MEM-2019/23293 -A, a servidora foi considerada apta.

Homologar o estágio probatório da servidora **RITA DE CASSIA CASTRO SANTOS,** matrícula nº 171531, Oficial de Justiça Avaliador.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01784. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-MEM-2019/17912 -A, a servidora foi considerada apta.

Homologar o estágio probatório da servidora **RONEISY CRISTINA MELO DA SILVA,** matrícula nº 171476, Auxiliar Judiciário.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01786. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-MEM-2019/20195- A, o servidor foi considerado apto.

Homologar o estágio probatório do servidor **YURI IKEDA FONSECA,** matrícula nº 171930, Analista Judiciário - Area Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01791. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-MEM-2019/20404 -A, a servidora foi considerada apta.

Homologar o estágio probatório da servidora **JOSIANE DAS NEVES SILVA,** matrícula nº 171751, Analista Judiciário - Area Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01792. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-OFI-2019/09963- B, o servidor foi considerado apto.

Homologar o estágio probatório do servidor **FLAVIO ALEXANDRE DE CARVALHO SOUSA,** matrícula nº 171778, Analista Judiciário - Area Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01794. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-MEM-2019/23034- A, o servidor foi considerado apto.

Homologar o estágio probatório do servidor **FRANCISCO BRENDO NAZARE CARVALHO,** matrícula nº 171697, Analista Judiciário - Area Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01795. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-MEM-2019/19633- A, o servidor foi considerado apto.

Homologar o estágio probatório do servidor **MARLO RICARDO COSTA DANTAS,** matrícula nº 171743, Analista Judiciário - Area Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01796. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-OFI-2019/11137- A, o servidor foi considerado apto.

Homologar o estágio probatório do servidor **HECIO ALVES DOS REIS RAMOS,** matrícula nº 171859, Analista Judiciário - Area Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01798. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-MEM-2019/21551 -A, a servidora foi considerada apta.

Homologar o estágio probatório da servidora **TALITA VAZ ARAUJO,** matrícula nº 171891, Analista Judiciário - Area Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01799. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-OFI-2019/04516 -A, a servidora foi considerada apta.

Homologar o estágio probatório da servidora **EMILLYN BARBARA DE ASSUNÇAO PANTOJA,** matrícula nº 171867, Analista Judiciário - Area Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01800. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-OFI-2019/04447- A, o servidor foi considerado apto.

Homologar o estágio probatório do servidor **MURILLO AUGUSTO DA SILVA LIMA,** matrícula nº 172022, Auxiliar Judiciário.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01801. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-MEM-2019/39111- A, o servidor foi considerado apto.

Homologar o estágio probatório do servidor **CARLOS HENRIQUE CARVALHO GOMES,** matrícula nº 171999, Auxiliar Judiciário.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01803. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-REQ-2019/07254- A, o servidor foi considerado apto.

Homologar o estágio probatório do servidor **JULIO CESAR DE SOUZA,** matrícula nº 171841, Analista Judiciário - Area Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01804. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-REQ-2019/09119 -A, a servidora foi considerada apta.

Homologar o estágio probatório da servidora **MARYSSUZ MACENO RIOS,** matrícula nº 172006, Analista Judiciário - Area Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01806. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-MEM-2019/20350 -A, a servidora foi considerada apta.

Homologar o estágio probatório da servidora **MICHELINE SAMPAIO DE OLIVEIRA,** matrícula nº 171824, Analista Judiciário - Fiscal de Arrecadação.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01807. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-OFI-2019/10568- A, o servidor foi considerado apto.

Homologar o estágio probatório do servidor **HALLMAN CIRILO DE ARAUJO,** matrícula nº 171964, Analista Judiciário - Area Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01808. Belém, 18 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-MEM-2019/26065- A, o servidor foi considerado apto.

Homologar o estágio probatório do servidor **IGOR ALCOLUMBRE PINTO,** matrícula nº 171981, Analista Judiciário - Engenharia do Trabalho.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01824. Belém, 19 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-ANE-2017/00298- A, o servidor foi considerado apto.

Homologar o estágio probatório do servidor **JAIRO RICARDO SILVA,** matrícula nº 144703, Auxiliar Judiciário.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01825. Belém, 19 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-REQ-2019/13062- A, o servidor foi considerado apto.

Homologar o estágio probatório do servidor **JOSE RAIMUNDO PRAZERES DOS SANTOS ROCHA,** matrícula nº 161721, Auxiliar Judiciário.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01827. Belém, 19 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-OFI-2018/09519- A, o servidor foi considerado apto.

Homologar o estágio probatório do servidor **WELDER TIAGO SANTOS FEITOSA,** matrícula nº 162957, Oficial de Justiça Avaliador.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01828. Belém, 19 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-MEM-2019/06365 -A, a servidora foi considerada apta.

Homologar o estágio probatório da servidora **DIANA IRENE MOURA TAKETOMI,** matrícula nº 168904, Oficial de Justiça Avaliador.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01829. Belém, 19 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-MEM-2019/13529- A, o servidor foi considerado apto.

Homologar o estágio probatório do servidor **VALMIR VICTOR DE CARVALHO ROSA,** matrícula nº 170143, Auxiliar Judiciário.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01830. Belém, 19 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-REQ-2019/06922- A, o servidor foi considerado apto.

Homologar o estágio probatório do servidor **CLAUDIO SARAIVA LOPES,** matrícula nº 170577, Auxiliar Judiciário.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01831. Belém, 19 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no Art. 32 da Lei 5.810/94 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará;

Considerando o inteiro teor da Resolução nº 002/2010-GP - Avaliação de Desempenho de Servidores em Estágio Probatório deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, constante do processo PA-MEM-2019/09643- A, o servidor foi considerado apto.

Homologar o estágio probatório do servidor **PAULO ROBERTO RAMOS MOREIRA,** matrícula nº 170453, Auxiliar Judiciário.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01749. Belém, 18 de Novembro de 2021.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2021/40419-A;

Conceder progressão horizontal para a referência 04 da classe A, na data de 21 de outubro de 2021, com efeitos financeiros no mês da publicação, à servidora MAGDA ROSANNE LEITE DE

LACERDA, matrícula 124109, ocupante do cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01750. Belém, 18 de Novembro de 2021.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2021/38831-A;

Conceder progressão horizontal para a referência 02 da classe A, na data de 10 de outubro de 2021, com efeitos financeiros no mês da publicação, ao servidor **DIOGO RAFAEL DINIZ BASTOS LIMA** , matrícula 161292, ocupante do cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01751. Belém, 18 de Novembro de 2021.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2021/36270-A;

Conceder progressão horizontal para a referência 07 da classe B, na data de 29 de agosto de 2020, com efeitos financeiros no mês da publicação, ao servidor **EDSON MANOEL BEZERRA**, matrícula 29734, ocupante do cargo de Auxiliar Judiciário.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01753. Belém, 18 de Novembro de 2021.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2021/36440-A;

Conceder progressão horizontal para a referência 07 da classe B, na data de 08 de abril de 2021, com efeitos financeiros no mês da publicação, à servidora **ANA PAULA NEVES SOBRINHO**, matrícula 44470, ocupante do cargo de Analista Judiciário.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01769. Belém, 18 de Novembro de 2021.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação

Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2021/35928-A;

Conceder progressão vertical para a referência 11 da classe C, na data de 29 de agosto de 2021, com efeitos financeiros no mês da publicação, ao servidor **LUIZ FERNANDO MONTEIRO SENA** , matrícula 23531, ocupante do cargo de Analista Judiciário.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01772. Belém, 18 de Novembro de 2021.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2021/40048-A;

Conceder progressão horizontal para a referência 07 da classe B, na data de 27 de outubro de 2021, com efeitos financeiros no mês da publicação, ao servidor **MARIO FERNANDO BRONZE**, matrícula 40339, ocupante do cargo de Analista Judiciário.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01776. Belém, 18 de Novembro de 2021.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2021/41561-A;

Conceder progressão horizontal para a referência 04 da classe A, na data de 21 de outubro de 2021, com efeitos financeiros no mês da publicação, ao servidor **MAURO DA CUNHA ARAUJO**, matrícula 123960, ocupante do cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01782. Belém, 18 de Novembro de 2021.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2021/29549-A;

Conceder progressão horizontal para a referência 02 da classe A, na data de 28 de junho de 2020, com efeitos financeiros no mês da publicação, à servidora **ELLEN MARIA CAMPOS DA SILVA LEITE** , matrícula 150746, ocupante do cargo de Oficial de Justiça Avaliador.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01785. Belém, 18 de Novembro de 2021.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2021/41639-A;

Conceder progressão horizontal para a referência 05 da classe A, na data de 18 de agosto de 2021, com efeitos financeiros no mês da publicação, ao servidor **BRUNEY NASCIMENTO REIS**, matrícula 86207, ocupante do cargo de Analista Judiciário- Área Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01787. Belém, 18 de Novembro de 2021.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-REQ-2021/11861-A;

Conceder progressão horizontal para a referência 07 da classe B, na data de 01 de novembro de 2021, à servidora **ILDILENE LEAL DE AZEVEDO**, matrícula 58440, ocupante do cargo de Analista Judiciário-Pedagogia.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01788. Belém, 18 de Novembro de 2021.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-OFI-2021/05712-A;

Conceder progressão horizontal para a referência 02 da classe A, na data de 06 de novembro de 2021, à servidora **SELMA DO SOCORRO FERREIRA DA GAMA**, matrícula 161969, ocupante do cargo de Auxiliar Judiciário.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01789. Belém, 18 de Novembro de 2021.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2021/42005-A;

Conceder progressão horizontal para a referência 03 da classe A, na data de 30 de outubro de 2021, com efeitos financeiros no mês da publicação, ao servidor **MARCELO PASSOS CALANDRINI FERNANDES** , matrícula 170917, ocupante do cargo de Analista Judiciário- Engenharia Civil.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01790. Belém, 18 de Novembro de 2021.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2021/43796-A;

Conceder progressão horizontal para a referência 02 da classe A, na data de 06 de novembro de 2021, à servidora **WELLEN PIMENTEL FONTES DE OLIVEIRA**, matrícula 161799, ocupante do cargo de Analista Judiciário- Pedagogia.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01793. Belém, 18 de Novembro de 2021.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2021/42438-A;

Conceder progressão horizontal para a referência 05 da classe A, na data de 21 de novembro de 2021, à servidora **CELICE DE SOUSA RODRIGUES**, matrícula 96164, ocupante do cargo de Analista Judiciário- Área Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01797. Belém, 18 de Novembro de 2021.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2021/42126-A;

Conceder progressão horizontal para a referência 04 da classe A, na data de 21 de novembro de 2020, com efeitos financeiros no mês da publicação, à servidora **VINOLIA COSTA VIEIRA**, matrícula 101516, ocupante do cargo de Analista Judiciário- Serviço Social.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01802. Belém, 18 de Novembro de 2021.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2021/37660-A;

Conceder progressão vertical para a referência 06 da classe B, na data de 08 de outubro de 2021, com efeitos financeiros no mês da publicação, ao servidor **DAVID DA CRUZ GOMES**, matrícula 65056, ocupante do cargo de Auxiliar Judiciário- Área Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01805. Belém, 18 de Novembro de 2021.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2021/38427-A;

Conceder progressão horizontal para a referência 07 da classe B, na data de 29 de agosto de 2020, com efeitos financeiros no mês da publicação, ao servidor **RIXARD ELLERES FERNANDES**, matrícula 41860, ocupante do cargo de Oficial de Justiça Avaliador.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01809. Belém, 18 de Novembro de 2021.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2021/32077-A;

Conceder progressão horizontal para a referência 11 da classe C, na data de 29 de agosto de 2021, com efeitos financeiros no mês da publicação, à servidora **MARIA ALDECINA RODRIGUES MARQUES** , matrícula 20621, ocupante do cargo de Atendente Judiciário.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01811. Belém, 19 de Novembro de 2021.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2021/42143-A;

Conceder progressão horizontal para a referência 07 da classe B, na data de 01 de novembro de 2021, ao servidor **LAERCIO LOPES PINTO**, matrícula 58726, ocupante do cargo de Analista Judiciário-Pedagogia.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01812. Belém, 19 de Novembro de 2021.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2021/42278-A;

Conceder progressão horizontal para a referência 07 da classe B, na data de 29 de agosto de 2020, com efeitos financeiros no mês da publicação, à servidora **JOSEANE NAZARE LEAO NEVES**, matrícula 45220, ocupante do cargo de Analista Judiciário.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01813. Belém, 19 de Novembro de 2021.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2021/41404-A;

Conceder progressão horizontal para a referência 07 da classe B, na data de 14 de junho de 2021, com efeitos financeiros no mês da publicação, à servidora **MARILIA PIMENTEL TORK**, matrícula 55441, ocupante do cargo de Analista Judiciário.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01814. Belém, 19 de Novembro de 2021.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2021/40709-A;

Conceder progressão horizontal para a referência 03 da classe A, na data de 22 de outubro de 2021, com efeitos financeiros no mês da publicação, à servidora **KATIA CRISTINA OLIVEIRA CARVALHAL** , matrícula 146501, ocupante do cargo de Auxiliar Judiciário.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01815. Belém, 19 de Novembro de 2021.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2021/40232-A;

Conceder progressão horizontal para a referência 05 da classe A, na data de 21 de novembro de 2021, à servidora **ANA PATRICIA FERREIRA RAMEIRO**, matrícula 96156, ocupante do cargo de Analista Judiciário- Serviço Social.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01816. Belém, 19 de Novembro de 2021.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2021/40707-A;

Conceder progressão horizontal para a referência 07 da classe B, na data de 18 de outubro de 2021, com efeitos financeiros no mês da publicação, à servidora **ELIANA SILVA DE SOUZA**, matrícula 58319, ocupante do cargo de Analista Judiciário.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01817. Belém, 19 de Novembro de 2021.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-REQ-2021/12382-A;

Conceder progressão horizontal para a referência 07 da classe B, na data de 01 de novembro de 2021, ao servidor **EVERALDO PAMPLONA BARROSO**, matrícula 58599, ocupante do cargo de Atendente Judiciário- Área Administrativa.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01818. Belém, 19 de Novembro de 2021.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2021/40477-A;

Conceder progressão horizontal para a referência 05 da classe A, na data de 28 de agosto de 2021, com efeitos financeiros no mês da publicação, ao servidor **PAULO SERGIO SILVA DOS SANTOS**, matrícula 20065, ocupante do cargo de Analista Judiciário.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01819 . Belém, 19 de Novembro de 2021.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2021/41510-A;

Conceder progressão horizontal para a referência 04 da classe A, na data de 09 de maio de 2021, com efeitos financeiros no mês da publicação, ao servidor **RINALDO MONTEIRO FREIRE**, matrícula 117242, ocupante do cargo de Oficial de Justiça Avaliador.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01820. Belém, 19 de Novembro de 2021.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2021/40629-A;

Conceder progressão horizontal para a referência 05 da classe A, na data de 08 de setembro de 2021, com efeitos financeiros no mês da publicação, ao servidor **IGOR FERREIRA MACHADO**, matrícula 94587, ocupante do cargo de Oficial de Justiça Avaliador.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01821. Belém, 19 de Novembro de 2021.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2021/35761-A;

Conceder progressão horizontal para a referência 04 da classe A, na data de 26 de agosto de 2021, com efeitos financeiros no mês da publicação, à servidora **LUCIANE DA SILVA COSTA**, matrícula 121665, ocupante do cargo de Analista Judiciário- Área Judiciária.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01822. Belém, 19 de Novembro de 2021.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2021/41077-A;

Conceder progressão horizontal para a referência 05 da classe A, na data de 21 de novembro de 2021, ao servidor **ARMANDO ALGARANHAR GONCALVES**, matrícula 96024, ocupante do cargo de Oficial de Justiça Avaliador.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01823. Belém, 19 de Novembro de 2021.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2021/40969-A;

Conceder progressão horizontal para a referência 02 da classe A, na data de 06 de novembro de 2021, à servidora **AIMEE DE SOUZA PAZ**, matrícula 162175, ocupante do cargo de Auxiliar Judiciário.

PORTARIA Nº PA-PGP-2021/01826. Belém, 19 de Novembro de 2021.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho, conforme Processo nº PA-MEM-2021/17019-A;

Conceder progressão horizontal para a referência 02 da classe A, na data de 02 de maio de 2020, com efeitos financeiros no mês da publicação, à servidora **ERIKA ASSIS DE ALBUQUERQUE**, matrícula 150096, ocupante do cargo de Auxiliar Judiciário.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

AVISO Nº 222/2021-CGA

A Coordenadoria Geral de Arrecadação - CGA - AVISA o cancelamento dos selos de segurança abaixo descritos, requerido pelo Cartório do Único Ofício de Irituia, da Comarca de Irituia .

PA-EXT-2021/06542.

TIPO DE SELO	NUMERAÇÃO	SÉRIE
ATO GERAL	000.207.697 até 000.207.698	I

Belém, 22/11/2021

Arthur Conrado de Melo Neto

Coordenador Geral de Arrecadação

AVISO Nº 223/2021-CGA.

A Coordenadoria Geral de Arrecadação - CGA - AVISA o cancelamento dos selos de segurança abaixo descritos, requerido pelo Cartório do Único Ofício de Santa Maria das Barreiras, da Comarca de Conceição do Araguaia.

PA-EXT-2021/06613.

TIPO DE SELO	NUMERAÇÃO	SÉRIE
AUTENTICAÇÃO	001.283.451 até 001.283.700	I

Belém, 22/11/2021

Arthur Conrado de Melo Neto

Coordenador Geral de Arrecadação

FÓRUM CÍVEL

UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 1 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL

RESENHA: 18/11/2021 A 18/11/2021 - SECRETARIA 1ª UPJ VARAS CIVEL,EMPRES,ORFÃO,INTERDITO, AUSENTE,RESIDUO,ACID DO TRABALHO,REG PUBLICO - VARA: 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00002392220148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 AUTOR:ACACIO OLIVEIRA DE MACEDO Representante(s): OAB 19503-A - ACACIO OLIVEIRA DE MACEDO JUNIOR (ADVOGADO) REU:FIT SPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Representante(s): OAB 21313 - GUSTAVO DE CARVALHO AMAZONAS COTTA (ADVOGADO) OAB 22237-A - RODRIGO MATTAR COSTA ALVES DA SILVA (ADVOGADO) REU:CONSTRUTORA TENDA SA Representante(s): OAB 21313 - GUSTAVO DE CARVALHO AMAZONAS COTTA (ADVOGADO) OAB 22237-A - RODRIGO MATTAR COSTA ALVES DA SILVA (ADVOGADO) . Processo nÂº. 0000239-22.2014.8.14.0301. HOMOLOGAÃÃO DE ACORDO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO INDENIZATÃRIA, ajuizada por ACACIO OLIVEIRA DE MACEDO em face de CONSTRUTORA TENDA S/A e FIT 10 SPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÃRIOS, em que as partes, antes da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a, informaram a realizaÃ§Ã£o de acordo e requereram a sua homologaÃ§Ã£o, conforme se vÃª na petiÃ§Ã£o de fls. 202/205 (protocolo 2021.00845885-68) e na comprovaÃ§Ã£o do pagamento, em fls. 206/207. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â o RelatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que diz respeito Ã matÃ©ria sub judice, entendo que a homologaÃ§Ã£o de um acerto ajustado extrajudicialmente depende, por coerÃªncia, primeiramente, da expressa anuÃªncia das partes, que antes litigavam, a todas as clÃ¡usulas discutidas; bem como, desde que tal composiÃ§Ã£o se faÃ§a sob o acompanhamento de seus respectivos causÃ-dicos ou, mesmo, por meio unicamente destes Ãºltimos profissionais, uma vez constituÃ-dos com o poder especial para tanto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dispõe o caput do artigo 200, do CÃ³digo de Processo Civil: Â¿Art. 200. Os atos das partes consistentes em declaraÃ§Ãµes unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituiÃ§Ã£o, modificaÃ§Ã£o ou extinÃ§Ã£o de direitos processuaisÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os artigos 840 e seguintes do CÃ³digo Civil estabelecem: Art. 840. Ã lÃ-cito aos interessados prevenirem ou terminarem o litÃ-gio mediante concessÃµes mÃºtuas. Art. 841. SÃ³ quanto a direitos patrimoniais de carÃ¡ter privado se permite a transaÃ§Ã£o. Art. 842. A transaÃ§Ã£o far-se-Ã¡ por escritura pÃºblica, nas obrigaÃ§Ãµes em que a lei o exige, ou por instrumento particular, nas em que ela o admite; se recair sobre direitos contestados em juÃ-zo, serÃ¡ feita por escritura pÃºblica, ou por termo nos autos, assinado pelos transigentes e homologado pelo juiz. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, verifico que os transigentes sÃ£o pessoas capazes, estÃ£o devidamente representadas por seus advogados com poderes para transigir e o objeto sobre o qual transacionam Ã© lÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, encontrando-se o acordo firmado em consonÃ¢ncia com as exigÃªncias normativas, nada obsta a sua homologaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, HOMOLOGO A TRANSAÃÃO CELEBRADA ENTRE AS PARTES, ACACIO OLIVEIRA DE MACEDO, CONSTRUTORA TENDA S/A e FIT 10 SPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÃRIOS, consubstanciada na manifestaÃ§Ã£o de vontade constante da petiÃ§Ã£o de fls. 202/205 (protocolo 2021.00845885-68) para que produza todos os seus efeitos legais e jurÃ-dicos, com base nos arts. 200 do CPC e arts. 840 e ss do CÃ³digo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â HonorÃ¡rios advocatÃ-cios e custas deverÃ£o ser arcados por cada parte em relaÃ§Ã£o aos seus respectivos advogados, na forma acordada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS JuÃ-za de Direito Titular 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00029990720158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Restauração de Autos Cível em: 18/11/2021 AUTOR:CONCEIÇÃO APARECIDA LINS PINHEIRO REPRESENTANTE:MARIA DA GRAÇA SOUZA LINS Representante(s): OAB 17241 - AUGUSTO CEZAR LINS BENTES MENDONCA DE VASCONCELOS (ADVOGADO) REU:WALTER DE CRISTO MIRANDA. Processo 0002999-07.2015.8.14.0301 DECISÃO 1-}Â Â Â Â Â Diante da petiÃ§Ã£o fls. 85/87, intime-se, pessoalmente, a parte autora, para que, em 30 (trinta) dias, regularize a sua representaÃ§Ã£o nos presentes autos, considerando a renÃºncia dos patronos e o fato de nada mais ter sido promovido no feito. Â Â Â Â Â 2 - Cumpridas as diligÃªncias ou expirado o prazo, neste caso devidamente certificado, conclusos. BelÃ©m,

08 de novembro de 2021. ROSANA LÃCIA DE CANELAS BASTOS JuÃ-za de Direito Titular 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00096099320128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 REU:BV FINANCEIRA S/A Representante(s): OAB 38534 - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) OAB 12306 - ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA GOMES (ADVOGADO) OAB 15458 - THIAGO NONATO SILVA VARGAS (ADVOGADO) AUTOR:ELITE SERVICOS DE SISTEMAS ELETRONICOS INTEGRADOS LTDA Representante(s): OAB 10746 - CRISTIANO REBELO ROLIM (ADVOGADO) OAB 9973-B - TATIANA DE PAULA PAES MAUES (ADVOGADO) OAB 11655 - RENATA HACHEM FRANCO MUNIZ CORDEIRO (ADVOGADO) . Processo: 0009609-93.2012.8.14.0301 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C PEDIDO DE LIMINAR, ajuizada por ELITE SERVIÃOS DE SISTEMAS ELETRÃNICOS INTEGRADOS LTDA., devidamente qualificada, em face de BV FINANCEIRA S/A, tambÃ©m qualificada e representada por advogado. 1. RELATÃRIO Â Â Â Â Â Â Com a inicial Â¿ fls. 03/10, vieram os documentos de fls. 11/53, onde a parte autora relata ter firmado, com a requerida, convÃªnio para concessÃ£o de crÃ©dito mediante consignaÃ§Ã£o em folha de pagamento de seus empregados no ano de 2009. Que a partir do ano de 2011, a demandada BV FINACEIRA passou a causar transtornos, uma vez que tornou-se corriqueira a necessidade de corrigir inconsistÃªncia nas cobranÃ§as efetuadas, sendo constante a necessidade de contato para emissÃ£o de boletos com valores corrigidos, no que tange aos repasses de valores efetuados pela autora. Â Â Â Â Â Â Que a autora necessitou ingressar com aÃ§Ã£o de consignaÃ§Ã£o em pagamento - processo 0000442-52.2012.8.14.0301, para efetuar os repasses referente aos meses de novembro e dezembro de 2011, pelo que ingressou com o presente feito, no qual requer a concessÃ£o de liminar, desobrigando-a de efetuar os repasses, referente aos emprÃ©stimos consignados e determinando que a requerida se abstenha de enviar-lhe boletos para pagamento, destinando estes aos funcionÃ¡rios devedores. No mÃ©rito pede a confirmaÃ§Ã£o da liminar e a rescisÃ£o do contrato objeto desta lide. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O juÃ-zo determinou a citaÃ§Ã£o da requerida, para posterior anÃ¡lise da liminar - fl. 54. A requerida BV FINANCEIRA S/A, apresentou contestaÃ§Ã£o Â¿ fls. 70/75, na qual afirma que a autora estava ciente de todas as condiÃ§Ãµes contratuais e que apenas tenta eximir-se das obrigaÃ§Ãµes pactuadas. Que, uma vez que o contrato fosse rescindido, passando a cobranÃ§a a ser feita por boletos, expedidos e endereÃ§ados diretamente aos devedores, tal mudanÃ§a acarretaria alteraÃ§Ã£o na modalidade de emprÃ©stimo. Finalizou afirmando a legalidade do contrato e pedindo a improcedÃªncia da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â A parte autora apresentou rÃ©plica Â¿ fls. 81/84, mantendo os argumentos da inicial, e afirmando que as inconsistÃªncia nas cobranÃ§as, apontadas na inicial, nÃ£o foram combatidas pela demandada e que sÃ£o a causa do pedido objeto desta aÃ§Ã£o. A demandada apresentou memoriais - fls. 91/95, reafirmando o arguido em contestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Ã o necessÃ¡rio relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Decido. 2.}Â Â Â Â Â FUNDAMENTAÃÃO Â Â Â Â Â Â JULGAMENTO ANTECIPADO Â Â Â Â Â Â O art. 355 do NCPC estabelece a oportunidade processual para o julgamento antecipado da lide, com prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a de mÃ©rito, quando nÃ£o houver necessidade de produzir outras provas (que Ã© o caso dos autos). Desta forma, ao considerar os fatos que sÃ£o objeto de anÃ¡lise, as argumentaÃ§Ãµes jurÃ-dicas invocadas pelas partes e os documentos lanÃ§ados nos autos, antevejo a desnecessidade de dilaÃ§Ã£o probatÃ³ria. Â Â Â Â Â Â RESCISÃO CONTRATUAL Â Â Â Â Â Â O contrato Ã© um negÃ³cio jurÃ-dico cuja finalidade Ã© gerar obrigaÃ§Ãµes entre as partes contratantes, e tem, como princÃ-pios fundamentais, a autonomia das vontades, a supremacia da ordem pÃºblica e a obrigatoriedade. Â Â Â Â Â Uma vez que tem Â¿forÃ§a de leiÂ¿, para que ocorra a rescisÃ£o do contrato deverÃ¡ ser observada a ocorrÃªncia de algum evento que o viabilize, como o inadimplemento por culpa de um dos contratantes; a existÃªncia de dano causado pela contratante inadimplente Ã adimplente; e que exista nexo de causalidade entre o prejuÃ-zo de uma das partes, e o comportamento ilÃ-cito da outra. Â Â Â Â Â No caso e comento, aponta a parte autora que a demandada tem causado transtornos no desenvolvimento de suas atividades, ao enviar boletos de cobranÃ§a referente ao repasse de valores dos emprÃ©stimos consignados realizados, de valor superior ao realmente devido. Compulsando os autos, vemos que os erros referem-se a cobranÃ§a sobre salÃ¡rios de funcionÃ¡rios que estariam em gozo de fÃ©rias ou jÃ¡ demitidos, e cujo desligamentos foram devidamente informados para a requerida. Â Â Â Â Â Em fl. 21-V, dos autos, observamos o item 4.5 do contrato celebrado entre os litigante, o qual clarifica a possibilidade de rescisÃ£o do mesmo, desde que informado com 10 (dez) dias de antecedÃªncia, como requer a parte autora. No mesmo dispositivo, entretanto, consta a informaÃ§Ã£o de que, havendo a rescisÃ£o do contrato, esta nÃ£o atinge as operaÃ§Ãµes vigentes, Â¿cujas condiÃ§Ãµes pactuadas serÃ£o observadas atÃ© a sua liquidaÃ§Ã£o finalÂ¿. Â Â Â Â Â Ã de se concluir que a autora estÃ¡ requerendo o cumprimento de parte do instrumento contratual, sem a observaÃ§Ã£o de outra, uma vez que pede que as cobranÃ§as referentes aos

emprÃ©stimos consignado sejam feitas diretamente aos seus funcionÃ¡rios, e nÃ£o mais descontados em folha de pagamento. Â Â Â Â Â Segundo o princÃ-pio pacta sunt servanda,Â os contratos celebrados devem ser respeitados e cumpridos integralmente, uma vez que foi firmado por iniciativa e autonomia das partes. Como poucas coisas sÃ£o absolutas em nosso ordenamento jurÃ-dico, a rebus sic stantibus, ressalta que deve ser respeitada a manutenÃ§Ã£o do contrato, desde que mantidas as mesmas condiÃ§Ãµes do momento da sua elaboraÃ§Ã£o e assinatura, a fim de se manter o equilÃ-brio contratual. O nosso cÃ³digo civil assim observa: Â Â Â Â Â Art. 317. Quando, por motivos imprevisÃ-veis, sobrevier desproporÃ§Ã£o manifesta entre o valor da prestaÃ§Ã£o devida e o do momento de sua execuÃ§Ã£o, poderÃ¡ o juiz corrigi-lo, a pedido da parte, de modo que assegure, quanto possÃ-vel, o valor real da prestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Art. 422. Os contratantes sÃ£o obrigados a guardar, assim na conclusÃ£o do contrato, como em sua execuÃ§Ã£o, os princÃ-pios de probidade e boa-fÃ©. Â Â Â Â Â NÃ£o Ã© o que se observa no caso em comento, uma vez que as inconsistÃªncias, embora recorrentes, tem sido reparadas pela demandada e, as que nÃ£o foram reconhecidas, tiveram amparo do judiciÃ¡rio e, ainda que avalizem o pedido de rescisÃ£o, nÃ£o sÃ£o suficientes para invalidar a forma de cobranÃ§as dos emprÃ©stimos jÃ¡ realizados. 3. DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE procedente o pedido para: Â Â Â Â Â Â a) DECLARAR RESCINDIDO o contrato de CONVÃNIO PARA CONCESSÃO DE CRÃDITO MEDIANTE CONSIGNAÃÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO, celebrado entre ELITE SERVIÃOS DE SISTEMAS ELETRÃNICOS INTEGRADOS LTDA. e BV FINANCEIRA S/A. Â Â Â Â Â Â b) DETERMINAR que as operaÃ§Ãµes de emprÃ©stimos consignados jÃ¡ realizadas tenham sua cobranÃ§a efetuada na forma pactuada. Excetuando-se os casos de empregados que nÃ£o mais faÃ§am parte do quadro da empresa. Â Â Â Â Â Â c) Considerando a sucumbÃªncia recÃ-proca (artigo 86 do NCPC), condeno as partes, na proporÃ§Ã£o de 50% (cinquenta por cento) para cada uma, ao pagamento das custas e despesas processuais e de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Por conseguinte, extingo o processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito (art. 487, I do NCPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. ROSANA LÃCIA DE CANELAS BASTOS Juiz de Direito titular 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00116888220098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910261037 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 18/11/2021 EXECUTADO:VANGEL VASCONCELOS PINTO Representante(s): OAB 14062 - FRANCISCO BORGES DOS SANTOS QUARESMA NETO (ADVOGADO) EXEQUENTE:ASSOCIACAO DE POUPANCA E EMPRESTIMO POUPEX Representante(s): OAB 2173 - MARIA APARECIDA VIDIGAL DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 10812 - MAX AGUIAR JARDIM (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JuÃ-zo da 1Âª Vara CÃ-vel da Comarca da BelÃ©m Processo nº 0011688-82.2009.8.14.0301 AÃÃO DE EXECUÃÃO Requerente: ASSOCIAÃÃO DE POUPANÃA E EMPRÃSTIMO - POUPEX Preposto: FABIO LUIS FIGUEIREDO FLORINDO MOREIRA (RG 727377) Advogado: MAX AGUIAR JARDIM (OAB/PA 10812) RÃ©u: VANGEL VASCONCELOS PINTO (AUSENTE) Advogado: AUSENTE JuÃ-za: DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Data: 12/11/2021 Hora: 09h00 TERMO DE AUDIÃNCIA Ao dÃ©cimo segundo dia do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 9h, nesta cidade de BelÃ©m-ParÃ¡, na sala de audiÃªncia, na presenÃ§a da JuÃ-za de Direito, DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS. Efetuado o pregÃ£o, constatou-se a presenÃ§a da parte requerente acompanhado de seu advogado, ausente a parte rÃ©. Iniciada a audiÃªncia, restou infrutÃ-fera a tentativa de conciliaÃ§Ã£o em virtude da ausÃªncia da parte rÃ©. Juntado pela parte autora o cÃ¡lculo atualizado e discriminado da dÃ-vida. O advogado da parte exequente solicita pesquisa SISBAJUD, incluindo conta-salÃ¡rio do executado. DELIBERAÃÃO: 1) Acautelem-se os autos em gabinete para apreciaÃ§Ã£o do pedido 2) E nada mais dito e nem perguntado deu-se por encerrado este termo, onde eu, Thiago Alves Pinto, estagiÃ¡rio de direito, digitei e subscrevi. JUÃZA: REQUERENTE/ PREPOSTO: ADVOGADO: RÃU: AUSENTE ADVOGADO: AUSENTE PROCESSO: 00193891020108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010290124 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 18/11/2021 REU:EDITORA TRES Representante(s): MIGUEL AUGUSTO MACHADO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) CAMILA GATTOZZI HENRIQUE ALVES (ADVOGADO) CAMILA MACHADO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) AUTOR:SANDRA MARIA PEREIRA CORREA Representante(s): CELIA MARIA ABREU PEREIRA ANICETO (ADVOGADO) . Processo n. 0019389.10.2010.8.14.0301 Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de Cumprimento definitivo de sentenÃ§a proposta por SANDRA MARIA PEREIRA CORREA em face de EDITORA TRÃS LTDA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A EXEQUENTE POSTULA DESISTÃNCIA DA EXECUÃÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a desistÃªncia da aÃ§Ã£o e sendo desnecessÃ¡ria a anuÃªncia da parte contrÃ¡ria, consoante Â§4Âºdo art. 485 do CPC, cabe a este JuÃ-zo determinar a extinÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o e

arquivamento do processo, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, com fundamento no art. 485, VIII, do CÃ³digo de Processo Civil, que dispÃµe: Â¿Art. 485. O juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando: VIII -homologar a desistÃªncia da aÃ§Ã£oÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o resolvendo o mÃ©rito, convÃ©m ressaltar ainda o disposto no art. 486 do CPC: Â¿Art. 486. O pronunciamento judicial que nÃ£o resolve o mÃ©rito nÃ£o obsta a que a parte proponha de novo a aÃ§Ã£oÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, com fundamento no inciso VIII do artigo 485 do CÃ³digo de Processo Civil, HOMOLOGO a DESISTÃNCIA da aÃ§Ã£o e JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÃÃO DE SEU MÃRITO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Incabã-vel a condenaÃ§Ã£o em honorÃ¡rios advocatÃ-cios, tendo em vista que a parte contrÃ¡ria sequer chegou a ser citada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Caso seja requerido, autorizo o desentranhamento dos documentos juntados Ã inicial desde que as suas cÃ³pias, providenciadas pela parte Exequente, permaneÃ§am nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas pelo exequente/desistente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitada livremente em julgado, arquivem-se os autos, dando-se sua baixa no Sistema Libra e remetendo-o, em ocasiÃ£o oportuna, ao setor competente, observando-se as cautelas legais. BelÃ©m, 17 de Novembro de 2021. ROSANA LÃCIA DE CANELAS BASTOS JuÃ-za de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00218278020178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 18/11/2021 EXEQUENTE:BANCO SAFRA S A Representante(s): OAB 8525 - IVANILDO RODRIGUES DA GAMA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 14080 - PATRICIA KELLY DA SILVA BARRETO ROSARIO (ADVOGADO) EXECUTADO:A S COMERCIO LTDA Representante(s): OAB 14800 - RICARDO NASSER SEFER (ADVOGADO) OAB 20167 - RODRIGO COSTA LOBATO (ADVOGADO) EXECUTADO:SILVIA MARIA MORI BUENANO Representante(s): OAB 14800 - RICARDO NASSER SEFER (ADVOGADO) OAB 20167 - RODRIGO COSTA LOBATO (ADVOGADO) OAB 20739 - BRENDA LUANA VIANA RIBEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:ALBERTO JACOB SERRUYA Representante(s): OAB 14800 - RICARDO NASSER SEFER (ADVOGADO) OAB 20167 - RODRIGO COSTA LOBATO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JuÃ-zo da 1Âª Vara CÃ-vel da Comarca da BelÃ©m Processo nÂº 0021827-80.2017.8.14.0301 AÃÃO DE EXECUÃÃO REQUERENTE: BANCO SAFRA S.A. Preposta: THAIS PENIN TOMKEWITZ (OAB/PA 23731) Advogado: DIEGO DE ALMEIDA MAIA (OAB/PA 21540) RÃ©u: A.S COMERCIO LTDA. Preposto: AUSENTE RÃ©: SILVIA MARIA B HOYOS (AUSENTE) RÃ: ALBERTO JACOB SARRUYA (AUSENTE) ADVOGADO: AUSENTE JuÃ-za: DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Data: 12/11/2021 Hora:10h20. TERMO DE AUDIÃNCIA . Ao dÃ©cimo segundo dia do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 10h20, nesta cidade de BelÃ©m-ParÃ¡, na sala de audiÃªncia, na presenÃ§a da JuÃ-za de Direito, DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS. Efetuado o pregÃ£o, constatou-se a ausÃªncia das partes e de seus advogados. Iniciada a audiÃªncia, restou infrutÃ-fera a tentativa de conciliaÃ§Ã£o em virtude da ausÃªncia da parte rÃ©. DELIBERAÃÃO: 1) Aguardar manifestaÃ§Ã£o da parte interessada 2) E nada mais dito e nem perguntado deu-se por encerrado este termo, onde eu, Thiago Alves Pinto, estagiÃ¡rio de direito, digitei e subscrevi. JUÃZA: REQUERENTE/PREPOSTA: ADVOGADO: RÃU: AUSENTE ADVOGADO: AUSENTE PROCESSO: 00244562720178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 18/11/2021 REQUERENTE:BANCO DO ESTADO DO PARA SA Representante(s): OAB 9127 - MARIA ROSA DO SOCORRO LOURINHO DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:IVONE PORTO MEDEIROS SOMBRA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JuÃ-zo da 1Âª Vara CÃ-vel da Comarca da BelÃ©m Processo nÂº 0024456-27.2017.8.14.0301 AÃÃO DE EXECUÃÃO Requerente: BANCO DO ESTADO DO PARÃ-BANPARÃ Preposto: GUSTAVO ROBERTO AZEVEDO DE MACEDO (RG 4444453) Advogada: CRISTINA PIRES TEIXEIRA DE MIRANDA (OAB/PA 23032) RÃ©: IVONE PORTO MADEIROS SOMBRA (AUSENTE) DEFENSORA PÃBLICA: CLAUDINE RIBEIRO DE OLIVEIRA MARTINS BECKMAN (MatrÃ-cula: 5558917-5) JuÃ-za: DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Data: 12/11/2021 Hora: 09h40min. TERMO DE AUDIÃNCIA Ao dÃ©cimo segundo dia do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 09horas e 40 min, nesta cidade de BelÃ©m-ParÃ¡, na sala de audiÃªncia, na presenÃ§a da JuÃ-za de Direito, DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS. Efetuado o pregÃ£o, constatou-se a presenÃ§a da parte autora e de sua advogada, ausente a parte rÃ©. Iniciada a audiÃªncia, restou infrutÃ-fera a tentativa de conciliaÃ§Ã£o em virtude da ausÃªncia da parte rÃ©. A Exequente junta carta de preposiÃ§Ã£o e substabelecimento. A Exequente neste ato junta duas planilhas no dÃ©bito atualizadas, bem como proposta de acordo de pagamento a vista e proposta de pagamento parcelado, com honorÃ¡rios de 10% e custas processuais. DELIBERAÃÃO: 1) Manifeste-se a executada, no prazo de 05 dias, sobre a proposta apresentada pela exequente 2) E nada mais dito e nem perguntado deu-se por encerrado este termo, onde eu, Thiago Alves Pinto, estagiÃ¡rio de direito, digitei e subscrevi. JUÃZA:

REQUERENTE/PREPOSTO: ADVOGADA: RÃ: AUSENTE DEFENSORA PÃBLICA: AUSENTE PROCESSO: 00271154320168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 REQUERENTE:LUDNEY DE OLIVEIRA LIMA Representante(s): OAB 14245-A - THAISA CRISTINA CANTONI MANHAS (ADVOGADO) OAB 90323 - SABRINA BROGES (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA Representante(s): OAB 8770 - BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . DECISÃO Â Â Â Â Â Â 1. Diante dos pedidos de perÃ-cia - fls. 04 e 91/92, expeÃ§a-se ofÃ-cio ao CPC Renato Chaves, conforme solicitado, designando data para perÃ-cia, da requerente, a qual deverÃ¡ apresentar os exames complementares que auxiliem os peritos a fim de atestar a existÃªncia e o grau de reduÃ§Ã£o funcional que da mesma, em razÃ£o do acidente sofrido. Â Â Â Â Â Â 2. Cumprida a diligÃªncia, e juntado aos autos o laudo expedido pelo CPC Renato Chaves, intime-se as partes, por seus advogados, para que se manifestem a respeito no prazo de 10 (dez) dias. Â Â Â Â Â 3. Com a manifestaÃ§Ã£o, ou expirado o prazo, neste caso devidamente certificado, conclusos. Â Â Â Â Â Â 4. Quanto ao pedido de digitalizaÃ§Ã£o dos autos, informo que o TJE/PA estÃ¡ atuando no sentido de digitalizar todo o seu acervo, entretanto, querendo maior celeridade, pode o Sr. Advogado utilizar-se do GUIA RÃPIDO DE DIGITALIZAÃÃO Â¿ PARA ADVOGADOS.pdf, no site do TJE/PA ou junto a Secretaria de InformÃ¡tica, e providenciar o necessÃ¡rio. BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. ROSANA LÃCIA DE CANELAS BASTOS, JuÃ-za de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital. PROCESSO: 00312370720138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 18/11/2021 AUTOR:ARINO CARLOS DE MIRANDA CASTRO Representante(s): OAB 11003 - SAVIO BARRETO LACERDA LIMA (ADVOGADO) OAB 15579 - EDUARDO SOUZA CRUZ (ADVOGADO) REU:CONSTRUTORA VILLAGE LTDA Representante(s): OAB 16420 - TIAGO NASSER SEFER (ADVOGADO) . PROCESSOÂ N. 0031237.07.2013.8.14.0301 R.H. Considerando que na petiÃ§Ã£o de fls. 328 constam apenas as assinaturas dos patronos da parte autora ,Â determino a intimaÃ§Ã£o da parte requerida para que se manifeste no prazo de 15 dias sobre a petiÃ§Ã£o de fls. 328. ApÃ³s, conclusos os autos . BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. Rosana LÃºcia de Canelas Bastos JuÃ-za de Direito titular 1Âª VCE da Capital PROCESSO: 00349736220158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Monitória em: 18/11/2021 REQUERIDO:CASA PAUXIS COMERCIO LTDA REQUERIDO:JOSE BENEDITO DE AQUINO REQUERENTE:TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITO FINANCEIRO X SA Representante(s): OAB 19639-A - JOAO ALVES BARBOSA FILHO (ADVOGADO) . Processo n.0034973.62.2015.8.14.0301 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â R.H. Â Â Â Â Â Conforme informado nas petiÃ§Ãµes de fls. 113 e 143 o exequente Exequente BANCOÂ DO BRASIL S/A informou cessÃ£o de crÃ©ditoÂ e requereuÂ substituiÃ§Ã£o processual inicialmente Â pelo FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÃRIOS NÃO PADRONIZADOS I. Em seguida,Â foi requeridoÂ nova substituiÃ§Ã£o processual pelaÂ TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÃDITOS FINANCEIROS X S.A . Â Â Â Â A substituiÃ§Ã£o processual pelo cessionÃ¡rio prescinde de autorizaÃ§Ã£o do devedor, nos termos do art. 778, Â§ 1Âº, III e Â§ 2Âº do NCPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, defiro o pedido de substituiÃ§Ã£o processual do Exequente BANCOÂ DO BRASIL S/A pelaÂ FUNDO DE INVESTIMENTO DE INVESTIMENTOÂ EM DIREITOS CREDITÃRIOS NÃO PADRONIZADOS I, no mesmo sentido defiro aÂ substituiÃ§Ã£o processual do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÃRIOS NÃO PADRONIZADOS I pelaÂ TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÃDITOS FINANCEIROS X S.A . excluindo o BANCO DO BRASIL S.AÂ do polo ativo da demanda, em face da cessÃ£o de direitos e obrigaÃ§Ãµes, devendo a Secretaria da UPJ proceder a retificaÃ§Ã£o devida no sistema LIBRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2. No prazo de 15 (quinze)Â dias, manifeste-se o ExequenteÂ sobre o interesse no preosseguimento do feito inclusive com relaÃ§Ã£o aos pedidos de fls. 107 caso em que,Â deverÃ¡ anexar planilha atualizada de dÃ©bito. Â BelÃ©m, 17 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ROSANA LÃCIA DE CANELAS BASTOS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito titular Â 1Âª VCE da Capital PROCESSO: 00456705020128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança em: 18/11/2021 AUTOR:JEFFERSON ALBERTO DA SILVA SILVA Representante(s): OAB 16352 - AGENOR PINHEIRO LEAL (ADVOGADO) OAB 6777 - PORFIRIA LUCIA CARNEIRO DE LIMA (ADVOGADO) REU:MARIA DE LOURDES SAMPAIO BASTOS Representante(s): OAB 3117 - RICARDO PAULO DE LIMA SAMPAIO (ADVOGADO) OAB 1499 - MARIA DAS GRACAS RIBEIRO SAMPAIO (ADVOGADO) REU:PORTO RICO INCORPORADORA DE

IMÓVEIS E ADM DE EMPRENDIMENTOS . Processo nÂº: 0045670-50.2012.8.14.0301 Â Â Â Â Â 1- Defiro o pedido de fls. 90, dessa forma realize a devoluÃ§Ã£o das chaves anexadas em envelope de fl.87, fazendo o devido desentranhamento nos autos. Â Â Â Â Â 2- ApÃ³s cumprimento de devoluÃ§Ã£o das chaves, retornem os autos conclusos para sentenÃ§a. BelÃ©m, 18 de novembro de 2021. ROSANA LÃCIA DE CANELAS BASTOS JuÃ-za de Direito Titular 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00488897120128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 18/11/2021 EXECUTADO:RODRIGUES E MENDES LTDA EXECUTADO:PAULO SERGIO RODRIGUES CAVALCANTE EXEQUENTE:FUNDO ITAPEVA XI Representante(s): OAB 357.590 - CAUE TAUAN DE SOUZA YAEGASHI (ADVOGADO) . Ã£ Processo 0048889-71.201.8.14.0301 DECISÃO Â Â Â Â Â Â 1 - Defiro o petitÃ³rio de fls. 183/184, devendo, a UPJ, providenciar o necessÃ¡rio para realizar as alteraÃ§Ãµes solicitadas no polo ativo do presente feito, passando a constar FUNDO ITAPEVA XI MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESIMENTO EM DIREITOS CREDITÃRIOS NÃO-PADRONIZADOS, no lugar de BANCO SANTANDER BRASIL S/A. Â Â Â Â Â Â 2 - Defiro o petitÃ³rio de fls. 140/141 do feito, devendo ser expedido os competentes alvarÃ¡s, conforme solicitado, desde que pagas as devidas custas. Â Â Â Â Â Â 3 - Defiro os bloqueios solicitados Ã s fls. 146/167, devendo a parte interessada pagar as devidas custas. Â Â Â Â Â Â 4 - Encaminhe-se os presente autos para UNAJ, a fim de que sejam calculadas as custas necessÃ¡rias para a realizaÃ§Ã£o dos atos requeridos e deferidos. ApÃ³s, intime-se o exequente para efetuar o pagamento em 10 (dez) dias. Â Â Â Â Â Â 5 - Efetuado o pagamento nas custas necessÃ¡rias para expediÃ§Ã£o do(s) alvarÃ¡(s), expeÃ§a-se e intime-se o beneficiÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â 6 - Pagas as custas para efetuar o bloqueio pelo RENAJUD ou expirado o prazo sem manifestaÃ§Ã£o, neste caso devidamente certificado, conclusos. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. ROSANA LÃCIA DE CANELAS BASTOS JuÃ-za de Direto Titular 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de Capital PROCESSO: 00503853620108140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 18/11/2021 AUTOR:BANCO ITAU SA Representante(s): OAB 151056 - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) OAB 91871 - LEONARDO COIMBRA NUNES (ADVOGADO) REU:L B G COMERCIO, DISRIBUIÇAO E SERVIÇOS LTDA REU:LUIZ ANTONIO BARRETO GONCALVES REU:CARLA CRISTINA DE OLIVEIRA AIROSA. PROCESSO N.0050385.36.2010. 8.14.0301 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â R. hoje. Declaro minha SUSPEIÃÃO, por motivo de foro Ã-ntimo, para atuar no presente feito, nos termos do art. 145, Â§1Âº, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Assim, apÃ³s alteraÃ§Ã£o do juÃ-zo no sistema LIBRA, remetam-se os autos ao magistrado substituto (JuÃ-zo da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital). Intime-se. Cumpra-se. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. Rosana LÃºcia de Canelas Bastos JuÃ-za de Direito titular 1Âª VCE da Capital PROCESSO: 00568624320138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 AUTOR:CLEY FRANCISCO RODRIGUES TRINDADE Representante(s): OAB 14245-A - THAISA CRISTINA CANTONI MANHAS (ADVOGADO) REU:FEDERAL SEGUROS S/A Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) . DECISÃO Â Â Â Â Â Â 1. Diante dos pedidos de perÃ-cia - fls. 04 e 84, expeÃ§a-se ofÃ-cio ao CPC Renato Chaves, conforme solicitado, designando data para perÃ-cia, da requerente, a qual deverÃ¡ apresentar os exames complementares que auxiliem os peritos a fim de atestar a existÃªncia e o grau de reduÃ§Ã£o funcional que da mesma, em razÃ£o do acidente sofrido. Â Â Â Â Â Â 2. Cumprida a diligÃªncia, e juntado aos autos o laudo expedido pelo CPC Renato Chaves, intime-se as partes, por seus advogados, para que se manifestem a respeito no prazo de 10 (dez) dias. Â Â Â Â Â 3. Com a manifestaÃ§Ã£o, ou expirado o prazo, neste caso devidamente certificado, conclusos. Â Â Â Â Â Â 4. Quanto ao pedido de digitalizaÃ§Ã£o dos autos, informo que o TJE/PA estÃ¡ atuando no sentido de digitalizar todo o seu acervo, entretanto, querendo maior celeridade, pode o Sr. Advogado utilizar-se do GUIA RÃPIDO DE DIGITALIZAÃÃO Â¿ PARA ADVOGADOS.pdf, no site do TJE/PA ou junto a Secretaria de InformÃ¡tica, e providenciar o necessÃ¡rio. BelÃ©m,08 de novembro de 2021. ROSANA LÃCIA DE CANELAS BASTOS, JuÃ-za de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital. PROCESSO: 00575876120158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 REQUERENTE:AURORA DE ANDRADE MONTEIRO Representante(s): OAB 4662 - JOSE MAURICIO MENASSEH NAHON (ADVOGADO) OAB 19024 - DARIO RAMOS PEREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:MARKO ENGENHARIA E COMERCIO IMOBILIARIO LTDA Representante(s): OAB 6324 - ALBANO HENRIQUES MARTINS JUNIOR (ADVOGADO) OAB 14810 - THEO SALES REDIG (ADVOGADO) . Processo: 0057587-61.2015.8.14.0301 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1. O art. 535 do CPC

determina que sÃ£o cabÃ-veis embargos de declaraÃ§Ã£o quando a decisÃ£o apresente omissÃ£o, contradiÃ§Ã£o, ou obscuridade. No caso em anÃ¡lise, o requerido/embargante alega a existÃªncia de obscuridade e contradiÃ§Ã£o na sentenÃ§a prolatada, pois entende que o juÃ-zo nÃ£o teria considerado provas apresentadas nos autos e, portanto, a decisÃ£o proferida estaria equivocada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2. Instado a se manifestar, o autor/embargado argui que nÃ£o procedem as alegaÃ§Ãµes do embargante, o qual apenas pretende protelar o andamento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3. A sentenÃ§a encontra-se fundamentalmente clara e nÃ£o se identificam contradiÃ§Ãµes no que foi decidido, devendo, o embargante, buscar o meio correto para requerer a modificaÃ§Ã£o da decisÃ£o, uma vez que tal nÃ£o pode ser alcanÃ§ado por meio de embargos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4. Isto posto, com base no art. 1.022 do CÃ³digo de Processo Civil, REJEITO os Embargos de DeclaraÃ§Ã£o, uma vez que nÃ£o hÃ¡ contradiÃ§Ã£o, obscuridade ou omissÃ£o, a ser sanada na sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. C. BelÃ©m-PA, 8 de novembro de 2021. ROSANA LÃCIA DE CANELAS BASTOS JuÃ-za de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00581093020118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Monitória em: 18/11/2021 AUTOR:BANCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 6686 - CARLA SIQUEIRA BARBOSA (ADVOGADO) OAB 15837 - SERGIO RENATO FREITAS DE OLIVEIRA JUNIOR (ADVOGADO) REU:BENEDITO MARCIO DE SOUSA LIMA. PROCESSO N.0058109.30.2011. 8.14.0301 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â R. hoje. Declaro minha SUSPEIÃÃO, por motivo de foro Ã-ntimo, para atuar no presente feito, nos termos do art. 145, Â§1Âº, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Assim, apÃ³s alteraÃ§Ã£o do juÃ-zo no sistema LIBRA, remetam-se os autos ao magistrado substituto (JuÃ-zo da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital). Intime-se. Cumpra-se. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. Rosana LÃºcia de Canelas Bastos JuÃ-za de Direito titular 1Âª VCE da Capital PROCESSO: 01061810920158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Consignação em Pagamento em: 18/11/2021 AUTOR:ANTONIO MARIA ZACARIAS COSTA JUNIOR Representante(s): OAB 14540 - RAIMUNDO NONATO DA TRINDADE SOUZA (ADVOGADO) OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) REU:BANCO J SAFRA SA Representante(s): OAB 14089 - RAFAEL DE SOUSA BRITO (ADVOGADO) OAB 187.471 - ANA CAROLINA VIVANCO (ADVOGADO) OAB 206339 - FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ (ADVOGADO) OAB 21491 - BARBARA ARCOVERDE DE OLIVEIRA (ADVOGADO) . Â¿ Processo 0106181-09.2015.8.14.0301 DECISÃO 1- Manifestem-se as partes a respeito da certidÃ£o de fl. 127-V, no prazo de 5 (cinco) dias. 2- Entendo que o processo encontra-se devidamente preparado para uma decisÃ£o de mÃ©rito, nos termos do artigo 355 do CÃ³digo de Processo Civil. Todavia, pelo princÃ-pio da cooperaÃ§Ã£o e em respeito ao que consta nos artigos, 6Âº, 10Âº e 9Âº do CÃ³digo de Processo Civil, oportunizo um prazo comum de 05 (cinco) dias, para que ambas as partes apontem, de maneira clara, objetiva e sucinta, as questÃµes de fato e de direito que entendam pertinentes ao julgamento da lide. 3- Quanto Ã s questÃµes de fato, deverÃ£o indicar a matÃ©ria que consideram incontroversa, bem como aquela que entendem jÃ¡ provada pela prova trazida, enumerando nos autos os documentos que servem de suporte a cada alegaÃ§Ã£o. Com relaÃ§Ã£o ao restante, remanescendo controvertida, deverÃ£o especificar as provas que pretendem produzir, justificando, objetiva e fundamentadamente, sua relevÃ¢ncia e pertinÃªncia. O silÃªncio ou o protesto genÃ©rico por produÃ§Ã£o de provas serÃ£o interpretados como anuÃªncia ao julgamento antecipado, indeferindo-se, ainda, os requerimentos de diligÃªncias inÃºteis ou meramente protelatÃ³rias. 4- Quanto Ã s questÃµes de direito, para que nÃ£o se alegue prejuÃ-zo, deverÃ£o, desde logo, manifestar-se sobre a matÃ©ria cognoscÃ-vel de ofÃ-cio pelo juÃ-zo, desde que interessem ao processo. 5- Com relaÃ§Ã£o aos argumentos jurÃ-dicos trazidos pelas partes, deverÃ£o estar de acordo com toda a legislaÃ§Ã£o vigente, que, presume-se, tenha sido estudada atÃ© o esgotamento pelos litigantes, e cujo desconhecimento nÃ£o poderÃ¡ ser posteriormente alegado. Registre-se, ainda, que nÃ£o serÃ£o consideradas relevantes as questÃµes nÃ£o adequadamente delineadas e fundamentadas nas peÃ§as processuais, alÃ©m de todos os demais argumentos insubsistentes ou ultrapassados pela jurisprudÃªncia reiterada. BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. ROSANA LÃCIA DE CANELAS BASTOS JuÃ-za de Direito Titular 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 01892786720168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 AUTOR:MARIA DE NAZARE COSTA Representante(s): OAB 13953 - IVAN MORAES FURTADO JUNIOR (ADVOGADO) REU:ANCORA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 21095 - CINTHIA DANTAS VALENTE (ADVOGADO) . Processo nÂº 0189278-67.2016.8.14.0301. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C RESTITUIÃÃO DE QUANTIA PAGA, REPARAÃÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS E PEDIDO DE ANTECIPAÃÃO DOS EFEITOS DA TUTELA ajuizada por MARIA

DE NAZARÃ COSTA em face de ÃNCORA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA., desde 05/04/2016. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RELATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sua inicial - fls. 03/21, relata a requerente que, em 20/02/2008, assinou contrato de promessa de compra e venda de uma unidade do empreendimento Costa Dourada Residence, com a demandada, cuja previsÃ£o da entrega era para ao mÃªs de fevereiro de 2013. Que efetuou o pagamento de suas obrigaÃ§Ãµes regiamente, totalizado o valor de R$37.085,05 (trinta e sete mil oitenta e cinco reais e cinco centavos) de um total de 108.800,00 (cento e oito mil e oitocentos reais). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Que as obras nÃ£o foram concluÃ-das no prazo contratado e nem hÃ¡ previsÃ£o para tal, em razÃ£o do que requer a rescisÃ£o do contrato. Pede a concessÃ£o da justiÃ§a gratuita, a aplicaÃ§Ã£o do CDC e a inversÃ£o do Ã´nus da prova, a antecipaÃ§Ã£o de tutela para determinar que a requerida devolva o montante atÃ© entÃ£o pago. No mÃ©rito pede a confirmaÃ§Ã£o da tutela antecipada, a condenaÃ§Ã£o da rÃ© ao pagamento de indenizaÃ§Ã£o por lucros cessantes, no valor de R$21.797,35 (vinte e um mil setecentos e noventa e sete reais e trinta e cinco centavos), indenizaÃ§Ã£o por danos morais no valor de R$20.000,00 (vinte mil reais) e multa por atraso na entrega do imÃ³vel, de um por cento sobre o valor do mesmo, totalizando R$39.168,00 (trinta e nove mil cento e sessenta e oito reais). Juntou os documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Devidamente citada - fl.58, a parte demandada nÃ£o compareceu a audiÃªncia designadaÂ fl. 59, e deixou transcorrer o in albis o prazo de defesa, apresentando contestaÃ§Ã£o intempestiva, conforme certidÃ£o de fl. 85. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instada a se manifestar quanto a contestaÃ§Ã£o, a autora o fez em fls. 87/93, arguindo revelia, face a intempestividade e a ausÃªncia de procuraÃ§Ã£o vÃ¡lida. Afirmou que, atÃ© a data do protocolo da rÃ©plica - 29/11/2016, a obra nÃ£o havia sido entregue. Apresentou planilha do cÃ¡lculo dos lucros cessantes e reafirmou o arguido na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Fundamento e DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â FUNDAMENTAÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â REVELIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante da certidÃ£o de fl. 85, nÃ£o tendo sido apresentada defesa no prazo legal (art. 335, CPC), DECRETO a REVELIA da(s) parte rÃ©(s) ÃNCORA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA., nos termos do artigo 344 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em face da revelia, o pedido pode ser antecipadamente conhecido, como prevÃª o artigo 355, inciso II, do CÃ³digo de Processo Civil, bem como por ser desnecessÃ¡ria a produÃ§Ã£o de novas provas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlÃ©m disso, tambÃ©m em virtude da revelia, presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial, nos termos do art. 344 do CPC, de modo que, sendo considerada confissÃ£o ficta, impÃµe-se aplicar as consequÃªncias jurÃ-dicas requeridas pela parte demandante, com o acolhimento da pretensÃ£o em seus termos integrais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalto que os fatos alegados na inicial tambÃ©m devem estar evidenciados pela documentaÃ§Ã£o e demais provas juntadas pela parte demandante. Â Â Â Â Â APLICAÃÃO DO CDC E INVERSÃO DO ÃNUS DA PROVA Â Â Â Â Â Â O caso submetido Ã anÃ¡lise deste JuÃ-zo nÃ£o Ã© novo Ã luz da realidade fÃ¡tica que foi implementada com o crescimento do setor imobiliÃ¡rio neste paÃ-s. De algum tempo, o JudiciÃ¡rio vem enfrentando tal situaÃ§Ã£o, com diversas questÃµes pacificadas no Ã¢mbito dos Tribunais. Â Â Â Â Â Â Portanto, para o deslinde da presente aÃ§Ã£o serÃ¡ considerada a matÃ©ria jÃ¡ calcificada no Ã¢mbito dos Tribunais Superiores, fazendo-se ressalvas pontuais, quando necessÃ¡rias, amoldando ao entendimento deste JuÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Primeiramente, hÃ¡ que destacar que a lide concretiza-se em uma relaÃ§Ã£o jurÃ-dica de consumo, o que gera efeitos especÃ-ficos para as partes. Â Â Â Â Â Â RelaÃ§Ã£o jurÃ-dica de consumo Ã© aquela existente entre fornecedor e consumidor, que tem por objeto ou a aquisiÃ§Ã£o de um produto ou a contraprestaÃ§Ã£o de um serviÃ§o, sendo o consumidor o destinatÃ¡rio final. Â Â Â Â Â Â O art. 2Âº, Â¿caputÂ¿, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor (CDC Â¿ Lei n. 8.078/90), conceitua consumidor como sendo toda pessoa fÃ-sica ou jurÃ-dica que adquire ou utiliza produto ou serviÃ§o como destinatÃ¡rio final. Â Â Â Â Â Â O art. 3Âº, Â¿caputÂ¿, do CDC, define fornecedor como sendo toda pessoa fÃ-sica ou jurÃ-dica, pÃºblica ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produÃ§Ã£o, montagem, criaÃ§Ã£o, construÃ§Ã£o, transformaÃ§Ã£o, importaÃ§Ã£o, exportaÃ§Ã£o, distribuiÃ§Ã£o ou comercializaÃ§Ã£o de produtos ou prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os. Â Â Â Â Â Â O Â§ 1Âº, do art. 3Âº, do CDC, expÃµe que produto Ã© qualquer bem, mÃ³vel ou imÃ³vel, material ou imaterial. Â Â Â Â Â Â Ante os conceitos expressos pelo CDC, acima indicados, percebe-se que a parte Requerente se enquadra na definiÃ§Ã£o de consumidor, posto que pretendia adquirir o apartamento no empreendimento supracitado, objeto do contrato particular de promessa de compra e venda ora em discussÃ£o, como destinatÃ¡rio final para fins de moradia; e a Requerida amolda-se como fornecedora, haja vista que Ã© pessoa jurÃ-dica do ramo de construÃ§Ã£o civil e comercializa unidades autÃ´nomas dos edifÃ-cios que constrÃ³i. Â Â Â Â Â Â Assim, a partir das alegaÃ§Ãµes verossimilhantes trazidas na inicial, as requeridas estÃ£o sujeitas aos riscos da atividade desenvolvida, ao passo que o requerente, enquanto parte hipossuficiente da relaÃ§Ã£o de consumo, necessita de amparo do Poder JudiciÃ¡rio para ver resguardados os seus direitos, razÃ£o pela qual deve haver aplicaÃ§Ã£o das normas do CDC neste feito, sobretudo aquela que inverte o Ã´nus

probatÃ³rio, ex vi do art. 6Âº, inciso VIII, do CDC. Â Â Â Â Â Â PRAZO DE ENTREGA DA OBRA Â Â Â Â Â Â A entrega da obra estava prevista para o mÃªs de fevereiro de 2013, entretanto, atÃ© o dia do protocolo da ultima petiÃ§Ã£o dos autos Â¿ 9/11/2016, tal nÃ£o havia ocorrido. Â Â Â Â Â Â A clÃ¡usula de tolerÃ¢ncia presente no citado contrato, estÃ¡ condicionada ao percentual de inadimplÃªncia dos adquirentes do empreendimento, cujo conhecimento por parte do autor depende da vontadeÂ do requerido. Â Â Â Â Â Â Entendo que o prazo de tolerÃ¢ncia deve seguir o entendimento seguido pelo Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO CIVIL. CONTRATOS IMOBILIÃRIOS. DEFERIMENTO PARCIAL DA ANTECIPAÃÃO DE TUTELA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE DECRETAÃÃO DE NULIDADE DA CLÃUSULA DE TOLERÃNCIA DE 180 DIAS PARA A ENTREGA DO IMÃVEL. AUSÃNCIA DE QUALQUER ILEGALIDADE OU ABUSIVIDADE. PRECEDENTES DESTA CORTE. MANUTENÃÃO DA DECISÃO AGRAVADA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1 - Verifica-se que a matÃ©ria jÃ¡ fora objeto de anÃ¡lise pela 5Âª CÃ¢mara CÃ-vel Isolada, que se manifestou no sentido de que a clÃ¡usula de tolerÃ¢ncia de 180 (cento e oitenta) dias estabelecida nos contratos imobiliÃ¡rios nÃ£o se monstra abusiva ou ilegal, uma vez que o consumidor tem conhecimento da condiÃ§Ã£o no momento da assinatura do contrato, de modo que submete-se ao princÃ-pio do Â¿pacta sunt servandaÂ¿, ressaltando-se, ainda, o prazo de tolerÃ¢ncia apresenta-se de forma moderada, nÃ£o acarretando desvantagem exagerada ao consumidor, mas tÃ£o somente visando atender a complexidade inerente Ã construÃ§Ã£o civil, nÃ£o havendo que se falar em violaÃ§Ã£o de princÃ-pios da equidade, proporcionalidade, razoabilidade e transparÃªncia previstos no CDC. 2 - Outrossim, o prÃ³prio art. 273 do CÃ³digo de Processo, ao regulamentar o instituto da antecipaÃ§Ã£o de tutela estabelece em seu Â§ 2Âº que nÃ£o serÃ¡ concedida a antecipaÃ§Ã£o quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado, de modo que, ainda que fosse possÃ-vel a declaraÃ§Ã£o de nulidade da referida clÃ¡usula, esta somente poderia ser decretada a quando do julgamento definitivo da lide. (Agravo de Instrumento nÂº 00445437720128140301 (149393), 5Âª CÃ¢mara CÃ-vel Isolada do TJPA, Rel. Diracy Nunes Alves. j. 06.08.2015, DJe 10.08.2015). ACÃRDÃO: 153612 COMARCA: BELÃM DATA DE JULGAMENTO: 09/11/2015 00:00 PROCESSO: 00471307220128140301 PROCESSO ANTIGO: 201330338638. MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÃRIO(A): JOSE MARIA TEIXEIRA DO ROSARIO CÃMARA: 4Âª CAMARA CIVEL ISOLADA AÃ§Ã£o: ApelaÃ§Ã£o em: APELADO:ALECIA THACIANE PEREIRA DA SILVA APELANTE:RIO MENDONZA EMPREENDIMENTOS SPE LTDA Representante(s): THEO SALES REDIG E OUTROS (ADVOGADO) APELADO:IGOR NOLETO MOREIRA Representante(s): BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA E OUTROS (ADVOGADO) LEONARDO MAIA NASCIMENTO (ADVOGADO) EMENTA: . APELAÃÃO CÃVEL. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA. ATRASO NA ENTREGA DO IMÃVEL. ABUSIVIDADE DE CLÃUSULA DE PRORROGAÃÃO DE 365 DIAS. REDUÃÃO AO LIMITE DE 180 DIAS. CONGELAMENTO DO SALDO DEVEDOR A PARTIR DA MORA NA ENTREGA. DANOS EMERGENTES DEVIDOS EM RAZÃO DO PAGAMENTO DE ALUGUÃIS. EXCLUSÃO DOS LUCROS CESSANTES. INVERSÃO DE CLÃUSULA MORATÃRIA. OCORRÃNCIA DE DANO MORAL PELO ATRASO EXCESSIVO DE 2 ANOS NA ENTREGA DO IMÃVEL. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Atualmente todos os contratos, indistintamente, preveem clÃ¡usula de prorrogaÃ§Ã£o da data de entrega, que, em regra, Ã© de atÃ© 180 (cento e oitenta) dias, prazo este entendido como razoÃ¡vel pela jurisprudÃªncia deste EgrÃ©gio Tribunal. A apelante, no entanto, estabeleceu clÃ¡usula de prorrogaÃ§Ã£o de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, ou seja, o dobro do prazo praticado no mercado, motivo pelo qual caracteriza-se como abusiva e deve ser reduzida ao limite de 180 (cento e oitenta) dias. 2. Nesses termos, e em observÃ¢ncia aos princÃ-pios consumeristas, entendo que a correÃ§Ã£o monetÃ¡ria do saldo devedor somente era cabÃ-vel dentro do limite do prazo de entrega do imÃ³vel, o qual, acrescido dos 180 (cento e oitenta) dias de prorrogaÃ§Ã£o, teve como termo final o mÃªs de janeiro do ano de 2012, a partir do qual hÃ¡ o congelamento do saldo devedor. 3. Assiste razÃ£o ao apelante quanto Ã impossibilidade de condenaÃ§Ã£o ao pagamento de lucros cessantes e danos emergentes de forma cumulativa, tendo em vista que as situaÃ§Ãµes que lhes dÃ£o causa sÃ£o, no presente caso, excludentes. Dessa forma, jÃ¡ que os apelados arcaram com o pagamento de aluguÃ©is em decorrÃªncia do atraso na entrega do imÃ³vel, farÃ£o jus apenas aos danos emergentes, pois nÃ£o poderiam, simultaneamente, morar e alugar o apartamento. 4. Ressalto que a jurisprudÃªncia pÃ¡tria Ã© unÃ-ssona quanto a possibilidade e cabimento da inversÃ£o de clÃ¡usula moratÃ³ria em desfavor da Construtora/Incorporadora, de modo que alÃ©m dos danos emergentes, cumpre ao apelante o pagamento de juros moratÃ³rios de 1% (um por cento) ao mÃªs a partir do inadimplemento do contrato, que teve inÃ-cio em fevereiro de 2012, bem como multa de 2% (dois por cento) sobre o valor das parcelas adimplidas atÃ© a data de efetiva entrega do imÃ³vel. 5. A despeito de ser entendimento jurisprudencial consolidado pelo Superior Tribunal de JustiÃ§a de que o inadimplemento de contrato, por si sÃ³, nÃ£o acarreta dano moral, a jurisprudÃªncia pÃ¡tria vem se posicionando pela

ocorrÃªncia de tal dano em casos de demora excessiva na entrega de imÃ³vel, tal como ocorrido no caso em anÃ¡lise. 6. Por derradeiro, ressalto que o valor arbitrado pelo juÃ-zo a quo a tÃ-tulo de indenizaÃ§Ã£o por danos morais estÃ¡ dentro dos parÂ¢metros da jurisprudÃªncia deste EgrÃ©gio Tribunal, motivo pelo qual nÃ£o merece nenhuma reforma a decisÃ£o de primeiro grau no que se refere ao arbitramento de indenizaÃ§Ã£o por danos morais no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais). 7. Recurso CONHECIDO e PARCIALMENTE PROVIDO. Â Â Â Â Â Â Dito isto, no presente caso e ainda com a validade da clÃ¡usula de tolerÃ¢ncia, a data prevista para a conclusÃ£o e entrega da obra, do mÃªs de fevereiro de 2013, se estenderia atÃ© o mÃªs de agosto do ano de 2013, evidenciando a mora da construtora. Â Â Â Â Â Â DANO MORAL Â Â Â Â Â Â No que diz respeito Ã indenizaÃ§Ã£o por danos morais supostamente infligidos ao autor, decorrentes de atraso injustificado na entrega do imÃ³vel, objeto do contrato firmado entre as partes, passo a me manifestar. Â Â Â Â Â Â O dano moral, como prÃ¡tica atentatÃ³ria aos direitos da personalidade, traduz-se num sentimento de pesar Ã-ntimo da pessoa ofendida, capaz de gerar-lhe alteraÃ§Ãµes psÃ-quicas ou prejuÃ-zos Ã parte social, afetiva, de seu patrimÃ´nio moral, conforme bem delineado por Sergio Cavalieri Filho (2007, p. 80), in fine: Â Â Â Â Â Â Â Â¿(...)Â Nessa linha de princÃ-pio, sÃ³ deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhaÃ§Ã£o que, fugindo Ã normalidade, interfira intensamente no comportamento psicolÃ³gico do indivÃ-duo, causando-lhe afliÃ§Ãµes, angÃºstia e desequilÃ-brio no seu bem-estar.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Ã sabido que o inadimplemento contratual, por si sÃ³, conforme decisÃµes reiteradas do Superior Tribunal de JustiÃ§a, nÃ£o enseja reparaÃ§Ã£o por dano moral, este que, como se sabe, pressupÃµe significativos danos Ã personalidade e nÃ£o apenas meros dissabores prÃ³prios do cotidiano. Â Â Â Â Â Â Â Em que pese todos os malefÃ-cios advindos ao requerente em decorrÃªncia da mora da construtora na entrega do imÃ³vel (principalmente os de ordem financeira), nÃ£o vejo que esses possam ser considerados de tal monta a ponto de caracterizar qualquer ofensa e/ou afronta ao seu patrimÃ´nio moral, aos seus direitos da personalidade, notadamente a sua dignidade e ao seu direito Ã moradia. Â Â Â Â Â Â Â Pari passu encontra-se o entendimento de nossos Tribunais Estaduais, bem como decisÃ£o do E. Superior Tribunal de JustiÃ§a, colhendo-se como exemplo as seguintes ementas: STJ-0415873) AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DISSÃDIO JURISPRUDENCIAL COMPROVADO. INADIMPLEMENTO DE CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÃVEL. AUSÃNCIA DE CIRCUNSTÃNCIA EXCEPCIONAL. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. 1. DissÃ-dio jurisprudencial comprovado. 2. "O inadimplemento de contrato, por si sÃ³, nÃ£o acarreta dano moral, que pressupÃµe ofensa anormal Ã personalidade. Ã certo que a inobservÂ¢ncia de clÃ¡usulas contratuais pode gerar frustraÃ§Ã£o na parte inocente, mas nÃ£o se apresenta como suficiente para produzir dano na esfera Ã-ntima do indivÃ-duo, atÃ© porque o descumprimento de obrigaÃ§Ãµes contratuais nÃ£o Ã© de todo imprevisÃ-vel" (REsp 876.527/RJ). 3. Agravo improvido. (AgRg no Agravo em Recurso Especial nÂº 287870/SE (2013/0018282-8), 3Âª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 14.05.2013, unÂ¢nime, DJe 05.06.2013). TJDFT-0274484) CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÃÃO DE REPARAÃÃO DE DANOS. IMÃVEL EM CONSTRUÃÃO. ATRASO NA ENTREGA DO BEM. INADIMPLEMENTO DA CONSTRUTORA. PRAZO DE TOLERÃNCIA. RAZOABILIDADE. DANO MORAL. NÃO CONFIGURADO. 1. A previsÃ£o de prazo de tolerÂ¢ncia de 180 (cento e oitenta) dias Ãºteis para a entrega do imÃ³vel adquirido ainda em construÃ§Ã£o nÃ£o se mostra abusiva, pois nÃ£o gera desequilÃ-brio contratual nem vantagem excessiva a uma das partes. 2. Nada obstante o atraso na entrega de imÃ³vel gere transtornos ao adquirente, tal fato nÃ£o acarreta abalo psicolÃ³gico de grande intensidade, apto a configurar danos morais passÃ-veis de indenizaÃ§Ã£o. 3. Recurso de apelaÃ§Ã£o conhecido e nÃ£o provido. (Processo nÂº 2013.01.1.142483-2 (834804), 3Âª Turma CÃ-vel do TJDFT, Rel. NÃ-dia CorrÃªa Lima. unÂ¢nime, DJe 02.12.2014). Â Â Â Â Â Â Decerto que houve certa frustraÃ§Ã£o na expectativa da requerente em ter o seu imÃ³vel na data entÃ£o aprazada, porÃ©m se limitando Ã esfera do inadimplemento contratual, de Ã-ndole eminentemente patrimonial, situaÃ§Ã£o esta que nÃ£o faz jus ao pleito indenizatÃ³rio por danos morais supostamente experimentados. Ademais, como anteriormente alinhavado, a parte autora desistiu da aquisiÃ§Ã£o do imÃ³vel, caracterizado pelo pedido de rescisÃ£o contratual em momento anterior Ã entrega do imÃ³vel sub judice. Â Â Â Â Â Â DEVOLUÃÃO DOS VALORES PAGOS Â Â Â Â Â Especificamente em relaÃ§Ã£o aos contratos de compra e venda de bens mÃ³veis ou imÃ³veis, mediante pagamento em prestaÃ§Ãµes, dispÃµe o Art. 53, do CDC: Â Â Â Â Â Â Art. 53. Nos contratos de compra e venda de mÃ³veis ou imÃ³veis mediante pagamento em prestaÃ§Ãµes, bem como nas alienaÃ§Ãµes fiduciÃ¡rias em garantia, consideram-se nulas de pleno direito as clÃ¡usulas que estabeleÃ§am a perda total das prestaÃ§Ãµes pagas em benefÃ-cio do credor que, em razÃ£o do inadimplemento, pleitear a resoluÃ§Ã£o do contrato e a retomada do produto alienado. Â Â Â Â Â Â Â§1Âº VETADO Â Â Â Â Â Â Â§2Âº Nos contratos do sistema de consÃ³rcio de produtos durÃ¡veis, a compensaÃ§Ã£o ou restituiÃ§Ã£o das parcelas quitadas, na forma este artigo, terÃ¡ descontada, alÃ©m da vantagem econÃ´mica auferida com a fruiÃ§Ã£o, os prejuÃ-zos

que o desistente ou inadimplente causar ao grupo. Â§3Âº Os contrato de que trata o caput deste artigo sÃ£o expressos em moeda corrente nacional. Â Â Â Â Â Â Sobre este artigo, Rizzatto Nunes ensina que o fundamento do Â¿caputÂ¿ Ã© o nÃ£o enriquecimento sem causa. Ã inadmissÃ-vel que se possa pensar que alguÃ©m adquira um bem por certo preÃ§o, pague parte dele Â¿ por vezes grande parte Â¿ e, por nÃ£o poder mais pagar, fique sem o bem e sem o dinheiro que adiantou. Mesmo que o art. 53 nÃ£o tivesse sido escrito, Ã© evidente que clÃ¡usula contratual que determinasse a perda das parcelas seria nula, por ferir o princÃ-pio e clÃ¡usula geral da boa-fÃ©, bem como o equilÃ-brio contratual (arts. 4Âº, III, 6Âº, II, e 51, IV), alÃ©m de implicar desvantagem exagerada (art. 51, IV e Â§ 1Âº). (NUNES, Rizzato. Curso de Direito do Consumidor. 3. ed. SÃ£o Paulo: Saraiva, 2007. p. 698). Â Â Â Â Â Â O mesmo jurista ainda exemplifica: Â¿O mais incrÃ-vel Ã© que, durante anos, consumidores adquiriam, por exemplo, imÃ³veis em prestaÃ§Ãµes e, depois de entregar a poupanÃ§a que tinham feito a vida toda, ficavam sem o dinheiro e sem o imÃ³vel, por nÃ£o poderem continuar pagando. O consumidor perdia e a construtora ganhava: ficava com a parte do preÃ§o paga pelo consumidor e o imÃ³vel, que evidentemente era revendidoÂ¿. Â Â Â Â Â Â No caso sub judice, verifica-se que houve por parte do autor a desistÃªncia da compra da unidade em questÃ£o antes da entrega deste, com a propositura da presente aÃ§Ã£o de rescisÃ£o contratual. A parte autora comprovou, portanto, a intenÃ§Ã£o de rescindir o contrato por culpa da rÃ©, que atrasou a entrega do imÃ³vel. Â TJDFT-0312138) APELAÃÃO CÃVEL. DIREITO CIVIL E CONSUMIDOR. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÃÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. COMPRA E VENDA DE IMÃVEL. COMISSÃO DE CORRETAGEM. PRESCRIÃÃO TRIENAL. OCORRÃNCIA. RESCISÃO CONTRATUAL. RESCISÃO POSTERIOR A ENTREGA DO IMÃVEL. DESISTÃNCIA. APLICAÃÃO DA CLÃUSULA PENAL. RETENÃÃO READEQUADA PARA 20% DOS VALORES DESPENDIDOS. ARRAS CONFIRMATÃRIAS. CUMULAÃÃO. IMPOSSIBILIDADE. LUCROS CESSANTES. INCABÃVEIS. TAXA DE CONDOMÃNIO E DE CONTRATO. DEVOLUÃÃO. CUSTAS E HONORÃRIOS SUCUMBENCIAIS. MANTIDOS. 1. Restando demonstrado o vÃ-nculo entre os requeridos, pertencendo estes ao mesmo grupo econÃ´mico, de certo que possui legitimidade para figurar no polo passivo da demanda. 2. O prazo prescricional para cobranÃ§a de valores pagos indevidamente a tÃ-tulo de comissÃ£o de corretagem e taxa de contrato Ã© de 3 (trÃªs) anos, tal qual previsto no art. 206, Â§ 3Âº, IV do CÃ³digo Civil. Transcorrido este prazo, necessÃ¡rio reconhecer a prescriÃ§Ã£o. 3. NÃ£o Ã© possÃ-vel a rescisÃ£o unilateral de uma parte sem a demonstraÃ§Ã£o de que a conduta desconforme da outra parte tornou o objeto contratado inÃºtil. 4. Nos casos de rescisÃ£o do contrato de promessa de compra e venda de bem imÃ³vel em razÃ£o da rescisÃ£o pelos promissÃ¡rios compradores, mostra-se cabÃ-vel a incidÃªncia da clÃ¡usula penal pactuada. 5. Evidenciada a onerosidade excessiva da clÃ¡usula penal estipulada contratualmente, pode o magistrado reduzi-la, por equidade, com amparo no artigo 413 do CÃ³digo Civil. 6. A jurisprudÃªncia firmou entendimento no sentido de ser possÃ-vel a retenÃ§Ã£o do percentual entre 10% a 25% do que foi pago nos casos em que o comprador estÃ¡ inadimplente ou nos que ele deseja rescindir o contrato por livre e espontÃ¢nea vontade. 7 Com o intuito de preservar o equilÃ-brio contratual, considerando que os compradores pagaram 32% (trinta e dois por cento) do valor pactuado, justa a retenÃ§Ã£o de 20% (vinte e cinco por cento) dos valores pagos, tendo em vista os encargos da construtora. 8. Havendo clÃ¡usula penal nos casos de rescisÃ£o contratual, se mostra incabÃ-vel a cumulaÃ§Ã£o destas com as arras confirmatÃ³rias, sob pena de se configurar enriquecimento sem causa, algo vedado no nosso ordenamento pÃ¡trio. Precedentes do STJ (REsp 1.222.139/MA). 9. Por mais que os requeridos tenham estado em mora, os autores nÃ£o tÃªm mais interesse na continuidade do negÃ³cio, tanto Ã© que ajuizaram a presente demanda com o intuito de ter resolvido o contrato, voltando ao estado anterior. Sendo assim, incabÃ-vel o pedido de indenizaÃ§Ã£o a tÃ-tulo de lucros cessantes. 10. Ã pacÃ-fico o entendimento jurisprudencial no sentido de que as taxas condominiais sÃ£o obrigaÃ§Ãµes propter rem, ou seja, aquelas que passam a existir em razÃ£o da detenÃ§Ã£o, posse ou propriedade da coisa. 11. A taxa de contrato nÃ£o traduz em nenhum benefÃ-cio ao consumidor. Na verdade, se traduz em uma forma ardilosa de se transferir uma despesa administrativa, no qual, como sabido, Ã© de responsabilidade do fornecedor. 12. Havendo a sucumbÃªncia recÃ-proca dos pedidos, necessÃ¡rio entender pela aplicaÃ§Ã£o do contido no artigo 21 do CÃ³digo de Processo Civil. Posto isso, entendo pela manutenÃ§Ã£o da r. sentenÃ§a neste ponto. 13. Pedido de suspensÃ£o de cobranÃ§a analisado em sede de antecipaÃ§Ã£o de tutela que o indeferiu. Portanto, configurada a inadimplÃªncia, nÃ£o hÃ¡ que se afastar o nome dos autores dos cadastros de inadimplentes. 14. Recurso dos requeridos conhecido e parcialmente provido. Recurso dos autores conhecido e nÃ£o provido. SentenÃ§a Reformada. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel nÂº 20130111894642 (892869), 1Âª Turma CÃ-vel do TJDFT, Rel. Romulo de AraÃºjo Mendes. j. 09.09.2015, DJe 21.09.2015). Â Â Â Â Â Â Por outro lado, Ã© de bom alvitre destacar que a jurisprudÃªncia dominante entende que o fornecedor nÃ£o poderÃ¡ ocasionar a perda total das prestaÃ§Ãµes pagas pelo consumidor, todavia poderÃ¡ reter o valor das despesas administrativas ou uma

porcentagem das parcelas pagas em razÃ£o da proporcionalidade/razoabilidade.Â Â Â Â Â Â Â Resta evidente que uma vez que a desistÃªncia da Incorporadora lhe impÃµe a devoluÃ§Ã£o dos valores pagos pelo comprador Â¿ itens 13.1 e seguintes do contrato em comento Â¿ ocorrendo esta da parte do comprador, caber-lhe-Ã¡ a devoluÃ§Ã£o de parte do valor pago. JÃ¡ Ã© assente na jurisprudÃªncia ser abusiva a cobranÃ§a de impostos e da comissÃ£o de corretagem do adquirente quando da ocorrÃªncia da rescisÃ£o contratual, se nÃ£o, vejam-se, a tÃ-tulo de exemplo: (TJDFT-0277341) PROCESSO CIVIL. CIVIL. CONSUMIDOR. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÃVEL. RESCISÃO. ENTREGA DA OBRA. RESCISÃO CONTRATUAL. PRAZO DE TOLERÃNCIA. ARRAS. RESTITUIÃÃO. INCABÃVEL. RETENÃÃO. PERCENTUAL. TRIBUTOS. SENTENÃA MANTIDA. 1. A relaÃ§Ã£o jurÃ-dica havida entre as partes Ã© de consumo, porquanto os autores sÃ£o destinatÃ¡rios finais do produto oferecido ou do serviÃ§o prestado pelas rÃ©s, quais sejam construÃ§Ã£o e comercializaÃ§Ã£o de unidade habitacional (artigos 2Âº e 3Âº do CÃ³digo de Defesa do Consumidor). 2. Este Tribunal de JustiÃ§a tem entendido que o prazo de 180 dias como tolerÃ¢ncia para entrega de imÃ³vel adquirido na planta Ã© razoÃ¡vel, nÃ£o havendo que se falar em nulidade de clÃ¡usula. 3. Considerando que as partes devem observar o princÃ-pio da boa-fÃ© contratual, Ã© vÃ¡lida a clÃ¡usula contratual que prevÃª a obrigaÃ§Ã£o do comprador em manter seu endereÃ§o atualizado junto Ã vendedora, a fim de mantÃª-lo informado quanto Ã entrega do bem e outras intercorrÃªncias. Assim, encaminhada comunicaÃ§Ã£o no endereÃ§o fornecido e sendo este insuficiente, nÃ£o hÃ¡ que se falar ausÃªncia de comunicaÃ§Ã£o. 4. Portanto, nÃ£o havendo atraso na disponibilizaÃ§Ã£o do bem e subsistindo inadimplÃªncia do comprador nÃ£o hÃ¡ culpa da vendedora na rescisÃ£o contratual capaz de responsabilizÃ¡-la pelos lucros cessantes perseguidos. 5. As arras sÃ£o utilizadas na fase de negociaÃ§Ã£o do contrato ou entrega do objeto, como forma de desestÃ-mulo Ã desistÃªncia do negÃ³cio. ApÃ³s a efetivaÃ§Ã£o do contrato ou entrega do objeto, conforme iniciais ou incidentais, havendo rescisÃ£o contratual, mÃ¡xime quando hÃ¡ pagamento das prestaÃ§Ãµes por anos, nÃ£o hÃ¡ que se falar em retenÃ§Ã£o destas, uma vez que o referido valor deve ser abatido no saldo do imÃ³vel se inicial. 6. Ã nula a clÃ¡usula contratual que procura repassar ao adquirente de imÃ³vel na planta os tributos (CSLL, PIS, COFINS e outros) ao comprador no caso de rescisÃ£o. 7. Conforme entendimento pacÃ-fico do Superior Tribunal de JustiÃ§a havendo rescisÃ£o contratual, independentemente de aferiÃ§Ã£o da culpa, os valores a serem restituÃ-do ao comprador deve ser feito em uma Ãºnica parcela. 8. Recursos conhecidos e nÃ£o providos. (Processo nÂº 2013.01.1.045594-5 (841105), 2Âª Turma CÃ-vel do TJDFT, Rel. Leila Arlanch. unÃ¢nime, DJe 20.01.2015). Â Â Â Â Â Â Assim Ã© que, conforme farta orientaÃ§Ã£o jurisprudencial, a Ãºnica deduÃ§Ã£o que poderia subsistir dos valores entÃ£o pagos pela demandante, seria a referente Ã s despesas administrativas. Â Â Â Â Â Â Por conseguinte, entendo que deve ser realizada a retenÃ§Ã£o, dos valores pagos pela demandante, do percentual de 10% (dez por cento), a tÃ-tulo de ressarcimento Ã construtora das suas despesas administrativas, sendo que os valores a serem devolvidos, retidos deles o percentual supra, devem ser ressarcidos ao demandante em parcela Ãºnica, sendo nula de pleno direito qualquer item que indique o parcelamento de tal devoluÃ§Ã£o, conforme entendimento que faÃ§o colacionar: TJDFT-0277341) PROCESSO CIVIL. CIVIL. CONSUMIDOR. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÃVEL. RESCISÃO. ENTREGA DA OBRA. RESCISÃO CONTRATUAL. PRAZO DE TOLERÃNCIA. ARRAS. RESTITUIÃÃO. INCABÃVEL. RETENÃÃO. PERCENTUAL. TRIBUTOS. SENTENÃA MANTIDA. 1. A relaÃ§Ã£o jurÃ-dica havida entre as partes Ã© de consumo, porquanto os autores sÃ£o destinatÃ¡rios finais do produto oferecido ou do serviÃ§o prestado pelas rÃ©s, quais sejam construÃ§Ã£o e comercializaÃ§Ã£o de unidade habitacional (artigos 2Âº e 3Âº do CÃ³digo de Defesa do Consumidor). 2. Este Tribunal de JustiÃ§a tem entendido que o prazo de 180 dias como tolerÃ¢ncia para entrega de imÃ³vel adquirido na planta Ã© razoÃ¡vel, nÃ£o havendo que se falar em nulidade de clÃ¡usula. 3. Considerando que as partes devem observar o princÃ-pio da boa-fÃ© contratual, Ã© vÃ¡lida a clÃ¡usula contratual que prevÃª a obrigaÃ§Ã£o do comprador em manter seu endereÃ§o atualizado junto Ã vendedora, a fim de mantÃª-lo informado quanto Ã entrega do bem e outras intercorrÃªncias. Assim, encaminhada comunicaÃ§Ã£o no endereÃ§o fornecido e sendo este insuficiente, nÃ£o hÃ¡ que se falar ausÃªncia de comunicaÃ§Ã£o. 4. Portanto, nÃ£o havendo atraso na disponibilizaÃ§Ã£o do bem e subsistindo inadimplÃªncia do comprador nÃ£o hÃ¡ culpa da vendedora na rescisÃ£o contratual capaz de responsabilizÃ¡-la pelos lucros cessantes perseguidos. 5. As arras sÃ£o utilizadas na fase de negociaÃ§Ã£o do contrato ou entrega do objeto, como forma de desestÃ-mulo Ã desistÃªncia do negÃ³cio. ApÃ³s a efetivaÃ§Ã£o do contrato ou entrega do objeto, conforme iniciais ou incidentais, havendo rescisÃ£o contratual, mÃ¡xime quando hÃ¡ pagamento das prestaÃ§Ãµes por anos, nÃ£o hÃ¡ que se falar em retenÃ§Ã£o destas, uma vez que o referido valor deve ser abatido no saldo do imÃ³vel se inicial. 6. Ã nula a clÃ¡usula contratual que procura repassar ao adquirente de imÃ³vel na planta os tributos (CSLL, PIS, COFINS e outros) ao comprador no caso de rescisÃ£o. 7. Conforme entendimento pacÃ-fico do

Superior Tribunal de JustiÃ§a havendo rescisÃ£o contratual, independentemente de aferiÃ§Ã£o da culpa, os valores a serem restituÃ-do ao comprador deve ser feito em uma Ãºnica parcela. 8. Recursos conhecidos e nÃ£o providos. (Processo nÂº 2013.01.1.045594-5 (841105), 2Âª Turma CÃ-vel do TJDFT, Rel. Leila Arlanch. unÃ¢nime, DJe 20.01.2015). Â Â Â Â Â LUCROS CESSANTES E INDENIZAÃÃO POR ATRASO NA OBRA Â Â Â Â Â Â Em 2019, o STJ assim fixou teses por penalidades em razÃ£o de atraso na entrega de imÃ³vel: Â Â Â Â Â Â Tema 970: Â¿A clÃ¡usula penal moratÃ³ria tem a finalidade de indenizar pelo adimplemento tardio da obrigaÃ§Ã£o, e, em regra, estabelecida em valor equivalente ao locativo, afasta-se sua cumulaÃ§Ã£o com lucros cessantes.Â¿ Â Â Â Â Â Â Tema 971: Â¿No contrato de adesÃ£o firmado entre o comprador e a construtora/incorporadora, havendo previsÃ£o de clÃ¡usula penal apenas para o inadimplemento do adquirente, deverÃ¡ ela ser considerada para a fixaÃ§Ã£o da indenizaÃ§Ã£o pelo inadimplemento do vendedor. As obrigaÃ§Ãµes heterogÃªneas (obrigaÃ§Ãµes de fazer e de dar) serÃ£o convertidas em dinheiro, por arbitramento judicial.Â¿ Â Â Â Â Â Â No caso em comento, a parte autora desistiu do negÃ³cio e pediu a devoluÃ§Ã£o dos valores pagos, acrescido de lucros cessantes, alÃ©m de mora e juros de mora. No entanto, a jurisprudÃªncia tem se posicionado pela ocorrÃªncia da desistÃªncia da aquisiÃ§Ã£o do imÃ³vel pelo comprador, e nÃ£o de rescisÃ£o contratual em virtude de inadimplemento contratual por parte da construtora, pelo que entendo que a autora nÃ£o faz jus ao recebimento das verbas indenizatÃ³rias requeridas. Â Â Â Â Â Â DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE procedente o pedido para: Â Â Â Â Â Â a) DECLARAR RESCINDIDO o contrato de compromisso de compra e venda referente a unidade imobiliÃ¡ria do empreendimento CONDOMÃNIO COSTA DOURADA RESIDENCE, celebrado entre MARIA DE NAZARÃ COSTA e ÃNCORA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. Â Â Â Â Â Â b) CONDENAR a parte requerida - ÃNCORA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA., a restituir, em parcela Ãºnica, a requerente MARIA DE NAZARÃ COSTA, os valores por esta pagos, referentes ao contrato mencionado, acrescidos de juros moratÃ³rios de 1% ao mÃªs e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria pelo Ã-ndice do INPC a partir da data da propositura da aÃ§Ã£o, atÃ© a data do efetivo pagamento, mediante retenÃ§Ã£o, a tÃ-tulo de despesas administrativas, quando da devoluÃ§Ã£o/pagamento ao requerente, do correspondente a 10% (dez por cento) do valor total pago, conforme fundamentaÃ§Ã£o supra. Â Â Â Â Â Â c) DEIXO DE CONDENAR a requerida ao pagamento de indenizaÃ§Ã£o por danos morais, lucros cessantes e atraso na entrega da obra, pelas razÃµes ao norte ventiladas. Â Â Â Â Â Â d) Considerando a sucumbÃªncia recÃ-proca (artigo 86 do NCPC), condeno as partes, na proporÃ§Ã£o de 50% (cinquenta por cento) para cada uma, ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Sem custas, face a gratuidade deferida. Â Â Â Â Â Â Por conseguinte, extingo o processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito (art. 487, I do NCPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. ROSANA LÃCIA DE CANELAS BASTOS Juiz de Direito titular 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 03392891120168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 18/11/2021 EXEQUENTE:DAYANA DO AMARAL BROGES Representante(s): OAB 16765-B - JOHNY FERNANDES GIFFONI (DEFENSOR) EXECUTADO:DOCILAR IMOVEIS LTDA. Processo n. 0339289.11.2016.8.14.0301 R.H. Â Â Â Â I - A atual legislaÃ§Ã£o processual civil passou a prever o pedido de desconsideraÃ§Ã£o da personalidade jurÃ-dica como incidente processual quando formulado durante o curso do processual (e nÃ£o na petiÃ§Ã£o inicial), cujo procedimento previsto nos arts. 133 a 137 do CPC Ã© obrigatÃ³rio. Â Â Â Â Ademais, no que tange Ã comprovaÃ§Ã£o dos pressupostos legais (materiais) para a desconsideraÃ§Ã£o, os doutrinadores FlÃ¡vio Tartuce e Daniel Amorim AssumpÃ§Ã£o Neves ressaltam que o requerente do incidente nÃ£o necessariamente precisa apresentar prova prÃ©-constituÃ-da e liminarmente demonstrar o cabimento da desconsideraÃ§Ã£o (art. 50 do CC e art. 28 do CDC), uma vez que o incidente possui expressamente fase probatÃ³ria para tanto. Vejamos, in verbis: Â¿Deve-se compreender o Â§4Âº do art. 134 do Novo CPC, que nÃ£o foi feliz em prever que no requerimento cabe Ã parte demonstrar o preenchimento dos pressupostos legais para a desconsideraÃ§Ã£o, o que pode passar a equivocada impressÃ£o de que o requerente terÃ¡ que apresentar prova prÃ©-constituÃ-da e liminarmente demonstrar o cabimento da desconsideraÃ§Ã£o. Na realidade, o requerente nÃ£o deve demonstrar, mas apenas alegar o preenchimento dos requisitos legais para a desconsideraÃ§Ã£o, tendo o direito Ã produÃ§Ã£o de prova para convencer o juÃ-zo de sua alegaÃ§Ã£o, inclusive conforme previsto nos arts. 135 e 136 do Novo CPC, ao indicarem expressamente a possibilidade de instruÃ§Ã£o probatÃ³ria no incidente ora analisado.Â¿ (TARTUCE, FlÃ¡vio; NEVES, Daniel Amorim AssumpÃ§Ã£o. Manual de direito do consumidor: direito material e processual. 5. ed. rev. atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense; SÃ£o Paulo: MÃ©todo, 2016, pÃ¡g. 885/886). Â Â Â Â Assim, caso o requerente faÃ§a as devidas alegaÃ§Ãµes especÃ-ficas indicativas da existÃªncia dos

pressupostos processuais, deve ser instaurado o procedimento, citando-se os sÃ³cios para se manifestarem e para requererem as provas que entenderem cabÃ-veis, nos termos do art. 135 do CPC, antes de ser acolhido o pedido de desconsideraÃ§Ã£o da personalidade jurÃ-dica. Â Â Â Â No caso em comento, na petiÃ§Ã£o de fls. 33/37, o demandante/exequente alega que a empresa executada encerrou suas atividades, sem pagamento deÂ suas obrigaÃ§Ãµes, caracterizando assim, abuso de direito da personalidade jurÃ-dica, havendo desvio de finalidade pelos sÃ³cios ao usar a pessoa jurÃ-dica como fachada para a prÃ¡tica de atoa fraudulentos contra o consumidor Â Â Â Â a confusÃ£o na organizaÃ§Ã£o patrimonial entre os bens e rendimento da pessoa jurÃ-dica e de seus sÃ³cios, que teriam se apropriado indevidamente dos valores recebidos pela pessoa jurÃ-dica sem primeiramente honrar com as dÃ-vidas da empresa, demonstrando que inexiste separaÃ§Ã£o patrimonial entre o patrimÃ´nio da pessoa jurÃ-dica e seus sÃ³cios. Â Â Â Â AlÃ©m disso, ressalta que os documentos juntados aos autos demonstram tambÃ©m a atual inatividade da empresa e a inexistÃªncia de sede, dificultando a busca do requerente pela satisfaÃ§Ã£o de crÃ©dito. Â Â Â Â Ante o exposto, diante dos relatos da existÃªncia dos pressupostos legais previstos no art. 50 do CC (confusÃ£o patrimonial e desvio de finalidade, instauro o incidente de desconsideraÃ§Ã£o da personalidade jurÃ-dica, com base no art. 135 do CPC e determino: I - A CitaÃ§Ã£o dos sÃ³cios KELLY MARTINS DIAS BESSA e RAIMUNDO BESSA JÃNIOR, por ARMP, nos endereÃ§os informados na petiÃ§Ã£o de fls. 34, , para que, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o presente incidente e requererem as provas que entenderem cabÃ-veis; ou, querendo, apresentem proposta de acordo com vistas a quitarem a dÃ-vida assumida pela pessoa jurÃ-dica perante o exequente. II - ServirÃ¡ o presente, por cÃ³pia digitalizada, como carta de citaÃ§Ã£o. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei (Provimentos n. 003 e 011/2009-CJRMB). BelÃ©m, 16 de Novembro de 2021. ROSANA LÃCIA DE CANELAS BASTOS JuÃ-za de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 05076421420168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 18/11/2021 REQUERENTE:NILZOMAR SANTOS DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 15875 - MARCOS VINICIUS COROA SOUZA (ADVOGADO) OAB 15950 - BRUNO FERREIRA DE ALMEIDA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 10676 - PAULO ROBERTO AREVALO BARROS FILHO (ADVOGADO) . Â¿ Processo 0507642-14.2016.8.14.0301 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â NILZOMAR SANTOS DE OLIVEIRA, qualificado nos autos, por meio de advogado devidamente habilitado, ajuizou a presente AÃÃO ORDINÃRIA DE OBRIGAÃÃO DE NÃO FAZER C/C RESTITUIÃÃO DE VALORES PAGOS COM PEDIDO DE TUTELA E DANOS MORAIS, contra BANCO DO ESTADO DO PARÃ, tambÃ©m identificado. Â Â Â Â Â Â RELATÃRIO Â Â Â Â Â Â Na inicial Â¿ fls. 04/15, aduz o autor que realizou diversos emprÃ©stimos junto ao banco demandado, na modalidade Consignado - com parcelas descontadas diretamente em seus vencimentos, e CDC - cujos valores das parcelas sÃ£o descontados em sua conta corrente. Que percebeu drÃ¡stica reduÃ§Ã£o nos valores por si recebidos, quando constatou que os descontos estavam sendo realizados acima da margem mÃ¡xima permitida por lei, de 30% (trinta por cento). Â Â Â Â Â Â Pediu o benefÃ-cio da justiÃ§a gratuita, a aplicaÃ§Ã£o do CDC e a inversÃ£o do Ã´nus da prova, e antecipaÃ§Ã£o de tutela para determinar que o demandado limite o valor dos descontos a 30% (trinta por cento) dos seus vencimentos. No mÃ©rito pediu a confirmaÃ§Ã£o dos termo da tutela, indenizaÃ§Ã£o por danos morais no valor de R$10.000,00 (dez mil reais) e a condenaÃ§Ã£o do demandado ao pagamento de custas e honorÃ¡rios de sucumbÃªncia. Â Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â O JuÃ-zo deferiu a justiÃ§a gratuita e e concedeu liminar. Determinando que os descontos em folha de pagamento nÃ£o ultrapassem a margem de 30% (trinta por cento) e devoluÃ§Ã£o dos valores excedentes, sob pena de aplicaÃ§Ã£o de multa. Foi designada audiÃªncia e determinada a citaÃ§Ã£o/intimaÃ§Ã£o do requerido - fls. 64/66. Na audiÃªncia realizada, nÃ£o houve acordo - fl. 70. Â Â Â Â Â Â O requerido apresentou contestaÃ§Ã£o - fls. 72/95, na qual afirmou a legalidade dos negÃ³cios realizados - 2 emprÃ©stimos consignados e 3 CDCs - bem como pleno conhecimento das condiÃ§Ãµes do assumidas pelo autor. Combateu o pedido de tutela antecipada, afirmou nÃ£o haver abusividade e que o autor estava em pleno gozo de suas faculdades ao decidir contrair os emprÃ©stimos. Â Â Â Â Â Â Preliminarmente, arguiu carÃªncia do direito de aÃ§Ã£o do autor; no mÃ©rito afirmou a regularidade dos descontos, que inexiste dano moral, uma vez que a situaÃ§Ã£o se deu exclusivamente por culpa do autor. Afirmou a impossibilidade de inversÃ£o do Ã´nus da prova e finalizou requerendo a improcedÃªncia da . Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â A parte autora apresentou rÃ©plica - fls. 163/167, ratificando o arguido na inicial, afirmando o carÃ¡ter procrastinatÃ³rio da contestaÃ§Ã£o e pedindo o julgamento antecipado da lide. Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â FUNDAMENTAÃÃO Â Â Â Â Â Â O art. 355 do NCPC estabelece a oportunidade processual para o julgamento antecipado da lide, com prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a de mÃ©rito, quando nÃ£o houver necessidade de produzir outras provas (que Ã© o caso dos autos). Desta forma, ao considerar os fatos

que sÃ£o objeto de anÃ¡lise, as argumentaÃ§Ãµes jurÃ-dicas invocadas pelas partes e os documentos lanÃ§ados nos autos, antevejo a desnecessidade de dilaÃ§Ã£o probatÃ³ria. Â Â Â Â Â Â PRELIMINARES Â Â Â Â Â Â CARÃNCIA DA AÃÃO Â Â Â Â Â Â O pedido do autor Ã© claro e possÃ-vel, estÃ¡ detalhado e argumentado, pelo que rejeito a preliminar de carÃªncia de aÃ§Ã£o, suscitada pelo demandado.Â Â Â Â Â Â Â APLICAÃÃO DO CDC Â Â Â Â Â Â Considerando se tratar de relaÃ§Ã£o consumo e estando presentes os requisitos objetivos de inversÃ£o do Ã´nus da prova - verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes e a hipossuficiÃªncia do consumidor, INVERTO O ÃNUS PROBATÃRIO, termos do art. 6Â°, inciso VIII, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor. Â Â Â Â Â Â MÃRITO Â Â Â Â Â Â DANO MORAL Â Â Â Â Â Â O exame dos autos demonstra ter a parte autora firmado com o rÃ©u contratos de emprÃ©stimos em duas modalidades: Consignado e CDC/Banparacard, cuja quitaÃ§Ã£o foi acordada a ser realizada na forma parcelada, sendo os emprÃ©stimos consignados descontados nos vencimentos do autor e o CDC descontados diretamente em sua conta corrente. Â Â Â Â Â Â Pelo que consta nos autos, o autor estava ciente das caracterÃ-sticas de ambas as modalidades de emprÃ©stimo, tanto que os fez mais de uma vez, sabia quais seriam os valores das parcelas e, como afirmou em sua inicial, realizou tais contrataÃ§Ãµes por absoluta necessidade. Isto posto, nÃ£o de pode considerar que houve mÃ¡ fÃ©, ou qualquer outro ilÃ-cito, praticado pelo demandado, inexistindo, portanto, a ocorrÃªncia de dano ou dever de indenizar, nÃ£o fazendo jus, o autor, ao recebimento da indenizaÃ§Ã£o por dano moral requerida. Â Â Â Â Â Â SUSPENSÃO/REAJUSTE DO PAGAMENTO DAS PARCELAS Â Â Â Â Â Â CONSIGNAÃÃO EM PAGAMENTO Â Â Â Â Â Â A quitaÃ§Ã£o deste tipo de emprÃ©stimo se dÃ¡ de maneira parcelada e com descontos feitos diretamente na folha de pagamento - salÃ¡rio bruto - do devedor. Quanto a limitaÃ§Ã£o do percentual a ser descontado, ou margem consignÃ¡vel, esta foi limitada em 30% (trinta por cento). Isto posto, Ã© direito o autor ter tal limite respeitado, devendo o credor/demandado efetuar o recalculo da dÃ-vida, considerando as mesmas vantagens oferecidas na Ã©poca da contrataÃ§Ã£o do emprÃ©stimo, ou outras mais vantajosas, para o devedor, a fim de adequÃ¡-las ao citado limite percentual. Â Â Â Â Â Â CDC/BANPARACARD Â Â Â Â Â Â A quitaÃ§Ã£o deste tipo de emprÃ©stimo se dÃ¡ de maneira parcelada e com descontos feitos diretamente na conta corrente - salÃ¡rio lÃ-quido - do devedor. NÃ£o hÃ¡ consenso quanto a limitaÃ§Ã£o do percentual a ser descontado, conforme podemos observar nas decisÃµes dos nossos tribunais: Â Â Â Â Â Â APELAÃÃO CÃVEL. PEDIDO SUSPENSÃO DE EFICÃCIA DA SENTENÃA REALIZADO EM RAZÃES DO RECURSO. INCABÃVEL. REVISÃO CONTRATOS BANCÃRIOS. LIMITAÃÃO DESCONTOS DE EMPRÃSTIMOS EM CONTA-CORRENTE. POSSIBILIDADE. LIMITAÃÃO A 30% DA REMUNERAÃÃO DO DEVEDOR. INTEGRAÃÃO. ANALOGIA. SUPERENDIVIDAMENTO. PRESERVAÃÃO DO MÃNIMO EXISTENCIAL. 1. Pedido de concessÃ£o de efeito suspensivo deve ser formulado por petiÃ§Ã£o autÃ´noma, dirigida ao tribunal, no perÃ-odo compreendido entre a interposiÃ§Ã£o da apelaÃ§Ã£o e sua distribuiÃ§Ã£o, ou ao relator, se jÃ¡ distribuÃ-da, nos termos do Â§3Âº, do art. 1.012 do CPC. Realizado o referido pedido nas razÃµes de apelaÃ§Ã£o, nÃ£o cabe seu conhecimento, por inobservÃ¢ncia das regras de regÃªncia. 2. A liberdade de contrataÃ§Ã£o de mÃºtuos com consignaÃ§Ã£o em conta corrente deve sofrer limitaÃ§Ãµes pelas mesmas razÃµes por que sÃ£o balizados os emprÃ©stimos com desconto em folha de pagamento, pois, a solvÃªncia das obrigaÃ§Ãµes contratuais, ainda que livremente pactuadas, nÃ£o pode comprometer a capacidade de subsistÃªncia do devedor e de sua famÃ-lia, devendo ser observado o princÃ-pio da razoabilidade para assegurar o pagamento da dÃ-vida e a seguranÃ§a do sustento da famÃ-lia. PreservaÃ§Ã£o do mÃ-nimo existencial, em consonÂ¢ncia com o princÃ-pio da dignidade humana. Precedentes do STJ. 3. Haja vista a falta de norma aplicÃ¡vel aos mÃºtuos feneratÃ-cio com parcelas descontadas em conta corrente, deve aplicar, analogicamente, os limites estabelecidos para descontos por emprÃ©stimo consignados definidos nos estatutos de servidores pÃºblicos distritais, no importe de 30% trinta por cento da remuneraÃ§Ã£o liquida do servidor, depositada em conta corrente.Â 4. Cabe Ã instituiÃ§Ã£o credora observar que a concessÃ£o de crÃ©dito, sob o prisma da teoria do crÃ©dito responsÃ¡vel, deve considerar a capacidade de pagamento do devedor para evitar o endividamento excessivo, adotando as cautelas necessÃ¡rias para avaliaÃ§Ã£o dos riscos, visando assegurar nÃ£o sÃ³ o retorno financeiro dos bancos como o respeito Ã dignidade do tomador do crÃ©dito. 5. Os descontos em conta corrente deverÃ£o respeitar o percentual total de 30% (trinta por cento) da remuneraÃ§Ã£o liquida do servidor, depositada em conta corrente, a fim de preservar a dignidade humana e o mÃ-nimo existencial do consumidor. 6. Nos termos do artigo 6Âº, inciso XII, do CDC, alterado pela Lei 14.181/2021, Ã© direito bÃ¡sico do consumidor a preservaÃ§Ã£o do mÃ-nimo exsitencial. 7.HonorÃ¡rios advocatÃ-cios sucumbenciais arbitrados em 11% (onze por cento) do valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, Â§Â§ 2Âº e 11Âº, do CPC. 8. Recurso conhecido e provido. SentenÃ§a reformada. Â Â Â Â Â Â DIREITO CIVIL E BANCÃRIO. OPERAÃÃES DE CRÃDITO PESSOAL. DESCONTO DAS PARCELAS EM CONTA CORRENTE NA QUAL RECEBIDO BENEFÃCIO DE PRESTAÃÃO CONTINUADA DE

ASSISTÃNCIA SOCIAL AO IDOSO Â¿ BPC. PEDIDO DE LIMITAÃÃO DOS DESCONTOS. ACOLHIMENTO. VERBA DESTINADA ESSENCIALMENTE Ã SOBREVIVÃNCIA DO IDOSO. PRINCÃPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. RESP 1.555.722/SP. DISTINGUISHING. 1. AÃ§Ã£o ajuizada em 08/09/2017. Recurso especial interposto em 20/05/2019 e concluso ao Gabinete em 28/08/2019. 2. O propÃ³sito recursal consiste em dizer acerca da possibilidade de limitaÃ§Ã£o dos descontos efetuados por instituiÃ§Ã£o financeira na conta bancÃ¡ria mantida pelo recorrido, na qual Ã© depositado BenefÃ-cio de PrestaÃ§Ã£o Continuada de AssistÃªncia Social ao Idoso. 3. Segundo o entendimento firmado pela 2Âª SeÃ§Ã£o no REsp 1.555.722/SP (DJe de 25/09/2018), os descontos de parcelas de emprÃ©stimos em conta corrente, ainda que usada para recebimento de salÃ¡rio, sÃ£o lÃ-citos Â¿ desde que autorizados pelo correntista Â¿ e nÃ£o comportam limitaÃ§Ã£o por analogia Ã hipÃ³tese de consignaÃ§Ã£o em folha de pagamento de que trata a Lei 10.820/2003. 4. HipÃ³tese dos autos que, todavia, nÃ£o trata do recebimento de verbas salariais, mas do BenefÃ-cio de PrestaÃ§Ã£o Continuada de AssistÃªncia Social ao Idoso, que tem por objetivo suprir as necessidades bÃ¡sicas de sobrevivÃªncia do beneficiÃ¡rio, dando-lhe condiÃ§Ãµes de enfrentamento Ã misÃ©ria, mediante a concessÃ£o de renda mensal equivalente a 1 (um) salÃ¡rio mÃ-nimo. 5. NecessÃ¡rio distinguishing do caso concreto para acolher o pedido de limitaÃ§Ã£o dos descontos na conta bancÃ¡ria onde recebido o BPC, de modo a nÃ£o privar o idoso de grande parcela do benefÃ-cio que, jÃ¡ de inÃ-cio, era integralmente destinado Ã satisfaÃ§Ã£o do mÃ-nimo existencial. PonderaÃ§Ã£o entre o princÃ-pio da autonomia da vontade privada e o princÃ-pio da dignidade da pessoa humana. 6. Consoante o disposto no art. 3Âº da ResoluÃ§Ã£o BACEN nÂº 3.695, de 26/03/2009 (atual art. 6Âº da ResoluÃ§Ã£o BACEN nÂº 4.771, de 23/12/2019), a autorizaÃ§Ã£o de desconto de prestaÃ§Ãµes em conta corrente Ã© revogÃ¡vel. Assim, nÃ£o hÃ¡ razoabilidade em se negar o pedido do correntista para a limitaÃ§Ã£o dos descontos ao percentual de 30% do valor recebido a tÃ-tulo de BPC; afinal, o que Ã© vÃ¡lido para o mais, deve necessariamente sÃª-lo para o menos (a maiori, ad minus). 7. Recurso especial conhecido e nÃ£o provido. Â Â Â Â Â Â Ocorre que, uma vez que celebrado o contrato, recebido e usufruÃ-do o valor do emprÃ©stimo realizado, este deve ser quitado, respeitando-se o direito do ente que concedeu crÃ©dito. Entretanto, caso as condiÃ§Ãµes de pagamento se encontrem fora da margem considerada legal, Ã© dever do judiciÃ¡rio atuar no sentido de promover a harmonizaÃ§Ã£o entre os princÃ-pios da autonomia da vontade e da dignidade da pessoa humana, realizando justiÃ§a social preservando a liberdade para contratar. Â Â Â Â Â Â Uma vez que nÃ£o estÃ¡ pacificado, em nossa jurisprudÃªncia, qual o valor percentual a ser considerado como adequado para limitar os emprÃ©stimos na modalidade CDC, entendo ser coerente que o mesmo percentual de 30% (trinta por cento) seja utilizado, esclarecendo que, primeiramente, cabe ao contratante analisar a sua situaÃ§Ã£o financeira e capacidade de endividamento ANTES de contratar emprÃ©stimos. Â Â Â Â Â Â Â DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Isto posto, revogo a liminar concedida e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO DA INICIAL para DETERMINAR: 1.}Â Â Â Â Â Que o requerido BANCO DO ESTADO DO PARÃ mantenha o valor, a ser descontado do autor NILZOMAR SANTOS DE OLIVEIRA, referente aos emprÃ©stimos na modalidade consignado e descontado em sua folha de pagamento, limitado a margem consignÃ¡vel de 30% (trinta por cento) apontada em seu contracheque. Ressalto que o requerido deverÃ¡ efetuar o recalculo da dÃ-vida, se necessÃ¡rio e considerando as mesmas vantagens oferecidas na Ã©poca da contrataÃ§Ã£o do emprÃ©stimo, a fim de adequar o valor das parcelas ao citado limite percentual. 2.}Â Â Â Â Â Que o requerido BANCO DO ESTADO DO PARÃ mantenha o valor, a ser descontado do autor NILZOMAR SANTOS DE OLIVEIRA, referente aos emprÃ©stimos na modalidade CDC/BANPARACARD e descontado em sua conta corrente, limitado a 30% (trinta por cento) de seus vencimentos lÃ-quidos e depositados mensalmente em sua conta. Ressalto que o requerido deverÃ¡ efetuar o recalculo da dÃ-vida, se necessÃ¡rio e considerando as mesmas vantagens oferecidas na Ã©poca da contrataÃ§Ã£o do emprÃ©stimo, a fim de adequar o valor das parcelas ao citado limite percentual. 3.}Â Â Â Â Â Deixo de condenar o requerido ao pagamento de indenizaÃ§Ã£o por dano moral e devoluÃ§Ã£o dos valores descontados alÃ©m do percentual determinado, pelas razÃµes ao norte ventiladas. Â Â Â Â Â Â 4. Considerando a sucumbÃªncia recÃ-proca, determino em 10% (dez por cento) do valor da causa os honorÃ¡rios a serem pagos aos advogados.Â Â Â Â Â Â Ressalto que, em observÃ¢ncia ao disposto no art. 98, Â§2Âº, do CPC, a concessÃ£o da gratuidade nÃ£o afasta a responsabilidade do beneficiÃ¡rio pelas despesas processuais e pelos honorÃ¡rios advocatÃ-cios decorrentes de sua sucumbÃªncia. Â Â Â Â Â Â Contudo, a exigibilidade das obrigaÃ§Ãµes decorrentes da sucumbÃªncia ficarÃ¡ suspensa e somente poderÃ£o ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trÃ¢nsito em julgado desta decisÃ£o, a parte credora demonstrar que deixou de existir a situaÃ§Ã£o de insuficiÃªncia de recursos que justificou a concessÃ£o de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigaÃ§Ãµes da beneficiÃ¡ria (art. 98, Â§3Âº, CPC). Â Â Â Â Â Â Por conseguinte, EXTINGO o processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito (art. 487, I do NCPC). Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. BelÃ©m, 10 de novembro

de 2021. ROSANA LÃCIA DE CANELAS BASTOS JuÃ-za de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 06656794220168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 REQUERENTE:REGINA DE FÁTIMA BORGES SOARES Representante(s): OAB 15304 - DANIELA DE SA SALVIANO (ADVOGADO) REQUERIDO:NÚBIA CRISTINA ALVES DE SOUSA REQUERIDO:LORENA LEITE DO COUTTO. Ã£ DECISÃO Â Â Â Â Â Defiro o petitÃ³rio de fls. 168/169 doa autos e, considerando a resposta ao ofÃ-cio 151 de 2018, juntada em fl. 167 dos presentes autos, intime-se a parte autora para que se manifeste, em 5 (cinco) dias, sob pena de preclusÃ£o. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. ROSANA LÃCIA DE CANELAS BASTOS JuÃ-za de Direto Titular 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital

RESENHA: 12/11/2021 A 12/11/2021 - SECRETARIA 1ª UPJ VARAS CIVEL,EMPRES,ORFÃO,INTERDITO, AUSENTE,RESIDUO,ACID DO TRABALHO,REG PUBLICO - VARA: 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00184904320108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010276570 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Execução de Título Judicial em: 12/11/2021 REU:KARLA RENATA CARDOSO BARACHO AUTOR:UNAMA UNESPA UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DO PARA Representante(s): OAB 8975 - CLAUDIA DOCE SILVA COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 7108 - LEILA MASOLLER WENDT (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JuÃ-zo da 1Âª Vara CÃ-vel da Comarca da BelÃ©m Processo nÂº 0018490-43.2010.8.14.0301 AÃÃO MONITÃRIA Requerente: UNIÃOÂ DE ENSINO SUPERIOR DO PARÃ-UNESPA PREPOSTO: AUSENTE Advogada: AUSENTE RÃ©: KARLA RENATA CARDOSO BARACHO (AUSENTE) Advogado: AUSENTE JuÃ-za: DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Data: 11/11/2021 Hora: 09h40min. TERMO DE AUDIÃNCIA Ao dÃ©cimo primeiro dia do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 09h40, nesta cidade de BelÃ©m-ParÃ¡, na sala de audiÃªncia, na presenÃ§a da JuÃ-za de Direito, DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS. Efetuado o pregÃ£o, constatou-se a ausÃªncia das partes e de seus advogados. Iniciada a audiÃªncia, restou infrutÃ-fera a tentativa de conciliaÃ§Ã£o em virtude da ausÃªncia das partes. DELIBERAÃÃO: 1) Intime-se a parte autora para que manifeste sobre o interesse no prosseguimento do feito no prazo de 05 dias, requerendo o que entender de direito 2) E nada mais dito e nem perguntado deu-se por encerrado este termo, onde eu, Thiago Alves Pinto, estagiÃ¡rio de direito, digitei e subscrevi. JUÃZA:

RESENHA: 16/11/2021 A 19/11/2021 - SECRETARIA 1ª UPJ VARAS CIVEL,EMPRES,ORFÃO,INTERDITO, AUSENTE,RESIDUO,ACID DO TRABALHO,REG PUBLICO - VARA: 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00343942220128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DIANE DA COSTA FERREIRA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 16/11/2021 EXEQUENTE:NOVO LAR SERVICOS CONDOMINIAIS LTDA Representante(s): OAB 14073 - CARLA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) OAB 6557 - JOSE AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO (ADVOGADO) OAB 24471 - PATRICIA LIA ARAUJO DE MACEDO (ADVOGADO) EXECUTADO:ANCORA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 10680 - MANOEL ANDRE CAVALCANTE DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 19332 - KAMILA KAUATI MARINHO FERREIRA DE MEDEIROS (ADVOGADO) OAB 21095 - CINTHIA DANTAS VALENTE (ADVOGADO) EXECUTADO:WASHINGTON QUEIROS PIMENTA EXECUTADO:ALBANISA GOMES QUEIROZ. ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1Âº, Â§ 2Âº, inciso XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, ante a DecisÃ£o de fls. 113, fica intimada a parte Exequente, por meio de seus advogados, a efetuar o pagamento de custas para a expediÃ§Ã£o de 02 Mandados de CitaÃ§Ã£o, bem como das respectivas diligÃªncias do Oficial de JustiÃ§a, no prazo de 15 (quinze) dias. ApÃ³s, juntar aos autos o comprovante de pagamento, o boleto bancÃ¡rio correspondente e o RelatÃ³rio de conta do processo, nos termos do art. 9Âº, Â§ 1Âº da Lei 8328/2015. BelÃ©m-PA, 16 de novembro de 2021. Diane da Costa Ferreira, Servidora da 1Âª UPJ das Vara CÃ-veis e Empresariais de BelÃ©m PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00216135020018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110258781 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BARBARA LEITE COSTA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 17/11/2021 REU:ESPOLIO DE MARIA DE LOURDES FADUL TEIXEIRA Representante(s): OAB 19067 - LUCAS GOMES BOMBONATO (ADVOGADO) OAB 26094 -

ANA LUIZA MARQUES DE SOUZA NEVES (ADVOGADO) REU:POSTO SENADOR LEMOS LTDA REU:ANTONIO WILSON LUIZDE ALMEIDA TEIXEIRA Representante(s): OAB 10988 - MONICA ARAUJO MIRANDA (ADVOGADO) OAB 5596 - TITO EDUARDO VALENTE DO COUTO (ADVOGADO) OAB 8724 - ANA KARINA TUMA MELO (ADVOGADO) VIVIANE COSTA COELHO (ADVOGADO) AUTOR:IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S/A Representante(s): OAB 128341 - NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, I do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, INTIMO a parte autora por seu advogado para comparecer na UPJ e informar o endereÃ§o com cep do DepositÃ¡rio PÃºblico do 2Âº ofÃ-cio. BelÃ©m, 17/11/21, BÃ¡rbara Leite Costa, Analista JudiciÃ¡rio da 1Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m. Resenha do dia 17/11/2021 Publicado em, ____/____/____. PROCESSO: 00393931820128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 AUTOR:TERRA ALTA DISTRIBUIDORA LTDA Representante(s): OAB 16719 - MARIO CELIO COSTA ALVES FILHO (ADVOGADO) OAB 128341 - NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) REU:LIDIA DE LIMA CHAVES Representante(s): OAB 13919 - SAULO COELHO CAVALEIRO DE MACEDO PEREIRA (ADVOGADO) OAB 7666 - SAULO ROBERTO REGIS DE SOUZA MORAES (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§3Âº do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, intimo os embargados a apresentar manifestaÃ§Ã£o quanto aos embargos de declaraÃ§Ã£o, no prazo de 5 (cinco) dias. BelÃ©m, 18 de novembro de 2021. Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00090302620138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Busca e Apreensão Infância e Juventude em: 19/11/2021 REQUERENTE:BANCO FINASA BMC SA Representante(s): OAB 894-B - PAULO HENRIQUE FERREIRA (ADVOGADO) OAB 18694-A - VERIDIANA PRUDENCIO RAFAEL (ADVOGADO) OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:BENEDITO AVIZ DOS SANTOS Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§3Âº do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, intimo os embargados a apresentar manifestaÃ§Ã£o quanto aos embargos de declaraÃ§Ã£o, no prazo de 5 (cinco) dias. BelÃ©m, 19 de novembro de 2021. Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00257348020098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910557931 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VÂNIA CRISTINA TRAVASSOS LOPES BORCEM A??o: Monitória em: 19/11/2021 AUTOR:UAPE COMERCIO REPRESENTACAO E SERVICOS LTDA Representante(s): KARINA DE NAZARE RAMOS CORVELO (ADVOGADO) RAQUEL DE ANDRADE ESQUIVEL (ADVOGADO) REU:EXPORTADORA WOODBAR LTDA - EPP. ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao disposto no inciso XI, Â§ 2Âº, do Art. 1Âº do Provimento nÂº 006/2006, da C.R.M.B, intime-se a parte AUTORA para complementar recolhimento de custas necessÃ¡ria Ã expediÃ§Ã£o de CARTAS DE CITAÃÃO aos rÃ©us, dado que foram recolhidas em valor insuficiente (faltou pagamento de 2 serviÃ§os postais). BelÃ©m, 19/11/2021. VÃ¢nia Borcem Analista JudiciÃ¡rio RESENHA: 19/11/2021 PUBLICAÃÃO DJE: ____/____/2021 PROCESSO: 03833505420168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BARBARA LEITE COSTA A??o: Cumprimento de sentença em: 19/11/2021 AUTOR:MARIA AMALIA FURTADO JORGE SAUAIA Representante(s): OAB 13353 - ELISANGELA MARA DA SILVA JORGE (ADVOGADO) OAB 14431 - DANILO EWERTON COSTA FORTES (ADVOGADO) OAB 17239 - RENATO VITOR DA SILVA JORGE (ADVOGADO) OAB 21063 - MARCOS ODYR LIMA SIQUEIRA (ADVOGADO) REU:ANTONIO SANTINO GARCIA CASTRO. ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, I do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, INTIMO a parte autora por seu advogado para apresente manifestaÃ§Ã£o ao ato ordinatÃ³rio de folha 68, no prazo de 5 dias. BelÃ©m, 19/11/21, BÃ¡rbara Leite Costa, Analista JudiciÃ¡rio da 1Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m. Resenha do dia 19/11/2021 Publicado em, ____/____/____.

RESENHA: 16/11/2021 A 19/11/2021 - SECRETARIA 1ª UPJ VARAS CIVEL,EMPRES,ORFÃO,INTERDITO, AUSENTE,RESIDUO,ACID DO TRABALHO,REG PUBLICO - VARA: 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00625788020158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DIANE DA COSTA FERREIRA A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 17/11/2021 REQUERENTE:ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) OAB 20867-A - ELIETE SANTANA MATOS (ADVOGADO) OAB 20868-A - HIRAN LEAO DUARTE (ADVOGADO) REQUERIDO:ROSANGELA MARIA OLIVEIRA MAGNO Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . ATO ORDINATÃRIO Nos termos do Provimento 006/2006-CJRMB, inciso IV, considerando que a SentenÃ§a de fls. 63/65 (doc. 20210161686884) dos autos nÃ£o foi publicada no DJE, em razÃ£o de nÃ£o ter sido inserido, no Sistema LIBRA, o texto-peÃ§a para publicaÃ§Ã£o, transcrevo, abaixo, os termos da referida DecisÃ£o, para fins de publicaÃ§Ã£o no DJE e intimaÃ§Ã£o das partes, por meio de seus advogados. BelÃ©m-PA, 17 de novembro de 2021. Diane da Costa Ferreira Servidora da 1Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PUBLICADO EM ____/____/____ Processo CÃ-vel nÂº 0062578-80.2015.8.14.0301 - SentenÃ§a - Vistos etc. ADMINISTRADORA DE CONSÃRCIO NACIONAL HONDA LTDA, devidamente qualificada nos autos, vem por meio de advogado, propor a presente AÃÂ¿O DE BUSCA E APREENSÂ¿O C/ PEDIDO LIMINAR contra ROSANGELA MARIA OLIVEIRA MAGNO, tambÃ©m qualificada nos autos, com vistas Ã busca e apreensÂ¿o do veÃ-culo automotor da marca HONDA/CG 125 FAN ESD VERMELHA, ano/modelo 2014/2014, placa OTO-6046, objeto de garantia fiduciÃ¡ria. Aduz a autora que firmou contrato de alienaÃ§Â¿o fiduciÃ¡ria com a requerida para fins de aquisiÃ§Â¿o do veÃ-culo acima descrito, o qual foi dado em garantia Ã autora por meio de alienaÃ§Â¿o fiduciÃ¡ria. Prossegue a autora que a requerida veio a constituir-se em mora em relaÃ§Â¿o a algumas parcelas do financiamento, e que apÃ³s as tentativas frustradas de recebimento do crÃ©dito que lhe era devido, nÂ¿o restou outra alternativa, senÂ¿o a notificaÃ§Â¿o extrajudicial e o ajuizamento da presente aÃ§Â¿o de busca e apreensÂ¿o, com fundamento no Decreto-Lei nÂº 911/69 e suas alteraÃ§Â¿es. Deferida a medida liminar, foi efetivada a busca e apreensÂ¿o do bem e citada a requerida, conforme verificado Ã fl. 27 dos autos. A requerida ofereceu contestaÃ§Â¿o (fls. 29/38), requerendo a total improcedÃªncia da aÃ§Â¿o e a declaraÃ§Â¿o da quitaÃ§Â¿o do dÃ©bito com escopo no PrincÃ-pio do Adimplemento Substancial do DÃ©bito. Ã o relatÃ³rio. DECIDO. A lide comporta julgamento antecipado (art. 355, I, do CPC). Preliminarmente, embora a parte rÃ©, representada pela Defensoria PÃºblica, tenha se omitido em sua peÃ§a contestatÃ³ria quanto ao pedido de concessÂ¿o da justiÃ§a gratuita, resta evidenciada a condiÃ§Â¿o de hipossuficiente da requerida, a partir do momento em que buscar o apoio jurÃ-dico daquele Ã³rgÂ¿o para lhe defender no presente processo. Posto isto, tenho por deferir a concessÂ¿o de tal benefÃ-cio a requerida, com fundamento no art. 8Âº do CPC c/c art. 5Âº, LXXIV da CF/88. Passo a anÃ¡lise do mÃ©rito. Trata-se a presente demanda de busca e apreensÂ¿o de veÃ-culo em razÂ¿o de dÃ©bitos havidos pela parte rÃ© de parcelas referentes a contrato de alienaÃ§Â¿o fiduciÃ¡ria. Em sede de contestaÃ§Â¿o (fls. 29/38), a rÃ© alega que foram acrescidos ao valor do financiamento valores referentes a despesas com terceiros, tarifas e impostos sobre a operaÃ§Â¿o relativos aos encargos do financiamento que oneraram ainda mais o valor do contrato, cuja prÃ¡tica constitui-se como venda casada, vedada pelo ordenamento jurÃ-dico. Por outro lado, a rÃ© nÂ¿o nega o seu inadimplemento das parcelas do financiamento, pelo contrÃ¡rio, atribui o nÂ¿o cumprimento das suas obrigaÃ§Â¿es contratuais aos acrÃ©scimos substanciais de valores, alÃ©m dos convencionados, a pretexto de aplicaÃ§Â¿o de correÃ§Â¿o monetÃ¡ria. A SÃºmula nÂº 596 do STF, admite a cobranÃ§a de juros e outros encargos nas operaÃ§Â¿es de crÃ©dito realizadas por instituiÃ§Â¿es integrantes do sistema financeiro nacional. O que reforÃ§a o reconhecimento do dinamismo que envolve as atividades econÃ´micas, sendo as taxas de juros estipuladas consoante as flutuaÃ§Â¿es de mercado. Concretamente, a capitalizaÃ§Â¿o de juros nÂ¿o Ã© proibida no ordenamento jurÃ-dico brasileiro, inclusive este vem sendo o entendimento sufragado nos tribunais superiores. AlÃ©m disso, o ajuste entre as partes foi celebrado com a plena e consciente aquiescÃªncia da demandada. Quanto ao argumento da rÃ© de que o dÃ©bito jÃ¡ se encontra quitado considerando o princÃ-pio do adimplemento substancial da dÃ-vida, este juÃ-zo entende que tal princÃ-pio nÂ¿o se aplica ao presente caso. Nesses casos, o entendimento jurisprudencial Ã© pelo pagamento in totum, da dÃ-vida, ou seja, com o total adimplemento das parcelas vencidas e vincendas, senÂ¿o vejamos: Â¿BUSCA E APREENSÂ¿O. PAGAMENTO DA

INTEGRALIDADE DA DÃVIDA. ConsonÃ¢ncia com decisÂ¿o do C. STJ (art. 543-C do CPC). InterpretaÃ§Â¿o do art. 3Âº, parÃ¡grafos 1Âº e 2Âº, do Decreto-lei nÂº 911/69, firmada pelo C. STJ em julgamento do REsp nÂº 1.418.593/MS. Possibilidade de o devedor-fiduciante pagar a integralidade da dÃ-vida pendente, ou seja, as parcelas vencidas e vincendas, a fim de reaver o bem objeto do contrato. Adimplemento substancial. Inaplicabilidade das teorias aos casos de alienaÃ§Â¿o fiduciÃ¡ria. Precedente do C. STJ, sob o regime jurÃ-dico de recursos repetitivos. ManutenÃ§Â¿o da r. sentenÃ§a. Recurso da rÃ© nÂ¿o provido. (TJ/SP, apelaÃ§Â¿o cÃ-vel, processo cÃ-vel nÂº 1004644-92.2018.826.0048, publicado em 22/03/2019)Â¿ Em sede de recurso repetitivo, o Colendo Superior Tribunal de JustiÃ§a firmou a seguinte tese: Tema 722/STJ: `Nos contratos firmados na vigÃªncia da Lei nÂº 10.931/2004, compete ao devedor, no prazo de 5 dias apÃ³s a execuÃ§Â¿o da liminar na aÃ§Â¿o de busca e apreensÂ¿o, pagar a integralidade da dÃ-vida - entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial -, sob pena de consolidaÃ§Â¿o da propriedade do bem mÃ³vel objeto de alienaÃ§Â¿o fiduciÃ¡riaÂ¿. Assim, certo Ã© que a jurisprudÃªncia, como visto, inadmite a aplicaÃ§Â¿o da teoria do adimplemento substancial aos casos de busca e apreensÂ¿o de veÃ-culo gravado com alienaÃ§Â¿o fiduciÃ¡ria, bem como, para fins de purga da mora, considera o pagamento da integralidade da dÃ-vida. Desse modo, depreende-se que a rÃ© nÂ¿o conseguiu provar fato extintivo, impeditivo ou modificativo do direito do autor (art. 373, II, do CPC). Diante de todo o exposto, com fulcro no Decreto Lei nÂº 911/69, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na presente aÃ§Â¿o, declarando rescindido o contrato e consolidando nas mÂ¿os do autor o domÃ-nio e a posse plenos e exclusivos do bem, cujo deferimento de apreensÂ¿o liminar torno definitiva. Condeno a rÃ© ao pagamento das custas do processo, entrementes ficam suspensas a sua exigibilidade, por ser beneficiÃ¡rio da justiÃ§a gratuita. Condeno, ainda a rÃ© em honorÃ¡rios advocatÃ-cios que arbitro em 10% do valor da causa, devidamente atualizados. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. BelÃ©m, 11 de agosto de 2021 VALDEISE MARIA REIS BASTOS JuÃ-za de Direito respondendo pela 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca da Capital PROCESSO: 00040592020128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BARBARA LEITE COSTA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 18/11/2021 AUTOR:ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARA ACEPA Representante(s): OAB 5875 - KELMA SOUSA DE OLIVEIRA REUTER COUTINHO (ADVOGADO) OAB 3967 - MILENE SOARES BENTES (ADVOGADO) OAB 13339 - SERGIO FIUZA DE MELLO MENDES FILHO (ADVOGADO) REU:RENAN BRAGUINI Representante(s): OAB 25381 - FRANCICLEI DO SOCORRO RODRIGUES DA SILVA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, I do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, INTIMO a parte exequente por seu advogado para pagar as custas do mandado, porquanto somente pagou a diligÃªncia do oficial de justiÃ§a, bem como indicar o endereÃ§o do executado para o qual serÃ¡ destinada a nova citaÃ§Ã£o. BelÃ©m, 18/11/21, BÃ¡rbara Leite Costa, Analista JudiciÃ¡rio da 1Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m. Resenha do dia 18/11/2021 Publicado em, ____/____/____. PROCESSO: 00055127920148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BARBARA LEITE COSTA A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 AUTOR:ERNANDES DE ALMEIDA FERREIRA Representante(s): OAB 90322 - SABRINA BORGES (ADVOGADO) REU:FEDERAL DE SEGUROS S/A REU:A SEGURADORA LIDER DO CONSOCIO DO SEGURO DPVAT. ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, I do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, INTIMO a parte requerente por seu advogado para pagar as custas da carta de citaÃ§Ã£o postal e serviÃ§o postal visando a citaÃ§Ã£o do requerido. Indique tambÃ©m, quais dos dois endereÃ§os indicados na fl. 38 deverÃ¡ ser o primeiro endereÃ§o a ser cumprida a citaÃ§Ã£o. BelÃ©m, 18/11/21, BÃ¡rbara Leite Costa, Analista JudiciÃ¡rio da 1Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m. Resenha do dia 18/11/2021 Publicado em, ____/____/____. PROCESSO: 00167393220158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BARBARA LEITE COSTA A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 18/11/2021 REQUERENTE:BANCO SAFRA SA Representante(s): OAB 21678 - BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLAI (ADVOGADO) REQUERIDO:GERSICA DO ROSARIO OLIVEIRA DE ALMEIDA. ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1Âº, Â§ 2Âº, inciso XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, Provimento 008/2014-CJRMB e de ordem do MM. Juiz de Direito, em razÃ£o da obrigatoriedade de recolhimento de custas para distribuiÃ§Ã£o da Carta PrecatÃ³ria no sistema PJe, fica intimada a parte autora, por seu advogado, a promover o recolhimento das custas para a expediÃ§Ã£o de Carta PrecatÃ³ria e de sua Postagem para a Comarca de IMPERATRIZ/MA, nos termos da Lei Estadual 8328/2015, art. 28, Â§ 1Âº, no prazo de 15

(quinze) dias. BelÃ©m, 18/11/2021. BÃ¡rbara Leite Costa, Analista JudiciÃ¡rio da Secretaria da 1Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial BelÃ©m. PROCESSO: 00365374420028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210434384 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VÂNIA CRISTINA TRAVASSOS LOPES BORCEM A??o: Cumprimento de sentença em: 18/11/2021 AUTOR:HSBC BANK BRASIL SA Representante(s): OAB 2455-A - MAURO PAULO GALERA MARI (ADVOGADO) FABIO GUY LUCAS MOREIRA (ADVOGADO) FABRICIO BENTES CARVALHO (ADVOGADO) ADVOGADO:MARCIO MARQUES GUILHON REU:MOTTA VEICULOS LTDA REU:MIGUEL NAZARE MOTTA INTERESSADO:BANCO BARDESCO SA Representante(s): OAB 25197-A - LUCIA CRISTINA PINHO ROSAS (ADVOGADO) OAB 25196-A - EDSON ROSAS JUNIOR (ADVOGADO) OAB 20455-A - MAURO PAULO GALERA MARI (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao disposto no inciso XI, Â§ 2Âº, do Art. 1Âº do Provimento nÂº 006/2006, da C.R.M.B, intime-se a parte AUTORA para efetuar o pagamento de custas intermediÃ¡rias para expediÃ§Ã£o de CARTA DE INTIMAÃÃO AO RÃU (1 carta + 1 serviÃ§o postal). BelÃ©m/PA, 18/11/2021. VÃ¢nia Borcem Analista JudiciÃ¡rio RESENHA: 18/11/2021 PUBLICAÃÃO DJE: ____/____/2021 PROCESSO: 00018801920088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810058724 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IRACEMA CARVALHO ARAÚJO DA SILVA A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 19/11/2021 REU:JOSE MARIA ABREU DA COSTA NETO AUTOR:HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO Representante(s): VANESSA LINHARES GOUVEIA (ADVOGADO) LEONARDO COIMBRA NUNES (ADVOGADO) . Ã ATO ORDINATÃRIO 00018801920088140301 Em cumprimento Ã Ordem de ServiÃ§o nÂº 008/2021, fica intimada o autor, por meio de seu patrono, a efetuar o pagamento das custas finais pendentes nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscriÃ§Ã£o em DÃ-vida Ativa. BelÃ©m, 18/11/2021. Eu, _____ Servidora da 1Âª UPJ CÃ-vel. PUBLICADO EM _____/_____/_____ PROCESSO: 00109124020078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710336668 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IRACEMA CARVALHO ARAÚJO DA SILVA A??o: Cumprimento de sentença em: 19/11/2021 REU:SINART SOCIEDADE NACIONAL DE APOIO RODOVIARIO E TURISTICO LTDA Representante(s): OAB 16101 - SAMUEL CUNHA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 6778 - MARLUCE ALMEIDA DE MEDEIROS (ADVOGADO) AUTOR:MANOEL MENDONCA DA SILVA FILHO Representante(s): SOTER OLIVEIRA SARQUIS (ADVOGADO) AUTOR:BERENICE DO SOCORRO MORAES LIMA Representante(s): OAB 1428 - SOTER OLIVEIRA SARQUIS (ADVOGADO) . Ã ATO ORDINATÃRIO Proc. nÂº 0010912-40-2007.8140301 Em cumprimento ao disposto no Artigo 1Âº, Â§ 2Âº, inciso XXIV, do Provimento nÂº 006/2006, da CRMB, intimo a advogada EVELLYN NAYLA BORGES SOBRINHO Â¿ OAB/PA- 24935 a devolver o processo supra no prazo de trÃªs dias, sob pena de adoÃ§Ã£o das medidas legais cabÃ-veis por este juÃ-zo. BelÃ©m, 18/11/2021. Eu, _____ Servidora da 1Âª UPJ CÃ-vel. PUBLICADO EM _____/_____/_____ PROCESSO: 00126348020138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IRACEMA CARVALHO ARAÚJO DA SILVA A??o: Cumprimento de sentença em: 19/11/2021 AUTOR:MANUELLE DE JESUS MAIA RODRIGUES Representante(s): OAB 6297 - THIAGO CARLOS DE SOUZA DIAS (ADVOGADO) OAB 21039 - MICHELE PINTO CASTELO BRANCO (ADVOGADO) INVENTARIANTE:MANOEL STELIO MAIA RODRIGUES Representante(s): OAB 3569 - CELSO PIRES CASTELO BRANCO (ADVOGADO) INVENTARIADO:WALDIR RODRIGUES DA SILVA ENVOLVIDO:ROSALVA RIBEIRO DOS SANTOS Representante(s): OAB 6700 - NICHOLAS ALEXANDRE CAMPOLUNGO (ADVOGADO) ENVOLVIDO:GLORIA DOS SANTOS RODRIGUES. Ã ATO ORDINATÃRIO Proc. nÂº 0012634-80-2013.8140301 Em cumprimento ao disposto no Artigo 1Âº, Â§ 2Âº, inciso XXIV, do Provimento nÂº 006/2006, da CRMB, intimo o advogado CELSO PIRES CASTELO BRANCO Â¿ OAB/PA- 3569 a devolver o processo supra no prazo de trÃªs dias, sob pena de adoÃ§Ã£o das medidas legais cabÃ-veis por este juÃ-zo. BelÃ©m, 18/11/2021. Eu, _____ Servidora da 1Âª UPJ CÃ-vel. PUBLICADO EM _____/_____/_____ PROCESSO: 00328643420008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010127422 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VÂNIA CRISTINA TRAVASSOS LOPES BORCEM A??o: Procedimento de Liquidação em: 19/11/2021 REU:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 44698 - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) AUTOR:LUIZ DE SOUZA OLIVEIRA Representante(s): OAB 3385 - MARIA DE NAZARE BEZERRA LUCAS (ADVOGADO) OAB 7524 - LUCIENE CRISTINA DA SILVA PINTO (ADVOGADO) . CERTIDÃO/ATO ORDINATÃRIO Certifico e dou fÃ© que, a parte requerida nÃ£o se manifestou quanto ao despacho de fls. 311. Certifico ainda, ser desnecessÃ¡rio expediÃ§Ã£o de intimaÃ§Ã£o Ã perita, visto que esta manifestou-se Ã s fls. 301. Assim, ato seguinte, intimo parte autora para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento do processo. BelÃ©m/PA, 19 de novembro de 2021 VÃ¢nia Borcem Analista JudiciÃ¡rio RESENHA: 19/11/2021 PUBLICAÃÃO DJE:

____/____/2021 PROCESSO: 00532601020148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BARBARA LEITE COSTA A??o: Execução de Título Judicial em: 19/11/2021 EXEQUENTE:RAIMUNDO ROMULO DOS SANTOS REIS Representante(s): OAB 18628-A - CLAUDIA FREIBERG (ADVOGADO) OAB 21816 - ALBERTO ANTONY DANTAS DE VEIGA CABRAL (ADVOGADO) EXECUTADO:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 211648 - RAFAEL SGANZERLA DURAND (ADVOGADO) OAB 29981 - BRENDA KARINE LISBOA RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 15161 - NATASHA FRAZAO MONTORIL PAMPOLHA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, I do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, INTIMO a parte executada por seu advogado de que o extrato do demonstrativo do saldo atualizado da subconta judicial foi juntado ao processo. BelÃ©m, 19/11/21, BÃ¡rbara Leite Costa, Analista JudiciÃ¡rio da 1Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m. Resenha do dia 19/11/2021 Publicado em, ____/____/____. PROCESSO: 03572566920168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDNA MORAIS MAGNO DE MATOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 19/11/2021 REQUERENTE:DIANE VALERIA RODRIGUES BESSA Representante(s): OAB 4400 - JOSE ARNALDO DE SOUSA GAMA (ADVOGADO) REQUERIDO:TIM CELULAR SA. Ã-ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1Âº, Â§ 2Âº, inciso XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, fica intimada a parte Apelada, por meio de seus advogados, apresentar ContrarrazÃµes, no prazo de 15 (quinze) dias.. BelÃ©m-PA, 19 de Outubro de 2021. Edna Campos Morais Servidora da 1Âª UPJ das Vara CÃ-veis e Empresariais de BelÃ©m PUBLICADO EM ____/____/____

RESENHA: 16/11/2021 A 19/11/2021 - SECRETARIA 1ª UPJ VARAS CIVEL,EMPRES,ORFÃO,INTERDITO, AUSENTE,RESIDUO,ACID DO TRABALHO,REG PUBLICO - VARA: 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00516775920008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010272766 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): RICARDO VASCONCELOS MARADEI A??o: Execução de Título Judicial em: 16/11/2021 ADVOGADO:BRUNO BECKEMBAUER S. DAMASCENO AUTOR:ALBERTINA MELO ARAUJO Representante(s): OAB 3961 - ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO (ADVOGADO) REQUERIDO:AMAZONIA CELULAR S A Representante(s): OAB 86235 - ELADIO MIRANDA LIMA (ADVOGADO) . Ã£ ATO ORDINATÃRIO Intimo o advogado AntÃ´nio CÂ¢ndido Barra Monteiro de Britto a devolver os autos do Processo nÂº 0051677-59.2000.8.14.0301, que se encontram tramitados em carga fora da Secretaria, em seu nome, desde 26/10/2021, no prazo de 3 (trÃªs) dias, sob pena de incorrer nas sanÃ§Ãµes do Â§2Âº do art. 234 do novo CPC.Â BelÃ©m, 16 de novembro de 2021 Ricardo Maradei Analista JudiciÃ¡rio da Secretaria da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00358710820088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811005774 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BARBARA LEITE COSTA A??o: Cumprimento de sentença em: 17/11/2021 AUTOR:RENAN CORREA FARAON Representante(s): OAB 13199 - RAQUEL DE ANDRADE ESQUIVEL (ADVOGADO) OAB 14157 - NATALIA MASCARENHAS SIMOES (ADVOGADO) REU:CRIART COMERCIO IMPORTACAO E REPRESENTACAO LTDA. ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, I do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, INTIMO a parte autora por seu advogado para se manifestar sobre o resultado do bloqueio de valores. BelÃ©m, 17/11/21, BÃ¡rbara Leite Costa, Analista JudiciÃ¡rio da 1Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m. Resenha do dia 17/11/2021 Publicado em, ____/____/____. PROCESSO: 00090812520138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 18/11/2021 EXEQUENTE:ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARA ACEPA Representante(s): OAB 20288 - LAYS SOARES DOS SANTOS RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 26113 - IGOR FONSECA DE MORAES (ADVOGADO) EXECUTADO:MANOEL NASCIMENTO MARTINS. Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§3Âº do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, intimo a parte apelada para apresentar suas contrarrazÃµes no prazo de 15 (quinze) dias. BelÃ©m, 18 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00098273320078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710303112 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VÂNIA CRISTINA TRAVASSOS LOPES BORCEM A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 EXEQUENTE:BANCO DO BRASIL S/A Representante(s): OAB 18696-A - LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS (ADVOGADO) OAB 44698 - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) EXECUTADO:FABIO ROBERTO DE PONTES ALVES EXECUTADO:ELIZABETH MARTINS SAUMA EXECUTADO:INDUSTRIA E COMERCIO DE CONSERVAS ALVEMART LTDA. ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao disposto no inciso XI, Â§ 2Âº, do Art. 1Âº do Provimento nÂº 006/2006, da C.R.M.B, intime-se a parte AUTORA para complementar recolhimento de custas necessÃ¡ria Ã expediÃ§Ã£o de MANDADOS DE CITAÃÃO, dado que foram recolhidas em valor insuficiente (faltou pagamento de 2 MANDADOS). BelÃ©m, 18/11/2021. VÂ¢nia Borcem Analista JudiciÃ¡rio RESENHA: 18/11/2021 PUBLICAÃÃO DJE: ____/____/2021 PROCESSO: 00271474820168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 18/11/2021 REQUERIDO:FLORESTAL REC MAN BRASIL ASS CONS LTDA AUTOR:FUNDO ITAPEVA XII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAOPADRONIZADOS Representante(s): OAB 77167 - RICARDO LOPES GODOY (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, XI, do Provimento 006/2006-CGJ, intimo o autor, por meio de seus patronos, para pagar as custas processuais pendentes no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinÃ§Ã£o. BelÃ©m, 18 de novembro de 2021. Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00304982520098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910661568 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 AUTOR:BANCO DA AMAZONIA S/A - BASA Representante(s): OAB 6557 - JOSE AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO (ADVOGADO) OAB 10176 - LUIZ

RONALDO ALVES CUNHA (ADVOGADO) OAB 27188 - FELIPE BARBOSA PEDROSA (ADVOGADO) OAB 13209 - MARCIO AUGUSTO MOURA DE MORAES (ADVOGADO) OAB 18292 - BRUNA CAROLINE BARBOSA PEDROSA (ADVOGADO) REU:AGROINDUSTRIAL FLORESTA S/A - AGRESTA Representante(s): OAB 5132 - RUI GUILHERME TRINDADE TOCANTINS (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§3Âº do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, intimo os embargados a apresentar manifestaÃ§Ã£o quanto aos embargos de declaraÃ§Ã£o, no prazo de 5 (cinco) dias. BelÃ©m, 18 de novembro de 2021. Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00699808620138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 AUTOR:ROMERO TOMAZ DOS SANTOS Representante(s): OAB 15028 - JOSE FLAVIO FERREIRA DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO) REU:NIKK SCOTT FERREIRA DE FREITAS Representante(s): OAB 15587 - FELIPE MARINHO ALVES (ADVOGADO) REU:APPARICIO MATTOS DE FREITAS FILHO Representante(s): OAB 15587 - FELIPE MARINHO ALVES (ADVOGADO) DENUNCIADO:INDIANA SEGUROS S/A Representante(s): OAB 188846 - MARCOS DE REZENDE ANDRADE JUNIOR (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§3Âº do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, intimo os embargados a apresentar manifestaÃ§Ã£o quanto aos embargos de declaraÃ§Ã£o, no prazo de 5 (cinco) dias. BelÃ©m, 18 de novembro de 2021. Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00111567320028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210131531 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BARBARA LEITE COSTA A??o: Cumprimento de sentença em: 19/11/2021 REU:TIAGO LAURIDO PEREIRA AUTOR:MIGUEL SAUMA FILHO Representante(s): OAB 3312 - CLOVIS CUNHA DA GAMA MALCHER FILHO (ADVOGADO) OAB 13675 - ANTONIO AUGUSTO MONTENEGRO DUARTE LIRA (ADVOGADO) OAB 16705 - DANIELLE PEREIRA VIEIRA (ADVOGADO) OAB 20201 - RICARDO AUGUSTO CHADY MEIRA (ADVOGADO) REU:VILAUTO COMERCIO DE VEICULOS. ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, I do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, INTIMO a parte autora por seu advogado para recolher as custas de inclusÃ£o do nome do rÃ©u no SERASAJUD, conforme determinado na decisÃ£o de folha 134. BelÃ©m, 19/11/21, BÃ¡rbara Leite Costa, Analista JudiciÃ¡rio da 1Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m. Resenha do dia 19/11/2021 Publicado em, ____/____/____. PROCESSO: 00150395020178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Procedimento Comum Cível em: 19/11/2021 REQUERENTE:DEO DE ARAUJO VICTOR Representante(s): OAB 5964 - MARIA DO SOCORRO GUIMARAES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§3Âº do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, intimo a parte apelada para apresentar suas contrarrazÃµes no prazo de 15 (quinze) dias. BelÃ©m, 19 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00156775420158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Procedimento Comum Cível em: 19/11/2021 REQUERENTE:CINTYA GONCALVES DA COSTA Representante(s): OAB 4896 - NILZA MARIA PAES DA CRUZ (DEFENSOR) REQUERIDO:UNAMA UNESPA UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DO PARA Representante(s): OAB 7108 - LEILA MASOLLER WENDT (ADVOGADO) REQUERIDO:SER EDUCACIONAL SA Representante(s): OAB 7108 - LEILA MASOLLER WENDT (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§3Âº do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, intimo a parte apelada para apresentar suas contrarrazÃµes no prazo de 15 (quinze) dias. BelÃ©m, 19 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00215496620058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510691600 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Cumprimento de sentença em: 19/11/2021 AUTOR:CONSUELO DE NAZARE PEREIRA DA CUNHA Representante(s): OAB 2731 - PAULA FRASSINETTI COUTINHO DA SILVA MATT (ADVOGADO) AUTOR:CARLOS HENRIQUE VASCONCELOS COLARES REU:FUNDACAO GRAO-PARA DE PREVIDENCIA E ASSITENCIA SOCIAL Representante(s): OAB 3677-B - MOISES MARTINS PORTO (ADVOGADO) OAB 7784 - LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES (ADVOGADO) OAB 12415-A - JOSE ALEXANDRE CANCELA LISBOA COHEN (ADVOGADO) AUTOR:JUAREZ JORGE NOGUEIRA DE

SOUZA Representante(s): OAB 2731 - PAULA FRASSINETTI COUTINHO DA SILVA MATT (ADVOGADO) AUTOR:CARLOS ALBERTO SANTANA PEREIRA Representante(s): OAB 2731 - PAULA FRASSINETTI COUTINHO DA SILVA MATT (ADVOGADO) AUTOR:NILZE SILVA DO AMARAL Representante(s): OAB 2731 - PAULA FRASSINETTI COUTINHO DA SILVA MATT (ADVOGADO) AUTOR:RAIMUNDO JORGE FERREIRA AUTOR:FREDERICO GERALDO GABAY Representante(s): OAB 14176 - JOELMA DE OLIVEIRA PAULO (ADVOGADO) AUTOR:EXPEDITA QUARESMA BARBOSA. Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§3Âº do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, intimo os embargados a apresentar manifestaÃ§Ã£o quanto aos embargos de declaraÃ§Ã£o, no prazo de 5 (cinco) dias. BelÃ©m, 19 de novembro de 2021. Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00498426420148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Execução de Título Judicial em: 19/11/2021 EXEQUENTE:RAIMUNDO ROBSON LIMA DE ARAUJO Representante(s): OAB 10662 - JAQUELINE NORONHA DE M FILOMENO KITAMURA (ADVOGADO) EXECUTADO:BANCO DO BRASIL Representante(s): OAB 16637-A - RAFAEL SGANZERLA DURAND (ADVOGADO) OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§3Âº do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, intimo os embargados a apresentar manifestaÃ§Ã£o quanto aos embargos de declaraÃ§Ã£o, no prazo de 5 (cinco) dias. BelÃ©m, 19 de novembro de 2021. Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00540595320148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BARBARA LEITE COSTA A??o: Procedimento Comum Cível em: 19/11/2021 REQUERIDO:PORTO RICO INCORPORADORA DE IMOVEIS E ADM DE EMP LTDA REQUERIDO:CONSTRUTORA CUMARU REQUERENTE:FABRIZIO ALESSANDRO SARAIVA GUERRA Representante(s): OAB 13327 - CAROLLINA ALVES PINTO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, I do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, INTIMO a parte autor por seu advogado para dar cumprimento ao item 2 do despacho de folha 54. Intimo tambÃ©m para pagar as custas do mandado e a diligÃªncia do oficial de justiÃ§a visando a expediÃ§Ã£o do mandado. BelÃ©m, 19/11/21, BÃ¡rbara Leite Costa, Analista JudiciÃ¡rio da 1Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m. Resenha do dia 19/11/2021 Publicado em, ____/____/____.

RESENHA: 16/11/2021 A 19/11/2021 - SECRETARIA 1ª UPJ VARAS CIVEL,EMPRES,ORFÃO,INTERDITO, AUSENTE,RESIDUO,ACID DO TRABALHO,REG PUBLICO - VARA: 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00232290720148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BARBARA LEITE COSTA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 17/11/2021 EXEQUENTE:HSBC BANK BRASIL SA BANCO MULTIPLO Representante(s): OAB 11831 - VANESSA SANTOS LAMARAO (ADVOGADO) OAB 16.814-A - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) EXECUTADO:LUDEMIR CAMPOS LIMA. ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, I do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, INTIMO a parte autora por seu advogado para pagar as custas da carta de citaÃ§Ã£o/intimaÃ§Ã£o postal. BelÃ©m, 17/11/21, BÃ¡rbara Leite Costa, Analista JudiciÃ¡rio da 1Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m. Resenha do dia 17/11/2021 Publicado em, ____/____/____. PROCESSO: 00104577520158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 REQUERENTE:JOANA SANTANA PINTO BOTELHO Representante(s): OAB 18478 - MARCO ANTONIO MIRANDA DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 24610 - MARIA IZABEL ZEMERO (ADVOGADO) REQUERENTE:RUBENS VALDO PINTO BOTELHO Representante(s): OAB 18478 - MARCO ANTONIO MIRANDA DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BANPARA SA Representante(s): OAB 10744 - EDVALDO CARIBE COSTA FILHO (ADVOGADO) OAB 9136 - ADRIANO DINIZ FERREIRA DE CARVALHO (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§3Âº do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, intimo a parte apelada para apresentar suas contrarrazÃµes no prazo de 15 (quinze) dias. BelÃ©m, 18 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00352646720128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 AUTOR:ANTONIO MARCOS NASCIMENTO DOS SANTOS Representante(s): OAB 27636 - BARBARA DE OLIVEIRA DA SILVA (ADVOGADO) REU:MARCOS MARCELINO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA Representante(s): OAB 25103 - LIVIA DA SILVA DAMASCENO (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§3Âº do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, intimo a parte apelada para apresentar suas contrarrazÃµes no prazo de 15 (quinze) dias. BelÃ©m, 18 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00373850420088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811038022 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 AUTOR:DALCINA GARCIA RODRIGUES Representante(s): OAB 11736 - FERNANDO NILSON VELASCO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 19019 - CARLA CARNEIRO BICHARA (ADVOGADO) REU:BANCO AMAZONIA SA BASA Representante(s): OAB 6861 - FRANCISCO EDSON LOPES DA ROCHA JUNIOR (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§3Âº do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, intimo a parte apelada para apresentar suas contrarrazÃµes no prazo de 15 (quinze) dias. BelÃ©m, 18 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00041763220018140301 PROCESSO ANTIGO: 200010030151 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSILENE FREIRE MONTEIRO A??o: Agravo de Instrumento em: 19/11/2021 REU:PAULO CESAR RODRIGUES GURJAO Representante(s): OAB 15433 - PAULO CESAR RODRIGUES GURJAO (ADVOGADO) REU:SISTEMA TEOREMA DE ENSINO SC LTDA Representante(s): OAB 15433 - PAULO CESAR RODRIGUES GURJAO (ADVOGADO) REU:EDNA MARIA SILVA GURJAO Representante(s): OAB 15433 - PAULO CESAR RODRIGUES GURJAO (ADVOGADO) AUTOR:ESPOLIO JOSE IRASSU BENASSULI MOREIRA Representante(s): OAB 5441 - ANTONIO CARLOS SILVA PANTOJA (ADVOGADO) OAB 14977 - MARCEL AUGUSTO SOARES DE VASCONCELOS (ADVOGADO) OAB 6110 - ANTONIO VILLAR PANTOJA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 18666-B - ANA PAULA ARAUJO AMAZONAS (ADVOGADO) INVENTARIANTE:MARCIO ANDRE MOREIRA MOREIRA Representante(s): OAB 7676 - FRANCISCA DO SOCORRO BARREIROS PINTO (ADVOGADO) INTERESSADO:ANTONIO JOSE DE MATTOS NETO Representante(s): OAB 4906 - ANTONIO JOSE DE MATTOS NETO (ADVOGADO) . Ã-ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao disposto

no art. 1Âº, Â§ 2Âº, inciso XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, fica o(a) autor(a) intimado(a) para no prazo de 15 (quinze) dias providenciar o pagamento das custas referentes a expediÃ§Ã£o de Mandado de Penhora e diligÃªncias do Oficial de JustiÃ§a. BelÃ©m,Â¿ Â¿ 19 de novembro de 2021. Rosilene Freire Monteiro, Servidor(a) da 1UPJ das Varas CÃ-veis e Empresariais de BelÃ©m. Publicado em, ____/____/____. PROCESSO: 00076407220148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Cumprimento de sentença em: 19/11/2021 REQUERENTE:ROZA PINHEIRO DOS SANTOS Representante(s): OAB 20364 - ELOISA QUEIROZ ARAUJO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 119859 - RUBENS GASPAR SERRA (ADVOGADO) OAB 15674-A - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL Representante(s): OAB 19177-A - REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI (ADVOGADO) OAB 26218-A - PAULO ROBERTO VIGNA (ADVOGADO) . Ã-ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, II do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, intimo a autora, atravÃ©s de seu advogado/defensor, para apresentar manifestaÃ§Ã£o a petiÃ§Ã£o de fls. 209/212. BelÃ©m, 19 de novembro de 2021. Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00660919020148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Procedimento Comum Cível em: 19/11/2021 REQUERENTE:COMERCIO E TRANSPORTE BOA ESPERANCA LTDA Representante(s): OAB 3966 - HAROLDO CARLOS DO NASCIMENTO CABRAL (ADVOGADO) REQUERIDO:RODOMASTER TRANSPORTES LTDA EPP Representante(s): OAB 16976 - MAYARA CARNEIRO LEDO MACOLA (ADVOGADO) OAB 1551 - MARIA DIVONEY CARNEIRO LEDO (ADVOGADO) REQUERIDO:SAFRA LEASING SA ARRENDAMENTO MERCANTIL Representante(s): OAB 8525 - IVANILDO RODRIGUES DA GAMA JUNIOR (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§3Âº do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, intimo a parte apelada para apresentar suas contrarrazÃµes no prazo de 15 (quinze) dias. BelÃ©m, 19 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio

RESENHA: 16/11/2021 A 19/11/2021 - SECRETARIA 1ª UPJ VARAS CIVEL,EMPRES,ORFÃO,INTERDITO, AUSENTE,RESIDUO,ACID DO TRABALHO,REG PUBLICO - VARA: 5ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00086444720148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DIANE DA COSTA FERREIRA A??o: Embargos à Execução em: 16/11/2021 EMBARGANTE:CIKEL BRASIL VERDE MADEIRAS LTDA Representante(s): OAB 6557 - JOSE AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO (ADVOGADO) EMBARGADO:CONDURÚ ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S LTDA Representante(s): OAB 13304 - ARETHA NOBRE COSTA (ADVOGADO) OAB 13542 - DIOGO SEIXAS CONDURU (ADVOGADO) OAB 12998 - BRUNO NATAN ABRAHAM BENCHIMOL (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1Âº, Â§ 2Âº, inciso II, do Provimento 006/2006-CJRMB, fica intimada a parte CIKEL BRASIL VERDE MADEIRAS LTDA, por meio de seus patronos, a apresentar manifestaÃ§Ã£o aos Embargos de DeclaraÃ§Ã£o de fls. 336/341 dos autos, no prazo de 05 (cinco) dias. BelÃ©m-PA, 16 de novembro de 2021. Diane da Costa Ferreira, Servidora da 1Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00162502920148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSILENE FREIRE MONTEIRO A??o: Cumprimento de sentença em: 17/11/2021 AUTOR:RAYMER SERRUYA MONTEIRO Representante(s): OAB 5586 - PAULO AUGUSTO DE AZEVEDO MEIRA (ADVOGADO) OAB 8059 - CLAUDIO AUGUSTO DE AZEVEDO MEIRA (ADVOGADO) OAB 18845 - RENAN SENA SILVA (ADVOGADO) OAB 11853 - JOSE BRANDAO FACIOLA DE SOUZA (ADVOGADO) REU:HOLLY COMERCIO DE BIJOUTERIAS LTDA Representante(s): OAB 19044 - JOAO PAULO DE KOS MIRANDA SIQUEIRA (ADVOGADO) REU:BRENDA ROBERTA SILVA REU:LUIZ ALBERTO VIEIRA SILVA Representante(s): OAB 23221 - MANUEL ALBINO RIBEIRO DE AZEVEDO JUNIOR (ADVOGADO) . Ã ATO ORDINATÃRIO Com fulcro no art. 1.Âº Â¿ Â§ 2Âº, dos Provimentos 006/2006-CJRMB e 008/2014-CJRMB, tendo em vista o trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o de fls. 321, ficam os RequeridosÂ HOLLY COMERCIO DE BIJOUTERIAS LTDA,Â BRENDA ROBERTA SILVA eÂ LUIZ ALBERTO VIEIRA SILVA, intimado(s) na pessoa de seu(s) advogado(s) para realizarem o pagamento do valor executado no prazo de 15(dias), sob pena de multa de dez por cento, e, honorÃ¡rios advocatÃ-cios de dez por cento, tudo de acordo com a r. decisÃ£o de fls. 321. BelÃ©m-PA,Â 17 de novembro de 2021. Eu, _____, Servidor da 1Âª UPJ CÃ-vel de BelÃ©m, Auxiliar JudiciÃ¡rio/ Analista JudiciÃ¡rio, o digitei e subscrevi. PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00001612820148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Cumprimento de sentença em: 18/11/2021 AUTOR:NELSON SANTOS FREITAS NETO Representante(s): OAB 10746 - CRISTIANO REBELO ROLIM (ADVOGADO) OAB 13326 - BRUNO DE LIMA GEMAQUE (ADVOGADO) OAB 8875 - JOAO FREDERICK MARCAL E MACIEL (ADVOGADO) OAB 26884 - JOSIVALDO OLIVEIRA DE CARVALHO (ADVOGADO) REU:AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTOS E INVESTIMENTOS S/A REU:BANCO SANTANDER BRASIL S/A LITISCONSORTE:ITAPEVA II FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS Representante(s): OAB 18116 - ROBERTA ARAUJO DE CARVALHO (ADVOGADO) OAB 22446 - JOSE ALVES CUNHA NETO (ADVOGADO) OAB 20951-A - GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELLI (ADVOGADO) OAB 248507 - ISAIAS DA FONSECA QUINTANILHA (ADVOGADO) OAB 20714 - JOSE FLAVIO LEVINO (ADVOGADO) OAB 10952 - ROSEANY ARAUJO VIANA ALVES (ADVOGADO) OAB 25586 - ALESSANDRA AZEVEDO ARAJO FURTUNATO (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, I do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, intimo a parte autora para efetuar o recolhimento das custas finais, consoante boleto acostado pela UNAJ. BelÃ©m, 18 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00038224920138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 18/11/2021 EXEQUENTE:BANCO HSBC BANK BRASIL SA BANCO MULTIPLO Representante(s): OAB 25196-A - EDSON ROSAS JUNIOR (ADVOGADO) OAB 25197-A - LUCIA CRISTINA PINHO ROSAS (ADVOGADO) EXECUTADO:S.G.R. XERFAN EXECUTADO:SIMONE GUIMARAES ROCHA XERFAN EXECUTADO:FABIO RAMOS XERFAN. Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, XI, do Provimento 006/2006-CGJ, intimo o autor, por meio de seus patronos, para pagar as custas processuais pendentes para expediÃ§Ã£o de mandado e renovaÃ§Ã£o das diligÃªncias de citaÃ§Ã£o/

penhora. BelÃ©m, 18 de novembro de 2021. Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00120174420078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710371010 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIGGI MAGRINELLI A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 REQUERENTE:ESPOLIO DE NELIO DACIER LOBATO Representante(s): OAB 7930 - ANDRE RAMY PEREIRA BASSALO (ADVOGADO) OAB 19645 - MARIA DO CARMO MELO BRAGA (ADVOGADO) OAB 23633 - MARCELA DALILA DE SOUZA RIBEIRO GUIMARÃES (ADVOGADO) MARIA LUIZA DE ARAUJO DACIER LOBATO (REPRESENTANTE/NOTICIANTE) REQUERIDO:AGENCIA BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 44698 - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) . Ã- Â Â Â Â Â Â ATO ORDINATÃRIO Considerando o grande lapso temporal em que se encontra o presente processo em carga, procedo Ã intimaÃ§Ã£o da Dra. Marcela Dalila de Souza Ribeiro GuimarÃ£es, OAB nÂ° 23633, para que restitua, no prazo de 03 (trÃªs) dias, os autos do processo nÂ° 0012017-44.2007.8.14.0301, sob pena de comunicaÃ§Ã£o ao Douto JuÃ-zo para providÃªncias. BelÃ©m, 18 de novembro de 2021. Luiggi Magrinelli Servidor da 1Âª UPJ das Varas CÃ-veis e Empresariais de BelÃ©m PROCESSO: 00126185820158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIGGI MAGRINELLI A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 AUTOR:ALBERTO FURTADO PINHEIRO AUTOR:EDILENE BRASIL RODRIGUES PINHEIRO Representante(s): OAB 14051 - JOSE GOMES VIDAL JUNIOR (ADVOGADO) REU:JOSE DE NAZARE BARRETO COUTINHO Representante(s): OAB 20836 - MARCIA REGINA GARCIA DE MIRANDA (ADVOGADO) . Ã- Â Â Â Â Â Â ATO ORDINATÃRIO Considerando a tempestividade da apelaÃ§Ã£o interposta Ã s fls. 71/81, procedo Ã intimaÃ§Ã£o do apelado Jose de Nazare Barreto Coutinho para, atravÃ©s de seu advogado,Â apresentar contrarrazÃµes no prazo legal. BelÃ©m, 18 de novembro de 2021. Luiggi Magrinelli Servidor da 1Âª UPJ das Varas CÃ-veis e Empresariais de BelÃ©m PROCESSO: 00775782320158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BARBARA LEITE COSTA A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 18/11/2021 AUTOR:GIRLANE SANTA BRIGIDA QUEIROZ Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REU:CENTRAIS ELETRICAS DO PARA Representante(s): OAB 18329 - JIMMY SOUZA DO CARMO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, I do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, INTIMO a parte requerente por seu defensor para informar se a decisÃ£o de folha 120 foi cumprida ou requerer o que entender de direito. BelÃ©m, 18/11/21, BÃ¡rbara Leite Costa, Analista JudiciÃ¡rio da 1Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m. Resenha do dia 18/11/2021 Publicado em, ____/____/____. PROCESSO: 00069611219988140301 PROCESSO ANTIGO: 199810101312 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IRACEMA CARVALHO ARAÚJO DA SILVA A??o: Embargos de Terceiro Cível em: 19/11/2021 ADVOGADO:IONE ARRAIS OLIVEIRA ADVOGADO:NILSON C. BARROSO REU:RAIMUNDO CORREA DE ALMEIDA AUTOR:AGROSHOPPING COMERCIO E DISTRIB. LTDA.. Ã ATO ORDINATÃRIO 0006961-12-1998.8140301 Em cumprimento Ã Ordem de ServiÃ§o nÂº 008/2021, fica intimada o rÃ©u, por meio de seu patrono, a efetuar o pagamento das custas finais pendentes nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscriÃ§Ã£o em DÃ-vida Ativa. BelÃ©m, 18/11/2021. Eu, _____ Servidora da 1Âª UPJ CÃ-vel. PUBLICADO EM _____/_____/_____ PROCESSO: 00095676820178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Procedimento Comum Cível em: 19/11/2021 REQUERENTE:JORGE CARLOS SACRAMENTA BARBOSA Representante(s): OAB 10870 - SHARLLES SHANCHES RIBEIRO FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:LIVING PANAMA EMPREENDIMENTO IMOBILIARIOS LTDA Representante(s): OAB 8770 - BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, II do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, intimo o autor, por meio de seu advogado, a se manifestar sobre a contestaÃ§Ã£o, no prazo de 15 (quinze) dias. BelÃ©m, 19 de novembro de 2021 Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00130178720158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIGGI MAGRINELLI A??o: Procedimento Comum Cível em: 19/11/2021 AUTOR:PAULO CESAR NOVELINE Representante(s): OAB 13341 - SONIA BRAGA SADALA (ADVOGADO) OAB 23070 - WALMIGLISSON RIBEIRO DA SILVA (ADVOGADO) REU:PDG REALTY SA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES Representante(s): OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) REU:AMANHA INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) . Ã- Â Â Â Â Â Â ATO

ORDINATÃRIO Considerando o grande lapso temporal em que se encontra o presente processo em carga, procedo Ã intimaÃ§Ã£o da Dra. Walmiglisson Ribeiro da Silva, OAB nÂ° 23070, para que restitua, no prazo de 03 (trÃªs) dias, os autos do processo nÂ° 0013017-87.2015.8.14.0301, sob pena de comunicaÃ§Ã£o ao Douto JuÃ-zo para providÃªncias. BelÃ©m, 19 de novembro de 2021. Luiggi Magrinelli Servidor da 1Âª UPJ das Varas CÃ-veis e Empresariais de BelÃ©m PROCESSO: 00130262719978140301 PROCESSO ANTIGO: 199710217565 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IRACEMA CARVALHO ARAÚJO DA SILVA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 19/11/2021 ADVOGADO:IONE ARRAIS OLIVEIRA ADVOGADO:CELESTE DA CRUZ GOMES AUTOR:RAIMUNDO CORREA DE ALMEIDA NETO Representante(s): OAB 5555 - FERNANDO AUGUSTO BRAGA OLIVEIRA (ADVOGADO) IONE ARRAIS DE CASTRO OLIVEIRA (ADVOGADO) REU:JOSE ANTONIO CORREA REU:PROVETE REPRESENTACAO LTDA. Ã ATO ORDINATÃRIO 0013026-27-1997.8140301 Em cumprimento Ã Ordem de ServiÃ§o nÂº 008/2021, fica intimada a parte requerente, por meio de seu patrono, a efetuar o pagamento das custas finais pendentes nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscriÃ§Ã£o em DÃ-vida Ativa. BelÃ©m, 18/11/2021. Eu, _____ Servidora da 1Âª UPJ CÃ-vel. PUBLICADO EM _____/_____/_____ PROCESSO: 00130297220138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIELE DA SILVA MACEDO A??o: Procedimento Comum Cível em: 19/11/2021 REQUERENTE:CECILIA MARIA DE CASTRO SIMOES PONTES Representante(s): OAB 13974 - JOSE DE SOUZA PINTO FILHO (ADVOGADO) REQUERENTE:RUI COLLYER PONTES Representante(s): OAB 13974 - JOSE DE SOUZA PINTO FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:GAFISA SPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Representante(s): OAB 220907 - GUSTAVO CLEMENTE VILELA (ADVOGADO) OAB 178268-A - GUSTAVO PINHEIRO GUIMARAES PADILHA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Com fulcro no art. 1Âº Â§2Âº, II do Provimento 006/2006, ficam intimadas as partes, atravÃ©s de seus patronos, a tomarem conhecimento acerca da vistoria de perÃ-cia tÃ©cnica designada para o dia 15 de dezembro de 2021, as 09:00 horas, devendo as partes, caso tenham, comparecerem acompanhadas de seus assistentes tÃ©cnicos. BelÃ©m, 19/11/2021 DANIELE MACEDO Servidora da 1Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00130359520078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710404382 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIGGI MAGRINELLI A??o: Procedimento Comum Cível em: 19/11/2021 REQUERENTE:HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO Representante(s): FABRICIO BENTES CARVALHO (ADVOGADO) VANILDO DE SOUZA LEAO FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:AFONSO MARIA DE LIGORIO BARRAL MONTEIRO JUNIOR Representante(s): CAIO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) OAB 11270 - DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) . Ã- Â Â Â Â Â Â ATO ORDINATÃRIO Considerando a tempestividade dos embargos de declaraÃ§Ã£o opostos Ã s fls. 174/176, procedo Ã intimaÃ§Ã£o do embargado HSBC BANK BRASIL S/A para, atravÃ©s de seu advogado, apresentar contrarrazÃµes no prazo legal. BelÃ©m, 19 de novembro de 2021. Luiggi Magrinelli Servidor da 1Âª UPJ das Varas CÃ-veis e Empresariais de BelÃ©m PROCESSO: 00131818620148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIGGI MAGRINELLI A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 19/11/2021 EXEQUENTE:FIDO CONSTRUTORA MONTAGENS INDUSTRIAIS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA Representante(s): OAB 122.257 - FRANCISCO JOSE DAS NEVES (ADVOGADO) EXECUTADO:DIRECIONAL DIAMANTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS Representante(s): OAB 9880 - ANDERSON COSTA RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 20344-A - HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (ADVOGADO) . Ã- CERTIDÃO/ATO ORDINATÃRIO CERTIDÃO CERTIFICO, no uso das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, a tempestividade dos embargos de declaraÃ§Ã£o opostos Ã s fls. 198/202 e a intempestividade dos embargos opostos Ã s fls. 203/205. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. ATO ORDINATÃRIO Considerando a tempestividade dos embargos de declaraÃ§Ã£o opostos Ã s fls. 198/202, procedo Ã intimaÃ§Ã£o do embargado FIDO CONSTRUTORA MONTAGENS INDUSTRIAIS IMPORTAÃÃO E EXPORTAÃÃO LTDA para, atravÃ©s de seu advogado, apresentar contrarrazÃµes no prazo legal. BelÃ©m, 19 de novembro de 2021. Luiggi Magrinelli Servidor da 1Âª UPJ das Varas CÃ-veis e Empresariais de BelÃ©m PROCESSO: 00226413820058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510729154 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IRACEMA CARVALHO ARAÚJO DA SILVA A??o: Cumprimento de sentença em: 19/11/2021 AUTOR:CONSAN ENGENHARIA LTDA Representante(s): ANTONIO ROBERTO DE SIQUEIRA GOMES (ADVOGADO) ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO BRITO (ADVOGADO) REU:REGISTRO DE IMOVEIS DO 2 OFICIO. Ã ATO ORDINATÃRIO Proc. nÂº 00226413820058140301 Em cumprimento Ã Ordem de ServiÃ§o nÂº 008/2021, da lavra da MMa. Dra. Rosana LÃºcia de Canelas Bastos, JuÃ-za Coordenadora da 1Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m, fica intimada a parte requerente, por meio de seu patrono, a efetuar o pagamento das custas finais pendentes nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscriÃ§Ã£o em DÃ-vida Ativa. BelÃ©m,

18/11/2021. Eu, _____ Servidora da 1Âª UPJ CÃ-vel. PUBLICADO EM _____/_____/_____ PROCESSO: 00239418920178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BARBARA LEITE COSTA A??o: Cumprimento de sentença em: 19/11/2021 REQUERENTE:SERVOS DO REI DISTRIBUIDORA DE PESCADOS LTDA Representante(s): OAB 15215 - LORENA MAMEDE NAPOLEAO (ADVOGADO) REQUERIDO:MELO & RODRIGUES COM. DE COLCHÕES LTDA. ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§2Âº, I do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 008/2014-CJRMB, INTIMO a parte autora por seu advogado para pagar as custas da carta de intimaÃ§Ã£o e serviÃ§os postais. BelÃ©m, 19/11/21, BÃ¡rbara Leite Costa, Analista JudiciÃ¡rio da 1Âª UPJ CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m. Resenha do dia 19/11/2021 Publicado em, ____/____/____. PROCESSO: 00375556420178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALESSANDRA LIMA DO MAR MOURA A??o: Procedimento Comum Cível em: 19/11/2021 AUTOR:KELLY SEBASTIANA MONTEIRO MODESTO Representante(s): OAB 19591 - ERIVALDO NAZARENO DO NASCIMENTO FILHO (ADVOGADO) OAB 23646 - ANDRE FELIPE MIRANDA SOARES (ADVOGADO) REU:SPE PROGRESSO INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) REU:ASACORP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A Representante(s): OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) REU:ELO INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 13179 - EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL (ADVOGADO) REU:PDG REALTY SA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES Representante(s): OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) REU:LEAL MOREIRA ENGENHARIA LTDA Representante(s): OAB 13179 - EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL (ADVOGADO) . Ã- ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 2Âº e consoante autorizaÃ§Ã£o prevista no art. 1Âº, Â§3Âº do Provimento nÂº 006/06 da Corregedoria da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m, intimo os embargados a apresentar manifestaÃ§Ã£o quanto aos embargos de declaraÃ§Ã£o, no prazo de 5 (cinco) dias. BelÃ©m, 19 de novembro de 2021. Alessandra Lima do Mar Moura Auxiliar JudiciÃ¡rio

SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL

RESENHA: 18/11/2021 A 18/11/2021 - SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM - VARA: 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00002961920058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510009978 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 18/11/2021 EXEQUENTE:ROBERTO MACEDO-CLINICA RADIOLOGICA MAYMONE Representante(s): ROLAND RAAD MASSOUD (ADVOGADO) KARINA DA SILVA SANDRES (ADVOGADO) EXECUTADO:PRO-SAUDE - PROTECAO E ASSISTENCIA MEDICA A SAUDE S/S LTDA. R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em janeiro de 2021, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da data da conclusÃ£o do feito procedida no sistema Libra. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, data registrada no sistema. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00007668120098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910017117 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 AUTOR:DIVA MARLENE SALES FIGUEIRA Representante(s): OAB 12883-B - THIAGO NUNES SALES DE MELO (ADVOGADO) REU:LABORATORIO RUTH BRAZAO Representante(s): OAB 1069 - ALMERINDO AUGUSTO DE VTRINDADE (ADVOGADO) OAB 17618 - STELLA FERREIRA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 17619 - RICARDO CALDERARO ROCHA (ADVOGADO) CAIO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) . R. H. 1. Reitere-se o ofÃ-cio de fls. 199. 2. Digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. BelÃ©m, 16 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00009208420178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 AUTOR:SILANA ALINE DE LIMA FERREIRA Representante(s): OAB 22221-B - MARCIO KISIOLAR VAZ FERREIRA (ADVOGADO) REU:PRIME SPE OITO CONSTRUCAO LTDA Representante(s): OAB 11270 - DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) OAB 17619 - RICARDO CALDERARO ROCHA (ADVOGADO) REU:HBR GESTAO IMOBILIARIA E PROJETOS EIRELI ME. R. H. 1. Digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. 2. Este juÃ-zo defere o pedido de justiÃ§a gratuita, nos moldes do art. 98, do CPC e SÃºmula nÂ° 06, do TJE/PA, uma vez que, diante da profissÃ£o declarada pela parte Requerente, bem como da situaÃ§Ã£o fÃ¡tica narrada nos autos, nÃ£o se vislumbra, num juÃ-zo de cogniÃ§Ã£o sumÃ¡ria, elementos que desconstituam a hipossuficiÃªncia alegada, notadamente quando a parte declara que estÃ¡ desempregada. 3. Cite-se a parte Requerida, no endereÃ§o de fls. 102/103, para, no prazo de 15 dias, contestar a presente demanda, sob pena de revelia (CPC, art. 344). BelÃ©m, 16 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00011399720178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 AUTOR:WILKER MORETTI CARVALHO DE FREITAS Representante(s): OAB 17269 - IGOR GONCALVES BARROS (ADVOGADO) REU:UNIMED BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO Representante(s): OAB 1069 - ALMERINDO AUGUSTO DE VTRINDADE (ADVOGADO) OAB 11270 - DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) OAB 9780 - CAIO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) . R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em janeiro de 2021, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da data da conclusÃ£o do feito procedida no sistema Libra. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, data registrada no sistema. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00026112920078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710081578

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Monitória em: 18/11/2021 AUTOR:BANCO DO ESTADO DO PARA SA Representante(s): OAB 9127 - MARIA ROSA DO SOCORRO LOURINHO DOS SANTOS (ADVOGADO) ANA CRISTINA S. PEREIRA (ADVOGADO) REU:MARIA DAS GRACAS DE VASCONCELOS TITAN. Processo nÂº Â 0002611-29.2007.8.14.0301 Autor: Â Â BANCO DO ESTADO DO PARA SA RÃ©u: Â Â MARIA DAS GRACAS DE VASCONCELOS TITAN DESPACHO Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o monitÃ³ria convertida em tÃ-tulo executivo. Â Â Â Â Â Â Foi declarada a competÃªncia do juÃ-zo da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital para processar e julgar o presente feito. Â Â Â Â Â Â Tendo em vista o lapso temporal, intime-se a parte exequente para apresentar o demonstrativo discriminado e atualizado do crÃ©dito, bem como requerer o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias. Â Â Â Â Â Â Ademais, com vistas a garantir a celeridade processual, digitalizem-se os presentes autos, migrando-os ao PJE, caso haja possibilidade. Â Â Â Â Â Â Independentemente da determinaÃ§Ã£o do item anterior, faculto as partes, caso exista interesse, nos termos da Portaria nÂº 1833/2020-GP/TJPA, de 3 de setembro de 2020, a possibilidade de anteciparem a virtualizaÃ§Ã£o do processo, conforme dispÃµe a norma mencionada: Â¿Art. 19. As partes, os procuradores ou os advogados que pretenderem antecipar a virtualizaÃ§Ã£o de processo ao sistema PJe poderÃ£o requerÃª-lo ao juiz da causa, fornecendo cÃ³pia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos fÃ-sicos e dos feitos em apenso, quando presentes, em arquivo digital Ãºnico, em formato PDF, legÃ-vel e nomeado com o nÃºmero Ãºnico do processo (NUP), armazenado em mÃ-dia digitalÂ¿. Â Â Â Â Â Â Desse modo, mediante a apresentaÃ§Ã£o de cÃ³pia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos fÃ-sicos e apensos, em arquivo digital Ãºnico, formato PDF, legÃ-vel e nomeado com o nÃºmero Ãºnico do processo, o que deve ser certificado pela secretaria, a formalizaÃ§Ã£o da digitalizaÃ§Ã£o dos autos resta plenamente possÃ-vel. Â Â Â Â Â Â Uma vez apresentada a digitalizaÃ§Ã£o, em mÃ-dia digital e entregue a Secretaria do JuÃ-zo, deve, a parte contrÃ¡ria, por ato ordinatÃ³rio, ser intimada para manifestar-se, em 05 (cinco) dias. Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo sem manifestaÃ§Ã£o nos autos e, com a certificaÃ§Ã£o de regularidade, emitida pela Secretaria do JuÃ-zo, nos termos da Portaria nÂº 1833/2020-GP/TJPA, de 3 de setembro de 2020, os autos passarÃ£o a tramitar pelo Sistema PJE. Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 17 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00054217019998140301 PROCESSO ANTIGO: 199910082879 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 18/11/2021 ADVOGADO:ADELMIRA CARNEIRO MAIA REU:MARIA CELIA PIMENTEL GIRARD Representante(s): OAB 9167 - DANIEL KONSTADINIDIS (ADVOGADO) REU:JOSE PIMENTEL GIRARD Representante(s): OAB 9167 - DANIEL KONSTADINIDIS (ADVOGADO) OAB 9381 - ANGELO DEMETRIUS DE A. CARRASCOSA (ADVOGADO) REQUERIDO:PEDRO CARLOS GIRARD REQUERENTE:BANCO SANTANDER BRASIL SA. R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em janeiro de 2021, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da data da conclusÃ£o do feito procedida no sistema Libra. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, data registrada no sistema. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00065231720128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 AUTOR:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 15763-A - GUSTAVO AMATO PISSINI (ADVOGADO) OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) REU:BOTECO SAO MATEUS BAR E RESTAURANTE LTDA ME REU:FRANCISCO DE ASSIS MEGUENS MATOS REU:ANA LEUDA TAVARES DE MOURA BRASIL MATOS REU:JOSÉ CLÉBER NASCIMENTO DOS SANTOS REU:JULIA FONTELLES DE LIMA SANTOS REU:ANDRÉ SILVA LOUREIRO GODINHO. R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em janeiro de 2021, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da data da conclusÃ£o do feito procedida no sistema Libra. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â

BelÃ©m, data registrada no sistema. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00067128720158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Prestação de Contas Infância e Juventude em: 18/11/2021 REQUERENTE:AD AUGUSTA PER ANGUSTA S/C LTDA- LEILOES JUDICIAIS SERRANO Representante(s): OAB 63318 - LORENSO CASSARO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 74488 - FERNANDA FERRAREZI CEOLI (ADVOGADO) REQUERIDO:ERICK RODRIGO CORREA DE OLIVEIRA REQUERIDO:LEA DA SILVA FERREIRA. Processo nÂº: Â 0006712-87.2015.8.14.0301 Autor: Â AD AUGUSTA PER ANGUSTA S/C LTDA-LEILOES JUDICIAIS SERRANO RÃ©u: Â Â ERICK RODRIGO CORREA DE OLIVEIRA e outro DESPACHO Â Â Â Â Â Â A parte rÃ© foi citada por hora certa, e o curador especial apresentou contestaÃ§Ã£o por negativa geral. Â Â Â Â Â Â A parte autora requereu o julgamento antecipado da lide. Â Â Â Â Â Â Tendo em vista que a contestaÃ§Ã£o por negativa geral, bem como o interesse da parte autora no julgamento antecipado, serÃ¡ realizado o julgamento conforme estado do processo, nos termos do art. 355, inciso I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Acerca das custas finais, antes da conclusÃ£o dos autos para sentenÃ§a, dispÃµe o Regimento de Custas e outras despesas processuais no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡ (Lei nÂº. 8.328/2015): Â¿Art. 26. O Diretor de Secretaria, antes da conclusÃ£o dos autos para sentenÃ§a, ou o SecretÃ¡rio de CÃ¢mara, antes da publicaÃ§Ã£o da pauta de julgamento, sob pena de responsabilidade, ressalvadas as hipÃ³teses de assistÃªncia judiciÃ¡ria e isenÃ§Ãµes legais, deverÃ¡ tramitar o processo Ã unidade de arrecadaÃ§Ã£o competente para que esta elabore a conta de custas finais ou certifique a regularidade do recolhimento das custas processuais relativas aos atos atÃ© entÃ£o praticados. (...) Â§ 3Âº. Na hipÃ³tese de pendÃªncia de pagamento das custas processuais, apÃ³s a realizaÃ§Ã£o da conta de custas finais, o Diretor de Secretaria ou o SecretÃ¡rio de CÃ¢mara do TJPA providenciarÃ¡ a intimaÃ§Ã£o do autor para pagamento do respectivo boleto. (...) Art. 27. No momento da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a ou do acÃ³rdÃ£o as custas processuais devem estar devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do(s) magistrado(s), salvo os casos de assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita ou isenÃ§Ãµes legais.Â¿. Â Â Â Â Â Â Assim, remetam-se os autos Ã UNAJ para que esta elabore a conta de custas finais ou certifique a regularidade do recolhimento das custas processuais relativas aos atos atÃ© entÃ£o praticados, nos termos do art. 26 da Lei Estadual nÂº. 8.328/2015. Â Â Â Â Â Â Na hipÃ³tese de custas finais em aberto, intime-se a parte autora, por ato ordinatÃ³rio, a fim de que efetue o pagamento das respectivas custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias. Â Â Â Â Â Â Cumpridas todas as diligÃªncias, com vistas a garantir a celeridade processual, digitalize-se os presentes autos, migrando-os ao PJE, caso haja possibilidade. Â Â Â Â Â Â Independentemente da determinaÃ§Ã£o do item anterior, faculto as partes, caso exista interesse, nos termos da Portaria nÂº 1833/2020-GP/TJPA, de 3 de setembro de 2020, a possibilidade de anteciparem a virtualizaÃ§Ã£o do processo, conforme dispÃµe a norma mencionada: Â¿Art. 19. As partes, os procuradores ou os advogados que pretenderem antecipar a virtualizaÃ§Ã£o de processo ao sistema PJe poderÃ£o requerÃª-lo ao juiz da causa, fornecendo cÃ³pia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos fÃ-sicos e dos feitos em apenso, quando presentes, em arquivo digital Ãºnico, em formato PDF, legÃ-vel e nomeado com o nÃºmero Ãºnico do processo (NUP), armazenado em mÃ-dia digitalÂ¿. Â Â Â Â Â Â Desse modo, mediante a apresentaÃ§Ã£o de cÃ³pia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos fÃ-sicos e apensos, em arquivo digital Ãºnico, formato PDF, legÃ-vel e nomeado com o nÃºmero Ãºnico do processo, o que deve ser certificado pela secretaria, a formalizaÃ§Ã£o da digitalizaÃ§Ã£o dos autos resta plenamente possÃ-vel. Â Â Â Â Â Â Uma vez apresentada a digitalizaÃ§Ã£o, em mÃ-dia digital e entregue a Secretaria do JuÃ-zo, deve, a parte contrÃ¡ria, por ato ordinatÃ³rio, ser intimada para manifestar-se, em 05 (cinco) dias. Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo sem manifestaÃ§Ã£o nos autos e, com a certificaÃ§Ã£o de regularidade, emitida pela Secretaria do JuÃ-zo, nos termos da Portaria nÂº 1833/2020-GP/TJPA, de 3 de setembro de 2020, os autos passarÃ£o a tramitar pelo Sistema PJE. Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 18 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00081938119998140301 PROCESSO ANTIGO: 199910104149 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 18/11/2021 ADVOGADO:LUIS CARLOS SILVA MENDONCA ADVOGADO:KELMA OLIVEIRA REUTER COUTINHO AUTOR:BANCO BRASILEIRO COMERCIAL S.A.-BBC Representante(s): LUIS CARLOS SILVA MENDONCA (ADVOGADO) REU:BAR E RESTAURANTE DOMANI LTDA. Representante(s): OAB 5875 - KELMA SOUSA DE OLIVEIRA REUTER COUTINHO (ADVOGADO) . R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em janeiro de 2021, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma

adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da data da conclusÃ£o do feito procedida no sistema Libra. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, data registrada no sistema. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00097426720148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 18/11/2021 REQUERENTE:BANCO BRADESCO SOCIEDADE ANONIMA Representante(s): OAB 18335 - ISANA SILVA GUEDES (ADVOGADO) OAB 18335 - CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (ADVOGADO) REQUERIDO:RENAN RODRIGUES ARAUJO. R. H. 1. Analisando-se os autos, verifica-se que os autos voltaram conclusos, uma vez que a sentenÃ§a de fls. 55/56 nÃ£o foi publicada, conforme certidÃ£o de fls. 112. NÃ£o obstante, verifica-se que a sentenÃ§a proferida nos autos, incorreu em error in procedendo, ou seja, erro de procedimento, uma vez que declarou extinto o feito em virtude do abandono processual sem a devida intimaÃ§Ã£o pessoal da parte autora para sanar a inÃ©rcia. Acerca da hipÃ³tese de abandono processual, dispÃµe o CPC de 2015, o qual Ã© idÃªntico Ã mesma norma do CPC de 1973 (vigente na Ã©poca do ato processual): Â¿Art. 485. O juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando: (...) III - por nÃ£o promover os atos e as diligÃªncias que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; (...) Â§ 1Âº Nas hipÃ³teses descritas nos incisos II e III, a parte serÃ¡ intimada pessoalmente para suprir a falta no prazo de 5 (cinco) diasÂ¿. Portanto, para configurar o abandono processual, Ã© indispensÃ¡vel a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte autora, o que nÃ£o ocorreu, estando nula a sentenÃ§a proferida nos autos. Diante disso, considerando que se trata de nulidade absoluta do ato, bem como em atenÃ§Ã£o ao princÃ-pio da primazia do mÃ©rito, este juÃ-zo torna sem efeito a sentenÃ§a de fls. 55/56, determinando o prosseguimento do feito. 2. Digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. 3. ApÃ³s, expeÃ§a-se novo mandado de busca e apreensÃ£o para o endereÃ§o de fls. 52. Intime-se. Cumpra-se. BelÃ©m, 17 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00100652020038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310136864 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Cumprimento de sentença em: 18/11/2021 AUTOR:MIDIA EXTERIOR LTDA. - PRISMA COMUNICACAO VISUAL Representante(s): JOSE AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO (ADVOGADO) REU:M.M.T. MARKETING BRASIL LTDA.. Processo nÂº Â 0010065-20.2003.8.14.0301 Â Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â Â Saliente-se que o cumprimento de sentenÃ§a referente aos honorÃ¡rios e custas na AÃ§Ã£o DeclaratÃ³ria e na presente Cautelar estÃ¡ sendo executado em conjunto nos autos em apenso. Â Â Â Â Â Â Diante disso, decisÃ£o nos autos em apenso. Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 17 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00120564320078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710372068 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 REU:BRADESCO Representante(s): IONE ARRAIS OLIVEIRA (ADVOGADO) AUTOR:LAZARO CORREA BARBOSA Representante(s): SINESIO PAULO BORGES CUNHA (ADVOGADO) . R. H. 1. Atento ao certificado Ã s fls. 151, cumpra-se a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte por meio de Oficial de JustiÃ§a. 2. Digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. BelÃ©m, 12 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00126154020068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610420660 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Busca e Apreensão em: 18/11/2021 REU:LCN ASSESSORIA S/S LTDA AUTOR:BANCO BRADESCO S A Representante(s): OAB 20455-A - MAURO PAULO GALERA MARY (ADVOGADO) PATRICK HANS PESSOA DE MELO MULLER (ADVOGADO) . R. H. Arquivem-se os autos, sem prejuÃ-zo de seu desarquivamento. Caso haja necessidade de prosseguimento do feito, digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. Â BelÃ©m, data registrada no sistema. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00159599220158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Apelação Cível em: 18/11/2021 AUTOR:EDGAR CARDOSO CHAGAS AUTOR:LINDA CRISTINA DA SILVA MONTEIRO Representante(s): OAB 7773 - JORGE ANDRADE DE SOUZA (ADVOGADO) REU:ORION INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 12724 - GUSTAVO FREIRE DA FONSECA (ADVOGADO) OAB 13179 - EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL (ADVOGADO) OAB 19389-A - EDUARDO LUIZ BROCK (ADVOGADO) OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) REU:LEAL MOREIRA IMOBILIARIA LTDA Representante(s): OAB 12724 - GUSTAVO FREIRE DA FONSECA (ADVOGADO) OAB 13179 - EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL

(ADVOGADO) OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) . R. H. Arquivem-se os autos, sem prejuÃ-zo de seu desarquivamento. Caso haja necessidade de prosseguimento do feito, digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. Â BelÃ©m, 17 de novembro de 2021. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00167054420108140301 PROCESSO ANTIGO: 20101025040 9 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 REU:AUGUSTO SERGIO MOREIRA DA COSTA Representante(s): GILBERTO ALVES DE ARAUJO (ADVOGADO) TIAGO COIMBRA ARAUJO (ADVOGADO) AUTOR:MARIA DA CONCEICAO DUARTE DE CASTRO Representante(s): OAB 12480 - FILIPE CHARONE TAVARES LOPES (ADVOGADO) OAB 15323 - THIAGO LIVIO QUINTAIROS GALVAO (ADVOGADO) OAB 13312 - MARCUS LIVIO QUINTAIROS GALVAO (ADVOGADO) REU:RAIMUNDO BOTELHO CARREIRA. R. H. Analisando os presentes autos, verifica-se a interposiÃ§Ã£o de embargos de declaraÃ§Ã£o Ã s fls. 116/120, interposto pela parte Requerente, questionando a sentenÃ§a de fls. 109/113. A parte Embargada nÃ£o ofereceu manifestaÃ§Ã£o, apesar de intimada para tanto. Era o que se tinha a relatar. Passa-se a decidir. Nos termos do art. 1.022, do CPC/2015, cabem Embargos de DeclaraÃ§Ã£o contra qualquer decisÃ£o judicial para: esclarecer obscuridade ou eliminar contradiÃ§Ã£o; suprir omissÃ£o de ponto ou questÃ£o sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofÃ-cio ou a requerimento e/ou corrigir erro material. O Embargante nÃ£o demonstrou as hipÃ³teses de cabimento dos Embargos de DeclaraÃ§Ã£o, quais sejam a omissÃ£o, contradiÃ§Ã£o, obscuridade ou erro material que se mostra presente, rediscutindo, em essÃªncia, o mÃ©rito da decisÃ£o recorrida. Tal articulaÃ§Ã£o mostra incabÃ-vel, devendo a parte Embargante manejar o recurso cabÃ-vel para referida rediscussÃ£o do mÃ©rito. Ex positis, este juÃ-zo desacolhe os Embargos de DeclaraÃ§Ã£o opostos, mantendo in totum a decisÃ£o questionada. Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 18 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00184963420118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 AUTOR:LOJAS JOMOVEIS LTDA Representante(s): OAB 8697 - FABRIZIO SANTOS BORDALLO (ADVOGADO) OAB 14035 - JOSE FELIPE DE PAULA BASTOS JUNIOR (ADVOGADO) OAB 14025 - ANA LUIZA OLIVEIRA MORAES (ADVOGADO) REU:M I C INDUSTRIA COM E TEC E SIST ENERG LTDA. Processo nÂº Â 0018496-34.2011.8.14.0301 Autor: Â Â LOJAS JOMOVEIS LTDA RÃ©u: Â Â M I C INDUSTRIA COM E TEC E SIST ENERG LTDA SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de inexistÃªncia de dÃ©bito. Â Â Â Â Â Â Foi certificado que a parte exequente nÃ£o recolheu as custas para fins de citaÃ§Ã£o (fl. 158). Â Â Â Â Â Â Mais uma vez a parte autora foi intimada para efetuar o pagamento das custas, tendo sido certificado que nÃ£o houve o recolhimento (fl. 161). Â Â Â Â Â Â Foi determinada a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte exequente para informar se possui interesse no feito e pagar as custas processuais pendentes (fl. 162). Â Â Â Â Â Â A parte exequente informou que tem interesse no prosseguimento do feito e que pagaria as custas processuais pendentes (fl. 164). Â Â Â Â Â Â A parte exequente foi novamente intimada para recolher as custas pra fins de citaÃ§Ã£o (fl. 165). Â Â Â Â Â Â Foi certificado que a parte exequente nÃ£o recolheu as custas para fins de citaÃ§Ã£o (fl. 167). Â Â Â Â Â Â Era o que se tinha a relatar. Passo a decidir. Â Â Â Â Â Â O CÃ³digo de Processo Civil, ao dispor acerca das despesas processuais, expressa: Â¿Art. 82. Â Salvo as disposiÃ§Ãµes concernentes Ã gratuidade da justiÃ§a, incumbe Ã s partes prover as despesas dos atos que realizarem ou requererem no processo, antecipando-lhes o pagamento, desde o inÃ-cio atÃ© a sentenÃ§a final ou, na execuÃ§Ã£o, atÃ© a plena satisfaÃ§Ã£o do direito reconhecido no tÃ-tuloÂ¿. (grifos acrescidos) Â Â Â Â Â Â Ã evidente, portanto, que se trata de Ã´nus da parte o pagamento das despesas que advierem dos atos que requer durante o andamento processual, devendo o pagamento ser antecipado. Â Â Â Â Â Â Ademais, a jurisprudÃªncia pÃ¡tria jÃ¡ prolatou entendimento de que o pagamento das custas processuais Ã© pressuposto de desenvolvimento vÃ¡lido e regular do processo. Vejamos: (TJPE-0116484) APELAÃÃO CÃVEL. PROCESSO CIVIL. GRATUIDADE DA JUSTIÃA INDEFERIDA. PRECLUSÃO. NÃO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. EXTINÃÃO SEM JULGAMENTO DO MÃRITO. APELO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÃNIME. 1. A questÃ£o do deferimento da gratuidade da justiÃ§a estÃ¡ preclusa, pois foi decidida por acÃ³rdÃ£o com trÃ¢nsito em julgado, nÃ£o podendo ser rediscutida. Intimado do acÃ³rdÃ£o que negou provimento ao Agravo de Instrumento, o demandante deveria ter recolhido as custas, o que nÃ£o fez. 2. O juÃ-zo de primeiro grau agiu corretamente ao extinguir o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, pois o pagamento das custas processuais constitui pressuposto de desenvolvimento vÃ¡lido e regular do processo, conforme o art. 267, IV, do CPC. 3. Apelo nÃ£o provido. DecisÃ£o unÃ¢nime. (ApelaÃ§Ã£o nº 0002467-27.2014.8.17.2001, 2Âª CÃ¢mara CÃ-vel do TJPE, Rel. Roberto da Silva Maia. j. 14.09.2016, unÃ¢nime, DJe 30.09.2016). (grifos acrescidos) (TJPI-

0028577) PROCESSUAL CIVIL. APELAÃÃO CÃVEL. AÃÃO DE REVISÃO DE CONTRATO. PETIÃÃO NÃO EMENDADA. INICIAL INDEFERIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Deixando a parte autora de atender a determinaÃ§Ã£o judicial acerca do pagamento das custas processuais, correto o entendimento do Magistrado a quo, ao extinguir o feito, sem resolver o mÃ©rito da demanda, pois o pagamento das custas processuais representa verdadeiro pressuposto processual de desenvolvimento vÃ¡lido e regular do processo. A ausÃªncia deste requisito, portanto, autoriza a extinÃ§Ã£o do processo nos moldes do art. 267, IV, do CPC/1973, vigente Ã Ã©poca do proferimento da sentenÃ§a, nÃ£o havendo que falar em necessidade de intimaÃ§Ã£o pessoal da parte autora, nos moldes do parÃ¡grafo Ãºnico do art. 267, do mesmo diploma legal. 2. Recurso conhecido e nÃ£o provido. SentenÃ§a mantida. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel nº 201500010048528, 4Âª CÃ¢mara Especializada CÃ-vel do TJPI, Rel. Fernando Lopes e Silva Neto. j. 23.08.2016, unÃ¢nime). (grifos acrescidos) (TJSP-2353627) EXTINÃÃO DO PROCESSO. HIPÃTESE EM QUE, CONQUANTO INTIMADO, NA PESSOA DE SEU ADVOGADO, A PROCEDER AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS INICIAIS E DA TAXA DEVIDA PARA A EFETIVAÃÃO DO ATO CITATÃRIO, OMITIU-SE O BANCO EXEQUENTE NO CUMPRIMENTO DA DETERMINAÃÃO NO PRAZO DE 15 DIAS QUE LHE FOI CONCEDIDO. AUSÃNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÃÃO E DESENVOLVIMENTO VÃLIDO E REGULAR DO PROCESSO (CPC, 485, IV). DESNECESSIDADE NA ESPÃCIE DE INTIMAÃÃO PESSOAL DA PARTE, SENDO SUFICIENTE A INTIMAÃÃO DE SEU ADVOGADO PELA IMPRENSA OFICIAL. SENTENÃA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO, COM A OBSERVAÃÃO DE QUE O PROCESSO Ã JULGADO EXTINTO, SEM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. DISPOSITIVO: NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO, COM OBSERVAÃÃO.Â (ApelaÃ§Ã£o nº 1002110-59.2017.8.26.0001, 19Âª CÃ¢mara de Direito Privado do TJSP, Rel. JoÃ£o Camillo de Almeida Prado Costa. j. 26.06.2018). (grifos acrescidos) (TJPA-0090042) APELAÃÃO CÃVEL. EXTINÃÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. NÃO PAGAMENTO DAS CUSTAS INICIAIS. DILIGÃNCIA DO OFICIAL DE JUSTIÃA. DESNECESSIDADE DE INTIMAÃÃO PESSOAL DA PARTE AUTORA. ARTIGO 485, IV, DO NCPC. JURISPRUDÃNCIA DESTA CORTE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. O autor ajuizou a aÃ§Ã£o executiva em 16 de maio de 2016 e expediu boleto das custas iniciais, via sistema custaonline, e nÃ£o incluiu o valor das diligÃªncias do oficial de justiÃ§a, conforme determina a 8.328/2015, vigente desde 01 de abril de 2016, antes, portanto, do ajuizamento da aÃ§Ã£o2. Assim, diferentemente do que alega o apelante, a Lei que regulamenta as custas e despesas processuais estÃ¡ vigente desde 01 de abril de 2016 e nÃ£o em 21 de julho de 2016.3. Ademais, os boletos para pagamento das custas iniciais foram expedidos pelo prÃ³prio apelante, via sistema e nÃ£o na UNAJ, conforme se constata no relatÃ³rio de conta do processo, no item "custa gerada por" (fl. 62). Assim, deixou de emitir as custas para pagamento da diligÃªncia do oficial de justiÃ§a e, quando foi determinado que realizasse o pagamento, quedou-se inerte. 4. AlÃ©m disso, a alegaÃ§Ã£o de que deveria ser intimado pessoalmente nÃ£o se sustenta, pois a situaÃ§Ã£o exposta pela parte nÃ£o se refere a abandono de causa, como tenta induzir, mas a falta de desenvolvimento vÃ¡lido e regular do feito, nos termos do artigo 485, IV, do NCPC, e, portanto, nÃ£o exige a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte e de seu advogado. 5. Recurso Conhecido e nÃ£o provido. (ApelaÃ§Ã£o nº 00081537620168140040 (186540), 2Âª Turma de Direito Privado do TJPA, Rel. JosÃ© Maria Teixeira do Rosario. j. 20.02.2018, DJe 07.03.2018). (grifos acrescidos) Â Â Â Â Â No caso dos autos, verifica-se que a parte autora foi intimada para o pagamento das custas judiciais a fim de que fosse realizada a citaÃ§Ã£o da parte rÃ©, buscando o vÃ¡lido e regular andamento do feito. No entanto, conforme certificado, quedou-se inerte, por mais de uma vez, o que impÃµe a extinÃ§Ã£o do feito, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Isso posto, julgo extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, em virtude de ausÃªncia de pressuposto de desenvolvimento vÃ¡lido e regular do processo, na forma do art. 485, IV, do CÃ³digo de Processo Civil e por tudo mais o que consta nos autos. Â Â Â Â Â Havendo apelaÃ§Ã£o, intime-se o apelado para apresentar contrarrazÃµes, no prazo legal, caso queira. Decorrido o prazo, encaminhem-se os autos ao EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do para ParÃ¡, para os devidos fins. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, cumpridas as diligÃªncias necessÃ¡rias, arquivem-se os autos, dando-se baixa no registro e na distribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 17 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00197319320038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310383077 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 18/11/2021 AUTOR:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 7535 - SAMUEL NYSTRON DE ALMEIDA BRITO (ADVOGADO) OAB 7865 - ANDRE ALBERTO SOUZA SOARES (ADVOGADO) OAB 11274 - PATRICIA DE NAZARETH DA COSTA E SILVA (ADVOGADO) ANA MARGARIDA GODINHO (ADVOGADO) MARLUCI DE LIMA FERREIRA (ADVOGADO) REU:FERNANDO EMANUEL GOUVEIA DO AMARAL REU:LEILA MARIA SOLANO DO

AMARAL REU:AGRO INDUSTRIAL DA AMAZONIA S/A (CAINZA) Representante(s): MAURICIO BLANCO DE ALMEIDA (ADVOGADO) . R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em janeiro de 2021, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da data da conclusÃ£o do feito procedida no sistema Libra. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, data registrada no sistema. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00203869020118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Apelação Cível em: 18/11/2021 AUTOR:RUI GUILHERME SILVA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 13600-A - AUGUSTO SEIKI KOZU (ADVOGADO) REU:BANCO DO ESTADO DO PARA BANPARA Representante(s): OAB 11362 - ERON CAMPOS SILVA (ADVOGADO) OAB 13916 - DEBORA MARIA RIBEIRO NEVES (ADVOGADO) . R. H. Arquivem-se os autos, sem prejuÃ-zo de seu desarquivamento. Caso haja necessidade de prosseguimento do feito, digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. Â BelÃ©m, 17 de novembro de 2021. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00206435020018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110245197 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 18/11/2021 AUTOR:BANCO DO ESTADO DO PARA SA BANPARA Representante(s): OAB 11362 - ERON CAMPOS SILVA (ADVOGADO) ORLANDO WALLACE DA S. E MOTA (ADVOGADO) WALCIMARA ALINE MOREIRA CARDOSO (ADVOGADO) REU:FERNANDO NOGUEIRA DOS SANTOS. R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em janeiro de 2021, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da conclusÃ£o do feito procedida em 09/09/2021. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00220771620178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 REQUERENTE:ROBSON MARTINS COSTA Representante(s): OAB 18812 - VLADIA BRASIL COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:MAFRE VERA CRUZ VIDA E PREVIDENCIA S/A Representante(s): OAB 14599 - ALESSANDRO CRISTIANO DA COSTA RIBEIRO (ADVOGADO) OAB 18696-A - LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS (ADVOGADO) . Processo nÂº: Â 0022077-16.2017.8.14.0301 Autor: Â Â ROBSON MARTINS COSTA RÃ©u: Â Â MAFRE VERA CRUZ VIDA E PREVIDENCIA S/A DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Foi certificado que nenhum dos peritos nomeados foram intimados (fl. 347). Â Â Â Â Â Â Diante disso, a fim de viabilizar a produÃ§Ã£o da prova pericial, que deverÃ¡ atestar a existÃªncia ou nÃ£o de invalidez da parte autora, nomeio para o encargo o Dr. LUCIO WEBER RABELO e, na impossibilidade deste, Dr. JORGE OLIVEIRA VAZ, cadastrados na Lista Sugestiva do FÃ³rum CÃ-vel da Capital e no Cadastro de Peritos e outros Auxiliares da JustiÃ§a - CAPJUS. Â Â Â Â Â Â Intime-se, com urgÃªncia, o novo perito nomeado a fim de que informe se, no prazo de 05 (cinco) dias, se aceita o encargo. Â Â Â Â Â Aceito o encargo, deverÃ¡ o Sr. Perito, no prazo de 05 (cinco) dias, notificar as partes e o juÃ-zo acerca do dia para inÃ-cio da perÃ-cia, devendo apresentar o laudo em 30 (trinta) dias a contar do inÃ-cio dos trabalhos. Ressalto, que, caso necessÃ¡rio, poderÃ¡ ser intimado para prestar esclarecimentos acerca do laudo. Â Â Â Â Â Â Informada a data da realizaÃ§Ã£o da perÃ-cia, expeÃ§a-se mandado de intimaÃ§Ã£o da parte autora a fim de que tenha conhecimento da data da realizaÃ§Ã£o da perÃ-cia. Â Â Â Â Â Â Cumpridas todas as diligÃªncias, com vistas a garantir a celeridade processual, digitalizem-se os presentes autos, migrando-os ao PJE, caso haja possibilidade. Â Â Â Â Â Â Independentemente da determinaÃ§Ã£o do item anterior, faculto as partes, caso exista interesse, nos termos da Portaria nÂº 1833/2020-GP/TJPA, de 3 de setembro de 2020, a possibilidade de anteciparem a virtualizaÃ§Ã£o do processo, conforme dispÃµe a norma mencionada: Â¿Art. 19. As partes, os procuradores ou os advogados que pretenderem antecipar a virtualizaÃ§Ã£o de processo ao sistema PJe poderÃ£o requerÃª-lo ao juiz da causa, fornecendo cÃ³pia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos fÃ-sicos e dos feitos em apenso, quando presentes, em arquivo digital Ãºnico, em formato PDF, legÃ-vel e

nomeado com o nÃºmero Ãºnico do processo (NUP), armazenado em mÃ-dia digitalÂ¿. Â Â Â Â Â Â Desse modo, mediante a apresentaÃ§Ã£o de cÃ³pia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos fÃ-sicos e apensos, em arquivo digital Ãºnico, formato PDF, legÃ-vel e nomeado com o nÃºmero Ãºnico do processo, o que deve ser certificado pela secretaria, a formalizaÃ§Ã£o da digitalizaÃ§Ã£o dos autos resta plenamente possÃ-vel. Â Â Â Â Â Â Uma vez apresentada a digitalizaÃ§Ã£o, em mÃ-dia digital e entregue a Secretaria do JuÃ-zo, deve, a parte contrÃ¡ria, por ato ordinatÃ³rio, ser intimada para manifestar-se, em 05 (cinco) dias. Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo sem manifestaÃ§Ã£o nos autos e, com a certificaÃ§Ã£o de regularidade, emitida pela Secretaria do JuÃ-zo, nos termos da Portaria nÂº 1833/2020-GP/TJPA, de 3 de setembro de 2020, os autos passarÃ£o a tramitar pelo Sistema PJE. Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. SERVIRÃ A PRESENTE, POR CÃPIA DIGITALIZADA, COMO MANDADO, CARTA E OFÃCIO (PROVIMENTO NÂ° 003/2009 - CJRMB). Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 17 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00226271120058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510728677 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Cumprimento de sentença em: 18/11/2021 ADVOGADO:MARCELO LAMEIRA VERGOLINO EXEQUENTE:COOMINAGRI/PA Representante(s): OAB 22989 - ERIKA CRISTINE DOS SANTOS MONTEIRO KRSTEVSKI (ADVOGADO) MARCELO LAMEIRA VERGOLINO (ADVOGADO) MAURIM LAMEIRA VERGOLINO (ADVOGADO) NELIAN APARECIDA ROSSAFA (ADVOGADO) ADVOGADO:LEONAM GODIM DA CRUZ JUNIOR Representante(s): LEILIANA SOARES LIMA (ADVOGADO) ADVOGADO:CARLOS ALBERTO C. DOS SANTOS EXECUTADO:ANTONIO CARLOS PAULA NEVES DA ROCHA Representante(s): OAB 14855 - ELTON JHONES DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 27804 - LAYANE FARIAS DE CASTRO VIEIRA (ADVOGADO) OAB 23542 - LUANA MESCOUTO SALHEB LEONIDAS (ADVOGADO) OAB 16953 - CARLOS FRANCISCO DE SOUSA MAIA (ADVOGADO) VIRNA DO SOCORRO R CHAVES DE ALMEIDA (ADVOGADO) ADVOGADO:MARCELO LAMEIRA VERGOLINO EXECUTADO:MARCELO PAULA DA ROCHA. R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em janeiro de 2021, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da data da conclusÃ£o do feito procedida no sistema Libra. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, data registrada no sistema. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00231978420018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110277242 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Cumprimento de sentença em: 18/11/2021 ADVOGADO:SINELIO FERREIRA DE MENEZES FILHO ADVOGADO:CRISTOVINA P. MACEDO REU:BERNARDINO GONCALVES LUCAS NETO AUTOR:MARCOS DOELHO PANTOJA. R. H. Arquivem-se os autos, sem prejuÃ-zo de seu desarquivamento. Caso haja necessidade de prosseguimento do feito, digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. Â BelÃ©m, data registrada no sistema. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00244443120098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910528966 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: INDENIZAÇÃO em: 18/11/2021 REP LEGAL:ANA CAROLINA MAUES TEIXEIRA Representante(s): FABRICIO BENTES CARVALHO (ADVOGADO) REU:BANCO BRADESCO S / A Representante(s): RUBENS GASPAR SERRA (ADVOGADO) MARK IMBIRIBA DE CASTRO (ADVOGADO) REU:A. C. FOMENTO MERCANTIL LTDA REU:UNIBANCO Representante(s): OAB 15733-A - JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO (ADVOGADO) OAB 15960 - HIGOR THIAGO MONTEIRO SANTOS (ADVOGADO) OAB 12077 - ADRIANO PALERMO COELHO (ADVOGADO) IVANILDO RODRIGUES DA GAMA JUNIOR (ADVOGADO) REU:DISTRIBUIDORA VERDE AMAZONIA LTDA Representante(s): CARLOS RAIMUNDO GUERRA VIEGA (ADVOGADO) REU:E. B. F. FOMENTO MERCANTIL LTDA Representante(s): GEOGES CHEDID ABDULMASSIH JR. (ADVOGADO) VANESSA NERIS BRASIL MONTEIRO (ADVOGADO) AUTOR:RIAN AGROPECUARIA S.A REU:F & K FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA Representante(s): OAB 14782 - JOSE MILTON DE LIMA SAMPAIO NETO (ADVOGADO) OAB 13179 - EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL (ADVOGADO) GUSTAVO FREIRE DA FONSECA (ADVOGADO) IARA FERREIRA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) . R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em janeiro de 2021, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior

celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da data da conclusÃ£o do feito procedida no sistema Libra. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, data registrada no sistema. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00247540420038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310551765 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Cumprimento de sentença em: 18/11/2021 AUTOR:MIDIA EXTERIOR LTDA - PRISMA COMUNICACAO VISUAL Representante(s): OAB 14035 - JOSE FELIPE DE PAULA BASTOS JUNIOR (ADVOGADO) JOSE AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO (ADVOGADO) REU:M.M.T. MARKETING BRASIL LTDA. Representante(s): YONG JUN CHOI (ADVOGADO) . Processo nÂº Â 0024754-04.2003.8.14.0301 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Trata-se de cumprimento de sentenÃ§a de honorÃ¡rios de sucumbÃªncia. Â Â Â Â Â Â A parte executada/autora apresentou impugnaÃ§Ã£o ao cumprimento de sentenÃ§a (fls. 234/236). Â Â Â Â Â Â Diante disso, determino a intimaÃ§Ã£o da parte exequente/rÃ© para se manifestar acerca da impugnaÃ§Ã£o de fls. 234/236, no prazo de 15 (quinze dias). Â Â Â Â Â Â Ademais, com vistas a garantir a celeridade processual, digitalize-se os presentes autos, migrando-os ao PJE, caso haja possibilidade. Â Â Â Â Â Â Independentemente da determinaÃ§Ã£o do item anterior, faculto as partes, caso exista interesse, nos termos da Portaria nÂº 1833/2020-GP/TJPA, de 3 de setembro de 2020, a possibilidade de anteciparem a virtualizaÃ§Ã£o do processo, conforme dispÃµe a norma mencionada: Â¿Art. 19. As partes, os procuradores ou os advogados que pretenderem antecipar a virtualizaÃ§Ã£o de processo ao sistema PJe poderÃ£o requerÃª-lo ao juiz da causa, fornecendo cÃ³pia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos fÃ-sicos e dos feitos em apenso, quando presentes, em arquivo digital Ãºnico, em formato PDF, legÃ-vel e nomeado com o nÃºmero Ãºnico do processo (NUP), armazenado em mÃ-dia digitalÂ¿. Â Â Â Â Â Â Desse modo, mediante a apresentaÃ§Ã£o de cÃ³pia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos fÃ-sicos e apensos, em arquivo digital Ãºnico, formato PDF, legÃ-vel e nomeado com o nÃºmero Ãºnico do processo, o que deve ser certificado pela secretaria, a formalizaÃ§Ã£o da digitalizaÃ§Ã£o dos autos resta plenamente possÃ-vel. Â Â Â Â Â Â Uma vez apresentada a digitalizaÃ§Ã£o, em mÃ-dia digital e entregue a Secretaria do JuÃ-zo, deve, a parte contrÃ¡ria, por ato ordinatÃ³rio, ser intimada para manifestar-se, em 05 (cinco) dias. Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo sem manifestaÃ§Ã£o nos autos e, com a certificaÃ§Ã£o de regularidade, emitida pela Secretaria do JuÃ-zo, nos termos da Portaria nÂº 1833/2020-GP/TJPA, de 3 de setembro de 2020, os autos passarÃ£o a tramitar pelo Sistema PJE. Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 17 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00259092820158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Sumário em: 18/11/2021 REQUERENTE:LIDER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA Representante(s): OAB 18711 - MAX PINHEIRO MARTINS JUNIOR (ADVOGADO) OAB 22540 - PAULA AMANDA RIBEIRO TEIXEIRA VASCONCELOS (ADVOGADO) REQUERIDO:PEDRO N COHEN. R. H. 1. Reitere-se o ofÃ-cio de fls. 68. 2. Digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. BelÃ©m, 16 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00304735320098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910661089 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 REU:AGROPASTORIL VITORIA DO ARAGUAIA S/A Representante(s): OAB 61898 - JULIANO BACELO DA SILVA (ADVOGADO) AUTOR:BANCO AMAZONIA SA BASA Representante(s): OAB 10176 - ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA (ADVOGADO) OAB 15612 - DANIELA NAZARE MOTA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 10176 - LUIZ RONALDO ALVES CUNHA (ADVOGADO) . R. H. Trata-se de autos com conclusÃ£o indevida, uma vez que nÃ£o cabe a este juÃ-zo realizar o exame de admissibilidade de recurso de apelaÃ§Ã£o. Atente a Secretaria a respeito de situaÃ§Ãµes similares. Encaminhem-se os presentes ao TJPA para apreciaÃ§Ã£o do recurso de ApelaÃ§Ã£o interposto. BelÃ©m, 16 de novembro de 2021. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00308613220088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810891322 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Cautelar Inominada em: 18/11/2021 REP LEGAL:ANA CAROLINA MAUES TEIXEIRA Representante(s): FABRICIO BENTES CARVALHO (ADVOGADO) REU:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 15733-A - JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO (ADVOGADO) OAB 119859 - RUBENS GASPAR SERRA (ADVOGADO) OAB 21779 - GLACY KELLY BACELAR GUIMARAES (ADVOGADO) REU:A. C. FOMENTO MERCANTIL LTDA REU:UNIBANCO

Representante(s): OAB 8525 - IVANILDO RODRIGUES DA GAMA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 15733-A - JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO (ADVOGADO) OAB 12077 - ADRIANO PALERMO COELHO (ADVOGADO) OAB 20444 - HERBERT LOUZADA OLIVEIRA (ADVOGADO) REU:DISTRIBUIDORA VERDE AMAZONIA LTDA Representante(s): OAB 14400 - PATRICK LIMA DE MATTOS (ADVOGADO) REU:E. B. F. FOMENTO MERCANTIL LTDA Representante(s): OAB 8008 - GEORGES CHEDID ABDULMASSIH JUNIOR (ADVOGADO) OAB 13300 - VANESSA NERIS BRASIL MONTEIRO (ADVOGADO) AUTOR:RIAN AGROPECUARIA S.A REU:F & K FACTORING. R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em janeiro de 2021, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da data da conclusÃ£o do feito procedida no sistema Libra. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, data registrada no sistema. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00322480820128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 18/11/2021 AUTOR:BANCO FIAT SA Representante(s): OAB 12306 - ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA GOMES (ADVOGADO) OAB 38534 - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) OAB 13536-A - CELSO MARCON (ADVOGADO) REU:MANOEL FRANCISCO DA COSTA FO. PROCESSO NÂ° 0032248-08.2012.814.0301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÃÃO DE BUSCA E APREENSÃO ajuizada por BANCO FIAT S/A em face de MANOEL FRANCISCO DA COSTA FO. Ãs fls. 105, determinou-se a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte Requerente para que, no prazo de 10 dias, recolhesse as custas pendentes. Conforme AR de fls. 108, verifica-se que a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte Demandante nÃ£o foi efetivada, dada a mudanÃ§a de endereÃ§o desta. Era o que se tinha a relatar. Passa-se a decidir. Este juÃ-zo entende que a intimaÃ§Ã£o pessoal do Requerente para manifestar seu interesse no prosseguimento do feito foi vÃ¡lida, uma vez que a mudanÃ§a de endereÃ§o nÃ£o foi informada nos autos, tudo nos moldes do que preceitua o art. 77, V e 274, parÃ¡grafo Ãºnico, ambos do CPC/2015: ``Art. 77. AlÃ©m de outros previstos neste CÃ³digo, sÃ£o deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo: (...) V - declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereÃ§o residencial ou profissional onde receberÃ£o intimaÃ§Ãµes, atualizando essa informaÃ§Ã£o sempre que ocorrer qualquer modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva; (...)Â¿Â¿ ``Art. 274. NÃ£o dispondo a lei de outro modo, as intimaÃ§Ãµes serÃ£o feitas Ã s partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartÃ³rio, diretamente pelo escrivÃ£o ou chefe de secretaria. ParÃ¡grafo Ãºnico. Presumem-se vÃ¡lidas as intimaÃ§Ãµes dirigidas ao endereÃ§o constante dos autos, ainda que nÃ£o recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva nÃ£o tiver sido devidamente comunicada ao juÃ-zo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondÃªncia no primitivo endereÃ§oÂ¿Â¿. VÃ¡lida a intimaÃ§Ã£o pessoal, nÃ£o tendo a parte Autora cumprido com o ato que lhe competia, deve o feito ser extinto sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, tudo com fundamento no art. 485, III e Â§1Â°, do CPC/2015, em razÃ£o do abandono da causa. ``Ex positisÂ¿Â¿, este juÃ-zo julga o feito extinto sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do art. 485, III e Â§1Â°, do CPC/2015 e por tudo mais o que consta nos autos. Fica intimada a parte Requerente para o recolhimento de eventuais custas pendentes, no prazo de 10 (dez) dias, por meio de seu Procurador. NÃ£o havendo o pagamento das custas processuais no prazo de 10 (dez) dias da publicaÃ§Ã£o desta, extraia a Secretaria Judicial, independentemente de nova conclusÃ£o, a respectiva certidÃ£o para a cobranÃ§a da dÃ-vida, encaminhando-se ao setor competente para tanto. Havendo ApelaÃ§Ã£o, intime-se o apelado para fins de contrarrazÃµes no prazo legal, caso queira. Decorrido o prazo legal, independentemente de manifestaÃ§Ã£o ou nova conclusÃ£o, certifique-se e encaminhem-se os autos ao EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, para os devidos fins. Na hipÃ³tese de trÃ¢nsito em julgado, baixe-se o registro de distribuiÃ§Ã£o e arquive-se, se pagas as custas judiciais finais, se houver. P. R. I. C. BelÃ©m, 16 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00322558820108140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 AUTOR:BRUNO LEAL FONSECA Representante(s): OAB 12392 - ANA TEREZA WALDEMAR DA SILVA (ADVOGADO) OAB 6803 - ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOS (ADVOGADO) OAB 6801 - JEAN CARLOS DIAS (ADVOGADO) OAB 17668 - LUANA GAIA DINIZ (ADVOGADO) OAB 19222 - LUIS

FELLIPE DOS SANTOS PEREIRA (ADVOGADO) REU:RIVALINDA MARQUES JENNINGS MORAIS Representante(s): OAB 7851 - CARLOS ALBERTO BARBOSA PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 9745 - FRANCILEI MARIA CONTENTE PINHEIRO (ADVOGADO) AUTOR:YURI LEAL FONSECA Representante(s): OAB 6803 - ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOS (ADVOGADO) AUTOR:KAIO LEAL FONSECA Representante(s): OAB 6803 - ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOS (ADVOGADO) REU:ELIETE DE SOUZA COLARES Representante(s): OAB 3847 - ELIETE DE SOUZA COLARES (ADVOGADO) OAB 6803 - ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOS (ADVOGADO) . Processo nÂº:Â Â Â 0032255-88.2010.8.14.0301 Autor: Â Â BRUNO LEAL FONSECA e outros RÃ©u:Â Â Â Â Â Â RIVALINDA MARQUES JENNINGS MORAIS e outro DESPACHO Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Verifica-se que foi interposto recurso de apelaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Saliente-se que eventual questionamento sobre tempestividade ou demais questÃµes relacionadas ao recurso serÃ£o apreciadas pelo juÃ-zo a quem. Â Â Â Â Â Â Diante disso, remetam-se, com urgÃªncia, os autos para oÂ EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a do EstadoÂ doÂ ParÃ¡, para os devidos fins. Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 17 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m P R O C E S S O : 0 0 3 4 6 8 2 3 3 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 AUTOR:CLELSON PINHEIRO DE SOUZA Representante(s): OAB 14061 - FELIPE LAVAREDA PINTO MARQUES (ADVOGADO) OAB 14163 - JOSE DE RIBAMAR GRANGEIRO DE FRANCA (ADVOGADO) REU:ANCORA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 10307 - DENIS MACHADO MELO (ADVOGADO) OAB 19332 - KAMILA KAUATI MARINHO FERREIRA DE MEDEIROS (ADVOGADO) OAB 21095 - CINTHIA DANTAS VALENTE (ADVOGADO) . Processo nÂº: Â 0034682-33.2013.8.14.0301 Exequente: Â CLELSON PINHEIRO DE SOUZA Executado: Â ANCORA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Trata-se de cumprimento de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Foi determinada a suspensÃ£o do feito pelo prazo de 01 (um) ano a fim de que a parte exequente indicasse bens penhorÃ¡veis dos executados, com fundamento no art. 921, Â§2Âº, do CÃ³digo de Processo Civil (fls. 164). Â Â Â Â Â Â A parte exequente requereu a citaÃ§Ã£o da empresa por oficial de justiÃ§a (fl. 182). Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Saliente-se que a parte executada jÃ¡ foi devidamente citada durante o processo de conhecimento, bem como possui advogado habilitado nos autos, de modo que nÃ£o hÃ¡ necessidade de citaÃ§Ã£o nesse presente momento processual, haja vista que se trata de cumprimento de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Ademais, verifica-se que transcorreu o prazo de 01 (um) ano de suspensÃ£o sem que tenham sido encontrados bens penhorÃ¡veis em nome dos executados. Â Â Â Â Â Â Ã pressuposto, pois, Ã continuidade regular do processo de execuÃ§Ã£o a existÃªncia de bens livres no patrimÃ´nio do devedor, o que nÃ£o se verifica nos autos do processo. Â Â Â Â Â Â Cumpre salientar o teor do art. 921, Â§2Âº, do CÃ³digo de Processo Civil: Â¿Art. 921. Â Suspende-se a execuÃ§Ã£o: (...) Â§ 2oÂ Decorrido o prazo mÃ¡ximo de 1 (um) ano sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhorÃ¡veis, o juiz ordenarÃ¡ o arquivamento dos autosÂ¿. Â Â Â Â Â Â O arquivamento dos autos quando nÃ£o existem bens a penhorar Ã©, evidentemente, disposiÃ§Ã£o coerente com a realidade do JudiciÃ¡rio brasileiro, o qual, mesmo em anÃ¡lise superficial, nÃ£o tem condiÃ§Ãµes de prosseguir indefinidamente com execuÃ§Ãµes inÃ³cuas, especialmente apÃ³s esgotados todos os meios de constriÃ§Ã£o patrimonial disponÃ-veis. Â Â Â Â Â Â Ratifico que nÃ£o se trata de medida que implique na extinÃ§Ã£o do crÃ©dito. De fato, o Â§3Âº dispÃµe que Â¿os autos serÃ£o desarquivados para prosseguimento da execuÃ§Ã£o se a qualquer tempo forem encontrados bens penhorÃ¡veisÂ¿. Â Â Â Â Â Â Assim, atÃ© a eventual prescriÃ§Ã£o do crÃ©dito, o exequente poderÃ¡, sempre que identificar bens penhorÃ¡veis, requerer o desarquivamento do feito e prosseguimento da execuÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Ã esse o entendimento da jurisprudÃªncia pÃ¡tria acerca do tema: (TRF4-0853944) ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. FIES. TÃTULO JUDICIAL. PRESCRIÃÃO. NÃO OCORRÃNCIA. SUSPENSÃO DA EXECUÃÃO. 1. Uma vez suspenso o processo de execuÃ§Ã£o em razÃ£o da ausÃªncia de bens penhorÃ¡veis do executado (art. 921, III, Â§ 1Âº do novo CPC), o prazo referente Ã prescriÃ§Ã£o intercorrente nÃ£o flui durante o perÃ-odo em que o processo executivo encontrar-se suspenso. ApÃ³s o tÃ©rmino da suspensÃ£o, contudo, a contagem do prazo prescricional tem inÃ-cio. Somente se decorridos mais de 5 (cinco anos) de inÃ©rcia da parte a Exequente em impulsionar efetivamente a execuÃ§Ã£o, mesmo intimada para tanto e sem computar os perÃ-odos de suspensÃ£o por ausÃªncia de localizaÃ§Ã£o de bens penhorÃ¡veis, se consuma a prescriÃ§Ã£o intercorrente, causa extintiva da execuÃ§Ã£o. 2. ApÃ³s o decurso do prazo anual de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o sem localizaÃ§Ã£o de bens penhorÃ¡veis, Ã© cabÃ-vel o arquivamento dos autos, nos termos do art. 921 Â§ 2Âº, do novo CPC. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel nÂº 5063490-40.2016.4.04.7100, 3Âª Turma do TRF da 4Âª RegiÃ£o, Rel. RogÃ©rio Favreto. j. 05.12.2017, unÃ¢nime). (grifos acrescidos) (TRF4-

0657918) PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL. SUSPENSÃO DA EXECUÃÃO. Ã medida que nÃ£o localizados bens penhorÃ¡veis do executado para prosseguimento da execuÃ§Ã£o, tem-se que a medida cabÃ-vel Ã©, de fato, a suspensÃ£o do feito pelo prazo de um ano, restando suspensa, pelo mesmo lapso temporal, a prescriÃ§Ã£o executiva. Apenas apÃ³s o decurso do referido prazo anual sem localizaÃ§Ã£o de bens penhorÃ¡veis, Ã© cabÃ-vel o arquivamento dos autos, na inteligÃªncia do art. 921 Â§ 2Âº, do novo CPC. (Agravo de Instrumento nÂº 5007397-80.2017.4.04.0000, 3Âª Turma do TRF da 4Âª RegiÃ£o, Rel. Ricardo Teixeira do Valle Pereira. j. 30.05.2017, unÃ¢nime). (grifos acrescidos) (TJMG-1094056) AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÃÃO DE EXECUÃÃO. SUSPENSÃO DO FEITO. AUSÃNCIA DE BENS PENHORÃVEIS. CITAÃÃO DO EXECUTADO. DESNECESSIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Nos termos do art. 921, inciso III do CPC, suspende-se a execuÃ§Ã£o quando o executado nÃ£o possuir bens penhorÃ¡veis. 2. Nesta hipÃ³tese, a suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o Ã© limitada ao prazo de 01 (um) ano, durante o qual se suspenderÃ¡ a prescriÃ§Ã£o (art. 921, Â§ 1Âº do CPC). 3. Decorrido o prazo sem que o executado seja localizado ou que sejam encontrados bens passÃ-veis de penhora, o Juiz ordenarÃ¡ o arquivamento provisÃ³rio dos autos (art. 921, Â§ 2Âº do CPC). 4. A suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o nÃ£o estÃ¡ condicionada Ã citaÃ§Ã£o da parte executada, sendo suficiente o requerimento da parte exequente. (Agravo de Instrumento nÂº 0961898-59.2017.8.13.0000 (1), 11Âª CÃ¢mara CÃ-vel do TJMG, Rel. Marcos Lincoln. j. 06.06.2018, Publ. 12.06.2018). (grifos acrescidos) Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o hÃ¡ qualquer prejuÃ-zo ao credor, com o arquivamento, pois que este pode ser desfeito, satisfeita a hipÃ³tese de incidÃªncia, retornando-se ao prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â No caso concreto, verifico apÃ³s a decisÃ£o interlocutÃ³ria que determinou a aplicaÃ§Ã£o do art. 921, Â§Â§1Âº e 2Âº do CÃ³digo de Processo Civil, a parte exequente nÃ£o indicou bens passÃ-veis de penhora, motivo pelo qual se impÃµe o arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Este processo nÃ£o pode, repisa-se, continuar a ocupar a atenÃ§Ã£o da vara, enquanto o credor nÃ£o promover a localizaÃ§Ã£o de patrimÃ´nio do devedor, razÃ£o do arquivamento (passÃ-vel de ser revertido) porque frustrada a execuÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Fica intimada a parte exequente para o recolhimento de eventuais custas pendentes, no prazo de 10 (dez) dias. NÃ£o havendo o pagamento das custas processuais no prazo de 10 (dez) dias da publicaÃ§Ã£o desta, intime-se a parte autora pessoalmente, por meio de carta com aviso de recebimento, para o adimplemento no prazo de 10 (dez) dias. Persistindo a inÃ©rcia, extraia-se, a Secretaria Judicial, independentemente de nova conclusÃ£o, a respectiva certidÃ£o para inscriÃ§Ã£o do dÃ©bito na DÃ-vida Ativa do Estado. Â Â Â Â Â Â Destaca-se que, na hipÃ³tese de localizados bens penhorÃ¡veis, pelo credor, pois que o Poder JudiciÃ¡rio nÃ£o logrou referido Ãªxito, nÃ£o obstante as tentativas contidas do caderno processual, os autos podem ser desarquivados, a qualquer tempo, para prosseguimento da execuÃ§Ã£o, nos termos do art. 921, Â§3Âº, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Assim, cumpridas as determinaÃ§Ãµes anteriores, proceda-se a Secretaria Judicial com o arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 17 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00365579620178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 AUTOR:MARIA GRACIETE MARTINS DOS SANTOS Representante(s): OAB 23248 - CASSIO LUIZ ANDRADE DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 25797 - BRENO SANTOS DE PAULA (ADVOGADO) REU:HOSPITAL NOSSA SENHORA DE NAZARE REU:RAIMUNDO JOSE SOUZA DE CASTRO Representante(s): OAB 5742-B - MIRIAN DE JESUS SOUZA DE CASTRO (ADVOGADO) OAB 13768 - IGOR TADEU DE CASTRO NASCIMENTO (ADVOGADO) . Processo nÂº: Â 0036557-96.2017.8.14.0301 Autor: Â Â MARIA GRACIETE MARTINS DOS SANTOS RÃ©u: Â Â RAIMUNDO JOSE SOUZA DE CASTRO e outro DECISÃO Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Foi determinada a realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia nos prontuÃ¡rios mÃ©dicos, a fim de que seja averiguado se houve erro mÃ©dico ou falha na prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o, com expediÃ§Ã£o de ofÃ-cio ao Conselho Regional de Medicina, a fim de que fornecesse lista atualizada dos profissionais regularmente inscritos regularmente inscritos em seus cadastros e que atuem na Ã¡rea de UROLOGIA (fls. 173/174). Â Â Â Â Â Â O Conselho Regional de Medicina apresentou lista de profissionais (fls. 178/187). Â Â Â Â Â Â Diante disso, intimem-se os referidos profissionais com endereÃ§o nesta Comarca, na ordem em que figurarem no documento apresentado, a fim de que informem, no prazo de 05 (cinco) dias, se aceitam o encargo, cumprindo integralmente o determinado na decisÃ£o de fls. 173/174. Â Â Â Â Â Â Cumpridas todas as diligÃªncias, com vistas a garantir a celeridade processual, digitalizem-se os presentes autos, migrando-os ao PJE, caso haja possibilidade. Â Â Â Â Â Â Independentemente da determinaÃ§Ã£o do item anterior, faculto as partes, caso exista interesse, nos termos da Portaria nÂº 1833/2020-GP/TJPA, de 3 de setembro de 2020, a possibilidade de anteciparem a virtualizaÃ§Ã£o do processo, conforme dispÃµe a norma mencionada:

Â¿Art. 19. As partes, os procuradores ou os advogados que pretenderem antecipar a virtualizaÃ§Ã£o de processo ao sistema PJe poderÃ£o requerÃª-lo ao juiz da causa, fornecendo cÃ³pia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos fÃ-sicos e dos feitos em apenso, quando presentes, em arquivo digital Ãºnico, em formato PDF, legÃ-vel e nomeado com o nÃºmero Ãºnico do processo (NUP), armazenado em mÃ-dia digitalÂ¿. Â Â Â Â Â Â Desse modo, mediante a apresentaÃ§Ã£o de cÃ³pia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos fÃ-sicos e apensos, em arquivo digital Ãºnico, formato PDF, legÃ-vel e nomeado com o nÃºmero Ãºnico do processo, o que deve ser certificado pela secretaria, a formalizaÃ§Ã£o da digitalizaÃ§Ã£o dos autos resta plenamente possÃ-vel. Â Â Â Â Â Â Uma vez apresentada a digitalizaÃ§Ã£o, em mÃ-dia digital e entregue a Secretaria do JuÃ-zo, deve, a parte contrÃ¡ria, por ato ordinatÃ³rio, ser intimada para manifestar-se, em 05 (cinco) dias. Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo sem manifestaÃ§Ã£o nos autos e, com a certificaÃ§Ã£o de regularidade, emitida pela Secretaria do JuÃ-zo, nos termos da Portaria nÂº 1833/2020-GP/TJPA, de 3 de setembro de 2020, os autos passarÃ£o a tramitar pelo Sistema PJE. Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 17 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00370256020178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 REQUERENTE:LIDER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA Representante(s): OAB 18942 - MARINA RODRIGUES VIEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:ANTONIO CARLOS ROCHA MILHOMEM. R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em janeiro de 2021, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da data da conclusÃ£o do feito procedida no sistema Libra. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, data registrada no sistema. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00386356820148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Arrolamento Sumário em: 18/11/2021 INVENTARIANTE:MONICA MENDONCA PAIVA ANTONIO JOSE Representante(s): OAB 12356 - ANDRE AUGUSTO MALCHER MEIRA (ADVOGADO) INVENTARIADO:IRANILDO BATISTA DE PAIVA INVENTARIADO:CARMEN CONCEICAO MENDONCA PAIVA. R. H. Cumpra-se a decisÃ£o do conflito negativo de competÃªncia, devendo os autos serem encaminhado para a 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital e sua respectiva UPJ. BelÃ©m, 17 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00399382520118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Embargos à Execução em: 18/11/2021 EMBARGANTE:DIONISIO MONTEIRO DE MELO JUNIOR Representante(s): OAB 11239 - ISAIAS DA COSTA MOTA (ADVOGADO) EMBARGADO:CONSTRUTORA COLUMBIA LTDA Representante(s): OAB 3210 - PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO (ADVOGADO) OAB 7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 14400 - PATRICK LIMA DE MATTOS (ADVOGADO) OAB 1746 - REYNALDO ANDRADE DA SILVEIRA (ADVOGADO) REQUERENTE:SILVEIRA ATHIAS SORIANO DE MELLO GUIMARAES PINHEIRO SCAFF ADVOGADOS Representante(s): OAB 1746 - REYNALDO ANDRADE DA SILVEIRA (ADVOGADO) . R. H. 1. Atento ao certificado Ã s fls. 69, cumpra-se a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte por meio de Oficial de JustiÃ§a. 2. Digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. BelÃ©m, 16 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00401212020168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Sumário em: 18/11/2021 AUTOR:MARIA DAVINA DAS NEVES PORTILHO Representante(s): OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) OAB 19439 - ROBERTA CAROLINA CINTRA RAMOS (ADVOGADO) REU:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA Representante(s): OAB 14977 - MARCEL AUGUSTO SOARES DE VASCONCELOS (ADVOGADO) OAB 6.100 - LUCIMARY GALVAO LEONARDO GARCES (ADVOGADO) OAB 25399 - VERENA VERISSIMO BARROSO GOMES (ADVOGADO) OAB 27382 - REINALDO MELLO PONTES (ADVOGADO) . Processo nÂº: Â 0040121-20.2016.8.14.0301 Autor: Â MARIA DAVINA DAS NEVES PORTILHO RÃ©u:Â Â CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA Â Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â Â A parte autora foi intimada, por ato ordinatÃ³rio, para apresentar rÃ©plica. Â Â Â Â Â Â Foi certificado que a parte autora nÃ£o apresentou rÃ©plica (fl. 256). Â Â Â Â Â Â Tendo em vista o lapso temporal desde a Ãºltima manifestaÃ§Ã£o da parte

autora, intime-se pessoalmente a parte autora, via carta com aviso de recebimento, para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, quanto ao seu interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o, nos termos do art. 485, Â§ 1Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Em se manifestando positivamente, deve a parte autora apresentar rÃ©plica, bem como contestaÃ§Ã£o Ã reconvenÃ§Ã£o, no prazo de 15 dias. Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 17 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00401602120098140301 PROCESSO ANTIGO: 20091089987 0 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Petição Cível em: 18/11/2021 REU:BANCO DA AMAZONIA S.A Representante(s): ALEXANDRE GUSTAVO MOURA GUIMARAES (ADVOGADO) AUTOR:ESPOLIO DE FERNANDO EMANUEL GOUVEIA DO AMARAL Representante(s): OAB 25205 - ROBERTA CARDOSO MAIA (ADVOGADO) AUTOR:LEILA MARIA SOLANO DO AMARAL Representante(s): OAB 25205 - ROBERTA CARDOSO MAIA (ADVOGADO) MAURICIO BLANCO DE ALMEIDA (ADVOGADO) AUTOR:AGRO INDUSTRIAL DA AMAZONIA -CAINZA Representante(s): OAB 25205 - ROBERTA CARDOSO MAIA (ADVOGADO) . R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em janeiro de 2021, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da data da conclusÃ£o do feito procedida no sistema Libra. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, data registrada no sistema. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00446736720128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 18/11/2021 EXEQUENTE:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 11481 - RUI FRAZAO DE SOUSA (ADVOGADO) OAB 8200-B - ROBERTO BRUNO ALVES PEDROSA (ADVOGADO) OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) OAB 21466 - ADALBERTO RIBEIRO MENEZES (ADVOGADO) EXECUTADO:SÉRGIO AUGUSTO DA COSTA OLIVEIRA EXECUTADO:ALDECY DA SILVA MIRANDA. R. H. 1. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. 2. ApÃ³s: assim dispÃµe o art. 256, do CPC de 2015: ``Art. 256. A citaÃ§Ã£o por edital serÃ¡ feita: I - quando desconhecido ou incerto o citando; II - quando ignorado, incerto ou inacessÃ-vel o lugar em que se encontrar o citando; III - nos casos expressos em lei. Â§ 1Âº Considera-se inacessÃ-vel, para efeito de citaÃ§Ã£o por edital, o paÃ-s que recusar o cumprimento de carta rogatÃ³ria. Â§ 2Âº No caso de ser inacessÃ-vel o lugar em que se encontrar o rÃ©u, a notÃ-cia de sua citaÃ§Ã£o serÃ¡ divulgada tambÃ©m pelo rÃ¡dio, se na comarca houver emissora de radiodifusÃ£o. Â§ 3Âº O rÃ©u serÃ¡ considerado em local ignorado ou incerto se infrutÃ-feras as tentativas de sua localizaÃ§Ã£o, inclusive mediante requisiÃ§Ã£o pelo juÃ-zo de informaÃ§Ãµes sobre seu endereÃ§o nos cadastros de Ã³rgÃ£os pÃºblicos ou de concessionÃ¡rias de serviÃ§os pÃºblicosÂ¿Â¿Â¿. Por conseguinte, considerando a inteligÃªncia do art. 256, Â§3Â°, do CPC, tendo este juÃ-zo o dever legal de esgotar todos os meios de localizaÃ§Ã£o da parte Requerida, indefere-se por ora o pedido de citaÃ§Ã£o por edital. Oficie-se para a COSANPA, Equatorial ParÃ¡ Distribuidora de Energia S/A, Oi, Vivo e Tim, a fim de que estas possam informar a existÃªncia de endereÃ§os constantes de seus cadastros em nome dos Executados e seus respectivos CPFs. 3. Intime-se a parte Exequente, por meio de ato ordinatÃ³rio, para, no prazo de 15 dias, recolher as custas dos atos praticados e das pendentes para viabilizar a citaÃ§Ã£o da pessoa jurÃ-dica na pessoa de seus sÃ³cios, sob pena de extinÃ§Ã£o. BelÃ©m, 18 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00465247320148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 AUTOR:BANCO DO BRASIL SOCIEDADE ANONIMA Representante(s): OAB 14797 - SERGIO LUIZ DE ANDRADE (ADVOGADO) OAB 18696-A - LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS (ADVOGADO) OAB 44698 - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) REU:LOS BRANDÃO - LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA REU:AFONSO LORENCO LAVAREDA AMARO REU:SIMONE RAQUEL BRANDAO SOARES. R. H. 1. Digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. 2. Indefiro o pedido de ofÃ-cio de fls. 72/74, uma vez que as mencionadas empresas nÃ£o sÃ£o Ã³rgÃ£os pÃºblicos ou concessionÃ¡rias de serviÃ§o pÃºblico, nos moldes da inteligÃªncia do art. 256,

Â§3Â°, do CPC. 3. Assim dispÃµe o art. 256, do CPC de 2015: ``Art. 256. A citaÃ§Ã£o por edital serÃ¡ feita: I - quando desconhecido ou incerto o citando; II - quando ignorado, incerto ou inacessÃ-vel o lugar em que se encontrar o citando; III - nos casos expressos em lei. Â§ 1Âº Considera-se inacessÃ-vel, para efeito de citaÃ§Ã£o por edital, o paÃ-s que recusar o cumprimento de carta rogatÃ³ria. Â§ 2Âº No caso de ser inacessÃ-vel o lugar em que se encontrar o rÃ©u, a notÃ-cia de sua citaÃ§Ã£o serÃ¡ divulgada tambÃ©m pelo rÃ¡dio, se na comarca houver emissora de radiodifusÃ£o. Â§ 3Âº O rÃ©u serÃ¡ considerado em local ignorado ou incerto se infrutÃ-feras as tentativas de sua localizaÃ§Ã£o, inclusive mediante requisiÃ§Ã£o pelo juÃ-zo de informaÃ§Ãµes sobre seu endereÃ§o nos cadastros de Ã³rgÃ£os pÃºblicos ou de concessionÃ¡rias de serviÃ§os pÃºblicosÂ¿Â¿Â¿. Por conseguinte, considerando a inteligÃªncia do art. 256, Â§3Â°, do CPC, tendo este juÃ-zo o dever legal de esgotar todos os meios de localizaÃ§Ã£o da parte Requerida, oficie-se para a COSANPA, Equatorial ParÃ¡ Distribuidora de Energia S/A, Oi, Vivo e Tim, a fim de que estas possam informar a existÃªncia de endereÃ§os constantes de seus cadastros em nome dos Requeridos e seus respectivos CPFs. BelÃ©m, 16 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00469141420128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Ação de Exigir Contas em: 18/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU:ASSOCIACAO DOS MORADORES DO LAGO VERDE ASMOLVE. Vistos, etc. Trata-se de AÃÃO DE PRESTAÃÃO DE CONTAS ajuizada pelo MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ em face de ASSOCIAÃÃO DOS MORADORES DO LAGO VERDE. Â O Autor requereu a desistÃªncia do feito, tudo nos moldes do petitÃ³rio de fls. 34/36. Relatados. Decido. Respaldado no que preceitua o art. 485, VIII do CPC, este juÃ-zo homologa por sentenÃ§a, para que produza seus jurÃ-dicos e legais efeitos o pedido de desistÃªncia formulado pelo Autor. DÃª-se a devida baixa junto Ã Distribuidora do JuÃ-zo. Sem custas, nos moldes do art. 40, II, da Lei Estadual nÂ° 8.328/2015, uma vez que se trata de aÃ§Ã£o promovida pelo MinistÃ©rio PÃºblico. Sem custas, uma vez que a parte Autora Ã© beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita ora deferida. Intime-se o Parquet da presente decisÃ£o com a remessa dos autos ao Ã³rgÃ£o. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C. BelÃ©m, 18 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00487961120128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 AUTOR:CENTRO ELÉTRICO LTDA Representante(s): OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) OAB 15875 - MARCOS VINICIUS COROA SOUZA (ADVOGADO) OAB 13221-A - CAIO ROGERIO DA COSTA BRANDAO (ADVOGADO) OAB 28607 - HANNA DE ASSIS MACEDO (ADVOGADO) OAB 13179 - EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL (ADVOGADO) REU:NANTE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. R. H. 1. Digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. 2. Intime-se o Requerente, pessoalmente, para que, no prazo de 5 dias, manifeste seu interesse no prosseguimento do feito, recolhendo as custas processuais pendentes, sob pena de extinÃ§Ã£o. BelÃ©m, 16 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00576586820128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 18/11/2021 AUTOR:BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A Representante(s): OAB 12964 - THIAGO WISNIEWSKI MARTINI (ADVOGADO) OAB 11663 - WALCIMARA ALINE MOREIRA CARDOSO (ADVOGADO) REU:ROSIVALDO DE ALCANTARA MENDES. R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em janeiro de 2021, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da data da conclusÃ£o do feito procedida no sistema Libra. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, data registrada no sistema. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00591156720148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 REQUERENTE:NELSON VARELA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 5789 - LUIZ ROBERTO DUARTE DE MELO (ADVOGADO) OAB 12705 - WALDISE DUARTE DE MELO (ADVOGADO) REQUERENTE:SUELI NASCIMENTO OLIVEIRA Representante(s): OAB 5789 - LUIZ ROBERTO DUARTE DE MELO (ADVOGADO) OAB 16850 - ANA PAULA DUARTE DE OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:ESPERANCA INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 12268 - CASSIO CHAVES

CUNHA (ADVOGADO) OAB 9296 - ISIS KRISHINA REZENDE SADECK (ADVOGADO) OAB 14637 - DOUGLAS MOTA DOURADO (ADVOGADO) OAB 17213 - DIEGO FIGUEIREDO BASTOS (ADVOGADO) OAB 15410-A - CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO (ADVOGADO) OAB 19389-A - EDUARDO LUIZ BROCK (ADVOGADO) OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) OAB 21379 - RAFAEL REZENDE DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO) OAB 5586 - PAULO AUGUSTO DE AZEVEDO MEIRA (ADVOGADO) OAB 11606 - MAISA PINHEIRO CORREA VON GRAPP (ADVOGADO) REQUERIDO:LUIZ SÉRGIO BRITO DE ARAUJO REQUERIDO:PAULO FERNANDO MACHADO REQUERIDO:MAURICIO LEAL MOREIRA Representante(s): OAB 13179 - EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL (ADVOGADO) REQUERIDO:CONSTRUTORA E INCORPORADORA LEAL MOREIRA LTDA Representante(s): OAB 13179 - EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL (ADVOGADO) . R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em janeiro de 2021, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da conclusÃ£o do feito procedida em 09/09/2021. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, 10 de novembro de 2021. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00591211120138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 18/11/2021 EXEQUENTE:BANCO DAYCOVAL SA Representante(s): OAB 207407 - LIA DAMO DEDECCA (ADVOGADO) OAB 8659 - ALCIDES NEY JOSE GOMES (ADVOGADO) OAB 8125 - LAZARO JOSE GOMES JUNIOR (ADVOGADO) EXECUTADO:MARIA LUCIMAR FELIX. R. H. Cite-se a Executada nos endereÃ§os de fls. 106/108. Deve a parte Exequente recolher as custas do ato em 15 dias, sob pena de extinÃ§Ã£o. Deve constar no mandado o seguinte teor: ``1. Este juÃ-zo defere o processamento do feito, em face da inicial encontrar-se instruÃ-da com o tÃ-tulo executivo extrajudicial;Â 2. Cite-se a parte Executada, na forma da lei, para, no prazo de 03 (trÃªs) dias, contados da citaÃ§Ã£o, pagar o valor do dÃ©bito ou nomear bens Ã penhora (CPC/2015, art. 829), sob pena de lhes serem penhorados e avaliados pelo Oficial de JustiÃ§a tantos bens quanto bastem para a quitaÃ§Ã£o do dÃ©bito (CPC/2015, art. 829, Â§1Â°); 3. Caso a parte Executada venha a pagar o dÃ©bito, arbitro desde jÃ¡ honorÃ¡rios advocatÃ-cios em 10% sobre o valor da causa, os quais serÃ£o reduzidos pela metade caso o devedor solva a obrigaÃ§Ã£o em 03 (trÃªs) dias (CPC/2015, art. 827, ``caputÂ¿Â¿ e Â§1Â°); 4. A teor do que dispÃµem os arts. 904 e 905, do CPC/2015, deve constar no mandado de citaÃ§Ã£o, penhora e avaliaÃ§Ã£o o prazo de 15 dias Ãºteis para que o devedor possa opor-se a ExecuÃ§Ã£o por meio de Embargos, contados nos moldes do art. 231, do CPC/2015Â¿Â¿. Digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. BelÃ©m, 16 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00596319220118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Apelação Cível em: 18/11/2021 AUTOR:ELONEIDE LOPES DOS SANTOS Representante(s): OAB 13232-B - JOAO PERES DE ANDRADE FILHO (DEFENSOR) REU:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 44698 - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) . DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuidam os presentes autos de cumprimento de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O executado depositou espontaneamente o valor exequendo, tendo este juÃ-zo autorizado a expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡ em favor da parte autora, no que se refere a condenaÃ§Ã£o e, quanto a sucumbÃªncia, determinou a expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡ em favor da Defensoria PÃºblica do Estado do ParÃ¡, atravÃ©s do fundo de reaparelhamento da Defensoria PÃºblica (fls. 157). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Às fls. 167, a parte autora peticionou nos autos, por meio de advogado (procuraÃ§Ã£o fls. 168), a expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡ judicial em nome do patrono da autora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, considerando que a procuraÃ§Ã£o de fls. 168 outorga ao advogado Ion Eloi de AraÃºjo Vidigal poderes especÃ-ficos para receber e dar quitaÃ§Ã£o, autorizo a expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡ para levantamento do valor relativo a condenaÃ§Ã£o, em nome do referido causÃ-dico, acrescido de eventuais rendimentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Autorizo a transferÃªncia dos referidos montantes para conta bancÃ¡ria de titularidade do beneficiÃ¡rio do alvarÃ¡, desde que assim o requeira por meio de petiÃ§Ã£o nos autos onde informem os dados bancÃ¡rios para transferÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instrua-se o alvarÃ¡ com o extrato atualizado da subconta judicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Intime-se. Registre-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 18 de novembro de 2021. Augusto Cesar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00640237020148140301 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 REQUERENTE:DONATO REIS REZENDE Representante(s): OAB 8175 - ANTONIO DE JESUS VALENTE DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:ARGEMIRO VICENTE PEREIRA LEITE Representante(s): OAB 10222 - EDA CAROLINA MONTEIRO LEITAO (ADVOGADO) OAB 11509 - ADONAI EBER RODRIGUES LEITAO (ADVOGADO) REQUERENTE:MARGARETH BUZZI REZENDE Representante(s): OAB 18060 - CEZAR AUGUSTO REZENDE RODRIGUES (ADVOGADO) . Processo nÂº: Â 0064023-70.2014.8.14.0301 Autor: Â DONATO REIS REZENDE e outro RÃ©u: Â Â ARGEMIRO VICENTE PEREIRA LEITE DESPACHO Â Â Â Â Â As partes juntaram CertidÃµes de CartÃ³rios diferentes (fls. 45 e 173) em que atestam a propriedade sobre o imÃ³vel objeto nos autos, no entanto, com numeraÃ§Ãµes e dimensÃµes diferentes. Â Â Â Â Â Pois bem, tendo em vista que se trata de aÃ§Ã£o reivindicatÃ³ria nÃ£o hÃ¡ necessidade de realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia no imÃ³vel, de modo que torno sem efeito a determinaÃ§Ã£o de perÃ-cia. Â Â Â Â Â NÃ£o obstante, verifica-se que foram juntadas novas certidÃµes pelas partes, de modo que a propriedade do imÃ³vel Ã© o ponto controvertido da lide. Â Â Â Â Â Assim, concedo para as partes o prazo de 15 (quinze) dias para especificarem as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade destas para o resultado Ãºtil do processo. Â Â Â Â Â Â Caso as partes nÃ£o possuam provas a serem produzidas ou na hipÃ³tese de indeferimento destas com fundamento no art. 370, parÃ¡grafo Ãºnico, CPC, serÃ¡ realizado o julgamento conforme estado do processo, nos termos do art. 355, inciso I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Acerca das custas finais, antes da conclusÃ£o dos autos para sentenÃ§a, dispÃµe o Regimento de Custas e outras despesas processuais no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡ (Lei nÂº. 8.328/2015): Â¿Art. 26. O Diretor de Secretaria, antes da conclusÃ£o dos autos para sentenÃ§a, ou o SecretÃ¡rio de CÃ¢mara, antes da publicaÃ§Ã£o da pauta de julgamento, sob pena de responsabilidade, ressalvadas as hipÃ³teses de assistÃªncia judiciÃ¡ria e isenÃ§Ãµes legais, deverÃ¡ tramitar o processo Ã unidade de arrecadaÃ§Ã£o competente para que esta elabore a conta de custas finais ou certifique a regularidade do recolhimento das custas processuais relativas aos atos atÃ© entÃ£o praticados. (...) Â§ 3Âº. Na hipÃ³tese de pendÃªncia de pagamento das custas processuais, apÃ³s a realizaÃ§Ã£o da conta de custas finais, o Diretor de Secretaria ou o SecretÃ¡rio de CÃ¢mara do TJPA providenciarÃ¡ a intimaÃ§Ã£o do autor para pagamento do respectivo boleto. (...) Art. 27. No momento da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a ou do acÃ³rdÃ£o as custas processuais devem estar devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do(s) magistrado(s), salvo os casos de assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita ou isenÃ§Ãµes legais.Â¿. Â Â Â Â Â Â Assim, apÃ³s manifestaÃ§Ã£o das partes, remetam-se os autos Ã UNAJ para que esta elabore a conta de custas finais ou certifique a regularidade do recolhimento das custas processuais relativas aos atos atÃ© entÃ£o praticados, nos termos do art. 26 da Lei Estadual nÂº. 8.328/2015. Â Â Â Â Â Â Na hipÃ³tese de custas finais em aberto, intime-se a parte autora, por ato ordinatÃ³rio, a fim de que efetue o pagamento das respectivas custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias. Â Â Â Â Â Â Cumpridas todas as diligÃªncias, com vistas a garantir a celeridade processual, digitalize-se os presentes autos, migrando-os ao PJE, caso haja possibilidade. Â Â Â Â Â Â Independentemente da determinaÃ§Ã£o do item anterior, faculto as partes, caso exista interesse, nos termos da Portaria nÂº 1833/2020-GP/TJPA, de 3 de setembro de 2020, a possibilidade de anteciparem a virtualizaÃ§Ã£o do processo, conforme dispÃµe a norma mencionada: Â¿Art. 19. As partes, os procuradores ou os advogados que pretenderem antecipar a virtualizaÃ§Ã£o de processo ao sistema PJe poderÃ£o requerÃª-lo ao juiz da causa, fornecendo cÃ³pia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos fÃ-sicos e dos feitos em apenso, quando presentes, em arquivo digital Ãºnico, em formato PDF, legÃ-vel e nomeado com o nÃºmero Ãºnico do processo (NUP), armazenado em mÃ-dia digitalÂ¿. Â Â Â Â Â Â Desse modo, mediante a apresentaÃ§Ã£o de cÃ³pia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos fÃ-sicos e apensos, em arquivo digital Ãºnico, formato PDF, legÃ-vel e nomeado com o nÃºmero Ãºnico do processo, o que deve ser certificado pela secretaria, a formalizaÃ§Ã£o da digitalizaÃ§Ã£o dos autos resta plenamente possÃ-vel. Â Â Â Â Â Â Uma vez apresentada a digitalizaÃ§Ã£o, em mÃ-dia digital e entregue a Secretaria do JuÃ-zo, deve, a parte contrÃ¡ria, por ato ordinatÃ³rio, ser intimada para manifestar-se, em 05 (cinco) dias. Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo sem manifestaÃ§Ã£o nos autos e, com a certificaÃ§Ã£o de regularidade, emitida pela Secretaria do JuÃ-zo, nos termos da Portaria nÂº 1833/2020-GP/TJPA, de 3 de setembro de 2020, os autos passarÃ£o a tramitar pelo Sistema PJE. Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 17 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00786501620138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Judicial em: 18/11/2021 EXEQUENTE:CARLOS ALVES DA SILVA Representante(s): OAB 10662 - JAQUELINE NORONHA DE M FILOMENO KITAMURA (ADVOGADO) EXECUTADO:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 211648 - RAFAEL SGANZERLA DURAND

(ADVOGADO) OAB 128341 - NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) . R. H. 1. Digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. 2. Certifique-se o decurso do prazo da decisÃ£o de fls. 229. BelÃ©m, 16 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 01078223220158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 AUTOR:DAYANE MYLEO COELHO DE MIRANDA Representante(s): OAB 19729 - PAULO ROGERIO MENDONCA ARRAES (ADVOGADO) OAB 20572 - KÉRMESON CONCEIÇÃO DE LIMA (ADVOGADO) REU:LONDRES INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 18736 - CELSO ROBERTO DE MIRANDA RIBEIRO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 19389-A - EDUARDO LUIZ BROCK (ADVOGADO) OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) REU:PDG REALTY SA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES Representante(s): OAB 173423 - MAURICIO BARROS REGADO (ADVOGADO) OAB 18736 - CELSO ROBERTO DE MIRANDA RIBEIRO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) REU:ASACORP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACAO LTDA Representante(s): OAB 19389-A - EDUARDO LUIZ BROCK (ADVOGADO) . R. H. 1. Digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. 2. Intime-se o Requerente, por meio de seu procurador, para requerer o que de direito para o prosseguimento do cumprimento de sentenÃ§a, juntando tambÃ©m a planilha atualizada do dÃ©bito. BelÃ©m, 16 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 01119040920158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança em: 18/11/2021 REQUERENTE:CONDOMINIO VOLUNTARIO PATIO BELEM Representante(s): OAB 4147 - HELENA MARIA ROCHA LOBATO (ADVOGADO) REQUERIDO:AVESSO COMERCIO DE ROUPAS LTDA EPP Representante(s): OAB 3451 - JOSE RAIMUNDO FARIAS CANTO (ADVOGADO) OAB 21060 - SARAH LIMA DA SILVA (ADVOGADO) . R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em janeiro de 2021, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da data da conclusÃ£o do feito procedida no sistema Libra. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, data registrada no sistema. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 01485796820158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Cautelar Inominada em: 18/11/2021 REQUERENTE:DISTRIBUIDORA AUTOMOTIVA S/A Representante(s): OAB 16711 - SAMUEL DUTRA DE MORAIS JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:MP BRONZE RIO PRETO INDUSTRIA E COMERCIO DE PECAS. PROCESSO NÂº 0148579-68.2015.814.0301 Vistos, etc. DISTRIBUIDORA AUTOMOTIVA S/A ajuizou AÃÃO CAUTELAR em face de MP BRONZE RIO PRETO INDUSTRIA E COMERCIO DE PEÃAS, todos qualificados nos autos. Ãs fls. 40, determinou-se a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte Requerente para que, no prazo de 15 dias, manifestasse interesse no prosseguimento do feito. Conforme AR de fls. 44, verifica-se que a parte foi intimada e nÃ£o protocolou qualquer manifestaÃ§Ã£o. Era o que se tinha a relatar. Passa-se a decidir. Este juÃ-zo entende que a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte Requerente para manifestar seu interesse no prosseguimento do feito foi vÃ¡lida e, nÃ£o tendo a parte Autora cumprido com o ato que lhe competia, deve o feito ser extinto sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, tudo com fundamento no art. 485, III e Â§1Â°, do CPC/2015, em razÃ£o do abandono da causa. ``Ex positisÂ¿Â¿, este juÃ-zo julga o feito extinto sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do art. 485, III e Â§1Â°, do CPC/2015 e por tudo mais o que consta nos autos. Intime-se a parte Requerente para o recolhimento de eventuais custas pendentes, no prazo de 10 (dez) dias, pessoalmente, por sua administradora judicial. NÃ£o havendo o pagamento das custas processuais no prazo de 10 (dez) dias da juntada da intimaÃ§Ã£o, extraia a Secretaria Judicial, independentemente de nova conclusÃ£o, a respectiva certidÃ£o para a cobranÃ§a da dÃ-vida, encaminhando-se ao setor competente para tanto. Havendo ApelaÃ§Ã£o, intime-se o apelado para fins de contrarrazÃµes no prazo legal, caso queira. Decorrido o prazo legal, independentemente de manifestaÃ§Ã£o ou nova conclusÃ£o, certifique-se e encaminhem-se os autos ao EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, para os devidos fins. Na hipÃ³tese de trÃ¢nsito em julgado, baixe-se o registro de distribuiÃ§Ã£o e arquive-se, se pagas as custas judiciais finais, se houver. Digitalizem-se os presentes autos, migrando-os para o PJE, caso haja necessidade de prosseguimento do feito. P. R. I. C. BelÃ©m, 16 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ

CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 01663424820168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 REQUERENTE:MAPE ENGENHARIA LTDA Representante(s): OAB 3275 - ION ELOI DE RAUJO VIDIGAL (ADVOGADO) REQUERIDO:CERAMICA INDUSTRIAL DE TAUBATE LTDA Representante(s): OAB 24185 - MARIAH COSTA FONSECA (ADVOGADO) OAB 279308 - JOSE ROBERTO DE MIRANDA (ADVOGADO) . Processo nÂº: Â 0166342-48.2016.8.14.0301 Exequente: Â MAPE ENGENHARIA LTDA Executado: Â CERAMICA INDUSTRIAL DE TAUBATE LTDA Â Â Â Â Â Â DECISÃO Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Trata-se de cumprimento de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â A parte exequente peticionou requerendo consulta ao sistema INFOJUD e pesquisa de bens no sistema ARISP (fl. 188). Â Â Â Â Â Â Era o que tinha a relatar. Passo a decidir. Â Â Â Â Â Quanto ao pedido pesquisa de bens no sistema ARISP, saliente-se que ainda nÃ£o foi implementado o referido sistema neste juÃ-zo cÃ-vel e empresarial, de modo que nÃ£o Ã© possÃ-vel, ainda, a pesquisa de bens. Â Â Â Â Â Â No que concerne a consulta ao sistema INFOJUD, destaca-se que a jurisprudÃªncia pÃ¡tria estende o entendimento acerca do SISBAJUD ao INFOJUD, que pode ser consultado a fim de localizar bens passÃ-veis de penhora do devedor. (STJ-1128657) PROCESSO CIVIL E TRIBUTÃRIO. EXECUÃÃO FISCAL. UTILIZAÃÃO DO SISTEMA INFOJUD. ESGOTAMENTO DOS MEIOS DE LOCALIZAÃÃO DE BENS DO DEVEDOR. DESNECESSIDADE. EFETIVIDADE DA EXECUÃÃO. I - O Superior Tribunal de JustiÃ§a firmou jurisprudÃªncia de que o entendimento adotado para o BACENJUD deve ser estendido para o sistema INFOJUD, como meio de prestigiar a efetividade da execuÃ§Ã£o, nÃ£o sendo necessÃ¡rio o exaurimento de todas as vias extrajudiciais de localizaÃ§Ã£o de bens do devedor para a utilizaÃ§Ã£o do sistema de penhora eletrÃ´nica. Precedentes: AgInt no REsp nÂº 1.636.161/PE, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 11.05.2017 e REsp nÂº 1.582.421/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 27.05.2016. II - Agravo em recurso especial conhecido para dar provimento ao recurso especial. (Agravo em Recurso Especial nÂº 1.376.209/RJ (2018/0252459-5), 2Âª Turma do STJ, Rel. Francisco FalcÃ£o. DJe 13.12.2018) (grifo nosso). PROCESSUAL CIVIL. SISTEMA INFOJUD. ESGOTAMENTO DE DILIGÃNCIAS. DESNECESSIDADE. 1. O posicionamento da Corte de origem destoa da jurisprudÃªncia do Superior Tribunal de JustiÃ§a sobre o tema. Ã desnecessÃ¡rio o esgotamento das diligÃªncias na busca de bens a serem penhorados a fim de autorizar-se a penhora on-line (sistemas Bacen-jud, Renajud ou Infojud), em execuÃ§Ã£o civil ou fiscal, apÃ³s o advento da Lei n. 11.382/2006, com vigÃªncia a partir de 21.1.2007. Precedentes: REsp 1.582.421/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 27.5.2016; REsp 1.667.529/RJ, Min Rel. Herman Benjamin, Segunda Turma, Dje 29.6.2017. 2. Agravo conhecido para dar provimento ao Recurso Especial e permitir a utilizaÃ§Ã£o do sistema Infojud independentemente do esgotamento de diligÃªncias. (AREsp 1528536/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/11/2019, DJe 19/12/2019) (grifo nosso). Â Â Â Â Â Â Assim, considerando que atÃ© o momento nÃ£o existem bens garantindo o juÃ-zo, na hipÃ³tese de as medidas anteriores nÃ£o lograrem Ãªxito, defiro o pedido da parte exequente para a quebra do sigilo fiscal da parte executada CERAMICA INDUSTRIAL DE TAUBATE LTDA (CNPJ nÂº 61.657.102/0001-79), com consulta Ã s Ãºltimas 03 declaraÃ§Ãµes de imposto de renda (protocolo em anexo), sendo que A PARTIR DESTA DATA DETERMINO QUE SOMENTE AS PARTES E SEUS ADVOGADOS TENHAM ACESSO AOS AUTOS (CONSULTA E CARGA), VEDADO A QUAISQUER OUTRAS PESSOAS, SE FRUTÃFERO O RESULTADO. ISTO PORQUE HÃ INFORMAÃÃES PROTEGIDAS POR SIGILO FISCAL. PROCEDA-SE, A SECRETARIA JUDICIAL, A INDICAÃÃO OSTENSIVA DO SIGILO NO PROCESSO, POR MEIO DE ETIQUETA. Â Â Â Â Â Â No que concerne Ã s custas processuais, determino o seu recolhimento apÃ³s a prÃ¡tica dos atos, tendo em vista que o prÃ³prio CÃ³digo de Processo Civil, no caput do art. 854, admite que as tentativas de constriÃ§Ã£o sejam realizadas sem a ciÃªncia prÃ©via do executado - o que inevitavelmente se daria, caso houvesse intimaÃ§Ã£o para o pagamento de despesas. Trata-se, tÃ£o somente, de medida que visa conferir efetividade Ã s medidas. Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante a prÃ¡tica dos atos antes do recolhimento das despesas processuais, fica a parte exequente intimada para o pagamento das custas processuais referentes Ã s diligÃªncias deferidas, bem como as eventualmente pendentes, no prazo de 10 (dez) dias, ficando desde jÃ¡ advertido de que o pagamento Ã© condiÃ§Ã£o de eficÃ¡cia das medidas e anÃ¡lise de novos pedidos. Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 17 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 02842867120168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 18/11/2021 EXEQUENTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR(A):ANGELA MARIA BALIEIRO QUEIROZ EXECUTADO:CONCORRÊNCIA

COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP (TAPEREBAR). R. H. 1. Digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. 2. ApÃ³s, encaminhem-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para que este possa requerer o que de direito, informando a este juÃ-zo a respeito do cumprimento ou nÃ£o, da obrigaÃ§Ã£o de fazer. 3. Nesta oportunidade, traslada-se cÃ³pia da sentenÃ§a proferida nos Embargos Ã ExecuÃ§Ã£o e sua certidÃ£o de trÃ¢nsito em julgado, que passam a constar Ã s fls. 229/231. BelÃ©m, 16 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 03152703820168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 REQUERENTE:ESCOLA MADRE ZARIFE SALES Representante(s): OAB 14930 - SELMA COSTA BANNA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 12764 - SOLANGE MARIA ALVES MOTA SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA TEREZA GAMA DE SOUSA. R. H. 1. Considerando que a parte Requerida, devidamente citada, nÃ£o apresentou contestaÃ§Ã£o, aplico-lhe a pena de revelia (CPC, art. 344) 2. Encaminhem-se os autos para a apuraÃ§Ã£o de eventuais custas finais. Acerca das custas finais, antes da conclusÃ£o dos autos para sentenÃ§a, dispÃµe o Regimento de Custas e outras despesas processuais no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡ (Lei Estadual nÂº. 8.328/2015): Â¿Art. 26. O Diretor de Secretaria, antes da conclusÃ£o dos autos para sentenÃ§a, ou o SecretÃ¡rio de CÃ¢mara, antes da publicaÃ§Ã£o da pauta de julgamento, sob pena de responsabilidade, ressalvadas as hipÃ³teses de assistÃªncia judiciÃ¡ria e isenÃ§Ãµes legais, deverÃ¡ tramitar o processo Ã unidade de arrecadaÃ§Ã£o competente para que esta elabore a conta de custas finais ou certifique a regularidade do recolhimento das custas processuais relativas aos atos atÃ© entÃ£o praticados. (...) Â§ 3Âº. Na hipÃ³tese de pendÃªncia de pagamento das custas processuais, apÃ³s a realizaÃ§Ã£o da conta de custas finais, o Diretor de Secretaria ou o SecretÃ¡rio de CÃ¢mara do TJPA providenciarÃ¡ a intimaÃ§Ã£o do autor para pagamento do respectivo boleto. (...) Art. 27. No momento da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a ou do acÃ³rdÃ£o as custas processuais devem estar devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do(s) magistrado(s), salvo os casos de assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita ou isenÃ§Ãµes legais.Â¿. Portanto, Ã© imprescindÃ-vel que, no momento da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a, as custas processuais estejam devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do magistrado, nos termos do art. 27 do Regimento de Custas e outras despesas processuais no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡. Diante disso: 2.1- Remeta-se os autos a UNAJ para o cÃ¡lculo das custas finais pendentes. 2.2- ApÃ³s o retorno dos autos, intime-se, pessoalmente, a parte autora, via carta com aviso de recebimento, para efetuar o pagamento das custas finais do processo, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinÃ§Ã£o, nos termos do art. 485, inciso III e Â§ 1Âº, do CPC. 3. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. BelÃ©m, 12 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 03462982420168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 AUTOR:ANTONIO CELSO MENEZES PAIVA Representante(s): OAB 25869 - ROBERTA MACIEL DA COSTA (ADVOGADO) OAB 26564 - JUAREZ ANTONIO OLIVEIRA DE SOUZA JUNIOR (ADVOGADO) REU:PROJETO IMOBILIARIO SPE LTDA Representante(s): OAB 14943 - GABRIELLA DINELLY RABELO MARECO (ADVOGADO) OAB 18726 - JORGE LUIZ FREITAS MARECO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 108112 - FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA (ADVOGADO) OAB 14618 - LENON WALLACE IZURU DA CONCEICAO YAMADA (ADVOGADO) REU:CONSTRUTORA VIVER SA Representante(s): OAB 14943 - GABRIELLA DINELLY RABELO MARECO (ADVOGADO) OAB 18726 - JORGE LUIZ FREITAS MARECO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 108112 - FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA (ADVOGADO) OAB 14618 - LENON WALLACE IZURU DA CONCEICAO YAMADA (ADVOGADO) . Processo nÂº Â 0346298-24.2016.8.14.0301 Autor: Â ANTONIO CELSO MENEZES PAIVA RÃ©u: Â Â PROJETO IMOBILIÃRIO SPE 46 LTDA e outro SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â A parte rÃ© opÃ´s embargos de declaraÃ§Ã£o (fls. 592/606) em face da sentenÃ§a de fls. 562/580, argumentando que a sentenÃ§a embargada foi contraditÃ³ria em relaÃ§Ã£o ao entendimento jurisprudencial do STJ quanto Ã impossibilidade de cumulaÃ§Ã£o de danos materiais e clÃ¡usula penal, bem como da impossibilidade de dano moral em caso de mero descumprimento contratual. Â Â Â Â Â Â Alega que houve contradiÃ§Ã£o na sentenÃ§a tambÃ©m com relaÃ§Ã£o ao termo a quo dos juros moratÃ³rios sobre o valor da condenaÃ§Ã£o a ser restituÃ-do. Â Â Â Â Â Â Ao final, requer que sejam providos os embargos, reformando a sentenÃ§a a fim de sanar as contradiÃ§Ãµes alegadas. Â Â Â Â Â Â Foi certificada a tempestividade dos embargos de declaraÃ§Ã£o (fl. 613). Â Â Â Â Â Â A parte

autora foi intimada para apresentar contrarrazÃµes, contudo manteve-se inerte. Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Cabem embargos de declaraÃ§Ã£o contra decisÃ£o judicial para conhecer obscuridade, eliminar contradiÃ§Ã£o, suprimir omissÃ£o de ponto ou questÃ£o sobre o qual devia o juiz se pronunciar ou para corrigir erro material, conforme dispÃµe o art. 1.022, I, II, e III, do CPC/2015. Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, a sentenÃ§a vergastada julgou parcialmente procedente os pedidos formulados na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Saliente-se que nÃ£o houve a contradiÃ§Ã£o alegada pela parte rÃ© com relaÃ§Ã£o ao entendimento jurisprudencial do STJ quanto Ã impossibilidade de cumulaÃ§Ã£o de danos materiais e clÃ¡usula penal, bem como da impossibilidade de dano moral em caso de mero descumprimento contratual, haja vista que a sentenÃ§a foi devidamente fundamentada. Â Â Â Â Â Â Ademais, verifica-se que a contradiÃ§Ã£o alegada pela parte embargante, na realidade Ã© uma tentativa de rediscutir o mÃ©rito, via embargos de declaraÃ§Ã£o, sendo que todos os pontos foram devidamente analisados na sentenÃ§a embargada. Â Â Â Â Â Ã cediÃ§o que os embargos de declaraÃ§Ã£o nÃ£o podem ser utilizados como meio de rediscutir matÃ©ria devidamente analisada pelo juÃ-zo, conforme jurisprudÃªncia pacÃ-fica dos Tribunais Superiores: STF-0096729) DIREITO CONSTITUCIONAL. EMBARGOS DE DECLARAÃÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM AÃÃO RESCISÃRIA. INEXISTÃNCIA DE CONTRADIÃÃO, OMISSÃO OU OBSCURIDADE NO ACÃRDÃO EMBARGADO. RECURSO PROTELATÃRIO. APLICAÃÃO DA MULTA PREVISTA NO Â§ 2Âº DO ART. 1.026 DO CPC/2015. 1. Os embargos de declaraÃ§Ã£o nÃ£o se prestam a veicular mero inconformismo da parte recorrente, sendo incabÃ-vel a reforma do julgado a pretexto de sanar vÃ-cios de omissÃ£o, contradiÃ§Ã£o ou obscuridade inexistentes. 2. Embargos de declaraÃ§Ã£o desprovidos. AplicaÃ§Ã£o Ã parte embargante de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa, em razÃ£o do carÃ¡ter manifestamente protelatÃ³rio do recurso, nos termos do art. 1.026, Â§ 2Âº, do CPC/2015. (Emb. Decl. no Ag. Reg. na AÃ§Ã£o RescisÃ³ria nÂº 2575/DF, Tribunal Pleno do STF, Rel. Roberto Barroso. j. 10.03.2017, unÂ¢nime, DJe 17.03.2017). (grifos acrescidos) STJ-1128811) PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÃÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÃNCIA DE QUALQUER DOS VÃCIOS ELENCADOS NO ART. 1.022 DO CPC/2015. MERO INCONFORMISMO. EMBARGOS DE DECLARAÃÃO REJEITADOS. 1. Os embargos de declaraÃ§Ã£o somente sÃ£o cabÃ-veis quando houver na decisÃ£o obscuridade, contradiÃ§Ã£o, omissÃ£o ou erro material, consoante dispÃµe o art. 1.022 do CPC/2015. 2. No caso, nÃ£o se constata o vÃ-cio alegado pela parte embargante, que busca rediscutir matÃ©ria devidamente examinada pela decisÃ£o embargada, o que Ã© incabÃ-vel nos embargos declaratÃ³rios. 3. Embargos de declaraÃ§Ã£o rejeitados. (EDcl no AgInt no Agravo em Recurso Especial nÂº 572.079/RS (2014/0197177-0), 4Âª Turma do STJ, Rel. AntÃ´nio Carlos Ferreira. DJe 13.12.2018). (grifos acrescidos) STJ-1111920) AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃÃO DE COBRANÃA DE TAXA CONDOMINIAL. ARTS. 489 E 1.022, DO CPC/2015. AUSÃNCIA DE OMISSÃES. PRELIMINARES DE CONEXÃO. LITISPENDÃNCIA E COISA JULGADA. AUSÃNCIA DOS REQUISITOS. REVISÃO. SÃMULA 7 DO STJ. RESPONSABILIDADE DO PROPRIETÃRIO. QUITAÃÃO DO DÃBITO. NÃO COMPROVAÃÃO. MULTA DO ART. 1.026, Â§ 2Âº DO CPC/2015. MANUTENÃÃO. REVISÃO. SÃMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. No presente caso, embora rejeitados os embargos de declaraÃ§Ã£o, todas as matÃ©rias foram devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrÃ¡rio Ã pretensÃ£o da parte recorrente. Assim, nÃ£o hÃ¡ falar, no caso, em negativa de prestaÃ§Ã£o jurisdicional. 2. O Tribunal de origem, amparado nas premissas fÃ¡ticas dos autos, entendeu que nÃ£o estÃ£o presentes as hipÃ³teses legais de conexÃ£o, litispendÃªncia, a coisa julgada. A revisÃ£o do julgado estadual demandaria reexame de provas. IncidÃªncia do Ã³bice da SÃºmula 7 do STJ. 3. O acolhimento da pretensÃ£o recursal, a fim de afastar a obrigaÃ§Ã£o do agravante pelo pagamento das taxas condominiais, demandaria a alteraÃ§Ã£o das premissas fÃ¡tico-probatÃ³rias estabelecidas pelo acÃ³rdÃ£o recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que Ã© vedado em sede de recurso especial, ante o Ã³bice da SÃºmula 7 do STJ. 4. Quanto ao afastamento da multa aplicada com amparo no art. 1.026, Â§ 2Âº, do atual CPC, verifica-se que o Tribunal Estadual jÃ¡ havia analisado e decidido de modo claro e objetivo as questÃµes que delimitaram a controvÃ©rsia, nÃ£o havendo a necessidade de oposiÃ§Ã£o de embargos de declaraÃ§Ã£o. 5. O mero inconformismo da parte nÃ£o constitui hipÃ³tese de cabimento de embargos de declaraÃ§Ã£o e tampouco caracteriza vÃ-cio no acÃ³rdÃ£o, razÃ£o pela qual deve ser mantida a multa aplicada em sede de embargos de declaraÃ§Ã£o. 6. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no Agravo em Recurso Especial nÂº 1.316.325/DF (2018/0154973-6), 4Âª Turma do STJ, Rel. Luis Felipe SalomÃ£o. DJe 16.11.2018). (grifos acrescidos) Â Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o hÃ¡ contradiÃ§Ã£o a ser sanada. Â Â Â Â Â Â Quanto Ã contradiÃ§Ã£o referente ao termo a quo dos juros moratÃ³rios sobre o valor dos lucros cessantes, verifica-se que tambÃ©m se trata de tentativa de se rediscutir a questÃ£o. Â Â Â Â Â Â A sentenÃ§a embargada fundamentou que: Â¿Assim, o

valor mensal aluguel, a tÃ-tulo de lucros cessantes, deve ser fixado da seguinte forma: corrigir o valor total pago pelo imÃ³vel, por parte do autor, pelo INCC. ApÃ³s, o valor devido a tÃ-tulo de lucros cessante serÃ¡ de 0,5% (meio por cento) sobre o valor efetivamente pago - jÃ¡ corrigido pelo INCC -, a incidir mensalmente, a partir de Dezembro/2012 atÃ© Junho/2015.Â¿ Â Â Â Â Â Â Sendo assim, os embargos de declaraÃ§Ã£o nÃ£o sÃ£o o meio adequado para rediscutir a referida matÃ©ria. Â Â Â Â Â Â Isso posto, conheÃ§o dos Embargos de DeclaraÃ§Ã£o opostos e, no mÃ©rito, nego-lhes provimento, mantendo inalterada a sentenÃ§a combatida. Â Â Â Â Â Havendo apelaÃ§Ã£o, intime-se o apelado para apresentar contrarrazÃµes, no prazo legal, caso queira. Decorrido o prazo, encaminhem-se os autos ao EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do para ParÃ¡, para os devidos fins. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, cumpridas as diligÃªncias necessÃ¡rias, arquivem-se os autos, dando-se baixa no registro e na distribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 17 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 03722873220168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 18/11/2021 EXEQUENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 3056 - MAURO PAULO GALERA MARI (ADVOGADO) OAB 25197-A - LUCIA CRISTINA PINHO ROSAS (ADVOGADO) OAB 25196-A - EDSON ROSAS JUNIOR (ADVOGADO) EXECUTADO:OLIVEIRA E LEITE SERVICOS E COMERCIO LTDA ME. Ã£Processo: 0372287-32.2016.8.14.0301 Requerente: BANCO BRADESCO S/A Requerida: OLIVEIRA E LEITE SERVIÃOS E COMÃRCIO LTDA ME SENTENÃA I Â¿ RelatÃ³rio Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â BANCO BRADESCO S/A ajuizou a presente demanda em face de OLIVEIRA E LEITE SERVIÃOS E COMÃRCIO LTDA ME igualmente qualificados, pelos motivos indicados na inicial. Â Â Â Â Â Â As partes envolvidas peticionaram requerendo homologaÃ§Ã£o de acordo com a extinÃ§Ã£o do processo (fls. 111/113). Â Â Â Â Â Â Era o que tinha a relatar. Passo a decidir. II - FundamentaÃ§Ã£o Â Â Â Â Â Â Sobre a transaÃ§Ã£o, esta consiste em um negÃ³cio jurÃ-dico pelo qual os sujeitos litigantes resolvem pÃ´r fim ao pleito mediante concessÃµes mÃºtuas (art.Â 840Â doÂ CÃ³digo Civil): Art. 840. Ã lÃ-cito aos interessados prevenirem ou terminarem o litÃ-gio mediante concessÃµes mÃºtuas. Â Â Â Â Â Â Ademais, dispÃµe o art. 200 do CPC: Art. 200. Os atos das partes, consistentes em declaraÃ§Ã£es unilaterais ou bilaterais de vontade, produzem imediatamente a constituiÃ§Ã£o, a modificaÃ§Ã£o ou a extinÃ§Ã£o de direitos processuais. Â Â Â Â Â Â O presente feito deve o processo ser extinto com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, tendo em vista a transaÃ§Ã£o realizada pelas partes (fls. 111/113), nos termos do art.487,Â III,Â bÂ doÂ CPC. Vejamos: Art. 487. HaverÃ¡ resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito quando o juiz: (...) III - homologar: b) a transaÃ§Ã£o; Â Â Â Â Â Â Dessa forma, resta extinto o feito atravÃ©s da homologaÃ§Ã£o da transaÃ§Ã£o. III - Dispositivo Â Â Â Â Â Isto posto, homologo a transaÃ§Ã£o celebrada pelos litigantes (fls. 111/113) para que esta produza seus efeitos jurÃ-dicos e legais. Consequentemente, julgo extinto o processo, com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, III, b do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Atentem-se as partes que a presente homologaÃ§Ã£o confere ao acordo firmado entre as partes, forÃ§a de tÃ-tulo executivo extrajudicial, razÃ£o pela qual seu descumprimento enseja execuÃ§Ã£o, nos termos do art. 515 do CPC. Â Â Â Â Â Se nada dispuser no acordo, custas judiciais nos termos do art. 90, Â§3Âº, CPC, se houver, entre as partes. Em nÃ£o havendo o recolhimento das custas, extrai-se a secretaria judicial certidÃ£o para fins de inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa da Fazenda Estadual. Â Â Â Â Â Â Transitado em julgado, baixe-se o registro de distribuiÃ§Ã£o e arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â P.R.I. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 16 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 04466508720168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Embargos à Execução em: 18/11/2021 EMBARGANTE:CONCORRÊNCIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP (TAPEREBAR) Representante(s): OAB 21441 - LEONEL VINHAS COSTA SOUZA (ADVOGADO) EMBARGADO:MINISTERIO PUBLICO DO PARA. R. H. Extraia-se certidÃ£o, encaminhando-a ao setor competente para a inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa. ApÃ³s, arquivem-se os autos, desapensando-os do feito principal. Â BelÃ©m, 16 de novembro de 2021. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 06396825720168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 AUTOR:NATASHA BEZERRA DE CARVALHO Representante(s): OAB 13320 - WALBER PALHETA DE MATTOS (ADVOGADO) REU:F B CORREA LTDA ME REU:CONSTRUTORA TENDA SA Representante(s): OAB 21313 - GUSTAVO DE CARVALHO AMAZONAS COTTA (ADVOGADO) OAB 22237-A - RODRIGO MATTAR COSTA ALVES DA SILVA (ADVOGADO) . R. H. 1. Este juÃ-zo procedeu a consulta do endereÃ§o dos sÃ³cios da empresa F. B. CORREA LTDA., conforme fls. 199 e 200, tendo sido

encontrado novo endereÃ§o para FABRICIO BUARQUE CORREA. 2. Digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. 3. Cite-se FABRICIO BUARQUE CORREA, no endereÃ§o de fls. 200, para, no prazo de 15 dias, contestar a presente demanda, sob pena de revelia (art. 344, do CPC). 4. Assim dispÃµe o art. 256, do CPC de 2015: ``Art. 256. A citaÃ§Ã£o por edital serÃ¡ feita: I - quando desconhecido ou incerto o citando; II - quando ignorado, incerto ou inacessÃ-vel o lugar em que se encontrar o citando; III - nos casos expressos em lei. Â§ 1Âº Considera-se inacessÃ-vel, para efeito de citaÃ§Ã£o por edital, o paÃ-s que recusar o cumprimento de carta rogatÃ³ria. Â§ 2Âº No caso de ser inacessÃ-vel o lugar em que se encontrar o rÃ©u, a notÃ-cia de sua citaÃ§Ã£o serÃ¡ divulgada tambÃ©m pelo rÃ¡dio, se na comarca houver emissora de radiodifusÃ£o. Â§ 3Âº O rÃ©u serÃ¡ considerado em local ignorado ou incerto se infrutÃ-feras as tentativas de sua localizaÃ§Ã£o, inclusive mediante requisiÃ§Ã£o pelo juÃ-zo de informaÃ§Ãµes sobre seu endereÃ§o nos cadastros de Ã³rgÃ£os pÃºblicos ou de concessionÃ¡rias de serviÃ§os pÃºblicosÂ¿Â¿Â¿. Por conseguinte, considerando a inteligÃªncia do art. 256, Â§3Â°, do CPC, tendo este juÃ-zo o dever legal de esgotar todos os meios de localizaÃ§Ã£o da parte Requerida, indefiro por ora o pedido de citaÃ§Ã£o por edital. Oficie-se para a COSANPA, Equatorial ParÃ¡ Distribuidora de Energia S/A, Oi, Vivo e Tim, a fim de que estas possam informar a existÃªncia de endereÃ§os constantes de seus cadastros em nome de NAYRON JORGE DA SILVA OLIVEIRA e o CPF NÂ° 957.973.862-91. 5. Intime-se a parte Requerente, por meio de seu procurador, para, no prazo de 15 dias, recolher as custas dos atos praticados e das pendentes para viabilizar a citaÃ§Ã£o da pessoa jurÃ-dica na pessoa de seus sÃ³cios, sob pena de extinÃ§Ã£o. BelÃ©m, 16 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 07667517220168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 REQUERENTE:RUTH SILVA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 16748 - RICARDO NUNES POLARO (ADVOGADO) REQUERIDO:LUIS AUGUSTO LEMOS MOURA Representante(s): OAB 9079 - DILSON JOSE BASTOS DE LEMOS (ADVOGADO) ENVOLVIDO:L. A. B. Representante(s): OAB 9079 - DILSON JOSE BASTOS DE LEMOS (ADVOGADO) REQUERIDO:KOJI SAKAIRI ENVOLVIDO:K. S. J. Representante(s): OAB 10811 - HANDERSON MARQUES PALHETA (ADVOGADO) . R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em janeiro de 2021, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da data da conclusÃ£o do feito procedida no sistema Libra. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, data registrada no sistema. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital

UPJ DAS VARAS DE FAMÍLIA DA CAPITAL - 5 VARA DE FAMÍLIA

RESENHA: 19/11/2021 A 19/11/2021 - SECRETARIA UNICA DAS VARAS DA FAMILIA DA CAPITAL - VARA: 3ª VARA DE FAMILIA DE BELEM PROCESSO: 04536417920168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): THAYANNE VIANNA DA SILVA A??o: Conversão de Separação Judicial em Divórcio em: 19/11/2021 REQUERENTE:R. A. M. Representante(s): OAB 11996 - FERNANDO ALBUQUERQUE POMPEU (ADVOGADO) REQUERENTE:A. C. M. B. A. . ATO ORDINATÃRIO De ordem do Dr. PEDRO SOTERO, Juiz de Direito da 3Âª Vara de FamÃ-lia da Capital, fica intimado o(a) Ilmo(a). Dr(a). FERNANDO ALBUQUERQUE POMPEU, OAB-PA 11.996, advogado, a restituir, no prazo de 03 (trÃªs) dias, Ã Secretaria desta Unidade JudiciÃ¡ria os autos da AÃÂ¿O DE CONVERSÃO DE SEPARAÃAO EM DIVÃRCIO (processo nÂº 0453641-79.2016.814.0301), retirado com carga em 19/12/2016, caso contrÃ¡rio serÃ¡ comunicado ao Juiz que responde pela Vara, nos termos dos arts. 195/196 e at. 1Âº, Â§1Âº, XXIV, do Provimento nÂº 006/2006-CJRMB, podendo ensejar na remessa de comunicado Ã OAB para instauraÃ§Â¿o de processo disciplinar. Acaso os autos tenham sido extraviados, comunicar imediatamente ao JuÃ-zo, mediante petiÃ§Ã£o, para os devidos fins. BelÃ©m (PA), 19 de novembro de 2021. THAYANNE VIANNA DA SILVA BORGES Coordenadora NÃºcleo de MovimentaÃ§Ã£o UPJ/FAM

RESENHA: 19/11/2021 A 19/11/2021 - SECRETARIA UNICA DAS VARAS DA FAMILIA DA CAPITAL - VARA: 5ª VARA DE FAMILIA DE BELEM PROCESSO: 00545276820008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010303400 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE ANTONIO FERREIRA CAVALCANTE A??o: Homologação de Transação Extrajudicial em: 19/11/2021 ADVOGADO:MARIA BERNADETE SILVA ESTEVES AUTOR:MARIA DA CONCEICAO DE SOUZA NASCIMENTO AUTOR:JOAO ALBERTO DE ASSIS SOBRAL INTERESSADO:MARIA JOSE DE SOUZA NASCIMENTO Representante(s): OAB 8593 - GISELE DE SOUZA CRUZ DA COSTA (ADVOGADO) . R. hoje. Ante os termos do petitÃ³rio de fl. 25, reitere-se ofÃ-cio Ã fonte pagadora PIPAR para que proceda, com a necessÃ¡ria urgÃªncia, Ã alteraÃ§Ã£o da conta bancÃ¡ria para depÃ³sito da pensÃ£o alimentÃ-cia em favor de DIEGO NASCIMENTO SOBRAL. Int. BelÃ©m/PA, 19 de novembro de 2021. JOSÃ ANTONIO CAVALCANTE Juiz de Direito Titular da 5Âª Vara de FamÃ-lia

RESENHA: 19/11/2021 A 19/11/2021 - SECRETARIA UNICA DAS VARAS DA FAMILIA DA CAPITAL - VARA: 3ª VARA DE FAMILIA DE BELEM PROCESSO: 00083433920058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510259474 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PEDRO PINHEIRO SOTERO A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 19/11/2021 REU:H. R. V. Representante(s): ADEMAR KATO (ADVOGADO) AUTOR:J. A. S. Representante(s): ABNER SERIQUE DO NASCIMENTO (ADVOGADO) EUCLIDES DOS SANTOS PAZ (ADVOGADO) HELIO PESSOA OLIVEIRA (ADVOGADO) MOISES MARTINS PORTO (ADVOGADO) . SERVIRÃ A PRESENTE, POR CÃPIA DIGITADA, COMO MANDADO/CARTA, NA FORMA DO PROVIMENTO NÂº 003/2009, alterado pelo Provimento n.Âº 011/2009-CJRMB. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. INTIMEM-SE. Intimem-se as partes para em 15 (quinze) dias requererem o que entenderem de direito; A UPJ deverÃ¡ verificar se existem custas pendentes, devendo efetuar o procedimento pertinente em caso de resposta positiva; P.R.I. Cumpra-se. BelÃ©m-PA, 19 de novembro de 2021. PEDRO PINHEIRO SOTERO Juiz de Direito Titular da 3.Âª Vara de FamÃ-lia da Comarca da Capital. PROCESSO: 00171282220128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PEDRO PINHEIRO SOTERO A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 19/11/2021 AUTOR:L. C. B. M. Representante(s): ROSEMARY DOS REIS SILVA (DEFENSOR) OAB XLR8 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) REU:M. A. M. Representante(s): OAB 19727 - AURELIANA GUSMÃO DA SILVA LISBOA (ADVOGADO) . SERVIRÃ A PRESENTE, POR CÃPIA DIGITADA, COMO MANDADO/CARTA, NA FORMA DO PROVIMENTO NÂº 003/2009, alterado pelo Provimento n.Âº 011/2009-CJRMB. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. INTIMEM-SE. Oficie-se Ã fonte pagadora do requerido, informando sobre os termos da sentenÃ§a proferido nestes autos, que foi mantida em sede de apelaÃ§Ã£o; ApÃ³s, arquivem-se os autos com as cautelas legais; P.R.I. Cumpra-se. BelÃ©m-PA, 19 de novembro de 2021. PEDRO PINHEIRO SOTERO

Juiz de Direito Titular da 3.Âª Vara de FamÃ-lia da Comarca da Capital. PROCESSO: 00522442120148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PEDRO PINHEIRO SOTERO A??o: Divórcio Litigioso em: 19/11/2021 AUTOR:O. P. S. Representante(s): OAB 8512 - ANA AMELIA BARROS MIRANDA (ADVOGADO) OAB 14946 - ARTHUR LAERCIO HOMCI DA COSTA SILVA (ADVOGADO) REU:M. E. S. G. . SERVIRÃ A PRESENTE, POR CÃPIA DIGITADA, COMO MANDADO/CARTA, NA FORMA DO PROVIMENTO NÂº 003/2009, alterado pelo Provimento n.Âº 011/2009-CJRMB. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. INTIMEM-SE. Tendo em vista que o autor nÃ£o requereu a alteraÃ§Ã£o do nome da requerida com o divÃ³rcio, e esta nÃ£o contestou, houve a permanÃªncia do nome de casada. ExpeÃ§a-se o competente ofÃ-cio ao respectivo cartÃ³rio para fins de esclarecimento. P.R.I. Cumpra-se. BelÃ©m-PA, 19 de novembro de 2021. PEDRO PINHEIRO SOTERO Juiz de Direito Titular da 3.Âª Vara de FamÃ-lia da Comarca da Capital. PROCESSO: 00605432120138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PEDRO PINHEIRO SOTERO A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 19/11/2021 AUTOR:G. D. S. Representante(s): OAB 1076 - CARLOS ALBERTO GUEDES FERRO E SILVA (ADVOGADO) REPRESENTANTE:L. M. D. Representante(s): OAB 1490 - YOLENE DE AZEVEDO BARROS (ADVOGADO) REU:A. H. F. S. Representante(s): OAB 7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 9820 - MIUSHA DE LIMA GERARDO (ADVOGADO) . SERVIRÃ A PRESENTE, POR CÃPIA DIGITADA, COMO MANDADO/CARTA, NA FORMA DO PROVIMENTO NÂº 003/2009, alterado pelo Provimento n.Âº 011/2009-CJRMB. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. INTIMEM-SE. Intimem-se as partes para em 15 (quinze) dias requererem o que entenderem de direito; A UPJ deverÃ¡ verificar se existem custas pendentes, devendo efetuar o procedimento pertinente em caso de resposta positiva; P.R.I. Cumpra-se. BelÃ©m-PA, 19 de novembro de 2021. PEDRO PINHEIRO SOTERO Juiz de Direito Titular da 3.Âª Vara de FamÃ-lia da Comarca da Capital.

UPJ DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - 2 VARA DA FAZENDA

RESENHA: 27/10/2021 A 27/10/2021 - SECRETARIA UNICA DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - VARA: 2ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM

P R O C E S S O : 0 0 1 2 8 3 9 1 2 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 27/10/2021---EXEQUENTE:MAGALY CAMPOS SILVA Representante(s): OAB 15888 - LUCIANA DE SOUZA DIAS (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 27 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 1 3 4 6 9 6 8 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 27/10/2021---EXEQUENTE:ANA CLAUDIA PACHECO MORAES EXECUTADO:ESTADO DO PARA EXEQUENTE:ANA MARIA DA MOTTA GARCIA E OUTROS Representante(s): OAB 6616 - ANGELO PEDRO NUNES DE MIRANDA (ADVOGADO) OAB 17307 - THAIS AMELIA FERNANDES DA SILVA WANZELLER (ADVOGADO) . SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 27 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 1 4 4 5 1 8 2 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 27/10/2021---EXEQUENTE:MARIA DE JESUS BENTES PINTO Representante(s): OAB 14546 - MARIO DAVI OLIVEIRA CARNEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARA DETRAN EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos

Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 27 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 1 5 4 7 3 7 8 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 27/10/2021---EXEQUENTE:ROSIMARY FERREIRA DAS CHAGAS Representante(s): OAB 16181 - RAFAEL LIMA GONCALVES (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 27 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 1 6 6 5 1 6 2 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 27/10/2021---EXEQUENTE:NELSON DE OLIVEIRA LEITE Representante(s): OAB 10493 - NORMA MARIA CARDOSO MARTINS (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 27 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

RESENHA: 12/11/2021 A 18/11/2021 - SECRETARIA 2ª UPJ VARAS CIVEIS E EMPRESARIAL - COMERCIO E SUCESSAO - VARA: 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00000056819758140301 PROCESSO ANTIGO: 19751000067 8 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Arrolamento Comum em: 18/11/2021 INVENTARIANTE:MARIA MOURA DA SILVA Representante(s): MARIOLITO COSTA CARVALHO (ADVOGADO) INVENTARIADO:MANOEL PINTO DA SILVA INVENTARIANTE:EVA MARIA PINTO DA SILVA Representante(s): OAB 7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 12817 - ANDRE LUIS BITAR DE LIMA GARCIA (ADVOGADO) OAB 24174 - LAURENO LINS DE CARVALHO JUNIOR (ADVOGADO) ARACI FEIO SOBRINHA (ADVOGADO) INTERESSADO:PRECIOSA RODRIGUES GIL PINTO DA SILVA Representante(s): MARIA CRISTINA FONSECA DE CARVALHO (ADVOGADO) INTERESSADO:MARIA LUCIA PINTO DA SILVA DRISCOLL Representante(s): ARACI FEIO (ADVOGADO) . Reitere-se o ofÃ-cio de fls.0846, ao juÃ-zo da 9Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m, para que informe acerca do valor atualizado do dÃ©bito do espÃ³lio, nos autos do processo nÂº 0827793-54.2018.8.14.0301, com vistas Ã reserva do montante devido. Por outro lado, a inventariante informou novos dÃ©bitos de condomÃ-nio do espÃ³lio, objeto dos processos de nÂº 0092131-41.2016.8.14.0301, 0092133-11.2016.8.14.0301, 0091141-50.2016.8.14.0301 e 0827411-95.2017.8.14.0301, pleiteando pela reserva do montante em conta judicial com vistas Ã quitaÃ§Ã£o das respectivas dÃ-vidas, assim sendo, oficie-se aos juÃ-zos da 3Âª Vara CÃ-vel, 5Âª Vara CÃ-vel, 7Âª Vara CÃ-vel e 2Âª Vara CÃ-vel, de BelÃ©m, para que prestem as informaÃ§Ãµes acerca de valores atualizados dos referidos dÃ©bitos. Intime-se. BelÃ©m, 17 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de DireitoÂ Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00023474620058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510078452 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Inventário em: 18/11/2021 INVENTARIADO:ADALBERTO DA COSTA GALLO INVENTARIANTE:MARIA ADELAIDE GALLO DA SILVA Representante(s): MARIA ADELAIDE GALLO (ADVOGADO) OAB 7309 - JACILENE DE NAZARE FERNANDES RODRIGUES (ADVOGADO) JACILENE DE NAZARE MANITO FERNANDES (ADVOGADO) . Intime-se a requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da resposta do ofÃ-cio de fls.0112, apresentada Ã s fls.0113, cuja informaÃ§Ã£o Ã© de que o processo nÂº 2008.30.00.000643-8 nÃ£o estÃ¡ cadastrado naquela JustiÃ§a. Intime-se. BelÃ©m, 17 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00024133620118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Embargos à Execução em: 18/11/2021 EMBARGANTE:ANTONIO CARLOS FONSECA Representante(s): OAB 9117 - ROBERTO TAMER XERFAN JUNIOR (ADVOGADO) EMBARGANTE:ROSILENE SILVA FONSECA Representante(s): OAB 9117 - ROBERTO TAMER XERFAN JUNIOR (ADVOGADO) EMBARGANTE:MARCELO AUGUSTO FONSECA Representante(s): OAB 9117 - ROBERTO TAMER XERFAN JUNIOR (ADVOGADO) EMBARGADO:HSBC BANK BRASIL SA BANCO MULTIPLO Representante(s): OAB 1643 - HERMENEGILDO ANTONIO CRISPINO (ADVOGADO) OAB 14095 - LUCIANA SALES LOBATO (ADVOGADO) OAB 17925 - THIAGO MARTINS MERGULHAO (ADVOGADO) OAB 119576 - RICARDO BERNARDI (ADVOGADO) OAB 21685 - ALEX ALBUQUERQUE JORGE MELEM (ADVOGADO) OAB 177650 - BRUNO DELGADO CHIARADIA (ADVOGADO) . Trata-se de cumprimento de sentenÃ§a requerido por Roberto Tamer Xerfan Junior em face de HSBC Bank Brasil S/A- Banco MÃºltiplo, em que o devedor interpÃ´s recurso especial. Assim sendo, certifique diretor de secretaria se foi atribuÃ-do efeito suspensivo ao recurso. AtribuÃ-do o referido efeito, suspendo os presentes autos atÃ© o julgamento definitivo do recurso. Intime-se. BelÃ©m, 17 de novembro 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito CERTIDÃO Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00034826519998140301 PROCESSO ANTIGO: 199910054373 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 18/11/2021 ADVOGADO:ELIETE DE SOUZA COLARES

AUTOR:BANCO DA AMAZONIA S.A. Representante(s): OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) OAB 13221-A - CAIO ROGERIO DA COSTA BRANDAO (ADVOGADO) ADVOGADO:ELIANA ALCANTARINO MENESCAL REU:JOSE DE SOUZA FURTADO FILHO. Trata-se de AÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o de tÃ-tulo extrajudicial proposta por Banco da AmazÃ´nia S/A em face de JosÃ© de Souza Furtado Filho, em que foi expedida carta precatÃ³ria para avaliaÃ§Ã£o do bem imÃ³vel descrito no auto de fls.023, com vistas Ã sua avaliaÃ§Ã£o e alienaÃ§Ã£o particular, contudo, o Oficial de JustiÃ§a certificou nos autos que deixou de cumprir a ordem pelo motivo informado Ã s fls.0344 e, o exequente, devidamente intimado por publicaÃ§Ã£o no DiÃ¡rio, requereu a suspensÃ£o do processo atÃ© 30 de dezembro de 2019, cujo prazo jÃ¡ se esgotou. Assim sendo, intime-se pessoalmente o autor, por AR, no Ãºltimo endereÃ§o que consta nos autos para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar expresso interesse no prosseguimento da aÃ§Ã£o, inclusive manifestando-se acerca da certidÃ£o de fls.0344, que informou a nÃ£o existÃªncia do imÃ³vel objeto da penhora, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito na forma do artigo 485, inciso III do CÃ³digo de Processo. Intime-se. BelÃ©m, 18 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito ServirÃ¡ o presente, por cÃ³pia digitalizada, como mandado de intimaÃ§Ã£o, nos termos do Provimento nº 003/2009 - CJRMB. Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00065560820038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310096836 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Cumprimento Provisório de Sentença em: 18/11/2021 REQUERIDO:FERNANDO MATTOS BRITO NICOLAU DA COSTA REQUERENTE:JOAO CARLOS DE OLIVEIRA MONTEIRO Representante(s): OAB 8755 - HUMBERTO LUIZ DE CARVALHO COSTA (ADVOGADO) OAB 6557 - JOSE AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO (ADVOGADO) OAB 9880 - ANDERSON COSTA RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 12974 - NAUTO ENDERSON NASCIMENTO DA SILVA (ADVOGADO) . Trata-se de cumprimento provisÃ³rio de sentenÃ§a requerido por JoÃ£o Carlos de Oliveira Monteiro em face de Fernando Mattos Brito Nicolau da Costa, na vigÃªncia do CPC/73, na qual o executado, regularmente citado, nÃ£o pagou o valor devido (dÃ©bitos de locaÃ§Ã£o) nem foram encontrados bens Ã penhora. O credor, entÃ£o, pleiteou a pesquisa de valores e de veÃ-culos em nome do executado, contudo nÃ£o apresentou a planilha atualizada do dÃ©bito, requerendo a remessa dos autos Ã contadoria do juÃ-zo para realizaÃ§Ã£o do cÃ¡lculo (fls. 088).Â Todavia, foi certificado que o exequente nÃ£o recolheu as custas iniciais da presente demanda e que o pagamento dos valores referentes Ã s pesquisas Bacenjud e Sisbajud nÃ£o estÃ¡ de acordo com a Lei de Custas, por ter sido formalizada por meio de depÃ³sito judicial (fls. 094). Por fim, observa-se que a aÃ§Ã£o de despejo que originou a presente execuÃ§Ã£o provisÃ³ria, proc. nÂº 003313157.2008.814.0301, jÃ¡ foi sentenciada e encontra-se arquivada, em razÃ£o do autor nÃ£o ter iniciado o cumprimento definitivo da sentenÃ§a de procedÃªncia naqueles autos e que foi mantida pelo acÃ³rdÃ£o nÂº 51.136.Â Nesse contexto, sobrevindo o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a que estÃ¡ sendo executada provisoriamente, a execuÃ§Ã£o provisÃ³ria da sentenÃ§a se converte em definitiva, prosseguindo o pedido no presente feito executivo. Assim sendo, intime-se pessoalmente o exequente, por AR, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar expresso interesse no prosseguimento do feito, inclusive, recolhendo as custas iniciais devidas e as custas para a pesquisa eletrÃ´nica, bem como, apresentando o cÃ¡lculo atualizado do dÃ©bito, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito na forma do artigo 485, inciso III do CÃ³digo de Processo, por nÃ£o ser mais hipÃ³tese de cancelamento da distribuiÃ§Ã£o. Intime-se. BelÃ©m, 16 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Â¿o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. PROCESSO: 00078553320048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410266016 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Cumprimento de sentença em: 18/11/2021 REQUERIDO:PARAGAS DISTRIBUIDORA LTDA Representante(s): PATRICIA DE NZARETH DA COSTA E SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:TROPIGAS - AGIP DO BRASIL S/A Representante(s): OAB 8008 - GEORGES CHEDID ABDULMASSIH JUNIOR (ADVOGADO) OAB 13758 - TAIS RODRIGUES BECKER (ADVOGADO) MARCIA GUERREIRO (ADVOGADO) OAB 13300 - VANESSA NERIS BRASIL MONTEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:MINASGAS S/A Representante(s): MARIA FERNANDA P. DE MEDEIROS CAMPOS (ADVOGADO) MARIA FERNANDA PULCHERIO DE NEDEIROS CAMPOS (ADVOGADO) AURELIO MARCHINI SANTOS (ADVOGADO) OAB 3009 - ANA MARIA CUNHA DE MELLO (ADVOGADO) OAB 7893 - JOSE ARNALDO DA FONSECA FILHO (ADVOGADO) REQUERENTE:TOTAL DISTRIBUIDORA LTDA Representante(s): OAB 1746 - REYNALDO ANDRADE DA SILVEIRA (ADVOGADO) OAB 7359 -

TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 13930 - KARINE MOURA PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 11595 - DANIEL COUTINHO DA SILVEIRA (ADVOGADO) . Vistos etc, LIQUIGAS DISTRIBUIDORA S/A, devidamente qualificado nos autos, requereu o cumprimento da sentenÃ§a proferida no presente processo ajuizado contra si por DISTRIBUIDORA TOTAL LTDA, igualmente identificado. Com o pedido, o exequente anexou o cÃ¡lculo atualizado da condenaÃ§Ã£o, alegando que o valor atualizado da dÃ-vida alcanÃ§ava a quantia de R$12.940,08 (doze mil novecentos e quarenta reais e oito centavos). Este JuÃ-zo, entÃ£o, determinou a intimaÃ§Ã£o do executado para cumprir a obrigaÃ§Ã£o no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de pagamento de multa e honorÃ¡rios de sucumbÃªncia, ambos no percentual de 10% (dez por cento), nos termos da decisÃ£o de fls.0932. O autor/executado, entÃ£o, apresentou impugnaÃ§Ã£o, na qual defendeu excesso na execuÃ§Ã£o, indicando que o valor devido Ã© de apenas R$11.510,65 (onze mil quinhentos e dez reais e sessenta e cinco centavos). Ademias, destacou que o exequente nÃ£o apresentou os requisitos indicados no art. 524 do CPC. Por fim, o exequente manifestou-se acerca da impugnaÃ§Ã£o, na qual afirmou que o executado nÃ£o calculou os juros de mora. Ã o relatÃ³rio. Decido. Trata-se de impugnaÃ§Ã£o ao cumprimento da sentenÃ§a em que o executado alega excesso do valor cobrado, na medida em que defende ser devido apenas R$11.510,65 (onze mil quinhentos e dez reais e sessenta e cinco centavos). O CÃ³digo de Processo Civil enuncia:Â Art. 525. Transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntÃ¡rio, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimaÃ§Ã£o, apresente, nos prÃ³prios autos, sua impugnaÃ§Ã£o. Â§1Âº Na impugnaÃ§Ã£o, o executado poderÃ¡ alegar: I - falta ou nulidade da citaÃ§Ã£o se, na fase de conhecimento, o processo correu Ã revelia; II - ilegitimidade de parte; III - inexequibilidade do tÃ-tulo ou inexigibilidade da obrigaÃ§Ã£o; IV - penhora incorreta ou avaliaÃ§Ã£o errÃ´nea; V - excesso de execuÃ§Ã£o ou cumulaÃ§Ã£o indevida de execuÃ§Ãµes; (...) Â§4Âº Quando o executado alegar que o executado, em excesso de execuÃ§Ã£o, pleiteia quantia superior Ã resultante da sentenÃ§a, cumprir-lhe-Ã¡ declarar de imediato o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado de seu cÃ¡lculo; Â§5Âº Na hipÃ³tese do Â§4Âº, nÃ£o apontado o valor correto ou nÃ£o apresentado o demonstrativo, a impugnaÃ§Ã£o serÃ¡ liminarmente rejeitada, se o excesso de execuÃ§Ã£o for seu Ãºnico fundamento, ou, se houver outro, a impugnaÃ§Ã£o serÃ¡ processada, mas o juiz nÃ£o examinarÃ¡ a alegaÃ§Ã£o de excesso de execuÃ§Ã£o. Verifica-se dos autos que o pedido do autor foi julgado improcedente pelo JuÃ-zo de primeiro grau, razÃ£o pela qual foi condenado a pagar honorÃ¡rios de sucumbÃªncia arbitrados em R$7.000,00 (sete mil reais) em 29 de setembro de 2010. Por outro lado, a relatora do acÃ³rdÃ£o n.161.220 conheceu do recurso interposto, mas negou-lhe provimento, mantendo integralmente a sentenÃ§a de primeiro grau. Ora, o Superior Tribunal de JustiÃ§a jÃ¡ pacificou o entendimento de que, arbitrados os honorÃ¡rios advocatÃ-cios em quantia certa, a correÃ§Ã£o monetÃ¡ria deve ser computada a partir da data em que fixada a verba. AlÃ©m do que, devem incidir juros de mora sobre a verba advocatÃ-cia, desde que o trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o que a fixou, senÃ£o vejamos: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÃÃO DE INDENIZAÃÃO, EM FASE DE CUMPRIMENTO DEFINITIVO DE SENTENÃA. EMBARGOS DE DECLARAÃÃO. OMISSÃO, CONTRADIÃÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. NÃO OCORRÃNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS. TERMO INICIAL PARA A CORREÃÃO MONETÃRIA E JUROS MORATÃRIOS. SÃMULA 568/STJ 1. AÃ§Ã£o de indenizaÃ§Ã£o, em fase de cumprimento definitivo de sentenÃ§a. 2. Ausentes os vÃ-cios do art. 1.022 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaraÃ§Ã£o. 3. Modificar a conclusÃ£o do Tribunal de origem para acolher a pretensÃ£o da recorrente nos moldes propostos implica reexame de fatos e provas. 4. A jurisprudÃªncia do STJ sedimentou-se no sentido de que, arbitrados os honorÃ¡rios advocatÃ-cios em quantia certa, a correÃ§Ã£o monetÃ¡ria deve ser computada a partir da data em que fixada a verba. TambÃ©m devem incidir juros de mora sobre a verba advocatÃ-cia, desde que o trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o que a fixou, nos termos do Â§ 16 do art. 85 do CPC/15. Precedentes do STJ. 5. Agravo interno no recurso especial nÃ£o provido. (AgInt no REsp 1935385/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/09/2021, DJe 22/09/2021) Seguindo a mesma orientaÃ§Ã£o: AGRAVO DE INSTRUMENTO. VAGA EM CRECHE. HABILITAÃÃO EM EXECUÃÃO COLETIVA. HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS. CORREÃÃO MONETÃRIA. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. MODIFICAÃÃO. TEMA NÂº 810 DO EG. STF. REQUISITÃRIO NÃO EXPEDIDO. CASO CONCRETO. 1. Cinge-se a controvÃ©rsia Ã anÃ¡lise dos consectÃ¡rios legais aplicÃ¡veis Ã verba honorÃ¡ria fixada na habilitaÃ§Ã£o em execuÃ§Ã£o coletiva objeto dos autos. 2. Nesse contexto, tendo em vista o recente julgamento do tema nÂº 810 pelo Eg. STF, mostra-se viÃ¡vel o pleito do recorrente no que concerne aos Ã-ndices de correÃ§Ã£o monetÃ¡ria e juros. 3. Quanto ao termo inicial dos juros moratÃ³rios, Ã© necessÃ¡rio levar em consideraÃ§Ã£o que, na esteira do que preconiza o Â§16 do art. 85 do CPC, Â¿quando os honorÃ¡rios forem fixados em quantia certa, os juros moratÃ³rios incidirÃ£o a partir

da data do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£oÂ¿. No caso dos autos, o trÃ¢nsito em julgado do acÃ³rdÃ£o que reformou a sentenÃ§a se deu em 02/05/2018, devendo esse marco corresponder ao termo inicial da contagem dos juros. DERAM PROVIMENTO AO RECURSO.(Agravo de Instrumento, NÂº 70082900861, VigÃ©sima Quinta CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: LÃ©o Romi Pilau JÃºnior, Julgado em: 10-12-2019) AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÃÃO DE COMPLEMENTAÃÃO ACIONÃRIA. CRT. BRASIL TELECOM. OI. CUMPRIMENTO DE SENTENÃA. HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS ATINENTES Ã FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA FIXADOS EM VALOR CERTO. INCIDÃNCIA DE JUROS DE MORA. POSSIBILIDADE. TERMO INICIAL. DATA DO TRÃNSITO EM JULGADO DA DECISÃO QUE ARBITROU A VERBA HONORÃRIA. PRECEDENTES. A jurisprudÃªncia emanada tanto deste Tribunal quanto do Superior Tribunal de JustiÃ§a sedimentou entendimento no sentido de que, tanto sob a Ã³tica do CÃ³digo de Processo Civil de 1.973 quanto do atual, possÃ-vel, sobre a honorÃ¡ria arbitrada em valor fixo, a incidÃªncia de correÃ§Ã£o monetÃ¡ria a contar da data do arbitramento, e de juros de mora, estes computados a partir da data do trÃ¢nsito em julgado dessa decisÃ£o que a fixou. Precedentes. RECURSO DESPROVIDO. UNÃNIME.(Agravo de Instrumento, NÂº 70078723517, DÃ©cima Oitava CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Pedro Celso Dal Pra, Julgado em: 21-02-2019) Desta forma, sobre o valor arbitrado de R$7.000,00 (sete mil reais) deve incidir correÃ§Ã£o monetÃ¡ria pelo IGPM desde a data da decisÃ£o que a fixou (29 de setembro de 2010), alÃ©m de juros de mora de 1% (um por cento) ao mÃªs a partir do trÃ¢nsito em julgado dessa sentenÃ§a. Todavia, o executado em seus cÃ¡lculos de fls. 0937/0938 nÃ£o acrescentou os juros de mora que deveriam incidir no montante. Desta forma, nÃ£o reconheÃ§o a existÃªncia de excesso na execuÃ§Ã£o, na medida em que sobre o valor dos honorÃ¡rios de sucumbÃªncia arbitrados incidem juros de mora de 1% ao mÃªs a contar do transito em julgado da decisÃ£o que nÃ£o foram incluÃ-dos nos cÃ¡lculos do executado. Por fim, no que se refere as informaÃ§Ãµes referentes a nome completo e inscriÃ§Ã£o das partes no cadastros de pessoa fÃ-sica ou no cadastro nacional de pessoa jurÃ-dica jÃ¡ constam nos autos uma vez que trata-se de cumprimento de sentenÃ§a definitiva formulado nos mesmos autos. Ante o exposto, julgo improcedente a impugnaÃ§Ã£o apresentada ao cumprimento da sentenÃ§a, haja vista nÃ£o ter o cÃ¡lculo do executado incluÃ-do os juros de mora incidentes sobre os honorÃ¡rios de sucumbÃªncia, que tem como termo inicial a data do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o. Assim, intime-se o exequente para apresentar o cÃ¡lculo atualizado da condenaÃ§Ã£o, acrescido de multa e honorÃ¡rios fixados para a fase do cumprimento da sentenÃ§a tendo em vista que nÃ£o houve o pagamento voluntÃ¡rio no prazo de 15 (quinze) dias, bem como, indicar bens Ã penhora, anotando-se que deverÃ¡ comprovar o pagamento das custas devidas. Intimem-se. BelÃ©m, 18 de novembro de 2021 Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00102166719958140301 PROCESSO ANTIGO: 19951014740 0 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 18/11/2021 ADVOGADO:SANTINO SIROTHEAU CORREA JUNIOR AUTOR:MARIA DAS GRACAS SANTIAGO VIDAL MAUES Representante(s): OAB 11209-B - ELIANE CRISTINA ALCANTARA SCOFANO (ADVOGADO) SOSTENES ALVES DE SOUZA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 11209 - ELIANE CRISTINA ALCÂNTARA SCOFANO (ADVOGADO) OAB 7269 - PATRICIA MAUES HANNA MEIRA (ADVOGADO) OAB 18634 - KARINA TUMA MAUES (ADVOGADO) ADRIANA AQUINO DE M. POMBO (ADVOGADO) LUIZA AMELIA DOS SANTOS RIBEIRO (ADVOGADO) REU:EDMILTON PINTO SAMPAIO Representante(s): OAB 14782 - JOSE MILTON DE LIMA SAMPAIO NETO (ADVOGADO) OAB 14955 - VITOR ANTONIO OLIVEIRA BAIA (ADVOGADO) OAB 14498 - CARLOS JOSE AMORIM DA SILVA (ADVOGADO) REU:IRANI RODRIGUES SAMPAIO REU:CENTRO DE ESTUDO ORIENTADOS SO CRIANCA. Trata-se de AÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o de tÃ-tulo extrajudicial ajuizada por Maria das GraÃ§as Santiago Vidal MauÃ©s em face de Centro de Estudos Orientados SÃ³ CrianÃ§a, Edmilton Pinto Sampaio e de Waldir Pacheco LeÃ£o, na qual a pesquisa eletrÃ´nica indicou a inexistÃªncia de saldos bancÃ¡rios nas contas dos executados, conforme documento de fls. 0327/0329. Em seguida, a exequente requereu o desentranhamento do mandado de citaÃ§Ã£o, penhora e avaliaÃ§Ã£o para fins do cumprimento do art. 659, Â§3 do CPC/73, indicando o endereÃ§o dos rÃ©us de fls. 0456, ocasiÃ£o em que foi penhorado o seguinte bem imÃ³vel: apartamentoÂ 102,Â do Ed. Manhattan, situado na Travessa Rui Barbosa, nÂº 619, bairro Reduto, BelÃ©m ParÃ¡, que foi avaliado em R$500.000,00 (quinhentos mil reais), nos termos do auto de penhora, avaliaÃ§Ã£o e depÃ³sito de fls. 0481. Desta forma, foi determinada a averbaÃ§Ã£o da penhora Ã Â margem da matrÃ-cula do imÃ³vel, no entanto o cartÃ³rio de registro de imÃ³veis do 1Âº OfÃ-cio comunicou que o bem penhorado nÃ£o estÃ¡ registrado emÂ nome do executado, mas, sim, em nome de ENDECO - Engenharia Ltda, o que impede o registro da penhora (fls. 0490). A exequente, entÃ£o, informou ter havido erro quanto Ã penhora do bem, afirmando que nÃ£o requereu a constriÃ§Ã£o do apartamento, mas indicou o endereÃ§o da parte para

que fossem penhorados tantos bens quantos bastassem para o pagamento da dÃ-vida, conforme previa o art. 659, Â§3Âº do CPC de 73. Nesse contexto, pleiteou a desconstituiÃ§Ã£o da penhora realizada nos autos, a expediÃ§Ã£o de novo mandado de penhora de bens do executado Edmilton Pinto Sampaio com fundamento no art. 836, Â§1Âº do CPC e, ainda, a inclusÃ£o dos nomes dos devedores em cadastro de inadimplentes. Ora, a execuÃ§Ã£o se realiza no interesse do exequente, que, pela penhora, adquire o direito de preferÃªncia sobre os bens penhorados, conforme estabelece o art. 797 do CÃ³digo de Processo Civil.Â Por outro lado, realizada a penhora sobre bem diverso do indicado pela parte e que nÃ£o pertence ao devedor, cabe ao juÃ-zo determinar a desconstituiÃ§Ã£o da constriÃ§Ã£o realizada, por incidir sobre imÃ³vel de terceiro estranho ao processo. Assim sendo, defiro o pedido de fls. 0501, para desconstituir a penhora formalizada Ã s fls. 0481, uma vez que o imÃ³vel penhorado nÃ£o pertence ao executado mas a terceiro que nÃ£o Ã© parte do processo executivo e apenas o patrimÃ´nio do devedor Ã© que responde pelas dÃ-vidas contraÃ-das (art. 789 do CPC). Oficie-se ao DepositÃ¡rio PÃºblico do 1Âº OfÃ-cio da Comarca de BelÃ©m informando a desconstituiÃ§Ã£o da penhora.Â Intime-se a exequente para recolher as custas para a inclusÃ£o do nome dos executados no cadastro do SERASAJUD (art. 782, Â§3Âº do CPC/15), bem como apresentar a planilha atualizado do dÃ©bito. ApÃ³s, expeÃ§a-se o competente mandado de penhora e avaliaÃ§Ã£o de tantos bens quantos bastem para o pagamento da obrigaÃ§Ã£o, dos juros, custas e dos honorÃ¡rios advocatÃ-cios, a ser cumprido no endereÃ§o de fls. 0456, anotando-se que sÃ£o impenhorÃ¡veis os mÃ³veis, pertences e utilidades domÃ©sticas que guarnecem a casa do executado, salvo os de levado valor (art. 833, inciso II do CPC). Intime-se. BelÃ©m, 17 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Â¿o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. PROCESSO: 00112931719958140301 PROCESSO ANTIGO: 199510161117 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Processo de Execução em: 18/11/2021 ADVOGADO:BENEDITO BARBOSA MARTINS REU:JOAO BERNARDES DOS SANTOS Representante(s): OAB 1533 - BENEDITO BARBOSA MARTINS (ADVOGADO) JOSE RAIMUNDO COSTA DA SILVA (ADVOGADO) AUTOR:BANCO DO ESTADO DO PARA SA Representante(s): OAB 8988 - ANA CRISTINA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) ROBINA DIAS MONTEIRO PIMENTEL (ADVOGADO) OAB 10744 - EDVALDO CARIBE COSTA FILHO (ADVOGADO) OAB 8988 - ANA CRISTINA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) ROBINA DIAS MONTEIRO PIMENTEL (ADVOGADO) OAB 10744 - EDVALDO CARIBE COSTA FILHO (ADVOGADO) REU:DORIS DIAS DOS SANTOS ADVOGADO:JOSE ROBERTO S. DE ALMEIDA REU:TERSAN - TERRAPLANAGEM SANTOS S/A Representante(s): OAB 1533 - BENEDITO BARBOSA MARTINS (ADVOGADO) . Trata-se de AÃ§Â¿o de ExecuÃ§Â¿o de tÃ-tulo extrajudicial ajuizada por Banco do Estado do ParÃ¡ em face de Tersan Terraplanagem Santos Ltda, que foi extinta na forma do art. 794, I e art. 269, III do CPC/73, nos termos da sentenÃ§a de fls. 0119/0121. Por outro lado, o exequente requereu o cancelamento da penhora incidente sobre o imÃ³vel penhorado nos autos, conforme determinado na sentenÃ§a, informando a quitaÃ§Â¿o das custas finais por parte do executado (fls. 0125). Assim sendo, certifique-se acerca do trÂ¢nsito em julgado da sentenÃ§a proferida nos autos e, apÃ³s, expeÃ§a-se ofÃ-cio ao cartÃ³rio competente para o cancelamento da penhora, diante do pagamento da obrigaÃ§Ã£o. Em seguida, arquive-se. Intime-se. BelÃ©m, 16 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Â¿o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. PROCESSO: 00119769419958140301 PROCESSO ANTIGO: 198610003342 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Processo de Execução em: 18/11/2021 EXEQUENTE:BANCO DO ESTADO DO PARA SA Representante(s): OAB 10270 - LETICIA DAVID THOME (ADVOGADO) OAB 11362 - ERON CAMPOS SILVA (ADVOGADO) OAB 11936 - ANA CAROLINA LOBO GLUCK PAUL PERACCHI (ADVOGADO) OAB 11663 - WALCIMARA ALINE MOREIRA CARDOSO (ADVOGADO) FRANCISCO NUNES SALGADOA (ADVOGADO) EXECUTADO:SACOLAO DAS CARNES LTDA Representante(s): OAB 868 - ALBERTO DA SILVA CAMPOS (ADVOGADO) OAB 1847 - PEDRO PAULO DA SILVA CAMPOS (ADVOGADO) . Trata-se de AÃ§Ã£o de Embargos Ã ExecuÃ§Ã£o ajuizada por SacolÃ£o das Carnes Ltda e outros em desfavor de Banco do Estado do ParÃ¡, distribuÃ-da por dependÃªncia aos autos da execuÃ§Ã£o nÂº 0011977-89.1995.814.0301. Chamo o feito Ã ordem e determino que os embargantes emendem a inicial no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petiÃ§Ã£o inicial (art. 321, parÃ¡grafo Ãºnico do CPC), regularizando a representaÃ§Ã£o processual dos embargantes SacolÃ£o das Carnes Ltda, Lailson Lustosa, AntÃ´nio Pedro Gomes e AntÃ´nio Fernando Gomes, bem como atribuindo valor Ã causa e recolhendo as custas processuais

complementares, se devidas. Por fim, retifique-se a autuaÃ§Ã£o do feito, haja vista que se trata dos embargos Ã execuÃ§Ã£o. Intime-se. BelÃ©m, 18 de novembro de 2021 Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00136201720048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410457045 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 18/11/2021 EXEQUENTE:CARLOS AUGUSTO GOUVEIA GROSSINHO Representante(s): MARCIO GUILHON (ADVOGADO) EXECUTADO:LUCAS HEITMANN MARES EXECUTADO:MARIA CELESTE GODINHO HEITMANN Representante(s): JOSE AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO (ADVOGADO) ADVOGADO:JOSE AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO EXECUTADO:P. G. HEITMANN - ME Representante(s): JOSE AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO (ADVOGADO) . Certifique, Sr. Diretor, acerca da tempestividade dos embargos de declaraÃ§Ã£o opostos Ã s fls.0230/0325, bem como, informe nos presentes autos se o montante bloqueado Ã s fls.0172 foi transferido para subconta vinculada ao juÃ-zo. Intime-se. BelÃ©m, 16 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00143966419978140301 PROCESSO ANTIGO: 19971027713 4 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 18/11/2021 AUTOR:BANCO DO BRASIL S/A Representante(s): OAB 1895 - ROSEANA DOS SANTOS RODRIGUES E RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 15763-A - GUSTAVO AMATO PISSINI (ADVOGADO) OAB 10859 - ELLEYSON CORREA SANDRES (ADVOGADO) OAB 44698 - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) ANTONIO JOSE DE MATTOS NETO OAB-PA N.º 4906 (ADVOGADO) REU:DIMED - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA.. Trata-se de AÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o de TÃ-tulo Extrajudicial ajuizada por Banco do Brasil S.A. em desfavor de DIMED Â¿ Distribuidora de Medicamentos Ltda, em que foi realizado o arresto do imÃ³vel de propriedade da executada, localizado na cidade de MarabÃ¡-Pa e descrito no auto de fls. 049, na forma do art. 653 do CÃ³digo de Processo Civil/73. Por outro lado, depois de formalizado o arresto e o depÃ³sito do bem de propriedade do executado, o devedor foi citado por edital (fls. 054), contudo nÃ£o pagou o valor do dÃ©bito, ocasiÃ£o em que o arresto foi convertido em penhora, conforme decisÃ£o de fls. 068. Em seguida, o bem penhorado foi avaliado em R$617.760,00 (seiscentos e dezessete mil, setecentos e sessenta reais), conforme laudo de avaliaÃ§Ã£o de fls. 0223/0225, acerca do qual o exequente manifestou-se nos autos concordando com o valor atribuÃ-do ao imÃ³vel pelo oficial de justiÃ§a. AlÃ©m disso, requereu a designaÃ§Ã£o de data para a realizaÃ§Ã£o da hasta pÃºblica do imÃ³vel jÃ¡ avaliado, com a publicaÃ§Ã£o dos editais, na medida em que nÃ£o pretende adjudicar o bem objeto da constriÃ§Ã£o judicial. Este juÃ-zo, porÃ©m, chamou a ordem o presente processo para nomear curador especial ao executado citado por edital, remetendo os autos Ã Defensoria PÃºblica que manifestou-se Ã s fls. 0241/0247, requerendo a nulidade da citaÃ§Ã£o do devedor, afirmando que nÃ£o foram esgotadas todas as tentativas para a sua localizaÃ§Ã£o pessoal, uma vez que nÃ£o houve busca do endereÃ§o junto aos Ã³rgÃ£os competentes. Em suma, ressaltou que a citaÃ§Ã£o por edital pressupÃµe a impossibilidade de localizar o citando que se encontra em lugar ignorado, mediante prova nos autos acerca das diligÃªncias realizadas na tentativa de encontrar a parte. Nesse viÃ©s, enfatizou que a jurisprudÃªncia vem assentando entendimento de que Ã© nula a citaÃ§Ã£o por edital se nÃ£o esgotadas as tentativas de localizaÃ§Ã£o da parte, inclusive, nÃ£o havendo preclusÃ£o para os casos em que hÃ¡ defeito ou falta de citaÃ§Ã£o. O CÃ³digo de Processo Civil de 2015, Ã semelhanÃ§a da norma revogada, dispÃµe que: Â¿Art. 213.Â CitaÃ§Ã£o Ã© o ato pelo qual se chama a juÃ-zo o rÃ©u ou o interessado a fim de se defender.Â¿ Nesse contexto, pela citaÃ§Ã£o, chama-se a juÃ-zo o rÃ©u, o executado ou o interessado, a fim de se defender, sendo certo que a validade do processo depende da citaÃ§Ã£o inicial do requerido. Sabe-se, tambÃ©m, que a citaÃ§Ã£o por edital Ã© admitida em carÃ¡ter subsidiÃ¡rio, desde que esgotados todas as tentativas de chamamento pessoal da parte, sob pena de nulidade da citaÃ§Ã£o ficta, uma vez que a correta citaÃ§Ã£o da parte Ã© garantia constitucional do contraditÃ³rio e ampla defesa, nos termos do Art. 5Â°, inciso LV da ConstituiÃ§Ã£o Federal de 1988. No caso concreto, foram expedidos trÃªs mandados de citaÃ§Ã£o por Oficial de JustiÃ§a, porÃ©m, todas as tentativas foram frustradas, conforme certidÃµes de fls. 018, 035 e 052, assim como, Ã s fls. 054, a citaÃ§Ã£o por edital restou infrutÃ-fera. Nesse ponto, convÃ©m destacar que inexistia sistema eletrÃ´nico de pesquisa de endereÃ§o que possibilitasse ao juÃ-zo a busca do endereÃ§o da parte. Resta claro, entÃ£o, que a citaÃ§Ã£o da devedora ocorreu depois de constatada a impossibilidade de localizÃ¡-la no seu endereÃ§o, sendo assim Ã© impositiva a rejeiÃ§Ã£o do pedido de nulidade da citaÃ§Ã£o realizada neste processo. Sobre o tema: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÃÃO DE EXECUÃÃO DEÂ TÃTULOÂ EXTRAJUDICIAL.Â CITAÃÃOÂ PORÂ EDITAL.Â NULIDADE.Â INOCORRÃNCIA. REALIZAÃÃO DE DIVERSAS DILIGÃNCIAS

INEXITOSAS. TRANSCURSO DA DEMANDA HÃ QUASE NOVE ANOS SEM AÂ CITAÃÃOÂ POSITIVA DOÂ EXECUTADO.Â EXECUÃÃO QUE CORRE EM FAVOR DO CREDOR. REQUISITOS LEGAIS. ARTIGO 257 DO NCPC. OBSERVÃNCIA. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. DECISÃO REFORMADA. RECURSO PROVIDO.(Agravo de Instrumento, NÂº 70083539080, DÃ©cima Sexta CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Vivian Cristina Angonese Spengler, Julgado em: 23-04-2020) Data de Julgamento:Â 23-04-2020 PublicaÃ§Ã£o:Â 07-05-2020 APELAÃÃO CIVEL. DIREITO TRIBUTÃRIO. EXECUÃÃO FISCAL.Â NULIDADEÂ DAÂ CITAÃÃOÂ EDITALÃCIA.Â INOCORRÃNCIA. PRESCRIÃÃO INTERCORRENTE.Â INOCORRÃNCIA. 1. Ã vÃ¡lida aÂ citaÃ§Ã£oÂ porÂ editalÂ quando exauridas as diligÃªncias no intento de localizaÃ§Ã£o do devedor. InteligÃªncia do art. 8Âº da LEF c/c art. 231 do CPC e da SÃºmula n. 414 do Superior Tribunal de JustiÃ§a. Precedentes. No caso concreto, diante do esgotamento dos meios aptos a encontrar a parte executada, via correio e Oficial de JustiÃ§a, a declaraÃ§Ã£o deÂ nulidadeÂ daÂ citaÃ§Ã£oÂ editalÃ-cia nÃ£o merece guarida. 2. Verificada a diligÃªncia do Estado em promover os devidos atos processuais, entendoÂ porÂ nÃ£o restar configurada a prescriÃ§Ã£o em relaÃ§Ã£o Ã pretensÃ£o contra o responsÃ¡vel tributÃ¡rio (sÃ³cio gerente). AÃ§Ã£o ajuizada em 2004, comÂ citaÃ§Ã£oÂ daÂ pessoaÂ jurÃ-dicaÂ em 2006, pedido de redirecionamento em 2009 eÂ citaÃ§Ã£oÂ do sÃ³cio em 2012. RECURSO DESPROVIDO.(Agravo de Instrumento, NÂº 70079456950, Primeira CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Carlos Roberto Lofego Canibal, Julgado em: 27-02-2019) Data de Julgamento:Â 27-02-2019 PublicaÃ§Ã£o:Â 08-03-2019 APELAÃÃO CÃVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. PROTESTO INDEVIDO REALIZADO EM PRAÃA DIVERSA. DUPLICATA FRIA. AÃÃO DE INDENIZAÃÃOÂ PORÂ DANOS MORAIS. DANO IMATERIAL CARACTERIZADO. QUANTUM INDENIZATÃRIO MANTIDO. JUROS MORATÃRIOS. TERMO INICIAL.Â NULIDADEÂ DEÂ CITAÃÃOÂ PORÂ EDITAL.Â INOCORRÃNCIA. DaÂ inocorrÃªnciaÂ deÂ nulidadeÂ daÂ citaÃ§Ã£oÂ porÂ edital. 1. Far-se-Ã¡ aÂ citaÃ§Ã£oÂ porÂ editalÂ quando ignorado, incerto ou inacessÃ-vel o lugar em que se encontrar o rÃ©u. InteligÃªncia dos artigos 256 e 257 do CÃ³digo de Processo Civil. 2. Desse modo, diante das inÃºmeras as tentativas deÂ citaÃ§Ã£oÂ da parte rÃ©, expedindo-se cartas AR para endereÃ§os distintos Ã© inconteste que o rÃ©u estÃ¡ em lugar ignorado. 3. Logo, nÃ£o Ã© possÃ-vel impor ao postulante tentar localizar o endereÃ§o da parte rÃ© indefinidamente, o que atenta aos princÃ-pios da razoabilidade, economia e celeridade processual, mostrando-se adequada que aÂ citaÃ§Ã£oÂ seja feitaÂ porÂ edital, quando evidente a impossibilidade a sede deÂ pessoaÂ jurÃ-dica, a qual cabe a esta manter atualizado e informar seu domicÃ-lio atual. MÃ©rito do recurso em anÃ¡lise 4. A emissÃ£o de duplicata sem causaÂ jurÃ-dicaÂ para tanto acarreta Ã decretaÃ§Ã£o daÂ nulidadeÂ desta, pois este tipo de tÃ-tulo de crÃ©dito deve sempre corresponder Ã compra e venda mercantil ou Ã prestaÃ§Ã£o dos serviÃ§os, o que nÃ£o restou demonstrado nos autos. 5. Dano moral caracterizado no caso em exame, nÃ£o necessitando de nenhum outro elemento probatÃ³rio complementar, a autorizar a reparaÃ§Ã£o almejada, porquanto teve a parte autora tÃ-tulo indevidamente protestado no seu nome, em decorrÃªncia de duplicata emitida sem causaÂ jurÃ-dica. Rejeitada a preliminar suscitada, negado provimento recurso. De ofÃ-cio, alterado o termo inicial de incidÃªncia dos juros moratÃ³rios.(ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel, NÂº 70079319505, Quinta CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em: 18-12-2018) Data de Julgamento:Â 18-12-2018 PublicaÃ§Ã£o:Â 13-02-2019. Ante o exposto, nÃ£o acolho o pedido de nulidade da citaÃ§Ã£o requerido pelo curador especial da embargante, uma vez que todas as medidas de localizaÃ§Ã£o pessoal da pessoa jurÃ-dica foram observadas pelo juÃ-zo Ã Ã©poca, aperfeiÃ§oando-se a citaÃ§Ã£o por edital da parte. Intime-se o exequente para providenciar respectiva averbaÃ§Ã£o do imÃ³vel penhorado junto ao cartÃ³rio imobiliÃ¡rio, mediante a apresentaÃ§Ã£o de certidÃ£o de inteiro teor do ato, independentemente de mandado judicial, nos termos do Art. 659, parÃ¡grafo 4Â° do CPC/2015, bem como apresentar planilha atualizada do dÃ©bito. ApÃ³s cumpridas essas providÃªncias, expeÃ§a-se competente carta precatÃ³ria para o juÃ-zo da comarca de MarabÃ¡-Pa, com vistas a venda judicial do bem penhorado (Art. 881, CPC/2015), uma vez que a alienaÃ§Ã£o dos bens penhorados devem ser feita no foro da situaÃ§Ã£o, nos termos do Art. 845, parÃ¡grafo 2Â°, CPC/2015. Intime-se. BelÃ©m, 17 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares Â JuÃ-za de Direito CERTIDÃO Certifico que a decisÃ£o foi resenhada em ___/___/2021 e publicado no Dje no dia ___/___/2021 para efeitos de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m, ___/___/2021. PROCESSO: 00151792420068140301 PROCESSO ANTIGO: 20061049848 5 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 18/11/2021 INTERESSADO:SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS Representante(s): MARCIA DO SOCORRO SOUZA VASCONCELOS (ADVOGADO) INTERESSADO:BANCO DA AMAZONIA - BASA Representante(s): MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (ADVOGADO) ADVOGADO:GABRIEL SANDIN KNABBEN OAB/SC 16.910 AUTOR:LUIS CARLOS SILVA

MENDONCA Representante(s): LUIS CARLOS DA SILVA MENDONCA (ADVOGADO) REU:ILE-INDUSTRIA E COMERCIO DE CONSERVAS ALIMENTICIAS LTDA Representante(s): MIGUEL DALIVIO BRAGA (ADVOGADO) FERNANDO DA SILVA MATTOS OAB/SC 20134 (ADVOGADO) INTERESSADO:JOSE MARIA VASCONCELOS LOBATO Representante(s): OAB 3205 - DAILSON MARINHO NOGUEIRA (ADVOGADO) ISAAC PEREIRA MAGALHAES JUNIOR (ADVOGADO) . Trata-se de AÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o de TÃ-tulo extrajudicial ajuizada por JosÃ© Maria Vasconcelos Lobato em desfavor de IlÃª - IndÃºstria e ComÃ©rcio de Conservas AlimentÃ-cis Ltda, na qual foi indeferido o pedido de sub-rogaÃ§Ã£o formulado pelo credor Ã s fls. 0542/0544, em razÃ£o do termo pacutado entre o exequente e o terceiro interessado nÃ£o ter sido formalizado na forma prevista em lei, na medida em que este pretende adquirir o imÃ³vel penhorado nos autos e hipotecado ao Banco da AmazÃ´nia S.A. mediante o pagamento de R$270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) ao credor originÃ¡rio, sem prever a quitaÃ§Ã£o do credor hipotecÃ¡rio. O exequente, porÃ©m, se insurgiu apresentando embargos de declaraÃ§Â¿o no prazo legal, argumentando que a decisÃ£o proferida incorreu em obscuridade no cotejo entre as disposiÃ§Ãµes invocadas e os termos do acordo, uma vez que nÃ£o hÃ¡ nos autos nem no instrumento celebrado qualquer referÃªncia Ã pretensÃ£o do terceiro interessado em adquirir o imÃ³velÂ pelo valor de R$270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), ocorrendo apenas a sub-rogaÃ§Ã£o de terceiro em face doÂ crÃ©dito objeto desta execuÃ§Ã£o. Nesse contexto, ressaltou que nem mesmo o exequente poderia adquirir o imÃ³vel por esse valor, uma vez que pretensa arremataÃ§Ã£o do imÃ³vel nesse montante seria considerado preÃ§o vil e, se pretendesse adjudicar, teria que pagar a diferenÃ§a atÃ© o valor da avaliaÃ§Ã£o.Â Enfim, destacou que o credor hipotecÃ¡rio nÃ£o se opÃ´s Ã realizaÃ§Ã£o do ajuste,Â apenas pleiteou a reserva de seu crÃ©dito hipotecÃ¡rio, apÃ³s deduzido o valor do crÃ©dito objeto desta execuÃ§Ã£o (R$270.000,00) do montante da avaliaÃ§Ã£o do imÃ³vel penhorado (R$1.200.000,00), de modo que a sub-rogaÃ§Ã£o realizada deve ser reconhecida pelo juÃ-zo, extinguindo-se a execuÃ§Ã£oÂ com o consequente cancelamento da penhora. De acordo com o art. 1.022 do CÃ³digo de Processo Civil, os embargos de declaraÃ§Â¿o tÃªm como finalidade corrigir os defeitos apontados pela parte, com vistas a suprimir omissÂ¿o, obscuridade ou contradiÃ§Â¿o contida em qualquer decisÂ¿o judicial e, ainda, corrigir erro material. Todavia, a decisÂ¿o embargada nÂ¿o merece qualquer reforma ou supressÂ¿o de contradiÃ§Â¿o ou omissÂ¿o, por nÃ£o ser possÃ-vel admitir a pretensÃ£o do exequente, em razÃ£o do instrumento de sub-rogaÃ§Ã£o celebrado entre o credor e o terceiro interessado JosÃ© Maria Vasconcelos LobatoÂ nÃ£o atender a exigÃªncia do art. 346, inciso II do CÃ³digo Civil, uma vez que o interessado pretende adquirir o imÃ³vel penhorado pagando ao credor o valor de R$270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), sem adimplir a dÃ-vida do credor hipotecÃ¡rio. AliÃ¡s, diversamente do que afirma o embargante, hÃ¡, sim, clara intenÃ§Ã£o do Sr.Â JosÃ© Maria Vasconcelos Lobato em adquirir o imÃ³vel penhorado por valor muito inferior ao da avaliaÃ§Ã£o, uma vez que este comparece no processo na qualidade de promitente comprador o imÃ³vel, conforme consta no item `1Â¿ do instrumento de transaÃ§Ã£o de fls. 0542/0544, e que o exequente darÃ¡ plena quitaÃ§Ã£o ao pagamento da dÃ-vida quando resgatados todos os cheques, obrigando-se a notificar o cumprimento da obrigaÃ§Ã£o e requerendo a extinÃ§Ã£o do processo, segundo menciona o item `3Â¿ do referido documento. Nesse ponto, convÃ©m destacar que pelo instrumento da sub-rogaÃ§Ã£o, o processo de execuÃ§Ã£o nÃ£o se extingue pelo pagamento da dÃ-vida por parte do terceiro interessado ao credor originÃ¡rio, mas prossegue com a pessoa do sub-rogado na qualidade de novo credor, uma vez que pela sub-rogaÃ§Ã£o se transfere ao terceiro todos os direitos, aÃ§Ãµes, privilÃ©gios e garantias do credor primitivo, em relaÃ§Ã£o Ã dÃ-vida, contra o devedor principal e seus fiadores, conforme prevÃª o art. 349 do CÃ³digo Civil. Portanto, Ã© inconteste que o instrumento de sub-rogaÃ§Ã£o apresentando pela parte nÃ£o pode ser homologado em juÃ-zo, pois, alÃ©m de nÃ£o garantir o adimplemento da dÃ-vida do credor hipotecÃ¡rio, como exige a norma legal, ainda acarretaria enorme prejuÃ-zo ao executado, que teria um imÃ³vel penhorado de sua propriedade e avaliado em R$1.400.000,00 (um milhÃ£o e quatrocentos mil reais) transferido a um terceiro para quitar uma dÃ-vida ajustada entre os interessados no valor de R$270.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). Enfim, Ã© importante destacar que os atos de expropriaÃ§Ã£o de bens penhorados se realizam atravÃ©s da adjudicaÃ§Ã£o ou da alienaÃ§Ã£o por iniciativa particular ou em leilÃ£o judicial eletrÃ´nico ou presencial, conforme prevÃª os artigos 876 e 879 do CÃ³digo de Processo Civil, jamais por meio de contrato formalizado entre o credor e um terceiro interessado, pretensamente denominado de sub-rogaÃ§Ã£o. Portanto, a decisÂ¿o em discussÂ¿o bem explicitou acerca da impossibilidade do credor formalizar a sub-rogaÃ§Ã£o de seu crÃ©dito na forma que consta no instrumento juntado aos autos, sendo assim, nÃ£o hÃ¡ vÃ-cio a ser sanado mas mero inconformismo da parte com o resultado da decisÂ¿o embargada. Ante o exposto, conheÃ§o dos embargos de declaraÃ§Â¿o, haja vista que oferecidos no prazo legal, para rejeitÃ¡-los em face da ausÃªncia de qualquer defeito na decisÂ¿o combatida, que estÃ¡ bem fundamentada e amparada em preceito legal. Intime-se. BelÃ©m, 11 de

novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Â¿o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. PROCESSO: 00163026119988140301 PROCESSO ANTIGO: 199810259386 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: EXECUÇÃO DE SENTENÇA em: 18/11/2021 REU:BANCO DE ESTADO DO PARA SA Representante(s): OAB 10676 - PAULO ROBERTO AREVALO BARROS FILHO (ADVOGADO) JEAN CARLOS DIAS/OUTROS (ADVOGADO) AUTOR:ALI FASSI FIHRI Representante(s): MARIA JOSE CABRAL CAVALLI (ADVOGADO) INTERESSADO:ESTADO DO PARA Representante(s): GRACO IVO ALVES ROCHA COELHO (PROCURADOR(A)) . Trata-se de AÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o proposta por Ali Fassi Fihri em face de Banco do Estado do ParÃ¡, iniciada durante a vigÃªncia do revogado CÃ³digo de Processo Civil (1973), em 13 de setembro de 2004. Por outro lado, o banco rÃ©u foi citado e ofereceu Ã penhora os bens descritos Ã s fls.0219/0221, no entanto, o exequente nÃ£o os aceitou, conforme petiÃ§Ã£o de fls.0286/0287. Em seguida, foi penhorada a importÃ¢ncia de R$ 963.610,94 (novecentos e sessenta e trÃªs mil, seiscentos e dez reais e noventa e quatro centavos) depositada na conta poupanÃ§a nÂº 618.988-1, agÃªncia 011, conforme auto de fls.0307, e o banco foi intimado da penhora (fls.0310). Ademais, o executado comunicou a interposiÃ§Ã£o de agravo de instrumento da decisÃ£o que determinou a penhora, Ã s fls.0311/0321. Assim sendo, certifique Sr. Diretor acerca da decisÃ£o proferida no recurso de agravo de instrumento, bem como, se foram opostos embargos Ã execuÃ§Ã£o face a presente demanda, certificando, ainda, se o montante penhorado estÃ¡ depositado em subconta judicial vinculada ao juÃ-zo. Por fim, intime-se o exequente para apresentar o cÃ¡lculo atualizado da dÃ-vida atÃ© a data da respectiva penhora. Intime-se. BelÃ©m, 17 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00176709520028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210208600 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Cumprimento de sentença em: 18/11/2021 AUTOR:CONDOMINIO DO ED.LYGIA FERNANDEZ Representante(s): OAB 2594 - JOSE NAZARENO NOGUEIRA LIMA (ADVOGADO) OAB 12600 - ALBYNO FRANCISCO ARRAIS CRUZ (ADVOGADO) OAB 12789 - ROMULO SERRAO RODRIGUES (ADVOGADO) REU:OZIMAR VASCONCELOS Representante(s): DR. ANTONIO CARLOS SILVA PANTOJA (ADVOGADO) OAB 15936 - MAYARA CRYSTINA BENICIO DE LIMA (ADVOGADO) ADVOGADO:LICIA HELENA RAMOS DE CASTRO ADVOGADO:ALEXANDRE ALMEIDA CORREA. Vistos etc. CONDOMÃNIO DO EDIFÃCIO LYGIA FERNANDEZ, devidamente qualificado nos autos, por intermÃ©dio de procurador judicial, ajuizou a presente AÃ§Ã£o SumÃ¡ria de CobranÃ§a, em fase de cumprimento de sentenÃ§a, em desfavor de OZIMAR VASCONCELOS, igualmente identificado nos autos. Verifica-se dos autos que, apÃ³s o trÂ¢nsito em julgado da sentenÃ§a (fls.0104/0105), a parte autora requereu o seu cumprimento, haja vista o rÃ©u nÃ£o ter cumprido com os termos estabelecidos no acordo realizado em audiÃªncia. Em seguida, foi determinada a penhora e avaliaÃ§Ã£o do bem imÃ³vel do devedor para satisfaÃ§Ã£o do crÃ©dito do autor, contudo, o oficial de justiÃ§a certificou que o nÃºmero do apartamento indicado nÃ£o corresponde ao de propriedade do devedor, conforme certidÃ£o de fls.0145. Por fim, as partes anexaram o acordo de fls.0156/0157, com vistas Ã sua homologaÃ§Ã£o. Ã o relatÃ³rio. Decido. Trata-se de AÃ§Ã£o SumÃ¡ria de CobranÃ§a em fase de cumprimento de sentenÃ§a, em que as partes pleitearam a homologaÃ§Ã£o do acordo celebrado Ã s fls.0156/0157, haja vista a quitaÃ§Ã£o integral da dÃ-vida. DispÃµe o CÃ³digo de Processo Civil: Art. 487. HaverÃ¡ resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito quando o juiz:Â (...) III - homologar: (...) b) a transaÃ§Ã£o; Ante o exposto, homologo a transaÃ§Ã£o e julgo extinto o presente processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do art. 487, inciso III, alÃ-nea b do CÃ³digo de Processo Civil. Custas processuais, porventura existentes, pelo requerido, na forma da clÃ¡usula sexta do acordo celebrado (fls.0157). ApÃ³s as formalidades legais, arquivem-se os autos, dando baixa na distribuiÃ§Ã£o. Publique-se. Registre-se. Intime-se. BelÃ©m, 16 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito CERTIDÃO Certifico que a sentenÃ§a acima foi resenhada em ___/___/2021 e publicada no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00196680920138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Inventário em: 18/11/2021 HERDEIRO:EVERALDO SIQUEIRA CAVALERO DE MACEDO Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) INVENTARIADO:AGENOR CAVALERO DE MACEDO INVENTARIANTE:MARLENE MACEDO BARRA Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . Trata-se de AÃ§Ã£o de InventÃ¡rio dos bens

deixados por falecimento de Agenor Cavalero de Macedo, em que foi nomeada como inventariante a Sra. Marlene Macedo Barra, que prestou o compromisso Ã s fls.043 e retificou as primeiras declraÃ§Ãµes Ã s fls.0111/0113. Verifica-se dos autos que o autor da heranÃ§a deixou cÃ´njuge supÃ©rtiste a Sra. Eufrosina Siqueira MacÃªdo, alÃ©m de seus sucessores legais, seus filhos: Everaldo, Marlene (inventariante), Marly e Marluce. Por outro lado, a inventariante retificou suas primeiras declaraÃ§Ãµes (fls.0111/0113), bem como, as herderias Eufrosina, Marluce e Marly, que ainda nÃ£o haviam sido citadsa, habilitaram-se nos presentes autos, por intermÃ©dio de procurador judicial Ã s fls.0114/0124 Ressalta-se, ainda, que as fazendas pÃºblicas (federal, estadual, municipal) foram devidamente intimadas, e a estadual requereu os documentos de fls.076 para cÃ¡lculo do imposto de transmissÃ£o e apuraÃ§Ã£o de eventuais dÃ©bitos, enquanto a federal informou que nÃ£o possui interesse no feito. Em seguida, a fazenda municipal informou que possui interesse na presente aÃ§Ã£o, apontando os valores devidos pelo falecido a tÃ-tulo de IPTU Ã s fls.060/067. Assim sendo, lavre Sr. Diretor termo circunstanciado das primeiras declaraÃ§Ãµes apresentadas Ã s fls.0111/0113, na forma do art. 620 do CPC, em seguida, intimem-se as partes interessadas para, querendo, manifestarem-se no prazo comum de 15 (quinze) dias acerca das primeiras declaraÃ§Ãµes, a teor do disposto no art. 627 do CPC. Por fim, intime-se a inventariante para providenciar os documentos requeridos pela fazenda pÃºblica estadual Ã s fls.076, com vistas ao cÃ¡lculo do imposto devido e apuraÃ§Ã£o de eventuais dÃ©bitos em nome do falecido. Intime-se. BelÃ©m, 16 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00200835820028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210238668 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 18/11/2021 EXEQUENTE:BANCO AMAZONIA S/A. Representante(s): OAB 8489 - ANA LUCIA BARBOSA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 12610 - MILTON SOUZA FIGUEIREDO JUNIOR (ADVOGADO) MARIA ROSINEIDE ALVES DE LIMA (ADVOGADO) ARNALDO H. ANDRADE DA SILVA (ADVOGADO) ANTONIO FELIX TEIXEIRA NEGRAO (ADVOGADO) SERGIO LUIZ PERES VIDIGAL JUNIOR (ADVOGADO) EXECUTADO:IRMAOS UNIDOS COMERCIO LTDA Representante(s): ALINE C. ANAISSE DE MORAES (ADVOGADO) ADVOGADO:LINDALVA MARQUES BRASIL EXECUTADO:EDMILSON BENOLIEL OLIVEIRA. Trata-se de AÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o de tÃ-tulo extrajudicial proposta por Banco da AmazÃ´nia S/A em face de IrmÃ£os Unidos ComÃ©rcio Ltda, Edmilson Benoliel e Clemilda Rebelo Oliveira, em que os veÃ-culos de propriedade dos devedores ainda nÃ£o foram localizados, com vistas Ã sua penhora e avaliaÃ§Ã£o, conforme certificado nos autos Ã s fls.0223, e o exequente, devidamente intimado por publicaÃ§Ã£o no DiÃ¡rio, nÃ£o informou novo endereÃ§o para a diligÃªncia desde 2019. Assim sendo, intime-se pessoalmente o autor, por AR, no Ãºltimo endereÃ§o que consta nos autos para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar expresso interesse no prosseguimento da aÃ§Ã£o, inclusive indicando endereÃ§o onde os veÃ-culos possam ser localizados com vistas Ã sua penhora e avaliaÃ§Ã£o, recolhendo antecipadamente as custas processuais devidas para a diligÃªncia, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito na forma do artigo 485, inciso III do CÃ³digo de Processo. Intime-se. BelÃ©m, 18 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito ServirÃ¡ o presente, por cÃ³pia digitalizada, como mandado de intimaÃ§Ã£o, nos termos do Provimento nÂº 003/2009 - CJRMB. Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00222175020178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 18/11/2021 REQUERENTE:SODEXHO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMERCIO S/A Representante(s): OAB 21313 - GUSTAVO DE CARVALHO AMAZONAS COTTA (ADVOGADO) REQUERIDO:PRESTACOM PRESTADORA DE SERVICOS DIVERSOS E COMERCIO DE HIGIENE LTDA ME Representante(s): OAB 5441 - ANTONIO CARLOS SILVA PANTOJA (ADVOGADO) REQUERIDO:SANDRO ARNALDO DO VALE FURTADO. Trata-se de AÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o de tÃ-tulo extrajudicial proposta por Sodexo Pass do Brasil ServiÃ§os e ComÃ©rcio S/A em face de Prestacom Prestadora de ServiÃ§os e ComÃ©rcio de Higiene Ltda ME e Sandro Arnaldo do Vale Furtado, em que verificou-se a inexistÃªncia de saldo suficiente para o pagamento da obrigaÃ§Ã£o e a exequente requereu a penhora de crÃ©ditos futuros destinados Ã empresa, em virtude do contrato de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os nÂº 19/2017, processo nÂº 00140.000350/2016-47, firmado com a UniÃ£o, por intermÃ©dio da Diretoria de Recursos LogÃ-sticos da Secretaria de AdminstraÃ§Ã£o. Assim sendo, oficie-se Ã Diretoria de Recursos LogÃ-sticos da Secretaria de AdministraÃ§Ã£o da UniÃ£o, para que informe acerca da existÃªncia de crÃ©dito em favor da empresa Prestacom, proveniente do contrato acima

celebrado. Intime-se. BelÃ©m, 18 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00224080320148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 REQUERENTE:CARINA GONDIM FALCÃO MOREIRA Representante(s): OAB 12008 - CAIO VALERIO GONDIM R FALCAO (ADVOGADO) OAB 23852 - JEFTH LEONARDO VASCONCELOS CESAR (ADVOGADO) OAB 24981 - FRANCIÉLCIO FERREIRA BELUCIO (ADVOGADO) REQUERIDO:BERTOLINI S/A(EVVIVA BERTOLINI) Representante(s): OAB 18716 - JULIANA CARDOSO PARAGUASSU (ADVOGADO) OAB 69482 - CAMILE DE BACCO PASQUALI (ADVOGADO) REQUERIDO:BAUHAUS COMERCIAL LTDA-ME (BAUHAUS MODULADOS). Vistos etc. CARINA GONDIM FALCÃO MOREIRA, devidamente qualificada nos autos, por intermÃ©dio de procurador judicial, ajuizou a presente AÃ§Ã£o de conhecimento pelo procedimento comum em face de BERTOLINI S/A e de BAUHAUS COMERCIAL LTDA ME, igualmente identificadas. A parte autora relatou ter celebrado contrato de compra e venda de mÃ³veis modulado em outubro de 2012, tendo efetuado o pagamento Ã vista do valor histÃ³rico de R$120.000,00 (cento e vinte mil reais). Todavia, destacou que os rÃ©us se esquivaram por mais de 15 (quinze) meses da obrigaÃ§Ã£o de entregar as portas dos armÃ¡rios. Em suma, sustentou a aplicaÃ§Ã£o do CÃ³digo de Defesa de Defesa do Consumidor e a existÃªncia do dano moral, razÃ£o pela qual ajuizou a presente aÃ§Ã£o objetivando a condenaÃ§Ã£o da parte rÃ© no pagamento de uma indenizaÃ§Ã£o por dano moral no valor de R$120.000,00 (cento e vinte mil reais). Este JuÃ-zo determinou a emenda da petiÃ§Ã£o inicial para a autora corrigir o valor da causa, bem como, regularizar sua representaÃ§Ã£o processual (fls. 0122), assim a parte tanto corrigiu o montante atribuÃ-do Ã causa, quanto recolheu as custas devidas e anexou a procuraÃ§Ã£o outorgada ao advogado Ã s fls. 0124. O rÃ©u EVVIBER INDÃSTRIA DE MÃVEIS LTDA e BERTOLINI S/A foram citados pessoalmente e apresentaram contestaÃ§Ã£o, na qual arguiram, preliminarmente, a ilegitimidade passiva dos contestantes, alÃ©m do que, impugnaram o valor atribuÃ-do Ã causa. No mÃ©rito, defenderam: - a impossibilidade de responsabilizaÃ§Ã£o do fabricante; - a inexistÃªncia de dano moral. Enfim, impugnaram o valor pleiteado pela parte e requereram a improcedÃªncia do pedido formulado na petiÃ§Ã£o inicial. Por outro lado, a rÃ© BAUHAUS COMÃRCIO LTDA ME foi citada por edital e nÃ£o apresentou contestaÃ§Ã£o no prazo legal, razÃ£o pela qual foi nomeado curador especial, com fundamento no art. 72 do CÃ³digo de Processo Civil, o qual apresentou contestaÃ§Ã£o por negaÃ§Ã£o geral. Em seguida, a autora apresentou rÃ©plica e os autos voltaram conclusos para decisÃ£o. Ã o relatÃ³rio. Decido. Inicialmente, cumpre salientar que nossos tribunais tÃªm repetidamente decidido pela legitimidade do franqueador/fabricante em demandas desta natureza, pois adere aos riscos do empreendimento ao conceder a franquia, nos termos das decisÃµes transcritas abaixo: APELAÃÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE CONSUMO. FATO DO PRODUTO. INSETO INCRUSTADO SANDUICHE. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO FABRICANTE. LEGITIMIDADE PASSIVA DO FRANQUEADOR. O franqueador responde solidariamente, pois ao conceder a franquia, adere ao risco da atividade exercida pelo franqueado. DANO MORAL IN RE IPSA. SanduÃ-che contendo inseto incrustado, detectado apÃ³s ter sido iniciado o consumo, configura acidente de consumo, por defeito do produto, uma vez que nÃ£o ofereceu a seguranÃ§a que dele podia se esperar, pondo em risco a saÃºde do consumidor, bem como sentimento de repulsa e inseguranÃ§a. Dever de indenizar configurado. Responsabilidade objetiva do fornecedor, com a inversÃ£o do Ã´nus da prova (art. 12, Â§ 3Âº do CDC). QUANTUM INDENIZATÃRIO. O valor da indenizaÃ§Ã£o deve se mostrar adequado, a fim de atender aos objetivos da compensaÃ§Ã£o do dano e o carÃ¡ter pedagÃ³gico, levando-se em conta, ainda, os princÃ-pios da proporcionalidade e da razoabilidade. CORREÃÃO MONETÃRIA. FixaÃ§Ã£o desde o arbitramento atÃ© a data do efetivo pagamento. JUROS DE MORA. Incidem juros moratÃ³rios de 1% ao mÃªs desde a citaÃ§Ã£o, por se tratar de responsabilidade civil contratual. SUCUMBÃNCIA. Redimensionada RECURSO ADESIVO DESPROVIDO E APELO PROVIDO. UNÃNIME (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel, NÂº 70042542795, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Ivan Balson AraÃºjo, Julgado em: 29-03-2012) JUIZADO ESPECIAL CÃVEL. PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. VÃCIO DO PRODUTO E DO SERVIÃO. SUFICIÃNCIA DA PROVA DOCUMENTAL. COMPLEXIDADE PROBATÃRIA NÃO CONFIGURADA. LEGITIMIDADE PASSIVA. TEORIA DA ASSERÃÃO. RESPONSABILIDADE SOLIDÃRIA DOS FORNECEDORES. AÃÃO INTENTADA CONTRA O FORNECEDOR DIRETO. NOVA AÃÃO PROPOSTA CONTRA O FRANQUEADOR. POSSIBILIDADE. COISA JULGADA NÃO CONFIGURADA. RESPONSABILIDADE CIVIL DO FRANQUEADOR. DANO MATERIAL E MORAL CONFIGURADO. RECURSO CONHECIDO. PRELIMINARES REJEITADAS E NÃO PROVIDO. I. Trata-se de recurso inominado interposto pela parte rÃ© em face da sentenÃ§a que julgou os

pedidos iniciais procedentes em parte para condenÃ¡-la a restituir o valor pago pela parte autora por uma sauna adquirida perante uma das franqueadas da parte recorrente, no valor de R$ 5.500,00, alÃ©m do dano material de R$ 5.860,61 e R$ 4.000,00 por danos morais. Em seu recurso, suscita as preliminares de complexidade probatÃ³ria e cerceamento de defesa, pois a Ãºnica prova que poderia produzir seria a pericial, o que nÃ£o lhe foi permitido porque a parte recorrida jÃ¡ desinstalou a sauna. Suscita tambÃ©m a preliminar de ilegitimidade passiva, pois nÃ£o mantÃ©m relaÃ§Ã£o direta com o consumidor final, cabendo ao fornecedor direto responder por eventuais danos. Ademais, argui a ocorrÃªncia de coisa julgada, pois a parte recorrida intentou aÃ§Ã£o anterior idÃªntica contra o fornecedor (Processo 0715141-37.2019.8.07.0016), nÃ£o tendo por ora obtido sucesso no cumprimento de sentenÃ§a. No mÃ©rito, sustenta que as reclamaÃ§Ãµes da parte recorrida sÃ£o relativas ao serviÃ§o prestado pela franqueada, portanto apenas a loja que lhe vendeu os produtos e supostamente nÃ£o prestou a devida assistÃªncia poderia responder pelos alegados danos. Alega que nÃ£o Ã© porque o contrato possui o logotipo da parte recorrente que esta terÃ¡ responsabilidade pelos atos praticados por suas franqueadas, sob pena de nunca encorajar que o contrato de franquia seja realizado. Assim, afirma inexistir razÃ£o para que a parte recorrente seja responsabilizada, mesmo porque as causas dos defeitos sequer foram comprovadas. Por fim, sustenta nÃ£o haver dano moral a ser compensado, menos ainda a cargo de quem nÃ£o deu causa a qualquer dissabor Ã parte recorrida. Pugna pela reforma da sentenÃ§a para que o feito seja extinto sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito ou para que os pedidos iniciais sejam julgados improcedentes. II. Recurso prÃ³prio, tempestivo e com preparo regular (ID 26296476). As contrarrazÃµes nÃ£o foram apresentadas (ID 20455098). III. NÃ£o merece prosperar a preliminar de incompetÃªncia do juizado especial para apreciar o feito. NÃ£o hÃ¡ complexidade probatÃ³ria quando os fatos podem ser provados por outros meios que nÃ£o a prova pericial. Ademais, ante a impossibilidade de realizaÃ§Ã£o de prova tÃ©cnica, uma vez que o produto defeituoso foi desinstalado, nÃ£o hÃ¡ cerceamento de defesa no indeferimento da prova. Preliminares de incompetÃªncia do juÃ-zo e de cerceamento de defesa rejeitadas. IV. Conforme estatui o artigo 337, Â§ 3Âº do CÃ³digo de Processo Civil, hÃ¡ coisa julgada quando se repete aÃ§Ã£o que jÃ¡ foi decidida por decisÃ£o transitada em julgado. Para que se considere que se trata de aÃ§Ã£o repetida Ã© preciso que haja a trÃ-plice identidade, entre partes, pedido e causa de pedir. No caso, embora o processo 0715141-37.2019.8.07.0016 tenha a mesma causa de pedir e pedido, nÃ£o se configura a coisa julgada, pois nÃ£o hÃ¡ identidade de partes. Preliminar de coisa julgada rejeitada. V. No que tange Ã preliminar de ilegitimidade passiva, prevalece em nosso ordenamento a teoria da asserÃ§Ã£o, de forma que essa condiÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o deve ser verificada Ã luz das afirmaÃ§Ãµes aduzidas na inicial. Assim, uma vez que a parte recorrida atribui Ã parte recorrente a responsabilidade solidÃ¡ria pelos danos cuja reparaÃ§Ã£o pretende obter, estÃ¡ presente a legitimidade passiva ad causam. Preliminar de ilegitimidade rejeitada. VI. Colhe-se dos autos que a parte recorrida adquiriu perante uma franqueada da parte recorrente uma sauna a vapor, a qual nÃ£o funcionou apÃ³s a instalaÃ§Ã£o, nÃ£o tendo recebido qualquer soluÃ§Ã£o apÃ³s meses de insistÃªncia da parte consumidora perante o fornecedor direto. Consta ainda que a falta de soluÃ§Ã£o do problema da sauna impedia a regular utilizaÃ§Ã£o do Ãºnico banheiro do imÃ³vel, pois em razÃ£o do espaÃ§o do banheiro o rejuntamento do vaso sanitÃ¡rio dependia da inspeÃ§Ã£o tÃ©cnica da sauna, o que deixou a casa com mau cheiro durante o tempo de espera da visita prometida pelo fornecedor (ID 26296445 - PÃ¡g. 4). VII. A relaÃ§Ã£o dos autos apresenta natureza consumerista, o que atrai a aplicaÃ§Ã£o do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, haja vista a caracterizaÃ§Ã£o das partes como consumidora e fornecedores de serviÃ§os, na forma preceituada nos artigos 2.Âº e 3.Âº da Lei 8.078/90.Â VIII. DispÃµe o artigo 18 da lei consumerista que a responsabilidade por vÃ-cios do produto Ã© solidÃ¡ria entre todos os integrantes da cadeia de fornecimento. AlÃ©m de solidÃ¡ria, a responsabilidade Ã© objetiva, de forma que o fornecedor responde pelos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes dos seus produtos ou serviÃ§os, independentemente da existÃªncia de culpa. Embora a parte recorrente afirme nÃ£o manter qualquer relaÃ§Ã£o com o consumidor final, certamente estÃ¡ inserida na cadeia de consumo. Ademais, segundo a jurisprudÃªncia do Superior Tribunal de JustiÃ§a, hÃ¡ responsabilidade solidÃ¡ria da franqueadora pelos danos decorrentes dos serviÃ§os prestados em razÃ£o da franquia (AgInt no AREsp 278.198/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÃJO, QUARTA TURMA, julgado em 18/06/2019, DJe 28/06/2019); (REsp 1.426.578/SP, Rel. Ministro MARCO AURÃLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe de 22.9.2015). Nesse sentido: "DIREITO DO CONSUMIDOR. RECURSO ESPECIAL. FRANQUIA. RESPONSABILIDADE CIVIL PERANTE TERCEIROS. APLICAÃÃO DO CDC. INCIDÃNCIA. 1. Os contratos de franquia caracterizam-se por um vÃ-nculo associativo em que empresas distintas acordam quanto Ã exploraÃ§Ã£o de bens intelectuais do franqueador e tÃªm pertinÃªncia estritamente inter partes. 2. Aos olhos do consumidor, trata-se de mera intermediaÃ§Ã£o ou revenda de bens ou serviÃ§os do franqueador - fornecedor no mercado de consumo, ainda que de bens imateriais. 3. Extrai-se dos arts. 14 e 18 do CDC a responsabilizaÃ§Ã£o solidÃ¡ria de

todos que participem da introduÃ§Ã£o do produto ou serviÃ§o no mercado, inclusive daqueles que organizem a cadeia de fornecimento, pelos eventuais defeitos ou vÃ-cios apresentados. Precedentes. 4. Cabe Ã s franqueadoras a organizaÃ§Ã£o da cadeia de franqueados do serviÃ§o, atraindo para si a responsabilidade solidÃ¡ria pelos danos decorrentes da inadequaÃ§Ã£o dos serviÃ§os prestados em razÃ£o da franquia. 5. Recurso especial nÃ£o provido." (REsp 1426578/SP, Rel. Ministro MARCO AURÃLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 22/09/2015) IX. Os documentos colacionados aos autos, em especial a troca de mensagens entre o fornecedor direto e a parte recorrida (ID 26296446 - PÃ¡g. 10-14) demonstram suficientemente a ocorrÃªncia da falha na prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o a cargo da franqueada, a qual restou assentada no Processo 0715141-37.2019.8.07.0016. Embora a parte recorrida nÃ£o tenha proposto aquele processo em face da parte recorrente, o parÃ¡grafo Ãºnico do artigo 275 do CÃ³digo Civil estabelece que a propositura de aÃ§Ã£o pelo credor contra um ou alguns dos devedores solidÃ¡rios nÃ£o implica renÃºncia Ã solidariedade. Assim, responde a parte recorrente pelos danos suportados pela parte recorrida em razÃ£o do vÃ-cio do produto e da falha da prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o da franqueada. X. NÃ£o hÃ¡ impugnaÃ§Ã£o quanto ao dano material, que consiste no preÃ§o do produto pago pela parte recorrida e nos reparos do banheiro decorrentes da desinstalaÃ§Ã£o do produto, os quais estÃ£o corretamente fixados na sentenÃ§a. XI. O dano moral estÃ¡ configurado, pois o vÃ-cio do produto e a falta de assistÃªncia do fornecedor impediram a regular utilizaÃ§Ã£o do Ãºnico banheiro do imÃ³vel, com isso frustrando os planos da parte recorrida e seu esposo de usufruÃ-rem com plenitude e conforto a casa que acabaram de construir. Somado a isso, houve o desgaste de meses na tentativa de soluÃ§Ã£o extrajudicial da situaÃ§Ã£o, o que configura dano moral pelo desvio produtivo do consumidor. Precedentes: (AcÃ³rdÃ£o n.1110813, 07029379220188070016, Relator: AISTON HENRIQUE DE SOUSA 1Âª Turma Recursal dos Juizados Especiais CÃ-veis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 20/07/2018); AcÃ³rdÃ£o 1306529, 07136860320208070016, Relator: SONÃRIA ROCHA CAMPOS D'ASSUNÃÃO,Â Primeira Turma Recursal, data de julgamento: 27/11/2020, publicado no PJe: 22/1/2021. PÃ¡g.:Â Sem PÃ¡gina Cadastrada.) AcÃ³rdÃ£o 1306529, 07136860320208070016, Relator: SONÃRIA ROCHA CAMPOS D'ASSUNÃÃO,Â Primeira Turma Recursal, data de julgamento: 27/11/2020, publicado no PJe: 22/1/2021. PÃ¡g.:Â Sem PÃ¡gina Cadastrada.); (AcÃ³rdÃ£o 1347429, 07003545320218070009, Relator: FERNANDO ANTONIO TAVERNARD LIMA,Â Terceira Turma Recursal, data de julgamento: 16/6/2021, publicado no PJe: 22/6/2021. PÃ¡g.:Â Sem PÃ¡gina Cadastrada.) XII. Recurso conhecido. Preliminares rejeitadas e nÃ£o provido. Custas recolhidas. Deixo de arbitrar honorÃ¡rios advocatÃ-cios ante a ausÃªncia de contrarrazÃµes. XIII. A sÃºmula de julgamento servirÃ¡ de acÃ³rdÃ£o, consoante disposto no artigo 46 da Lei nÂº 9.099/95. (AcÃ³rdÃ£o 1360520, 07538406320208070016, Relator: ANA CLAUDIA LOIOLA DE MORAIS MENDES,Â Segunda Turma Recursal, TJDFT, data de julgamento: 2/8/2021, publicado no DJE: 12/8/2021. PÃ¡g.:Â Sem PÃ¡gina Cadastrada.) APELAÃÃO CÃVEL - AÃÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO - AQUISIÃÃO DE BENS MÃVEIS - INCIDÃNCIA DO CÃDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - AGRAVO RETIDO - NÃO CONHECIDO - PRELIMINAR - ILEGITIMIDADE PASSIVA - FABRICANTE - CESSÃO DE CRÃDITO PARA INSTITUIÃÃO FINANCEIRA - RESPONSABILIDADE DOS INTEGRANTES DA CADEIA DE FORNECIMENTO - DEVER DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 18 DO CDC - NÃO ENTREGA DOS BENS - LUCROS CESSANTES - SUSPENSÃO DO CONTRATO LOCATÃCIO - DESEMBOLSO DE IPTU E TAXAS CONDOMINIAIS - COMPROVADO - DANOS EMERGENTES - RESTITUIÃÃO DAS PARCELAS PAGAS - DANO MORAL - CONFIGURADO - MANTIDO. Caracterizada relaÃ§Ã£o de consumo, aplicam-se ao julgamento as regras estabelecidas pelo CÃ³digo de Defesa do Consumidor. Ã requisito para conhecimento do agravo retido sua reiteraÃ§Ã£o expressa nas razÃµes de recurso ou nas contrarrazÃµes. A legitimidade para ser parte na relaÃ§Ã£o jurÃ-dica processual decorre do fato de estar alguÃ©m envolvido no conflito de interesses, independentemente da relaÃ§Ã£o jurÃ-dica material, e que, no desate da lide, suportarÃ¡ os efeitos da sentenÃ§a. Verificado o descumprimento do contrato pelas partes rÃ©s, devem todos os integrantes da cadeia de fornecimento responder solidariamente pelos danos, na forma do art. 18 do CDC. Ainda que o contrato de compra e venda do bem mÃ³vel tenha sido firmado apenas como revenda, o uso da logomarca no instrumento sinalizando o fabricante acarreta a legitimidade passiva deste na demanda em que se pleiteia indenizaÃ§Ã£o pela nÃ£o entrega do bem adquirido. Havendo cessÃ£o onerosa entre cedente e cessionÃ¡rio, ambos respondem solidariamente pelo inadimplemento contratual. Comprovado o pagamento de parcelas do valor contratado e a nÃ£o entrega do bem objeto do contrato deve ser restituÃ-do o valor. Se a parte autora deixou de receber aluguÃ©is, em razÃ£o do descumprimento da obrigaÃ§Ã£o pela parte rÃ©, e desembolsou valores para o pagamento de impostos e de taxas condominiais, deve ela ser indenizad a. Demonstrando o consumidor, por meio de elementos dos autos, ter sofrido angÃºstia e aborrecimentos, devido Ã nÃ£o entrega dos mÃ³veis, Ã© o caso de condenaÃ§Ã£o

do ofensor Ã reparaÃ§Ã£o de danos morais. A indenizaÃ§Ã£o a tÃ-tulo de dano moral deve ser fixada com observÃ¢ncia dos critÃ©rios de razoabilidade e proporcionalidade, considerando-se as peculiaridades do caso e tendo em vista os objetivos do instituto, quais sejam: compensar a vÃ-tima pelos prejuÃ-zos suportados, punir o agente pela conduta adotada e inibi-lo da prÃ¡tica de novos ilÃ-citos. Â (TJMGÂ -Â ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel Â 1.0024.14.283519-8/002, Relator(a): Des.(a) JosÃ© Augusto LourenÃ§o dos Santos , 12Âª CÃMARA CÃVEL, julgamento em 05/06/2019, publicaÃ§Ã£o da sÃºmula em 10/06/2019) No que se refere a incorreÃ§Ã£o do valor atribuÃ-do Ã causa, cumpre salientar que este JuÃ-zo jÃ¡ determinou a correÃ§Ã£o do montante inicialmente indicado pela parte (fls. 0112) e a parte inclusive jÃ¡ completou as custas devidas. Verifica-se dos autos que a parte autora comprovou ter adquirido diversos armÃ¡rios da marcaÂ EVIVA BERTOLINI na loja BAUHAUS COMERCIAL LTDA ME, os quais totalizaram R$120.000,00 (cento e vinte mil reais). Neste ponto, consta que o negÃ³cio foi realizado em 26 de setembro de 2012 e o prazo de entrega era de 30 a 45 dias uteis, conforme documento anexado Ã s fls. 017. Contudo, a consumidora alega que houve um atraso de 15 (quinze) meses para a entrega da porta dos armÃ¡rios adquiridos, portanto, pretende ser indenizada pelos prejuÃ-zos morais causados em decorrÃªncia da demora. Ã oportuno destacar que a rÃ© como prestadora de serviÃ§o estÃ¡ sujeita ao regime do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, assim a autora tem direito a facilitaÃ§Ã£o da defesa de seus direitos, inclusive, com a inversÃ£o do Ã´nus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critÃ©rio do juiz, for verossÃ-mil a alegaÃ§Ã£o (como no presente caso) ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinÃ¡rias de experiÃªncia (art. 6Âº, inciso VIII do CÃ³digo de Defesa do Consumidor). Os documentos anexados aos autos (correspondÃªncia eletrÃ´nica) comprovam que houve um atraso considerÃ¡vel na entrega dos mÃ³veis, sendo que o rÃ©u nÃ£o refutou a existÃªncia da demora, apenas o fabricante negou sua responsabilidade. Ora, cabia a rÃ© como prestadora de serviÃ§o e, portanto, sujeito ao regime jurÃ-dico do CDC provar que nÃ£o houve atraso na entrega do imÃ³vel, no entanto, nÃ£o contestou o pedido nem comprovou concretamente nos autos a entrega dos bens mÃ³veis, apenas negou sua responsabilidade, que Ã© inconteste por participar da cadeia produtiva, inclusive, com o nome estampado na nota fiscal. Conclui-se, entÃ£o, que o rÃ©u nÃ£o cumpriu seu Ã´nus, isto Ã©, provar que entregou pontualmente os mÃ³veis, por conseguinte, impÃµe-se a procedÃªncia do pedido de dano moral, uma vez que consubstanciada a falha prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o diante da demora excessiva na entrega dos moveis, que ultrapassa o limite da razoabilidade, a qual indiscutivelmente acarreta perturbaÃ§Ã£o, angÃºstia e afliÃ§Ã£o no comprador. Seguindo a mesma orientaÃ§Ã£o: Â APELAÃÃO CÃVEL - AÃÃO INDENIZATÃRIA - PRELIMINAR - ILEGITIMIDADE PASSIVA - AFASTADA - CADEIA DE FORNECEDORES - RESPONSABILIDADE DO FABRICANTE - DANO MATERIAL PARCIAL - PARÃMETRO NÃO DEMONSTRADO - SATISFATORIAMENTE - DANOS MORAIS - CONFIGURADOS -- RECURSO NÃO PROVIDO. Â - A legitimidade passiva Ã©, em princÃ-pio, definida como a qualidade necessÃ¡ria ao rÃ©u para figurar como sujeito responsÃ¡vel, em tese, pelo direito material controvertido, sendo que, para a sua configuraÃ§Ã£o Ã© necessÃ¡rio que aqueles que forem demandados sejam sujeitos da relaÃ§Ã£o jurÃ-dica de direito material trazida a juÃ-zo. Â - Cabe Ã parte autora desincumbir-se de seu Ã´nus probatÃ³rio nos termos do art. 373, I do CPC/15, caso contrÃ¡rio, impÃµe-se a manutenÃ§Ã£o da sentenÃ§a que julgou improcedente o pedido autoral. Â - Comprovada a falha na prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o, consubstanciada na entrega apenas de parte dos mÃ³veis adquiridos, associada Ã quebra de confianÃ§a, a perturbaÃ§Ã£o e a angÃºstia do comprador, oriunda das infrutÃ-feras tentativas de receber e instalar a mercadoria conforme acordado, alÃ©m da impossibilidade de se mudar para a casa nova, configuram transtornos passÃ-veis de indenizaÃ§Ã£o a tÃ-tulo de dano moral. Â - A indenizaÃ§Ã£o se mede pela extensÃ£o do dano, nos termos do art. 944 do CPC. Â (TJMGÂ -Â ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel Â 1.0024.10.146070-7/001, Relator(a): Des.(a) Amorim Siqueira , 9Âª CÃMARA CÃVEL, julgamento em 14/08/2018, publicaÃ§Ã£o da sÃºmula em 22/08/2018) APELAÃÃO CÃVEL - AQUISIÃÃO DE BENS MÃVEIS - ATRASO NA ENTREGA - RESTITUIÃÃO DE VALORES - FORMA SIMPLES - AUSÃNCIA DE MÃ-FÃ - DANO MORAL - INDENIZAÃÃO - REDUÃÃO - CABIMENTO - ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM - REVENDOR - FABRICANTE - SOLIDARIEDADE - CONFIGURAÃÃO. Ainda que o contrato de compra e venda do bem mÃ³vel tenha sido firmado apenas como revenda, o uso da logomarca no instrumento sinalizando o fabricante acarreta a legitimidade passiva deste na demanda em que se pleiteia indenizaÃ§Ã£o pelo atraso na entrega do bem adquirido. Comprovado o pagamento do valor contratado e a nÃ£o entrega do bem objeto do contrato deve ser restituÃ-do o valor desembolsado na forma simples, visto que nÃ£o comprovada a mÃ¡-fÃ©. Configuram-se danos morais se o descumprimento do contrato, representado pelo atraso na entrega do bem, ultrapassa os limites da razoabilidade. Ã possÃ-vel a reduÃ§Ã£o do quantum indenizatÃ³rio a tÃ-tulo de danos morais arbitrado na sentenÃ§a, se tal valor foi fixado de forma excessiva ou desproporcional. Â (TJMGÂ -Â ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel Â 1.0525.12.013035-2/001, Relator(a): Des.(a) JosÃ© Augusto LourenÃ§o dos Santos

, 12Âª CÃMARA CÃVEL, julgamento em 06/07/2016, publicaÃ§Ã£o da sÃºmula em 14/07/2016) Percebe-se, facilmente, entÃ£o, que o autor sofreu danos morais, em virtude das afliÃ§Ãµes, angÃºstias e sofrimentos causados pela excessiva demora na entrega dos armÃ¡rios, que gerou descredito no recebimento, no entanto, a indenizaÃ§Ã£o por danos morais deve ser fixada em termos razoÃ¡veis, nÃ£o se justificando que a reparaÃ§Ã£o venha a constituir-se em enriquecimento indevido, com manifestos abusos e exageros, devendo o arbitramento operar-se com moderaÃ§Ã£o, proporcionalmente ao grau de culpa e ao porte econÃ´mico das partes, orientando-se o juiz pelos critÃ©rios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudÃªncia, com razoabilidade, valendo-se de sua experiÃªncia e do bom senso, atento Ã realidade da vida e Ã s peculiaridades de cada caso. A prudÃªncia consistirÃ¡ em punir moderadamente o ofensor, para que o ilÃ-cito nÃ£o se torne, a este tÃ-tulo, causa de ruÃ-na completa. Mas em nenhuma hipÃ³tese, deverÃ¡ se mostrar complacente com o ofensor contumaz, que amiÃºde reitera ilÃ-citos anÃ¡logos. Como visto, o valor da indenizaÃ§Ã£o por danos morais deve atender ao seu carÃ¡ter dÃºplice: compensatÃ³rio da dor da vÃ-tima e punitivo do causador do dano, pelo que fixo o valor de R$7.000,00 (sete mil reais), como suficiente para reparar os danos morais suportados pela autora. Ante o exposto, julgo procedente o pedido da autora para condenar os rÃ©us a pagarem Ã autora uma indenizaÃ§Ã£o por dano moral no valor de R$7.000,00 (sete mil reais) acrescida de correÃ§Ã£o monetÃ¡ria pelo IGPM desde a data da fixaÃ§Ã£o e juros de mora de 1% (um por cento) ao mÃªs a partir da citaÃ§Ã£o (constituiÃ§Ã£o em mora). Enfim, julgo extinto o presente processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do art. 487, inciso I do CÃ³digo de Processo Civil. Condeno, ainda, o rÃ©u a pagar as despesas e custas processuais, assim como, os honorÃ¡rios advocatÃ-cios que arbitro em 10% (dez por cento) do valor da condenaÃ§Ã£o, com fundamento no art. 85 e seguintes do CÃ³digo de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intime-se. BelÃ©m, 17 de novembro de 2021 Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00238063320058140301 PROCESSO ANTIGO: 20051076804 5 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Cumprimento de sentença em: 18/11/2021 AUTOR:BANCO ITAU SA Representante(s): OAB 13727 - THIAGO GLAYSON RODRIGUES DOS PASSOS (ADVOGADO) OAB 12306 - ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA GOMES (ADVOGADO) JOAO BRASIL BATISTA DE CASTRO (ADVOGADO) OAB 11831 - VANESSA SANTOS LAMARAO (ADVOGADO) OAB 12008 - MAURA POLIANA SILVA RIBEIRO (ADVOGADO) REU:IZILENE LOPES FERREIRA Representante(s): ALBERTINI ULTIMO DA ROCHA ATHAIDE OAB/PA 7636 (ADVOGADO) IZILENE FERREIRA (ADVOGADO) MARCIA MODESTO BITENCOURT (ADVOGADO) . Trata-se de AÃ§Ã£o de Busca e ApreensÃ£o ajuizada por Banco ItaÃº S.A. em face de IzileneÂ Lopes Ferreira, na qual o pedido do autor foi julgado improcedente, alÃ©m de revogada a liminarÂ deferida. Em suma, foi determinada a devoluÃ§Ã£o do veÃ-culo Ã requerida, nos termos da sentenÃ§a proferida nos autos (fls. 0133/0135). Em seguida, foi certificado o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a, ocasiÃ£o em que o banco foi intimado a restituir o veÃ-culo sob pena de multa diÃ¡ria, no entanto, informou a venda do bem em leilÃ£o depositando em juÃ-zo valor de R$9.200,00 (nove mil e duzentos reais) correspondente ao preÃ§o da alienaÃ§Ã£o, objetivando a quitaÃ§Ã£o da obrigaÃ§Ã£o. A rÃ©, porÃ©m, discordou do depÃ³sito realizado pela parte, afirmando que o valor das perdas e danos alcanÃ§ava R$443.601,45 (quatrocentos e quarenta e trÃªs mil, seiscentos e um reais e quarenta e cinco centavos), acrescido da multa diÃ¡ria fixada na fase do cumprimento de sentenÃ§a e da multa de 1% (um por cento) por litigÂ¢ncia de mÃ¡-fÃ© estabelecida na decisÃ£o de fls. 0194, sobrevindo decisÃ£o indeferindo o pedido da parte, por pretender executar valores nÃ£o contidos na sentenÃ§a e, ainda, revogando as multas estabelecidas em face do autor (fls. 0392/0393). Desta decisÃ£o a requerida interpÃ´s agravo de instrumento no prazo legal, tendo o juÃ-zo recursal determinado que o valor das perdas e danos fosse apurado por meio de liquidaÃ§Ã£o da sentenÃ§a por artigos, cujo montante deveria corresponder ao valor do bem devidamente corrigido Ã Ã©poca do trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a, momento em que a obrigaÃ§Ã£o de fazer (devoluÃ§Ã£o do bem) tornou-se exigÃ-vel e foi convertida em perdas e danos gerando o dever de indenizar. Ademais, revogou a astreint fixada pelo juÃ-zo de primeiro grau, mantendo, apenas, a multa de 1% (um por cento) por litigÂ¢ncia de mÃ¡-fÃ©. Nesse contexto, a rÃ©/credora pleiteou o cumprimento da sentenÃ§a quanto aos valores devidos pelo banco a tÃ-tulo de honorÃ¡rios da sucumbÃªncia e da multa por litigÂ¢ncia por mÃ¡-fÃ©, que afirmava alcanÃ§ar o montante de R$7.099,11 (nove mil, noventa e nove reais e onze centavos), bem como requereu a liquidaÃ§Ã£o por arbitramento da parte ilÃ-quida da decisÃ£o, com fundamento no art. 509 e seguinte do CPC/15, com vistas Ã nomeaÃ§Ã£o de perito para apontar o valor atualizado do veÃ-culo a ser convertido em perdas e danos. Todavia, em face da impossibilidade de cumprimento simultÂ¢neo da parte lÃ-quida e ilÃ-quida da sentenÃ§a, a parte foi intimada a formular o seu pedido de liquidaÃ§Ã£o em autos apartados, nos termos do art. 509 do CÃ³digo de Processo Civil, prosseguindo-se o presente processo, exclusivamente, quanto ao cumprimento da parte lÃ-quida da sentenÃ§a, nos termos da decisÃ£o de fls. 0638/0639. O executado,

regularmente intimado para cumprir a obrigaÃ§Ã£o, nÃ£o efetuou o pagamento da parte lÃ-quida da sentenÃ§a, conforme certidÃ£o que consta nos autos (fls. 0663), ocasiÃ£o em que a exequente comunicou a revogaÃ§Ã£o dos poderes de seu procurador (0644) e, em causa prÃ³pria, apresentou petiÃ§Ã£o requerendo o bloqueio eletrÃ´nico de valores, juntando planilha atualizada do dÃ©bito no montante de R$16.802,43 (dezesseis mil, oitocentos e dois reais e quarenta e trÃªs centavos). AlÃ©m do que, requereu o levantamento do valor depositado pelo banco referente Ã venda do veÃ-culo. Ora, sabe-se que o valor correspondente aos honorÃ¡rios da sucumbÃªncia pertence ao procurador ou Ã sociedade de advogados que atuou no processo na fase de conhecimento da aÃ§Ã£o, ainda que seus poderes tenham sido revogados pela parte. No caso vertente, observa-se que o procurador da Sra. Eziene Lopes Ferreira iniciou o cumprimento de sentenÃ§a na forma prevista em lei, contudo, a requerida/credora revogou os poderes de seu antigo advogado e, em causa prÃ³pria, pleiteou a penhora de saldo bancÃ¡rio e aplicaÃ§Ãµes nas contas do executado, juntando o cÃ¡lculo atualizado do dÃ©bito. Resta evidente, entÃ£o, que a exequente nÃ£o possui legitimidade para postular, em causa prÃ³pria, o cumprimento de sentenÃ§a referente aos honorÃ¡rios advocatÃ-cios de sucumbÃªncia e que foi iniciado por seu antigo procurador, uma vez que nÃ£o participou como advogada na fase de conhecimento do processo, cujo montante Ã© devido ao seu advogado que atuou no feito. Nesse sentido: `AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÃA. HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS DE SUCUMBÃNCIA. NÃO POSSUI LEGITIMIDADE PARA EXECUTAR OS HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS DE SUCUMBÃNCIA ADVOGADO QUE NÃO PARTICIPOU DA FASE ONDE ESTES FORAM ESTIPULADOS. TRATANDO-SE A LEGITIMIDADE ATIVA DE CONDIÃÃO DA AÃÃO, PODE SER ARGUIDA A QUALQUER TEMPO E, ATÃ MESMO, CONHECIDA DE OFÃCIO. NEGARAM PROVIMENTO. UNÃNIMEÂ¿ (Agravo de Instrumento, NÂº 50686414720208217000, Oitava CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Julgado em: 10-06-2021) Nesse viÃ©s, caberÃ¡ Ã parte prosseguir com o pedido de cumprimento de sentenÃ§a, exclusivamente, quanto ao valor da multa por litigÃ¢ncia de mÃ¡-fÃ© correspondente a 1% (um por cento) sobre o valor da causa fixada pelo juÃ-zo, uma vez que tal montante pertence Ã parte que sofreu os efeitos da aÃ§Ã£o do litigante de mÃ¡-fÃ©, senÃ£o vejamos: `AGRAVO DE INSTRUMENTO. INVENTÃRIO. CONDENAÃÃO POR LITIGÃNCIA DE MÃ-FÃ. PRESCRIÃÃO. INOCORRÃNCIA. BASE DE CÃLCULO. INCIDÃNCIA DE JUROS MORATÃRIOS. CABIMENTO. 1. InocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o quinquenal, uma vez que, Ã espÃ©cie, nÃ£o se aplica, ainda que por analogia, o disposto no Decreto nÂº 20.910/32, jÃ¡ que, ao contrÃ¡rio da multa por ato atentatÃ³rio Ã dignidade da justiÃ§a (art. 77, IV, Â§ 1Âº, do CPC), que se destina aos cofres pÃºblicos, a multa por litigÃ¢ncia de mÃ¡-fÃ© decorre de dano processual Ã© revertida em favor da parte prejudicada, estando, portanto, sujeita ao prazo decenal (art. 205 do CCB). 2. Considerando que a multa foi fixada em 1% sobre o monte-mor, e nÃ£o sobre o monte partilhÃ¡vel (heranÃ§a lÃ-quida), a meaÃ§Ã£o integra a base de cÃ¡lculo, cujo valor a ser considerado Ã© o atribuÃ-do pela Fazenda PÃºblica. ManutenÃ§Ã£o da a incidÃªncia dos juros, consectÃ¡rio legal da mora dos devedores, conforme orientam os arts. 394, 395 e 397 do CCB. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDOÂ¿ (Agravo de Instrumento, NÂº 70081665788, Oitava CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Ricardo Moreira Lins Pastl, Julgado em: 22-08-2019). Enfim, Ã© importante destacar que a multa por litigÃ¢ncia estÃ¡ sujeita Ã incidÃªncia de juros de mora, que tem como termo inicial o trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o que a fixou, conforme entendimento jÃ¡ firmado de nossos tribunais, dentre os quais: `AGRAVO DE INSTRUMENTO. LITIGÃNCIA DE MÃ-FÃ. TERMO INICIAL PARA CORREÃÃO MONETÃRIA E JUROS. 1. A incidÃªncia dos juros e da correÃ§Ã£o monetÃ¡ria Ã© decorrÃªncia lÃ³gica de toda e qualquer condenaÃ§Ã£o. 2. NÃ£o hÃ¡ dÃºvida, portanto, de que a penalidade por litigÃ¢ncia de mÃ¡-fÃ© Ã© tambÃ©m corrigida monetariamente a partir da data de seu arbitramento, ou seja, desde a data, no caso em exame, da publicaÃ§Ã£o da decisÃ£o proferida nos embargos de declaraÃ§Ã£o que fixou, em definitivo, o valor da condenaÃ§Ã£o por litigÃ¢ncia de mÃ¡-fÃ©. 3. TambÃ©m, e pelo mesmo fundamento, incidem juros de mora sobre a penalidade por litigÃ¢ncia de mÃ¡-fÃ©, desde que, Ã© Ã³bvio, haja mora do devedor, com termo inicial a partir do momento em que se verifique a exigibilidade da condenaÃ§Ã£o, ou seja, desde o trÃ¢nsito em julgado da mesma decisÃ£o que fixou a penalidadeÂ¿ DESPROVIMENTO DO RECURSO (0014007-94.2020.8.19.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO. Des(a). JOSÃ CARLOS MALDONADO DE CARVALHO - Julgamento: 03/12/2020 - PRIMEIRA CÃMARA CÃVEL). Ante o exposto, intime-se a rÃ©/credora para apresentar nova planilha do dÃ©bito, que deve contemplar, apenas, o valor da multa por litigÃ¢ncia por mÃ¡-fÃ©, com vistas ao bloqueio eletrÃ´nico de valores. Por outro lado, proceda-se a transferÃªncia do valor depositado pelo autor Ã s fls. 073 para conta judicial junto ao Banco do Estado do ParÃ¡. Intime-se. BelÃ©m, 12 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Â¿o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. O

referido Ã© verdade e dou fÃ©. PROCESSO: 00247577620148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Inventário em: 18/11/2021 INVENTARIANTE:JOSE HUMBERTO VIANNA LONGO Representante(s): OAB 16908 - THIEGO FERREIRA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 16819 - SILENE CASTELO BRANCO DA FONSECA (ADVOGADO) INVENTARIADO:WALDEMAR ANTONIO LONGO INTERESSADO:MARLENE DA SILVA SOUZA Representante(s): OAB 14110 - SERGIO LEITE CARDOSO FILHO (ADVOGADO) . Ã¡Trata-se de AÃ§Ã£o de InventÃ¡rio dos bens deixados por falecimento de Waldemar AntÃ´nio Longo, em que foi nomeado inventariante o Sr. JosÃ© Humberto Vianna Longo, que prestou compromisso Ã s fls. 051, assim como, primeiras declaraÃ§Ãµes que foram anexadas Ã s fls. 052/056. No caso em anÃ¡lise, o falecido era separado de fato da Sra. Angelina de Jesus Vianna, deixando como seus legÃ-timos sucessores os seus filhos: CecÃ-lia Santos Longo, JoÃ£o Vicente Vianna Longo e JosÃ© Humberto Vianna Longo, todos devidamente habilitados nos autos, conforme instrumentos de procuraÃ§Ã£o de fls. 014, 017 e 020. Ademais, o falecido deixou companheira a Sra. Marlene da Silva Souza, jÃ¡ habilitada nos autos, a quem legou parte de seus bens, conforme escritura pÃºblica de testamento de fls. 012/013, cujo documento jÃ¡ foi devidamente aberto e cumprido, conforme cÃ³pia integral do processo nÂº 0024757-76.2014.814.0301 (doc. fls. 0107/095). Por conseguinte, citada a Fazenda PÃºblica Estadual, a mesma requereu a intimaÃ§Ã£o do Inventariante para que providencie um rol de documentos indispensÃ¡veis para apuraÃ§Ã£o do valor do ITCMD, conforme fls. 0413/0416. Enquanto, citada a Fazenda PÃºblica Municipal, informou ter encontrado dÃ©bitos junto Ã SEFIN referentes ao imÃ³vel de insc. municipal nÂº 014/ 34883/ 42/ 61/ 0061/ 000/ 022 Â¿ 72, dos anos de 2017 e 2018 no valor R$ 2.398,67 (dois mil, trezentos e noventa e oito reais e sessenta e sete centavos) Ã s fls. 0423, requerendo a habilitaÃ§Ã£o do dÃ©bito nos presentes autos. Por outro lado, citada a Fazenda PÃºblica Federal, informou que foram encontrados dÃ©bitos fiscais no valor de R$1.407,20 (um mil, quatrocentos e sete reais e vinte centavos), referente ao inventariado, Ã s fls. 0427/0428. Em seguida, o JuÃ-zo da 6Âª Vara Federal da SeÃ§Ã£o JudiciÃ¡ria do ParÃ¡, requereu a penhora no rosto dos presentes autos, visto a existÃªncia de dÃ©bito fiscal no valor de R$31.691,00 (trinta e um mil e seiscentos e noventa e um reais) referente ao herdeiro JoÃ£o Vicente Vianna Longo (fls. 0437). Desse modo, foi procedida a penhora no rosto destes autos atÃ© o limite do valor devido pelo mesmo, conforme certidÃ£o de fls. 0445. Assim sendo, intime-se o inventariante para providenciar o rol de documentos indispensÃ¡veis para apuraÃ§Ã£o do valor do ITCMD, a ser entregue no endereÃ§o fornecido Ã s fls. 0415 e, posteriormente, a junÃ§Ã£o do comprovante, bem como recolher as custas necessÃ¡rias para pesquisa eletrÃ´nica de valores nas contas do inventariado. Intime-se. BelÃ©m, 18 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares Â JuÃ-za de Direito CERTIDÃO Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicada no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00250152320068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610728535 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Petição Cível em: 18/11/2021 INTERESSADO:MARIA DE NAZARETH PINTO DE CARVALHO Representante(s): OAB 5087 - VERA LUCIA FARACO MACIEL (ADVOGADO) OAB 2424 - MIGUEL OVIDIO CORREA BATISTA (ADVOGADO) INVENTARIADO:MARIA ELIZABETH PINTO CARVALHO INVENTARIADO:MANOEL JESUS DE CARVALHO INVENTARIANTE:OTAVIO PINTO DE CARVALHO. Trata-se de AÃ§Ã£o de InventÃ¡rio dos bens deixados por falecimento de Maria Elizabeth dos Santos Monteiro, em que foi nomeado inventariante o Sr. OtÃ¡vio Pinto de Carvalho que, devidamente intimado, nÃ£o prestou compromisso nem termo de primeiras declaraÃ§Ãµes no prazo legal, conforme certidÃ£o de fls. 058. No caso concreto, a falecida era viÃºva e deixou como seus sucessores os seguintes filhos: Odeth, OtÃ¡vio, NazarÃ© e Eduardo, sendo informado que este Ãºltimo Ã© falecido e deixou descendentes. Por outro lado, observa-se que nÃ£o consta nos autos a certidÃ£o de Ã³bito do sucessor falecido Eduardo Pinto de Carvalho e o endereÃ§o de seus descendentes, bem como a certidÃ£o atualizada do cartÃ³rio de imÃ³veis do bem inventariado. Assim sendo, chamo Ã ordem o feito e determino que o inventariante emende a inicial, no prazo improrrogÃ¡vel de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petiÃ§Ã£o inicial (art. 321, parÃ¡grafo Ãºnico do NCPC), anexando: - certidÃ£o atualizada do cartÃ³rio de imÃ³veis; certidÃ£o de Ã³bito do sucessor falecido e o endereÃ§o de seus descendentes e, por fim, prestar compromisso e termo de primeiras declaraÃ§Ãµes. Intime-se. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares Â JuÃ-za de Direito CERTIDÃO Certifico que a decisÃ£o acima foi resenhada em ___/___/2021 e publicada no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00267687220108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010409725 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Inventário em: 18/11/2021 INVENTARIANTE:MARIA AUXILIADORA DIAS PINHEIRO

Representante(s): ANDREA BARRETO RICARTE DE OLIVEIRA FARIAS - DEF. PUBLICO (ADVOGADO) INVENTARIADO:MARIA DE LOURDES DIAS PINHEIRO. Trata-se de AÃ§Ã£o de InventÃ¡rio dos bens deixados por falecimento de Maria de Lourdes Dias Pinheiro, em que foi nomeada inventariante a Sra. Maria Auxiliadora Dias Pinheiro, que prestou compromisso Ã s fls.053 e primeiras declaraÃ§Ãµes de fls.054/055. Verifica-se dos autos que o mandado de citaÃ§Ã£o dos herdeiros do EspÃ³lio de Manoel Dias Pinheiro nÃ£o foi cumprido (fls.095), tendo sido certificado pelo Sr. Oficial que nÃ£o localizou o nÃºmero do imÃ³vel (nÂº 46), contudo, o aviso de recebimento encaminhado ao mesmo endereÃ§o retornou devidamente recebido (fls.097) pela inventariante. Ademais, a Defensoria PÃºblica informou Ã s fls.099 que o endereÃ§o estÃ¡ correto e requereu a renovaÃ§Ã£o da diligÃªncia de citaÃ§Ã£o. Assim sendo, cumpra-se a decisÃ£o de fls.093, desentranhando-se o mandado de citaÃ§Ã£o de fls.066 para seu integral cumprimento no endereÃ§o fornecido Ã s fls.099 (Passagem MarcÃ-lio Dias, nÂº 46, entre Travessas Breves e Bernardo SayÃ£o). Por outro lado, oficie-se a Secretaria do PatrimÃ´nio da UniÃ£o no ParÃ¡ - SPU, informando acerca do ajuizamento da presente aÃ§Ã£o, em que os herdeiros da ocupante/inventariada pretendem a transferÃªncia da ocupaÃ§Ã£o do imÃ³vel, bem como, para que esclareÃ§am como se dÃ¡ este procedimento, encaminhando-se cÃ³pia de fls.050/051. Intime-se. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00269807120058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510875824 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Cumprimento de sentença em: 18/11/2021 AUTOR:EDILSON ARAUJO DOS SANTOS REU:INES TEIXEIRA FARIAS Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) ANTONIO JORGE TEIXEIRA FARIAS (ADVOGADO) AUTOR:MARIA LUCIA DA SILVA PIMENTEL Representante(s): OAB 5834 - LUIZA DE MARILAC CAMPELO (ADVOGADO) ADVOGADO:ALINE MARIA MENEZES DE SOUZA. Realizada a tentativa de penhora on-line de dinheiro em depÃ³sito ou em aplicaÃ§Ã£o financeira, verificou-se a inexistÃªncia de saldo para o pagamento da obrigaÃ§Ã£o. Ademais, ressalte-se que a busca e a localizaÃ§Ã£o de bens do devedor passÃ-veis de penhora Ã© Ã´nus do credor. AlÃ©m disso, qualquer pessoa, mediante o pagamento de taxa, pode consultar registros e requerer certidÃ£o junto aos CartÃ³rios ImobiliÃ¡rios. Assim sendo, intime-se o credor para indicar bens do devedor passÃ-veis de penhora no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o por nÃ£o localizaÃ§Ã£o de bens, conforme determinado no art.921, III do CPC. Ultrapassado o referido prazo voltem os autos conclusos. Por fim, determino o sigilo nos presentes autos uma vez que consta informaÃ§Ãµes fiscais pessoais do devedor. Intime-se. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito CERTIDÃO Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00269807120058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510875824 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Cumprimento de sentença em: 18/11/2021 AUTOR:EDILSON ARAUJO DOS SANTOS REU:INES TEIXEIRA FARIAS Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) ANTONIO JORGE TEIXEIRA FARIAS (ADVOGADO) AUTOR:MARIA LUCIA DA SILVA PIMENTEL Representante(s): OAB 5834 - LUIZA DE MARILAC CAMPELO (ADVOGADO) ADVOGADO:ALINE MARIA MENEZES DE SOUZA. Trata-se de Cumprimento de SentenÃ§a em que o devedor, regularmente intimado, nÃ£o efetuou o pagamento da obrigaÃ§Ã£o no prazo legal, assim sendo, defiro o pedido de penhora on-line via BacenJud e InfoJud. Intime-se. BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito CERTIDÃO Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00282067620138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 18/11/2021 EXEQUENTE:BANCO ITAU SA Representante(s): OAB 11831 - VANESSA SANTOS LAMARAO (ADVOGADO) OAB 16.814-A - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) EXECUTADO:AUTO POSTO NILSON PEREIRA LTDA Representante(s): OAB 14540 - RAIMUNDO NONATO DA TRINDADE SOUZA (ADVOGADO) EXECUTADO:NILSON SOARES PEREIRA. Vistos etc, AUTO POSTO NILSON PEREIRA LTDA e NILSON SOARES PEREIRA, devidamente qualificados nos autos, por intermÃ©dio de procurador judicial, apresentaram exceÃ§Ã£o de prÃ©-executividade nos autos da aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o movida contra si por BANCO ITAU S/A, igualmente identificado. Em suma, os executados alegaram a ausÃªncia de tÃ-tulo

que represente obrigaÃ§Ã£o lÃ-quida, certa e exigÃ-vel, assim requereu a declaraÃ§Ã£o de nulidade da execuÃ§Ã£o e a extinÃ§Ã£o do processo. Por fim, o exequente foi intimado e apresentou resposta Ã s fls. 0280/0286, pugnando pela rejeiÃ§Ã£o da exceÃ§Ã£o, uma vez que a cÃ©dula de crÃ©dito bancÃ¡rio constitui tÃ-tulo executivo extrajudicial. Neste ponto, inclusive, transcreveu jurisprudÃªncia pÃ¡tria. Ã o relatÃ³rio. Decido. Trata-se de ExceÃ§Ã£o de prÃ©-executividade, em que o executado sustenta a ausÃªncia de tÃ-tulo que represente obrigaÃ§Ã£o lÃ-quida, certa e exigÃ-vel. Inicialmente, cabe frisar que pela estreita via da exceÃ§Ã£o de prÃ©-executividade somente se pode discutir a nulidade do tÃ-tulo executivo e a ausÃªncia das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, senÃ£o vejamos: AGRAVO (ART. 557, Â§ 1Âº, DO CPC). PROCESSUAL CIVIL. EXCEÃÃO DE PRÃ-EXECUTIVIDADE. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. INOCORRÃNCIA. A interposiÃ§Ã£o da exceÃ§Ã£o de prÃ©-executividade Ã© restrita Ã matÃ©ria que diz respeito com a ausÃªncia de condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o ou nulidade do tÃ-tulo executivo. Caso concreto em que a parte instrumentalizou a objeÃ§Ã£o com nÃ-tido propÃ³sito de paralisaÃ§Ã£o da execuÃ§Ã£o sem que tenha se insurgido acerca de qualquer matÃ©ria de ordem pÃºblica ou condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, senÃ£o quanto ao excesso de execuÃ§Ã£o. RejeiÃ§Ã£o liminar mantida. Precedentes jurisprudenciais. Ã UNANIMIDADE. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. (Agravo NÂº 70053361036, Nona CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Tasso Caubi Soares Delabary, Julgado em 13/03/2013) AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÃCIOS JURÃDICOS BANCÃRIOS. EXECUÃÃO DE TÃTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. EXCEÃÃO DE PRÃ-EXECUTIVIDADE. REQUISITOS. A exceÃ§Ã£o de prÃ©-executividade nÃ£o Ã© o remÃ©dio jurÃ-dico apropriado para a discussÃ£o de questÃµes peculiares aos embargos do devedor. Apenas se presta ao exame de matÃ©rias processuais que se relacionem com os pressupostos processuais, condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o ou nulidades e defeitos formais flagrantes do tÃ-tulo executivo, pois neste meio de defesa nÃ£o se abre oportunidade para ampla produÃ§Ã£o de provas. Logo, nÃ£o se insere nesse contexto a alegaÃ§Ã£o de excesso de execuÃ§Ã£o, matÃ©ria de cogniÃ§Ã£o prÃ³pria dos embargos do devedor. Inviabilidade de apreciaÃ§Ã£o da causa jurÃ-dica subjacente em sede de exceÃ§Ã£o de prÃ©-executividade. NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO POR DECISÃO MONOCRÃTICA DO RELATOR. (Agravo de Instrumento NÂº 70053245353, DÃ©cima Oitava CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Pedro Celso Dal Pra, Julgado em 22/02/2013) Assim, por meio da exceÃ§Ã£o somente se pode discutir a nulidade do tÃ-tulo do tÃ-tulo executivo, que embasa a execuÃ§Ã£o, sendo que na situaÃ§Ã£o em anÃ¡lise nÃ£o existe qualquer nulidade na aÃ§Ã£o executiva, tendo em vista que foi anexada a cÃ©dula de crÃ©dito bancÃ¡rio de fls. 021/026, acompanhada do demonstrativo acerca dos valores utilizados pelo cliente, que constitui tÃ-tulo executivo extrajudicial. Ã oportuno salientar que o Superior Tribunal de JustiÃ§a jÃ¡ pacificou o entendimento de que a cÃ©dula de crÃ©dito bancÃ¡rio tem natureza de tÃ-tulo executivo, exprimindo obrigaÃ§Ã£o lÃ-quida e certa, por forÃ§a do disposto na Lei n. 10.931/2004. Neste sentido: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS Ã EXECUÃÃO. CÃDULA DE CRÃDITO BANCÃRIO. LEGITIMIDADE ATIVA. TÃTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL LÃQUIDO, CERTO E EXIGÃVEL. HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS. QUANTUM. RAZOABILIDADE. REVISÃO DE MATÃRIA FÃTICO-PROBATÃRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÃMULA 07/STJ. AUSÃNCIA DE FUNDAMENTOS QUE JUSTIFIQUEM A ALTERAÃÃO DA DECISÃO RECORRIDA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (AgInt no AREsp 1298749/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/09/2021, DJe 29/09/2021) AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÃTICA DA PRESIDÃNCIA DESTA CORTE QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÃNCIA DA PARTE EXECUTADA. 1. Conforme a jurisprudÃªncia deste Tribunal Superior, a cÃ©dula de crÃ©dito bancÃ¡rio tem natureza de tÃ-tulo executivo, exprimindo obrigaÃ§Ã£o lÃ-quida e certa, por forÃ§a do disposto na Lei n. 10.931/2004. 1.1. A reforma do aresto originÃ¡rio, para modificar a convicÃ§Ã£o formada nas instÃ¢ncias ordinÃ¡rias quanto Ã cÃ©dula de crÃ©dito bancÃ¡rio preencher os requisitos da certeza, liquidez e exigibilidade demandaria o reexame de fatos e provas. IncidÃªncia da SÃºmula 7/STJ, aplicÃ¡vel tambÃ©m Ã alegaÃ§Ã£o de dissÃ-dio jurisprudencial. 2. A aplicaÃ§Ã£o da multa prevista no art. 1.021, Â§ 4Âº, do CPC/15 pressupÃµe que a interposiÃ§Ã£o do recurso possa ser tida como abusiva ou protelatÃ³ria. No caso em tela, nÃ£o se vislumbra a hipÃ³tese de penalizar a parte agravante. 3. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1492696/MT, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe 27/11/2019) AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS Ã EXECUÃÃO. CÃDULA DE CRÃDITO BANCÃRIO. TÃTULO EXECUTIVO HÃGIDO. REVISÃO. LEGALIDADE DA TAXA DE JUROS REMUNERATÃRIOS CONTRATADA. EXISTÃNCIA DE PACTO DE CAPITALIZAÃÃO DE JUROS. COMISSÃO DE PERMANÃNCIA. CONSTITUIÃÃO EM MORA. REEXAME DE PROVAS. AUSÃNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FALTA DE IMPUGNAÃÃO A FUNDAMENTO DO ACÃRDÃO RECORRIDO. 1.

NÃ£o cabe, em recurso especial, reexaminar matÃ©ria fÃ¡tico-probatÃ³ria e a interpretaÃ§Ã£o de clÃ¡usulas contratuais (SÃºmulas 5 e 7/STJ). 2. A cÃ©dula de crÃ©dito bancÃ¡rio Ã© tÃ-tulo executivo extrajudicial. Precedentes. 3. NÃ£o tendo havido o prequestionamento dos temas ventilados no recurso especial, incide a SÃºmula 211/STJ. 4. InviÃ¡vel o recurso especial que nÃ£o impugna os fundamentos do acÃ³rdÃ£o recorrido (SÃºmula 283/STF). 5. Nos contratos bancÃ¡rios nÃ£o se aplica a limitaÃ§Ã£o da taxa de juros remuneratÃ³rios em 12% ao ano, nÃ£o se podendo aferir a exorbitÂ¢ncia da taxa apenas com base na estabilidade econÃ´mica do paÃ-s, sendo necessÃ¡ria a demonstraÃ§Ã£o, no caso concreto, de que a referida taxa diverge da mÃ©dia de mercado. 6. Ã permitida a capitalizaÃ§Ã£o de juros em periodicidade inferior Ã anual desde que expressamente pactuada, sendo suficiente para a sua cobranÃ§a a previsÃ£o de taxa de juros anual superior ao duodÃ©cuplo da mensal (SÃºmulas 539 e 541/STJ). Precedentes. 7. Ã legal a cobranÃ§a da comissÃ£o de permanÃªncia na fase de inadimplÃªncia, desde que nÃ£o cumulada com correÃ§Ã£o monetÃ¡ria, juros remuneratÃ³rios, multa contratual e juros moratÃ³rios (SÃºmulas 30, 294 e 472/STJ). Precedentes. 8. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1760547/SC, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 07/06/2019) PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUPRESSÃO DE INSTÃNCIA. AUSÃNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. CÃDULA DE CRÃDITO BANCÃRIO. LIQUIDEZ. TESE FIRMADA EM RECURSO REPETITIVO. DECISÃO MANTIDA. 1. A simples indicaÃ§Ã£o dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acÃ³rdÃ£o recorrido, mesmo apÃ³s a oposiÃ§Ã£o de embargos declaratÃ³rios, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento. IncidÃªncia da SÃºmula n. 211/STJ. 2. Segundo tese firmada em recurso repetitivo, n. 576, a cÃ©dula de crÃ©dito bancÃ¡rio tem forÃ§a executiva, devendo ser acompanhada de claro demonstrativo acerca dos valores utilizados pelo cliente, o que se verificou. 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1411098/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 16/05/2019, DJe 29/05/2019) Por fim, cumpre salientar que nÃ£o cabe a discussÃ£o acerca da legalidade da capitalizaÃ§Ã£o dos juros e da taxa de juros remuneratÃ³rios na estreita via da presente exceÃ§Ã£o. Ante o exposto, rejeito a exceÃ§Ã£o apresentada pelo executado, haja vista que inexiste qualquer vÃ-cio na presente execuÃ§Ã£o, na medida em que a cÃ©dula de crÃ©dito bancÃ¡rio tem forÃ§a executiva por representar obrigaÃ§Ã£o lÃ-quida, certa e exigÃ-vel. Intime-se o exequente para apresentar o cÃ¡lculo atualizado da condenaÃ§Ã£o, assim como, requerer o prosseguimento da execuÃ§Ã£o indicando bens Ã Â penhora e recolhendo as custas devidas para a realizaÃ§Ã£o da penhora solicitada. BelÃ©m, 18 de novembro de 2021 Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00308903720148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Inventário em: 18/11/2021 INVENTARIANTE:MARIA DE FATIMA DUARTE SANTOS Representante(s): OAB 4199 - OSCAR MARIA DE ALENCAR FERNANDES (ADVOGADO) OAB 3092 - FERNANDO BRASIL (ADVOGADO) OAB 28279 - ALEXANDRE SANTOS FERNANDES (ADVOGADO) INVENTARIADO:ADELIA DA CONCEICAO DUARTE SANTOS. Trata-se de AÃ§Ã£o de inventÃ¡rio dos bens deixados por falecimento de AdÃ©lia da ConceiÃ§Ã£o Duarte dos Santos, na qual seus dois filhos maiores de nome Maria de FÃ¡tima Duarte Santos e Luiz OtÃ¡vio Duarte Santos pretendem a partilha amigÃ¡vel dos imÃ³veis e valores deixados pela extinta na forma legal. Verifica-se dos autos que os requerentes informaram que a falecida deixou bens e valores a serem partilhados na presente demanda, contudo esclareceram que parte dos imÃ³veis descritos na inicial foram recebidos pela falecida por heranÃ§a de seu pai JosÃ© de Almeida Santos, por meio do inventÃ¡rio que tramitou no juÃ-zo da antiga 9Âª Vara CÃ-vel de BelÃ©m, sendo que o formal nÃ£o foi levado Ã registro no cartÃ³rio competente. Por outro lado, requereram o levantamento do saldo bancÃ¡rio existente junto Ã Caixa EconÃ´mica Federal e o valor da pensÃ£o da falecida depositado no INSS, com vistas ao pagamento do imposto mortis causa. Todavia, a herdeira Maria de FÃ¡tima Duarte Santos comunicou, posteriormente, o falecimento do sucessor Luiz OtÃ¡vio Duarte Santos no curso da aÃ§Ã£o, deixando companheira e uma filha, requerendo o prosseguimento do feito. Â Este juÃ-zo, entÃ£o, intimou a parte para que informasse se o herdeiro falecido deixou outros bens alÃ©m do seu quinhÃ£o hereditÃ¡rio, bem como cumprisse a decisÃ£o de fls. 0224, apresentando os seguintes documentos: valor do ITCMD com vistas Ã expediÃ§Ã£o do alvarÃ¡ judicial pretendido, a prova da propriedade dos bens imÃ³veis a inventariar e, ainda, recolher as custas para a pesquisa eletrÃ´nica de valores. Em seguida, a filha do herdeiro falecido Luiz OtÃ¡vio Duarte Santos manifestou-se nos autos, requerendo a sua admissÃ£o no processo por direito de representaÃ§Ã£o previsto nos arts. 1851 e 1852 do CÃ³digo Civil, apresentando procuraÃ§Ã£o judicial, documentos pessoais e certidÃ£o de Ã³bito de seu genitor. O art. 672, inciso III,Â do CÃ³digo de Processo Civil, admite que ocorrendo a morte de herdeiro no curso do inventÃ¡rio em que foi admitido, o seu quinhÃ£o hereditÃ¡rio seja partilhado entre os seus sucessores, desde que haja dependÃªncia de uma das

partilhas em relaÃ§Ã£o Ã outra, isto Ã©, desde que o herdeiro falecido nÃ£o possua outros bens alÃ©m do seu quinhÃ£o hereditÃ¡rio, ficando a critÃ©rio do juiz ordenar a tramitaÃ§Ã£o em separada se assim convier Ã celeridade do processo. Ocorre que na certidÃ£o de Ã³bito juntada aos autos, consta que o herdeiro falecido Luiz OtÃ¡vio deixou bens, sendo assim, seu quinhÃ£o hereditÃ¡rio serÃ¡ atribuÃ-do ao seu espÃ³lio, devendo sua herdeira ajuizar aÃ§Ã£o de inventÃ¡rio ou arrolamento na forma legal, com vistas Ã partilha dos bens deixados pelo herdeiro morto. Ante o exposto, indefiro o pedido de fls. 0234, uma vez que o quinhÃ£o sucessÃ³rio do herdeiro Luiz OtÃ¡vio Duarte Santos serÃ¡ transmitido ao seu espÃ³lio. Intime-se a requerente para providenciar os documentos necessÃ¡rios para a apuraÃ§Ã£o do ITCMD, apresentar a prova da propriedade dos imÃ³veis, bem como, recolher as custas para a pesquisa eletrÃ´nica. Ademais, oficie-se ao INSS para que informe os valores de pensÃ£o deixados pela inventariada. Intime-se. BelÃ©m, 16 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Â¿o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. PROCESSO: 00332380720008140301 PROCESSO ANTIGO: 20001013217 6 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 18/11/2021 AUTOR:BANCO BRASILEIRO COMERCIAL S/A-BBC Representante(s): LUIS CARLOS S. MENDONCA (ADVOGADO) REU:HAMILTON RIBAMAR GUALBERTO Representante(s): OAB 8715 - LENICE PINHEIRO MENDES (ADVOGADO) OAB 6445 - ADRIANA LUCIA GUALBERTO BERNARDES (ADVOGADO) OAB 21296 - DANIEL ANTONIO SIMOES GUALBERTO (ADVOGADO) OAB 22738 - HAMILTON GABRIEL SIMOES GUALBERTO (ADVOGADO) REU:ROBERTO FELIPE DE ARAUJO PORTO Representante(s): OAB 2903 - RAIMUNDO HERMOGENES DA SILVA E SOUZA (ADVOGADO) OAB 3943 - LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO (ADVOGADO) OAB 7698 - ROBERIO ABDON D OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 27168 - ELTON HENRIQUE CUNHA LIMA (ADVOGADO) INTERESSADO:ANTONIO CARLOS ANDRADE DA COSTA Representante(s): OAB 5774-B - ANTONIO JOSE MARTINS PEREIRA (ADVOGADO) . Trata-se de AÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o de tÃ-tulo extrajudicial ajuizada por Banco Brasileiro Comercial S/A - BBC em desfavor de Hamilton Ribamar Gualberto e de Roberto Felipe de AraÃºjo Porto, na qual os executados foram regularmente citados, contudo nÃ£o efetuaram o pagamento do dÃ©bito. Assim, foram penhorados os seguintes bens imÃ³veis de propriedade dos executados, descritos nos autos de penhora de fls. 0129, 0157 e 0180: I - apartamento nÂº 1001, do EdifÃ-cio Palais de Versailles, situado na Travessa Almirante Wandenkolk, nÂº 750, nesta cidade e avaliado em R$550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais; II - casa situada na Avenida ChapÃ©u Virado, Ilha do Mosqueiro, BelÃ©m-PA, sem avaliaÃ§Ã£o em face do oficial de justiÃ§a nÃ£o ter localizado o nÃºmero do imÃ³vel, conforme certidÃ£o de fls. 0219, III - terreno edificado situado na Rua Francisco Monteiro, nÂº 469, bairro de Canudos, BelÃ©m-PA com avaliaÃ§Ã£o de R$350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) e; IV - sala comercial nÂº 202 do EdifÃ-cio Royal Trade Center, Avenida NazarÃ©, nÂº 532, bairro de NazarÃ©, BelÃ©m-PA e avaliada em R$90.000,00 (noventa mil reais). Os executados foram regularmente intimados da constriÃ§Ã£o judicial, assim como os imÃ³veis foram depositados nas mÃ£os do DepositÃ¡rio PÃºblico, conforme consta nas certidÃµes do oficial de justiÃ§a de fls. 0130, 0158 e 0180. Em seguida, intimadas as partes para se manifestarem acerca das avaliaÃ§Ãµes realizadas pelo oficial de justiÃ§a, o exequente concordou com os valores atribuÃ-dos aos imÃ³veis, contudo requereu nova diligÃªncia de avaliaÃ§Ã£o do imÃ³vel situado na ilha de Mosqueiro, afirmando que a certidÃ£o de fls. 0135 descreve com clareza o bem. O executado Roberto Felipe de AraÃºjo Porto, de sua parte, sustentou que a penhora dos imÃ³veis mencionados nos itens III e IV estÃ¡ incorreta, em razÃ£o dos mesmos nÃ£o fazerem parte do seu patrimÃ´nio. AlÃ©m disso, destacou que o CÃ³digo Civil estabeleceÂ o benefÃ-cio de ordem, pelo qual a obrigaÃ§Ã£o do fiador se reveste de carÃ¡ter subsidiÃ¡rio, de modo que somente na hipÃ³tese de nÃ£o serem encontradosÂ bens do real devedor ou nÃ£o sendo estes suficientes para saldar a dÃ-vida, Ã© que serÃ£o excutidos os bens do fiador. Enfim, mencionou que a penhora do apartamento de propriedade do devedor Hamilton Ribamar Gualberto, situado na Av. Wandenkolk, nÂº 750, EdifÃ-cio Versailles, unidade 101, jÃ¡ satisfaz a obrigaÃ§Ã£o pleiteada, podendo garantir a integralidade da execuÃ§Ã£o, sem a necessidade da penhora dos demais bens. Sabe-se que o art. 850 do CPC/15 admite a reduÃ§Ã£o ou a ampliaÃ§Ã£o da penhora, bem como sua transferÃªncia para outros bens, se, no curso do processo, o valor de mercado dos bens penhorados sofrer alteraÃ§Ã£o significativa. Nesse contexto, havendo desproporÃ§Ã£o entre o valor dos bens penhorados e o montante da dÃ-vida que evidencie o excesso de penhora, cabe ao juiz reduzir a constriÃ§Ã£o em face do princÃ-pio da menor onerosidade da execuÃ§Ã£o. Todavia, nÃ£o Ã© possÃ-vel reconhecer o pretenso excesso de penhora alegado pelo executado, em face da suposta desproporÃ§Ã£o entre o valor dos bens penhorados e o montante da dÃ-vida, uma vez que um dos imÃ³veis penhorados

ainda nÃ£o foi avaliado, alÃ©m do que inexiste nos autos o cÃ¡lculo atualizado do dÃ©bito. AlÃ©m disso, o exequente esclareceu que a penhora realizada sobre um dos imÃ³veis do devedor Roberto Felipe de AraÃºjo Porto estÃ¡ sendo discutida em aÃ§Ã£o de embargos de terceiro proposta pela atual detentora dos direitos sobre o bem, processo nÂº 0803970.09.2017.814.0301. Â Assim sendo, indefiro o pedido de fls. 0249. ExpeÃ§a-se novo mandado de avaliaÃ§Ã£o do imÃ³vel situado na ilha do Mosqueiro, atualmente denominado Vivenda Santo AntÃ´nio, situado na Av. ChapÃ©u Virado, tambÃ©m conhecida como Beira Mar, de propriedade do executado Hamilton Ribamar Gualberto, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado na pessoa de seu advogado (art. 841, Â§1Âº NCPC) por publicaÃ§Ã£o no DiÃ¡rio EletrÃ´nico ou pessoalmente, se nÃ£o houver constituÃ-do advogado nos autos (art. 841, Â§2Âº do NCPC). Por fim, intime-se o exequente para apresentar o cÃ¡lculo atualizado do dÃ©bito, bem como providenciar a respectiva averbaÃ§Ã£o da penhora no ofÃ-cio imobiliÃ¡rio, com vistas Ã presunÃ§Ã£o absoluta de conhecimento por terceiros, na forma como estabelece o art. 844 do CÃ³digo de Processo Civil. Intime-se. BelÃ©m, 18 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Â¿o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. PROCESSO: 00415267820098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910935913 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Consignação em Pagamento em: 18/11/2021 REU:ESPOLIO DE DANIEL CANSACAO PEREIRA Representante(s): OAB 13925 - PEDRO HENRIQUE BARATA (ADVOGADO) MARCELO ANGELO SILVA DE CANSANCAO NUNES PEREIRA (ADVOGADO) MICHELLE NUNES PEREIRA (ADVOGADO) MARIA DO PERPETUO SOCORRO DA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) AUTOR:MM. AUTO POSTO LTDA Representante(s): OAB 12916 - CLIVIA LOBATO GANTUSS (ADVOGADO) RENATO DA SILVA NEVES (ADVOGADO) JOSE ASSUNCAO MARINHO DOS SANTOS FILHO (ADVOGADO) FRANCINALDO FERNANDES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) CINTHYA NOEMIA MENDES GOMES (ADVOGADO) INTERESSADO:POSTO VYDIA LTDA Representante(s): OAB 10179 - MARIA DO PERPETUO SOCORRO DA S.PEREIRA (ADVOGADO) . Trata-se de AÃ§Ã£o de ConsignaÃ§Ã£o em Pagamento ajuizada por MM AUTO POSTO LTDA em desfavor de ESPÃLIO DE DANIEL CANSAÃÃO PEREIRA, em que o acordÃ£o proferido transitou em julgado, conforme certidÃ£o de fls.1854. Verifica-se que a decisÃ£o prolatada em grau de recurso, anexada aos autos Ã s fls. 01516/01522, determinou que o valor arrestado nos presentes autos de R$ 262.182,18 (duzentos e sessenta e dois mil e cento e oitenta e dois reais e dezoito centavos) sejam remetidos Ã AÃ§Ã£o de Despejo por Falta de Pagamento que tramita na 5Âª Vara CÃ-vel de BelÃ©m. Assim sendo, proceda Sr. Diretor de Secretaria a transferÃªncia do valor que consta na subconta vinculada a esse processo para a conta vinculada Ã AÃ§Ã£o de Despejo por Falta de Pagamento nÂ°0371402-18.2016.814.0301, que tramita na 5Âª Vara CÃ-vel de BelÃ©m. Por outro lado, verifica-se a existÃªncia de exceÃ§Ã£o de incompetÃªncia em apenso, como o mesmo nÃºmero da aÃ§Ã£o principal, na qual jÃ¡ foi determinado o arquivamento dos autos. Entretanto, observa-se que foi anexado petiÃ§Ãµes e documentos Ã s fls. 057/070 de forma errÃ´nea. Portanto, desentranhem os referidos documentos e anexem aos autos principais, em seguida, arquive-se. Por fim, arquive-se sem prejuÃ-zo de seu desarquivamento na hipÃ³tese de ser requerido o cumprimento da sentenÃ§a. Intime-se. BelÃ©m, 18 de novembro 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito CERTIDÃO Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00441029620128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Inventário em: 18/11/2021 AUTOR:ANA COSTA SENA INVENTARIANTE:GILBERTO CARLOS COSTA SENA Representante(s): OAB 7012 - GILBERTO CARLOS COSTA SENA (ADVOGADO) INVENTARIADO:VIRALDO MIRANDA SENA. Trata-se de AÃ§Ã£o de InventÃ¡rio dos bens deixados por falecimento de Viraldo Miranda Sena, em que foi nomeado inventariante o Sr. Gilberto Carlos Costa Sena, que prestou compromisso Ã s fls.021 e primerias declaraÃ§Ãµes de fls.045. Verifica-se dos autos que os herdeiros por representaÃ§Ã£o do sucessor falecido JoÃ£o Carlos Costa Sena (Carlos Cristian, Viraldo Luis, Hugo Marcelo, Karla Christiane e Mayara Raquel - netos do inventariado) nÃ£o foram regularmente citados (fls.085/086). Por outro lado, os sucessores Gilberto, Celma, Vera, Everaldo e Geysa, filhos do de cujus, apresentaram declaraÃ§Ã£o de comparecimento espontÂ¢neo Ã s fls.0120, informando, ainda, o Ã³bito da autora Ana Costa Sena (fls.0122), todavia, nÃ£o se encontram regularmente habilitados nos autos por instrumento de procuraÃ§Ã£o, na forma legal. Assim sendo, concedo prazo de 15 (quinze) dias para que o inventariante habilite os herdeiros (filhos) do inventariado, mencionados Ã s fls.0120/0121, com vistas a regularizar a representaÃ§Ã£o processual destes, anexando instrumento de procuraÃ§Ã£o na

forma da lei. Em seguida, providencie os documentos solicitados pela SEFA Ã s fls.087. Por fim, intime-se o inventariante para manifestar-se acerca da nÃ£o citaÃ§Ã£o dos herdeiros do sucessor falecido JoÃ£o Carlos, conforme avisos de recebimento de fls.085/086, assinados por terceiros, anotando-se que deverÃ¡ informar novo endereÃ§o para a diligÃªncia ou, em caso de requerer a pesquisa eletrÃ´nica, comprovar previamente o recolhimento das custas. Intime-se. BelÃ©m, 11 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00527388020148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Execução de Título Judicial em: 18/11/2021 AUTOR:ESPOLIO DE ISMAELINO MARCAL DE VASCONCELOS AUTOR:MARIA MARGARIDA PINTO DE VASCONCELOS AUTOR:CHARLES PINTO DE VASCONCELOS AUTOR:VERA LUCIA DE VASCONCELOS LEAO E OUTROS Representante(s): OAB 10662 - JAQUELINE NORONHA DE M FILOMENO KITAMURA (ADVOGADO) REU:BANCO DO BRASIL Representante(s): OAB 211648 - RAFAEL SGANZERLA DURAND (ADVOGADO) OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) . Trata-se de AÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o ajuizada por espÃ³lio de Ismaelino MarÃ§al de Vasconcelos em face de Banco do Brasil S/A, na qual foi anexado aos autos o laudo do contador do juÃ-zo Ã s fls. 0155/0162. Assim sendo, intimem-se as partes para no prazo de 15 dias (quinze), manifestarem-se sobre o laudo do contador do juÃ-zo. Por fim, defiro o pedido de devoluÃ§Ã£o de prazo do exequente de fls.163. Certifique Sr. Diretor de Secretaria se foi atribuÃ-do efeito suspensivo ao agravo de instrumento interposto. Â Intime-se. BelÃ©m, 16 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito A cÃ³pia deste despacho servirÃ¡ para intimaÃ§Ã£o e poderÃ¡ ser subscrita pelo Sr. Diretor de Secretaria, na forma dos Provimentos nÂº 003/2009 e nÂº 006/2006 da Corregedoria de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m. CERTIDÃO Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 00667203020158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Inventário em: 18/11/2021 INVENTARIANTE:SONIA MARIA PANTOJA PINTO Representante(s): OAB 3321 - RUI GUILHERME CARVALHO AQUINO (ADVOGADO) OAB 21253 - BRUCE LEAL DO NASCIMENTO (ADVOGADO) INVENTARIADO:WALTER BRAGA PINTO INVENTARIADO:CATARINA PANTOJA PINTO INTERESSADO:NORMA DO SOCORRO DA SILVA CORREA Representante(s): OAB 3321 - RUI GUILHERME CARVALHO AQUINO (ADVOGADO) . Trata-se de AÃ§Ã£o de InventÃ¡rio dos bens deixados por falecimento de Walter Braga Pinto e Catarina Pantoja Pinto, em que foi nomeada como inventariante a Sra. Sonia Maria Pantoja Pinto, que prestou o compromisso Ã s fls.029 e primeiras declaraÃ§Ãµes, conforme termo circunstanciado Ã s fls.034. Verifica-se dos autos que os autores da heranÃ§a deixaram como seus sucessores legais, seus filhos: Sonia Maria, Maria AmÃ©lia, JosÃ© Maria, Reinaldo (falecido) e Maria Ivete. No caso concreto, os herdeiros estÃ£o todos habilitados, inclusive a sucessora do herdeiro falecido (fls.047), com exceÃ§Ã£o da herdeira Maria Ivete, que nÃ£o foi regularmente citada e, realizada a pesquisa sistema de informaÃ§Ãµes eleitorais - SIEL, foi localizado o mesmo endereÃ§o da correspondÃªncia de fls.0115. Por outro lado, as fazendas pÃºblicas (federal, estadual, municipal) foram devidamente intimadas, e a estadual requereu os documentos de fls.067/069 para cÃ¡lculo do imposto de transmissÃ£o e apuraÃ§Ã£o de eventuais dÃ©bitos, enquanto a fazenda municipal informou que possui interesse na presente aÃ§Ã£o, apontando os valores devidos pelo falecido a tÃ-tulo de impostos junto Ã SEFIN Ã s fls.075/0102. Em seguida, a federal informou que nÃ£o existem dÃ©bitos em nome do inventariado, contudo, requereu que seja informado o CPF da Sra. Catarina, para fins de pesquisa em seus cadastros. Assim sendo, intime-se a inventariante para informar novo endereÃ§o da herdeira Maria Ivete, com vistas Ã sua citaÃ§Ã£o, bem como, providenciar os documentos requeridos pela Fazenda Estadual Ã s fls.067/069, alÃ©m do CPF da inventariada, para realizaÃ§Ã£o de pesquisa junto Ã UniÃ£o. Intime-se. BelÃ©m, 18 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito Certifico que o despacho acima foi resenhado em ___/___/2021 e publicado no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021. PROCESSO: 01000776420168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Arrolamento de Bens em: 18/11/2021 INVENTARIANTE:RAIMUNDA NILCE DE SOUZA PINHO Representante(s): OAB 10471 - ROBERTO DE SOUZA PINHO (ADVOGADO) OAB 13779 - RICARDO GOMES PAVAO (ADVOGADO) REQUERENTE:ROSEANE SCHWOB REQUERENTE:ROBERTO DE SOUZA PINHO INVENTARIADO:ROBERTO PEREIRA PINHO

ENVOLVIDO:RENATA MARDOCK PIRES Representante(s): OAB 9009 - JORGE LUIZ ANJOS TANGERINO (ADVOGADO) REQUERENTE:RONAN DA SILVA PINHO Representante(s): OAB 20648 - LUCIDY MONTEIRO (ADVOGADO) . Vistos, etc. RAIMUNDA NILCE DE SOUZA PINHO, ROSEANE SCHWOB e ROBERTO DE SOUZA PINHO, devidamente qualificados nos autos, por intermÃ©dio de procurador judicial, ajuizaram a presente AÃ§Ã£o de InventÃ¡rio dos bens deixados por falecimento de Roberto Pereira Pinho, com fundamento no art. 610 e seguintes do NCPC. A requerente, Sra. Raimunda Nilce, foi nomeada inventariante, e prestou o compromisso Ã s fls.097, bem como, apresentou as primeiras declaraÃ§Ãµes de fls.098/0101, reduzida Ã termo nos autos (fls.0104). Por outro lado, todos os herdeiros encontram-se habilitados no processo, que foi convertido para aÃ§Ã£o de arrolamento, na medida em que inexiste litigiosidade entre os interessados. Ressalta-se, ainda, que os requerentes, juntamente com a inventariante, foram intimados, por mais de uma vez, para emendarem a inicial, sob pena de indeferimento da petiÃ§Ã£o, para anexarem aos autos os documentos necessÃ¡rios ao prosseguimento do feito com vistas Ã homologaÃ§Ã£o da partilha amigÃ¡vel, contudo, nÃ£o atenderam Ã determinaÃ§Ã£o de emenda Ã inicial. Ã o relatÃ³rio. Decido. Cuida-se de AÃ§Ã£o de InventÃ¡rio convertida em Arrolamento, em que a inventariante foi intimada, mais de uma vez, para emendar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo anexar aos autos os documentos necessÃ¡rios Ã homologaÃ§Ã£o do seu pedido, contudo, deixou transcorrer o prazo legal sem atender tal determinaÃ§Ã£o, incorrendo, assim, no parÃ¡grafo Ãºnico do art. 321 do CPC, in verbis: Â Art. 321.O juiz, ao verificar que a petiÃ§Ã£o inicial nÃ£o preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mÃ©rito, determinarÃ¡ que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisÃ£o o que deve ser corrigido ou completado. ParÃ¡grafo Ãºnico. Se o autor nÃ£o cumprir a diligÃªncia, o juiz indeferirÃ¡ a petiÃ§Ã£o inicial. Com efeito, a presente aÃ§Ã£o deve ser extinta, uma vez que os requerentes nÃ£o sanearam a irregularidade de sua petiÃ§Ã£o, deixando de juntar aos autos documento que deveria instruir o seu pedido e indispensÃ¡vel Ã propositura da aÃ§Ã£o, conforme prevÃª o art. 320 do CÃ³digo de Processo Civil. Ante o exposto, julgo extinto o presente processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 485, inciso I combinado com o art. 321, parÃ¡grafo Ãºnico do Novo CÃ³digo de Processo Civil, em razÃ£o das partes nÃ£o terem apresentado a prova da propriedade do bem imÃ³vel situado no Distrito de Mosqueiro/PA, que se comprova pelo registro do tÃ-tulo translativo no cartÃ³rio competente (art. 1.245 do CCB), bem como, a prova do pagamento do imposto de transmissÃ£o causa mortis relativo aos bens do espÃ³lio. Condeno as partes ao pagamento das custas e despesas processuais, na forma do art. 82 do CÃ³digo de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intime-se. BelÃ©m, 17 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito CERTIDÃO Certifico que a sentenÃ§a foi resenhada em ___/___/2021 e publicado no Dje no dia ___/___/2021 para efeitos de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m, ___/___/2021. PROCESSO: 01832785120168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 18/11/2021 REQUERENTE:CHAO E TETO CONSULTORIA IMOBILIARIA LTDA Representante(s): OAB 16275 - WALTER COSTA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 18463-B - LARISSA DUARTE DE SOUZA (ADVOGADO) REQUERIDO:PRIME RESIDENCIAL E ENGENHARIA LTDA Representante(s): OAB 17619 - RICARDO CALDERARO ROCHA (ADVOGADO) OAB 24609 - RAPHAEL NOGUEIRA VON PAUMGARTTEN (ADVOGADO) . Vistos etc, Trata-se de AÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o ajuizada por CHÃO E TETO CONSULTORIA IMOBILIÃRIA LTDA em face de PRIME RESIDENCIAL " ENGENHARIA LTDA, o qual jÃ¡ foi citado e apresentou exceÃ§Ã£o de prÃ©-executividade, que nÃ£o teve o pedido acolhido, nos termos da decisÃ£o de fls. 0114/0115. AlÃ©m do que, consta dos autos que jÃ¡ foi bloqueado o valor parcial da dÃ-vida, conforme documentos de fls. 0137/0140 e o executado pugnou pela substituiÃ§Ã£o da penhora, porÃ©m o referido pedido tambÃ©m foi indeferido. Ademais, o pedido de levantamento de valor penhorado pelo exequente igualmente foi indeferido pelo JuÃ-zo de primeiro grau, por entender que dependia de cauÃ§Ã£o suficiente e idÃ´nea prestada pela parte atÃ© que houvesse o julgamento definitivo dos embargos Ã execuÃ§Ã£o interpostos (fls. 0345/0348). Contudo, da referida decisÃ£o as partes interpuseram recurso de agravo de instrumento e a relatora do interposto pelo exequente informou ter deferido o pedido de concessÃ£o de tutela antecipada recursal para possibilitar que o exequente levantasse o valor penhorado (fls. 0405/0407). Assim, cumpra-se a decisÃ£o proferida em segundo grau, apÃ³s a publicaÃ§Ã£o da presente decisÃ£o. Intime-se.Â BelÃ©m, 18 de novembro de 2021 Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito CERTIDÃO Certifico que a sentenÃ§a foi resenhada em ___/___/2021 e publicado no Dje no dia ___/___/2021 para efeitos de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m, ___/___/2021. PROCESSO: 03773356920168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIELMA FERREIRA BONFIM TAVARES

A??o: Inventário em: 18/11/2021 INVENTARIANTE:ADEMIR PAIVA DA GAMA Representante(s): OAB 3555 - DORIVALDO DE ALMEIDA BELEM (ADVOGADO) INVENTARIADO:CLODOALDO DA GAMA INVENTARIADO:FELISMINA DE PAIVA GAMA. Trata-se de AÃ§Ã£o de InventÃ¡rio dos bens deixados por falecimento de Clodoaldo da Gama e Felismina de Paiva Gama, em que foi nomeado inventariante o Sr. Ademir Paiva Gama, que prestou compromisso Ã s fls. 067, bem como, apresentou as primeiras declaraÃ§Ãµes, conforme termo de fls.071/072. Verifica-se que todos os sucessores estÃ£o habilitados nos autos, com exceÃ§Ã£o do herdeiro JosÃ© Carlos Paiva da Gama, que nÃ£o havia sido regularmente citado por carta postal (fls.085), contudo, compareceu espontaneamente e habilitou-se por instrumento de procuraÃ§Ã£o Ã s fls.093. Ademais, observa-se que a Fazenda PÃºblica (federal, estadual e municipal) foi intimada para os termos da presente aÃ§Ã£o, e o fisco estadual requereu os documentos de fls.0101 para a apuraÃ§Ã£o do imposto devido pelos falecidos, bem como, o municÃ-pio de BelÃ©m apresentou um dÃ©bito no total de R$16.916,42 (dezesseis mil, novecentos e dezesseis reais e quarenta e dois centavos) junto a SEFIN (fls.0106), do imÃ³vel cadastrado em nome de Clodoaldo da Gama, aduzindo que possui interesse na demanda. Por outro lado, a UniÃ£o (Fazenda Nacional) Ã s fls.0113 afirma nÃ£o possui interesse no processo, uma vez que os inventariados nÃ£o estÃ£o inscritos em dÃ-vida ativa. Ocorre que, ao compulsar os autos, nota-se que o inventariante nÃ£o juntou a prova da propriedade do Ãºnico bem a ser partilhado, mediante certidÃ£o do registro de imÃ³vel com sua respectiva matrÃ-cula, anexando apenas escritura pÃºblica de promessa de compra e venda do bem (fls.076/082), registrada consoante certidÃ£o de fls.083, anotando-se que somente o registro da escritura Ã© hÃ¡bil para transferir a propriedade do bem imÃ³vel ao comprador. Ressalta-se, ainda, que o objetivo da aÃ§Ã£o de inventÃ¡rio Ã© apurar os bens da pessoa falecida com vistas Ã partilha entre seus herdeiros, sendo certo que Ã© indispensÃ¡vel a prova da propriedade para que os bens possam ser transmitidos aos seus herdeiros. Assim sendo, chamo a ordem o presente processo, para intimar o inventariante a emendar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, anexando aos autos a prova da propriedade do Ãºnico bem deixado pelos falecidos, objeto da partilha, por se tratar de documento indispensÃ¡vel Ã propositura da aÃ§Ã£o (art. 320 do NCPC), sob pena de indeferimento da petiÃ§Ã£o, na forma do art. 321, parÃ¡grafo Ãºnico do Novo CÃ³digo de Processo Civil. Intime-se. ApÃ³s, voltem conclusos. BelÃ©m, 12 de novembro de 2021. Marielma Ferreira Bonfim Tavares JuÃ-za de Direito Certifico que a decisÃ£o acima foi resenhada em ___/___/2021 e publicada no DJE no dia ___/____/2021 para efeito de intimaÃ§Ã£o dos advogados habilitados nos presentes autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m (PA), ___/____/2021.

RESENHA: 19/11/2021 A 19/11/2021 - SECRETARIA 3ª UPJ VARAS DE COMERCIO, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALENCIA E SUCESSÕES - VARA: 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00085535420148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINE SANTIAGO DE MATOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 19/11/2021 EXEQUENTE:BANCO SANTADER SA Representante(s): OAB 13904-A - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) OAB 153447 - FLAVIO NEVES COSTA (ADVOGADO) OAB 17578 - ALBERTO ALVES DE MORAES (ADVOGADO) OAB 20399 - MICHELLE DE OLIVEIRA FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:MM MANARELLI CIA LTDA EXECUTADO:JOAQUITAN FRANCISCO TORRES DE LIMA. ATO ORDINATÃRIO Tendo em vista o pedido de desarquivamento constante dos autos, fica a PARTE SOLICITANTE INTIMADA, na pessoa de seu advogado constituÃ-do para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder a extraÃ§Ã£o de cÃ³pias conforme solicitado, estando os autos disponÃ-vel na Secretaria da 3Âª UPJ CIVEL, para os devidos fins. ApÃ³s esse prazo, os autos serÃ£o devolvidos ao setor de arquivo. BelÃ©m, 19 de novembro de 2021. 3Âª UPJ - NÃºcleo de Cumprimento PROCESSO: 00092900220078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710285980 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINE SANTIAGO DE MATOS A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 19/11/2021 REU:LUCIANA DOS SANTOS ROSARIO AUTOR:HSBC BANK BRASIL- BANCO MULTIPLO Representante(s): OAB 20638-A - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) LEONARDO COIMBRA NUNES (ADVOGADO) ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) CESAR DE BARROS COELHO SARMENTO OAB/PA 11.336 (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Tendo em vista o pedido de desarquivamento constante dos autos, fica a PARTE SOLICITANTE INTIMADA, na pessoa de seu advogado constituÃ-do para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder a extraÃ§Ã£o de cÃ³pias conforme solicitado, estando os autos disponÃ-vel na Secretaria da 3Âª UPJ CIVEL, para os devidos fins. ApÃ³s esse prazo, os autos serÃ£o devolvidos ao setor de arquivo. BelÃ©m, 19 de novembro de 2021. 3Âª UPJ - NÃºcleo de Cumprimento

RESENHA: 19/11/2021 A 19/11/2021 - SECRETARIA 3ª UPJ VARAS DE COMERCIO, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALENCIA E SUCESSÕES - VARA: 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00085535420148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINE SANTIAGO DE MATOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 19/11/2021 EXEQUENTE:BANCO SANTADER SA Representante(s): OAB 13904-A - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) OAB 153447 - FLAVIO NEVES COSTA (ADVOGADO) OAB 17578 - ALBERTO ALVES DE MORAES (ADVOGADO) OAB 20399 - MICHELLE DE OLIVEIRA FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:MM MANARELLI CIA LTDA EXECUTADO:JOAQUITAN FRANCISCO TORRES DE LIMA. ATO ORDINATÃRIO Tendo em vista o pedido de desarquivamento constante dos autos, fica a PARTE SOLICITANTE INTIMADA, na pessoa de seu advogado constituÃ-do para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder a extraÃ§Ã£o de cÃ³pias conforme solicitado, estando os autos disponÃ-vel na Secretaria da 3Âª UPJ CIVEL, para os devidos fins. ApÃ³s esse prazo, os autos serÃ£o devolvidos ao setor de arquivo. BelÃ©m, 19 de novembro de 2021. 3Âª UPJ - NÃºcleo de Cumprimento PROCESSO: 00092900220078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710285980 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINE SANTIAGO DE MATOS A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 19/11/2021 REU:LUCIANA DOS SANTOS ROSARIO AUTOR:HSBC BANK BRASIL- BANCO MULTIPLO Representante(s): OAB 20638-A - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) LEONARDO COIMBRA NUNES (ADVOGADO) ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) CESAR DE BARROS COELHO SARMENTO OAB/PA 11.336 (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Tendo em vista o pedido de desarquivamento constante dos autos, fica a PARTE SOLICITANTE INTIMADA, na pessoa de seu advogado constituÃ-do para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder a extraÃ§Ã£o de cÃ³pias conforme solicitado, estando os autos disponÃ-vel na Secretaria da 3Âª UPJ CIVEL, para os devidos fins. ApÃ³s esse prazo, os autos serÃ£o devolvidos ao setor de arquivo. BelÃ©m, 19 de novembro de 2021. 3Âª UPJ - NÃºcleo de Cumprimento PROCESSO: 06196381720168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINE SANTIAGO DE MATOS A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 19/11/2021 REQUERENTE:CFN ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS NACIONAL Representante(s): OAB 20364 -

ELOISA QUEIROZ ARAUJO (ADVOGADO) OAB 217967 - GILSON SANTONI FILHO (ADVOGADO) OAB 236655 - JEFERSON ALEX SALVIATO (ADVOGADO) REQUERIDO:RUBENS LAREDO ROCHA JUNIOR Representante(s): OAB 4084 - RAIMUNDO NONATO LAREDO DA PONTE (ADVOGADO) OAB 18470 - RHUBENS NELSON GONCALVES LAREDO (ADVOGADO) OAB 22385 - DEUZIRENE CARDOSO MELO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Tendo em vista o pedido de desarquivamento constante dos autos, fica a PARTE SOLICITANTE INTIMADA, na pessoa de seu advogado constituÃ-do para, no prazo de 15(quinze) dias, proceder aos requerimentos pertinentes, estando o processo solicitado disponÃ-vel na Secretaria da 3Âª UPJ CIVEL, para os devidos fins. BelÃ©m, 19 de novembro de 2021. 3Âª UPJ -NÃºcleo de Cumprimento

RESENHA: 19/11/2021 A 19/11/2021 - SECRETARIA 3ª UPJ VARAS DE COMERCIO, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALENCIA E SUCESSÕES - VARA: 13ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00111982320128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINE SANTIAGO DE MATOS A??o: Cumprimento de sentença em: 19/11/2021 EXEQUENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 3451 - JOSE RAIMUNDO FARIAS CANTO (ADVOGADO) OAB 14011 - CAMILO CASSIANO RANGEL CANTO (ADVOGADO) OAB 20455-A - MAURO PAULO GALERA MARY (ADVOGADO) OAB 25197-A - LUCIA CRISTINA PINHO ROSAS (ADVOGADO) OAB 25196-A - EDSON ROSAS JUNIOR (ADVOGADO) EXECUTADO:D F G FASHION LTDA EPP Representante(s): OAB 3609 - IONE ARRAIS DE CASTRO OLIVEIRA (ADVOGADO) EXECUTADO:MARCIA ARRAIS DE CASTRO LOBO Representante(s): OAB 3609 - IONE ARRAIS DE CASTRO OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 15352 - BARBARA ARRAIS DE CASTRO CARVALHO (ADVOGADO) OAB 5555 - FERNANDO AUGUSTO BRAGA OLIVEIRA (ADVOGADO) EXECUTADO:BARBARA ARRAIS DE CASTRO CARVALHO Representante(s): OAB 3609 - IONE ARRAIS DE CASTRO OLIVEIRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Tendo em vista o pedido de desarquivamento constante dos autos, fica a PARTE SOLICITANTE INTIMADA, na pessoa de seu advogado constituÃ-do para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder a extraÃ§Ã£o de cÃ³pias conforme solicitado, estando os autos disponÃ-vel na Secretaria da 3Âª UPJ CIVEL, para os devidos fins. ApÃ³s esse prazo, os autos serÃ£o devolvidos ao setor de arquivo. BelÃ©m, 19 de novembro de 2021. 3Âª UPJ - NÃºcleo de Cumprimento PROCESSO: 06276658620168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINE SANTIAGO DE MATOS A??o: Execução de Título Judicial em: 19/11/2021 REQUERENTE:BANCO BRADESCO Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 25197-A - LUCIA CRISTINA PINHO ROSAS (ADVOGADO) OAB 25196-A - EDSON ROSAS JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:E DOS SANTOS ALMEIDA ME REQUERIDO:EDILEIA DOS SANTOS ALMEIDA. ATO ORDINATÃRIO Tendo em vista o pedido de desarquivamento constante dos autos, fica a PARTE SOLICITANTE INTIMADA, na pessoa de seu advogado constituÃ-do para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder a extraÃ§Ã£o de cÃ³pias conforme solicitado, estando os autos disponÃ-vel na Secretaria da 3Âª UPJ CIVEL, para os devidos fins. ApÃ³s esse prazo, os autos serÃ£o devolvidos ao setor de arquivo. BelÃ©m, 19 de novembro de 2021. 3Âª UPJ - NÃºcleo de Cumprimento

RESENHA: 19/11/2021 A 19/11/2021 - SECRETARIA 3ª UPJ VARAS DE COMERCIO, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALENCIA E SUCESSÕES - VARA: 13ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00041971920108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010072259 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINE SANTIAGO DE MATOS A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 19/11/2021 REU:RICARDO SILVA FECURY Representante(s): CLODOILSON PICANCO (ADVOGADO) AUTOR:B V LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL SA Representante(s): OAB 11433-A - MOISES BATISTA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 11432-A - FERNANDO LUZ PEREIRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Tendo em vista o pedido de desarquivamento constante dos autos, fica a PARTE SOLICITANTE INTIMADA, na pessoa de seu advogado constituÃ-do para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder a extraÃ§Ã£o de cÃ³pias conforme solicitado, estando os autos disponÃ-vel na Secretaria da 3Âª UPJ CIVEL, para os devidos fins. ApÃ³s esse prazo, os autos serÃ£o devolvidos ao setor de arquivo. BelÃ©m, 19 de novembro de 2021. 3Âª UPJ - NÃºcleo de Cumprimento PROCESSO: 00111982320128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINE SANTIAGO DE MATOS A??o: Cumprimento de sentença em: 19/11/2021 EXEQUENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 3451 - JOSE RAIMUNDO FARIAS CANTO (ADVOGADO) OAB 14011 - CAMILO CASSIANO RANGEL CANTO (ADVOGADO) OAB 20455-A - MAURO PAULO GALERA MARY (ADVOGADO) OAB 25197-A - LUCIA CRISTINA PINHO ROSAS (ADVOGADO) OAB 25196-A - EDSON ROSAS JUNIOR (ADVOGADO) EXECUTADO:D F G FASHION LTDA EPP Representante(s): OAB 3609 - IONE ARRAIS DE CASTRO OLIVEIRA (ADVOGADO) EXECUTADO:MARCIA ARRAIS DE CASTRO LOBO Representante(s): OAB 3609 - IONE ARRAIS DE CASTRO OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 15352 - BARBARA ARRAIS DE CASTRO CARVALHO (ADVOGADO) OAB 5555 - FERNANDO AUGUSTO BRAGA OLIVEIRA

(ADVOGADO) EXECUTADO:BARBARA ARRAIS DE CASTRO CARVALHO Representante(s): OAB 3609 - IONE ARRAIS DE CASTRO OLIVEIRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Tendo em vista o pedido de desarquivamento constante dos autos, fica a PARTE SOLICITANTE INTIMADA, na pessoa de seu advogado constituÃ-do para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder a extraÃ§Ã£o de cÃ³pias conforme solicitado, estando os autos disponÃ-vel na Secretaria da 3Âª UPJ CIVEL, para os devidos fins. ApÃ³s esse prazo, os autos serÃ£o devolvidos ao setor de arquivo. BelÃ©m, 19 de novembro de 2021. 3Âª UPJ - NÃºcleo de Cumprimento PROCESSO: 06276658620168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINE SANTIAGO DE MATOS A??o: Execução de Título Judicial em: 19/11/2021 REQUERENTE:BANCO BRADESCO Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 25197-A - LUCIA CRISTINA PINHO ROSAS (ADVOGADO) OAB 25196-A - EDSON ROSAS JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:E DOS SANTOS ALMEIDA ME REQUERIDO:EDILEIA DOS SANTOS ALMEIDA. ATO ORDINATÃRIO Tendo em vista o pedido de desarquivamento constante dos autos, fica a PARTE SOLICITANTE INTIMADA, na pessoa de seu advogado constituÃ-do para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder a extraÃ§Ã£o de cÃ³pias conforme solicitado, estando os autos disponÃ-vel na Secretaria da 3Âª UPJ CIVEL, para os devidos fins. ApÃ³s esse prazo, os autos serÃ£o devolvidos ao setor de arquivo. BelÃ©m, 19 de novembro de 2021. 3Âª UPJ - NÃºcleo de Cumprimento

UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 14 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL

RESENHA: 19/11/2021 A 19/11/2021 - SECRETARIA 3ª UPJ VARAS DE COMERCIO, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALENCIA E SUCESSÕES - VARA: 14ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00082458120158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINE SANTIAGO DE MATOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 19/11/2021 REQUERENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 18663 - SAMMARA ENITA CORREA VIEIRA (ADVOGADO) OAB 20455-A - MAURO PAULO GALERA MARY (ADVOGADO) OAB 25197-A - LUCIA CRISTINA PINHO ROSAS (ADVOGADO) OAB 25196-A - EDSON ROSAS JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:PAULO CESAR GAMA . ATO ORDINATÃRIO Tendo em vista o pedido de desarquivamento constante dos autos, fica a PARTE SOLICITANTE INTIMADA, na pessoa de seu advogado constituÃ-do para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder a extraÃ§Ã£o de cÃ³pias conforme solicitado, estando os autos disponÃ-vel na Secretaria da 3Âª UPJ CIVEL, para os devidos fins. ApÃ³s esse prazo, os autos serÃ£o devolvidos ao setor de arquivo. BelÃ©m, 19 de novembro de 2021. 3Âª UPJ - NÃºcleo de Cumprimento PROCESSO: 00165834420158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINE SANTIAGO DE MATOS A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 19/11/2021 AUTOR:JORGE GONCALVES WANZELER Representante(s): OAB 12599 - VANILDO DE SOUZA LEAO FILHO (ADVOGADO) REU:HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA Representante(s): OAB 16470 - IGOR MACEDO FACO (ADVOGADO) OAB 21508 - DANILO ELTON LIMA MAIA (ADVOGADO) OAB 19663 - ISAAC COSTA LAZARO FILHO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Tendo em vista o pedido de desarquivamento constante dos autos, fica a PARTE SOLICITANTE INTIMADA, na pessoa de seu advogado constituÃ-do para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder a extraÃ§Ã£o de cÃ³pias conforme solicitado, estando os autos disponÃ-vel na Secretaria da 3Âª UPJ CIVEL, para os devidos fins. ApÃ³s esse prazo, os autos serÃ£o devolvidos ao setor de arquivo. BelÃ©m, 19 de novembro de 2021. 3Âª UPJ - NÃºcleo de Cumprimento

FÓRUM CRIMINAL

DIRETORIA DO FÓRUM CRIMINAL

A Excelentíssima Doutora **ANGELA ALICE ALVES TUMA**, Juíza Diretora do Fórum Criminal da Capital, no uso de suas atribuições legais etc.

Considerando o disposto na Resolução nº. 013/2009-GP, publicada no DJ 4363, de 25/06/2009, e na Resolução 021/2009-GP, publicada no DJE 4416, de 10/09/2009, e a Resolução n.º 16/2016-GP, publicada no DJE 5980, de 2/06/2016, que tratam do serviço de Plantão no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Considerando a Portaria n.º 110/2016-DFCri, de 16/12/16, que alterou a Portaria n.º 070/2016-DFCri

Considerando o Sigadoc n.º OFI-2017/13165, autorizando o 2º servidor de Secretaria aos finais de semana e feriados;

Resolve:

PORTARIA Nº 98/2021-Plantão/DFCrim. Belém, 09 de outro de 2021

Art. 1º Divulgar a escala de PLANTÃO DO FÓRUM CRIMINAL, para o mês de **NOVEMBRO/2021:**

DIAS	**HORÁRIO**	**MAGISTRADO**	**SERVIDORES**
26, 27 e 28/11	Dia: 26/11- 14h às 17h Dias: 27 a 28/11- 08h às 14h	13ª Vara Criminal da Capital **Dr. Deomar Alexandre de Pinho Barroso, Juiz Titular ou substituto** Celular do Plantão (91) 98251-0565	**Diretor (a) de Secretaria**: Eliana Carneiro **Servidor(a) de Secretaria:** Reinaldo Alves Dutra (27 e 28/11) **Assessor(a) de Juiz:** Taiany Kettllyn Medeiros **Servidor Distribuidor**: Sidnei Pereira de Carvalho **Oficiais de Justiça:** Marcio Alexandre Q. de Andrade (26/11) Marcos Robert da Silva Ribeiro(26/11) Marcus Kennedy da S. Monteiro(26/11 sobreaviso) Sergio Remor Junior(27 e 28/11) MARCOS PAULO LEAL BORGES (27 e 28/11 sobreaviso)

			Operadores Sociais: Roberta Cristina Ferreira Rios Melo: Psicologia/Central Multidisciplinar da Mulher Edy Joy Quadros do Nascimento Lima: Serviço Social/2ª Vara Mulher Nelciany Cristina Pereira Colares Miranda: Psicóloga/VEPMA (Ananindeua)

Art. 2º Poderá haver alteração desta Portaria a qualquer momento a critério da Administração, para se adequar ao que determina o Art. 10, da Resolução 013/2009-GP.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Belém, 09 de outubro de 2021.

ANGELA ALICE ALVES TUMA

Juíza Diretora do Fórum Criminal da Capital

SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL

RESENHA: 18/11/2021 A 18/11/2021 - SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 1ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00001030620208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SIMONE FEITOSA DE SOUZA A??o: Inquérito Policial em: 18/11/2021 VITIMA:O. E. VITIMA:M. P. M. INDICIADO:FABRICIO JOSE DA CONCEICAO GOMES Representante(s): OAB 27666 - FABRICIO JOSE DA CONCEIÇÃO GOMES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO AtravÃ©s deste, fica intimado (a) (s) o (a) (s) o advogados do indiciadoÂ FABRICIO JOSÃ DA CONCEIÃÃO GOMES da audiÃªncia de HomologaÃ§Ã£o de Acordo de NÃ£o PersecuÃ§Ã£o Penal, a ser realizada no diaÂ 02 de fevereiro de 2022, ÃS 10h00min referente ao processo 00001030620208140401. BelÃ©m, 18 de novembro de 2021. Simone Feitosa de Souza Diretora de Secretaria da 1Âª Vara Penal da Capital PROCESSO: 00001030620208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SIMONE FEITOSA DE SOUZA A??o: Inquérito Policial em: 18/11/2021 VITIMA:O. E. VITIMA:M. P. M. INDICIADO:FABRICIO JOSE DA CONCEICAO GOMES Representante(s): OAB 27666 - FABRICIO JOSE DA CONCEIÇÃO GOMES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO AtravÃ©s deste, fica intimado (a) (s) o (a) (s) o MinistÃ©rio PÃºblico da audiÃªncia de HomologaÃ§Ã£o de Acordo de NÃ£o PersecuÃ§Ã£o Penal, a ser realizada no diaÂ 02 de fevereiro de 2022, ÃS 10 h00min referente ao processo 00001030620208140401. BelÃ©m, 18 de novembro de 2021. Simone Feitosa de Souza Diretora de Secretaria da 1Âª Vara Penal da Capital PROCESSO: 00010832820178140701 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SIMONE FEITOSA DE SOUZA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:GUGEL CIA LTDA ME Representante(s): OAB 15875 - MARCOS VINICIUS COROA SOUZA (ADVOGADO) OAB 13221-A - CAIO ROGERIO DA COSTA BRANDAO (ADVOGADO) VITIMA:A. C. DENUNCIADO:LEOCLIDES GUGEL Representante(s): OAB 15105 - DANILO FERRO CAMARGO (ADVOGADO) DENUNCIADO:CIDINEI ANDRE VACARIN Representante(s): OAB 15875 - MARCOS VINICIUS COROA SOUZA (ADVOGADO) OAB 13221-A - CAIO ROGERIO DA COSTA BRANDAO (ADVOGADO) DENUNCIADO:JANDIR GUGEL Representante(s): OAB 15875 - MARCOS VINICIUS COROA SOUZA (ADVOGADO) OAB 13221-A - CAIO ROGERIO DA COSTA BRANDAO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO AtravÃ©s deste, fica intimado (a) (s) o (a) (s) advogado (a) (s) de defesa do (s) denunciado GUGEL " CIA LTDA, da audiÃªncia de transaÃ§Ã£o penal a ser realizada no dia 22 de FEVEREIRO de 2022 Ã s 11:30. BelÃ©m, 18 de novembro de 2021. Simone Feitosa de Souza Diretora de Secretaria da 1Âª Vara Penal da Capital. PROCESSO: 00010832820178140701 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SIMONE FEITOSA DE SOUZA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:GUGEL CIA LTDA ME Representante(s): OAB 15875 - MARCOS VINICIUS COROA SOUZA (ADVOGADO) OAB 13221-A - CAIO ROGERIO DA COSTA BRANDAO (ADVOGADO) VITIMA:A. C. DENUNCIADO:LEOCLIDES GUGEL Representante(s): OAB 15105 - DANILO FERRO CAMARGO (ADVOGADO) DENUNCIADO:CIDINEI ANDRE VACARIN Representante(s): OAB 15875 - MARCOS VINICIUS COROA SOUZA (ADVOGADO) OAB 13221-A - CAIO ROGERIO DA COSTA BRANDAO (ADVOGADO) DENUNCIADO:JANDIR GUGEL Representante(s): OAB 15875 - MARCOS VINICIUS COROA SOUZA (ADVOGADO) OAB 13221-A - CAIO ROGERIO DA COSTA BRANDAO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO AtravÃ©s deste, fica intimado (a) (s) o (a) (s) advogado (a) (s) de defesa do (s) denunciado JANDIR GUGEL, da audiÃªncia de transaÃ§Ã£o penal a ser realizada no dia 22 de FEVEREIRO de 2022 Ã s 11:30. BelÃ©m, 18 de novembro de 2021. Simone Feitosa de Souza Diretora de Secretaria da 1Âª Vara Penal da Capital. PROCESSO: 00010832820178140701 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SIMONE FEITOSA DE SOUZA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:GUGEL CIA LTDA ME Representante(s): OAB 15875 - MARCOS VINICIUS COROA SOUZA (ADVOGADO) OAB 13221-A - CAIO ROGERIO DA COSTA BRANDAO (ADVOGADO) VITIMA:A. C. DENUNCIADO:LEOCLIDES GUGEL Representante(s): OAB 15105 - DANILO FERRO CAMARGO (ADVOGADO) DENUNCIADO:CIDINEI ANDRE VACARIN Representante(s): OAB 15875 - MARCOS VINICIUS COROA SOUZA (ADVOGADO) OAB 13221-A - CAIO ROGERIO DA COSTA BRANDAO (ADVOGADO) DENUNCIADO:JANDIR GUGEL Representante(s): OAB 15875 - MARCOS VINICIUS COROA SOUZA (ADVOGADO) OAB 13221-A - CAIO ROGERIO DA COSTA BRANDAO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO AtravÃ©s deste, fica intimado (a) (s) o (a) (s) advogado (a) (s) de defesa do (s) denunciado CIDINEI ANDRÃ VACARIN, da audiÃªncia de transaÃ§Ã£o penal a ser realizada no dia 22 de FEVEREIRO de 2022 Ã s 11:30. BelÃ©m, 18 de novembro de 2021. Simone Feitosa de Souza Diretora de

Secretaria da 1Âª Vara Penal da Capital. PROCESSO: 00116389720188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MURILO LEMOS SIMAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 FLAGRANTEADO:EVERTON DYNELLI BARBOSA DA SILVA Representante(s): OAB 9259 - JULIO CESAR TELES NETO (ADVOGADO) VITIMA:O. E. . Processo nÂº 0011638-97.2018.8.14.0401 TERMO DE AUDIÃNCIA Aos 18 (dezoito) dias do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), nesta cidade de BelÃ©m, capital do Estado do ParÃ¡, na sala de audiÃªncias, presidida pelo Exmo. Dr. MURILO LEMOS SIMÃO, juiz de direito que responde por esta 1Âª Vara Criminal da Capital, comigo Auxiliar JudiciÃ¡rio, infra-assinado. Presente remotamente o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Dr. WALCY CEZAR DA SILVA RIBEIRO. Presente remotamente o advogado de defesa, Dr. JULIO CESAR TELES NETO, OAB/PA nÂº 9259. Presente remotamente o acusado Everton. Presentes remotamente as testemunhas Alex, Marcelo e Waldeson. Presentes remotamente as testemunhas de defesa JÃ©ssica, Sheila e Marli. Em seguida foram colhidos os depoimentos das testemunhas arroladas pela acusaÃ§Ã£o ALEX DA COSTA BORGES, RG nÂº 27781 PM/PA; MARCELO AUGUSTO SANTOS ABREU, RG nÂº 32927 PM/PA e WALDESON VIEIRA COSTA, RG nÂº 38060 PM/PA (o depoimento das testemunhas constam na mÃ-dia em anexo). Em seguida passou-se Ã s oitivas das informantes arroladas pela defesa JÃSSICA CAMPOS PIRES; SHEILA CRISTINA DA SILVA FARIAS E MARLI DALVA MARIANO (as qualificaÃ§Ãµes e os depoimentos constam na mÃ-dia em anexo). Em seguida, foi garantido ao rÃ©u o direito de entrevista reservada com seu advogado. ApÃ³s, o juiz explicou ao rÃ©u o teor da denÃºncia e do direito de permanecer em silÃªncio, tendo o denunciado informado que entendeu a explicaÃ§Ã£o. A seguir, passou-se Ã qualificaÃ§Ã£o e ao interrogatÃ³rio do rÃ©u que declarou chamar-se EVERTON DYNELLI BARBOSA DA SILVA (qualificaÃ§Ã£o e interrogatÃ³rio na mÃ-dia em anexo). Instadas, as partes nÃ£o requereram diligÃªncias, tendo o MinistÃ©rio PÃºblico solicitado prazo para apresentar memoriais. Em DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA, o juiz determinou vista dos autos Ã s partes para apresentaÃ§Ã£o de memoriais no prazo sucessivo de 5 (cinco) dias. Reinaldo Alves Dutra, Auxiliar JudiciÃ¡rio, digitou. Juiz de Direito _____ PROCESSO: 00160601820188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MURILO LEMOS SIMAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:FERNADO RAMOS DA SILVA TESTEMUNHA:E. R. P. R. VITIMA:R. S. C. S. VITIMA:O. E. . Processo nÂº 0016060-18.2018.8.14.0401 TERMO DE AUDIÃNCIA Aos 18 (dezoito) dias do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), nesta cidade de BelÃ©m, capital do Estado do ParÃ¡, na sala de audiÃªncias, presidida pelo Exmo. Dr. MURILO LEMOS SIMÃO, juiz de direito que responde por esta 1Âª Vara Criminal da Capital, comigo Auxiliar JudiciÃ¡rio, infra-assinado. Presentes remotamente o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Dr. WALCY CEZAR DA SILVA RIBEIRO, e da Defensoria PÃºblica, Dr. ALAN FERREIRA DAMASCENO. Ausente o acusado Fernando (nÃ£o intimado, fls. 64). Ausente a vÃ-tima Rodrigo, embora intimada, fls. 63- verso. As partes dispensaram a geraÃ§Ã£o de mÃ-dia. DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 1- Como o rÃ©u nÃ£o foi intimado pessoalmente para esta audiÃªncia, designo o dia 28.04.2021, Ã s 11h30, para a realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia de proposta de suspensÃ£o condicional do processo. 2 â Determino a intimaÃ§Ã£o pessoal do acusado Fernando, devendo o oficial de justiÃ§a intimÃ¡-lo pessoalmente. 3â Intime-se a vÃ-tima para, se quiser, comparecer ao ato, jÃ¡ que para esta audiÃªncia ela nÃ£o compareceu nem apresentou justificativa para esta ausÃªncia. Reinaldo Alves Dutra, Auxiliar JudiciÃ¡rio, digitou. Juiz de Direito _____ PROCESSO: 00248100920188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MURILO LEMOS SIMAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:ENEIDA LAIS FERREIRA DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 21467 - ADERSON ZYNATO SOARES LOBAO (ADVOGADO) OAB 22474 - CASSIO MURILO SILVEIRA CASTRO (ADVOGADO) OAB 24247 - BRUNO PINHEIRO DE MORAES (ADVOGADO) VITIMA:E. S. N. VITIMA:J. C. T. . Processo nÂº 0024810-09.2018.8.14.0401 TERMO DE AUDIÃNCIA Aos 18 (dezoito) dias do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), nesta cidade de BelÃ©m, capital do Estado do ParÃ¡, na sala de audiÃªncias, presidida pelo Exmo. Dr. MURILO LEMOS SIMÃO, juiz de direito que responde por esta 1Âª Vara Criminal da Capital, comigo Auxiliar JudiciÃ¡rio, infra-assinado. Presente remotamente o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Dr. WALCY CEZAR DA SILVA RIBEIRO. Presente o advogado de defesa, Dr. ADERSON ZYNATO SOARES LOBÃO, OAB/PA nÂº 21.467. Presente a acusada Eneida. Presentes as vÃ-timas Eliana e Jorge. Presente remotamente a testemunha Raimundo. Presente fisicamente a testemunha Elias. Em seguida foram colhidos os depoimentos das vÃ-timas ELIANA SILVA DO NASCIMENTO, RG nÂº 2616678 SSP/PA e JORGE CORREA TAVARES, RG nÂº 1466828 SSP/PA. O advogado pediu documentos refentes a laudo mÃ©dico de insanidade mental da vÃ-tima Eliana, tendo o juiz indeferido o requerimento por nÃ£o ter relaÃ§Ã£o com a causa em julgamento. Em seguida foram colhidos os depoimentos das testemunhas

RAIMUNDO NONATO FERREIRA DOS SANTOS, RG nÂº 38060 PM/PA e ELIAS FLAVIO DA SILVA PEREIRA, RG nÂº 22071 PM/PA (os depoimentos das testemunhas constam na mÃ-dia em anexo). As testemunhas foram advertidas do crime de falso testemunho. Em seguida, foi garantida Ã rÃ© o direito de entrevista reservada com seu advogado. ApÃ³s, o juiz explicou Ã rÃ© o teor da denÃºncia e do direito de permanecer em silÃªncio, tendo a denunciada informado que entendeu a explicaÃ§Ã£o. A seguir, passou-se Ã qualificaÃ§Ã£o e ao interrogatÃ³rio da rÃ© que declarou chamar-se ENEIDA LAIS FERREIRA DO NASCIMENTO (qualificaÃ§Ã£o e interrogatÃ³rio na mÃ-dia em anexo). Instadas, as partes nÃ£o requereram diligÃªncias, tendo o MinistÃ©rio PÃºblico solicitado prazo para apresentar memoriais. Em DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA, o juiz determinou vista dos autos Ã s partes para apresentaÃ§Ã£o de memoriais no prazo sucessivo de 5 (cinco) dias. Reinaldo Alves Dutra, Auxiliar JudiciÃ¡rio, digitou. Juiz de Direito _____

SECRETARIA DA 4ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL

Processo nº 0002500-96.2007.8.14.0401

SENTENÇA DE EXTINÇ¿O DA PUNIBILIDADE

R.H.

Vistos.

Trata-se de Aç¿o Penal Pública formulada pelo Ministério Público em face de TONI HENRIQUE MORAES TAVARES, imputando-lhe a conduta delituosa descrita no art. 155, § 4¿, I, do CPB.

Noticiam os autos que no dia 31 de janeiro de 2007, por volta de 12he30min, o denunciado arrombou a porta lateral da casa da vítima Franklin Fabrício da Silva Martinez e furtou vários objetos. Após o furto, o acusado foi contido por populares, passando a ser agredido, tendo sido socorrido por policiais militares que chegaram no local em uma viatura.

A denúncia foi recebida no dia 03.09.2007 (fl.71).

O acusado foi citado e apresentou resposta à acusaç¿o através da Defensoria Pública (fls.87/89).

Encaminhado os autos ao representante do Ministério Público, este requereu a extinç¿o da punibilidade com base no art. 109, inciso III, do CPB, por já ter se passado mais de 12 (doze) anos da data do recebimento da denúncia, tendo transcorrido o período que ultrapassa o prazo prescricional, culminando na perda do direito de punir do Estado (fls.229/230).

Brevemente relatado.

Passo a decidir.

Verifica-se que a prescriç¿o se caracteriza na forma de se ver livre dos reflexos de um delito devido ao transcurso de lapso temporal superior ao estipulado em lei para que o Estado exerça o seu direito de punir. No caso dos autos, trata-se do art. 107, inciso IV, c/c art. 109, inciso III, todos do Código Penal Brasileiro.

O profº. Tourinho Filho explica a prescriç¿o colocando que: ¿seu fundamento repousa na circunstância de que a aç¿o do tempo faz desaparecer o interesse do Estado, n¿o só em constatar a infraç¿o como, também, em executar a pena imposta. E mais, relata também que: o legislador fixa um prazo dentro no qual o Estado deve exercer sua pretens¿o punitiva ou sua pretens¿o executória. Se n¿o o fizer, o jus persequendi ou o jus punitionis se extingue... (Fernando da Costa Tourinho Filho, Processo Penal, vol. 01, pg. 546). ¿

Nota-se ainda que entre o recebimento da denúncia e a presente data, passaram-se mais de 12 (doze) anos. No crime apurado nestes autos, art. 155, § 4¿, I, do CPB, a pena que poderia ser aplicada ao denunciado seria de 02 (dois) a 08 (oito) anos de reclus¿o. Nesse caso a pretens¿o punitiva do Estado prescreve em 12(doze) anos, nos termos do art. 109, inciso III do CPB.

Diante de tudo o que foi exposto, declaro a extinç¿o da punibilidade do crime imputado a **TONI HENRIQUE MORAES TAVARES** por haver sucumbido a pretens¿o punitiva do Estado, com fulcro no art. 107, inciso VI, c/c art. 109, inciso III, todos do Código Penal Brasileiro.

Cientifique-se o MP. Após, arquivem-se os autos com as cautelas de lei.

Após o trânsito em julgado, procedam-se às anotaç¿es e comunicaç¿es devidas, dando-se a respectiva baixa.

P.R.I.C.

Belém/PA, 10 de setembro de 2021.

Horácio de Miranda Lobato Neto

Juiz de Direito

Processo nº. **0015626-29.2018.8.14.0401**

SENTENÇA COM RESOLUÇ¿O DE MÉRITO

EXTINÇ¿O DA PUNIBILIDADE

Cuida-se de AÇ¿O PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA intentada pelo Ministério Público Estadual em face de **CARLOS JOSÉ DOS SANTOS NASCIMENTO**, qualificado nos autos, incurso, em tese, nas penas do art. 155, § 3º, do Código Penal Brasileiro.

À fl. 133 consta a manifestaç¿o do representante do Ministério Público informando o falecimento do acusado **CARLOS JOSÉ DOS SANTOS NASCIMENTO**, ocorrido no dia 31.08.2018, conforme certid¿o de óbito à fl.126 dos autos. Pugna, ao final, pela extinç¿o da punibilidade do réu, em decorrência de sua morte, com base no art. 107, I, do CPB c/c art. 62 do CPP.

Relatado. Decido.

Disp¿e o art. 107, I, do CPB:

¿Art. 107. Extingue-se a punibilidade:

(...)

I ¿ Pela morte do agente;

(...)¿.

Com efeito, compulsando os autos, observa-se pela Certid¿o de Óbito encartada à fl. 126, atestando o falecimento do acusado **CARLOS JOSÉ DOS SANTOS NASCIMENTO**, ocorrido no dia 31 de agosto de 2018, raz¿o pela qual deve ser extinta sua punibilidade.

Ante o exposto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DE CARLOS JOSÉ DOS SANTOS NASCIMENTO, com fundamento no art. 107, I, do CPB, c/c art. 62 do CPP.

Após o trânsito em julgado, procedam-se às anotaç¿es e comunicaç¿es devidas, arquivando-se e dando-

se a respectiva baixa nos autos.

P. R. I.

Belém/PA, 13 de outubro de 2021.

Horácio de Miranda Lobato Neto

Juiz de Direito

Inquérito Policial nº 0000103-03.2015.8.14.0401

R.H.

Vistos.

Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar suposta prática do crime de les¿o corporal, previsto no art. 129, do CPB.

Consta dos autos, em síntese, que no dia 03.11.2013, por volta de 18h:30min, Pedro Paulo Santos Silva teria sido agredido pelo 3º Sargento da Polícia Militar, fato ocorrido na Passagem Santa Lúcia, quando a vítima comemorava com seus familiares e amigos o batizado de seu filho de 03(três) anos.

Depois de acurada análise, o Ministério Público postulou pelo arquivamento do IPL, por considerar que, embora a autoria do crime de les¿o corporal esteja comprovada nos autos, pelos depoimentos das testemunhas, carece o fato de comprovaç¿o quanto à materialidade, em virtude de n¿o ter sido juntado nos autos o laudo complementar de exame de corpo de delito que comprove a materialidade do crime em apuraç¿o, n¿o sendo possível iniciar a aç¿o penal por falta de elementos necessários ao oferecimento da peça acusatória.

Vieram-me os autos conclusos.

Relatado. Decido.

A titularidade da aç¿o penal é do Ministério Público. Assim o disposto no art. 100 do Código Penal e o artigo 24 do Código de Processo Penal. Nesse sentido, tendo o Ministério Público avaliado os autos do inquérito e requerido o seu arquivamento, e n¿o sendo o caso (como efetivamente n¿o é o dos autos) de desídia, ou de má apuraç¿o dos elementos do inquérito, cumpre o acatamento do requerimento do Ministério Público e a determinaç¿o de arquivamento, conforme o disposto no artigo 28 do Código de Processo Penal.

Assim sendo, o(a) representante do Parquet, opinou pelo arquivamento dos autos por se mostrar impossibilitado de proceder a Aç¿o Penal, em raz¿o de estar-se diante da hipótese de ausência de materialidade delitiva. Ensina TOURINHO FILHO (Prática de Processo Penal, **p. 78**), que: **¿Recebendo os autos de inquérito, pode, como vimos, o Promotor de Justiça requerer o seu arquivamento. E assim procede quando: a) o fato é atípico; b) a autoria é desconhecida; c) n¿o há prova razoável do fato ou de sua autoria.¿**

Destaco, ainda, da análise dos autos, que n¿o há elementos que possam ensejar a propositura de uma

Aç¿o Penal. Observa-se nos depoimentos prestados, documentos anexados aos autos e no relatório do Inquérito Policial, n¿o haver indícios suficientes de materialidade delitiva. Nesse sentido, acolho a promoç¿o do Ministério Público.

Ante o exposto, nos termos do art. 28 do Código de Processo Penal e súmula 524 do STF, determino o **ARQUIVAMENTO** destes autos de Inquérito Policial, com as devidas cautelas legais, até que surjam novas provas que possibilitem a denúncia.

P.R.I. **Após, arquivem-se os autos**.

Belém/PA, 13 de outubro de 2021.

Horácio de Miranda Lobato Neto

Juiz de Direito

SECRETARIA DA 6ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL

RESENHA: 19/11/2021 A 19/11/2021 - SECRETARIA DA 6ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 6ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00003014320208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Inquérito Policial em: 19/11/2021 ENVOLVIDO:PATRICK FRAZAO DO NASCIMENTO VITIMA:P. F. M. . ÃVistos, etc. Designo audiÃªncia para homologaÃ§Ã£o do termo de acordo de nÃ£o persecuÃ§Ã£o penal na data de 07/02/2022 as 11:00. Intime-se e cumpra-se. BelÃ©m/PA, 19 de novembro de 2021. Â SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES JuÃ-za de Direito Titular da 6Â° Vara Criminal de BelÃ©m/Pa PROCESSO: 00036635320208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Inquérito Policial em: 19/11/2021 VITIMA:O. E. INDICIADO:EDUARDO CHAVES BARBOSA. Ã© DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â R. H. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a cota ministerial datada de 06/10/2020, designo audiÃªncia de homologaÃ§Ã£o do termo de acordo de nÃ£o persecuÃ§Ã£o penal nos termos do art. 28-A do CPP, para o dia 14 de fevereiro de 2022 as 11.00 horas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adotem-se todas as medidas necessÃ¡rias para a intimaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se e cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 19 de novembro de 2021. Â Â Â SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00046659220198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ELIZETE PANTOJA CAMPELO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:DANIELY CRISTIANE FERREIRA PIMENTEL Representante(s): OAB 7165 - JOAO BATISTA FERREIRA MASCARENHAS (ADVOGADO) . Ã- O JuÃ-zo da 6Âª Vara Criminal da Capital intima o advogado, Dr. JOÃO BATISTA FERREIRA MASCARENHA Â¿ OAB/PA nÂ° 7165, referente ao processo nÂº. 0004665-92.2019.814.0401, no qual figuram como denunciado DANIELY CRISTIANE FERREIRA PIMENTEL, para que, no prazo de 10 (dez) dias, ofereÃ§a o novo endereÃ§o da denunciada, a fim de que participe da aÃ§Ã£o penal. PROCESSO: 00068596520198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 VITIMA:A. V. O. DENUNCIADO:IASMIN FARIAS DOS SANTOS DENUNCIADO:LUCAS AUGUSTO LEANDRO VIEIRA Representante(s): OAB 6992 - CARLOS JOSE MARQUES DUARTE (ADVOGADO) . Ã£Vistos etc. Vieram-me os autos conclusos para deliberaÃ§Ã£o acerca do pedido de revogaÃ§Ã£o da medida cautelar de monitoramento eletrÃ´nico e favor do rÃ©u LUCAS AUGUSTO LEANDRO VIEIRA, conforme fl. 83. Instado a se manifestar, o MinistÃ©rio PÃºblico posicionou-se desfavoravelmente ao referido pedido. Verifico nos autos que o rÃ©u encontra-se sob a medida cautelar a mais de 02 (dois) anos e 03 (trÃªs) meses, ao que, desde entÃ£o nÃ£o voltou a cometer delitos que originassem qualquer aÃ§Ã£o criminal. Ademais, se encontra atuante no processo, nÃ£o buscando esconder-se, atualizando seu endereÃ§o, conforme fl. 92, e atualmente trabalhando. Segundo a orientaÃ§Ã£o da ResoluÃ§Ã£o nÂº 213/2015 do CNJ a medida de monitoramento serÃ¡ excepcional e determinada apenas quando demonstrada a impossibilidade de concessÃ£o da liberdade provisÃ³ria sem cautelar ou de aplicaÃ§Ã£o de outra medida cautelar menos gravosa, sendo destinada a crimes dolosos punÃ-veis com pena privativa de liberdade mÃ¡xima superior a 4 (quatro) anos ou condenadas por outro crime doloso, em sentenÃ§a transitada em julgado. Recentemente, na forma da ResoluÃ§Ã£o NÂº 412 de 23/08/2021, estipulou-se que a referida medida deve ser decretada com prazo determinado, onde o prazo mÃ¡ximo de para reavaliaÃ§Ã£o da necessidade de manutenÃ§Ã£o por igual perÃ-odo Ã© de 90 (noventa) dias. No caso em concreto, o referido prazo jÃ¡ foi sobejamente transposto, pelo que, nÃ£o subsistindo nos autos elementos que justifiquem a manutenÃ§Ã£o da medida excepcional em voga, determino a REVOGAÃÃO DO MONITORAMENTO ELETRÃNICO em favor de LUCAS AUGUSTO LEANDRO VIEIRA, paraense, nascido em 22/12/1999, filho de Marizete Silva Leandro e Jaime Junior Vieira, residente na Passagem JosÃ© de Alencar, nÂ° 96-C, entre Primeiro de Dezembro e JoÃ£o Paulo II, Castanheira, BelÃ©m/PA. Esta decisÃ£o digitalizada servirÃ¡ como OfÃ-cio Ã SEAP para que adote as providÃªncias necessÃ¡rias para o cumprimento desta decisÃ£o. Em decorrÃªncia da retirada do monitoramento eletrÃ´nico, se faz necessÃ¡ria a imposiÃ§Ã£o de outra medida cautelar. Portanto, alÃ©m da outra cautelar presente nos autos Ã fl. 52, item Â¿aÂ¿, aplicar-lhe-Ã¡ a medida de comparecimento bimestral ao juizo para justificar suas atividades nos termos do art. 319, I, CPP. Ã preciso destacar que o descumprimento, pelo acusado, de sua obrigaÃ§Ã£o como parte do processo e o subsequente prejuÃ-zo Ã instruÃ§Ã£o criminal sÃ£o elementos justificadores da decretaÃ§Ã£o prisÃ£o preventiva. Encontrando-se

o rÃ©u em gozo de liberdade provisÃ³ria, sua conduta evasiva, causadora de prejuÃzo ao regular prosseguimento da instruÃ§Ã£o criminal e Ã aplicaÃ§Ã£o da lei penal, evidencia a necessÃ¡ria decretaÃ§Ã£o de sua custÃ³dia cautelar, nos termos dos art. 282, Â§4Â° e art. 312, ambos do CPP. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. ApÃ³s, conclusos. Intimem-se e cumpra-se. BelÃ©m/PA, 19 de novembro de 2021. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES JuÃza de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal da Comarca de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00069088220148140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 AUTORIDADE POLICIAL:DPC TANIA MARIA DOS SANTOS NASCIMENTO VITIMA:O. E. DENUNCIADO:ODAILTON JORGE OLIVEIRA BRITO Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . Ã©DESPACHO Oficie-se o a DIRETORIA DE IDENTIFICAÃÃO CRIMINAL Â¿ENEAS MARTINSÂ¿, a fim de renovar as diligÃªncias da decisÃ£o interlocutÃ³ria de fl. 57, para identificaÃ§Ã£o do acusado ODAILTON JORGE OLIVEIRA BRITO/HELSON DA SILVA CARDOSO/ECIO JUNIOR DA SILVA CARDOSO, seja providenciado sua identificaÃ§Ã£o criminal com aproveitamento do material colhido durante fase de inquÃ©rito, nos termos dos incisos IV e V do art. 3Â° da Lei 12.037/2009 BelÃ©m/PA, 19 de novembro de 2021. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES JuÃza de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m/PA Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: BELÃMÂ Â Email: 6crimebelem@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua TomÃ¡zia PerdigÃ£o, s/nÂº , Largo SÃ£o JoÃ£o, 1Âº andar, sala 110Â CEP: Â Â Bairro: CampinaÂ Â Fone: (91)3205-2111 PROCESSO: 00071251820208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 19/11/2021 QUERELANTE:MARCIA CAROLINE LOBO DA SILVA Representante(s): OAB 28229 - CLAUDIA VILHENA DA SILVA MAGALHAES (ADVOGADO) QUERELADO:CELSO LUIZ FLEXA DOS SANTOS. Ã©DESPACHO Tendo em vista a alegaÃ§Ã£o de dilaÃ§Ã£o processual em virtude da PORTARIA CONJUNTAÂ NÂ° 1/2020 DA PRESIDÃNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÃA, conforme consta na queixa-crime fls.04-verso a 05 dÃª-se vistas ao MinistÃ©rio Publico para que se manifestem conforme entendam de direito. BelÃ©m/PA, 19 de novembro de 2021. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES JuÃza de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m/PA Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: BELÃMÂ Â Email: 6crimebelem@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua TomÃ¡zia PerdigÃ£o, s/nÂº , Largo SÃ£o JoÃ£o, 1Âº andar, sala 110Â CEP: Â Â Bairro: CampinaÂ Â Fone: (91)3205-2111 PROCESSO: 00084636620168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Insanidade Mental do Acusado em: 19/11/2021 PACIENTE:ANTONIO CIPRIANO DA SILVA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (CURADOR) . Ã©DESPACHO Em razÃ£o da nÃ£o realizaÃ§Ã£o do mandado de intimaÃ§Ã£o de fl. 191, OFICIE-SE ao Centro de PerÃcias Renato Chaves, remetendo-se cÃ³pia s das principais peÃ§as do processo, no afÃ£ de que a referida instituiÃ§Ã£o designe nova data para a realizaÃ§Ã£o de novo exame de sanidade mental para o rÃ©u ANTÃNIO CIPRIANO DA SILVA. ApÃ³s marcada nova data para a realizaÃ§Ã£o do exame, intime-se o rÃ©u para que tome ciÃªncia da perÃcia agendada. BelÃ©m/PA, 19 de novembro de 2021. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES JuÃza de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m/PA Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: BELÃMÂ Â Email: 6crimebelem@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua TomÃ¡zia PerdigÃ£o, s/nÂº , Largo SÃ£o JoÃ£o, 1Âº andar, sala 110Â CEP: Â Â Bairro: CampinaÂ Â Fone: (91)3205-2111 PROCESSO: 00093129620208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:TARCIS COSTA CONCEICAO Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . Ã© Vistos etc. Recebi os autos nesta data e no estado em que se encontram. Deixo de analisar o pedido de prisÃ£o preventiva, para manifestar-me na data de audiÃªncia marcada para o dia 026/01/2022 Ã s 12:00. Intimem-se e cumpra-se. BelÃ©m/PA, 19 de novembro de 2021. Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues JuÃza de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00095926720208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 VITIMA:H. S. C. DENUNCIADO:JOAO CARLOS PACHECO DE OLIVEIRA DENUNCIADO:SADOQUE MONTEIRO DE ABREU. Ã© Vistos etc. Recebi os autos nesta data e no estado em que se encontram. Compulsando os

autos, observo que ao denunciado sadoque monteiro de abreu foi concedida liberdade provisÃ³ria, com a fixaÃ§Ã£o de medidas cautelares diversas da prisÃ£o. Â Considerando a cota ministerial de fls.50/83, constata-se que o mesmo voltou a praticar crime apÃ³s a referida concessÃ£o do benefÃ-cio de soltura, atraindo, portanto, a incidÃªncia do comando normativo previsto no art.316 c/c art.282, Â§4Âº, do CÃ³digo de Processo Penal, uma vez que se implementou fato novo a ensejar a revogaÃ§Ã£o das medidas cautelares ora aplicadas e exame da necessidade de decretaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva. Outrossim, entendo que ainda estÃ£o presentes os pressupostos da custÃ³dia cautelar, ou seja, os indÃ-cios de autoria e materialidade do delito, consubstanciados pelo auto de prisÃ£o em flagrante delito e peÃ§as que o compÃµem, bem como a necessidade de se garantir a ordem pÃºblica, sobretudo por conta da periculosidade do agente, decorrente de contumÃ¡cia delitiva, que mesmo neste perÃ-odo de medidas cautelares diversas, praticou outro crime. Nesse sentido, a jurisprudÃªncia do STJ jÃ¡ assentou entendimento de que a reiteraÃ§Ã£o delitiva constitui motivaÃ§Ã£o idÃ´nea para o decreto da custÃ³dia cautelar, como forma de assegurar a ordem pÃºblica. Nesse sentido, cito os seguintes precedentes: STJ-RHC 44.821/MG, Rel. Ministra Marilza Maynard (Desembargadora Convocada do TJ/SE), Sexta Turma, julgado em 03.04.2014, DJe 15.04.2014; e STJ - HC 287.417/MS, Rel. Ministro SebastiÃ£o Reis JÃºnior, Sexta Turma, julgado em 20.03.2014, DJe 10.04.2014; e STJ - HC 278.804.SP, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 20.03.2014, DJe 22.04.2014). NÃ£o Ã© cabÃ-vel a aplicaÃ§Ã£o das medidas cautelares alternativas Ã prisÃ£o, in casu, haja vista estarem presentes os requisitos para a decretaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva, consoante determina o art. 282, Â§ 6Âº, do CÃ³digo de Processo Penal. Ante o exposto, por vislumbrar situaÃ§Ã£o fÃ¡tica nova, decreto a prisÃ£o preventiva de SADOQUE MONTEIRO DE ABREU, com fulcro no art.312 c/c art.316 e art.282, Â§4, todos do CPP. ExpeÃ§a-se mandado de prisÃ£o. Intimem-se e cumpra-se. BelÃ©m/PA, 19 de novembro de 2021. Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues JuÃ-za de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00100249120178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 DENUNCIADO:ARLINDO DAVID TAVARES Representante(s): OAB 10781 - MARCO ANTONIO PINA DE ARAUJO (ADVOGADO) OAB 21437 - LORENA DAVID FREITAS TAVARES (ADVOGADO) VITIMA:A. C. . Ã£Vistos, etc. Recebo os autos nesta data e no estado em que se encontram. Tendo em vista a interposiÃ§Ã£o de Embargos de DeclaraÃ§Ã£o pelo MinistÃ©rio PÃºblico Ã s fls. 88/88-v e considerando sua tempestividade, certificada Ã fl. 89, dÃª-se vistas Ã Defesa do denunciado para que se manifeste conforme entenda de direito. Intime-se e cumpra-se, observadas as formalidades legais. BelÃ©m/PA, 19 de novembro de 2021. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES JuÃ-za de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m-PA PROCESSO: 00115802620208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Inquérito Policial em: 19/11/2021 VITIMA:O. E. INDICIADO:FABRICIO ALMEIDA CUNHA. Ã© DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â R. H. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a cota ministerial de fl. 28, designo audiÃªncia de homologaÃ§Ã£o do termo de acordo de nÃ£o persecuÃ§Ã£o penal nos termos do art. 28-A do CPP, para o dia 07 de fevereiro de 2022 as 11.00 horas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adotem-se todas as medidas necessÃ¡rias para a intimaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se e cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 19 de novembro de 2021. Â Â Â SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00126999020188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:JORGE COSTA GEMAQUE Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) OAB 27033 - DIEGO DA SILVA FIORESE (ADVOGADO) . Ã© Vistos etc. Recebi os autos nesta data e no estado em que se encontram. Tendo em vista que rÃ©u foi devidamente intimado, conforme fl. 89, mas nÃ£o compareceu aos atos processuais, decreto sua REVELIA nos termos do art. 367, CPP.Â Compulsando os autos, observo que ao denunciado Jorge Costa Gemaque foi concedida liberdade provisÃ³ria, com a fixaÃ§Ã£o de medidas cautelares diversas da prisÃ£o. Â Considerando a certidÃ£o criminal positiva Ã fl.116, constata-se que o mesmo voltou a praticar crime apÃ³s a referida concessÃ£o do benefÃ-cio de soltura, atraindo, portanto, a incidÃªncia do comando normativo previsto no art.316 c/c art.282, Â§4Âº, do CÃ³digo de Processo Penal, uma vez que se implementou fato novo a ensejar a revogaÃ§Ã£o das medidas cautelares ora aplicadas e exame da necessidade de decretaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva. Soma-se a isso, a quebra do monitoramento eletrÃ´nico e seu consequente extravio, medida cautelar a que estava sujeito, conforme as fls. 104/106. Outrossim, entendo que ainda estÃ£o presentes os pressupostos da custÃ³dia cautelar, ou seja, os indÃ-cios de autoria e materialidade

do delito, consubstanciados pelo auto de prisÃ£o em flagrante delito e peÃ§as que o compÃµem, bem como a necessidade de se garantir a ordem pÃºblica, sobretudo por conta do nÃ£o constrangimento do agente em infringir a lei, seja no que se refere a quebra de medida cautela, seja no que se refere a novos delitos, seja por encontrar-se em local incerto e nÃ£o sabido. Nesse sentido, a jurisprudÃªncia do STJ jÃ¡ assentou entendimento de que a reiteraÃ§Ã£o delitiva constitui motivaÃ§Ã£o idÃ´nea para o decreto da custÃ³dia cautelar, como forma de assegurar a ordem pÃºblica. Nesse sentido, cito os seguintes precedentes: STJ- RHC 44.821/MG, Rel. Ministra Marilza Maynard (Desembargadora Convocada do TJ/SE), Sexta Turma, julgado em 03.04.2014, DJe 15.04.2014; e STJ - HC 287.417/MS, Rel. Ministro SebastiÃ£o Reis JÃºnior, Sexta Turma, julgado em 20.03.2014, DJe 10.04.2014; e STJ - HC 278.804.SP, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 20.03.2014, DJe 22.04.2014).Â Â AlÃ©m deste, hÃ¡ de se ressaltar que, em razÃ£o da ausÃªncia de informaÃ§Ãµes a respeito de sua localizaÃ§Ã£o e diante do prejuÃzo Ã instruÃ§Ã£o criminal e da futura aplicaÃ§Ã£o da lei penal, alÃ©m da necessidade de se garantir a ordem pÃºblica e a conveniÃªncia da instruÃ§Ã£o criminal, Ã© imperiosa a decretaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva, eis que latente a presenÃ§a dos pressupostos dispostos no art. 312 do CÃ³digo de Processo Penal. Neste sentido, o Superior Tribunal de JustiÃ§a possui jurisprudÃªncia consolidada no sentido de que a necessidade da segregaÃ§Ã£o cautelar se impÃµe quando evidenciado que o denunciado se furta em se submeter a persecuÃ§Ã£o criminal, concretizando um dos requisitos do permissivo legal, ou seja, para assegurar a aplicaÃ§Ã£o da lei penal (STJ - HC 101.762, da minha relatoria, julgado em 04.10.2011; STJ - HC 106.816/PE, rel. min. Ellen Gracie, DJe nÂº 117, publicado em 20.06.2011; STJ - HC 107.863/SP, rel. min. Luiz Fux, DJe nÂº 98, publicado em 25.05.2011; STJ - HC 106.702/RJ, rel. min. CÃ¡rmen LÃºcia, DJe nÂº 100, publicado em 27.05.2011; e STJ - HC 101.934/RS, publicado em 08.10.2010; e STJ - HC 290.359Â¿MG, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Quinta Turma, julgado em 06Â¿05Â¿2014, DJe 13Â¿05Â¿2014). NÃ£o Ã© cabÃvel a aplicaÃ§Ã£o das medidas cautelares alternativas Ã prisÃ£o, in casu, haja vista estarem presentes os requisitos para a decretaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva, consoante determina o art. 282, Â§ 6Âº, do CÃ³digo de Processo Penal. Ante o exposto, pela quebra do monitoramento e por vislumbrar situaÃ§Ã£o fÃ¡tica nova, decreto a prisÃ£o preventiva de Jorge Costa Gemaque, com fulcro no art.312 c/c art.316 e art.282, Â§4, todos do CPP. ExpeÃ§a-se mandado de prisÃ£o. Ademais, redesigno a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 12.05.2022 Ã s 11:30. Intimem-se e cumpra-se. BelÃ©m/PA, 19 de novembro de 2021. Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues JuÃza de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00172447220198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:LUCAS ALBERTO MONTEIRO NASCIMENTO Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . Ã£Vistos etc. Considerando o teor da cota ministerial de fl. 14/14-v, diligencie-se no sentido de averiguar se LUCAS ALBERTO MONTEIRO NASCIMENTO se encontra custodiado em estabelecimento carcerÃ¡rio estadual, a fim de se esgotar a via da citaÃ§Ã£o pessoal, nos termos da orientaÃ§Ã£o fixada na sÃºmula nÂº. 351 do Supremo Tribunal Federal. Havendo confirmaÃ§Ã£o de que a rÃ©u nÃ£o integra a populaÃ§Ã£o carcerÃ¡ria, determino, desde jÃ¡, a realizaÃ§Ã£o da sua CITAÃÃO POR EDITAL, na forma do art.361 do CÃ³digo de Processo Penal. Caso nÃ£o seja encontrado apÃ³s citaÃ§Ã£o por edital, que se proceda ao cumprimento do disposto no art. 366, CPP, que seja, a suspensÃ£o do processo e do prazo prescricional. ApÃ³s transcorrido o prazo da citaÃ§Ã£o por edital, e restando infrutÃfera, retornem os autos conclusos. Deixo de analisar o pedido de prisÃ£o preventiva no presente momento atÃ© o retorno dos autos. BelÃ©m/PA, 19 de novembro de 2021. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES JuÃza de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00174197620138140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 DENUNCIADO:ANTONIO CIPRIANO DA SILVA Representante(s): OAB 26736 - BRENDA MARTINS DA SILVA (ADVOGADO) DENUNCIADO:PAMELA DO SOCORRO BARATA DOS SANTOS FERREIRA VITIMA:R. F. C. A. AUTORIDADE POLICIAL:DPC PERY NUNES NETTO. Ã©DESPACHO Determino o desentranhamento das fls. 187/192 para que sejam juntadas aos autos do processo 0008463-66.2016.8.14.0401. BelÃ©m/PA, 19 de novembro de 2021. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES JuÃza de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m/PA Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: BELÃMÂ Â Email: 6crimebelem@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua TomÃ¡zia PerdigÃ£o, s/nÂº , Largo SÃ£o JoÃ£o, 1Âº andar, sala 110Â CEP: Â Â Bairro: CampinaÂ Â Fone: (91)3205-2111 PROCESSO: 00182311120198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em:

19/11/2021 VITIMA:J. C. O. N. DENUNCIADO:ALEX SOUZA MOURAO Representante(s): OAB 20085 - MICHELLY CRISTINA SARDO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 25766 - KEVIN RUAN ALVES DOS ANJOS (ADVOGADO) OAB 26539 - THAIANY DE CASSIA DINIZ RAMOS (ADVOGADO) DENUNCIADO:RAFAEL HENRIQUE DAS NEVES MORAES Representante(s): OAB 25766 - KEVIN RUAN ALVES DOS ANJOS (ADVOGADO) . Ã£Vistos etc. Vieram-me os autos conclusos para deliberaÃ§Ã£o acerca do pedido de revogaÃ§Ã£o da medida cautelar de monitoramento eletrÃ´nico imposta ao rÃ©u ALEX SOUZA MOURÃO. Instado a se manifestar, o MinistÃ©rio PÃºblico posicionou-se desfavoravelmente ao referido pedido. Verifico nos autos que o rÃ©u ALEX SOUZA MOURÃO encontra-se sob a medida cautelar a mais de 670 (seiscentos e setenta) dias, ao que, desde entÃ£o nÃ£o voltou a cometer delitos que originassem qualquer aÃ§Ã£o criminal. Segundo a orientaÃ§Ã£o da ResoluÃ§Ã£o nº 213/2015 do CNJ a medida de monitoramento serÃ¡ excepcional e determinada apenas quando demonstrada a impossibilidade de concessÃ£o da liberdade provisÃ³ria sem cautelar ou de aplicaÃ§Ã£o de outra medida cautelar menos gravosa, sendo destinada a crimes dolosos punÃ-veis com pena privativa de liberdade mÃ¡xima superior a 4 (quatro) anos ou condenadas por outro crime doloso, em sentenÃ§a transitada em julgado. Recentemente, na forma da ResoluÃ§Ã£o NÂº 412 de 23/08/2021, estipulou-se que a referida medida deve ser decretada com prazo determinado, onde o prazo mÃ¡ximo de para reavaliaÃ§Ã£o da necessidade de manutenÃ§Ã£o por igual perÃ-odo Ã© de 90 (noventa) dias. No caso em concreto, o referido prazo jÃ¡ foi sobejamente transposto, pelo que, nÃ£o subsistindo nos autos elementos que justifiquem a manutenÃ§Ã£o da medida excepcional em voga, determino a REVOGAÃÃO DO MONITORAMENTO ELETRÃNICO, devendo ser mantidas as demais medidas cautelares impostas rÃ©u ALEX SOUZA MOURÃO, paraense, nascido em 10.05.1990, filho de JÃºlio CÃ©sar Queiroz MourÃ£o e Eliane Sueli Oliveira Souza, residente na Passagem Bom Jardim, nÂº 40, entre Lomas e Angustura, Pedreira, BelÃ©m/PA. Esta decisÃ£o digitalizada servirÃ¡ como OfÃ-cio Ã SEAP para que adote as providÃªncias necessÃ¡rias para o cumprimento desta decisÃ£o. Ã preciso destacar que o descumprimento, pelo acusado, de sua obrigaÃ§Ã£o como parte do processo e o subsequente prejuÃ-zo Ã instruÃ§Ã£o criminal sÃ£o elementos justificadores da decretaÃ§Ã£o prisÃ£o preventiva. Encontrando-se o rÃ©u em gozo de liberdade provisÃ³ria, sua conduta evasiva, causadora de prejuÃ-zo ao regular prosseguimento da instruÃ§Ã£o criminal e Ã aplicaÃ§Ã£o da lei penal, evidencia a necessÃ¡ria decretaÃ§Ã£o de sua custÃ³dia cautelar, nos termos dos art. 282, Â§4Â° e art. 312, ambos do CPP. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Em relaÃ§Ã£o ao pedido de fls. 97/98, dÃª-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para que se manifeste. ApÃ³s, conclusos. Intimem-se e cumpra-se. BelÃ©m/PA, 19 de novembro de 2021. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES JuÃ-za de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal da Comarca de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00191795520168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Termo Circunstanciado em: 19/11/2021 AUTOR DO FATO:CLEVIA DA SILVA FERREIRA AUTOR DO FATO:MARIA DE NAZARE DE OLIVEIRA FERREIRA VITIMA:M. . ÃVistos. Recebi os autos nesta data e no estado em que se encontram. Em parecer exarado nos autos, o MinistÃ©rio PÃºblico/PA requereu a este juÃ-zo o arquivamento do inquÃ©rito policial com fulcro no art.18, do CPP. Como Ã© cediÃ§o, nÃ£o hÃ¡ previsÃ£o legal das hipÃ³teses de arquivamento do inquÃ©rito policial. Ã dizer, a nossa legislaÃ§Ã£o nÃ£o apresenta um rol especÃ-fico com as situaÃ§Ãµes em que, apÃ³s encerradas as investigaÃ§Ãµes, o Promotor deveria optar pelo arquivamento, e nÃ£o pela denÃºncia ou requisiÃ§Ã£o de novas diligÃªncias. Assim, pacificou-se o entendimento de que o arquivamento do inquÃ©rito policial Ã© admissÃ-vel nos casos previstos no art. 395 (rejeiÃ§Ã£o da denÃºncia) Â¿ com exceÃ§Ã£o da inÃ©pcia da denÃºncia ou queixa, por Ã³bvio Â¿ e no art. 397 (absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria), ambos do CÃ³digo de Processo Penal. Destarte, Ã© cabÃ-vel o arquivamento do inquÃ©rito policial se faltar pressuposto processual, condiÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o ou justa causa, assim como nos casos de existÃªncia manifesta de causa de atipicidade, excludente de ilicitude ou de culpabilidade (salvo inimputabilidade) ou tendo ocorrido alguma causa extintiva da punibilidade. Nesse sentido, ensina Tourinho Filho (PrÃ¡tica de Processo Penal, p. 78), que: "recebendo os autos de inquÃ©rito, pode, como vimos, o Promotor de JustiÃ§a requerer o seu arquivamento. E assim procede quando: a) o fato Ã© atÃ-pico; b) a autoria Ã© desconhecida; e c) nÃ£o hÃ¡ prova razoÃ¡vel do fato ou de sua autoria". De acordo com a manifestaÃ§Ã£o ministerial, na apuraÃ§Ã£o administrativa dos fatos narrados no inquÃ©rito policial, apÃ³s diligÃªncias requeridas pelo Parquet e os esforÃ§os empreendidos pelas autoridades policias em aÃ§Ãµes de investigaÃ§Ã£o, os elementos de informaÃ§Ã£o reunidos durante o procedimento demonstram que nÃ£o restou configurada a existÃªncia de culpa ou dolo por parte de terceiros, de sorte que, no caso presente, inexiste justa causa para a deflagraÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, nÃ£o havendo outro caminho a seguir, senÃ£o aquele que conduz ao arquivamento dos autos de inquÃ©rito policial em comento. ISTO POSTO, nos termos do art. 18 do CÃ³digo de Processo Penal, acompanho o parecer do

MinistÃ©rio PÃºblico e, por conseguinte, determino o arquivamento destes autos de inquÃ©rito policial, observadas as cautelas legais. P.R.I.C. BelÃ©m/PA, 27 de outubro de 2021. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES JuÃ-za de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal da Comarca de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00266761820198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 VITIMA:M. S. F. DENUNCIADO:FERNANDO CASTRO MACHADO Representante(s): OAB 28712 - THAMIRES PRISCILA DE SENA HAICK (ADVOGADO) . Ã© Vistos, etc. 1. Recebi os autos nesta data e no estado em que se encontram. 2. Em razÃ£o da manifestaÃ§Ã£o da defesa de fls. 40/42, instruÃ-da com laudo psiquiÃ¡trico, suscitando a condiÃ§Ã£o de insanidade mental do rÃ©u FERNANDO CASTRO MACHADO, qualificado nos autos, determino a instauraÃ§Ã£o de incidente processual nos termos do art. 149 do CPP.Â Â 3. Determino a suspensÃ£o do processo em relaÃ§Ã£o ao rÃ©u ESMAEL FERREIRA DA SILVA e nomeio a advogada Dra. THAMIRES PRISCILA DE SENA HAICK para funcionar como sua curadora, na forma do art. 149, Â§2Âº, do CPP. 4. Baixe-se a portaria respectiva, devendo o incidente de insanidade mental ser processado em autos apartados. ApÃ³s a apresentaÃ§Ã£o do laudo, apensem-se os autos do incidente ao processo principal.Â 5. DÃª-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para que, no prazo da lei, formule os quesitos que entenda necessÃ¡rios ao Incidente de Insanidade Mental. 6. ApÃ³s, oficie-se ao Centro de PerÃ-cias CientÃ-ficas Â¿Renato ChavesÂ¿, remetendo-lhes cÃ³pias das principais peÃ§as do processo judicial para que designe data para realizaÃ§Ã£o do exame de sanidade mental. Uma vez designada a data, intime-se o rÃ©u FERNANDO CASTRO MACHADO para que realize o referido exame. 7. Intimem-se e cumpra-se, observadas as formalidades legais. BelÃ©m/PA, 19 de novembro de 2021. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES JuÃ-za de Direito Titular da 6Âº Vara Criminal de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00277008620168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 VITIMA:S. D. S. A. Representante(s): OAB 23464 - ÍCARO ANDRADE SILVA TEIXEIRA (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO) OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 12564 - ALEX AUGUSTO DE SOUZA E SOUZA (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO) DENUNCIADO:ROMULO MULLER DOS SANTOS MELO Representante(s): OAB 16279 - RANYELLY MARISE DOS SANTOS PAES (ADVOGADO) . ÃVistos. Recebi os autos nesta data e no estado em que se encontram. Defiro o pedido de habilitaÃ§Ã£o do Assistente de AcusaÃ§Ã£o. Quanto Ã indicaÃ§Ã£o de perito de Ã³rgÃ£o oficial, este JuÃ-zo determina a nomeaÃ§Ã£o do perito HINTON B. CARDOSO JUNIOR, CRM4131-PA, o qual firmou Laudo Pericial do CPC Renato Chaves, tendo em vista que jÃ¡ atuou no presente feito, bem como em razÃ£o da outra opÃ§Ã£o residir no municÃ-pio de SantarÃ©m/PA. DÃª-se vistas Ã s partes para que formulem, no prazo de 15 (quinze) dias, os quesitos que entendam necessÃ¡rios ao esclarecimento dos Laudos presentes nos autos. ApÃ³s, intime-se o perito para responder aos referidos quesitos. Em seguida, vistas Ã s partes para que se manifestem conformem entendam de direito. Em tempo, defiro a nomeaÃ§Ã£o de STELA KARLA MOURA CORREA VAZ, como Assistente TÃ©cnica. P.R.I.C. BelÃ©m/PA, 19 de novembro de 2021. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES JuÃ-za de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal da Comarca de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00278531720198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 DENUNCIADO:WELLINGTON PATRICK DO ESPIRITO SANTO DENUNCIADO:WILLIAM SANTOS RODRIGUES DENUNCIADO:CARLOS SERGIO DOS REIS LOPES VITIMA:C. S. F. VITIMA:M. P. P. B. VITIMA:L. R. A. C. . Vistos etc. Recebi os autos nesta data e no estado em que se encontram. Determino que o rÃ©u CARLOS SÃRGIO DOS REIS, seja intimado pessoalmente, para que apresente justificativa acerca do descumprimento do monitoramento eletrÃ´nico. ApÃ³s voltem-me conclusos. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Intimem-se e cumpra-se. BelÃ©m/PA, 19 de novembro de 2021. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES JuÃ-za de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00312245720178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 VITIMA:T. S. F. N. VITIMA:L. F. D. S. DENUNCIADO:LUCIANA DE PAULA CARVALHO DE ARAUJO DENUNCIADO:VINICIUS DE OLIVEIRA REIS Representante(s): OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) . Ã© Vistos etc. Recebi os autos nesta data e no estado em que se encontram. Compulsando os autos, observo que aos acusados LUCIANA DE PAULA CARVALHO ARAUJO e VINICIUS DE OLIVEIRA REIS fora concedida liberdade provisÃ³ria, com a fixaÃ§Ã£o de medidas cautelares diversas da prisÃ£o. Â Considerando o teor da certidÃ£o de fl. 51, constata-se que Luciana de Paula descumpriu a medida cautelar correspondente ao monitoramento eletrÃ´nico, e isto mais

de uma vez, atraindo, portanto, a incidÃªncia do comando normativo previsto no art. 282, Â§4Âº, do CÃ³digo de Processo Penal. Em relaÃ§Ã£o ao Vinicius de Olivera Reis, observa-se que tambÃ©m descumpriu a medida de monitoramento eletrÃ´nico, conforme fl. 83, e em pesquisa ao INFOPEN consta que o rÃ©u ainda encontra-se evadido. Nesse sentido, em razÃ£o da ausÃªncia de informaÃ§Ãµes a respeito de sua localizaÃ§Ã£o e diante do prejuÃ-zo Ã instruÃ§Ã£o criminal e da futura aplicaÃ§Ã£o da lei penal, alÃ©m da necessidade de se garantir a ordem pÃºblica e a conveniÃªncia da instruÃ§Ã£o criminal, Ã© imperiosa a decretaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva, eis que latente a presenÃ§a dos pressupostos dispostos no art. 312 do CÃ³digo de Processo Penal. Neste sentido, o Superior Tribunal de JustiÃ§a possui jurisprudÃªncia consolidada no sentido de que a necessidade da segregaÃ§Ã£o cautelar se impÃµe quando evidenciado que o denunciado se furta em se submeter a persecuÃ§Ã£o criminal, concretizando um dos requisitos do permissivo legal, ou seja, para assegurar a aplicaÃ§Ã£o da lei penal (STJ - HC 101.762, da minha relatoria, julgado em 04.10.2011; STJ - HC 106.816/PE, rel. min. Ellen Gracie, DJe nÂº 117, publicado em 20.06.2011; STJ - HC 107.863/SP, rel. min. Luiz Fux, DJe nÂº 98, publicado em 25.05.2011; STJ - HC 106.702/RJ, rel. min. CÃ¡rmen LÃºcia, DJe nÂº 100, publicado em 27.05.2011; e STJ - HC 101.934/RS, publicado em 08.10.2010; e STJ - HC 290.359Â¿MG, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Quinta Turma, julgado em 06Â¿05Â¿2014, DJe 13Â¿05Â¿2014). O MinistÃ©rio PÃºblico manifestou-se pela revogaÃ§Ã£o da liberdade provisÃ³ria do acusados em razÃ£o da quebra da medida cautelar imposta aos rÃ©us, conforme Ã© verificado em parecer exarado em fl.85/67. ISTO POSTO, tendo em vista o desinteresse dos denunciados em relaÃ§Ã£o Ã satisfaÃ§Ã£o da justiÃ§a criminal, e por tudo mais que nos autos, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA DE LUCIANA DE PAULA CARVALHO DE ARAÃJO e VINÃCIUS DE OLIVEIRA REIS, qualificados nos autos, nos termos do art. 312 c/c art. 282, Â§4Âº do CPP, em razÃ£o da quebra da medida cautelar imposta aos rÃ©us. ExpeÃ§a-se o competente Mandado de PrisÃ£o. Ademais, considerando que a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o designada para o dia 14/09/2021 nÃ£o veio a ocorrer, redesigno-a para o dia 14/04/2022 Ã s 11:30. Intimem-se os denunciados para que compareÃ§am na audiÃªncia nestaÂ data supracitada. P.R.I.C. BelÃ©m/PA, 18 de novembro de 2021. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES JuÃ-za de Direito Titular da 6Âª Vara Criminal de BelÃ©m-PA PROCESSO: 00247804720138140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: MENOR: V. M. I. AUTORIDADE POLICIAL: M. C. F. DENUNCIADO: J. S. T. Representante(s): OAB 7230 - ELVES DE FREITAS (ADVOGADO) VITIMA: Y. W. C. S. AUTOR: A. R. M. P.

SECRETARIA DA 8ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL

RESENHA: 18/11/2021 A 18/11/2021 - SECRETARIA DA 8ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 8ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00020491320208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MURILO LEMOS SIMAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:RYAN ALESSANDRO COELHO DE CASTRO Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) DENUNCIADO:FELIPE THIAGO DA SILVA TELES VITIMA:R. L. F. PROMOTOR:SETIMA PROMOTORIA DE JUSTICA DO JUIZO SINGULAR. DECISÃO Â Â Â Â Â FELIPE THIAGO SILVA TELES e RYAN ALESSANDRO COELHO DE CASTRO sÃ£o acusados da prÃ¡tica do crime descrito no art.157, Â§2, II e Â§2-A, I, do CPB. Â Â Â Â Â A denÃºncia foi protocolada no dia 12.11.2020, tendo sido recebida no dia 25.11.2020. Â Â Â Â Â O rÃ©u Ryan Alessandro Coelho de Castro foi citado pessoalmente Ã s fls. 159, e a resposta Ã sua acusaÃ§Ã£o foi apresentada pela Defensoria PÃºblica Ã fl. 161. Â Â Â Â Â O rÃ©u Felipe Thiago da Silva Teles, a priori foi intimado via DJE, razÃ£o pela qual este juÃ-zo ao analisar a resposta Ã acusaÃ§Ã£o do rÃ©u Ryan determinou a produÃ§Ã£o antecipada de provas, designando audiÃªncia para 31/01/2022 (fl. 162). Â Â Â Â Â Entretanto, Ã s fls.163 a 165, a Defensoria PÃºblica apresentou a resposta Ã acusaÃ§Ã£o do rÃ©u Felipe Thiago da Silva Teles, juntando tambÃ©m o endereÃ§o atualizado do rÃ©u, onde ele pÃ´de ser citado pessoalmente conforme consta Ã fl. 168. Â Â Â Â Â A defesa dos rÃ©us informa que irÃ¡ manifestar-se quanto ao mÃ©rito no momento das alegaÃ§Ãµes finais e requer que sejam ouvidas as mesmas testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico, e a possibilidade de substituÃ--las no momento oportuno. Â Â Â Â Â Verifico que merece prosperar tal pleito, todavia, com a ressalva que para haver substituiÃ§Ã£o dessas testemunhas a posteriori, deve obedecer Ã s hipÃ³teses do art.451 do CPC, aplicado por analogia ao processo penal, quais sejam: Â Art. 451. Depois de apresentado o rol de que tratam osÂ Â§Â§ 4Âº e 5Âº do art. 357Â , a parte sÃ³ pode substituir a testemunha: I - que falecer; II - que, por enfermidade, nÃ£o estiver em condiÃ§Ãµes de depor; III - que, tendo mudado de residÃªncia ou de local de trabalho, nÃ£o for encontrada. Â Â Â Â Â A anÃ¡lise da resposta Ã acusaÃ§Ã£o propicia a certeza de que a denÃºncia apresenta os elementos exigidos no artigo 41, da lei adjetiva penal e que nÃ£o se apresentam pressupostos para absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria, contidos no artigo 397, do CPP e seus incisos: a) ausentes quaisquer das excludentes da ilicitude do fato previstas no art. 23 do CP, quais sejam: estado de necessidade, legÃ-tima defesa e estrito cumprimento do dever legal ou no exercÃ-cio regular de direito; b) ausentes quaisquer das causas excludentes da culpabilidade do agente descritas nos arts. 21, 22 e 28, Â§ 1Â°, CP; c) nÃ£o se trata ainda de causa subjetiva de extinÃ§Ã£o de punibilidade do agente prevista nos arts. 107 e seguintes do CP, motivo pelo qual determino que o rÃ©u seja intimado para a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento jÃ¡ designada Ã fl. 162. Â Â Â Â Â Junte-se aos autos a certidÃ£o de antecedentes criminais atualizadas dos denunciados. Â Â Â Â Â Finalmente, encaminhe-se ao MinistÃ©rio PÃºblico a fim de manifestar-se acerca do pedido de retirada de monitoramento eletrÃ´nico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se, Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 18 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dr. Murilo Lemos SimÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito respondendo pela 8Âª Vara Criminal PROCESSO: 00056208920208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:YURI NILO MENDES GARCIA Representante(s): OAB 23307 - CAIO HENRIQUE PINTO CAVALCANTE (ADVOGADO) VITIMA:O. E. PROMOTOR:SETIMA PROMOTORIA DE JUSTICA DO JUIZO SINGULAR. Aos 18 dias do mÃªs de novembro do ano de 2021, nesta cidade de BelÃ©m, Estado do ParÃ¡, FÃ³rum Criminal, na sala de audiÃªncias da 8Âª Vara Criminal do JuÃ-zo Singular, onde se achavam presentes, Exmo. Sr. Juiz de Direito Murilo Lemos SimÃ£o, em exercÃ-cio pela 8Âª Vara Criminal, o Promotor de JustiÃ§a Marco AurÃ©lio Lima do Nascimento e o servidor Hugo Pinheiro. Foi aberta a audiÃªncia e efetuado o pregÃ£o de praxe, nos autos do processo nÂº 0005620-89.2020.8.14.0401. Presente o acusado YURI NILO MENDES GARCIA, representado(a) pelo(a) Advogado (a) Dr(a) CAIO HENRIQUE PINTO CAVALCANTE OAB PA 23307. Presente(s) as vÃ-timas: GIRLANE SOUZA DE MELO Rg NÂº 3628266 , ALINE BATISTA RODRIGUES Rg NÂº 3341263, ANDERSON JANILSON DE OLIVEIRA VIEIRA Rg NÂº 3611092, SIMONE DE JESUS DA FONSECA LOUREIRO, cujo(s) depoimento(s) consta(m) gravado(s) em mÃ-dia de Ã¡udio e vÃ-deo que segue juntada aos presentes autos. Fica(m) a(s) testemunha(s) dispensada(s) de assinatura de termo de comparecimento. Presente(s) as TESTEMUNHAS DE ACUSAÃÃO: JANE SOUSA SENA DE ARAÃJO Rg NÂº 458287, MÃRIO JOSÃ LIMA SANTOS Rg NÂº 3749165 e IGOR PACHECO DE ALMEIDA BEZERRA OAB nÂ° 20847, cujo(s) depoimento(s) consta(m) gravado(s) em mÃ-dia de

Ã¡udio e vÃ-deo que segue juntada aos presentes autos. Fica(m) a(s) testemunha(s) dispensada(s) de assinatura de termo de comparecimento. Ausentes as vÃ-timas: LUIZ CLÃUDIO DE MAGALHÃES CHAVES e MARIA CELESTE BASTOS MIRALHA. O representante do MinistÃ©rio PÃºblico desiste das oitivas das vÃ-timas. O magistrado, ouvido o advogado de defesa que nada tem a opor, homologou a desistÃªncia das vÃ-timas. Em seguida, foi interrogado o acusado YURI NILO MENDES GARCIA, cuja qualificaÃ§Ã£o e declaraÃ§Ã£o consta gravada na mÃ-dia de Ã¡udio e vÃ-deo que segue juntada aos autos. Foi feita a leitura da DENÃNCIA, a fim de cientificÃ¡-lo acerca da acusaÃ§Ã£o que lhe Ã© feita. ApÃ³s a qualificaÃ§Ã£o, o magistrado informou o acusado sobre o seu direito de permanecer calado e nÃ£o responder Ã s perguntas que lhe forem formuladas, nos termos do art. 186, do CPP. Encerrada a instruÃ§Ã£o o magistrado intima as partes acerca de diligÃªncias que queiram requerer, na fase do art. 402, do CPP. ManifestaÃ§Ã£o da RMP: Nada requer. ManifestaÃ§Ã£o da DEFESA: Nada requer. O representante do MinistÃ©rio PÃºblico apresenta AlegaÃ§Ãµes finais de forma oral, na qual pede a condenaÃ§Ã£o nos termos da denÃºncia. As alegaÃ§Ãµes do RMP seguem gravada em mÃ-dia de Ã¡udio e vÃ-deo juntada ao processo. Instado, o advogado pediu prazo para apresentar memoriais. DELIBERAÃÃO: âFica o advogado do rÃ©u intimado para apresentar memoriais, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 403, Â§3Âº, do CPP. ApÃ³s, conclusos para sentenÃ§aâ. E, como nada mais houvesse a tratar ou discutir, lavro a presente ata que, lida e achado conforme, vai devidamente assinada. Eu, _____, Hugo Pinheiro, Auxiliar JudiciÃ¡rio da 8Âª Vara Criminal, digitei e subscrevi. Dr. Murilo Lemos SimÃ£o Juiz de Direito, em exercÃ-cio na 8Âª Vara Criminal PROCESSO: 00146257220198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MURILO LEMOS SIMAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:JOSE LUIS AIRES DE SOUZA Representante(s): OAB 16932 - JOSE AUGUSTO COLARES BARATA (ADVOGADO) VITIMA:P. C. A. PROMOTOR:SETIMA PROMOTORIA DE JUSTICA DO JUIZO SINGULAR. Aos 18 dias do mÃªs de novembro do ano de 2021, nesta cidade de BelÃ©m, Estado do ParÃ¡, FÃ³rum Criminal, na sala de audiÃªncias da 8Âª Vara Criminal do JuÃ-zo Singular, onde se achavam presentes, o Exmo. Sr. Juiz de Direito Murilo Lemos SimÃ£o, em exercÃ-cio pela 8Âª Vara Criminal, o Promotor de JustiÃ§a Marco AurÃ©lio Lima do Nascimento e o servidor Hugo Pinheiro. Foi aberta a audiÃªncia e efetuado o pregÃ£o de praxe, nos autos do processo nÂº 0014625-72.2019.8.14.0401. Presente o acusado JOSE LUIS AIRES DE SOUZA, representado(a) pelo(a) Advogado JOSE AUGUSTO COLARES BARATA OAB PA 16932. Presente(s) a testemunha de acusaÃ§Ã£o: DIEGO DE PAULO MACHADO DA SILVA Rg NÂ° 34993 (PM), cujo(s) depoimento(s) consta(m) gravado(s) em mÃ-dia de Ã¡udio e vÃ-deo que segue juntada aos presentes autos. Fica(m) a(s) testemunha(s) dispensada(s) de assinatura de termo de comparecimento. Ausente a vÃ-tima: PATRICK CASTRO DO AMARAL. O RMP desiste da oitiva da vÃ-tima. O magistrado, ouvido o advogado de defesa que nada tem a opor, homologa a desistÃªncia. Em seguida, foi interrogado o acusado JOSE LUIS AIRES DE SOUZA, cuja qualificaÃ§Ã£o e declaraÃ§Ã£o consta gravada na mÃ-dia de Ã¡udio e vÃ-deo que segue juntada aos autos. Foi feita a leitura da DENÃNCIA, a fim de cientificÃ¡-lo acerca da acusaÃ§Ã£o que lhe Ã© feita. ApÃ³s a qualificaÃ§Ã£o, o magistrado informou o acusado sobre o seu direito de permanecer calado e nÃ£o responder Ã s perguntas que lhe forem formuladas, nos termos do art. 186, do CPP. Encerrada a instruÃ§Ã£o o magistrado intima as partes acerca de diligÃªncias que queiram requerer, na fase do art. 402, do CPP. ManifestaÃ§Ã£o da RMP: Nada requer. ManifestaÃ§Ã£o da DEFESA: Nada requer. DELIBERAÃÃO: âConsiderando a ausÃªncia de diligÃªncias na fase do art. 402 do CPP, abra-se vista Ã promotoria e apÃ³s a defesa para memoriais, no prazo igual e sucessivo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 403, Â§3Âº, do CPP. ApÃ³s, conclusos para sentenÃ§aâ. E, como nada mais houvesse a tratar ou discutir, lavro a presente ata que, lida e achado conforme, vai devidamente assinada. Eu, _____, Hugo Pinheiro, Auxiliar JudiciÃ¡rio da 8Âª Vara Criminal, digitei e subscrevi. Dr. Murilo Lemos SimÃ£o Juiz de Direito, em exercÃ-cio na 8Âª Vara Criminal

SECRETARIA DA 10ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL

RESENHA: 17/11/2021 A 18/11/2021 - SECRETARIA DA 10ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 10ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00060091120198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SANDRA MARIA FERREIRA CASTELO BRANCO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:CHRISTIAN THIAGO DA SILVA GOMES Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 1) Defiro o pedido das partes, concedendo-lhes prazo de 5 (cinco) dias para o oferecimento de memoriais escritos nos termos do art. 403, Â§3Âº., do CPP; primeiramente a acusaÃ§Ã£o e, em seguida, a defesa; antes, porÃ©m, junte-se a certidÃ£o de antecedentes criminais atualizada do denunciado; 2) Apresentados os memoriais escritos, venham-me os autos conclusos para julgamento; 3) Cientes os participantes. Cumpra-se. PROCESSO: 00094587420198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SANDRA MARIA FERREIRA CASTELO BRANCO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:ELVIS ROBERTO FURTADO MORAES Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) VITIMA:R. S. S. . DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 1) Ante o exposto, designo audiÃªncia para o dia 12 de MAIO de 2022 Ã s 10:30 horas, para o interrogatÃ³rio do acusado; 2) Homologo as desistÃªncias da oitiva da vÃ-tima RENATO SANTOS DE SOUZA e da inquiriÃ§Ã£o da testemunha PM FÃBIO HOLANDA NUNES manifestada pelo RMP Ã fl. 32; 3) Intime-se pessoalmente o denunciado ELVIS ROBERTO FURTADO MORAES para a audiÃªncia designada no item â1â, levando-se em consideraÃ§Ã£o o endereÃ§o indicado Ã fl. 40-verso, qual seja: Travessa WE-01, casa 16, Conjunto COHAB, bairro TenonÃ©, BelÃ©m/PA; 4) Vistas ao Defensor PÃºblico para informar, no prazo de 05 (cinco) dias, se possui endereÃ§o diverso e atual do denunciado para indicar; 5) Cientes os participantes. Cumpra-se. PROCESSO: 00094587420198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON ALCANTARA VEIGA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:ELVIS ROBERTO FURTADO MORAES Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) VITIMA:R. S. S. . DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 1) Ante o exposto, designo audiÃªncia para o dia 12 de MAIO de 2022 Ã s 10:30 horas, para o interrogatÃ³rio do acusado; 2) Homologo as desistÃªncias da oitiva da vÃ-tima RENATO SANTOS DE SOUZA e da inquiriÃ§Ã£o da testemunha PM FÃBIO HOLANDA NUNES manifestada pelo RMP Ã fl. 32; 3) Intime-se pessoalmente o denunciado ELVIS ROBERTO FURTADO MORAES para a audiÃªncia designada no item â1â, levando-se em consideraÃ§Ã£o o endereÃ§o indicado Ã fl. 40-verso, qual seja: Travessa WE-01, casa 16, Conjunto COHAB, bairro TenonÃ©, BelÃ©m/PA; 4) Vistas ao Defensor PÃºblico para informar, no prazo de 05 (cinco) dias, se possui endereÃ§o diverso e atual do denunciado para indicar; 5) Cientes os participantes. Cumpra-se. PROCESSO: 00114856420188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SANDRA MARIA FERREIRA CASTELO BRANCO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:SILAS DA SILVA MARTIRES Representante(s): OAB 23281 - DENIEL RUIZ DE MORAES (ADVOGADO) . DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 1) Defiro o pedido das partes, concedendo-lhes prazo de 5 (cinco) dias para o oferecimento de memoriais escritos nos termos do art. 403, Â§3Âº., do CPP; primeiramente a acusaÃ§Ã£o e, em seguida, a defesa; antes, porÃ©m, junte-se a certidÃ£o de antecedentes criminais atualizada do denunciado; 2) Apresentados os memoriais escritos, venham-me os autos conclusos para julgamento; 3) Cientes os participantes. Cumpra-se. PROCESSO: 00199754120198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SANDRA MARIA FERREIRA CASTELO BRANCO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:PAULO ROBERTO SANTOS PIMENTEL Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) VITIMA:H. S. C. VITIMA:J. A. A. F. VITIMA:W. A. F. VITIMA:I. A. F. . DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 1) Ante o exposto, abro vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para se manifestar acerca das vÃ-timas JOÃO ALEXANDRE ALVES FURTADO, INÃCIA ALVES FURTADO, HEYDER DOS SANTOS CHAGAS e WALMIR ALVES FURTADO no prazo de 05 (cinco) dias; 2) Apresentada a manifestaÃ§Ã£o do M.P., venham-me os autos conclusos; 3) Cientes os participantes. Cumpra-se.

SECRETARIA DA 4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM

EDITAL Nº 001/2021-GJ

Faço público para conhecimento dos jurisdicionados e demais interessados, que para cumprimento do disposto no art. 10 do provimento nº 04/2001 da Corregedoria Geral de Justiça, será realizada **CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA,** nos dias **25 a 28 de janeiro de 2022,** a partir das 08:00 HORAS, na Secretaria Judicial da 4ª Vara do Tribunal do Júri de Belém.

Nesta oportunidade, serão recebidas as reclamações, pedidos e sugestões diversas advindas dos interessados acerca dos serviços forenses referentes a 4ª Vara do Tribunal do Júri de Belém, pelo que, convido à participação de todos os interessados.

Façam-se as comunicações necessárias. Publique-se, Registre e Cumpra-se.

Belém/PA, 19 de novembro de 2021.

CLAUDIO HERNANDES SILVA LIMA

JUÍZ DE DIREITO DA 4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM

SECRETARIA DA 3ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

RESENHA: 18/11/2021 A 18/11/2021 - SECRETARIA DA 3ª VARA DE JUIZADO VIOL DOMEST/FAM - MULHER DE BELEM - VARA: 3ª VARA DE JUIZADO VIOL DOMEST/FAM -MULHER DE BELEM PROCESSO: 00000100920218140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARIANI PRATTI DA SILVA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 18/11/2021 REQUERENTE:INGRID GOMES DE MELO REQUERIDO:HILTON ALEXANDRE BARBOSA MACIEL. CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â Certifico, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. Â Â Â Â Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 18 de novembro de 2021 ARIANI PRATTI Diretora de Secretaria 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos no sistema LIBRA em razÃ£o do transitado em julgado da sentenÃ§a, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 18 de novembro de 2021 ARIANI PRATTI Diretora de Secretaria 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher PROCESSO: 00000839020218145150 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARIANI PRATTI DA SILVA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 18/11/2021 REQUERENTE:JOSSY DO SOCORRO BAIA PINHEIRO DE JESUS REQUERIDO:KLEBY ROBERTO FERREIRO PINHEIRO Representante(s): OAB 19807 - ELLEM CRISTINE SOARES GOMES (ADVOGADO) . CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â Certifico, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. Â Â Â Â Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 18 de novembro de 2021 ARIANI PRATTI Diretora de Secretaria 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos no sistema LIBRA em razÃ£o do transitado em julgado da sentenÃ§a, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 18 de novembro de 2021 ARIANI PRATTI Diretora de Secretaria 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher PROCESSO: 00006781420208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:RAONI DE SOUZA LOBATO Representante(s): OAB 15130 - KARINA PAULA DE SOUSA AIRES (ADVOGADO) OAB 19212 - LUCAS FIGUEIREDO LIMA (ADVOGADO) OAB 20582 - POLLIANA LETICIA DE SOUSA AIRES (ADVOGADO) VITIMA:P. R. C. P. . DELIBERAÃÃO: 1. Defiro o prazo de 05 (cinco) dias para que a Defesa apresente as alegaÃ§Ãµes finais, na forma de memoriais escritos. 2. ApÃ³s, faÃ§am-se os autos conclusos para sentenÃ§a. 3. Intimados os presentes. BelÃ©m (PA), 18 de novembro de 2021, Dr. OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque. Juiz de Direito. PROCESSO: 00007054320198145150 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARIANI PRATTI DA SILVA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 18/11/2021 REQUERENTE:STEFFANY BONFIM DOS SANTOS REQUERIDO:GILBERTO CRUZ AMORIM. CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â Certifico, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. Â Â Â Â Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 18 de novembro de 2021 ARIANI PRATTI Diretora de Secretaria 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos no sistema LIBRA em razÃ£o do transitado em julgado da sentenÃ§a, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 18 de novembro de 2021 ARIANI PRATTI Diretora de Secretaria 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher PROCESSO: 00008920520208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 18/11/2021 VITIMA:L. S. B. M. DENUNCIADO:IAN VINICIUS DA SILVA PINHEIRO. SENTENÃA. 1. Dispensado o relatÃ³rio por se tratar de sentenÃ§a prolatada em audiÃªncia. Verifico que o presente feito se encontra prescrito. E, por se tratar de uma questÃ£o prejudicial de mÃ©rito e de se ser matÃ©ria de ordem pÃºblica, passo a sua apreciaÃ§Ã£o de ofÃ-cio. Muito embora o artigo 109, VI do CPB informe que prescreve em 03 (trÃªs) anos, quando a pena mÃ¡xima cominada ao crime for inferior a um ano, o artigo 115 do CP reduz esse prazo Ã metade quando o rÃ©u for menor de 21 anos ao tempo do crime: âArt. 115 - SÃ£o reduzidos de metade os prazos de prescriÃ§Ã£o quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentenÃ§a, maior de 70 (setenta) anos. Desta forma, considerando que o rÃ©u nasceu em 08/10/1999 (conforme cÃ³pia do RG apresentada na resposta Ã acusaÃ§Ã£o nos autos de IPL),

possuindo, 20 (vinte) anos de idade ao tempo do crime, deve ser aplicado o supracitado dispositivo, reduzindo o prazo prescricional para 1(um) ano e 6 (seis) meses. Assim, verifico que entre a data de recebimento da denÃºncia (04/03/2020) e a data de hoje (em que se profere a sentenÃ§a), transcorreram-se mais de 1 (um) ano e 6 (seis) meses e, nÃ£o ocorrendo qualquer suspensÃ£o ou interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional, reconheÃ§o a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE do rÃ©u em relaÃ§Ã£o ao crime de ameaÃ§a, nos termos dispostos no art. 107, inc. IV, c/c os arts. 109, inc. VI, e 115, todos do CÃ³digo Penal Brasileiro Estado e, consequentemente, determino o arquivamento dos autos com baixa na distribuiÃ§Ã£o e demais cautelas legais. SentenÃ§a publicada em audiÃªncia. Intimadas as partes presentes. Registre-se. BelÃ©m (PA), 18 de novembro de 2021, Dr. OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque. Juiz de Direito. PROCESSO: 00009630720208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:FABRICIO CRISTIANO MARQUES DE OLIVEIRA VITIMA:T. P. B. . SENTENÃA: Vistos etc. O representante do MinistÃ©rio PÃºblico ofereceu denÃºncia em face de FABRICIO CRISTIANO MARQUES DE OLIVEIRA, jÃ¡ qualificado nos autos, pela suposta prÃ¡tica de fato previsto no Ã¢mbito da Lei 11.340/2006, tendo como vÃ-tima Thais Pinheiro de Brito. Resposta Ã acusaÃ§Ã£o apresentada pela Defensoria PÃºblica. Durante a instruÃ§Ã£o processual, diante da ausÃªncia da vÃ-tima e das testemunhas arroladas na denÃºncia, o ÃrgÃ£o Ministerial requereu desistÃªncia de suas oitiva(s), o que foi homologado por este JuÃ-zo. O rÃ©u deixou de comparecer na audiÃªncia, razÃ£o pela qual nÃ£o foi interrogado, sendo determinado o prosseguimento do feito sem a sua presenÃ§a, nos moldes do disposto no art. 367 do CPP. Encerrada a instruÃ§Ã£o criminal, o MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa pugnaram pela absolviÃ§Ã£o. Relatado o suficiente. DECIDO. Entendo assistir razÃ£o Ã s partes, uma vez que a vÃ-tima, maior interessada na comprovaÃ§Ã£o dos fatos descritos na inicial, nÃ£o compareceu em JuÃ-zo, nÃ£o havendo, portanto, como ratificar o seu depoimento prestado na Delegacia. Por outro lado, o rÃ©u tambÃ©m nÃ£o compareceu para apresentar sua versÃ£o dos fatos. Assim, verifico que nÃ£o existem provas aptas a ratificar os termos da DenÃºncia. Embora o ÃrgÃ£o Ministerial tenha atuado no sentido de comprovar os fatos alegados na peÃ§a de ingresso, nÃ£o se tem como atribuir ao rÃ©u a prÃ¡tica a autoria dos fatos constantes na denÃºncia, pela ausÃªncia de provas suficientes para uma condenaÃ§Ã£o, razÃ£o pela qual, outro desfecho nÃ£o hÃ¡, a nÃ£o ser a absolviÃ§Ã£o. Pelo exposto, julgo improcedente a denÃºncia e, com fundamento no art. 386, inciso VII do CPP, ABSOLVO o rÃ©u, FABRICIO CRISTIANO MARQUES DE OLIVEIRA, jÃ¡ qualificado, das imputaÃ§Ãµes que lhe foram atribuÃ-das. SentenÃ§a proferida em audiÃªncia. Intimados os presentes. Considerando que as partes renunciaram ao prazo recursal, declaro o trÂ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a. ARQUIVEM-SE os autos, dando-se baixa. BelÃ©m (PA), 18 de novembro de 2021, OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque. Juiz de Direito. PROCESSO: 00027013020208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 18/11/2021 VITIMA:A. S. S. DENUNCIADO:ARIVALDO SILVA DE SOUSA. DELIBERAÃÃO: 1. Defiro o pedido formulado em audiÃªncia pelo ÃrgÃ£o Ministerial. 2. INTIMEM-SE a vÃ-tima e a testemunha arrolada na denÃºncia, a fim de que compareÃ§am na audiÃªncia de instruÃ§Ã£o que remarco para o dia 29 de MARÃO de 2022, Ã s 09h30. 3. Fica desde jÃ¡ autorizado, caso necessÃ¡rio, o cumprimento do(s) mandado(s) em regime de plantÃ£o/urgÃªncia. 4. Intimados os presentes. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. BelÃ©m (PA), 18 de novembro de 2021, Dr. OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque. Juiz de Direito. PROCESSO: 00035088420198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:JOAO AUGUSTO PEREIRA NETO Representante(s): OAB 7760 - FABIO LUIS FERREIRA MOURAO (ADVOGADO) VITIMA:H. A. S. G. Representante(s): OAB 12401 - ALEXANDRE AUGUSTO DE PINHO PIRES (ADVOGADO) . VIOLÃNCIA PRATICADA CONTRA EX-COMPANHEIRA - LEI MARIA DA PENHA - PERTURBAÃÃO DA TRANQUILIDADE - ABOLITIO CRIMINIS - EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE. AMEAÃA - PROSSEGUIMENTO DO FEITO. Proc. nÂº 0003508-84.2019.814.0401 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata os presentes autos de aÃ§Ã£o penal em que o MinistÃ©rio PÃºblico ofereceu denÃºncia contra o nacional JOÃO AUGUSTO PEREIRA NETO, jÃ¡ qualificado nos autos, pela prÃ¡tica da contravenÃ§Ã£o penal de PerturbaÃ§Ã£o da Tranquilidade (art. 65, da LCP), AmeaÃ§a (art. 147, do CP), fatos ocorridos em 08/08/2018, por volta das 14h00, tendo como vÃ-tima Helga Adrina Silva Gomes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recebida a denÃºncia, o acusado, apesar de vÃ¡rias diligÃªncias nÃ£o foi localizado para ser citado pessoalmente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instado a se manifestar, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a citaÃ§Ã£o do rÃ©u por edital. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos, Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â I - Da atipicidade da contravenÃ§Ã£o penal de PERTURBAÃÃO DA

TRANQUILIDADE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise aos autos, verifico que existe uma questÃ£o de ordem pÃºblica, em relaÃ§Ã£o Ã contravenÃ§Ã£o penal de PerturbaÃ§Ã£o da Tranquilidade (art. 65, da LCP), eis que esta conduta foi expressamente revogada pelo art. 3Âº, da Lei nÂº 14.132, de 31 de marÃ§o de 202, pelo que chamo o feito Ã ordem para, de ofÃ-cio, Â¿abolitio criminisÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 2Âº do CÃ³digo Penal e seu ParÃ¡grafo Ãºnico o seguinte: Â Â Art. 2Âº - NinguÃ©m pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execuÃ§Ã£o e os efeitos penais da sentenÃ§a condenatÃ³ria.Â Â Â Â ParÃ¡grafo Ãºnico - A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentenÃ§a condenatÃ³ria transitada em julgado.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como se vÃª, sempre que uma lei penal nova descriminalizar uma conduta atÃ© entÃ£o definida como crime (ou contravenÃ§Ã£o penal), ela produzirÃ¡ efeitos em relaÃ§Ã£o aos que respondem a inquÃ©ritos, processos judiciais ou cumprem pena pela sua prÃ¡tica, decretando-se a extinÃ§Ã£o da punibilidade. Ã o que ocorre no presente caso em que o rÃ©u foi denunciado, dentre outros crimes, pela contravenÃ§Ã£o penal de PerturbaÃ§Ã£o da Tranquilidade, cujo feito se encontra na fase de conhecimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo exposto, considerando que a contravenÃ§Ã£o penal de PerturbaÃ§Ã£o da Tranquilidade (art. 65, da LCP) foi expressamente revogada pelo art. 3Âº, da Lei nÂº 14.132/2021, restando configurado a abolitio criminis, torno sem efeito o recebimento da denÃºncia em relaÃ§Ã£o a referida infraÃ§Ã£o penal e declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE do rÃ©u, nos termos dispostos no art. 107, inc. III, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, certifique-se e proceda as anotaÃ§Ãµes necessÃ¡rias no Sistema LIBRA e nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â II - Do prosseguimento do feito em relaÃ§Ã£o do crime de AMEAÃA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em que pese o pedido de citaÃ§Ã£o por edital, em pesquisa aos sistemas INFOSEG, SIEL e LIBRA foram localizados nos seguintes endereÃ§os do acusado: ESTRADA DA CEASA, RS. MORADA VERDE, RUA IPÃ, NÂº 47; RUA. GENERAL GURJÃO, NÂº 265; e RUA RIACHUELO, NÂº 123, todos nesta cidade, no entanto as diligÃªncias citatÃ³rias tambÃ©m restaram infrutÃ-feras nesses endereÃ§os. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifiquei, ainda, que o rÃ©u Ã© professor associado na Universidade Federal Rural da AmazÃ´nia (UFRA), sendo que na ocasiÃ£o da diligÃªncia citatÃ³ria, o Sr. Oficial de JustiÃ§a nÃ£o encontrou o acusado nos horÃ¡rios que lÃ¡ esteve, uma vez que o mesmo nÃ£o teria horÃ¡rio fixo, conforme consta na certidÃ£o de fl. 06-verso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma, considerando que o Ãºnico paradeiro certo do acusado Ã© a Universidade Federal Rural da AmazÃ´nia (UFRA), determino a renovaÃ§Ã£o das diligÃªncias de CITAÃÃO do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalto ao Senhor Oficial de JustiÃ§a que existe informaÃ§Ã£o nos autos que o rÃ©u pode ser encontrado no PrÃ©dio de Engenharia Ambiental ou no ICA - Instituto de CiÃªncias AgrÃ¡rias, ambos na UFRA, bem como o seu telefone Ã© 998181246. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Sr. Oficial de JustiÃ§a, por ocasiÃ£o da diligÃªncia, deverÃ¡ observar que: (1) independentemente de autorizaÃ§Ã£o judicial, poderÃ¡ proceder a citaÃ§Ã£o do rÃ©u aos domingos e feriados, ou nos dias Ãºteis, fora do horÃ¡rio normal expediente, nos termos do art. 212, Â§ 2Â°, do CPC; e (2) caso seja verificado que o rÃ©u esteja se ocultando para ser citado, deverÃ¡ proceder sua citaÃ§Ã£o por hora certa, nos termos do art. 362, do CPP, c/c o art. 252, do CPC e nÃ£o meramente informar que a parte nÃ£o estava ou que a casa estava fechada no momento da diligÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sendo procedido a citaÃ§Ã£o por hora certa, cientifique-se o rÃ©u, atravÃ©s dos Correios (SPE), ou por meio eletrÃ´nico previsto em lei, nos termos dispostos no art. 254, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Realizada a citaÃ§Ã£o e decorrido o prazo legal para a apresentaÃ§Ã£o da resposta escrita, sem que o rÃ©u constitua advogado, encaminhem-se os autos, ao(Ã) Defensor(a) PÃºblica vinculado a esta Unidade JudiciÃ¡ria, que fica nomeado para proceder a defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na hipÃ³tese de restar infrutÃ-fera a diligÃªncia, expeÃ§a-se oficio Ã Reitoria da Universidade Federal Rural da AmazÃ´nia (UFRA) para fins de citaÃ§Ã£o do acusado, uma vez que o domicÃ-lio necessÃ¡rio do servidor pÃºblico serÃ¡ o local onde o mesmo exerÃ§a suas funÃ§Ãµes, nos termos do art. 76, parÃ¡grafo Ãºnico do CC/2002, podendo lÃ¡ ser citado, em analogia ao art. 243 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m (Pa), 18 de novembro de 2021. OTÃVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE Juiz de Direito da 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar Contra a Mulher PROCESSO: 00037510620208145150 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARIANI PRATTI DA SILVA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 18/11/2021 REQUERENTE:MARIA ELIANETE MORAES MARTINS REQUERIDO:ALVARO NUNES DE OLIVEIRA. CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â Certifico, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. Â Â Â Â Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 18 de novembro de 2021 ARIANI PRATTI Diretora de Secretaria 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos no sistema LIBRA em razÃ£o do transitado em julgado da sentenÃ§a, do que para

constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 18 de novembro de 2021 ARIANI PRATTI Diretora de Secretaria 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher PROCESSO: 00038082420208145150 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARIANI PRATTI DA SILVA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 18/11/2021 REQUERENTE:MARLUCIA VALENTE PAULA REQUERIDO:MIGUEL BARRA DA SILVA. CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â Certifico, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. Â Â Â Â Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 18 de novembro de 2021 ARIANI PRATTI Diretora de Secretaria 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos no sistema LIBRA em razÃ£o do transitado em julgado da sentenÃ§a, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 18 de novembro de 2021 ARIANI PRATTI Diretora de Secretaria 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher PROCESSO: 00038558320208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:LUIZ THIAGO CORREA DE JESUS Representante(s): OAB 20833 - MARCUS VINICIUS DA COSTA MARTINS (ADVOGADO) VITIMA:V. P. T. E. C. . DELIBERAÃÃO: 1. Considerando o requerimento da defesa, designo a continuaÃ§Ã£o da instruÃ§Ã£o para o dia 30 de MARÃO de 2022, Ã s 09h00. 2. EXPEÃA-SE novo Mandado de IntimaÃ§Ã£o para o RÃ©u, advertindo-se de que poderÃ¡ participar do ato por meio de videoconferÃªncia, devendo apenas informar endereÃ§o de e-mail e nÃºmero de telefone celular vÃ¡lidos. 3. Fica desde jÃ¡ autorizado, caso necessÃ¡rio, o cumprimento do(s) mandado(s) em regime de plantÃ£o/urgÃªncia. 4. Intimados os presentes. BelÃ©m (PA), 18 de novembro de 2021, Dr. OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque. Juiz de Direito. PROCESSO: 00043288120208145150 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARIANI PRATTI DA SILVA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 18/11/2021 REQUERENTE:ISABELA DIAS RIBEIRO REQUERIDO:MARCELO LEANDRO OLIVEIRA PINHEIRO JUNIOR Representante(s): OAB 29666 - LUCAS DA COSTA DANTAS (ADVOGADO) OAB 30085 - RODRIGO DA SILVA LEITE (ADVOGADO) . CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â Certifico, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. Â Â Â Â Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 18 de novembro de 2021 ARIANI PRATTI Diretora de Secretaria 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos no sistema LIBRA em razÃ£o do transitado em julgado da sentenÃ§a, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 18 de novembro de 2021 ARIANI PRATTI Diretora de Secretaria 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher PROCESSO: 00073678620208145150 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARIANI PRATTI DA SILVA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 18/11/2021 REQUERENTE:ANA PAULA VALE DE FREITAS REQUERIDO:SAMARION RIBEIRO Representante(s): OAB 16876 - ROBERTO APOLINARIO DE SOUZA CARDOSO (ADVOGADO) OAB 18177 - HELLEN NASCIMENTO REIS (ADVOGADO) . CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â Certifico, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. Â Â Â Â Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 18 de novembro de 2021 ARIANI PRATTI Diretora de Secretaria 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos no sistema LIBRA em razÃ£o do transitado em julgado da sentenÃ§a, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 18 de novembro de 2021 ARIANI PRATTI Diretora de Secretaria 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher PROCESSO: 00076718520208145150 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARIANI PRATTI DA SILVA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 18/11/2021 REQUERENTE:MONALIZA ANDRADE DE SOUSA REQUERIDO:MAYKON FREIRE DE SOUZA. CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â Certifico, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. Â Â Â Â Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 18 de novembro de 2021 ARIANI PRATTI Diretora de Secretaria 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos no sistema LIBRA em razÃ£o do transitado em julgado da sentenÃ§a, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 18 de novembro de 2021 ARIANI PRATTI Diretora de Secretaria 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher PROCESSO: 00077688520208145150 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARIANI PRATTI DA SILVA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 18/11/2021 REQUERENTE:ROSIANE

CAMPOS CALDAS LISBOA REQUERIDO:RENATO ALMEIDA LISBOA. CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â Certifico, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. Â Â Â Â Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 18 de novembro de 2021 ARIANI PRATTI Diretora de Secretaria 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos no sistema LIBRA em razÃ£o do transitado em julgado da sentenÃ§a, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 18 de novembro de 2021 ARIANI PRATTI Diretora de Secretaria 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher PROCESSO: 00081706720148140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 18/11/2021 VITIMA:J. C. A. DENUNCIADO:ADAILTON ALVES DE OLIVEIRA. DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos se encontram suspensos em virtude do rÃ©u, citado por edital, nÃ£o ter comparecido perante este juÃ-zo e nem constituÃ-do advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instado a se manifestar, o MinistÃ©rio PÃºblico informou que apÃ³s buscas realizadas junto ao CAO - CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL, nÃ£o obteve sucesso para localizar o endereÃ§o atualizado do rÃ©u, ADAILTON ALVES DE OLIVEIRA, e requereu a manutenÃ§Ã£o da citaÃ§Ã£o por edital. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em que pese o pedido do Ã³rgÃ£o Ministerial, em pesquisa ao sistema do Centro de PerÃ-cia Renato Chaves, constatei que o requerido foi submetido a exame de corpo de delito em outra situaÃ§Ã£o, onde informou o seu novo endereÃ§o como sendo: Rua Juscelino Kubisthek, nÂ° 38, Ianetama, Castanhal-PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma determino a renovaÃ§Ã£o da diligÃªncia de CITAÃÃO do rÃ©u no endereÃ§o declinado acima. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DeverÃ¡ o Sr. Oficial de JustiÃ§a observar que, independentemente de autorizaÃ§Ã£o judicial, poderÃ¡ proceder a citaÃ§Ã£o do rÃ©u aos domingos e feriados, ou nos dias Ãºteis, fora do horÃ¡rio normal expediente, nos termos do art. 212, Â§ 2Â°, do CPC; e, verificado que o rÃ©u esteja se ocultando, deverÃ¡ proceder sua citaÃ§Ã£o por hora certa, nos termos do art. 362, do CPP, c/c o art. 252, do CPC e nÃ£o meramente informar que a parte nÃ£o estava no momento da diligÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sendo procedido a citaÃ§Ã£o por hora certa, cumpra-se a determinaÃ§Ã£o do art. 254, do CPC, cientificando o rÃ©u, atravÃ©s dos Correios (SPE), ou outro meio disposto em lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Realizada a citaÃ§Ã£o e decorrido o prazo legal para a apresentaÃ§Ã£o da resposta escrita, sem que o rÃ©u constitua advogado, encaminhem-se os autos, ao(Ã) Defensor(a) PÃºblica vinculado a esta Unidade JudiciÃ¡ria, que fica nomeado para proceder a defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No mais, restando infrutÃ-fera as diligÃªncias para a citaÃ§Ã£o pessoal do rÃ©u, acautelem-se os autos em Secretaria, pelo prazo de 06 meses. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, retornem os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Intime-se.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m (Pa), 18 de novembro de 2021. OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque Juiz de Direito da 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar Contra a Mulher PROCESSO: 00085878320158140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:FRANCISCO MIRANDA SILVA VITIMA:M. S. M. S. VITIMA:M. A. G. . DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos se encontram suspensos em virtude do rÃ©u, citado por edital, nÃ£o ter comparecido perante este juÃ-zo e nem constituÃ-do advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instado a se manifestar, o MinistÃ©rio PÃºblico informou que apÃ³s buscas realizadas junto ao CAO - CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL, nÃ£o obteve sucesso para localizar o endereÃ§o atualizado do rÃ©u, FRANCISCO MIRANDA SILVA, e requereu a manutenÃ§Ã£o da citaÃ§Ã£o por edital. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em que pese o pedido do Ã³rgÃ£o Ministerial, em pesquisa ao sistema do Centro de PerÃ-cia Renato Chaves, constatei que o requerido foi submetido a exame de corpo de delito em outra situaÃ§Ã£o, onde informou o seu novo endereÃ§o como sendo: Rua Primeiro de Maio, nÂ° 44, Entre Santa Helena e CanaÃ£, Bairro: Terra Firme, BelÃ©m-PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma determino a renovaÃ§Ã£o da diligÃªncia de CITAÃÃO do rÃ©u no endereÃ§o declinado acima. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DeverÃ¡ o Sr. Oficial de JustiÃ§a observar que, independentemente de autorizaÃ§Ã£o judicial, poderÃ¡ proceder a citaÃ§Ã£o do rÃ©u aos domingos e feriados, ou nos dias Ãºteis, fora do horÃ¡rio normal expediente, nos termos do art. 212, Â§ 2Â°, do CPC; e, verificado que o rÃ©u esteja se ocultando, deverÃ¡ proceder sua citaÃ§Ã£o por hora certa, nos termos do art. 362, do CPP, c/c o art. 252, do CPC e nÃ£o meramente informar que a parte nÃ£o estava no momento da diligÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sendo procedido a citaÃ§Ã£o por hora certa, cumpra-se a determinaÃ§Ã£o do art. 254, do CPC, cientificando o rÃ©u, atravÃ©s dos Correios (SPE), ou outro meio disposto em lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Realizada a citaÃ§Ã£o e decorrido o prazo legal para a apresentaÃ§Ã£o da resposta escrita, sem que o rÃ©u constitua advogado, encaminhem-se os autos, ao(Ã) Defensor(a) PÃºblica vinculado a esta Unidade JudiciÃ¡ria, que fica nomeado para proceder a defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No mais, restando infrutÃ-fera as diligÃªncias para a citaÃ§Ã£o pessoal

do rÃ©u, acautelem-se os autos em Secretaria, pelo prazo de 06 meses. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, retornem os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Intime-se.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m (Pa), 18 de novembro de 2021. OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque Juiz de Direito da 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar Contra a Mulher PROCESSO: 00093438720188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 18/11/2021 DENUNCIADO:HELEN VANIA PINHEIRO MAIA VITIMA:B. S. S. . Despacho Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de autos de AÃ§Ã£o Penal proposta pelo MinistÃ©rio PÃºblico Do Estado Do ParÃ¡ em desfavor de Helen VÃ¢nia Pinheiro Maia, qualificada, pela prÃ¡tica do delito do artigo 121, incisos II, IV e VI, na forma do art. 14, inc. II, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em tramitaÃ§Ã£o regular, a acusada foi devidamente pronunciada pelo delito descrito na denÃºncia e ao ser intimada pessoalmente da decisÃ£o informou o seu interesse em recorrer atravÃ©s da Defensora PÃºblica, solicitando a remessa dos autos ao Nugen-Acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Defesa tÃ©cnica ao receber os autos apresentou manifestaÃ§Ã£o informado que nÃ£o vislumbra fundamentos para um recurso, devendo o processo ser remetido Ã vara judicial competente do Tribunal do JÃºri. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consigno, que nos termos do art. 577 do CPP, o recurso pode ser interposto pelo MinistÃ©rio PÃºblico, pelo querelante, rÃ©u, seu procurador ou defensor, logo, qualquer uma dessas partes estÃ¡ legitimada para demonstrar o seu inconformismo com a decisÃ£o judicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por mais que o rÃ©u nÃ£o tenha necessariamente conhecimentos tÃ©cnicos para recorrer, a ele Ã© facultada a interposiÃ§Ã£o do recurso, por ser a pessoa diretamente alcanÃ§ada pelos comandos judiciais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Existindo o conflito de vontade entre a rÃ©u e a defesa tÃ©cnica, estÃ¡ Ãºltima deve prevalecer apenas quando se tratar de desistÃªncia do recurso, por parte do acusado, nos termos da SÃºmula 705 do STF, nÃ£o sendo o caso ora apreciado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, assim tem se posicionado nossa jurisprudÃªncia: Â¿HABEAS CORPUS - EXECUÃÃO PENAL - ALTERA-ÃÃO DA DATA-BASE- INTERPOSIÃÃO DE AGRAVO PE-LO REEDUCANDO - POSSIBILIDADE - DEFENSORIAPÃBLICA QUE NÃO APRESENTA RAZÃES, POR ENTEN-DER CORRETA A DECISÃO - DIVERGÃNCIA DE INTE-RESSES - PREVALÃNCIA DAQUELE QUE DESEJA SUB-METER A QUESTÃO AO DUPLO GRAU DE JURISDIÃÃO - PORÃM, NULIDADE NÃO RECONHECIDA - DURAÃÃORAZOÃVEL DO PROCESSO E INSTRUMENTALIDADEDAS FORMAS - MATÃRIA DE FUNDO TRAZIDA A ESTETRIBUNAL POR MEIO DA IMPETRAÃÃO - AMPLA DEFE-SA ASSEGURADA - DECISÃO QUESTIONADA EM CON-FORMIDADE A PRECEDENTE VINCULANTE - DATA-BASE MODIFICADA PELA PRÃTICA DE FALTA GRAVE - CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. Em caso de divergÃªncia entre o interesse do reeducando e o de seu defensor quanto ao exercÃ-cio do direito de recorrer, prevalece a vontade daquele que deseja o reexame da decisÃ£o, caso em que deve ser nomeado outro defensor para apresentaÃ§Ã£o das razÃµes recursais. PorÃ©m, nÃ£o se reconhece a nulidade quando a matÃ©ria da decisÃ£o questionada Ã© trazida a esta Corte por meio de habeas corpus, que a analisarÃ¡ de imediato, em respeito Ã duraÃ§Ã£o razoÃ¡vel do processo e Ã instrumentalidade das formas, resguardado o direito Ã ampla defesa (HC nÂ° 4015859-86.2016.8.24.0000 Rel. Des. GetÃºlio CorrÃªa, Julgado 06/12/2016, Pub 16/12/2016). (Grifei). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma, em face da prevalÃªncia da autodefesa e em respeito ao princÃ-pio do duplo grau de jurisdiÃ§Ã£o, retornem os autos a Defensoria PÃºblica para fins de nomeaÃ§Ã£o de outro Defensor PÃºblico para oferecimento das razÃµes recursais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m (Pa), 18 de novembro de 2.021. OTÃVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE Juiz de Direito da 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar Contra a Mulher PROCESSO: 00134146420208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 18/11/2021 ENVOLVIDO:SADRAK DOUGLAS RIBEIRO MATOS VITIMA:Z. M. R. C. . DELIBERAÃÃO: 1. Defiro os pedidos formulados em audiÃªncia. DÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para se manifestar sobre a ausÃªncia de intimaÃ§Ã£o da vÃ-tima e da(s) testemunha(s) arroladas na denÃºncia. 2. Retornando os autos com a manifestaÃ§Ã£o ministerial, caso insista em suas oitivas, intime(m)-se na forma requerida pelo Parquet. 3. Sem prejuÃ-zo, remarco esta audiÃªncia de instruÃ§Ã£o para o dia 29 de MARÃO de 2022, Ã s 09 horas e 45 minutos. 4. Fica desde jÃ¡ autorizado o cumprimento do(s) mandado(s) em regime de plantÃ£o/urgÃªncia. 5. Em relaÃ§Ã£o ao acusado, aplico o disposto no art. 367 do CPP, determinando o prosseguimento do feito sem a sua presenÃ§a, haja vista que ele, mesmo intimado, nÃ£o compareceu ao ato. Intimados os presentes. BelÃ©m (PA), 18 de novembro de 2021, Dr. OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque. Juiz de Direito. PROCESSO: 00191126620118140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 18/11/2021 VITIMA:R. S. S. S. DENUNCIADO:JOSE

SEBASTIAO LOPES RIBEIRO Representante(s): OAB 26200 - JAMILY HARRANA MARIA DOS SANTOS LUGLIMI (ADVOGADO) OAB 18898 - NELSON MAURICIO DE ARAUJO JASSE (ADVOGADO) OAB 22912 - BRUNA PAIVA JASSÉ (ADVOGADO) . DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante a defesa alegar que o rÃ©u sempre trabalhou de forma lÃ-cita, inexiste nos autos qualquer comprovante de labor do acusado, pelo que faculto ao mesmo a juntada no prazo de 05 (cinco) dias do comprovante de ocupaÃ§Ã£o lÃ-tica para fins de corroborar com suas alegaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. BelÃ©m (PA), 18 de novembro de 2021. OTÃVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE Juiz de Direito da 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher PROCESSO: 00216110820208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARIANI PRATTI DA SILVA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 18/11/2021 REQUERENTE:SUZANA PINHEIRO REIS REQUERIDO:ADRIANO NASCIMENTO DE SOUZA. CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â Certifico, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. Â Â Â Â Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 18 de novembro de 2021 ARIANI PRATTI Diretora de Secretaria 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos no sistema LIBRA em razÃ£o do transitado em julgado da sentenÃ§a, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 18 de novembro de 2021 ARIANI PRATTI Diretora de Secretaria 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher PROCESSO: 00218796220208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARIANI PRATTI DA SILVA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 18/11/2021 REQUERENTE:ANA BEATRIZ CABRAL SOARES REQUERIDO:RIAN GOMES PINHEIRO. CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â Certifico, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. Â Â Â Â Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 18 de novembro de 2021 ARIANI PRATTI Diretora de Secretaria 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos no sistema LIBRA em razÃ£o do transitado em julgado da sentenÃ§a, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 18 de novembro de 2021 ARIANI PRATTI Diretora de Secretaria 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher PROCESSO: 00236797220138140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 18/11/2021 VITIMA:C. C. S. B. DENUNCIADO:P. P. C. A. . LESÃO CORPORAL - VIOLÃNCIA PRATICADA CONTRA COMPANHEIRA - LEI MARIA DA PENHA - CONDENAÃÃO - SURSIS - INDENIZAÃÃO POR DANOS MORAIS. Proc. nÂº 0027217-51.2013.8.14.0401 Autos: AÃ§Ã£o Penal - LesÃ£o Corporal Acusado: PEDRO PAULO DA COSTA AQUINO SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O representante do MinistÃ©rio PÃºblico, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, ofereceu denÃºncia contra o nacional PEDRO PAULO DA COSTA AQUINO, jÃ¡ qualificado nos autos, pela prÃ¡tica do crime de LESÃO CORPORAL contra sua companheira, Carla Cintia de Sousa Barbosa, fato ocorrido no dia 16/08/2013, por volta das 19 horas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relata a denÃºncia que no dia do fato, 16/08/2013, a vÃ-tima e o acusado iniciaram uma discussÃ£o em virtude de ele ter saÃ-do de casa para se drogar, fazendo com que a vÃ-tima ameaÃ§asse ir embora de casa. Relata a peÃ§a que, quando a vÃ-tima estava na rua, foi abordada pelo acusado que lhe puxou os cabelos e desferiu um tapa em sua boca, deixando-a lesionada, conforme apurado no laudo pericial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vÃ-tima se submeteu ao exame de corpo de delito, conforme Laudo de nÂº 52317/2013-TRA, acostado ao IPL em apenso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recebida a denÃºncia (fl. 05), o rÃ©u foi inicialmente citado por edital (fl. 18), pelo que o processo ficou suspenso. A citaÃ§Ã£o pessoal ocorreu apenas em 21/06/2021 (fl. 23-v). A resposta Ã acusaÃ§Ã£o foi apresentada, atravÃ©s de defensor pÃºblico, no prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em audiÃªncias de instruÃ§Ã£o e julgamento, foi ouvida a vÃ-tima e interrogado o rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em carÃ¡ter de diligÃªncia, foi juntado o laudo pericial, datado de 22/06/2020, realizado no acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encerrada a instruÃ§Ã£o processual, as partes apresentaram suas alegaÃ§Ãµes finais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relatado o suficiente, Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o penal em que o rÃ©u foi denunciado pela prÃ¡tica do crime de LesÃ£o Corporal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vÃ-tima, Carla Cintia de Souza Barbosa declarou ser verdade os fatos narrados em relaÃ§Ã£o ao acontecido no dia 16/08/2013, afirma que as brigas eram ocasionadas por consequÃªncia do acusado ser usuÃ¡rio de drogas, consumir bebidas alcoÃ³licas e em virtude de ciÃºmes. A vÃ-tima alega que no dia da discussÃ£o, foi arrastada pela rua, onde foi agredida. Em meio a agressÃ£o, com o intuito de se defender, agrediu o acusado e deu-lhe uma mordida. No momento do ocorrido, foi agredida na boca. ApÃ³s seis meses do ocorrido, reatou o relacionamento, se casou e manteve o relacionamento por seis anos, atualmente, encontra-se hÃ¡ um ano e meio separada. ApÃ³s o

fato, a vÃ-tima afirma ter ocorrido outra discussÃ£o, na qual ambos quebraram objetos pessoais e trocaram ofensas. Ao ser questionada sobre sua atual relaÃ§Ã£o com o acusado, afirma nÃ£o ser procurada, perseguida ou sofrido agressÃ£o fÃ-sica novamente. Que conversam apenas o necessÃ¡rio acerca do divÃ³rcio, tambÃ©m alega que ao decorrer do tempo o acusado procurou tratar a dependÃªncia quÃ-mica e atualmente nÃ£o utiliza drogas, que ele estÃ¡ trabalhando e nÃ£o apresenta ameaÃ§a a ela. Reafirma que o agrediu para se defender das agressÃµes dele. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seu interrogatÃ³rio, o rÃ©u Pedro Paulo da Costa Aquino declarou nÃ£o ser verdade as acusaÃ§Ã£es feitas por parte da vÃ-tima. No dia da discussÃ£o, colocou a faca em cima da mesa com o intuito de preparar a comida e, por se sentir ameaÃ§ada, a vÃ-tima quis sair de casa. Nesse momento, ele a segurou, abraÃ§ando-a, para que ela nÃ£o fosse embora. Em seguida, foi mordido no peito e reagiu levando a mÃ£o Ã boca da companheira e a machucando com as unhas. Reafirma que sua mÃ£o atingiu acidentalmente a boca da ofendida ao tentar impedir que ela saÃ-sse de casa, pois jÃ¡ estava tarde. O acusado afirma que foi agredido pela vÃ-tima e que consta no laudo pericial a comprovaÃ§Ã£o da agressÃ£o sofrida. Quando questionado sobre a sua atual relaÃ§Ã£o com a ex-companheira, o acusado alega que ambos mantÃªm contato apenas para tratar sobre o divÃ³rcio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sede de memoriais finais orais, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a condenaÃ§Ã£o do rÃ©u, por entender ter sido demonstrada a autoria e a materialidade do fato, devendo ainda ser fixado um valor mÃ-nimo de indenizaÃ§Ã£o em favor da vÃ-tima. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Defesa, por sua vez, em alegaÃ§Ãµes orais, pugnou pela absolviÃ§Ã£o do acusado, por insuficiÃªncia de provas, haja vista constar nos autos apenas a palavra da vÃ-tima. Requereu que fosse levado em consideraÃ§Ã£o a tese de possÃ-vel legÃ-tima defesa em favor do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo que se apurou durante a instruÃ§Ã£o processual, tenho que assiste razÃ£o ao MinistÃ©rio PÃºblico, eis que sobre os fatos relatados na denÃºncia ficaram comprovadas a autoria e materialidade das lesÃµes fÃ-sicas praticadas pelo rÃ©u contra a vÃ-tima. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A materialidade das lesÃµes corporais restou comprovada pelo exame de corpo de delito realizado na vÃ-tima, Laudo de nÂº 52317/2013-TRA, acostado ao IPL em apenso, que descreve: Â¿blefarohematoma esquerdo.Â Equimose de coloraÃ§Ã£o vermelha no lÃ¡bio inferiorÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que tange Ã autoria do delito, razÃ£o assiste ao Ã³rgÃ£o ministerial, pois a ofendida confirmou durante a instruÃ§Ã£o processual, de forma firme e segura, que o autor das agressÃµes fÃ-sicas constatadas fora o acusado, fato que nÃ£o foi presenciado por outras pessoas Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, assim tem se posicionado nossa jurisprudÃªncia: APELAÃÃO CRIMINAL. VIOLÃNCIA DOMÃSTICA. LESÃO CORPORAL. PROVA. PALAVRA DA VÃTIMA. CORROBORADA POR LAUDO PERICIAL. ACERVO COESO. ABSOLVIÃÃO. INVIABILIDADE. PENA. ADEQUAÃÃO. SURSIS PENAL. AFASTAMENTO. POSSIBILIDADE. Nos crimes cometidos em contexto de violÃªncia domÃ©stica e familiar contra a mulher, a palavra da vÃ-tima possui especial forÃ§a probatÃ³ria e pode embasar o decreto condenatÃ³rio, mÃ¡xime quando confortada por laudo pericial que a confirma. Precedentes. Suficientemente demonstrada a materialidade e autoria delitiva, nÃ£o hÃ¡ que se falar em absolviÃ§Ã£o com base na insuficiÃªncia da prova por aplicaÃ§Ã£o do princÃ-pio in dubio pro reo. Aplicando-se a suspensÃ£o condicional da pena de acordo com as determinaÃ§Ãµes legais, cabe ao rÃ©u, na audiÃªncia admonitÃ³ria e apÃ³s cientificado das informaÃ§Ãµes necessÃ¡rias, aceitar as condiÃ§Ãµes ou nÃ£o. NÃ£o sendo aceito o sursis da pena, este perde o efeito e o condenado deverÃ¡ cumprir a pena privativa de liberdade. ApelaÃ§Ã£o conhecida e desprovida (Sublinhei). (TJ -DF- APR 20130310108988, Relator: SOUZA E AVILA, Julgamento: 16/07/2015, ÃrgÃ£o Julgador: 2Âª Turma Criminal, PublicaÃ§Ã£o: Publicado do DJE: 22/07/2015. PÃ¡g.: 62). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u, por sua vez, apresentou uma versÃ£o totalmente contraditÃ³ria a da vÃ-tima, mas que nÃ£o encontra nenhum respaldo nos autos, vez que nÃ£o trouxe nenhum elemento capaz de comprovar que de fato tivesse sido agredido pela vÃ-tima no dia do fato (16/08/2013), para fins de demonstraÃ§Ã£o da legÃ-tima defesa, como alegou em sua autodefesa. Anoto que o laudo pericial realizado no acusado se refere a acontecimento do dia 21/06/2020 e nÃ£o ao fato apurado neste processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, entendo que o relato da vÃ-tima Ã© condizente com o apurado na fase inquisitorial e corroborado pelas lesÃµes descritas no laudo pericial, que evidenciam lesÃµes na regiÃ£o labial, exatamente como declarado pela ofendida em seu depoimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tenho, portanto, foram produzidos elementos probatÃ³rios seguros e aptos a ensejar um decreto condenatÃ³rio, restando evidenciado ainda o descrito na denÃºncia, qual seja, a ocorrÃªncia da discussÃ£o e em seguida das agressÃµes praticadas pelo acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma, tenho que a agressÃ£o fÃ-sica praticada pelo rÃ©u restou suficientemente comprovada e que ela foi injusta e ilÃ-cita, ao ponto de fazer com que a vÃ-tima procurasse a autoridade policial para registar o ocorrido, bem como a se submetesse ao exame pericial, sendo seguro o quadro para a condenaÃ§Ã£o do acusado em relaÃ§Ã£o ao delito de lesÃ£o corporal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CONCLUSÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, julgo procedente a pretensÃ£o punitiva estatal para CONDENAR o rÃ©u PEDRO PAULO DA

COSTA AQUINO, jÃ¡ qualificado nos autos, nas sanÃ§Ãµes punitivas do artigo 129, Â§ 9Âº, do CP (LesÃ£o Corporal). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dosimetria e FixaÃ§Ã£o da Pena Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo a analisar as circunstÃ¢ncias judiciais contidas no artigo 59, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A culpabilidade ressoa grave, eis que pela situaÃ§Ã£o fÃ¡tica e concreta em que ocorreu o crime, o comportamento praticado pelo acusado foi exagerado, o que aumenta o grau de censurabilidade de sua conduta; os antecedentes sÃ£o imaculados; quanto Ã conduta social, nada se extrai de mais consistente que possa ser considerado em seu desfavor; sua personalidade, igualmente, nÃ£o hÃ¡ nos autos elementos suficientes que permitam aferi-la, de modo que a presente circunstÃ¢ncia nÃ£o pode ser considerada em seu prejuÃ-zo; os motivos nÃ£o lhe sÃ£o favorÃ¡veis; em relaÃ§Ã£o Ã s circunstÃ¢ncias, nada a ser tomado em desfavor do acusado; as consequÃªncias do fato sÃ£o normais Ã espÃ©cie, nada tendo a se desvalorar como fator extrapenal; por fim, o comportamento da vÃ-tima nÃ£o contribuiu para a prÃ¡tica do crime. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que as circunstÃ¢ncias judiciais contidas no artigo 59, do CÃ³digo Penal, fixo a pena-base, pelo crime de LesÃ£o Corporal, em 06 (seis) meses de detenÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante a inexistÃªncia de outras atenuantes, ou circunstÃ¢ncias agravantes, bem como de nÃ£o haver causas de aumento ou diminuiÃ§Ã£o de pena, torno-a definitiva em 06 (SEIS) MESES DE DETENÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em face da pena aplicada, com fundamento no artigo 33, Â§ 2Âº, alÃ-nea Â¿cÂ¿ do CÃ³digo Penal, fixo o regime aberto para o inÃ-cio do cumprimento da pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â InaplicÃ¡vel a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade pela restritiva de direito, pois embora a pena fixada tenha sido inferior a 04 (quatro) anos, o crime foi cometido com violÃªncia (art. 44, inciso I, do CP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o condenado preenche os requisitos do artigo 77, suspendo condicionalmente a pena privativa de liberdade aplicada, pelo prazo de 02 (dois) anos. Entendo desnecessÃ¡ria a aplicaÃ§Ã£o em desfavor do acusado, de quaisquer das penas restritivas de direitos a que se refere o Â§ 1Â° do art. 78, do CP. Assim, com base no Â§ 2Â° do referido artigo, substituo a exigÃªncia do parÃ¡grafo anterior pelas seguintes condiÃ§Ãµes, aplicadas cumulativamente: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a) proibiÃ§Ã£o de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorizaÃ§Ã£o deste juÃ-zo; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â b) comparecimento pessoal e obrigatÃ³rio ao juÃ-zo, trimestralmente, para informar e justificar suas atividades. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â c) obrigaÃ§Ã£o de comunicar o juÃ-zo qualquer alteraÃ§Ã£o do seu endereÃ§o residencial; e Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em virtude de nÃ£o estarem presentes quaisquer requisitos que autorizam a decretaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva, concedo ao rÃ©u o direito de recorrer em liberdade. Dos Danos Morais Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o pedido de indenizaÃ§Ã£o de danos morais requerido pelo Parquet e tendo em vista que restou suficientemente demonstrado nos autos que a vÃ-tima sofreu reflexos psicolÃ³gicos e fÃ-sicos da conduta lesiva por parte do acusado, existindo, inclusive o entendimento jÃ¡ pacificado no STF de que esse dano moral Ã© presumido, nos termos do art. 387, inciso IV do CPP, com nova redaÃ§Ã£o dada pela Lei 11.719/2008, julgo procedente o pedido para condenar o agressor, PEDRO PAULO DA COSTA AQUINO, ao pagamento Ã tÃ-tulo de danos morais da quantia de R$ 500,00 (quinhentos reais). O referido valor serÃ¡ revertido em favor da vÃ-tima Carla CÃ-ntia de Sousa Barbosa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o valor da condenaÃ§Ã£o deve incidir correÃ§Ã£o pelo IGP-M/FGV, desde a data do presente julgamento (SÃºmula 362 do STJ), acrescido de juros de mora de 1% ao mÃªs a partir da data do evento danoso, em 16/08/2013, em conformidade com a SÃºmula nÂº 54 do Superior Tribunal de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime o rÃ©u pessoalmente do teor desta sentenÃ§a, uma vez que foi patrocinado pela Defensoria PÃºblica. Caso o condenado nÃ£o seja pessoalmente intimado, expeÃ§a-se EDITAL para a intimaÃ§Ã£o desta SentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno o acusado ao pagamento de custas, isentando-o de pagamento, por ter sido assistido pela Defensoria PÃºblica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Comunique-se Ã vÃ-tima sobre o teor desta sentenÃ§a e apÃ³s o trÂ¢nsito em julgado: a)Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se a guia de execuÃ§Ã£o; b)Â Â Â Â Â Lance-se o nome do rÃ©u no rol dos culpados; c)Â Â Â Â Â Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral, para fins do art.15, III da ConstituiÃ§Ã£o da RepÃºblica; d)Â Â Â Â Â Proceda-se as demais comunicaÃ§Ãµes necessÃ¡rias, inclusive as de carÃ¡ter estatÃ-sticos. ApÃ³s, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m (Pa), 18 de novembro de 2021. OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque Juiz de Direito da 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher PROCESSO: 00259931520188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 18/11/2021 REQUERENTE:LUCIMAR FIGUEIREDO DOS SANTOS REQUERIDO:AIRTON JOSE RODRIGUES AMARO SANTINO Representante(s): OAB 21973 - CLAUDIA ALMEIDA OLIVEIRA TEIXEIRA (ADVOGADO) OAB 22887 - MANOEL BARBOSA SILVA (ADVOGADO) . DecisÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de autos de Medida(s) Protetiva(s) de UrgÃªncia, encaminhados pela Autoridade Policial e requerida(s) LUCIMAR FIGUEIREDO DOS SANTOS, vÃ-tima de violÃªncia domÃ©stica e familiar

qualificada nos autos, em face do requerido AIRTON JOSÃ RODIRGUES AMARO SANTINO, tambÃ©m qualificado nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As medidas protetivas jÃ¡ se encontravam sentenciadas e o feito arquivados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vÃ-tima atravÃ©s de manifestaÃ§Ã£o juntada aos autos, informou que desejava continuar amparada pelas medidas protetivas, informando ainda o endereÃ§o atualizado do requerido, contudo, em face do lapso temporal desde o deferimento das medidas protetivas, este juÃ-zo encaminho a requerente Ã equipe multidisciplinar que realizou estudo social do caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram-me os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No estudo social realizado pela tÃ©cnica da equipe multidisciplinar restou evidenciado que desde o deferimento das medidas protetivas, ocorrido em 10/11/2018, o requerido manteve-se distante, sem qualquer tipo de contato ou meio de comunicaÃ§Ã£o, pelo que a requerente relatou nÃ£o se sentir ameaÃ§ada e apÃ³s os devidos esclarecimentos requereu a revogaÃ§Ã£o das medidas protetivas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante o processo de medidas protetivas jÃ¡ ter sido sentenciado e considerando que a decisÃ£o nÃ£o transita em julgado materialmente, entendo que a requerente, atravÃ©s de sua manifestaÃ§Ã£o, demonstrou nÃ£o possuir mais interesse no prosseguimento do feito, pelo que, nos termos do art. 485, VI, do CPC revogo as medidas protetivas jÃ¡ concedidas e determino o arquivamento do feito, observadas as formalidades legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m (Pa), 18 de novembro de 2.021. OTÃVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE Juiz de Direito da 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar Contra a Mulher PROCESSO: 00212225720198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Inquérito Policial em: VITIMA: C. S. C. DENUNCIADO: E. L.

FÓRUM DE ICOARACI

SECRETARIA DA VARA DE FAMILIA DISTRITAL DE ICOARACI

RESENHA: 12/11/2021 A 18/11/2021 - SECRETARIA DA VARA DE FAMILIA DISTRITAL DE ICOARACI - VARA: VARA DE FAMILIA DISTRITAL DE ICOARACI PROCESSO: 00006315619948140201 PROCESSO ANTIGO: 199410018514 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARCELINO LOBATO RIBEIRO FILHO A??o: Separação Consensual em: 12/11/2021 ADVOGADO:PAULO AUGUSTO MAIA FRANCO AUTOR:JOSE EVARISTO DA SILVA MONTEIRO Representante(s): OAB 14662 - DEBORA DO COUTO RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 17402 - YURI DE BORGONHA MONTEIRO RAIOL (ADVOGADO) AUTOR:ANA LUCIA DE FIGUEIREDO MONTEIRO. ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nÂº 006/2006-CGJ, de 05/10/2006, e alteraÃ§Ãµes pelo Provimento nÂº. 08/2014 da Corregedoria de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m: Considerando o deferimento de desarquivamento, serve o presente ato ordinatÃ³rio para intimar o patrono do solicitante para que tome conhecimento da abertura do prazo de 05 (cinco) dias para obter vista/carga dos autos, sob pena de retorno destes ao arquivo. BelÃ©m (PA), 12 de novembro de 2021 Arcelino Ribeiro Filho Analista JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00007889720018140201 PROCESSO ANTIGO: 200110151207 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALLISON DE SOUZA XIMENES A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 12/11/2021 REU:ROBERTO PINHEIRO MOURA Representante(s): OAB 6083 - SERGIO LUIZ FARIAS DE SOUSA (ADVOGADO) ADVOGADO:RAIMUNDO DORIVAL N DOS SANTOS AUTOR:MARA RUBIA FERREIRA MORAES. ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nÂº 010/2009, de 09/03/2009, da Corregedoria de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m: Considerando o desarquivamento dos autos, manifeste-se a parte solicitante do desarquivamento, atravÃ©s de seu advogado(a), no prazo de 5 dias, requerendo o que entender necessÃ¡rio, sob pena de novo arquivamento. BelÃ©m (PA), 12 de novembro de 2021. Allison de Souza Ximenes Analista JudiciÃ¡rio da Vara de FamÃ-lia Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00006154132009814020 1 PROCESSO ANTIGO: 20091004644 7 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALLISON DE SOUZA XIMENES A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 12/11/2021 REP LEGAL:C. A. P. Representante(s): ANDREA BARRETO RICARTE DE OLIVEIRA FARIAS - DEF PUBLICA (ADVOGADO) AUTOR:E. M. P. M. REU:R. P. M. Representante(s): OAB 2073 - LINDALVA NAZARE VASCONCELOS MAGALHAES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nÂº 010/2009, de 09/03/2009, da Corregedoria de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m: Considerando o desarquivamento dos autos, manifeste-se a parte solicitante do desarquivamento, atravÃ©s de seu advogado(a), no prazo de 5 dias, requerendo o que entender necessÃ¡rio, sob pena de novo arquivamento. BelÃ©m (PA), 12 de novembro de 2021. Allison de Souza Ximenes Analista JudiciÃ¡rio da Vara de FamÃ-lia Distrital de Icoaraci

SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI

EDITAL DE INTERDIÇÃO

PROC. Nº 0801908-76.2021.8.14.0201

O Dr. **CHARLES MENEZES BARROS**, Juiz de Direito titular da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, **a INTERDIÇÃO de ALDREN COSTA BAIA**, brasileiro(a), nascido(a) aos 12/04/2001, portador(a) do RG nº 5863216 PC/PA e CPF nº 010.202.662-95; filho(a) de Aldo Sergio da Silva Baia e Renata Quiteria Costa Lima, cujo registro de nascimento foi feito sob o nº 438732, Liv.623-A, Fls.85, no Cartório de Registro Civil do 2º Ofício de Belém/PA, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço que seu curador(a) que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a) **ALDO SERGIO DA SILVA BAIA**, brasileiro(a), portador(a) do RG nº 1330599 SSP/PA e CPF nº 373.399.402-78, residente e domiciliado(a), no Conjunto Ariri Bolonha, Avenida Central, nº 02, Quadra 56, CEP: 66.650-520, Coqueiro/Belém/PA, tudo de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0801908-76.2020.8.14.0201), tendo como autor (a) **ALDO SERGIO DA SILVA BAIA** e como interditando (a) **ALDREN COSTA BAIA,** Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos vinte e oito (28) dias do mês de outubro do ano de dois e vinte e um (2021). Eu, Kátia Cristina Corrêa da Fonseca, Analista Judiciário, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

ALISOLENE OLIVEIRA DA COSTA

Diretora de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci

EDITAL DE INTERDIÇÃO

PROC. Nº 0801406-06.2021.8.14.0201

O Dr. **CHARLES MENEZES BARROS**, Juiz de Direito titular da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, **a INTERDIÇÃO de ICIGÊNIA DA LUZ SAMPAIO**, brasileiro(a), nascido(a) aos 03/07/1935, portador(a) do RG nº 1321517 PC/PA e CPF nº 118.384.002-06; filho(a) de Emanuel Patrocínio Sampaio e Leonor Ferreira Sampaio, cujo registro de nascimento foi feito sob o nº 26734, Liv. 33, Fls.162, no Cartório de Registro Civil do 2º Ofício de Belém/PA, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço que seu curador(a) que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a) **THAMIRES CONCEIÇÃO FERREIRA MENDES**, brasileiro(a), portador(a) do RG nº 5590087 PC/PA e CPF nº 006.373.332-33, residente e domiciliado(a), na Rua Oito de Maio, Passagem Teófilo Moura nº 17, Campina, CEP: 66.813-560, Icoaraci/Belém/PA, tudo

de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0801406-06.2021.8.14.0201), tendo como autor (a) **THAMIRES CONCEIÇÃO FERREIRA MENDES** e como interditando (a) **ICIGÊNIA DA LUZ SAMPAIO,** Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos vinte e oito (28) dias do mês de outubro do ano de dois e vinte e um (2021). Eu, Kátia Cristina Corrêa da Fonseca, Analista Judiciário, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

ALISOLENE OLIVEIRA DA COSTA

Diretora de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI

EDITAL DE INTERDIÇÃO

PROC. Nº 0800012-61.2021.8.14.0201

O Dr. **CHARLES MENEZES BARROS**, Juiz de Direito titular da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, **a INTERDIÇÃO de ANA CLAUDIA PANTOJA GONÇALVES**, brasileiro(a), nascido(a) aos 18/01/1974, portador(a) do RG nº 2408575 PC/PA e CPF nº 567.338.362-20; filho(a) de Alexandre Gonçalves e Ana Maria Pantoja Gonçalves, cujo registro de nascimento foi feito sob o nº de matrícula única 1394510255 1974 1 00013 107 0005709, no Cartório de Registro Civil de Barcarena/PA, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço que seu curador(a) que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a) **ALEXANDRE PANTOJA GONÇALVES**, brasileiro(a), portador(a) do RG nº 1715296 PC/PA e CPF nº 590.679.932-04, residente e domiciliado(a), na Rua Siqueira Mendes nº 594-B, CEP: 66.812-460, Ponta Grossa/Icoaraci/Belém/PA, tudo de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0800012-61.2021.8.14.0201), tendo como autor (a) **ALEXANDRE PANTOJA GONÇALVES** e como interditando(a) **ANA CLAUDIA PANTOJA CONÇALVES,** Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos oito (08) dias do mês de novembro do ano de dois e vinte e um (2021). Eu, Kátia Cristina Corrêa da Fonseca, Analista Judiciário, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

ALISOLENE OLIVEIRA DA COSTA

Diretora de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci

PROC.: 0802113-71.2021.8.14.0201

EDITAL DE INTERDIÇÃO

O Dr. **CHARLES MENEZES BARROS**, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, A INTERDIÇÃO DE **GABRIELLE BIANK DE OLIVEIRA PANTOJA**, nascido (a) em 11.07.1996, filho(a) de Miraneide de Oliveira Pantoja, portador (a) do RG nº 8041661/PC/PA, cujo registro de nascimento foi feito sob a matrícula nº 066431 01 55 1996 1 00081 381 0086837 47, no Cartório de Registro Civil do 1º Ofício de Belém/PA, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço de seu curador (a), que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a) **MARILUCIA DO SOCORRO OLIVEIRA DE SOUSA,** portadora do RG n.º 5882352/2ª VIA e do CPF n.º 005.692.922-63**,** residente e domiciliada no Conjunto COHAB, Travessa S Quatro, nº 97, Campina, Icoaraci/Belém/PA, CEP: 66.813-400, tudo de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0802113-71.2021.8.14.0201), tendo como autor (a) **MARILUCIA DO SOCORRO OLIVEIRA DE SOUSA** e como interditado(a) **GABRIELLE BIANK DE OLIVEIRA PANTOJA**. Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos 19 (dezenove) dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um (2021). Eu, Márcia C. Pantoja Nunes, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

ALISOLENE OLIVEIRA DA COSTA

Diretor(a) de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial de Icoaraci.

PROC.: 0802401-19.2021.8.14.0201

EDITAL DE INTERDIÇÃO

O Dr. **CHARLES MENEZES BARROS**, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, A INTERDIÇÃO DE **ADELMA SUELY SOUZA OLIVEIRA**, nascido (a) em 31.10.1984, filho(a) de Adelson Dias de Oliveira e de Bazilia da Silva Souza, portador (a) do RG nº 4884324/2ª VIA/PC/PA e do CPF nº 869.050.742-68, cujo registro de nascimento foi feito sob o nº 196.908, às Fls. 28, do Livro nº 232-A, no Cartório de Registro Civil do 2º Ofício de Belém/PA, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço de seu curador (a), que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a) **ADELSON DIAS DE OLIVEIRA,** portador do RG n.º 7326614 e do CPF n.º 171.700.362-15**,** TELEFONE: 98830-9424, residente e domiciliado na Passagem do Campo, Res. Uchiteua, Maracacuera, CEP: 66.800-000, Belém/PA, tudo de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0802401-19.2021.8.14.0201), tendo como autor (a) **ADELSON DIAS DE OLIVEIRA** e como interditado(a) **ADELMA SUELY SOUZA OLIVEIRA**. Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos 09 (nove) dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um (2021). Eu, Márcia C. Pantoja Nunes, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

ALISOLENE OLIVEIRA DA COSTA

Diretor(a) de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial de Icoaraci.

PROC.: 0801098-67.2021.8.14.0201

EDITAL DE INTERDIÇÃO

O Dr. **CHARLES MENEZES BARROS**, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, A INTERDIÇÃO DE **BENEDITO SILVA ANDRÉ**, nascido (a) a 11.08.1961, filho(a) de Aladio Barbosa André e de Maria Raimunda da Silva André, portador (a) do RG nº 3341392/4ª VIA/PC/PA, cujo registro foi feito sob a matrícula única nº 066050015519882000352060010216 15, no Cartório de Registro Civil de Icoaraci/PA, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço de seu curador (a), que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a) **CAMILA ROSA ANDRE**, portador do RG n.º 5830141/3ª VIA/PC/PA e do CPF n.º 000.573.772-94, residente e domiciliado na Rua Alacid Nunes, 120 CMB, Casa C, Tenoné, CEP: 66.820-020, Belém/PA, tudo de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0801098-67.2021.8.14.0201), tendo como autor (a) **CAMILA ROSA ANDRE** e como interditado **BENEDITO SILVA ANDRÉ**. Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos 17 (dezessete) dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um (2021). Eu, Márcia C. Pantoja Nunes, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

RANIELSON OFIR TRINDADE MORAES

Diretor(a) de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial de Icoaraci.

PROC.: 0801053-97.2020.8.14.0201

EDITAL DE INTERDIÇÃO

O Dr. **CHARLES MENEZES BARROS**, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, A INTERDIÇÃO DE **ALEXANDRE BARREIROS DE JESUS**, nascido (a) a 01/04/1969, filho(a) de Anfilofio Barbosa de Jesus e de Maria José Barreiros de Jesus, portador (a) do RG nº 7960385/PC/PA, CPF nº 702.657.962-29, cujo registro de nascimento foi feito no Cartório do 10º Registro Civil de Pessoas Naturais do Rio de Janeiro/RJ, sob o nº 160450, do Livro nº 268, às Fls. 239, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço de seu curador (a), que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a) **RUY BARREIROS DA ROCHA**, portador do RG n.º 2763592 e do CPF n.º 000.873.432-15, residente e domiciliada à Travessa Benjamim Constante, nº 845, Ed. Lyon, Reduto, CEP 66.653-040, Belém/PA, tudo de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0801053-97.2020.8.14.0201), tendo como autor (a) **RUY BARREIROS DA ROCHA** e como interditado **ALEXANDRE BARREIROS DE JESUS**. Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos 18 (dezoito) dia do mês de agosto de dois mil e vinte e um (2021). Eu, Márcia C. Pantoja Nunes, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

ALISOLENE OLIVEIRA DA COSTA

Diretora de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial de Icoaraci.

PROC.: 0801255-40.2021.8.14.0201

EDITAL DE INTERDIÇÃO

O Dr. **CHARLES MENEZES BARROS**, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, A INTERDIÇÃO DE **ANDREA DO NASCIMENTO CONCEIÇÃO**, nascido (a) a 06.04.1983, filho(a) de José Nilson Silva Conceição e de Maria da Conceição do Nascimento Conceição, portador (a) do RG nº 4841008/2ª VIA/PC/PA, cujo registro foi feito sob o nº 27.298, no Liv. A-24, às Fls. 79, no Cartório de Registro Civil do 4º Ofício de Belém/PA, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço de seu curador (a), que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a) **JOEL PINTO CORDEIRO**, portador do RG n.º 2549705/3ªVIA/PC/PA e do CPF n.º 598.861.102-87, residente e domiciliado na TV Dois, LT JD Amazonex, 18, QD 06, Maracacuera, Belém/PA - CEP: 66.815-270, tudo de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0801255-40.2021.8.14.0201), tendo como autor (a) **JOEL PINTO CORDEIRO** e como interditado(a) **ANDREA DO NASCIMENTO CONCEIÇÃO**. Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um (2021). Eu, Márcia C. Pantoja Nunes, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

ALISOLENE OLIVEIRA DA COSTA

Diretor(a) de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial de Icoaraci.

PROC.: 0801594-96.2021.8.14.0201

EDITAL DE INTERDIÇÃO

O Dr. **CHARLES MENEZES BARROS**, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, A INTERDIÇÃO DE **ANA CARMÉLIA DA CONCEIÇ¿O MACEDO**, nascido (a) a 16.09.1964, filho(a) de Cornélio Antônio das Neves e Francisca Martins das Neves, portador (a) do RG nº. 4028010/2ª VIA/PC/PA, cujo registro de nascimento foi feito sob o nº 82.093, Livro nº 72, Fls. nº 295, no Cartório de Registro Civil de Icoaraci/PA, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço de seu curador (a), que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a) **MILTON ROBERTO DA SILVA PEREIRA,** companheiro da interditada, portador do RG n.º 2698539/3ª VIA/PC/PA e do CPF n.º 212.912.682-00**,** residente e domiciliado na Rua Santa Izabel, Quadra 1828, nº 16, Ponta Grossa, CEP: 66.812-500, Icoaraci/Belém/PA, tudo de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0801594-96.2021.8.14.0201), tendo como autor (a) **MILTON ROBERTO DA SILVA PEREIRA** e como interditado(a) **ANA CARMÉLIA DA CONCEIÇ¿O MACEDO**. Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um (2021). Eu, Márcia C. Pantoja Nunes, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

ALISOLENE OLIVEIRA DA COSTA

Diretor(a) de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial de Icoaraci.

PROC.: 0801648-96.2020.8.14.0201

EDITAL DE INTERDIÇÃO

O Dr. **CHARLES MENEZES BARROS**, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de

Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, A INTERDIÇÃO DE **MANOEL RUBENS DA SILVA GURJÃO**, portador do RG nº 295826/2ª. VIA/PC/PA e do CPF nº 109.627.862-68, nascido (a) a 14.10.1946, filho(a) de Manoel Gregório Gurjão Filho e de Merandolina da Silva Gurjão, cujo registro foi feito sob o n° 35.828, do Livro n° 374, às Fls. 19-V, no Cartório de Registro Civil do 1º Ofício de Belém/PA, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço de seu curador (a), que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a) **ISABELA OLIVEIRA GURJÃO GARCIA**, portadora do RG nº 2825011/2ª VIA/PC/PA e do CPF nº 582.963.872-04 endereço eletrônico isabela_g_garcia@hotmail.com, residente e domiciliada Rua 8 de Maio, Passagem São Luiz, Alameda Vitória, nº 12, CEP: 66.811-750, Icoaraci/Belém/PA, tudo de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0801648-96.2020.8.14.0201), tendo como autor (a) **ISABELA OLIVEIRA GURJÃO GARCIA** e como interditado(a) **MANOEL RUBENS DA SILVA GURJÂO**. Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos 21 (vinte e um) dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um (2021). Eu, Márcia C. Pantoja Nunes, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

ALISOLENE OLIVEIRA DA COSTA

Diretor(a) de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial de Icoaraci.

PROC.: 0802112-86.2021.8.14.0201

EDITAL DE INTERDIÇÃO

O Dr. **CHARLES MENEZES BARROS**, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, A INTERDIÇÃO DE **NOEME SILVA DE ARAÚJO**, portador do RG nº 239089/SSP/AP e do CPF nº 529.434.962-00, nascido (a) a 16.02.1966, filho(a) de Isabel Silva de Araújo, cujo registro foi feito sob o n° 37.008, do Livro n° 59-A, às Fls. 39-V, no Cartório de Registro Civil de Macapá/AP, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço de seu curador (a), que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a) **ANTÔNIO SILVA DE ARAÚJO,** portador do RG n.º 035300/SSP/AP e do CPF n.º 146.474.782-20**,** TELEFONE: 99146-8670, residente e domiciliado na Rua L-1 quadra S, nº 160, conjunto Paracuri II, Paracuri, CEP: 66.811-765, Belém/PA, tudo de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0802112-86.2021.8.14.0201), tendo como autor (a) **ANTÔNIO SILVA DE ARAÚJO** e como interditado(a) **NOEME SILVA DE ARAÚJO**. Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos 19 (dezenove) dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um (2021). Eu, Márcia C. Pantoja Nunes, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

ALISOLENE OLIVEIRA DA COSTA

Diretor(a) de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial de Icoaraci.

FÓRUM DE ANANINDEUA

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA

RESENHA: 19/11/2021 A 19/11/2021 - SECRETARIA DA 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA - VARA: 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA PROCESSO: 00138107220148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GLAUCIO ARTHUR ASSAD A??o: Procedimento Comum Cível em: 19/11/2021 REQUERENTE:ANDRE LUIZ OLIVEIRA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 18629-A - ROSANGELA DA ROSA CORREA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ 1Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ANANINDEUA PROCESSO nÂº. 0013810-72.2014.814.0006 - REVISIONAL. REQUERENTE: ANDRE LUIZ OLIVEIRA DE OLIVEIRA. REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A. SENTENÃA 1. RELATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o Revisional envolvendo as partes acima mencionadas, objetivando a revisÃ£o do contrato bancÃ¡rio, sob alegaÃ§Ã£o de que o ajuste padece de diversas abusividades, pois foram aplicados juros e encargos acima do permitido legalmente. Objetiva ainda a antecipaÃ§Ã£o dos efeitos da tutela para que o requerido apresente o contrato firmado entre as partes, para a proibiÃ§Ã£o de negativaÃ§Ã£o de seu nome, bem como para o deposito em juÃ-zo dos valores incontroversos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Segundo a petiÃ§Ã£o inicial, a parte requerente celebrou contrato bancÃ¡rio de alienaÃ§Ã£o fiduciÃ¡ria na modalidade CDC para aquisiÃ§Ã£o do veÃ-culo especificado na inicial no valor de R$ 40.000,00, a ser pago em 58 parcelas mensais e consecutivas, no valor de R$ 954,75. Alega a acionante que o Banco requerido tem aplicado juros capitalizados acima do patamar legal permitido e comissÃ£o de permanÃªncia cumulada com outros encargos, alÃ©m de outras taxas e tarifas abusivas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Iniciado o processamento do feito, foi deferida a gratuidade processual e indeferida a tutela de urgÃªncia pleiteada, contudo determinado a apresentaÃ§Ã£o do contrato firmado entre as partes, bem como a tabela de cÃ¡lculo com a descriÃ§Ã£o clara de todos os elementos que integram o valor final de cada parcela (fls. 33, item 08). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em petiÃ§Ã£o de fls. 65-82, a parte acionada apresentou contestaÃ§Ã£o. Em contrapartida, a rÃ©plica foi apresentada Ã s fls. 92-99, ratificando os termos da inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instado a apresentar o contrato firmado entre as partes litigantes, o Banco reclamado nÃ£o atendeu as determinaÃ§Ãµes judiciais, de fls. 33 (item 08), fls. 111 e fls. 113. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O requerido nÃ£o pugnou pela produÃ§Ã£o de provas (fls. 108). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. 2. FUNDAMENTAÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De inÃ-cio, cumpre registrar que o julgamento da presente demanda observa o regramento do art. 12, Â§ 2Âº, II do CPC. - DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entendo que a matÃ©ria trazida Ã apreciaÃ§Ã£o Ã© de fato e de direito, contudo nÃ£o hÃ¡ necessidade de produÃ§Ã£o de prova oral, posto que o conjunto probatÃ³rio produzido dÃ¡ suporte a entrega segura da prestaÃ§Ã£o jurisdicional, razÃ£o pela qual passo ao julgamento antecipado da lide, com arrimo no art. 355, I, do CPC.1 - APLICAÃÃO DO CÃDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De inÃ-cio, Ã© importante assinalar que a natureza da relaÃ§Ã£o jurÃ-dica subjacente, Ã© constituÃ-da a partir da discussÃ£o de contrato de crÃ©dito entre um usuÃ¡rio final e uma instituiÃ§Ã£o bancÃ¡ria/ financeiras, e nÃ£o hÃ¡ dÃºvida a respeito da aplicabilidade do CÃ³digo de Defesa do Consumidor. A incidÃªncia desse microssistema legislativo, na hipÃ³tese, jÃ¡ se encontra sedimentada pelo STF (SÃºmula n. 297 - O CÃ³digo de Defesa do Consumidor Ã© aplicÃ¡vel Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras). - DO MÃRITO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente, ao compulsar os autos, no tocante aos limites do litÃ-gio submetido Ã anÃ¡lise judicial, deve ser ressaltado que o Ã³rgÃ£o julgador observarÃ¡ o contido na SÃºmula n. 381 do STJ com o seguinte teor: "Nos contratos bancÃ¡rios, Ã© vedado ao julgador conhecer, de ofÃ-cio, da abusividade das clÃ¡usulas". Afinal, compete Ã parte delimitar os termos de sua pretensÃ£o na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â In casu, a parte autora emendou a peÃ§a vestibular quando determinado, atendendo com isso ao disposto no art. 330 do CPC, bem como aos ditames da SÃºmula acima transcrita (vide fls. 35-45). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De outro lado, tem-se segundo a SÃºmula n. 530 daquela Corte que: Â¿Nos contratos bancÃ¡rios, na impossibilidade de comprovar a taxa de juros efetivamente contratada - por ausÃªncia de pactuaÃ§Ã£o ou pela falta de juntada do instrumento aos autos -, aplica-se a taxa mÃ©dia de mercado, divulgada pelo Bacen, praticada nas operaÃ§Ãµes da mesma espÃ©cie, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o devedorÂ¿. Â Â

Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, infere-se dos autos que por trÃªs vezes foi oportunizado ao requerido apresentar o contrato bancÃ¡rio objeto da lide, instrumento este confeccionado pelo prÃ³prio Banco. Contudo, a parte preferiu se manter inerte a determinaÃ§Ã£o judicial, deixando assim de comprovar os fatos contra argumentados em contestaÃ§Ã£o, bem como de observar Ã inversÃ£o do Ã´nus da prova outrora deferida (vide fls. 33, item 08, fls. 111 e fls. 113). Diante do que vejamos: APELAÃÃO CÃVEL. AÃÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÃRIO DE CRÃDITO ROTATIVO VINCULADO A CONTA CORRENTE. SENTENÃA DE PROCEDÃNCIA. RECLAMO DA INSTITUIÃÃO FINANCEIRA. CONTRATO NÃO JUNTADO. INCIDÃNCIA DO ART. 400 DO CPC/15. CAPITALIZAÃÃO DE JUROS E COMISSÃO DE PERMANÃNCIA. INCIDÃNCIA INCABÃVEL NO PACTO NÃO COLACIONADO. A ausÃªncia de juntada do instrumento contratual firmado entre as partes, mesmo apÃ³s determinaÃ§Ã£o judicial para o suprimento da omissÃ£o, impÃµe o afastamento da capitalizaÃ§Ã£o de juros e da comissÃ£o de permanÃªncia, pois se mostra inviÃ¡vel a demonstraÃ§Ã£o da contrataÃ§Ã£o destes encargos. HONORÃRIOS RECURSAIS. ART. 85, Â§Â§ 1Âº E 11, DO CPC/15. MAJORAÃÃO DEVIDA. CRITÃRIOS CUMULATIVOS PREENCHIDOS (STJ, EDCL NO AGINT NO RESP 1.573.573/RJ). RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-SC - APL: 00202348020088240033 Tribunal de JustiÃ§a de Santa Catarina 0020234-80.2008.8.24.0033, Relator: Jaime Machado Junior, Julg.: 02/09/2021, 3Âª CÃ¢mara de Direito Comercial). APELAÃÃO CÃVEL. NEGÃCIOS JURIDICOS BANCÃRIOS. REVISIONAL DE CONTRATO. RECURSO CONHECIDO EM PARTE. PRELIMINARES DE INÃPCIA DA INICIAL E IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO DO CONTRATO. REJEITADAS. MÃRITO. CONTRATO NÃO JUNTADO. ABUSIVIDADE DAS CLÃUSULAS PACTUADAS RECONHECIDA. PROCEDÃNCIA DO FEITO MANTIDA. Preliminares. NÃ£o hÃ¡ falar em inÃ©pcia da inicial, porquanto houve a instruÃ§Ã£o do processo com o amplo debate das partes sobre os fatos narrados, bem como em relaÃ§Ã£o ao excesso de execuÃ§Ã£o. Ainda, quanto Ã impossibilidade de revisÃ£o contratual, aplicÃ¡vel o CÃ³digo de Defesa do Consumidor ao caso, diante do que dispÃµe a SÃºmula nÂº 297do STJ, sendo, possÃ-vel a revisÃ£o dos contratos sob a alegaÃ§Ã£o de existÃªncia de clÃ¡usulas abusivas ou ilegais. MÃ©rito. Juros. NÃ£o ocorrendo a juntada do contrato, de maneira que Ã© nÃ£o conhecido o percentual dos juros remuneratÃ³rios, circunstÃ¢ncia fÃ¡tica e contratual alheia Ã instÃ¢ncia especial, a jurisprudÃªncia do STJ firmou seu posicionamento no sentido de que prevalece a taxa mÃ©dia de mercado (2Âª SeÃ§Ã£o, REsp 1.112.880/PR, Rel. Ministra Nancy Andrighi, DJe de 19.5.2010). CapitalizaÃ§Ã£o de juros. A jurisprudÃªncia consolidada no STJ Ã© no sentido de que a cobranÃ§a de juros capitalizados em periodicidade anual nos contratos de mÃºtuo... firmado com instituiÃ§Ãµes financeiras Ã© permitida quando houver expressa pactuaÃ§Ã£o. (AgRg no AREsp 429029/PR). Ausente o contrato, resta afastada a capitalizaÃ§Ã£o. Encargos moratÃ³rios. Uma vez que se desconhece o que restou pactuado, apenas os juros moratÃ³rios legais, multa de 2% e a correÃ§Ã£o monetÃ¡ria pelo IGP-M podem ser contados para efeito de composiÃ§Ã£o das perdas e danos eventualmente decorrentes do inadimplemento obrigacional (art. 404 do CC). CONHDECERAM EM PARTE DO APELO E, NA PARTE CONHECIDA, REJEITARAM AS PRELIMINARES E NEGARAM-LHE PROVIMENTO. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70076649078, DÃ©cima SÃ©tima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Giovanni Conti, Julg. 12/07/2018). (TJ-RS - AC: 70076649078 RS, Relator: Giovanni Conti, Julg.: 12/07/2018, 17Âª CÃ¢mara CÃ-vel, DJ: 23/07/2018). I - DOS JUROS REMUNERATÃRIOS (VIOLAÃÃO DO ART. 4Âº, VI E IX, DA LEI 4.595/64). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na hipÃ³tese dos autos, trata-se de aÃ§Ã£o de revisÃ£o de clÃ¡usulas contratuais, decorrentes de contrato bancÃ¡rio de alienaÃ§Ã£o fiduciÃ¡ria na modalidade CDC, para aquisiÃ§Ã£o de veÃ-culo automotor, que - segundo informaÃ§Ãµes do requerente - previu a incidÃªncia de juros remuneratÃ³rios acima da taxa mÃ©dia de mercado, razÃ£o pela qual se pleiteia reduÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Mediante anÃ¡lise do substrato probatÃ³rio do processo em epÃ-grafe, infere-se que o Banco Â¿nÃ£o logrou demonstrar que o contrato continha estipulaÃ§Ã£o da taxa de juros e que esta nÃ£o era abusivaÂ¿, registra-se que ele Â¿nÃ£o se preocupou em provar suas alegaÃ§ÃµesÂ¿ de fls. 65-82, pois deixou de juntar o instrumento contratual, bem como se absteve de postular pela produÃ§Ã£o da prova quando intimado a fazÃª-lo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â pacÃ-fico na jurisprudÃªncia que os fornecedores de produto e serviÃ§o, tÃªm obrigaÃ§Ã£o legal de fornecer os documentos relativos Ã s relaÃ§Ãµes jurÃ-dicas que mantÃªm com seus clientes/usuÃ¡rios, atÃ© porque a estes nÃ£o Ã© possÃ-vel a obtenÃ§Ã£o das informaÃ§Ãµes senÃ£o por meio do prÃ³prio requerido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A ausÃªncia de apresentaÃ§Ã£o do contrato pela instituiÃ§Ã£o financeira, nÃ£o obstante tenha sido a ela imputado o respectivo Ã´nus, tornou impossÃ-vel a comprovaÃ§Ã£o dos juros remuneratÃ³rios praticados. Nessa hipÃ³tese, necessÃ¡rio se faz o reconhecimento da abusividade na cobranÃ§a dos juros, o que conduz Ã aplicaÃ§Ã£o da taxa mÃ©dia de mercado praticada Ã Ã©poca, divulgada pelo Bacen. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, registra-se que a ausÃªncia de apresentaÃ§Ã£o do referido documento se trata de falha na prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o, contrariando o dever de boa-fÃ©, informaÃ§Ã£o e transparÃªncia nas relaÃ§Ãµes contratuais de

consumo. II - DA CAPITALIZAÃÃO DOS JUROS (VIOLAÃÃO DO ART. 5Âº DA MP 2.170-36/01). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre a capitalizaÃ§Ã£o de juros, nos termos da iterativa jurisprudÃªncia do STJ, Ã© admitida inclusive em periodicidade inferior Ã anual no caso de mÃºtuo bancÃ¡rio, desde que esteja pactuada nos contratos bancÃ¡rios celebrados apÃ³s 31/03/2000 (REsp 602.068/RS, Rel. Min. AntÃ´nio de PÃ¡dua Ribeiro, 2Âª SeÃ§Ã£o, DJ 21/03/2005; e AgRg no Ag 882.861/SP, Rel. Min. JoÃ£o OtÃ¡vio de Noronha, 4Âª Turma, DJ 11/02/2008). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A esse respeito, a parte requerente asseverou que a capitalizaÃ§Ã£o aplicada fora indevida (aplicaÃ§Ã£o de juros compostos), com a cobranÃ§a em patamares acima de 1,17% ao mÃªs e que o Banco requerido nÃ£o apresentou aos autos o contrato firmado entre as partes, a fim de que tal cobranÃ§a fosse atestada. Dessa forma, nÃ£o demonstrada a expressa pactuaÃ§Ã£o da capitalizaÃ§Ã£o dos juros, Ã© de afastar a sua incidÃªncia da forma como fora alegada pela autora, para aplicÃ¡-la como postulada na vestibular, qual seja, 0,87% ao mÃªs. - INOCORRÃNCIA DA MORA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A configuraÃ§Ã£o da mora em demandas que buscam a revisÃ£o de operaÃ§Ãµes de crÃ©dito tambÃ©m possui entendimento cristalizado pelo Superior Tribunal de JustiÃ§a, jÃ¡ acompanhado igualmente pelo TJPA, tudo em atenÃ§Ã£o ao art. 1.036 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vejamos o conteÃºdo da ORIENTAÃÃO 2 assentada no julgamento do REsp. 1.061.530/RS (Rel. Min. NANCY ANDRIGHI): a) O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no perÃ-odo da normalidade contratual (juros remuneratÃ³rios e capitalizaÃ§Ã£o) descaracteriza a mora; b) NÃ£o descaracteriza a mora o ajuizamento isolado de aÃ§Ã£o revisional, nem mesmo quando o reconhecimento de abusividade incidir sobre os encargos inerentes ao perÃ-odo de inadimplÃªncia contratual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, se constatada eventual abusividade no tocante aos juros remuneratÃ³rios, Ã incidÃªncia de capitalizaÃ§Ã£o, bem como em relaÃ§Ã£o Ã s tarifas de abertura de crÃ©dito, de emissÃ£o de carnÃª, etc, ficarÃ¡ descaracterizada a mora do devedor, pois ele pode estar em dÃ©bito justamente por causa dos valores cobrados em excesso, indevidamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, quando demonstrado que foram exigidos encargos abusivos na contrataÃ§Ã£o, durante o perÃ-odo da normalidade contratual (adimplÃªncia), a mora Ã© desconfigurada. - INOCORRÃNCIA DA REPETIÃÃO DE INDÃBITO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O pedido de restituiÃ§Ã£o dos valores pagos pela parte autora nÃ£o deve prosperar uma vez que legal os valores cobrados. Ademais, configura vantagem indevida a restituiÃ§Ã£o de valores livremente pactuados, sem que tenha sido demonstrada ilegalidade ou mÃ¡-fÃ© da parte que realizou a cobranÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, em relaÃ§Ã£o a aplicaÃ§Ã£o do disposto no art. 42, parÃ¡grafo Ãºnico do CDC, jÃ¡ restou pacificado no STJ que a devoluÃ§Ã£o em dobro somente ocorre caso comprovada a mÃ¡-fÃ© do fornecedor, conforme se depreende do voto condutor do AcÃ³rdÃ£o, proferido pelo Rel. Des. MÃ¡rcio Idalmo Santos Miranda (TJ/MG, 9Âª. CÃ¢m. CÃ-v., AC 10153120007734001 MG, 27/05/2015): Â¿Configurada, assim, a responsabilidade do Apelante, e, via de consequÃªncia, o dever de restituir os valores indevidamente despendidos pela ApeladaÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Segue-se que a dobra na restituiÃ§Ã£o dos valores despendidos pela parte requerente nÃ£o merece prosperar, haja vista que a aplicaÃ§Ã£o da regra contida no art. 42, parÃ¡grafo Ãºnico, do CDC tem lugar quando a cobranÃ§a tenha sido feita em situaÃ§Ã£o de mÃ¡-fÃ© daquele que recebeu, o que inocorreu no caso em tela. 3. DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, considerando tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS FORMULADOS NA INICIAL, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, para: a) AFASTAR os valores referentes Ã capitalizaÃ§Ã£o mensal aplicada pela parte requerida, para APLICAR o percentual de 0,87% ao mÃªs, conforme postulado na inicial; b) AFASTAR a mora do devedor referente ao valor originalmente devido; c) DETERMINAR a devoluÃ§Ã£o simples de valores exigidos no perÃ-odo do inadimplemento porque efetuada a cobranÃ§a indevida da capitalizaÃ§Ã£o mensal de juros pelo Banco requerido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Havendo sucumbÃªncia recÃ-proca, custas em rateio. Cada parte deve suportar o Ã´nus do respectivo patrocÃ-nio. No entanto, a verba de sucumbÃªncia fica sobrestada em relaÃ§Ã£o Ã parte autora porque beneficiÃ¡ria da gratuidade processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Atente-se a Secretaria deste JuÃ-zo quanto a atualizaÃ§Ã£o das procuraÃ§Ãµes e substabelecimentos de modo que as publicaÃ§Ãµes e intimaÃ§Ãµes recaiam em nome dos advogados com poderes legÃ-timos de representaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, certifique-se. Observadas as orientaÃ§Ãµes da Corregedoria Geral de JustiÃ§a e CNJ, arquive-se, em conformidade com o manual de rotina deste Tribunal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ananindeua/PA, 17 de novembro de 2021. GLÃUCIO ASSAD Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de Ananindeua 1 PROCESSUAL CIVIL. APELAÃÃO CÃVEL. AÃÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÃCULO AUTOMOTOR C/C REPETIÃÃO DE INDÃBITO. SENTENÃA DE IMPROCEDÃNCIA. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÃA POR CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEITADA. MÃRITO. CAPITALIZAÃÃO DE JUROS. POSSIBILIDADE. A PREVISÃO NO CONTRATO BANCÃRIO DE TAXA DE JUROS ANUAL SUPERIOR AO DUODÃCUPLO DA MENSAL Ã SUFICIENTE

PARA PERMITIR A COBRANÃA TAXA EFETIVA ANUAL CONTRATADA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. I - [...]. II - [...]. III - [...]. A prova oral nÃ£o tem lugar nesse caso, pois o que se discute sÃ£o os termos de um contrato, que se provam pelo prÃ³prio contrato e nÃ£o por testemunhas, razÃ£o pela qual nÃ£o hÃ¡ necessidade de audiÃªncia de instruÃ§Ã£o. A prova pericial tambÃ©m nÃ£o tem utilidade prÃ¡tica, tendo em vista que pela anÃ¡lise do contrato pode-se concluir pela legalidade ou ilegalidade daquilo que estÃ¡ sendo cobrado. Em funÃ§Ã£o desses fatos, provados nos autos, o juÃ-zo entendeu nÃ£o haver necessidade de produÃ§Ã£o de provas, no que entendo que agiu corretamente, nÃ£o havendo qualquer nulidade na sentenÃ§a ora recorrida, razÃ£o pela qual rejeito esta preliminar. IV - [...]. V - Ante o exposto, conheÃ§o do recurso e nego-lhe provimento, para manter a sentenÃ§a, nos termos da fundamentaÃ§Ã£o exposta. (ApelaÃ§Ã£o nÂº 00227695420138140301 (171314), 1Âª Turma de Direito Privado do TJPA, Rel. Gleide Pereira de Moura. j. 20.02.2017, DJe 10.03.2017). GRIFEI.

SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMÍLIA DE ANANINDEUA

RESENHA: 10/11/2021 A 17/11/2021 - SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMILIA DE ANANINDEUA - VARA: 1ª VARA DE FAMILIA DE ANANINDEUA PROCESSO: 00003634620168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/11/2021 REQUERIDO:J. E. M. Representante(s): OAB 21497 - VALERIA LIMA DE MORAES (ADVOGADO) REQUERENTE:ANA MARCELLA EMIM. PODER JUDICIÃRIO COMARCA DE ANANINDEUA JUÃZO DE DIREITO DA 1Âª. VARA DE FAMÃLIA Estr. ClÃ¡udio Sanders, 193, Ananindeua, PA, CEP 67030-325, Centro PROCESSO NÂº 0000363-46.2016.8.14.0006 AÃÃO: Procedimento Comum CÃÂ-vel D E S P A C H O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â R. H. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que a parte condenada ao pagamento das custas finais do processo, intimada por publicaÃ§Ã£o e/ou pessoalmente, nÃ£o promoveu o pagamento destas, conforme informa a CertidÃ£o do Diretor de Secretaria, promovam-se as diligÃªncias necessÃ¡rias para a inscriÃ§Ã£o na dÃ-vida ativa do Estado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Acaso jÃ¡ tenha ocorrido o pagamento ou providenciada a diligÃªncia acima, e nada mais havendo, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ananindeua-PA,Â 12 de novembro de 2021. CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara de FamÃ-lia de Ananindeua. PROCESSO: 00060390920158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ A??o: Execução de Alimentos em: 12/11/2021 REQUERENTE:J. M. N. M. Representante(s): OAB 11457 - RODRIGO OLIVEIRA BEZERRA (DEFENSOR) REQUERIDO:B. C. A. MENOR:B. A. M. A. . Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de Cumprimento de SentenÃ§a de Alimentos, forte no Â§Â§ 3Âº do art. 528, do CPC, formulada por B.A.M.A, representado por JAQUELINE MICHELLE NEVES MELO, pela Defensoria PÃºblica, em face de BRUNO CRUZ ANDRADE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou documentos aos autos (07/11). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determinada a intimaÃ§Ã£o do requerido para pagar o dÃ©bito alimentar, sob pena de constriÃ§Ã£o pessoal (fl. 12), este, citado (fl. 14), justificou o seu inadimplemento, propondo o pagamento do dÃ©bito parceladamente Ã s fls. 15/16. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instada a se manifestar, a parte exequente pugnou pela prisÃ£o do devedor (fl. 22). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tentada a conciliaÃ§Ã£o, o requerido nÃ£o compareceu, momento em que fora decretada a sua prisÃ£o civil (fl. 34/35). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o de fl. 42, expedida pelo Sr. Oficial de JustiÃ§a, informando do nÃ£o cumprimento da prisÃ£o do executado, vez que nÃ£o mais residia no endereÃ§o informado na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instada a se manifestar, para atualizar o endereÃ§o do requerido, bem como juntar a planilha de dÃ©bito alimentar (fl. 43), a parte autora ratificou o endereÃ§o do devedor e atualizou a planilha de dÃ©bito (fl. 47 e 55). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Renovada a tentativa de prisÃ£o do alimentante, este nÃ£o foi encontrado no endereÃ§o indicado (CertidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a fls.60). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determinada a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte autora (fl. 64), para cumprir diligÃªncias - manifestar-se sobre a informaÃ§Ã£o da Defensoria e atualizar a dÃ-vida cobrada, esta, intimada pessoalmente (fl. 65), nÃ£o demonstrou seu interesse no prosseguimento do processo, nem cumpriu as determinaÃ§Ãµes deste juÃ-zo (certidÃ£o de fl. 66). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encaminhados os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, este pugnou pela extinÃ§Ã£o do feito sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito (fl. 67/68). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o suficiente RelatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifica-se dos autos que hÃ¡ mais de 3 anos nÃ£o se tem notÃ-cia de manifestaÃ§Ã£o da parte autora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O que se tem no presente caso, Ã© que a demandante intimada a demonstrar o seu interesse no prosseguimento do feito, cumprir a determinaÃ§Ã£o desse juÃ-zo - atualizar o endereÃ§o do requerido e planilha de dÃ©bito -, sob a advertÃªncia de que sua inÃ©rcia acarretaria a extinÃ§Ã£o do feito, deixou o seu prazo escoar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalta-se que tanto o seu defensor, quanto a prÃ³pria exequente foram intimados para que demonstrassem interesse no prosseguimento do feito e, acaso afirmativo, cumprisse as determinaÃ§Ãµes deste juÃ-zo, sob pena de extinÃ§Ã£o, todavia, a representante da Defensoria PÃºblica nÃ£o obteve contato com a sua assistida, e esta, intimada pessoalmente, nada disse nos autos, nÃ£o tendo este juÃ-zo condiÃ§Ãµes de dar andamento ao processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando, ainda, que cabe Ã s partes cumprirem com as diligÃªncias no prazo determinado, constata-se que houve o abandono da causa pela parte requerente, nos termos do inciso III do art. 485 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto Posto, e em atenÃ§Ã£o Ã manifestaÃ§Ã£o ministerial, julgo extinto o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, com fundamento noÂ art. 485, III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Revogo a decisÃ£o que decretou a prisÃ£o civil do requerido Ã s fls. fl. 34/35, devendo ser expedido o respectivo AlvarÃ¡ de Soltura acaso

esteja preso pelos motivos desta aÃ§Ã£o. Proceda, ainda, a Secretaria, as devidas regularizaÃ§Ãµes junto ao BNMP - Banco Nacional de Mandados de PrisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas pela parte autora, que fica suspensa a sua exigibilidade, nos termos do art. 98, Â§ 3Âº, do CPC, face Ã gratuidade jÃ¡ deferida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s trÃ¢nsito em julgado, arquive-se. Ananindeua, 12 de novembro de 2021. CARLOS MÃRCIO DE MELO QUEIROZ JuÃ-za de Direito, respondendo pela 1Âª Vara de FamÃ-lia de Ananindeua. PROCESSO: 00111227420138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/11/2021 MENOR:N. V. S. C. REPRESENTANTE:LUCIANA DOS SANTOS CARDOSO Representante(s): LUCIANA SILVA RASSY (DEFENSOR) REQUERIDO:KLEBER SOEIRO MONTEIRO. PODER JUDICIÃRIO COMARCA DE ANANINDEUA JUÃZO DE DIREITO DA 1Âª. VARA DE FAMÃLIA Estr. ClÃ¡udio Sanders, 193, Ananindeua, PA, CEP 67030-325, Centro PROCESSO NÂº 0011122-74.2013.8.14.0006 AÃÃO: Procedimento Comum CÃÂ-vel D E S P A C H O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â R. H. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que a parte condenada ao pagamento das custas finais do processo, intimada por publicaÃ§Ã£o e/ou pessoalmente, nÃ£o promoveu o pagamento destas, conforme informa a CertidÃ£o do Diretor de Secretaria, promovam-se as diligÃªncias necessÃ¡rias para a inscriÃ§Ã£o na dÃ-vida ativa do Estado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Acaso jÃ¡ tenha ocorrido o pagamento ou providenciada a diligÃªncia acima, e nada mais havendo, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ananindeua-PA,Â 12 de novembro de 2021. CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara de FamÃ-lia de Ananindeua. PROCESSO: 00117916420128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ A??o: Cumprimento de sentença em: 12/11/2021 MENOR:G. N. S. REPRESENTANTE:A. F. P. N. Representante(s): OAB 16285-B - FRANCISCO JOSE PINHO VIEIRA (DEFENSOR) REQUERIDO:L. A. F. S. . Vistos.Â Trata-se de Cumprimento de SentenÃ§a em aÃ§Ã£o de Alimentos, pelo rito do Â§ 3Âº do art. 528 do CPC, formulado porÂ G.N.D.S, representado por ANA FRANCINEIDE,Â por intermÃ©dio da Defensoria PÃºblica, em face deÂ LUIS AUGUSTO FIGUEIREDO DA SILVA. A parte autora informou que o requerido ficou obrigado, mediante SentenÃ§a que homologou acordo entre as partes, ao pagamento de PensÃ£o AlimentÃ-cia ao exequente no valor deÂ 20% (vinte por cento) do salÃ¡rio-mÃ-nimo vigente, estando em dÃ©bito no valor de 299,93 (duzentos e noventa e nove reais e noventa e trÃªs centavos), relativo ao perÃ-odo entre JAN/2017 a MAR/2017. Intimado para pagar o dÃ©bito alimentar (fl. 29) o requerido apresentou a sua justificativa, informando que pagou a dÃ-vida cobrada (fls. 30/31). Instada a se manifestar, a parte autora dispÃ´s que o alimentante ainda se encontrava em dÃ©bito (fl. 34), momento em que o feito fora encaminhado Ã sessÃ£o de mediaÃ§Ã£o para a tentativa de autocomposiÃ§Ã£o (fl. 61). Em audiÃªncia (fls. 72/73), as partes pactuaram nos seguintes termos: que o dÃ©bito de R$ 1.456,86 (um mil quatrocentos e cinquenta e seis reais oitenta e seis centavos) seriam pagos em 29 parcelas de R$ 50,24 (cinquenta reais e vinte e quatro centavos), somados aos alimentos principais seriam pagos pelo requerido mensalmente atÃ© o dia 15 de cada mÃªs; as partes dÃ£o plena quitaÃ§Ã£o do dÃ©bito, e dispensam os prazos recursais. O MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou pela homologaÃ§Ã£o do acordo (fl. 75/76). Vieram os autos conclusos. Ã o suficiente RelatÃ³rio.Â Decido. Inicialmente, defiro o pedido de gratuidade judiciÃ¡ria ao executado, diante da declaraÃ§Ã£o de hipossuficiÃªncia financeira de fls. 48, nos termos do Â§ 3Âº do art. 98 do CPC. Quanto ao cumprimento da sentenÃ§a, e sem maiores digressÃµes, constato que o feito cumpriu a sua finalidade. As partes foram encaminhadas Ã SessÃ£o MediatÃ³ria, onde pactuaram sobre o dÃ©bito alimentar e a forma de pagamento. Portanto, verifico que hÃ¡ manifestaÃ§Ã£o sÃ³lida de vontades das partes pela autocomposiÃ§Ã£o do litÃ-gio, diante do acordo formulado em audiÃªncia, parcelamento da dÃ-vida, sem prejuÃ-zo da pensÃ£o alimentÃ-cia futura. Analisando a transaÃ§Ã£o firmada entre as partes, vejo que atende aos requisitos legais quanto Ã legitimidade e legalidade do ato, devendo, pois, ser homologado, e extinto, nos termos do art. 924, III, do CPC. Ante o exposto, HOMOLOGO o acordo celebrado ((fls. 72/73) relativo ao parcelamento da pensÃ£o alimentÃ-cia devida, caracterizando-se o inadimplemento de futuras parcelas, como NovaÃ§Ã£o, nos termos do art. 360, I, do CÃ³digo Civil, devendo ser extinto a presente fase executiva, passando-se a inexistir o crÃ©dito que fundamentou a presente, tornando-se o tÃ-tulo inexequÃ-vel e/ou inexigÃ-vel. Por corolÃ¡rio, EXTINGO o feito de CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, vez que engloba a totalidade da dÃ-vida alimentar, nos termos do art. 487, III, alÃ-nea b c/c art. 924, III, do CPC. Condeno o executado nas custas processuais e honorÃ¡rios que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais) a ser destinado ao FUNDO DA DEFENSORIA PÃBLICA, ficando suspensa a sua exigibilidade de ambas, vez que Ã© beneficiÃ¡rio da justiÃ§a gratuita. ApÃ³s as cautelas legais e de praxe, ARQUIVE-SE. CiÃªncia ao MP. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Ananindeua - PA, 12 de novembro de 2021. CARLOS MÃRCIO DE MELO QUEIROZ Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara de FamÃ-lia de Ananindeua.

PROCESSO: 00240955620168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ A??o: Regulamentação de Visitas em: 12/11/2021 REQUERENTE:M. A. S. Representante(s): OAB 4844 - MARIA AMELIA MENEZES DE ALMEIDA (ADVOGADO) REQUERIDO:S. N. O. Representante(s): OAB 13974 - JOSE DE SOUZA PINTO FILHO (ADVOGADO) ENVOLVIDO:G. O. S. . Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â MANOEL AROUCHA SOARES, qualificado nos autos, ajuizou a presente AÃÃO DE REGULAMENTAÃÃO DO DIREITO DE VISITAS C/C TUTELA DE URGÃNCIA, nos termos dos artigos 1.583, 1.589 e do art. 229 da ConstituiÃ§Ã£o Federal, em desfavor de SUELLEM NASCIMENTO DE OLIVEIRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alegou o autor, em sÃ-ntese, que estava sendo impedido pela RÃ© de ter o contato com o seu filho G.O.S, nascido em 2010. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante isso, requereu a regulamentaÃ§Ã£o do seu direito de convivÃªncia com o menor, inclusive de forma liminar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com a inicial, vieram procuraÃ§Ã£o e documentos (fls. 11/23). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recebida a inicial, e designada a realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o, as partes compareceram, todavia, a autocomposiÃ§Ã£o restou infrutÃ-fera (fl. 30). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A rÃ© Ã s fls. 33/42 apresentou sua contestaÃ§Ã£o e reconvenÃ§Ã£o com pedido de regulamentaÃ§Ã£o de guarda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Estudo psicossocial (fls. 71/82), com parecer favorÃ¡vel Ã regulamentaÃ§Ã£o de visitas ao pai e estabelecimento da guarda compartilhada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou pelo deferimento dos pedidos (fls. 83/85). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em decisÃ£o de fls. 86/87, foram deferidas as visitas provisÃ³rias ao autor, e saneado o feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Noticiou-se nos autos o falecimento da requerida (fl. 91) e CertidÃ£o de Ã³bito (fl. 98). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instado a se manifestar, O MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou pela extinÃ§Ã£o do feito sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve Relato. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise aos autos, ficou comprovado que a parte RÃ© veio a Ã³bito, conforme documento de fl. 98 (certidÃ£o de Ã³bito). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como Ã© cediÃ§o, nas aÃ§Ãµes de guarda e regulamentaÃ§Ã£o de visitas, de natureza personalÃ-ssima, e direito intransmissÃ-vel, em tendo ocorrido a morte de uma das partes, antes de ser prolatada a sentenÃ§a, nÃ£o hÃ¡ se falar em continuidade do feito, falecendo a aÃ§Ã£o por falta de interesse de agir, por perda superveniente de seu objeto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse passo, vindo a Ã³bito um dos genitores no trÃ¢nsito processual, o processo restou carente de pressuposto e condiÃ§Ãµes indispensÃ¡veis ao seu desenvolvimento vÃ¡lido e regular. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido o julgado: DIREITO DE FAMÃLIA E PROCESSUAL CIVIL. AÃÃO DE GUARDA. OBJETO. GUARDA UNILATERAL DE FILHA MENOR. SENTENÃA. PROLAÃÃO. APELAÃÃO. MANEJO. GENITORA. ÃBITO. AÃÃO VERSANDO SOBRE DIREITO PERSONALÃSSIMO. PRESSUPOSTO PROCESSUAL, OBJETO E INTERESSE DE AGIR. DESAPARECIMENTO. PROCESSO. EXTINÃÃO. 1. A aÃ§Ã£o de guarda unilateral de filho manejada por um genitor em desfavor do outro, derivando de direito personalÃ-ssimo, ostenta essa natureza, sendo intransmissÃ-vel, resultando que, vindo a Ã³bito um dos genitores no trÃ¢nsito processual, o processo resta carente de pressuposto e condiÃ§Ãµes indispensÃ¡veis ao seu desenvolvimento vÃ¡lido e regular, determinando sua extinÃ§Ã£o, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. 2. O Ã³bito de um dos genitores no trÃ¢nsito da aÃ§Ã£o de guarda em que debatiam a guarda unilateral do filho comum, diante da natureza personalÃ-ssima do direito controvertido e da intransmissibilidade da aÃ§Ã£o, enseja o desaparecimento do pressuposto processual inerente Ã composiÃ§Ã£o da relaÃ§Ã£o processual e determina o exaurimento do objeto do litÃ-gio e do interesse de agir do autor por implicar o fato jurÃ-dico inerente Ã morte o desaparecimento do litÃ-gio submetido ao JudiciÃ¡rio, culminando com a extinÃ§Ã£o do processo, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. 3. ApelaÃ§Ã£o conhecida. Processo extinto, sem exame do mÃ©rito. Apelo prejudicado. (TJ-DF - APC: 20131210026147, Relator: TEÃFILO CAETANO, Data de Julgamento: 19/08/2015, 1Âª Turma CÃ-vel, Data de PublicaÃ§Ã£o: Publicado no DJE: 28/08/2015. PÃ¡g.: 125). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, e em atenÃ§Ã£o Ã manifestaÃ§Ã£o ministerial, considerando a inexistÃªncia de interesse processual diante da perda superveniente do objeto da presente AÃ§Ã£o de RegulamentaÃ§Ã£o de Visitas e da ReconvenÃ§Ã£o de Guarda, face ao falecimento da requerida, EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DO MÃRITO, nos termos do art. 485, IX DO CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas sem honorÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s as cautelas legais e de praxe, ARQUIVE-SE. Ananindeua-PA, 12 de novembro de 2021. CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara da FamÃ-lia de Ananindeua. PROCESSO: 01310621620168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/11/2021 AUTOR:FLAVIA DE AZEVEDO GIUSTI Representante(s): OAB 10551 - BRUNO DOS SANTOS

ANTUNES (ADVOGADO) OAB 20694 - RUDA ROCHA DE SOUZA (ADVOGADO) REU:WALNEY CESAR DE OLIVEIRA FILHO Representante(s): OAB 15563 - SAULO CESAR OLIVEIRA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 21296 - DANIEL ANTONIO SIMOES GUALBERTO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO COMARCA DE ANANINDEUA JUÃZO DE DIREITO DA 1Âª. VARA DE FAMÃLIA Estr. ClÃ¡udio Sanders, 193, Ananindeua, PA, CEP 67030-325, Centro PROCESSO NÂº 0131062-16.2016.8.14.0301 AÃÃO: Procedimento Comum CÃÂ-vel D E S P A C H O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â R. H. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que a parte condenada ao pagamento das custas finais do processo, intimada por publicaÃ§Ã£o e/ou pessoalmente, nÃ£o promoveu o pagamento destas, conforme informa a CertidÃ£o do Diretor de Secretaria, promovam-se as diligÃªncias necessÃ¡rias para a inscriÃ§Ã£o na dÃ-vida ativa do Estado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Acaso jÃ¡ tenha ocorrido o pagamento ou providenciada a diligÃªncia acima, e nada mais havendo, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ananindeua-PA,Â 12 de novembro de 2021. CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara de FamÃ-lia de Ananindeua. P R O C E S S O : 0 0 0 0 4 2 6 0 8 2 0 1 5 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ A??o: Cumprimento de sentença em: 16/11/2021 REQUERENTE:L. L. C. REPRESENTANTE:P. F. B. L. C. Representante(s): ANNALU MARINHO FERREIRA (DEFENSOR) REQUERIDO:N. S. C. Representante(s): OAB 21583 - HENRIQUE MATOS CHRISTO ALVES DE CAMPOS (ADVOGADO) OAB 26851 - ELIZANE DE FATIMA MORAES FARIAS (ADVOGADO) . DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: Restando infrutÃ-fera a conciliaÃ§Ã£o, designo o DIA 22/11/2021, 10:00H, para que o adolescente compareÃ§a ao Setor Multidisciplinar para que seja ouvido por tÃ©cnica ou psicÃ³loga, sem a presenÃ§a dos genitores. Concedo o prazo de 05 (cinco) dias para que o Sr. Nivaldo apresente o plano de pagamento do valor que reconhece como devido a tÃ-tulo de alimentos. ApÃ³s, conclusos. Cientes os presentes. Nada mais havendo mandou o MM. Juiz encerrar o presente termo que lido e achado conforme vai devidamente assinado. Eu, Juliana Vilhena, Analista JudiciÃ¡ria, o digitei. CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ Juiz Titular da 1Âª Vara de FamÃ-lia de Ananindeua PROCESSO: 00144394620148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ A??o: Cumprimento de sentença em: 16/11/2021 MENOR:C. H. M. S. REPRESENTANTE:A. K. M. P. Representante(s): OAB 9714 - FRANCIARA PEREIRA LEMOS (DEFENSOR) REQUERIDO:E. S. Representante(s): OAB 25200 - LUIZ GUILHERME DA SILVA SACRAMENTO JUNIOR (ADVOGADO) . Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de Cumprimento de SentenÃ§a de Alimentos ajuizada por C.H.M.S., representado por ANA KELY MARTINS PINTO, por intermÃ©dio da Defensoria PÃºblica, em face de EDIVAN DE SOUZA, todos qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alegou o alimentado que, em virtude de acordo homologado em JuÃ-zo, o requerido obrigou-se a pagar a tÃ-tulo de pensÃ£o alimentÃ-cia o valor de 20% (vinte por cento) dos seus vencimentos e demais vantagens, excluÃ-dos os descontos obrigatÃ³rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Informou o exequente, Ã s fls. 19/21, o nÃ£o pagamento das parcelas de dezembro de 2015 a maio de 2016, requerendo a intimaÃ§Ã£o do executado, sob pena de penhora de bens. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls. 31 foi determinada a intimaÃ§Ã£o do executado para pagamento dos dÃ©bitos de dezembro de 2015 a maio de 2016, sob pena de penhora de bens, e deferidos os benefÃ-cios da JustiÃ§a Gratuita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimado o executado para pagamento dos dÃ©bitos de dezembro de 2015 a maio de 2016, conforme CertidÃ£o de fls. 37. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls. 38/40, dispÃ´s o exequente que o executado se encontrava em dÃ©bito com os alimentos nos meses de junho a agosto de 2016 e que, por tais motivos, requereu a sua intimaÃ§Ã£o para que pagasse os alimentos devidos, sob pena de prisÃ£o civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi determinada, fls. 51, a intimaÃ§Ã£o do executado para pagamento do dÃ©bito de junho a agosto de 2016, sob pena de prisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimado para pagamento das parcelas de dezembro de 2015 a maio de 2016, fls. 54, o executado nÃ£o apresentou qualquer manifestaÃ§Ã£o, fls. 55. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AtualizaÃ§Ã£o do dÃ©bito e requerimento pela prisÃ£o civil do executado, fls. 59. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do nÃ£o pagamento e do parecer ministerial (fls. 66/67), foi decretada a prisÃ£o civil do executado, fls. 68/69. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â InfrutÃ-fera a prisÃ£o do executado, conforme CertidÃ£o de fls. 79. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determinada a prisÃ£o do executado em regime domiciliar, em razÃ£o da pandemia do COVID-19, fls. 88. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do executado, fls. 90, informando seu recolhimento em unidade prisional, requerendo o cumprimento da prisÃ£o civil no regime domiciliar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expedido mandado de prisÃ£o do executado no regime domiciliar, fls. 94. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O executado, em petiÃ§Ã£o de fls. 95/96, juntou proposta de acordo para pagamento do dÃ©bito para revogaÃ§Ã£o da prisÃ£o domiciliar, juntando comprovante de depÃ³sito judicial no valor de R$4.465,00. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O exequente, fls. 98 verso, concordou com a proposta formulada e requereu a

revogaÃ§Ã£o da prisÃ£o civil do executado, bem como o levantamento dos valores depositados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na decisÃ£o de fls. 100, foi revogada a prisÃ£o civil do executado e determinada a intimaÃ§Ã£o do exequente para informar acerca do pagamento dos valores cobrados pelo rito da penhora de bens. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O exequente, fls. 115, informou que nÃ£o possui interesse no prosseguimento do feito, quanto Ã s parcelas anteriores, cobradas pelo rito da penhora de bens, bem como requereu o levantamento da quantia depositada em juÃ-zo e extinÃ§Ã£o da execuÃ§Ã£o pela satisfaÃ§Ã£o da dÃ-vida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MP pugnou pela homologaÃ§Ã£o do acordo, pela extinÃ§Ã£o do fito com mÃ©rito e pela expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡ para levantamento dos valores depositados (fls. 118/119). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o suficiente RelatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem maiores digressÃµes, em anÃ¡lise aos termos da proposta de Acordo do executado, vejo que este encontra-se em ordem, o exequente, assistido pela Defensoria PÃºblica, apresentou anuÃªncia expressa, pelo que entendo que o pedido deve ser deferido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o valor do acordo foi depositado, verifico que houve quitaÃ§Ã£o integral do dÃ©bito em relaÃ§Ã£o Ã s parcelas cobradas pelo rito da prisÃ£o civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã s parcelas anteriores, executadas pelo rito da constriÃ§Ã£o patrimonial, a parte exequente expressamente informou que nÃ£o tem interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto e em atenÃ§Ã£o Ã manifestaÃ§Ã£o ministerial, e, ainda, considerando que uma das formas de extinÃ§Ã£o da execuÃ§Ã£o Ã© quando a dÃ-vida for satisfeita, NOS TERMOS DO ART. 924, INCISO II, DO CÃDIGO DE PROCESSO CIVIL, HOMOLOGO O ACORDO REFERIDO E, POR CONSEGUINTE, EXTINGO A PRESENTE EXECUÃÃO DAS PARCELAS COBRADAS PELO RITO DA PRISÃO CIVIL EM DECORRÃNCIA DO PAGAMENTO DO DÃBITO ALIMENTAR. Por sua vez, em relaÃ§Ã£o Ã execuÃ§Ã£o das parcelas anteriores, cobradas pelo rito da penhora de bens, homologo a desistÃªncia da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino que seja EXPEDIDO o ALVARÃ em nome C.H.M.S., representado por ANA KELY MARTINS PINTO, para que esta possa levantar os valores depositados na subconta vinculada ao presente processo, conforme depÃ³sitos efetuados Ã s fls. 97, nos termos requeridos Ã s fls. 116. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas pelo executado, que fica suspensa sua cobranÃ§a, forte no art. 98, Â§ 3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s trÂ¢nsito em julgado, nada mais havendo, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ciente o MP e a DP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ananindeua-PA, 12 de novembro de 2021. CARLOS MÃRCIO DE MELO QUEIROZ Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara de FamÃ-lia de Ananindeua. PROCESSO: 00004861419998140006 PROCESSO ANTIGO: 199910001136 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 17/11/2021 AUTOR:OZENILDE XAVIER DE QUEIROZ REU:ROMULO JOSE FERREIRA RIBEIRO ADVOGADO:SOCORRO AMORIM. S E N T E N Ã A Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Trata-se de RESTAURAÃÃO DE AUTOS com base no art. 712 e seguintes do CPC, com o fim de serem recuperados os autos do Pedido de Cumprimento de SentenÃ§a que foi ajuizado por OZENILDE XAVIER DE QUEIROZ, em desfavor de RÃMULO JOSÃ FERREIRA RIBEIRO, todos qualificados. Â Â Â Diante do conteÃºdo da certidÃ£o de nÂº 2019.0191999870, a qual informou a nÃ£o localizaÃ§Ã£o neste juÃ-zo do processo autuado sob o nÂº 0000486-14.1999.814.0006 (AÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o de Alimentos) e considerando que inexistem autos suplementares dentro dos quais poderia ter o curso normal da demanda, determinei a intimaÃ§Ã£o das partes, para que, no prazo de 05 (cinco) dias manifestassem interesse quanto a restauraÃ§Ã£o dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No documento de nÂº 20190399441645, sobreveio certidÃ£o do Senhor Diretor de Secretaria, informando que as partes intimadas e decorrido o prazo assinalado, nÃ£o ofereceram manifestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante isso e considerando que o exercÃ-cio da jurisdiÃ§Ã£o deve sempre levar em conta a utilidade do provimento jurisdicional em relaÃ§Ã£o ao custo social da sua preparaÃ§Ã£o, o que Ã© um dos requisitos do interesse processual, entendi que seria caso de julgamento do processo sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, uma vez que nÃ£o hÃ¡ elementos que possibilitem o prosseguimento do feito, jÃ¡ que devidamente intimados, os interessados nada requereram, havendo evidente falta de interesse por parte deles em prosseguir com o feito, o que enseja a sua extinÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No documento de nÂº20190257006942, diante do relatado acima, anunciei o julgamento do feito, contudo, nos termos do art. 10, do CPC, oportunizei as partes, o direito de se manifestar, requerendo o que entender de direito, a fim de que no futuro nÃ£o viessem alegar decisÃ£o surpresa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que, mais uma vez, estas intimadas, quedaram-se inertes, conforme constou da certidÃ£o de nÂº 20190399441645. Â Â Â Â Â Â Ã o que merece relato. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Havendo sido oportunizado as partes o direito de se manifestar quanto a restauraÃ§Ã£o dos autos, estas, intimadas por duas vezes, quedaram-se inertes, o que evidencia seu desinteresse em prosseguir com a demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais,

depois de envidados todos os esforÃ§os para a intimaÃ§Ã£o das partes interessadas, o processo dormita no CartÃ³rio deste juÃ-zo, sem qualquer providÃªncia daqueles, portanto, evidencio a ausÃªncia do pressuposto de desenvolvimento vÃ¡lido do processo previsto no inciso III do art. 485 do CPC, logo, Ã© caso de extinÃ§Ã£o sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, JULGO EXTINTO O PRESENTE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, com fundamento no art. 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalta-se que, caso as partes ainda obtenham elementos referentes ao processo, nada impede a promoÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o de restauraÃ§Ã£o de autos, na forma dos artigos 712 a 718 do NCPC. Â Â Â Â Â Â Isento de custas, face o deferimento, neste ato, da AJG. Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â ApÃ³s as cautelas legais e de praxe, ARQUIVE-SE. Â Â Â Â Â Â Ananindeua-PA, 12 de novembro de 2021. CARLOS MÃRCIO DE MELO QUEIROZ JUIZ DE DIREITO PROCESSO: 00051724520178140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ A??o: Cumprimento de sentença em: 17/11/2021 EXEQUENTE:J. C. N. C. EXEQUENTE:V. F. N. C. EXECUTADO:A. M. C. J. REPRESENTANTE:A. M. N. Representante(s): OAB 2222 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO PARA (DEFENSOR) . Cumprimento de sentenÃÂ§a 0005172-45.2017.8.14.0006 S E N T E N Ã A Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de pedido de Cumprimento de sentenÃÂ§a na qual as partes jÃ¡ estÃ£o devidamente qualificadas nos autos referendados em epÃ-grafe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com a inicial vieram documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi determinada a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte autora para que, no prazo de 5 (cinco) dias, informasse a este juÃ-zo sobre o interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expedido o mandado, a intimaÃ§Ã£o nÃ£o foi efetuada, em razÃ£o da parte autora nÃ£o ter sido encontrada no endereÃ§o informado na inicial, conforme consta da certidÃ£o acostada aos autos de lavra do Senhor (a) Oficial (a) de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instado a se manifestar, o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico, opinou pela extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve Relato. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entendo que Ã© caso de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito pelo abandono processual. Explico: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Apesar do processo se desenvolver por impulso oficial, o interesse da parte autora pela tutela judicial deve existir atÃ© o provimento final. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O art. 77. do NCPC Ã© taxativo em afirmar que Â¿alÃ©m de outros previstos neste CÃ³digo, sÃ£o deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processoÂ¿: V - declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereÃ§o residencial ou profissional onde receberÃ£o intimaÃ§Ãµes, atualizando essa informaÃ§Ã£o sempre que ocorrer qualquer modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva (Grifo nosso). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, segundo o parÃ¡grafo Ãºnico do art. 274 do NCPC, Ã© dever das partes atualizar o respectivo endereÃ§o para o envio de comunicaÃ§Ãµes e intimaÃ§Ãµes, visto que o endereÃ§o declinado na inicial Ã© presumidamente atual; presumindo-se vÃ¡lidas as comunicaÃ§Ãµes processuais dirigidas aos logradouros constantes dos autos do processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No presente caderno processual, foi determinada a intimaÃ§Ã£o da parte autora para intervir acerca do interesse no prosseguimento do feito, diligÃªncia inexitosa, pois nÃ£o foi encontrado no endereÃ§o declinado na peÃ§a inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tal fato Ã© causa bastante para a extinÃ§Ã£o do processo, sobretudo, depois de cumprida a formalidade prescrita pelo Â§1Âº, do art. 485, do CÃ³digo de Processo Civil/2015. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por conseguinte, por aplicaÃ§Ã£o do parÃ¡grafo Ãºnico do art. 274 do NCPC, entendo por intimada a parte autora ao cumprimento da ordem supramencionada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O (a) requerente, atÃ© a presente data, permaneceu inerte, sem apresentar qualquer intervenÃ§Ã£o; sequer informou a mudanÃ§a de seu endereÃ§o, evidenciando seu desinteresse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Depois de envidados todos os esforÃ§os para a manifestaÃ§Ã£o da parte requerente e consequente prosseguimento da marcha processual, o processo dormita neste JuÃ-zo sem qualquer manifestaÃ§Ã£o, por prazo bem superior a 30 (trinta) dias, portanto, constato o abandono processual, previsto no inciso III do art. 485 do CPC e, ainda, percebo a ausÃªncia do pressuposto de desenvolvimento vÃ¡lido do processo previsto no inciso VI do mesmo artigo supramencionado, uma vez que o abandono processual evidencia, por corolÃ¡rio lÃ³gico, a falta de interesse (necessidade) da parte autora pelo provimento jurisdicional. Por conseguinte, Ã© caso de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo exposto, EXTINGO O PEDIDO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, com fundamento no art. 485, III e VI do NCPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas pela parte autora, ficando suspensa a sua exigibilidade, nos termos do art. 98, Â§ 3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em havendo decisÃ£o interlocutÃ³ria concessiva de qualquer pedido; fica desde jÃ¡ revogada e, em sendo necessÃ¡rio, resta autorizada a expediÃ§Ã£o dos atos necessÃ¡rios para a cessaÃ§Ã£o de seus efeitos. Â Â Â Â Â Â Â Â

Â Â Â Â Â Certifique-se e promova-se a baixa nos registros. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Tudo cumprido, ARQUIVE-SE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ananindeua-PA,Â 17 de novembro de 2021. CARLOS MÃRCIO DE MELO QUEIROZ Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara de FamÃ-lia de Ananindeua PROCESSO: 00054462020078140006 PROCESSO ANTIGO: 200710032399 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 17/11/2021 AUTOR:ANTONIA LINDALVA FERREIRA DE SOUZA Representante(s): JUAREZ ACACIO (ADVOGADO) SAPHIRA MAIRA SIQUEIRA DA SILVA NETO (ADVOGADO) ENVOLVIDO:L. F. S. REU:WALDENOR ESCORCIO DE SOUZA JUNIOR. Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DEFIRO o pedido de gratuidade judiciÃ¡ria, diante da declaraÃ§Ã£o de Lei, forte no Â§3Âº do art. 98 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Defiro o desarquivamento, devendo os autos serem entregues em carga rÃ¡pida ao patrono (a) judicial da parte autora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias em Secretaria, sem manifestaÃ§Ã£o, nada mais havendo, ARQUIVE-SE novamente o feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Ananindeua - PA, 17 de novembro de 2021. CARLOS MÃRCIO DE MELO QUEIROZ Juiz de Direito Titular pela 1Âª Vara de FamÃ-lia de Ananindeua. PROCESSO: 00084926120098140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ A??o: Cumprimento de sentença em: 17/11/2021 REPRESENTANTE:A. S. R. Representante(s): OAB 11957 - MAURO CESAR DA SILVA DE LIMA (ADVOGADO) OAB 21585 - ISABELA RIBEIRO CARVALHO (ADVOGADO) REQUERENTE:M. R. S. REQUERIDO:M. M. S. Representante(s): OAB 10870 - SHARLLES SHANCHES RIBEIRO FERREIRA (ADVOGADO) . Cumprimento de sentenÃÂ§a 0008492-61.2009.8.14.0006 S E N T E N Ã A Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de pedido de Cumprimento de sentenÃÂ§a na qual as partes jÃ¡ estÃ£o devidamente qualificadas nos autos referendados em epÃ-grafe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com a inicial vieram documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi determinada a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte autora para que, no prazo de 5 (cinco) dias, informasse a este juÃ-zo sobre o interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expedido o mandado, a intimaÃ§Ã£o nÃ£o foi efetuada, em razÃ£o da parte autora nÃ£o ter sido encontrada no endereÃ§o informado na inicial, conforme consta da certidÃ£o acostada aos autos de lavra do Senhor (a) Oficial (a) de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instado a se manifestar, o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico, opinou pela extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve Relato. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entendo que Ã© caso de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito pelo abandono processual. Explico: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Apesar do processo se desenvolver por impulso oficial, o interesse da parte autora pela tutela judicial deve existir atÃ© o provimento final. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O art. 77. do NCPC Ã© taxativo em afirmar que Â¿alÃ©m de outros previstos neste CÃ³digo, sÃ£o deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processoÂ¿: V - declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereÃ§o residencial ou profissional onde receberÃ£o intimaÃ§Ãµes, atualizando essa informaÃ§Ã£o sempre que ocorrer qualquer modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva (Grifo nosso). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, segundo o parÃ¡grafo Ãºnico do art. 274 do NCPC, Ã© dever das partes atualizar o respectivo endereÃ§o para o envio de comunicaÃ§Ãµes e intimaÃ§Ãµes, visto que o endereÃ§o declinado na inicial Ã© presumidamente atual; presumindo-se vÃ¡lidas as comunicaÃ§Ãµes processuais dirigidas aos logradouros constantes dos autos do processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No presente caderno processual, foi determinada a intimaÃ§Ã£o da parte autora para intervir acerca do interesse no prosseguimento do feito, diligÃªncia inexitosa, pois nÃ£o foi encontrado no endereÃ§o declinado na peÃ§a inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tal fato Ã© causa bastante para a extinÃ§Ã£o do processo, sobretudo, depois de cumprida a formalidade prescrita pelo Â§1Âº, do art. 485, do CÃ³digo de Processo Civil/2015. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por conseguinte, por aplicaÃ§Ã£o do parÃ¡grafo Ãºnico do art. 274 do NCPC, entendo por intimada a parte autora ao cumprimento da ordem supramencionada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O (a) requerente, atÃ© a presente data, permaneceu inerte, sem apresentar qualquer intervenÃ§Ã£o; sequer informou a mudanÃ§a de seu endereÃ§o, evidenciando seu desinteresse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Depois de envidados todos os esforÃ§os para a manifestaÃ§Ã£o da parte requerente e consequente prosseguimento da marcha processual, o processo dormita neste JuÃ-zo sem qualquer manifestaÃ§Ã£o, por prazo bem superior a 30 (trinta) dias, portanto, constato o abandono processual, previsto no inciso III do art. 485 do CPC e, ainda, percebo a ausÃªncia do pressuposto de desenvolvimento vÃ¡lido do processo previsto no inciso VI do mesmo artigo supramencionado, uma vez que o abandono processual evidencia, por corolÃ¡rio lÃ³gico, a falta de interesse (necessidade) da parte autora pelo provimento jurisdicional. Por conseguinte, Ã© caso de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â

Â Â Pelo exposto, EXTINGO O PEDIDO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, com fundamento no art. 485, III e VI do NCPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas pela parte autora, ficando suspensa a sua exigibilidade, nos termos do art. 98, Â§ 3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em havendo decisÃ£o interlocutÃ³ria concessiva de qualquer pedido; fica desde jÃ¡ revogada e, em sendo necessÃ¡rio, resta autorizada a expediÃ§Ã£o dos atos necessÃ¡rios para a cessaÃ§Ã£o de seus efeitos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certifique-se e promova-se a baixa nos registros. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Tudo cumprido, ARQUIVE-SE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ananindeua-PA,Â 17 de novembro de 2021. CARLOS MÃRCIO DE MELO QUEIROZ Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara de FamÃ-lia de Ananindeua PROCESSO: 00097940720168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ A??o: Cumprimento de sentença em: 17/11/2021 MENOR:N. S. J. MENOR:V. K. S. J. REQUERIDO:D. L. S. R. J. Representante(s): OAB 5087 - VERA LUCIA FARACO MACIEL (ADVOGADO) REQUERENTE:T. E. S. Representante(s): OAB 59308 - LUIS FERNANDO ABREU GOMIDE (ADVOGADO) OAB 61966 - LARISSA NATASHA DA SILVA (ADVOGADO) . Vistos etc. Â Â Â Â Â Preliminarmente, defiro o desarquivamentos dos autos. Â Â Â Â Â Da anÃ¡lise do presente caderno processual, verifico que, em que pese a parte autora ter cumprido o que lhe fora solicitado no despacho de fls. 63, a petiÃ§Ã£o juntada as fls. 65-68 e o substabelecimento de fl. 74, nÃ£o foram subscritas pelo patrono da exequente, tampouco consta destes documentos assinatura eletrÃ´nica. Â Â Â Â Â Ante o exposto, determino que a parte autora, no prazo de 15 dias, sanei o vÃ-cio ora apresentado, ficando desde jÃ¡ advertida que sua inÃ©rcia ensejarÃ¡ o arquivamento dos autos. SERVIRÃ O PRESENTE, POR CÃPIA DIGITADA, COMO MANDADO/CARTA PRECATÃRIA/OFÃCIO/EDITAL, NA FORMA DO PROVIMENTO NÂº 003/2009 DA CJRMB. Ananindeua - PA, 12 de novembro de 2021. CARLOS MÃRCIO DE MELO QUEIROZ Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara de FamÃ-lia de Ananindeua PROCESSO: 00126606120118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:DOLORES MONTEIRO DA SILVA Representante(s): OAB 13092 - ARQUISE JOSE FIGUEIRA DE MELO (DEFENSOR) REQUERIDO:ANDREIA MONTEIRO DA SILVA ENVOLVIDO:A. M. S. . Procedimento Comum CÃÂ-vel 0012660-61.2011.8.14.0006 S E N T E N Ã A Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de Procedimento Comum CÃÂ-vel na qual as partes estÃ£o devidamente identificadas nos autos referendados em epÃ-grafe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com a inicial vieram documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi determinada a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte autora para que, no prazo de 5 (cinco) dias, informasse a este juÃ-zo sobre o interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expedido o mandado, a intimaÃ§Ã£o foi efetuada, entretanto a parte quedou-se inerte. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Eis o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A parte autora foi regularmente intimada para promover diligÃªncias, conforme certidÃ£o dos autos, contudo, nÃ£o se desincumbiu do Ã´nus processual, obstaculizando a regular marcha processual; deixando, portanto, que se escoasse o prazo, sem promover qualquer providÃªncia; demonstrando, assim, o seu desinteresse com o prosseguimento deste processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Apesar de o processo se desenvolver por impulso oficial, o interesse da parte autora pela tutela judicial deve existir atÃ© o provimento final. O (A) autor (a), atÃ© a presente data, quedou-se inerte, sem apresentar qualquer manifestaÃ§Ã£o, evidenciando seu desinteresse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tal fato Ã© causa bastante para a extinÃ§Ã£o do processo, sobretudo, depois de cumprida a formalidade prescrita pelo Â§1Âº, do art. 485, do CÃ³digo de Processo Civil/2015. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, COM LASTRO NO ART. 485, III, DO CPC/2015, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas pela parte autora, ficando suspensa sua exigibilidade, vez que se encontra sob o pÃ¡lio da gratuidade judiciÃ¡ria, forte no art. 98, Â§ 3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em havendo decisÃ£o interlocutÃ³ria concessiva de qualquer pedido; fica desde jÃ¡ revogada e, em sendo necessÃ¡rio, resta autorizada a expediÃ§Ã£o dos atos necessÃ¡rios para a cessaÃ§Ã£o de seus efeitos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certifique-se e promova-se a baixa nos registros. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tudo cumprido, ARQUIVE-SE. Â Â Â Â Â Ananindeua-PA,Â 17 de novembro de 2021. CARLOS MÃRCIO DE MELO QUEIROZ Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara de FamÃ-lia de Ananindeua PROCESSO: 00149914520138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 17/11/2021 REQUERIDO:LAURA NUBIA DUARTE DE SOUZA Representante(s): OAB 15499 - MARCELO CUNHA HOLANDA (ADVOGADO) OAB 20463 - MILSON ABRONHERO DE BARROS (ADVOGADO) REQUERENTE:NELSON BORGES DE SOUZA JUNIOR Representante(s): OAB 12449 - GISELE FERREIRA TORRES MARAMALDO (ADVOGADO) . Alimentos - Lei Especial NÃÂº 5.478/68 0014991-45.2013.8.14.0006 S E N T E N Ã A

Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de Alimentos - Lei Especial NÃºº 5.478/68 na qual as partes jÃ¡ estÃ£o devidamente qualificadas nos autos referendados em epÃ-grafe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com a inicial vieram documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi determinada a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte autora para que, no prazo de 5 (cinco) dias, informasse a este juÃ-zo sobre o interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expedido o mandado, a intimaÃ§Ã£o nÃ£o foi efetuada, em razÃ£o da parte autora nÃ£o ter sido encontrada no endereÃ§o informado na inicial, conforme consta da certidÃ£o acostada aos autos de lavra do Senhor (a) Oficial (a) de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Ã o breve Relato. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entendo que Ã© caso de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito pelo abandono processual. Explico: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Apesar do processo se desenvolver por impulso oficial, o interesse da parte autora pela tutela judicial deve existir atÃ© o provimento final. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O art. 77. do NCPC Ã© taxativo em afirmar que Â¿alÃ©m de outros previstos neste CÃ³digo, sÃ£o deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processoÂ¿: V - declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereÃ§o residencial ou profissional onde receberÃ£o intimaÃ§Ãµes, atualizando essa informaÃ§Ã£o sempre que ocorrer qualquer modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva (Grifo nosso). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, segundo o parÃ¡grafo Ãºnico do art. 274 do NCPC, Ã© dever das partes atualizar o respectivo endereÃ§o para o envio de comunicaÃ§Ãµes e intimaÃ§Ãµes, visto que o endereÃ§o declinado na inicial Ã© presumidamente atual; presumindo-se vÃ¡lidas as comunicaÃ§Ãµes processuais dirigidas aos logradouros constantes dos autos do processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No presente caderno processual, foi determinada a intimaÃ§Ã£o da parte autora para intervir acerca do interesse no prosseguimento do feito, diligÃªncia inexitosa, pois nÃ£o foi encontrado no endereÃ§o declinado na peÃ§a inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tal fato Ã© causa bastante para a extinÃ§Ã£o do processo, sobretudo, depois de cumprida a formalidade prescrita pelo Â§1Âº, do art. 485, do CÃ³digo de Processo Civil/2015. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por conseguinte, por aplicaÃ§Ã£o do parÃ¡grafo Ãºnico do art. 274 do NCPC, entendo por intimada a parte autora ao cumprimento da ordem supramencionada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O (a) requerente, atÃ© a presente data, permaneceu inerte, sem apresentar qualquer intervenÃ§Ã£o; sequer informou a mudanÃ§a de seu endereÃ§o, evidenciando seu desinteresse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Depois de envidados todos os esforÃ§os para a manifestaÃ§Ã£o da parte requerente e consequente prosseguimento da marcha processual, o processo dormita neste JuÃ-zo sem qualquer manifestaÃ§Ã£o, por prazo bem superior a 30 (trinta) dias, portanto, constato o abandono processual, previsto no inciso III do art. 485 do CPC e, ainda, percebo a ausÃªncia do pressuposto de desenvolvimento vÃ¡lido do processo previsto no inciso VI do mesmo artigo supramencionado, uma vez que o abandono processual evidencia, por corolÃ¡rio lÃ³gico, a falta de interesse (necessidade) da parte autora pelo provimento jurisdicional. Por conseguinte, Ã© caso de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo exposto, EXTINGO O PROCESSO SEM EXAME DE MÃRITO, com fundamento no art. 485, III e VI do NCPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas pela parte autora, ficando suspensa a sua exigibilidade, nos termos do art. 98, Â§ 3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em havendo decisÃ£o interlocutÃ³ria concessiva de qualquer pedido; fica desde jÃ¡ revogada e, em sendo necessÃ¡rio, resta autorizada a expediÃ§Ã£o dos atos necessÃ¡rios para a cessaÃ§Ã£o de seus efeitos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certifique-se e promova-se a baixa nos registros. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tudo cumprido, ARQUIVE-SE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ananindeua-PA,Â 17 de novembro de 2021. CARLOS MÃRCIO DE MELO QUEIROZ Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara de FamÃ-lia de Ananindeua PROCESSO: 00205662920168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 EMBARGADO:J. D. C. S. EMBARGADO:C. R. E. EMBARGANTE:F. R. E. Representante(s): OAB 5805 - JOSE HILTON RODRIGUES DE ARAUJO (ADVOGADO) . Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em que pese a certidÃ£o de fls.24 e considerando a informaÃ§Ã£o constante da certidÃ£o do Senhor Oficial de JustiÃ§a de ID nÂº23/verso, verifico que nÃ£o consta dos autos, informaÃ§Ã£o acerca de ser a requerente pessoa analfabeta, tanto que assinou procuraÃ§Ã£o outorgando poderes a seu patrono, bem como juntou RG, onde consta aposta sua assinatura. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, nÃ£o cuidou a filha da requerente de juntar qualquer documento que comprove ser ela filha da autora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante isso, determino:Â i.Â Â Â Â Â Renovem-se as diligÃªncias de fls.20. ii.Â Â Â Â Â Intime-se.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIME-SE A PARTE, SERVINDO O PRESENTE, POR CÃPIA DIGITADA, COMO MANDADO, NA FORMA DO PROVIMENTO NÂº 003/2009-CJRMB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ananindeua-PA, 17 de novembro de

2021. CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara de FamÃ-lia de Ananindeua PROCESSO: 00239396820168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 17/11/2021 REQUERENTE:F. R. B. Representante(s): OAB 20082 - HELLEN CAROLINA DOS SANTOS VIEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:M. C. B. . Alimentos - Lei Especial NÃÂº 5.478/68 0023939-68.2016.8.14.0006 S E N T E N Ã A Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de Alimentos - Lei Especial NÃÂº 5.478/68 na qual as partes jÃ¡ estÃ£o devidamente qualificadas nos autos referendados em epÃ-grafe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com a inicial vieram documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi determinada a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte autora para que, no prazo de 5 (cinco) dias, informasse a este juÃ-zo sobre o interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expedido o mandado, a intimaÃ§Ã£o nÃ£o foi efetuada, em razÃ£o da parte autora nÃ£o ter sido encontrada no endereÃ§o informado na inicial, conforme consta da certidÃ£o acostada aos autos de lavra do Senhor (a) Oficial (a) de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve Relato. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entendo que Ã© caso de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito pelo abandono processual. Explico: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Apesar do processo se desenvolver por impulso oficial, o interesse da parte autora pela tutela judicial deve existir atÃ© o provimento final. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O art. 77. do NCPC Ã© taxativo em afirmar que Â¿alÃ©m de outros previstos neste CÃ³digo, sÃ£o deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processoÂ¿: V - declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereÃ§o residencial ou profissional onde receberÃ£o intimaÃ§Ãµes, atualizando essa informaÃ§Ã£o sempre que ocorrer qualquer modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva (Grifo nosso). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, segundo o parÃ¡grafo Ãºnico do art. 274 do NCPC, Ã© dever das partes atualizar o respectivo endereÃ§o para o envio de comunicaÃ§Ãµes e intimaÃ§Ãµes, visto que o endereÃ§o declinado na inicial Ã© presumidamente atual; presumindo-se vÃ¡lidas as comunicaÃ§Ãµes processuais dirigidas aos logradouros constantes dos autos do processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No presente caderno processual, foi determinada a intimaÃ§Ã£o da parte autora para intervir acerca do interesse no prosseguimento do feito, diligÃªncia inexitosa, pois nÃ£o foi encontrado no endereÃ§o declinado na peÃ§a inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tal fato Ã© causa bastante para a extinÃ§Ã£o do processo, sobretudo, depois de cumprida a formalidade prescrita pelo Â§1Âº, do art. 485, do CÃ³digo de Processo Civil/2015. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por conseguinte, por aplicaÃ§Ã£o do parÃ¡grafo Ãºnico do art. 274 do NCPC, entendo por intimada a parte autora ao cumprimento da ordem supramencionada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O (a) requerente, atÃ© a presente data, permaneceu inerte, sem apresentar qualquer intervenÃ§Ã£o; sequer informou a mudanÃ§a de seu endereÃ§o, evidenciando seu desinteresse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Depois de envidados todos os esforÃ§os para a manifestaÃ§Ã£o da parte requerente e consequente prosseguimento da marcha processual, o processo dormita neste JuÃ-zo sem qualquer manifestaÃ§Ã£o, por prazo bem superior a 30 (trinta) dias, portanto, constato o abandono processual, previsto no inciso III do art. 485 do CPC e, ainda, percebo a ausÃªncia do pressuposto de desenvolvimento vÃ¡lido do processo previsto no inciso VI do mesmo artigo supramencionado, uma vez que o abandono processual evidencia, por corolÃ¡rio lÃ³gico, a falta de interesse (necessidade) da parte autora pelo provimento jurisdicional. Por conseguinte, Ã© caso de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo exposto, EXTINGO O PROCESSO SEM EXAME DE MÃRITO, com fundamento no art. 485, III e VI do NCPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas pela parte autora, ficando suspensa a sua exigibilidade, nos termos do art. 98, Â§ 3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em havendo decisÃ£o interlocutÃ³ria concessiva de qualquer pedido; fica desde jÃ¡ revogada e, em sendo necessÃ¡rio, resta autorizada a expediÃ§Ã£o dos atos necessÃ¡rios para a cessaÃ§Ã£o de seus efeitos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certifique-se e promova-se a baixa nos registros. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tudo cumprido, ARQUIVE-SE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ananindeua-PA,Â 17 de novembro de 2021. CARLOS MÃRCIO DE MELO QUEIROZ Juiz de Direito Titular da 1Âª Vara de FamÃ-lia de Ananindeua

SECRETARIA DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE ANANINDEUA

RESENHA: 17/11/2021 A 18/11/2021 - SECRETARIA DA VARA DA FAZENDA PUBLICA DE ANANINDEUA - VARA: VARA DA FAZENDA PUBLICA DE ANANINDEUA

P R O C E S S O : 0 0 0 3 0 1 9 4 4 2 0 1 4 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE NOGUEIRA VERISSIMO DANTAS A??o: Apelação Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:VITOR JOSE GONCALVES DIAS FILHO Representante(s): OAB 13942 - RANIER WILLIAM OVERAL (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE ANANINDEUA PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 13081 - ANTONIO ROBERTO VICENTE DA SILVA (PROCURADOR(A)) OAB 16299 - ALINE EDDIE TORRES DE MORAIS (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Na forma dos Â§Â§ 3Âº e 4Âº do Art. 9Âº, da ResoluÃ§Ã£o nÂ° 29, de 11 de novembro de 2016, deste Tribunal c/c Art. 152, VI, do CPC, tendo decorrido o prazo de 02 (dois) meses, contados da entrega dos OfÃcios RequisitÃ³rio nÂ° 15/2021 e nÂ° 36/2021 na PROCURADORIA DO MUNICÃPIO DE ANANINDEUA, e tendo em vista nÃ£o constar nos autos informaÃ§Ã£o de realizaÃ§Ã£o do depÃ³sito, intimo o(s) credor(es)/exequente(es) Dr. RANIER WILLIAM OVERAL e VITOR JOSÃ GONÃALVES DIAS FILHO para se manifestar(em) quanto Ã realizaÃ§Ã£o ou nÃ£o do depÃ³sito pelo devedor/executado, no prazo de 30 (trinta) dias. Ananindeua-PA, 17 de novembro de 2021. ALINE NOGUEIRA VERÃSSIMO DANTAS Diretora de Secretaria da Vara da Fazenda PÃºblica Comarca de Ananindeua-PA

P R O C E S S O : 0 0 1 1 0 0 7 8 7 2 0 1 2 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 17/11/2021 EXECUTADO:M M CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) . ExecuÃ§Ã£o Fiscal SENTENÃA A FAZENDA propÃ´s a presente execuÃ§Ã£o fiscal em face do(a) Executado(a), objetivando a cobranÃ§a da(s) CDA(s) acostadas Ã inicial. Ãs fls. retro vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, aduzindo que o Executado QUITOU a dÃvida extrajudicialmente. Ã o relatÃ³rio. DECIDO. CediÃ§o que o pagamento Ã© uma das causas extintivas do crÃ©dito tributÃ¡rio, conforme dispÃµe expressamente o art. 156, inciso I, do CTN,Â in verbais: `Art.156. Extinguem o crÃ©dito tributÃ¡rio: I - o pagamentoÂ¿. Desta feita o pagamento do respectivo crÃ©dito na esfera administrativa, conforme informado pela Exequente, enseja a declaraÃ§Ã£o de extinÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o judicial correlata. Ante todo o exposto, JULGO EXTINTA A EXECUÃÃO, com fulcro no art. 924, inciso II do CPC c/c art. 156, inciso I do CTN. Havendo custas judiciais, intime-se o(a) executado(a) para proceder ao pagamento, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de nova inscriÃ§Ã£o em dÃvida ativa. Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFICIO, MANDADO DO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 8 de julho de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

P R O C E S S O : 0 0 1 2 1 4 4 7 0 2 0 1 3 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE NOGUEIRA VERISSIMO DANTAS A??o: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública em: 17/11/2021 EXEQUENTE:FIS COMERCIAL LTDA Representante(s): OAB 15956 - TAISE ARAUJO BARBALHO (ADVOGADO) OAB 16272 - RAFAEL WILSON DIAS GRADIM (ADVOGADO) EXECUTADO:MUNICIPIO DE ANANINDEUA Representante(s): OAB 13081 - ANTONIO ROBERTO VICENTE DA SILVA (PROCURADOR(A)) . ATO ORDINATÃRIO Na forma dos Â§Â§ 3Âº e 4Âº do Art. 9Âº, da ResoluÃ§Ã£o nÂ° 29, de 11 de novembro de 2016, deste Tribunal c/c Art. 152, VI, do CPC, tendo decorrido o prazo de 02 (dois) meses, contados da entrega dos OfÃcios RequisitÃ³rio nÂ° 37/2019 na PROCURADORIA DO MUNICÃPIO DE ANANINDEUA, e tendo em vista nÃ£o constar nos autos informaÃ§Ã£o de realizaÃ§Ã£o do depÃ³sito, intimo o(s) credor(es)/exequente(es) FIS COMERCIAL LTDA para se manifestar(em) quanto Ã realizaÃ§Ã£o ou nÃ£o do depÃ³sito pelo devedor/executado, no prazo de 30 (trinta) dias. Ananindeua-PA, 18 de novembro de 2021. ALINE NOGUEIRA VERÃSSIMO DANTAS Diretora de Secretaria da Vara da Fazenda PÃºblica Comarca de Ananindeua-PA

PROCESSO: 00137633520138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE NOGUEIRA VERISSIMO DANTAS A??o: Apelação Cível em: 17/11/2021 EXECUTADO:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): OAB 12837 - PAULA PINHEIRO TRINDADE (PROCURADOR(A)) EXEQUENTE:FERRAGENS NEGRAO COMERCIAL LTDA Representante(s): OAB 42005 - GUILHERME LUIZ GOMES JUNIOR (ADVOGADO) OAB 11514 - MAURO EDUARDO JACEGUAY ZAMATARO (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL. ATO ORDINATÃRIO Na forma dos Â§Â§ 3Âº e 4Âº do Art. 9Âº, da ResoluÃ§Ã£o nÂ° 29, de 11 de novembro de 2016, deste Tribunal c/c Art. 152, VI, do CPC, tendo decorrido o prazo de 02 (dois) meses, contados da entrega dos OfÃcios RequisitÃ³rio nÂ° 11/2021 e nÂ° 35/2021 na PROCURADORIA DO ESTADO DO PARÃ, e tendo em vista nÃ£o constar nos autos informaÃ§Ã£o de realizaÃ§Ã£o do depÃ³sito, intimo o(s) credor(es)/exequente(es) ZAMATARO " GOMES ADVOGADOS ASSOCIADOS e FERRAGENS NEGRÃO COMERCIAL LTDA para se manifestar(em) quanto Ã realizaÃ§Ã£o ou nÃ£o do depÃ³sito pelo devedor/executado, no prazo de 30 (trinta) dias. Ananindeua-PA, 17 de novembro de 2021. ALINE NOGUEIRA VERÃSSIMO DANTAS Diretora de Secretaria da Vara da Fazenda PÃºblica Comarca de Ananindeua-PA

PROCESSO: 00003739520138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 18/11/2021 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL EXECUTADO:FERBRAS FERRO DO BRASIL LTDA EXECUTADO:CLEBER SANTOS MENDES EXECUTADO:MARIA DAS GRACAS COSTA SOUZA. EXEQUENTE: ESTADO DO PARÃ EXECUTADA: FERBRÃS FERRO DO BRASIL LTDA CNPJ: 83.889.287/0001-80 SÃCIO 1: CLEBER SANTOS MENDES CPF: 620.763.531-00 SÃCIO 2: MARIA DAS GRAÃAS COSTA SOUZA CPF: 219.440.912-20 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo o executado ser intimado atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Caso os valores encontrados sejam insuficientes e totalmente absorvidos pelo pagamento das custas da execuÃ§Ã£o, nos moldes do art. 836 do CPC, determino a liberaÃ§Ã£o dos valores, efetuando desde logo o desbloqueio dos mesmos. 4. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. 5. Em relaÃ§Ã£o ao pedido inclusÃ£o da parte executada no sistema SERASAJUD, DEFIRO-O, com arrimo no art. 782, Â§3Âº do CPC/2015, bem como em consonÃ¢ncia com a portaria nÂ° 5890/2017-GP e META 5 do CNJ, como meio coercitivo ao adimplemento da dÃvida. 6. DEFIRO o bloqueio via RENAJUD. Aguarde-se e junte-se a resposta. Havendo o bloqueio proceda-se a lavratura do termo de arresto/penhora e apÃ³s, ao executado para, querendo, apresentar embargos em trinta dias. 7. Por fim, DEFIRO o pedido formulado pela exequente, realizando pesquisa via sistema INFOJUD. Tratando-se de documentos sigilosos, decreto segredo de justiÃ§a nos presentes autos, com o escopo de proteger o sigilo dos documentos de uso reservado aqui existentes, ressaltando que a referida documentaÃ§Ã£o serÃ¡ juntada aos autos, dentro de envelope lacrado. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 12/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00005364220038140006 PROCESSO ANTIGO: 200310003857 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 18/11/2021 AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): LEA MARTINS RAMOS DA SILVA (ADVOGADO) REU:FRIGORIFICO SIMENTAL LTDA Representante(s): OAB 6751 - MARY

FRANCIS PINHEIRO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) . DESPACHO Cumpra-se a decisÃ£o de fl. 95 do processo 0000536-42.2003.814.0006. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. ANANINDEUA, 11/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00007035420118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 18/11/2021 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:TAURUS ASSESSORIA JURIDICA E EMPRESARIAL S/C EXECUTADO:DARCY DALBERTO ULIANA. EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL EXECUTADO: TAURUS ASSESSORIA JURÃDICA E EMPRESARIAL S/C CNPJ: 05.484.628/0001-23 SÃCIO(a)/EXECUTADO(a): MARY FRANCIS PINHEIRO DE OLIVEIRA CPF: 186.819.132-04 SÃCIO(a)/EXECUTADO(a): DARCY DALBERTO ULYANA CPF: 040.094.442-15 Â DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, em face da empresa ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo a parte executada ser intimada atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. Â 4. Havendo a indicaÃ§Ã£o de bens, defiro, desde logo, a expediÃ§Ã£o de mandado de penhora e avaliaÃ§Ã£o, apÃ³s o recolhimento dos valores referentes ao transporte do Oficial de JustiÃ§a. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 11/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00010433720088140006 PROCESSO ANTIGO: 200810005171 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 18/11/2021 AUTOR:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) REU:LFB FIGUEIRO EXECUTADO:LUCIMARA DE FATIMA BRITO FIGUEIRO. EXEQUENTE: FAZENDA ESTADUAL EXECUTADA: LFB FIGUEIRO CNPJ: 05.149.652/0001-06 SÃCIA: LUCIMARA DE FÃTIMA BRITO FIGUEIRÃ CPF: 399.425.972-04 R$ 1.489,80 Â DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, em face da empresa e da sÃ³cia ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo a parte executada ser intimada atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. 4. Sem prejuÃzo do acima determinado, com fulcro no art. 185-A do CTN, procedi a indisponibilidade de bens imÃ³veis registrados em nome do executado, atravÃ©s do sistema http://www.indisponibilidadedebens.org/. Restando frutÃfera a diligÃªncia, dar-se-Ã¡ prosseguimento a execuÃ§Ã£o fiscal. 8. De outro modo, restando negativa a indisponibilidade e nÃ£o sendo localizados bens do devedor pelo exequente dentro do prazo de um ano, contado da presente decisÃ£o, arquivem-se provisoriamente os autos, nos termos do art. 40, Â§2Âº da LEF. Â Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS

VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 11/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00011636620018140006 PROCESSO ANTIGO: 200110005822 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 18/11/2021 AUTOR:FAZENDA PUBLICA ESTADUAL REU:S.S. DA SILVA COMERCIO DE CONFECCOES ADVOGADO:MARCUS VINICIUS NERY LOBATO. EXEQUENTE: ESTADO DO PARÃ EXECUTADA: S.S DA SILVA COMÃRCIO DE CONFECÃÃES CNPJ: 02.996.382/0001-80 SÃCIA: SOLANGE SILVA DA SILVA CPF: 597.022.062-00 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo o executado ser intimado atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Caso os valores encontrados sejam insuficientes e totalmente absorvidos pelo pagamento das custas da execuÃ§Ã£o, nos moldes do atr. 836 do CPC, determino a liberaÃ§Ã£o dos valores, efetuando desde logo o desbloqueio dos mesmos. 4. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. 5. Em relaÃ§Ã£o ao pedido inclusÃ£o da parte executada no sistema SERASAJUD, DEFIRO-O, em face da empresa com arrimo no art. 782, Â§3Âº do CPC/2015, bem como em consonÃ¢ncia com a portaria nÂ° 5890/2017-GP e META 5 do CNJ, como meio coercitivo ao adimplemento da dÃvida. 6. Sem prejuÃzo do acima determinado, com fulcro no art.185-A do CTN, procedi a indisponibilidade de bens imÃ³veis registrados em nome do executado, atravÃ©s do sistema http: // www.indisponibilidadedebens.org/. Restando frutÃfera a diligÃªncia, dar-se-Ã¡ prosseguimento a execuÃ§Ã£o fiscal. 7. De outro modo, restando negativa a indisponibilidade e nÃ£o sendo localizados bens do devedor pelo exequente dentro do prazo de um ano, contado da presente decisÃ£o, arquivem-se provisoriamente os autos, nos termos do art. 40, Â§2Âº da LEF. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 11/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00018739719968140006 PROCESSO ANTIGO: 199610017177 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 18/11/2021 AUTOR:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA REU:ODECAM MAQUINAS PESADAS LTDA ADVOGADO:HELOISA HELENA TAVARES DE SOUZA. EXEQUENTE: ESTADO DO PARÃ EXECUTADA: ODECAM MÃQUINAS PESADAS LTDA CNPJ: 05.066.188/0001-94 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1.Â Â Â Â Â INDEFIRO o pedido de redirecionamento, haja vista que jÃ¡ houve a citaÃ§Ã£o. 2.Â Â Â Â Â DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro da empresa, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo o executado ser intimado atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Caso os valores encontrados sejam insuficientes e totalmente absorvidos pelo pagamento das custas da execuÃ§Ã£o, nos moldes do art. 836 do CPC, determino a liberaÃ§Ã£o dos valores, efetuando desde logo o desbloqueio dos mesmos. 4. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. 5. Em relaÃ§Ã£o ao pedido

inclusÃ£o da parte executada no sistema SERASAJUD, DEFIRO-O, com arrimo no art. 782, Â§3Âº do CPC/2015, bem como em consonÃ¢ncia com a portaria nÂ° 5890/2017-GP e META 5 do CNJ, como meio coercitivo ao adimplemento da dÃvida. 6. DEFIRO o bloqueio via RENAJUD da empresa. Aguarde-se e junte-se a resposta. Havendo o bloqueio proceda-se a lavratura do termo de arresto/penhora e apÃ³s, ao executado para, querendo, apresentar embargos em trinta dias. 7. Por fim, DEFIRO o pedido formulado pela exequente, realizando pesquisa via sistema INFOJUD. Tratando-se de documentos sigilosos, decreto segredo de justiÃ§a nos presentes autos, com o escopo de proteger o sigilo dos documentos de uso reservado aqui existentes, ressaltando que a referida documentaÃ§Ã£o serÃ¡ juntada aos autos, dentro de envelope lacrado. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 10/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00026413520058140006 PROCESSO ANTIGO: 200510018052 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 18/11/2021 AUTOR:FAZENDA NACIONAL Representante(s): ALEKSEY LANTER CARDOSO (ADVOGADO) REU:RR SERVICOS GERAIS LTDA. VISTOS. Considerando a manifestaÃ§Ã£o da Exequente e que a decisÃ£o de arquivamento foi proferida em 2016, determino a manutenÃ§Ã£o do arquivamento provisÃ³rio por mais um ano para atendimento do que preleciona o art. 40 Â§2Âº da Lei nÂº 6830/80. Decorridos o prazo acima, sejam os autos encaminhados Ã Fazenda PÃºblica, para os fins do que dispÃµe o art. 40, Â§4Âº da LEF. Ananindeua/PA, 16/11/2021. Adelino Arrais Gomes da Silva Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica da Comarca de Ananindeua

PROCESSO: 00033366520018140006 PROCESSO ANTIGO: 200110024767 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 18/11/2021 AUTOR:ESTADO DO PARA REU:BRASTEX COMERCIAL LTDA ADVOGADO:MACUS VINICIUS NERY LOBATO. ExecuÃ§Ã£o Fiscal SENTENÃA A FAZENDA propÃ´s a presente execuÃ§Ã£o fiscal em face do(a) Executado(a), objetivando a cobranÃ§a da(s) CDA(s) acostadas Ã inicial. Ãs fls. retro vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, aduzindo que o Executado QUITOU a dÃvida extrajudicialmente. Ã o relatÃ³rio. DECIDO. CediÃ§o que o pagamento Ã© uma das causas extintivas do crÃ©dito tributÃ¡rio, conforme dispÃµe expressamente o art. 156, inciso I, do CTN,Â in verbais: `Art.156. Extinguem o crÃ©dito tributÃ¡rio: I - o pagamentoÂ¿. Desta feita o pagamento do respectivo crÃ©dito na esfera administrativa, conforme informado pela Exequente, enseja a declaraÃ§Ã£o de extinÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o judicial correlata. Ante todo o exposto, JULGO EXTINTA A EXECUÃÃO, com fulcro no art. 924, inciso II do CPC c/c art. 156, inciso I do CTN, COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO, com fulcro no art. 487, III, alÃnea Â¿aÂ¿ do NCPC. Havendo custas judiciais, intime-se o(a) executado(a) para proceder ao pagamento, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de nova inscriÃ§Ã£o em dÃvida ativa. Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 21/10/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00038579219978140006 PROCESSO ANTIGO: 199710026004 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 18/11/2021 REU:PARQUES DE LAZER EMPREENDIMENTOS LTDA Representante(s): OAB 11661 - EDSON BENASSULY ARRUDA (ADVOGADO) OAB 15309 - HAELITON ANTONIO ANDRADE ARRUDA (ADVOGADO) ADVOGADO:VERA LUCIA L DOS SANTOS AUTOR:INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL. ExecuÃ§Ã£o Fiscal SENTENÃA A FAZENDA propÃ´s a presente execuÃ§Ã£o fiscal em face do(a) Executado(a), objetivando a cobranÃ§a da(s) CDA(s) acostadas Ã inicial. Ãs fls. retro vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, aduzindo que o Executado QUITOU a dÃvida extrajudicialmente. Ã o relatÃ³rio. DECIDO. CediÃ§o que o pagamento Ã© uma das causas extintivas do crÃ©dito tributÃ¡rio, conforme dispÃµe expressamente o art. 156, inciso I, do CTN,Â in verbais: `Art.156. Extinguem o crÃ©dito tributÃ¡rio: I - o pagamentoÂ¿. Desta feita o pagamento do respectivo crÃ©dito na esfera administrativa, conforme informado pela Exequente, enseja a declaraÃ§Ã£o de extinÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o judicial correlata. Ante todo o exposto, JULGO EXTINTA A EXECUÃÃO, com fulcro no art. 924, inciso II do CPC c/c art. 156, inciso I do CTN, COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO, com fulcro no art. 487, III, alÃnea Â¿aÂ¿ do NCPC. Havendo custas judiciais,

intime-se o(a) executado(a) para proceder ao pagamento, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de nova inscriÃ§Ã£o em dÃvida ativa. Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 21/10/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00042432120078140006 PROCESSO ANTIGO: 200710024825 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 18/11/2021 AUTOR:FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ROGERIO BARBOSA QUEIROZ (ADVOGADO) REU:A A A LOPES BRASILEIRO IND E COMERCIO LTDA EXECUTADO:NILO CESAR NUNES DE ANDRADE EXECUTADO:AGAMENON CAVALCANTE MAIA. EXEQUENTE: FAZENDA ESTADUAL EXECUTADOS: AAA LOPES BRASILEIRO INDUSTRIA E COMÃRCIO LTDA CNPJ: 01.135.934/0001-01 SÃCIA 1: ANA MARIA LOPES BRASILEIRO CPF: 373.165.162-91 SÃCIA 2: AURISTELA LOPES BRASILEIRO CPF: 424.818.052-91 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1.Â Â Â Â Â DEFIRO a inclusÃ£o do nome da empresa e das sÃ³cias ANA MARIA LOPES BRASILEIRO e AURISTELA LOPES BRASILEIRO no sistema SERASAJUD, com arrimo no art. 782, Â§3Âº do CPC/2015, bem como em consonÃ¢ncia com a portaria nÂ° 5890/2017-GP e META 5 do CNJ, como meio coercitivo ao adimplemento da dÃvida. 2.Â Â Â Â Â Tendo em vista a inexistÃªncia nos autos de informaÃ§Ãµes relativas a bens da Executada sobre os quais possa recair a penhora, bem como o requerimento da Exequente, DETERMINO A SUSPENSÃO do curso da execuÃ§Ã£o, em face da empresa e dos sÃ³cios nos termos do art. 40 da Lei 6830/80. 3.Â Â Â Â Â Decorrido um ano da presente decisÃ£o e nÃ£o sendo localizados bens do devedor, arquivem-se provisoriamente os autos, nos termos do art. 40, Â§2Âº da LEF. 4.Â Â Â Â Â Decorridos cinco anos do arquivamento, sejam os autos encaminhados Ã Fazenda PÃºblica, para os fins do que dispÃµe o art. 40, Â§4Âº da LEF. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 11/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00043891720008140006 PROCESSO ANTIGO: 200010043112 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 18/11/2021 REU:PARQUE DE LAZER EMPREENDIMENTOS LTDA Representante(s): OAB 11661 - EDSON BENASSULY ARRUDA (ADVOGADO) OAB 15309 - HAELITON ANTONIO ANDRADE ARRUDA (ADVOGADO) ADVOGADO:VERA LUCIA SANTOS AUTOR:INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL. ExecuÃ§Ã£o Fiscal SENTENÃA A FAZENDA propÃ´s a presente execuÃ§Ã£o fiscal em face do(a) Executado(a), objetivando a cobranÃ§a da(s) CDA(s) acostadas Ã inicial. Ãs fls. retro vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, aduzindo que o Executado QUITOU a dÃvida extrajudicialmente. Ã o relatÃ³rio. DECIDO. CediÃ§o que o pagamento Ã© uma das causas extintivas do crÃ©dito tributÃ¡rio, conforme dispÃµe expressamente o art. 156, inciso I, do CTN,Â in verbais: `Art.156. Extinguem o crÃ©dito tributÃ¡rio: I - o pagamentoÂ¿. Desta feita o pagamento do respectivo crÃ©dito na esfera administrativa, conforme informado pela Exequente, enseja a declaraÃ§Ã£o de extinÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o judicial correlata. Ante todo o exposto, JULGO EXTINTA A EXECUÃÃO, com fulcro no art. 924, inciso II do CPC c/c art. 156, inciso I do CTN, COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO, com fulcro no art. 487, III, alÃnea Â¿aÂ¿ do NCPC. Havendo custas judiciais, intime-se o(a) executado(a) para proceder ao pagamento, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de nova inscriÃ§Ã£o em dÃvida ativa. Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 21/10/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00046939120028140006 PROCESSO ANTIGO: 200210047202 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 18/11/2021 AUTOR:COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS Representante(s): CARLOS EDUARDO LOPES DE MELLO (ADVOGADO) REU:PROMAPA PRODUTOS DE MADEIRAS DO PA-S.A. EXEQUENTE: COMISSÃO DE VALORES MOBILIARIOS - CVB EXECUTADA: PROMAPA PRODUTOS DE MADEIRAS DO PA - S.A R$ 43.956,11 Â DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, em face da empresa ante a ordem prioritÃ¡ria

constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo a parte executada ser intimada atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. Â 4. Havendo a indicaÃ§Ã£o de bens, defiro, desde logo, a expediÃ§Ã£o de mandado de penhora e avaliaÃ§Ã£o, apÃ³s o recolhimento dos valores referentes ao transporte do Oficial de JustiÃ§a. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 10/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00050068620078140006 PROCESSO ANTIGO: 200710029859 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 18/11/2021 AUTOR:FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ROGERIO BARBOSA QUEIROZ (ADVOGADO) REU:AAA LOPES BRASILEIRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EXECUTADO:NILO CESAR NUNES DE ANDRADE EXECUTADO:AGAMENON CAVALCANTE MAIA. EXEQUENTE: FAZENDA ESTADUAL EXECUTADOS: AAA LOPES BRASILEIRO INDUSTRIA E COMÃRCIO LTDA CNPJ: 01.135.934/0001-01 SÃCIA 1: ANA MARIA LOPES BRASILEIRO CPF: 373.165.162-91 SÃCIA 2: AURISTELA LOPES BRASILEIRO CPF: 424.818.052-91 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1.Â Â Â Â Â DEFIRO a inclusÃ£o do nome da empresa e das sÃ³cias ANA MARIA LOPES BRASILEIRO e AURISTELA LOPES BRASILEIRO no sistema SERASAJUD, com arrimo no art. 782, Â§3Âº do CPC/2015, bem como em consonÃ¢ncia com a portaria nÂ° 5890/2017-GP e META 5 do CNJ, como meio coercitivo ao adimplemento da dÃvida. 2.Â Â Â Â Â Tendo em vista a inexistÃªncia nos autos de informaÃ§Ãµes relativas a bens da Executada sobre os quais possa recair a penhora, bem como o requerimento da Exequente, DETERMINO A SUSPENSÃO do curso da execuÃ§Ã£o, em face da empresa e dos sÃ³cios nos termos do art. 40 da Lei 6830/80. 3.Â Â Â Â Â Decorrido um ano da presente decisÃ£o e nÃ£o sendo localizados bens do devedor, arquivem-se provisoriamente os autos, nos termos do art. 40, Â§2Âº da LEF. 4.Â Â Â Â Â Decorridos cinco anos do arquivamento, sejam os autos encaminhados Ã Fazenda PÃºblica, para os fins do que dispÃµe o art. 40, Â§4Âº da LEF. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 11/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00050932620118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 18/11/2021 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:L B G COMERCIO, DISRIBUIÇAO E SERVIÇOS LTDA EXECUTADO:CARLA CRISTINA AIROSA GONÇALVES EXECUTADO:LUIZ ANTÔNIO BARRETO GONÇALVES. EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL EXECUTADA: LBG COMÃRCIO, DISTRIBUIÃÃO E SERVIÃOS LTDA R$ 159.073,65 Â DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, em face da empresa ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo a parte executada ser intimada atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo

que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. Â 4. Havendo a indicaÃ§Ã£o de bens, defiro, desde logo, a expediÃ§Ã£o de mandado de penhora e avaliaÃ§Ã£o, apÃ³s o recolhimento dos valores referentes ao transporte do Oficial de JustiÃ§a. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 10/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00057435020168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 18/11/2021 EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 14601-B - BIANCA ORMANES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:BEZERRA DE OLIVEIRA E CIA LTDA ME. EXEQUENTE: ESTADO DO PARÃ EXECUTADA: BEZERRA DE OLIVEIRA E CIA LTDA ME CNPJ: 12.537.050/0001-91 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1.Â Â Â Â Â DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro da empresa, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo o executado ser intimado atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Caso os valores encontrados sejam insuficientes e totalmente absorvidos pelo pagamento das custas da execuÃ§Ã£o, nos moldes do art. 836 do CPC, determino a liberaÃ§Ã£o dos valores, efetuando desde logo o desbloqueio dos mesmos. 4. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. 5. Em relaÃ§Ã£o ao pedido inclusÃ£o da parte executada no sistema SERASAJUD, DEFIRO-O, com arrimo no art. 782, Â§3Âº do CPC/2015, bem como em consonÃ¢ncia com a portaria nÂ° 5890/2017-GP e META 5 do CNJ, como meio coercitivo ao adimplemento da dÃvida. 6. DEFIRO o bloqueio via RENAJUD da empresa. Aguarde-se e junte-se a resposta. Havendo o bloqueio proceda-se a lavratura do termo de arresto/penhora e apÃ³s, ao executado para, querendo, apresentar embargos em trinta dias. 7. Por fim, DEFIRO o pedido formulado pela exequente, realizando pesquisa via sistema INFOJUD. Tratando-se de documentos sigilosos, decreto segredo de justiÃ§a nos presentes autos, com o escopo de proteger o sigilo dos documentos de uso reservado aqui existentes, ressaltando que a referida documentaÃ§Ã£o serÃ¡ juntada aos autos, dentro de envelope lacrado. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 11/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00062745120078140006 PROCESSO ANTIGO: 200710037191 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 18/11/2021 AUTOR:FAZENDA NACIONAL Representante(s): ALEKEY LANTER CARDOSO (ADVOGADO) REU:MARCOS MARCELINO CIA LTDA. EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL EXECUTADA: MARCOS MARCELINO " CIA LTDA CNPJ: 04.936.852/0001-46 Â DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, em face da empresa ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo a parte executada ser intimada atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. Â 4. Havendo a indicaÃ§Ã£o de bens, defiro, desde logo, a

expediÃ§Ã£o de mandado de penhora e avaliaÃ§Ã£o, apÃ³s o recolhimento dos valores referentes ao transporte do Oficial de JustiÃ§a. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 10/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00065735820008140006 PROCESSO ANTIGO: 200010060577 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 18/11/2021 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL EXECUTADO:A.C. LEAL COMERCIO. EXEQUENTE: FAZENDA ESTADUAL EXECUTADA: A.C LEAL COMÃRCIO CNPJ: 02.496.103/0001-10 R$ 2.012,49 Â DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, em face da empresa ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo a parte executada ser intimada atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. Â 4. Havendo a indicaÃ§Ã£o de bens, defiro, desde logo, a expediÃ§Ã£o de mandado de penhora e avaliaÃ§Ã£o, apÃ³s o recolhimento dos valores referentes ao transporte do Oficial de JustiÃ§a. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 10/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00073373720108140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 18/11/2021 EXEQUENTE:COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS CVM Representante(s): LEONARDO VIZEU FIGUEIREDO (PROCURADOR(A)) MARCILENE GURSEN DE MIRANDA ARRARES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:LAMINADOS DE MADEIRAS DO PARA SA LAMAPA Representante(s): OAB 13062 - JULIO ASSIS GEHLEN (ADVOGADO) . DECISÃO 1.Â Â Â Â Â Ãs fls. retro a Exequente informou o parcelamento do dÃ©bito exequendo. 2.Â Â Â Â Â Considerando-se que o parcelamento do dÃ©bito traz como consequÃªncia jurÃdica a suspensÃ£o de exigibilidade do crÃ©dito tributÃ¡rio, com supedÃ¢neo no art. 151, VI do CTN, DETERMINO A SUSPENSÃO do curso da execuÃ§Ã£o pelo prazo de 1 (UM) ANO. 3.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo supra, vistas Ã exequente para manifestaÃ§Ã£o. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 12/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00081197720148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 18/11/2021 EXECUTADO:NJ COELHO FONSECA E CIA LTDA EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): OAB 17182 - GUSTAVO TAVARES MONTEIRO (PROCURADOR(A)) . Processo nÂº 0008119-77.2014.814.0006 EXECUÃÃO FISCAL EXEQUENTE: ESTADO DO PARÃ EXECUTADO: N J COELHO FONSECA E CIA LTDA ENDEREÃO: TRAV. WE 15, 02, LOJA 01, CIDADE NOVA II, BAIRRO: COQUEIRO, CEP: 67.000-000, ANANINDEUA/PA. Â§Â Â Â Â Â Â§Â Â Â Â Â Â Â DECISÃO/MANDADO DE CITAÃÃO / PENHORA / AVALIAÃÃO 1. Renovem-se as diligÃªncias citatÃ³rias do(s) executado(s) acima, desta feita por Oficial de JustiÃ§a no(s) endereÃ§o(s) acima indicado(s). Proceda a Secretaria as diligÃªncias necessÃ¡rias para cumprimento da ordem. 2. Intime-se a exequente para efetuar o pagamento das custas do Oficial de JustiÃ§a, caso nÃ£o tenham sido pagas. 3. CITE-SE a parte executada, atravÃ©s de expediÃ§Ã£o de mandado a ser cumprida pela comarca judicial de destino, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar o valor da dÃvida, mais custas

processuais e honorÃ¡rios advocatÃcios os quais fixo em 10% sobre o valor da causa, ou garantir a execuÃ§Ã£o, sob pena de penhora ou arresto na forma da Lei nÂº 6.830/80. 4. DeverÃ¡ o valor das custas judiciais ser pago em separado mediante boleto bancÃ¡rio expedido pela Unidade de ArrecadaÃ§Ã£o deste FÃ³rum (UNAJ), o qual deverÃ¡ ser retirado na Secretaria da Vara da Fazenda desta Comarca. Advirto que nÃ£o pagamento das custas judiciais, mesmo jÃ¡ havendo sido paga a dÃvida pela executada apÃ³s o ajuizamento desta aÃ§Ã£o, implicarÃ¡ em NOVA INSCRIÃÃO DA DÃVIDA ATIVA. 5. APÃS, citado o executado e nÃ£o sendo paga a dÃvida, nem garantida a execuÃ§Ã£o no prazo legal, proceda o Sr. Oficial de JustiÃ§a com a penhora e avaliaÃ§Ã£o de bens do devedor suficientes para garantir a execuÃ§Ã£o. 6. Penhorados ou arrestados bens da empresa executada, deverÃ¡ o Oficial desde logo proceder sua avaliaÃ§Ã£o, segundo o valor de mercado, devendo o valor da avaliaÃ§Ã£o constar do termo ou auto de penhora. 7. O executado poderÃ¡, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimaÃ§Ã£o da penhora. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. ANANINDEUA, 12/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00083357220138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 18/11/2021 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): OAB 17182 - GUSTAVO TAVARES MONTEIRO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:FERBRAS FERRO DO BRASIL LTDA EXECUTADO:MARIA DAS GRACAS COSTA SOUZA EXECUTADO:CLEBER SANTOS MENDES. EXEQUENTE: ESTADO DO PARÃ EXECUTADA: FERBRÃS FERRO DO BRASIL LTDA CNPJ: 83.889.287/0001-80 SÃCIO 1: CLEBER SANTOS MENDES CPF: 620.763.531-00 SÃCIO 2: MARIA DAS GRAÃAS COSTA SOUZA CPF: 219.440.912-20 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo o executado ser intimado atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Caso os valores encontrados sejam insuficientes e totalmente absorvidos pelo pagamento das custas da execuÃ§Ã£o, nos moldes do art. 836 do CPC, determino a liberaÃ§Ã£o dos valores, efetuando desde logo o desbloqueio dos mesmos. 4. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. 5. Em relaÃ§Ã£o ao pedido inclusÃ£o da parte executada no sistema SERASAJUD, DEFIRO-O, com arrimo no art. 782, Â§3Âº do CPC/2015, bem como em consonÃ¢ncia com a portaria nÂ° 5890/2017-GP e META 5 do CNJ, como meio coercitivo ao adimplemento da dÃvida. 6. DEFIRO o bloqueio via RENAJUD. Aguarde-se e junte-se a resposta. Havendo o bloqueio proceda-se a lavratura do termo de arresto/penhora e apÃ³s, ao executado para, querendo, apresentar embargos em trinta dias. 7. Por fim, DEFIRO o pedido formulado pela exequente, realizando pesquisa via sistema INFOJUD. Tratando-se de documentos sigilosos, decreto segredo de justiÃ§a nos presentes autos, com o escopo de proteger o sigilo dos documentos de uso reservado aqui existentes, ressaltando que a referida documentaÃ§Ã£o serÃ¡ juntada aos autos, dentro de envelope lacrado. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 12/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00085237920088140006 PROCESSO ANTIGO: 200810047462 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 18/11/2021 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULA TRINDADE (ADVOGADO) OAB 17182 - GUSTAVO TAVARES MONTEIRO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:LELIA MARIA DE CARVALHO - ME. EXEQUENTE: FAZENDA

PÃBLICA ESTADUAL EXECUTADO: LEILA MARIA DE CARVALHO - ME CNPJ: 02.332.269/0001-09 RESPONSÃVEL LEGAL: LÃLIA MARIA DE CARVALHO CPF: 039.691.852-20 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro da empresa, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo o executado ser intimado atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Caso os valores encontrados sejam insuficientes e totalmente absorvidos pelo pagamento das custas da execuÃ§Ã£o, nos moldes do atr. 836 do CPC, determino a liberaÃ§Ã£o dos valores, efetuando desde logo o desbloqueio dos mesmos. 4. Em relaÃ§Ã£o ao pedido de inclusÃ£o da parte executada no sistema SERASAJUD, DEFIRO-O, em face da empresa com arrimo no art. 782, Â§3Âº do CPC/2015, bem como em consonÃ¢ncia com a portaria nÂº 5990/2017-GP e META 5 do CNJ, como meio coercitivo ao adimplemento da dÃvida. 5. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. 6. DEFIRO o bloqueio via RENAJUD em relaÃ§Ã£o Ã empresa. Aguarde-se e junte-se a resposta. Havendo o bloqueio proceda-se a lavratura do termo de arresto/penhora e apÃ³s, ao executado para, querendo, apresentar embargos em trinta dias. 7. Sem prejuÃzo do acima determinado, com fulcro no art.185-A do CTN, procedi a indisponibilidade de bens imÃ³veis registrados em nome do executado, atravÃ©s do sistema http: // www.indisponibilidadedebens.org/. Restando frutÃfera a diligÃªncia, dar-se-Ã¡ prosseguimento a execuÃ§Ã£o fiscal. 8. De outro modo, restando negativa a indisponibilidade e nÃ£o sendo localizados bens do devedor pelo exequente dentro do prazo de um ano, contado da presente decisÃ£o, arquivem-se provisoriamente os autos, nos termos do art. 40, Â§2Âº da LEF. 9. Por fim, DEFIRO o pedido formulado pela exequente, realizando pesquisa via sistema INFOJUD. Tratando-se de documentos sigilosos, decreto segredo de justiÃ§a nos presentes autos, com o escopo de proteger o sigilo dos documentos de uso reservado aqui existentes, ressaltando que a referida documentaÃ§Ã£o serÃ¡ juntada aos autos, dentro de envelope lacrado. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 11/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00093031720068140006 PROCESSO ANTIGO: 200610066167 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 18/11/2021 AUTOR:FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ROGERIO BARBOSA QUEIROZ (ADVOGADO) REU:INDUSTRIA DE MOVEIS AUSTRALIA LTDA EXECUTADO:JOSE RIVALDO MONTERIL EXECUTADO:ANA AUGUSTA FRAZAO MONTORIL. EXEQUENTE: ESTADO DO PARÃ EXECUTADA: INDUSTRIA DE MÃVEIS AUSTRALIA LTDA CNPJ: 00.542.907/0001-82 SÃCIO 1: JOSÃ RIVALDO MONTORIL CPF: 023.620.662-15 SÃCIO 2: ANA AUGUSTA FRAZÃO MONTORIL CPF: 067.956.502-78 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1.Â Â Â Â Â Cumpra-se decisÃ£o de fl.79. 2. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 3. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo o executado ser intimado atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 4. Caso os valores encontrados sejam insuficientes e totalmente absorvidos pelo pagamento das custas da execuÃ§Ã£o, nos moldes do art. 836 do CPC, determino a liberaÃ§Ã£o dos valores, efetuando desde logo o desbloqueio dos mesmos. 5. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15

(quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. 6. Em relaÃ§Ã£o ao pedido inclusÃ£o da parte executada no sistema SERASAJUD, DEFIRO-O, com arrimo no art. 782, Â§3Âº do CPC/2015, bem como em consonÃ¢ncia com a portaria nÂ° 5890/2017-GP e META 5 do CNJ, como meio coercitivo ao adimplemento da dÃvida. 7. DEFIRO o bloqueio via RENAJUD. Aguarde-se e junte-se a resposta. Havendo o bloqueio proceda-se a lavratura do termo de arresto/penhora e apÃ³s, ao executado para, querendo, apresentar embargos em trinta dias. 8. Por fim, DEFIRO o pedido formulado pela exequente, realizando pesquisa via sistema INFOJUD. Tratando-se de documentos sigilosos, decreto segredo de justiÃ§a nos presentes autos, com o escopo de proteger o sigilo dos documentos de uso reservado aqui existentes, ressaltando que a referida documentaÃ§Ã£o serÃ¡ juntada aos autos, dentro de envelope lacrado. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 12/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

P R O C E S S O : 0 0 0 9 3 9 7 1 6 2 0 1 4 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 18/11/2021 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARCOS MARCELINO CIA LTDA. EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL EXECUTADA: MARCOS MARCELINO " CIA LTDA CNPJ: 04.936.852/0001-46 Â DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, em face da empresa ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo a parte executada ser intimada atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. Â 4. Havendo a indicaÃ§Ã£o de bens, defiro, desde logo, a expediÃ§Ã£o de mandado de penhora e avaliaÃ§Ã£o, apÃ³s o recolhimento dos valores referentes ao transporte do Oficial de JustiÃ§a. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 10/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

P R O C E S S O : 0 0 0 9 4 7 1 7 0 2 0 1 4 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 18/11/2021 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARCOS MARCELINO CIA LTDA. EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL EXECUTADA: MARCOS MARCELINO " CIA LTDA Â DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, em face da empresa ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo a parte executada ser intimada atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. Â 4. Havendo a indicaÃ§Ã£o de bens, defiro, desde logo, a

expediÃ§Ã£o de mandado de penhora e avaliaÃ§Ã£o, apÃ³s o recolhimento dos valores referentes ao transporte do Oficial de JustiÃ§a. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 10/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

P R O C E S S O : 0 0 1 0 3 4 3 9 0 2 0 1 1 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 18/11/2021 EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 7146 - CHRISTIANNE SHERRING RIBEIRO KLAUTAU (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARTOP CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA. EXEQUENTE: FAZENDA ESTADUAL EXECUTADO: MARTOP CONSTRUÃÃES E TERRAPLANAGEM LTDA CNPJ: 03.735.306/0001-84 R$ 6.641,54 Â DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Tendo em vista, cumprido pela executada e considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo a parte executada ser intimada atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. Â 4. Havendo a indicaÃ§Ã£o de bens, defiro, desde logo, a expediÃ§Ã£o de mandado de penhora e avaliaÃ§Ã£o, apÃ³s o recolhimento dos valores referentes ao transporte do Oficial de JustiÃ§a. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 11/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

P R O C E S S O : 0 0 1 1 0 6 4 2 6 2 0 1 0 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 18/11/2021 EXEQUENTE:CAIXA ECONOMICA FEDERAL CEF Representante(s): VALDIR ALVES FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:CIFRA ENGENHARIA LTDA Representante(s): OAB 15457 - TADZIO GERALDO NAZARETH DIAS (ADVOGADO) EXECUTADO:SIDNEI APARECIDO BORGES. EXEQUENTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF EXECUTADO: CIFRA ENGENHARIA LTDA CNPJ: 07.870.291/0001-18 (ENDEREÃO: TV. WE 23, NÂº 162, CJ. CIDADE NOVA IV, CIDADE NOVA, CEP: 67133-060, ANANINDEUA/PA). SÃCIO 1: MARCO AUGUSTO DE ALMEIDA DIAS CPF: 235.593.302-20 SÃCIO 2: SIDNEI APARECIDO BORGES CPF:146.750.808-04 (ENDEREÃO: RUA SETE DE SETEMBRO, NÂº 248, VILA NOVA, CEP: 11520-020, CUBATÃO/SP). DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1.Â Â Â Â Â CITE-SE o(a) sÃ³cio(a) Executado(a) SIDNEI APARECIDO BORGES no(s) endereÃ§o(s) indicado(s) acima, por de CARTA DE CITAÃÃO POSTAL, para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao pagamento do valor da dÃvida, mais custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃcios os quais fixo em 10% sobre o valor da causa, ou garantir a execuÃ§Ã£o, sob pena de penhora ou arresto na forma da Lei nÂº 6.830/80. Â 2.Â Â Â Â Â DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro do sÃ³cio MARCO AUGUSTO DE ALMEIDA DIAS e da empresa CIFRA ENGENHARIA LTDA, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 3. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo o executado ser intimado atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 4. Caso os valores encontrados sejam insuficientes e totalmente absorvidos pelo pagamento das custas da execuÃ§Ã£o, nos moldes do art. 836 do CPC, determino a liberaÃ§Ã£o dos valores, efetuando desde logo o desbloqueio dos mesmos. 5. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o

com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. 6. DEFIRO o pedido formulado pela exequente, realizando pesquisa via sistema INFOJUD do sÃ³cio MARCO AUGUSTO DE ALMEIDA DIAS e da empresa CIFRA ENGENHARIA LTDA. Tratando-se de documentos sigilosos, decreto segredo de justiÃ§a nos presentes autos, com o escopo de proteger o sigilo dos documentos de uso reservado aqui existentes, ressaltando que a referida documentaÃ§Ã£o serÃ¡ juntada aos autos, dentro de envelope lacrado. 7. DEFIRO o bloqueio via RENAJUD do sÃ³cio MARCO AUGUSTO DE ALMEIDA DIAS e da empresa CIFRA ENGENHARIA LTDA. Aguarde-se e junte-se a resposta. Havendo o bloqueio proceda-se a lavratura do termo de arresto/penhora e apÃ³s, ao executado para, querendo, apresentar embargos em trinta dias. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 11/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00121852620098140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 18/11/2021 EXEQUENTE:CAIXA ECONOMICA FEDERAL CEF Representante(s): VALDIR ALVES FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:MASTER TRANSPORTE LTDA EXECUTADO:ANTONIO SOUSA SALES EXECUTADO:DIRLAN CARLOS DE OLIVEIRA EXECUTADO:CARLOS AUGUSTO DE SOUSA RODRIGUES. EXEQUENTE: CAIXA ECONÃMICA FEDERAL - CEF EXECUTADO: MASTER TRANSPORTE LTDA CNPJ: 00.360.305/0001-04 SÃCIO: DIRLAN CARLOS DE OLIVEIRA DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro da empresa e do sÃ³cio, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo o executado ser intimado atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Caso os valores encontrados sejam insuficientes e totalmente absorvidos pelo pagamento das custas da execuÃ§Ã£o, nos moldes do art. 836 do CPC, determino a liberaÃ§Ã£o dos valores, efetuando desde logo o desbloqueio dos mesmos. 4. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. 5. DEFIRO o bloqueio via RENAJUD em relaÃ§Ã£o Ã empresa e ao sÃ³cio. Aguarde-se e junte-se a resposta. Havendo o bloqueio proceda-se a lavratura do termo de arresto/penhora e apÃ³s, ao executado para, querendo, apresentar embargos em trinta dias. 6. Sem prejuÃzo do acima determinado, com fulcro no art.185-A do CTN, procedi a indisponibilidade de bens imÃ³veis registrados em nome do executado, atravÃ©s do sistema http://www.indisponibilidadedebens.org/. Restando frutÃfera a diligÃªncia, dar-se-Ã¡ prosseguimento a execuÃ§Ã£o fiscal. 7. De outro modo, restando negativa a indisponibilidade e nÃ£o sendo localizados bens do devedor pelo exequente dentro do prazo de um ano, contado da presente decisÃ£o, arquivem-se provisoriamente os autos, nos termos do art. 40, Â§2Âº da LEF. 8. Por fim, DEFIRO o pedido formulado pela exequente, realizando pesquisa via sistema INFOJUD. Tratando-se de documentos sigilosos, decreto segredo de justiÃ§a nos presentes autos, com o escopo de proteger o sigilo dos documentos de uso reservado aqui existentes, ressaltando que a referida documentaÃ§Ã£o serÃ¡ juntada aos autos, dentro de envelope lacrado. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 12/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00122801520088140006 PROCESSO ANTIGO: 200810071445 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 18/11/2021 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): JOSE EDUARDO CERGUEIRA GOMES (ADVOGADO) EXECUTADO:LFB FIGUEIRO EXECUTADO:LUCIMARA DE FATIMA BRITO FIGUEIRO. EXEQUENTE: FAZENDA ESTADUAL

EXECUTADA: LFB FIGUEIRO CNPJ: 05.149.652/0001-06 SÃCIA: LUCIMARA DE FÃTIMA BRITO FIGUEIRÃ CPF: 399.425.972-04 R$ 1.489,80 Â DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, em face da empresa e da sÃ³cia ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo a parte executada ser intimada atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. 4. Sem prejuÃzo do acima determinado, com fulcro no art. 185-A do CTN, procedi a indisponibilidade de bens imÃ³veis registrados em nome do executado, atravÃ©s do sistema http://www.indisponibilidadedebens.org/. Restando frutÃfera a diligÃªncia, dar-se-Ã¡ prosseguimento a execuÃ§Ã£o fiscal. 8. De outro modo, restando negativa a indisponibilidade e nÃ£o sendo localizados bens do devedor pelo exequente dentro do prazo de um ano, contado da presente decisÃ£o, arquivem-se provisoriamente os autos, nos termos do art. 40, Â§2Âº da LEF. Â Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 11/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00139256420128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 18/11/2021 EXECUTADO:DELIO CHUQUIA MUTRAN Representante(s): OAB 15232 - FABIO BRITO GUIMARAES (ADVOGADO) EXEQUENTE:MUNICIPIO DE ANANINDEUA PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 14051 - JOSE GOMES VIDAL JUNIOR (PROCURADOR(A)) . EXEQUENTE: MUNICÃPIO DE ANANINDEUA - PREFEITURA MUNICIPAL EXECUTADO: DÃLIO CHUQUIA MUTRAN CPF: 001.657.432-04 Â DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, em face da empresa e da sÃ³cia ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo a parte executada ser intimada atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. 4. Sem prejuÃzo do acima determinado, com fulcro no art. 185-A do CTN, procedi a indisponibilidade de bens imÃ³veis registrados em nome do executado, atravÃ©s do sistema http://www.indisponibilidadedebens.org/. Restando frutÃfera a diligÃªncia, dar-se-Ã¡ prosseguimento a execuÃ§Ã£o fiscal. 8. De outro modo, restando negativa a indisponibilidade e nÃ£o sendo localizados bens do devedor pelo exequente dentro do prazo de um ano, contado da presente decisÃ£o, arquivem-se provisoriamente os autos, nos termos do art. 40, Â§2Âº da LEF. Â Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 11/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00625442020158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 18/11/2021 EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 14075 - JAIR SA MAROCCO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:A DO S DE S

CORREA COMERCIO E SERVICOS ME. EXEQUENTE: ESTADO DO PARÃ EXECUTADO: A DO S DE S CORREA COMÃRCIO E SERVIÃOS ME CNPJ: 10.982.815/0001-77 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, em relaÃ§Ã£o a empresa e a sÃ³cia, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo o executado ser intimado atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Caso os valores encontrados sejam insuficientes e totalmente absorvidos pelo pagamento das custas da execuÃ§Ã£o, nos moldes do art. 836 do CPC, determino a liberaÃ§Ã£o dos valores, efetuando desde logo o desbloqueio dos mesmos. 4. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. 5. Em relaÃ§Ã£o ao pedido inclusÃ£o da parte executada no sistema SERASAJUD, DEFIRO-O, em face da empresa e da sÃ³cia com arrimo no art. 782, Â§3Âº do CPC/2015, bem como em consonÃ¢ncia com a portaria nÂ° 5890/2017-GP e META 5 do CNJ, como meio coercitivo ao adimplemento da dÃvida. 6. DEFIRO o bloqueio via RENAJUD em face da empresa e da sÃ³cia. Aguarde-se e junte-se a resposta. Havendo o bloqueio proceda-se a lavratura do termo de arresto/penhora e apÃ³s, ao executado para, querendo, apresentar embargos em trinta dias. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 11/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00005345220038140006 PROCESSO ANTIGO: 200310003831 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução Fiscal em: AUTOR: E. P. Representante(s): OAB 17182 - GUSTAVO TAVARES MONTEIRO (PROCURADOR(A)) REU: F. S. L. REU: A. J. A. REU: A. A. L. G.

SECRETARIA DA VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE ANANINDEUA

RESENHA: 18/11/2021 A 18/11/2021 - SECRETARIA DA VARA DO TRIBUNAL DO JURI DE ANANINDEUA - VARA: VARA DO TRIBUNAL DO JURI DE ANANINDEUA PROCESSO: 00000348020108140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IARA FERNANDES DOS SANTOS SILVA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 18/11/2021 ACUSADO:REGINALDO ROSSI ANDRADE FRAZAO Representante(s): NEOMIZIO LOBO NOBRE (ADVOGADO) ACUSADO:JOSE ROBSON BARRETO DA COSTA Representante(s): NEOMIZIO LOBO NOBRE (ADVOGADO) ACUSADO:EDILSON ALVES DE LIMA Representante(s): NEOMIZIO LOBO NOBRE (ADVOGADO) ACUSADO:ELNATAN HEBERTH MORAIS DA SILVA Representante(s): NEOMIZIO LOBO NOBRE (ADVOGADO) ACUSADO:JOSE RAMIRO BARRETO DA COSTA Representante(s): NEOMIZIO LOBO NOBRE (ADVOGADO) VITIMA:P. M. A. C. VITIMA:D. J. N. O. . ATO ORDINATÃRIO De ordem da MM. JuÃ-za FABÃOLA URBINATI MAROJA PINHEIRO, Titular desta unidade, fica designado o dia 26/07/2023 Ã s 10h00min, para realizaÃ§Ã£o de AUDIÊNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO, devendo a secretaria cumprir o necessÃ¡rio para a realizaÃ§Ã£o do ato. Ananindeua/PA, 18 de novembro de 2021. Iara Fernandes Analista JudiciÃ¡rio Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua-PA PROCESSO: 00000826120148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IARA FERNANDES DOS SANTOS SILVA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 18/11/2021 DENUNCIADO:EZEQUIAS NUNES DE SOUSA Representante(s): OAB 10129 - ALDANERYS MATOS AMARAL (ADVOGADO) VITIMA:L. S. P. M. . ATO ORDINATÃRIO De ordem da MM. JuÃ-za FABÃOLA URBINATI MAROJA PINHEIRO, Titular desta unidade, fica designado o dia 24/04/2024 Ã s 08h30min, para realizaÃ§Ã£o de AUDIÊNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO, devendo a secretaria cumprir o necessÃ¡rio para a realizaÃ§Ã£o do ato. Ananindeua/PA, 18 de novembro de 2021. Iara Fernandes Analista JudiciÃ¡rio Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua-PA PROCESSO: 00014393920108140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IARA FERNANDES DOS SANTOS SILVA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 18/11/2021 VITIMA:J. P. N. S. DENUNCIADO:WELLINGTON ALBUQUERQUE DA SILVA Representante(s): OAB 7605 - PAULO RONALDO MONTE DE M ALBUQUERQUE (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO De ordem da MM. JuÃ-za FABÃOLA URBINATI MAROJA PINHEIRO, Titular desta unidade, fica designado o dia 02/08/2023 Ã s 11h00min, para realizaÃ§Ã£o de AUDIÊNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO, devendo a secretaria cumprir o necessÃ¡rio para a realizaÃ§Ã£o do ato. Ananindeua/PA, 18 de novembro de 2021. Iara Fernandes Analista JudiciÃ¡rio Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua-PA PROCESSO: 00020319120128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAMILA BURNETT AIRES A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 18/11/2021 DENUNCIADO:MARCELO DO ROSARIO FREIRE DENUNCIADO:AMAURY LUIS SOUSA PEREIRA Representante(s): OAB 0660 - ROMULO DE SOUZA DIAS (ADVOGADO) VITIMA:W. S. D. DENUNCIADO:HIAGO TAKEDA SOARES DE SOUSA. (De acordo com o art. 93, XIV da CF/88, art. 152, VI do CPC e Provimento 006/2006-CJRMB/TJE). Â ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â De ordem da MM. JuÃ-za, intime-se a Defensoria PÃºblica para se manifestar acerca do item.4 de fls. 411. Ananindeua/PA, 18 de novembro de 2021. Camila Burnett Auxiliar JudiciÃ¡rio Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00028173620108140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLAUDIA MAYARA FERNANDES DE SOUZA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 18/11/2021 VITIMA:S. D. A. VITIMA:O. C. S. C. ACUSADO:RONDINELLIS OLIVEIRA SILVA ACUSADO:CLEIBE DUARTE DE OLIVEIRA. EDITAL DE INTIMAÃÃO SESSÃO DO JÃRI A Exma. Sra. FABÃOLA URBINATI MAROJA PINHEIRO, JuÃ-za de Direito da Vara do Tribunal do JÃºri da Comarca de Ananindeua-PA, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, que lhe sÃ£o conferidas por Lei etc. Faz saber, aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento, que foi denunciado, como incurso nas penas do Artigo 121, Â§2Â°, incisos I e IV, do CÃ³digo Penal (quanto Ã vÃ-tima Silvia Deme Alves) e Artigo 121, Â§2Â°, incisos I e IV, c/c Art. 14, II do CÃ³digo Penal (quanto Ã vÃ-tima Olendina da ConceiÃ§Ã£o de Souza Coelho), autos de nÂ° 0002817-36.2010.8.14.0006, o nacional: CLEIBE DUARTE DE OLIVEIRA, brasileiro, paraense, nascido em 23/01/1976, filho de Maria da ConceiÃ§Ã£o Duarte Monteiro e Gabriel Feliz de Oliveira, com Ãºltimo endereÃ§o constante dos autos. Manda que se expeÃ§a o presente EDITAL, para que seja, o acusado acima qualificado, INTIMADO a comparecer Ã SessÃ£o de Julgamento do Tribunal do JÃºri a ser realizada no dia 13/01/2022, Ã s 08h00min, nesta vara, sito Ã Avenida ClÃ¡udio Sanders, 193, Centro, FÃ³rum da Comarca de Ananindeua.

Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Ananindeua, 18 de novembro de 2021. Eu, Claudia Fernandes, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei. FABÃOLA URBINATI MAROJA PINHEIRO JuÃ-za de Direito da Vara do Tribunal do JÃºri da Comarca de Ananindeua-PA PROCESSO: 00035292820128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IARA FERNANDES DOS SANTOS SILVA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 18/11/2021 VITIMA:J. J. C. S. DENUNCIADO:ALEX FERREIRA DE SOUZA DENUNCIADO:CARLOS HENRIQUE NUNES DA CUNHA Representante(s): OAB 7587 - ELSON SANTOS DE ARRUDA (ADVOGADO) DENUNCIADO:EUNA DO SOCORRO DA PAIXAO DE SOUZA. ATO ORDINATÃRIO De ordem da MM. JuÃ-za FABÃOLA URBINATI MAROJA PINHEIRO, Titular desta unidade, fica designado o dia 27/03/2024 Ã s 10h00min, para realizaÃ§Ã£o de AUDIÊNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO, devendo a secretaria cumprir o necessÃ¡rio para a realizaÃ§Ã£o do ato. Ananindeua/PA, 18 de novembro de 2021. Iara Fernandes Analista JudiciÃ¡rio Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua-PA PROCESSO: 00039192720148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IARA FERNANDES DOS SANTOS SILVA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 18/11/2021 VITIMA:R. M. C. DENUNCIADO:ALEXANDRE MAIA DA COSTA Representante(s): OAB 18555 - DIEGO QUEIROZ GOMES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO De ordem da MM. JuÃ-za FABÃOLA URBINATI MAROJA PINHEIRO, Titular desta unidade, fica designado o dia 03/04/2024 Ã s 11h30min, para realizaÃ§Ã£o de AUDIÊNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO, devendo a secretaria cumprir o necessÃ¡rio para a realizaÃ§Ã£o do ato. Ananindeua/PA, 18 de novembro de 2021. Iara Fernandes Analista JudiciÃ¡rio Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua-PA PROCESSO: 00050117420138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCIANY MARIA CASSIANO SILVA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 18/11/2021 DENUNCIADO:FABIANO BARROS DOS SANTOS VITIMA:V. R. F. . ATO ORDINATÃRIO De ordem da MM. JuÃ-za de Direito Fabiola Urbinati Maroja Pinheiro, titular desta unidade, redesigno SessÃ£o do Tribunal do JÃºri para o dia 29/08/2023, Ã s 08h00, devendo a Secretaria cumprir as diligÃªncias necessÃ¡rias para realizaÃ§Ã£o do ato. Ananindeua/PA, 18 de novembro de 2021. Luciany Cassiano Diretora de Secretaria Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00079554920138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCIANY MARIA CASSIANO SILVA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 18/11/2021 VITIMA:J. B. G. DENUNCIADO:CIOMAR SILVA LIMA. ATO ORDINATÃRIO De ordem da MM. JuÃ-za de Direito Fabiola Urbinati Maroja Pinheiro, titular desta unidade, redesigno SessÃ£o do Tribunal do JÃºri para o dia 25/07/2023, Ã s 08h00, devendo a Secretaria cumprir as diligÃªncias necessÃ¡rias para realizaÃ§Ã£o do ato. Ananindeua/PA, 18 de novembro de 2021. Luciany Cassiano Diretora de Secretaria Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00089102920108140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IARA FERNANDES DOS SANTOS SILVA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 18/11/2021 VITIMA:G. V. A. DENUNCIADO:ROSIVAN JOSE CARNEIRO MENEZES DENUNCIADO:SAULO ALBERTO BESERRA TORRES Representante(s): OAB 16915 - FABRICIO BARRETO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 27620 - LUCAS DA CONCEIÇAO SANTOS (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO De ordem da MM. JuÃ-za FABÃOLA URBINATI MAROJA PINHEIRO, Titular desta unidade, fica designado o dia 13/12/2023 Ã s 10h00min, para realizaÃ§Ã£o de AUDIÊNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO, devendo a secretaria cumprir o necessÃ¡rio para a realizaÃ§Ã£o do ato. Ananindeua/PA, 18 de novembro de 2021. Iara Fernandes Analista JudiciÃ¡rio Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua-PA PROCESSO: 00098114820138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IARA FERNANDES DOS SANTOS SILVA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 18/11/2021 DENUNCIADO:RAILSON TORRES ASSUNCAO VITIMA:F. O. S. DENUNCIADO:JOAO BOSCO RAMOS PACHECO DENUNCIADO:DENIS SANTA ROSA DA SILVA. ATO ORDINATÃRIO De ordem da MM. JuÃ-za FABÃOLA URBINATI MAROJA PINHEIRO, Titular desta unidade, fica designado o dia 27/03/2024 Ã s 11h30min, para realizaÃ§Ã£o de AUDIÊNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO, devendo a secretaria cumprir o necessÃ¡rio para a realizaÃ§Ã£o do ato. Ananindeua/PA, 18 de novembro de 2021. Iara Fernandes Analista JudiciÃ¡rio Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua-PA PROCESSO: 00123975820138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCIANY MARIA CASSIANO SILVA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 18/11/2021 DENUNCIADO:RODOLFO ALAN MONTEIRO DA SILVA VITIMA:F. P. S. . ATO ORDINATÃRIO De ordem da MM. JuÃ-za de Direito Fabiola Urbinati Maroja Pinheiro, titular desta unidade, redesigno SessÃ£o do Tribunal do JÃºri para o dia 08/08/2023, Ã s 08h00, devendo a Secretaria cumprir as diligÃªncias necessÃ¡rias para realizaÃ§Ã£o do ato. Ananindeua/PA, 18 de novembro de 2021. Luciany Cassiano Diretora de Secretaria Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00125454020118140006 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IARA FERNANDES DOS SANTOS SILVA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 18/11/2021 VITIMA:M. M. Q. DENUNCIADO:DIONE DAMASCENO DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 11302 - JORGE MOTA LIMA (ADVOGADO) PROMOTOR:SEGUNDA PROMOTORIA DO JURI. ATO ORDINATÃRIO De ordem da MM. JuÃ-za FABÃOLA URBINATI MAROJA PINHEIRO, Titular desta unidade, fica designado o dia 20/03/2024 Ã s 10h00min, para realizaÃ§Ã£o de AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO, devendo a secretaria cumprir o necessÃ¡rio para a realizaÃ§Ã£o do ato. Ananindeua/PA, 18 de novembro de 2021. Iara Fernandes Analista JudiciÃ¡rio Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua-PA PROCESSO: 00126594220128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FABIOLA URBINATI MAROJA PINHEIRO A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 18/11/2021 VITIMA:J. R. B. O. DENUNCIADO:RENAN DANTAS SILVA SODRE AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. EDITAL DE INTIMAÃÃO SESSÃO DO JÃRI A Exma. Sra. FABÃOLA URBINATI MAROJA PINHEIRO, JuÃ-za de Direito da Vara do Tribunal do JÃºri da Comarca de Ananindeua-PA, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, que lhe sÃ£o conferidas por Lei etc. Faz saber, aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento, que foi denunciado, como incurso nas penas do Artigo 121, caput, do CÃ³digo Penal, autos de nÂ° 0002817-36.2010.8.14.0006, o nacional: RENAN DANTAS SILVA SODRÃ, brasileiro, paraense, nascido em 10/12/1992, filho de Julia Dantas da Silva e Carlos JosÃ© Silva SodrÃ©, com Ãºltimo endereÃ§o constante dos autos. Manda que se expeÃ§a o presente EDITAL, para que seja, o acusado acima qualificado, INTIMADO a comparecer Ã SessÃ£o de Julgamento do Tribunal do JÃºri a ser realizada no dia 18/01/2022, Ã s 08h00min, nesta vara, sito Ã Avenida ClÃ¡udio Sanders, 193, Centro, FÃ³rum da Comarca de Ananindeua. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Ananindeua, 18 de novembro de 2021. Eu, Claudia Fernandes, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei. FABÃOLA URBINATI MAROJA PINHEIRO JuÃ-za de Direito da Vara do Tribunal do JÃºri da Comarca de Ananindeua-PA PROCESSO: 00161935720138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCIANY MARIA CASSIANO SILVA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 18/11/2021 DENUNCIADO:MURILO BRITO DA SILVA Representante(s): OAB 20959 - JULIANNE ESPIRITO SANTO MACEDO (ADVOGADO) VITIMA:E. S. R. . ATO ORDINATÃRIO De ordem da MM. JuÃ-za de Direito Fabiola Urbinati Maroja Pinheiro, titular desta unidade, redesigno SessÃ£o do Tribunal do JÃºri para o dia 18/07/2023, Ã s 08h00, devendo a Secretaria cumprir as diligÃªncias necessÃ¡rias para realizaÃ§Ã£o do ato. Ananindeua/PA, 18 de novembro de 2021. Luciany Cassiano Diretora de Secretaria Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00173745420178140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCIANY MARIA CASSIANO SILVA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 18/11/2021 VITIMA:J. F. P. DENUNCIADO:VICTOR LEONARDO SILVA ARAGAO Representante(s): OAB 25703 - DANIEL DIAS DAMASCENO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO De ordem, INTIMO o(a) advogado(a) DANIEL DIAS DAMASCENO, OAB/PA 25703, habilitado(a) pelo denunciado VICTOR LEONARDO SILVA ARAGAO, para devolver os autos da aÃ§Ã£o penal em referÃªncia, no prazo de 72 horas, ou que comprove a devoluÃ§Ã£o, caso jÃ¡ tenha ocorrido. Ananindeua/PA, 18/11/2021 Luciany Cassiano Diretora de Secretaria Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00237153320168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCIANY MARIA CASSIANO SILVA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 18/11/2021 DENUNCIADO:ODALEA MIRANDA DE BRITO VITIMA:S. M. S. DENUNCIADO:RONALDO LOBO CORREA DENUNCIADO:ALBERTO BARARUA ALCANTARA Representante(s): OAB 19782 - ANTONIO VITOR CARDOSO TOURAO PANTOJA (ADVOGADO) OAB 21837 - OSMAR RAFAEL DE LIMA FREIRE (ADVOGADO) DENUNCIADO:WENDERSON BARROS CASTRO DENUNCIADO:BENEDITO LEAL DOS SANTOS Representante(s): OAB 17468 - VERENA CERQUEIRA DOS SANTOS CARDOSO (ADVOGADO) DENUNCIADO:FERNANDO HORVATH DENUNCIADO:EWERTON CORREA MAUES DENUNCIADO:CARLOS AUGUSTO LOPES Representante(s): OAB 3555 - DORIVALDO DE ALMEIDA BELEM (ADVOGADO) OAB 15873 - MICHELE ANDREA TAVARES BELEM (ADVOGADO) OAB 18280 - RODRIGO DE OLIVEIRA CORREA (ADVOGADO) VITIMA:S. M. S. DENUNCIADO:JONATHAN NOJOSA DA SILVA DENUNCIADO:VALMIR SOARES DE SOUSA OU VALMIR SOARES DE SOUZA Representante(s): OAB 15053 - FABRICIO MARTINS PEREIRA (ADVOGADO) OAB 24238 - CLEYTON BELMIRO ATAIDE (ADVOGADO) DENUNCIADO:LUIZ CARLOS SANTOS MIRANDA Representante(s): OAB 25996 - PABLO GOMES TAPAJOS (ADVOGADO) DENUNCIADO:MANOEL MAX DA SILVA FERREIRA DENUNCIADO:RILDO MATIAS DOS SANTOS DENUNCIADO:LEOMILSON BITTENCOURT MACIEL DENUNCIADO:RAFAEL MIRANDA DE BRITO DENUNCIADO:JORGE WELISON FLAUSINO RIBEIRO DENUNCIADO:EDINALDO PANTOJA PINHEIRO DENUNCIADO:RAFAELA DA SILVA MARTINS Representante(s): OAB 15053 - FABRICIO MARTINS PEREIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:JOHNATAN RAMOS MORAES

DENUNCIADO:WILSON PALHETA DA SILVA DENUNCIADO:RAPHAEL BORGES RODRIGUES DENUNCIADO:DENNIS THIAGO TORRES DE CARVALHO DENUNCIADO:LUIS CRISTIANO FERREIRA MELO DENUNCIADO:JOHNATAN IURI MONTEIRO CORDEIRO DENUNCIADO:GILVAN LIMA NASCIMENTO DENUNCIADO:DOUGLAS FERNANDO BRAGA DOS SANTOS DENUNCIADO:JOSE ADRIANO GOMES SANTOS. ATO ORDINATÃRIO De ordem, INTIMO a advogada VERENA CERQUEIRA DOS SANTOS CARDOSO, OAB/PA 17468, e JULIANNE ESPIRITO SANTO MACEDO, OAB/PA 20959, para regularizar a representaÃ§Ã£o processual em favor do acusado RAPHAEL BORGES RODRIGUES. Ananindeua/PA, 18 de novembro de 2021 Luciany Cassiano Diretora de Secretaria Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua-Pa

PROCESSO 00158762520148140006 AUTOR: MINISTERIO PUBLICO DENUNCIADO PAULO RAFAEL PINTO LIMA ADVOGADO HUGO FERNANDO DE SOUZA ATAYDE OAB/PA 17204 DESPACHO 1. Em garantia ao princípio do contraditório prévio, intime o acusado para justificar a razão de ter deixado de comparecer para justificar suas atividades. 2. Considerando que as atividades presencias estavam suspensas em decorrência da pandemia causada pela COVID 19, a Sessão do Tribunal do júri anteriormente designada restou prejudicada. 3. Diante disso, reservo-me a redesignar nova data para a Sessão do Tribunal do Júri em momento posterior, quando da organização de todos os processos a serem remarcados. 4. Retorne os autos a Secretaria. CUMPRA-SE COM URGÊNCIA. Ananindeua, 02 de outubro de 2020 CRISTINA SANDOVAL COLLYER Juíza de Direito Titular da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Ananindeua-PA

SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA

RESENHA: 18/11/2021 A 19/11/2021 - SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA - VARA: 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA PROCESSO: 00073533320098140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GLENDA MARREIRA VIDAL DO NASCIMENTO A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 18/11/2021 REQUERENTE:MIGUEL QUARESMA Representante(s): OAB 7555 - MARCIENE DE SOUZA LIMA (ADVOGADO) REQUERENTE:MARIA PINHEIRO QUARESMA Representante(s): OAB 7555 - MARCIENE DE SOUZA LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:INVASORES DO MST. Â ATO ORDINATÃRIO Requerente(s): MIGUEL QUARESMA,Â MARIA PINHEIRO QUARESMA Requerido(s): INVASORES DO MST Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a juntada de certidÃ£o do Sr. Oficial de JustiÃ§a, intimo a parte autora para manifestar-se, prazo de 15 (quinze) dias. Ananindeua ,Â 18 de novembro de 2021 Diretor(a) / Analista / Auxiliar de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00094397020118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GLENDA MARREIRA VIDAL DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 18/11/2021 EXEQUENTE:BANCO HONDA SA Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) OAB 20868-A - HIRAN LEAO DUARTE (ADVOGADO) EXECUTADO:ANTONIO LUCAS SIQUEIRA MARTINS. Â ATO ORDINATÃRIO Requerente(s): BANCO HONDA SA Requerido(s): ANTONIO LUCAS SIQUEIRA MARTINS Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§ 2Âº, II, do PROVIMENTO NÂº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB, tendo em vista o termino do prazo de suspensÃ£o, INTIMO a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar quanto ao prosseguimento do feito. Ananindeua ,Â 18 de novembro de 2021 Diretor(a) / Analista / Auxiliar de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00106686520118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GLENDA MARREIRA VIDAL DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 18/11/2021 REQUERENTE:DE LUCCA - ARTEFATOS DE BORRACHA LTDA Representante(s): OAB 14985 - SAMIA REGINA CARVALHO DO ESPIRITO SANTO (ADVOGADO) REQUERIDO:FR DE SOUZA SERVIÇOS ME Representante(s): OAB 7013 - EVANDRO FARIAS LOPES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§ 2Âº, II, do PROVIMENTO NÂº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB, INTIMO a parte exequente, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar juntando aos autos o pagamento de custas de expediÃ§Ã£o de mandado e de diligÃªncia do oficial de justiÃ§a. Salientando que o boleto pode ser expedido atravÃ©s do site do Tribunal de JustiÃ§a: https://apps.tjpa.jus.br/custas/. ObservaÃ§Ã£o: O pagamento das custas processuais deverÃ¡ ser comprovado conforme determina o Art. 9, Â§ 1Âº da LEI nÂº. 8.328, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015. Ananindeua ,Â 18 de novembro de 2021 Diretor(a) / Analista / Auxiliar de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00125092720138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GLENDA MARREIRA VIDAL DO NASCIMENTO A??o: Cumprimento de sentença em: 18/11/2021 REQUERENTE:HSBC BANK BRASIL SA BANCO MULTIPLO Representante(s): OAB 11831 - VANESSA SANTOS LAMARAO (ADVOGADO) OAB 16.814-A - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA L BARBOSA DO N GOMES REQUERIDO:JOAQUIM JOSE DE ARAUJO Representante(s): OAB 4084 - RAIMUNDO NONATO LAREDO DA PONTE (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§ 2Âº, II, do PROVIMENTO NÂº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB, INTIMO a parte exequente, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar juntando aos autos o pagamento de custas de expediÃ§Ã£o de 01(um) mandado e de 01(uma) diligÃªncia do oficial de justiÃ§a de IntimaÃ§Ã£o, uma vez que nas custas de fls. 158/159, foram recolhidas as custas de SECRETARIA: ENVIO DE DOCUMENTO POR VIA ELETRÃNICA OU DE INFORMÃTICA - COM IMPRESSÃO (Inclusive requisiÃ§Ãµes para a Secretaria da Receita Federal, INFOJUD, BACENJUD, RENAJUD). Salientando que o boleto pode ser expedido atravÃ©s do site do Tribunal de JustiÃ§a: https://apps.tjpa.jus.br/custas/. ObservaÃ§Ã£o: O pagamento das custas processuais deverÃ¡ ser comprovado conforme determina o Art. 9, Â§ 1Âº da LEI nÂº. 8.328, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015. Ananindeua ,Â 18 de novembro de 2021 Diretor(a) / Analista / Auxiliar de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00139382420168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GLENDA MARREIRA VIDAL DO NASCIMENTO A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 REQUERENTE:BANCO ITAU UNIBANCO SA Representante(s): OAB 17191-A - MARIA SOCORRO ARAUJO SANTIAGO (ADVOGADO) OAB 17189-A - ROSEANY ARAUJO VIANA ALVES (ADVOGADO) REQUERIDO:ADRIANO ALMEIDA DOS SANTOS ME REQUERIDO:ADRIANO ALMEIDA DOS SANTOS.

Â ATO ORDINATÃRIO Requerente(s): BANCO ITAU UNIBANCO SA Requerido(s): ADRIANO ALMEIDA DOS SANTOS ME; ADRIANO ALMEIDA DOS SANTOS Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a juntada de certidÃ£o do Sr. Oficial de JustiÃ§a, intimo a parte autora para manifestar-se, prazo de 15 (quinze) dias. Ananindeua ,Â 18 de novembro de 2021 Diretor(a) / Analista / Auxiliar de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00161554520138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GLENDA MARREIRA VIDAL DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 18/11/2021 REQUERENTE:BANCO DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 11362 - ERON CAMPOS SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:CLEYTON THIAGO TRINDADE PAIVA REQUERIDO:MARCOS SILVA OLIVEIRA REQUERIDO:ODAIR JOSÉ BATISTA GOMES. ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§ 2Âº, II, do PROVIMENTO NÂº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB, INTIMO a parte exequente, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar juntando aos autos o pagamento de custas de expediÃ§Ã£o de 01(um) ofÃ-cio ao Detran e de 01(uma) diligÃªncia de CitaÃ§Ã£o e 01(uma) diligÃªncia de Penhora, reforÃ§o de penhora, auto de avaliaÃ§Ã£o simples e arrolamento de bens, uma vez que nas custas iniciais de fls. 52, sÃ³ foram recolhidas as custas de expediÃ§Ã£o do mandado. Salientando que o boleto pode ser expedido atravÃ©s do site do Tribunal de JustiÃ§a: https://apps.tjpa.jus.br/custas/. ObservaÃ§Ã£o: O pagamento das custas processuais deverÃ¡ ser comprovado conforme determina o Art. 9, Â§ 1Âº da LEI nÂº. 8.328, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015. Ananindeua ,Â 18 de novembro de 2021 Diretor(a) / Analista / Auxiliar de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00239552220168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GLENDA MARREIRA VIDAL DO NASCIMENTO A??o: Busca e Apreensão em: 18/11/2021 REQUERENTE:BANCO J SAFRA S A Representante(s): OAB 206339 - FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ (ADVOGADO) OAB 21365 - LORENA RAFAELLA GONÇALVES COUTO (ADVOGADO) REQUERIDO:JOQUIM TORRES QUEIROZ. Â ATO ORDINATÃRIO Requerente(s): BANCO J SAFRA S A Requerido(s): JOQUIM TORRES QUEIROZ Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a juntada de certidÃ£o do Sr. Oficial de JustiÃ§a, intimo a parte autora para manifestar-se, prazo de 15 (quinze) dias. Ananindeua ,Â 18 de novembro de 2021 Diretor(a) / Analista / Auxiliar de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00605488420158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GLENDA MARREIRA VIDAL DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 18/11/2021 REQUERENTE:ALEXANDRE ADALBERTO TORRES DE MORAES Representante(s): OAB 14025 - ANA LUIZA OLIVEIRA MORAES (ADVOGADO) REQUERIDO:MUANA ALIMENTOS LTDA REQUERIDO:TERRA BELEM LTDA REQUERIDO:KROLL ASSOCIETES BRASIL LTDA. Â ATO ORDINATÃRIO Requerente(s): ALEXANDRE ADALBERTO TORRES DE MORAES Requerido(s): MUANA ALIMENTOS LTDA; TERRA BELEM LTDA; KROLL ASSOCIETES BRASIL LTDA Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§ 2Âº, II, do PROVIMENTO NÂº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB, INTIMO o patrono da parte requerente para se manifestarem, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca da devoluÃ§Ã£o da Carta PrecatÃ³ria. Ananindeua ,Â 18 de novembro de 2021 Diretor(a) / Analista / Auxiliar de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00038866620168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): TATIANA ATAIDE DO NASCIMENTO ABREU A??o: Procedimento Comum Cível em: 19/11/2021 REQUERENTE:BRENDA CAVALCANTE PINTO Representante(s): OAB 22119 - RENATO REBELO BARRETO (ADVOGADO) REQUERIDO:CAPITAL ROSSI Representante(s): OAB 355.464 - HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (ADVOGADO) OAB 381.331 - JULIO DE CARVALHO PAULA LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:SARRE IMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA Representante(s): OAB 90461 - JULIO DE CARVALHO PAULA LIMA (ADVOGADO) OAB 91.263 - HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (ADVOGADO) REQUERIDO:VENDEIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Representante(s): OAB 381.331 - JULIO DE CARVALHO PAULA LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:NUNES E MOITINHO IMOBILIARIA LTDA Representante(s): OAB 20930 - SOCRATES ALEIXO SILVA (ADVOGADO) . Â ATO ORDINATÃRIO Requerente(s): BRENDA CAVALCANTE PINTO Requerido(s): CAPITAL ROSSI; SARRE IMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA; VENDEIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA; NUNES E MOITINHO IMOBILIARIA LTDA Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§ 2Âº, II, do PROVIMENTO NÂº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB, INTIMO a parte para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar nos autos o pagamento de custas finais, sob pena de inscriÃ§Ã£o na dÃ-vida ativa do Estado, conforme determinado em sentenÃ§a. Salientando que o boleto pode ser expedido atravÃ©s do site do Tribunal de JustiÃ§a: https://apps.tjpa.jus.br/custas/. Ananindeua ,Â 19 de novembro de 2021 Diretor(a) / Analista / Auxiliar de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00039776420138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): TATIANA ATAIDE DO NASCIMENTO ABREU

A??o: Procedimento Comum Cível em: 19/11/2021 REQUERENTE:ASSOCIACAO DO CONJ UNTO HABITACIONAL JULIA SEFFER ACHAJUS Representante(s): OAB 27152 - SHAYA MIRELLA SOUZA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSE MARIA FURTADO Representante(s): OAB 17286 - RAIMUNDO DICKSON FERREIRA NETO (ADVOGADO) . Â ATO ORDINATÃRIO Requerente(s): ASSOCIACAO DO CONJ UNTO HABITACIONAL JULIA SEFFER ACHAJUS Requerido(s): JOSE MARIA FURTADO Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§ 2Âº, II, do PROVIMENTO NÂº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB, INTIMO a parte para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar nos autos o pagamento de custas finais, sob pena de inscriÃ§Ã£o na dÃ-vida ativa do Estado, conforme determinado em sentenÃ§a. Salientando que o boleto pode ser expedido atravÃ©s do site do Tribunal de JustiÃ§a: https://apps.tjpa.jus.br/custas/. Ananindeua ,Â 19 de novembro de 2021 Diretor(a) / Analista / Auxiliar de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00055574720078140006 PROCESSO ANTIGO: 200710033016 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): TATIANA ATAIDE DO NASCIMENTO ABREU A??o: Procedimento Comum Cível em: 19/11/2021 REQUERENTE:TECNICA BRASILEIRA DE ALIMENTOS LTDA - TBA Representante(s): MAXIMIANO AGUIAR CAMARA (ADVOGADO) OAB 5879 - MAXIMIANO AGUIAR CAMARA (ADVOGADO) REQUERENTE:ANTONIO LIMA SALES REQUERIDO:COMERCIAL EMANUEL LTDA. Â ATO ORDINATÃRIO Requerente(s): TECNICA BRASILEIRA DE ALIMENTOS LTDA - TBA,Â ANTONIO LIMA SALES Requerido(s): COMERCIAL EMANUEL LTDA Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§ 2Âº, II, do PROVIMENTO NÂº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB, INTIMO a parte para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar nos autos o pagamento de custas finais, sob pena de inscriÃ§Ã£o na dÃ-vida ativa do Estado, conforme determinado em sentenÃ§a. Salientando que o boleto pode ser expedido atravÃ©s do site do Tribunal de JustiÃ§a: https://apps.tjpa.jus.br/custas/. Ananindeua ,Â 19 de novembro de 2021 Diretor(a) / Analista / Auxiliar de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00056004720088140006 PROCESSO ANTIGO: 200810030087 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GLENDA MARREIRA VIDAL DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 19/11/2021 REQUERENTE:BANCO HSBC BANK BRASIL SA BANCO MULTIPLO Representante(s): OAB 15101-A - OSMARINO JOSE DE MELO (ADVOGADO) VANILDO DE SOUZA LEAO FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:OSCARINA C LEAL ME REQUERIDO:WALTER ROCHA LEAL JUNIOR REQUERIDO:OSCARINA CRAVEIRO LEAL. ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§ 2Âº, II, do PROVIMENTO NÂº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB, INTIMO a parte exequente, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar juntando aos autos o pagamento de custas de expediÃ§Ã£o de 03(trÃªs) mandados de intimaÃ§Ã£o e de 03(trÃªs) diligÃªncias do oficial de justiÃ§a. Salientando que o boleto pode ser expedido atravÃ©s do site do Tribunal de JustiÃ§a: https://apps.tjpa.jus.br/custas/. ObservaÃ§Ã£o: O pagamento das custas processuais deverÃ¡ ser comprovado conforme determina o Art. 9, Â§ 1Âº da LEI nÂº. 8.328, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015. Ananindeua ,Â 19 de novembro de 2021 Diretor(a) / Analista / Auxiliar de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00059199220178140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): TATIANA ATAIDE DO NASCIMENTO ABREU A??o: Requerimento de Reintegração de Posse em: 19/11/2021 REQUERENTE:ONEIDE DE JESUS DA SILVA Representante(s): OAB 13502 - CAMILLA FACIOLA PESSOA LOBO (DEFENSOR) REQUERIDO:ANGELO BORGES FONSECA Representante(s): OAB 22500 - JHONY SILVA REPOLHO (ADVOGADO) . Â ATO ORDINATÃRIO Requerente(s): ONEIDE DE JESUS DA SILVA Requerido(s): ANGELO BORGES FONSECA Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§ 2Âº, II, do PROVIMENTO NÂº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB, INTIMO a parte para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar nos autos o pagamento de custas finais, sob pena de inscriÃ§Ã£o na dÃ-vida ativa do Estado, conforme determinado em sentenÃ§a. Salientando que o boleto pode ser expedido atravÃ©s do site do Tribunal de JustiÃ§a: https://apps.tjpa.jus.br/custas/. Ananindeua ,Â 19 de novembro de 2021 Diretor(a) / Analista / Auxiliar de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00059679020138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): TATIANA ATAIDE DO NASCIMENTO ABREU A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 19/11/2021 REQUERENTE:DINAMICA FOMENTO MERCANTIL SS LTDA Representante(s): OAB 8901 - LUCIANA MARTINS GOMES (ADVOGADO) OAB 13699 - EDUARDO MARQUES CHAGAS (ADVOGADO) REQUERIDO:POLO CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA REQUERIDO:MIGUEL OCELIO SEIXAS QUARESMA . Â ATO ORDINATÃRIO Requerente(s): DINAMICA FOMENTO MERCANTIL SS LTDA Requerido(s): POLO CONSTRUÃÂ¿ÃÂ¿ES E PAVIMENTAÃÂ¿ÃÂ¿ES LTDA; MIGUEL OCELIO SEIXAS QUARESMA Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§ 2Âº, II, do PROVIMENTO NÂº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB, INTIMO a parte para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar nos autos o pagamento de custas finais, sob pena de inscriÃ§Ã£o na dÃ-vida ativa do Estado, conforme determinado

em sentenÃ§a. Salientando que o boleto pode ser expedido atravÃ©s do site do Tribunal de JustiÃ§a: https://apps.tjpa.jus.br/custas/. Ananindeua ,Â 19 de novembro de 2021 Diretor(a) / Analista / Auxiliar de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00062097820158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): TATIANA ATAIDE DO NASCIMENTO ABREU A??o: Cumprimento de sentença em: 19/11/2021 REQUERENTE:B R DE SOUZA COMERCIO ME Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) REPRESENTANTE:BRUNO REZENDE DE SOUZA REQUERIDO:BANCO SANTADER BRASIL SA. Â ATO ORDINATÃRIO Requerente(s): B R DE SOUZA COMERCIO ME,Â BRUNO REZENDE DE SOUZA Requerido(s): BANCO SANTADER BRASIL SA Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§ 2Âº, II, do PROVIMENTO NÂº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB, INTIMO a parte para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar nos autos o pagamento de custas finais, sob pena de inscriÃ§Ã£o na dÃ-vida ativa do Estado, conforme determinado em sentenÃ§a. Salientando que o boleto pode ser expedido atravÃ©s do site do Tribunal de JustiÃ§a: https://apps.tjpa.jus.br/custas/. Ananindeua ,Â 19 de novembro de 2021 Diretor(a) / Analista / Auxiliar de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00065891520118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): TATIANA ATAIDE DO NASCIMENTO ABREU A??o: Procedimento Comum Cível em: 19/11/2021 REQUERENTE:PR DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA Representante(s): OAB 9594 - ADRIANA CELIA PALHETA DE ANDRADE MAIA MONTEIRO (ADVOGADO) OAB 14196 - ANA CAROLINA TEIXEIRA PIRES (ADVOGADO) OAB 15204-A - GUSTAVO CARVALHO DE ARAUJO MORAIS (ADVOGADO) REQUERIDO:REGIANE FELIX COSTA Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . Â ATO ORDINATÃRIO Requerente(s): PR DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA Requerido(s): REGIANE FELIX COSTA Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§ 2Âº, II, do PROVIMENTO NÂº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB, INTIMO a parte para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar nos autos o pagamento de custas finais, sob pena de inscriÃ§Ã£o na dÃ-vida ativa do Estado, conforme determinado em sentenÃ§a. Salientando que o boleto pode ser expedido atravÃ©s do site do Tribunal de JustiÃ§a: https://apps.tjpa.jus.br/custas/. Ananindeua ,Â 19 de novembro de 2021 Diretor(a) / Analista / Auxiliar de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00074549020168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): TATIANA ATAIDE DO NASCIMENTO ABREU A??o: Imissão na Posse em: 19/11/2021 REQUERENTE:ADNILTON COSTA PEREIRA Representante(s): OAB 18721 - ELIONAI LIMA NEGIDIO (ADVOGADO) OAB 28771 - LETTYCIA LYZANDRA PALHANO DE ABREU (ADVOGADO) REQUERIDO:IDEMILSON ALVES DE SOUZA Representante(s): OAB 22892 - DIOGO CAMPOS LOPES (ADVOGADO) . Â ATO ORDINATÃRIO Requerente(s): ADNILTON COSTA PEREIRA Requerido(s): IDEMILSON ALVES DE SOUZA Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§ 2Âº, II, do PROVIMENTO NÂº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB, INTIMO a parte para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar nos autos o pagamento de custas finais, sob pena de inscriÃ§Ã£o na dÃ-vida ativa do Estado, conforme determinado em sentenÃ§a. Salientando que o boleto pode ser expedido atravÃ©s do site do Tribunal de JustiÃ§a: https://apps.tjpa.jus.br/custas/. Ananindeua ,Â 19 de novembro de 2021 Diretor(a) / Analista / Auxiliar de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00076255220108140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): TATIANA ATAIDE DO NASCIMENTO ABREU A??o: Cumprimento de sentença em: 19/11/2021 REQUERENTE:LIDER SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA Representante(s): OAB 9296 - ISIS KRISHINA REZENDE SADECK (ADVOGADO) OAB 22540 - PAULA AMANDA RIBEIRO TEIXEIRA VASCONCELOS (ADVOGADO) REQUERIDO:LUANA BRITO BARROSO. Â ATO ORDINATÃRIO Requerente(s): LIDER SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA Requerido(s): LUANA BRITO BARROSO Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§ 2Âº, II, do PROVIMENTO NÂº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB, INTIMO a parte para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar nos autos o pagamento de custas finais, sob pena de inscriÃ§Ã£o na dÃ-vida ativa do Estado, conforme determinado em sentenÃ§a. Salientando que o boleto pode ser expedido atravÃ©s do site do Tribunal de JustiÃ§a: https://apps.tjpa.jus.br/custas/. Ananindeua ,Â 19 de novembro de 2021 Diretor(a) / Analista / Auxiliar de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00097750620138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): TATIANA ATAIDE DO NASCIMENTO ABREU A??o: Procedimento Comum Cível em: 19/11/2021 REQUERENTE:BANCO FIBRA SA Representante(s): OAB 18335-A - CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (ADVOGADO) REQUERIDO:RAIMUNDO DOS SANTOS E SILVA. Â ATO ORDINATÃRIO Requerente(s): BANCO FIBRA SA Requerido(s): RAIMUNDO DOS SANTOS E SILVA Â Â Â Â Â Â Nos termos do art.

1Âº, Â§ 2Âº, II, do PROVIMENTO NÂº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB, INTIMO a parte para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar nos autos o pagamento de custas finais, sob pena de inscriÃ§Ã£o na dÃ-vida ativa do Estado, conforme determinado em sentenÃ§a. Salientando que o boleto pode ser expedido atravÃ©s do site do Tribunal de JustiÃ§a: https://apps.tjpa.jus.br/custas/. Ananindeua ,Â 19 de novembro de 2021 Diretor(a) / Analista / Auxiliar de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00102055320108140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): TATIANA ATAIDE DO NASCIMENTO ABREU A??o: Procedimento Comum Cível em: 19/11/2021 REQUERENTE:MARIA DO SOCORRO NASCIMENTO PIMENTEL Representante(s): OAB 17143 - ADRIELLE SILVA DOS PRAZERES FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO SEGUROS. Â ATO ORDINATÃRIO Requerente(s): MARIA DO SOCORRO NASCIMENTO PIMENTEL Requerido(s): BANCO BRADESCO SEGUROS Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§ 2Âº, II, do PROVIMENTO NÂº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB, INTIMO a parte para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar nos autos o pagamento de custas finais, sob pena de inscriÃ§Ã£o na dÃ-vida ativa do Estado, conforme determinado em sentenÃ§a. Salientando que o boleto pode ser expedido atravÃ©s do site do Tribunal de JustiÃ§a: https://apps.tjpa.jus.br/custas/. Ananindeua ,Â 19 de novembro de 2021 Diretor(a) / Analista / Auxiliar de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00111027820168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): TATIANA ATAIDE DO NASCIMENTO ABREU A??o: Embargos de Terceiro Cível em: 19/11/2021 EMBARGADO:ADNILTON COSTA PEREIRA Representante(s): OAB 18721 - ELIONAI LIMA NEGIDIO (ADVOGADO) OAB 23362 - DAVI SANTIAGO NEGIDIO (ADVOGADO) EMBARGADO:IDEMILSON ALVES DE SOUZA Representante(s): OAB 22892 - DIOGO CAMPOS LOPES (ADVOGADO) EMBARGANTE:SONIA GORETE SILVA DE SOUZA Representante(s): OAB 22892 - DIOGO CAMPOS LOPES (ADVOGADO) . Â ATO ORDINATÃRIO Requerente(s): SONIA GORETE SILVA DE SOUZA Requerido(s): ADNILTON COSTA PEREIRA; IDEMILSON ALVES DE SOUZA Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§ 2Âº, II, do PROVIMENTO NÂº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB, INTIMO a parte para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar nos autos o pagamento de custas finais, sob pena de inscriÃ§Ã£o na dÃ-vida ativa do Estado, conforme determinado em sentenÃ§a. Salientando que o boleto pode ser expedido atravÃ©s do site do Tribunal de JustiÃ§a: https://apps.tjpa.jus.br/custas/. Ananindeua ,Â 19 de novembro de 2021 Diretor(a) / Analista / Auxiliar de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00117644720138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): TATIANA ATAIDE DO NASCIMENTO ABREU A??o: Cumprimento de sentença em: 19/11/2021 REQUERENTE:BANCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 11433-A - MOISES BATISTA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 11432-A - FERNANDO LUZ PEREIRA (ADVOGADO) OAB 89457 - EGBERTO HERNANDES BLANCO (ADVOGADO) OAB 120410 - ALEXANDRE MARQUES SILVEIRA (ADVOGADO) OAB 25727-A - CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (ADVOGADO) REQUERIDO:HARRISON NOGUEIRA FERREIRA Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) . Â ATO ORDINATÃRIO Requerente(s): BANCO ITAUCARD SA Requerido(s): HARRISON NOGUEIRA FERREIRA Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§ 2Âº, II, do PROVIMENTO NÂº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB, INTIMO a parte para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar nos autos o pagamento de custas finais, sob pena de inscriÃ§Ã£o na dÃ-vida ativa do Estado, conforme determinado em sentenÃ§a. Salientando que o boleto pode ser expedido atravÃ©s do site do Tribunal de JustiÃ§a: https://apps.tjpa.jus.br/custas/. Ananindeua ,Â 19 de novembro de 2021 Diretor(a) / Analista / Auxiliar de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00120388220098140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): TATIANA ATAIDE DO NASCIMENTO ABREU A??o: Monitória em: 19/11/2021 REQUERENTE:WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE S.A. Representante(s): OAB 12719 - RODOLFO MEIRA ROESSING (ADVOGADO) OAB 20164 - ALVARO AUGUSTO RODRIGUES NETO (ADVOGADO) REQUERIDO:EMOPS HIGIENE E SEG DO TRAB LTDA Representante(s): OAB 6158 - RAIMUNDO KULKAMP (ADVOGADO) . Â ATO ORDINATÃRIO Requerente(s): WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE S.A. Requerido(s): EMOPS HIGIENE E SEG DO TRAB LTDA Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§ 2Âº, II, do PROVIMENTO NÂº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB, INTIMO a parte para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar nos autos o pagamento de custas finais, sob pena de inscriÃ§Ã£o na dÃ-vida ativa do Estado, conforme determinado em sentenÃ§a. Salientando que o boleto pode ser expedido atravÃ©s do site do Tribunal de JustiÃ§a: https://apps.tjpa.jus.br/custas/. Ananindeua ,Â 19 de novembro de 2021 Diretor(a) / Analista / Auxiliar de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00175500420158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): TATIANA ATAIDE DO NASCIMENTO ABREU

A??o: Procedimento Comum Cível em: 19/11/2021 REQUERENTE:MARCIO DESENGRINI Representante(s): OAB 9138 - ANDREY MONTENEGRO DE SA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 19177-A - REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI (ADVOGADO) REQUERENTE:ROSAMARI CRISTOFOLI DESENGRINI Representante(s): OAB 9138 - ANDREY MONTENEGRO DE SA (ADVOGADO) . Â ATO ORDINATÃRIO Requerente(s): MARCIO DESENGRINI,Â ROSAMARI CRISTOFOLI DESENGRINI Requerido(s): BANCO BRADESCO SA Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§ 2Âº, II, do PROVIMENTO NÂº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB, INTIMO a parte para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar nos autos o pagamento de custas finais, sob pena de inscriÃ§Ã£o na dÃ-vida ativa do Estado, conforme determinado em sentenÃ§a. Salientando que o boleto pode ser expedido atravÃ©s do site do Tribunal de JustiÃ§a: https://apps.tjpa.jus.br/custas/. Ananindeua ,Â 19 de novembro de 2021 Diretor(a) / Analista / Auxiliar de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00199549120168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): TATIANA ATAIDE DO NASCIMENTO ABREU A??o: Procedimento Comum Cível em: 19/11/2021 REQUERENTE:TOTAL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA Representante(s): OAB 21950 - SHIRLANE DE SOUZA SARAIVA (ADVOGADO) OAB 1643 - HERMENEGILDO ANTONIO CRISPINO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAUCARD SA. Â ATO ORDINATÃRIO Requerente(s): TOTAL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA Requerido(s): BANCO ITAUCARD SA Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§ 2Âº, II, do PROVIMENTO NÂº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB, INTIMO a parte para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar nos autos o pagamento de custas finais, sob pena de inscriÃ§Ã£o na dÃ-vida ativa do Estado, conforme determinado em sentenÃ§a. Salientando que o boleto pode ser expedido atravÃ©s do site do Tribunal de JustiÃ§a: https://apps.tjpa.jus.br/custas/. Ananindeua ,Â 19 de novembro de 2021 Diretor(a) / Analista / Auxiliar de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00205767320168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): TATIANA ATAIDE DO NASCIMENTO ABREU A??o: Procedimento Comum Cível em: 19/11/2021 REQUERENTE:PROSEGUR BRASIL S/A - TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA Representante(s): OAB 222997 - RODRIGO SILVA FERREIRA (ADVOGADO) OAB 237165 - RODRIGO CARDOSO BIAZIOLI (ADVOGADO) REQUERIDO:REBELO ALVES LTDA Representante(s): OAB 22714 - MATHEUS TOFOLO CARNEIRO (ADVOGADO) . Â ATO ORDINATÃRIO Requerente(s): PROSEGUR BRASIL S/A - TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÃÂ¿A Requerido(s): REBELO ALVES LTDA Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§ 2Âº, II, do PROVIMENTO NÂº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB, INTIMO a parte para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar nos autos o pagamento de custas finais, sob pena de inscriÃ§Ã£o na dÃ-vida ativa do Estado, conforme determinado em sentenÃ§a. Salientando que o boleto pode ser expedido atravÃ©s do site do Tribunal de JustiÃ§a: https://apps.tjpa.jus.br/custas/. Ananindeua ,Â 19 de novembro de 2021 Diretor(a) / Analista / Auxiliar de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00218021620168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): TATIANA ATAIDE DO NASCIMENTO ABREU A??o: Procedimento Comum Cível em: 19/11/2021 REQUERENTE:ALESSANDRO HENRIQUE SILVA VALLE Representante(s): OAB 16033 - ARTHUR CABRAL PICANCO (ADVOGADO) OAB 21833 - DAYANE COSTA ASSIS (ADVOGADO) REQUERENTE:NAJLA SILVA CORREIA VALLE Representante(s): OAB 16033 - ARTHUR CABRAL PICANCO (ADVOGADO) OAB 21833 - DAYANE COSTA ASSIS (ADVOGADO) REQUERIDO:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA Representante(s): OAB 6.100 - LUCIMARY GALVAO LEONARDO GARCES (ADVOGADO) . Â ATO ORDINATÃRIO Requerente(s): ALESSANDRO HENRIQUE SILVA VALLE,Â NAJLA SILVA CORREIA VALLE Requerido(s): CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§ 2Âº, II, do PROVIMENTO NÂº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB, INTIMO a parte para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar nos autos o pagamento de custas finais, sob pena de inscriÃ§Ã£o na dÃ-vida ativa do Estado, conforme determinado em sentenÃ§a. Salientando que o boleto pode ser expedido atravÃ©s do site do Tribunal de JustiÃ§a: https://apps.tjpa.jus.br/custas/. Ananindeua ,Â 19 de novembro de 2021 Diretor(a) / Analista / Auxiliar de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00233949520168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): TATIANA ATAIDE DO NASCIMENTO ABREU A??o: Procedimento Comum Cível em: 19/11/2021 REQUERENTE: JC MARANHO COMERCIO E REPRESENTAES LTDA Representante(s): OAB 9678-A - CHEDID GEORGES ABDULMASSIH (ADVOGADO) REQUERIDO:IVAN DA SILVA CARDOSO Representante(s): OAB 17017 - NILDON DELEON GARCIA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 20873 - ANTONIO ALBERTO DA COSTA PIMENTEL (ADVOGADO) OAB 9873 - MARCO APOLO SANTANA LEAO (ADVOGADO) . Â ATO ORDINATÃRIO

Requerente(s):Â JC MARANHO COMERCIO E REPRESENTAES LTDA Requerido(s): IVAN DA SILVA CARDOSO Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§ 2Âº, II, do PROVIMENTO NÂº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB, INTIMO a parte para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar nos autos o pagamento de custas finais, sob pena de inscriÃ§Ã£o na dÃ-vida ativa do Estado, conforme determinado em sentenÃ§a. Salientando que o boleto pode ser expedido atravÃ©s do site do Tribunal de JustiÃ§a: https://apps.tjpa.jus.br/custas/. Ananindeua ,Â 19 de novembro de 2021 Diretor(a) / Analista / Auxiliar de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00405832320158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): TATIANA ATAIDE DO NASCIMENTO ABREU A??o: Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança em: 19/11/2021 REQUERENTE:MURILLO FREIRE LOBATO Representante(s): OAB 10725 - UGO VASCONCELLOS FREIRE (ADVOGADO) OAB 18914 - CAMILA MAIA MIGLIANO (ADVOGADO) REQUERIDO:JULIO CESAR SANTOS CORREIA Representante(s): OAB 16326 - ANDERSON ANDRE SANTOS DE JESUS (ADVOGADO) . Â ATO ORDINATÃRIO Requerente(s): MURILLO FREIRE LOBATO Requerido(s): JULIO CESAR SANTOS CORREIA Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§ 2Âº, II, do PROVIMENTO NÂº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB, INTIMO a parte para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar nos autos o pagamento de custas finais, sob pena de inscriÃ§Ã£o na dÃ-vida ativa do Estado, conforme determinado em sentenÃ§a. Salientando que o boleto pode ser expedido atravÃ©s do site do Tribunal de JustiÃ§a: https://apps.tjpa.jus.br/custas/. Ananindeua ,Â 19 de novembro de 2021 Diretor(a) / Analista / Auxiliar de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00455293820158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): TATIANA ATAIDE DO NASCIMENTO ABREU A??o: Procedimento Comum Cível em: 19/11/2021 REQUERENTE:JAMILLY CRISTINA DA SILVA SILVA Representante(s): OAB 20677 - JOSE DA COSTA TOURINHO NETO (ADVOGADO) REQUERIDO:A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SAGURO DPVAT Representante(s): OAB 8770 - BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 11307-A - ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . Â ATO ORDINATÃRIO Requerente(s): JAMILLY CRISTINA DA SILVA SILVA Requerido(s): A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SAGURO DPVAT Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§ 2Âº, II, do PROVIMENTO NÂº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB, INTIMO a parte para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar nos autos o pagamento de custas finais, sob pena de inscriÃ§Ã£o na dÃ-vida ativa do Estado, conforme determinado em sentenÃ§a. Salientando que o boleto pode ser expedido atravÃ©s do site do Tribunal de JustiÃ§a: https://apps.tjpa.jus.br/custas/. Ananindeua ,Â 19 de novembro de 2021 Diretor(a) / Analista / Auxiliar de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua/PA

SECRETARIA DA 4ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA

Requerente: GLENDA CAROLINE FERREIRA JARDIM

Requerido: HELTORE FERNANDO FERREIRA JARDIM

Defesa: DRA. MARCIA DO SOCORRO DE SOUSA VASCONCELOS OAB/PA 5130

SENTENÇA

Tratam os autos de medidas protetivas de urgência requeridas em raz¿o da suposta prática de violência doméstica.

Transcorrido considerável lapso temporal do referido pedido, com a concess¿o das medidas requeridas, n¿o houve qualquer manifestaç¿o das partes nos presentes autos ou notícia de qualquer fato novo baseado em violência doméstica contra mulher nos moldes preceituados pela Lei nº 11.340/06.

Os autos ficaram mais de 06 meses paralisados, sem qualquer notícia de fato novo.

É o breve relato.

Decido.

É corolário de nosso ordenamento jurídico que as medidas protetivas de urgência, instituídas pela Lei nº 11.340/06, também conhecida como Lei Maria da Penha, visam resguardar a integridade física de psicológica de mulheres vítimas de delitos.

Assim, cabe ao juiz conhecer do pedido e decidir a respeito da necessidade das medidas protetivas de urgência, que poder¿o ser deferidas de imediato sem oitiva das partes ou do Ministério Público.

Para tanto, como medida cautelar, basta que se verifiquem os requisitos do fumus boni iuris e periculum in mora.

Nesta vereda, fica claro que a natureza jurídica destas medidas foge ao trâmite estabelecido pela lei adjetiva penal, mesmo que os fatos que lhe deram origem estejam, em regra, ligados à possível prática de crimes. Tem-se, em verdade, que as medidas protetivas de urgência possuem a mesma natureza jurídica de uma aç¿o cautelar cível satisfativa, devendo, portanto, obedecer ao rito previsto no Código de Processo Civil.

Nesse sentido já decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER. MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI N. 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA). INCIDÊNCIA NO ÂMBITO CÍVEL. NATUREZA JURÍDICA. DESNECESSIDADE DE INQUÉRITO POLICIAL, PROCESSO PENAL OU CIVIL EM CURSO. 1. As medidas protetivas previstas na Lei n. 11.340/2006, observados os requisitos específicos para a concess¿o de cada uma, podem ser pleiteadas de forma autônoma para fins de cessaç¿o ou de acautelamento de violência doméstica contra a mulher, independentemente da existência, presente ou potencial, de processocrime ou aç¿o principal contra o suposto agressor. 2. Nessa hipótese, as medidas de urgência pleiteadas ter¿o natureza de cautelar cível satisfativa, n¿o se exigindo instrumentalidade a outro processo cível ou criminal, haja vista que n¿o se busca necessariamente garantir a eficácia prática da tutela principal. O fim das medidas protetivas é proteger direitos fundamentais, evitando a continuidade da violência e das situaç¿es que a favorecem. N¿o s¿o,

necessariamente, preparatórias de qualquer aç¿o judicial. N¿o visam processos, mas pessoas (DIAS. Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na Justiça. 3 ed. S¿o Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012). 3. Recurso Especial n¿o provido. (STJ Resp: 1419421GO 2013/0355585-8, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOM¿O, Data de Julgamento: 11/02/2014, T4, QUARTA TURMA, Data de Publicaç¿o: Dje 07/04/2014)

Assim, evidente que o rito a ser seguido é o disposto nos artigos 305 e seguintes Código de Processo Civil.

As medidas protetivas de urgência visam assegurar à mulher em situaç¿o de risco o direito a uma vida sem violência, sendo certo que a adoç¿o da providência cautelar /satisfativa pelo Juiz está vinculada à ocorrência iminente de probabilidade de les¿o à integridade física e psíquica da vítima.

As medidas protetivas dispostas na Lei nº 11.340/2006 buscam proteger a integridade física e psicológica da mulher, contudo, na hipótese em apreço, há considerável lapso temporal entre o pedido de medidas e a presente data sem que haja qualquer manifestaç¿o posterior das partes ou ainda qualquer notícia trazida aos autos de fato novo que venha determinar a urgência na manutenç¿o das medidas requeridas.

Dessa forma, é forçoso reconhecer a ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do art. 485, IV do CPC.

Diante de fatos semelhantes a jurisprudência pátria já possuí decis¿es no sentido de que descaracterizada a urgência para concess¿o ou manutenç¿o das medidas protetivas. Cito:

E M E N T A - APELAÇ¿O CRIMINAL - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - RECURSO MINISTERIAL - PLEITO PARA APLICAÇ¿O DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA - INCABÍVEL - AUSÊNCIA DE REQUISITOS E N¿O SUBSISTÊNCIA DA NECESSIDADE DAS MEDIDAS PROTETIVAS - RECURSO IMPROVIDO. N¿o há, nos autos, elementos suficientes que indiquem a necessidade da aplicaç¿o da medida protetiva de urgência. Ademais, os fatos ocorreram há mais de um ano, n¿o havendo mais que se falar em urgência no deferimento das medidas protetivas com o objetivo de assegurar a integridade física e psicológica da mulher. Com o parecer, recurso improvido. (TJ-MS - APL: 00048802120128120029 MS 0004880-21.2012.8.12.0029, Relator: Desª. Maria Isabel de Matos Rocha, Data de Julgamento: 27/01/2015, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicaç¿o: 29/01/2015)

E, ainda:

APELAÇ¿O CRIMINAL - LEI MARIA DA PENHA - MEDIDAS PROTETIVAS - NATUREZA CAUTELAR E AUTÔNOMA DAS MEDIDAS - DESINTERESSE DA VÍTIMA - N¿O COMPROVAÇ¿O DA NECESSIDADE. As medidas protetivas s¿o autônomas, no entanto, para o seu deferimento deve ficar demonstrado nos autos a sua real necessidade. (TJ-MG - APR: 10024083075911001 MG, Relator: Denise Pinho da Costa Val, Data de Julgamento: 29/04/2014, Câmaras Criminais / 6ª CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicaç¿o: 08/05/2014)

Como é sabido, a tutela de urgência será mantida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, nos termos do art. 300 do CPC.

No caso concreto, tais requisitos n¿o mais se perfazem, haja vista o transcurso do longo lapso temporal e a ausência de qualquer notícia de fato novo indicador de que ainda presente a urgência como sustentáculo fundamental ao desenvolvimento regular e válido do processo.

Sendo assim, entendo inexistente, neste momento, a existência de necessidade e da urgência para manutenç¿o das medidas pleiteadas, e as REVOGO, e EXTINGO O PROCESSO, SEM RESOLUÇ¿O DE MÉRITO, nos termos dos artigos 485, inciso IV do Código de Processo Civil.

Por conseguinte, revogo a condenaç¿o anterior em custas imposta ao requerido, bem como deixo de apreciar os embargos opostos diante da perda de seu objeto.

Ciência ao MP e à Advogada constituída. SERVE A PRESENTE SENTENÇA COMO ATO ORDINATÓRIO.

Após, arquive-se.

Ananindeua/PA, 27 de outubro de 2021.

(assinado eletronicamente)

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz de Direito Titular pela 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua/PA

PROCESSO : 0009271-53.2020.8.14.0006

REQUERIDO : SANDOVAL DA SILVA SANTOS

ADVOGADO : RONALDO BORCEN DA SILVA, OAB/PA 29.120

SENTENÇA

Versam os presentes autos sobre Medidas Protetivas de Urgência decretadas em favor da requerente em face do requerido, ambos qualificados nos autos, em raz¿o de fato caracterizador de violência doméstica.

Fora juntado pela Autoridade Policial requerimento de medidas protetivas e boletim de ocorrência policial.

Foram deferidas as medidas protetivas de urgência pelo Juízo.

O requerido, após a citaç¿o/intimaç¿o, **apresentou contestaç¿o**, através do seu defensor.

Foi juntado comunicado pela Equipe Interdisciplinar informando da impossibilidade de realizaç¿o da avaliaç¿o acerca do descumprimento em raz¿o da n¿o localizaç¿o das partes.

Autos conclusos. É o relatório. **DECIDO**.

É corolário de nosso ordenamento jurídico que as medidas protetivas de urgência, instituídas pela Lei nº 11.340/06, também conhecida como Lei Maria da Penha, visam resguardar a integridade física de psicológica de mulheres vítimas de delitos, nos limites do seio doméstico.

Assim, cabe ao juiz conhecer do pedido e decidir a respeito da necessidade das medidas protetivas de urgência, que poder¿o ser deferidas de imediato sem oitiva das partes ou do Ministério Público.

Nesta vereda, fica claro que a natureza jurídica destas medidas foge ao trâmite estabelecido pela lei adjetiva penal, mesmo que os fatos que lhe deram origem estejam, em regra, ligados à possível prática de crimes. Tem-se, em verdade, que as medidas protetivas de urgência possuem a mesma natureza jurídica

de uma aç¿o cautelar cível satisfativa, devendo, portanto, obedecer ao rito previsto no Código de Processo Civil.

Nesse sentido já decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER. MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI N. 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA). INCIDÊNCIA NO ÂMBITO CÍVEL. NATUREZA JURÍDICA. DESNECESSIDADE DE INQUÉRITO POLICIAL, PROCESSO PENAL OU CIVIL EM CURSO.¿ ¿ 1. As medidas protetivas previstas na Lei n. 11.340/2006, observados os requisitos específicos para a concess¿o de cada uma, podem ser pleiteadas de forma autônoma para fins de cessaç¿o ou de acautelamento de violência doméstica contra a mulher, independentemente da existência, presente ou potencial, de processo crime ou aç¿o principal contra o suposto agressor. 2. Nessa hipótese, as medidas de urgência pleiteadas ter¿o natureza de cautelar cível satisfativa, n¿o se exigindo instrumentalidade a outro processo cível ou criminal, haja vista que n¿o se busca necessariamente garantir a eficácia prática da tutela principal. O fim das medidas protetivas é proteger direitos fundamentais, evitando a continuidade da violência e das situaç¿es que a favorecem. N¿o s¿o, necessariamente, preparatórias de qualquer aç¿o judicial. N¿o visam processos, mas pessoas (DIAS. Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na Justiça. 3 ed. S¿o Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012).¿ ¿ 3. Recurso Especial n¿o provido. (STJ Resp: 1419421GO 2013/0355585-8, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOM¿O, Data de Julgamento: 11/02/2014, T4, QUARTA TURMA, Data de Publicaç¿o: Dje 07/04/2014)

Assim, evidente que o rito a ser seguido é o disposto nos artigos 305 e seguintes Código de Processo Civil.

Desnecessária a produç¿o de provas em audiência.

Depreende-se do disposto no art. 487, I, do CPC, quando o Juiz resolverá o mérito, acolhendo ou rejeitando o pedido formulado. Decis¿o essa que passo a analisar.

No caso em tela, tenho que n¿o se fazem mais necessárias as medidas protetivas de urgência.

Isso porque, o Comunicado juntado pela Equipe Interdisciplinar desta Vara aponta a ausência da requerente e do requerido para a realizaç¿o do estudo social.

O Comunicado informa que tanto a requerente como o requerido foram convocados através de contato telefônico e de telegrama nos endereços informados, todavia n¿o se fizeram presentes ou justificaram sua ausência. Assim, resta inviável avaliar a real necessidade da manutenç¿o das medidas protetivas.

N¿o há manifestaç¿o contemporânea da requerente quanto à manutenç¿o das medidas protetivas, e inexiste, nos autos, qualquer elemento que indique a inequívoca vontade da requerente sobre a manutenç¿o das medidas concedidas, eis que ausente para elaboraç¿o do estudo social, a permanecer inerte até a presente data.

Com efeito, as mencionadas circunstâncias demonstram a falta de necessidade da manutenç¿o das medidas protetivas anteriormente deferidas, devendo ser rejeitado o pedido inicial.

Logo, comprovada a desnecessidade de manutenç¿o das medidas protetivas, devem as partes buscarem a soluç¿o de eventual quest¿o patrimonial ou quaisquer outras quest¿es envolvendo o direito de família junto ao juízo cível competente.

Para mais, ressalto que a satisfatividade em relaç¿o ao objeto da presente aç¿o cautelar foi alcançada, sendo, pois, a sua extinç¿o medida que se imp¿e, destacando que a decis¿o ora proferida n¿o faz coisa julgada material, mesmo porque as lides domésticas e familiares configuram relaç¿es jurídicas continuativas, aptas a perdurarem no tempo e passíveis de modificaç¿es em sua situaç¿o de fato e de

direito (artigos 505, I, e 310, ambos do CPC).

Assim sendo, pelo exposto, JULGO **IMPROCEDENTE** O PEDIDO DE APLICAÇ¿O DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA formulado pela requerente, DECLARANDO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇ¿O DO MÉRITO, por fundamento no art. 487, I, do CPC, FICANDO ASSIM REVOGADAS AS MEDIDAS DEFERIDAS EM SEDE DE LIMINAR.

CIÊNCIA ao Ministério Público e à Defesa.

Após o trânsito em julgado, ARQUIVE-SE O AUTO.

CÓPIA DESTA SENTENÇA DEVERÁ SERVIR COMO MANDADO DE INTIMAÇ¿O/CIÊNCIA DO NECESSÁRIO.

Sem condenaç¿o em custas e honorários, nos termos do art. 98 do CPC e art. 28 da Lei nº 11.340/2006.

Ananindeua/PA, 09 de novembro de 2021.

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua/PA

ATO ORDINATÓRIO

Processo : 000222371-54.2020.8.14.0006

REQUERIDO: JOAQUIM GOMES FILHO

ADVOGADO DE DEFESA: DR. REGINALDO RAMOS DOS SANTOS, OAB/PA 5.771

DE ORDEM, do Excelentíssimo Senhor Doutor EMANOEL JORGE DIAS MOUTA, Juiz de Direito titular da 4ª Vara Criminal de Ananindeua, nos termos do Provimento 006/2006-CJRMB, alterado pelo Provimento nº 08/2014 ¿ CJRMB, FICA INTIMADO(A) o(a)(s) ADVOGADO DE DEFESA **acima identificado(s)**, para que se manifeste sobre o aditamento da denúncia, no prazo de 5 dias.

Ananindeua, 19 de novembro de 2021.

Paula Cristina Gomes Cuimar

Analista Judiciário da 4ª Vara Criminal

Comarca de Ananindeua

FÓRUM DE BENEVIDES

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES

JUIZ: LUIZ GUSTAVO VIOLA CARDOSO

PROCESSO: 0006397-55.2016.8.14.0097. Ação: Usucapião. Requerentes: Clarice Begot da Ressurreição e Osmar Lopes da Ressurreição (Adv. Maria Dinair Soares de Oliveira, OAB/PA nº 2580). Interessado: MUNICÍPIO DE BENEVIDES/PA (Advs. Gustavo Botelho de Matos, OAB/PA nº 11872 e Emanoelle Lobato Sampaio, OAB/PA nº 14668). DESPACHOR.H.O Tribunal de Justiça do Estado do Pará estabeleceu novos procedimentos para o Procedimento de Cobrança de Custas Processuais (PAC), com a regulamentação da Lei Estadual nº 9.217, publicada em 8 de março de 2021, que conferiu nova redação ao caput do art. 46 da Lei nº 8.328, de 29 de dezembro de 2015 - Lei de Custas do Estado do Pará, por meio da Resolução n.º 20/2021-TJPA. Portanto, determino seja instaurado PAC - Procedimento Administrativo de Cobrança para os fins de direito. Antes, porém, determino a Secretaria a digitalização completa dos autos e migrados para o Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe) a fim de possibilitar a instauração do procedimento.Após, ARQUIVEM-SE NOS SISTEMAS COM AS BAIXAS DEVIDAS.

PROCESSO: 0005648-43.2013.8.14.0097. Ação: Busca e Apreensão. Requerente: BANCO J SAFRA S/A (Advs. Celso Marcon, OAB/PA nº 13536-A e Antonio Braz da Silva, OAB/PA nº 23747-A). Requerido: Raimundo Figueiredo Pereira. SENTENÇA Vistos. Cuida-se de pedido de busca e apreensão promovido pelo Banco Safra S.A. em face de Raimundo Figueiredo Pereira, ambos qualificados, com base em dívida liquida por instrumento particular, no caso, Contrato de Crédito para aquisição de veículo automotor. Junta documentos. O Devedor nunca foi citado. O feito data de 2013. Após certo tramite processual, cerca de 06 anos após a propositura da ação, o banco autor requereu a conversão da ação de busca e apreensão em execução, pugnando mais uma vez pela citação do réu/executado. Fls. 245. Mais uma vez determinada a citação o réu/executado não foi localizado. Os autos vieram conclusos. DECIDO O pedido de busca e apreensão e de execução está prescrito. Para a prescrição intercorrente, nesses casos, o prazo de é de 05 anos (art.206§5º/I c/c art. 206-A - C/Civil). Compete a parte autora promover a citação válida do réu e, quando efetuada validamente, interrompe a prescrição. Vale consignar que o réu nunca foi citado ao longo dos últimos 08 anos. O prazo prescricional de 05 anos para cobrança iniciou em 04/02/2012, data em que constatado o primeiro inadimplemento, conforme se vê da própria alegação em petição inicial, fls. 03. Importante dizer que a não realização da citação - ou seja, a falta de citação do réu neste processo não pode ser atribuída ao mecanismo da justiça, uma vez que conforme se denota dos autos, o banco réu foi intimado diversas vezes (mais especificamente 09 vezes) para promover a citação do requerido, sendo todos os requerimentos despachados incontinenti, no entanto, jamais frutífera a localização do réu. Veja dos autos que todos os requerimentos realizados foram de pronto atendidos. O Juízo realizou pesquisas em sistemas (BACENJUD e outros) para localizar endereços atualizados, por mais de uma vez. O banco autor foi intimado mais de uma dúzia de vezes para promover a citação, sendo ato continuo determinado pelo Juízo o necessário a tanto. No entanto, passados mais de 08 anos do despacho que ordenou a citação, o banco autor não adotou as providencias cabíveis ao desenvolvimento valido e regular do processo. Diz o artigo 240 do CPC: Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1º A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2º Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1º. § 3º A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. Quer tal dispositivo dizer que a interrupção da prescrição se dá com o despacho do juiz que ordena a citação, se o demandante promover no prazo e na forma da lei processual. E, sendo válida, retroage à data da propositura da ação. Repito, o processo, passado-se mais de 08 anos, a parte autora não promoveu os atos necessários à citação. O feito foi distribuído em 09/10/2013 e o despacho citatório ocorreu em 19/08/2014, uma vez que o processo estava suspendo por ordem judicial, e até a presente data, 18/11/2021 não se tem notícia de que o banco tenha viabilizado a citação VALIDA do réu. E para piorar, deixou de recolher o valor da diligencia para nova tentativa de citação. Fls. retro. Desta forma, a inércia, no

caso em comento, deve ser imputada a parte, já que não conseguiu que o devedor fosse citado no prazo específico para o título cobrado, qual seja, de 5 (cinco) anos. Destarte, quando em requerimento de conversão de ação de execução em ação de cobrança, ação de execução de cheque em ação monitória, ação de busca e apreensão em alienação fiduciária em garantia (DL. 911/69), deverá se observar o prazo prescricional da ação que está se pretendendo, bem como se houve a causa interruptiva da prescrição prescrita no artigo de lei retro mencionado, sob pena de se reconhecer consumada a prescrição com a extinção da pretensão do autor e o óbice de intentar ação com procedimento diverso daquele que fora extinto, ante o julgamento com mérito da demanda, nos termos do art. 487, II do CPC. Ademais, no caso de conversão de ação, se a citação dos demandados ocorrer somente após a conversão da demanda, muito embora a ação originária tenha sido proposta dentro do prazo prescricional, se não houve a citação na época, e quando da citação na ação convertida houver consumado o tempo da prescrição, nos termos da jurisprudência, a prescrição deverá ser reconhecida e extinto o feito, pois quando da citação a prescrição já estava consumada. Conforme entendimento: Veja: Apelação Cível. Ação de busca e apreensão. Liminar concedida. Bem e demandados não localizados. Processo arquivado administrativamente, em 2005, a pedido do autor. Prosseguimento do feito requerido em 2015. Conversão da ação em execução postulado em 2016. Citação concretizada naquele ano. Reconhecimento da prescrição intercorrente pelo juízo a quo. Hipótese que só pode ser verificada quando a desídia do credor se dá após a citação do devedor. Demanda lastreada em cédula de crédito industrial. Pretensão executiva que se sujeita ao prazo prescricional de 03 anos. Observância dos artigos 52 da Decreto-Lei n. 413/1969 e 70 do Decreto n. 57.663/1966 (Lei Uniforme de Genebra). Precedente do Superior Tribunal de Justiça. Prescrição não interrompida, nos termos do artigo 219, § 4º, do CPC/1973, vigente à época. Extinção mantida por outro fundamento. Recurso desprovido. (TJSC, Apelação Cível n. 0000872-02.2002.8.24.0034, de Itapiranga, rel. Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva, Terceira Câmara de Direito Comercial, j. 18-05- 2017). Isso porque a medida poderia ter sido requerida anteriormente, porquanto expressa no Decreto-lei n. 911/1969, sendo incabível, no entanto, a pretensão depois de reconhecida a prescrição e julgado extinto o processo, pelo fato de o exequente ter se quedado inerte no período e não requerido no tempo hábil. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. SENTENÇA QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO, EM RAZÃO DA PRESCRIÇÃO (ART. 269, IV, CPC). INSURGÊNCIA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. DEMANDA EM QUE SE OBJETIVA A SATISFAÇÃO DO CRÉDITO ORIUNDO DO INADIMPLEMENTO DO CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, POR MEIO DO PAGAMENTO DA INTEGRALIDADE DA DÍVIDA PELO DEVEDOR OU PELA APREENSÃO DO BEM, PARA POSTERIOR VENDA, A FIM DE COBRIR O DÉBITO E AS DESPESAS DE COBRANÇA. APLICAÇÃO, POR ISSO, DO PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL DO ART. 206, § 5º, I, DO CÓDIGO CIVIL. INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO VÁLIDA. FALTA QUE NÃO PODE SER ATRIBUÍDA AO PODER JUDICIÁRIO. MERO DESPACHO ORDENANDO A CITAÇÃO QUE NÃO INTERROMPE O PRAZO. INTELIGÊNCIA DO ART. 202, I, DO CÓDIGO CIVIL, E DO ART. 219 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO DEVEDOR QUE TAMBÉM NÃO É CAUSA DE INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. ATO QUE NÃO SE ENQUADRA NAS HIPÓTESES DO ART. 202, V E VI, DO CÓDIGO CIVIL. PRESCRIÇÃO CONFIGURADA. SENTENÇA MANTIDA. PRETENSÃO DE CONVERSÃO DA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO EM EXECUÇÃO. PROVIDÊNCIA QUE PODERIA TER SIDO REQUERIDA ANTERIORMENTE. DESCABIMENTO DO PLEITO DEPOIS DE OPERADA A PRESCRIÇÃO E EXTINTO O PROCESSO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJSC, Apelação Cível n. 2015.037258-1, de Joinville, rel. Des. Soraya Nunes Lins, Quinta Câmara de Direito Comercial, j. 13-08-2015). Ademais, não há exigência de intimação prévia para que o exequente de prosseguimento aos atos executórios, conforme entendimento do referido tribunal, no sentido de que tal providência é desnecessária eis que se trata de extinção fundada no reconhecimento da prescrição e não no abandono da causa. Ainda no tocante à conversão da demanda apesar de não haver identidade entre ações expropriatórias e cognitivas, o que impediria a conversão de um processo noutro, tem-se que enquanto não realizada a citação, sequer determinada, não há processo - instrumento através do qual se obtêm a prestação jurisdicional -, razão pela qual, nesta exceção à regra, resta autorizado o juízo a acolher a pretensão de conversão da ação de execução em ação de cobrança, seja no rito sumário ou ordinário, porque não haverá qualquer prejuízos às partes e atenderá ao princípios da celeridade e economia processual, se realizada dentro do prazo prescricional da pretensão autoral. Por fim, trago à colação julgados no mesmo sentido, in verbis: APELAÇÃO CÍVEL ¿ AÇÃO DE EXECUÇÃO ¿ CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO ¿ TRANSCURSO DO PRAZO SUPERIOR AO DA EXIGIBILIDADE DO DIREITO ¿ PRAZO TRIENAL ¿ AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DO EXECUTADO - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE RECONHECIDA ¿ INTIMAÇÃO

PESSOAL ¿ PRESCINDIBILIDADE ¿ COMPATIBILIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA ATUAL DO STJ - SENTENÇA MANTIDA ¿ RECURSO DESPROVIDO.1- A prescrição intercorrente é o instituto pelo qual se extingue o direito em razão da inércia do credor, em face do decurso do lapso temporal superior ao prazo de prescrição da própria pretensão, no caso dos autos, de três anos (art. , , do).2. Distinção entre abandono da causa (fenômeno processual) e prescrição (instituto de direito material), que afasta a necessidade de intimação pessoal neste último. Precedentes STJ.3- Nos termos do art. 206, § 3º do , o prazo prescricional da cédula de crédito bancário é de 3 (três) anos, e neste caso, deve ser reconhecida a prescrição cambial. 4. O credor deve manejar a execução no prazo específico para o título exeqüendo e obter a citação do devedor, para, a partir de então, interromper o prazo prescricional. Se a citação não é concluída no prazo legal, o despacho que a determina resta desprovido de eficácia interruptiva e a prescrição, que não tem seu fluxo afetado, PODE SE CONSUMAR DURANTE O DESENVOLVIMENTO DA RELAÇÃO PROCESSUAL. (N.U 0025024-70.2013.8.11.0041, NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 12/06/2018, Publicado no DJE 15/06/2018) (destaquei) APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. DIREITO CIVIL - EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL - AUSÊNCIA DE CITAÇÃO - CEDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. PRESCRIÇÃO ¿ OCORRÊNCIA - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO - SENTENÇA MANTIDA.I - Nos termos do art. 206, § 3º do , e artigo 70 da , o prazo prescricional da cédula de crédito bancário é de 03 (três) anos, e neste caso, deve ser reconhecida a prescrição cambial. II - Não ocorre a interrupção do prazo prescricional quando o autor não obtém êxito na citação do réu dentro do prazo previsto no art. 240, §§ 1º e 2º, .III - SE A CITAÇÃO NÃO É CONCLUÍDA NO PRAZO LEGAL, O DESPACHO QUE A DETERMINA RESTA DESPROVIDO DE EFICÁCIA INTERRUPTIVA E A PRESCRIÇÃO, QUE NÃO TEM SEU FLUXO AFETADO, PODE SE CONSUMAR DURANTE O DESENVOLVIMENTO DA RELAÇÃO PROCESSUAL. (N.U 0045942- 32.2012.8.11.0041, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, SEBASTIAO DE MORAES FILHO, Vice-Presidência, Julgado em 24/04/2019, Publicado no DJE 29/04/2019) (destaquei) Prescrito, portanto, o pedido de busca e apreensão e de execução. Diante do exposto, determino a extinção do processo de execução pela ocorrência da prescrição, e com fulcro no art. 487 II, do CPC, extingo o processo com resolução de mérito. Outrossim, condeno o autor ao pagamento das custas processuais e despesas processuais, devendo ser intimada a pagá-las. Em não sendo pagas, determino seja inserido em dívida ativa ou seja instaurado o PAC ¿ Procedimento administrativo para cobrança, independente de nova conclusão. Publique-se, Registre-se, Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se com baixa na distribuição.

PROCESSO: 0003045-89.2016.8.14.0097. Ação: Busca e Apreensão. Requerente: Dean Marcio Lobo Barreto (Advs. Andre Luis da Silva Alves, OAB/PA nº 16333, Kamilla de Quadros Carvalho, OAB/PA nº 20240 e Edilene Sandra de Sousa Luz Silva, OAB/PA nº 7568). Requerido: Jose Francisco da Silva Barreto Junior (Advs. Edgar Pinheiro Dias, OAB/PA nº 16239-B e Liriam Sacramenta, OAB/PA nº 13031). SENTENÇA R.H. Cuida-se de pedido cautelar de busca e apreensão promovido por DEAN MARCIO LOBO BARRETO em face de JOSÉ FRANCISCO DA SILVA BARRETO. Diz que celebrou contrato de compra e venda de um veículo com o réu, no entanto o mesmo estaria inadimplente com o acordado. Junta documentos. Determinada a emenda da inicial para comprovar hipossuficiência econômica, fls. 17. Juntados novos documentos pelo autor. Determinada a emenda da inicial para adequar o pedido ao novo Código de Processo Civil. Fls. 27. O autor apresenta manifestação. Fls. 28/29. CITADO, o réu apresentou contestação de fls. 33/35 alegando que o contrato foi plenamente cumprido, com as parcelas a pagar rigorosamente em dia. Pede em reconvenção, danos morais e materiais. Junta documentos. Decisão indeferindo o pedido liminar. Fls. 121. Foi realizada audiência a após o feito restou paralisado por 02 anos. Os autos vieram conclusos. DECIDO Em melhor análise dos autos, tenho que o feito será extinto sem julgamento de mérito. Quem requer uma tutela cautelar é porque, pelo menos no plano hipotético, é titular de um direito substancial. Assim, se a tutela cautelar é postulada em caráter antecedente, como é o caso dos autos, espera-se que o requerente desta, independentemente de ter ou não sido concedida (em caráter liminar ou no final do procedimento traçado para o pedido cautelar) complemente ou adite a inicial, para formular o pedido principal, que se refere ao bem da vida propriamente direito. O magistrado, percebendo tal necessidade, intimou o autor a tanto, fls. 27, que resumiu sua manifestação às fls. 28/29 a seguinte informação (...) no que refere a ação principal que será ajuizada oportunamente, pretende-se ingressar com ação de rescisão de contrato, objetivando tornar sem efeito o contrato celebrado entre as partes (...) Diferentemente do processo cautelar completamente autônomo (cautelar preparatória) com o qual estávamos acostumados, o pedido principal deverá ser feito nos mesmos autos e independerá do adiantamento de novas custas processuais (art. 308, 2ª parte). O permite, ainda, que a causa de pedir seja aditada no momento da formulação do pedido principal (art. 308, § 2º). Quando do requerimento da tutela

cautelar, apenas a lide e seu fundamento foram indicados, bem como a exposição sumária do direito que pretendia assegurar. Ao apresentar o pedido principal, faculta-se o reforço da causa de pedir e a apresentação de provas. Quando formulou o pedido de tutela cautelar antecedente o autor indicou a lide e seu fundamento relativos à tutela do direito substancial, surgindo daí o interessenecessidade de compor esse conflito de direito. Não apresentado o pedido principal no prazo de trinta dias a presunção é de que o autor perdeu aquele interesse inicial. Como o Estado não fica a procurar lides, o processo (no seu todo) é extinto sem julgamento do mérito - do procedimento cautelar, porque a tutela cautelar somente sobrevive se definido o direito material; e do arremedo de procedimento para definição do direito material, porque o respectivo pedido, na sua inteireza, sequer foi formulado. A literalidade do caput do art. 308 pode conduzir à equivocada interpretação de que somente no caso de ser efetivada a tutela cautelar o pedido principal poderá ser apresentado nos mesmos autos. Assim, indeferida a tutela cautelar, persistindo o interesse na resolução do conflito de direito material, caberia à parte ajuizar outro processo ou ter apresentado a competente emenda da inicial em 30 dias. Não há interesse somente na tutela cautelar, tanto que o processo será extinto caso não formulado o pedido principal. O pedido principal deve ser formulado no prazo de trinta dias, a contar do indeferimento ou da declaração de cessação da eficácia da tutela cautelar requerida em caráter antecedente. O processo (como um todo) será extinto sem resolução do mérito caso o pedido principal não seja deduzido nesse prazo. Embora não conste na literalidade da lei, o prazo e o estabelecimento desse termo a quo para formulação do pedido principal constituem uma forma para se conciliar o direito de ação do autor e a não eternização dos processos judiciais - atenta contra a eficiência e a celeridade ficar aguardando pela vontade do autor. A extinção será com base no art. 485, III - extinção do processo sem julgamento do mérito por abandono da causa, isto é, em razão da não apresentação do pedido principal. No caso, caracterizado estará a falta de interesse processual superveniente. Antes, porém, deverá o juiz mandar intimar a parte pessoalmente para dar andamento ao processo, sob pena de extinção. Tal foi feito de fls. 218 e fls. 27. Nesse caso, se o réu contestou o pedido cautelar, fará jus a honorários, que serão suportados pelo autor, haja vista o princípio da causalidade. Quanto ao pedido reconvencional, o mesmo deixa de existir ante a inexistência de pedido principal material, considerando que esta ação refere-se, como dito, a ação que visa resguardar uma hipotética tutela de direto substancial. Não há como prosseguir com este pedido de reconvenção em um procedimento que não cuida apropriadamente do direito material que deveria ter sido debatido com a apresentação do pedido principal, conforme já assentado nesta decisão. Mas não o foi. E como não o foi, não há mais interesse processual do autor e consequentemente do réu em pedido reconvencional, pois não há pedido principal. Portanto, o feito será extinto sem julgamento de mérito. Diante do exposto, JULGO EXTINTO o feito sem julgamento de mérito, com fulcro no artigo 485, III do CPC. Condeno o autor no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor atualizado da causa pela INPC e juros legais desta decisão. Suspendo ambas as cobranças considerando que o feito tramitou perante o autor sob o pálio da justiça gratuita, conforme decisão tácita de fls. 17 e 31. P.R.I. Transitada em julgado, arquivem-se.

PROCESSO: 0003487-55.2016.8.14.0097. Ação: Obrigação de Fazer. Requerente: TRANSGLOBAL NORTE TRANSPORTES LTDA (Advs. Elisio Augusto Velloso Bastos, OAB/PA nº 6803 e Jean Carlos Dias, OAB/PA nº 6801). Requerida: ARGO SEGUROS BRASIL S.A. (Advs. Nailla Mariana Tembra dos Santos, OAB/PA nº 22037, Max Aguiar Jardim, OAB/PA nº 10812 e Marcus Frederico Botelho Fernandes, OAB/SP nº 119851). Interessados: J.L. DE SOUSA ROSARIO R.L.: Jorge Luiz de Sousa Rosario (Adv. Tercyo Feitosa Pinheiro, OAB/PA nº 22277), ALCOA WORLD ALUMINA BRASIL LTDA (Advs. Pedro Bentes Pinheiro Filho, OAB/PA nº 3210 e Andre Luis Bitar Lima Garcia, OAB/PA nº 12817), CIMENTOS DO BRASIL S/A (Adv. Francisco Edson Lopes da Rocha Junior, OAB/PA nº 6861), CONSÓRCIO MAC-PAVOTEC R.L.: MAC ENGENHARIA LTDA. (Advs. Mauricio Gazen, OAB/RS nº 71456 e Giovani Figueiredo Gazen, OAB/RS nº 18611), P. C. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME (Adv. Gleydson da Silva Arruda, OAB/PA nº 11572-A) e MARTINS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO S/A (Adv. Lorena Cereja Brabo, OAB/PA nº 23837). DESPACHO 1 - Tendo em vista o peticionado às folhas retro, torno sem efeito a certidão de trânsito em julgado de folhas. 1041. 2 ¿ À Secretaria para alterar e atualizar o nome dos procuradores da parte autora no sistema, fazendo constar os indicados de folhas 1045 verso. 3 ¿ Realizada tal alteração, publique-se e intime-se os advogados habilitados, quanto ao teor da sentença acostada aos autos (fls. 1024). 4 ¿ Cumpra-se.

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE BENEVIDES

JUÍZA: EDILENE DE JESUS BARROS SOARES.

PROCESSO Nº 00801584720048140097 ¿ AÇÃO PENAL ¿ CRIME SEXUAL ¿ DENUNCIADA: CECÍLIA TACAKO HAMADA (ADV. NILZA RODRIGUES BESSA OAB/PA 6625) ¿ DESPACHO: 01- Redesigno audiência para o dia 04 de MAIO de 2022, às 11:00h. 02-Intimem-se Acusado, Defesa do Acusado e Ministério Público. 03- Requisitem-se/ intimem-se as testemunhas de acusação e defesa.

PROCESSO Nº 01376951020158140097 ¿ AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO JÚRI ¿ HOMICÍDIO ¿ RÉU: CARLOS ALBERTO LOBATO THOMAS (ADV. THIAGO GUILHERME ALMEIDA ABEN-ATHAN OAB/PA 26021, ADV. LUIZ VICTOR ALMEIDA DE ALMEIDA ARAUJO OAB/PA 20955, ADV. DANDARA FERREIRA LERAY OAB/PA 21411 E ADV. ARTHUR DIAS ARRUDA OAB/PA 12743) ¿ DESPACHO: Considerando a determinação de fls.322/326 e, não existindo irregularidades a serem sanadas, tenho por preparado o presente processo, ordenando que o réu CARLOS ALBERTO LOBATO THOMAS seja submetido a julgamento, cuja sessão designo para o dia 09/02/2023, às 09h00min, no Fórum da Comarca de Benevides; Notifiquem-se o réu, seu defensor, o Ministério Público, o assistente de acusação, se houver, assim como as testemunhas arroladas pelo Ministério Público e Defesa, para serem ouvidas em Plenário; Expeça-se o que for necessário. Oficie-se ao TJE/PA solicitando o suprimento necessário à realização do julgamento. Oficie-se requisitando policiamento para a sessão.

PROCESSO Nº 00012562620148140097 ¿ AÇÃO PENAL ¿ VIOLÊNCIA DOMESTICA ¿ DENUNCIADO: CARLOS ALBERTO MATOS DE LIMA (ADV. ARTHUR DIAS ARRUDA OAB/PA 12743) ¿ SENTENÇA: Trata-se de ação penal com sentença condenatória em face de CARLOS ALBERTO MATOS DE LIMA, devidamente qualificado nos autos. Denúncia recebida em 19/01/2015 (fl. 15). Sentença condenatória em fls. 100/102 condenando o réu a pena de 3 meses e 10 dias de detenção, publicada em 31/08/2020. Não houve recurso da Acusação. O processo seguiu normalmente sem nenhuma causa interruptiva da prescrição. Fundamento e decido. Em que pese a condenação do réu, considerando o montante da pena aplicada, vejo que é caso de se reconhecer a prescrição pretensão punitiva de forma retroativa. Conforme ensina a doutrina de Guilherme de Souza Nucci (NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado. 2014. Rio de Janeiro, RJ: Editora Forense. p.622.), a prescrição retroativa diz respeito à prescrição da pretensão punitiva do Estado ao agente criminoso com base na pena aplicada concretamente, isto é, quando há sentença condenatório sem recurso da acusação ou improvido este, o prazo prescricional se retrai, contando do trânsito em julgado até o marco interruptivo anterior. Com base na pena em concreto aplicada de 3 meses e 10 dias de detenção, o lapso prescricional é de 3 anos com base no artigo 109, VI do CP. No presente caso, para a pena em concreto aplicada ao réu, considerando que não houve nenhuma causa interruptiva da prescrição após o recebimento da denúncia, tendo decorrido prazo superior a 03 anos antes da publicação da sentença penal condenatória para o réu, impõe-se o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva de forma retroativa, nos termos do art. 109, VI. A prescrição da pretensão punitiva é causa extintiva da punibilidade prevista no art. 107, inciso IV, 1ª hipótese, do CP, e deve ser declarada de ofício pelo Juiz em qualquer fase do processo quando de sua ocorrência. Registro que o reconhecimento da prescrição retroativa se trata de extinção da pretensão punitiva, e não da pretensão executória, motivo pelo qual a sentença condenatória não produzirá nenhum de seus efeitos, sejam eles penais ou extrapenais ao réu. Assim decidiu o STJ (RECURSO ESPECIAL Nº 678.143 - MG (2004/0087312-8) : RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PENAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS. COMUNICABILIDADE NO JUÍZO CÍVEL DE SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA NÃO TRANSITADA EM JULGADO, ANTE O RECONHECIMENTO SUPERVENIENTE, NO JUÍZO CRIMINAL, DE PRESCRIÇÃO RETROATIVA. IMPOSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. AFASTAMENTO DOS EFEITOS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIOS DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Ante o exposto, com fulcro nos arts. 107, inciso IV, 109, inciso III, 115 e 117, todos do Código Penal, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE de CARLOS ALBERTO MATOS DE LIMA, em face da prescrição da pretensão punitiva de forma retroativa quanto aos fatos narrados na inicial, restando sem efeito a sentença penal condenatória destes autos em relação a ele. Publique-se. Registre-se e intime-se. Transitada em julgado, arquive-se os autos com as cautelas legais.

SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

A Exma. Dra. **DANIELLY MODESTO DE LIMA ABREU**, Juíza de Direito, titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Benevides, Estado do Pará (PA), no uso de suas atribuições legais, etc., **FAZ SABER**, aos que virem o presente edital, ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo tramitaram os autos de interdição autuados sob o n.º **0800914-35.2021.8.14.0097**, tendo acolhido os pedidos expressos nos autos, conforme consta na sentença de Id 39301358, dos autos, decisão que decretou a interdição da Sra. **ROSANA DE FATIMA SILVA MESCOUTO**. A interdição aqui publicada teve como motivo o fato de a Interditada ser portadora das mazelas classificadas com os CIDs CID G80.9 CID F71 CID F84 CID 10 F80 e CID G40, conforme prova carreada nos autos em epígrafe. Desta feita, é entendido como sendo **INCAPAZ, RELATIVAMENTE A CERTOS ATOS OU À MANEIRA DE OS EXERCER**, nos termos do art. 1.767, I, do Código Civil. O encargo da curatela foi conferido à Sra. **RUTH SILVA MESCOUTO**. A curatela, no caso em tela, é por prazo indeterminado e afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial da curatelada, não alcançará o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto (art. 85 da Lei nº 13.146/2015). Por força do art. 1.774 do Código Civil, as obrigações do curador estão previstas nos artigos 1.741, 1.747 e 1.748 do referido Código, sendo ao curador vedada a prática dos atos descritos no art. 1.749 do Código Civil. A referida Curadora não poderá, por qualquer modo, alienar ou onerar bens móveis ou imóveis de qualquer natureza, que venham a pertencer a Interditada, sem a necessária autorização Judicial. Os valores eventualmente recebidos de entidades previdenciárias deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, na alimentação e no bem-estar da Interditada. A sentença será inscrita no Registro de Pessoas Naturais, em conformidade com a determinação do § 3º, do art. 755, do Código de Processo Civil. **EXPEDIDO** nesta Cidade e Comarca de Benevides, Estado do Pará (PA), aos dezoito (18) dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), nos termos do Provimento n.º 006/2006, alterado pelo Provimento n.º 008/2014, da CGJRMB.

GILBERTO DOS SANTOS PEREIRA

Auxiliar judiciário da Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial

da Comarca de Benevides (PA)

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

A Exma. Dra. **DANIELLY MODESTO DE LIMA ABREU**, Juíza de Direito, titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Benevides, Estado do Pará (PA), no uso de suas atribuições legais, etc., **FAZ SABER**, aos que virem o presente edital, ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo tramitaram os autos de interdição autuados sob o n.º **0800744-63.2021.8.14.0097**, tendo acolhido os pedidos expressos nos autos, conforme consta na sentença de Id 30712974, dos autos, decisão que decretou a interdição do Sr. **JEFFERSON ISRAEL DE SOUZA LOPES**. A interdição aqui publicada teve como motivo o fato de o Interditado ser portador da mazela classificada com o CID 10: F20.0, conforme prova carreada nos autos em epígrafe. Desta feita, é entendido como sendo **INCAPAZ, RELATIVAMENTE A CERTOS ATOS OU À MANEIRA DE OS EXERCER**, nos termos do art. 1.767, I, do Código Civil. O encargo da curatela foi conferido à Sra. **MARIA LUCIA DE SOUZA LOPES**. A curatela, no caso em tela, é por prazo indeterminado e afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial do curatelado, não alcançará o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto (art. 85 da Lei nº 13.146/2015). Por força do art. 1.774 do

Código Civil, as obrigações do curador estão previstas nos artigos 1.741, 1.747 e 1.748 do referido Código, sendo ao curador vedada a prática dos atos descritos no art. 1.749 do Código Civil. A referida Curadora não poderá, por qualquer modo, alienar ou onerar bens móveis ou imóveis de qualquer natureza, que venham a pertencer ao Interditado, sem a necessária autorização Judicial. Os valores eventualmente recebidos de entidades previdenciárias deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, na alimentação e no bem-estar do Interditado. A sentença será inscrita no Registro de Pessoas Naturais, em conformidade com a determinação do § 3º, do art. 755, do Código de Processo Civil. **EXPEDIDO** nesta Cidade e Comarca de Benevides, Estado do Pará (PA), aos dezenove (19) dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), nos termos do Provimento n.º 006/2006, alterado pelo Provimento n.º 008/2014, da CGJRMB.

GILBERTO DOS SANTOS PEREIRA

Auxiliar judiciário da Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial

da Comarca de Benevides (PA)

FÓRUM DE MARITUBA

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE MARITUBA

RESENHA: 19/11/2021 A 19/11/2021 - GABINETE DA VARA CRIMINAL DE MARITUBA - VARA: VARA CRIMINAL DE MARITUBA PROCESSO: 00007838720188140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 19/11/2021 DENUNCIADO:CASSIO DOS SANTOS ALMEIDA INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:R. S. P. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA DECISÂ¿O INTERLOCUTÃRIA 1.Â Â Â Â Â Homologo a desistÃªncia da oitiva das testemunhas requerida pelo MinistÃ©rio PÃºblico Ã s fls.353. 2.Â Â Â Â Â Passo a me manifestar sobre o pedido de revogaÃ§Ã£o da custÃ³dia cautelar: Cuida-se de pedido de RevogaÃ§Ã£o da PrisÃ£o Preventiva com substituiÃ§Ã£o pela prisÃ£o domiciliar formulado em prol de CASSIO DOS SANTOS ALMEIDA, aduzindo em sÃ-ntese que o acusado encontra-se preso em virtude de prisÃ£o preventiva decretada pela suposta pratica do delito previsto no art.121, Â§2, I e IV do CP e que a substituiÃ§Ã£o seria mais adequada a situaÃ§Ã£o do custodiado. 2. Instado a se Manifestar o titular da aÃ§Ã£o penal aduziu em sÃ-ntese a existÃªncia de requisitos para custodia cautelar do acusado e, opinou pelo INDEFERIMENTO do pedido em apreÃ§o. 3. Ã o que importa relatar. Decido, o que faÃ§o de forma motivada, observando o quanto contido no art. 93, inciso IX, da CF/88.Â 4. De acordo com o contido nos autos verifica-se que existem indÃ-cios suficientes de autoria e prova da materialidade do delito, consistentes nos depoimentos contidos no IPL e nas demais provas obtidas no IPL em que se funda a peÃ§a acusatÃ³ria. Ademais, ressalta-se que o denunciado teria ceifado a vida da vÃ-tima por conta de um dinheiro que seria fruto de um roubo no qual ele tambÃ©m estaria envolvido, e que o denunciado responde a outros processos inclusive com sentenÃ§a condenatÃ³ria, fato reconhecido inclusive pela defesa, o que indica a tendÃªncia a reiteraÃ§Ã£o delitiva, restando, portanto, comprovada a periculosidade do denunciado e a necessidade da custodia cautelar do mesmo para garantia da ordem pÃºblica e conveniÃªncia da instruÃ§Ã£o criminal. 5. Destaca-se tambÃ©m que o processo encontra-se em seu regular andamento, mesmo diante da complexidade do caso e da situaÃ§Ã£o fÃ¡tica que ocorre no Estado do ParÃ¡ e em todo paÃ-s, estando a sessÃ£o do JÃºri designada, e devidamente cumprida, para dia 13.12.2021. 6. Ante o exposto TENHO POR BEM ACOLHER A COTA MINISTERIAL E INDEFERIR O PEDIDO DE REVOGAÃÃO formulado em prol do acusado CASSIO DOS SANTOS ALMEIDA, com fundamento no quanto disposto no art. 312, do CPP para garantia da ordem pÃºblica e conveniÃªncia da instruÃ§Ã£o criminal. Marituba, 19 de novembro de 2021 ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juiz de Direito PROCESSO: 00035995220128140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 DENUNCIADO:TATIANA PEREIRA DE SOUZA VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA Â DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Considerando a informaÃ§Ã£o contida nos autos, determino que a secretaria verifique a possibilidade de intimaÃ§Ã£o do proprietÃ¡rio dos documentos para sua devida devoluÃ§Ã£o. 2.Â Â Â Â Â Caso nÃ£o seja possÃ-vel, determino que sejam tomadas as providÃªncias cabÃ-veis para a destruiÃ§Ã£o dos bens apreendidos nestes autos. 3.Â Â Â Â Â ApÃ³s, nÃ£o havendo diligÃªncias pendentes, arquive-se. Marituba (PA), 19 de novembro de 2021. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS JuÃ-za de Direito PÃ¡gina de 1 PROCESSO: 00081258120208140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS A??o: Inquérito Policial em: 19/11/2021 VITIMA:E. E. INDICIADO:LUCAS VELOSO LINO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA DECISÃO 1.Â Â Â Â Â Considerando o requerimento da defesa, DETERMINO o desarquivamento dos autos de n 0008125-81.2020.814.0133. 2.Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio ao Arquivo Geral para o encaminhamento do mesmo Ã esta Vara para que seja possÃ-vel dar andamento ao processo do acusado. O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 19 de novembro de 2021 ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS JuÃ-za de Direito PÃ¡gina de 1 PROCESSO: 03030381320168140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 DENUNCIADO:EDSON BATISTA COSTA DENUNCIADO:MARCOS ANTONIO CROVER SOUZA

VITIMA:M. A. G. C. . DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Considerando readequaÃ§Ã£o de pauta e a retomada gradual da realizaÃ§Ã£o de audiÃªncias de rÃ©us soltos, tenho por bem redesignar a audiÃªncia para o dia 05.05.2022 Ã s 10h00. INITMEM-SE os acusados EDSON BATISTA COSTA, residente e domiciliado na BR - 316, Rua MaranhÃ£o, Quadra 28, NÂº 38, Conjunto Almir Gabriel, Bairro Decouville, Marituba - PA; e MARCOS ANTONIO CROVER SOUZA, residente Ã Rua Alameda Brasil, Quadra 28, NÂº 14, Bairro Almir Gabriel, Marituba - PA; REQUISITE-SE as testemunhas policiais militares NATÃ DE ARAÃJO RODRIGUES e ERICO CORREA DA FONSECA; INTIME-SE, via DJe, a defesa dos acusados, o advogado JOÃO NELSON CAMPOS SAMPAIO - OAB/PA NÂº 8002, responsÃ¡vel este pela apresentaÃ§Ã£o das testemunhas de defesa. 2.Â Â Â Â Â Sem prejuÃzo a audiÃªncia, considerando a certidÃ£o de fls. 32, dÃª-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para se manifestar quanto ao endereÃ§o da vÃtima. Â O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 19 de novembro de 2021. ALDINÃIA MARIA MARTINS BARROS JuÃza de Direito respondendo pela Vara Criminal da Comarca de Marituba. Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800

PROCESSO: 04010749020168140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 VITIMA:E. R. L. B. INDICIADO:LUERFESSON CARLOS DE SOUZA. SENTENÃA Compulsando os autos, verifico que jÃ¡ se passaram mais de 04 anos desde o recebimento da denÃºncia, pelo que passo a me manifestar sobre a ocorrÃªncia de prescriÃ§Ã£o virtual: Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente faz-se necessÃ¡rio esclarecer que o entendimento dos tribunais superiores Ã© no sentido de nÃ£o reconhecer a tese da prescriÃ§Ã£o da pena em perspectiva, por ausÃªncia de previsÃ£o legal e por entender tratar-se de uma decisÃ£o precoce. Â Â Â Â Â Â Â No entanto, a experiÃªncia nos julgamentos de processos desse jaez, ou seja, casos em que a existÃªncia de circunstÃ¢ncias judiciais favorÃ¡veis e a inevitÃ¡vel aplicaÃ§Ã£o da pena no mÃnimo legal culminavam com o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o retroativa, plausÃvel aderir a essa modalidade de extinÃ§Ã£o da punibilidade, desde que uma anÃ¡lise apurada do caso nÃ£o revelasse o contrÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â De fato, nÃ£o pode haver interesse do Estado em dar continuidade a um processo fadado Ã extinÃ§Ã£o da punibilidade. Nesse contexto destaca-se tambÃ©m o princÃpio da economia processual e da instrumentalidade do processo. Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito acerca do tema, Ã© de transcrever o teor dos Enunciados do FÃ³rum Nacional dos JuÃzes Federais Criminais: Enunciado 15. A FALTA DE INTERESSE EM RAZÂ¿O DA PRESCRIÃÂ¿O PELA PENA EM PERSPECTIVA PODE SER RECONHECIDA QUANDO MANIFESTA E ADMITIDA COM PRUDENTE VALORAÃÂ¿O DE SEGURANÃA ACERCA DA PENA MÃXIMA ADMISSÃVEL E DA EXTRAPOLAÃÂ¿O DO TEMPO PARA SUA OCORRÃNCIA. Enunciado 36. NO CURSO DA INSTRUÃÂ¿O CRIMINAL, CASO O MPF, INTIMADO PARA TANTO, NÂ¿O DEMONSTRE A EXISTÃNCIA DE CIRCUNSTÃNCIAS QUE POSSAM IMPORTAR NA FIXAÃÂ¿O DA EVENTUAL PENA EM PATAMAR NO QUAL A PRETENSÂ¿O PUNITIVA NÂ¿O ESTARIA PRESCRITA, O PROCESSO PODERÃ SER EXTINTO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. Â Â Â Â Â Â Â E, em comentÃ¡rios aos referidos Enunciados, Ã© a doutrina de Cesar Arthur Cavalcanti de Carvalho e Jorge AndrÃ© de Carvalho MendonÃ§a (Enunciados FONACRIM Comentados. ColeÃ§Ã£o SÃºmulas Comentadas. Salvador: Editora JusPodivm, 2016. p. 30-31): Â¿O enunciado 36 propugna a extinÃ§Ã£o do processo por falta de interesse de agir quando o MinistÃ©rio PÃºblico nÃ£o demonstrar que remanesce interesse, consubstanciado no binÃ´mio necessidade-utilidade do provimento jurisdicional futuro. Trata-se de importante iniciativa que busca recolocar o tema no debate jurisprudencial. Afinal, os efeitos mais deletÃ©rios da opÃ§Ã£o jurisprudencial das Cortes Superiores em vedar peremptoriamente o juÃzo prospectivo da pena eventual, recaem justamente sobre os juÃzos de primeiro grau. SÃ£o esses que sofrem os Ã´nus de instruir processos sabidamente inviÃ¡veis, com a utilizaÃ§Ã£o das escassas datas das pautas de audiÃªncias que poderiam ser utilizadas em processos com viabilidade ainda presente. Ã de todo angustiante a um magistrado verificar o desperdÃcio de escassos recursos em causas que serÃ£o julgadas sem qualquer resultado Ãºtil ao autor, caso seu pedido de condenaÃ§Ã£o seja julgado procedente. Esse Ã© mais um dos inÃºmeros casos em que um diÃ¡logo mais prÃ³ximo entre magistrados do primeiro grau de jurisdiÃ§Ã£o e os magistrados das cÃºpulas do JudiciÃ¡rio poderia servir de esteio para uma soluÃ§Ã£o menos peremptÃ³ria. TambÃ©m por essa razÃ£o, um diÃ¡logo de mais qualidade entre Ã³rgÃ£os do MinistÃ©rio PÃºblico e juÃzes, com a demonstraÃ§Ã£o de que o interesse pÃºblico globalmente considerado seria melhor atendido com a adoÃ§Ã£o pontual da tese.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â In casu, desde o recebimento da denÃºncia jÃ¡ transcorreu perÃodo superior a 04 anos. Â Â Â Â Â Â Â E, afigura-se que eventual pena definitiva, considerando as circunstÃ¢ncias judiciais favorÃ¡veis do rÃ©u,

bem como a inexistÃªncia de agravantes ou causas de aumento de pena, esta nÃ£o ultrapassarÃ¡ 04, cujo prazo prescricional seria de 08 anos, nos termos do art. 109 do CP. Ademais, hÃ¡ de se ressaltar que o acusado possuÃ-a menos de 21 anos Ã Ã©poca dos fatos, o que reduz o prazo prescricional pela metade, nos termos do art. 115 do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Portanto, a sanÃ§Ã£o penal a ser aplicada ao acusado resvala na prescriÃ§Ã£o com base na pena em perspectiva com consequente extinÃ§Ã£o da punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Assim, no caso de eventual condenaÃ§Ã£o, a provÃ¡vel pena aplicada seria inÃºtil visto que estarÃ-amos diante da prescriÃ§Ã£o retroativa e da extinÃ§Ã£o de sua punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, diante da ausÃªncia de justa causa para o prosseguimento da aÃ§Ã£o, um dos elementos do interesse de agir e, com a finalidade de evitar o dispÃªndio de tempo e o desgaste da JustiÃ§a PÃºblica com um processo que, inevitavelmente, perderia sua utilidade, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE em relaÃ§Ã£o ao rÃ©u LUERFESSON CARLOS DE SOUZA, o fazendo com espeque no artigo 107, IV, do CÃ³digo Penal. Levantem-se eventuais atos constritivos existentes em desfavor do rÃ©u. Sem custas. Em havendo arma de fogo ou simulacro de arma de fogo, encaminhe-se ao Comando do ExÃ©rcito, para destruiÃ§Ã£o ou doaÃ§Ã£o aos Ã³rgÃ£os de seguranÃ§a pÃºblica ou Ã s ForÃ§as Armadas, uma vez que nÃ£o interessa mais Ã persecuÃ§Ã£o penal, como disposto no art. 25 do Estatuto do Desarmamento. Em havendo bens apreendidos de baixo valor econÃ´mico e que nÃ£o foram requeridos por nenhum interessado ao longo da instruÃ§Ã£o, determino a sua doaÃ§Ã£o para Projetos Sociais cadastrados junto ao Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, nos termos do art. 14, III, do Provimento n. 10/2008-CJRMB, ou, sendo imprestÃ¡veis, sua destruiÃ§Ã£o. Com o trÃ¢nsito em julgado desta decisÃ£o dÃª-se baixa em nossos registros. Â Â Â Â Â Â Â Marituba, 19 de novembro de 2021 ALDINÃIA MARIA MARTINS BARROSÂ Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito respondendo pela Vara Criminal da Comarca de Marituba PROCESSO: 04390737720168140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 DENUNCIADO:JOSE LUIZ COELHO TEIXEIRA JUNIOR DENUNCIADO:TOME PEREIRA DE MATOS VITIMA:E. C. B. . DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Considerando readequaÃ§Ã£o de pauta e a retomada gradual da realizaÃ§Ã£o de audiÃªncias de rÃ©us soltos, tenho por bem redesignar a audiÃªncia para o dia 10.05.2022 Ã s 10h00. INTIMEM-SE os acusados JOSÃ LUIZ COELHO TEIXEIRA JÃNIOR, residente na Travessa Ida Lobato, NÂº 800 - A, Bairro SÃ£o JoÃ£o, Marituba - PA; e TOMÃ PEREIRA DE MATOS, residente na Rua Alameda II, NÂº 09, Bairro Pato Macho, Marituba - PA; INTIMEM-SE as testemunhas de acusaÃ§Ã£o DORINETE PEREIRA DA SILVA, residente na Rua Alameda II, NÂº 09, Bairro Pato Macho, Marituba - PA; - MARIA DE LOURDES OLIVEIRA VIANA, residente na Rua TupinambÃ¡s, Alameda 02, Casa 01, Bairro SÃ£o JoÃ£o, Marituba - PA; - MATHEUS MARCEL GONÃALVES DE OLIVEIRA, residente na Rua Alameda 02, NÂº 05, Bairro SÃ£o JoÃ£o, Marituba - PA; 2.Â Â Â Â Â Tendo em vista que nÃ£o foi realizada a audiÃªncia da Carta PrecatÃ³ria, com informaÃ§Ã£o sobre a localizaÃ§Ã£o da testemunha em certidÃ£o de fls. 14 - verso, dÃª-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico quanto a oitiva da mesma. O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 19 de novembro de 2021. ALDINÃIA MARIA MARTINS BARROS JuÃ-za de Direito respondendo pela Vara Criminal da Comarca de Marituba. Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800 PROCESSO: 05300796820168140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 DENUNCIADO:WILLIAMS ADRIANO COSTA ZAGALO VITIMA:W. M. S. . DESPACHO Considerando readequaÃ§Ã£o de pauta e a retomada gradual da realizaÃ§Ã£o de audiÃªncias de rÃ©us soltos, tenho por bem redesignar a audiÃªncia para o dia 26.04.2022 Ã s 12h00. REQUISITE-SE o acusado WILLIAMS ADRIANO COSTA ZAGALO Ã SEAP, uma vez que o mesmo se encontra custodiado por outro processo no Centro de RecuperaÃ§Ã£o de Condenados de Icoaraci. O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 19 de novembro de 2021. ALDINÃIA MARIA MARTINS BARROS JuÃ-za de Direito respondendo pela Vara Criminal da Comarca de Marituba. Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800 PROCESSO: 06360755520168140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 DENUNCIADO:JORGE WILSON COSTA JESUS Representante(s): OAB 10639 - MARGELLY MESQUITA DOS SANTOS (ADVOGADO)

VITIMA:S. M. M. . DESPACHO Considerando readequaÃ§Ã£o de pauta e a retomada gradual da realizaÃ§Ã£o de audiÃªncias de rÃ©us soltos, tenho por bem redesignar a audiÃªncia de interrogatÃ³rio para o dia 28.04.2022 Ã s 12h00. INTIME-SE o rÃ©u JORGE WILSON COSTA JESUS, residente Ã Rua Santa BÃ¡rbara, nÂº 10 ou InvasÃ£o Santa FÃ©, Alameda EsperanÃ§a nÂº 77 (prÃ³ximo ao Cj. Albatroz), ambos Bairro Decouville, Marituba - PA. O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 19 de novembro de 2021. ALDINÃIA MARIA MARTINS BARROS JuÃza de Direito respondendo pela Vara Criminal da Comarca de Marituba. Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800

EDITAIS

COMARCA DA CAPITAL - EDITAIS

EDITAL DE PROCLAMAS - CARTORIO VAL DE CÃES

Faço saber por lei que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos por lei:

JACY LOIOLA DA COSTA BORRALHO e LUCIETE DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA. Ele solteiro, Ela divorciada.

JOSÉ AUGUSTO PAIXÃO SANTOS e THAÍS DOS REIS SOUZA. Ele solteiro, Ela solteira.

REGINALDO GONÇALVES MARTINS e MARIA LUANA DE SOUSA PANTOJA. Ele divorciado, Ela solteira.

Se alguém souber de impedimentos denuncie-o na forma da Lei. E Eu, Acilino Aragão Mendes, Oficial do Cartório Val-de-Cães, Comarca de Belém Estado do Pará, faço afixação deste, neste Oficio e sua publicação no Diário de Justiça. Belém, 19 de novembro de 2021.

EDITAL DE PROCLAMAS - 2º OFÍCIO

Luiziana Maria Henderson Guedes de Oliveira, Oficial do Cartório de Registros Civil Segundo Ofício da Comarca de Belém do Estado do Pará, faz saber que pretendem contrair matrimônio os seguintes casais:

1. DIEGO LISBOA MARTINS BASTOS e ANA CAROLINA ALMEIDA DE LIMA. Ele é solteiro e Ela é solteira.

2. JOÃO NAZARENO NASCIMENTO MORAES JUNIOR e MICHELLE DE PAIVA LINO. Ele é solteiro e Ela é Divorciada.

3. WENDELL DA SILVA GOMES e ELLEN GLÁUCIA OLIVEIRA DA SILVA. Ele é solteiro e Ela é solteira.

4. FABIO AUGUSTO CARDOSO SEGTOWICK e KAMILLE COSTA CUNHA. Ele é solteiro e Ela é solteira.

5. EDERGIL DE CARVALHO RESENDE e JULLYANA SOUSA MARTINS NASCIMENTO. Ele é solteiro e Ela é solteira.

Eu, Luiziana Maria Henderson Guedes de Oliveira, oficial, o fiz publicar. Belém, 18 de novembro de 2021.

EDITAL DE PROCLAMAS - 3º OFÍCIO

Conrrado Rezende Soares, Oficial Registrador do Cartório de Registros Civil do Terceiro Ofício da Comarca de Belém, Estado do Pará, faz saber que pretendem contrair matrimônio os seguintes casais:

1. WILSON CARDOSO LOPES e TATIANE COSTA DE LIMA. Ele é solteiro e Ela é solteira.

2. JAIR NEGREIROS SOUZA e MARIA IVANILCE SALGADO GOIS. Ele é solteiro e Ela é solteira.

3. WALBERTH CARLOS RODRIGUES LIMA e LEILA FERREIRA CAMPOS. Ele é solteiro e Ela é solteira.

4. WILLIAM RODRIGUES LIMA e LILIANE FERREIRA CAMPOS. Ele é solteiro e Ela é solteira.

5. EWERTON ADRIANO MAGNO TENÓRIO e NAIANA CAMPOS DOS SANTOS. Ele é solteiro e Ela é solteira.

Eu, Conrrado Rezende Soares, Oficial Registrador, o fiz publicar.

Belém/PA, 19 de novembro de 2021.

EDITAL DE PROCLAMAS - CARTÓRIO 4º OFICIO

Faço saber por lei que pretendem se casar:

SIDNEY DE OLIVEIRA QUEIROZ e JOSIANE BARATA ZARANZA AMBOS SOLTEIROS

JOBSON DA SILVA PENA e DANIELE NERI SANTOS AMBOS SOLTEIROS

JOELSON DIAS MIRANDA e EMANUELLA DE SOUZA AMORIM AMBOS SOLTEIROS

Eu, Elyzette Mendes Carvalho, Oficial do Cartório do 4º Oficio, Comarca de Belém, Estado do Pará, faço afixação deste, neste Oficio e sua publicação no Diário de Justiça. Belém 19 de novembro de 2021

UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 1 VARA - EDITAIS

PROCESSO: 0859430-86.2019.8.14.0301
EDITAL DE INTERDIÇÃO
A Doutora VALDEÍSE MARIA REIS BASTOS, Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Capital, faz a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos nº 0859430-86.2019.8.14.0301 da Ação de CURATELA requerida por JACIRA DE NAZARE FREITAS VIEIRA, portador(a) do RG: 6950141-PC/PA e CPF: 042.246.122-91, a interdição de RAYMUNDO ALDO DE PAIVA VIEIRA, portador(a) do RG: 4285589-PC/PA 2VIA, CPF: 000.579.162-68, nascido em 22/06/1936, filho(a) de Arthur de Sousa Vieira e Nair Paiva Vieira, que o impossibilita de praticar qualquer ato da vida civil, tendo sido prolatada ao final da sentença, cuja parte final é a seguinte: ¿Reconheço a incapacidade relativa do (a) interditando (a) RAYMUNDO ALDO DE PAIVA VIEIRA, e, com fundamento no artigo 4º, III, do Código Civil, decreto-lhe a interdição, nomeando-lhe curador (a) o (a) senhor (a) JACIRA DE NAZARE FREITAS VIEIRA, conforme artigo 1.767 e seguintes, do mesmo Código; Salvo os considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico, fica o (a) interditado (a) impedido (a) de praticar pessoalmente, sem assistência do (a) curador (a), todos os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação perante terceiros, para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazê-los somente se devidamente assistido pelo curador (a); O (a) curador (a), ora nomeado (a), deverá comparecer na secretaria o Juízo a fim de prestar o compromisso de bem e fielmente exercer o encargo, firmando o competente termo; O (a) curador (a) não tem poderes para vender, permutar e onerar bens imóveis da (o) interditada (o). O (a) curador (a) não tem poderes para contrair empréstimos em nome do (a) interditado (a). Ditas restrições devem constar nos termos de curatela. Expeça-se Mandado de Registro da presente Interdição e Curatela, a fim de que o Senhor Oficial do Cartório de Registro Civil Comarca promova o cumprimento ao artigo 92, Lei 6.015/73; Expeça-se mandado de averbação para constar no registro de nascimento ou casamento do (a) interditado (a) que foi decretada a interdição e nomeado curador (a) a (o) mesmo (a); e Oficie-se a Receita Federal informando sobre a interdição e curatela, do (a) interditado (a). Caso seja eleitor, expeça-se oficio ao Cartório Eleitoral comunicando da sentença que decretou interdição e curatela, do (a) interditado (a). Custas pelo autor, caso não seja beneficiário da justiça gratuita. Transitada em julgado, cumprida a decisão, arquive-se em definitivo, observando-se as cautelas de estilo. Publique-se em conformidade com o art.755, §3º, do CPC. Registre-se. Intimem-se. Dê ciência ao Ministério Público. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. P.R.I.C. Após, com o trânsito em julgado, estando o feito devidamente certificado, ARQUIVEM-SE, observadas as cautelas de praxe. Belém/PA; VALDEISE MARIA REIS BASTOS Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Capital¿
VALDEÍSE MARIA REIS BASTOS
Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Capital

PROCESSO: 0803032-22.2019.8.14.0301
EDITAL DE INTERDIÇÃO
A Doutora LUCIANA MACIEL RAMOS, Juíza de Direito respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial da Capital, faz a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos nº PROCESSO: 0803032-22.2019.8.14.0301 da Ação de CURATELA requerida por IOLANDA BARROS DAMASCENO, portador(a) do RG: 2275914-PC/PA 5VIA e CPF: 109.541.202-72, a interdição de YOLITA BARROS DAMASCENO, portador(a) do RG: 2740499-PC/PA 2VIA, CPF: 402.567.822-53, nascido em 08/06/1930, filho(a) de Higino Pereira de Barros e Antonia Brasilina R Barros, que o impossibilita de praticar qualquer ato da vida civil, tendo sido prolatada ao final da sentença, cuja parte final é a seguinte: ¿Ante o exposto, julgo procedente o pedido e decreto a interdição definitiva de YOLITA BARROS DAMASCENO, declarando-o(a) relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 4º, inciso III, do Código Civil do Brasil, e de acordo com o artigo 1.775, do Código Civil do Brasil, nomeio-lhe Curador(a) o(a) requerente IOLANDA BARROS DAMASCENO, que deverá prestar o compromisso legal, em cujo termo deverão constar as restrições determinadas pelo juízo. O(A) curador(a) não tem poderes para vender, permutar e onerar bens imóveis da(o) interditada(o). O(A) curador(a) não tem poderes para contrair empréstimos em nome do(a) interditado(a). Ditas restrições devem constar nos termos de curatela. Em razão do disposto no artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil do Brasil e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil do Brasil, inscreva-se a presente no Registro Civil e imediatamente publique-se no sitio do Tribunal de Justiça e na plataforma de

editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, publique-se também na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do(a) interdito(a) e do(a) curador(a), a causa da interdição e os limites da curatela. Sem custas. Observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Belém, 14 de maio de 2021. LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Juiz de Direito Respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Belém¿.
LUCIANA MACIEL RAMOS
Juíza de Direito respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial da Capital

PROCESSO: 0835902-23.2019.8.14.0301
EDITAL DE INTERDIÇÃO
A Doutora LUCIANA MACIEL RAMOS, Juíza de Direito respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial da Capital, faz a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento ti-verem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos nº PROCESSO: 0835902-23.2019.8.14.0301 da Ação de CURATELA requerida por ROZANE DO SOCORRO SILVA DE OLIVEIRA, portadora do RG de nº. 2077281, inscrita no CPF sob o nº. 352.251.812-87, a interdição de WALDENEI PENA SILVA, brasileiro, portador do CTPS de nº. 76531 e inscrita no CPF sob o nº 207.927.002-87, que o impossibilita de praticar qualquer ato da vida civil, tendo sido prolatada ao final da sentença, cuja parte final é a seguinte: ¿Ante o exposto, nomeio como Curadora do Interditado WALDENEI PENA SILVA, a requerente ROZANE DO SOCORRO SILVA, a qual deverá prestar o compromisso legal, mediante assinatura do respectivo termo de compromisso, do qual deverão constar todas as restrições determinadas por este juízo, quais sejam, a curadora não poderá vender, permutar e onerar bens imóveis da interditada, bem como não poderá contrair empréstimos em nome dela. Em razão do disposto no artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil do Brasil e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil do Brasil, inscreva-se a presente no Registro Civil e imediatamente publique-se no sitio do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, publique-se também na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do(a) interdito(a) e do(a) curador(a), a causa da interdição e os limites da curatela. Sem custas. Observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Com o trânsito em julgado desta sentença, oficie-se ao Cartório de Registro Civil competente, remetendo-lhe cópia da presente sentença, a fim de que seja devidamente averbada a substituição do curador. Sem custas. Observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Belém, 19 de outubro de 2020. JOÃO LOURENÇO MAIA DA SILVA. Juiz de Direito Titular da 2 Vara Cível e Empresarial da Capital¿.
LUCIANA MACIEL RAMOS
Juíza de Direito respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial da Capital

PROCESSO: 0846546-59.2018.8.14.0301
EDITAL DE INTERDIÇÃO
A Doutora ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS, Juíza de Direito Ti-tular da 1ª Vara Cível e Empresarial da Capital, faz a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos nº 0846546-59.2018.8.14.0301 da Ação de CURATELA requerida por MARGARETH CARNEIRO DOS SANTOS, portador(a) do RG: 1601122-PC/PA e CPF: 227.978.822-53, a interdição de CAIO MOISES SANTOS DE ALBUQUERQUE LIMA, portador(a) do RG: 6873981-PC/PA e CPF: 524.528.592-49, nascido em 20/09/1998, filho(a) de Anilson de Albuquerque Lima e Margareth Carneiro dos Santos, que o impossibilita de praticar qualquer ato da vida civil, tendo sido prolatada ao final da sentença, cuja parte final é a seguinte: ¿Ante o ex-posto, com base no art. 755 do CPC c/c art. 1.772 do CC e arts. 84 e 85 da Lei 13.146/2015 ¿ Estatuto da Pessoa com Deficiência, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para: a) RECONHECER a incapacidade relativa do(a) interditando(a) CAIO MOISÉS SANTOS DE ALBUQUERQUE LIMA, e, por conseguinte, DECRETAR a sua interdição, com base nos arts. 4º, III, e art. 1.767 do CC, ficando impedido(a) de praticar pessoalmente, sem assistência do(a) curador(a), todos os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação perante terceiros (atos de natureza patrimonial e negocial), para si, seus herdeiros e dependentes; b) Permanecem inalterados os direitos considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico, ressaltando-se o direito ao corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à edu-cação, à

saúde, ao trabalho e ao voto (art. 85, §1º, da Lei 13.146/2015); NO-MEIO CURADOR(A) o(a) senhor(a)MARGARETH CARNEIRO DOS SANTOS, o(a) qual deverá representar o(a) interditando(a) nos termos acima, com poderes limitados à gestão e administração de negócios e bens e que não importem em transferência ou renúncia de direi-to, inclusive para fins de recebimento de aposentadoria e benefício previdenciário; Ressalto que, com base no art. 1.774 do CC (aplicação à curatela das disposições concernentes à tutela... LAVRE-SE TERMO DE CURATELA DEFINITIVA, após o decurso do prazo recursal, de-vendo entrar em contato com a vara via email (1civelbelem@tjpa.jus.br) para assim agendar o comparecimento à secretaria deste juízo a fim de prestar o compromisso de bem e fielmente exercer o encargo; d) Fica o(a) curador(a) intimado de que deverá, anualmente, a contar da publicação da presente sentença, prestar contas de sua administração, apresentando o balanço do respectivo ano (art. 84, §4º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência), por petição simples, que será juntada em autos em apenso aos presentes (art. 553 do CPC). Somente não será obri-gado a prestar contas, salvo determinação judicial, o curador que for o(a) cônjuge e o regime de bens do casamento for de comunhão universal (art. 1.783 do CC). e) Expeça-se Mandado de Averbação para fazer constar no registro de nascimento ou casamento do(a) interditado(a) a decretação da sua interdição e a nomeação de seu(sua) curador(a), dando-se cumprimento ao disposto no art. 93 da Lei 6.015/73; f) Além da publicação no Diário de Justiça e da averbação no registro de pessoas naturais, a presente sentença de interdição deverá ser publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça - onde permanecerá por 6 (seis) meses -, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias (art. 755 do CPC). Custas processuais pela requerente. Contudo, em razão da gratuidade que ora defiro, fica suspensa a exigibilidade das custas. Após o trânsito em julgado e cumpridas as determinações acima, ar-quivem-se os autos, observando-se as cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes, a Defensoria Pública e o Ministério Público. Expeça-se as certidões e os ofícios necessários. Belém, 07 de abril de 2021. ROSANA LÚCIA DE CANELAS BASTOS Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial da Capital¿. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial da Capital

PROCESSO: 0803365-71.2019.8.14.0301

EDITAL DE INTERDIÇÃO

A Doutora ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS, Juíza de Direito Ti-tular da 1ª Vara Cível e Empresarial da Capital, faz a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos nº 0803365-71.2019.8.14.0301 da Ação de CURATELA requerida por ALMIRA LUCIA COSTA CORDEIRO, portador(a) do RG: 3751741-PC/PA e CPF: 694.697.682-72, a inter-dição de ANGELITA COSTA CORDEIRO, portador(a) do RG: 2014674-PC/PA 2VIA e CPF: 246.546.472-87, nascido em 20/04/1966, filho(a) de Jozias Alexandre Cordeiro e Guio-mar da Costa Cordeiro, que o impossibilita de praticar qualquer ato da vida civil, tendo sido prolatada ao final da sentença, cuja parte final é a seguinte: ¿Ante o exposto, com base no art. 755 do CPC c/c art. 1.772 do CC e arts. 84 e 85 da Lei 13.146/2015 ¿ Estatuto da Pessoa com Deficiência, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para: a) RECONHECER a incapacidade relativa do(a) interditando(a) ANGELITA COSTA CORDEIRO, e, por conse-guinte, DECRETAR a sua interdição, com base nos arts. 4º, III, e art. 1.767 do CC, ficando impedido(a) de praticar pessoalmente, sem assistência do(a) curador(a), todos os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação perante terceiros (atos de natureza patrimonial e negocial), para si, seus herdeiros e dependentes; b) Permanecem inalterados os direitos considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico, ressaltando-se o direito ao corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto (art. 85, §1º, da Lei 13.146/2015); NOMEIO CURADOR(A) o(a) senhor(a) ALMIRA LU-CIA COSTA CORDEIRO, o(a) qual deverá representar o(a) interditando(a) nos termos acima, com poderes limitados à gestão e administração de negócios e bens e que não importem em transferência ou renúncia de direito, inclusive para fins de recebimento de aposentadoria e benefício previdenciário; Ressalto que, com base no art. 1.774 do CC (aplicação à curatela das disposições concernentes à tutela... c) LAVRE-SE TERMO DE CURATELA DEFINITIVA, após o decurso do prazo recursal, devendo entrar em contato com a vara via email (1upjcivelbelem@tjpa.jus.br) para assim agendar o comparecimento à secretaria deste juízo a fim de prestar o compromisso de bem e fielmente exercer o encargo;d) Fica o(a) curador(a) intimado de que deverá, anualmente, a contar da publicação da presente sentença, prestar contas de sua administração, apresentando o balanço do respectivo ano (art. 84, §4º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência), por petição simples, que será juntada em autos em apenso aos pre-sentes (art. 553 do CPC). Somente não

será obrigado a prestar contas, salvo determinação judicial, o curador que for o(a) cônjuge e o regime de bens do casamento for de comunhão uni-versal (art. 1.783 do CC). e) Expeça-se Mandado de Averbação para fazer constar no registro de nascimento ou casamento do(a) interditado(a) a decretação da sua interdição e a nomeação de seu(sua) curador(a), dando-se cumprimento ao disposto no art. 93 da Lei 6.015/73; f) Além da publicação no Diário de Justiça e da averbação no registro de pessoas naturais, a presente sentença de interdição deverá ser publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça - onde permanece-rá por 6 (seis) meses -, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias (art. 755 do CPC). Custas processuais pela requeren-te. Contudo, em razão da gratuidade que ora defiro, fica suspensa a exigibilidade das custas. Após o trânsito em julgado e cumpridas as determinações acima, arquivem-se os autos, obser-vando-se as cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes, a Defensoria Pública e o Ministério Público. Expeça-se as certidões e os ofícios necessários. Belém, 28 de julho de 2021. ROSANA LÚCIA DE CANELAS BASTOS Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial da Capital¿. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial da Capital

PROCESSO: 0513716-84.2016.8.14.0301

EDITAL DE INTERDIÇ¿O

O Doutor JO¿O LOURENÇO MAIA DA SILVA, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Capital, faz a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos nº PROCESSO: 0513716-84.2016.8.14.0301 da Aç¿o de CURATELA requerida por NELMA PICANÇO SANTANA DE SOUZA, portador(a) do RG: 03.645.219-02-SSP/BA e CPF: 181.917.702-53, a interdiç¿o de JOSE MARIA SANTANA, portador(a) do RG: 2346115-SSP/PA, CPF: 001.259.892-53, nascido(a) em 05/06/1936, filho(a) de Rudival Rodrigues de Santana e Maria Jose R. de Santana, que o impossibilita de praticar qualquer ato da vida civil, tendo sido prolatada ao final da sentença, cuja parte final é a seguinte:¿ Ante o exposto, julgo procedente o pedido e decreto a interdiç¿o definitiva de JOSÉ MARIA SANTANA, declarando-o relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 4º, inciso III, do Código Civil do Brasil, e de acordo com o artigo 1.775, do Código Civil do Brasil, nomeio-lhe curadora a requerente NELMA PICANÇO SANTANA DE SOUZA, que deverá prestar o compromisso legal, em cujo termo dever¿o constar as restriç¿es determinadas pelo juízo. O (A) curador (a) n¿o tem poderes para vender, permutar e onerar bens imóveis da (o) interditada (o). O (A) curador (a) n¿o tem poderes para contrair empréstimos em nome do (a) interditado (a). Ditas restriç¿es devem constar nos termos de curatela. Em raz¿o do disposto no artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil do Brasil e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil do Brasil, inscreva-se a presente no Registro Civil e imediatamente publique-se no sitio do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, publique-se também na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órg¿o oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do(a) interdito(a) e do(a) curador(a), a causa da interdiç¿o e os limites da curatela. Sem custas. Observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Belém, 01 de outubro de 2020. JO¿O LOURENÇO MAIA DA SILVA Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca da Capital¿ JO¿O LOURENÇO MAIA DA SILVA Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Capital

JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado do Pará Justiça Militar Estadual Portaria número 3/2021 ¿ GJ

O Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Titular da Vara Única da Justiça Militar do Estado do Pará, no exercício de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a correição ordinária que será realizada nesta unidade judiciária, no período de 5/12 a 15/12/2021, em cumprimento ao que dispõe o Provimento nº 004/20001, da Corregedoria Geral e Justiça do Estado do Pará, conforme Edital de Correição nº 001/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Diretora de Secretaria deste juízo, LETÍCIA COSTA LEONARDO, matrícula 10524-4, para secretariar os trabalhos.
Art. 2º. Encaminhe-se Cópia desta Portaria à Presidência do Tribunal de Justiça da do Estado do Pará e à Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana da Capital.

Publique-se. Registre-se. Afixe-se uma cópia no átrio do Fórum e encaminhe-se para publicação no Diário da Justiça Eletrônico. Cientifiquem-se. Expeça-se o necessário. Cumpra-se.

Belém, PA, 9 de novembro de 2021.

LUCAS DO CARMO DE JESUS

Juiz de Direito Titular da Vara Única da Justiça Militar do Estado do Pará

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

EDITAL DE CORREIÇÃO Nº 001/2021

O Excelentíssimo Senhor Juiz **LUCAS DO CARMO DE JESUS**, Titular da Vara Única da Justiça Militar do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao que dispõe o Provimento nº 004/2001, da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Pará, FAZ SABER, através do presente edital, que será realizada Correição Ordinária na Vara Única da Justiça Militar do Estado do Pará no período de **5/12** a **15/12/2010**. E, para que chegue ao conhecimento de todos, lavra-se o presente edital para comunicar que durante os trabalhos correcionais poderão ser recebidas manifestações do público externo e de outros órgãos públicos a respeito dos serviços judiciais, mediante envio de e-mail a este juízo, constantes no rodapé, ou pessoalmente, no endereço da unidade judiciária, situada na Avenida 16 de novembro, nº 486, Cidade Velha, Belém, PA. Do presente edital deverão ser extraídas a quantidade de vias necessárias para arquivamento em pasta de correição, afixação no átrio da unidade judiciária, encaminhamento à Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém e publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJe. Dado e passado nesta Cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos nove dias do mês de novembro de dois mil, vinte e um.

LUCAS DO CARMO DE JESUS

Juiz de Direito Titular da Vara Única da Justiça Militar do Estado do Pará

Fórum de: **JUSTIÇA MILITAR** E-mails: **auditoria.militar@tjpa.jus.br**

lucas.carmo@tjpa.jus.br

Endereço: **Avenida 16 de Novembro, 486**
CEP: **66.023-220** Bairro: **Cidade Velha** Fone: **(91)99339-0307**

COMARCA DE ABAETETUBA

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA

Autos de Processo Nº. 0002454-09.2019.8.14.0070

Autor: Ministério Público

Acusado: JEFFERSON EVANGELISTA DA SILVA

Representantes: MAURÍCIO PIRES RODRIGUES ¿ OAB/PA Nº. 20.476

LUCIANA DOLORES MIRANDA GUIMARÃES ¿ OAB/PA Nº. 23.422

Capitulação Penal: Artigo 217-A do CPB

SENTENÇA

I) RELATÓRIO

Vistos.

O Ministério Público do Estado do Pará ajuizou a presente ação penal em desfavor de JEFFERSON EVANGELISTA DA SILVA, qualificado nos autos, denunciando-o como incurso nas penas previstas art. 217-A do Código Penal.

Narra a exordial acusatória que na manhã de 16 de março de 2019, a criança V.A.N teria ido até a casa de seu vizinho, ora acusado, e este teria colocado o ¿piu piu¿ na ofendida. Que na ocasião ele teria baixado sua calcinha e tocado com o pênis na sua genitália. Disse ainda a ofendida que teria sentido dores em razão da atitude do denunciado.

Perante a autoridade policial o acusado negou a autoria delitiva.

Realizou-se exame sexológico na vítima (fls. 23 do IPL)

A denúncia foi recebida em 15 de abril de 2019, às fls. 10. O acusado apresentou resposta à acusação (fl. 12/14).

A ofendida foi ouvida na modalidade de depoimento sem dano (fl. 29).

Durante a instrução foram ouvidas 01 (uma) informante e três testemunhas arroladas na denúncia pelo MP e uma testemunha arrolada pela defesa, ao final, interrogado o acusado que optou por ficar calado (fl. 31).

Em sede de alegações finais, o Ministério Público requereu a condenação do no crime previsto no art. 217-A.

A Defesa pugnou pela absolvição do acusado do crime previsto no art. 217-A.

II) FUNDAMENTAÇÃO.

Em sede de delitos contra a liberdade sexual, a palavra da vítima, quando possível de se obter, constitui-se no vértice da acusação, quando convive harmonicamente com os demais elementos probatórios contidos nos autos, em face da atitude usualmente clandestina da conduta reprovável que dificilmente reúne outras testemunhas.

No presente caso, verifica-se que, no depoimento prestado pela vítima em juízo, esta afirmou que o acusado colocou o pênis, ¿piu-piu¿, em suas partes íntimas. Que ele também colocou as mãos em suas partes íntimas. Que o denunciado não tirou as vestes dela. Que ela estava de pijamas e ele de toalha.

Todavia, verifico que não há elementos probatórios que reforcem a versão apresentada pela vítima.

Ocorre que o exame sexológico, de fls. 23do IPL, descreve categoricamente não haver sinais de conjunção carnal ou qualquer outro tipo de ato libidinoso.

Além disso, no depoimento prestado pela senhora Solene Maria dos Anjos Negrão, a depoente relatou que sua filha disse que o denunciado tinha baixado a calcinha dela e mostrado o pinto dele, bem como declarou que ele não a tocou (penetrou) com o pênis.

Diante das provas produzidas e contrariedades entre elas, não foi possível verificar, sem sombra de dúvida razoável, a materialidade e autoria do crime de estupro de vulnerável.

Assim sendo, entendo não existirem elementos de prova capazes de sustentar um decreto condenatório para o crime de estupro de vulnerável.

Não se pode olvidar que não há virtude alguma em condenar um inocente, e, havendo dúvida na existência ou autoria do delito, deverá a magistrada absolver o acusado.

III - DISPOSITIVO

Isto posto, julgo improcedente o pedido contido na exordial acusatória para, com fundamento no artigo 386, Inciso VII, do Código de Processo Penal, ABSOLVER o JEFFERSON EVANGELISTA DA SILVA do crime de estupro de vulnerável, por insuficiência de provas.

P.R.I.C.

Dê-se ciência ao MP e à Defesa.

Com o trânsito em julgado, arquive-se.

Abaetetuba, 15 de outubro de 2021.

PAMELA CARNEIRO LAMEIRA

Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba

RESENHA: 16/11/2021 A 19/11/2021 - SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA - VARA: VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA PROCESSO: 01451760820158140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 VITIMA:L. M. P. DENUNCIADO:LUIS DOS SANTOS SOUSA. R. Hoje Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o (s) acusado (s), devidamente citado (s) por edital, nÃ£o

compareceu em juÃzo, tampouco constituiu advogado, determino a suspensÃ£o do processo e o curso do prazo prescricional, com supedÃ¢neo no art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba/PA, de novembro de 2017. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃza de Direito titular da Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba Â PÃ¡gina de Refresh>F9 PROCESSO: 00000156920088140070 PROCESSO ANTIGO: 200820000129 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:S. C. M. F. N. DENUNCIADO:MICHEL SALIM KHAYAT Representante(s): OAB 1705 - OSVALDO JESUS SERRAO DE AQUINO (ADVOGADO) DENUNCIADO:HAILTON ROCHA MELO. DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o parecer ministerial de fls. 558, vista dos autos as partes para alegaÃ§Ãµes finais, no prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, retorne-se os autos ao gabinete. Abaetetuba, 18 de novembro de 2021. PAMELA CARNEIRO LAMEIRA JuÃza de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA PROCESSO: 00005142020098140070 PROCESSO ANTIGO: 200920002364 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:JOSE EVANIO DE MAGALHAES XAVIER VITIMA:A. C. B. VITIMA:M. B. F. VITIMA:A. N. L. L. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nÂº 0000514-20.2009.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: JOSE EVANIO DE MAGALHAES XAVIER. Cap. art. 302 E 303 DO CTB. SENTENÃA SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ ofereceu denÃºncia em face do acusado JOSE EVANIO DE MAGALHAES XAVIER, pela prÃ¡tica do crime tipificado art. 302 E 303 DO CTB. Â Â Â Â Â O fato ocorreu em 01 de dezembro de 2008. Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 27 de abril de 2009 (fls. 59). Â Â Â Â Â O rÃ©u foi citado por edital e teve suspenso o processo e o prazo prescricional em 03 de julho de 2012 (fls. 98). Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO.Â Â Â Â Â Â Â Â Em reanÃ¡lise percuciente do presente feito, constata-se que o rÃ©u nÃ£o deveria ter sido citado por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, pois conforme consta nos autos, o acusado nÃ£o foi localizado no endereÃ§o inicialmente fornecido na denÃºncia, incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u com fim de citÃ¡-lo, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, tratando-se de crimes com pena mÃ¡xima privativa de liberdade, em abstrato para os delitos previstos nos arts.Â Art. 302 do CTB, Ã© de 04 (quatro) anos, que de acordo com o art. 109, inciso IV do CÃ³digo Penal Brasileiro, prescreve em 08 (oito) anos. Art. 303 do CTB, Ã© de 02 (dois) anos, que de acordo com o art. 109, inciso V do CÃ³digo Penal Brasileiro, prescreve em 04 (quatro) anos. Â Â Â Â Â Â Â Considerando que desde a data do recebimento da denÃºncia, atÃ© o presente momento transcorreu perÃodo superior hÃ¡ 12 (doze) anos, sem qualquer interrupÃ§Ã£o do lapso temporal, o presente processo encontra-se fulminado pela prescriÃ§Ã£o, devendo ser declarada extinta a punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, chamo o processo Ã ordem para tornar sem efeito o despacho que suspendeu o processo e o prazo prescricional, e declaro extinta a punibilidade do acusado JOSE EVANIO DE MAGALHAES XAVIER, pela incidÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva, com fulcro no art. 107, IV, c/c art. 109, ambos do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Transitado em julgado a presente decisÃ£o, efetuem-se as devidas baixas em seus registros. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquive-se os autos Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 18 de novembro de 2021Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA Juiz de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00006412020148140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:MOIZES GONCALVES MARTINS. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nÂº 0000641-20.2014.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: MOIZES GONÃALVES MARTINS. Cap. art. 180, caput do CP. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ ofereceu denÃºncia em face do acusado MOIZES GONÃALVES MARTINS, pela prÃ¡tica do crime tipificado no artigo 180, caput DO CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 24 de setembro de 2014, conforme decisÃ£o de fl. 05. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo e o curso do prazo prescricional foram suspensos, nos termos do art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente, constata-se que o rÃ©u nÃ£o deveria ter sido citado por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, visto que o acusado nÃ£o foi localizado, assim incumbindo o Representante do

MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u com fim de citÃ¡-lo, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, verifico que a pena mÃ¡xima prevista para o delito do art. 180 do CP, Ã© de 04 (quatro) anos, que de acordo com o art. 109, inciso IV do CÃ³digo Penal Brasileiro, prescreve em 08 (oito) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante o fato supramencionado, e considerando as circunstÂ¢ncias favorÃ¡veis do acusado, a pena seria fixada, por condiÃ§Ãµes de polÃ-tica criminal, no mÃ-nimo legal, ou seja, em 01 (um) ano, prescrevendo em 04 (quatro) anos, e jÃ¡ se passaram 07 (sete) anos, o que faria com que, in concreto, a pena jÃ¡ estivesse extinta pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, atendendo-se ao fato de que nenhuma outra circunstÂ¢ncia interruptiva da prescriÃ§Ã£o, alÃ©m do recebimento da denÃºncia, se operou, e como jÃ¡ Ã© o entendimento pacÃ-fico dos tribunais superiores a possibilidade de aplicaÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o em sua espÃ©cie virtual, entendo extinta a punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: L. RESP. RECEPTAÃÃO. EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE DECLARADA, EM PRIMEIRO GRAU, COM BASE EM PENA ANTECIPADA. DECISÃO CONFIRMADA PELO TRIBUNAL. IMPROPRIEDADE. PRESCRIÃÃO PELA PENA EM ABSTRATO CONFIGURADA. RECURSO PROVIDO. I. De acordo com o CÃ³digo Penal, tem-se que a prescriÃ§Ã£o somente se regula pela pena concretamente aplicada ou, ainda, pelo mÃ¡ximo de sanÃ§Ã£o, abstratamente previsto. II. Ã imprÃ³pria a decisÃ£o que confirma a extinÃ§Ã£o da punibilidade decretada com base em pena em perspectiva. Precedentes. III. Deve ser cassado o acÃ³rdÃ£o recorrido para afastar a denominada prescriÃ§Ã£o em perspectiva. IV. Verificada a efetiva ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pena em abstrato, extingue-se a punibilidade do rÃ©u. V. Recurso provido. VI. Declarada, de ofÃ-cio, a extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u pela prescriÃ§Ã£o da pena abstratamente cominada. (Recurso Especial nº 714260/RS (2004/0181577-0), 5ª Turma do STJ, Rel. Min. Gilson Dipp. j. 24.05.2005, unÂ¢nime, DJ 13.06.2005). PROCESSO PENAL. 'HABEAS CORPUS'. CONDUTA. ATIPICIDADE. ABSORÇÃO DO CRIME-MEIO. PRESCRIÃÃO DO CRIME-FIM. EXTENSÃO DOS EFEITOS. DILAÃÃO PROBATÃRIA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. PRESCRIÃÃO ANTECIPADA. RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. O 'habeas corpus' tem rito cÃ©lere, de cogniÃ§Ã£o sumÃ¡ria, ausente o contraditÃ³rio e, por isso, destinado a corrigir ilegalidades patentes, perceptÃ-veis 'ictu oculi', e nÃ£o como atalho processual a substituir o processo de conhecimento. 2. A discussÃ£o a respeito do PrincÃ-pio da ConsunÃ§Ã£o esborda a via do 'writ' quando demandar incursÃµes de ordem fÃ¡tico-probatÃ³ria, ainda mais antes de encerrada a instruÃ§Ã£o no juÃ-zo primevo. 3. A declaraÃ§Ã£o da ocorrÃªncia da denominada prescriÃ§Ã£o antecipada somente Ã© possÃ-vel quando o 'quantum' da pena a ser futuramente imposta e concretizada demonstre, de maneira evidente, que o lapso temporal para reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade tenha, desde logo, seu termo final ultrapassado. 4. 'Habeas corpus' parcialmente conhecido e, nesta parte, denegado. (Habeas Corpus nº 31925/RJ (2003/0211188-8), 6ª Turma do STJ, Rel. Min. Paulo Medina. j. 02.09.2004, unÂ¢nime, DJ 03.11.2004). HABEAS CORPUS. PRESCRIÃÃO VIRTUAL. RECONHECIMENTO. Uma vez proferida sentenÃ§a reconhecendo a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o antecipada, com base na pena que seria imposta em possÃ-vel condenaÃ§Ã£o, fica superada a apontada ilegalidade. Habeas corpus prejudicado. (Habeas Corpus nº 25289-1/217 (200502306780), 1ª CÂ¢mara Criminal do TJGO, ValparaÃ-so de GoiÃ¡s, Rel. Des. Huygens Bandeira de Melo. j. 25.10.2005, unÂ¢nime, DJ 23.11.2005). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, pode o juiz antecipar o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o, na modalidade de prescriÃ§Ã£o virtual, considerando a pena que irÃ¡ aplicar no caso concreto, baseado na inutilidade de uma condenaÃ§Ã£o jÃ¡ de antemÃ£o alcanÃ§ada pela prescriÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, se considerada a pena em perspectiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado MOIZES GONÃALVES MARTINS, com fundamento no artigo 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao MP e ao defensor (a) do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 18 de novembro 2021Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA JuÃ-za de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00006435820128140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:ROSENILDO DA SILVA FERREIRA VITIMA:L. M. S. S. . DECISÃO Vistos os autos 1- Recebo o Recurso em Sentido Estrito interposto pela Defensoria PÃºblica, em favor de ROSENILDO DA SILVA FERREIRA, eis que tempestivos e satisfeitos os requisitos legais. 2- Intime-se o recorrente para apresentar as razÃµes do RESE, no prazo legal, apÃ³s, dÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, para que apresente contrarrazÃµes, no prazo legal (art. 588 do CPP). 3- Com a resposta do recorrido, ou sem ela, faÃ§am-me os autos conclusos para decisÃ£o, nos termos do art. 589 do CPP. P.R.I. Abaetetuba/PA, 18 de novembro de 2021. Pamela Carneiro Lameira JuÃ-za de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO:

00006484120168140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:SIDNEY DA SILVA POMPEU VITIMA:M. W. S. F. VITIMA:D. F. D. . DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â I- Recebo o recurso de apelaÃ§Ã£o interposto tempestivamente nos autos (fls.71) Â Â Â Â Â Â Â Â Â II-Conforme Art. 600 do CPP, intime-se o apelante para apresentar as razÃµes recursais no prazo de 08 (oito) dias, em seguida abra-se vistas ao representante do MinistÃ©rio PÃºblico para contrarrazÃµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â III-ApÃ³s, observadas as formalidades legais e independentemente de novo despacho, subam os autos ao E. Tribunal de JustiÃ§a do Estado, com as devidas homenagens. Â Abaetetuba/PA, 18 de novembro de 2021. Â Pamela Carneiro Lameira Â JuÃ-za de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00009469120208140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 18/11/2021 DENUNCIADO:RENATO MACHADO GOMES Representante(s): OAB 11133 - DENILSON FERREIRA DA CRUZ (ADVOGADO) OAB 13091 - GELSON GONCALVES DA ROCHA (ADVOGADO) DENUNCIADO:ELDER MONTEIRO FERREIRA Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) VITIMA:S. A. C. . DECISÃO Vistos os autos 1- Recebo o Recurso em Sentido Estrito interposto pela Defesa dos acusados ELDER MONTEIRO FERREIRA e RENATO MACHADO GOMES, eis que tempestivos e satisfeitos os requisitos legais. 2- Considerando que a razoes jÃ¡ foram apresentadas por parte da defesa dos acusados, dÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, para que apresente contrarrazÃµes, no prazo legal (art. 588 do CPP). 3- Com a resposta do recorrido, ou sem ela, faÃ§am-me os autos conclusos para decisÃ£o, nos termos do art. 589 do CPP. P.R.I. Abaetetuba/PA, 18 de novembro de 2021. Pamela Carneiro Lameira JuÃ-za de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00010453720158140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:JOSE OSVALDO NUNES DE OLIVEIRA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nÂº 0001045-37.2015.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: JOSE OSVALDO NUNES DE OLIVEIRA. Cap. art. 12 da lei 10.826\03. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ ofereceu denÃºncia em face do acusado JOSE OSVALDO NUNES DE OLIVEIRA, pela prÃ¡tica do crime tipificado no artigo 12 da lei 10.286\03. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 16 de outubro 2015, conforme decisÃ£o de fl. 04. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo e o curso do prazo prescricional foram suspensos, nos termos do art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente, constata-se que o rÃ©u nÃ£o deveria ter sido citado por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, visto que o acusado nÃ£o foi localizado, assim incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u com fim de citÃ¡-lo, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, verifico que a pena mÃ¡xima prevista para o delito do art. 12 da lei 10.286\03, Ã© de 03 (trÃªs) anos, que de acordo com o art. 109, inciso IV do CÃ³digo Penal Brasileiro, prescreve em 08 (oito) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante o fato supramencionado, e considerando as circunstÃ¢ncias favorÃ¡veis do acusado, a pena seria fixada, por condiÃ§Ãµes de polÃ-tica criminal, no mÃ-nimo legal, ou seja, em 01 (um) ano, prescrevendo em 04 (quatro) anos e jÃ¡ se passaram mais de 06 (seis) anos, o que faria com que, in concreto, a pena jÃ¡ estivesse extinta pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, atendendo-se ao fato de que nenhuma outra circunstÃ¢ncia interruptiva da prescriÃ§Ã£o, alÃ©m do recebimento da denÃºncia, se operou, e como jÃ¡ Ã© o entendimento pacÃ-fico dos tribunais superiores a possibilidade de aplicaÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o em sua espÃ©cie virtual, entendo extinta a punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: L. RESP. RECEPTAÃÃO. EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE DECLARADA, EM PRIMEIRO GRAU, COM BASE EM PENA ANTECIPADA. DECISÃO CONFIRMADA PELO TRIBUNAL. IMPROPRIEDADE. PRESCRIÃÃO PELA PENA EM ABSTRATO CONFIGURADA. RECURSO PROVIDO. I. De acordo com o CÃ³digo Penal, tem-se que a prescriÃ§Ã£o somente se regula pela pena concretamente aplicada ou, ainda, pelo mÃ¡ximo de sanÃ§Ã£o, abstratamente previsto. II. Ã imprÃ³pria a decisÃ£o que confirma a extinÃ§Ã£o da punibilidade decretada com base em pena em perspectiva. Precedentes. III. Deve ser cassado o acÃ³rdÃ£o recorrido para afastar a denominada prescriÃ§Ã£o em perspectiva. IV. Verificada a efetiva ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pena em abstrato, extingue-se a punibilidade do rÃ©u. V. Recurso provido. VI. Declarada, de ofÃ-cio, a extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u pela prescriÃ§Ã£o da pena abstratamente cominada. (Recurso Especial nÂº 714260/RS (2004/0181577-

0), 5Âª Turma do STJ, Rel. Min. Gilson Dipp. j. 24.05.2005, unÃ¢nime, DJ 13.06.2005). PROCESSO PENAL. 'HABEAS CORPUS'. CONDUTA. ATIPICIDADE. ABSORÃÃO DO CRIME-MEIO. PRESCRIÃÃO DO CRIME-FIM. EXTENSÃO DOS EFEITOS. DILAÃÃO PROBATÃRIA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. PRESCRIÃÃO ANTECIPADA. RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. O 'habeas corpus' tem rito cÃ©lere, de cogniÃ§Ã£o sumÃ¡ria, ausente o contraditÃ³rio e, por isso, destinado a corrigir ilegalidades patentes, perceptÃ-veis 'ictu oculi', e nÃ£o como atalho processual a substituir o processo de conhecimento. 2. A discussÃ£o a respeito do PrincÃ-pio da ConsunÃ§Ã£o esborda a via do 'writ' quando demandar incursÃµes de ordem fÃ¡tico-probatÃ³ria, ainda mais antes de encerrada a instruÃ§Ã£o no juÃ-zo primevo. 3. A declaraÃ§Ã£o da ocorrÃªncia da denominada prescriÃ§Ã£o antecipada somente Ã© possÃ-vel quando o 'quantum' da pena a ser futuramente imposta e concretizada demonstre, de maneira evidente, que o lapso temporal para reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade tenha, desde logo, seu termo final ultrapassado. 4. 'Habeas corpus' parcialmente conhecido e, nesta parte, denegado. (Habeas Corpus nº 31925/RJ (2003/0211188-8), 6Âª Turma do STJ, Rel. Min. Paulo Medina. j. 02.09.2004, unÃ¢nime, DJ 03.11.2004). HABEAS CORPUS. PRESCRIÃÃO VIRTUAL. RECONHECIMENTO. Uma vez proferida sentenÃ§a reconhecendo a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o antecipada, com base na pena que seria imposta em possÃ-vel condenaÃ§Ã£o, fica superada a apontada ilegalidade. Habeas corpus prejudicado. (Habeas Corpus nº 25289-1/217 (200502306780), 1Âª CÂ¢mara Criminal do TJGO, ValparaÃ-so de GoiÃ¡s, Rel. Des. Huygens Bandeira de Melo. j. 25.10.2005, unÃ¢nime, DJ 23.11.2005). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, pode o juiz antecipar o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o, na modalidade de prescriÃ§Ã£o virtual, considerando a pena que irÃ¡ aplicar no caso concreto, baseado na inutilidade de uma condenaÃ§Ã£o jÃ¡ de antemÃ£o alcanÃ§ada pela prescriÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, se considerada a pena em perspectiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado JOSE OSVALDO NUNES DE OLIVEIRA, com fundamento no artigo 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao MP e ao defensor (a) do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 18 de novembro de 2021.Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA JuÃ-za de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00022266820188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:ROSINALDO DE JESUS DA COSTA RODRIGUES. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0002226-68.2018.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: ROSINALDO DE JESUS DA COSTA RODRIGUES. Cap. art. 306 CTB. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ ofereceu denÃºncia em face do acusado ROSINALDO DE JESUS DA COSTA RODRIGUES, pela prÃ¡tica do crime tipificado no artigo 306 CTB. Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 10 de agosto de 2018, conforme decisÃ£o de fl. 04. Â Â Â Â Â Â Â Â O processo e o curso do prazo prescricional foram suspensos, nos termos do art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente, constata-se que o rÃ©u nÃ£o deveria ter sido citado por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, visto que o acusado nÃ£o foi localizado, assim incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u com fim de citÃ¡-lo, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, verifico que a pena mÃ¡xima prevista para o delito do art. 306 do CTB, Ã© de 03 (trÃªs) anos, que de acordo com o art. 109, inciso IV do CÃ³digo Penal Brasileiro, prescreve em 08 (oito) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante o fato supramencionado, e considerando as circunstÃ¢ncias favorÃ¡veis do acusado, a pena seria fixada, por condiÃ§Ãµes de polÃ-tica criminal, no mÃ-nimo legal, ou seja, em 06 (seis) meses, prescrevendo em 03 (trÃªs) anos e jÃ¡ se passaram mais de 03 (trÃªs) anos, o que faria com que, in concreto, a pena jÃ¡ estivesse extinta pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, atendendo-se ao fato de que nenhuma outra circunstÃ¢ncia interruptiva da prescriÃ§Ã£o, alÃ©m do recebimento da denÃºncia, se operou, e como jÃ¡ Ã© o entendimento pacÃ-fico dos tribunais superiores a possibilidade de aplicaÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o em sua espÃ©cie virtual, entendo extinta a punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: L. RESP. RECEPTAÃÃO. EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE DECLARADA, EM PRIMEIRO GRAU, COM BASE EM PENA ANTECIPADA. DECISÃO CONFIRMADA PELO TRIBUNAL. IMPROPRIEDADE. PRESCRIÃÃO PELA PENA EM ABSTRATO CONFIGURADA. RECURSO PROVIDO. I. De acordo com o CÃ³digo Penal, tem-se que a prescriÃ§Ã£o somente se regula pela pena concretamente aplicada ou, ainda, pelo mÃ¡ximo de sanÃ§Ã£o, abstratamente previsto. II. Ã imprÃ³pria a decisÃ£o que confirma a extinÃ§Ã£o da punibilidade decretada com base em pena em perspectiva.

Precedentes. III. Deve ser cassado o acÃ³rdÃ£o recorrido para afastar a denominada prescriÃ§Ã£o em perspectiva. IV. Verificada a efetiva ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pena em abstrato, extingue-se a punibilidade do rÃ©u. V. Recurso provido. VI. Declarada, de ofÃ-cio, a extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u pela prescriÃ§Ã£o da pena abstratamente cominada. (Recurso Especial nÂº 714260/RS (2004/0181577-0), 5Âª Turma do STJ, Rel. Min. Gilson Dipp. j. 24.05.2005, unÃ¢nime, DJ 13.06.2005). PROCESSO PENAL. 'HABEAS CORPUS'. CONDUTA. ATIPICIDADE. ABSORÃÃO DO CRIME-MEIO. PRESCRIÃÃO DO CRIME-FIM. EXTENSÃO DOS EFEITOS. DILAÃÃO PROBATÃRIA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. PRESCRIÃÃO ANTECIPADA. RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. O 'habeas corpus' tem rito cÃ©lere, de cogniÃ§Ã£o sumÃ¡ria, ausente o contraditÃ³rio e, por isso, destinado a corrigir ilegalidades patentes, perceptÃ-veis 'ictu oculi', e nÃ£o como atalho processual a substituir o processo de conhecimento. 2. A discussÃ£o a respeito do PrincÃ-pio da ConsunÃ§Ã£o esborda a via do 'writ' quando demandar incursÃµes de ordem fÃ¡tico-probatÃ³ria, ainda mais antes de encerrada a instruÃ§Ã£o no juÃ-zo primevo. 3. A declaraÃ§Ã£o da ocorrÃªncia da denominada prescriÃ§Ã£o antecipada somente Ã© possÃ-vel quando o 'quantum' da pena a ser futuramente imposta e concretizada demonstre, de maneira evidente, que o lapso temporal para reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade tenha, desde logo, seu termo final ultrapassado. 4. 'Habeas corpus' parcialmente conhecido e, nesta parte, denegado. (Habeas Corpus nÂº 31925/RJ (2003/0211188-8), 6Âª Turma do STJ, Rel. Min. Paulo Medina. j. 02.09.2004, unÃ¢nime, DJ 03.11.2004). HABEAS CORPUS. PRESCRIÃÃO VIRTUAL. RECONHECIMENTO. Uma vez proferida sentenÃ§a reconhecendo a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o antecipada, com base na pena que seria imposta em possÃ-vel condenaÃ§Ã£o, fica superada a apontada ilegalidade. Habeas corpus prejudicado. (Habeas Corpus nÂº 25289-1/217 (200502306780), 1Âª CÃ¢mara Criminal do TJGO, ValparaÃ-so de GoiÃ¡s, Rel. Des. Huygens Bandeira de Melo. j. 25.10.2005, unÃ¢nime, DJ 23.11.2005). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, pode o juiz antecipar o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o, na modalidade de prescriÃ§Ã£o virtual, considerando a pena que irÃ¡ aplicar no caso concreto, baseado na inutilidade de uma condenaÃ§Ã£o jÃ¡ de antemÃ£o alcanÃ§ada pela prescriÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, se considerada a pena em perspectiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado ROSINALDO DE JESUS DA COSTA RODRIGUES, com fundamento no artigo 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao MP e ao defensor (a) do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 18 de novembro de 2021.Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA JuÃ-za de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00025587420148140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:LUCIVALDO ALVES DE AZEVEDO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nÂº 0002558-74.2014.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: LUCIVALDO ALVES DE AZEVEDO. Cap. art. 180, Â§3Âº do CP. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ ofereceu denÃºncia em face do acusado LUCIVALDO ALVES DE AZEVEDO, pela prÃ¡tica do crime tipificado no artigo 180, Â§3Âº DO CP. Â Â Â Â Â O fato ocorreu no dia 07 de abril de 2014. Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 09 de agosto de 2016. Â Â Â Â Â O rÃ©u foi citado por edital (fl. 14) e teve suspenso o processo e o prazo prescricional em 26 de abril de 2017 (fls. 16). Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO.Â Â Â Â Â Â Â Â Em reanÃ¡lise percuciente do presente feito, constata-se que o rÃ©u nÃ£o deveria ter sido citado por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, pois conforme consta nos autos, o acusado nÃ£o foi localizado no endereÃ§o inicialmente fornecida na denÃºncia, incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u com fim de citÃ¡-lo, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, tratando-se de crimes com pena mÃ¡xima privativa de liberdade, em abstrato, de 01 (um) ano, o prazo prescricional Ã© de 04 (quatro), conforme estabelece o art. 109, inciso V do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Considerando que desde a data do recebimento da denÃºncia, atÃ© o presente momento transcorreu perÃ-odo de tempo superior hÃ¡ 05 (cinco) anos, sem qualquer interrupÃ§Ã£o do lapso temporal, o presente processo encontra-se fulminado pela prescriÃ§Ã£o, devendo ser declarada extinta a punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, chamo o processo Ã ordem para tornar sem efeito o despacho que suspendeu o processo e o prazo prescricional, e declaro extinta a punibilidade do acusado LUCIVALDO ALVES DE AZEVEDO, pela incidÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva, com fulcro no art. 107, IV, c/c art. 109, inciso VI, ambos do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Transitado em julgado a presente decisÃ£o, efetuem-se as devidas baixas em seus registros. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s,

arquive-se os autos Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 18 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 00027462820188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:ROSINALDO RIBEIRO MONTEIRO VITIMA:T. E. S. P. VITIMA:M. F. C. . DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â I- Recebo o recurso de apelaÃ§Ã£o interposto tempestivamente nos autos (fls.32) Â Â Â Â Â Â Â Â Â II-Conforme Art. 600 do CPP, intime-se o apelante para apresentar as razÃµes recursais no prazo de 08 (oito) dias, em seguida abra-se vistas ao representante do MinistÃ©rio PÃºblico para contrarrazÃµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â III-ApÃ³s, observadas as formalidades legais e independentemente de novo despacho, subam os autos ao E. Tribunal de JustiÃ§a do Estado, com as devidas homenagens. Â Abaetetuba/PA, 18 de novembro de 2021. Â Pamela Carneiro Lameira Â JuÃ-za de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00029842320138140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:J. C. A. DENUNCIADO:MAX PINHEIRO CARVALHO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nÂº 0002984-23.2013.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: MAX PINHEIRO CARVALHO. Cap. art. 155, caput do CP. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ ofereceu denÃºncia em face do acusado MAX PINHEIRO CARVALHO, pela prÃ¡tica do crime tipificado no artigo 155 DO CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 10 de agosto de 2015, conforme decisÃ£o de fl. 05. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo e o curso do prazo prescricional foram suspensos, nos termos do art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente, constata-se que o rÃ©u nÃ£o deveria ter sido citado por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, visto que o acusado nÃ£o foi localizado, assim incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u com fim de citÃ¡-lo, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, verifico que a pena mÃ¡xima prevista para o delito do art. 155 do CP, Ã© de 04 (quatro) anos, que de acordo com o art. 109, inciso IV do CÃ³digo Penal Brasileiro, prescreve em 08 (oito) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante o fato supramencionado, e considerando as circunstÂ¢ncias favorÃ¡veis do acusado, a pena seria fixada, por condiÃ§Ãµes de polÃ-tica criminal, no mÃ-nimo legal, ou seja, em 01 (um) ano, prescrevendo em 04 (quatro) anos, e jÃ¡ se passaram 06 (seis) anos, o que faria com que, in concreto, a pena jÃ¡ estivesse extinta pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, atendendo-se ao fato de que nenhuma outra circunstÂ¢ncia interruptiva da prescriÃ§Ã£o, alÃ©m do recebimento da denÃºncia, se operou, e como jÃ¡ Ã© o entendimento pacÃ-fico dos tribunais superiores a possibilidade de aplicaÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o em sua espÃ©cie virtual, entendo extinta a punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: L. RESP. RECEPTAÃÃO. EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE DECLARADA, EM PRIMEIRO GRAU, COM BASE EM PENA ANTECIPADA. DECISÃO CONFIRMADA PELO TRIBUNAL. IMPROPRIEDADE. PRESCRIÃÃO PELA PENA EM ABSTRATO CONFIGURADA. RECURSO PROVIDO. I. De acordo com o CÃ³digo Penal, tem-se que a prescriÃ§Ã£o somente se regula pela pena concretamente aplicada ou, ainda, pelo mÃ¡ximo de sanÃ§Ã£o, abstratamente previsto. II. Ã imprÃ³pria a decisÃ£o que confirma a extinÃ§Ã£o da punibilidade decretada com base em pena em perspectiva. Precedentes. III. Deve ser cassado o acÃ³rdÃ£o recorrido para afastar a denominada prescriÃ§Ã£o em perspectiva. IV. Verificada a efetiva ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pena em abstrato, extingue-se a punibilidade do rÃ©u. V. Recurso provido. VI. Declarada, de ofÃ-cio, a extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u pela prescriÃ§Ã£o da pena abstratamente cominada. (Recurso Especial nº 714260/RS (2004/0181577-0), 5ª Turma do STJ, Rel. Min. Gilson Dipp. j. 24.05.2005, unÂ¢nime, DJ 13.06.2005). PROCESSO PENAL. 'HABEAS CORPUS'. CONDUTA. ATIPICIDADE. ABSORÃÃO DO CRIME-MEIO. PRESCRIÃÃO DO CRIME-FIM. EXTENSÃO DOS EFEITOS. DILAÃÃO PROBATÃRIA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. PRESCRIÃÃO ANTECIPADA. RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. O 'habeas corpus' tem rito cÃ©lere, de cogniÃ§Ã£o sumÃ¡ria, ausente o contraditÃ³rio e, por isso, destinado a corrigir ilegalidades patentes, perceptÃ-veis 'ictu oculi', e nÃ£o como atalho processual a substituir o processo de conhecimento. 2. A discussÃ£o a respeito do PrincÃ-pio da ConsunÃ§Ã£o esborda a via do 'writ' quando demandar incursÃµes de ordem fÃ¡tico-probatÃ³ria, ainda mais antes de encerrada a instruÃ§Ã£o no juÃ-zo primevo. 3. A declaraÃ§Ã£o da ocorrÃªncia da denominada prescriÃ§Ã£o antecipada somente Ã© possÃ-vel quando o 'quantum' da pena a ser futuramente imposta e concretizada

demonstre, de maneira evidente, que o lapso temporal para reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade tenha, desde logo, seu termo final ultrapassado. 4. 'Habeas corpus' parcialmente conhecido e, nesta parte, denegado. (Habeas Corpus nÂº 31925/RJ (2003/0211188-8), 6Âª Turma do STJ, Rel. Min. Paulo Medina. j. 02.09.2004, unÃ¢nime, DJ 03.11.2004). HABEAS CORPUS. PRESCRIÃÃO VIRTUAL. RECONHECIMENTO. Uma vez proferida sentenÃ§a reconhecendo a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o antecipada, com base na pena que seria imposta em possÃ-vel condenaÃ§Ã£o, fica superada a apontada ilegalidade. Habeas corpus prejudicado. (Habeas Corpus nÂº 25289-1/217 (200502306780), 1Âª CÃ¢mara Criminal do TJGO, ValparaÃ-so de GoiÃ¡s, Rel. Des. Huygens Bandeira de Melo. j. 25.10.2005, unÃ¢nime, DJ 23.11.2005). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, pode o juiz antecipar o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o, na modalidade de prescriÃ§Ã£o virtual, considerando a pena que irÃ¡ aplicar no caso concreto, baseado na inutilidade de uma condenaÃ§Ã£o jÃ¡ de antemÃ£o alcanÃ§ada pela prescriÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, se considerada a pena em perspectiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado MAX PINHEIRO CARVALHO, com fundamento no artigo 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao MP e ao defensor (a) do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 18 de novembro 2021Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00040893520138140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:JECIVALDO MAIA SANTOS. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nÂº 0004089-35.2013.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: JECIVALDO MAIA SANTOS. Cap. Penal: art. 184, Â§2Âº do CP. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ ofereceu denÃºncia em face do acusado JECIVALDO MAIA SANTOS, pela prÃ¡tica do crime tipificado no artigo 184, Â§2Âº do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 27 de janeiro de 2014, conforme decisÃ£o de fl. 05. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo e o curso do prazo prescricional foram suspensos, nos termos do art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente, constata-se que o rÃ©u nÃ£o deveria ter sido citado por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, visto que o acusado nÃ£o foi localizado, assim incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u com fim de citÃ¡-lo, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, verifico que a pena mÃ¡xima prevista para o delito do art. 304 do CP, Ã© de 04 (quatro) anos, que de acordo com o art. 109, inciso IV do CÃ³digo Penal Brasileiro, prescreve em 08 (oito) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante o fato supramencionado, e considerando as circunstÃ¢ncias favorÃ¡veis do acusado, a pena seria fixada, por condiÃ§Ãµes de polÃ-tica criminal, no mÃ-nimo legal, ou seja, em 02 (dois) anos, e se passaram 07 (sete) anos, o que faria com que, in concreto, a pena jÃ¡ estivesse extinta pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, atendendo-se ao fato de que nenhuma outra circunstÃ¢ncia interruptiva da prescriÃ§Ã£o, alÃ©m do recebimento da denÃºncia, se operou, e como jÃ¡ Ã© o entendimento pacÃ-fico dos tribunais superiores a possibilidade de aplicaÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o em sua espÃ©cie virtual, entendo extinta a punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: L. RESP. RECEPTAÃÃO. EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE DECLARADA, EM PRIMEIRO GRAU, COM BASE EM PENA ANTECIPADA. DECISÃO CONFIRMADA PELO TRIBUNAL. IMPROPRIEDADE. PRESCRIÃÃO PELA PENA EM ABSTRATO CONFIGURADA. RECURSO PROVIDO. I. De acordo com o CÃ³digo Penal, tem-se que a prescriÃ§Ã£o somente se regula pela pena concretamente aplicada ou, ainda, pelo mÃ¡ximo de sanÃ§Ã£o, abstratamente previsto. II. Ã imprÃ³pria a decisÃ£o que confirma a extinÃ§Ã£o da punibilidade decretada com base em pena em perspectiva. Precedentes. III. Deve ser cassado o acÃ³rdÃ£o recorrido para afastar a denominada prescriÃ§Ã£o em perspectiva. IV. Verificada a efetiva ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pena em abstrato, extingue-se a punibilidade do rÃ©u. V. Recurso provido. VI. Declarada, de ofÃ-cio, a extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u pela prescriÃ§Ã£o da pena abstratamente cominada. (Recurso Especial nÂº 714260/RS (2004/0181577-0), 5Âª Turma do STJ, Rel. Min. Gilson Dipp. j. 24.05.2005, unÃ¢nime, DJ 13.06.2005). PROCESSO PENAL. 'HABEAS CORPUS'. CONDUTA. ATIPICIDADE. ABSORÃÃO DO CRIME-MEIO. PRESCRIÃÃO DO CRIME-FIM. EXTENSÃO DOS EFEITOS. DILAÃÃO PROBATÃRIA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. PRESCRIÃÃO ANTECIPADA. RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. O 'habeas corpus' tem rito cÃ©lere, de cogniÃ§Ã£o sumÃ¡ria, ausente o contraditÃ³rio e, por isso, destinado a corrigir ilegalidades patentes, perceptÃ-veis 'ictu oculi', e nÃ£o como atalho processual a substituir o processo de conhecimento. 2. A discussÃ£o a respeito do PrincÃ-pio da ConsunÃ§Ã£o esborda a via do 'writ' quando

demandar incursÃµes de ordem fÃ¡tico-probatÃ³ria, ainda mais antes de encerrada a instruÃ§Ã£o no juÃ-zo primevo. 3. A declaraÃ§Ã£o da ocorrÃªncia da denominada prescriÃ§Ã£o antecipada somente Ã© possÃ-vel quando o 'quantum' da pena a ser futuramente imposta e concretizada demonstre, de maneira evidente, que o lapso temporal para reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade tenha, desde logo, seu termo final ultrapassado. 4. 'Habeas corpus' parcialmente conhecido e, nesta parte, denegado. (Habeas Corpus nÂº 31925/RJ (2003/0211188-8), 6Âª Turma do STJ, Rel. Min. Paulo Medina. j. 02.09.2004, unÃ¢nime, DJ 03.11.2004). HABEAS CORPUS. PRESCRIÃÃO VIRTUAL. RECONHECIMENTO. Uma vez proferida sentenÃ§a reconhecendo a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o antecipada, com base na pena que seria imposta em possÃ-vel condenaÃ§Ã£o, fica superada a apontada ilegalidade. Habeas corpus prejudicado. (Habeas Corpus nº 25289-1/217 (200502306780), 1Âª CÃ¢mara Criminal do TJGO, ValparaÃ-so de GoiÃ¡s, Rel. Des. Huygens Bandeira de Melo. j. 25.10.2005, unÃ¢nime, DJ 23.11.2005). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, pode o juiz antecipar o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o, na modalidade de prescriÃ§Ã£o virtual, considerando a pena que irÃ¡ aplicar no caso concreto, baseado na inutilidade de uma condenaÃ§Ã£o jÃ¡ de antemÃ£o alcanÃ§ada pela prescriÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, se considerada a pena em perspectiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado JECIVALDO MAIA SANTOS, com fundamento no artigo 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao MP e ao defensor (a) do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 18 de novembro de 2021.Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA JuÃ-za de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00049146620198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:JAIMISON CAVALCANTE CARDOSO. DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â I- Recebo o recurso de apelaÃ§Ã£o interposto tempestivamente nos autos (fls.90) Â Â Â Â Â Â Â Â Â II-Conforme Art. 600 do CPP, intime-se o apelante para apresentar as razÃµes recursais no prazo de 08 (oito) dias, em seguida abra-se vistas ao representante do MinistÃ©rio PÃºblico para contrarrazÃµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â III-ApÃ³s, observadas as formalidades legais e independentemente de novo despacho, subam os autos ao E. Tribunal de JustiÃ§a do Estado, com as devidas homenagens. Â Abaetetuba/PA, 18 de novembro de 2021. Â Pamela Carneiro Lameira Â JuÃ-za de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00053099220188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:JHONATA PINHEIRO PEREIRA Representante(s): OAB 20476 - MAURICIO PIRES RODRIGUES (ADVOGADO) DENUNCIADO:KEVIN DA SILVA QUARESMA Representante(s): OAB 6908 - ANGELO JOSE LOBATO RODRIGUES (ADVOGADO) VITIMA:E. S. D. VITIMA:M. C. S. C. . DECISÃO 1.Â Â Â Â Â Â O acusados KEVIN DA SILVA QUARESMA peticionou nos autos(fls.69) requerendo autorizaÃ§Ã£o deste juÃ-zo para mudanÃ§a de endereÃ§o, sob o fundamento de que, na cidade de BelÃ©m terÃ¡ melhores condiÃ§Ãµes de vida e oportunidades de trabalho. 2.Â Â Â Â Â Submetidos os autos ao Ã³rgÃ£o do MinistÃ©rio PÃºblico, este manifestou-se pelo deferimento do pedido. 3.Â Â Â Â Â Com essas consideraÃ§Ãµes, defiro o pedido de fls. 69, para autorizar que KEVIN DA SILVA QUARESMA cumpra as medidas cautelares impostas(fls. 45), na Comarca de BelÃ©m. 4.Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se Carta PrecatÃ³ria Ã Comarca BelÃ©m/PA, para fins de fiscalizaÃ§Ã£o das medidas cautelares, pelo juÃ-zo deprecado. 5.Â Â Â Â Â Certifique a Secretaria sobre a realizaÃ§Ã£o ou nÃ£o da audiÃªncia de continuaÃ§Ã£o da instruÃ§Ã£o designada Ã s fls. 45, em seguida, conclusos. 6.Â Â Â Â Â DÃª ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. 7.Â Â Â Â Â Cumpra-se. Abaetetuba/PA, 18 de novembro de 2021. Pamela Carneiro Lameira JuÃ-za de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00060025220138140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:JOSE FRANCISCO DOS SANTOS OLIVEIRA VITIMA:R. S. O. . DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â I- Recebo o recurso de apelaÃ§Ã£o interposto tempestivamente nos autos (fls.70) Â Â Â Â Â Â Â Â Â II-Conforme Art. 600 do CPP, intime-se o apelante para apresentar as razÃµes recursais no prazo de 08 (oito) dias, em seguida abra-se vistas ao representante do MinistÃ©rio PÃºblico para contrarrazÃµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â III-ApÃ³s, observadas as formalidades legais e independentemente de novo despacho, subam os autos ao E. Tribunal de JustiÃ§a do Estado, com as devidas homenagens. Â Abaetetuba/PA, 18 de novembro de 2021. Â Pamela Carneiro Lameira Â JuÃ-za de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00074652420168140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:V. F. V. DENUNCIADO:TAINARA DE OLIVEIRA BASTOS

DENUNCIADO:DIEL FERNANDES DA SILVA. DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â I- Recebo o recurso de apelaÃ§Ã£o interposto tempestivamente nos autos (fls.86) Â Â Â Â Â Â Â Â Â II-Conforme Art. 600 do CPP, intime-se o apelante para apresentar as razÃµes recursais no prazo de 08 (oito) dias, em seguida abra-se vistas ao representante do MinistÃ©rio PÃºblico para contrarrazÃµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â III-ApÃ³s, observadas as formalidades legais e independentemente de novo despacho, subam os autos ao E. Tribunal de JustiÃ§a do Estado, com as devidas homenagens. Â Abaetetuba/PA, 18 de novembro de 2021. Â Pamela Carneiro Lameira Â JuÃ-za de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00080348820178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:ANDERSON RODRIGUES DOS SANTOS. DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â I- Recebo o recurso de apelaÃ§Ã£o interposto tempestivamente nos autos (fls.56) Â Â Â Â Â Â Â Â Â II-Conforme Art. 600 do CPP, intime-se o apelante para apresentar as razÃµes recursais no prazo de 08 (oito) dias, em seguida abra-se vistas ao representante do MinistÃ©rio PÃºblico para contrarrazÃµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â III-ApÃ³s, observadas as formalidades legais e independentemente de novo despacho, subam os autos ao E. Tribunal de JustiÃ§a do Estado, com as devidas homenagens. Â Abaetetuba/PA, 18 de novembro de 2021. Â Pamela Carneiro Lameira Â JuÃ-za de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 01251976020158140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:LUCIVALDO RODRIGUES BRITO DENUNCIADO:RONIVALDO RODRIGUES BRITO DENUNCIADO:JOSE MARIA RODRIGUES BRITO DENUNCIADO:MAILSON RODRIGUES BRITO DENUNCIADO:JESSICA BARARUA PEREIRA DENUNCIADO:MARCIELLE RODRIGUES LOBATO. DECISÃO Vistos os autos. 1.Â Â Â Â Â Diante do que consta nos autos e do perecer ministerial, dÃª-se vista dos autos Ã Defensoria PÃºblica para fins do art. 396-A, Â§ 2Âº do CPP. 2.Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos para decisÃ£o. 3.Â Â Â Â Â Cumpra-se e expeÃ§a-se o necessÃ¡rio Â Abaetetuba/PA, 18 de novembro de 2021. Â Pamela Carneiro Lameira Â JuÃ-za de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â /1 PROCESSO: 00014733320078140070 PROCESSO ANTIGO: 200720006623 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 AUTOR:DELEGACIA DE POLICIA DE ABAETETUBA AUTOR:A JUSTICA PUBLICA - 3¦ PROMOTORIA VITIMA:O. E. A. D. DENUNCIADO:ALEXANDRE SILVA NASCIMENTO DENUNCIADO:ELIO GOMES DA SILVA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nÂº 0071182-44.2015.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: ALEXANDRE SILVA NASCIMENTO e ELIO GOMES DA SILVA. Cap. Penal: art. 304 do CP. SENTENÃA Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â O nacional ALEXANDRE SILVA NASCIMENTO e ELIO GOMES DA SILVA, jÃ¡ qualificado nos autos, foi denunciado pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual como incurso no delito tipificado no art. 304 do CPB. Â Â Â Â Â O fato ocorreu no 02 de agosto de 2007. Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 28 de julho de 2008. Â Â Â Â Â O rÃ©u foi citado por edital (fl. 123 e 125) e teve suspenso o processo e o prazo prescricional em 08 de fevereiro de 2018 (fls. 124). Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO.Â Â Â Â Â Â Â Â Em reanÃ¡lise percuciente do presente feito, constata-se que o rÃ©u nÃ£o deveria ter sido citado por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, pois conforme consta nos autos, o acusado nÃ£o foi localizado no endereÃ§o inicialmente fornecida na denÃºncia, incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u com fim de citÃ¡-lo, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, tratando-se de crimes com pena mÃ¡xima privativa de liberdade, em abstrato, de 06 (seis) anos, o prazo prescricional Ã© de 12 (doze), conforme estabelece o art. 109, inciso III do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Considerando que desde a data do recebimento da denÃºncia, atÃ© o presente momento transcorreu perÃ-odo de tempo superior hÃ¡ 13 (treze) anos, sem qualquer interrupÃ§Ã£o do lapso temporal, o presente processo encontra-se fulminado pela prescriÃ§Ã£o, devendo ser declarada extinta a punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, chamo o processo Ã ordem para tornar sem efeito o despacho que suspendeu o processo e o prazo prescricional, e declaro extinta a punibilidade do acusado ALEXANDRE SILVA NASCIMENTO e ELIO GOMES DA SILVA, pela incidÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva, com fulcro no art. 107, IV, c/c art. 109, inciso III, ambos do

CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Transitado em julgado a presente decisÃ£o, efetuem-se as devidas baixas em seus registros. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquive-se os autos Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 19 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 00016499520158140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 DENUNCIADO:JOSE NILDO COSTA DOS SANTOS. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nÂº 0001649-95.2015.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: JOSE NILDO COSTA DOS SANTOS. Cap. Penal: art. 306 da Lei 9.503/1997. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ ofereceu denÃºncia em face do acusado JOSE NILDO COSTA DOS SANTOS, pela prÃ¡tica do crime tipificado no artigo. 306 da Lei 9.503/1997. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 10 de agosto de 2015, conforme decisÃ£o de fl. 05. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo e o curso do prazo prescricional foram suspensos, nos termos do art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente, constata-se que o rÃ©u nÃ£o deveria ter sido citado por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, visto que o acusado nÃ£o foi localizado, assim incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u com fim de citÃ¡-lo, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, verifico que a pena mÃ¡xima prevista para o delito do art. 306 da lei 9.503/1997 Ã© de 03 (trÃªs) anos, que de acordo com o art. 109 do CÃ³digo Penal Brasileiro, prescreve em 08 (oito) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante o fato supramencionado, e considerando as circunstÂ¢ncias favorÃ¡veis do acusado, a pena seria fixada, por condiÃ§Ãµes de polÃ-tica criminal, acima do mÃ-nimo legal, ou seja, em 02 (dois) anos, prescrevendo em 04 (quatro) anos, o que faria com que, in concreto, a pena jÃ¡ estivesse extinta pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, atendendo-se ao fato de que nenhuma outra circunstÂ¢ncia interruptiva da prescriÃ§Ã£o, alÃ©m do recebimento da denÃºncia, se operou, e como jÃ¡ Ã© o entendimento pacÃ-fico dos tribunais superiores a possibilidade de aplicaÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o em sua espÃ©cie virtual, entendo extinta a punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: L. RESP. RECEPTAÃÃO. EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE DECLARADA, EM PRIMEIRO GRAU, COM BASE EM PENA ANTECIPADA. DECISÃO CONFIRMADA PELO TRIBUNAL. IMPROPRIEDADE. PRESCRIÃÃO PELA PENA EM ABSTRATO CONFIGURADA. RECURSO PROVIDO. I. De acordo com o CÃ³digo Penal, tem-se que a prescriÃ§Ã£o somente se regula pela pena concretamente aplicada ou, ainda, pelo mÃ¡ximo de sanÃ§Ã£o, abstratamente previsto. II. Ã imprÃ³pria a decisÃ£o que confirma a extinÃ§Ã£o da punibilidade decretada com base em pena em perspectiva. Precedentes. III. Deve ser cassado o acÃ³rdÃ£o recorrido para afastar a denominada prescriÃ§Ã£o em perspectiva. IV. Verificada a efetiva ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pena em abstrato, extingue-se a punibilidade do rÃ©u. V. Recurso provido. VI. Declarada, de ofÃ-cio, a extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u pela prescriÃ§Ã£o da pena abstratamente cominada. (Recurso Especial nÂº 714260/RS (2004/0181577-0), 5Âª Turma do STJ, Rel. Min. Gilson Dipp. j. 24.05.2005, unÂ¢nime, DJ 13.06.2005). PROCESSO PENAL. 'HABEAS CORPUS'. CONDUTA. ATIPICIDADE. ABSORÃÃO DO CRIME-MEIO. PRESCRIÃÃO DO CRIME-FIM. EXTENSÃO DOS EFEITOS. DILAÃÃO PROBATÃRIA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. PRESCRIÃÃO ANTECIPADA. RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. O 'habeas corpus' tem rito cÃ©lere, de cogniÃ§Ã£o sumÃ¡ria, ausente o contraditÃ³rio e, por isso, destinado a corrigir ilegalidades patentes, perceptÃ-veis 'ictu oculi', e nÃ£o como atalho processual a substituir o processo de conhecimento. 2. A discussÃ£o a respeito do PrincÃ-pio da ConsunÃ§Ã£o esborda a via do 'writ' quando demandar incursÃµes de ordem fÃ¡tico-probatÃ³ria, ainda mais antes de encerrada a instruÃ§Ã£o no juÃ-zo primevo. 3. A declaraÃ§Ã£o da ocorrÃªncia da denominada prescriÃ§Ã£o antecipada somente Ã© possÃ-vel quando o 'quantum' da pena a ser futuramente imposta e concretizada demonstre, de maneira evidente, que o lapso temporal para reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade tenha, desde logo, seu termo final ultrapassado. 4. 'Habeas corpus' parcialmente conhecido e, nesta parte, denegado. (Habeas Corpus nÂº 31925/RJ (2003/0211188-8), 6Âª Turma do STJ, Rel. Min. Paulo Medina. j. 02.09.2004, unÂ¢nime, DJ 03.11.2004). HABEAS CORPUS. PRESCRIÃÃO VIRTUAL. RECONHECIMENTO. Uma vez proferida sentenÃ§a reconhecendo a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o antecipada, com base na pena que seria imposta em possÃ-vel condenaÃ§Ã£o, fica superada a apontada ilegalidade. Habeas corpus prejudicado. (Habeas Corpus nÂº 25289-1/217 (200502306780), 1Âª CÂ¢mara Criminal do TJGO, ValparaÃ-so de GoiÃ¡s, Rel. Des. Huygens Bandeira de Melo. j. 25.10.2005, unÂ¢nime, DJ 23.11.2005). Â

Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, pode o juiz antecipar o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o, na modalidade de prescriÃ§Ã£o virtual, considerando a pena que irÃ¡ aplicar no caso concreto, baseado na inutilidade de uma condenaÃ§Ã£o jÃ¡ de antemÃ£o alcanÃ§ada pela prescriÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, se considerada a pena em perspectiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado JOSÃ NILDO COSTA DOS SANTOS, com fundamento no artigo 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao MP e ao defensor (a) do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 19 de novembro de 2021.Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00017616420158140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 DENUNCIADO:IVANILDO DA SILVA SANTOS VITIMA:A. C. O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nÂº 0001761-64.2015.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: IVANILDO DA SILVA SANTOS. Cap. Penal: art. 14, da Lei 10.826/2003. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ ofereceu denÃºncia em face do acusado IVANILDO DA SILVA SANTOS, pela prÃ¡tica do crime tipificado no artigo 14, da lei nÂ° 10.826/03. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 23 de fevereiro de 2017, conforme decisÃ£o de fl. 04. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo e o curso do prazo prescricional foram suspensos, nos termos do art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente, constata-se que o rÃ©u nÃ£o deveria ter sido citado por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, visto que o acusado nÃ£o foi localizado, assim incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u com fim de citÃ¡-lo, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, verifico que a pena mÃ¡xima prevista para o delito do art. 14, da lei nÂ° 10.826/03 Ã© de 04 (quatro) anos, que de acordo com o art. 109 do CÃ³digo Penal Brasileiro, prescreve em 08 (oito) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante o fato supramencionado, e considerando as circunstÃ¢ncias favorÃ¡veis do acusado, a pena seria fixada, por condiÃ§Ãµes de polÃ-tica criminal, no mÃ-nimo legal, ou seja, em 02 (dois) anos, prescrevendo em 04 (quatro) anos e jÃ¡ transcorreu mais de 04 (quatro) anos o que faria com que, in concreto, a pena jÃ¡ estivesse extinta pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, atendendo-se ao fato de que nenhuma outra circunstÃ¢ncia interruptiva da prescriÃ§Ã£o, alÃ©m do recebimento da denÃºncia, se operou, e como jÃ¡ Ã© o entendimento pacÃ-fico dos tribunais superiores a possibilidade de aplicaÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o em sua espÃ©cie virtual, entendo extinta a punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: L. RESP. RECEPTAÃÃO. EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE DECLARADA, EM PRIMEIRO GRAU, COM BASE EM PENA ANTECIPADA. DECISÃO CONFIRMADA PELO TRIBUNAL. IMPROPRIEDADE. PRESCRIÃÃO PELA PENA EM ABSTRATO CONFIGURADA. RECURSO PROVIDO. I. De acordo com o CÃ³digo Penal, tem-se que a prescriÃ§Ã£o somente se regula pela pena concretamente aplicada ou, ainda, pelo mÃ¡ximo de sanÃ§Ã£o, abstratamente previsto. II. Ã imprÃ³pria a decisÃ£o que confirma a extinÃ§Ã£o da punibilidade decretada com base em pena em perspectiva. Precedentes. III. Deve ser cassado o acÃ³rdÃ£o recorrido para afastar a denominada prescriÃ§Ã£o em perspectiva. IV. Verificada a efetiva ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pena em abstrato, extingue-se a punibilidade do rÃ©u. V. Recurso provido. VI. Declarada, de ofÃ-cio, a extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u pela prescriÃ§Ã£o da pena abstratamente cominada. (Recurso Especial nÂº 714260/RS (2004/0181577-0), 5Âª Turma do STJ, Rel. Min. Gilson Dipp. j. 24.05.2005, unÃ¢nime, DJ 13.06.2005). PROCESSO PENAL. 'HABEAS CORPUS'. CONDUTA. ATIPICIDADE. ABSORÃÃO DO CRIME-MEIO. PRESCRIÃÃO DO CRIME-FIM. EXTENSÃO DOS EFEITOS. DILAÃÃO PROBATÃRIA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. PRESCRIÃÃO ANTECIPADA. RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. O 'habeas corpus' tem rito cÃ©lere, de cogniÃ§Ã£o sumÃ¡ria, ausente o contraditÃ³rio e, por isso, destinado a corrigir ilegalidades patentes, perceptÃ-veis 'ictu oculi', e nÃ£o como atalho processual a substituir o processo de conhecimento. 2. A discussÃ£o a respeito do PrincÃ-pio da ConsunÃ§Ã£o esborda a via do 'writ' quando demandar incursÃµes de ordem fÃ¡tico-probatÃ³ria, ainda mais antes de encerrada a instruÃ§Ã£o no juÃ-zo primevo. 3. A declaraÃ§Ã£o da ocorrÃªncia da denominada prescriÃ§Ã£o antecipada somente Ã© possÃ-vel quando o 'quantum' da pena a ser futuramente imposta e concretizada demonstre, de maneira evidente, que o lapso temporal para reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade tenha, desde logo, seu termo final ultrapassado. 4. 'Habeas corpus' parcialmente conhecido e, nesta parte, denegado. (Habeas Corpus nÂº 31925/RJ (2003/0211188-8), 6Âª Turma do STJ, Rel. Min. Paulo Medina. j. 02.09.2004, unÃ¢nime, DJ 03.11.2004). HABEAS CORPUS. PRESCRIÃÃO VIRTUAL. RECONHECIMENTO. Uma vez

proferida sentenÃ§a reconhecendo a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o antecipada, com base na pena que seria imposta em possÃvel condenaÃ§Ã£o, fica superada a apontada ilegalidade. Habeas corpus prejudicado. (Habeas Corpus nÂº 25289-1/217 (200502306780), 1Âª CÃ¢mara Criminal do TJGO, ValparaÃso de GoiÃ¡s, Rel. Des. Huygens Bandeira de Melo. j. 25.10.2005, unÃ¢nime, DJ 23.11.2005). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, pode o juiz antecipar o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o, na modalidade de prescriÃ§Ã£o virtual, considerando a pena que irÃ¡ aplicar no caso concreto, baseado na inutilidade de uma condenaÃ§Ã£o jÃ¡ de antemÃ£o alcanÃ§ada pela prescriÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, se considerada a pena em perspectiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado IVANILDO DA SILVA SANTOS, com fundamento no artigo 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao MP e ao defensor (a) do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 19 de novembro de 2021 PAMELA CARNEIRO LAMEIRA Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00019070820158140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 DENUNCIADO:ROSILENE ARNAUD RODRIGUES VITIMA:A. R. J. L. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nÂº 0001907-08.2015.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: ROSILENE ARNAUD RODRIGUES. Cap. Penal: art. 331 do CP. SENTENÃA Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â O nacional ROSILENE ARNAUD RODRIGUES, jÃ¡ qualificada nos autos, foi denunciado pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual como incurso no delito tipificado no art. 331 do CPB. Â Â Â Â Â O fato ocorreu no 11 de fevereiro de 2012. Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 28 de agosto de 2015. Â Â Â Â Â A rÃ© foi citada por edital (fl. 22) e teve suspenso o processo e o prazo prescricional em 04 de julho de 2019 (fls. 25). Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO.Â Â Â Â Â Â Â Â Em reanÃ¡lise percuciente do presente feito, constata-se que a rÃ© nÃ£o deveria ter sido citada por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, pois conforme consta nos autos, a acusada nÃ£o foi localizada no endereÃ§o inicialmente fornecido na denÃºncia, incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o da rÃ© com fim de citÃ¡-la, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, tratando-se de crimes com pena mÃ¡xima privativa de liberdade, em abstrato, de 02 (dois) anos, o prazo prescricional Ã© de 04 (quatro), conforme estabelece o art. 109, inciso V do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Considerando que desde a data do recebimento da denÃºncia, atÃ© o presente momento transcorreu perÃodo de tempo superior hÃ¡ 06 (seis) anos, sem qualquer interrupÃ§Ã£o do lapso temporal, o presente processo encontra-se fulminado pela prescriÃ§Ã£o, devendo ser declarada extinta a punibilidade da rÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, chamo o processo Ã ordem para tornar sem efeito o despacho que suspendeu o processo e o prazo prescricional, e declaro extinta a punibilidade da acusada ROSILENE ARNAUD RODRIGUES, pela incidÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva, com fulcro no art. 107, IV, c/c art. 109, inciso V, ambos do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Transitado em julgado a presente decisÃ£o, efetuem-se as devidas baixas em seus registros. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquive-se os autos Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 19 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA Â Â Â Â Â Â Â JuÃza de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 00023646920178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 VITIMA:M. S. S. DENUNCIADO:ANDRENILSON MACIEL DOS SANTOS. DECISÃO: Â I Â¿ Considerando que o acusado citado por Edital nÃ£o compareceu, conforme certidÃ£oÂ Ã fl.21retro, suspendo o processo e prazo prescricional nos termos do artigo 366 do CPP. Â Abaetetuba, 28 de outubro de 2020Â Â CÃ©lia Gadotti Â JuÃza de Direito, respondendo pela Vara Criminal de AbaetetubaÂ 0 Â PÃ¡gina de Refresh>F9 PROCESSO: 00042625920138140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 DENUNCIADO:MARIA DO ROSARIO FARIAS SANTOS. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nÂº 0004262-59.2013.814.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: MARIA DO ROSARIO FARIAS SANTOS. Cap. Penal: art. 14 da lei 10.826\2006. SENTENÃA Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â O nacional MARIA DO ROSARIO FARIAS SANTOS, jÃ¡ qualificada nos autos, foi denunciada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual como incurso no delito tipificado no art. 14 da lei 10.826\2006, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â O fato ocorreu em 08 de agosto de 2013. Â Â Â Â Â

A denÃºncia foi recebida em 11 de novembro de 2013. Â Â Â Â Â A rÃ© foi citada por edital (fl. 46) e teve suspenso o processo e o prazo prescricional em 28 de outubro de 2020 (fls. 49) Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO.Â Â Â Â Â Â Â Em reanÃ¡lise percuciente do presente feito, constata-se que a rÃ© nÃ£o deveria ter sido citada por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, pois conforme consta nos autos, a acusada nÃ£o foi localizada no endereÃ§o inicialmente fornecido na denÃºncia, incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o da rÃ© com fim de citÃ¡-la, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, tratando-se de crimes com pena mÃ¡xima privativa de liberdade, em abstrato, de 04 (quatro), o prazo prescricional Ã© de 08 (oito), conforme estabelece o art. 109 do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Considerando que desde a data do recebimento da denÃºncia, atÃ© o presente momento transcorreu perÃ-odo superior hÃ¡ 08 (oito) anos, sem qualquer interrupÃ§Ã£o do lapso temporal, o presente processo encontra-se fulminado pela prescriÃ§Ã£o, devendo ser declarada extinta a punibilidade da rÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, chamo o processo Ã ordem para tornar sem efeito o despacho que suspendeu o processo e o prazo prescricional, e declaro extinta a punibilidade do acusado MARIA DO ROSARIO FARIAS SANTOS, pela incidÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva, com fulcro no art. 107, IV, c/c art. 109, ambos do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Transitado em julgado a presente decisÃ£o, efetuem-se as devidas baixas em seus registros. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquive-se os autos Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 19 de novembro de 2021Â Â Â Â Â Â Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA Juiz de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00049119220118140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 DENUNCIADO:MAX REIS PINHEIRO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nÂº 0004911-2011.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: MAX REIS PINHEIRO. Cap. Penal: art. 184, Â§ 2Âº do cp. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ ofereceu denÃºncia em face do acusado MAX REIS PINHEIRO, pela prÃ¡tica do crime tipificado no artigo 184, Â§2Âº do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 07 de outubro de 2016, conforme decisÃ£o de fl. 04. Â Â Â Â Â Â Â Â O processo e o curso do prazo prescricional foram suspensos, nos termos do art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente, constata-se que o rÃ©u nÃ£o deveria ter sido citado por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, visto que o acusado nÃ£o foi localizado, assim incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u com fim de citÃ¡-lo, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, verifico que a pena mÃ¡xima prevista para o delito do art. 148, Â§2Âº do CP Ã© de 04 (quatro) anos, que de acordo com o art. 109 do CÃ³digo Penal Brasileiro, prescreve em 08 (oito) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante o fato supramencionado, e considerando as circunstÃ¢ncias favorÃ¡veis do acusado, a pena seria fixada, por condiÃ§Ãµes de polÃ-tica criminal, no mÃ-nimo legal, ou seja, em 02 (dois) anos, prescrevendo em 04 (quatro) anos e jÃ¡ transcorreu 06 (seis) anos, entre a data do recebimento da denÃºncia atÃ© a presente data, o que faria com que, in concreto, a pena jÃ¡ estivesse extinta pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, atendendo-se ao fato de que nenhuma outra circunstÃ¢ncia interruptiva da prescriÃ§Ã£o, alÃ©m do recebimento da denÃºncia, se operou, e como jÃ¡ Ã© o entendimento pacÃ-fico dos tribunais superiores a possibilidade de aplicaÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o em sua espÃ©cie virtual, entendo extinta a punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: L. RESP. RECEPTAÃÃO. EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE DECLARADA, EM PRIMEIRO GRAU, COM BASE EM PENA ANTECIPADA. DECISÃO CONFIRMADA PELO TRIBUNAL. IMPROPRIEDADE. PRESCRIÃÃO PELA PENA EM ABSTRATO CONFIGURADA. RECURSO PROVIDO. I. De acordo com o CÃ³digo Penal, tem-se que a prescriÃ§Ã£o somente se regula pela pena concretamente aplicada ou, ainda, pelo mÃ¡ximo de sanÃ§Ã£o, abstratamente previsto. II. Ã imprÃ³pria a decisÃ£o que confirma a extinÃ§Ã£o da punibilidade decretada com base em pena em perspectiva. Precedentes. III. Deve ser cassado o acÃ³rdÃ£o recorrido para afastar a denominada prescriÃ§Ã£o em perspectiva. IV. Verificada a efetiva ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pena em abstrato, extingue-se a punibilidade do rÃ©u. V. Recurso provido. VI. Declarada, de ofÃ-cio, a extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u pela prescriÃ§Ã£o da pena abstratamente cominada. (Recurso Especial nÂº 714260/RS (2004/0181577-0), 5Âª Turma do STJ, Rel. Min. Gilson Dipp. j. 24.05.2005, unÃ¢nime, DJ 13.06.2005). PROCESSO

PENAL. 'HABEAS CORPUS'. CONDUTA. ATIPICIDADE. ABSORÃÃO DO CRIME-MEIO. PRESCRIÃÃO DO CRIME-FIM. EXTENSÃO DOS EFEITOS. DILAÃÃO PROBATÃRIA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. PRESCRIÃÃO ANTECIPADA. RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. O 'habeas corpus' tem rito cÃ©lere, de cogniÃ§Ã£o sumÃ¡ria, ausente o contraditÃ³rio e, por isso, destinado a corrigir ilegalidades patentes, perceptÃ-veis 'ictu oculi', e nÃ£o como atalho processual a substituir o processo de conhecimento. 2. A discussÃ£o a respeito do PrincÃ-pio da ConsunÃ§Ã£o esborda a via do 'writ' quando demandar incursÃµes de ordem fÃ¡tico-probatÃ³ria, ainda mais antes de encerrada a instruÃ§Ã£o no juÃ-zo primevo. 3. A declaraÃ§Ã£o da ocorrÃªncia da denominada prescriÃ§Ã£o antecipada somente Ã© possÃ-vel quando o 'quantum' da pena a ser futuramente imposta e concretizada demonstre, de maneira evidente, que o lapso temporal para reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade tenha, desde logo, seu termo final ultrapassado. 4. 'Habeas corpus' parcialmente conhecido e, nesta parte, denegado. (Habeas Corpus nÂº 31925/RJ (2003/0211188-8), 6Âª Turma do STJ, Rel. Min. Paulo Medina. j. 02.09.2004, unÃ¢nime, DJ 03.11.2004). HABEAS CORPUS. PRESCRIÃÃO VIRTUAL. RECONHECIMENTO. Uma vez proferida sentenÃ§a reconhecendo a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o antecipada, com base na pena que seria imposta em possÃ-vel condenaÃ§Ã£o, fica superada a apontada ilegalidade. Habeas corpus prejudicado. (Habeas Corpus nÂº 25289-1/217 (200502306780), 1Âª CÃ¢mara Criminal do TJGO, ValparaÃ-so de GoiÃ¡s, Rel. Des. Huygens Bandeira de Melo. j. 25.10.2005, unÃ¢nime, DJ 23.11.2005). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, pode o juiz antecipar o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o, na modalidade de prescriÃ§Ã£o virtual, considerando a pena que irÃ¡ aplicar no caso concreto, baseado na inutilidade de uma condenaÃ§Ã£o jÃ¡ de antemÃ£o alcanÃ§ada pela prescriÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, se considerada a pena em perspectiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado MAX REIS PINHEIRO, com fundamento no artigo 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao MP e ao defensor (a) do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 19 de novembro de 2021Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00061867120148140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 DENUNCIADO:MAIK BRABO DA LUZ. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0006186-71.2014.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: MAIK BRABO DA LUZ. Cap. Penal: art. 184, Â§ 2º do cp. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ ofereceu denÃºncia em face do acusado MAIK BRABO DA LUZ, pela prÃ¡tica do crime tipificado no artigo 184, Â§2º do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 11 de dezembro de 2014, conforme decisÃ£o de fl. 07. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo e o curso do prazo prescricional foram suspensos, nos termos do art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente, constata-se que o rÃ©u nÃ£o deveria ter sido citado por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, visto que o acusado nÃ£o foi localizado, assim incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u com fim de citÃ¡-lo, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, verifico que a pena mÃ¡xima prevista para o delito do art. 148, Â§2Âº do CP Ã© de 04 (quatro) anos, que de acordo com o art. 109 do CÃ³digo Penal Brasileiro, prescreve em 08 (oito) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante o fato supramencionado, e considerando as circunstÃ¢ncias favorÃ¡veis do acusado, a pena seria fixada, por condiÃ§Ãµes de polÃ-tica criminal, no mÃ-nimo legal, ou seja, em 02 (dois) anos, prescrevendo em 04 (quatro) anos e jÃ¡ transcorreu 07 (sete) anos, entre a data do recebimento da denÃºncia atÃ© a presente data, o que faria com que, in concreto, a pena jÃ¡ estivesse extinta pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, atendendo-se ao fato de que nenhuma outra circunstÃ¢ncia interruptiva da prescriÃ§Ã£o, alÃ©m do recebimento da denÃºncia, se operou, e como jÃ¡ Ã© o entendimento pacÃ-fico dos tribunais superiores a possibilidade de aplicaÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o em sua espÃ©cie virtual, entendo extinta a punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: L. RESP. RECEPTAÃÃO. EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE DECLARADA, EM PRIMEIRO GRAU, COM BASE EM PENA ANTECIPADA. DECISÃO CONFIRMADA PELO TRIBUNAL. IMPROPRIEDADE. PRESCRIÃÃO PELA PENA EM ABSTRATO CONFIGURADA. RECURSO PROVIDO. I. De acordo com o CÃ³digo Penal, tem-se que a prescriÃ§Ã£o somente se regula pela pena concretamente aplicada ou, ainda, pelo mÃ¡ximo de sanÃ§Ã£o, abstratamente previsto. II. Ã imprÃ³pria a decisÃ£o que confirma a extinÃ§Ã£o da punibilidade decretada com base em pena em perspectiva. Precedentes. III. Deve ser cassado o acÃ³rdÃ£o recorrido para afastar a denominada prescriÃ§Ã£o em perspectiva. IV. Verificada a efetiva

ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pena em abstrato, extingue-se a punibilidade do rÃ©u. V. Recurso provido. VI. Declarada, de ofÃ-cio, a extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u pela prescriÃ§Ã£o da pena abstratamente cominada. (Recurso Especial nÂº 714260/RS (2004/0181577-0), 5Âª Turma do STJ, Rel. Min. Gilson Dipp. j. 24.05.2005, unÃ¢nime, DJ 13.06.2005). PROCESSO PENAL. 'HABEAS CORPUS'. CONDUTA. ATIPICIDADE. ABSORÃÃO DO CRIME-MEIO. PRESCRIÃÃO DO CRIME-FIM. EXTENSÃO DOS EFEITOS. DILAÃÃO PROBATÃRIA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. PRESCRIÃÃO ANTECIPADA. RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. O 'habeas corpus' tem rito cÃ©lere, de cogniÃ§Ã£o sumÃ¡ria, ausente o contraditÃ³rio e, por isso, destinado a corrigir ilegalidades patentes, perceptÃ-veis 'ictu oculi', e nÃ£o como atalho processual a substituir o processo de conhecimento. 2. A discussÃ£o a respeito do PrincÃ-pio da ConsunÃ§Ã£o esborda a via do 'writ' quando demandar incursÃµes de ordem fÃ¡tico-probatÃ³ria, ainda mais antes de encerrada a instruÃ§Ã£o no juÃ-zo primevo. 3. A declaraÃ§Ã£o da ocorrÃªncia da denominada prescriÃ§Ã£o antecipada somente Ã© possÃ-vel quando o 'quantum' da pena a ser futuramente imposta e concretizada demonstre, de maneira evidente, que o lapso temporal para reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade tenha, desde logo, seu termo final ultrapassado. 4. 'Habeas corpus' parcialmente conhecido e, nesta parte, denegado. (Habeas Corpus nÂº 31925/RJ (2003/0211188-8), 6Âª Turma do STJ, Rel. Min. Paulo Medina. j. 02.09.2004, unÃ¢nime, DJ 03.11.2004). HABEAS CORPUS. PRESCRIÃÃO VIRTUAL. RECONHECIMENTO. Uma vez proferida sentenÃ§a reconhecendo a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o antecipada, com base na pena que seria imposta em possÃ-vel condenaÃ§Ã£o, fica superada a apontada ilegalidade. Habeas corpus prejudicado. (Habeas Corpus nÂº 25289-1/217 (200502306780), 1Âª CÃ¢mara Criminal do TJGO, ValparaÃ-so de GoiÃ¡s, Rel. Des. Huygens Bandeira de Melo. j. 25.10.2005, unÃ¢nime, DJ 23.11.2005). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, pode o juiz antecipar o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o, na modalidade de prescriÃ§Ã£o virtual, considerando a pena que irÃ¡ aplicar no caso concreto, baseado na inutilidade de uma condenaÃ§Ã£o jÃ¡ de antemÃ£o alcanÃ§ada pela prescriÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, se considerada a pena em perspectiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado MAIK BRABO DA LUZ, com fundamento no artigo 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao MP e ao defensor (a) do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 19 de novembro de 2021Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00062074720148140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 DENUNCIADO:FRANCISCO SILVA SOUSA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nÂº 0006207-47.2014.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: FRANCISCO SILVA SOUSA. Cap. Penal: art. 184, Â§2 do CÃ³digo Penal Brasileiro. . SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ ofereceu denÃºncia em face do acusado FRANCISCO SILVA SOUSA, pela prÃ¡tica do crime tipificado no art. 184, Â§2 do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 29 de marÃ§o de 2017, conforme decisÃ£o de fl. 04. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo e o curso do prazo prescricional foram suspensos, nos termos do art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente, constata-se que o rÃ©u nÃ£o deveria ter sido citado por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, visto que o acusado nÃ£o foi localizado, assim incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u com fim de citÃ¡-lo, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, verifico que a pena mÃ¡xima prevista para o delito do art. 184, Â§2 do CÃ³digo Penal Brasileiro Ã© de 04 (quatro) anos, que de acordo com o art. 109 do CÃ³digo Penal Brasileiro, prescreve em 08 (oito) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante o fato supramencionado, e considerando as circunstÃ¢ncias favorÃ¡veis do acusado, a pena seria fixada, por condiÃ§Ãµes de polÃ-tica criminal, no mÃ-nimo legal, ou seja, em 02 (dois) anos, prescrevendo em 04 (quatro) anos, o que faria com que, in concreto, a pena jÃ¡ estivesse extinta pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, atendendo-se ao fato de que nenhuma outra circunstÃ¢ncia interruptiva da prescriÃ§Ã£o, alÃ©m do recebimento da denÃºncia, se operou, e como jÃ¡ Ã© o entendimento pacÃ-fico dos tribunais superiores a possibilidade de aplicaÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o em sua espÃ©cie virtual, entendo extinta a punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: L. RESP. RECEPTAÃÃO. EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE DECLARADA, EM PRIMEIRO GRAU, COM BASE EM PENA ANTECIPADA. DECISÃO CONFIRMADA PELO TRIBUNAL. IMPROPRIEDADE. PRESCRIÃÃO PELA PENA EM ABSTRATO CONFIGURADA. RECURSO PROVIDO. I. De acordo com o CÃ³digo Penal, tem-se que a prescriÃ§Ã£o somente se regula pela pena concretamente aplicada ou,

ainda, pelo mÃ¡ximo de sanÃ§Ã£o, abstratamente previsto. II. Ã imprÃ³pria a decisÃ£o que confirma a extinÃ§Ã£o da punibilidade decretada com base em pena em perspectiva. Precedentes. III. Deve ser cassado o acÃ³rdÃ£o recorrido para afastar a denominada prescriÃ§Ã£o em perspectiva. IV. Verificada a efetiva ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pena em abstrato, extingue-se a punibilidade do rÃ©u. V. Recurso provido. VI. Declarada, de ofÃ-cio, a extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u pela prescriÃ§Ã£o da pena abstratamente cominada. (Recurso Especial nÂº 714260/RS (2004/0181577-0), 5Âª Turma do STJ, Rel. Min. Gilson Dipp. j. 24.05.2005, unÃ¢nime, DJ 13.06.2005). PROCESSO PENAL. 'HABEAS CORPUS'. CONDUTA. ATIPICIDADE. ABSORÃÃO DO CRIME-MEIO. PRESCRIÃÃO DO CRIME-FIM. EXTENSÃO DOS EFEITOS. DILAÃÃO PROBATÃRIA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. PRESCRIÃÃO ANTECIPADA. RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. O 'habeas corpus' tem rito cÃ©lere, de cogniÃ§Ã£o sumÃ¡ria, ausente o contraditÃ³rio e, por isso, destinado a corrigir ilegalidades patentes, perceptÃ-veis 'ictu oculi', e nÃ£o como atalho processual a substituir o processo de conhecimento. 2. A discussÃ£o a respeito do PrincÃ-pio da ConsunÃ§Ã£o esborda a via do 'writ' quando demandar incursÃµes de ordem fÃ¡tico-probatÃ³ria, ainda mais antes de encerrada a instruÃ§Ã£o no juÃ-zo primevo. 3. A declaraÃ§Ã£o da ocorrÃªncia da denominada prescriÃ§Ã£o antecipada somente Ã© possÃ-vel quando o 'quantum' da pena a ser futuramente imposta e concretizada demonstre, de maneira evidente, que o lapso temporal para reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade tenha, desde logo, seu termo final ultrapassado. 4. 'Habeas corpus' parcialmente conhecido e, nesta parte, denegado. (Habeas Corpus nÂº 31925/RJ (2003/0211188-8), 6Âª Turma do STJ, Rel. Min. Paulo Medina. j. 02.09.2004, unÃ¢nime, DJ 03.11.2004). HABEAS CORPUS. PRESCRIÃÃO VIRTUAL. RECONHECIMENTO. Uma vez proferida sentenÃ§a reconhecendo a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o antecipada, com base na pena que seria imposta em possÃ-vel condenaÃ§Ã£o, fica superada a apontada ilegalidade. Habeas corpus prejudicado. (Habeas Corpus nÂº 25289-1/217 (200502306780), 1Âª CÃ¢mara Criminal do TJGO, ValparaÃ-so de GoiÃ¡s, Rel. Des. Huygens Bandeira de Melo. j. 25.10.2005, unÃ¢nime, DJ 23.11.2005). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, pode o juiz antecipar o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o, na modalidade de prescriÃ§Ã£o virtual, considerando a pena que irÃ¡ aplicar no caso concreto, baseado na inutilidade de uma condenaÃ§Ã£o jÃ¡ de antemÃ£o alcanÃ§ada pela prescriÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, se considerada a pena em perspectiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado FRANCISCO SILVA SOUSA, com fundamento no artigo 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao MP e ao defensor (a) do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 19 de novembro de 2021.Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00085288420168140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 DENUNCIADO:JULIERME DOS SANTOS DA COSTA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0008528-84.2016.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: JULIERME DOS SANTOS DA COSTA. Cap. art. 306 CTB. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ ofereceu denÃºncia em face do acusado JULIERME DOS SANTOS DA COSTA., pela prÃ¡tica do crime tipificado no artigo 306 CTB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 18 de agosto de 2017, conforme decisÃ£o de fl. 05. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo e o curso do prazo prescricional foram suspensos, nos termos do art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente, constata-se que o rÃ©u nÃ£o deveria ter sido citado por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, visto que o acusado nÃ£o foi localizado, assim incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u com fim de citÃ¡-lo, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, verifico que a pena mÃ¡xima prevista para o delito do art. 306 do CTB, Ã© de 03 (trÃªs) anos, que de acordo com o art. 109, inciso IV do CÃ³digo Penal Brasileiro, prescreve em 08 (oito) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante o fato supramencionado, e considerando as circunstÃ¢ncias favorÃ¡veis do acusado, a pena seria fixada, por condiÃ§Ãµes de polÃ-tica criminal, no mÃ-nimo legal, ou seja, em 06 (seis) meses, prescrevendo em 03 (trÃªs) anos e jÃ¡ se passaram mais de 04 (quatro) anos, o que faria com que, in concreto, a pena jÃ¡ estivesse extinta pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, atendendo-se ao fato de que nenhuma outra circunstÃ¢ncia interruptiva da prescriÃ§Ã£o, alÃ©m do recebimento da denÃºncia, se operou, e como jÃ¡ Ã© o entendimento pacÃ-fico dos tribunais superiores a possibilidade de aplicaÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o em sua espÃ©cie virtual, entendo extinta a punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: L. RESP. RECEPTAÃÃO. EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE DECLARADA, EM PRIMEIRO GRAU,

COM BASE EM PENA ANTECIPADA. DECISÃO CONFIRMADA PELO TRIBUNAL. IMPROPRIEDADE. PRESCRIÃÃO PELA PENA EM ABSTRATO CONFIGURADA. RECURSO PROVIDO. I. De acordo com o CÃ³digo Penal, tem-se que a prescriÃ§Ã£o somente se regula pela pena concretamente aplicada ou, ainda, pelo mÃ¡ximo de sanÃ§Ã£o, abstratamente previsto. II. Ã imprÃ³pria a decisÃ£o que confirma a extinÃ§Ã£o da punibilidade decretada com base em pena em perspectiva. Precedentes. III. Deve ser cassado o acÃ³rdÃ£o recorrido para afastar a denominada prescriÃ§Ã£o em perspectiva. IV. Verificada a efetiva ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pena em abstrato, extingue-se a punibilidade do rÃ©u. V. Recurso provido. VI. Declarada, de ofÃ-cio, a extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u pela prescriÃ§Ã£o da pena abstratamente cominada. (Recurso Especial nÂº 714260/RS (2004/0181577-0), 5Âª Turma do STJ, Rel. Min. Gilson Dipp. j. 24.05.2005, unÃ¢nime, DJ 13.06.2005). PROCESSO PENAL. 'HABEAS CORPUS'. CONDUTA. ATIPICIDADE. ABSORÃÃO DO CRIME-MEIO. PRESCRIÃÃO DO CRIME-FIM. EXTENSÃO DOS EFEITOS. DILAÃÃO PROBATÃRIA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. PRESCRIÃÃO ANTECIPADA. RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. O 'habeas corpus' tem rito cÃ©lere, de cogniÃ§Ã£o sumÃ¡ria, ausente o contraditÃ³rio e, por isso, destinado a corrigir ilegalidades patentes, perceptÃ-veis 'ictu oculi', e nÃ£o como atalho processual a substituir o processo de conhecimento. 2. A discussÃ£o a respeito do PrincÃ-pio da ConsunÃ§Ã£o esborda a via do 'writ' quando demandar incursÃµes de ordem fÃ¡tico-probatÃ³ria, ainda mais antes de encerrada a instruÃ§Ã£o no juÃ-zo primevo. 3. A declaraÃ§Ã£o da ocorrÃªncia da denominada prescriÃ§Ã£o antecipada somente Ã© possÃ-vel quando o 'quantum' da pena a ser futuramente imposta e concretizada demonstre, de maneira evidente, que o lapso temporal para reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade tenha, desde logo, seu termo final ultrapassado. 4. 'Habeas corpus' parcialmente conhecido e, nesta parte, denegado. (Habeas Corpus nÂº 31925/RJ (2003/0211188-8), 6Âª Turma do STJ, Rel. Min. Paulo Medina. j. 02.09.2004, unÃ¢nime, DJ 03.11.2004). HABEAS CORPUS. PRESCRIÃÃO VIRTUAL. RECONHECIMENTO. Uma vez proferida sentenÃ§a reconhecendo a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o antecipada, com base na pena que seria imposta em possÃ-vel condenaÃ§Ã£o, fica superada a apontada ilegalidade. Habeas corpus prejudicado. (Habeas Corpus nÂº 25289-1/217 (200502306780), 1Âª CÃ¢mara Criminal do TJGO, ValparaÃ-so de GoiÃ¡s, Rel. Des. Huygens Bandeira de Melo. j. 25.10.2005, unÃ¢nime, DJ 23.11.2005). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, pode o juiz antecipar o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o, na modalidade de prescriÃ§Ã£o virtual, considerando a pena que irÃ¡ aplicar no caso concreto, baseado na inutilidade de uma condenaÃ§Ã£o jÃ¡ de antemÃ£o alcanÃ§ada pela prescriÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, se considerada a pena em perspectiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado JULIERME DOS SANTOS DA COSTA, com fundamento no artigo 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao MP e ao defensor (a) do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 19 de novembro de 2021.Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA JuÃ-za de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00109746020168140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 19/11/2021 DENUNCIADO:MATUZALEM DE SOUSA SILVA VITIMA:B. J. R. S. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nÂº 0010974-60.2016.81.4.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: MATUZALEM DE SOUSA SILVA. Cap. Penal: art. 129 e art. 147, c\c 69 do CÃ³digo Penal Brasileiro. SENTENÃA Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â O nacional MATUZALEM DE SOUSA SILVA, jÃ¡ qualificado nos autos, foi denunciado pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual como incurso no delito tipificado no art. 129 e art. 147, c\c 69 do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â O fato ocorreu em 12.09.2016. Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 07 de julho de 2017. Â Â Â Â Â O rÃ©u foi citado por edital (fl. 18 e 19) e teve suspenso o processo e o prazo prescricional em 28 de outubro de 2020 (fls. 20) Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO.Â Â Â Â Â Â Â Em reanÃ¡lise percuciente do presente feito, constata-se que o rÃ©u nÃ£o deveria ter sido citado por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, pois conforme consta nos autos, o acusado nÃ£o foi localizado no endereÃ§o inicialmente fornecido na denÃºncia, incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u com fim de citÃ¡-lo, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, tratando-se do crime previsto no art. 129 caput, com pena mÃ¡xima privativa de liberdade, em abstrato, de 01 (um) ano, o prazo prescricional Ã© de 04 (quatro) anos, conforme estabelece o art. 109, inciso V, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Para o crime previsto no art. 147 do cp, cuja pena mÃ¡xima em abstrato Ã© de 06 (seis) meses, o prazo prescricional Ã© de 03 (trÃªs) anos, conforme estabelece o art. 109, inciso VI do cp. Â Â Â Â Â Â Â Considerando que desde a data do

recebimento da denÃºncia, atÃ© o presente momento transcorreu perÃ-odo superior hÃ¡ 04 (quatro) anos, sem qualquer interrupÃ§Ã£o do lapso temporal, o presente processo encontra-se fulminado pela prescriÃ§Ã£o, devendo ser declarada extinta a punibilidade do rÃ©u em relaÃ§Ã£o ao crime previsto no art. 129 e art. 147 do cp. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, chamo o processo Ã ordem para tornar sem efeito o despacho que suspendeu o processo e o prazo prescricional, e declaro extinta a punibilidade do acusado MATUZALEM DE SOUSA SILVA, pela incidÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva, com fulcro no art. 107, IV, c/c art. 109, ambos do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Transitado em julgado a presente decisÃ£o, efetuem-se as devidas baixas em seus registros. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquive-se os autos Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 19 de novembro de 2021Â Â Â Â Â Â Â Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA Juiz de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00421656020158140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 DENUNCIADO:DILSON RODRIGUES CARDOSO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nÂº 0042165-60.2015.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: DILSON RODRIGUES CARDOSO. Cap. Penal: art. 14, da Lei 10.826/2003. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ ofereceu denÃºncia em face do acusado DILSON RODRIGUES CARDOSO, pela prÃ¡tica do crime tipificado no artigo 14, da lei nÂ° 10.826/03. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 28 de agosto de 2015, conforme decisÃ£o de fl. 06. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo e o curso do prazo prescricional foram suspensos, nos termos do art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente, constata-se que o rÃ©u nÃ£o deveria ter sido citado por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, visto que o acusado nÃ£o foi localizado, assim incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u com fim de citÃ¡-lo, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, verifico que a pena mÃ¡xima prevista para o delito do art. 14, da lei nÂ° 10.826/03 Ã© de 04 (quatro) anos, que de acordo com o art. 109 do CÃ³digo Penal Brasileiro, prescreve em 08 (oito) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante o fato supramencionado, e considerando as circunstÂ¢ncias favorÃ¡veis do acusado, a pena seria fixada, por condiÃ§Ãµes de polÃ-tica criminal, no mÃ-nimo legal, ou seja, em 02 (dois) anos, o que faria com que, in concreto, a pena jÃ¡ estivesse extinta pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, atendendo-se ao fato de que nenhuma outra circunstÂ¢ncia interruptiva da prescriÃ§Ã£o, alÃ©m do recebimento da denÃºncia, se operou, e como jÃ¡ Ã© o entendimento pacÃ-fico dos tribunais superiores a possibilidade de aplicaÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o em sua espÃ©cie virtual, entendo extinta a punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: L. RESP. RECEPTAÃÃO. EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE DECLARADA, EM PRIMEIRO GRAU, COM BASE EM PENA ANTECIPADA. DECISÃO CONFIRMADA PELO TRIBUNAL. IMPROPRIEDADE. PRESCRIÃÃO PELA PENA EM ABSTRATO CONFIGURADA. RECURSO PROVIDO. I. De acordo com o CÃ³digo Penal, tem-se que a prescriÃ§Ã£o somente se regula pela pena concretamente aplicada ou, ainda, pelo mÃ¡ximo de sanÃ§Ã£o, abstratamente previsto. II. Ã imprÃ³pria a decisÃ£o que confirma a extinÃ§Ã£o da punibilidade decretada com base em pena em perspectiva. Precedentes. III. Deve ser cassado o acÃ³rdÃ£o recorrido para afastar a denominada prescriÃ§Ã£o em perspectiva. IV. Verificada a efetiva ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pena em abstrato, extingue-se a punibilidade do rÃ©u. V. Recurso provido. VI. Declarada, de ofÃ-cio, a extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u pela prescriÃ§Ã£o da pena abstratamente cominada. (Recurso Especial nÂº 714260/RS (2004/0181577-0), 5Âª Turma do STJ, Rel. Min. Gilson Dipp. j. 24.05.2005, unÂ¢nime, DJ 13.06.2005). PROCESSO PENAL. 'HABEAS CORPUS'. CONDUTA. ATIPICIDADE. ABSORÃÃO DO CRIME-MEIO. PRESCRIÃÃO DO CRIME-FIM. EXTENSÃO DOS EFEITOS. DILAÃÃO PROBATÃRIA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. PRESCRIÃÃO ANTECIPADA. RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. O 'habeas corpus' tem rito cÃ©lere, de cogniÃ§Ã£o sumÃ¡ria, ausente o contraditÃ³rio e, por isso, destinado a corrigir ilegalidades patentes, perceptÃ-veis 'ictu oculi', e nÃ£o como atalho processual a substituir o processo de conhecimento. 2. A discussÃ£o a respeito do PrincÃ-pio da ConsunÃ§Ã£o esborda a via do 'writ' quando demandar incursÃµes de ordem fÃ¡tico-probatÃ³ria, ainda mais antes de encerrada a instruÃ§Ã£o no juÃ-zo primevo. 3. A declaraÃ§Ã£o da ocorrÃªncia da denominada prescriÃ§Ã£o antecipada somente Ã© possÃ-vel quando o 'quantum' da pena a ser futuramente imposta e concretizada demonstre, de maneira evidente, que o lapso temporal para reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade tenha, desde logo, seu termo final ultrapassado. 4. 'Habeas corpus' parcialmente conhecido e, nesta parte, denegado. (Habeas Corpus nÂº 31925/RJ

(2003/0211188-8), 6Âª Turma do STJ, Rel. Min. Paulo Medina. j. 02.09.2004, unÃ¢nime, DJ 03.11.2004). HABEAS CORPUS. PRESCRIÃÃO VIRTUAL. RECONHECIMENTO. Uma vez proferida sentenÃ§a reconhecendo a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o antecipada, com base na pena que seria imposta em possÃ-vel condenaÃ§Ã£o, fica superada a apontada ilegalidade. Habeas corpus prejudicado. (Habeas Corpus nÂº 25289-1/217 (200502306780), 1Âª CÃ¢mara Criminal do TJGO, ValparaÃ-so de GoiÃ¡s, Rel. Des. Huygens Bandeira de Melo. j. 25.10.2005, unÃ¢nime, DJ 23.11.2005). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, pode o juiz antecipar o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o, na modalidade de prescriÃ§Ã£o virtual, considerando a pena que irÃ¡ aplicar no caso concreto, baseado na inutilidade de uma condenaÃ§Ã£o jÃ¡ de antemÃ£o alcanÃ§ada pela prescriÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, se considerada a pena em perspectiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado DILSON RODRIGUES CARDOSO, com fundamento no artigo 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao MP e ao defensor (a) do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 19 de novembro de 2021 PAMELA CARNEIRO LAMEIRA Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00711824420158140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 19/11/2021 DENUNCIADO:VALDIR RODRIGUES FERREIRA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nÂº 0071182-44.2015.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: VALDIR RODRIGUES FERREIRA. Cap. Penal: art. 330 do CP. SENTENÃA Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â O nacional VALDIR RODRIGUES FERREIRA, jÃ¡ qualificado nos autos, foi denunciado pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual como incurso no delito tipificado no art. 330 do CPB. Â Â Â Â Â O fato ocorreu no 09 de agosto de 2015. Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 01 de agosto de 2017. Â Â Â Â Â O rÃ©u foi citado por edital (fl. 13) e teve suspenso o processo e o prazo prescricional em 28 de outubro 2020 (fls. 15). Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO.Â Â Â Â Â Â Â Â Em reanÃ¡lise percuciente do presente feito, constata-se que o rÃ©u nÃ£o deveria ter sido citado por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, pois conforme consta nos autos, o acusado nÃ£o foi localizado no endereÃ§o inicialmente fornecida na denÃºncia, incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u com fim de citÃ¡-lo, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, tratando-se de crimes com pena mÃ¡xima privativa de liberdade, em abstrato, de 06 (seis) meses, o prazo prescricional Ã© de 03 (trÃªs), conforme estabelece o art. 109, inciso VI do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Considerando que desde a data do recebimento da denÃºncia, atÃ© o presente momento transcorreu perÃ-odo de tempo superior hÃ¡ 04 (quatro) anos, sem qualquer interrupÃ§Ã£o do lapso temporal, o presente processo encontra-se fulminado pela prescriÃ§Ã£o, devendo ser declarada extinta a punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, chamo o processo Ã ordem para tornar sem efeito o despacho que suspendeu o processo e o prazo prescricional, e declaro extinta a punibilidade do acusado VALDIR RODRIGUES FERREIRA, pela incidÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva, com fulcro no art. 107, IV, c/c art. 109, inciso VI, ambos do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Transitado em julgado a presente decisÃ£o, efetuem-se as devidas baixas em seus registros. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquive-se os autos Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 19 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 01241955520158140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAMELA CARNEIRO LAMEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 DENUNCIADO:MANOEL MARIA RODRIGUES DOS SANTOS. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nÂº 0124195-55.2015.8.14.0070 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: MANOEL MARIA RODRIGUES DO SANTOS. Cap. Penal: art. 14, da Lei 10.826/2003. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ ofereceu denÃºncia em face do acusado MANOEL MARIA RODRIGUES DO SANTOS, pela prÃ¡tica do crime tipificado no artigo 14, da lei nÂ° 10.826/03. Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 31 de maio de 2016, conforme decisÃ£o de fl. 05. Â Â Â Â Â Â Â O processo e o curso do prazo prescricional foram suspensos, nos termos do art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â RELATADO. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente, constata-se que o rÃ©u nÃ£o deveria ter sido citado por edital, e tampouco, o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos, visto que o acusado nÃ£o foi localizado, assim incumbindo o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico o fornecimento de seu endereÃ§o atualizado para fins de nova tentativa de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Entendo, portanto, que nÃ£o foram

esgotados todos os meios para a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u com fim de citÃ¡-lo, razÃ£o pela qual torno sem efeito a decisÃ£o que determinou sua citaÃ§Ã£o por edital e todos os seus consectÃ¡rios legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, verifico que a pena mÃ¡xima prevista para o delito do art. 14, da lei nÂ° 10.826/03 Ã© de 04 (quatro) anos, que de acordo com o art. 109 do CÃ³digo Penal Brasileiro, prescreve em 08 (oito) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante o fato supramencionado, e considerando as circunstÂ¢ncias favorÃ¡veis do acusado, a pena seria fixada, por condiÃ§Ãµes de polÃ-tica criminal, no mÃ-nimo legal, ou seja, em 02 (dois) anos, o que faria com que, in concreto, a pena jÃ¡ estivesse extinta pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, atendendo-se ao fato de que nenhuma outra circunstÃ¢ncia interruptiva da prescriÃ§Ã£o, alÃ©m do recebimento da denÃºncia, se operou, e como jÃ¡ Ã© o entendimento pacÃ-fico dos tribunais superiores a possibilidade de aplicaÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o em sua espÃ©cie virtual, entendo extinta a punibilidade do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: L. RESP. RECEPTAÃÃO. EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE DECLARADA, EM PRIMEIRO GRAU, COM BASE EM PENA ANTECIPADA. DECISÃO CONFIRMADA PELO TRIBUNAL. IMPROPRIEDADE. PRESCRIÃÃO PELA PENA EM ABSTRATO CONFIGURADA. RECURSO PROVIDO. I. De acordo com o CÃ³digo Penal, tem-se que a prescriÃ§Ã£o somente se regula pela pena concretamente aplicada ou, ainda, pelo mÃ¡ximo de sanÃ§Ã£o, abstratamente previsto. II. Ã imprÃ³pria a decisÃ£o que confirma a extinÃ§Ã£o da punibilidade decretada com base em pena em perspectiva. Precedentes. III. Deve ser cassado o acÃ³rdÃ£o recorrido para afastar a denominada prescriÃ§Ã£o em perspectiva. IV. Verificada a efetiva ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pena em abstrato, extingue-se a punibilidade do rÃ©u. V. Recurso provido. VI. Declarada, de ofÃ-cio, a extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u pela prescriÃ§Ã£o da pena abstratamente cominada. (Recurso Especial nÂº 714260/RS (2004/0181577-0), 5Âª Turma do STJ, Rel. Min. Gilson Dipp. j. 24.05.2005, unÂ¢nime, DJ 13.06.2005). PROCESSO PENAL. 'HABEAS CORPUS'. CONDUTA. ATIPICIDADE. ABSORÃÃO DO CRIME-MEIO. PRESCRIÃÃO DO CRIME-FIM. EXTENSÃO DOS EFEITOS. DILAÃÃO PROBATÃRIA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. PRESCRIÃÃO ANTECIPADA. RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. O 'habeas corpus' tem rito cÃ©lere, de cogniÃ§Ã£o sumÃ¡ria, ausente o contraditÃ³rio e, por isso, destinado a corrigir ilegalidades patentes, perceptÃ-veis 'ictu oculi', e nÃ£o como atalho processual a substituir o processo de conhecimento. 2. A discussÃ£o a respeito do PrincÃ-pio da ConsunÃ§Ã£o esborda a via do 'writ' quando demandar incursÃµes de ordem fÃ¡tico-probatÃ³ria, ainda mais antes de encerrada a instruÃ§Ã£o no juÃ-zo primevo. 3. A declaraÃ§Ã£o da ocorrÃªncia da denominada prescriÃ§Ã£o antecipada somente Ã© possÃ-vel quando o 'quantum' da pena a ser futuramente imposta e concretizada demonstre, de maneira evidente, que o lapso temporal para reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade tenha, desde logo, seu termo final ultrapassado. 4. 'Habeas corpus' parcialmente conhecido e, nesta parte, denegado. (Habeas Corpus nÂº 31925/RJ (2003/0211188-8), 6Âª Turma do STJ, Rel. Min. Paulo Medina. j. 02.09.2004, unÂ¢nime, DJ 03.11.2004). HABEAS CORPUS. PRESCRIÃÃO VIRTUAL. RECONHECIMENTO. Uma vez proferida sentenÃ§a reconhecendo a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o antecipada, com base na pena que seria imposta em possÃ-vel condenaÃ§Ã£o, fica superada a apontada ilegalidade. Habeas corpus prejudicado. (Habeas Corpus nÂº 25289-1/217 (200502306780), 1Âª CÂ¢mara Criminal do TJGO, ValparaÃ-so de GoiÃ¡s, Rel. Des. Huygens Bandeira de Melo. j. 25.10.2005, unÃ¢nime, DJ 23.11.2005). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, pode o juiz antecipar o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o, na modalidade de prescriÃ§Ã£o virtual, considerando a pena que irÃ¡ aplicar no caso concreto, baseado na inutilidade de uma condenaÃ§Ã£o jÃ¡ de antemÃ£o alcanÃ§ada pela prescriÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, se considerada a pena em perspectiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado MANOEL MARIA RODRIGUES DO SANTOS, com fundamento no artigo 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao MP e ao defensor (a) do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba, 19 de novembro de 2021.Â PAMELA CARNEIRO LAMEIRA Juiz de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba

COMARCA DE MARABÁ

SECRETARIA DA VARA AGRÁRIA DE MARABÁ

Processo nº 0003252-49.2009.8.14.0028. Autor: Paulo Scandian. Adv.: **ROBERTO FERREIRA CALAIS FILHO OAB/PA 14.230-B, SEBASTIÃO BANDEIRA OAB/PA 8156.** Réus: Luís Carlos Rodrigues de Souza e outros. Adv.: **JOSÉ BATISTA GONÇALVES AFONSO OAB/PA 10.611, LARISSA GABRIELE COSTA TAVARES OAB/PA 22.142.** Ação de Reintegração de Posse com Pedido de Liminar. **DESPACHO:** Vistos os autos. Observo que houve equívoco em relação ao nome do imóvel na decisão de fls.1004. Assim, DEFIRO o requerido pelo Ministério Público às fls. 1003, e DETERMINO: 1. OFICIE-SE a Superintendência do INCRA (SR-27) solicitando informações acerca do andamento do processo administrativo com a finalidade de adquirir, por compra e venda, a parte titulada do imóvel COMPLEXO FAZENDA BOM JESUS E PONTAL, localizada no Município de Tucuruí/PA, a fim de assentar famílias de trabalhadores sem-terra vinculados à Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar ¿ FETRAF, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo-se ser instruída pelos documentos de fls.16/28 e 67-91; 2. Com a resposta, DÊ-SE vistas ao Ministério Público; 3. Após, devidamente certificado, RETORNEM os autos conclusos. P.R.I. Cumpra-se A presente decisão valerá como OFÍCIO/MANDADO, nos termos do disposto no artigo 1º do Provimento nº 03/2009 da CJRMB-TJE/PA e Provimento nº 03/2009 da CJCI-TJE/PA. Marabá, 09 de agosto de 2021. Amarildo José Mazutti Juiz de Direito Titular da 3ª Região Agrária ¿ Marabá/PA.

Processo nº 0003252-49.2009.814.0028. Autor: PAULO SCANDIAN. Adv.: **ROBERTO FERREIRA CALAIS FILHO OAB/PA 14.230-B, SEBASTIÃO BANDEIRA OAB/PA 8156.**

Réus: LUIS CARLOS RODRIGUES DE SOUZA. Adv.: **JOSÉ BATISTA GONÇALVES AFONSO OAB/PA 10.611, LARISSA GABRIELE COSTA TAVARES OAB/PA 22.142.** Ação de Reintegração de Posse c/ Pedido Liminar. **ATO ORDINATÓRIO** (Conforme Provimento 006/2006-CJRMB c/c 006/2009-CJCI): Intime-se a autora, por seus advogados habilitados nos autos, a providenciar a expedição (via site tjpa.jus.br) e recolhimento das custas intermediárias referentes a 01 mandado e 01 diligência, para cumprimento do despacho à fl. 1019, VOL-V, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de paralisação dos autos, devendo a parte apresentar nos autos os comprovantes de cumprimento do ato e pagamento das referidas custas. Marabá/PA, 19 de novembro de 2021. Alline N. Raiol Sousa Pereira

Diretora de Secretaria Região Agrária de Marabá.

SECRETARIA DA 3ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ

Processo nº: 0001761-64.2013.8.14.0028

Capitulação: Artigo 121, caput c/c art. 147 do CP

Acusado: EDIVALDO BARBOSA TEIXEIRA

Advogado(a) do réu: ANNE MAYARA OLIVEIRA BATISTA ¿ OAB/PA 24.908.

¿ ¿

ATO ORDINATÓRIO (Conforme preceitua o artigo 1.º, § 1.º, IX do Provimento 006/2006 CJRMB e 006/2009 CJCI)**.** ¿ ¿ Pelo presente ato, fica(m) o (s) Advogado (s) acima mencionado **INTIMADO(S)**, para tomar ciência da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 25 de novembro de 2021 às 10:00 horas, nos autos acima mencionados. Marabá/PA, 19 de novembro de 2021. Francisco Alves de Lima. Diretor de Secretaria da 3 ª Vara Criminal.¿ ¿

COMARCA DE SANTARÉM

UPJ DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE SANTARÉM

RESENHA: 18/11/2021 A 18/11/2021 - GABINETE DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL DE VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR DE SANTAREM - VARA: VARA DO JUIZADO ESPECIAL DE VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR - MULHER DE SANTAREM

P R O C E S S O : 0 0 1 2 7 8 7 1 4 2 0 1 8 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): RAFAEL GREHS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:ALEX LOBATO COSTA VITIMA:G. R. O. . (...) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por todo o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensÃ£o punitiva estatal deduzida na peÃ§a acusatÃ³ria, razÃ£o pela qual CONDENO o rÃ©u ALEX LOBATO COSTA, como incurso nas penas do art. 147, caput, do CÃ³digo Penal e do art. 21, do Decreto Lei nÂº 3.688/41, c/c art. 7Â°, incisos I e II da Lei nÂ° 11.340/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em razÃ£o disso, passo a dosar a pena, em estrita observÃ¢ncia ao disposto pelo artigo 68, caput, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã fixaÃ§Ã£o da pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a) AmeaÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando as circunstÃ¢ncias judiciais do art. 59 do CPB, observo que a culpabilidade do rÃ©u Ã© grave, na medida em que ameaÃ§ou a vÃtima de forma contundente, apÃ³s diversas ameaÃ§as anteriores, inclusive dotadas de bastante especificidade. Frise-se que o denunciado, mesmo estando jÃ¡ separado da ofendida, nÃ£o abriu mÃ£o de empreender ameaÃ§as e agressÃµes contra esta. Quando devia e podia agir de acordo com o Direito, o acusado sempre preferiu transgredir a norma. O acusado registra antecedentes criminais, circunstÃ¢ncia que contra ele atua, tendo duas sentenÃ§as penais condenatÃ³rias transitadas em julgado (conforme certidÃ£o Ã s fls. 62 nos autos - uma condenaÃ§Ã£o por pirataria e outra por trÃ¡fico de entorpecentes). NÃ£o hÃ¡ elementos sobre sua conduta social e personalidade, razÃ£o pela qual deixo de valorÃ¡-la. O motivo milita contra o rÃ©u, ante a insatisfaÃ§Ã£o deste em ver a sua ex-companheira seguir a vida e construir nova relaÃ§Ã£o conjugal. As circunstÃ¢ncias sÃ£o desfavorÃ¡veis, uma vez que o acusado se deslocou atÃ© a casa da mÃ£e da vÃtima, onde proferiu as ameaÃ§as, causando temor tambÃ©m em toda a famÃlia da ofendida, indo, apÃ³s isso, procurar a vÃtima para agredi-la. As consequÃªncias estÃ£o relatadas nos autos, sem fator extrapenal. O comportamento da vÃtima nÃ£o contribuiu para o delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao rÃ©u cabe abstratamente a pena de detenÃ§Ã£o, de 01 (um) a 06 (seis) meses ou multa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vista das circunstÃ¢ncias acima analisadas Ã© que fixo a pena-base em 03 meses de detenÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Presente a circunstÃ¢ncia agravante prevista no art. 61, II, Â¿fÂ¿, do CP (crime cometido prevalecendo-se de relaÃ§Ãµes domÃ©sticas e com violÃªncia contra a mulher). Presente, ainda, a agravante da reincidÃªncia (art. 61, inciso I do CP brasileiro). Assim, fixo a pena intermediÃ¡ria em 03 (trÃªs) meses e 15 (quinze) dias de detenÃ§Ã£o, tendo em vista o aumento de 1/6 na pena base. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inexistindo causas especiais de aumento ou diminuiÃ§Ã£o de pena, fixo a pena definitiva neste quantum. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â b) Vias de fato Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando as circunstÃ¢ncias judiciais do art. 59 do CPB, observo que a culpabilidade do rÃ©u Ã© grave, na medida em que agrediu a vÃtima, apÃ³s diversas ameaÃ§as anteriores, causando momentos de maior temor, dor e humilhaÃ§Ã£o. O acusado registra antecedentes criminais, circunstÃ¢ncia que contra ele atua, tendo duas sentenÃ§as penais condenatÃ³rias transitadas em julgado (conforme certidÃ£o Ã s fls. 62 nos autos - uma condenaÃ§Ã£o por pirataria e outra por trÃ¡fico de entorpecentes). NÃ£o hÃ¡ elementos sobre sua conduta social e personalidade, razÃ£o pela qual deixo de valorÃ¡-la. O motivo milita contra o rÃ©u, ante a insatisfaÃ§Ã£o deste em ver a sua ex-companheira seguir a vida e construir nova relaÃ§Ã£o conjugal. As circunstÃ¢ncias sÃ£o desfavorÃ¡veis, em face da presenÃ§a da filha em comum no momento do crime, que foi sujeitada Ã tÃ£o deplorÃ¡vel cena (pai agredindo a prÃ³pria mÃ£e). As consequÃªncias estÃ£o relatadas nos autos, sem fator extrapenal. O comportamento da vÃtima nÃ£o contribuiu para o delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao rÃ©u cabe abstratamente a pena de prisÃ£o simples, de quinze dias a trÃªs meses, ou multa, se o fato nÃ£o constitui crime. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vista das circunstÃ¢ncias acima analisadas Ã© que fixo a pena-base em 1 (um) mÃªs e 15 (quinze) dias de prisÃ£o simples. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Presente a circunstÃ¢ncia agravante prevista no art. 61, II, Â¿fÂ¿, do CP (crime cometido prevalecendo-se de relaÃ§Ãµes domÃ©sticas e com violÃªncia contra a mulher). Presente, ainda, a agravante da reincidÃªncia (art. 61, inciso I do CP brasileiro). Em face da circunstÃ¢ncia

atenuante da confissÃ£o espontÃ¢nea (art. 65, III, alÃnea d do CÃ³digo Penal), compensam-se as agravantes e as atenuantes, razÃ£o pela qual fixo a pena intermediÃ¡ria em 1 (um) mÃªs e 15 (quinze) dias de prisÃ£o simples. Inexistindo causas especiais de aumento ou diminuiÃ§Ã£o de pena, fixo a pena definitiva neste quantum. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â c) Concurso material de crimes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sendo aplicÃ¡vel ao caso a regra do concurso material, conforme disposto no art. 69 do CP, fica o rÃ©u definitivamente condenado a pena de 03 (trÃªs) meses e 15 (quinze) dias de detenÃ§Ã£o e 1 (um) mÃªs e 15 (quinze) dias de prisÃ£o simples. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u deverÃ¡ iniciar o cumprimento da pena em regime aberto, dado o reduzido quantum das sanÃ§Ãµes definitivas estabelecidas. Neste mesmo sentido, nÃ£o Ã© razoÃ¡vel, ao menos neste momento, em atenÃ§Ã£o tambÃ©m aos princÃpios da proporcionalidade e da individualizaÃ§Ã£o da pena, que seja determinado regime mais gravoso, apesar da reincidÃªncia. Conforme apontado pela melhor doutrina, tal vetor interpretativo atua como um ordenamento de maximizaÃ§Ã£o, devendo tais princÃpios serem considerados diante das circunstÃ¢ncias fÃ¡ticas e jurÃdicas aqui presentes. Portanto, nÃ£o hÃ¡ justificativa idÃ´nea para o estabelecimento de outro regime, que nÃ£o o aberto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, vez que nÃ£o estÃ£o presentes, na espÃ©cie, os requisitos subjetivos e objetivos do art. 44, do CÃ³digo Penal, pois o delito se deu com violÃªncia contra a vÃtima. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No mesmo sentido, o Enunciado da SÃºmula 588 do STJ desautoriza a mencionada substituiÃ§Ã£o: AÂ prÃ¡tica de crime ou contravenÃ§Ã£o penal contra a mulher com violÃªncia ou grave ameaÃ§a no ambiente domÃ©stico impossibilita a substituiÃ§Ã£o de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, inaplicÃ¡vel, no caso concreto, o art. 77, do CÃ³digo Penal, ou seja, a suspensÃ£o condicional da pena, ante a reincidÃªncia do acusado e circunstÃ¢ncias judiciais desfavorÃ¡veis. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em apreÃ§o, considerando que o rÃ©u nÃ£o esteve preso provisoriamente, deixo de aplicar a detraÃ§Ã£o prevista no art. 387, Â§ 2Âº, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O juÃzo da execuÃ§Ã£o deverÃ¡, apÃ³s verificar possÃveis outras condenaÃ§Ãµes, fixar os requisitos do cumprimento da medida em meio aberto, salvo se por soma ou unificaÃ§Ã£o, ocorrer a necessidade de cumprir em regime mais gravoso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado poderÃ¡ apelar em liberdade, se pretender recorrer desta decisÃ£o. Ademais, o montante da sanÃ§Ã£o aplicada, ante os princÃpios da proporcionalidade e homogeneidade, desautorizam a decretaÃ§Ã£o da prisÃ£o, no momento. Considero a sanÃ§Ã£o cominada necessÃ¡ria e suficiente para os fins a que se destina. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ratifico as medidas protetivas concedidas em favor da vÃtima e contra o acusado nos autos do processo nÂ° 0011163-27.2018.8.14.0051, quais sejam: I) - Abster de perseguir, intimidar, ameaÃ§ar a ofendida ou fazer uso de qualquer mÃ©todo que prejudique ou ponha em risco a vida da vÃtima, sua integridade fÃsica e psÃquica, bem como sua propriedade.Â II) - PROIBIÃÂ¿O DE APROXIMAÃÃO DA VÃTIMA, PELO QUE FIXO O LIMITE MÃNIMO DE 100 METROS DE DISTÃNCIA ENTRE A VÃTIMA E O AGRESSOR; III) ProibiÃ§Ã£o de dirigir a palavra ou ter contato com a vÃtima, seja pessoalmente, seja por telefone ou qualquer outro meio de comunicaÃ§Ã£o; IV) ProibiÃ§Ã£o de frequentar os lugares comumente frequentados pela vÃtima, notadamente no local de trabalho desta, inclusive, na residÃªncia e no local de estudo e/ou trabalho dela. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deve o rÃ©u cumpri-las enquanto durar o processo criminal, inclusive durante o cumprimento da pena, em caso de sentenÃ§a condenatÃ³ria transitada em julgado, com o fim de proteger a integridade fÃsica e psicolÃ³gica da ofendida, bem como, quando o acusado, por motivos legais, eventualmente se ausentar do estabelecimento prisional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Fica o denunciado advertido que em caso de desobediÃªncia sua prisÃ£o preventiva poderÃ¡ ser decretada, em face da caracterizaÃ§Ã£o de crime prÃ³prio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isento de custas, ante o acompanhamento pela Defensoria PÃºblica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Havendo o trÃ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, lance-se o nome do rÃ©u no rol dos culpados, proceda-se Ã s anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes necessÃ¡rias, principalmente para o Tribunal Regional Eleitoral, para os fins do artigo 15, III, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, bem como expeÃ§a-se a Guia de ExecuÃ§Ã£o de Pena, em conformidade com as determinaÃ§Ãµes do PROV 006-CJCI. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Finalmente, baixe-se o registro de distribuiÃ§Ã£o e arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publicada em audiÃªncia. Expedientes necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m, 18 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Rafael Grehs Â Â Â Â Â Juiz de Direito respondendo pela Vara do Juizado de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher da Comarca de SantarÃ©m

COMARCA DE ALTAMIRA

SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA

PROCESSO: 0001650-18.2014.8.14.0005 **ASSUNTO:** [Inventário e Partilha]
CLASSE: INVENTÁRIO (39) **EDITAL DE CITAÇÃO ¿ PRAZO 15 (QUINZE) DIAS** O DR. **ANDRÉ PAULO ALENCAR SPÍNDOLA**, Juiz de Direito Respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER aos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, com prazo de 15 (quinze) dias, ficam **CITADOS TODOS OS EVENTUAIS HERDEIROS**, para responderem à **AÇÃO DE INVENTÁRIO**, em curso neste Juízo da 3ª Vara Cível e Empresarial, proposta pela **REQUERENTE: MARIA CRISTINA VIEIRA LEITE**, de cujus **ANTONIO BEZERRA LIMA** e **INTERESSADA: LUCILENE MARQUES LIMA**. Cientificando-os de que o prazo para contestarem a ação é de 15 (quinze) dias, não sendo contestada a presente ação presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. E para que não se aleguem ignorância, foi expedido o presente Edital em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, afixado no lugar de costume, e publicado no Diário de Justiça Eletrônico, conforme determinação da lei. Dado e passado nesta cidade de Altamira, Estado do Pará, aos 19 de novembro de 2021. Eu, JADNA CLEIA SILVA SOUSA, Auxiliar Judiciário de Secretária da 3ª Vara Cível, digitei, subscrevi e assino. De ordem do Exmo. Sr. Dr. **ANDRÉ PAULO ALENCAR SPÍNDOLA**, Juiz de Direito Respondendo deste Juízo. **JADNA CLEIA SILVA SOUSA** Auxiliar Judiciário de Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira/PA

COMARCA DE CASTANHAL

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CASTANHAL

Processo n. 0002702-53.2013.8.14.0015 Classe: BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA Requerente: BANCO VOLKSWAGEN S/A Advogados: JULIANA FRANCO MARQUES ¿ OAB/PA 15.504 e MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO ¿ OAB/GO 21.593/A Requerido: CHARLES JUNIOR DA CUNHA MONTEIRO DESPACHO Indefiro requerimento para buscar endereço do réu por meio do sistema eletrônico ¿ INFOJUD, pois o autor não comprovou o esgotamento das diligências para encontrar o endereço daquele, informação imprescindível ao prosseguimento do feito. Deve a parte autora demonstrar que esgotou todas as diligências possíveis no intuito de encontrar o endereço atualizado da parte demandada para fins de citação, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção. P.R.I.C. Castanhal, 01 de junho de 2021. **CINTIA WALKER BELTRÃO GOMES** Juíza Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal Serve este como Mandado de Citação/Intimação, na forma da Portaria n. 002/2009 deste Juízo, podendo a autenticidade ser verificada no site www.tjpa.jus.br (Consulta 1º Grau ¿ Comarca de Castanhal pelo número do processo acima).

Processo nº 0004889-25.2009.8.14.0015 Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária Requerente: BANCO BMC FINASA S/A Advogado: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI ¿ OAB/PA 18.335-A Requerido: HERIKSON CRISTIANO FERREIRA DA COSTA SENTENÇA Vistos etc. Trata-se de AÇ¿O DE BUSCA E APREENS¿O proposta por BANCO FINASA S/A, em face de HERIKSON CRISTIANO FEREIRA DA COSTA. Como se observa dos autos, é visível o desinteresse e o abandono no feito, ante a inércia da parte autora em realizar os atos processuais determinados por este juízo, n¿o promovendo seu ônus de diligenciar nos autos, embora devidamente intimada, conforme Certid¿o de fls. 67. Em consequência, com fundamento no art. 485, III e § 1º, do CPC-2015, julgo extinto o processo sem resoluç¿o do mérito. Custas, acaso existentes. P.R.I. e, certificado o trânsito em julgado, arquivem-se, observadas as formalidades legais. Castanhal/PA, 31 de maio de 2021. CINTIA WALKER BELTR¿O GOMES Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal SERVE ESTE COMO MANDADO DE CITAÇ¿O/INTIMAÇ¿O, NA FORMA DA PORTARIA Nº 002/2009 DESTE JUÍZO, podendo a autenticidade ser verificada no site WWW.tjpa.jus.br (CONSULTAhttp://WWW.tjpa.jus.br (CONSULTA 1º GRAU- Comarca Castanhal pelo nº do processo acima).

Processo n. 0004938-46.2011.8.14.0015 Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária Autor: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Advogados: ACACIO FERNANDES ROBOREDO OAB/SP 89.774 Réu: FRANCISCO CELIO GOMES DE OLIVEIRA SENTENÇA Vistos, etc. Trata-se de Ação de Busca e Apreensão em que o(a) autor(a) atravessou petição requerendo a desistência da presente demanda. É o Relatório. DECIDO. Do exame da petição acima referida, constato que o(a) autor(a) não tem mais interesse no feito. Verifico, ainda, da análise dos autos, que inexiste qualquer óbice ao deferimento do pedido formulado. Assim sendo, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA requerida para os fins do art. 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Por conseguinte, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VIII, do mesmo diploma legal. Revogo a liminar eventualmente deferida nos autos. Custas pelo(a) autor(a). Após certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com observância das cautelas legais. P. R. I. C. Castanhal/PA, 27 de maio de 2021. **CINTIA WALKER BELTRÃO GOMES** Juíza Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal

Processo n. 0006685-55.2016.8.14.0015 Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária Requerente: ITAU SEGUROS S/A Advogado (a): MARIA LUCILIA GOMES ¿ OAB/PA 9.803-A Requerido: JHON ALAN VILHENA COSTA SENTENÇA Vistos, etc. Trata-se de Ação de Busca e

Apreensão visando buscar e apreender o veículo descrito na inicial. Determinada a emenda da inicial, antes do cumprimento da medida, o autor informou que realizou acordo extrajudicial com o requerido (fl.41). É o relatório. DECIDO. Diante do cumprimento da avença realizada entre as partes, relativo ao contrato da presente demanda, houve a perda superveniente do objeto, tendo em vista que não há mais interesse jurídico na pretensão de busca e apreensão do veículo. Caracterizada, pois, ausência de interesse processual em momento superveniente à propositura da ação, o feito, com relação à referida pretensão, deve ser extinto sem a resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VI, do Código de Processo Civil. Ante o exposto, julgo EXTINTO o feito sem resolução do mérito, com base no artigo 485, VI, do Código de Processo Civil, revogando a decisão liminar. Havendo custas remanescentes, condeno a parte autora ao pagamento das mesmas. Após o trânsito em julgado, arquive-se, com as cautelas e advertências legais. P.R.I.C. Castanhal/PA, 28 de maio de 2021. **CINTIA WALKER BELTRÃO GOMES** Juíza Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal

Processo n. 0007627-92.2013.8.14.0015 Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária Requerente: ITAPEVA VII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITO CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS **Advogado: CARLOS GONDIM NEVES BRAGA ¿ OAB/PA 14.305 Requerido: JOISE ARACELY SILVA LAMEIRA SENTENÇA** Vistos, etc. Trata-se de Ação de Busca e Apreensão em que o(a) autor(a) atravessou petição requerendo a desistência da presente demanda. É o Relatório. DECIDO. Do exame da petição acima referida, constato que o(a) autor(a) não tem mais interesse no feito. Verifico, ainda, da análise dos autos, que inexiste qualquer óbice ao deferimento do pedido formulado. Assim sendo, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA requerida para os fins do art. 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Por conseguinte, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VIII, do mesmo diploma legal. Revogo a liminar eventualmente deferida nos autos. Custas pelo(a) autor(a).Após certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com observância das cautelas legais. P. R. I. C. Castanhal/PA, 06 de julho de 2021. **CINTIA WALKER BELTRÃO GOMES** Juíza Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal

Processo n. 0008201-81.2014.8.14.0015 **Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária Requerente: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A Advogado: CARLOS GONDIM NEVES BRAGA ¿ OAB/PA 14.305 Requerido: LEVE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA E EPP** SENTENÇA Vistos os autos. Trata-se de Ação de Busca e Apreensão ajuizada com fundamento no Decreto-Lei nº 911/69. Em despacho de fl. 41-verso foi determinado a intimação da parte autora pessoalmente para que se manifestasse acerca do interesse no prosseguimento do feito, porém não foi localizada no endereço informado na inicial, conforme certificado nos autos (fl. 46). É, sucintamente, o relatório. DECIDO. Aponta o Código de Processo Civil - CPC: Art. 77 - Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo: (..) V - declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações, atualizando essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva. Da análise dos autos observo que a intimação pessoal da requerente não foi possível em razão da não atualização do seu endereço, o que configura a materialização da ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, evento que obstaculiza o prosseguimento da demanda. Posto isso, em razão da ausência de pressuposto processual de validade, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO MÉRITO, com fulcro no art. 485, IV, do CPC. Custas pelo autor. Oportunamente, arquive-se. P. R. I. C. Castanhal, 06 de julho de 2021. CINTIA WALKER BELTRÃO GOMES Juíza Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal

Processo nº 0002457-71.2015.8.14.0015 Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária Requerente: BANCO ITAUCARD S/A Advogado (a): LAYSA AGENOR LEITE ¿ OAB/PA 15.530 Requerida: FRANCISCA ANDRADE DA SILVA SENTENÇA Vistos etc. Trata-se de AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO proposta por BANCO ITAUCARD S/A em face de FRANCISCA ANDRADE DA SILVA. Como se observa dos autos, é visível o desinteresse e o abandono no feito, ante a inércia da parte autora em realizar os atos processuais determinados por este juízo, não promovendo seu ônus de diligenciar nos autos, embora devidamente intimada, conforme Certidão de fls. 53/54. Em consequência, com fundamento no art. 485, III e § 1º, do CPC-2015, julgo extinto o processo sem resolução do mérito. Custas, acaso

existentes. P.R.I. e, certificado o trânsito em julgado, arquivem-se, observadas as formalidades legais. Castanhal/PA, 02 de junho de 2021. CINTIA WALKER BELTRÃO GOMES Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal SERVE ESTE COMO MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO, NA FORMA DA PORTARIA Nº 002/2009 DESTE JUÍZO, podendo a autenticidade ser verificada no site (CONSULTAhttp://WWW.tjpa.jus.br (CONSULTA 1º GRAU- Comarca Castanhal pelo nº do processo acima).

Processo nº 0003140-40.2009.8.14.0015 **Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária Requerente: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA Advogada: MARIA LUCILIA GOMES ¿ OAB/SP 84.206 Requerido: SERGIO ALMEIDA SILVA**SENTENÇA Vistos etc. Trata-se de AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO proposta por BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA, em face de SERGIO ALMEIDA SILVA. Como se observa dos autos, é visível o desinteresse e o abandono no feito, ante a inércia da parte autora em realizar os atos processuais determinados por este juízo, não promovendo seu ônus de diligenciar nos autos, embora devidamente intimada, conforme Certidão de fls. 60. Em consequência, com fundamento no art. 485, III e § 1º, do CPC-2015, julgo extinto o processo sem resolução do mérito. Custas, acaso existentes. P.R.I. e, certificado o trânsito em julgado, arquivem-se, observadas as formalidades legais. Castanhal/PA, 31 de maio de 2021. CINTIA WALKER BELTRÃO GOMES Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal SERVE ESTE COMO MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO, NA FORMA DA PORTARIA Nº 002/2009 DESTE JUÍZO, podendo a autenticidade ser verificada no site (CONSULTAhttp://WWW.tjpa.jus.br (CONSULTA 1º GRAU- Comarca Castanhal pelo nº do processo acima).

Processo n. 0003841-06.2014.8.14.0015 **Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária Requerente: ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO NACIONAL HONDA LTDA Advogado: MAURICIO PEREIRA DE LIMA ¿ OAB/PA 10.219 Requerida: LUCIA CLAUDIA DOS SANTOS** SENTENÇA Vistos, etc. Trata-se de Ação de Busca e Apreensão em que o(a) autor(a) atravessou petição requerendo a desistência da presente demanda. É o Relatório. DECIDO. Do exame da petição acima referida, constato que o(a) autor(a) não tem mais interesse no feito. Verifico, ainda, da análise dos autos, que inexiste qualquer óbice ao deferimento do pedido formulado. Assim sendo, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA requerida para os fins do art. 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Por conseguinte, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VIII, do mesmo diploma legal. Revogo a liminar eventualmente deferida nos autos. Custas pelo(a) autor(a). Após certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com observância das cautelas legais. P. R. I. C. Castanhal/PA, 06 de julho de 2021. CINTIA WALKER BELTRÃO GOMES Juíza Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal

Ato Ordinatório

Banco do Brasil S/A

Adv. Servio Tulio de Barcelos, OAB-Pa 21.148-A

Processo: 0005841-47.2012.814.0015

Despacho

1- Habilite os patronos conforme requerido as fls 47.

2- Defiro o pedido de fls 55. Desta feita renove as diligências citatórias, no novo endereço informado, **após recolhimento das custas judiciais.**

P. R. I. C.

Castanhal, 01 de fevereiro de 2021.

CINTIA WALKER BELTR¿O GOMES

Juíza Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal

SERVE ESTE COMO MANDADO DE CITAÇ¿O/INTIMAÇ¿O, NA FORMA DA PORTARIA Nº 002/2009 DESTE JUÍZO, podendo a autenticidade ser verificada no site www.tjpa.jus.br (CONSULTAhttp://WWW.tjpa.jus.br (CONSULTA 1º GRAU- Comarca Castanhal pelo nº do processo acima).).rificada no site www.tjpa.jus.br (CONSULTAhttp://WWW.tjpa.jus.br (CONSULTA 1º GRAU- Comarca Castanhal pelo nº do processo acima).

SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL

Processo nº 0008771-04.2013.814.0015. CRIME DE ROUBO MAJORADO. Réus: **JOSIEL MIRANDA POMPEU,** brasileiro, solteiro, sexo masculino, nascido em Belém em 16.10.1995, Certidão de Nascimento nº 495839, filho de José Maria da Cruz Pompeu e Maria Joana Miranda Pompeu, Instrução de Ensino Fundamental Incompleto, estudante, Residente na Rua Santos Drumond, nº 35, próximo a yamada, Bairro Ianetama, Telefone (91) 8217-2735, Castanhal/PA, e **LUAN DA SILVA RODRIGUES,** brasileiro, União Estável, do sexo masculino, nascido em São Miguel/PA, RG nº 6880841 PC-PA, filho de Ademar Gomes Rodrigues e Maria da Silva Rodrigues, Ensino Fundamental Incompleto, residente na Rua Vasco da Gama, próximo ao açougue Nelore, Bairro Jaderlândia, Castanhal**.** Pelo presente, faz-se público, a quem interessar possa, que nos autos do processo-crime supramencionados fora exarada a decisão, a seguir transcrita: A juíza proferiu a seguinte decisão: ¿1- Ante as certidões de fls. 302 e 307v, decreto a **REVELIA** dos acusados **JOSIEL MIRANDA POMPEU** e **LUAN DA SILVA RODRIGUES** conforme prevê o art. 367 do CPP. 2- Ante a certidão de fls. 308 e informações de fls. 328, intime-se/requisite-se o acusado JACKSON SODRÉ DE CARVALHO para comparecer na audiência de instrução e julgamento designada para o dia 07 DE NOVEMBRO DE 2016 ÀS 09:00H bem como para cumprimento dos itens 1 e 2 da deliberação de fls. 311, no CENTRO DE RECUPERAÇÃO PENITENCIÁRIO DO PARÁ II ¿ CRPPII. 3- Considerando que cabe ao Ministério Público o ônus de prestar informações acerca das testemunhas arroladas na denúncia, e considerando que instado a se manifestar acerca da ausência da testemunha em audiência o Parquet permaneceu silente, DECLARO A DESISTÊNCIA TÁCITA da testemunha FRANCISCO GILBERTO PINHEIRO CARDOSO arrolada pela acusação. 4- Cumpra-se o necessário para a realização da audiência designada. 5- Dê-se nova vista ao Ministério Público para que se manifeste acerca do laudo cadavérico juntado às fls. 323/325.¿ Castanhal, (PA), 13 de Junho de 2016 BETÂNIA DE FIGUEIREDO PESSOA BATISTA Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de Castanhal

Processo nº 0008771-04.2013.814.0015. CRIME DE ROUBO MAJORADO. Réu: **ALAN PIMENTEL SALES,** brasileiro, solteiro, sexo masculino, nascido em Belém, Certidão de Nascimento 13787, filho de Arialdo Oliveira Sales e Maria da Conceição de Lima, Instrução de Ensino Fundamental Incompleto, Profissão estudante, Residente na Rua Francisco Laureno Alves de Melo, nº 841, final da linha, Bairro Jaderlândia, Castanhal. Pelo presente, faz-se público, a quem interessar possa, que nos autos do processo-crime supramencionados fora exarada a decisão, a seguir transcrita: A juíza proferiu a seguinte decisão: ¿Aberta a audiência, pela ordem, a juíza proferiu a seguinte decisão: (a) Considerando o Laudo nº 2015.02.000472- TAN, acostado às fls. 323/325, o qual ateste o óbito do acusado Eliomar Damasceno da Silva, defiro o pedido do Ministério Público (fls. 330), declarando extinta a punibilidade de ELIOMAR DAMASCENO DA SILVA, nos termos do artigo 107, I, do Código Penal. Retire-se o nome do acusado Eliomar da capa dos autos. (b) tendo em vista a informação referente ao óbito de LUAN DA SILVA RODRIGUES, constante do INFOPEN (fls. 339), oficie-se à SUSIPE para que envie a este juízo, no prazo de 15 dias, o laudo necroscópico ou a cópia da certidão de óbito do referido acusado. (c) diante da ausência injustificada a este ato do acusado **ALAN PIMENTEL SALES** (fls. 327/351) **declaro-o revel**, nos termos do art. 367 do CPP, devendo o presente processo prosseguir sem a sua presença. Doravante, o acusado deverá ser intimado pela imprensa oficial. Ato Continuo, a juíza passou a fazer a oitiva da testemunha JOSÉ MARIA DA CRUZ JÚNIOR, brasileiro, policial militar, lotado no 5º BPM, portador da carteira de motorista nº 02298081293, testemunha devidamente compromissada, cujas declarações seguem registradas em mídia audiovisual. A juíza proferiu a seguinte decisão: 01. Retornem-me os autos conclusos para análise. Nada mais havendo, eu _____ Larissa Amaral, Auxiliar Judiciário da 1ª Vara Criminal de Castanhal, digitei e conferi. Foi encerrado o presente termo.¿ Juíza de Direito: Ministério Público: Defensoria Pública:

Processo nº 0004582-46.2014.814.0015. CRIME DE RECEPTAÇÃO QUALIFICADA. Réu: **JAIR MARQUES GOMES JÚNIOR**, brasileiro, paraense, união estável, natural de Belém, -PA, nascido em 02.02.1976, RG nº 2691039 SSP-PA, filho de Margarida Duarte Gomes e de Jair Marques Gomes, residente e domiciliado na Trav. Pixilinga, S/N, bairro Pixilinga, município de São Domingo do Capim, Estado do Pará, Fone: 8835-6232, faz-se público, a quem interessar possa, que nos autos do processo-crime supramencionados fora exarada a decisão, a seguir transcrita: Iniciada a audiência, a juíza proferiu a seguinte decisão: ¿Iniciada a audiência, com fundamento no Art. 367 do Código de Processo Penal, decreto a **REVELIA** do acusado **JAIR MARQUES GOMES JÚNIOR**, tendo em vista que o mesmo, apesar de devidamente intimado (fl. 98) não compareceu a este ato, devendo o processo prosseguir sem a sua presença. Doravante as intimações para o acusado deverão ser feitas pela imprensa oficial, mantendo-se a prerrogativa de intimação pessoal da Defensoria Pública. Em seguida, a MMa Juíza proferiu a seguinte decisão: 1. Vista ao Ministério Público para se manifestar acerca das testemunhas faltosas ais 2 ¿ Após, retornem os autos conclusos. Nada mais havendo, eu _____ João Aroldo Ribeiro Neto, Assessor do Juízo de direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Castanhal, digitei e conferi. Foi encerrado o presente termo, às 16:32h.¿ Juiz de Direito:

SECRETARIA DA VARA AGRÁRIA DE CASTANHAL

DESPACHO ORDINATÓRIO PARA PAGAMENTO DE CUSTAS

PROCESSO Nº.: 0006470-82.2016.8.14.0111

AUTOR: AMATA S/A

ADVOGADOS (AS):MAXIELY SCARAMUSSA BERGAMIN OAB/PA N°: 12.399

MÁRCIA PIRES CHAVES OAB/PA N°: 16241-B

REQUERIDOS: ROSINALDO PEREIRA DA SILVA

FRANCISCO DIOMAR ARAUJO CRISPIM

SEBASTIÃO BERNARDO DE FREITAS E OUTROS

ADVOGADOS (AS): FABRICIO CARDOSO FARIAS OAB/PA N°: 19.278

JOSE NESITO MELO FREIRE OAB/PA N°: 5.914

ILSON JOSÉ CORRÊA PEDROSO OAB/PA N°: 7.249

JOSE HELDER CHAGAS XIMENES OAB/PA N°: 8.142

DIB ELIAS FILHO OAB/PA N°: 7.209

AÇÃO: AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR

Nos termos do art. 1º, Parágrafo 2º, inciso XI, do provimento 006/09 da CJCI, que delegou poderes ao Diretor de Secretaria e atribuições para praticar atos de administração e mero expediente, sem caráter decisório, bem como nos termos do artigo 8°, Parágrafo 10 da portaria conjunta n° 03 ¿ GP/VP-TJPA, **fica a parte requerente intimada para pagamento de custas finais, conforme relatório de folhas 1266/1270 no prazo de 03 (três) dias.**

O referido é verdade e dou fé.

Castanhal, 19 de novembro de 2021.

Joel dos Santos Gomes Júnior.

Diretor de Secretaria, da Vara Agrária de Castanhal.

COMARCA DE BARCARENA

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA

AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO

POR DANOS MORAIS E PEDIDOS DE TUTELA DE URGÊNCIA
REQUERENTE: MAGNOLIA MAGNO NOVO
ADVOGADO: YHAN FELLIPE BASTOS RODRIGUES, OAB/PA Nº 27.165
REQUERIDO: MATEUS SUPERMERCADOS S.A.
ADVOGADO: DIEGO ECEIZA NUNES, OAB/MA N.º 8.092, e MICHAEL ECEIZA NUNES, OAB/MA N.º 7.619

SENTENÇA: ¿Adoto como relatório o que dos autos constar. Compulsando os autos, verifico que o pleito não encontra óbice legal, ao passo que as partes são capazes e o objeto possível, inexistindo, nesses casos, vícios ou nulidades a sanar. Assim, diante do exposto, homologo o acordo (ID.36324589) e julgo extinto o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, ¿b¿, do CPC, mandando que se obedeça fielmente ao pactuado. Sem custas e honorários advocatícios. Registre-se. Cumpra-se. Expeça-se o necessário. Sentença publicada em audiência. Certificado o transito em julgado, arquivem-se com as cautelas e formalidades legais¿. E nada mais havendo, o MM. Juiz deu por encerrado o presente termo, que vai devidamente assinado por todos. Se necessário, servirá o presente como MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA. Eu, Rodrigo Oliveira Bailão_____, conciliador, digitei e subscrevi.

AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE MULTA CONTRATUAL C/C COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL - PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA
PROCESSO Nº 0802060-58.2019.8.14.0007
REQUERENTE: MS TERRAPLENAGEM LTDA
ADVOGADA: RAFAELA CARVALHO DOS SANTOS LEITE, OAB/PA Nº 16.194
REQUERIDA: CLARO S/A - CLARO
ADVOGADO: RAFAEL GONÇALVES ROCHA, OAB/PA Nº 16.538-A,
REQUERIDO: DIN COMERCIO E SERVICOS DE TELEFONIA LTDA. ¿ INFINITE SERVICECLARO S/A - CLARO
ADVOGADO: JOSE MARIO BRAGA JUNIOR, OAB/MA Nº 10.816

DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: ¿1. Considerando que não foi formalizado acordo entre as partes, bem como, o fato de as requeridas já terem apresentado contestação, abra-se vista à Advogada da parte autora para apresentar réplica, no prazo de 15 dias; 2. Retornar conclusos após o cumprimento do item anterior; 3. Cientes os presentes¿;4. Saem cientificados os presentes¿. E nada mais havendo, o a Magistrada deu por encerrado o presente termo, sendo dispensado a assinatura, eis que a audiência foi realizada por meio de videoconferência.

PROCESSO 0800129-20.2019.8.14.0008
ASSUNTO [Seguro]
CLASSE PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

Nome: CARLOS AUGUSTO SALGADO SOUSA
Advogados: HELENI CASTRO LAVAREDA CORREA - OAB/PA 15821 e SÉRGIO COSTA ARAÚJO - OAB/PA 16171

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Advogada: ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZA - OAB/PA 11307

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Em análise aos autos não vislumbro as hipóteses dos arts. 354, 355 e 356 do Código de Processo Civil (CPC). Por conseguinte, com esteio no art. 357 do CPC, profiro decisão de saneamento e de organização do processo.

I - DAS PROVAS

Intimada a parte requerente, a qual não requereu provas. Por outro lado, o requerido requer a produção de depoimento pessoal e de perícia judicial;

1. Defiro o pedido de produção de prova pericial e nomeio, na qualidade de perita do Juízo, a Dra. FILOMENA BRANDÃO BARROSO REBELLO, brasileira, Médica do Trabalho, RG nº 2147463, CPF/MF nº 023.845.902-00, com consultório na Travessa Dom Romualdo de Seixas, nº 1148-B, entre Diogo Moia e Bernal do Couto, bairro do Umarizal, CIP (Centro Integrado de Perícias), Belém, telefones: 3249-0736/ 9987-3965.

2. Arbitro os honorários periciais em R$ 300,00 (trezentos reais), que devem ser pagos pela demandada, nos termos do Acordo de Cooperação Técnica nº 021/2016 celebrado entre o TJPA e a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT.

3. Pelo exposto determino:

1. Publique-se, registre-se, intimem-se;

2. Após o prazo do artigo 357, §1º do CPC, intime-se a Parte Requerida, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas referentes aos honorários periciais, sob pena de preclusão;

3. Após, estando efetivado o depósito judicial dos valores referentes aos honorários periciais:

3.1. Intimem-se as partes para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem/reiterarem seus quesitos e nomearem assistentes técnicos para a realização da perícia;

3.2. Intime-se a perita nomeada, para, no prazo de 05 dias, informar dia e hora para realização da perícia;

3.3. Intimem-se as partes, para que tomem conhecimento da data e local da perícia agendada pela perita, devendo o periciando comparecer na data e hora agendados munido da CTPS, RG, documentos médicos de tratamento (laudos médico e de exames complementares) e documentos de perícias médicas anteriores.

Servirá a presente, por cópia digitada, como mandado/ofício/notificação/carta precatória para as comunicações necessárias (Provimento nº 003/2009-CJCI-TJPA).

Barcarena/PA, 30 de setembro de 2021.

CARLA SODRÉ DA MOTA DESSIMONI

Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Barcarena-Pa

RESENHA: 19/11/2021 A 19/11/2021 - SECRETARIA DA 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA - VARA: 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA PROCESSO: 00026773220118140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Procedimento Comum Cível em: 19/11/2021 REQUERENTE:BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Representante(s): OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:JORGE EDUARDO LIMA SANTOS. DESPACHO 1)Â Â Â Â Â Intime-se o autor, via DJE, para juntar aos autos o acordo extrajudicial entabulado pelas partes para permitir a homologaÃ§Ã£o por este juÃ-zo no prazo de 15 dias. 2)Â Â Â Â Â ApÃ³s, retornem os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â P.I. Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 16 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00032171220138140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Agravo de Instrumento em: 19/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 9670 - DANIEL HENRIQUE QUEIROZ DE AZEVEDO (REP LEGAL) REQUERIDO:MUNICIPIO DE BARCARENA PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): JOSE RUBENS BARREIROS DE LEAO (ADVOGADO) OAB 17314 - WAGNER LEAO SERRAO (ADVOGADO) . SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuida-se de aÃ§Ã£o civil pÃºblica intentada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, em face do MunicÃ-pio de Barcarena, pessoa jurÃ-dica de direito pÃºblica, visando sanar irregularidades no procedimento licitatÃ³rio com o objetivo de construÃ§Ã£o do prÃ©dio Sede da CÃ¢mara de Vereadores do MunicÃ-pio de Barcarena/PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz que o inÃ-cio da obra para a construÃ§Ã£o do prÃ©dio iniciou-se antes mesmo da abertura do edital de licitaÃ§Ã£o, havendo ainda fracionamento do objeto do certame, contrariando a norma prevista na Lei das LicitaÃ§Ãµes. Por fim, narra que o presidente da CÃ¢mara Legislativa forjou documentos na tentativa de justificar o inÃ-cio da obra sem a devida licitaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sustenta ainda que a CÃ¢mara Municipal de Barcarena adquiriu um terreno com valor superior ao praticado no mercado imobiliÃ¡rio local, para a construÃ§Ã£o da Sede da Casa Legislativa Municipal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requereu a concessÃ£o da liminar visando a paralisaÃ§Ã£o da obra em andamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com a inicial, juntou documentos (fls. 16/71). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deferida o pedido de tutela antecipada, bem como determinada a emenda inicial Ã s fls. 74/76. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Apresentada emenda Ã inicial pelo MinistÃ©rio PÃºblico que retificou o polo passivo da demanda para incluir o MunicÃ-pio de Barcarena, bem como para adequar a demanda para AÃÃO CIVIL PÃBLICA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls. 90, recebida a inicial. Determinada a citaÃ§Ã£o do requerido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Contra a liminar concedida no despacho inicial, o rÃ©u interpÃ´s agravo de instrumento (fls. 91/105), ao qual foi atribuÃ-do efeito suspensivo, conforme fls. 112/115. No juÃ-zo de retrataÃ§Ã£o, foi revogada a decisÃ£o liminar ora concedida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Reiterado o pedido de concessÃ£o da tutela antecipada Ã s fls. 117/123. Colacionou novos documentos (fls. 124/149). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deferida a tutela antecipada Ã s fls. 151/154, sendo determinada a suspensÃ£o de todo e qualquer procedimento licitatÃ³rio relativo a construÃ§Ã£o da sede prÃ³prio da CÃ¢mara Municipal de Barcarena bem como a paralisaÃ§Ã£o de qualquer obra em andamento no terreno localizado a Rua Cantidio Nunes, esquina com a travessa Miguel Costa. Determinada a entrega de documentaÃ§Ã£o requerida no item Â¿dÂ¿, tÃ³picos 1 a 4 das fls. 122. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Apresentados os documentos

requeridos pelo MinistÃ©rio PÃºblico pela parte requerida Ã s fls.162/488. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Apresentada contestaÃ§Ã£o Ã s fls. 530/537, alegando o MunicÃ-pio que nÃ£o possui ingerÃªncia nas questÃµes administrativas da CÃ¢mara Municipal de Barcarena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©plica Ã contestaÃ§Ã£o apresentada Ã s fls. 579/581. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimados, as partes manifestaram nÃ£o haver interesse na produÃ§Ã£o de outras provas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 355, I do CÃ³digo de Processo Civil (CPC), o processo comporta julgamento antecipado, pois as provas constantes dos autos sÃ£o suficientes para a formaÃ§Ã£o de juÃ-zo de valor por parte do ÃrgÃ£o Judicial, estando o feito apto Ã prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cinge-se o processo acerca da validade da licitaÃ§Ã£o aberta cujo o objeto Ã© a realizaÃ§Ã£o de obra de construÃ§Ã£o da sede da CÃ¢mara Municipal de Barcarena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De fato, o processo licitatÃ³rio regido pelo edital 001/2013 estÃ¡ eivado de nulidades na sua origem, eis que realizado ao arrepio da lei 8.666/1993, eis que houve nÃ-tida burla aos princÃ-pios administrativos da legalidade, moralidade e publicidade previstos no art. 37 da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A uma, porque nÃ£o Ã© permitido pela lei de licitaÃ§Ãµes o fracionamento de obra pÃºblica, a fim de burlar a modalidade da licitaÃ§Ã£o a ser realizada pelo ente pÃºblico, nÃ£o sendo possÃ-vel a realizaÃ§Ã£o de uma licitaÃ§Ã£o na modalidade Â¿conviteÂ¿ para o Anexo I do prÃ©dio e outra Â¿tomada de preÃ§osÂ¿ para os Anexos II e III. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O art. 23, Â§ 5Âº, da Lei 8.666/1993 Ã© claro neste sentido, sendo vedada a utilizaÃ§Ã£o da modalidade "convite" ou "tomada de preÃ§os", conforme o caso, para parcelas de uma mesma obra ou serviÃ§o, ou ainda para obras e serviÃ§os da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sempre que o somatÃ³rio de seus valores caracterizar o caso de "tomada de preÃ§os" ou "concorrÃªncia". Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A duas, porque identificadas pelo MinistÃ©rio PÃºblico pessoas jurÃ-dicas que foram excluÃ-das do certame, eis que nÃ£o tiveram acesso ao edital de licitaÃ§Ã£o (edital 001/2013), publicado em 3 de maio de 2013, conforme documentos colacionados aos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, houve ainda o descumprimento do princÃ-pio da publicidade, que regem os atos administrativos, devendo ser dada ampla divulgaÃ§Ã£o aos editais de licitaÃ§Ã£o de modo a possibilitar o conhecimento de suas regras a um maior nÃºmero possÃ-vel de pessoas, a fim de garantir melhor aplicaÃ§Ã£o dos recursos pÃºblicos pela escolha da proposta mais vantajosa para a realizaÃ§Ã£o da obra pÃºblica.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Outrossim, fato incontroverso nos autos Ã© que a referida obra foi iniciada sem a conclusÃ£o da licitaÃ§Ã£o da obra, fato comprovado pelos documentos acostados aos autos, como declaraÃ§Ãµes e fotogrÃ¡ficas apresentadas, que sequer foram impugnadas em sede de contestaÃ§Ã£o, o que demonstra a mÃ¡-fÃ© do administrador pÃºblico na realizaÃ§Ã£o da obra. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Posto isto, e considerando o que mais constam dos autos, julgo procedente o pedido contido na inicial, para declarar a nulidade do processo licitatÃ³rio do edital 001/2013 referente Ã construÃ§Ã£o do edifÃ-cio sede da CÃ¢mara Municipal de Barcarena, bem como qualquer outro procedimento licitatÃ³rio de dispensa ou inexigibilidade de licitaÃ§Ã£o para a construÃ§Ã£o da sede prÃ³pria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Fica revogada a decisÃ£o de tutela antecipada quanto a paralisaÃ§Ã£o de qualquer obra em andamento no terreno localizado a Rua Cantidio Nunes, esquina com a travessa Miguel Costa, eis que o bem estÃ¡ afetado ao municÃ-pio, que poderÃ¡ dar a ele destinaÃ§Ã£o pÃºblica adequada, desde que atenda os princÃ-pios administrativos previstos na ConstituiÃ§Ã£o Federal, devendo observar os ditames da lei de licitaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas ex lege. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena, 16 de novembro de 2021. CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI JuÃ-za de Direito Titular PROCESSO: 00037267420128140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Procedimento Sumário em: 19/11/2021 REQUERENTE:DIEGO FREITAS PASSINHO Representante(s): OAB 13621 - RODRIGO AYAN DA SILVA (DEFENSOR) REQUERIDO:TRANSARAPARI NAVEGACAO Representante(s): OAB 15116 - WALBER ALMEIDA APOLINARIO (ADVOGADO) . PÃ¡gina de 1 1Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE BARCARENA SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de indenizaÃ§Ã£o por danos materiais e morais ajuizada por DIEGO FREITAS PASSINHO em desfavor de TRANSARAPARI NAVEGAÃÃO. Â Â Â Â Â Â Â Determinada a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte autora, nÃ£o houve manifestaÃ§Ã£o quanto ao seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â A presente demanda deve ser extinta sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito diante dos argumentos que seguem. Â Â Â Â Â Â Â PrevÃª o art. 485, inc. III, que a demanda deve ser extinta sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito quando, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, por nÃ£o promover os atos e diligÃªncias que lhe competir. Â Â Â Â Â Â Â O Â§ 1Âº, do citado artigo,

entretanto, prevÃª a necessidade de que seja intimado o requerente, pessoalmente, para manifestar interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Assim, considerando que mesmo intimada a requerente nÃ£o manifestou interesse no prosseguimento do feito (fl. 50), entendo que o processo deve ser extinto. Â Â Â Â Â Â Â Ã vista do exposto, com fulcro nos arts. 274, parÃ¡grafo Ãºnico e 485, III, Â§ 1Âº do CPC, extingo o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Transitado em julgado, arquivem-se os presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Sem custas, em razÃ£o do rito. Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. C. Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 05 de agosto de 2021. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI JuÃza de Direito FÃ³rum Des. InÃ¡cio de Sousa Moitta Â¿ Av. MagalhÃ£es Barata, s/nÂº, Centro, Barcarena/PA Â¿ Tel (91) 3753-4049 Â¿ CEP 68.445-000 Juiz de Direito Emerson Benjamim Pereira de Carvalho. PROCESSO: 00040656220148140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Procedimento Sumário em: 19/11/2021 REQUERENTE:MARCIONE DE SOUZA DE OLIVEIRA REPRESENTANTE:ANEILDON ESTUMANO DE SOUSA Representante(s): OAB 15837 - SERGIO RENATO FREITAS DE OLIVEIRA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 20431-A - RENAN BARBOSA DE AZEVEDO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO J. SAFRA S.A Representante(s): OAB 21678 - BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (ADVOGADO) . SENTENÃA Â Vistos, etc. Â MARCIONE DE SOUZA DE OLIVEIRA, qualificado nos autos, por advogado habilitado ajuizou AÃÃO REVISIONAL DE CONTRATO C/C CONSIGNAÃÃO EM PAGAMENTO C/C PEDIDO DE TUTELA DE URGÃNCIA, em desfavor de BANCO J SAFRA S/A, igualmente identificado nos autos. Â Afirmou que celebrou contrato de financiamento com clÃ¡usula de alienaÃ§Ã£o fiduciÃ¡ria para aquisiÃ§Ã£o de veÃculo da marca FIAT modelo PALIO, ano/modelo 2010/2010, placa NCG-2334, pagando 44 parcelas no valor de R$1.071.26. Â Alegou o requerente que os juros cobrados no contrato sÃ£o abusivos, pois excedem a taxa mÃ©dia do mercado. Alegando que Ã© vedada a capitalizaÃ§Ã£o de juros, ainda que tenha sido expressamente prevista no contrato. Â Em sequÃªncia, apontou que a simples previsÃ£o da clÃ¡usula Â¿capitalizaÃ§Ã£o mensalÂ¿ nÃ£o Ã© suficiente para fornecer informaÃ§Ã£o clara e precisa ao consumidor, conforme determina o artigo 46 do CDC. Â Por fim, requereu a concessÃ£o de tutela antecipada para consignar os valores que reputa incontroversos em juÃzo sem incidÃªncia de mora ou a consignaÃ§Ã£o do valor total das parcelas, bem como a proibiÃ§Ã£o da requerida em incluir o nome do requerido nos registros de proteÃ§Ã£o ao crÃ©dito. Â Ao final, pugnou pela procedÃªncia de seus pedidos. Â Juntou aos autos procuraÃ§Ã£o e documentos. Â Deferido o pedido de depÃ³sito do valor incontroverso. Quanto ao pedido de tutela antecipada nÃ£o houve deferimento do pedido. Â Devidamente citado, o requerido apresentou contestaÃ§Ã£o, pontuando em preliminar a inÃ©pcia da inicial. No mÃ©rito, refuta a alegaÃ§Ã£o de abusividade das parcelas cobradas pelo requerido, defendendo a legalidade dos juros remuneratÃ³rios, sendo que jÃ¡ hÃ¡ entendimento consolidado do STJ no sentido da legalidade da cobranÃ§a de tarifas de abertura de crÃ©dito, tarifa de emissÃ£o de carnÃª e tarifa de cadastro. Arrematou pleiteando a improcedÃªncia de todos os pedidos formulados. Â Vieram os autos conclusos. Â Ã O RELATÃRIO. DECIDO. Â DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE Â No caso dos autos, possÃvel o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, I do NCPC, tendo elementos suficientes para resoluÃ§Ã£o imediata com as provas documentais jÃ¡ produzidas pelas partes, sendo desnecessÃ¡ria dilaÃ§Ã£o probatÃ³ria. Â DA INÃPCIA DA INICIAL Â O requerido suscita a inÃ©pcia da inicial, contudo a pretensÃ£o da autora ficou comprovadamente resistida pelos termos da contestaÃ§Ã£o apresentada, estando presente o interesse de agir da parte autora, em razÃ£o do princÃpio da inafastabilidade de apreciaÃ§Ã£o pelo Poder JudiciÃ¡rio (art. 5Âº, inciso XXXV do CF/88). Â Desse modo, afasto a preliminar levantada pelo requerido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO MÃRITO Â De antemÃ£o, ressalto a aplicaÃ§Ã£o das regras do Direito do Consumidor aos contratos bancÃ¡rios, tema jÃ¡ pacificado na jurisprudÃªncia pÃ¡tria, inclusive sendo objeto de SÃºmula pelo Superior Tribunal de JustiÃ§a, in verbis: SÃMULA NÂ° 297. O CÃ³digo de Defesa do Consumidor Ã© aplicÃ¡vel Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras. Â A responsabilidade do fornecedor de serviÃ§os por danos e prejuÃzos causados aos consumidores Ã© objetiva, cabendo ao fornecedor de serviÃ§os a responsabilidade pela reparaÃ§Ã£o dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos Ã prestaÃ§Ã£o dos serviÃ§os. A responsabilidade civil objetiva da instituiÃ§Ã£o financeira decorre da teoria

do risco do empreendimento (artigo 14 do CDC). Â Da alegaÃ§Ã£o de impossibilidade de capitalizaÃ§Ã£o mensal de juros. Â Alega a parte autora que no contrato celebrado entre as partes se identifica a vantagem da instituiÃ§Ã£o financeira na cobranÃ§a de juros, sendo tal prÃ¡tica identificada como capitalizaÃ§Ã£o de juros, o que Ã© considerada prÃ¡tica ilegal. NÃ£o apresentou planilha de cÃ¡lculo com cobranÃ§a de taxa de juros diferenciada, tampouco apresentou informaÃ§Ãµes acerca das taxas aplicadas no mercado por outras instituiÃ§Ãµes financeiras em contratos semelhantes. Â Consoante a previsÃ£o contida nas MPs 1.963-17/2000 e 2.170-36/2001, bem como em face do entendimento iterativo do STJ, a aplicaÃ§Ã£o da sistemÃ¡tica da capitalizaÃ§Ã£o mensal de juros Ã© admitida, desde que prevista no contrato. Ã tÃ-tulo de ilustraÃ§Ã£o, transcreve-se julgado do STJ acerca do tema, em sede de recurso repetitivo: Â [...] Â Neste ponto, assinalo que o art. 5Âº da Medida ProvisÃ³ria 1.963-17/00 tornou admissÃ-vel nas operaÃ§Ãµes realizadas pelas instituiÃ§Ãµes integrantes do Sistema Financeiro Nacional "a pactuaÃ§Ã£o de capitalizaÃ§Ã£o de juros com periodicidade inferior a um ano"; vale dizer, no contrato bancÃ¡rio poderÃ¡ ser pactuada a capitalizaÃ§Ã£o semestral, trimestral, mensal, diÃ¡ria, contÃ-nua etc. O intervalo da capitalizaÃ§Ã£o deverÃ¡ ser expressamente definido pelas partes do contrato. Â [...] Em sÃ-ntese, desde 31.3.2000, data da publicaÃ§Ã£o da Medida ProvisÃ³ria 1.963-17/00, admite-se, nos contratos bancÃ¡rios em geral, a pactuaÃ§Ã£o de capitalizaÃ§Ã£o de juros com periodicidade inferior a um ano (a mensal, inclusive). (Trecho do voto da Ministra Relatora Maria Isabel Gallotti. REsp 973.827/RS, SEGUNDA SEÃÃO, julgado em 08/08/2012, DJe 24/09/2012) Â Ressalte-se ainda que, no mesmo julgado, foi definido que a previsÃ£o da capitalizaÃ§Ã£o mensal no contrato pode ser reconhecida pela mera observÃ¢ncia de que a taxa anual nÃ£o supera o dÃ©cuplo da taxa mensal: [...] Â No caso em exame, os juros contratados foram prefixados no contrato, nÃ£o sendo comprovada a abusividade, em termos de mercado, da taxa efetiva de juros remuneratÃ³rios pactuada. O valor fixo das prestaÃ§Ãµes igualmente estÃ¡ expresso no contrato, nÃ£o podendo o consumidor alegar surpresa quanto aos valores fixos, inalterÃ¡veis, das parcelas que se comprometeu a pagar. NÃ£o estÃ¡ prevista a incidÃªncia de correÃ§Ã£o monetÃ¡ria. A expectativa inflacionÃ¡ria jÃ¡ estÃ¡ embutida na taxa de juros. Â Assim, improcedente o pedido neste ponto. Â Ante o exposto, com fundamento no art. 487, I, do NCPC, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos da exordial, e consequentemente, extingo o processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, mantendo-se inalterado o contrato celebrado entre as partes. Â Condeno a parte autora a pagar as despesas processuais e os honorÃ¡rios advocatÃ-cios no percentual de 10% sobre valor da causa, em obediÃªncia ao disposto no art. 85 Â§ 2Âº do CPC, ficando em condiÃ§Ã£o suspensiva, que somente poderÃ£o ser cobradas se demonstrada a perda da condiÃ§Ã£o de necessitada (art. 98, Â§3Âº do NCPC). Â Intime-se o requerente para levantar os valores depositados em juÃ-zo. Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se o presente feito. Â P.R.I.C. Â Barcarena, 12 de novembro de 2021. Â CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00046114920168140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Busca e Apreensão em: 19/11/2021 REQUERENTE:GUNAR VINGRE MALATO SOARES Representante(s): OAB 16158 - WEVERTON SMITH ARAUJO RIBEIRO (ADVOGADO) OAB 7417-E - JOSENILSON DA SILVA MARIANO (ADVOGADO) REQUERIDO:AFONSO SAINT ANA PINHEIRO CORREA. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â GUNAR VINAGRE MALATO SOARES, qualificado nos autos, atravÃ©s de advogado constituÃ-do, ajuizou aÃ§Ã£o de cobranÃ§a c/c com busca e apreensÃ£o c/c pedido de tutela antecipada em face de AFONSO SAINT ANA PINHEIRO CORREA. Â Â Â Â Â Â Â Â Diz o autor que Ã© proprietÃ¡rio do veÃ-culo Ford Fiesta Sedan 2006, que foi repassado ao requerido que assumiu o compromisso de efetuar o pagamento do financiamento das parcelas em aberto, contudo deixou realizar o pagamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Diz ainda que o requerido se comprometeu a pagar ao autor duas parcelas iguais de R$3.714,00 para dar quitaÃ§Ã£o Ã dÃ-vida. Contanto atÃ© a presente data nÃ£o efetuou o pagamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Requereu a concessÃ£o da medida cautelar de busca e apreensÃ£o. No mÃ©rito requereu o pagamento do valor devido e pagamento por danos morais. Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Deferido o pedido de busca e apreensÃ£o do veÃ-culo. Â Â Â Â Â Â Â Â Liminar devidamente cumprida, sendo o bem entregue ao autor. Â Â Â Â Â Â Â Â Citado, o requerido quedou-se inerte. Decretada a sua revelia. Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Passo a decidir. Â Â Â Â Â Â

Â Â Â A questÃ£o sob exame comporta julgamento antecipado da lide, diante dos efeitos da revelia aplicados ao requerido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante dos documentos acostados aos autos, bem como pela revelia aplicada ao rÃ©u, resta incontroversa a dÃ-vida no valor de R$7848.43. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O deferimento da liminar de busca e apreensÃ£o em favor do autor, devidamente cumprida, impossibilita a cobranÃ§a dos valores das parcelas do financiamento em aberto, eis que o requerido nÃ£o se beneficiou do bem, que estÃ¡ na posse do autor desde o inÃ-cio do processo sob anÃ¡lise. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto ao dano moral, nÃ£o restou demonstrado que houve a perpetraÃ§Ã£o de dano de ordem extrapatrimonial, Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decerto que o dano moral Ã© indenizÃ¡vel, mas de forma alguma prescinde da demonstraÃ§Ã£o da efetiva ocorrÃªncia da situaÃ§Ã£o que o engendrou. No caso, entendo que nÃ£o hÃ¡ que se falar em ocorrÃªncia de dano indenizÃ¡vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A divergÃªncia acerca do pagamento das prestaÃ§Ãµes do veÃ-culo entre as partes Ã© capaz de gerar a produÃ§Ã£o de dano extrapatrimonial conforme requerido, tratando-se de mera adversidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O dano moral tem outro significado. O termo moral diz respeito a tudo que estÃ¡ fora da esfera patrimonial da pessoa, tendo como referencial sua alma, tranquilidade e paz interior, que atingidos por atos danosos causem dor, sofrimento ou transtornos, representando tudo o que nÃ£o seja susceptÃ-vel de valor econÃ´mico.Â Logo, nÃ£o hÃ¡ como reconhecer a ocorrÃªncia da categoria jurÃ-dica de dano moral pela causa de pedir aqui exposta. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo exposto, julgo parcialmente procedente o pedido, com fundamento no art. 14 c/c art. 42, parÃ¡grafo Ãºnico da Lei nÂº.8.078/1990, extinguindo o processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito nos termos do art. 269, inciso I do CPC, apenas PARA CONFIRMAR A LIMINAR DE BUSCA E APREENSÃO EM FAVOR DO AUTOR, consolidando em mÃ£os do Autor a posse e propriedade do veÃ-culo descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios, que fixo em 10% sobre o valor da causa, com a ressalva de que estas verbas somente poderÃ£o ser cobradas se demonstrada a perda da condiÃ§Ã£o de necessitada (art. 98, Â§3Âº do NCPC); Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena, 12 de novembro de 2021. CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00069028520178140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Procedimento Comum Cível em: 19/11/2021 REQUERENTE:SOLANGE DANTAS SIQUEIRA Representante(s): OAB 15821 - HELENI CASTRO LAVAREDA CORREA (ADVOGADO) OAB 20256 - THIAGO VINICIUS SILVA SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO REQUERIDO:BANCO BRADESCARD Representante(s): OAB 20601-A - WILSON SALES BELCHIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO SA REQUERIDO:BANCO BRADESCO CARTOES S.A. SENTENÃA Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de declaratÃ³ria de inexistÃªncia de dÃ©bito manejada por SOLANGE DANTAS SIQUEIRA, qualificado nos autos, por advogado particular, em face de BANCO BRADESCARD, BANCO BRADESCO S/A E BANCO BRADESCO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que o presente processo tem as mesmas partes e mesma causa de pedir do processo 0000850-52.2015.814.0070, que tramita no juizado cÃ-vel e criminal da Comarca de Abaetetuba, ajuizado em 21 de fevereiro de 2015, jÃ¡ proferida sentenÃ§a de mÃ©rito 25 de abril de 2017. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, hÃ¡ de ser reconhecida a litispendÃªncia, uma vez que jÃ¡ tramita na nesta vara processo idÃªntico ao ora sentenciado, tendo sido distribuÃ-do em data anterior ao presente feito, pelo que, impÃµe-se a extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, e, por conseguinte, o arquivamento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, julgo extinto o feito sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, com fulcro no art.485, V do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena, 12 de novembro de 2021. CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI JuÃ-za de Direito

COMARCA DE SANTA MARIA DO PARÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SANTA MARIA DO PARÁ

RESENHA: 18/11/2021 A 19/11/2021 - GABINETE DA VARA UNICA DE SANTA MARIA DO PARA - VARA: VARA UNICA DE SANTA MARIA DO PARA PROCESSO: 00005035820158140057 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANA LOUISE RAMOS DOS SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 REQUERENTE:KI BRASIL COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA EPP Representante(s): OAB 17838 - JOAO BOSCO PEREIRA DE ARAUJO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 13915 - CLEBIA DE SOUSA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:SCANIA LATIN AMÉRICA LTDA Representante(s): OAB 138688 - MARCELO PEREIRA DE CARVALHO (ADVOGADO) OAB 22277 - TERCYO FEITOSA PINHEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:ITAIPU NORTE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA Representante(s): OAB 15188-A - TADEU ALVES SENA GOMES (ADVOGADO) OAB 25032 - ALVARO PEREIRA MOTTA NETO (ADVOGADO) . Processo: 0000503-58.2015.8.14.0057 Â Â Â Â Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos. Trata-se de Â¿AÃ§Ã£o de indenizaÃ§Ã£o por perdas e danos materiais C/C danos moraisÂ¿ ajuizada por KI BRASIL COMÃRCIO DE CEREAIS LTDA EPP contra ITAIPU NORTE COMÃRCIO DE MÃQUINAS E VEÃCULOS LTDAÂ e SCANIA LATIN AMÃRICA LTDA . Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes apresentaram minuta de acordo (fls. 524/528) pugnando pela homologaÃ§Ã£o da transaÃ§Ã£o, bem como renÃºncia ao prazo recursal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relato. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â HOMOLOGO POR SENTENÃA, e para que todos os efeitos legais surtam, o acordo realizado entre as partes e, por conseguinte, nos termos do artigo 487, inciso III, alÃ-nea b, do CÃ³digo de Processo Civil, julgo extinto o processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Homologo tambÃ©m a renÃºncia ao prazo recursal. Sem honorÃ¡rios e sem custas processuais, em observÃ¢ncia ao art. 90, Â§3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publicada esta sentenÃ§a, determino, com fundamento no artigo 1.000, parÃ¡grafo Ãºnico do CÃ³digo de Processo Civil, que o trÃ¢nsito em julgado seja imediatamente certificado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arquivem-se os autos com as baixas e anotaÃ§Ãµes de praxe. Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publicado em gabinete. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Santa Maria do ParÃ¡ (PA), 17 de novembro de 2021.Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANA LOUISE RAMOS DOS SANTOS Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da Comarca de Santa Maria do ParÃ¡/Pa PROCESSO: 00015619120188140057 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANA LOUISE RAMOS DOS SANTOS A??o: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 18/11/2021 DENUNCIADO:ANTONIO JOSE TEIXEIRA DE SOUZA Representante(s): OAB 28151 - ANTONIA MARIA IRANILDA VIEIRA DE SOUSA (ADVOGADO) VITIMA:O. E. . AÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0001561-91.2018.8140057 RÃU: ANTONIO JOSE TEIXEIRA DE SOUZA SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o Penal ajuizada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual em face de ANTONIO JOSE TEIXEIRA DE SOUZA, devidamente qualificado nos autos, visando a incursÃ£o nas penas do artigo 33, caput, da Lei nÂº 11.343/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Narra a denÃºncia, que no dia 13.03.2018, por volta das 21:00 horas, a policia militar estava em trabalho preventivo no terminal rodoviÃ¡rio, momento em que o motorista de Ã´nibus ROBERT MATEUS SANTOS NASCIMENTO reconheceu a pessoa do denunciado como autor de um assalto que teria ocorrido no municÃ-pio de Irituia, o demandado passou a ser agredido por populares atÃ© a intervenÃ§Ã£o da policia militar, e ao ser revistado foram encontradas em sua posse 11 (onze) petecas de cocaÃ-na. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Laudo toxicolÃ³gico de constataÃ§Ã£o estÃ¡ presente nos autos (fls. 04/06). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho determinando a notificaÃ§Ã£o do rÃ©u (fl. 07). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u foi devidamente notificado, tendo apresentado a defesa preliminar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na instruÃ§Ã£o processual foram ouvidas as testemunhas policiais e o acusado exerceu seu direito ao silÃªncio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em alegaÃ§Ãµes finais o MinistÃ©rio PÃºblico manifestou-se pela condenaÃ§Ã£o nos termos da denÃºncia e a defesa pela desclassificaÃ§Ã£o para o art. 28 da mesma Lei. (fl. retro) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De inÃ-cio, cumpre ressaltar que se encontram presentes todos os pressupostos processuais e condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o penal, pelo que possÃ-vel apreciar o mÃ©rito da pretensÃ£o punitiva delineada na DenÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A acusaÃ§Ã£o imputa ao rÃ©u o crime de trÃ¡fico de drogas descrita no artigo 33, caput, da Lei nÂº 11.343/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A materialidade do delito restou consubstanciada pelo laudo toxicolÃ³gico (fls. 04/06). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Contudo, nÃ£o restou devidamente comprovada a autoria do crime previsto no artigo 33, da Lei nÂº

11.343/2006, pois foi apreendida uma pequena quantidade de entorpecente, conforme o laudo toxicolÃ³gico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como se nota, as provas constantes dos autos nÃ£o sÃ£o suficientes para escorar uma condenaÃ§Ã£o por trÃ¡fico de entorpecentes em desfavor do rÃ©u, jÃ¡ que vÃ£o atÃ© o limite mÃ¡ximo de demonstrar que foi flagrado com embrulhos de entorpecente conhecido como Maconha, pesando 8,719g (oito gramas, setecentos e dezenove miligramas), bem como 1,234g (um grama, duzentos e trinta e quatro miligramas) de substancia conhecida como cocaÃ-na, contudo, nÃ£o vieram provas suficientes para demonstrar que essa droga seria para difusÃ£o ilÃ-cita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalte-se ainda, que o simples fato de ter sido encontrada uma quantidade de drogas, pouco expressiva, com o rÃ©u nÃ£o significa, por si sÃ³, que ele seja traficante, pois Ã© plenamente possÃ-vel que tal substÃ¢ncia fosse consumida pelo rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, se a prova foi suficiente para justificar a propositura de aÃ§Ã£o penal contra a rÃ© pelo crime de trÃ¡fico de entorpecentes, o mesmo nÃ£o pode ser dito em relaÃ§Ã£o ao fato dessa mesma prova servir de sustentÃ¡culo para a condenaÃ§Ã£o, visto que uma sentenÃ§a desta natureza exige maior grau de exatidÃ£o e certeza. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido se manifesta a jurisprudÃªncia pÃ¡tria: PENAL. PROCESSUAL PENAL. TRÃFICO ILÃCITO DE ENTORPECENTES. AUSÃNCIA DE PROVAS CONCLUSIVAS QUANTO Ã TRAFICÃNCIA. DESCLASSIFICAÃÂ¿O PARA USO. IN DUBIO PRO REO. RECURSO PROVIDO. 1. NÃ£o hÃ¡ como condenar o rÃ©u por trÃ¡fico apenas por que foi encontrado portando entorpecentes em via pÃºblica, sendo que nenhum suposto usuÃ¡rio foi avistado pelos policiais recebendo drogas, nÃ£o houve campana, nem investigaÃ§Ã£o anterior indicando que estivesse traficando no local. 2. O fato de a droga ter sido encontrada fragmentada em pequenas "pedras", por si sÃ³, nÃ£o comprova a traficÃ¢ncia, pois sÃ£o comumente adquiridas pelos usuÃ¡rios jÃ¡ nesse formato. De igual forma, o fato de o apelante ter sido preso em via pÃºblica de "grande concentraÃ§Ã£o de usuÃ¡rios e traficantes de drogas" tambÃ©m nÃ£o o torna traficante, pois os usuÃ¡rios dessas substÃ¢ncias tambÃ©m costumam frequentar esses locais, misturando-se com traficantes e eventuais transeuntes. 3. O Ã´nus da prova da acusaÃ§Ã£o compete ao MinistÃ©rio PÃºblico, ressaltando que ao juiz Ã© discricionÃ¡rio determinar ofÃ-cios ou diligÃªncias que julgar relevantes, mas ao Ã³rgÃ£o acusador Ã© obrigatÃ³rio comprovar aquilo que alega. InteligÃªncia do artigo 156 do CÃ³digo de Processo Penal. 4. Diante da dÃºvida quanto Ã traficÃ¢ncia e certeza quanto ao uso de entorpecente, em homenagem ao princÃ-pio in dubio pro reo, deve operar-se a desclassificaÃ§Ã£o da conduta de trÃ¡fico de drogas para aquela descrita no artigo 28, da Lei N. 11.343/06 (uso), com a consequente remessa dos autos ao JuÃ-zo competente para julgamento do feito. 5. Recurso provido. (TJCE - 20100111416617APR, Relator SILVÃNIO BARBOSA DOS SANTOS, 2Âª Turma Criminal, julgado em 24/02/2011, DJ 11/03/2011) PENAL. APELAÃÂ¿O CRIMINAL. TRÃFICO DE ENTORPECENTES. ART. 12, LEI N. 6368/76. CONJUNTO PROBATÃRIO FRÃGIL. DESCLASSIFICAÃÂ¿O PARA O TIPO DO ART. 16 DA LEI 6.368/76. COMPETÃNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS. RECURSO MINISTERIAL. PLEITO CONDENATÃRIO. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÃA MANTIDA. 1. Ã mÃ-ngua de comprovaÃ§Ã£o, em juÃ-zo, dos indÃ-cios de autoria colhidos na fase prÃ©-processual, procedeu-se a desclassificaÃ§Ã£o para o tipo do artigo 16 da Lei nÂº 6.368/76. 2. Em virtude de se tratar de delito de menor potencial ofensivo, foi declinada a competÃªncia para o processamento do feito a um dos Juizados Especiais Criminais da CircunscriÃ§Ã£o Especial JudiciÃ¡ria de BrasÃ-lia/DF. 3. Recurso conhecido e improvido. (TJDF - AcÃ³rdÃ£o n. 360169, 20040110661486APR, Relator NILSONI DE FREITAS, 2Âª Turma Criminal, julgado em 28/05/2009, DJ 19/08/2009) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, em virtude da fragilidade do conjunto probatÃ³rio coligido aos autos, quanto Ã traficÃ¢ncia, hÃ¡ de ser desclassificada a conduta para uso de entorpecentes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico que, por se tratar de delito de menor potencial ofensivo, deve receber o tratamento mais benÃ©fico dos processos submetidos ao rito da Lei nº 9.099/95, com todos os seus princÃ-pios informadores e consectÃ¡rios legais, conforme determina o artigo 48, Â§1º, da Lei nº 11.343/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, opero a desclassificaÃ§Ã£o da conduta de trÃ¡fico para a de uso de drogas prevista no artigo 28 da Lei nº 11.343/2006 em face do rÃ©u ANTONIO JOSE TEIXEIRA DE SOUZA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que, verifico que A PRESCRIÃÃO assiste razÃ£o, tendo em vista que, nos moldes do art. 30 da Lei nÂ° 11.343/2006, o delito previsto no art. 28 do mesmo dispositivo prescreve em 02 (dois) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante disso, e com esteio nos artigos 89, Â§5º da Lei nº 9.099/95 c/c 107, inciso IV do CÃ³digo Penal c/c art. 30 da Lei nÂ° 11.343/2006, DECLARO EXINTA A PUNIBILIDADE de ANTONIO JOSE TEIXEIRA DE SOUZA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se o rÃ©u somente pelo DiÃ¡rio da JustiÃ§a EletrÃ´nico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, proceda-se as anotaÃ§Ãµes necessÃ¡rias e arquivem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Santa Maria do ParÃ¡/PA, 18 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANA LOUISE RAMOS DOS SANTOS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito PROCESSO:

00025039420168140057 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANA LOUISE RAMOS DOS SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 REQUERENTE:J. M. M. A. Representante(s): OAB 13927 - WALTER AUGUSTO BARRETO TEIXEIRA (DEFENSOR) OAB 25403 - FRANCISCO SIMAO SALES PINHEIRO (ADVOGADO) REPRESENTANTE:AMANDA MAMEDE AMORIM REPRESENTANTE:ANTONIA AUCILENE MAMEDE AMORIM REQUERIDO:IRACILDA VIDAL DA SILVA Representante(s): OAB 28151 - ANTONIA MARIA IRANILDA VIEIRA DE SOUSA (ADVOGADO DATIVO) REQUERIDO:JOSE EDMAR BATISTA DA SILVA Representante(s): OAB 17838 - JOAO BOSCO PEREIRA DE ARAUJO JUNIOR (ADVOGADO) . Ã©Proc.: 0002503-94.2016.8.14.0057 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tratam os autos de Â¿AÃ§Ã£o de InvestigaÃ§Ã£o de Paternidade Post Mortem C/C AlimentosÂ¿ proposta por JOÃO MIGUEL MAMEDE AMORIM, neste ato representado por sua genitora AMANDA MAMEDE AMORIM, contra IRACILDA VIDAL DA SILVA e JOSÃ EDMAR BATISTA DA SILVA, ambos genitores de MARCELO KLEITON BATISTA DA SILVA, falecido em 08/04/2015, no bojo da qual pleiteia a condenaÃ§Ã£o dos requeridos no reconhecimento da paternidade do menor e no pagamento de alimentos a ele. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Narram os autos que o menor JOÃO MIGUEL MAMEDE AMORIM nasceu de um relacionamento amoroso entre sua mÃ£e, AMANDA MAMEDE AMORIM, e o de cujus MARCELO KLEITON BATISTA DA SILVA, falecido em 08/04/2015. PorÃ©m, o menor nasceu em 26/11/2015, ou seja, somente apÃ³s o falecimento de seu possÃ-vel genitor, o senhor MARCELO KLEITON BATISTA DA SILVA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O requerido JOSÃ EDMAR BATISTA DA SILVA fora citado pessoalmente e apresentou contestaÃ§Ã£o no autos (fls. 24/25). Â Â Â Â Â Â Â Â Â A requerida IRACILDA VIDAL DA SILVA fora citada por edital e, nomeado defensor dativo, este apresentou contestaÃ§Ã£o por negativa geral Ã s fls. 82/86. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã fl. 55, fora realizada audiÃªncia para coleta de material genÃ©tico (DNA), na qual o requerido JOSÃ EDMAR BATISTA DA SILVA se manifestou oferecendo o valor de R$ 200,00 (duzentos reais) a tÃ-tulo de pensÃ£o alimentÃ-cia, caso o resultado fosse positivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Exame de DNA Ã s fls. 65/69.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã fl. 74, o requerente, por meio de sua genitora,, aceitou o valor proposto pelo requerido a tÃ-tulo de pensÃ£o alimentÃ-cia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Parecer ministerial Ã fl. 80. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã fundamentaÃ§Ã£o.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante de uma anÃ¡lise criteriosa dos autos, verifico que Ã© hipÃ³tese de julgamento antecipado do mÃ©rito. Isto porque verifico que hÃ¡ a total desnecessidade de produÃ§Ã£o de outras provas, tendo em vista que existe nos autos o Resultado do Exame de DNA conclusivo, razÃ£o pela qual nÃ£o hÃ¡ que se falar em fase instrutÃ³ria do processo, devendo-se pular imediatamente para a fase decisÃ³ria, assim o fazendo com fundamento no artigo 355, inciso I do NCPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dito isto, passo Ã anÃ¡lise do mÃ©rito. 1. InvestigaÃ§Ã£o de paternidade Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, constata-se que Ã© hipÃ³tese de total procedÃªncia dos pedidos formulados na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Laudo TÃ©cnico apresentado Ã s fls. 65/69, que, diga-se, Ã© prova inconteste, concluiu que o JOÃO MIGUEL MAMEDE AMORIM Ã© filho de MARCELO KLEITON BATISTA DA SILVA, falecido em 08/04/2015, pois se comprovou o vÃ-nculo genÃ©tico com o pai biolÃ³gico deste, o senhor JOSÃ EDMAR BATISTA DA SILVA . Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã do conhecimento de todos que existem trÃªs critÃ©rios para se aferir a filiaÃ§Ã£o de alguÃ©m: I) CritÃ©rio biolÃ³gico (aferido por meio do exame de DNA); II) CritÃ©rio socioafetivo: verifica-se a paternidade sempre que houver prova nos autos da existÃªncia de vÃ-nculo de afinidade e afetividade e III) critÃ©rio da PresunÃ§Ã£o legal ou pater is est (art. 1597 CC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em prosseguimento, importa esclarecer que nÃ£o hÃ¡ hierarquia entre os critÃ©rios, logo o juiz deve usar o critÃ©rio mais adequado ao caso concreto e, no presente caso, o critÃ©rio mais adequado Ã© o critÃ©rio biolÃ³gico e, assim sendo, nÃ£o hÃ¡ dÃºvida de que o requerido Ã© pai biolÃ³gico da requerente, devendo constar seu nome como genitor da infante. 2. Alimentos Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto ao pleito de alimentos, sabe-se que para a jurisprudÃªncia do Superior Tribunal de JustiÃ§a (STJ) a obrigaÃ§Ã£o alimentar avoenga Ã© complementar e subsidiÃ¡ria Ã obrigaÃ§Ã£o dos genitores, alÃ©m de tambÃ©m estar condicionada ao equilÃ-brio do binÃ´mio necessidade do alimentando e possibilidade do alimentante (AgInt no AREsp 1152908 / SP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â IncontestÃ¡vel o dever dos requeridos de prestar alimentos ao menor, pois sÃ£o genitores do falecido pai biolÃ³gico, o senhor MARCELO KLEITON BATISTA DA SILVA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em que pese a demanda versar sobre direito indisponÃ-vel, afastando os efeitos materiais da revelia, deve ser prestigiada a celeridade, pois, a demanda foi proposta em 2016 e diante da inÃ©rcia da requerida IRACILDA VIDAL DA SILVA, a qual fora citada por edital, da necessidade efetiva e a proporcionalidade da quantia pleiteada ao pedir julgamento antecipado, conjugado com o longo lapso temporal do trÂ¢mite processual em prejuÃ-zo dos interesses das crianÃ§as o julgamento se pautarÃ¡ pelo arbitramento com base nos parÂ¢metros jurisprudenciais e na prudÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nas aÃ§Ãµes alimentares, considerando que o dever alimentar Ã© cogente em razÃ£o do que dispÃµe o artigo 227 e 229 da

CRFB/88, cabe ao magistrado somente arbitrar o valor com os elementos que consta nos autos analisando a pretensÃ£o deduzida na inicial. Â Â Â Â Â Â Â No que tange ao quantum alimentar, considerando que o requerido JOSÃ EDMAR BATISTA DA SILVA jÃ¡ se manifestou oferecendo o valor de R$ 200,00 (duzentos reais) a tÃ-tulo de pensÃ£o alimentÃ-cia, caso o resultado fosse positivo, cabÃ-vel acolher o pedido autoral e fixar os alimentos no patamar de 40% sobre o salÃ¡rio mÃ-nimo Â¿ sendo 20% devidos por cada um dos requeridos-, pois, diante da ausÃªncia de informaÃ§Ãµes que incumbiam ao alimentante revel quanto a eventual prole ou insuficiÃªncia econÃ´mica em suportar o encargo pleiteado Ã© permitido partir da presunÃ§Ã£o de recebimento de renda compatÃ-vel com o salÃ¡rio mÃ-nimo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O alimentado, atualmente com 5 anos de idade possui necessidades evidentes e presumÃ-veis com alimentaÃ§Ã£o, moradia, lazer, educaÃ§Ã£o, saÃºde, vestuÃ¡rio, entre outros. Embora os autos nÃ£o tragam elementos acerca das possibilidades da genitora, certamente ela contribui para a mantenÃ§a dos filhos, na medida de suas possibilidades. Sob esse prisma, entendo que o patamar de 40% sobre o salÃ¡rio mÃ-nimo - sendo 20% devidos por cada um dos requeridos-, atende ao trinÃ´mio da necessidade, possibilidade e proporcionalidade, pois, nÃ£o hÃ¡ indÃ-cios probatÃ³rios das rendas auferidas pelos requeridos e nÃ£o incidem os efeitos da revelia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Posto isso, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial para, com fundamento no art. 487, inciso I, do CÃ³digo de Processo Civil, declarar EXTINTO o processo e: Â Â Â Â Â Â Â Â Â a) declarar a paternidade do falecido MARCELO KLEITON BATISTA DA SILVA Ã crianÃ§a JOÃO MIGUEL MAMEDE AMORIM, passando a constar o nome do pai e dos avÃ³s paternos em seu registro civil, assim como agregar ao nome do autor o patronÃ-mico Â¿da SilvaÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â b) condenar os requeridos a pagarem ao requerente pensÃ£o mensal equivalente a 40% sobre o salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no mÃªs de referÃªncia Â¿ sendo 20% devidos por cada um dos requeridos-, a ser paga diretamente Ã representante legal da menor atÃ© o 5Âº dia Ãºtil de cada mÃªs.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem honorÃ¡rios e sem custas em razÃ£o da gratuidade.Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, expeÃ§a-se o competente mandado de averbaÃ§Ã£o Ã Serventia Extrajudicial desta comarca, a fim de que se cumpra a presente decisÃ£o, independentemente de cobranÃ§a de custas e emolumentos, conforme o disposto no artigo 30, Â§ 1Âº da lei 6015/73 e 98, IX do NCPC, devendo tambÃ©m ser enviada cÃ³pia da presente sentenÃ§a e da certidÃ£o de trÂ¢nsito em julgado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o cumprimento das disposiÃ§Ãµes da presente sentenÃ§a, arquivem-se os presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publicado em gabinete.Â Santa Maria do ParÃ¡ (PA), 17 de novembro de 2021. ANA LOUISE RAMOS DOS SANTOS JuÃ-za de Direito Titular da Comarca de Santa Maria do ParÃ¡/Pa PROCESSO: 00017628320188140057 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANA LOUISE RAMOS DOS SANTOS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 DENUNCIADO:WARLESON RAMON SANTANA RIBEIRO Representante(s): OAB 17838 - JOAO BOSCO PEREIRA DE ARAUJO JUNIOR (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:A. C. S. VITIMA:J. O. L. . Processo nÂº 0001762-83.2018.8.14.0057 Acusado: WARLESON RAMON SANTANA RIBEIRO SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â I - RELATÃRIO: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o penal ajuizada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual em face de WARLESON RAMON SANTANA RIBEIRO, devidamente qualificado nos autos, visando a incursÃ£o dos mesmos nas penas do art. 157 c/c art. 14 do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Narra a DenÃºncia, em breve sÃ-ntese, que: Â¿No dia 24.03.2018, por volta das 17h00m, as vÃ-timas Amanda Cordovil Silva e Juciele de Oliveira Lima, apÃ³s deixarem seu local de trabalho, caminhavam pela Av. Santa Maria, quando o denunciado passou pelo local, fazendo uso de uma motocicleta Honda CG 150, cor preta, Placa JVJ 1989. De forma repentina o denunciado parou a motocicleta prÃ³ximo das vÃ-timas e anunciou o assalto, pedindo os celulares e dando a entender que possuÃ-a uma arma na cintura. No momento em que o acusado tentava estacionar a motocicleta, as vÃ-timas correram e acionaram a polÃ-cia que o prendeu a tempoÂ¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DenÃºncia foi oferecida com base em InquÃ©rito Policial deflagrado mediante Auto de PrisÃ£o em Flagrante delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recebimento da DenÃºncia ocorrido em 06 de setembro 2018 (fl. 05). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Citado, pessoalmente, a defesa de Warlesson Ramon apresentou resposta a acusaÃ§Ã£o (fl. 22), mas nÃ£o apresentou rol de testemunhas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Durante a instruÃ§Ã£o foram tomadas as declaraÃ§Ãµes de uma das vÃ-timas, das testemunhas policiais, bem como o interrogatÃ³rio do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em alegaÃ§Ãµes finais o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a condenaÃ§Ã£o do rÃ©u Robson Paiva, pela prÃ¡tica de roubo qualificado, previsto no art. 157 c/c art. 14, II do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A defesa do acusado pugna pela absolviÃ§Ã£o do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â II - FUNDAMENTAÃÃO: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De inÃ-cio, cumpre ressaltar que se encontram presentes todos os pressupostos processuais e condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o penal, pelo que possÃ-vel apreciar o mÃ©rito da pretensÃ£o punitiva delineada na DenÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dizem os dispositivos que tipificam a conduta apontada: Roubo Art. 157. Subtrair coisa mÃ³vel alheia, para si ou

para outrem, mediante grave ameaÃ§a ou violÃªncia a pessoa, ou depois de havÃª-la, por qualquer meio, reduzido a impossibilidade de resistÃªncia: Pena - reclusÃ£o, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos e multa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O roubo, capitulado no caput do art. 157, vem a ser a subtraÃ§Ã£o de coisa alheia mÃ³vel, tal qual o furto, sÃ³ que mediante a utilizaÃ§Ã£o de grave ameaÃ§a ou de violÃªncia contra a pessoa ou, ainda, apÃ³s havÃª-la reduzido Ã impossibilidade de resistÃªncia, consumando-se, de acordo com a jurisprudÃªncia firmada pelo Superior Tribunal de JustiÃ§a, no momento em que o agente se torna possuidor da coisa alheia mÃ³vel, ainda que nÃ£o obtenha a posse tranquila, sendo prescindÃ-vel que o objeto subtraÃ-do saia da esfera de vigilÃ¢ncia da vÃ-tima para a caracterizaÃ§Ã£o do ilÃ-cito, no presente caso, observa-se que houve a concretizaÃ§Ã£o da ameaÃ§a, porÃ©m o ato foi impedido de se concretizar por razÃµes alheias Ã vontade do acusado, tratando-se assim de tentativa de roubo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: RECURSO ESPECIAL. CRIME CONTRA O PATRIMÃNIO. ROUBOS CIRCUNSTANCIADOS PRATICADOS EM CONCURSO FORMAL. TENTATIVA. NÃO CONFIGURAÃÃO. DESNECESSÃRIA A POSSE TRANQUILA DA COISA SUBTRAÃDA. CRIME CONSUMADO. 1. De acordo com a jurisprudÃªncia firmada pelo Superior Tribunal de JustiÃ§a, considera-se consumado o crime de roubo, assim como o de furto, no momento em que o agente se torna possuidor da coisa alheia mÃ³vel, ainda que nÃ£o obtenha a posse tranquila, sendo prescindÃ-vel que o objeto subtraÃ-do saia da esfera de vigilÃ¢ncia da vÃ-tima para a caracterizaÃ§Ã£o do ilÃ-cito. (...) 4. Recurso especial parcialmente provido para, reconhecida a consumaÃ§Ã£o dos crimes de roubo, fixar a reprimenda do recorrido, definitivamente, 6 (seis) anos, 6 (seis) meses e 12 (doze) dias de reclusÃ£o e 16 (dezesseis) dias-multa, mantido o regime semiaberto para o inÃ-cio do cumprimento da pena privativa de liberdade. (STJ -Â Resp. 1.220.817 - SP, relator Min. Og Fernandes, Dje. 28/06/2011). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passando Ã anÃ¡lise do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A materialidade do delito estÃ¡ assentada nos autos, nÃ£o pairando dÃºvidas quanto ao evento delituoso, em especial, diante do auto de prisÃ£o em flagrante e sobretudo pelos relatos carreados aos autos. Assim, de forma inconteste, observa-se que o delito ocorreu, estando cabalmente caracterizada a ocorrÃªncia material do fato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passando ao exame da autoria, tenho que esta tambÃ©m restou comprovada, de forma a inexistir qualquer dÃºvida acerca da autoria do acusado na conduta delituosa de roubo tentado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Impende ainda ressaltar que nos delitos contra o patrimÃ´nio, a palavra da vÃ-tima possui grande valor probatÃ³rio, sobrepondo-se Ã do rÃ©u - que, na maioria das vezes, tenta se eximir da responsabilidade -, mais ainda quando nÃ£o resta evidenciado nos autos que as vÃ-timas teriam motivos para fazer falsa imputaÃ§Ã£o ao acusado, correndo riscos de sofrer eventual represÃ¡lia.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â E mais, da observaÃ§Ã£o atenta dos depoimentos nÃ£o hÃ¡ qualquer indÃ-cio de que, por emulaÃ§Ã£o ou animosidade, tenham atribuÃ-do falsamente a prÃ¡tica do crime ao denunciado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Este Ã© o entendimento da jurisprudÃªncia de nossos Tribunais, verbis: PROVA. ROUBO. PALAVRA DA VÃTIMA. VALOR. Em termos de prova convincente, a palavra da vÃ-tima, evidentemente, prepondera sobre a do rÃ©u. Esta preponderÃ¢ncia resulta do fato de que uma pessoa, sem desvios de personalidade, nunca irÃ¡ acusar desconhecido da prÃ¡tica de um delito, quando isto nÃ£o ocorreu. E quem Ã© acusado, em geral, procura fugir da responsabilidade de seu ato. Portanto, tratando-se de pessoa idÃ´nea, sem qualquer animosidade especÃ-fica contra o agente, nÃ£o se poderÃ¡ imaginar que ela vÃ¡ mentir em JuÃ-zo e acusar um inocente. Na hipÃ³tese, os recorrentes foram reconhecidos pelas vÃ-timas como co-autores do roubo. Sua declaraÃ§Ã£o, ainda, encontra respaldo na confissÃ£o feita pelo co-apelante, ao ser interrogado em juÃ-zo, onde, inclusive, fez a chamada de co-rÃ©u em relaÃ§Ã£o ao outro acusado. (...) Apelos defensivos desprovidos. UnÃ¢nime. (ApelaÃ§Ã£o Crime NÂº 70014723373, 7Âª C. Criminal, TJ/RS, Rel. Des. Sylvio Baptista Neto, j. 04/05/2006). ROUBO. PROVA. AUTORIA. VALOR DO DEPOIMENTO DA VÃTIMA. PENA PECUNIÃRIA. Em sede de roubo, cometido fora das vistas de testemunhas, fundamental Ã© a palavra da vÃ-tima, que nÃ£o tem, em princÃ-pio, por que nÃ£o ser acreditada. Prova que hÃ¡ de prevalecer sobre a negativa de autoria levantada pela defesa. RÃ©u que se fez revel e que, na polÃ-cia, confirmara a agressÃ£o, bem como a subtraÃ§Ã£o dos valores. NÃ£o pode o juiz deixar de aplicar a pena pecuniÃ¡ria prevista cumulativamente no tipo penal. NÃ£o encontrando na pobreza, outrossim causa legal de sua isenÃ§Ã£o. Apelo nÃ£o provido. (ApelaÃ§Ã£o Crime NÂº 70012794855, 7Âª C. Criminal, TJ/RS, Rel. Des. Marcelo Bandeira Pereira, j. 16/03/2006). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o restam dÃºvidas que o crime foi perpetrado com violÃªncia e grave ameaÃ§a, utilizando-se de manobra de indicar haver sob sua posse arma de fogo, para exercer tal ameaÃ§a, nÃ£o havendo como as vÃ-timas duvidarem da existÃªncia ou nÃ£o de arma. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, as provas estÃ£o firmes, seguras e harmÃ´nicas no conjunto probatÃ³rio, inexistindo nos autos qualquer elemento que possa desmenti-las, razÃ£o pela qual a condenaÃ§Ã£o do acusado Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â III - DISPOSITIVO:Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ISTO POSTO, julgo PROCEDENTE a pretensÃ£o punitiva delineada na denÃºncia para condenar: WARLESON RAMON SANTANA RIBEIRO

nas penas do art. 157 c/c art. 14 II do CÃ³digo Penal. IV - DOSIMETRIA: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã individualizaÃ§Ã£o da pena do acusado: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A) 1Âª Fase: CircunstÃ¢ncias Judiciais (Art. 59 do CP): Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A culpabilidade Ã© normal Ã espÃ©cie, nada tendo a se valorar que extrapole os limites da sua responsabilidade criminal; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os antecedentes referem-se aos acontecimentos relacionados Ã vida do rÃ©u antes da prÃ¡tica da infraÃ§Ã£o, estes sÃ£o ruins, pois devido ao atual entendimento jurisprudencial baseado na presunÃ§Ã£o de inocÃªncia, somente processos com trÂ¢nsito em julgado podem ser considerados nesta fase, condiÃ§Ã£o esta que o rÃ©u ostenta vez que sÃ£o diversas as condenaÃ§Ãµes com trÂ¢nsito em julgado que este possui, a exemplo: 000572-55.2010.8.14.0057 (Condenado a pena de 7 anos e 01 mÃªs); 0003308-18.2014.8.14.0057 (condenado a pena de 11 meses); 000901-05.2015.8.14.0057 (condenado a pena de 20 anos em regime fechado), bem como outros processos que ainda se encontram se o trÂ¢nsito em julgado da condenaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o disponho de elementos para avaliar a conduta social do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre a personalidade do rÃ©u nÃ£o dispÃµe os autos de elementos suficientes para tal aferiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ nos autos elementos para valorar a motivaÃ§Ã£o do crime. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã s circunstÃ¢ncias do crime, estas estÃ£o relatada nos autos, nÃ£o havendo excessos que extrapolem o tipo. As consequÃªncias do crime nada acrescentam, pois, a perda de bens Ã© prÃ³pria ao tipo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As vÃ-timas nÃ£o contribuÃ-ram para a realizaÃ§Ã£o do fato, nÃ£o havendo o porquÃª apresentar-se como circunstÃ¢ncia negativa: Â¿A circunstÃ¢ncia judicial do comportamento da vÃ-tima apresenta relevÃ¢ncia nos casos de incitar, facilitar ou induzir o rÃ©u a cometer o crime. Caso contrÃ¡rio, se a vÃ-tima em nada contribuiu, a circunstÃ¢ncia judicial nÃ£o pode ser valorada negativamente. Assim, o comportamento da vÃ-tima, circunstÃ¢ncia taxada como neutra, sÃ³ tem relevÃ¢ncia jurÃ-dica para minorar a pena do rÃ©u (se a vÃ-tima contribui para o crime, trata-se de causa de reduÃ§Ã£o da pena-base; se a vÃ-tima nada contribui para o crime, trata-se de circunstÃ¢ncia neutra).Â¿ (LIMA, RogÃ©rio Montai de. Guia PrÃ¡tico da SentenÃ§a Penal CondenatÃ³ria e Roteiro para o Procedimento no Tribunal do JÃºri. Rio de Janeiro: Forense; SÃ£o Paulo: MÃ©todo, 2012. p. 33) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã vista dessas circunstÃ¢ncias analisadas individualmente, fixo a pena-base em 04 (quatro) anos e 09 (nove) meses de reclusÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â B) 2Âª Fase: CircunstÃ¢ncias Legais: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inexistem circunstÃ¢ncias agravantes, contudo, a atenuante da confissÃ£o prevista pelo CÃ³digo Penal, em seu artigo 65, inciso III, alÃ-nea d, que dispÃµe: ... d) confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime; (...)Â¿ ficando a pena intermediÃ¡ria em 04 (quatro) de reclusÃ£o e 10 (dez) dias-multa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â C) - 3Âª Fase: Causas de Aumento e de DiminuiÃ§Ã£o: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ReconheÃ§o a causa de diminuiÃ§Ã£o prevista no art. 14, inciso II e parÃ¡grafo Ãºnico do CP, por se tratar de crime tentado, assim, diminuo a pena em 2/3 (dois terÃ§os). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inexistindo causas de aumento, passo a dosar a pena em 01 (um) ano 04 (quatro) meses de reclusÃ£o e 03 (trÃªs) dias multa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DETRAÃÃO: a determinaÃ§Ã£o prevista no 387, Â§ 2Âº do CPP apenas Ã© pertinente quando tiver potencialidade de alteraÃ§Ã£o da fixaÃ§Ã£o do regime inicial de pena. Considerando que o tempo de prisÃ£o para efeito de cÃ¡lculo da detraÃ§Ã£o nÃ£o alterarÃ¡ o regime inicial de cumprimento, deixo de efetuÃ¡-la, razÃ£o pela qual fixo a pena em 01 (um) ano 04 (quatro) meses de reclusÃ£o, e o pagamento de 03 (trÃªs) dias-multa, em definitiva. O tempo de cumprimento de prisÃ£o preventiva deverÃ¡ ser observado na execuÃ§Ã£o da mesma para fins de progressÃ£o de regime e se presentes os requisitos subjetivos. A pena de multa deverÃ¡ ser calculada Ã razÃ£o de 1/30 (um trinta avos) do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente a Ã©poca do fato, devidamente atualizado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â V- REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA: Fixo o regime inicial aberto (Art. 33, Â§2Âº, Â¿aÂ¿ do CP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â VI- DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE: Nego ao rÃ©u o direito de recorrer em liberdade, por persistirem as razÃµes motivadoras de seu decreto preventivo, conforme restou suficientemente fundamentada na decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â VII - SUBSTITUIÃÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITO: IncabÃ-vel incidindo o Ã³bice do Art. 44 do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â VIII- SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA: Ausentes os requisitos contidos no art. 77 do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â X - DISPOSIÃÃES FINAIS: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oportunamente, apÃ³s o trÂ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, tomem-se as seguintes providÃªncias: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1.Â Lance-se o nome do rÃ©u no rol dos culpados; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2.Â Proceda-se o recolhimento do valor atribuÃ-do a tÃ-tulo de pena pecuniÃ¡ria, em conformidade com o disposto pelos artigos 50, do CÃ³digo Penal e 686 do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3.Â Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral do ParÃ¡, comunicando a condenaÃ§Ã£o do rÃ©u, com sua devida identificaÃ§Ã£o, acompanhada de fotocÃ³pia da presente decisÃ£o, para cumprimento do disposto nos artigos 71, Â§2Âº, do CÃ³digo Eleitoral c/c artigo 15, III, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4.Â ExpeÃ§a-se guia de recolhimento em desfavor do rÃ©u, provisÃ³ria ou definitiva, conforme o caso. Â

Â Publique-se. Registre-se. Â Intimem-se pessoalmente o rÃ©u, devendo indicar se deseja recorrer e se possui condiÃ§Ãµes de constituir advogado. Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se. Â Santa Maria do ParÃ¡/PA, 19 de novembro de 2021. Â Ana Louise Ramos dos Santos Â JuÃ-za de Direito

COMARCA DE PARAUAPEBAS

UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DE PARAUAPEBAS - 2 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL

PROCESSO: 00000131719998140040 PROCESSO ANTIGO: 199910001975 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCIANE LINHARES DOS SANTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 19/11/2021---EXECUTADO:ENEZITA VIEIRA DE CASTRO EXEQUENTE:BANCO DO BRASIL S/A Representante(s): OAB 5754 - JURACY COSTA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 10176 - ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA (ADVOGADO) OAB 10389 - RONDINELI FERREIRA PINTO (ADVOGADO) OAB 5176 - MARIA ANDRADE DA SILVA (ADVOGADO) OAB 6258 - JOSE CELIO SANTOS LIMA (ADVOGADO) OAB 651-A - OSEIAS VITORINO DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 5176 - MARIA DEUSA ANDRADE DA SILVA (ADVOGADO) EXECUTADO:FLORISVALDO VIEIRA DE CASTRO EXECUTADO:AUTO RENOVADORA FABIANO SEVICO LTDA. ATO ORDINATÃ¿RIO Nos termos do Provimento nÂº 006/2009-CJCI, do Art. 1Âº, Â§ 2Âº, VI, fica a parte interessada INTIMADA, por seu procurador, do desarquivamento dos autos, os quais permaneceram Ã disposiÃ§Ã£o em secretaria pelo prazo de 5 (cinco) dias, alertando que decorrido o prazo citado os mesmos serÃ£o rearquivados. E em sendo de interesse dar inÃ-cio ao cumprimento de sentenÃ§a, o mesmo deverÃ¡ ser feito de forma digital conforme Portaria CONJUNTA NÂº 001- GP/VP, Art. 5Âº Parauapebas, 19 de novembro de 2021. LUCIANE LINHARES DOS SANTOS Auxiliar administrativo

PROCESSO: 00103766520178140040 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCIANE LINHARES DOS SANTOS A??o: Habilitação para Adoção em: 19/11/2021---REQUERENTE:M. R. F. Representante(s): OAB 17430 - RODRIGO FELIX BEZERRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃ¿RIO Nos termos do Provimento nÂº 006/2009-CJCI, do Art. 1Âº, Â§ 2Âº, VI, fica a parte interessada INTIMADA, por seu procurador, do desarquivamento dos autos, os quais permaneceram Ã disposiÃ§Ã£o em secretaria pelo prazo de 5 (cinco) dias, alertando que decorrido o prazo citado os mesmos serÃ£o rearquivados. E em sendo de interesse dar inÃ-cio ao cumprimento de sentenÃ§a, o mesmo deverÃ¡ ser feito de forma digital conforme Portaria CONJUNTA NÂº 001- GP/VP, Art. 5Âº Parauapebas, 19 de novembro de 2021. LUCIANE LINHARES DOS SANTOS Auxiliar administrativo

PROCESSO: 00023773720128140040 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCIANE LINHARES DOS SANTOS A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 19/11/2021---REQUERENTE:W. S. O. Representante(s): OAB 2272 - BETANIA MARIA AMORIM VIVEIROS (ADVOGADO) REQUERIDO:N. F. E. O. REQUERIDO:E. J. E. O. REQUERIDO:N. E. O. REPRESENTANTE:M. N. O. E. Representante(s): OAB 13228 - ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃ¿RIO Nos termos do Provimento nÂº 006/2009-CJCI, do Art. 1Âº, Â§ 2Âº, VI, fica a parte interessada INTIMADA, por seu procurador, do desarquivamento dos autos, os quais permaneceram Ã disposiÃ§Ã£o em secretaria pelo prazo de 5 (cinco) dias, alertando que decorrido o prazo citado os mesmos serÃ£o rearquivados. E em sendo de interesse dar inÃ-cio ao cumprimento de sentenÃ§a, o mesmo deverÃ¡ ser feito de forma digital conforme Portaria CONJUNTA NÂº 001- GP/VP, Art. 5Âº Parauapebas, 19 de novembro de 2021. LUCIANE LINHARES DOS SANTOS Auxiliar administrativo

COMARCA DE ITAITUBA

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE ITAITUBA

Ação Penal nº. 0802242-25.2021.8.14.0024**.** Autor: Ministério Público Estadual. Réus: CLOVES PINHEIRO COSTA. **ADVOGADO(A)**: **GABRIEL ROCHA MACIEL** (OAB/PA 28.733). **INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(A): GABRIEL ROCHA MACIEL** (OAB/PA 28.733), para que no **dia 09 (nove) de dezembro de 2021, às 10h00min**, compareça à audiência de instrução e julgamento, na sala de audiências da Vara Criminal de Itaituba, situada na Trav. Paes de Carvalho, nº 50, Bairro Centro, Itaituba/PA.

Itaituba ¿ Pará, 19/11/2021.

IRENILDA PEREIRA
VARA CRIMINAL DE ITAITUBA/PA

Ação Penal nº. 0802242-25.2021.8.14.0024**.** Autor: Ministério Público Estadual. Réus: CLOVES PINHEIRO COSTA. **ADVOGADO(A)**: **JOSÉ LUIS PEREIRA DE SOUSA** (OAB/PA 12.993). **INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(A): ADVOGADO(A): JOSÉ LUIS PEREIRA DE SOUSA (OAB/PA 12.993),** para que no **dia 09 (nove) de dezembro de 2021, às 10h00min**, compareça à audiência de instrução e julgamento, na sala de audiências da Vara Criminal de Itaituba, situada na Trav. Paes de Carvalho, nº 50, Bairro Centro, Itaituba/PA.

Itaituba ¿ Pará, 19/11/2021.

IRENILDA PEREIRA

VARA CRIMINAL DE ITAITUBA/PA

Ação Penal nº. 0802242-25.2021.8.14.0024**.** Autor: Ministério Público Estadual. Réus: CLOVES PINHEIRO COSTA. **ADVOGADO(A)**: **ELINEKE CONCEIÇÃO LAMEIRA LEITE** (OAB/PA 27.270). **INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(A): ADVOGADO(A): ELINEKE CONCEIÇÃO LAMEIRA LEITE (OAB/PA 27.270)),** para que no **dia 09 (nove) de dezembro de 2021, às 10h00min**, compareça à audiência de instrução e julgamento, na sala de audiências da Vara Criminal de Itaituba, situada na Trav. Paes de Carvalho, nº 50, Bairro Centro, Itaituba/PA.

Itaituba ¿ Pará, 19/11/2021.

IRENILDA PEREIRA

VARA CRIMINAL DE ITAITUBA/PA

COMARCA DE URUARÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE URUARÁ

PROCESSO: 0800299-41.2021.8.14.0066
RÉU: DOUGLAS PEREIRA DE ASSIS

ADVOGADO: ANNE MAYARA OLIVEIRA BATISTA - OAB PA24908

SENTENÇA I. RELATÓRIO: O Ministério Público ofereceu denúncia (ID Num. 25639238) em desfavor de DOUGLAS FERREIRA DE ASSIS, imputando-lhe a prática da conduta delituosa capitulada nos artigos 217-A do Código Penal e dos artigos 306 e 309 do Código de Trânsito Brasileiro, em concurso material**.**Recebida a denúncia (ID Num. 25850519), o denunciado foi citado e apresentou resposta à acusação (ID Num. 26296685). A instrução foi realizada em audiência una em 09 de julho de 2021, tendo sido ouvidas a vítima, W.R.M., as testemunhas: GLEICIANE SANTOS SILVA, JAQUELINE RIBEIRO DE MELO, DANIELI COSTA PEREIRA, RODRIGO PEREIRA DA SILVA, IPC MICHEL DA SILVA SOUZA, ELIENE DE OLIVEIRA LIMA, ALTIVO RODRIGUES NETO e o interrogatório de DOUGLAS PEREIRA ASSIS (ID Num. 29473460). Em alegações finais (ID Num. 35433114), o Ministério Público pugnou pela procedência da pretensão punitiva. A Defesa (ID Num. 38212569), por sua vez, em alegações finais alegou, resumidamente, ausência de provas e requereu a absolvição do réu. Subsidiariamente requereu a desclassificação para atentado violento ao pudor e, por fim, a fixação da pena no patamar mínimo legal. **É o relato do necessário.**Trata-se de ação penal pública incondicionada em que se busca apurar a responsabilidade criminal de **DOUGLAS FERREIRA DE ASSIS**, já qualificado nos autos, pela prática dos delitos descritos na denúncia. **II. FUNDAMENTAÇÃO: PRELIMINARES** Não foram arguidas questões preliminares. **MÉRITO** Presentes as condições da ação e os pressupostos processuais, passo ao exame do mérito.**DO CRIME PREVISTO NO ARTIGO 217-A do CP:DO CRIME PREVISTO NO ARTIGO 217-A do CP: DO CRIME PREVISTO NO ARTIGO 217-A do CP: DA AUTORIA E MATERIALIDADE** A materialidade do crime restou devidamente comprovada a partir da análise do laudo de exame sexológico forense (ID Num. 25086971 - Pág. 20) realizado no dia 02/04/2021 que teve a seguinte conclusão: *¿Paciente sofreu violência sexual, ao exame físico apresenta pequenas escoriações no introito vaginal e vagina fissurada. Obs: Vagina com bastante fezes.¿* Observa-se que a data do exame traz a ele um elevado juízo de plausibilidade, posto que foi realizado momento após a ocorrência da violência sexual.Ademais, é também elemento motivador da materialidade o depoimento da vítima: *¿...que perdeu os sentidos após o ¿mata leão¿ (¿)* ***que quando acordou não percebeu de imediato que tinha sido abusada sexualmente, que quando chegou na casa da menina e sentou, sentiu que estava toda machucada*** *(¿) Ao ver o réu no vídeo da audiência, a testemunha afirmou que ele foi a pessoa que fez os atos com ela.¿*Logo, a materialidade está assentada nas provas acima apresentadas. Quanto ao elemento autoria, este se dá com a consideração da forma como os eventos ocorreram, bem como dos indícios materiais. Destaca-se, primeiramente, a palavra da vítima: *¿...Antes de sair de casa ele falou que se eu podia levar ele até a casa de um amigo dele, falei que sim, não neguei, ai ele foi, buscou as coisas mais eu, e falou que a casa do amigo dele era no Nova Uruará, Nova Uruará tem uma casa na última rua, não bem na última, desde o momento que saiu do asfalto ele já acelerou a moto, ele já veio aqui por trás de mim, e ele pediu um cheiro, olhei para cara dele e neguei, e ele já me esganou, já me deu um mata leão, e me tirou de cima da moto, e me deu uma enforcada, ai eu tava com o quadro na mão, do que eu me lembro eu pedi socorro duas vezes, peguei o quadro, taquei assim por detrás, e como ele estava assim por trás de mim, eu tentei tacar ele, ai já não me lembro de mais nada, apaguei, e quando acordei, acordei sem roupa, toca suja, toda machucada, língua toca cortada, como tem foto e tudo mais, quando eu levantei tonta, levantei segurando nos matos, olhei para estrada e lembrei que tinha ido para lá com ele, olhei para um lado, e olhei para o outro, não achei roupa, levantei por dentro dos matos (¿)¿*A versão narrada pela vítima de que teria saído com DOUGLAS momentos antes da execução da violência foi corroborada por todas as testemunhas presentes na instrução que tiveram contato com o fato. A mãe da vítima, Senhora Jaqueline, presenciou tanto a saída de Douglas de sua casa com sua filha, tanto o retorno, momentos depois, com outra roupa e de banho tomado: *¿...Ela foi buscar umas coisas na casa de uma colega, pela tarde, e de lá, ele pegou ela e levou para outro local, e retornou sozinho, eu perguntei por ela duas vezes, e ele respondeu que estava na casa de uma colega, que eu perguntei ¿que colega¿ e*

ele, ai ele subiu na moto e saiu (¿) ***que ele chegou por volta das dez e pouco para onze horas e saiu era eu acho que era por volta das seis (¿) que ele demorou bastante para voltar ao local, que eu não olhei no horário, mais tenho para mim que foi umas duas horas e pouco*** *(¿)* ***que ele voltou para o local com outra roupa e já estava até com cabelo molhado (¿) que ele saiu com Weslayne com uma roupa, e quando voltou, ele voltou de short e sem camisa*** *(¿) onde ela pediu socorro, a amiga dela me ligou e pediu para ir na casa e eu fui, e de lá eu já peguei ela e levei para delegacia (¿) que a encontrou suja, bastante machucada e chorando muito (¿) que me contou que foi estuprada, que ele tinha levado ela para lá, que ele tinha estuprado ela, que ela falou que ele chegou a esganar (¿) que ele mentiu para mim que ia para casa de um boy dele, e pegou na Nova Uruará, e ela disse que saindo da cidade, que ela perguntou onde é a casa dele, e ele só acelerou a moto, ai quando desceu da moto, ele já foi enforcando ela, e ela tava com o quadro dela na mão, ela disse que ainda bateu para trás nele, ainda gritou socorro duas vezes, mas a voz dela não saiu (¿) que não conhecia Douglas (¿) reconheceu Douglas no vídeo como o rapaz que estava em sua casa (¿) que sua filha morava com sua mãe, que morava com amiga Daniele (¿) que ela morava com minha mãe, que ela se relacionou com uma mulher, e minha mãe não aceitou (¿) beber eu não sei se ela bebe, e festa qualquer adolescente pode ir (¿) que no dia dos fatos ela não estava bebendo, nem ela e nem eu (¿) que não sabe informar por que disseram que ela estava com bastante cheiro de álcool (¿) que não sabe do filho que lhe deu mais trabalho (¿) A weslayne não foi eu que criei, quem criou foi minha mãe (¿) que quem ligou para contar a situação foi a Daniele, por que minha filha tava sem celular (¿) que não sabe por que a filha não foi direto para sua casa (¿) que não deixou ela trocar de roupa e nem tomar banho (¿) que ela tava com mal cheiro sim forte, mas de tudo um pouco, por que o sujeito quando tem uma relação que não se toma banho, ele sempre vai ficar aquele mal cheiro sim (¿) que tem conhecimento que no local foi encontrado um short cheio de fezes (¿) que não sabe por que ela não vestiu o short (¿) que não tem conhecimento de Douglas (¿) que não conhece a família dele (¿) que ¿dico¿ é colega nosso e amigo dele de infância (¿) que eles foram em uma moto POP (¿) que não é questão de eu deixar, é questão que ela ia, e ele se ofereceu para ir junto (¿)¿* Momentos após da saída de casa, a testemunha Daniele narrou o seguinte: *¿...Que confirma seus depoimentos na delegacia (¿) que ela foi na minha casa por volta de umas sete e vinte da noite, dentre sete e sete de vinte, e disse que teria que ir em bora, e ela foi com ele, com o acusado, porque sete e meia ela teria que devolver a moto (¿)* ***e passou das sete e meia quando a mãe dela começou a me ligar, e ela não tinha chegado em casa ainda (¿) quando foi por volta das nove horas, a mãe dela me ligou, falando que ele já tinha devolvido a moto, mas ela não tinha chegado (¿) depois de alguns minutos ela chegou na minha casa e falou o que tinha acontecido (¿) quando ela chegou, ela não conseguiria falar, por que a boca dela estava muito machucada (¿) que só conseguiu falar que ela foi estuprada, com aquele menino que tava contigo que sim (¿) que chegou a ver Douglas com ela, ele foi lá na minha casa com ela, pegar umas coisas dela que tinham lá na minha casa, uns pertences dela, creme roupa, quadro, fotos*** *(¿) que ela morava em uma vila que eu tinha, só que a moça que morava com ela, se desentenderam e ela foi buscar as coisas que estavam na minha casa (¿) que ela chegou com douglas na casa, e depois saiu com douglas (¿) que voltou a sua casa (¿) que não viu quem deixou ela (¿) que já tinha visto douglas, mas não conhecia (¿) Que reconheceu Douglas como a mesma pessoa que apareceu com Weslayne na sua casa (¿) reconheceu sua amiga na foto (¿) que não tem ela no facebook (¿) Não sabe da vida particular dela (¿) que ninguém a orientou a entrar na sala (¿) que ela nunca morou comigo (¿) que atualmente ela mora com a mãe dela (¿) que nunca viu se a mãe dela batia nela (¿) que tava fedendo muito a fezes, mas não tinha cheiro de bebida alcoólica (¿) que quem a levou foi o rapaz de onde ela foi encontrada, foi o marido de uma testemunha (¿) que sobre a vida particular dela não sabe (¿) Ela falou que tinha pedido a moto emprestada de um rapaz lá, mas ele só daria a moto se ele fosse junto (¿) Ela saiu lá de casa entre sete e sete vinte e retornou...¿* A descrição dos fatos apresentada pelas três testemunhas possui uma lógica sequencial de progressão, de forma que o desenrolar dos fatos está coeso. Ademais, é também elemento identificador de autoria o relatório local do crime, no qual, em diligência contínua, os policiais puderam encontrar, ainda na data de 02/04/2021, diversos objetos pessoais da vítima no local do fato. Dentre tais objetos, destaca-se o quadro que a vítima utilizou para se defender do ataque de seu agressor (ID Num. 25086973 - Pág. 13), outro elemento material que está em consonância com sua palavra, bem como, conforme narrou o relatório e aponta o registro fotográfico de ID Num. 25086973 - Pág. 4, a camisa verde encontrada no local do crime. A imagem presente no documento de ID Num. 25299881 - Pág. 5 mostra foto do réu com a mesma camisa verde enquanto ainda estava na festa. Em idêntica conclusão estão os laudos de reconhecimento de objeto realizado pela vítima (ID Num. 25086970 - Pág. 15), pela testemunha Jaqueline (ID Num. 25086970 - Pág. 11) e pela testemunha Danieli (ID Num. 25086970 - Pág. 7), que reconheceram as roupas encontradas no local do crime como sendo as vestes usadas por Douglas no dia da festa.Por fim, destaca-se o interrogatório do réu: **TESES**

DEFENSIVAS. Em reiterados momentos a defesa impugna o depoimento da vítima, apontando supostas contradições. São apontados e questionados elementos como vida pregressa, opção sexual, histórico de conflitos familiares, frequência em festas, histórico de consumo de bebidas alcoólicas, multiplicidade de parceiros afetivos e exposição em redes sociais, tendo sido inclusive juntadas fotos da vítima no documento de ID Num. 29329310 - Pág. 2.Logo, nota-se uma intenção de fundamentar a linha defensiva nas qualidades da vítima, não nas provas da existência do fato. Assim, conclui-se que argumentos sem amparo jurídico não possuem qualquer possibilidade de descreditar a palavra da vítima, a qual, segundo a jurisprudência do STJ têm importante relevo em crimes de tal espécie: *AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PLEITO ABSOLUTÓRIO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. (¿) 2.* ***A fundamentação adotada pela Corte Estadual acompanha o entendimento jurisprudencial consagrado neste Sodalício no sentido de que, em razão das dificuldades que envolvem a obtenção de provas de crimes que atentam contra a liberdade sexual, praticados, no mais das vezes, longe dos olhos de testemunhas e, normalmente, sem vestígios físicos que permitam a comprovação dos eventos - a palavra da vítima adquire relevo diferenciado, como no caso destes autos. (...)*** *(AgRg REsp n. 1.154.806/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA Turma, DJe 21/3/2012) 4. Devidamente caracterizada a conduta descrita no art. 217-A do Código Penal, pelo fato do agravante ter passado a mão na vagina e nas nádegas da menor por debaixo de suas vestes enquanto dormia, impõe-se a condenação pela prática do delito na modalidade consumada, entendimento que guarda harmonia com a jurisprudência deste Sodalício, incidindo, portanto, a Súmula n. 83/STJ. 5. Agravo improvido. (AgRg no AREsp 1245796/SC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 17/08/2018)*A Defesa alega ainda a ausência de provas em razão do resultado do Laudo nº: 2021.06.000013, o qual não identificou vestígios de líquido prostático nas vestes examinadas.Em que pese a perfeita validade da prova invocada, as vestes analisadas no exame não necessariamente entraram em contato com as vítimas durante o ato sexual, isto porque, conforme já esclarecido na decisão de ID Num. 29473460 - Pág. 4, a calça periciada foi a que a vítima vestiu horas após o ato, uma vez que, depois de ter acordado despida, pediu o empréstimo de roupa para se cobrir. Quanto ao short, o próprio réu alegou em sede policial que o retirou da vítima. Ademais, o estupro não necessariamente levará à ejaculação, que, em tese, traria os vestígios do líquido prostático. Nesse sentido, desde a reforma prevista pela lei 12.015 de 2009, o tipo se consuma mediante a conjunção carnal *ou* outro ato libidinoso, sendo a ejaculação elemento desnecessário para configuração da tipicidade. A tese relativa à desclassificação do delito para o tipo de importunação sexual do art. 61 da Lei de Contravenções Penais está em contrariedade da lei, uma vez que a Lei 13.718/2018 aboliu tal previsão normativa. Assim, além de ausência de amparo legal, o argumento não possui coincidência com as provas nos autos, que conforme a exaustiva fundamentação acima, levam a conclusão de materialidade e autoria do crime do art. 217-A, §1º do CP.Por fim, as teses relativas à fixação da pena serão apreciadas no tópico correspondente. **AGRAVANTES E ATENUANTES** O réu confessou parte da conduta delituosa em sede extrajudicial, o que ainda que não tenha se caracterizado como uma confissão completa, faz jus ao reconhecimento da atenuante da confissão, nos termos da súmula 545 do STJ.Portanto, presente a atenuante do art. 65, III, d, do CP. Verifica-se também que o réu era menor de 21 anos na data do fato, razão pela qual merece a aplicação da atenuante prevista no art. 65, I do CP. **CAUSAS DE AUMENTO E DE DIMINUIÇÃO**Ausentes causas de aumento ou diminuição. **CONCLUSÃO** O acusado era, na data dos fatos, imputável, tinha plena consciência da ilicitude de sua conduta, não havendo quaisquer excludentes de ilicitude ou de culpabilidade que possam beneficiá-lo. A prova é certa, segura e não deixa dúvidas de que o réu praticou a conduta delitiva descrita no artigo 217-A, §1º do CP (estupro de vulnerável), devendo responder penalmente pelo praticado. **DOSIMETRIA** Passo à dosimetria da pena, em estrita observância ao disposto no artigo 68, caput, do Código Penal.Analisadas as diretrizes do art. 59 do CP, verifico que o réu agiu com culpabilidade normal à espécie delitiva. É possuidor de bons antecedentes. Não há elementos nos autos sobre a personalidade do réu e sua conduta social. Os motivos, as circunstâncias e as consequências do crime são normais à espécie. Log, fixo a pena-base em 8 anos de reclusão. Concorrem as circunstâncias atenuantes previstas no art. 61, I do CP e 61, III, d do CP. Contudo, em razão da pena base já ter sido fixada no mínimo legal, não há como reduzi-la abaixo desse patamar, razão pela qual mantenho a pena provisória em 08 anos de reclusão. Não concorrem causas de aumento ou de diminuição, **POR ISSO FIXO A PENA DEFINITIVA EM 08 ANOS DE RECLUSÃO. DO CRIME PREVISTO NO ART. 306 DO CTB:**Imputa-se ao réu a seguinte conduta: *Art. 306. Conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência: Penas - detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.***DA AUTORIA E MATERIALIDADA**A partir da realização da instrução ficaram claros os

elementos acerca de autoria e materialidade do delito com fulcro no depoimento da vítima e do interrogatório do réu. Conforme os relatos de W.R.M.: *¿...Que brincou com ele a tarde inteira, mas foi coisa de família (¿) que não morava mais com a mãe por que tinha um namoradinho (¿) ele chegou mais um menino que foi levar ele, o amigo da mãe (¿) que eu não pedi carona para ele, ele pediu para mim, eu pedi a moto do menino para ir buscar minhas coisas (¿)* ***que ele pilotou a moto*** *(¿)¿* No seu interrogatório o réu confessou que pilotou a moto após ingerir a bebida alcoólica: *¿(¿) que estava bêbado, que estava bebendo desde de manhã (¿) que foi na casa de seu filho, comprou o remédio e deixou lá, e que na volta foi na casa da menina levar a moto, que cheguei lá, nem perguntaram por ela, nem nada (¿) que tomou um banho por que já estava muito ruim bêbado, ai tomei um banho para dar uma melhorada (¿) que voltou para casa lá, só para levar a moto (¿)* Os relatos dos indivíduos que estavam no veículo foram harmônicos neste sentido. Ademais, reputa-se apenas necessário esclarecer que a legislação não mais exige, para configuração de tal tipicidade, a realização do teste de alcoolemia no momento do fato, tal prova pode ser suprida pelos relatos testemunhais e outros meios previstos no direito, conforme §2º do art. 306 do CTB:*§ 2º A verificação do disposto neste artigo poderá ser obtida mediante teste de alcoolemia ou toxicológico, exame clínico, perícia, vídeo, prova testemunhal ou outros meios de prova em direito admitidos, observado o direito à contraprova.* Portanto ficou clara a autoria e materialidade do delito invocado no art. 306 do CTB. **TESES DEFENSIVAS**A defesa não alegou teses neste sentido. **AGRAVANTES E ATENUANTES**O réu confessou os fatos e faz jus ao reconhecimento da atenuante da confissão, nos termos da súmula 545 do STJ. Portanto, presente a atenuante do art. 65, III, d, do CP. Verifica-se também que o réu era menor de 21 anos na data do fato, razão pela qual merece a aplicação da atenuante, prevista no art. 65, I do CP. *¿...Que não cometeu este crime (¿) eu tava bebendo em casa, na casa da minha avó, ai quando eu fui sair, eu fui em uma festa lá na casa dela, ai ela tava lá, eu conheci ela lá, e quando eu entrei lá, ela tava bebendo também com a mãe dela, ai a gente dançou e quando foi a tarde, seis e pouco, ela me chamou para buscar uns pertences dela lá, na casa de uma amiga dela, no bairro Vila Brasil, ai eu falei que não tinha como eu ir, por que eu tinha ido para lá, a pé (¿)* ***ai eu falei, se tu arrumar uma moto, eu vou lá contigo, ai ela foi lá e arrumou a moto do ¿dico¿ ai a gente foi lá, ai chegamos lá, pegamos os pertences dela, que estavam na casa da amiga dela, aí quando a gente tava voltando ela foi e me chamou, vamos dar um volta no Nova Uruará, ai, a entrar lá, antes de chegar ela pediu para mim parar a moto, ai eu fui e parei, a gente ficou conversando, ela me abraçando, ai fomos conversando e ela queria me beijar, foi quando eu recebi uma ligação, que era da mãe do meu filho, ai eu atendi, e a mãe do meu filho foi falando que ele tava passando mal, tava sentindo febre, ai eu fui e expliquei para ela, e ela ficou até com raiva e mandou eu ir em bora, ai eu perguntei para ela, para onde é que tu vai de volta? Não eu dou meu jeito, ai peguei a moto e fui até a casa da mãe do meu filho para ver ele, ai ele só estava com febre, ai eu fui na farmácia, comprei um remédio e deixei lá pra ela de volta*** *(¿) que apenas assinei o papel que me mandaram assinar (¿) que assinou sem ler (¿) que conheceu a vítima na festa, que chegou umas três para as quatro horas (¿) que ele tava bebendo antes também, que bebeu lá também, bebeu cerveja (¿) que nunca tinha visto ela antes (...)que a gente ficou trocando olhares e tudo, que a gente até dançou, e ficou conversando no sofá (¿) que foi dirigindo a motocicleta de dico (¿)* ***que levou à casa de uma amiga, onde ela pegou uma bolsa e uma sacola (¿) que não aconteceu o fato de ter enforcado ela, que só assinou o papel na delegacia (¿) que não confirma que chegou a tirar o short dela, e pensar em estuprá-la*** *(¿) que estava bêbado, que estava bebendo desde de manhã (¿) que foi na casa de seu filho, comprou o remédio e deixou lá, e que na volta foi na casa da menina levar a moto, que cheguei lá, nem perguntaram por ela, nem nada (¿)* ***que tomou um banho por que já estava muito ruim bêbado, ai tomei um banho para dar uma melhorada*** *(¿) que voltou para casa lá, só para levar a moto (¿) que estava com uma bermuda azul e uma camisa cinzenta (¿) que depois estava com um short preto (¿) que não estava com uma blusa verde e uma bermuda escura com detalhe laranja (¿) que a blusa encontrada no local não era sua. (¿)* ***que não a estuprou...¿***A narrativa do réu foi insuficiente para desconstituir o arcabouço probatório da acusação, posto que veio destituída de elementos materiais que pudessem corroborá-la, bem como encontra-se em dissonância com as demais provas dos autos.Desta feita, o relato da vítima, aliado aos demais depoimentos testemunhais, bem como as provas cautelares produzidas no curso do inquérito policial levam ao juízo de certeza de que o estupro de vulnerável foi cometido por DOUGLAS FERREIRA DE ASSIS.Portanto, demonstradas estão materialidade e autoria delitiva. **CAUSAS DE AUMENTO E DE DIMINUIÇÃO.** Ausentes causas de aumento ou diminuição.**CONCLUSÃO**O acusado era, na data dos fatos, imputável, tinha plena consciência da ilicitude de sua conduta, não havendo quaisquer excludentes de ilicitude ou de culpabilidade que possam beneficiá-lo.**DOSIMETRIA** Passo à dosimetria da pena, em estrita observância ao disposto no artigo 68, caput, do Código Penal.Analisadas as diretrizes do art. 59 do CP, verifico que o réu agiu com culpabilidade normal à espécie delitiva. É possuidor de bons antecedentes. Não há

elementos nos autos sobre a personalidade do réu e sua conduta social. Os motivos e as consequências do crime são normais espécie. As circunstâncias não lhe são desfavoráveis. Fixo a pena-base em **06 meses de detenção e 10 dias multa**Concorrem as circunstâncias atenuantes previstas no art. 61, I do CP e 61, III, d do CP. Contudo, em razão da pena base já ter sido fixada no mínimo legal, mantenho a pena provisória em **06 meses de detenção e 10 dias multa.**Não concorrem causas de aumento ou de diminuição, por isso fixo a pena definitiva em **06 meses de detenção e 10 dias multa.DO CRIME PREVISTO NO ART. 309 NO CTB:**Imputa-se ao réu a conduta prevista no art. 309 do Código de Trânsito:*Art. 309. Dirigir veículo automotor, em via pública, sem a devida Permissão para Dirigir ou Habilitação ou, ainda, se cassado o direito de dirigir, gerando perigo de danoPenas - detenção, de seis meses a um ano, ou multa.***AUTORIA E MATERIALIDADE:**Após a realização da instrução não ficou clara a existência do crime previsto no art. 309 do CTB. Não foi questionado a qualquer dos depoentes se o réu possuía carteira de habilitação e essa informação não está presente nos autos, sobretudo na fase processual.Portanto não ficaram configuradas autoria e materialidade.**TESES DEFENSIVAS** A defesa não apresentou teses acerca deste fato. **CONCLUSÃO**Ante a ausência de provas acerca da ocorrência do delito do art. 309 do CTB, reputo que o réu **DOUGLAS FERREIRA DE ASSIS** deve ser absolvido, com fundamento no art. 386, II do CPP. **CONCURSO DE CRIMES** Considerando que foram dois crimes distintos, praticados em concurso material, uma vez que os fatos decorrem de desígnios autônomos, contudo praticados no mesmo contexto fático, verifica-se aplicação do art. 69 do CP, cujo resultado, na aplicação da pena é o cúmulo material. Portanto, utilizando o critério do cúmulo material, chega-se à pena de 08 anos de reclusão e 06 meses de detenção e 10 dias multa. Diante da aplicação cumulativa de reclusão e detenção, executa-se primeiro a pena de reclusão. **III. DISPOSITIVO**Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal deduzida na denúncia para **CONDENAR o réu DOUGLAS PEREIRA DE ASSIS pela prática do crime descrito no art. 217-A, §1º do CP c/c art. 306 do CTB a 08 anos de reclusão e 06 meses de detenção e 10 dias multa e ABSOLVER, com fulcro no art. 386, II do CPP, das acusações relativas ao crime do art. 309 do CTB. DETRAÇÃO PENAL** Deixo de promover a detração penal, tendo em vista que, de acordo com artigo 112, V, da Lei de Execução Penal, não haverá alteração do regime inicial de pena. **REGIME INICIAL** Fixo o regime inicial fechado, em observância ao disposto no artigo 2 da Lei de Crimes Hediondos.**PENA RESTRITIVA DE DIREITO** O réu não preenche os requisitos do artigo 44 do CP, uma vez que sua pena ultrapassa o limite de 4 anos e houve emprego de violência, razões pelas quais, incabível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. **SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA** Também em razão do quantum da sanção, não preenche o réu os requisitos do artigo 77 do CP, de forma que não se pode promover a suspensão condicional da pena.**VALOR DA MULTA** Ausentes elementos sobre a capacidade econômica do réu, fixo o valor do dia-multa em 1/30 do salário mínimo vigente à época dos fatos, devidamente corrigido. **PRISÃO PREVENTIVA** Em que pese encerrada a instrução probatória, nota-se que a cautelaridade da segregação do réu está mantida, posto que não houve mudanças no quadro fático ensejador da prisão, bem como se observa que a sua liberdade importa risco à segurança e estabilidade emocional da vítima.**REPARAÇÃO CIVIL** Fixo reparação civil para a vítima no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a ser paga pelo réu, considerando os prejuízos materiais e morais enfrentados por esta**s CUSTAS PROCESSUAIS**Condeno o réu ao pagamento das custas processuais.Em razão da condenação do réu, e com escopo no art. 804 do CPP c/c 34 da lei 8.328/2015, CONDENO O RÉU AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. Intime-se o réu, para adimplemento das custas, sob pena de inscrição em dívida ativa. Transcorrido o prazo sem o pagamento, expeça-se certidão de crédito e procedam-se com diligências necessárias para inscrição, junto à Dívida Ativa, do débito relativo às custas judiciais não recolhidas.**Caso não seja possível inscrição por inexistência de dado essencial como nº de CPF, arquivem-se os autos com as baixas devidas, conforme dispõe o art. 46 e seguintes da Lei de Custas do TJEPA. Após o trânsito em julgado:** Proceda-se ao recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, nos termos do art. 686 do CPP; Oficie-se ao TRE para cumprimento do disposto no art. 15, III, da CF;Oficie-se ao Instituto de Identificação Civil, informando sobre a condenação do Réu; Expeça-se guia provisória de execução penal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Comunique-se a vítima sobre esta decisão (artigo 201,§2º, do CPP). Cumpra-se

Datado e assinado eletronicamente. JUIZ DE DIREITO Libério Henrique de Vasconcelos

COMARCA DE PARAGOMINAS

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS

RESENHA: 18/11/2021 A 19/11/2021 - SECRETARIA DA 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS - VARA: 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS PROCESSO: 00100330920168140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA A??o: Procedimento Comum Cível em: 19/11/2021 REQUERENTE:CELIA LOTT DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 14229-B - ANGELA MARCIA CASSINI LEITE (ADVOGADO) REQUERIDO:EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S A EQUATORIAL PARA Representante(s): OAB 23766 - AMANDA QUEIROZ DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 14073 - CARLA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) OAB 12358 - FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ MONTALVÃO DAS NEVES (ADVOGADO) . DECISÃO 1.Â Â Â Â Â Defiro pedido de fls. 181/182, confirmando a data da audiÃªncia marcada para o dia 23 de novembro, Ã s 09:00h, de forma VIRTUAL para tentativa de conciliaÃ§Ã£o entre as partes. 2.Â Â Â Â Â OÂ referido ato serÃ¡ realizado por meio de VIDEOCONFERÃNCIA, com utilizaÃ§Ã£o do aplicativo Microsoft Teams (link abaixo), nos termos da ResoluÃ§Ã£o nÂº. 354/2020 do Conselho Nacional de JustiÃ§a. Link de acesso para audiÃªncia: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NTFlYzU0OTAtN2Q4NC00ZjAxLWEzYTEtZTZmODRmZDRhZTIz%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%225f6fd11e-cdf5-45a5-9338-b501dcefeab5%22%2c%22Oid%22%3a%221f569fab-3f1f-4b60-a5df-a151be878380%22%7d PoderÃ¡ acessar tambÃ©m pelo QR CODE: Ressalte-se que caso a outra parte nÃ£o tenha interesse em participar virtualmente da audiÃªncia, poderÃ¡ comparecer pessoalmente ao fÃ³rum de Paragominas para ser realizada na modalidade hÃ-brida. DO JUÃZO 100% DIGITAL. O Conselho Nacional de JustiÃ§a (CNJ) aprovou, em outubro de 2020, a ResoluÃ§Ã£o nÂº 345, que autoriza os tribunais brasileiros a adotarem oÂ Â¿JuÃ-zo 100% DigitalÂ¿. Nesse cenÃ¡rio, o TJPA implantou o projeto-piloto do juÃ-zo 100% digital, em carÃ¡ter experimental, atravÃ©s da Portaria nÂº 1.640/2021-GP, incluindo a 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de Paragominas no projeto-piloto a partir da Portaria nÂºÂ 2411/2021-GP. O JuÃ-zo 100% digital Ã© a possibilidade de o cidadÃ£o valer-se da tecnologia para ter acesso Ã JustiÃ§a sem precisar comparecer fisicamente nos FÃ³runs, uma vez que, no juÃ-zo 100% digital, todos os atos processuais serÃ£o praticados exclusivamente por meio eletrÃ´nico e remoto, pela internet. Isso vale tambÃ©m para as audiÃªncias, que vÃ£o ocorrer exclusivamente por videoconferÃªncia. A adesÃ£o ao Â¿JuÃ-zo 100% DigitalÂ¿ Ã© faculdade das partes. A opÃ§Ã£o em aderir ao Â¿JuÃ-zo 100% DigitalÂ¿ deverÃ¡ ser manifestada por mecanismo digital desenvolvido no Sistema do Processo Judicial EletrÃ´nico - PJe, ao anuir com o Â¿JuÃ-zo 100% DigitalÂ¿: a)Â Â Â Â Â as partes e seus advogados fornecerÃ£oÂ endereÃ§os eletrÃ´nicos (e-mails) e/ou nÃºmero de telefone com o aplicativo WhatsApp instalado, bem como de suas testemunhas com intuito de viabilizar a realizaÃ§Ã£o eletrÃ´nica das comunicaÃ§Ãµes processuais supervenientes, aderindo Ã s citaÃ§Ãµes e intimaÃ§Ãµes por meio eletrÃ´nico, nos termos daÂ Lei n.Âº 11.419/2006. b)Â Â Â Â Â Ã Ã´nus da parte autora o fornecimento de endereÃ§o eletrÃ´nico, ou de outro meio digital, que permita a localizaÃ§Ã£o do rÃ©u por via eletrÃ´nica. A parte rÃ© poderÃ¡ se opor Ã opÃ§Ã£o do Â¿JuÃ-zo 100% DigitalÂ¿ atÃ© sua primeira manifestaÃ§Ã£o no processo. c)Â Â Â Â Â A retrataÃ§Ã£o poderÃ¡ ser realizada por quaisquer partes, uma Ãºnica vez, atÃ© a prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a, preservados todos os atos processuais jÃ¡ praticados. A retrataÃ§Ã£o e a desqualificaÃ§Ã£o do feito para tramitar no Â¿JuÃ-zo 100% DigitalÂ¿ nÃ£o poderÃ£o, em hipÃ³tese alguma, ensejar a mudanÃ§a do JuÃ-zo Natural, sendo indispensÃ¡vel, portanto, que o Â¿JuÃ-zo 100% DigitalÂ¿ ostente estrutura hÃ-brida. A adesÃ£o implica em concordÃ¢ncia com a presunÃ§Ã£o de ciÃªncia do ato processual informado pelo canal de comunicaÃ§Ã£o fornecido, independente de confirmaÃ§Ã£o de leitura. Os atos processuais serÃ£o realizados por meio eletrÃ´nico e remoto, por intermÃ©dio da rede mundial de computadores.Â d)Â Â Â Â Â A eventual necessidade de realizaÃ§Ã£o pontual de ato processual presencial que possa ser convertido ao Processo Judicial EletrÃ´nico - PJe sem perdas, ou a repetiÃ§Ã£o de ato digital inicialmente infrutÃ-fero, desde que determinados por decisÃ£o fundamentada, nÃ£o desqualifica, por si sÃ³, o feito, para que permaneÃ§a no Â¿JuÃ-zo 100% DigitalÂ¿, nos termos do Art. 1Â°, Â§Â§ 2Â° e 3Â° daÂ ResoluÃ§Ã£o 345 do CNJ. e)Â Â Â Â Â As citaÃ§Ãµes, intimaÃ§Ãµes, notificaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes serÃ£o preferencialmente realizadas de forma eletrÃ´nica. f)Â Â Â Â Â A parte que nÃ£o dispuser de ferramentas ou estrutura tecnolÃ³gica para participar dos atos processuais

por meio digital prÃ³prio poderÃ¡ utilizar as instalaÃ§Ãµes hÃ-bridas do Â¿JuÃ-zo 100% DigitalÂ¿. O atendimento no Â¿JuÃ-zo 100% DigitalÂ¿ serÃ¡ prestado durante o horÃ¡rio do expediente forense exclusivamente por intermÃ©dio do Â¿BalcÃ£o VirtualÂ¿, nos termos daÂ Portaria Conjunta TJPA Â nÂº 1.640/2021-GP.Â A Secretaria deverÃ¡ considerar a ordem de solicitaÃ§Ã£o, a urgÃªncia informada e as preferÃªncias legais.Â Â Ao Â¿JuÃ-zo 100% DigitalÂ¿ fica autorizado o fornecimento de informaÃ§Ãµes por telefone, excetuando-se os casos de processos que tramitem sob segredo de justiÃ§a. Qualquer dÃºvida quanto o acesso pode ser submetida por meio dos endereÃ§os eletrÃ´nicosÂ da vara (1civelparagominas@tjpa.jus.br e audiencias.1civelparagominas@gmail.com), por meio de contato telefÃ´nico, atravÃ©s do telefoneÂ (91)Â 3729-9706 ou (91) 98328-1030, ou atravÃ©s da plataforma BalcÃ£o Virtual, disponibilizada junto ao endereÃ§o do Tribunal de JustiÃ§a. Mostra-seÂ imprescindÃ-vel que a parte realize estes contatos previamente, sob pena de prejudicar a realizaÃ§Ã£o dosÂ atos processuais. Intimem-se.Â Paragominas/PA,Â 17 de novembro de 2021.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â FERNANDA AZEVEDO LUCENA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JUÃZA DE DIREITO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â (Assinado digitalmente) PROCESSO: 00011036520178140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução de Título Judicial em: REQUERENTE: T. S. REPRESENTANTE: E. P. S. Representante(s): OAB 12925 - ANA LAURA MACEDO SA (DEFENSOR) REQUERIDO: F. S. S.

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE PARAGOMINAS

RESENHA: 16/11/2021 A 19/11/2021 - SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE PARAGOMINAS - VARA: VARA CRIMINAL DE PARAGOMINAS PROCESSO: 00000017120188140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 16/11/2021 DENUNCIADO:F. F. A. DENUNCIADO:MAISON FRANCISCO DE JESUS Representante(s): OAB 20071/PA - EUGENIO DIAS DOS SANTOS (ADVOGADO) DENUNCIADO:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AUTOS NÂº 0009540-61.2018.8.14.0039 DESPACHO Designo a continuaÃ§Ã£o da audiÃªncia para o diaÂ 13 de dezembro de 2021, Ã s 11h. Intimem-se. CiÃªncia ao MP e Ã Defesa. Paragominas, 11 de novembro de 2021 Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Juiz de Direito PROCESSO: 00000153120138140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 16/11/2021 AUTOR:MINISSTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:JECIVAN RODRIGUES BEZERRA VITIMA:A. C. O. E. VITIMA:F. B. S. PROMOTOR:ANA CAROLINA VILHENA GONCALVES DE AZEVEDO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL Â¿ COMARCA DE PARAGOMINAS Ãº AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0000015-31.2013.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao MinistÃ©rio PÃºblico para se manifestar sobre eventual prescriÃ§Ã£o, em razÃ£o da idade do rÃ©u na data dos fatos, da pena em abstrato do delito e da data do recebimento da denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Caso assim nÃ£o entenda, para requerer o que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 16 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00009637020138140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 16/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:JOSE ANTONIO ESTRELA VITIMA:A. C. O. E. PROMOTOR:LILIAN NUNES E NUNES. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL Â¿ COMARCA DE PARAGOMINAS Ãº AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0000963-70.2013.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao MinistÃ©rio PÃºblico para se manifestar sobre eventual prescriÃ§Ã£o, em razÃ£o da idade do rÃ©u na data dos fatos, da pena em abstrato do delito e da data do recebimento da denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Caso assim nÃ£o entenda, para requerer o que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 16 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00012823820138140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 16/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:PAULO HENRIQUE DO NASCIMENTO CARDOSO Representante(s): OAB 6977 - LUIZ CARLOS DOS ANJOS CEREJA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. PROMOTOR:ANA CAROLINA VILHENA GONCALVES DE AZEVEDO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL Â¿ COMARCA DE PARAGOMINAS Ãº AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0001282-38.2013.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao MinistÃ©rio PÃºblico para se manifestar sobre eventual prescriÃ§Ã£o, em razÃ£o da idade do rÃ©u na data dos fatos, da pena em abstrato do delito e da data do recebimento da denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Caso assim nÃ£o entenda, para requerer o que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 16 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00015353220118140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 16/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:MATEUS DE SOUZA MIRANDA VITIMA:O. E. PROMOTOR:BRENDA CORREA LIMA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL Â¿ COMARCA DE PARAGOMINAS Ãº AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0001535-32.2011.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao MinistÃ©rio PÃºblico para se manifestar sobre eventual prescriÃ§Ã£o, em razÃ£o da idade do rÃ©u na data dos fatos, da pena em abstrato do delito e da data do recebimento da denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Caso assim nÃ£o entenda, para requerer o que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 16 de novembro de

2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00020023920128140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 16/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:GENIVALDO CORDEIRO CHAVES VITIMA:A. C. O. E. PROMOTOR:LILIAN NUNES E NUNES. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL Â¿ COMARCA DE PARAGOMINAS Ãº AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0002002-39.2012.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao MinistÃ©rio PÃºblico para se manifestar sobre eventual prescriÃ§Ã£o, em razÃ£o da idade do rÃ©u na data dos fatos, da pena em abstrato do delito e da data do recebimento da denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Caso assim nÃ£o entenda, para requerer o que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 16 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00023704820128140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 16/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:EDENILSON COSTA GUIMARAES VITIMA:E. S. PROMOTOR:SABRINA SAIDE DAIBES DE AMORIM. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL Â¿ COMARCA DE PARAGOMINAS Ãº AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0002370-48.2012.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao MinistÃ©rio PÃºblico para se manifestar sobre eventual prescriÃ§Ã£o, em razÃ£o da idade do rÃ©u na data dos fatos, da pena em abstrato do delito e da data do recebimento da denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Caso assim nÃ£o entenda, para requerer o que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 16 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00039207820128140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 16/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:JOSE AMILTON LEMOS DA SILVA Representante(s): OAB 21409 - EMANUEL DE FRANÇA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 21602 - MARCO ANTONIO DE AZEVEDO ALVES MACHADO FILHO (ADVOGADO) OAB 29823 - BEATRIZ DOS SANTOS ANDRADE (ADVOGADO) VITIMA:R. P. S. PROMOTOR:ANA CAROLINA VILHENA GONCALVES DE AZEVEDO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL Â¿ COMARCA DE PARAGOMINAS Ãº AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0003920-78.2012.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao MinistÃ©rio PÃºblico para se manifestar sobre eventual prescriÃ§Ã£o, em razÃ£o da idade do rÃ©u na data dos fatos, da pena em abstrato do delito e da data do recebimento da denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Caso assim nÃ£o entenda, para requerer o que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 16 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00042214320098140039 PROCESSO ANTIGO: 200920026421 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 16/11/2021 PROMOTOR:BRENDA CORREA LIMA VITIMA:M. N. V. L. DENUNCIADO:FRANCISCO BARBOSA DE SOUSA Representante(s): OAB 32709 - ANDRE LIMA SOUSA (ADVOGADO) VITIMA:M. D. F. C. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0004221-43.2009.8.14.0039 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tratam os presentes autos de AÃÃO PENAL PÃBLICA proposta pelo MINISTÃRIO PÃBLICO em desfavor do rÃ©u Francisco Barboza de Sousa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u faleceu e o MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou pela declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade (fls. retro). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A morte devidamente comprovada Ã© causa de extinÃ§Ã£o da punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, conforme laudo citado, com fulcro no art. 62 do CÃ³digo de Processo Penal e 107, I, do CÃ³digo Penal, DECLARO extinta a punibilidade do rÃ©u Francisco Barboza de Sousa e, consequentemente o arquivamento do processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Procedam-se as anotaÃ§Ãµes necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas. Publique-se. Registre-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se somente o MinistÃ©rio PÃºblico e a Defensoria PÃºblica, com vista pessoal dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, arquivem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 16 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00042446820128140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 16/11/2021

AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:NAILTON MOREIRA BONFIM JUNIOR Representante(s): OAB 15441-B - DIEGO SAMPAIO SOUSA (ADVOGADO) OAB 16520-A - TIBERIO CESAR SAMPAIO TEIXEIRA (ADVOGADO) OAB 17772-B - SERGIO DE BARROS BIANCHI COSTA (ADVOGADO) VITIMA:L. S. L. PROMOTOR:LILIAN NUNES E NUNES. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL Â¿ COMARCA DE PARAGOMINAS Ãº AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0004244-68.2012.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao MinistÃ©rio PÃºblico para se manifestar sobre eventual prescriÃ§Ã£o, em razÃ£o da idade do rÃ©u na data dos fatos, da pena em abstrato do delito e da data do recebimento da denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Caso assim nÃ£o entenda, para requerer o que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 16 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00054984220138140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 16/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:RIVALDO DOS SANTOS GUEDES Representante(s): OAB 22167 - JOSÉ ANACLETO FERREIRA GARCIAS (ADVOGADO) PROMOTOR:MARIA CLAUDIA VITORINO GADELHA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL Â¿ COMARCA DE PARAGOMINAS Ãº AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0005498-42.2013.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao MinistÃ©rio PÃºblico para se manifestar sobre eventual prescriÃ§Ã£o, em razÃ£o da idade do rÃ©u na data dos fatos, da pena em abstrato do delito e da data do recebimento da denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Caso assim nÃ£o entenda, para requerer o que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 16 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00083168820188140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 16/11/2021 VITIMA:A. B. A. DENUNCIADO:RAFAEL DE SOUZA FREITAS DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 000008316-88.2018.8.14.0039 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tratam os presentes autos de AÃÃO PENAL PÃBLICA proposta pelo MINISTÃRIO PÃBLICO em desfavor do rÃ©u Rafael de Souza Freitas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u faleceu e o MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou pela declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade (fls. retro). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A morte devidamente comprovada Ã© causa de extinÃ§Ã£o da punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, conforme laudo citado, com fulcro no art. 62 do CÃ³digo de Processo Penal e 107, I, do CÃ³digo Penal, DECLARO extinta a punibilidade do rÃ©u Rafael de Souza Freitas e, consequentemente o arquivamento do processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Procedam-se as anotaÃ§Ãµes necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas. Publique-se. Registre-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se somente o MinistÃ©rio PÃºblico, com vista pessoal dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 16 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00126382020198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 16/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:PEDRO PAULO RIBEIRO DE LIMA DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL Â¿ COMARCA DE PARAGOMINAS Ãº AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0012638-20.2019.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao MinistÃ©rio PÃºblico para se manifestar sobre eventual prescriÃ§Ã£o, em razÃ£o da idade do rÃ©u na data dos fatos, da pena em abstrato do delito e da data do recebimento da denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Caso assim nÃ£o entenda, para requerer o que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 16 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00126743320178140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 16/11/2021 VITIMA:N. S. B. DENUNCIADO:JOEL GOMES SODRE DENUNCIADO:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL Â¿ COMARCA DE PARAGOMINAS Ãº AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0012674-33.2017.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao MinistÃ©rio PÃºblico para se manifestar sobre eventual prescriÃ§Ã£o, em razÃ£o da idade

do rÃ©u na data dos fatos, da pena em abstrato do delito e da data do recebimento da denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Caso assim nÃ£o entenda, para requerer o que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 16 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00000493520158140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:CLAUDIO VENTURA PRAZERES VITIMA:A. C. O. E. PROMOTOR:MARCELA CHRISTINE FERREIRA DE MELO CASTELO BRANCO AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº. 0000049-35.2015.8.14.0039 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA / OFÃCIO / MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem preliminares a analisar (fls. 68/70), recebo novamente a denÃºncia por estar em consonÃ¢ncia com o disposto do artigo 41 do CÃ³digo de Processo Penal e nÃ£o se encontrarem presentes quaisquer das hipÃ³teses previstas no artigo 395 do CÃ³digo de Processo Penal e nÃ£o ser caso de absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria, do artigo 397, CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Secretaria, para designar a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, devendo-se intimar o rÃ©u, as testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico, bem como aquelas arroladas nas respostas por escrito, de acordo com o que dispÃµe o artigo 400 do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00001227020168140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:ANTONIO FRANCISCO LOPES VITIMA:M. L. R. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE PARAGOMINAS - VARA CRIMINAL AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0000122-70.2016.8.14.0039 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recebo hoje. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã Secretaria, para autuaÃ§Ã£o da guia de execuÃ§Ã£o definitiva no SEEU com os documentos pertinentes e cumprir integralmente o acÃ³rdÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquivem-se estes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00002092120198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 17/11/2021 VITIMA:B. A. S. VITIMA:M. J. J. R. DENUNCIADO:JOSE PEREIRA DE PAIVA DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº. 0000209-21.2019.8.14.0039 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA / OFÃCIO / MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem preliminares a analisar (fls. 34/35), recebo novamente a denÃºncia por estar em consonÃ¢ncia com o disposto do artigo 41 do CÃ³digo de Processo Penal e nÃ£o se encontrarem presentes quaisquer das hipÃ³teses previstas no artigo 395 do CÃ³digo de Processo Penal e nÃ£o ser caso de absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria, do artigo 397, CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã Secretaria, para designar a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, devendo-se intimar o rÃ©u, as testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico, bem como aquelas arroladas nas respostas por escrito, de acordo com o que dispÃµe o artigo 400 do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00002277620188140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:MONTANA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0000227-76.2018.8.14.0039 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do artigo 366, do CÃ³digo de Processo Penal, verifico que o rÃ©u foi citado por edital e nÃ£o apresentou a sua defesa preliminar, motivo pelo qual decreto a suspensÃ£o do processo e do curso do prazo prescricional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Proceda-se a devida anotaÃ§Ã£o no Sistema LIBRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00002387320098140039 PROCESSO ANTIGO:

200920001704 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 PROMOTOR:ARNALDO CELIO DA COSTA AZEVEDO PROMOTOR DE JUSTICA VITIMA:E. T. O. DENUNCIADO:JAIR SOARES DE ALMEIDA Representante(s): OAB 14239 - LETICIA DE LIRA MOURA (ADVOGADO) VITIMA:J. J. A. C. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0000238-73.2009.8.14.0039 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, observo que a Defesa TÃ©cnica do rÃ©u, mesmo intimada, conforme certidÃ£o retro, nÃ£o apresentou manifestaÃ§Ã£o, nos termos do art. 422, CPP (rol de testemunhas etc), concernente ao seu constituinte, demonstrando suposto abandono do processo, jÃ¡ que, passados vÃ¡rios dias da intimaÃ§Ã£o, quedou-se inerte quanto ao seu Ã´nus processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O artigo 265 do CÃ³digo de Processo Penal assevera que: Â¿Art. 265. O defensor nÃ£o poderÃ¡ abandonar o processo senÃ£o por motivo imperioso, comunicado previamente o juiz, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salÃ¡rios mÃ-nimos, sem prejuÃ-zo das demais sanÃ§Ãµes cabÃ-veis. Â§ 1o A audiÃªncia poderÃ¡ ser adiada se, por motivo justificado, o defensor nÃ£o puder comparecer. Â§ 2o Incumbe ao defensor provar o impedimento atÃ© a abertura da audiÃªncia. NÃ£o o fazendo, o juiz nÃ£o determinarÃ¡ o adiamento de ato algum do processo, devendo nomear defensor substituto, ainda que provisoriamente ou sÃ³ para o efeito do ato.Â¿ (grifo nosso) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Seguindo a intelecÃ§Ã£o do caput do artigo em referÃªncia, a aplicaÃ§Ã£o da multa acima referida deve ocorrer quando houver efetivo abandono processual por parte da Defesa TÃ©cnica, o que ocorre quando demonstrada a vontade deliberada e consciente do defensor em nÃ£o mais assistir o cliente, deixando-o em abandono. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido Ã© a jurisprudÃªncia sedimentada do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÃA, senÃ£o vejamos: Â¿PROCESSUAL PENAL.Â RECURSO ORDINÃRIO EM MANDADO DE SEGURANÃA. MULTA COMINADA A ADVOGADO POR ABANDONO DO PROCESSO. ART. 265 DO CPP. CONSTITUCIONALIDADE.Â COMPETÃNCIAÂ DISCIPLINARÂ DA OAB.Â ALEGADA USURPAÃÃO NÃO CONFIGURADA.Â INÃRCIA NÃO JUSTIFICADA. APLICAÃÃO DA PENALIDADE. POSSIBILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. 1.Â Esta Corte Superior firmou entendimento pela constitucionalidade do art. 265 do CÃ³digo de Processo Penal, cuja aplicaÃ§Ã£o nÃ£o acarreta ofensa ao contraditÃ³rio e Ã ampla defesa, mas representa, isto sim, estrita observÂ¢ncia do regramento legal. 2. NÃ£o hÃ¡ falar em usurpaÃ§Ã£o da competÃªncia disciplinar da OAB, pois o art.Â 265 do CPP estabelece a sanÃ§Ã£o pecuniÃ¡ria por abandono do processo, "sem prejuÃ-zo das demais sanÃ§Ãµes cabÃ-veis". 3.Â Ao contrÃ¡rioÂ doÂ queÂ alegaÂ oÂ recorrente,Â oÂ instrumento de procuraÃ§Ã£oÂ juntado aos autos prevÃª que a atuaÃ§Ã£o do advogado nÃ£o se limitaÂ Ã Â formulaÃ§Ã£oÂ deÂ pedidoÂ deÂ liberdadeÂ provisÃ³ria, mas se estende a toda a aÃ§Ã£o penal. 4.Â Recurso ordinÃ¡rioÂ emÂ mandadoÂ deÂ seguranÃ§aÂ aÂ queÂ seÂ nega provimento. (RMS 37.333/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 05/04/2016, DJe 15/04/2016).Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pari passu, a fim de garantir Ã advogada do rÃ©u a possibilidade de justificar a suposta desÃ-dia atÃ© aqui manifestada, jÃ¡ que deixou transcorrer in albis prazo processual de interesse de seu constituinte, fato que vem retardando indevidamente o andamento do feito e confrontando o princÃ-pio da razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o do processo, insculpido no art. 5Âº, LXXVIII, da CF, deve ele ser intimado para manifestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ex positis, em razÃ£o dos argumentos supra, demonstrando a existÃªncia efetiva de abandono processual, determino: 1.Â Â Â Â Â a intimaÃ§Ã£o do rÃ©u pessoalmente para, em 5 (cinco) dias, constituir advogado de sua confianÃ§a ou informar se deseja ser assistido pela Defensoria PÃºblica. 2.Â Â Â Â Â a intimaÃ§Ã£o da advogada do rÃ©u para - em 10 (dez) dias -, apresentar justificativa quanto Ã desÃ-dia processual, sob pena de aplicaÃ§Ã£o da multa prevista no art. 265, do CPP e comunicaÃ§Ã£o Ã OAB/PA para apuraÃ§Ã£o de eventual falta disciplinar (art. 34, XI, da Lei 8.906/94); 3.Â Â Â Â Â nÃ£o havendo resposta ao Â¿item 1Â¿, nomeio, desde jÃ¡, a Defensoria PÃºblica para atuar na condiÃ§Ã£o de defensor dativo, devendo os autos serem encaminhados com vistas para manifestaÃ§Ã£o; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se com urgÃªncia, por se tratar de autos de Meta 2/CNJ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certifique-se a publicaÃ§Ã£o desta decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00004413320198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 VITIMA:G. G. DENUNCIADO:JOCIMAR DOS SANTOS TOLOSA Representante(s): OAB 16777 - BRUNO SOARES FIGUEIREDO (ADVOGADO) OAB 27658 - VICTOR GABRIEL SILVEIRA DE VILHENA (ADVOGADO) OAB 30930 - GIOVANY FARIAS DO NASCIMENTO (ADVOGADO) DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL

AUTOS DO PROCESSO NÂº. 0000441-33.2019.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o rÃ©u, atravÃ©s de seu advogado, para apresentar as razÃµes de apelaÃ§Ã£o, nos termos do art. 600, caput, CPP, no prazo de 8 (oito) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certifique-se a publicaÃ§Ã£o deste despacho. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00004413320198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): POLLYANA CAVALCANTI A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 VITIMA:G. G. DENUNCIADO:JOCIMAR DOS SANTOS TOLOSA Representante(s): OAB 16777 - BRUNO SOARES FIGUEIREDO (ADVOGADO) OAB 27658 - VICTOR GABRIEL SILVEIRA DE VILHENA (ADVOGADO) OAB 30930 - GIOVANY FARIAS DO NASCIMENTO (ADVOGADO) DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. Paragominas (PA), 17 de NOVEMBRO de 2021. CERTIDÃO Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que o rÃ©u JOCIMAR DOS SANTOS TOLOSA manifestou o desejo de recorrer da r. SentenÃ§a condenatÃ³ria por ocasiÃ£o da IntimaÃ§Ã£o de sentenÃ§a 21/10/2021, sendo portanto, este o Termo do Recurso de ApelaÃ§Ã£o apresentado de forma tempestiva. Â Certifico que a r. SentenÃ§a transitou livremente em julgado para o MinistÃ©rio PÃºblico em 06/07/2021, porquanto nÃ£o houve interposiÃ§Ã£o de recurso no prazo legal.O referido Ã© verdade e dou fÃ©. POLLYANA BRAZ B. CAVALCANTI Diretora de Secretaria da Vara Criminal/ExecuÃ§Ã£o Penal da Comarca de Paragominas-PA. DESPACHO ORDINATÃRIO 1. Considerando o Art. 93, XIV da CF/88, Art. 203, do NCPC e o Provimento n.Âº 006/2009-CJCI, que autoriza a prÃ¡tica de atos de mero expediente, sem carÃ¡ter decisÃ³rio, independentemente de despacho; Â 2. Considerando o quanto certificado, faÃ§o os autos conclusos para anÃ¡lise do recebimento do termo recursal. POLLYANA BRAZ B. CAVALCANTI Diretora de Secretaria da Vara Criminal/ExecuÃ§Ã£o Penal da Comarca de Paragominas PROCESSO: 00007017820048140039 PROCESSO ANTIGO: 200120046847 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 17/11/2021 COATOR:CELSO IRAN CORDOVIL VIANA INDICIADO:ANTONIO FELIX SOBRINHO FILHO VITIMA:A. M. L. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0000701-78.2004.8.14.0039 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do artigo 366, do CÃ³digo de Processo Penal, verifico que o rÃ©u foi citado por edital e nÃ£o apresentou a sua defesa preliminar, motivo pelo qual decreto a suspensÃ£o do processo e do curso do prazo prescricional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Proceda-se a devida anotaÃ§Ã£o no Sistema LIBRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00008069720138140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:JOSIVAN DE SOUZA OLIVEIRA DENUNCIADO:ALBILDE DE OLIVEIRA SOARES VITIMA:V. L. R. PROMOTOR:MARCELA CHRISTINE FERREIRA DE MELO CASTELO BRANCO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº. 0000806-97.2013.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã DPE, em razÃ£o da intimaÃ§Ã£o do rÃ©u Albilde de Souza Oliveira por edital. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00008069720138140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): POLLYANA CAVALCANTI A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:JOSIVAN DE SOUZA OLIVEIRA DENUNCIADO:ALBILDE DE OLIVEIRA SOARES VITIMA:V. L. R. PROMOTOR:MARCELA CHRISTINE FERREIRA DE MELO CASTELO BRANCO. Paragominas (PA), 17 de novembro de 2021. CERTIDÃO Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que o Recurso em sentido estrito interposto pela Defensoria PÃºblica em favor de JOSIVAN DE SOUSA OLIVEIRA Ã© TEMPESTIVO, uma vez que o rÃ©u manifestou o desejo de recorrer por ocasiÃ£o da intimaÃ§Ã£o da sentenÃ§a conforme fld. 151, tendo a Defensoria PÃºblica interposto as razÃµes recursais, dentro do prazo legal em dobro prerrogativa prevista no Art. 186, do NCPC, aplicado aos processos criminais. Â Certifico que a r. SentenÃ§a transitou livremente em julgado para o MinistÃ©rio PÃºblico em 04/10/2021, porquanto nÃ£o houve interposiÃ§Ã£o de recurso no prazo legal. Â Quanto ao

rÃ©u ALBIDE DE OLIVEIRA SOARES, certifico que ele nÃ£o fora localizado no endereÃ§o que consta nos autos para serem intimados pessoalmente da r. DecisÃ£o de pronÃºncia, motivo pelo qual foi expedido edital de intimaÃ§Ã£o de sentenÃ§a. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â Â POLLYANA BRAZ B. CAVALCANTI Diretora de Secretaria da Vara Criminal/ExecuÃ§Ã£o Penal da Comarca de Paragominas-PA. DESPACHO ORDINATÃRIO 1. Considerando o Art. 93, XIV da CF/88, Art. 203, do NCPC e o Provimento n.Âº 006/2009-CJCI, que autoriza a prÃ¡tica de atos de mero expediente, sem carÃ¡ter decisÃ³rio, independentemente de despacho; 2. FaÃ§o os autos conclusos para anÃ¡lise do recebimento do recurso interposto pela defesa deÂ JOSIVAN DE SOUSA OLIVEIRA. POLLYANA BRAZ B. CAVALCANTI Diretora de Secretaria da Vara Criminal/ExecuÃ§Ã£o Penal da Comarca de Paragominas PROCESSO: 00008247420208140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 VITIMA:O. E. INDICIADO:WANDERSON ALVES COSTA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS ANPP AUTOS DO PROCESSO NÂº 0000824-74.2020.8.14.0039 SENTENÃA - CUMPRIMENTO ACORDO DE NÃO-PERSECUÃÃO PENAL Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RelatÃ³rio dispensado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico que o rÃ©u cumpriu integralmente o Acordo de NÃ£o PersecuÃ§Ã£o Penal, conforme manifestaÃ§Ã£o ministerial de fl. reto. Por tais razÃµes, declaro extinta a punibilidade de WANDERSON ALVES COSTA, ante o cumprimento integral do Acordo de NÃ£o PersecuÃ§Ã£o Penal, o que faÃ§o com fulcro no Â§ 13 do artigo 28-A do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por analogia, aplico, o enunciado 105 do FONAJE (Ã dispensÃ¡vel a intimaÃ§Ã£o do autor do fato ou do rÃ©u das sentenÃ§as que extinguem sua punibilidade) ao caso concreto, razÃ£o pela qual, dispenso a intimaÃ§Ã£o do rÃ©u, face a prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a que extinguiu sua punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MP e a Defensoria PÃºblica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÂ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00009020520198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 VITIMA:C. H. D. INDICIADO:EDNALDO DOS SANTOS LOPES. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS INQUÃRITO POLICIAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0000902-05.2019.8.14.0039 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em cumprimento ao parecer do Procurador-Geral de JustiÃ§a de fls. 86/87v, INDEFIRO o pedido de diligÃªncias de fls. 81/82, pois nÃ£o Ã© essencial para o oferecimento da denÃºncia e/ou promoÃ§Ã£o para o arquivamento e o MinistÃ©rio PÃºblico pode requisitar eventual laudo diretamente e em razÃ£o do relatÃ³rio da autoridade policial de fls. 40/41. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao MP, para oferecimento de denÃºncia ou pedido (expresso) de arquivamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00010100220208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 ENCARREGADO:FELIPE PINHEIRO MODESTO INDICIADO:SEM INDICIADOS VITIMA:D. R. F. VITIMA:N. S. P. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE PARAGOMINAS - VARA CRIMINAL IPL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0001010-02.2020.8.14.0200 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Acolho o parecer do representante do MinistÃ©rio PÃºblico, e os seus fundamentos, adoto como razÃµes de decidir (fls. retro). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise ao conjunto probatÃ³rio colhido no inquÃ©rito policial efetivamente conclui-se que nÃ£o foi possÃ-vel instaurar o procedimento criminal, uma vez que resta ausente a justa causa, no momento, para oferecimento da denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino, como requerido, o arquivamento do inquÃ©rito policial, ressalvada a hipÃ³tese do artigo 18 do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â FaÃ§am-se as anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes de praxe, dando-se baixa nos registros. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00010367620128140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS SILVA VITIMA:O. E. PROMOTOR:ANDRESSA AVILA PINHEIRO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE PARAGOMINAS - VARA CRIMINAL AÃÃO PENAL AUTOS DO

PROCESSO NÂº 0001036-76.2012.8.14.0039 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã Secretaria, para autuaÃ§Ã£o da guia de execuÃ§Ã£o definitiva no SEEU com os documentos pertinentes e cumprir integralmente o acÃ³rdÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquivem-se estes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00011613420188140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:FERNANDO DIAS SODRE Representante(s): OAB 22530 - LUANA PEIXOTO TOURINHO (ADVOGADO) DENUNCIADO:YURI DO NASCIMENTO DE SOUZA DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA VITIMA:A. C. O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0001161-34.2018.8.14.0039 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recebo o recurso no efeito devolutivo, em razÃ£o do conteÃºdo da sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certifiquem-se e encaminhem-se os autos ao EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ com as homenagens e cautelas de estilo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00013216420158140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): POLLYANA CAVALCANTI A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:ALUISIO MOREIRA FURTADO DENUNCIADO:VALDICELIO REIS DE ARAUJO DENUNCIADO:JONAS DOS SANTOS FURTADO VITIMA:F. S. N. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. EDITAL DE INTIMAÃÃO DE SENTENÃA (PRAZO DE 90 DIAS) PROCESSO NÂº 0001321-64-2015.814.0039 Denunciados: VALDICELIO REIS DE ARAÃJO vulgo Â¿RUNOÂ¿, brasileiro, pescador, natural de BraganÃ§a/PA, nascido no dia 14/12/1991, filho de Ana CÃ©lia dos Santos Reis e de DamiÃ£o Ferreira de AraÃºjo, residente na rua NazarÃ©, nÂº 244, bairro Sol Nascente, Vigia/PA, atualmente em local incerto e nÃ£o sabido. CapitulaÃ§Ã£o Penal: ART.157 Â§ 2Âº INC. I E II C/C ART. 288 AMBOS DO CPB De ordem do MM. Juiz, Dr. DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO, titular da Vara Criminal/ExecuÃ§Ã£o Penal desta Comarca (atos de mero expedientes delegados pelo JuÃ-zo) faÃ§o saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que foi proferida SENTENÃA prolatada por este JuÃ-zo nos autos nÂº 0001321-64-2015.814.0039, na qual foi CONDENADO Ã pena de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusÃ£o e ao pagamento de 13 (treze) dias-multa, em REGIME SEMIABERTO, e como nÃ£o foi encontrado para ser INTIMADO pessoalmente da sentenÃ§a, expede-se o presente EDITAL, no prazo de 90 (noventa) dias, para que tome ciÃªncia da sentenÃ§a prolatada por este juÃ-zo, nos termos da sentenÃ§a de fls. 150/153. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas (PA), 17 de novembro de 2021. POLLYANA BRAZ B. CAVALCANTI Diretora da Secretaria da Vara Criminal/ExecuÃ§Ã£o Penal Comarca de Paragominas/PA. PROCESSO: 00013216420158140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): POLLYANA CAVALCANTI A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:ALUISIO MOREIRA FURTADO DENUNCIADO:VALDICELIO REIS DE ARAUJO DENUNCIADO:JONAS DOS SANTOS FURTADO VITIMA:F. S. N. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. Paragominas (PA), 17 de novembro de 2021. CERTIDÃO Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que o Recurso de ApelaÃ§Ã£o interposto pela Defensoria PÃºblica em favor de JONAS DOS SANTOS FURTADO Ã© TEMPESTIVO, uma vez que foi dado vista a Defensoria PÃºblica para ciÃªncia da r. SentenÃ§a em 27/10/2021 e a defesa interpÃ´s o respectivo recurso em 05/11/2021, dentro do prazo legal em dobro prerrogativa prevista no Art. 186, do NCPC, aplicado aos processos criminais. Â Certifico que a r. SentenÃ§a transitou livremente em julgado para o MinistÃ©rio PÃºblico em 08/03/2021, porquanto nÃ£o houve interposiÃ§Ã£o de recurso no prazo legal. Â Quanto aos rÃ©us VALDICÃLIO REIS DE ARAÃJO e ALUÃSIO MOREIRA FURTADO, certifico que eles nÃ£o foram localizados nos endereÃ§os que constam nos autos para serem intimados pessialmente da r. SentenÃ§a, motivo pelo qual serÃ¡ expedido edital de intimaÃ§Ã£o de sentenÃ§a. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â Â POLLYANA BRAZ B. CAVALCANTI Diretora de Secretaria da Vara Criminal/ExecuÃ§Ã£o Penal da Comarca de Paragominas-PA. DESPACHO ORDINATÃRIO 1. Considerando o Art. 93, XIV da CF/88, Art. 203, do NCPC e o Provimento n.Âº 006/2009-CJCI, que autoriza a prÃ¡tica de atos de mero expediente, sem carÃ¡ter decisÃ³rio, independentemente de despacho; 2. ExpeÃ§a-se edital de intimaÃ§Ã£o de sentenÃ§a com prazo de 90 dias em face deÂ VALDICÃLIO REIS DE ARAÃJO e ALUÃSIO MOREIRA FURTADO. Â 2. ApÃ³s, conclusos para anÃ¡lise do recebimento do recurso interposto pela defesa de JONAS DOS SANTOS FURTADO nos termos do Art. 578,Â§3Âº, CPP.

POLLYANA BRAZ B. CAVALCANTI Diretora de Secretaria da Vara Criminal/ExecuÃ§Ã£o Penal da Comarca de Paragominas PROCESSO: 00013216420158140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): POLLYANA CAVALCANTI A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:ALUISIO MOREIRA FURTADO DENUNCIADO:VALDICELIO REIS DE ARAUJO DENUNCIADO:JONAS DOS SANTOS FURTADO VITIMA:F. S. N. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. EDITAL DE INTIMAÃÃO DE SENTENÃA (PRAZO DE 90 DIAS) PROCESSO NÂº 0001321-64-2015.814.0039 Denunciados: ALUISIO MOREIRA FURTADO, brasileiro, braÃ§al, natural de Ipixuna do ParÃ¡, nascido no dia 01/08/1988, filho de Maria Beatriz Moreira e de Raimundo Nonato dos Santos Furtado, residente no Bairro da Peteca, Ipixuna do ParÃ¡, atualmente em local incerto e nÃ£o sabido. CapitulaÃ§Ã£o Penal: ART.157 Â§ 2Âº INC. I E II C/C ART. 288 AMBOS DO CPB De ordem do MM. Juiz, Dr. DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO, titular da Vara Criminal/ExecuÃ§Ã£o Penal desta Comarca (atos de mero expedientes delegados pelo JuÃ-zo) faÃ§o saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que foi proferida SENTENÃA prolatada por este JuÃ-zo nos autos nÂº 0001321-64-2015.814.0039, na qual foi CONDENADO Ã pena de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusÃ£o e ao pagamento de 13 (treze) dias-multa, em REGIME SEMIABERTO, e como nÃ£o foi encontrado para ser INTIMADO pessoalmente da sentenÃ§a, expede-se o presente EDITAL, no prazo de 90 (noventa) dias, para que tome ciÃªncia da sentenÃ§a prolatada por este juÃ-zo, nos termos da sentenÃ§a de fls. 150/153. Â Paragominas (PA), 17 de novembro de 2021. POLLYANA BRAZ B. CAVALCANTI Diretora da Secretaria da Vara Criminal/ExecuÃ§Ã£o Penal Comarca de Paragominas/PA. PROCESSO: 00015222220168140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:DIORGEO DIOVANNY STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA Representante(s): OAB 15381 - ANDRE SILVA TOCANTINS (ADVOGADO) DENUNCIADO:VALDENE SANTOS CRUZ Representante(s): OAB 23513-B - AMANDA ALVES OLIVEIRA PURGER (ADVOGADO) VITIMA:W. P. S. S. VITIMA:S. L. C. S. D. S. Representante(s): OAB 12724 - GUSTAVO FREIRE DA FONSECA (ADVOGADO) OAB 43.779 - GUILHERME GUEIROS DE FREITAS BARBOSA (ADVOGADO) OAB 1455-B - LUIZ MARIO FELIX DE MORAES GUERRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE PARAGOMINAS - VARA CRIMINAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0001522-22.2016.8.14.0039 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se o requerido pela Diretora do Instituto de CriminalÃ-stica para a realizaÃ§Ã£o dos exames grafotÃ©cnicos (fls. 419/420). Paragominas, 17 de novembro de 2021 DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Juiz de Direito PROCESSO: 00016472420158140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:MARCIO DOS SANTOS SOUSA Representante(s): OAB 3776 - RAIMUNDO PEREIRA CAVALCANTE (ADVOGADO) VITIMA:R. M. O. VITIMA:E. G. S. N. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0001647-24.2015.8.14.0039 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, observo que a Defesa TÃ©cnica do rÃ©u, mesmo intimada, conforme certidÃ£o retro, nÃ£o apresentou alegaÃ§Ãµes finais, concernente ao seu constituinte, demonstrando suposto abandono do processo, jÃ¡ que, passados vÃ¡rios dias da intimaÃ§Ã£o, quedou-se inerte quanto ao seu Ã´nus processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O artigo 265 do CÃ³digo de Processo Penal assevera que: Â¿Art. 265. O defensor nÃ£o poderÃ¡ abandonar o processo senÃ£o por motivo imperioso, comunicado previamente o juiz, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salÃ¡rios mÃ-nimos, sem prejuÃ-zo das demais sanÃ§Ãµes cabÃ-veis. Â§ 1o A audiÃªncia poderÃ¡ ser adiada se, por motivo justificado, o defensor nÃ£o puder comparecer. Â§ 2o Incumbe ao defensor provar o impedimento atÃ© a abertura da audiÃªncia. NÃ£o o fazendo, o juiz nÃ£o determinarÃ¡ o adiamento de ato algum do processo, devendo nomear defensor substituto, ainda que provisoriamente ou sÃ³ para o efeito do ato.Â¿ (grifo nosso) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Seguindo a intelecÃ§Ã£o do caput do artigo em referÃªncia, a aplicaÃ§Ã£o da multa acima referida deve ocorrer quando houver efetivo abandono processual por parte da Defesa TÃ©cnica, o que ocorre quando demonstrada a vontade deliberada e consciente do defensor em nÃ£o mais assistir o cliente, deixando-o em abandono. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido Ã© a jurisprudÃªncia sedimentada do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÃA, senÃ£o vejamos: Â¿PROCESSUAL PENAL.Â RECURSO ORDINÃRIO EM MANDADO DE SEGURANÃA. MULTA COMINADA A ADVOGADO POR ABANDONO DO PROCESSO. ART. 265 DO CPP. CONSTITUCIONALIDADE.Â COMPETÃNCIAÂ DISCIPLINARÂ DA OAB.Â ALEGADA USURPAÃÃO NÃO CONFIGURADA.Â INÃRCIA NÃO JUSTIFICADA. APLICAÃÃO DA PENALIDADE. POSSIBILIDADE.

RECURSO NÃO PROVIDO. 1.Â Esta Corte Superior firmou entendimento pela constitucionalidade do art. 265 do CÃ³digo de Processo Penal, cuja aplicaÃ§Ã£o nÃ£o acarreta ofensa ao contraditÃ³rio e Ã ampla defesa, mas representa, isto sim, estrita observÂ¢ncia do regramento legal. 2. NÃ£o hÃ¡ falar em usurpaÃ§Ã£o da competÃªncia disciplinar da OAB, pois o art.Â 265 do CPP estabelece a sanÃ§Ã£o pecuniÃ¡ria por abandono do processo, "sem prejuÃ-zo das demais sanÃ§Ãµes cabÃ-veis". 3.Â Ao contrÃ¡rioÂ doÂ queÂ alegaÂ oÂ recorrente,Â oÂ instrumento de procuraÃ§Ã£oÂ juntado aos autos prevÃª que a atuaÃ§Ã£o do advogado nÃ£o se limitaÂ Ã Â formulaÃ§Ã£oÂ deÂ pedidoÂ deÂ liberdadeÂ provisÃ³ria, mas se estende a toda a aÃ§Ã£o penal. 4.Â Recurso ordinÃ¡rioÂ emÂ mandadoÂ deÂ seguranÃ§aÂ aÂ queÂ seÂ nega provimento. (RMS 37.333/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 05/04/2016, DJe 15/04/2016).Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pari passu, a fim de garantir ao advogado do rÃ©u a possibilidade de justificar a suposta desÃ-dia atÃ© aqui manifestada, jÃ¡ que deixou transcorrer in albis prazo processual de interesse de seu constituinte, fato que vem retardando indevidamente o andamento do feito e confrontando o princÃ-pio da razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o do processo, insculpido no art. 5Âº, LXXVIII, da CF, deve ele ser intimado para manifestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ex positis, em razÃ£o dos argumentos supra, demonstrando a existÃªncia efetiva de abandono processual, determino: 1.Â Â Â Â Â a intimaÃ§Ã£o do rÃ©u pessoalmente para, em 5 (cinco) dias, constituir advogado de sua confianÃ§a ou informar se desejam ser assistidos pela Defensoria PÃºblica. 2.Â Â Â Â Â a intimaÃ§Ã£o do advogado do rÃ©u para - em 10 (dez) dias -, apresentar justificativa quanto Ã desÃ-dia processual, sob pena de aplicaÃ§Ã£o da multa prevista no art. 265, do CPP e comunicaÃ§Ã£o Ã OAB/PA para apuraÃ§Ã£o de eventual falta disciplinar (art. 34, XI, da Lei 8.906/94); 3.Â Â Â Â Â nÃ£o havendo resposta ao Â¿item 1Â¿, nomeio, desde jÃ¡, a Defensoria PÃºblica para atuar na condiÃ§Ã£o de defensor dativo, devendo os autos serem encaminhados com vistas para manifestaÃ§Ã£o; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se com urgÃªncia, por se tratar de autos de Meta 2/CNJ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certifique-se a publicaÃ§Ã£o desta decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00021012820208140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:JOAO GUSTAVO SANTOS PEREIRA DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE PARAGOMINAS - VARA CRIMINAL AUTOS NÂº 0002101-28.2020.8.14.0039 RÃU: JOÃO GUSTAVO SANTOS PEREIRA LOCAL DE CUMPRIMENTO:Â Rua Campo Grande, 182, Bairro Jardim Bela Vista, Paragominas/PA DECISÃO / MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Designo a audiÃªncia para a realizaÃ§Ã£o da suspensÃ£o condicional do processo para o dia 5 de abril de 2022, Ã s 9h. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico e Ã Defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00026218520208140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:RONEY DE BRITO MUNIZ DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº. 0002621-85.2020.8.14.0039 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA / OFÃCIO / MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem preliminares a analisar (fls. 62/63), recebo novamente a denÃºncia por estar em consonÂ¢ncia com o disposto do artigo 41 do CÃ³digo de Processo Penal e nÃ£o se encontrarem presentes quaisquer das hipÃ³teses previstas no artigo 395 do CÃ³digo de Processo Penal e nÃ£o ser caso de absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria, do artigo 397, CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã Secretaria, para designar a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, devendo-se intimar o rÃ©u, as testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico, bem como aquelas arroladas nas respostas por escrito, de acordo com o que dispÃµe o artigo 400 do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00026623620078140039 PROCESSO ANTIGO: 200720011648 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:RODIER BARATA ATAIDE DENUNCIADO:MARCELO DE MORAES PINHEIRO VITIMA:J. S. O. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº

0002662-36.2007.8.14.0039 Â DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do artigo 366, do CÃ³digo de Processo Penal, verifico que o rÃ©u foi citado por edital e nÃ£o apresentou a sua defesa preliminar, motivo pelo qual decreto a suspensÃ£o do processo e do curso do prazo prescricional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Proceda-se a devida anotaÃ§Ã£o no Sistema LIBRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00028448320118140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:MAMEDE CARDOSO GOMES Representante(s): OAB 4283 - HAMILTON NOGUEIRA ARAGAO (ADVOGADO) DENUNCIADO:ANTONIO LISBOA DA LUZ NETO Representante(s): OAB 4283 - HAMILTON NOGUEIRA ARAGAO (ADVOGADO) DENUNCIADO:RAYRIS RAFAELA NUNES PAULA Representante(s): OAB 4283 - HAMILTON NOGUEIRA ARAGAO (ADVOGADO) PROMOTOR:BRENDA CORREA LIMA REU:JOSE ALVES BRANDAO FILHO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0002844-83.2011.8.14.0039 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, observo que a Defesa TÃ©cnica dos rÃ©us Mamede Cardoso Gomes, Antonio Lisboa da Luz Neto e Rayris Rafaela Nunes de Paula, mesmo intimada, conforme certidÃ£o retro, nÃ£o apresentou defesa concernente ao seu constituinte, demonstrando suposto abandono do processo, jÃ¡ que, passados vÃ¡rios dias da intimaÃ§Ã£o, quedou-se inerte quanto ao seu Ã´nus processual, conforme certidÃ£o retro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O artigo 265 do CÃ³digo de Processo Penal assevera que: Â¿Art. 265. O defensor nÃ£o poderÃ¡ abandonar o processo senÃ£o por motivo imperioso, comunicado previamente o juiz, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salÃ¡rios mÃ-nimos, sem prejuÃ-zo das demais sanÃ§Ãµes cabÃ-veis. Â§ 1o A audiÃªncia poderÃ¡ ser adiada se, por motivo justificado, o defensor nÃ£o puder comparecer. Â§ 2o Incumbe ao defensor provar o impedimento atÃ© a abertura da audiÃªncia. NÃ£o o fazendo, o juiz nÃ£o determinarÃ¡ o adiamento de ato algum do processo, devendo nomear defensor substituto, ainda que provisoriamente ou sÃ³ para o efeito do ato.Â¿ (grifo nosso) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Seguindo a intelecÃ§Ã£o do caput do artigo em referÃªncia, a aplicaÃ§Ã£o da multa acima referida deve ocorrer quando houver efetivo abandono processual por parte da Defesa TÃ©cnica, o que ocorre quando demonstrada a vontade deliberada e consciente do defensor em nÃ£o mais assistir o cliente, deixando-o em abandono. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido Ã© a jurisprudÃªncia sedimentada do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÃA, senÃ£o vejamos: Â¿PROCESSUAL PENAL.Â RECURSO ORDINÃRIO EM MANDADO DE SEGURANÃA. MULTA COMINADA A ADVOGADO POR ABANDONO DO PROCESSO. ART. 265 DO CPP. CONSTITUCIONALIDADE.Â COMPETÃNCIAÂ DISCIPLINARÂ DA OAB.Â ALEGADA USURPAÃÃO NÃO CONFIGURADA.Â INÃRCIA NÃO JUSTIFICADA. APLICAÃÃO DA PENALIDADE. POSSIBILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. 1.Â Esta Corte Superior firmou entendimento pela constitucionalidade do art. 265 do CÃ³digo de Processo Penal, cuja aplicaÃ§Ã£o nÃ£o acarreta ofensa ao contraditÃ³rio e Ã ampla defesa, mas representa, isto sim, estrita observÃ¢ncia do regramento legal. 2. NÃ£o hÃ¡ falar em usurpaÃ§Ã£o da competÃªncia disciplinar da OAB, pois o art.Â 265 do CPP estabelece a sanÃ§Ã£o pecuniÃ¡ria por abandono do processo, "sem prejuÃ-zo das demais sanÃ§Ãµes cabÃ-veis". 3.Â Ao contrÃ¡rioÂ doÂ queÂ alegaÂ oÂ recorrente,Â oÂ instrumento de procuraÃ§Ã£oÂ juntado aos autos prevÃª que a atuaÃ§Ã£o do advogado nÃ£o se limitaÂ Ã Â formulaÃ§Ã£oÂ deÂ pedidoÂ deÂ liberdadeÂ provisÃ³ria, mas se estende a toda a aÃ§Ã£o penal. 4.Â Recurso ordinÃ¡rioÂ emÂ mandadoÂ deÂ seguranÃ§aÂ aÂ queÂ seÂ nega provimento. (RMS 37.333/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 05/04/2016, DJe 15/04/2016).Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pari passu, a fim de garantir ao advogado do rÃ©u a possibilidade de justificar a suposta desÃ-dia atÃ© aqui manifestada, jÃ¡ que deixou transcorrer in albis prazo processual de interesse de seu constituinte, fato que vem retardando indevidamente o andamento do feito e confrontando o princÃ-pio da razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o do processo, insculpido no art. 5Âº, LXXVIII, da CF, deve ele ser intimado para manifestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ petiÃ§Ã£o de renÃºncia nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ex positis, em razÃ£o dos argumentos supra, demonstrando a existÃªncia efetiva de abandono processual, determino: 1.Â Â Â Â Â a intimaÃ§Ã£o dos rÃ©us Mamede Cardoso Gomes, Antonio Lisboa da Luz Neto e Rayris Rafaela Nunes de Paula para, em 5 (cinco) dias, constituir advogado de sua confianÃ§a ou informar se desejam ser assistidos pela Defensoria PÃºblica. Certifique-se se ele se encontra preso ou nÃ£o antes de expedir o mandado de intimaÃ§Ã£o; 2.Â Â Â Â Â a intimaÃ§Ã£o do advogado dos rÃ©us Mamede Cardoso Gomes, Antonio Lisboa da Luz Neto e Rayris Rafaela Nunes de Paula para - em 10 (dez) dias - apresentar justificativa quanto Ã desÃ-dia processual,

sob pena de aplicaÃ§Ã£o da multa prevista no art. 265, do CPP e comunicaÃ§Ã£o Ã OAB/PA para apuraÃ§Ã£o de eventual falta disciplinar (art. 34, XI, da Lei 8.906/94); 3.Â Â Â Â Â nÃ£o havendo resposta ao Â¿item 1Â¿, nomeio, desde jÃ¡, a Defensoria PÃºblica para atuar na condiÃ§Ã£o de defensor dativo, devendo os autos serem encaminhados com vistas para manifestaÃ§Ã£o; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se com urgÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certifique-se a publicaÃ§Ã£o desta decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00028465220138140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:LUAN ROSARIO ARAUJO DENUNCIADO:JOSILDO ALVES SOUSA DENUNCIADO:LEILIANE CARVALHO SILVA VITIMA:E. S. S. PROMOTOR:MARIA CLAUDIA VITORINO GADELHA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0002846-52.2013.8.14.0039 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do artigo 366, do CÃ³digo de Processo Penal, verifico que o rÃ©u foi citado por edital e nÃ£o apresentou a sua defesa preliminar, motivo pelo qual decreto a suspensÃ£o do processo e do curso do prazo prescricional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Proceda-se a devida anotaÃ§Ã£o no Sistema LIBRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00037191320178140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:FRANCISCO SERGIO GOMES SIEBRA DENUNCIADO:DENIS DA SILVA CRUZ DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA VITIMA:R. S. S. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº. 0003719-13.2017.8.14.0039 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA / OFÃCIO / MANDADO I - DA DENÃNCIA RATIFICADA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem preliminares a analisar com relaÃ§Ã£o ao rÃ©u FRANCISCO SÃRGIO GOMES SIEBRA (fls. 54/55), recebo a denÃºncia por estar em consonÃ¢ncia com o disposto do artigo 41 do CÃ³digo de Processo Penal e nÃ£o se encontrarem presentes quaisquer das hipÃ³teses previstas no artigo 395 do CÃ³digo de Processo Penal e nÃ£o ser caso de absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria, do artigo 397, CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Secretaria, para designar a audiÃªncia quando possÃ-vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa. II - DA PRODUÃÃO ANTECIPADA DE PROVAS (ART. 366 DO CPP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do artigo 366, do CÃ³digo de Processo Penal, verifico que o rÃ©u DENIS DA SILVA CRUZ foi citado por edital e nÃ£o apresentou a sua defesa preliminar, motivo pelo qual decreto a suspensÃ£o do processo e do curso do prazo prescricional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Proceda-se a devida anotaÃ§Ã£o no Sistema LIBRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do entendimento do EgrÃ©gio STJ, cristalizado no verbete sumular n.Âº 455, a produÃ§Ã£o antecipada de provas, com base no art. 366 do CÃ³digo de Processo Penal, deve ser concretamente fundamentada, nÃ£o bastando a mera alegaÃ§Ã£o de que o decurso do tempo poderÃ¡ levar as testemunhas ao esquecimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, em se tratando de oitiva das vÃ-timas, verifica-se que o lapso temporal pode comprometer a reuniÃ£o das testemunhas, alÃ©m do prÃ³prio conteÃºdo das informaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, DETERMINO a produÃ§Ã£o antecipada de provas com relaÃ§Ã£o ao rÃ©u DENIS DA SILVA CRUZ, a ser realizada na audiÃªncia que foi designada para o outro rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00038179520178140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:WILLIAN MARQUES SOUZA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0003817-95.2017.8.14.0039 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do artigo 366, do CÃ³digo de Processo Penal, verifico que o rÃ©u foi citado por edital e nÃ£o apresentou a sua defesa preliminar, motivo pelo qual decreto a suspensÃ£o do processo e do curso do prazo prescricional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Proceda-se a devida anotaÃ§Ã£o no Sistema LIBRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â

Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00046038120138140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:PATRICIA DE SOUZA PIMENTEL VITIMA:A. D. S. N. PROMOTOR:MARIA CLAUDIA VITORINO GADELHA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE PARAGOMINAS - VARA CRIMINAL AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0004603-81.2013.8.14.0039 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO PENAL proposta pelo MINISTÃRIO PÃBLICO em face do rÃ©u, sob a acusaÃ§Ã£o de ter praticado o crime descrito na denÃºncia na data em que nela consta. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou pelo reconhecimento da prescriÃ§Ã£o (fl. retro). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o RelatÃ³rio. Passo a decidir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre a prescriÃ§Ã£o, conceitua o jurista Fernando Capez: Â¿Ã a perda do direito-poder-dever de punir pelo Estado em face do nÃ£o exercÃ-cio da pretensÃ£o punitiva (interesse em aplicar a pena) ou da pretensÃ£o executÃ³ria (interesse de executÃ¡-la) durante certo tempo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O nÃ£o exercÃ-cio da pretensÃ£o punitiva acarreta a perda do direito de impor a sanÃ§Ã£o. EntÃ£o, sÃ³ ocorre antes de transitar em julgado a sentenÃ§a final (RT, 601/433). O nÃ£o exercÃ-cio da pretensÃ£o executÃ³ria extingue o direito de executar a sanÃ§Ã£o imposta. SÃ³ ocorre, portanto, apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a condenatÃ³ria. (in Curso de Direito Penal - Parte Geral - Volume 1, Editora Saraiva, PÃ¡gina 614)Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando os autos, verifico que jÃ¡ ocorreu a PrescriÃ§Ã£o Penal. Â ISTO POSTO, de acordo com o disposto no artigo 61 do CÃ³digo de Processo Penal, considerando tudo o que mais consta dos autos, reconheÃ§o a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, declarando EXTINTA A PUNIBILIDADE do rÃ©u pelos fatos narrados nestes autos, com fundamento no artigo 107, IV do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas. Publique-se. Registre-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o RÃ©u e a eventual vÃ-tima somente pelo DiÁrio da JustiÃ§a EletrÃ´nico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, proceda-se as anotaÃ§Ãµes necessÃ¡rias e arquivem-se. Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00047627720208140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 VITIMA:J. K. D. S. DENUNCIADO:DANUBIO FERNANDO CORDEIRO OLIVEIRA Representante(s): OAB 6510 - JULIO DE OLIVEIRA BASTOS (ADVOGADO) DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº. 0004762-77.2020.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã Secretaria, para providÃªncias para a coleta e realizaÃ§Ã£o do Exame de DNA, designando inclusive a data e horÃ¡rio para a audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00048505220198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 INDICIADO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:A. H. G. B. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE PARAGOMINAS - VARA CRIMINAL IPL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0004850-52.2019.8.14.0039 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O pedido de exumaÃ§Ã£o do cadÁver jÃ¡ foi indeferido no apenso e o MP teve ciÃªncia da decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao MP, para oferecer a denÃºncia, promover o arquivamento e/ou requerer o que entender de direito quanto ao InquÃ©rito Policial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00053663820208140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 INDICIADO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:P. V. C. C. T. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE PARAGOMINAS - VARA CRIMINAL IPL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0005366-38.2020.8.14.0039 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Acolho o parecer do representante do MinistÃ©rio PÃºblico, e os seus fundamentos, adoto como razÃµes de decidir (fls. retro). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise ao conjunto probatÃ³rio colhido no inquÃ©rito policial efetivamente conclui-se que nÃ£o foi possÃ-vel instaurar o procedimento criminal, uma vez que resta ausente a justa causa, no momento, para oferecimento da denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino, como requerido, o arquivamento do

inquÃ©rito policial, ressalvada a hipÃ³tese do artigo 18 do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â FaÃ§am-se as anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes de praxe, dando-se baixa nos registros. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00054417720208140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 INDICIADO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:D. S. T. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE PARAGOMINAS - VARA CRIMINAL IPL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0005441-77.2020.8.14.0039 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Acolho o parecer do representante do MinistÃ©rio PÃºblico, e os seus fundamentos, adoto como razÃµes de decidir (fls. retro). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise ao conjunto probatÃ³rio colhido no inquÃ©rito policial efetivamente conclui-se que nÃ£o foi possÃ-vel instaurar o procedimento criminal, uma vez que resta ausente a justa causa, no momento, para oferecimento da denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino, como requerido, o arquivamento do inquÃ©rito policial, ressalvada a hipÃ³tese do artigo 18 do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â FaÃ§am-se as anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes de praxe, dando-se baixa nos registros. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00055469820138140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:ALESSANDRO CAMPELO DE SOUSA Representante(s): OAB 25406 - MAXWELL HONORATO SILVA SOUZA (ADVOGADO) DENUNCIADO:JOEDSON PEREIRA DA SILVA DENUNCIADO:WELINGTON RIBEIRO MARQUES DENUNCIADO:CLEBER EDUARDO DE LIMA FERREIRA Representante(s): OAB 13378 - DANIEL AUGUSTO BEZERRA DE CASTILHO (ADVOGADO) OAB 15814 - ALEXANDRE CARNEIRO PAIVA (ADVOGADO) OAB 14143 - LUANA MIRANDA HAGE (ADVOGADO) OAB 19230 - ROCHERTER WALBER BARBOSA MARQUES (ADVOGADO) OAB 20187 - LUCAS SA SOUZA (ADVOGADO) OAB 20706 - PRISCILLA MARTINS DE PAULA (ADVOGADO) OAB 21906 - EDIEL GAMA LOPES (ADVOGADO) OAB 23244 - VICTOR AUGUSTO DE OLIVEIRA MEIRA (ADVOGADO) OAB 1705 - OSVALDO JESUS SERRAO DE AQUINO (ADVOGADO) OAB 28855 - ANTONIO AMILTON DIAS AMORIM JUNIOR (ADVOGADO) VITIMA:J. C. M. C. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE PARAGOMINAS - VARA CRIMINAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0005546-98.2013.8.14.0039 DECISÃO Antes de eventual comunicaÃ§Ã£o a OAB, reitero o ato ordinatÃ³rio retro. Intime-se o rÃ©u Alessandro Campelo de Sousa, atravÃ©s do seu advogado, para apresentar alegaÃ§Ãµes finais, no prazo de 5 (cinco) dias. ApÃ³s, cumpra-se a decisÃ£o de fl. 1.000. Paragominas, 17 de novembro de 2021 DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Juiz de Direito PROCESSO: 00058782620178140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: PROCESSO CRIMINAL em: 17/11/2021 VITIMA:E. C. S. DENUNCIADO:IRLAM DA SILVA PICANCO DENUNCIADO:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0005878-26.2017.8.14.0039 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do artigo 366, do CÃ³digo de Processo Penal, verifico que o rÃ©u foi citado por edital e nÃ£o apresentou a sua defesa preliminar, motivo pelo qual decreto a suspensÃ£o do processo e do curso do prazo prescricional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Proceda-se a devida anotaÃ§Ã£o no Sistema LIBRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00060555320188140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 VITIMA:J. P. INDICIADO:FABRICIO GUIMARAES CORDEIRO INDICIADO:EDIELSON SILVA DE MELO INDICIADO:EDNALDO DE NAZARE RODRIGUES DAS NEVES INDICIADO:JADSON GUEDES DE SOUSA INDICIADO:CLEBSON MARCOS RODRIGUES DOS SANTOS INDICIADO:WEMERSON BORDO PEREIRA INDICIADO:CARLOS HENRIQUE MOREIRA DA SILVA AUTORIDADE POLICIAL:EDER SILVA DE OLIVEIRA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE PARAGOMINAS - VARA CRIMINAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0006055-53.2018.8.14.0039 DECISÃO O pedido de diligÃªncias foi indeferido e os autos

foram para o MP para apresentar denÃºncia ou promover o arquivamento (fl. 367). Considerando a certidÃ£o de fl. 371 que informa que os autos foram duas vezes para o MP e devolvidos sem manifestaÃ§Ã£o, encaminhem-se os autos ao Procurador-Geral de JustiÃ§a, para as providÃªncias que entender pertinentes. Paragominas, 17 de novembro de 2021 DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Juiz de Direito PROCESSO: 00069010220208140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 VITIMA:W. J. M. DENUNCIADO:SEBASTIAO SANTOS CUNHA DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE PARAGOMINAS - VARA CRIMINAL AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0006901-02.2020.8.14.0039 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certifique-se o trÃ¢nsito em julgado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã Secretaria, para autuaÃ§Ã£o da guia de execuÃ§Ã£o definitiva no SEEU com os documentos pertinentes e cumprir integralmente a sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquivem-se estes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00070763520168140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 VITIMA:M. F. R. DENUNCIADO:MURILO HENRIQUE BARBOSA SANTOS DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº. 0007076-35.2016.8.14.0039 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA / OFÃCIO / MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem preliminares a analisar (fls. 50/50v), recebo novamente a denÃºncia por estar em consonÃ¢ncia com o disposto do artigo 41 do CÃ³digo de Processo Penal e nÃ£o se encontrarem presentes quaisquer das hipÃ³teses previstas no artigo 395 do CÃ³digo de Processo Penal e nÃ£o ser caso de absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria, do artigo 397, CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã Secretaria, para designar a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, devendo-se intimar o rÃ©u, as testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico, bem como aquelas arroladas nas respostas por escrito, de acordo com o que dispÃµe o artigo 400 do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00070844620158140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:SAMUEL NASCIMENTO MESQUITA VITIMA:B. A. DENUNCIADO:ANTONIO LUIS DE ARAUJO FILHO AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0007084-46.2015.8.14.0039 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do artigo 366, do CÃ³digo de Processo Penal, verifico que os rÃ©us foram citados por edital e nÃ£o apresentaram a sua defesa preliminar, motivo pelo qual decreto a suspensÃ£o do processo e do curso do prazo prescricional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Proceda-se a devida anotaÃ§Ã£o no Sistema LIBRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00072270620138140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:JOSE RICARDO BATISTA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 6977 - LUIZ CARLOS DOS ANJOS CEREJA (ADVOGADO) DENUNCIADO:PAULO HENRIQUE SILVA MACHADO Representante(s): OAB 6977 - LUIZ CARLOS DOS ANJOS CEREJA (ADVOGADO) DENUNCIADO:DENILSON JOSE DE LIMA CARVALHO Representante(s): OAB 6977 - LUIZ CARLOS DOS ANJOS CEREJA (ADVOGADO) DENUNCIADO:MARILENO ALCANTARA PEREIRA Representante(s): OAB 6977 - LUIZ CARLOS DOS ANJOS CEREJA (ADVOGADO) DENUNCIADO:FABIO JARDIM RODRIGUES Representante(s): OAB 6977 - LUIZ CARLOS DOS ANJOS CEREJA (ADVOGADO) DENUNCIADO:DURVAL LUIS PAES GONDIM Representante(s): OAB 6977 - LUIZ CARLOS DOS ANJOS CEREJA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE PARAGOMINAS - VARA CRIMINAL AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0007227-06.2013.8.14.0039 DESPACHO Intimem-se os rÃ©us, atravÃ©s de seu advogado, para apresentar alegaÃ§Ãµes finais, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do artigo 404, P. Ãºnico, CPP. Paragominas, 17 de novembro de 2021 DAVID

GUILHERME DE PAIVA ALBANO Juiz de Direito PROCESSO: 00074813220208140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:C. P. M. VITIMA:J. S. P. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE PARAGOMINAS - VARA CRIMINAL IPL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0007481-32.2020.8.14.0039 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Acolho o parecer do representante do MinistÃ©rio PÃºblico, e os seus fundamentos, adoto como razÃµes de decidir (fls. retro). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise ao conjunto probatÃ³rio colhido no inquÃ©rito policial efetivamente conclui-se que nÃ£o foi possÃ-vel instaurar o procedimento criminal, uma vez que resta ausente a justa causa, no momento, para oferecimento da denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino, como requerido, o arquivamento do inquÃ©rito policial, ressalvada a hipÃ³tese do artigo 18 do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â FaÃ§am-se as anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes de praxe, dando-se baixa nos registros. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00075604520198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Pedido de Busca e Apreensão Criminal em: 17/11/2021 REPRESENTANTE:AMANDA PEREIRA DA COSTA REPRESENTADO:JOAO PEREIRA DOS SANTOS VITIMA:M. N. S. VITIMA:M. N. S. VITIMA:I. M. N. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE PARAGOMINAS - VARA CRIMINAL AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0007560-45.2019.8.14.0039 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recebo hoje. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Secretaria, para autuaÃ§Ã£o da guia de execuÃ§Ã£o definitiva no SEEU com os documentos pertinentes e cumprir integralmente o acÃ³rdÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquivem-se estes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00080235020208140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:M. J. S. O. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE PARAGOMINAS - VARA CRIMINAL IPL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0008023-50.2020.8.14.0039 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Acolho o parecer do representante do MinistÃ©rio PÃºblico, e os seus fundamentos, adoto como razÃµes de decidir (fls. retro). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise ao conjunto probatÃ³rio colhido no inquÃ©rito policial efetivamente conclui-se que nÃ£o foi possÃ-vel instaurar o procedimento criminal, uma vez que resta ausente a justa causa, no momento, para oferecimento da denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino, como requerido, o arquivamento do inquÃ©rito policial, ressalvada a hipÃ³tese do artigo 18 do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â FaÃ§am-se as anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes de praxe, dando-se baixa nos registros. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00094748120188140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:KENNEDY CARVALHO LIMA Representante(s): OAB 22245 - MARCELO BRASIL CAMPOS (ADVOGADO) OAB 22478 - ALINE CRISTINA LOBO DE SOUSA (ADVOGADO) DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0009474-81.2018.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Secretaria, para restituir os bens, conforme declaraÃ§Ã£o do rÃ©u, observando a devida identificaÃ§Ã£o da pessoa que receberÃ¡ os bens e providÃªncias de praxe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00095625620178140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 VITIMA:A. P. S. DENUNCIADO:ZACARIAS SELEIRO DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE PARAGOMINAS - VARA CRIMINAL AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0009562-56.2017.8.14.0039 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO PENAL proposta pelo MINISTÃRIO

PÃBLICO em face do rÃ©u, sob a acusaÃ§Ã£o de ter praticado o crime descrito na denÃºncia na data em que nela consta. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou pelo reconhecimento da prescriÃ§Ã£o (fl. retro). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o RelatÃ³rio. Passo a decidir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre a prescriÃ§Ã£o, conceitua o jurista Fernando Capez: Â¿Ã a perda do direito-poder-dever de punir pelo Estado em face do nÃ£o exercÃ-cio da pretensÃ£o punitiva (interesse em aplicar a pena) ou da pretensÃ£o executÃ³ria (interesse de executÃ¡-la) durante certo tempo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O nÃ£o exercÃ-cio da pretensÃ£o punitiva acarreta a perda do direito de impor a sanÃ§Ã£o. EntÃ£o, sÃ³ ocorre antes de transitar em julgado a sentenÃ§a final (RT, 601/433). O nÃ£o exercÃ-cio da pretensÃ£o executÃ³ria extingue o direito de executar a sanÃ§Ã£o imposta. SÃ³ ocorre, portanto, apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a condenatÃ³ria. (in Curso de Direito Penal - Parte Geral - Volume 1, Editora Saraiva, PÃ¡gina 614)Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando os autos, verifico que jÃ¡ ocorreu a PrescriÃ§Ã£o Penal. Â ISTO POSTO, de acordo com o disposto no artigo 61 do CÃ³digo de Processo Penal, considerando tudo o que mais consta dos autos, reconheÃ§o a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, declarando EXTINTA A PUNIBILIDADE do rÃ©u pelos fatos narrados nestes autos, com fundamento no artigo 107, IV do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas. Publique-se. Registre-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o RÃ©u e a eventual vÃ-tima somente pelo DiÃ¡rio da JustiÃ§a EletrÃ´nico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, proceda-se as anotaÃ§Ãµes necessÃ¡rias e arquivem-se. Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00096846920178140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 VITIMA:C. G. R. DENUNCIADO:JOSE NILSON FERREIRA NOVAIS DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE PARAGOMINAS - VARA CRIMINAL Processo nÂº 0009684-69.2017.8.14.0039 RÃ©u: JOSÃ NILSON FERREIRA NOVAIS VÃ-tima: CLAUDIENE GOMES DOS REIS Classe: Tentativa de homicÃ-dio qualificado - art. 121, Â§2Âº, VI, Â§2Âº-A, I c/c artigo 14, II, ambos do CÃ³digo Penal Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JOSÃ NILSON FERREIRA NOVAIS, devidamente qualificado nos autos, foi pronunciado como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do art. 121, Â§ 2Âº, VI, c/c art. 14, II, ambos do CÃ³digo Penal (tentativa de homicÃ-dio qualificado contra mulher por razÃµes da condiÃ§Ã£o de sexo feminino) contra a vÃ-tima CLAUDIENE GOMES DOS REIS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por relatÃ³rio, adoto a transcriÃ§Ã£o entregue aos senhores jurados nesta SessÃ£o do Tribunal do JÃºri. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instalada hoje a sessÃ£o plenÃ¡ria de julgamento, o RÃ©u compareceu ao ato. Foram ouvidos dois informantes. O rÃ©u foi interrogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes procederam aos debates, oportunidade em que sustentaram suas pretensÃµes em plenÃ¡rio. A Defesa requereu a inclusÃ£o da tese da desclassificaÃ§Ã£o para lesÃ£o corporal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A seguir, formulados os quesitos, conforme termo prÃ³prio, o Conselho de SentenÃ§a, reunido na sala secreta, assim respondeu: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os jurados reconheceram a materialidade do delito e a autoria. NÃ£o absolveram o rÃ©u. NÃ£o reconheceram a tese da desclassificaÃ§Ã£o para lesÃ£o corporal. Reconheceram ainda que o rÃ©u agiu contra a mulher por razÃµes da condiÃ§Ã£o de sexo feminino, em conformidade com o previsto no art. 121, Â§2Âº, inciso VI Â§2Âº-A c/c art. 14, II, ambos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como indicado acima, o JÃºri aceitou a imputaÃ§Ã£o ao RÃ©u do crime de tentativa de homicÃ-dio qualificado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compete, pois, ao Juiz, nos termos do artigo 59 do mesmo diploma legal, fixar a exata pena ao rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando as circunstÃ¢ncias judiciais, observo que a culpabilidade Ã© normal. O rÃ©u registra processo com trÃ¢nsito em julgado, mas os fatos teriam ocorridos posteriormente a este fato o que nÃ£o causa maus antecedentes criminais. NÃ£o hÃ¡ nos autos elementos suficientes Ã aferiÃ§Ã£o de sua conduta social e personalidade, razÃ£o pela qual deixo de valorÃ¡-las. As circunstÃ¢ncias sÃ£o desfavorÃ¡veis ao rÃ©u, mas deixo de valorÃ¡-las, pois jÃ¡ sÃ£o qualificadoras do delito. As consequÃªncias do crime sÃ£o mais graves que o normal, pois a vÃ-tima deixou 3 (trÃªs) filhos Ã³rfÃ£os e estes estariam dentro da casa onde ocorreu o crime. O comportamento da vÃ-tima nÃ£o concorreu para o delito, nada tendo a valorar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao crime de homicÃ-dio qualificado cabe a pena de 12 (doze) a 30 (trinta) anos de reclusÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante da anÃ¡lise das circunstÃ¢ncias judiciais, fixo a pena base em 14 (catorze) anos e 3 (trÃªs) meses de reclusÃ£o, utilizando-se a qualificadora de ser contra a mulher por razÃµes da condiÃ§Ã£o de sexo feminino, em razÃ£o da vÃ-tima ser ex-companheira do rÃ©u, reconhecida pelo Conselho de SentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â

Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ agravantes, nem atenuantes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â HÃ¡ causa de diminuiÃ§Ã£o de pena da tentativa, prevista no artigo 14, II, do CÃ³digo Penal, motivo pelo qual reduzo a pena em um terÃ§o, em razÃ£o da forma que o crime foi praticado, necessitando a vÃ-tima de auxÃ-lio mÃ©dico. Assim, torno a pena definitiva em 9 (nove) anos e 6 (seis) meses de reclusÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em consonÃ¢ncia com o disposto pelo artigo 33, Â§2Âº, Â¿aÂ¿, do CÃ³digo Penal, o RÃ©u deverÃ¡ iniciar o cumprimento da pena em regime fechado, considerando a quantidade de pena aplicada e, dada a conjuntura atual, ser nocivo Ã sociedade, merecendo uma reprimenda maior, uma resposta eficiente do Poder JudiciÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por ainda estarem presentes os motivos da decretaÃ§Ã£o da custÃ³dia preventiva do sentenciado, consubstanciados pelos pressupostos Ã prisÃ£o (fumus comissi delicti), os quais se encontram relacionados no bojo desta decisÃ£o (materialidade e autoria) e, ainda, a vista da presenÃ§a de fundamento Ã reprimenda legal (periculum libertatis), o qual se revela necessidade de se assegurar a aplicaÃ§Ã£o da lei penal, pois em liberdade o RÃ©u poderia fugir em razÃ£o da sua condenaÃ§Ã£o e em razÃ£o da forma em que o crime foi praticado, reconhecido pelo Conselho de SentenÃ§a,Â mantenho a prisÃ£o preventiva e, em consequÃªncia, nego-lhe o direito de recorrer em liberdade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Designo o Centro de RecuperaÃ§Ã£o Regional de Paragominas para o cumprimento da pena privativa de liberdade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oportunamente, apÃ³s o trÂ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, tomem-se as seguintes providÃªncias: 1.Â Â Â Â Â Lance-se o nome do RÃ©u no rol dos culpados; 2.Â Â Â Â Â Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral do ParÃ¡, comunicando a condenaÃ§Ã£o do RÃ©u, com sua devida identificaÃ§Ã£o, acompanhada de fotocÃ³pia da presente decisÃ£o, para cumprimento do disposto nos artigos 71, Â§2Âº, do CÃ³digo Eleitoral c/c artigo 15, III, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. 3.Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se guia de recolhimento em desfavor do RÃ©u, provisÃ³ria ou definitiva, conforme o caso. 4.Â Â Â Â Â Oficie-se ao Centro de RecuperaÃ§Ã£o Regional de Paragominas, fornecendo informaÃ§Ãµes sobre o julgamento do feito em relaÃ§Ã£o aos RÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de aplicar a regra contida na Lei nÂº 12.736, de 30 de novembro de 2012, que deu novas regras ao instituto da detraÃ§Ã£o penal, por ser a mesma, em meu entender, inconstitucional, em razÃ£o da violaÃ§Ã£o do princÃ-pio da individualizaÃ§Ã£o da pena, do princÃ-pio do juiz natural e do princÃ-pio da isonomia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A individualizaÃ§Ã£o da pena (artigo 5Âº, inciso XLVI, CF) desenvolve-se em trÃªs etapas: a legislativa (cabendo Ã lei determinar de modo proporcional a espÃ©cie de pena, inclusive mÃ-nima e mÃ¡xima, que integrarÃ£o o preceito secundÃ¡rio de cada tipo penal, podendo ser aplicadas alternativamente ou cumulativamente) a judicial (competindo ao juiz realizar a dosimetria da sanÃ§Ã£o com base no sistema trifÃ¡sico, estabelecer o regime inicial de seu cumprimento e deferir eventual substituiÃ§Ã£o por pena alternativa) e a executÃ³ria (cujas diretrizes estÃ£o previstas no CÃ³digo Penal e na Lei das ExecuÃ§Ãµes Penais). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A nova lei, no entanto, juntou a etapa judiciÃ¡ria e a etapa de execuÃ§Ã£o da pena, ao estabelecer que ao proferir sentenÃ§a poderÃ¡ o Juiz promover de regime o condenado sem atentar para a anÃ¡lise do seu mÃ©rito, requisito este expressamente previsto no art. 112 da Lei de ExecuÃ§Ã£o Penal, que dispÃµe: Â¿A pena privativa de liberdade serÃ¡ executada em forma progressiva com a transferÃªncia para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerÃ¡rio, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressÃ£oÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, a Lei de ExecuÃ§Ã£o Penal, que Ã© especial, contÃ©m normas que devem ser observadas para a correta individualizaÃ§Ã£o da pena. O condenado deverÃ¡ cumprir a pena privativa de liberdade em etapas cada vez menos rigorosas atÃ© obter a liberdade, devendo, para tanto, ser observado seu mÃ©rito. Sem essa anÃ¡lise do merecimento para a progressÃ£o de regime, inclusive com a realizaÃ§Ã£o do exame criminolÃ³gico quando necessÃ¡rio, estÃ¡ sendo violado o disposto no artigo 5Âº, XLVI, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, que dispÃµe sobre a individualizaÃ§Ã£o da pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Lei a ser observada por ocasiÃ£o da progressÃ£o de regime Ã© a das ExecuÃ§Ãµes Penais, que Ã© especial e traz os requisitos necessÃ¡rios, que devem ser analisados pelo Juiz Natural da causa, que Ã© o das ExecuÃ§Ãµes Penais e nÃ£o o prolator da sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, somente com o preenchimento dos requisitos previstos no artigo 112 da Lei de ExecuÃ§Ã£o Penal Ã© que poderÃ¡ ser deferida a progressÃ£o de regime pelo Juiz das ExecuÃ§Ãµes Criminais, observado o princÃ-pio do juiz natural (art. 5Âº, LIII, CF), a teor do disposto no artigo 66, inciso III, alÃ-nea Â¿bÂ¿, da Lei das ExecuÃ§Ãµes Penais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â E se nÃ£o bastassem esses argumentos, haverÃ¡ situaÃ§Ãµes em que pessoas condenadas exatamente Ã s mesmas penas e pelos mesmos crimes terÃ£o tratamento totalmente diferente em situaÃ§Ãµes iguais, com evidente violaÃ§Ã£o ao princÃ-pio da isonomia. Assim, v.g, aquela pessoa condenada Ã pena privativa de liberdade e que tenha sido presa provisoriamente terÃ¡ abatido o perÃ-odo pelo prÃ³prio Juiz da CondenaÃ§Ã£o para fins de progressÃ£o, podendo ser

diretamente promovida de regime sem a observÃ¢ncia do mÃ©rito; ao passo que o condenado, que nÃ£o tenha cumprido prisÃ£o provisÃ³ria, deverÃ¡ obter a progressÃ£o com o preenchimento dos requisitos do artigo 112 da Lei das ExecuÃ§Ãµes Penais a serem analisados pelo Juiz das ExecuÃ§Ãµes Criminais. HÃ¡, portanto, tratamento desigual, ou seja, pessoas sendo julgadas de forma totalmente diferente em situaÃ§Ãµes iguais, violando, assim, o princÃ-pio constitucional da isonomia (art. 5Âº, Â¿caputÂ¿, da CF). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalto, por fim, que a aplicaÃ§Ã£o da nova lei, em alguns casos, geraria tambÃ©m a denominada progressÃ£o por salto, o que Ã© inadmissÃ-vel, notadamente diante dos termos da recente SÃºmula 491 do E. STJ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publicada e intimadas Ã s partes na sessÃ£o do JÃºri. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Sem custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 16 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Juiz de Direito Presidente do Tribunal do JÃºri PROCESSO: 00106518020188140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:ADRIANO NASCIMENTO RODRIGUES DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº. 0010651-80.2018.8.14.0039 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA / OFÃCIO / MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem preliminares a analisar (fls. 71/72), recebo novamente a denÃºncia por estar em consonÃ¢ncia com o disposto do artigo 41 do CÃ³digo de Processo Penal e nÃ£o se encontrarem presentes quaisquer das hipÃ³teses previstas no artigo 395 do CÃ³digo de Processo Penal e nÃ£o ser caso de absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria, do artigo 397, CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã Secretaria, para designar a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, devendo-se intimar o rÃ©u, as testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico, bem como aquelas arroladas nas respostas por escrito, de acordo com o que dispÃµe o artigo 400 do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00107796620198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 VITIMA:M. S. S. DENUNCIADO:MAISON FRANCISCO DE JESUS DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº. 0010779-66.2019.8.14.0039 RÃU: MAISON FRANCISCO DE JESUS LOCAL DE CUMPRIMENTO: CRRPA DECISÃO INTERLOCUTÃRIA / MANDADO 1.Â Â Â Â Â Houve a prisÃ£o do rÃ©u nesta data, nÃ£o fazendo jus a suspensÃ£o condicional do processo. O rÃ©u ainda possuiria uma condenaÃ§Ã£o (autos nÂº 0000001-71.2018.8.14.0039). 2.Â Â Â Â Â Recebo a denÃºncia e seu aditamento, por estar em consonÃ¢ncia com o disposto do artigo 41 do CÃ³digo de Processo Penal e nÃ£o se encontrarem presentes quaisquer das hipÃ³teses previstas no artigo 395 do CÃ³digo de Processo Penal. 3.Â Â Â Â Â Cite-se o rÃ©u para responder por escrito a acusaÃ§Ã£o, no prazo de 10 (dez) dias (art. 396 do CPP). Quando do cumprimento do mandado de citaÃ§Ã£o, o Sr. Oficial deverÃ¡ perguntar ao rÃ©u se possui advogado ou se deseja que sua defesa seja patrocinada pela Defensoria PÃºblica. 4.Â Â Â Â Â Caso o rÃ©u informe que nÃ£o tem advogado e que deseja ser assistido pela Defensoria PÃºblica, o Oficial de JustiÃ§a jÃ¡ deverÃ¡ certificar na devoluÃ§Ã£o do mandado e os autos devem ser encaminhados Ã quela instituiÃ§Ã£o, sem necessidade de conclusÃ£o ao gabinete. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 12 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00117802320188140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 VITIMA:F. F. L. DENUNCIADO:OZEIAS SANTOS SILVA Representante(s): OAB 16777 - BRUNO SOARES FIGUEIREDO (ADVOGADO) OAB 27658 - VICTOR GABRIEL SILVEIRA DE VILHENA (ADVOGADO) DENUNCIADO:JHONATAM CAMPELO TAVARES Representante(s): OAB 16777 - BRUNO SOARES FIGUEIREDO (ADVOGADO) OAB 27658 - VICTOR GABRIEL SILVEIRA DE VILHENA (ADVOGADO) DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº. 0011780-23.2018.8.14.0039 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA / OFÃCIO / MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem preliminares a analisar (fls. 86/91 e 113/115), recebo novamente a denÃºncia por estar em consonÃ¢ncia com o disposto do artigo 41 do CÃ³digo de Processo Penal e nÃ£o se encontrarem presentes quaisquer das hipÃ³teses previstas no artigo 395 do CÃ³digo de Processo Penal e nÃ£o ser caso de absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria, do artigo 397, CPP. Â Â Â Â Â Â

Â Â Â Â Â Â Â Â Ã Secretaria, para designar a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, devendo-se intimar o rÃ©u, as testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico, bem como aquelas arroladas nas respostas por escrito, de acordo com o que dispÃµe o artigo 400 do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00120617620188140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO FEDERAL DENUNCIADO:EVERTON MARTINELLO Representante(s): OAB 21409 - EMANUEL DE FRANÇA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 21602 - MARCO ANTONIO DE AZEVEDO ALVES MACHADO FILHO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº. 0012061-76.2018.8.14.0039 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA / OFÃCIO / MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A matÃ©ria administrativa nÃ£o tem o condÃ£o de suspender a questÃ£o penal atÃ© porque nÃ£o suspende a prescriÃ§Ã£o (fls. 170/175v) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem preliminares a analisar (fls. 86/165), recebo novamente a denÃºncia por estar em consonÃ¢ncia com o disposto do artigo 41 do CÃ³digo de Processo Penal e nÃ£o se encontrarem presentes quaisquer das hipÃ³teses previstas no artigo 395 do CÃ³digo de Processo Penal e nÃ£o ser caso de absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria, do artigo 397, CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã Secretaria, para designar a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, devendo-se intimar o rÃ©u, as testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico, bem como aquelas arroladas nas respostas por escrito, de acordo com o que dispÃµe o artigo 400 do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00121007320188140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 17/11/2021 VITIMA:P. S. N. DENUNCIADO:WELLINGTON PATRICK CASAIS DE OLIVEIRA DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE PARAGOMINAS - VARA CRIMINAL AÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0012100-73.2018.8.14.0039 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃO PENAL proposta pelo MINISTÃRIO PÃBLICO em face do rÃ©u, sob a acusaÃ§Ã£o de ter praticado o crime descrito na denÃºncia na data em que nela consta. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou pelo reconhecimento da prescriÃ§Ã£o (fl. retro). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o RelatÃ³rio. Passo a decidir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre a prescriÃ§Ã£o, conceitua o jurista Fernando Capez: Â¿Ã a perda do direito-poder-dever de punir pelo Estado em face do nÃ£o exercÃ-cio da pretensÃ£o punitiva (interesse em aplicar a pena) ou da pretensÃ£o executÃ³ria (interesse de executÃ¡-la) durante certo tempo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O nÃ£o exercÃ-cio da pretensÃ£o punitiva acarreta a perda do direito de impor a sanÃ§Ã£o. EntÃ£o, sÃ³ ocorre antes de transitar em julgado a sentenÃ§a final (RT, 601/433). O nÃ£o exercÃ-cio da pretensÃ£o executÃ³ria extingue o direito de executar a sanÃ§Ã£o imposta. SÃ³ ocorre, portanto, apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a condenatÃ³ria. (in Curso de Direito Penal - Parte Geral - Volume 1, Editora Saraiva, PÃ¡gina 614)Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando os autos, verifico que jÃ¡ ocorreu a PrescriÃ§Ã£o Penal. Â ISTO POSTO, de acordo com o disposto no artigo 61 do CÃ³digo de Processo Penal, considerando tudo o que mais consta dos autos, reconheÃ§o a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, declarando EXTINTA A PUNIBILIDADE do rÃ©u pelos fatos narrados nestes autos, com fundamento no artigo 107, IV do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas. Publique-se. Registre-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o RÃ©u e a eventual vÃ-tima somente pelo DiÃ¡rio da JustiÃ§a EletrÃ´nico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, proceda-se as anotaÃ§Ãµes necessÃ¡rias e arquivem-se. Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00125207820188140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ANGELIM ESQUADRIAS LTDA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0012520-78.2018.8.14.0039 Â

DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do artigo 366, do CÃ³digo de Processo Penal, verifico que o rÃ©u foi citado por edital e nÃ£o apresentou a sua defesa preliminar, motivo pelo qual decreto a suspensÃ£o do processo e do curso do prazo prescricional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Proceda-se a devida anotaÃ§Ã£o no Sistema LIBRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00127384320178140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 VITIMA:A. C. DENUNCIADO:MADEIREIRA QUEIROZ LTDA EPP DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:GILENO QUEIROZ DOS SANTOS. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº. 0012738-43.2017.8.14.0039 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA / OFÃCIO / MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem preliminares a analisar (fls. 66/67), recebo novamente a denÃºncia por estar em consonÃ¢ncia com o disposto do artigo 41 do CÃ³digo de Processo Penal e nÃ£o se encontrarem presentes quaisquer das hipÃ³teses previstas no artigo 395 do CÃ³digo de Processo Penal e nÃ£o ser caso de absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria, do artigo 397, CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã Secretaria, para designar a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, devendo-se intimar o rÃ©u, as testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico, bem como aquelas arroladas nas respostas por escrito, de acordo com o que dispÃµe o artigo 400 do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00127658920188140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Carta Precatória Criminal em: 17/11/2021 AUTOR:A JUSTICA PUBLICA DENUNCIADO:EDSON COSTA DE SOUZA VITIMA:S. M. S. JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA COMARCA IPIXUNA DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0012765-89.2018.8.14.0039 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o retro, devolvam-se os autos ao juÃ-zo deprecante com a homenagem e cautela de estilo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00128807620198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 17/11/2021 VITIMA:R. P. G. DENUNCIADO:JOSIEL DE SOUZA SILVA DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0012880-76.2019.8.14.0039 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como requer o MP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o retro, proceda-se a citaÃ§Ã£o por edital do rÃ©u, nos termos do art. 361, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o transcurso do prazo, com ou sem manifestaÃ§Ã£o, certifique-se e conclusos, para a anÃ¡lise do art. 366, CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00130565520198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 INDICIADO:LUIZ SOARES PINHEIRO Representante(s): OAB 12369 - JOSE CARLOS FERNANDES FILHO (ADVOGADO) VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS ANPP AUTOS DO PROCESSO NÂº 0013056-55.2019.8.14.0039 SENTENÃA - CUMPRIMENTO ACORDO DE NÃO-PERSECUÃÃO PENAL Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RelatÃ³rio dispensado Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico que o rÃ©u cumpriu integralmente o Acordo de NÃ£o PersecuÃ§Ã£o Penal, conforme manifestaÃ§Ã£o ministerial de fl. reto. Por tais razÃµes, declaro extinta a punibilidade de Luiz Soares Pinheiro, ante o cumprimento integral do Acordo de NÃ£o PersecuÃ§Ã£o Penal, o que faÃ§o com fulcro no Â§ 13 do artigo 28-A do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por analogia, aplico, o enunciado 105 do FONAJE (Ã dispensÃ¡vel a intimaÃ§Ã£o do autor do fato ou do rÃ©u das sentenÃ§as que extinguem sua punibilidade) ao caso concreto, razÃ£o pela qual, dispenso a intimaÃ§Ã£o do rÃ©u, face a prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a que extinguiu sua punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MP e a Defesa, por meio do DiÃ¡rio de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos com

as cautelas legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00130626220198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 17/11/2021 VITIMA:A. J. G. M. VITIMA:F. S. C. DENUNCIADO:EDICELIO ARAUJO PINHEIRO DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0013062-62.2019.8.14.0039 Â DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do artigo 366, do CÃ³digo de Processo Penal, verifico que o rÃ©u foi citado por edital e nÃ£o apresentou a sua defesa preliminar, motivo pelo qual decreto a suspensÃ£o do processo e do curso do prazo prescricional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Proceda-se a devida anotaÃ§Ã£o no Sistema LIBRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00132176520198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:JEFERSON CARLOS SOUSA FREIRE DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0013217-65.2019.8.14.0039 Â DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do artigo 366, do CÃ³digo de Processo Penal, verifico que o rÃ©u foi citado por edital e nÃ£o apresentou a sua defesa preliminar, motivo pelo qual decreto a suspensÃ£o do processo e do curso do prazo prescricional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Proceda-se a devida anotaÃ§Ã£o no Sistema LIBRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00134471520168140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:JHONE DA SILVA ARAUJO DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE PARAGOMINAS - VARA CRIMINAL AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0013447-15.2016.8.14.0039 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recebo hoje. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o Mandado de PrisÃ£o, em razÃ£o do teor da sentenÃ§a retro, pois houve condenaÃ§Ã£o no regime semiaberto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certifique-se se o rÃ©u estÃ¡ preso em alguma Casa Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cadastrem-se os mandados no BNMP e comunique-se a PolÃ-cia Civil e a PolÃ-cia Militar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Secretaria, para providÃªncias e cumprimento integral da sentenÃ§a Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquivem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00138369220198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 VITIMA:J. W. A. L. INDICIADO:ANTONIO DOS SANTOS PACIFICO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS ANPP AUTOS DO PROCESSO NÂº 0013836-92.2019.8.14.0039 SENTENÃA - CUMPRIMENTO ACORDO DE NÃO-PERSECUÃÃO PENAL Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RelatÃ³rio dispensado Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico que o rÃ©u cumpriu integralmente o Acordo de NÃ£o PersecuÃ§Ã£o Penal, conforme manifestaÃ§Ã£o ministerial de fl. reto. Por tais razÃµes, declaro extinta a punibilidade de ANTONIO DOS SANTOS PACIFICO, ante o cumprimento integral do Acordo de NÃ£o PersecuÃ§Ã£o Penal, o que faÃ§o com fulcro no Â§ 13 do artigo 28-A do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por analogia, aplico, o enunciado 105 do FONAJE (Ã dispensÃ¡vel a intimaÃ§Ã£o do autor do fato ou do rÃ©u das sentenÃ§as que extinguem sua punibilidade) ao caso concreto, razÃ£o pela qual, dispenso a intimaÃ§Ã£o do rÃ©u, face a prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a que extinguiu sua punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MP e a Defesa, por meio do DiÃ¡rio de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÂ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00139364720198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 VITIMA:R. S. G. VITIMA:G.

C. VITIMA:M. A. F. C. DENUNCIADO:PAULO FELIPE DOS SANTOS DIAS DENUNCIADO:ADRIANO FEITOSA DA SILVA DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0013936-47.2019.8.14.0039 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u Adriano foi citado (fl. 134). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como requer o MP (fl.145). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o rÃ©u Paulo Felipe nÃ£o foi localizado, proceda-se a citaÃ§Ã£o por edital do rÃ©u, nos termos do art. 361, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o transcurso do prazo, com ou sem manifestaÃ§Ã£o, certifique-se e conclusos, para a anÃ¡lise do art. 366, CPP. Paragominas, 17 de novembro de 2021 DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Juiz de Direito PROCESSO: 00142791420178140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:RONEY DE BRITO MUNIZ DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA VITIMA:E. A. L. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº. 0014279-14.2017.8.14.0039 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA / OFÃCIO / MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem preliminares a analisar (fls. 85/86), recebo novamente a denÃºncia por estar em consonÃ¢ncia com o disposto do artigo 41 do CÃ³digo de Processo Penal e nÃ£o se encontrarem presentes quaisquer das hipÃ³teses previstas no artigo 395 do CÃ³digo de Processo Penal e nÃ£o ser caso de absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria, do artigo 397, CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Secretaria, para designar a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, devendo-se intimar o rÃ©u, as testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico, bem como aquelas arroladas nas respostas por escrito, de acordo com o que dispÃµe o artigo 400 do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00251602120158140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:ERLAN LIMA DA COSTA DENUNCIADO:SOLANGE GOMES MOREIRA DENUNCIADO:APRIGIO OLIVEIRA SILVA DENUNCIADO:JAELSON SARAIVA SANTOS VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:REGINALDO CESAR LIMA ALVARES. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0025160-21.2015.8.14.0039 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recebo o recurso nos dois efeitos, em razÃ£o do conteÃºdo da sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certifiquem-se e encaminhem-se os autos ao EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ com as homenagens e cautelas de estilo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00511329020158140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:SILVAN ALMEIDA MENDES VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0051132-90.2015.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Este magistrado entrou em contato com o rÃ©u que informou que irÃ¡ comparecer em juÃ-zo no prazo de 30 (trinta) dias para receber 4 (quatro) boletos no valor de R$ 100,00 (cem reais) com vencimento em 60 (sessenta), 90 (noventa), 120 (cento e vinte) e 150 (cento e cinquenta) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Informou que nÃ£o pagou este valor em razÃ£o da crise econÃ´mica, por passar por dificuldades financeiras. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aguarde-se o comparecimento do rÃ©u em juÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00711365120158140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:CLODOMIR SANTOS CHAGAS VITIMA:M. R. V. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE PARAGOMINAS - VARA CRIMINAL AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0071136-51.2015.8.14.0039 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certifique-se o trÃ¢nsito em julgado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Secretaria, para autuaÃ§Ã£o da guia de execuÃ§Ã£o definitiva no SEEU com os documentos pertinentes e cumprir integralmente o acÃ³rdÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquivem-se estes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â

Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00751282020158140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:JOSE FRANCISCO MEIRELES VITIMA:J. M. P. T. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0075128-20.2015.8.14.0039 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recebo o recurso de apelaÃ§Ã£o somente no efeito devolutivo, em razÃ£o do conteÃºdo da sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certifiquem-se e encaminhem-se os autos ao EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ com as homenagens e cautelas de estilo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00911306520158140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:JADEILSON PEREIRA OLIVEIRA VITIMA:A. C. O. E. PROMOTOR:MARCELA CHRISTINE FERREIRA DE MELO CASTELO BRANCO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº. 0091130-65.2015.8.14.0039 DECISÃO 1.Â Â Â Â Â Considerando o descumprimento das condiÃ§Ãµes impostas, REVOGO os benefÃ-cios da suspensÃ£o condicional do processo. 2.Â Â Â Â Â Recebo a denÃºncia, por estar em consonÃ¢ncia com o disposto do artigo 41 do CÃ³digo de Processo Penal e nÃ£o se encontrarem presentes quaisquer das hipÃ³teses previstas no artigo 395 do CÃ³digo de Processo Penal. 3.Â Â Â Â Â Cite-se o rÃ©u para responder por escrito a acusaÃ§Ã£o, por edital, pois nÃ£o houve localizaÃ§Ã£o de endereÃ§o, nos termos do art. 361, CPP. 4.Â Â Â Â Â ApÃ³s o transcurso do prazo, com ou sem manifestaÃ§Ã£o, retornem-se os autos conclusos. Paragominas, 21 de setembro de 2021 DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Juiz de Direito PROCESSO: 01051133420158140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ANTONIO ALESSANDRO MARTINS RODRIGUES Representante(s): OAB 16777 - BRUNO SOARES FIGUEIREDO (ADVOGADO) OAB 27658 - VICTOR GABRIEL SILVEIRA DE VILHENA (ADVOGADO) VITIMA:M. E. S. S. VITIMA:A. C. O. E. PROMOTOR:MARCELA CHRISTINE FERREIRA DE MELLO CASTELO BRANCO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº. 0105113-34.2015.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oficie-se ao JuÃ-zo Deprecado para que informe sobre o cumprimento da Carta PrecatÃ³ria nÂº 0004628-84.2019.8.14.0136 ou realize a consulta no Sistema LIBRA e certifiquem-se nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, ao MP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 01171188820158140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 VITIMA:M. G. L. DENUNCIADO:LUCAS DANIEL SANTOS DENUNCIADO:STEFANO OLIVEIRA DE ALMEIDA DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0117118-88.2015.8.14.0039 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como requer o MP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o rÃ©u Stefano nÃ£o foi localizado, proceda-se a citaÃ§Ã£o por edital do rÃ©u, nos termos do art. 361, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o transcurso do prazo, com ou sem manifestaÃ§Ã£o, certifique-se e conclusos, para a anÃ¡lise do art. 366, CPP. Paragominas, 17 de novembro de 2021 DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Juiz de Direito PROCESSO: 00007210920168140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:O. E. VITIMA:P. L. S. A. DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:DAVID ANDERSON DOS REIS DUARTE Representante(s): OAB 8984 - JANDER HELSON DE CASTRO VALE (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0000721-09.2016.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Designo a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 9 de maio de 2022, Ã s 10h30min. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA

ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00007814020208140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 18/11/2021 VITIMA:C. T. G. AUTOR DO FATO:SEBASTIAO DA COSTA RIBEIRO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL Â¿ COMARCA DE PARAGOMINAS Ãº AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº. 0000781-40.2020.8.14.0039 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o retro, arquivem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 16 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00014616420168140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:DANIEL ALVES DA SILVA DENUNCIADO:J. L. G. DENUNCIADO:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0001461-64.2016.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Designo a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 6 de junho de 2022, Ã s 9h. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00017238220148140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Pedido de Prisão Preventiva em: 18/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:JORGE LUIS DOS PASSOS SANTOS VITIMA:L. N. S. VITIMA:K. S. F. PROMOTOR:MARCELA CHRISTINE FERREIRA DE MELO CASTELO BRANCO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0001723-82.2014.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã Secretaria, para designar a audiÃªncia quando possÃ-vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00018334720158140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:ALEX DE JESUS SILVA MENEZES Representante(s): OAB 6977 - LUIZ CARLOS DOS ANJOS CEREJA (ADVOGADO) VITIMA:D. P. B. M. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0001833-47.2015.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Designo a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 28 de marÃ§o de 2022, Ã s 10h. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00018706120098140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:A. C. F. DENUNCIADO:DENILSON COSTA FERREIRA DENUNCIADO:DANYLSON DARDANO DE WILLAME SILVA NONATO Representante(s): OAB 21.279 - PRISCYLLA STEPHANE LOPES DE LIMA (ADVOGADO) DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0001870-61.2009.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã Secretaria, para designar a audiÃªncia quando possÃ-vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00020640620178140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:MARCELO VIEIRA BARROS DE LIMA Representante(s): OAB 6635 - ARY FREITAS VELOSO (ADVOGADO) DENUNCIADO:ROGERIO LEONEL BORGES Representante(s): OAB 12114 - ELVIS RIBEIRO DA SILVA (ADVOGADO) DENUNCIADO:LUZIA FERREIRA DE SOUZA Representante(s): OAB 6635 - ARY FREITAS VELOSO (ADVOGADO) DENUNCIADO:KELLY CRISTINA DESTRO Representante(s): OAB 13905-A - WALTER DE ALMEIDA ARAUJO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0002064-06.2017.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao MP, para apresentar contrarrazÃµes de ApelaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE

PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00022522820198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Representação Criminal/Notícia de Crime em: 18/11/2021 VITIMA:A. V. C. S. INDICIADO:SEM INDICIAMENTO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL Â¿ COMARCA DE PARAGOMINAS Ãº AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº. 0002252-28.2019.8.14.0039 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Acolho o parecer do representante do MinistÃ©rio PÃºblico, e os seus fundamentos, adoto como razÃµes de decidir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise ao conjunto probatÃ³rio colhido no inquÃ©rito policial efetivamente conclui-se que nÃ£o foi possÃ-vel instaurar o procedimento criminal, uma vez que resta ausente a justa causa, no momento, para oferecimento da denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino, como requerido, o arquivamento do inquÃ©rito policial, ressalvada a hipÃ³tese do artigo 18 do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â FaÃ§am-se as anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes de praxe, dando-se baixa nos registros. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 18 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00023276720198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:FLAVIA RIBEIRO SOARES Representante(s): OAB 22167 - JOSÉ ANACLETO FERREIRA GARCIAS (ADVOGADO) DENUNCIADO:ANTONIO SOARES DA COSTA Representante(s): OAB 22167 - JOSÉ ANACLETO FERREIRA GARCIAS (ADVOGADO) OAB 23577 - DASSAEW KINSMANN DE VASCONCELOS ROCHA (ADVOGADO) DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0002327-67.2019.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã Secretaria, para certificar se houve ou nÃ£o depÃ³sito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00026192320108140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:DIMAEL PINHEIRO AMORIM VITIMA:R. F. M. PROMOTOR:ARNALDO CELIO DA COSTA AZEVEDO DENUNCIADO:VANDERSON FARIAS DE MELO DENUNCIADO:DIONATO MELO FURTADO Representante(s): OAB 14093 - MARIA ROSA FIGUEIRA DE SOUZA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL Â¿ COMARCA DE PARAGOMINAS Ãº AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº. 0002619-23.2010.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã DPE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00027048320108140039 PROCESSO ANTIGO: 20102001424 1 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 18/11/2021 PROMOTOR:ARNALDO CELIO DA COSTA AZEVEDO DENUNCIADO:JOAO PAULO TEIXEIRA PRINHO VITIMA:E. A. B. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AUTOS DO PROCESSO NÂº 0002704-83.2010.814.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Designo a SessÃ£o Tribunal do JÃºri para o dia 1Âº (primeiro) de fevereiro de 2022, Ã s 8h30min. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00027673020048140039 PROCESSO ANTIGO: 200420006208 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Procedimento Comum em: 18/11/2021 AUTOR:AUTOR MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL REU:JOEL PEREIRA DOS SANTOS PROMOTOR:MARCIA BEATRIZ REIS SOUZA REU:MARIZE SILVA CARVALHO Representante(s): OAB 5306 - VERA LUCIA DA SILVA (ADVOGADO) REU:VILMAR CARVALHO COUTINHO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL Â¿ COMARCA DE PARAGOMINAS Ãº AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº. 0002767-30.2004.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã DPE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 16 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00037686420118140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SHIRLEY ANDREY LIMA DA SILVA TEIXEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:JEAN

SOARES DAMASCENA Representante(s): OAB 18777 - RAFAEL MENEGON GONCALVES (ADVOGADO) OAB 24698 - NALDAYANE COSTA DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:R. B. S. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS DESPACHO ORDINATÃRIO Â 1. Considerando o Art. 93, XIV da CF/88, Art. 203, do NCPC e o Provimento n.Âº 006/2009-CJCI, que autoriza a prÃ¡tica de atos de mero expediente, sem carÃ¡ter decisÃ³rio, independentemente de despacho; Â 2.Â Tendo em vista a oitiva das testemunhas, JosÃ©lia Borges Sousa e Joelma Borges Sousa de Carvalho, designada para o dia 10/12/2021 no JuÃ-zo deprecado (Vara de Crimes Contra HipervulnerÃ¡veis Criminal da Comarca de GoiÃ¢nia/Go), intime-se o(a) causÃ-dico(a) via DJE, para acessar o seguinte LINK para participaÃ§Ã£o na audiÃªncia: https://tjgo.zoom.us/j/9877134514 e/ou entre em contato com o aquele juÃ-zo atravÃ©s do e-mail: hipervulneraveis@tjgo.jus.br, telefone: (62) 3018-8267/8266. Paragominas, 18 de novembro de 2021 SHIRLEY ANDREY LIMA DA SILVA Diretora de secretaria, em execÃ-cio, da Vara Criminal Comarca de Paragominas PROCESSO: 00039057020168140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:LUIZ CRISTOVAO LIMA SILVA VITIMA:I. V. S. DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0003905-70.2016.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Designo a continuaÃ§Ã£o da audiÃªncia para o dia 11 de abril de 2022, Ã s 10h30min. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00042015320208140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Pedido de Prisão Preventiva em: 18/11/2021 VITIMA:F. A. C. DENUNCIADO:HERIQUE MATOS DOS REIS DENUNCIADO:EDSON MATOS DOS REIS DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AUTOS DO PROCESSO NÂº 0004201-53.2020.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao MP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 16 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00047645220178140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:P. M. P. DENUNCIADO:JESSICA ANCHIETA GONCALVES DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0004764-52.2017.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao MP, para apresentar contrarrazÃµes de apelaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 16 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00050312920148140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA VITIMA:A. S. S. DENUNCIADO:DANILO DE JESUS LELIS PROMOTOR:MARCELA CHRISTINE FERREIRA DE MELO CASTELO BRANCO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL Â¿ COMARCA DE PARAGOMINAS Ãº AÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº. 0005031-29.2014.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como requer o MP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã Secretaria, para providÃªncias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 16 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00052200220178140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:B. S. B. VITIMA:C. M. S. DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:HUDSON BRENDO GONCALVES BARBOSA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0005220-02.2017.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Designo a continuaÃ§Ã£o da audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 20 de junho de 2022, Ã s 9h30min. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00053828920208140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A):

DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Inquérito Policial em: 18/11/2021 INDICIADO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:G. S. G. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0005382-89.2020.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao MP, para apresentar contrarrazÃµes de ApelaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00054524320198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Carta Precatória Criminal em: 18/11/2021 AUTOR:A JUSTICA PUBLICA DENUNCIADO:FRANCISCO INACIO DE LIMA FILHO JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE DOM ELISEU PA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0005452-43.2019.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o retro, devolvam-se os autos com as cautelas de estilo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00055032020208140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Inquérito Policial em: 18/11/2021 INDICIADO:ODALICE VIEIRA DA SILVA VITIMA:M. N. C. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL Â¿ COMARCA DE PARAGOMINAS Ãº AÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº. 0005503-20.2020.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se a decisÃ£o retro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00056363320188140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:A. S. M. DENUNCIADO:MATHEUS AUGUSTO RIBEIRO DOS SANTOS DENUNCIADO:GLEDSON MORAIS FARIAS DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0005636-33.2018.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao MP, para apresentar contrarrazÃµes de ApelaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00069964220148140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Inquérito Policial em: 18/11/2021 INDICIADO:JOAO FERREIRA SOBRINHO VITIMA:Y. C. F. P. AUTORIDADE POLICIAL:ARIANE MAGNO GOMES. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AUTOS DO PROCESSO NÂº 0006996-42.2014.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao MP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 16 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00075093920168140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:N. B. C. DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ELIMAR SILVA DE SOUSAQ. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0007509-39.2016.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Designo a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 9 de maio de 2022, Ã s 11h. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00075093920168140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:N. B. C. DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ELIMAR SILVA DE SOUSAQ. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0007509-39.2016.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Designo a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 23 de maio de 2022, Ã s 10h30min. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00075572720188140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA

ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:A. C. DENUNCIADO:BENIVALDO SILVA DO ESPIRITO SANTO Representante(s): OAB 25406 - MAXWELL HONORATO SILVA SOUZA (ADVOGADO) DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AUTOS DO PROCESSO NÂº 0007557-27.2018.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao MP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 16 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00080365420178140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:COMERCIO DE IMOVEIS NALDO LTDA DENUNCIADO:EDNALDO FERREIRA NARDONE DENUNCIADO:JESUINO GONCALVES VITIMA:A. C. O. E. PROMOTOR:CARLOS LAMARCK MAGNO BARBOSA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0008036-54.2017.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Proceda-se a citaÃ§Ã£o dos rÃ©us por edital. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 16 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00082958320168140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:A. C. C. DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:RICARDO MAURICIO LIMA SIMPLICIO Representante(s): OAB 15761-B - CASSIA MANUELA RIBEIRO DO NASCIMENTO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0008295-83.2016.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Designo a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 11 de abril de 2022, Ã s 9h30min. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00086563220188140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:SILVANO DOS SANTOS OLIVEIRA Representante(s): OAB 26739 - RANIELE XAVIER DE JESUS SILVA (ADVOGADO) OAB 24391 - DEUSDETE ALVES PEREIRA FILHO (ADVOGADO) DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0008656-32.2018.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã Secretaria, para designar a audiÃªncia quando possÃ-vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 16 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00088558820178140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:L. R. S. M. VITIMA:I. P. G. S. DENUNCIADO:ALFRANIO DA SILVA ALMEIDA DENUNCIADO:GLEIDSON PORTELA DOS SANTOS DENUNCIADO:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0008855-88.2017.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã Secretaria, para designar continuaÃ§Ã£o da audiÃªncia quando possÃ-vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00091591920198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Carta Precatória Criminal em: 18/11/2021 AUTOR:A JUSTICA PUBLICA DENUNCIADO:DOUGLAS FERNANDO RIBEIRO JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE IPIXUNA DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL Â¿ COMARCA DE PARAGOMINAS Ãº AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº. 0009159-19.2019.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o retro, devolvam-se os autos com as homenagens e cautelas de estilo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00093662320168140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:MIRAM DE

ANDRADE SILVA DENUNCIADO:BENIVALDO DO ESPIRITO SANTO VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:ELIOMAR SILVA DO ESPIRITO SANTO AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AUTOS DO PROCESSO NÂº 0009366-23.2016.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao MP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 16 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00094269320168140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:A. R. S. DENUNCIADO:SANDRO SILVA SANTOS Representante(s): OAB 9407 - GABRIEL COSTA DA SILVA (ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL Â¿ COMARCA DE PARAGOMINAS Ãº AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº. 0009426-93.2016.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o rÃ©u por edital (fl.60). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00095567820198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Inquérito Policial em: 18/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:RAILANE VIEIRA DOS SANTOS Representante(s): OAB 22530 - LUANA PEIXOTO TOURINHO (ADVOGADO) DENUNCIADO:NIELE VIEIRA DOS SANTOS DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AUTOS DO PROCESSO NÂº 0009556-78.2019.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao MP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 16 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00095775420198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Carta Precatória Criminal em: 18/11/2021 AUTOR:A JUSTICA PUBLICA REU:EMANUEL OLIVEIRA ARAUJO JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE ESMERALDAS MG. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0009577-54.2019.8.14.0039 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o retro, devolvam-se os autos com as cautelas e homenagens de estilo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 16 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00113962620198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:C. F. S. REU:M. A. B. R. Representante(s): OAB 18208 - MELINA ROCHA RODRIGUES (ADVOGADO) DENUNCIADO:HYGSON KASSYDY LAMEIRA VIEIRA Representante(s): OAB 26738 - JOSE WILSON ALVES DE LIMA SILVA (ADVOGADO) OAB 26739 - RANIELE XAVIER DE JESUS SILVA (ADVOGADO) OAB 27400-A - FERNANDO SILVA SANTOS (ADVOGADO) DENUNCIADO:IVO MONTEIRO PEREIRA DENUNCIADO:ADIEMISON ARAUJO DE SOUSA Representante(s): OAB 25061 - GREYDSON NAZARENO RAMOS FERREIRA (ADVOGADO) OAB 29895 - FELIPE EDUARDO NASCIMENTO ROCHA (ADVOGADO) DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0011396-26.2019.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã Secretaria, para designar a audiÃªncia quando possÃ-vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 16 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00120435520188140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO FEDERAL DENUNCIADO:ANTONIO BOMBANA NETO Representante(s): OAB 23683 - NORBERTO ANTONIO HUBNER (ADVOGADO) OAB 5201 - ELDELY DA SILVA HUBNER (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0012043-55.2018.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao MP, para apresentar alegaÃ§Ãµes finais. ApÃ³s, a Defesa, por ato ordinÃ¡rio, para apresentar alegaÃ§Ãµes finais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 16 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00129020820178140039 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:F. R. G. DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:WANDERSON DE SOUZA OLIVEIRA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº. 0012902-08.2017.8.14.0039 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA / OFÃCIO / MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem preliminares a analisar (fls. 48/51), recebo novamente a denÃºncia por estar em consonÃ¢ncia com o disposto do artigo 41 do CÃ³digo de Processo Penal e nÃ£o se encontrarem presentes quaisquer das hipÃ³teses previstas no artigo 395 do CÃ³digo de Processo Penal e nÃ£o ser caso de absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria, do artigo 397, CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Designo a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 6 de junho de 2022 Ã s 9h30min, devendo-se intimar o rÃ©u, as testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico, bem como aquelas arroladas nas respostas por escrito, de acordo com o que dispÃµe o artigo 400 do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 18 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00129466120168140039 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:T. G. S. DENUNCIADO:GEORGE AMILTON DOS SANTOS GONCALVES DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0012946-61.2016.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Designo a continuaÃ§Ã£o da audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 11 de abril de 2022, Ã s 9h. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certifique-se se o rÃ©u estÃ¡ preso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00131287620188140039 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Carta Precatória Criminal em: 18/11/2021 AUTOR:A JUSTICA PUBLICA REU:NILSON PEREIRA DE SOUSA JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE ULIANOPOLIS PA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0013128-76.2018.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o retro, devolvam-se os autos com as homenagens e cautelas de estilo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 16 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00134373420178140039 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:ANTONIO MARCOS BATISTA DO NASCIMENTO DENUNCIADO:LUCAS DA COSTA MONTEIRO DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0013437-34.2017.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Proceda-se a intimaÃ§Ã£o por edital. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00148869020188140039 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Carta Precatória Criminal em: 18/11/2021 AUTOR:A JUSTICA PUBLICA REU:ELTON FERREIRA DA COSTA JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE ACAILANDIA MA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0014886-90.2018.8.14.0039 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o retro, devolvam-se os autos com as cautelas e homenagens de estilo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 16 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00154108720188140039 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:L. N. M. DENUNCIADO:RAIMUNDO RODRIGUES DOS SANTOS DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL Â¿ COMARCA DE PARAGOMINAS Ãº AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº. 0015410-87.2018.8.14.0039

DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como requer o MP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Proceda-se a citaÃ§Ã£o do rÃ©u por edital Â¿ art. 361, CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00154596520178140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:M. C. S. DENUNCIADO:GILMAX FABIO SOARES DA COSTA DENUNCIADO:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0015459-65.2017.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Designo a continuaÃ§Ã£o da audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 6 de junho de 2022, Ã s 10h30min. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00241235620158140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:R. R. S. N. DENUNCIADO:LUCAS PAIXAO DE BRITO DENUNCIADO:EVANDRO SOARES BRAGA FILHO DENUNCIADO:RONILSON BORGES BASTOS DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AUTOS DO PROCESSO NÂº 0024123-56.2015.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao MP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 16 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00281204720158140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:MARKLAN FERREIRA DA SILVA VITIMA:T. V. A. M. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:ANDRESSA AVILA PINHEIRO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0028120-47.2015.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Designo a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 28 de marÃ§o de 2022, Ã s 10h30min. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00851131320158140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:FELISVALDO DUTRA DA COSTA VITIMA:T. C. P. S. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0085113-13.2015.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Designo a continuaÃ§Ã£o da audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 28 de marÃ§o de 2022, Ã s 11h. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00911298020158140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:LUIZ LIMA GOMES JUNIOR VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AUTOS DO PROCESSO NÂº 0091129-80.2015.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao MP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 16 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00981146520158140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:CLEBSON FERREIRA DO ESPIRITO SANTO DENUNCIADO:MARILSA DE SOUSA MAIA VITIMA:A. C. O. E. PROMOTOR:REGINALDO CESAR LIMA ALVARES. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0098114-65.2015.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã Secretaria, para designar a audiÃªncia quando possÃ-vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 01101322120158140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE

PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:LUCIANO FURTADO ALVES VITIMA:J. S. S. VITIMA:A. G. S. PROMOTOR:MARCELA CHRISTINE FERREIRA DE MELO CASTELO BRANCO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0110132-21.2015.8.14.0039 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã Secretaria, para designar a audiÃªncia quando possÃ-vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 16 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 01281144820158140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:A. G. S. S. DENUNCIADO:ANTONIO DE JESUS AZEVEDO AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº. 0128114-48.2015.8.14.0039 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA / OFÃCIO / MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem preliminares a analisar (fls. 41/42), recebo novamente a denÃºncia por estar em consonÃ¢ncia com o disposto do artigo 41 do CÃ³digo de Processo Penal e nÃ£o se encontrarem presentes quaisquer das hipÃ³teses previstas no artigo 395 do CÃ³digo de Processo Penal e nÃ£o ser caso de absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria, do artigo 397, CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Designo a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 24 de maio de 2022, Ã s 10h, devendo-se intimar o rÃ©u, as testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico, bem como aquelas arroladas nas respostas por escrito, de acordo com o que dispÃµe o artigo 400 do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 17 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00064716020148140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 DENUNCIADO:JOSE VALDENIR LOPES OLIVEIRA Representante(s): OAB 16777 - BRUNO SOARES FIGUEIREDO (ADVOGADO) VITIMA:T. H. D. R. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:MARCELA CHRISTINE FERREIRA DE MELO CASTELO BRANCO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº. 0006471-60.2014.8.14.0039 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA / OFÃCIO / MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Designo a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 8 de junho de 2022, Ã s 9h, para a realizaÃ§Ã£o da oitiva da vÃ-tima pela Equipe Multidisciplinar e o dia 8 de junho de 2022, Ã s 9h30min, para a realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, devendo-se intimar o rÃ©u, as testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico, bem como aquelas arroladas nas respostas por escrito, de acordo com o que dispÃµe o artigo 400 do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por se tratar de crime sexual e a vÃ-tima ser adolescente, APÃS A EXPEDIÃÃO DOS MANDADOS, encaminhem-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa, por ato ordinatÃ³rio, para apresentar as perguntas que serÃ£o realizadas pela Equipe Multidisciplinar, no prazo de 5 (cinco) dias cada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O ato serÃ¡ presencial, pois nÃ£o Ã© possÃ-vel fazer a oitiva da vÃ-tima atravÃ©s do Sistema Microsoft Teams. Se o/a Promotor/a de JustiÃ§a e o/a Advogado/a nÃ£o puder comparecer, solicito se possÃ-vel, a presenÃ§a do substituto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, encaminhem-se os autos a Equipe Multidisciplinar para realizar a oitiva da vÃ-tima adolescente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 19 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00095429420198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:ANDERSON DE ALMEIDA LOPES Representante(s): OAB 16777 - BRUNO SOARES FIGUEIREDO (ADVOGADO) OAB 23513-B - AMANDA ALVES OLIVEIRA PURGER (ADVOGADO) DENUNCIADO:GABRIEL ANDRADE CEZIMBRA DE ASSIS Representante(s): OAB 16777 - BRUNO SOARES FIGUEIREDO (ADVOGADO) OAB 20920-A - SILVINO ALMEIDA DE SOUSA (ADVOGADO) OAB 53.015 - GILSON CERQUEIRA (ADVOGADO) OAB 44.737 - MILENA PINHEIRO (ADVOGADO) DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL - COMARCA DE PARAGOMINAS AÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº 0009542-94.2019.8.14.0039 Â DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ atravÃ©s da ResoluÃ§Ã£o N.Âº 18, de 15 de setembro de 2021, regulamentou a aplicaÃ§Ã£o do acordo de nÃ£o persecuÃ§Ã£o penal, no Ã¢mbito do

Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡ (publicado no DiÃ¡rio da JustiÃ§a EletrÃ´nico - EdiÃ§Ã£o nÂº 7223/2021 - Quinta-feira, 16 de setembro de 2021, pÃ¡ginas 15 e 16) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O P. Ãºnico do art. 17Âº estabelece que nÃ£o se aplica a retroatividade referida no caput aos processos com a denÃºncia recebida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos presentes autos, hÃ¡ denÃºncia recebida na fl. 223. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, INDEFIRO o pedido de fls. 286/295 e 298/299 para remeter aos autos ao Procurador-Geral de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Defesa do rÃ©u Anderson Almeida (fls. 235/244). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã s preliminares, nÃ£o vislumbro por ora a ilicitude das gravaÃ§Ãµes ambientais, em razÃ£o dos elementos colhidos nos autos atÃ© entÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TambÃ©m nÃ£o vejo por ora a atipicidade da conduta. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Defesa do rÃ©u Gabriel Andrade (fls. 245/282) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A suposta nulidade da busca e apreensÃ£o nÃ£o merece ser acolhida, pois o procedimento obedeceu a lei e a ConsituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ que se falar em inÃ©pcia da denÃºncia, pois apÃ³s a sua leitura Ã© possÃ-vel compreendÃª-la e ela preencheu os requisitos do art. 41, CPP, bem como, hÃ¡ ainda a justa causa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As demais preliminares se confundem com o mÃ©rito e serÃ£o analisadas apÃ³s a instruÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, recebo novamente a denÃºncia por estar em consonÃ¢ncia com o disposto do artigo 41 do CÃ³digo de Processo Penal e nÃ£o se encontrarem presentes quaisquer das hipÃ³teses previstas no artigo 395 do CÃ³digo de Processo Penal e nÃ£o ser caso de absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria, do artigo 397, CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Secretaria, para designar a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, devendo-se intimar o rÃ©u, as testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico, bem como aquelas arroladas nas respostas por escrito, de acordo com o que dispÃµe o artigo 400 do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Paragominas, 19 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00009866920208140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: M. Z. F. L. DENUNCIADO: K. A. S. DENUNCIANTE: O. M. P. E. P. PROCESSO: 00019012120208140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: E. M. S. DENUNCIADO: R. M. C. PROCESSO: 00038013920208140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: K. H. L. F. DENUNCIADO: J. W. S. DENUNCIANTE: O. M. P. E. P. PROCESSO: 00039252220208140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: J. B. A. DENUNCIADO: F. C. DENUNCIANTE: O. M. P. E. P. PROCESSO: 00042222920208140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: M. G. C. DENUNCIADO: S. B. DENUNCIANTE: O. M. P. E. P. PROCESSO: 00051029420158140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: AUTORIDADE POLICIAL: J. F. F. INDICIADO: A. B. O. VITIMA: G. S. L. PROCESSO: 00051501420198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: S. S. J. DENUNCIADO: W. A. J. DENUNCIANTE: M. P. E. P. PROCESSO: 00058699320198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Inquérito Policial em: INDICIADO: B. S. B. INDICIADO: F. I. S. INDICIADO: T. G. F. VITIMA: H. P. A. L. Representante(s): OAB 16777 - BRUNO SOARES FIGUEIREDO (ADVOGADO) OAB 4677 - JOSINEILE PEDROZA MARINS (ADVOGADO) PROCESSO: 00063017820208140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: P. F. C. DENUNCIADO: L. C. S. C. DENUNCIANTE: O. M. P. E. P. PROCESSO: 00065333220168140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: M. F. S. Representante(s): OAB 22167 - JOSÉ ANACLETO FERREIRA GARCIAS (ADVOGADO) VITIMA: B. M. L. DENUNCIADO: F. S. O. Representante(s): OAB 22167 - JOSÉ ANACLETO FERREIRA GARCIAS (ADVOGADO) DENUNCIANTE: M. P. E. P. PROCESSO: 00068014720208140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Inquérito Policial em: VITIMA: J. G. S. INDICIADO: S. I. PROCESSO: 00081387620178140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: T. S. S. DENUNCIADO: A. C. PROCESSO: 00085247220188140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: E. C. S. DENUNCIADO: R. G. T. S. PROCESSO: 00089181620178140039 PROCESSO

ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: J. S. P. DENUNCIADO: G. F. A. DENUNCIANTE: M. P. E. P. PROCESSO: 00100610620188140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: M. W. L. L. DENUNCIADO: W. C. L. DENUNCIANTE: M. P. E. P. PROCESSO: 00115239520188140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: M. P. L. DENUNCIADO: M. R. L. DENUNCIANTE: M. P. E. P. PROCESSO: 00149471920168140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: ASSISTENTE DE ACUSACAO: M. L. M. O. Representante(s): OAB 17440 - VIVIANNE SARAIVA SANTOS (ADVOGADO) DENUNCIADO: S. P. O. N. Representante(s): OAB 16777 - BRUNO SOARES FIGUEIREDO (ADVOGADO)

COMARCA DE DOM ELISEU

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE DOM ELISEU

ATO ORDINATÓRIO ¿DEVOLUÇÃO DE AUTOS RETIRADOS PELO ADVOGADO/PROCURADOR. Atendendo a recomendação da Corregedoria-Geral do TJPA ¿Correição Ordinária 2021 ¿Procedo à Intimação para devolução de autos pelo advogado Dr. ADRIANO MAGALHAES, OAB/TO 2544, no prazo de 03 dias: PROCESSO Nº. 0001060-36.2008.8.14.0107 ¿Partes MARIA RITA DE JESUS OLIVEIRA; INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Dom Eliseu, 17 de novembro de 2021. JOAS PINHEIRO DE SOUZA. Diretor de Secretaria. Fórum da Comarca de Dom Eliseu/PA.

ATO ORDINATÓRIO ¿DEVOLUÇÃO DE AUTOS RETIRADOS PELO ADVOGADO/PROCURADOR. Atendendo a recomendação da Corregedoria-Geral do TJPA ¿Correição Ordinária 2021 ¿Procedo à Intimação para devolução de autos pelo advogado Dr. ADRIANO MAGALHAES, OAB/TO 2544, no prazo de 03 dias: PROCESSO Nº. 0000477-80.2010.8.14.0107 ¿Partes MARIA JOSE SOUSA BRITO; INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. Dom Eliseu, 17 de novembro de 2021. JOAS PINHEIRO DE SOUZA. Diretor de Secretaria. Fórum da Comarca de Dom Eliseu/PA.

ATO ORDINATÓRIO ¿DEVOLUÇÃO DE AUTOS RETIRADOS PELO ADVOGADO/PROCURADOR. Atendendo a recomendação da Corregedoria-Geral do TJPA ¿Correição Ordinária 2021 ¿Procedo à Intimação para devolução de autos pelo advogado Dr. CARLOS RANGEL BANDEIRA BARROS, OAB/MA OAB 7080, no prazo de 03 dias: PROCESSO Nº. 0000860-92.2009.8.14.0107 ¿Partes EDVALDO FERREIRA COSTA; COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS. Dom Eliseu, 17 de novembro de 2021. JOAS PINHEIRO DE SOUZA. Diretor de Secretaria. Fórum da Comarca de Dom Eliseu/PA

ATO ORDINATÓRIO ¿DEVOLUÇÃO DE AUTOS RETIRADOS PELO ADVOGADO/PROCURADOR. Atendendo a recomendação da Corregedoria-Geral do TJPA ¿Correição Ordinária 2021 ¿Procedo à Intimação para devolução de autos pelo advogado Dr. CLEBER SILVA SANTOS, OAB/MA nº 14506,, no prazo de 03 dias: PROCESSO Nº. 0003962-78.2016.8.14.0107 ¿Partes EDSON DE SOUSA LIMA; SECRETARIA DA FAZENDA ESTADUAL DO MARANHAO SEFAZ. Dom Eliseu, 17 de novembro de 2021. JOAS PINHEIRO DE SOUZA. Diretor de Secretaria. Fórum da Comarca de Dom Eliseu/PA.

ATO ORDINATÓRIO ¿DEVOLUÇÃO DE AUTOS RETIRADOS PELO ADVOGADO/PROCURADOR. Atendendo a recomendação da Corregedoria-Geral do TJPA ¿Correição Ordinária 2021 ¿Procedo à Intimação para devolução de autos pelo advogado Dr. JOSE MARCOS RODRIGUES OLIVEIRA, OAB-MA nº 17519, no prazo de 03 dias: PROCESSO Nº. 0011023-19.2018.8.14.0107 ¿Partes MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL; ADONIAS DA SILVA SANTOS PRADO. Dom Eliseu, 17 de novembro de 2021. JOAS PINHEIRO DE SOUZA. Diretor de Secretaria. Fórum da Comarca de Dom Eliseu/PA.

ATO ORDINATÓRIO ¿DEVOLUÇÃO DE AUTOS RETIRADOS PELO ADVOGADO/PROCURADOR.

Atendendo a recomendação da Corregedoria-Geral do TJPA ¿Correição Ordinária 2021 ¿Procedo à Intimação para devolução de autos pelo advogado Dr. JOSE MARCOS RODRIGUES OLIVEIRA, OAB-MA nº 17519, no prazo de 03 dias: PROCESSO Nº. 0011715-18.2018.8.14.0107 ¿Partes CLOVIS RODRIGUES LOPES; INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE DOM ELISEU. Dom Eliseu, 17 de novembro de 2021. JOAS PINHEIRO DE SOUZA. Diretor de Secretaria. Fórum da Comarca de Dom Eliseu/PA.

ATO ORDINATÓRIO ¿DEVOLUÇÃO DE AUTOS RETIRADOS PELO ADVOGADO/PROCURADOR. Atendendo a recomendação da Corregedoria-Geral do TJPA ¿Correição Ordinária 2021 ¿Procedo à Intimação para devolução de autos pelo advogado Dr. JOSE MARCOS RODRIGUES OLIVEIRA, OAB-MA nº 17519, no prazo de 03 dias: PROCESSO Nº. 0007622-12.2018.8.14.0107 ¿Partes ALEXANDRO JOSE DOS SANTOS; EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA. Dom Eliseu, 17 de novembro de 2021. JOAS PINHEIRO DE SOUZA. Diretor de Secretaria. Fórum da Comarca de Dom Eliseu/PA.

ATO ORDINATÓRIO ¿DEVOLUÇÃO DE AUTOS RETIRADOS PELO ADVOGADO/PROCURADOR. Atendendo a recomendação da Corregedoria-Geral do TJPA ¿Correição Ordinária 2021 ¿Procedo à Intimação para devolução de autos pelo advogado Dr. PABLO LOPES REGO, OAB/PA 31.423-A, no prazo de 03 dias: PROCESSO Nº. 0001146-65.2012.8.14.0107 ¿Partes AYESO GASTON SIVIERO; PREFEITO DO MUNICIPIO DE DOM ELISEUPA. Dom Eliseu, 17 de novembro de 2021. JOAS PINHEIRO DE SOUZA. Diretor de Secretaria. Fórum da Comarca de Dom Eliseu/PA.

ATO ORDINATÓRIO ¿DEVOLUÇÃO DE AUTOS RETIRADOS PELO ADVOGADO/PROCURADOR. Atendendo a recomendação da Corregedoria-Geral do TJPA ¿Correição Ordinária 2021 ¿Procedo à Intimação para devolução de autos pelo advogado Dr. KAREN LOPES DA SILVA ALCHAAR COSTA, OAB/MA 11166, no prazo de 03 dias: PROCESSO Nº. 0005093-20.2018.8.14.0107 ¿Partes LUIZ CARLOS BINDA; EDILEUSA MENDES DA SILVA. Dom Eliseu, 17 de novembro de 2021. JOAS PINHEIRO DE SOUZA. Diretor de Secretaria. Fórum da Comarca de Dom Eliseu/PA.

ATO ORDINATÓRIO ¿DEVOLUÇÃO DE AUTOS RETIRADOS PELO ADVOGADO/PROCURADOR. Atendendo a recomendação da Corregedoria-Geral do TJPA ¿Correição Ordinária 2021 ¿Procedo à Intimação para devolução de autos pelo advogado Dra. MAISA SILVA DO NASCIMENTO, OAB/PA nº 27651, no prazo de 03 dias: PROCESSO Nº. 0003949-74.2019.8.14.0107 ¿Partes LUZINETE LIMA OLIVEIRA; BANCO BRADESCO SA. Dom Eliseu, 17 de novembro de 2021. JOAS PINHEIRO DE SOUZA. Diretor de Secretaria. Fórum da Comarca de Dom Eliseu/PA.

ATO ORDINATÓRIO ¿DEVOLUÇÃO DE AUTOS RETIRADOS PELO ADVOGADO/PROCURADOR. Atendendo a recomendação da Corregedoria-Geral do TJPA ¿Correição Ordinária 2021 ¿Procedo à Intimação para devolução de autos pelo advogado Dr. MARCIA HELENA RAMOS AGUIAR, OAB/PA 9089, no prazo de 03 dias: PROCESSO Nº. 0001625-92.2011.8.14.0107 ¿Partes CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA; JOAO REGIS DALLA MAESTRI. Dom Eliseu, 17 de novembro de 2021. JOAS PINHEIRO DE SOUZA. Diretor de Secretaria. Fórum da Comarca de Dom Eliseu/PA.

ATO ORDINATÓRIO ¿DEVOLUÇÃO DE AUTOS RETIRADO PELO ADVOGADO/PROCURADOR. Atendendo a Recomendação da Corregedoria-Geral do TJPA ¿Correição Ordinária 2021 ¿Procedo à Intimação para devolução de autos pelo advogado Dra. HANNE PRISCYLLA SILVA OLIVEIRA, OAB-MA nº 17839, no prazo de 03 dias: PROCESSO Nº. 0012162-06.2018.8.14.0107 ¿Partes MARIA FRANCISCA

DOS SANTOS SILVA; LUCAS SILVA SOBRINHO; JESSICA SANTOS SOUZA. Dom Eliseu, 18 de novembro de 2021. JOAS PINHEIRO DE SOUZA. Diretor de Secretaria. Fórum da Comarca de Dom Eliseu/PA.

COMARCA DE JURUTI

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE JURUTI

EDITAL DE INTIMAÇÃO ¿ AÇÃO PENAL ¿ RÉU CONDENADO - SENTENÇACONDENATÓRIA ¿ PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS Processo nº 0005653-25.2018.8.14.0086 ¿ Furto Qualificado (Crimes contra o Patrimônio) ¿ artigos 155, caput, § 1º, § 4º, incisos I, II e IV c/c artigo 14, inciso II; artigo 163, parágrafo único, inciso III do Código Penal Brasileiro. Denunciante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Réus Condenados: DIEGO ALVES DE ARAUJO e OUTROS. Vítima: B. D. B. S. A. O Meritíssimo Doutor ODINANDRO GARCIA CUNHA, Juiz de Direito Titular da Comarca de Juruti, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da lei etc. F A Z S A B E R, a todos que o presente Edital virem, ou dele notícias ou conhecimento tiverem, que pelo Juízo e Secretaria Judicial Criminal do Fórum de Justiça da Comarca de Juruti, Estado do Pará, tramitam os autos acima identificados, e tendo em vista o que consta, informando que o Réu Condenado RAFAEL BERNARDO SANTANA DA SILVA, brasileiro, mato-grossense, natural de Cuiabá/MT, solteiro, serviços gerais, nascido em 27/05/1997, RG nº 27385361-PC/MT, e CPF nº 708.480.062-08, filho de Benedito Santana Corsino e de Docarmo Bernardo da Silva, nos autos em

epigrafe, que poderia ser encontrado nos seguintes endereços: 1º) - Rua P, Quadra 12, Casa nº 13, bairro Residencial Coxipó, Cohab São Gonçalo, próximo a Cohab Santa Terezinha, CEP: 78050- 100, Cuiabá/MT; ou, 2º) ¿ PA 457, Km 02, S/N, CEP: 68112-000, Santarém/PA, se encontra em local incerto e não sabido, de acordo com certidões do Oficial de Justiça da Comarca de Mato Grosso/MT, datada de 18/06/2021, fl. 207, e do Oficial de Justiça da Comarca de Santarém/PA, datada de 02/11/2021, fl. 216, e requerimento do Ministério Público datado de 05/11/2021, fl. 218, o MM. Juiz determinou expedir o presente Edital, de acordo com o despacho datado de 16/11/2021, fl. 219, com finalidade de INTIMAR o condenado acima qualificado, para ciência da sentença condenatória de fls. 177/190-v, nos termos do art. 392, inciso VI e art. 392, § 1º do CPP, que CONDENOU o réu nas penas dos artigos 155, caput, § 1º, § 4º, incisos I, II e IV c/c artigo 14, inciso II; artigo 163, parágrafo único, inciso III do Código Penal Brasileiro, e que torna a pena CONCRETA, DEFINITIVA E FINAL a pena do denunciado em 03 (três) anos, 08 (oito) meses e 13 (treze) dias de reclusão e 22 dias-multa para o crime de furto tentado e 01 (um) ano e 08 (oito) meses e 08 (oito) dias-multa para o crime de dado, com fulcro no artigos 155, caput, § 1º, § 4º, incisos I, II e IV c/c artigo 14, inciso II; artigo 163, parágrafo único inciso III do Código Penal Brasileiro. INTIME-SE PESSOALMENTE O RÉU, DEVENDO ESTE INFORMAR SE POSSUI INTERESSE EM RECORRER DA PRESENTE SENTENÇA. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro possa alegar ignorância, determinou expedir o presente Edital de Intimação acima especificado na forma e sob as penas da Lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Juruti, Estado do Pará, Secretaria Judicial, aos dezoito (18) dias do mês de novembro (11) de dois mil e vinte e um (2021). Eu, José Augusto Magno de Sousa, Auxiliar Judiciário, o digitei. ODINANDRO GARCIA CUNHA Juiz de Direito.

PROCESSO: 000151-60.2020.8.14.0086 ¿ Ação Penal ¿ Procedimento Ordinário ¿ Denunciado: SAVIO OLIVEIRA FERREIRA Advogado: EDMILSON DAS NEVES GUERRA OAB/PA 13.605-A Denunciado: CAROLINE DE JESUS CAETANO Advogado: ANTONIO JOAO TEIXEIRA CAMPOS SILVA OAB/PA 7271 Autor: MINITERIO PUBLICO DO PARADECISÃO-MANDADO 1. O condenado Sávio Oliveira Ferreira opôs Embargos de Declaração em face da Sentença de fls. 71/75.2. Aduz haver contradição e omissão na sentença recorrida. 3. Instado a se manifestar, o RMP pugnou pela rejeição dos Embargos opostos em razão da inexistência de contradição, omissão ou obscuridade na sentença recorrida. Alega, ainda, que o recorrente pleiteia a modificação do mérito em sede de Embargos de Declaração, o que não é permitido. 4. Vieram os autos conclusos.5. É o relatório. Decido. 6. Evitando digressões jurídicas, observo que o recorrente, descontente com a sentença condenatória que lhe impôs pena privativa de

liberdade em regime semiaberto, pleiteia a modificação do julgado, rediscutindo matéria exaustivamente debatida na sentença recorrida. 7. Em verdade, o recorrente pretende a modificação do mérito do julgado por meio do recurso inadequado.8. É pacífica a jurisprudência dos tribunais brasileiros acerca da impossibilidade de reapreciação, em Embargos de Declaração, das teses aventadas pela defesa, em razão do seu inconformismo com a decisão atacada. Nesse sentido, firme o posicionamento do Egrégio Tribunal de Justiça do Pará. Vejamos: EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATERIA DE MÉRITO. REJEIÇÃO. DECISÃO UNÂNIME. 1. O recurso de embargos de declaração não se presta à reapreciação da causa, mas a sanar eventuais omissões, contradições ou obscuridades do julgado, eventualmente podendo ocasionar o chamado efeito modificativo da decisão. Na espécie, as conclusões do v. acórdão se fizeram acompanhar da respectiva fundamentação que lhe deram suporte, não se verificando omissão apontada pelo embargante. 2. É inviável, na estreita via de embargos de declaração, a reapreciação das teses trazidas no apelo, tão somente, em razão do inconformismo do embargante. 3. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados. Decisão unânime. (TJ-PA - APR: 00113951520138140051 BELÉM, Relator: MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE, Data de Julgamento: 12/03/2019, 2ª TURMA DE DIREITO PENAL, Data de Publicação: 14/11/2019) (grifei). 9. Pelo exposto, inexistindo omissão, obscuridade ou contradição a ser sanada, bem como o fato de que o embargante pleiteia a modificação dojulgado em razão do seu inconformismo com o mérito da decisão guerreada, o fazendo por meio do recurso inadequado, REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos pelo condenado Sávio Oliveira Ferreira e MANTENHO INALTERADA A SENTENÇARECORRIDA.10. Intime-se o recorrente via DJE. 11. Ciência ao RMP. 12. Cumpra-se. Expeça-se o necessário. 13. Servirá a presente decisão como CARTA/MANDADO/OFÍCIO, nos termos do Prov. Nº 03/2009 da CJRMB ¿ TJE/PA, com a redação que lhe deu o Prov. Nº 011/2009 daquele órgão correcional. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei.Juruti-PA, 17 de novembro de 2021.ODINANDRO GARCIA CUNHA Juiz de Direito

COMARCA DE ORIXIMINA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ORIXIMINA

Autos nº 0000581-73.2019.8.14.0037 ¿ Ação Ordinária de Cobrança

Requerente: BANCO DO BRASIL S/A (Adv. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES ¿ OAB/PA 15.201- A, RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB/PA 16.637 - A) Requerido: RIBEIRO & PICANÇO LTDA. DECISÃO/MANDADO: 1. Estando presentes, em tese, os requisitos insculpidos no artigo 319 do Código de Processo Civil - CPC, recebo a petição inicial. 2. Custas iniciais, em tese, recolhidas, consoante os documentos de fls. 35/37. 3. DESIGNO audiência de conciliação, nos termos do artigo 334 do CPC, para o dia 10 de DEZEMBRO de 2021, às 11h30min, a ser realizada no Fórum de Justiça da Comarca de Oriximiná, devendo a parte requerida ser citada com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. 3.1. Apesar de a parte requerente ter informado que dispensa esta audiência, perante o teor do artigo 334, §4º, do CPC, c/c o Enunciado n. 61 do ENFAM, entendo que ambas as partes devem demonstrar o desinteresse na composição, de modo que, demonstrando o réu o seu desinteresse, na forma do artigo 334, §5º, parte final, do CPC, ficará deflagrado o prazo para apresentar a contestação a partir do protocolo do pedido de cancelamento da audiência, nos termos do artigo 335, II, do CPC. Sem essa manifestação, será realizada a audiência. 4. Expeça-se o mandado de citação. 5. Tendo em vista o disposto no artigo 335 do Código de Processo Civil, conste também do mandado de citação que o réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, §4º, inciso I (se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual). 6. Fica a parte autora intimada para a audiência na pessoa de seu advogado e por meio da publicação desta decisão na imprensa oficial (CPC, artigo 334, §3º), salvo se patrocinado pela Defensoria Pública, caso em que será intimado pessoalmente. 7. Advirto, com fulcro no artigo 334, § 8º, do Código de Processo Civil que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado. 8. As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (CPC, artigo 334, § 9º). 9. A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir. (CPC, artigo 334, §10º) Cumpra-se. ESTA DECISÃO SERVE COMO MANDADO E OFÍCIO. Oriximiná, 7 de julho de 2021. FRANCISCO JOAQUIM DA SILVA FILHO, Juiz de Direito auxiliar da Comarca de Oriximiná.

PROCESSO:000274431-31.2016.814.0037 ¿ EMBARGOS Á EXECURÇÃO. EMBARGANTE:RAIMUNDO PEDRO MARQUES DE ALMEIDA. EMBARGADO:JOSÉ ALVES RODRIGUES (Adv. YASMIN KAROLINE PIMENTEL DO AMARAL OAB/PA 1.570) DESPACHO: Nos termos do artigo 920, II, parte final, do Código de Processo Civil, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 10 de DEZEMBRO de 2021, às 13h30min, ocasião em que será tentada a conciliação entre as partes e, não sendo possível, serão elas ouvidas. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Oriximiná-PA, 19 de julho de 2021. FRANCISCO JOAQUIM DA SILVA FILHO, Juiz de Direito auxiliar da Comarca de Oriximiná.

COMARCA DE OBIDOS

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE OBIDOS

RESENHA: 15/11/2021 A 15/11/2021 - GABINETE DA VARA UNICA DE OBIDOS - VARA: VARA UNICA DE OBIDOS PROCESSO: 00000564320018140035 PROCESSO ANTIGO: 200110000813 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública em: 15/11/2021 REQUERIDO:MUNICIPIO DE OBIDOS - PARA AUTOR:MARIA FRANCISCA ARAUJO CONCEICAO Representante(s): BENONES AGOSTINHO DO AMARAL (ADVOGADO) REQUERENTE:MARIA FRANCISCA ARAUJO CONCEICAO Representante(s): OAB 8177 - IDENILZA REGINA SIQUEIRA RUFINO (ADVOGADO) OAB 7679 - ANTONIO EDSON DE OLIVEIRA MARINHO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 9592 - BENONES AGOSTINHO DO AMARAL (ADVOGADO) . 0000056-43.2001.8.14.0035 CERTIDÃO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que NÃO CONSTAM informaÃ§Ãµes acerca das contas bancÃ¡rias dos credores, pelo que, nos termos dos Provimentos de nÂº. 006/2006 e 008/2014, ambos da CJRMB, e conjuntamente ao Provimento nÂº. 006/2009-CJCI, bem como, de ordem do MM. Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Ãbidos - ParÃ¡, Dr. CLEMILTON SALOMÃO DE OLIVEIRA, nesta data, procedo com a intimaÃ§Ã£o do(s) patrono(s) por meio de publicaÃ§Ã£o do DJe para que informe nos autos, no prazo de 05 (cinco), tendo em vista que necessÃ¡rias para cumprimento na Ã-ntegra da sentenÃ§a. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. ÃBIDOS-PA, 19 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00000764020018140035 PROCESSO ANTIGO: 200110000730 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Procedimento Sumário em: 15/11/2021 REQUERIDO:MUNICIPIO DE OBIDOS - PARA AUTOR:MARILENA DE PAIVA MORAES Representante(s): BENONES AGOSTINHO DO AMARAL (ADVOGADO) AUTOR:MARILENA DE PAIVA MORAES Representante(s): OAB 8177 - IDENILZA REGINA SIQUEIRA RUFINO (ADVOGADO) . 0000076-40.2001.8.14.0035 CERTIDÃO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que NÃO CONSTAM informaÃ§Ãµes acerca das contas bancÃ¡rias dos credores, pelo que, nos termos dos Provimentos de nÂº. 006/2006 e 008/2014, ambos da CJRMB, e conjuntamente ao Provimento nÂº. 006/2009-CJCI, bem como, de ordem do MM. Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Ãbidos - ParÃ¡, Dr. CLEMILTON SALOMÃO DE OLIVEIRA, nesta data, procedo com a intimaÃ§Ã£o do(s) patrono(s) por meio de publicaÃ§Ã£o do DJe para que informe nos autos, no prazo de 05 (cinco), tendo em vista que necessÃ¡rias para cumprimento na Ã-ntegra da sentenÃ§a. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. ÃBIDOS-PA, 18 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00000866120098140035 PROCESSO ANTIGO: 200910000724 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Apelação Cível em: 15/11/2021 REQUERIDO:MUNICIPIO DE OBIDOS PREFEITURA MUNICIPAL REQUERENTE:LUCILEIA DOS SANTOS SILVA Representante(s): OAB 7679 - ANTONIO EDSON DE OLIVEIRA MARINHO JUNIOR (ADVOGADO) . 0000086-61.2009.8.14.0035 CERTIDÃO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que NÃO CONSTAM informaÃ§Ãµes acerca das contas bancÃ¡rias dos credores, pelo que, nos termos dos Provimentos de nÂº. 006/2006 e 008/2014, ambos da CJRMB, e conjuntamente ao Provimento nÂº. 006/2009-CJCI, bem como, de ordem do MM. Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Ãbidos - ParÃ¡, Dr. CLEMILTON SALOMÃO DE OLIVEIRA, nesta data, procedo com a intimaÃ§Ã£o do(s) patrono(s) por meio de publicaÃ§Ã£o do DJe para que informe nos autos, no prazo de 05 (cinco), tendo em vista que necessÃ¡rias para cumprimento na Ã-ntegra da sentenÃ§a. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. ÃBIDOS-PA, 19 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00000878220018140035 PROCESSO ANTIGO: 200110000699 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Procedimento Sumário em: 15/11/2021 REQUERIDO:MUNICIPIO DE OBIDOS - PARA AUTOR:MARIA FARACO DE ANDRADE Representante(s): ANTONIO EDSON DE OLIVEIRA MARINHO JUNIOR (ADVOGADO) REQUERENTE:MARIA FARACO DE ANDRADE Representante(s): OAB 8177 - IDENILZA REGINA SIQUEIRA RUFINO (ADVOGADO) . 0000087-82.2001.8.14.0035 CERTIDÃO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que NÃO CONSTAM informaÃ§Ãµes acerca das contas bancÃ¡rias dos credores, pelo que, nos termos dos Provimentos de nÂº. 006/2006 e 008/2014, ambos da CJRMB, e conjuntamente ao Provimento nÂº. 006/2009-CJCI, bem como, de ordem do MM. Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da

Comarca de Ãbidos - ParÃ¡, Dr. CLEMILTON SALOMÃO DE OLIVEIRA, nesta data, procedo com a intimaÃ§Ã£o do(s) patrono(s) por meio de publicaÃ§Ã£o do DJe para que informe nos autos, no prazo de 05 (cinco), tendo em vista que necessÃ¡rias para cumprimento na Ã-ntegra da sentenÃ§a. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. ÃBIDOS-PA, 19 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00001677020018140035 PROCESSO ANTIGO: 200110001019 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Procedimento Sumário em: 15/11/2021 REQUERIDO:MUNICIPIO DE OBIDOS - PARA AUTOR:JOAQUIM ALVES FIGUEIRA Representante(s): ANTONIO EDSON DE OLIVEIRA MARINHO JUNIOR (ADVOGADO) REQUERENTE:JOAQUIM ALVES FIGUEIRA Representante(s): OAB 8177 - IDENILZA REGINA SIQUEIRA RUFINO (ADVOGADO) . 0000167-70.2001.8.14.0035 CERTIDÃO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que NÃO CONSTAM informaÃ§Ãµes acerca das contas bancÃ¡rias dos credores, pelo que, nos termos dos Provimentos de nÂº. 006/2006 e 008/2014, ambos da CJRMB, e conjuntamente ao Provimento nÂº. 006/2009-CJCI, bem como, de ordem do MM. Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Ãbidos - ParÃ¡, Dr. CLEMILTON SALOMÃO DE OLIVEIRA, nesta data, procedo com a intimaÃ§Ã£o do(s) patrono(s) por meio de publicaÃ§Ã£o do DJe para que informe nos autos, no prazo de 05 (cinco), tendo em vista que necessÃ¡rias para cumprimento na Ã-ntegra da sentenÃ§a. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. ÃBIDOS-PA, 18 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00002066920018140035 PROCESSO ANTIGO: 200110000805 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Procedimento Sumário em: 15/11/2021 REQUERIDO:MUNICIPIO DE OBIDOS - PARA REQUERENTE:DIONEIA ANDRADE DA ROCHA Representante(s): OAB 8177 - IDENILZA REGINA SIQUEIRA RUFINO (ADVOGADO) BENONES AGOSTINHO DO AMARAL (ADVOGADO) . 0000206-69.2001.8.14.0035 CERTIDÃO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que NÃO CONSTAM informaÃ§Ãµes acerca das contas bancÃ¡rias dos credores, pelo que, nos termos dos Provimentos de nÂº. 006/2006 e 008/2014, ambos da CJRMB, e conjuntamente ao Provimento nÂº. 006/2009-CJCI, bem como, de ordem do MM. Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Ãbidos - ParÃ¡, Dr. CLEMILTON SALOMÃO DE OLIVEIRA, nesta data, procedo com a intimaÃ§Ã£o do(s) patrono(s) por meio de publicaÃ§Ã£o do DJe para que informe nos autos, no prazo de 05 (cinco), tendo em vista que necessÃ¡rias para cumprimento na Ã-ntegra da sentenÃ§a. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. ÃBIDOS-PA, 19 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00002114420018140035 PROCESSO ANTIGO: 200110000889 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Cumprimento de sentença em: 15/11/2021 REU:MUNICIPIO DE OBIDOS - PMO REQUERENTE:ANTONIO HERALDO DA SILVA PINHEIRO Representante(s): OAB 8177 - IDENILZA REGINA SIQUEIRA RUFINO (ADVOGADO) OAB 9592 - BENONES AGOSTINHO DO AMARAL (ADVOGADO) . 0000211-44.2001.8.14.0035 CERTIDÃO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que NÃO CONSTAM informaÃ§Ãµes acerca das contas bancÃ¡rias dos credores, pelo que, nos termos dos Provimentos de nÂº. 006/2006 e 008/2014, ambos da CJRMB, e conjuntamente ao Provimento nÂº. 006/2009-CJCI, bem como, de ordem do MM. Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Ãbidos - ParÃ¡, Dr. CLEMILTON SALOMÃO DE OLIVEIRA, nesta data, procedo com a intimaÃ§Ã£o do(s) patrono(s) por meio de publicaÃ§Ã£o do DJe para que informe nos autos, no prazo de 05 (cinco), tendo em vista que necessÃ¡rias para cumprimento na Ã-ntegra da sentenÃ§a. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. ÃBIDOS-PA, 19 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00005652820198140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLEMILTON SALOMAO DE OLIVEIRA A??o: Termo Circunstanciado em: 15/11/2021 AUTORIDADE POLICIAL:DELEGADO DE POLICIA CIVIL DE OBIDOS AUTOR:RUDSON DO ROSARIO LOPES AUTOR:MARCIO JARDES DA SILVA CARVALHO AUTOR:EMERSON SAMPAIO VITIMA:M. S. L. . Processo nº 0000565-25.2019.8.14.0035 - art. 180, § 3º, do CPB. Autor do Fato: Rudson do Rosário Lopes, Márcio Jardes da Silva Carvalho e Emerson Sampaio. SENTENÇA Vistos, etc. Trata-se de TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA nº 69/2018.000331-8 lavrado em desfavor de Rudson do Rosário Lopes, Márcio Jardes da Silva Carvalho e Emerson Sampaio por terem supostamente cometido a infração descrita no art. 180, § 3º, do CPB. Por oportunidade da audiência preliminar vislumbrando não estarem presentes as situações previstas no § 2º e seus incisos, do art. 76, da Lei nº 9.099/95, foi apresentada proposta de Transação Penal, que foi aceita pela Autoras do Fatos presentes à audiência. Às fls. 41/51 foram acostados documentos correspondente ao cumprimento da obrigação da Transação Penal pelos autores do fato Rudson do Rosário Lopes e Márcio Jardes da Silva Carvalho. À fl. 46 foi certificado o integral cumprimento da Transação Penal pelos

autores do fato Rudson do Rosário Lopes e Márcio Jardes da Silva Carvalho. À fl. 49 parecer do MP pela extinção da punibilidade dos autores do fato Rudson do Rosário Lopes, Márcio Jardes da Silva Carvalho e requerimento de intimação do autor do fato EMERSON SAMPAIO para informar o cumprimento da obrigação decorrente da transação juntado o comprovante respectivo. Relatei. Decido. Assim, aplicando analogicamente o artigo 84, parágrafo único da Lei nº 9.099/95, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE dos autores do fato, Rudson do Rosário Lopes e Márcio Jardes da Silva Carvalho, já qualificados nos autos, considerando que estes cumpriram integralmente as condições pactuadas na proposta de Transação Penal, que foi devidamente homologada à fl. 39. Sem custas. Publique-se. Registre-se tão somente para os fins do artigo 76, § 4º, da Lei nº 9.099/95. Intime-se, caso necessário por Edital. Ciência ao MP. Intime-se o autor do fato Emerson Sampaio nos termos requeridos pelo MP., assinalando o prazo de 05 dias. Cumpra-se. Expedientes necessários. Óbidos-PA., 26 de setembro de 2019. Clemilton Salomão de Oliveira Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Óbidos PROCESSO: 00005652820198140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLEMILTON SALOMAO DE OLIVEIRA A??o: Termo Circunstanciado em: 15/11/2021 AUTORIDADE POLICIAL:DELEGADO DE POLICIA CIVIL DE OBIDOS AUTOR:RUDSON DO ROSARIO LOPES AUTOR:MARCIO JARDES DA SILVA CARVALHO AUTOR:EMERSON SAMPAIO VITIMA:M. S. L. . Processo nº 0000565-28.2019.8.14.0035 ? TCO ? art. 136, caput, c/c art. 7º, ambos do CPB. Autores do fato: RUDSON DO ROSÁRIO LOPES, MARCIO JARDES DA SILVA CARVALHO e EMERSON SAMPAIO. Vítima: M.S.L. ATA DA AUDIÊNCIA Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e dezenove (01/04/2019), nesta cidade de Óbidos, Estado do Pará, na sala de Audiências da Vara Única da Comarca de Óbidos, comigo conciliadora, ao final nominada, foi aberta audiência nos autos do TCO acima referido movido em face de RUDSON DO ROSÁRIO LOPES, MARCIO JARDES DA SILVA CARVALHO e EMERSON SAMPAIO. Apregoadas as partes fizeram-se presentes: - Os Autores do fato MARCIO JARDES DA SILVA CARVALHO, portador da C.I. nº 4014142 2via PC/PA; EMERSON SAMPAIO, portador da C.I. nº 5962347 PC/PA; e RUDSON DO ROSÁRIO LOPES, portador da C.I. nº 22654003 SEGUP/PA. Ausentes: - a Drª. EVELIN STAEVIE DOS SANTOS, Representante do Ministério Público. Ausência justificada. - Aberta a audiência, a Conciliadora leu a proposta constante à fls. 29, dos autos, consistente na transação penal ofertada pela Representante do MINISTÉRIO PÚBLICO: Prestação pecuniária no valor de 1 salário mínimo vigente, para cada autor do fato, parcelável em até 3 vezes, sendo cada parcela no valor de R$ 332,60, a ser revestido em favor da SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, iniciando em até o dia 01 de maio de 2019 e termino em julho de 2019, devendo os autores do fato juntarem comprovantes de pagamentos aos autos; Os autores do fato, RUDSON DO ROSÁRIO LOPES, MARCIO JARDES DA SILVA CARVALHO e EMERSON SAMPAIO aceitaram a proposta de transação penal ofertada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO. DELIBERAÇÃO: SENTENÇA Vistos. Homologo por sentença a transação penal para que surta seus jurídicos e legais efeitos, ficando os autores do fato advertido de que o descumprimento da transação importa sua revogação e consequente prosseguimento do feito. Sentença publicada em audiência, saindo as partes intimadas. Registre-se apenas para os efeitos do art. 76, parágrafo 6º, da lei 9.099/95?. Após, o cumprimento, certifique-se e vista ao MP. Expedientes necessários. Nada mais havendo, determinou a conciliadora o encerramento da presente ata de audiência. Do que eu, _____, Dayse Azevedo, lavrei a presente que vai devidamente assinada. PROCESSO: 00021831320168140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Execução Fiscal em: 15/11/2021 EXEQUENTE:ESTADO DE PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): OAB 111111111111 - PROCURADOR DO ESTADO DO PARA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:EMILIA VIEIRA DO AMARAL. 0002183-13.2016.8.14.0035 ATO ORDINATÃRIO Nos termos dos Provimentos de nÂº. 006/2006 e 008/2014, ambos da CJRMB, e conjuntamente ao Provimento nÂº. 006/2009-CJCI, tendo em vista o retorno da UNAJ com o cÃ¡lculo das custas, bem como, em cumprimento a deliberaÃ§Ã£o judicial retro, procedo com a INTIMAÃÃO DA PARTE CONDENADA EM CUSTA, para recolhimento destas, no prazo de 10 (dez) dias. Ãbidos-PA, 17 de novembro de 2021. REGINALDO CHAAR JUNIOR Analista JudiciÃ¡rio - Mat.Â 118443 PROCESSO: 00032703320188140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Procedimento Sumário em: 15/11/2021 REQUERENTE:JONICE PICANCO ALBUQUERQUE REQUERENTE:YAN TERCIO PICANCO DE ALBUQUERQUE REQUERENTE:JODENILSON PICANCO ALBUQUERQUE REQUERENTE:JONILSON PICANCO ALBUQUERQUE REQUERENTE:JAMILE BATISTA DOS SANTOS Representante(s): OAB 14011 - CAMILO CASSIANO RANGEL CANTO (ADVOGADO) REQUERIDO:GOL LINHAS AEREAS Representante(s): OAB 16338 - KETTY LEE CARVALHO LIMA (ADVOGADO) OAB 16689 - IARA DE SOUSA GOMES (ADVOGADO) OAB 10042 - TIAGO LUIZ RODRIGUES NEVES (ADVOGADO) OAB 9583 - EDUARDO ANTONIO GUIMARAES DE CASTRO (ADVOGADO) OAB 18448 - LUANA NELY

PINHEIRO E SILVA (ADVOGADO) . C E R T I D Ã O Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que foi cancelado por divergÃªncia de dados no sistema SDJ o ALVARÃ DE LEVANTAMENTO juntado aos autos, pelo que, faÃ§o-o CONCLUSOS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O referido Ã© verdade, dou fÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ãbidos - PA, 16 de novembro de 2021. Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio P R O C E S S O : 0 0 0 5 8 6 5 3 9 2 0 1 7 8 1 4 0 0 3 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLEMILTON SALOMAO DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 15/11/2021 VITIMA:T. M. C. VITIMA:T. R. F. C. VITIMA:M. M. C. DENUNCIADO:ALAN DAVID SILVA CAMPOS DENUNCIADO:AILSON DOS SANTOS RODRIGUES DENUNCIADO:JOCINEI MAMEDE DOS SANTOS DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PROCESSO NÂº 0005865-39.2017.8.14.0035 - art. 129, caput, c/c art. 29 e art. 286, todos do CPB e art. 21, da LCP (AILSON) e art. 129, caput c/c art. 29, ambos do CPB (JOCINEI E ALAN). DENUNCIADOS: AILSON DOS SANTOS RODRIGUES, JOCINEI MAMEDE DOS SANTOS E ALAN DAVID SILVA CAMPOS. SENTENÃA DE EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico ofereceu denÃºncia em desfavor de AILSON DOS SANTOS RODRIGUES por suposta violaÃ§Ã£o ao art. 129, caput, c/c art. 29 e art. 286, todos do CPB e art. 21, da LCP e, de JOCINEI MAMEDE DOS SANTOS E ALAN DAVID SILVA CAMPOS por suposta violaÃ§Ã£o aos art. 129, caput c/c art. 29, ambos do CPB Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consta dos autos que os fatos ocorreram no dia 22/05/2017, sendo a denÃºncia oferecida pelo Ã³rgÃ£o do MP em 02/08/2017 e foi recebida pelo JuÃ-zo em 07/08/2017. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os Denunciados foram devidamente citados e apresentaram Resposta Ã acusaÃ§Ã£o por meio da Defensoria PÃºblica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Defesa Preliminar Ã s fls. 39/40.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi mantida a denÃºncia e designada audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento que nÃ£o aconteceu. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A pena do crime correspondente ao art. 129, do CPB - Pena - detenÃ§Ã£o, de trÃªs meses a um ano. PrescriÃ§Ã£o ocorre em 04 anos conforme art. 109, V, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A pena do crime correspondente ao art. 286, do CPB - detenÃ§Ã£o, de trÃªs a seis meses, ou multa. PrescriÃ§Ã£o ocorre em 03 anos conforme art. 109, VI, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A pena do crime correspondente ao art. 21, da LCP - prisÃ£o simples, de quinze dias a trÃªs meses, ou multa. PrescriÃ§Ã£o ocorre em 03 anos conforme art. 109, VI, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A partir do recebimento da denÃºncia passou a fluir o prazo prescricional sem qualquer interrupÃ§Ã£o atÃ© os dias de hoje, pelo que o lapso temporal decorrido jÃ¡ perfaz mais de 04 (quatro) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, constatado nÃ£o haver ocorrido nenhuma das causas interruptivas da prescriÃ§Ã£o, com fulcro nos art. 107, IV e art. 109, V e VI, ambos do CPB, declaro extinta, pela prescriÃ§Ã£o, a punibilidade dos denunciados AILSON DOS SANTOS RODRIGUES, JOCINEI MAMEDE DOS SANTOS E ALAN DAVID SILVA CAMPOS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Exclua-se da pauta a audiÃªncia designada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. CiÃªncia ao MP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Caso necessÃ¡rio expeÃ§a Edital. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitada em julgado, arquive-se com as cautelas legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ãbidos (PA), 25 de agosto de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Clemilton SalomÃ£o de OLiveira Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Ãbidos PROCESSO: 00078082820168140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CLEMILTON SALOMAO DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 15/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU:KASSIO PATRICK DELGADO COSTA Representante(s): OAB 15082 - FERNANDO AMARAL SARRAZIN JUNIOR (ADVOGADO) VITIMA:L. B. C. . PROCESSO NÂº 0007808-28.2016.8.14.0035 - art. 147, do CPB c/c art. 7Âº, II, da Lei 11.340/06. DENUNCIADO: KÃSSIO PATRICK DELGADO COSTA SENTENÃA DE EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico ofereceu denÃºncia em desfavor de KÃSSIO PATRICK DELGADO COSTA por suposta violaÃ§Ã£o ao art. 147, do CPB c/c art. 7Âº, II, da Lei 11.340/06. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consta dos autos que os fatos ocorreram no dia 12/10/2016, sendo a denÃºncia oferecida pelo Ã³rgÃ£o do MP em 28/11/2016 e foi recebida pelo JuÃ-zo em 09/12/2016. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Denunciado foi devidamente citado e apresentou resposta por meio de advogado nomeado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A pena do crime correspondente ao art. 147, do CPB. - Pena - detenÃ§Ã£o, de um a seis meses, ou multa - cuja prescriÃ§Ã£o ocorre em 03 anos conforme art. 109, VI, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, constatado nÃ£o haver ocorrido nenhuma das causas interruptivas da prescriÃ§Ã£o, com fulcro nos art. 107, IV e art. 109, VI, ambos do CPB, declaro extinta, pela prescriÃ§Ã£o, a punibilidade do denunciado KÃSSIO PATRICK DELGADO COSTA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. CiÃªncia ao MP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Caso necessÃ¡rio expeÃ§a Edital. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitada em julgado, arquivem-se com as cautelas

legais Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ãbidos (PA), 26 de agosto de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Clemilton SalomÃ£o de Oliveira Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de Ãbidos P R O C E S S O : 0 0 0 9 9 8 7 9 5 2 0 1 7 8 1 4 0 0 3 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Execução Fiscal em: 15/11/2021 EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 14601-B - BIANCA ORMANES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:SOCIEDADE BENEFICIENTE DOS PADRES DA PRELAZIA DE OBIDOS Representante(s): OAB 18296 - JEIFFSON FRANCO DE AQUINO (ADVOGADO) . 0009987-95.2017.8.14.0035 ATO ORDINATÃRIO Nos termos dos Provimentos de nÂº. 006/2006 e 008/2014, ambos da CJRMB, e conjuntamente ao Provimento nÂº. 006/2009-CJCI, tendo em vista o retorno da UNAJ com o cÃ¡lculo das custas, bem como, em cumprimento a deliberaÃ§Ã£o judicial retro, procedo com a INTIMAÃÃO DA PARTE CONDENADA EM CUSTA, para recolhimento destas, no prazo de 10 (dez) dias. Ãbidos-PA, 11 de novembro de 2021. REGINALDO CHAAR JUNIOR Analista JudiciÃ¡rio - Mat.Â 118443

COMARCA DE GOIANÉSIA DO PARÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE GOIANÉSIA DO PARÁ

Processo nº: 007608-19.2018.8.14.0110

Requerentes: T.V.S.S./ T.H.S.S. ¿ Adv. LETÍCIA REGULO FERREIRA ¿ OAB/PA nº 19.227

Representante legal: CASSIANE GOMES DA SILVA

Requerido: GERSON XAVIER DOS SANTOS

ATO ORDINATÓRIO:

Eu, Viviane Sousa, Assistente Administrativo da Vara Única da Comarca de Goianésia do Pará, no uso de minhas atribuições legais:

De ordem do MM. Juiz de Direito Substituto Respondendo pela Vara Única de Goianésia do Pará, Dr. **HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA**, intimo a parte requerente T.V.S.S /T.H.S..S./CASSIANE GOMES DA SILVA (representante legal), devidamente qualificadas nos autos, via DJE (Diário da Justiça Eletrônico) por meio de sua patrona LETÍCIA REGULO FERREIRA ¿ OAB/PA nº 19.227, para no prazo máximo de 5 (cinco) dias, dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem exame do mérito, nos termos do artigo 485, III do NCPC, nos autos do processo de nº 0007608-19.2018.8.14.0110.

Goianésia do Pará/PA, 19 de novembro de 2021.

Viviane Sousa

Assistente Administrativo

COMARCA DE CURRALINHO

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE CURRALINHO

RESENHA: 17/11/2021 A 19/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE CURRALINHO - VARA: VARA UNICA DE CURRALINHO PROCESSO: 00046476020168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIEL PINOS STURTZ A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU:ADAILSON PONTES DE CARVALHO Representante(s): OAB 23281 - DENIEL RUIZ DE MORAES (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:I. P. A. VITIMA:E. L. R. . Vara Ãnica da Comarca de Curralinho Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE CURRALINHO Processo n.Âº 0004647-60.2016.8.14.0083 DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â RECEBO o recurso de apelaÃ§Ã£o interposto pela defesa do sentenciado. Â Â Â Â Â Consta no recurso que a Defesa irÃ¡ arrazoar na superior instÂ¢ncia (f. 435), a qual serÃ£o remetidos os autos, nos termos do art. 600, Â§ 4Âº, do CPP. Â Â Â Â Â INTIME-SE o MinistÃ©rio PÃºblico acerca do recurso da defesa e da presente decisÃ£o. Â Â Â Â Â Considerando o dever do Estado de prestar Â¿assistÃªncia jurÃ-dica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiÃªncia de recursosÂ¿ (art. 5Âº, LXXIV, da CF); considerando a carÃªncia de Defensores PÃºblicos para atender satisfatoriamente a demanda judiciÃ¡ria em todo o Estado; considerando que a Comarca de Curralinho encontrava-se desprovida de Defensor PÃºblico, de tal forma que se fez necessÃ¡ria a nomeaÃ§Ã£o de defensor dativo para assegurar ao acusado, integralmente, o contraditÃ³rio e a ampla defesa, ARBITRO ao advogado nomeado - Dr. DENIEL RUIZ, OAB/PA 23.281 - por ter interposto de recurso de apelaÃ§Ã£o de suas razÃµes, honorÃ¡rios advocatÃ-cios no valor de UM SALÃRIO MÃNIMO (R$1.100,00) vigente ao tempo da prolaÃ§Ã£o da presente decisÃ£o, competindo ao ESTADO DO PARÃ a responsabilidade pelo pagamento dos honorÃ¡rios em questÃ£o, servindo a cÃ³pia da presente decisÃ£o como tÃ-tulo executivo judicial. Â Â Â Â Â COMUNIQUE-SE Ã Procuradoria-Geral do Estado do ParÃ¡, encaminhando uma via da presente decisÃ£o por ofÃ-cio. Â Â Â Â Â COMUNIQUE-SE o advogado DENIEL RUIZ, OAB/PA 23.281, acerca da presente decisÃ£o. Â Â Â Â Â TRANSCORRIDO o prazo de interposiÃ§Ã£o de recurso do MinistÃ©rio PÃºblico, CERTIFIQUE-SE, PROCEDA-SE a juntada de todos os documentos pertinentes e REMETA-SE os autos ao EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com as homenagens de praxe e as cautelas legais. Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P. I. C. Â Â Â Â Â Curralinho, 17 de novembro de 2021. Gabriel PinÃ³s Sturtz Juiz de Direito Titular da Comarca de Oeiras do ParÃ¡ respondendo pela Comarca de Curralinho Data da resenha: _____/_____/_________ PROCESSO: 00031908520198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): RAFAEL MOTA PONTES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 VITIMA:J. M. C. REU:JONATHAN CAXIAS DE MORAES Representante(s): OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (ADVOGADO DATIVO) AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. ATO ORDINATÃRIO Determino, ordinatoriamente, no uso das minhas atribuiÃ§Ãµes legais que: 1.Â Â Â Â Â Fique, por esse ato, intimada a causÃ-dica SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (OAB/PA 7533), Defensora dativa do acusado, para apresentar memorias finais no prazo improrrogÃ¡vel de 05 (cinco) dias. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo acima, com ou sem manifestaÃ§Ã£o da advogada, remeta-se os autos ao gabinete do(a) magistrado(a). Curralinho/PA, em 18/11/2021. RAFAEL MOTA PONTES Diretor de Secretaria Vara Ãnica de Curralinho PROCESSO: 00067670820188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): RAFAEL MOTA PONTES A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 19/11/2021 REQUERENTE:ROANNI SALES MONTEIRO Representante(s): OAB 5774-B - ANTONIO JOSE MARTINS PEREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE CURRALINHO Representante(s): OAB 13151 - PAULO ALTAIR BURLAMAQUI ZEMERO (PROCURADOR(A)) OAB 6543 - HIDERALDO MARCELO DE AZEVEDO TAVARES (PROCURADOR(A)) OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (PROCURADOR(A)) . CERTIDÃO Certifico, no uso das minhas atribuiÃ§Ãµes legais, que: 1.Â Â Â Â Â Ratifico a certidÃ£o de fl. 68. 2.Â Â Â Â Â O municÃ-pio de Curralinho, intimado nos termos do ato de fl. 68, se manifestou a fl. 69 informando nÃ£o ter mais provas a produzir. 3.Â Â Â Â Â Os autos foram encaminhados ao MPE, tendo o Parquet requerido nova intimaÃ§Ã£o da parte autora para se o objeto da presente demanda judicial ainda persiste. ATO ORDINATÃRIO Ordinariamente determino, no uso das minhas atribuiÃ§Ãµes legais, que: Fique, por esse ato, intimada a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre o

interesse de prosseguimento do feito. Decorrido o prazo acima, com ou sem manifestaÃ§Ã£o da parte autora, remeta-se os autos novamente ao MPE. Â Â Â Curralinho/PA, em 18/11/2021. RAFAEL MOTA PONTES Diretor de Secretaria Vara Ãnica de Curralinho PROCESSO: 00022363920198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução de Alimentos em: REQUERENTE: E. L. J. M. Representante(s): OAB 23669 - TYAGO FELIPE CÂMARA DE ALMEIDA (ADVOGADO) OAB 3764 - VIVALDO MACHADO DE ALMEIDA (ADVOGADO) OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO: E. C. M.

COMARCA DE SANTA IZABEL DO PARÁ

SECRETARIA DA VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ

Processo nº: 0801057-08.2020.8.14.0049

AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO

AUTOR: HILMA YOSHIKO SATO

REU: DIOGO DOS SANTOS SOUSA PEREIRA

CERTIDÃO

Certifico que verifiquei perante o Sistema de Emissão de Custas Judiciais que há parcelas referentes as custas iniciais pendentes de pagamento. Neste ato, a pedido do autor, encaminho os autos à UNAJ para atualização dos boletos e, desde já, fica o autor intimado a pagar as custas vencidas, sob pena de cancelamento da distribuição, no prazo de 30 dias.

Santa Izabel do Pará, 19 de novembro de 2021

LESLIE CAROLINA DE SOUZA BATISTA

Diretora de Secretaria

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ

ADVOGADO: ERISSON FANJÁS, OAB/PA N.º 24397
ADVOGADO: CARLOS SANTOS DE MACEDO, OAB/PA N.º 30392
PROCESSO: 00101202720198140049

DENUNCIADO: JOSÉ AMARO SILVA TRINDADE

NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA

AUDIÊNCIA: 03/02/2022, 09H30
LINK DE ACESSO:
https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3a39756568e19a426c92d1edd2ffe509cd%40thread.skype/1632848794637?context=%7b%22Tid%22%3a%225f6fd11e-cdf5-45a5-9338-b501dcefeab5%22%2c%22Oid%22%3a%22475c0c9a-a66d-4d30-a31d-38648d82af33%22%7d

EDSON MANOEL BEZERRA
AUXILIAR JUDICIÁRIO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

Prazo do Edital: 90 (noventa) dias

Processo n.º 01070054520158140049

O Dr. ELANO DEMÉTRIO XIMENES, Juiz de Direito titular pela Vara Criminal de Santa Izabel do Pará, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc.

De ordem do Dr. Elano Demétrio Ximenes, Juiz de Direito Titular da Vara Criminal FAÇO SABER aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que foi sentenciado(a) ARNALDO PENICHE MACIEL; brasileiro (a), natural de Belém, filho (a), de Levindo Queiroz Maciel e Malvina Maria Peniche, nascido (a) em 24.02.1995, ¿ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO¿, ou seja, não foi encontrado para ser intimado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, ficando ciente de que terá o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer, querendo, esse edital tem por finalidade INTIMAR O RÉU, nos moldes do artigo 392, caput, IV e §§1.º e 2º do CPP, acerca da SENTENÇA CONDENATÓRIA, proferida pelo Juízo de Direito da Vara Criminal de Santa Izabel/PA.

Santa Izabel do Pará, 19 de Novembro de 2021.

Eu, _____ (Acsa Gabriely da Silva Barros), Estagiária Da Secretaria Da Vara Criminal, o digitei e subscrevi.

LÍDIA CARNEIRO DE OLIVEIRA

Diretora de Secretaria da Vara Criminal da

Comarca de Santa Izabel

COMARCA DE MOJÚ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MOJÚ

AÇÃO DE COBRANÇA - ROC. 0001986-65.2019.814.0031 ¿ REQUERENTE: LUCIANO SANTANA MENDES - (BEATRIZ CARDOSO GORDO, OAB/PA 27.631) ¿ REQUERIDO: MUNICÍPIO DE MOJU ¿ (Adv. Dr. GABRIEL PEREIRA LIMA, OAB/PA 17.448)

LUCIANO SANTANA MENDES ingressou com AÇÃO DE COBRANÇA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS em face do MUNICÍPIO DE MOJU, ambos qualificados nos autos, pretendendo o autor obter pagamento de diferenças e saldos salariais além de consectários relacionados a férias e 13º salário relacionados ao período que laborou na forma de contrato temporário para o demandado, de 01.01.2018 a 13.07.2018.

Citado, o requerido apresentou contestação às fls. 47/50, pugnando pela improcedência dos pedidos, de vez que durante todo o período laboral procedeu ao pagamento da contraprestação dos direitos do requerente, não havendo valores a serem pagos referentes a férias, 13º salário e horas extras. Alegou ainda a inocorrência de dano moral ao autor e que não houve a caracterização dos pressupostos previstos em lei para a obrigação do dever de indenizar.

Em réplica, o autor pugnou pela procedência da ação e requereu o julgamento antecipado da causa, tendo em vista ainda a aplicação da teoria da causa madura.

Pela decisão de fl. 66 o feito foi saneado. Incumbi ao réu o ônus da prova. À guisa de atendimento, o demandado juntou a ficha financeira dos anos 2014/2015.

É O RELATÓRIO.

DECIDO.

A causa está madura para julgamento, na forma do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

Passo à análise meritória.

O art. 37, II, da CF, prevê a admissão de servidor público mediante concurso, ressalvadas as questões de necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante inciso IX do mesmo artigo.

No caso vertente, observo que o requerente manteve vínculo funcional precário com o Município laborando como Motorista no período de 01.01.2018 a 13.07.2018, mediante contrato temporário. Todavia, à míngua de qualquer justificação, tal atividade não configura necessidade temporária de excepcional interesse público, de modo que as contratações não obedeceram a norma constitucional aplicável à espécie, não se inserindo nas hipóteses previstas no art. 2º, da Lei 8.745/93, in verbis:

¿¿Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

I - assistência a situações de calamidade pública;

II - assistência a emergências em saúde pública;

III - realização de recenseamentos e outras pesquisas de natureza estatística efetuadas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

IV - admissão de professor substituto e professor visitante;

V - admissão de professor e pesquisador visitante estrangeiro;

VI - atividades:

a) especiais nas organizações das Forças Armadas para atender à área industrial ou a encargos temporários de obras e serviços de engenharia;

b) de identificação e demarcação territorial;

c) (Revogado pela Lei nº 10.667, de 2003)

d) finalísticas do Hospital das Forças Armadas;

e) de pesquisa e desenvolvimento de produtos destinados à segurança de sistemas de informações, sob responsabilidade do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações - CEPESC;

f) de vigilância e inspeção, relacionadas à defesa agropecuária, no âmbito do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, para atendimento de situações emergenciais ligadas ao comércio internacional de produtos de origem animal ou vegetal ou de iminente risco à saúde animal, vegetal ou humana;

g) desenvolvidas no âmbito dos projetos do Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM e do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM.

h) técnicas especializadas, no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos internacionais, desde que haja, em seu desempenho, subordinação do contratado ao órgão ou entidade pública.

i) técnicas especializadas necessárias à implantação de órgãos ou entidades ou de novas atribuições definidas para organizações existentes ou as decorrentes de aumento transitório no volume de trabalho que não possam ser atendidas mediante a aplicação do art. 74 da Lei n^{o} 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

j) técnicas especializadas de tecnologia da informação, de comunicação e de revisão de processos de trabalho, não alcançadas pela alínea i e que não se caracterizem como atividades permanentes do órgão ou entidade;

l) didático-pedagógicas em escolas de governo; e

m) de assistência à saúde para comunidades indígenas; e

n) que tenham o objetivo de atender a encargos temporários de obras e serviços de engenharia destinados à construção, à reforma, à ampliação e ao aprimoramento de estabelecimentos penais;

VII - admissão de professor, pesquisador e tecnólogo substitutos para suprir a falta de professor, pesquisador ou tecnólogo ocupante de cargo efetivo, decorrente de licença para exercer atividade empresarial relativa à inovação.

VIII - admissão de pesquisador, de técnico com formação em área tecnológica de nível intermediário ou de tecnólogo, nacionais ou estrangeiros, para projeto de pesquisa com prazo determinado, em instituição destinada à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação;

IX - combate a emergências ambientais, na hipótese de declaração, pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente, da existência de emergência ambiental na região específica.

X - admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições federais de ensino, respeitados os limites e as condições fixados em ato conjunto dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Educação.

XI - admissão de professor para suprir demandas excepcionais decorrentes de programas e projetos de aperfeiçoamento de médicos na área de Atenção Básica em saúde em regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde (SUS), mediante integração ensino-serviço, respeitados os limites e as condições fixados em ato conjunto dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Saúde e da Educação.

XII - admissão de profissional de nível superior especializado para atendimento a pessoas com deficiência, nos termos da legislação, matriculadas regularmente em cursos técnicos de nível médio e em cursos de nível superior nas instituições federais de ensino, em ato conjunto do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e do Ministério da Educação¿¿.

Destarte, tratando-se de matéria de ordem pública, cognoscível ex officio, impõe-se a anulação do contrato temporário firmado entre o autor e o município de Moju, conforme, inclusive, vem decidindo o TJ/PA:

¿¿APELAÇÕES CÍVEIS. APELAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ. SERVIDOR TEMPORÁRIO. PRORROGAÇÕES SUCESSIVAS. CONTRATO NULO. AUSÊNCIA DE JULGAMENTO EXTRA PETITA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. PRECEDENTES DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DIREITO À PERCEPÇÃO DO FGTS. ART. 19-A DA LEI Nº 8.036/90. ADIN 3.127. RE 596.478. RE 705.140. RE 765.320. APLICABILIDADE DOS PRECEDENTES DO STF E STJ. TESE DE DISTINÇÃO FÁTICA. AFASTADA. O CASO EM ANÁLISE AMOLDA-SE PERFEITAMENTE AOS JULGADOS SUSCITADOS. INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO QUINQUENAL PREVISTA NO ART.1º DO DECRETO Nº 20.910/32. PRECEDENTES DO STJ E DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ARGUIÇÃO DE COMPENSAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DEVIDA. APELAÇÃO DO ESTADO CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA. APELAÇÃO DA AUTORA. PRETENSÃO AO RECEBIMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. AFASTADA. RESP 897.043/RN. APELAÇÃO DA AUTORA CONHECIDA E NÃO PROVIDA. REEXAME NECESSÁRIO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. UNANIMIDADE.¿ ¿ 1. Apelação do Estado do Pará. A admissão de servidores temporários sem o prévio concurso, é medida de exceção, somente se admitindo quando demonstradas a excepcionalidade e temporariedade da contratação. Não havendo comprovação desses pressupostos, e tendo o contrato se prologando por mais de 16 (dezesseis) anos, deve ser declarada a sua nulidade.¿ ¿ 2. A declaração de nulidade da contratação temporária não caracteriza julgamento extra petita, pois, é plenamente possível o conhecimento da matéria de ofício, uma vez que versa sobre questão de ordem pública. Precedentes deste Egrégio Tribunal de Justiça. (...)¿¿ (2017.03618888-72, 179.812, Rel. MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA, Órgão Julgador 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO, Julgado em 2017-08-21, Publicado em 2017-09-28)

Patenteada a nulidade da contratação temporária do autor, consigno que o Supremo Tribunal Federal, sob a sistemática do art. 1.036 e ss. do CPC, julgou o tema 916, vinculado ao RE 765.320, reafirmando a jurisprudência e a seguinte tese:

¿¿A contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da Constituição Federal não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/1990, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).¿¿

Intui-se que a ratio dessa afirmação jurisprudencial assenta-se, basicamente, no princípio constitucional que veda o trabalho gratuito.

Quanto ao pagamento da quantia relativa ao salário correspondente a 13 dias trabalhados no mês de julho de 2018, mais 13º salário proporcional (referente aos meses de janeiro a julho de 2018) e férias proporcionais acrescidas do terço constitucional (01.01.2018 a 13.07.2018) em relação ao contrato declarado nulo 019/2018 (fls. 21/24), os documentos juntados pelo réu (fls. 72/75) não se mostram hábeis a desconstituir a alegação contida na inicial. Desse modo, não se desincumbindo o réu de seu ônus probatório, merece prosperar a versão autoral.

No tocante ao pedido de indenização por danos morais, não merece acolhimento, considerando que a mera rescisão do contrato temporário não implica na ocorrência do dano alegado, mormente quando a parte tem plena convicção do vínculo precário que mantém com a Administração ao passo que a privação de parte de seus estipêndios está sendo reparada nesta sentença.

No sentido de que a exoneração de servidor temporário não configura o dano moral, passo a transcrever o julgado do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas:

¿¿ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO TEMPORÁRIO. RENOVAÇÃO CONTRATUAL SUCESSIVA. EXONERAÇÃO. DANO MORAL E MATERIAL. AUSÊNCIA DE PROVA. FGTS. MATÉRIA NÃO SUSCITADA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. APRECIAÇÃO NA SEGUNDA. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA EVENTUALIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. É facultado à administração rescindir os contratos celebrados de forma unilateral, sem que tal fato importe necessariamente em prejuízo moral ou material ao servidor exonerado, cabendo, no entanto, a este, caso haja o pagamento de alguma parcela salarial, reaver seu direito suprimido. As matérias não suscitadas no juízo de origem somente podem ser objeto de exame no juízo ad quem se comprovada a impossibilidade absoluta de sua apresentação no juízo a quo, sob pena de violação do princípio da eventualidade. 3. Apelação conhecida e não provida. Decisão: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora (Apelação Cível nº 2008.001450-8, de Manaus. Relatora: Exma. Sra. DESª MARIA DAS GRAÇAS PESSOA FIGUEIREDO) - grifei¿¿.

Ante todo o exposto, **JULGO parcialmente procedente** o pedido, para anular o contrato temporário 019/2018, condenando o Município de Moju a pagar ao requerente LUCIANO SANTANA MENDES os valores devidos a título de salário correspondente a 13 dias trabalhados no mês de julho de 2018, mais 13º salário proporcional e férias proporcionais acrescidas do terço constitucional (correspondentes, respectivamente, a R$413,40, R$477,00 e R$636,00 ¿ totalizando a quantia de R$1.526,40) relativo ao contrato declarado nulo, com correção monetária, utilizando-se como parâmetro o Recurso Extraordinário (RE) 870947, com Repercussão Geral reconhecida (Tema 810); **improcedente** é o pedido no tocante à indenização por danos morais, nos termos da fundamentação.

Sem custas, ante a isenção em favor da Fazenda Pública. Arbitro honorários sucumbenciais a patrona do requerente em 15% sobre o valor da condenação.

Descabe o reexame necessário (CPC, art. 496, §3°, III).

P. R. I (à Fazenda Pública mediante remessa dos autos).

Moju, 22 de setembro de 2021.

Juiz WALTENCIR ALVES GONÇALVES

Titular da Vara Única da Comarca de Moju

AÇÃO DE COBRANÇA - ROC. 0001931-17.2019.814.0031 ¿ REQUERENTE: MARINALDO AMARAL MARTINS - (BEATRIZ CARDOSO GORDO, OAB/PA 27.631) ¿ REQUERIDO: MUNICÍPIO DE MOJU ¿ (Adv. Dr. GABRIEL PEREIRA LIMA, OAB/PA 17.448)

MARINALDO AMARAL MARTINS ingressou com AÇÃO DE COBRANÇA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS em face do MUNICÍPIO DE MOJU, ambos qualificados nos autos, pretendendo o autor obter pagamento de diferenças e saldos salariais além de consectários relacionados a férias e 13º salário relacionados ao período que laborou na forma de contrato temporário para o demandado, de 01.01.2018 a 13.07.2018.

Citado, o requerido apresentou contestação às fls. 32/35, pugnando pela improcedência dos pedidos, de vez que durante todo o período laboral procedeu ao pagamento da contraprestação dos direitos do requerente, não havendo valores a serem pagos referentes a férias, 13º salário e horas extras. Alegou ainda a inocorrência de dano moral ao autor e que não houve a caracterização dos pressupostos previstos em lei para a obrigação do dever de indenizar.

Em réplica, o autor pugnou pela procedência da ação e requereu o julgamento antecipado da causa, tendo em vista ainda a aplicação da teoria da causa madura.

Pela decisão de fl. 52 o feito foi saneado. Incumbi ao réu o ônus da prova. À guisa de atendimento, o demandado juntou a ficha financeira do ano 2016.

É O RELATÓRIO.

DECIDO.

A causa está madura para julgamento, na forma do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

Passo à análise meritória.

O art. 37, II, da CF, prevê a admissão de servidor público mediante concurso, ressalvadas as questões de necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante inciso IX do mesmo artigo.

No caso vertente, observo que o requerente manteve vínculo funcional precário com o Município laborando como Motorista no período de 01.01.2018 a 13.07.2018, mediante contrato temporário. Todavia, à míngua de qualquer justificação, tal atividade não configura necessidade temporária de excepcional interesse público, de modo que as contratações não obedeceram a norma constitucional aplicável à espécie, não se inserindo nas hipóteses previstas no art. 2º, da Lei 8.745/93, in verbis:

¿¿Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

I - assistência a situações de calamidade pública;

II - assistência a emergências em saúde pública;

III - realização de recenseamentos e outras pesquisas de natureza estatística efetuadas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

IV - admissão de professor substituto e professor visitante;

V - admissão de professor e pesquisador visitante estrangeiro;

VI - atividades:

a) especiais nas organizações das Forças Armadas para atender à área industrial ou a encargos temporários de obras e serviços de engenharia;

b) de identificação e demarcação territorial;

c) (Revogado pela Lei nº 10.667, de 2003)

d) finalísticas do Hospital das Forças Armadas;

e) de pesquisa e desenvolvimento de produtos destinados à segurança de sistemas de informações, sob responsabilidade do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações - CEPESC;

f) de vigilância e inspeção, relacionadas à defesa agropecuária, no âmbito do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, para atendimento de situações emergenciais ligadas ao comércio internacional de produtos de origem animal ou vegetal ou de iminente risco à saúde animal, vegetal ou humana;

g) desenvolvidas no âmbito dos projetos do Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM e do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM.

h) técnicas especializadas, no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos internacionais, desde que haja, em seu desempenho, subordinação do contratado ao órgão ou entidade pública.

i) técnicas especializadas necessárias à implantação de órgãos ou entidades ou de novas atribuições definidas para organizações existentes ou as decorrentes de aumento transitório no volume de trabalho que não possam ser atendidas mediante a aplicação do art. 74 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

j) técnicas especializadas de tecnologia da informação, de comunicação e de revisão de processos de trabalho, não alcançadas pela alínea i e que não se caracterizem como atividades permanentes do órgão ou entidade;

l) didático-pedagógicas em escolas de governo; e

m) de assistência à saúde para comunidades indígenas; e

n) que tenham o objetivo de atender a encargos temporários de obras e serviços de engenharia destinados à construção, à reforma, à ampliação e ao aprimoramento de estabelecimentos penais;

VII - admissão de professor, pesquisador e tecnólogo substitutos para suprir a falta de professor, pesquisador ou tecnólogo ocupante de cargo efetivo, decorrente de licença para exercer atividade empresarial relativa à inovação.

VIII - admissão de pesquisador, de técnico com formação em área tecnológica de nível intermediário ou de tecnólogo, nacionais ou estrangeiros, para projeto de pesquisa com prazo determinado, em instituição destinada à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação;

IX - combate a emergências ambientais, na hipótese de declaração, pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente, da existência de emergência ambiental na região específica.

X - admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições federais de ensino, respeitados os limites e as condições fixados em ato conjunto dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Educação.

XI - admissão de professor para suprir demandas excepcionais decorrentes de programas e projetos de aperfeiçoamento de médicos na área de Atenção Básica em saúde em regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde (SUS), mediante integração ensino-serviço, respeitados os limites e as condições fixados em ato conjunto dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Saúde e da Educação.

XII - admissão de profissional de nível superior especializado para atendimento a pessoas com deficiência, nos termos da legislação, matriculadas regularmente em cursos técnicos de nível médio e em cursos de nível superior nas instituições federais de ensino, em ato conjunto do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e do Ministério da Educação¿¿.

Destarte, tratando-se de matéria de ordem pública, cognoscível ex officio, impõe-se a anulação do contrato temporário firmado entre o autor e o município de Moju, conforme, inclusive, vem decidindo o TJ/PA:

¿¿APELAÇÕES CÍVEIS. APELAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ. SERVIDOR TEMPORÁRIO. PRORROGAÇÕES SUCESSIVAS. CONTRATO NULO. AUSÊNCIA DE JULGAMENTO EXTRA PETITA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. PRECEDENTES DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DIREITO À PERCEPÇÃO DO FGTS. ART. 19-A DA LEI Nº 8.036/90. ADIN 3.127. RE 596.478. RE 705.140. RE 765.320. APLICABILIDADE DOS PRECEDENTES DO STF E STJ. TESE DE DISTINÇÃO FÁTICA. AFASTADA. O CASO EM ANÁLISE AMOLDA-SE PERFEITAMENTE AOS JULGADOS SUSCITADOS. INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO QUINQUENAL PREVISTA NO ART.1º DO DECRETO Nº 20.910/32. PRECEDENTES DO STJ E DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ARGUIÇÃO DE COMPENSAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DEVIDA. APELAÇÃO DO ESTADO CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA. APELAÇÃO DA AUTORA. PRETENSÃO AO RECEBIMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. AFASTADA. RESP 897.043/RN. APELAÇÃO DA AUTORA CONHECIDA E NÃO PROVIDA. REEXAME NECESSÁRIO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. UNANIMIDADE.¿ ¿ 1. Apelação do Estado do Pará. A admissão de servidores temporários sem o prévio concurso, é medida de exceção, somente se admitindo quando demonstradas a excepcionalidade e temporariedade da contratação. Não havendo comprovação desses pressupostos, e tendo o contrato se prologando por mais de 16 (dezesseis) anos, deve ser declarada a sua nulidade.¿ ¿ 2. A declaração de nulidade da contratação temporária não caracteriza julgamento extra petita, pois, é plenamente possível o conhecimento da matéria de ofício, uma vez que versa sobre questão de ordem pública. Precedentes deste Egrégio Tribunal de Justiça. (...)¿¿ (2017.03618888-72, 179.812, Rel. MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA, Órgão Julgador 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO, Julgado em 2017-08-21, Publicado em 2017-09-28)

Patenteada a nulidade da contratação temporária do autor, consigno que o Supremo Tribunal Federal, sob a sistemática do art. 1.036 e ss. do CPC, julgou o tema 916, vinculado ao RE 765.320, reafirmando a jurisprudência e a seguinte tese:

¿¿A contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da Constituição Federal não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/1990, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).¿¿

Intui-se que a ratio dessa afirmação jurisprudencial assenta-se, basicamente, no princípio constitucional que veda o trabalho gratuito.

Quanto ao pagamento da quantia relativa ao salário correspondente a 13 dias trabalhados no mês de julho de 2018, mais 13º salário proporcional (referente aos meses de janeiro a julho de 2018) e férias proporcionais acrescidas do terço constitucional (01.01.2018 a 13.07.2018) em relação ao contrato declarado nulo 052/2018 (fls. 21/22), os documentos juntados pelo réu (fls. 58/59) não se mostram hábeis a desconstituir a alegação contida na inicial. Desse modo, não se desincumbindo o réu de seu ônus probatório, merece prosperar a versão autoral.

No tocante ao pedido de indenização por danos morais, não merece acolhimento, considerando que a mera rescisão do contrato temporário não implica na ocorrência do dano alegado, mormente quando a parte tem plena convicção do vínculo precário que mantém com a Administração ao passo que a privação de parte de seus estipêndios está sendo reparada nesta sentença.

No sentido de que a exoneração de servidor temporário não configura o dano moral, passo a transcrever o julgado do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas:

¿¿ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO TEMPORÁRIO. RENOVAÇÃO CONTRATUAL SUCESSIVA. EXONERAÇÃO. DANO MORAL E MATERIAL. AUSÊNCIA DE PROVA. FGTS. MATÉRIA NÃO SUSCITADA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. APRECIAÇÃO NA SEGUNDA. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA EVENTUALIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. É facultado à administração rescindir os contratos celebrados de forma unilateral, sem que tal fato importe necessariamente em prejuízo moral ou material ao servidor exonerado, cabendo, no entanto, a este, caso haja o pagamento de alguma parcela salarial, reaver seu direito suprimido. As matérias não suscitadas no juízo de origem somente podem ser objeto de exame no juízo ad quem se comprovada a impossibilidade absoluta de sua apresentação no juízo a quo, sob pena de violação do princípio da eventualidade. 3. Apelação conhecida e não provida. Decisão: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora (Apelação Cível nº 2008.001450-8, de Manaus. Relatora: Exma. Sra. DESª MARIA DAS GRAÇAS PESSOA FIGUEIREDO) - grifei¿¿.

Ante todo o exposto, **JULGO parcialmente procedente** o pedido, para anular o contrato temporário 052/2018, condenando o Município de Moju a pagar ao requerente MARINALDO AMARAL MARTINS os valores devidos a título de salário correspondente a 13 dias trabalhados no mês de julho de 2018, mais 13º salário proporcional e férias proporcionais acrescidas do terço constitucional (correspondentes, respectivamente, a R$413,40, R$477,00 e R$636,00 ¿ totalizando a quantia de R$1.526,40) relativo ao contrato declarado nulo, com correção monetária, utilizando-se como parâmetro o Recurso Extraordinário (RE) 870947, com Repercussão Geral reconhecida (Tema 810); **improcedente** é o pedido no tocante à indenização por danos morais, nos termos da fundamentação.

Sem custas, ante a isenção em favor da Fazenda Pública. Arbitro honorários sucumbenciais a patrona do requerente em 15% sobre o valor da condenação.

Descabe o reexame necessário (CPC, art. 496, §3°, III).

P. R. I (à Fazenda Pública mediante remessa dos autos).

Moju, 22 de setembro de 2021.

Juiz WALTENCIR ALVES GONÇALVES

Titular da Vara Única da Comarca de Moju

AÇÃO DE TUTELA E GUARDA DE MENOR - ROC. 0005527-77.2017.814.0031 ¿ REQUERENTE: INETE DE SOUZA PERES e RONALDO MOREIRA PERES - (Adv. Dr. JONAS DA SILVA PACHECO, OAB/PA 25.329) ¿ REQUERIDOS: MANOEL LITO DE CASTRO RIBEIRO e NIDIA MARIA SERRÃO DIAS ¿ (Adv. Dra. MARIA DO SOCORRO RIBEIRO BAHIA, OAB/PA 5.350)

INETE DE SOUZA PERES e RONALDO MOREIRA PERES ingressaram com a presente ação de tutela em relação ao seu neto, ENILSO PERES NUNES, todos qualificados nos autos.

Narra a inicial que o infante ENILSO PERES NUNES foi registrado em nome de seus genitores **ELILSO PERES NUNES** e **GISELY SOUZA PERES**, os quais vieram a óbito, respectivamente, no dia 22 de novembro de 2009 e 19 de fevereiro de 2010 (conforme cópias das Certidões de Óbito juntadas às fls. 13/14), deixando-o órfão. Desde então, quem presta toda a assistência a ele são seus avós maternos, ora requerentes, que pleiteiam o acolhimento da presente ação visando a concessão de tutela definitiva em relação ao infante.

Emenda a inicial apresentada, na qual foram incluídos os Sr(s). MANOEL LITO DE CASTRO RIBEIRO e LIDIA SERRÃO DIAS no polo passivo da demanda.

Acolhida a emenda inicial por este Juízo, sendo concedida a guarda provisória do adolescente aos autores.

Requeridos citados nos autos.

Audiência de instrução e julgamento realizada conforme termo de fl. 70/71.

Ouvido, o Ministério Público manifestou-se pela procedência da ação.

Assim exposto, DECIDO.

Dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 36, que ¿a tutela será deferida, nos termos da lei civil, a pessoa de até dezoito anos incompletos".

Por sua vez, o art. 1728 do Código Civil aduz que os filhos menores são postos em tutela ¿falecendo os pais, ou sendo julgados ausentes, ou decaindo do poder familiar¿.

Todavia, na falta de tutor nomeado pelos pais, incumbe a tutela aos parentes consanguíneos do menor (art. 1731 do CC).

No caso vertente, verifica-se que o adolescente ENILSO PERES NUNES está sob a guarda fática dos avós maternos desde o falecimento da sua avó paterna (Sra. Joaninha de Castro Nunes) no dia 13 de junho de 2017 quando ficou sem sua guardiã, impondo-se a procedência da demanda para regularizar situação já existente.

Ante o exposto, em harmonia com o parecer ministerial, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, com fulcro no art. 1.732, do Código Civil, e concedo aos requerentes INETE DE SOUZA PERES e RONALDO MOREIRA PERES a TUTELA em relação ao seu neto, ENILSO PERES NUNES.

Sem custas processuais, conforme artigo 141, §2º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Dê-se ciência ao MP.

Serve a presente sentença como mandado de averbação à margem do registro de nascimento do tutelado. Encaminhe-se ao Cartório competente.

P. I. C. Arquive-se, oportunamente, observadas as formalidades legais.

Moju, 22 de setembro de 2021.

Juiz WALTENCIR ALVES GONÇALVES

Titular da Vara Única da Comarca de Moju

AÇÃO DE GUARDA E TUTELA - PROC. 0003061-10.2019.814.0074 ¿ REQUERENTE: MANOEL SOUZA DA SILVA e outros - (Adv. Dr. CARLOS ALBERTO CAETANO, OAB/PA 14.558-A) ¿ REQUERIDOS: ANTONIO COSTA DE LIMA e JOSIANE DE SOUSA SILVA

Intimo a parte autora, na pessoa de seus advogados, para emendar a inicial, trazendo aos autos para integrar a relaç¿o jurídico processual os avós paternos da infante Ayla Emanuely Silva de Lima (fl. 25).

Prazo de 15 dias, sob pena de extinç¿o sem resoluç¿o do mérito.

Publique-se.

Moju, 04 de outubro de 2021.

Juiz WALTENCIR ALVES GONÇALVES

Titular da Vara Única da Comarca de Moju

AÇÃO DE COBRANÇA - PROC. 0002065-44.2019.814.0031 ¿ REQUERENTE: VLADIMIR VAZ DOS SANTOS - (Adv. Dra. BEATRIZ CARDOSO GORDO, OAB/PA 27.631) ¿ REQUERIDO: MUNICÍPIO DE MOJU- PREFEITURA ¿ (Adv. Dr. GARIEL PEREIRA LIRA, OAB/PA 17.448)

VLADIMIR VAZ DOS SANTOS ingressou com AÇÃO DE COBRANÇA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS em face do MUNICÍPIO DE MOJU, ambos qualificados nos autos, pretendendo o autor obter pagamento de diferenças e saldos salariais além de consectários relacionados a férias e 13º salário relacionados ao período que laborou na forma de contrato temporário para o demandado, com vigência iniciada a partir de 03.05.2018 (primeiro dia útil após a sua contratação) a 13.07.2018.

Citado, o requerido apresentou contestação às fls. 37/43, pugnando pela improcedência dos pedidos, de vez que durante todo o período laboral procedeu ao pagamento da contraprestação dos direitos do requerente, não havendo valores a serem pagos referentes a férias, 13º salário e horas extras. Alegou ainda a inocorrência de dano moral ao autor e que não houve a caracterização dos pressupostos previstos em lei para a obrigação do dever de indenizar.

Em réplica, o autor pugnou pela procedência da ação e requereu o julgamento antecipado da causa, tendo em vista ainda a aplicação da teoria da causa madura.

Pela decisão de fl. 64 o feito foi saneado. Incumbi ao réu o ônus da prova. À guisa de atendimento, o demandado juntou a ficha financeira do ano 2013.

É O RELATÓRIO.

DECIDO.

A causa está madura para julgamento, na forma do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

Passo à análise meritória.

O art. 37, II, da CF, prevê a admissão de servidor público mediante concurso, ressalvadas as questões de necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante inciso IX do mesmo artigo.

No caso vertente, observo que o requerente manteve vínculo funcional precário com o Município laborando como Motorista no período de 01.01.2018 a 13.07.2018, mediante contrato temporário. Todavia, à míngua de qualquer justificação, tal atividade não configura necessidade temporária de excepcional interesse público, de modo que as contratações não obedeceram a norma constitucional aplicável à espécie, não se inserindo nas hipóteses previstas no art. 2º, da Lei 8.745/93, in verbis:

¿¿Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

I - assistência a situações de calamidade pública;

II - assistência a emergências em saúde pública;

III - realização de recenseamentos e outras pesquisas de natureza estatística efetuadas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

IV - admissão de professor substituto e professor visitante;

V - admissão de professor e pesquisador visitante estrangeiro;

VI - atividades:

a) especiais nas organizações das Forças Armadas para atender à área industrial ou a encargos temporários de obras e serviços de engenharia;

b) de identificação e demarcação territorial;

c) (Revogado pela Lei nº 10.667, de 2003)

d) finalísticas do Hospital das Forças Armadas;

e) de pesquisa e desenvolvimento de produtos destinados à segurança de sistemas de informações, sob responsabilidade do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações - CEPESC;

f) de vigilância e inspeção, relacionadas à defesa agropecuária, no âmbito do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, para atendimento de situações emergenciais ligadas ao comércio internacional de produtos de origem animal ou vegetal ou de iminente risco à saúde animal, vegetal ou humana;

g) desenvolvidas no âmbito dos projetos do Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM e do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM.

h) técnicas especializadas, no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos internacionais, desde que haja, em seu desempenho, subordinação do contratado ao órgão ou entidade pública.

i) técnicas especializadas necessárias à implantação de órgãos ou entidades ou de novas atribuições definidas para organizações existentes ou as decorrentes de aumento transitório no volume de trabalho que não possam ser atendidas mediante a aplicação do art. 74 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de

1990;

j) técnicas especializadas de tecnologia da informação, de comunicação e de revisão de processos de trabalho, não alcançadas pela alínea i e que não se caracterizem como atividades permanentes do órgão ou entidade;

l) didático-pedagógicas em escolas de governo; e

m) de assistência à saúde para comunidades indígenas; e

n) que tenham o objetivo de atender a encargos temporários de obras e serviços de engenharia destinados à construção, à reforma, à ampliação e ao aprimoramento de estabelecimentos penais;

VII - admissão de professor, pesquisador e tecnólogo substitutos para suprir a falta de professor, pesquisador ou tecnólogo ocupante de cargo efetivo, decorrente de licença para exercer atividade empresarial relativa à inovação.

VIII - admissão de pesquisador, de técnico com formação em área tecnológica de nível intermediário ou de tecnólogo, nacionais ou estrangeiros, para projeto de pesquisa com prazo determinado, em instituição destinada à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação;

IX - combate a emergências ambientais, na hipótese de declaração, pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente, da existência de emergência ambiental na região específica.

X - admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições federais de ensino, respeitados os limites e as condições fixados em ato conjunto dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Educação.

XI - admissão de professor para suprir demandas excepcionais decorrentes de programas e projetos de aperfeiçoamento de médicos na área de Atenção Básica em saúde em regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde (SUS), mediante integração ensino-serviço, respeitados os limites e as condições fixados em ato conjunto dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Saúde e da Educação.

XII - admissão de profissional de nível superior especializado para atendimento a pessoas com deficiência, nos termos da legislação, matriculadas regularmente em cursos técnicos de nível médio e em cursos de nível superior nas instituições federais de ensino, em ato conjunto do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e do Ministério da Educação¿¿.

Destarte, tratando-se de matéria de ordem pública, cognoscível ex officio, impõe-se a anulação do contrato temporário firmado entre o autor e o município de Moju, conforme, inclusive, vem decidindo o TJ/PA:

¿¿APELAÇÕES CÍVEIS. APELAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ. SERVIDOR TEMPORÁRIO. PRORROGAÇÕES SUCESSIVAS. CONTRATO NULO. AUSÊNCIA DE JULGAMENTO EXTRA PETITA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. PRECEDENTES DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DIREITO À PERCEPÇÃO DO FGTS. ART. 19-A DA LEI Nº 8.036/90. ADIN 3.127. RE 596.478. RE 705.140. RE 765.320. APLICABILIDADE DOS PRECEDENTES DO STF E STJ. TESE DE DISTINÇÃO FÁTICA. AFASTADA. O CASO EM ANÁLISE AMOLDA-SE PERFEITAMENTE AOS JULGADOS SUSCITADOS. INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO QUINQUENAL PREVISTA NO ART.1º DO DECRETO Nº 20.910/32. PRECEDENTES DO STJ E DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ARGUIÇÃO DE COMPENSAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DEVIDA. APELAÇÃO DO ESTADO CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA. APELAÇÃO DA AUTORA. PRETENSÃO AO RECEBIMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. AFASTADA. RESP 897.043/RN. APELAÇÃO DA AUTORA CONHECIDA E NÃO PROVIDA. REEXAME NECESSÁRIO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. UNANIMIDADE.¿ ¿ 1. Apelação do Estado do Pará. A admissão de

servidores temporários sem o prévio concurso, é medida de exceção, somente se admitindo quando demonstradas a excepcionalidade e temporariedade da contratação. Não havendo comprovação desses pressupostos, e tendo o contrato se prologando por mais de 16 (dezesseis) anos, deve ser declarada a sua nulidade.¿ ¿ 2. A declaração de nulidade da contratação temporária não caracteriza julgamento extra petita, pois, é plenamente possível o conhecimento da matéria de ofício, uma vez que versa sobre questão de ordem pública. Precedentes deste Egrégio Tribunal de Justiça. (...)¿¿ (2017.03618888-72, 179.812, Rel. MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA, Órgão Julgador 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO, Julgado em 2017-08-21, Publicado em 2017-09-28)

Patenteada a nulidade da contratação temporária do autor, consigno que o Supremo Tribunal Federal, sob a sistemática do art. 1.036 e ss. do CPC, julgou o tema 916, vinculado ao RE 765.320, reafirmando a jurisprudência e a seguinte tese:

¿¿A contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da Constituição Federal não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/1990, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).¿¿

Intui-se que a ratio dessa afirmação jurisprudencial assenta-se, basicamente, no princípio constitucional que veda o trabalho gratuito.

Quanto ao pagamento da quantia relativa ao salário correspondente a 13 dias trabalhados no mês de julho de 2018, mais 13º salário proporcional (referente aos meses de maio a julho de 2018) e férias proporcionais acrescidas do terço constitucional (03.05.2018 a 13.07.2018) em relação ao contrato declarado nulo 141/2018 (fls. 21/22), os documentos juntados pelo réu (fl. 69) não se mostram hábeis a desconstituir a alegação contida na inicial. Desse modo, não se desincumbindo o réu de seu ônus probatório, merece prosperar a versão autoral.

No tocante ao pedido de indenização por danos morais, não merece acolhimento, considerando que a mera rescisão do contrato temporário não implica na ocorrência do dano alegado, mormente quando a parte tem plena convicção do vínculo precário que mantém com a Administração ao passo que a privação de parte de seus estipêndios está sendo reparada nesta sentença.

No sentido de que a exoneração de servidor temporário não configura o dano moral, passo a transcrever o julgado do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas:

¿¿ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO TEMPORÁRIO. RENOVAÇÃO CONTRATUAL SUCESSIVA. EXONERAÇÃO. DANO MORAL E MATERIAL. AUSÊNCIA DE PROVA. FGTS. MATÉRIA NÃO SUSCITADA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. APRECIAÇÃO NA SEGUNDA. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA EVENTUALIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. É facultado à administração rescindir os contratos celebrados de forma unilateral, sem que tal fato importe necessariamente em prejuízo moral ou material ao servidor exonerado, cabendo, no entanto, a este, caso haja o pagamento de alguma parcela salarial, reaver seu direito suprimido. As matérias não suscitadas no juízo de origem somente podem ser objeto de exame no juízo ad quem se comprovada a impossibilidade absoluta de sua apresentação no juízo a quo, sob pena de violação do princípio da eventualidade. 3. Apelação conhecida e não provida. Decisão: Por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora (Apelação Cível nº 2008.001450-8, de Manaus. Relatora: Exma. Sra. DESª MARIA DAS GRAÇAS PESSOA FIGUEIREDO) - grifei¿¿.

Ante todo o exposto, **JULGO parcialmente procedente** o pedido, para anular o contrato temporário 141/2018, condenando o Município de Moju a pagar ao requerente VLADIMIR VAZ DOS SANTOS os valores devidos a título de salário correspondente a 13 dias trabalhados no mês de julho de 2018, mais 13º salário proporcional e férias proporcionais acrescidas do terço constitucional (correspondentes, respectivamente, a R$560,30, R$215,50 e R$287,33 ¿ totalizando a quantia de R$1.063,13) relativo ao

contrato declarado nulo, com correção monetária, utilizando-se como parâmetro o Recurso Extraordinário (RE) 870947, com Repercussão Geral reconhecida (Tema 810); **improcedente** é o pedido no tocante à indenização por danos morais, nos termos da fundamentação.

Sem custas, ante a isenção em favor da Fazenda Pública. Arbitro honorários sucumbenciais a patrona do requerente em 15% sobre o valor da condenação.

Descabe o reexame necessário (CPC, art. 496, §3°, III).

P. R. I (à Fazenda Pública mediante remessa dos autos).

Moju, 22 de setembro de 2021.

Juiz WALTENCIR ALVES GONÇALVES

Titular da Vara Única da Comarca de Moju

AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - PROC. 0002867-76.2018.814.0031 ¿ REQUERENTE: BANCO RCI BRASIL SA - (Adv. Dra. MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER, OAB/PA 27.403-A) ¿ REQUERIDO: JOANA DARC RODRIGUES GUIMARÃES

Trata-se do ajuizamento pelo BANCO RCI BRASIL S/A da ação de busca e apreensão c/c pedido liminar do veículo alienado fiduciariamente nos termos do Decreto-Lei n° 911/69 em face de JOANA DARC RODRIGUES GUIMARAES, ambos qualificados nos autos.

Às fls. 59/62, as partes requereram a homologação da composição consensual da controvérsia, bem como, a extinção da ação com fulcro no art. 487, III, ¿¿b¿¿, do Código de Processo Civil.

É o relatório do essencial. Fundamento e decido.

O artigo 840 do Código Civil reza que ¿¿é lícito aos interessados prevenirem ou terminarem o litígio mediante concessões mútuas¿¿.

Se a transação recair sobre direitos contestados em juízo, será feita por escritura pública, ou por termo nos autos, assinado pelos transigentes e homologado pelo juiz (CC, artigo 842). Nesta hipótese, a cognição judicial é sumária, porquanto restrita à verificação do preenchimento dos requisitos extrínsecos de validade do ato (juízo de delibação).

O artigo 104 do Código Civil preconiza que a validade do negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.

Na espécie vertente, em um juízo de delibação, verifico que a transação firmada entre as partes preenche os requisitos de validade do negócio jurídico.

Em face do exposto e para o fim disposto no artigo 515, inciso II, do Código de Processo Civil, homologo a transação firmada entre as partes e julgo extinto o processo com exame do mérito com fulcro no artigo 487, inciso III, letra b, do Código de Processo Civil.

Revogo a DECISÃO INTERLOCUTÓRIA (doc. 20180184526748) que havia concedido a liminar de busca

e apreensão do veículo ao requerente.

Recolha-se eventual mandado expedido. Caso tenha sido apreendido o veículo, fica desde logo autorizada a restituição, expedindo-se o necessário.

Eventual baixa no Detran ou em cadastros restritivos deve ser efetuada pelo autor, eis que não partiu ordem deste Juízo para qualquer anotação.

Certifique-se acerca da (in)existência de custas processuais remanescentes dos atos ocorridos antes desta sentença pelo executado, se houver, nos termos do art. 90, § 3º, do CPC. Honorários advocatícios na forma do acordo pactuado.

Serve a cópia do presente como MANDADO.

P. R. I. Transitada em julgado, certifique-se e arquive-se.

Moju, 04 de outubro de 2021.

Juiz WALTENCIR ALVES GONÇALVES

Titular da Vara Única da Comarca de Moju

AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - PROC. 0004787-51.2019.814.0031 ¿ REQUERENTE: BANCO ITAU CARD SA - (Adv. Dra. CRISTIANE BELINETI GARCIA LOPES, OAB/PA 13.846-A) ¿ REQUERIDO: NILTON NUNES PINHEIRO

Publique-se o despacho de fl. 42.

Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias, com ou sem manifestação, neste último caso devidamente certificado, voltem os autos conclusos.

Moju, 04 de outubro de 2021.

Juiz WALTENCIR ALVES GONÇALVES

Titular da Vara Única da Comarca de Moju

AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - PROC. 0004787-51.2019.814.0031 ¿ REQUERENTE: BANCO ITAU CARD SA - (Adv. Dra. CRISTIANE BELINETI GARCIA LOPES, OAB/PA 13.846-A) ¿ REQUERIDO: NILTON NUNES PINHEIRO

Consoante o disposto no artigo 256, § 3º, do Código de Processo Civil ¿¿o réu será considerado em local ignorado ou incerto se infrutíferas as tentativas de sua localizaç¿o, inclusive mediante requisiç¿o pelo juízo de informaç¿es sobre seu endereço nos cadastros de órg¿os públicos ou de concessionárias de serviços públicos.¿¿

Dessa arte, determino que se realizem pesquisas por meio dos sistemas INFOJUD, BACENJUD e SIEL, devendo a parte interessada promover o recolhimento das custas pertinentes à prática dos atos, no prazo de 15 dias.

Publique-se.

Moju, 17 de fevereiro de 2020.

Juiz WALTENCIR ALVES GONÇALVES

Titular da Vara Única da Comarca de Moju

PROCESSO Nº0002687-02.2014.814.0031-AÇÃO PENAL: PROCEDIMENTO ORDINARIO (COLABORAÇÃO COM GRUPO, ORGANIZAÇÃO OU ASSOCIAÇÃO..): AUTOR: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL- REPRESENTANTE: PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA, **DENUNCIADO: WILIAN JEFERSON CORREA DORTI**, REPRESENTANTE: **ADVOGADOS, DR. PEDRO PAULO DA SILVA CAMPOS, OAB/PA Nº1847 e DR. WILLIAM JAN DA SILVA ROCHA, OAB/PA Nº 16.655, DENUNCIADO: BASILIO DE FREITAS MORENO**, REPRESENTANTE: **ADVOGADO, DR. WILLIAM JAN DA SILVA ROCHA, OAB/PA Nº 16.655, DENUNCIADA: MARIA DE JESUS PINHEIRO**. REPRESENTANTE: **ADVOGADA, DRA. LIGIA BARRETO DO AMARAL CYPRIANO, OAB/PA Nº10.318. VÍTIMA: A.C.O.E.** FINALIDAE: INTIMAR OS REPRESENTANTES DOS DENUNCIADOS, SOBRE O TEOR DO DESPACHO ABAIXO TRANSCRITO. Considerando o teor das certidões de fls. 342 e 348, decreto a revelia dos réus, nos termos do art. 367 do CPP, reputando prejudicado o interrogatório deles. Digam as partes sobre eventuais diligências complementares. Intimem-se os advogados pela publicação e o MP mediante vista dos autos. Publique-se. Moju, 25 de junho de 2018. Juiz WALTENCIR ALVES GONÇALVES Titular da Vara Única da Comarca de Moju.

PROCESSO Nº0002687-02.2014.814.0031-AÇÃO PENAL: PROCEDIMENTO ORDINARIO (COLABORAÇÃO COM GRUPO, ORGANIZAÇÃO OU ASSOCIAÇÃO..): AUTOR: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL- REPRESENTANTE: PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA, **DENUNCIADO: WILIAN JEFERSON CORREA DORTI**, REPRESENTANTE: **ADVOGADOS, DR. PEDRO PAULO DA SILVA CAMPOS, OAB/PA Nº1847 e DR. WILLIAM JAN DA SILVA ROCHA, OAB/PA Nº 16.655, DENUNCIADO: BASILIO DE FREITAS MORENO**, REPRESENTANTE: **ADVOGADO, DR. WILLIAM JAN DA SILVA ROCHA, OAB/PA Nº 16.655, DENUNCIADA: MARIA DE JESUS PINHEIRO**. REPRESENTANTE: **ADVOGADA, DRA. LIGIA BARRETO DO AMARAL CYPRIANO, OAB/PA Nº10.318. VÍTIMA: A.C.O.E.** FINALIDAE: INTIMAR OS REPRESENTANTES DOS DENUNCIADOS, SOBRE O TEOR DO DESPACHO ABAIXO TRANSCRITO. ROBERTO TREVISAN DE OLIVEIRA, devidamente qualificada na inicial, por meio de seu patrono constituído, ingressou com o pedido de restituição de bem, pretendendo reaver o veículo marca/modelo 222223-MMC/L200 TRITON 3.2D (nacional), placa NJG-9289, Renavam 00982563833, Fabricação/Modelo 2008/2009, cor Branca, combustível Diesel, Município de Sinop/MT, Detran/MT, apreendido pela Polícia Civil desta cidade em razão da ocorrência do crime de tráfico ilícito de drogas. Ouvido, o Ministério Público se manifestou pelo deferimento do veículo apreendido ao seu proprietário, por não interessar ao processo e não haver comprovação que seja de origem ilícita (fl. 401). Assim exposto, decido. Dispõem os arts. 118 e 120 do CPP: ¿Art. 118. Antes de transitar em julgado a sentença final, as coisas apreendidas não poderão ser restituídas enquanto interessarem ao processo¿. ¿Art. 120. A restituição, quando cabível, poderá ser ordenada pela autoridade policial ou juiz, mediante termo nos autos, desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante¿. No caso vertente, o veículo apreendido não mais interessa ao deslinde do processo, posto que nele já fora realizada a perícia técnica (laudo n. 204/2014 juntado às fls. 322/325) e os documentos de fls. 368/376 e 381/399 comprovam que o requerente é o proprietário do bem apreendido. Desse modo, cumpridos os requisitos legais e em consonância com a manifestação do MP, defiro o pedido determinando que se proceda à restituição ao

requerente ROBERTO TREVISAN DE OLIVEIRA do veículo marca/modelo 222223-MMC/L200 TRITON 3.2 D (nacional), placa NJG-9289, Renavam 00982563833, Fabricação/Modelo 2008/2009, cor Branca, combustível Diesel, Município de Sinop/MT, Detran/MT. Lavre-se Termo de Entrega e Recebimento. Em face de renúncia do mandato (fls. 350/352) **pela Dra. Ligia Barreto do Amaral Cypriano, OAB/PA n. 10.318, para assegurar a ampla defesa e o contraditório, a consubstanciar o devido processo legal penal do direito de defesa do réu, notifique a ré MARIA DE JESUS PINHEIRO, no prazo de 05 (cinco) dias, a fim de que constitua novo causídico para fins de cumprimento do despacho de fl. 349** (doc. 20180253753902), sob pena de sob pena ser-lhe nomeado defensor público ou dativo para prosseguimento do feito. Ciência ao MP. Publique-se. Intime-se. Após, cumprido os termos do despacho de fl. 349, voltem os autos conclusos.

PROCESSO Nº0002687-02.2014.814.0031-AÇÃO PENAL: PROCEDIMENTO ORDINARIO (COLABORAÇÃO COM GRUPO, ORGANIZAÇÃO OU ASSOCIAÇÃO.): AUTOR: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL- REPRESENTANTE: PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA, **DENUNCIADOS**: WILIAN JEFERSON CORREA DORTI, BASILIO DE FREITAS MORENO, e MARIA DE JESUS PINHEIRO VÍTIMA: A.C.O.E. e **ENVOLVIDO:** ROBERTO TREVISAN DE OLIVEIRA, REPRESENTANTE: **DR. PAULO ROBERTO B. CAMPOS, OAB/PA Nº 22.234**. **DR ALLYSON ARAUJO MENEZES, OAB/MT Nº24.511 e DRA MARCILENE MARTINS ALVAREZ, OAB/MT Nº 27.303**. FINALIDAE: INTIMAR OS REPRESENTANTES da parte envolvida, ACIMA MENCIONADOS, SOBRE O TEOR DO **ATO ORDINATORIO** Em virtude das atribuições que me são conferidas por Lei e em cumprimento ao Provimento nº 006/2009-CJCI, Art. 1º, § 2º, Inc. I, datado de 25/05/09, visando à maior celeridade processual, concernente aos atos processuais de mero expediente sem caráter decisório, e tendo em vista que a decisão nº20210224397287, deverá o representante da parte envolvida se manifestar nos autos, sobre o deferimento do pedido de restituição ao requerente ROBERTO TREVISAN DE OLIVEIRA do veículo marca/modelo 222223-MMC/L200 TRITON 3.2 D (nacional), placa NJG-9289, Renavam 00982563833, Fabricação/Modelo 2008/2009, cor Branca, combustível Diesel, Município de Sinop/MT, Detran/MT. Moju- PA, 19/11/2021.....Vera Lúcia Nascimento Lobato. Auxiliar Judiciário, Matrícula nº 126. 454.Secretaria Vara Única da Comarca de Moju/PA

COMARCA DE CACHOEIRA DO ARARI

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE CACHOEIRA DO ARARI

PROCESSO Nº: 0004808-24.2018.8.14.0011

CLASSE: MOEDA FALSA

DENUNCIADO: SILVIO CESAR PACHECO DA SERRA

ADVOGADO: Dr. CARLOS DE SOUZA GONÇALVES NETO OAB/PA 11.406-A

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇ¿O E JULGAMENTO

Aos vinte e dois dias do mês de outubro de dois mil e dezenove (22/10/2019), à hora designada, na sala de audiências do Fórum da Comarca de Cachoeira do Arari, presente o Dr. LEONEL FIGUEIREDO CAVALCANTI, Juiz de Direito, ausente justificadamente a Representante do Ministério Público, Dra. PAULA SUELY DE ARAUJO ALVES CAMACHO, Promotora de Justiça Titular da PJ de Salvaterra, respondendo cumulativamente pela PJ de Cachoeira do Arari, presente o advogado DR. CARLOS DE SOUZA GONÇALVES NETO, OAB/PA 11.406-A, nomeado para o ato, aberta a audiência do processo em epígrafe. Feito o preg¿o, verificou-se a:

Ausente do acusado SILVIO CÉSAR PACHECO DA SERRA.

Presença da vítima DAISY PAULA ASSUNÇ¿O DA SILVA.

DECLARADA ABERTA A AUDIÊNCIA:

Os presentes foram cientificados de que a coleta dos depoimentos será registrada por meio audiovisual, conforme autoriza o artigo 405, §1º, do CPP, sem transcriç¿o, e, independentemente de novas intimaç¿es, a mídia com a gravaç¿o ficará à disposiç¿o das partes a partir do primeiro dia útil seguinte à realizaç¿o deste ato. **Em ato contínuo**, passou-se a oitiva da vítima presente.

DELIBERAÇ¿O EM AUDIÊNCIA: DESPACHO. Considerando a ausência do acusado, que mesmo intimado n¿o compareceu para audiência. Dou por encerrada a instruç¿o, pois o mesmo perdeu a oportunidade de ser interrogado. Vistas ao MP para apresentar suas alegaç¿es finais, no prazo de 10 (dez) dias. Após, à defesa para apresentar suas alegaç¿es no mesmo prazo. CUMPRA-SE. Nada mais havendo mandou o MM. Juiz encerrar o presente termo, que foi lido e achado conforme por todos. Eu, Greeyciane Procópio Sim¿es (Auxiliar Judiciário), _____, o digitei e os presentes subscrevem.

LEONEL FIGUEIREDO CAVALCANTI

Juiz de Direito

DR. CARLOS DE SOUZA GONÇALVES NETO

Advogado

DAISY PAULA ASSUNÇ¿O DA SILVA

Vítima

DVD

COMARCA DE XINGUARA

SECRETARIA DA 2 VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE XINGUARA

RESENHA: 13/11/2021 A 19/11/2021 - SECRETARIA DA 2ª VARA DE XINGUARA - VARA: 2ª VARA DE XINGUARA PROCESSO: 00004049320178140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): RENAN PEREIRA FERRARI A??o: Processo de Execução em: 16/11/2021 REQUERENTE:BANCO BRADESCO Representante(s): OAB 15101-A - OSMARINO JOSE DE MELO (ADVOGADO) OAB 21131 - ERIKA DA SILVA PIMENTEL (ADVOGADO) REQUERIDO:H E ARAUJO CERAMICA EIRELI ME REQUERIDO:HAMILTON EDSON ARAUJO. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de Xinguara Ã-Processo nÂº 0000404-93.2017.8.14.0065 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A exequente veio aos autos informar a celebraÃ§Ã£o de acordo junto aos executados, pugnando assim pela homologaÃ§Ã£o do termo com a consequente extinÃ§Ã£o da execuÃ§Ã£o (fls. 77/79). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De fato, Ã© lÃ-cito aos interessados por fim ao litÃ-gio mediante concessÃµes mÃºtuas por meio de acordo entre as partes. Entretanto, considerando que os executados sequer foram citados da presente aÃ§Ã£o e nÃ£o estÃ£o devidamente representados por advogado, intime-se a parte autora para juntar procuraÃ§Ã£o outorgada pelos executados, bem como cÃ³pia de seus documentos pessoais, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de nÃ£o homologar o acordo extrajudicial pela ausÃªncia de requisito essencial. Â Â Â Â Â Â Xinguara/PA, 22 de junho de 2021. RENAN PEREIRA FERRARI Juiz de Direito Substituto PROCESSO: 00088360420178140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HERICA GONÇALVES SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 16/11/2021 REQUERENTE:ROMARIO CARVALHO DE SOUSA Representante(s): OAB 15747-A - MARCELO GLEIK CAETANO CAVALCANTE (ADVOGADO) REQUERIDO:ITAU SEGUROS SA Representante(s): OAB 11307-A - ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . DESPACHO ORDINATÃRIO Herica GonÃ§alves Silva, Diretora de Secretaria daÂ 2Âª Vara desta Comarca de Xinguara, Estado do ParÃ¡, na forma da Lei, etc. Conforme as atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas pelo provimento 006/2009 - CJCI, INTIMEM-SE as partes, autora e requerida, para se manifestarem acerca do ofÃ-cio de fls. 115. NADA MAIS. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Xinguara, Herica GonÃ§alves Silva, Analista JudiciÃ¡rio da Secretaria da 2Âª Vara da cidade e Comarca de Xinguara, em 16 de novembro de 2021. . Herica GonÃ§alves Silva Diretora de Secretaria da 2Âª Vara de Xinguara Assinado nos termos do art. 1Âº, Â§ 1Âº, IX, do Provimento nÂº 006/2009-CJRMB, aplicaÃ§Ã£o autorizada pelo Provimento nÂº 006/2009-CJCI. PROCESSO: 00117499020168140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 16/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:RACHEL SALES DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 9186-B - ARIVALDO AIRES DA ROCHA (ADVOGADO) VITIMA:I. F. M. . Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de Xinguara Ã-Processo nÂº 0011749-90.2016.814.0065 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Deferida carga dos autos ao advogado Arivaldo Aires da Rocha, OAB/PA nÂº 9.186-B, o causÃ-dico nÃ£o devolveu o processo no prazo legal, apesar de intimado via despacho ordinatÃ³rio, conforme publicado no DJe nÂº 7210/2021, de 23 de agosto de 2021. Â Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 234 do CPC: Art. 234. Os advogados pÃºblicos ou privados, o defensor pÃºblico e o membro do MinistÃ©rio PÃºblico devem restituir os autos no prazo do ato a ser praticado. Â§ 1Âº Ã lÃ-cito a qualquer interessado exigir os autos do advogado que exceder prazo legal. Â§ 2Âº Se, intimado, o advogado nÃ£o devolver os autos no prazo de 3 (trÃªs) dias, perderÃ¡ o direito Ã vista fora de cartÃ³rio e incorrerÃ¡ em multa correspondente Ã metade do salÃ¡rio-mÃ-nimo. Â§ 3Âº Verificada a falta, o juiz comunicarÃ¡ o fato Ã seÃ§Ã£o local da Ordem dos Advogados do Brasil para procedimento disciplinar e imposiÃ§Ã£o de multa. Â Â Â Â Â Â Portanto, DETERMINO: Â Â Â Â Â Â a) OFICIE-SE a Ordem dos Advogados do Brasil, subseÃ§Ã£o OAB/PA 9.186-B, na comarca de Xinguara/PA, para que proceda as providÃªncias necessÃ¡rias; Â Â Â Â Â Â b) CONDENO o causÃ-dico Ã perda de vista fora de cartÃ³rio dos autos acima mencionados, bem como ao pagamento de multa correspondente a R$550,00 (quinhentos e cinquenta reais); Â Â Â Â Â Â c) Proceda-se o senhor Oficial de JustiÃ§a Ã BUSCA E APREENSÃO dos autos no endereÃ§o profissional do causÃ-dico, ante o excesso de prazo para carga e ao nÃ£o atendimento de devoluÃ§Ã£o no prazo legal, apesar de intimado. Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Xinguara/PA, 21 de outubro de 2021. HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Â Â Â Â Â respondendo pela 2Âª Vara CÃ-vel e

Empresarial de Xinguara/PA PROCESSO: 00003243220178140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Processo de Execução em: 19/11/2021 EXEQUENTE:BANCO BRADESCO Representante(s): OAB 15101-A - OSMARINO JOSE DE MELO (ADVOGADO) EXECUTADO:CERAMICA IRMAOS MARIANO LTDA ME EXECUTADO:CLAUDIO MARIANO SILVA EXECUTADO:JUCILEIA CARDOSO DA SILVA. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de Xinguara Processo nÂº 0000324-32.2017.8.14.0065 DESPACHO Â Â Â Â Â Â INTIME-SE a exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar sobre a petiÃ§Ã£o de fls. 93/94 e requerer o que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Intime-se via DJe. Â Â Â Â Â Â Xinguara/PA, 16 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto respondendo pela 2Âª Vara CÃvel e Empresarial de Xinguara/PA PROCESSO: 00004438920098140065 PROCESSO ANTIGO: 200910003546 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Adoção em: 19/11/2021 REQUERENTE:VALDIVINO MARTINS RODRIGUES Representante(s): OAB 5609 - TIAGO ALVES MONTEIRO FILHO (ADVOGADO) REPRESENTANTE:ANTONIA FELIPE BARBOSA Representante(s): OAB 000000079854 - DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) . Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de Xinguara Processo nÂ° 0000443-89.2009.8.14.0065 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o ofÃcio de fls. 103/104, corroborado com a manifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico Ã fl. 105, informando acerca da incompetÃªncia da equipe multidisciplinar da Comarca de Xinguara em produzir Estudos Sociais. OFICIE-SE o juÃzo da Comarca de Rio Maria, para que possa disponibilizar Assistente Social atuante na Comarca para realizaÃ§Ã£o do estudo determinado em decisÃ£o de fls. 76. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se os autores por meio do advogado, via DJE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Estudo Social deverÃ¡ ser realizado no endereÃ§o indicado Ã fl. 89. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se Â Xinguara, 16 de novembro de 2021. Â HUDSON DOS SANTOS NUNES Â Â Â Â Â Juiz de Direito Substituto Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Respondendo pela 2Â° Vara Civil e Empresarial de Xinguara - PA PROCESSO: 00006038120188140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 19/11/2021 REQUERENTE:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA Representante(s): OAB 15530 - LAYSA AGENOR LEITE (ADVOGADO) OAB 20638-A - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA BENILDA FERREIRA. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de Xinguara Processo nÂº 0000603-81.2018.8.14.0065 DECISÃO Â Â Â Â Â Â I. Considerando-se que o bem nÃ£o foi localizado para apreensÃ£o, defiro a conversÃ£o da busca e apreensÃ£o em AÃÃO DE EXECUÃÃO (fls. 118/125), com base no artigo 4Âº do Decreto-lei nÂº 911/69. Â Â Â Â Â Â DeverÃ¡ a secretaria providenciar a adequaÃ§Ã£o da classe processual no sistema PJE. Â Â Â Â Â Â II. ApÃ³s recolhidas as custas, CITE-SE o executado no endereÃ§o indicado na inicial, nos termos do artigo 829 do CÃ³digo de Processo Civil, para no prazo de 3 (trÃªs) dias efetuar o pagamento da dÃvida, sob pena de penhora e avaliaÃ§Ã£o de tantos bens quantos bastem para garantia do dÃ©bito. Â Â Â Â Â Â III. Concomitantemente, deverÃ¡ o executado ser INTIMADO para, querendo, apresentar embargos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos do mandado de citaÃ§Ã£o (CPC, art. 915). Â Â Â Â Â Â IV. NÃ£o efetuado o pagamento no prazo, deverÃ¡ o sr. Oficial proceder Ã penhora dos bens, dando-se preferÃªncia Ã queles eventualmente indicados pelo exequente, lavrando-se o respectivo auto, com a intimaÃ§Ã£o do executado. Â Â Â Â Â Â V. Efetivada a penhora, serÃ¡ o executado intimado, nos termos do artigo 841 do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â VI. Advirto que nÃ£o localizado o devedor, deverÃ¡ ser certificado (CPC, art. 830) para que, havendo patrimÃ´nio, seja efetuado o arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execuÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â VII. Fixo os honorÃ¡rios advocatÃcios em 10% (dez por cento) sobre o valor do dÃ©bito atualizado. Em caso de pagamento do dÃ©bito no prazo de 3 (trÃªs) dias, os honorÃ¡rios ficam reduzidos para 5% (cinco por cento). Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Cumpra-se, condicionado ao recolhimento das custas respectivas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Xinguara/PA, 16 de novembro de 2021. HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto respondendo pela 2Âª Vara CÃvel e Empresarial de Xinguara/PA PROCESSO: 00007474520108140065 PROCESSO ANTIGO: 201010006654 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Execução de Título Judicial em: 19/11/2021 EXEQUENTE:BANCO BRADESCO S/A. Representante(s): OAB 15101-A - OSMARINO JOSE DE MELO (ADVOGADO) OAB 15747-A - MARCELO GLEIK CAETANO CAVALCANTE (ADVOGADO) MARCOS ANTONIO DE SOUSA (ADVOGADO) OAB 21131 - ERIKA DA SILVA PIMENTEL (ADVOGADO) EXECUTADO:RICARDO PEREIRA CUNHA Representante(s): OAB 11739 - RONALDO MURARO (ADVOGADO) OAB 16579-A - SILVIA CUNHA MENDONCA (ADVOGADO)

OAB 21131 - ERIKA DA SILVA PIMENTEL (ADVOGADO) . Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de Xinguara Ã-Processo nÂº 0000747-45.2010.8.14.0065 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a exequente, via DJE para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar o cÃ¡lculo atualizado dos valores que entender serem devidos, inclusive com a deduÃ§Ã£o da quantia jÃ¡ levantada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, retornem os autos conclusos para anÃ¡lise do pedido de fl. 169. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Xinguara/PA, 17 de novembro de 2021. HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto respondendo pela 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de Xinguara/PA PROCESSO: 00009742120138140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Cumprimento de sentença em: 19/11/2021 REQUERENTE:THIAGO DA COSTA SILVA Representante(s): OAB 19203-A - CLEOMAR COELHO SOARES (ADVOGADO) REQUERIDO:EMPRESA DE TRANSPORTE TRANSBRASILIANA LTDA Representante(s): OAB 11944 - LUDIMILA DE OLIVEIRA RIBEIRO MENDONCA (ADVOGADO) OAB 14580 - ALESSANDRA PIRES DE CAMPOS DE PIERI (ADVOGADO) OAB 25.637 - KARITA CARLA DE SOUZA SILVA (ADVOGADO) . Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de Xinguara Ã-Processo nÂº 0000974-21.2013.8.14.0065 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1. RELATÃRIO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de THIAGO DA COSTA SILVA proposta por TRANSBRASILIANA TRANSPORTE E TURISMO LTDA, em fase de cumprimento de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimada a cumprir com a obrigaÃ§Ã£o fixada em sentenÃ§a (fl. 168), a requerida veio aos autos informar que encontra-se em recuperaÃ§Ã£o judicial em trÃ¢mite sob o nÂº 115033-97.2016.8.14.0065 na 4Âª Vara CÃ-vel da comarca de GoiÃ¢nia/GO (fls. 170/176). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oficiado, o administrador judicial da requerida sugeriu ao credor que instaurasse incidente de crÃ©dito nos autos de recuperaÃ§Ã£o judicial (fls. 222/224). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em resposta, a parte autora informou que promoveu a instauraÃ§Ã£o do incidente com o requerimento de habilitaÃ§Ã£o de crÃ©dito para recebimento dos valores discutidos na presente aÃ§Ã£o, pugnando, portanto, pelo arquivamento destes autos (fl. 229). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2. FUNDAMENTAÃÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme preceitua o artigo 485, inciso VI, do CÃ³digo de Processo Civil, o processo deve ser extinto sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, quando estiver caracterizada a falta de interesse processual da parte autora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O interesse processual se perfaz quando evidenciada a necessidade e utilidade do provimento jurisdicional vindicado, bem como a adequaÃ§Ã£o da via processual eleita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessumi-se dos autos que a parte autora requereu a habilitaÃ§Ã£o do crÃ©dito executado nestes autos junto ao juÃ-zo da recuperaÃ§Ã£o judicial. Desta forma, nÃ£o pode ser outra a conclusÃ£o senÃ£o que se perdeu o objeto do presente cumprimento de sentenÃ§a, consubstanciado no esvaziamento dos pressupostos necessÃ¡rios Ã sua constituiÃ§Ã£o e desenvolvimento vÃ¡lido e regular. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cabe ressaltar que o interesse processual se encontra nÃ£o apenas na utilidade, mas especificamente na necessidade do processo como remÃ©dio apto Ã aplicaÃ§Ã£o do direito objetivo no caso concreto, pois a tutela jurisdicional nÃ£o Ã© jamais outorgada sem uma necessidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, uma vez habilitado o crÃ©dito nos autos de recuperaÃ§Ã£o judicial, desaparece a necessidade de prosseguir com o cumprimento de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3. DISPOSITIVO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito em razÃ£o da perda superveniente do interesse de processual de agir, nos termos do artigo 485, inciso VI, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas processuais finais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios no importe de 10% (dez por cento) sob o valor da causa, a serem arcados pela requerida em atenÃ§Ã£o ao princÃ-pio da causalidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, certifique-se e arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Xinguara/PA, data registada pelo sistema. HUDSON DOS SANTOS NUNES Â Â Â Â Â Juiz de Direito Substituto Â Â Â Â Â respondendo pela 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de Xinguara/PA PROCESSO: 00018076320188140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Tutela e Curatela - Nomeação em: 19/11/2021 REQUERENTE:MAURILIO PEREIRA CAMPOS Representante(s): OAB 18649 - LAYLLA SILVA MAIA (ADVOGADO) REQUERENTE:ELIANA COSTA DA CUNHA CAMPOS Representante(s): OAB 18649 - LAYLLA SILVA MAIA (ADVOGADO) INTERDITANDO:LEONARDO COSTA CAMPOS Representante(s): OAB 23133 - WILLIAN DA SILVA FALCHI (ADVOGADO) . Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de Xinguara Ã-Processo nÂº 0001807-63.2018.814.0065 DESPACHO Â Â Â Â Â 1. Considerando que as partes, devidamente intimadas da decisÃ£o de fl. 43, nÃ£o arguiram impedimento ou suspeiÃ§Ã£o do perito nomeado por este juÃ-zo, tampouco indicaram assistente tÃ©cnico ou apresentaram quesitos, e tendo sido efetuado o depÃ³sito referente aos honorÃ¡rios periciais (fl. 46): Â Â Â Â Â 2. Portanto, Fica agendada a realizaÃ§Ã£o da perÃ-cia MÃDICA para o dia 16 de DEZEMBRO de 2021 Ã s 09H30MIN, a ser realizada no anexo cÃ-vel Da 2Âª vara DESTA COMARCA, localizado na av. xingu, s/n, centro, xinguara/pa. Â Â Â Â Â 3. Intimem-se

as partes para que compareÃ§am no local da perÃ-cia com todos os exames feitos anteriormente e documentos pessoais. Â Â Â Â Â 4. O laudo pericial deverÃ¡ ser elaborado em consonÃ¢ncia com o art. 473 do CPC e responder aos seguintes quesitos: I Â¿ O interditando Ã© portador de alguma enfermidade ou debilidade fÃ-sica e/ou mental?p II Â¿ Caso a resposta ao item I seja positiva, a patologia apresentada Ã© capaz de impedir que o interditando possua o necessÃ¡rio discernimento para os atos da vida civil? O impedimento Ã© total ou parcial? Se parcial, para quais atos? III Â¿ A incapacidade apresentada possui carÃ¡ter transitÃ³rio ou permanente? Â Â Â Â Â 4. O laudo deve ser apresentado dentro do prazo de 20 (vinte) dias da data do atendimento da parte autora. Â Â Â Â Â 5. Com a juntada do laudo pericial, as partes deverÃ£o ser intimadas, por ato ordinatÃ³rio, para, querendo, manifestarem-se no prazo comum de 15 (quinze) dias. Em seguida, dÃª-se vistas dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â 6. ApÃ³s, nÃ£o havendo necessidade de outros esclarecimentos, providencie-se o pagamento dos honorÃ¡rios periciais. Â Â Â Â Â Oficie-se o perito. Â Â Â Â Â Â Intimem-se via DJe. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVE COMO OFÃCIO/MANDADO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Xinguara/PA, 16 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â HUDSON DOS SANTOS NUNES Â Â Â Â Â Juiz de Direito Substituto Â Â Â Â Â respondendo pela 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de Xinguara/PA PROCESSO: 00023469720168140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Cumprimento de sentença em: 19/11/2021 REQUERENTE:JHON CLEITON BATISTA DA SILVA Representante(s): OAB 19203-A - CLEOMAR COELHO SOARES (ADVOGADO) OAB 6228 - JORDELINO ROSALVES DE ALMEIDA (DEFENSOR DATIVO) REQUERIDO:S. B. S. Representante(s): OAB 25637 - KARITA CARLA DE SOUZA SILVA (ADVOGADO) OAB 101010 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:S. C. B. S. Representante(s): OAB 25637 - KARITA CARLA DE SOUZA SILVA (ADVOGADO) OAB 101010 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REPRESENTANTE:WILMA SANTOS DA SILVA Representante(s): OAB 25637 - KARITA CARLA DE SOUZA SILVA (ADVOGADO) OAB 101010 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de Xinguara Processo nÂº 0002346-97.2016.8.14.0065 DECISÃOÂ Â Â Â Â Â Â I. Trata-se de cumprimento de sentenÃ§a obrigaÃ§Ã£o de prestar alimentos (fls. 36/41). Â Â Â Â Â Â O executado foi intimado para cumprir a obrigaÃ§Ã£o (fl. 59), e apresentou justificativa (fls. 73/75), a qual foi rejeitada, tendo sido decretada sua prisÃ£o civil (fls. 90/91). Â Â Â Â Â Â O mandado de prisÃ£o nÃ£o foi cumprido pelo fato de o executado nÃ£o ter sido localizado (fl. 102). Â Â Â Â Â Â Os exequentes apresentaram novo endereÃ§o do executado (fls. 111/112). Â Â Â Â Â Â Em atenÃ§Ã£o a RecomendaÃ§Ã£o nÂº 62 de 17/03/2020 do CNJ, foi determinada a intimaÃ§Ã£o dos exequentes para que informassem se pretendiam o cumprimento da prisÃ£o em regime domiciliar ou o diferimento da prisÃ£o em regime fechado (fl. 120). Â Â Â Â Â Â Intimada, a parte exequente requereu seja decretada a prisÃ£o civil do executado (fls. 124/126). Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â O art. 528 do CPC dispÃµe acerca da possibilidade de prisÃ£o civil do executado que, intimado pessoalmente para pagar os alimentos relativos Ã s trÃªs prestaÃ§Ãµes anteriores ao ajuizamento da execuÃ§Ã£o e as que vencerem no curso do processo, no prazo de 03 (trÃªs) dias, nÃ£o adimplir o dÃ©bito ou nÃ£o tiver sua justificativa aceita. Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que os dÃ©bitos executados na presente aÃ§Ã£o correspondem ao disposto no art. 528, Â§7Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â O executado, por sua vez, nÃ£o demonstrou motivos hÃ¡beis para o nÃ£o pagamento das prestaÃ§Ãµes alimentares ou propÃ´s qualquer forma de parcelamento do dÃ©bito, mantendo-se inerte. Assim, tenho que nÃ£o hÃ¡ razÃ£o que justiÂ¿que o total inadimplemento da obrigaÃ§Ã£o alimentar executada, em especial pelo lapso temporal decorrido desde a intimaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o sendo efetuado o pagamento integral das prestaÃ§Ãµes vencidas, nÃ£o hÃ¡ outra soluÃ§Ã£o a nÃ£o ser a decretaÃ§Ã£o da prisÃ£o do devedor inadimplente, tendo em vista que o alimentando encontra-se desamparado, dependendo totalmente de seus genitores para terem uma vida digna, com base nos princÃ-pios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade familiar, bem como no princÃ-pio do maior interesse da crianÃ§a. Â Â Â Â Â Â Em que pese a permanÃªncia da situaÃ§Ã£o pandÃªmica no paÃ-s, diante do avanÃ§o da imunizaÃ§Ã£o nacional contra o coronavÃ-rus e a reduÃ§Ã£o concreta dos perigos causados pela pandemia, o Conselho Nacional de JustiÃ§a editou a RecomendaÃ§Ã£o nÂº 122 de 03 de novembro de 2021, que leva em consideraÃ§Ã£o o fato de que a prisÃ£o domiciliar nÃ£o configura medida eficaz apta a constranger o devedor de alimentos a quitar sua dÃ-vida e o inegÃ¡vel fato de que o cumprimento da obrigaÃ§Ã£o alimentÃ-cia sÃ³ ocorre com o anÃºncio da expediÃ§Ã£o do mandado prisional, alÃ©m do longo perÃ-odo de espera dos credores da verba alimentar - crianÃ§as e adolescentes -, durante o perÃ-odo da pandemia do coronavÃ-rus. Â Â Â Â Â Â A mencionada recomendaÃ§Ã£o indica a necessidade de que o magistrado considere: Â Â Â Â Â Â a) o contexto epidemiolÃ³gico local e a situaÃ§Ã£o concreta dos casos no municÃ-pio e da populaÃ§Ã£o carcerÃ¡ria; Â Â Â Â Â Â b) o calendÃ¡rio vacinal do municÃ-pio de residÃªncia do devedor de alimentos, em especial se jÃ¡ lhe foi ofertada a dose

Ãºnica ou todas as doses da vacina; e Â Â Â Â Â Â c) a eventual recusa do devedor em vacinar-se, como forma de postergar o cumprimento da obrigaÃ§Ã£o alimentÃ-cia. Â Â Â Â Â Â Assim, entendo que nÃ£o subsistem motivos para que a prisÃ£o seja cumprida em regime diferente daquele previsto no art. 528, Â§4Âº do CPC, considerando o Boletim EpidemiolÃ³gico e informaÃ§Ãµes acerca do calendÃ¡rio vacinal elaborado pela Secretaria de SaÃºde do MunicÃ-pio de Xinguara, atualizados em 12/11/2021, disponÃ-veis no sÃ-tio eletrÃ´nico , bem como as informaÃ§Ãµes presentes na Portaria nº 3908/2021-CP de 16 de novembro de 2021 deste Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, que dispÃµem acerca do: Â Â Â Â Â Â 1) Decreto nº 800, de 31 de maio de 2020, republicado em 27 de agosto de 2021, do Governo do Estado do ParÃ¡, o qual, tendo em vista a pandemia da COVID-19, instituiu o Projeto RETOMAPARÃ, que visa Ã retomada econÃ´mica gradativa e segura, no Ã¢mbito do Estado do ParÃ¡, classificou todas as regiÃµes estaduais na Zona 04 (bandeira verde), isto Ã©, de abertura parcial, definida pela capacidade hospitalar controlada e evoluÃ§Ã£o da doenÃ§a em fase decrescente; Â Â Â Â Â Â 2) dados divulgados pelo Boletim EpidemiolÃ³gico sobre a COVID-19 no Estado do ParÃ¡, elaborados pela VigilÃ¢ncia EpidemiolÃ³gica da Secretaria de Estado da SaÃºde do ParÃ¡ (SESPA), atualizados em 15/11/2021, Ã s 18:01h, disponÃ-veis no sÃ-tio eletrÃ´nico ; Â Â Â Â Â Â 3) as informaÃ§Ãµes divulgadas pela SESPA sobre a vacinaÃ§Ã£o estadual por meio do " V a c i n Ã´ m e t r o " d o E s t a d o d o P a r Ã¡ , d i s p o n Ã- v e i s n o s Ã- t i o e l e t r Ã´ n i c o , atualizadas em 15/11/2021, Ã s 14h, que apontam 69,82% de cobertura da 1Âª dose e 46,68% de cobertura da 2Âª dose ou dose Ãºnica; Â Â Â Â Â Â II. Desta forma, diante da inadimplÃªncia do executado e com base nos efeitos da RecomendaÃ§Ã£o nº 122 de 03/11/2021, na norma do art. 5Âº, LXVII, da ConstituiÃ§Ã£o Federal e do art. 528, Â§ 3Âº, do CPC DECRETO A PRISÃO CIVIL de JHON CLEITON BATISTA DA SIVA, a ser cumprida em regime fechado pelo prazo de 60 (sessenta) dias, ou atÃ© que o executado pague os alimentos em atraso e os vencidos atÃ© a data do efetivo pagamento, devidamente atualizados. Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se mandado de prisÃ£o, consignando-se no mesmo que o oficial de justiÃ§a deverÃ¡ guardar as cautelas legais e o segredo de justiÃ§a necessÃ¡rios ao fiel cumprimento da ordem. Â Â Â Â Â Â Recomende-se Ã autoridade policial, para que o mantenha separado dos demais presos por ilÃ-cito penal. Â Â Â Â Â Â Efetuada a prisÃ£o, cumpra-se o disposto no art. 5Âº, LXII, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, com imediata comunicaÃ§Ã£o da prisÃ£o Ã famÃ-lia do preso ou Ã pessoa por ele indicada. Â Â Â Â Â Â III. Cumpra-se o item 1 da decisÃ£o de fl. 120. Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Intime-se a parte autora via DJe, com atenÃ§Ã£o ao cadastramento do patrono constituÃ-do Ã fl. 123, para requerer o que entender de direito quanto aos alimentos pelo rito previsto no art. 523 do CPC. Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVE O PRESENTE COMO MANDADO/OFÃCIO. Â Â Â Â Â Â Xinguara/PA, 16 de novembro de 2021. HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto respondendo pela 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de Xinguara/PA PROCESSO: 00037141020178140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Inventário em: 19/11/2021 INVENTARIANTE:M. S. M. INVENTARIANTE:G. S. M. INVENTARIANTE:MILENE SOUSA DOS SANTOS Representante(s): OAB 18858 - LUCENILDA DE ABREU ALMEIDA (ADVOGADO) INVENTARIADO:JOSE LAURILENE PIRES DE MORAES. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de Xinguara Processo nº 0003714-10.2017.8.14.0065 SENTENÃA 1. RELATÃRIO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de inventÃ¡rio pelo rito do arrolamento sumÃ¡rio ajuizada por MAURO SANTOS DE MORAIS e GABRIEL DOS SANTOS MORAIS, representados por sua genitora MILENE SOUSA DOS SANTOS, todos qualificados, em razÃ£o do falecimento de JOSÃ LAURILENE PIRES DE MORAES, objetivando a partilha do espÃ³lio deixado pelo de cujus. Â Â Â Â Â Â Â Â Â InstruÃ-ram o pedido com os documentos exigidos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A genitora dos herdeiros, senhora MILENE SOUSA DOS SANTOS, foi nomeada inventariante (fl. 61). Â Â Â Â Â Â Â Â Termo de compromisso de inventariante juntado Ã fl. 63. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiras declaraÃ§Ãµes apresentadas (fls. 64/67). Â Â Â Â Â Â Â Â Â CertidÃµes negativas de dÃ©bitos relativos Ã s Fazendas PÃºblicas (fls. 40/43). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Eventuais terceiros interessados foram citados por edital (fl. 69). Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico manifestou-se favoravelmente Ã homologaÃ§Ã£o do plano de partilha (fls. 77/78). Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. 2. FUNDAMENTAÃÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â O presente feito tramitou regularmente, onde foram observadas as formalidades legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Estabelece o artigo 659 do CÃ³digo de Processo Civil que a partilha amigÃ¡vel, celebrada entre partes capazes, nos termos da lei, serÃ¡ homologada de plano. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em tela, em que pese a presenÃ§a de herdeiros incapazes, o MinistÃ©rio PÃºblico manifestou-se favoravelmente Ã homologaÃ§Ã£o da partilha, satisfazendo assim o requisito previsto no art. 665 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Considero que o plano de partilha apresentado conserva o direito dos interessados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A homologaÃ§Ã£o da partilha no procedimento do arrolamento sumÃ¡rio nÃ£o pressupÃµe o atendimento das obrigaÃ§Ãµes tributÃ¡rias principais e tampouco acessÃ³rias relativas ao imposto sobre transmissÃ£o

causa mortis. (REsp 1751332/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 03/10/2018). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o vislumbrando vÃ-cios de quaisquer naturezas, deve a partilha ser homologada, nos termos do plano colacionado aos autos. 3. DISPOSITIVO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, nos termos do art. 659 e 665 do CPC, HOMOLOGO por sentenÃ§a, para que produza seus jurÃ-dicos e legais efeitos, a partilha amigÃ¡vel de fls. 64/67 de modo a atribuir aos nela contemplados seus respectivos quinhÃµes de forma proporcional Ã s sobrevindas correÃ§Ãµes monetÃ¡rias, salvo erro ou omissÃ£o e ressalvados os direitos de terceiros, julgando EXTINTO O PROCESSO com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, III, Â¿bÂ¿ do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s cumpridas as formalidades legais e certificado o trÃ¢nsito em julgado, expeÃ§am-se os alvarÃ¡s necessÃ¡rios para transferÃªncia dos bens e o formal de partilha (art. 659, Â§2Âº do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, INTIME-SE a Fazenda PÃºblica Estadual para o lanÃ§amento administrativo do imposto de transmissÃ£o e de outros tributos porventura incidentes (art. 662, Â§2Âº do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Custas finais suspensas em razÃ£o da gratuidade de justiÃ§a concedida (fl. 61). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpridas as diligÃªncias finais, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Xinguara/PA, 16 de novembro de 2021. HUDSON DOS SANTOS NUNES Â Â Â Â Â Juiz de Direito Substituto respondendo pela 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de Xinguara/PA PROCESSO: 00062578820148140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HERICA GONÇALVES SILVA A??o: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Ci em: 19/11/2021 REQUERENTE:ANTONIO LINO DA SILVA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . Processo n. 0006257-88.2014.8.14.0065 . DESPACHO ORDINATÃRIO Â (Provimento nÂº 006/2006-CJRMB, aplicaÃ§Ã£o autorizada pelo Provimento nÂº 006/2009-CJCI) Â De ordem do Exmo. Sr. Hudson dos Santos Nunes, Juiz de Direito Substituto, respondendo pela 2Âª Vara de Xinguara/PA, INTIME-SE o advogado, Dra. . ELOISE VIEIRA DA SILVA SOUZA, OAB-GO nÂº 44553, nos termos do art. 1Âº, Â§2Âº, inciso XXIV, do Provimento nÂº 006/2006-CJCI, a restituir, no prazo de 03 (trÃªs) dias, o processo 0006257-88.2014.8.14.0065 nÃ£o devolvido no prazo legal, sob pena de multa e comunicaÃ§Ã£o do fato Ã OrdemÂ dos Advogados do Brasil, conforme o disposto no art. 234 do CPC. NADA MAIS. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Xinguara, Herica GonÃ§alves Silva, Diretora de Secretaria da 2Âª Vara da cidade e Comarca de Xinguara, em 19 de novembro de 2021. Â Â Herica GonÃ§alves Silva Diretora de Secretaria da 2Âª Vara PROCESSO: 00073894420188140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Procedimento Comum Cível em: 19/11/2021 REQUERENTE:BMC HYUNDAI S/A Representante(s): OAB 315975 - MICHEL DAVID MORENO (ADVOGADO) OAB 332.914 - VANESSA MINIACI (ADVOGADO) OAB 390.042 - SATHYA REWA MARTINELLI (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSE PAIVA LIMA. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de Xinguara Ã-Processo nÂº 0007389-44.2018.8.14.0065 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â A requerente veio aos autos informar a celebraÃ§Ã£o de acordo junto ao requerido, pugnando assim pela homologaÃ§Ã£o do termo com a consequente extinÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o (fls. 189/191). Â Â Â Â Â Â Â Â Â De fato, Ã© lÃ-cito aos interessados por fim ao litÃ-gio mediante concessÃµes mÃºtuas por meio de acordo entre as partes. Entretanto, o termo de acordo juntado aos autos foi assinado pelo requerido sem que estivesse devidamente representado por advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, intime-se a parte autora para juntar procuraÃ§Ã£o outorgada pelo requerido, bem como cÃ³pia de seus documentos pessoais, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de nÃ£o homologar o acordo extrajudicial pela ausÃªncia de requisito essencial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com a juntada, remetam-se os autos Ã URA para que certifique sobre as custas judiciais pendentes, formule relatÃ³rio e respectivo boleto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, havendo custas pendentes, intime-se a parte responsÃ¡vel, via DJe, para que proceda ao pagamento das respectivas custas processuais, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de expediÃ§Ã£o de certidÃ£o de crÃ©dito, inscriÃ§Ã£o na DÃ-vida Ativa e remessa dos documentos necessÃ¡rios Ã Procuradoria-Geral do Estado e Ã Coordenadoria Geral de ArrecadaÃ§Ã£o do TJPA, de tudo certificando nos autos. Â Â Â Â Â Finda as diligÃªncias, voltem os autos conclusos para sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Xinguara/PA, 12 de novembro de 2021. HUDSON DOS SANTOS NUNES Â Â Â Â Â Juiz de Direito Substituto Â Â Â Â Â respondendo pela 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de Xinguara/PA PROCESSO: 00115953820178140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Monitória em: 19/11/2021 REQUERENTE:DJ AGROZOO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA Representante(s): OAB 20876 - DJARLEY SOUZA RAMOS (ADVOGADO) OAB 26051 - DEUSDEDITE SEPTIMIO RAMOS NETO (ADVOGADO) REQUERIDO:STRONDO COMERCIO DE EXPLOSIVOS LTDA ME. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de Xinguara Ã-Processo nÂº 0011595-

38.2017.8.14.0065 SENTENÃA Â Â Â Â Â 1. RELATÃRIO. Â Â Â Â Â Tratam os autos de aÃ§Ã£o monitÃ³ria. Â Â Â Â Â A parte autora requer o pagamento de dÃ-vida de R$12.034,48 (doze mil e trinta e quatro reais e quarenta e oito centavos), referente ao cheque de fl. 22. Â Â Â Â Â A requerida foi citada por edital (fl. 62), sendo-lhe entÃ£o nomeado curador especial (fl. 65), que apresentou contestaÃ§Ã£o por negativa geral (fls. 66/69). Â Â Â Â Â Ã o breve relato. Â Â Â Â Â Â 2. FUNDAMENTAÃÃO. Â Â Â Â Â NÃ£o havendo a necessidade de produÃ§Ã£o de novas provas, passo ao julgamento antecipado na forma do art. 355, I do CPC. Â Â Â Â Â Ã sabido que para a propositura de aÃ§Ã£o monitÃ³ria, instruÃ-da com tÃ-tulo de crÃ©dito que perdeu eficÃ¡cia executiva, Ã© desnecessÃ¡ria a demonstraÃ§Ã£o da causa de sua emissÃ£o, cabendo ao emitente-devedor o Ã´nus da prova da inexistÃªncia do dÃ©bito. Â Â Â Â Â A aÃ§Ã£o monitÃ³ria estÃ¡ embasada em cheque, o qual encontra-se juntada aos autos. Â Â Â Â Â Desta forma, vislumbra-se que o documento carreado aos autos possui certeza e liquidez do dÃ©bito e Ã© hÃ¡bil a instruir a aÃ§Ã£o monitÃ³ria. Noutro giro, o curador especial apresentou contestaÃ§Ã£o por negativa geral, de modo que nÃ£o conseguiu desconstituir a pretensÃ£o da exequente. Â Â Â Â Â 3. DISPOSITIVO. Â Â Â Â Â Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido da petiÃ§Ã£o inicial e, nos termos do art. 701, Â§2Âº do CPC/15, fica constituÃ-do de pleno direito o tÃ-tulo executivo judicial, observando-se, em seguida, as disposiÃ§Ãµes inerentes ao cumprimento de sentenÃ§a previstos nos art. 513 e ss do NCPC. Â Â Â Â Â Condeno a requerida em custas finais e torno definitivos os honorÃ¡rios advocatÃ-cios fixados em 5% (cinco por cento) do valor da causa atualizado. Â Â Â Â Â Intime-se a parte para recolhÃª-las, no prazo de no prazo de 05 (cinco) dias. Findo o prazo sem pagamento, expeÃ§a-se certidÃ£o de crÃ©dito, inscreva-se na DÃ-vida Ativa e remetam-se os documentos necessÃ¡rios Ã Procuradoria-Geral do Estado e Ã Coordenadoria Geral de ArrecadaÃ§Ã£o do TJPA, de tudo certificando nos autos. Â Â Â Â Â INTIMEM-SE as partes, por seus procuradores, acerca de todo o teor desta decisÃ£o, observando-se as regras atinentes Ã intimaÃ§Ã£o do rÃ©u revel. Â Â Â Â Â Ultrapassado in albis o prazo recursal, certifique-se e, nÃ£o havendo requerimento de inÃ-cio da fase de cumprimento de sentenÃ§a, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Intime-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Serve o presente como MANDADO. Â Â Â Â Â Â Xinguara/PA, 17 de novembro de 2021. HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto respondendo pela 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de Xinguara/PA PROCESSO: 00119889420168140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Procedimento Comum Cível em: 19/11/2021 REQUERENTE:IZAEL FERREIRA MONTEIRO Representante(s): OAB 11429 - EVANDRO MARCELINO SANTANA (ADVOGADO) OAB 23939 - JOÃO PATRICIO DE FARIA RIBEIRO (ADVOGADO) OAB 4506-A - FLAVIO VICENTE GUIMARAES (ADVOGADO) OAB 24269-A - PAULO HENRIQUE DOMINGUES DE SOUSA (ADVOGADO) REQUERIDO:RACHEL SALES DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 30563 - ANTONIO EDSON DIAS RODRIGUES DA SILVA (ADVOGADO) TERCEIRO:EDINETE GOMES PEREIRA TERCEIRO:SIMRIO DOS SANTOS MENDES TERCEIRO:JOSINO DE SOUSA REIS TERCEIRO:JOSINO DE SOUSA REIS TERCEIRO:JOS CAMPOS FILHO TERCEIRO:JOSIAS LOPES DE ALMEIDA. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de Xinguara Processo nÂº 0011988-94.2016.8.14.0065 SENTENÃA/DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1. Quanto ao pedido de homologaÃ§Ã£o de acordo parcial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de reconhecimento e dissoluÃ§Ã£o de uniÃ£o estÃ¡vel com pedido de partilha de bens proposta por IZAEL FERREIRA MONTEIRO em face de RACHEL SALES DE OLIVEIRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o deferindo pedido de tutela provisÃ³ria Ã fl. 98. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requerida citada Ã fl. 113. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o de saneamento Ã fl. 193, e de esclarecimento do saneamento Ã fl. 236. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia de instruÃ§Ã£o realizada Ã fl. 265, onde foram feitos requerimentos pelas partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobreveio pedido de tutela de urgÃªncia apresentado pela parte autora, requerendo, em sÃ-ntese, que seja determinada a desocupaÃ§Ã£o da requerida do imÃ³vel objeto da presente aÃ§Ã£o (fls. 444/449). Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o indeferindo o pedido de tutela de urgÃªncia e postergando a anÃ¡lise definitiva para apÃ³s a manifestaÃ§Ã£o da requerida, alÃ©m de determinar o cumprimento das diligÃªncias jÃ¡ determinadas anteriormente (fls. 456/457). Â Â Â Â Â Â Â Â Â A requerida pugnou pela fixaÃ§Ã£o de alimentos transitÃ³rios em seu favor, a serem arcados pelo requerente (fls. 468/473). Manifestou-se quanto pedido de tutela feito pelo requerente (fls. 474/480). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seguida as partes juntaram aos autos termo de acordo, transacionando quanto aos semoventes discutidos na presente aÃ§Ã£o, bem como quanto a desocupaÃ§Ã£o da requerida do imÃ³vel em questÃ£o, requerendo a homologaÃ§Ã£o do juÃ-zo (fls. 512/516). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo encontra-se com tramitaÃ§Ã£o regular. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Termo de acordo colacionado aos autos celebrado pelas partes e assinados por seus advogados com poderes para transigir, pugnando pela homologaÃ§Ã£o da avenÃ§a celebrada com a finalidade de por fim a uma parte do litÃ-gio existente entre estes (fls. 512/516). Â Â Â Â Â Â Â Â Â A questÃ£o tratada nos presentes autos cingiu-se parcialmente

pela autocomposiÃ§Ã£o, propiciando, assim, o fim do descontentamento entre as partes, as quais transigiram e realizaram acordo. Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, o art. 487, III, b, do CÃ³digo de Processo Civil, preconiza ser o presente caso hipÃ³tese de extinÃ§Ã£o do feito com exame do mÃ©rito, litteris: Â Â Â Â Â Â Â Â Â HaverÃ¡ resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito quando o juiz: Â Â Â Â Â Â Â Â Â III Â¿ homologar Â Â Â Â Â Â Â Â Â b) a transaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, HOMOLOGO, por sentenÃ§a, a transaÃ§Ã£o celebrada entre as partes (fls. 512/516), a qual passa a integrar a presente decisÃ£o, com fundamento no art. 487, III, b, do CÃ³digo de Processo Civil, prosseguindo o processo quanto aos demais pedidos. Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que as partes acordaram quanto a desocupaÃ§Ã£o da requerida do imÃ³vel objeto de litÃ-gio, resta PREJUDICADO o pedido de tutela atÃ© entÃ£o pendente de decisÃ£o definitiva (fl. 456/457). Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2. Quanto ao pedido de alimentos provisionais Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz, em sÃ-ntese, que a renda das partes era proveniente da propriedade rural discutida nos autos, e que, com a separaÃ§Ã£o e apÃ³s a decisÃ£o de fls. 97/99 que nomeou o requerente como gestor/administrador da propriedade rural discutida nos autos, a requerida passou a depender da ajuda de familiares para custear suas despesas com alimentaÃ§Ã£o, vestuÃ¡rio, saÃºde etc., jÃ¡ que estÃ¡ impedida de gerir seu negÃ³cio e o requerente nunca lhe prestou alimentos (fls. 468/473). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requer sejam fixados alimentos no importe de R$1.100,00 (hum mil e cem reais), a serem pagos pelo requerente, atÃ© que haja a resoluÃ§Ã£o da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Para o deferimento de tutela fixando alimentos em favor da ex-mulher, como decorrÃªncia do dever de mÃºtua assistÃªncia entre os cÃ´njuges, alÃ©m da ruptura recente do casamento, a prova da dependÃªncia econÃ´mica do ex-marido deve ser inequÃ-voca, circunstÃ¢ncia que se insere na anÃ¡lise do binÃ´mio necessidade X possibilidade de que trata o Â§1Âº do art. 1.694 do CC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Superior Tribunal de JustiÃ§a possui ainda entendimento no sentido de que os alimentos devidos entre ex-cÃ´njuges tÃªm carÃ¡ter excepcional e transitÃ³rio, salvo quando presente a incapacidade laborativa ou a impossibilidade de inserÃ§Ã£o no mercado de trabalho. Â Â Â Â Â Â Â Â Â HÃ¡ de se ter em conta, portanto, as condiÃ§Ãµes sociais da pessoa que tem direito aos alimentos, a sua idade, saÃºde e outras circunstÃ¢ncias particulares de tempo e de lugar, que influem na prÃ³pria medida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em tela, a requerida tem 49 (quarenta e nove) anos de idade, Ã© capaz, e as partes encontram-se separadas de fato hÃ¡ mais de 05 (cinco) anos, circunstÃ¢ncia que afasta a urgÃªncia alegada. Ademais, nÃ£o restou demonstrada prova efetiva da alegada dependÃªncia econÃ´mica do ex companheiro, motivo pelo qual resta impossibilitada a concessÃ£o da medida requerida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, entendendo nÃ£o estarem preenchidos os requisitos para a concessÃ£o da tutela quanto aos alimentos provisionais requeridos, INDEFIRO o pedido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3. Quanto Ã s diligÃªncias pendentes de cumprimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico que apÃ³s o despacho que determinou o cumprimento de diligÃªncias (fl. 456), as partes apresentaram novos requerimentos, motivo pelo qual aqueles nÃ£o puderam ser cumpridos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, considerando que os autos jÃ¡ foram saneados, inclusive tendo havido audiÃªncia de instruÃ§Ã£o, e que restam apenas tais determinaÃ§Ãµes pendentes, CUMPRA-SE os itens 1, 3 e 4 do despacho de fl. 456. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com a resposta, retornem os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se as partes via DJe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Xinguara/PA, 18 de novembro de 2021. HUDSON DOS SANTOS NUNES Â Â Â Â Â Juiz de Direito Substituto respondendo pela 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de Xinguara/PA 3 PROCESSO: 00507813920158140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Procedimento Comum Cível em: 19/11/2021 REQUERENTE:MAKEYLLE OLIVEIRA DOS ANJOS SILVA REQUERENTE:WILTON OLIVEIRA DOS ANJOS REQUERENTE:JHON DOUGLAS OLIVEIRA DOS ANJOS Representante(s): OAB 19203-A - CLEOMAR COELHO SOARES (ADVOGADO) REQUERIDO:MANUEL MAURECI DA SILVA Representante(s): OAB 15594-B - CRISTIANO PROCOPIO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) . Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de Xinguara Processo nÂº 0050781-39.2015.8.14.0065 DESPACHOÂ Â Â Â Â Â Â Intime-se o exequente para manifestar sobre a certidÃ£o de fl. 235, no prazo de 05Â (cinco) dias, devendo requerer o que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Xinguara/PA, 16 de novembro de 2021. HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto respondendo pela 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de Xinguara/PA PROCESSO: 00947804220158140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HERICA GONÇALVES SILVA A??o: Divórcio Litigioso em: 19/11/2021 REQUERENTE:C. S. R. Representante(s): OAB 26446 - ELIEL MACIEL CAMPOS (ADVOGADO) REQUERIDO:R. L. L. R. . ATO ORDINATÃRIO Herica GonÃ§alves Silva, Diretora de Secretaria da 2Âª Vara, desta Comarca de Xinguara, Estado do ParÃ¡, na forma da Lei etc. Conforme as atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas pelo provimento 006/2009 Â¿ CJCI, INTIME-SE a parte autora, por meio de seu advogado, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, compareÃ§a Ã secretaria da 2Âª Vara, para assinar o termo de compromisso de guarda definitiva. Nesta Cidade e Comarca de Xinguara,

Herica GonÃ§alves Silva, Diretora de Secretaria da 2Âª Vara, desta Comarca de Xinguara, Estado do ParÃ¡, em 19 de novembro de 2021. Â Â Herica GonÃ§alves Silva Â Diretora de Secretaria da 2Âª Vara de Xinguara, em exercÃ-cio Â Assinado nos termos do art. 1Âº, Â§1Âº, IX, do Provimento nÂº 006/2009-CJRMB, AplicaÃ§Â¿o autorizada pelo Â Provimento nÂº 006/2009-CJCI. PROCESSO: 00045683820168140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: REQUERENTE: A. R. M. Representante(s): OAB 24.346 - JEFERSON DAYUNE RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO: W. V. A. Representante(s): OAB 23824-B - EDSON FLAVIO SILVA COUTINHO (ADVOGADO) PROCESSO: 00050363120188140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Procedimento Comum Cível em: REQUERENTE: L. S. M. Representante(s): OAB 0001 - DEFENSOR PUBLICO (ADVOGADO) OAB 23213-B - CLEIDIENE LISBOA DA SILVA (ADVOGADO) MENOR: H. B. S. M. REQUERIDO: S. B. S. Representante(s): OAB 6228 - JORDELINO ROSALVES DE ALMEIDA (CURADOR ESPECIAL) PROCESSO: 00090096220168140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Guarda de Infância e Juventude em: REQUERENTE: E. S. M. Representante(s): OAB 20876 - DJARLEY SOUZA RAMOS (ADVOGADO) MENOR: W. S. M. MENOR: D. S. M.

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE XINGUARA

RESENHA: 11/11/2021 A 19/11/2021 - SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE XINGUARA - VARA: VARA CRIMINAL DE XINGUARA PROCESSO: 00002613620198140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Inquérito Policial em: 11/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:MANOEL MESSIAS MORAES SILVA VITIMA:R. S. C. . DESPACHO - MANDADO Tratam-se os autos de aÃ§Ã£o penal de rito ordinÃ¡rio. Considerando a inviabilidade de realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia designada anteriormente, REDESIGNO a audiÃªncia para produÃ§Ã£o antecipada de provas a fim de proceder Ã oitiva da vÃ-tima REBEKA SANTOS DA CONCEIÃÃO, para o dia 06 de dezembro de 2021 Ã s 13h00min. Oficie-se ao MM. Juiz de Direito de Rio Maria para que encaminhe servidor capacitado da equipe Multidisciplinar, para auxiliar na oitiva da vÃ-tima (menor) na data e horÃ¡rio mencionado. Intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico. Intime-se o acusado na pessoa de seu advogado. Intimem-se a vÃ-tima e as testemunhas arroladas pelo MP e pela Defesa. Serve a cÃ³pia do presente termo como mandado, conforme Provimento n. 003/2009-CJCI. Xinguara-PA, 11 de novembro de 2021. HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito substituto respondendo pela Vara Criminal de Xinguara-PA PROCESSO: 00002700520108140065 PROCESSO ANTIGO: 20102000951 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Procedimento Comum em: 11/11/2021 EXCIPIENTE:ANTONIO LUIZ DE SOUZA Representante(s): ANTONIA LIMA DOS SANTOS (ADVOGADO) EXCIPIENTE:LOURIVAL SANTOS FERREIRA EXCIPIENTE:BALTAZAR LUIS DE SOUZA. DESPACHO Cumpra-se despacho de fls. 32v. ApÃ³s, em atenÃ§Ã£o ao art. 108, Â§1Âº, do CPP, remetam-se os autos ao RMP para que emita o seu parecer em atÃ© 05 (cinco) dias. Cumpra-se. Xinguara/PA, 11 de novembro de 2021. HUDSON DOS SANTOS NUNESÂ Juiz de Direito SubstitutoÂ Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara/PA PROCESSO: 00007521220058140065 PROCESSO ANTIGO: 20052000320 9 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 VITIMA:C. F. S. DENUNCIADO:MARCOS ANTONIO DOS SANTOS CARVALHO AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DENUNCIADO:FLAVIANO PEREIRA DENUNCIADO:EDUARDO DE OLIVEIRA RODRIGUES DENUNCIADO:TONY MARLLE DE LACERDA DENUNCIADO:CARLOS MACIEL JERONIMO DA SILVA DENUNCIADO:EDU DE SOUSA DENUNCIADO:TAMULO JUNIOR DE LACERDA. Ã© DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que o a execuÃ§Ã£o da pena de Marcos Antonio dos Santos Carvalho tramita nesta Vara Criminal de Xinguara sob o nÃºmero 0002180-43.2007.8.14.0045. Constato, ainda, que, naquele processo, foi declarada a extinÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade pelo cumprimento e da pena de multa pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Assim, considerando a certidÃ£o de fls. 490, fica nomeado o Dr. Victor Borges, OAB/PA 31.278, para, caso aceite o encargo, funcionar como advogado dativo do acusado em sua reabilitaÃ§Ã£o criminal. Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o dativo na forma do art. 370, Â§ 4Âº do CPP. Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Sendo o caso, servirÃ¡ o presente, por cÃ³pia, como mandado/ofÃ-cio. Â Â Â Â Â Â Â Xinguara/PA, 11 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â HUDSON DOS SANTOS NUNES Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Substituto Â Â Â Â Â Â Â Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara/PA PROCESSO: 00031368620138140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Termo Circunstanciado em: 11/11/2021 REQUERIDO:ELIVANIA FRANCA MARTINS VITIMA:O. E. VITIMA:E. . SENTENÃA Â Â Â Â Â Trata-se de inquÃ©rito instaurado por portaria para apuraÃ§Ã£o de suposta prÃ¡tica de delito descrito nos autos. Â Â Â Â Â AtÃ© a presente data, nÃ£o se vislumbra a ocorrÃªncia de quaisquer dos marcos interruptivos da prescriÃ§Ã£o, nos termos do art. 117 do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Tratando-se de crimes classificados como de consumaÃ§Ã£o instantÃ¢nea, o termo inicial para a referida contagem Ã© a data em que ele se consumou, ou, no caso de tentativa, do dia em que cessou a atividade criminosa, de acordo com o artigo 111, I e II, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â O delito imputado ao suposto autor do fato possui pena mÃ¡xima que nÃ£o supera o prazo de 02 (dois) anos, prescrevendo, portanto, em 04 (quatro) anos. Sopesadas estas informaÃ§Ãµes, verifica-se que a pretensÃ£o punitiva estatal estÃ¡ fulminada pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Isto porque, entre a data do fato e o recebimento da denÃºncia, ou mesmo entre este e a ocorrÃªncia deste ato processual, jÃ¡ se passaram mais de 08 (oito) anos, prazo que se amolda Ã hipÃ³tese de prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva com base na pena em abstrato, em estrita observÃ¢ncia ao inciso V do art. 109 do CPB. Â Â Â Â Â A causa extintiva da punibilidade em estudo estÃ¡ prevista no art. 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro.Â Â Â Â Â Denomina-se

prescriÃ§Ã£o penal a perda do jus puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outros termos, e usando da preciosa liÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco:Â Â (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade (GRECO, RogÃ©rio. Curso de direito penal - parte geral. 7Âª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006, p. 781). Â Â Â Â Â Â Â O citado instituto, por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorre apÃ³s. Â Â Â Â Â Â Pois bem. A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, devendo o juiz declarÃ¡-la de ofÃ-cio, nos termos do art. 61 do CÃ³digo de Processo Penal.Â Â Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o tendo o Estado exercido seu jus puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade em relaÃ§Ã£o ao autor do fato pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DO SUPOSTO SUJEITO ATIVO EM RAZÃO DA PRESCRIÃÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL, assim o fazendo com base no artigo 107, IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico com vista dos autos. Â Â Â Â Â Com o retorno dos autos, sem oposiÃ§Ã£o do Ã³rgÃ£o ministerial, certifique-se o trÃ¢nsito em julgado e arquivem-se imediatamente os presentes autos, independente de nova manifestaÃ§Ã£o deste juÃ-zo. Â Â Â Â Â Sirva-se esta por cÃ³pia como mandado, conforme autoriza o Provimento n. 003/2009-CJRMB. Â Â Â Â Â Xinguara/PA, 11 de novembro de 2021. Â HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara/PA PROCESSO: 00032511020138140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Termo Circunstanciado em: 11/11/2021 REQUERIDO:CARLOS HENRIQUE PEREIRA ROCHA VITIMA:O. E. . SENTENÃAÂ Â Â Â Â Trata-se de termo circunstanciado de ocorrÃªncia por suposta prÃ¡tica de delito submetido ao rito da Lei 9.099/1995. Â Â Â Â Â AtÃ© a presente data, nÃ£o se vislumbra a ocorrÃªncia de quaisquer dos marcos interruptivos da prescriÃ§Ã£o, nos termos do art. 117 do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Tratando-se de crimes classificados como de consumaÃ§Ã£o instantÃ¢nea, o termo inicial para a referida contagem Ã© a data em que ele se consumou, ou, no caso de tentativa, do dia em que cessou a atividade criminosa, de acordo com o artigo 111, I e II, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â O delito imputado ao suposto autor do fato possui pena mÃ¡xima que nÃ£o supera o prazo de 02 (dois) anos, prescrevendo, portanto, em 04 (quatro) anos. Sopesadas estas informaÃ§Ãµes, verifica-se que a pretensÃ£o punitiva estatal estÃ¡ fulminada pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Isto porque, entre a data do fato e o recebimento da denÃºncia, ou mesmo entre este e a ocorrÃªncia deste ato processual, jÃ¡ se passaram mais de 08 (oito) anos, prazo que se amolda Ã hipÃ³tese de prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva com base na pena em abstrato, em estrita observÃ¢ncia ao inciso V do art. 109 do CPB. Â Â Â Â Â A causa extintiva da punibilidade em estudo estÃ¡ prevista no art. 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro.Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do jus puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outros termos, e usando da preciosa liÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco:Â Â (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade (GRECO, RogÃ©rio. Curso de direito penal - parte geral. 7Âª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006, p. 781). Â Â Â Â Â Â Â O citado instituto, por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorre apÃ³s. Â Â Â Â Â Â Pois bem. A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, devendo o juiz declarÃ¡-la de ofÃ-cio, nos termos do art. 61 do CÃ³digo de Processo Penal.Â Â Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o tendo o Estado exercido seu jus puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade em relaÃ§Ã£o ao autor do fato pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe.Â Â Â Â Â Â DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DO SUPOSTO SUJEITO ATIVO EM RAZÃO DA PRESCRIÃÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL, assim o fazendo com base no artigo 107, IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico com vista dos autos. Â Â Â Â Â Intimem-se acusado. Â Â Â Â Â Com o retorno dos autos, sem oposiÃ§Ã£o do Ã³rgÃ£o ministerial, certifique-se o trÃ¢nsito em julgado e arquivem-se imediatamente os presentes autos, independente de nova manifestaÃ§Ã£o deste juÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Sirva-se esta por cÃ³pia como mandado, conforme autoriza o Provimento n. 003/2009-CJRMB. Â Â Â Â Â Â Xinguara/PA, 11 de novembro 2021. Â HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto

Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara/PA PROCESSO: 00047138920198140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Inquérito Policial em: 11/11/2021 INDICIADO:JHONNATA DO NASCIMENTO VITIMA:A. S. O. . SENTENÃA Â Â Â Â Â Cuida-se de termo circunstanciado de ocorrÃªncia por suposta prÃ¡tica de delito submetido ao rito da Lei 9.099/1995. Â Â Â Â Â Tratando-se, no caso, de crime que se processa por meio de aÃ§Ã£o penal privada, nos termos do art. 145 do CÃ³digo Penal, mostra-se imprescindÃ-vel a iniciativa da suposta vÃ-tima no perÃ-odo de 06 (seis) meses a contar do dia em que vier a saber quem Ã© o autor do crime, conforme preceituam os arts. 103 do CÃ³digo Penal e 38 do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Conforme certidÃ£o nos autos, nÃ£o houve protocolo de queixa-crime/representaÃ§Ã£o nos autos atÃ© a data da sua expediÃ§Ã£o. Constata-se, com isto, que entre a data em que se soube do autor do suposto fato e a da referida declaraÃ§Ã£o jÃ¡ se passou o prazo semestral exigido para a propositura da respectiva demanda. Â Â Â Â Â A causa extintiva da punibilidade em estudo estÃ¡ prevista no art. 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Conforme liÃ§Ã£o de Guilherme de Souza Nucci sobre o instituto: (Â¿) Trata-se da perda do direito de ingressar com aÃ§Ã£o privada ou de representaÃ§Ã£o por nÃ£o ter sido exercido no prazo legal. Atinge o direito de punir do Estado indiretamente, uma vez que, nÃ£o mais existindo possibilidade de se instaurar o devido processo legal, nÃ£o se pode impor condenaÃ§Ã£o. (Manual de direito penal / Guilherme de Souza Nucci. 16. ed. - Rio de Janeiro: Forense, 2020., p. 801). Â Â Â Â Â Pois bem. A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da decadÃªncia do direito de queixa ou de representaÃ§Ã£o, pois nÃ£o exercido dentro do prazo estabelecido em lei, devendo o juiz declarÃ¡-la de ofÃ-cio, nos termos do art. 61 do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o tendo a suposta vÃ-tima exercido seu direito em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade em relaÃ§Ã£o ao suposto autor do fato pela ocorrÃªncia da decadÃªncia Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DO SUPOSTO SUJEITO ATIVO EM RAZÃO DA DECADÃNCIA DO DIREITO DE QUEIXA/REPRESENTAÃÃO, assim o fazendo com base no artigo 107, IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico com vista dos autos. Â Â Â Â Â Com o retorno dos autos, sem oposiÃ§Ã£o do Ã³rgÃ£o ministerial, certifique-se o trÃ¢nsito em julgado e arquivem-se imediatamente os presentes autos, independente de nova manifestaÃ§Ã£o deste juÃ-zo. Â Â Â Â Â Sirva-se esta por cÃ³pia como mandado, conforme autoriza o Provimento n. 003/2009-CJRMB. Â Â Â Â Â Xinguara/PA, 11 de novembro de 2021. Â HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara/PA PROCESSO: 00053270720138140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Termo Circunstanciado em: 11/11/2021 AUTOR DO FATO:ILKSON TEIXEIRA PAIVA VITIMA:A. C. O. E. . SENTENÃA Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o penal em desfavor do rÃ©u qualificado nos autos. Â Â Â Â Â AtÃ© a presente data, nÃ£o se vislumbra a ocorrÃªncia de quaisquer dos marcos interruptivos da prescriÃ§Ã£o, nos termos do art. 117 do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Tratando-se de crimes classificados como de consumaÃ§Ã£o instantÂ¢nea, o termo inicial para a referida contagem Ã© a data em que ele se consumou, ou, no caso de tentativa, do dia em que cessou a atividade criminosa, de acordo com o artigo 111, I e II, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Os delitos imputados ao suposto autor do fato possuem penas mÃ¡ximas que nÃ£o superam o prazo de 02 (dois) anos cada, prescrevendo, portanto, em 04 (quatro) anos. Sopesadas estas informaÃ§Ãµes, verifica-se que a pretensÃ£o punitiva estatal estÃ¡ fulminada pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Isto porque, entre a data do fato e o recebimento da denÚncia, ou mesmo entre este e a ocorrÃªncia deste ato processual, jÃ¡ se passaram mais de 08 (oito) anos, prazo que se amolda a duas hipÃ³teses de prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva com base na pena em abstrato, em estrita observÂ¢ncia aos incisos V e VI do art. 109 do CPB. Â Â Â Â Â A causa extintiva da punibilidade em estudo estÃ¡ prevista no art. 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do jus puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outros termos, e usando da preciosa liÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco: (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade (GRECO, RogÃ©rio. Curso de direito penal - parte geral. 7Âª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006, p. 781). Â Â Â Â Â O citado instituto, por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorre apÃ³s. Â Â Â Â Â Pois bem. A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, devendo o juiz declarÃ¡-la de ofÃ-cio, nos termos do art. 61 do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o tendo o Estado exercido seu jus puniendi em

tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade em relaÃ§Ã£o ao autor do fato pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DO SUPOSTO SUJEITO ATIVO EM RAZÃO DA PRESCRIÃÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL, assim o fazendo com base no artigo 107, IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico com vista dos autos. Â Â Â Â Â Com o retorno dos autos, sem oposiÃ§Ã£o do Ã³rgÃ£o ministerial, certifique-se o trÃ¢nsito em julgado e arquivem-se imediatamente os presentes autos, independente de nova manifestaÃ§Ã£o deste juÃ-zo. Â Â Â Â Â Sirva-se esta por cÃ³pia como mandado, conforme autoriza o Provimento n. 003/2009-CJRMB. Â Â Â Â Â Xinguara/PA, 11 de novembro de 2021. Â HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara/PA PROCESSO: 00057291520188140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ANTONIO MEDEIRO DA SILVA Representante(s): OAB 18254-A - DIOGO PIRELY CALDAS DE OLIVEIRA (ADVOGADO) VITIMA:V. M. S. . SENTENÃA Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o penal em desfavor do rÃ©u qualificado nos autos. Â Â Â Â Â AtÃ© a presente data, nÃ£o se vislumbra a ocorrÃªncia de quaisquer dos marcos interruptivos da prescriÃ§Ã£o, nos termos do art. 117 do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Tratando-se de crimes classificados como de consumaÃ§Ã£o instantÃ¢nea, o termo inicial para a referida contagem Ã© a data em que ele se consumou, ou, no caso de tentativa, do dia em que cessou a atividade criminosa, de acordo com o artigo 111, I e II, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â A infraÃ§Ã£o penal imputada ao suposto autor do fato possui pena mÃ¡xima inferior a 01 (um) ano, prescrevendo, portanto, em 03 (trÃªs) anos. Sopesadas estas informaÃ§Ãµes, verifica-se que a pretensÃ£o punitiva estatal estÃ¡ fulminada pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Isto porque, entre a data do fato e o recebimento da denÚncia, ou mesmo entre a data do fato e a ocorrÃªncia deste ato processual, jÃ¡ se passaram mais de 03 (trÃªs) anos, prazo que se amolda Ã hipÃ³tese de prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva com base na pena em abstrato, em estrita observÃ¢ncia ao inciso VI do art. 109 do CPB. Â Â Â Â Â A causa extintiva da punibilidade em estudo estÃ¡ prevista no art. 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do jus puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outros termos, e usando da preciosa liÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco: (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade (GRECO, RogÃ©rio. Curso de direito penal Â¿ parte geral. 7Âª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006, p. 781). Â Â Â Â Â Â O citado instituto, por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorre apÃ³s. Â Â Â Â Â Â Pois bem. A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, devendo o juiz declarÃ¡-la de ofÃ-cio, nos termos do art. 61 do CÃ³digo de Processo Penal.Â Â Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o tendo o Estado exercido seu jus puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade em relaÃ§Ã£o ao autor do fato pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe.Â Â Â Â Â Â DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DO SUPOSTO SUJEITO ATIVO EM RAZÃO DA PRESCRIÃÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL, assim o fazendo com base no artigo 107, IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico com vista dos autos. Â Â Â Â Â Com o retorno dos autos, sem oposiÃ§Ã£o do Ã³rgÃ£o ministerial, certifique-se o trÃ¢nsito em julgado e arquivem-se imediatamente os presentes autos, independente de nova manifestaÃ§Ã£o deste juÃ-zo. Â Â Â Â Â Sirva-se esta por cÃ³pia como mandado, conforme autoriza o Provimento n. 003/2009-CJRMB. Â Â Â Â Â Xinguara/PA, 11 de novembro de 2021. Â HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Â Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara/PA PROCESSO: 00079281020188140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:JOSE NIVALDO GOMES VIEIRA VITIMA:C. V. T. S. . PROCESSO N. 0007928-10.2018.8.14.0065 AÃO PENAL AUTOR: MINISTÃRIO PÃBLICO RÃU: JOSÃ NIVALDO GOME VIEIRA EndereÃ§o: Av. JosÃ© Augusto Marinho, S/N, Borracharia D7, Sapucaia/PA VÃTIMA: CAMILY VITORIA TAVARES EndereÃ§o: Rua VitÃ³ria Regia, nÂº 115, Setor Sol Nascente, Sapucaia/PA. CAPITULAÃÃO: ART. 147 DO CÃDIGO PENAL BRASILEIRO C/C LEI 11.340/2006 S E N T E N Ã A I - RELATÃRIO. Trata-se de aÃ§Ã£o penal proposta pelo MinistÃ©rio PÃºblico, em face de JOSÃ NIVALDO GOME VIEIRA, jÃ¡ qualificado nos autos, denunciado com incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do art. 147 e 217-A do CÃ³digo Penal Brasileiro c/c Lei 11.340/2006, em que figura como vÃ-tima CAMILY VITORIA

TAVARES. Narra, em sÃ-ntese, a denÃºncia: Â¿Consta da peÃ§a informativa que a adolescente Camily Vitoria Tavares, quando tinha treze anos de idade, passou a conviver em uniÃ£o estÃ¡vel com o denunciado e teve uma filha. (Â¿) ApÃ³s a separaÃ§Ã£o, a vÃ-tima foi residir com a genitora na Avenida JosÃ© Augusto Marinho, S/N, Sapucaia, e passou a receber constantes ameaÃ§as de morte, realizadas pelo denunciado, que nÃ£o aceitava o tÃ©rmino do relacionamento. Na data de 16 de julho de 2018, aproximadamente Ã s 07h:00min, o denunciado foi Ã casa da vÃ-tima e lhe disse: Â¿se vocÃª for viver com outro homem, eu vou lhe matar e matar nossa filhaÂ¿. A denÃºncia foi recebida em 03 de abril de 2019 (fls. 04). O acusado apresentou resposta escrita (fls. 07/08). Em audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, foram ouvidas a vÃ-tima e uma testemunha. Na mesma ocasiÃ£o, o RÃ©u foi qualificado e interrogado (termo de fl. 21/25). O Representante do MinistÃ©rio PÃºblico, em alegaÃ§Ãµes finais orais, entendendo regular o feito, requereu a parcial procedÃªncia da inicial acusatÃ³ria, pugnando pela condenaÃ§Ã£o do acusado como incurso nas sanÃ§Ãµes penais do art. 147 do CPB, e absolviÃ§Ã£o do crime do art. 217-A do CPB, em aplicaÃ§Ã£o do princÃ-pio in dubio pro reo, por entender nÃ£o restar comprovada a data do inÃ-cio da convivÃªncia marital, de modo que pairam dÃºvidas se, Ã Ã©poca, a vÃ-tima era menor de 14 anos de idade. A Defesa, por sua vez, requereu a absolviÃ§Ã£o do acusado pelo crime do art. 217-A, por nÃ£o restar comprovado na instruÃ§Ã£o processual, e a aplicaÃ§Ã£o da pena no mÃ-nimo legal quanto ao delito do art. 147 do CPB. Ã o RelatÃ³rio. DECIDO. II - FUNDAMENTAÃÃO. Cuidam os presentes autos de aÃ§Ã£o penal pÃºblica em que o MinistÃ©rio PÃºblico Estadual imputa a JOSÃ NIVALDO GOME VIEIRA o crime de ameaÃ§a (art. 147, CPB), no contexto de violÃªncia domÃ©stica, na forma da Lei nÂº. 11.340/2006, e estupro de vulnerÃ¡vel (art. 217-A do CPB). Ao exame dos autos, verifico estarem presentes os pressupostos processuais e as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o penal. NÃ£o foram arguidas questÃµes preliminares ou prejudiciais, nem vislumbro qualquer nulidade que deva ser pronunciada de ofÃ-cio. Passo Ã anÃ¡lise do mÃ©rito. II.I DO ESTUPRO DE VULNERÃVEL DA MATERIALIDADE: A instruÃ§Ã£o nÃ£o se mostrou competente em aclarar o evento criminoso. A vÃ-tima declarou que nÃ£o sabe precisar a data em que iniciou o relacionamento com o acusado, acreditando que jÃ¡ possuÃ-a 14 anos Ã Ã©poca em que passou a residir com JosÃ© Nivaldo. Informou que nasceu em 2002 (depoimento completo em mÃ-dia de gravaÃ§Ã£o audiovisual). Em seu interrogatÃ³rio, o acusado tambÃ©m afirmou nÃ£o se recordou a data exata em que passou a se relacionar com a adolescente Camily VitÃ³ria, lembrando-se apenas que o ano era 2016, mas nÃ£o sabendo informar o mÃªs (depoimento completo em mÃ-dia de gravaÃ§Ã£o audiovisual). Desta maneira, pairando dÃºvida quanto Ã materialidade, Ã© preciso considerar que, mesmo na violÃªncia domÃ©stica, a dÃºvida atua em favor do rÃ©u. Com a instruÃ§Ã£o criminal nÃ£o restou demonstrada a existÃªncia de conjunÃ§Ã£o carnal ou prÃ¡tica de outro ato libidinoso com menor de 14 (quatorze) anos. Assim, por corolÃ¡rio do princÃ-pio do in dubio pro reo, reconheÃ§o que a prova colhida nos autos se mostra insuficiente a ensejar a condenaÃ§Ã£o do rÃ©u pela prÃ¡tica do crime de estupro de vulnerÃ¡vel, tipificada no art. 217-A do CP, sendo impositiva a sentenÃ§a absolutÃ³ria. II.II DA AMEAÃA DA MATERIALIDADE: A instruÃ§Ã£o mostrou-se competente em aclarar o evento criminoso. A vÃ-tima Camily Vitoria Tavares, em juÃ-zo, confirmando suas declaraÃ§Ãµes feitas na fase administrativa, declarou que o acusado se dirigiu atÃ© a residÃªncia de sua genitora, e ameaÃ§ou-a de morte. Todavia, segundo parcela da doutrina, para a consumaÃ§Ã£o do delito tipificado no art. 147 nÃ£o Ã© necessÃ¡rio que a vÃ-tima se intimide, mas, sim, que tÃ£o somente tenha essa possibilidade. No caso dos presentes autos, o delito de ameaÃ§a consumou-se. O temor causado na vÃ-tima foi tal que fez com esta se dirigisse Ã delegacia de polÃ-cia para representar criminalmente o ex-companheiro. Assim, a materialidade do crime encontra-se suficientemente comprovada nos autos. Â DA AUTORIA No que concerne Ã autoria, resta tambÃ©m induvidosa. A vÃ-tima, em seu depoimento, relatou que, na data dos fatos, jÃ¡ estava separada do acusado e este tentava uma reconciliaÃ§Ã£o. Narrou que o rÃ©u chegou em sua casa agressivo porque nÃ£o aceitava a separaÃ§Ã£o nem que a vÃ-tima se relacionasse com outra pessoa. Que o rÃ©u passou a dizer Â¿vocÃª vai morrerÂ¿. O rÃ©u, em seu interrogatÃ³rio, afirmou que, se proferiu ameaÃ§as Ã vÃ-tima, nÃ£o se recorda. Que, Ã Ã©poca, fazia uso de drogas, como crack e maconha, nÃ£o sabendo o que estava fazendo. Confirmou, todavia, que Ã© possÃ-vel que as ameaÃ§as tenham ocorrido. Afirmou que, hoje, possui uma convivÃªncia boa com a vÃ-tima, ajudando-a financeiramente. Ressalte-se que a palavra da vÃ-tima em crimes cometidos Ã s ocultas, tais como os que ocorrem contra a mulher no Ã¢mbito domÃ©stico e familiar, Ã© de ser considerada de extrema valia, sendo o entendimento jurisprudencial pacÃ-fico, in verbis: Â¿PENAL. APELAÃÃO CRIMINAL. LESÃO CORPORAL. VIOLÃNCIA DOMÃSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. PLEITO ABSOLUTÃRIO. INVIABILIDADE. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. 1. NOS CASOS AFETOS Ã LEI MARIA DA PENHA, DEVE-SE DAR RELEVÃNCIA AO DEPOIMENTO DA VÃTIMA, SOBRETUDO QUANDO AS LESÃES EXPERIMENTADAS POR ELA FORAM CORROBORADAS POR LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO. 2. NEGADO

PROVIMENTO AO RECURSO. (TJ-DF - APR: 20101110020552 DF 0001931-87.2010.8.07.0011, Relator: JOÃO TIMÃTEO DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 05/09/2013, 2Âª Turma Criminal, Data de PublicaÃ§Ã£o: Publicado no DJE : 13/09/2013 . PÃ¡g.: 219)Â¿(Grifo Nosso). Como se pode perceber, hÃ¡ perfeita consonÃ¢ncia entre os termos da denÃºncia e a prova oral colhida em audiÃªncia, tendo a instruÃ§Ã£o processual sido hÃ¡bil em demonstrar que o rÃ©u praticou o delito descrito na denÃºncia. A conduta do rÃ©u encontra perfeita tipificaÃ§Ã£o no art. 147, do CÃ³digo Penal. Com a instruÃ§Ã£o criminal, demonstrou-se que a conduta do rÃ©u foi completamente desvelada, restando clara a intenÃ§Ã£o consciente de perturbar a tranquilidade psÃ-quica da vÃ-tima e atemorizÃ¡-la, de abalar-lhe a tranquilidade de espÃ-rito e sensaÃ§Ã£o de seguranÃ§a e liberdade, ameaÃ§ando-a de causar-lhe mal injusto e grave. Assim, como se pode perceber, hÃ¡ perfeita harmonia entre os termos da denÃºncia e as afirmaÃ§Ãµes da vÃ-tima, revelando que o rÃ©u foi autor do crime de ameaÃ§a descrito na denÃºncia. III - DISPOSITIVO: Diante do exposto e por tudo que consta dos autos, JULGO parcialmente PROCEDENTE a DENÃNCIA ofertada pelo MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ para: a) ABSOLVER o acusado, jÃ¡ qualificado nos autos, da imputaÃ§Ã£o do art. 217-A do CÃ³digo Penal, por insuficiÃªncia de prova da existÃªncia do fato, na forma do art. 386, II, do CÃ³digo de Processo Penal, e; b) CONDENAR JosÃ© Nivaldo Gomes Vieira como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do art. 147 do CÃ³digo Penal Brasileiro. IV - DOSIMETRIA DA PENA: Passo Ã dosimetria da pena, atento aos ditames do art. 68 do Estatuto Repressivo e considerando as disposiÃ§Ãµes do artigo 59 e seguintes do CÃ³digo Penal, que elegeram o sistema trifÃ¡sico para a quantificaÃ§Ã£o das sanÃ§Ãµes aplicÃ¡veis ao condenado e a SÃºmula nÂº 23 do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, publicada na EdiÃ§Ã£o nÂº 6024/2016 - Quinta-Feira, 4 de Agosto de 2016. "A aplicaÃ§Ã£o dos vetores do art. 59 do CPB obedece a critÃ©rios quantitativos e qualitativos, de modo que, existindo a aferiÃ§Ã£o negativa de qualquer deles, fundamenta-se a elevaÃ§Ã£o da pena base acima do mÃ-nimo legal". a) CircunstÃ¢ncias judiciais (art. 59 do CÃ³digo Penal) a.1) culpabilidade: o rÃ©u agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie. a.2) antecedentes: nÃ£o hÃ¡ nos autos provas de que o rÃ©u registre antecedentes criminais, razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.3) conduta social: nÃ£o hÃ¡ nos autos provas de fatos que a desabonem, razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.4) personalidade: sua anÃ¡lise Ã© inviÃ¡vel por conta da falta de elementos para tanto, razÃ£o pela qual considero a presente favorÃ¡vel. a.5) motivos do crime: nÃ£o transbordam aos delitos desta espÃ©cie, razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.6) circunstÃ¢ncias do crime: nÃ£o transbordam aos delitos desta espÃ©cie, razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.7) consequÃªncias do crime: nÃ£o transbordam aos delitos desta espÃ©cie, razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.8) comportamento da vÃ-tima: nÃ£o hÃ¡ provas de que o comportamento da vÃ-tima tenha influenciado na prÃ¡tica do delito. Â¿Esta Corte tem reiteradamente decidido que, quando o comportamento da vÃ-tima nÃ£o contribui para o cometimento do crime, ou Ã© considerado "normal Ã espÃ©cie", nÃ£o hÃ¡ falar em consideraÃ§Ã£o desfavorÃ¡vel ao acusado.Â¿ (Habeas Corpus nÂº 148275/MS (2009/0185759-6), 6Âª Turma do STJ, Rel. SebastiÃ£o Reis JÃºnior. j. 21.08.2012, unÃ¢nime, DJe 05.09.2012). Considerando que nÃ£o hÃ¡ circunstÃ¢ncias judiciais que pesam contra o rÃ©u, fixo a pena base em 1 (um) mÃªs de detenÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â b) circunstÃ¢ncias atenuantes e agravantes ReconheÃ§o a existÃªncia circunstÃ¢ncia agravante do art. 61, II alÃ-nea h, por ter o agente cometido o crime prevalecendo-se de relaÃ§Ãµes domÃ©sticas, com violÃªncia contra a mulher na forma da Lei 11.340/2006, art. 7Âº, II. Assim, havendo uma circunstÃ¢ncia agravante, aumento em 1/6 a pena, fixando-a em 1 (um) mÃªs e 5 (cinco) dias de detenÃ§Ã£o. c)Â Causas de aumento e de diminuiÃ§Ã£o de pena Em relaÃ§Ã£o Ã s causas de aumento e de diminuiÃ§Ã£o, verifico a inexistÃªncia. d)Â Pena definitiva Fica, portanto, o rÃ©u JosÃ© Nivaldo Gomes Vieira, condenado com relaÃ§Ã£o ao crime tipificado no artigo 147, do CPB Ã pena total de 1 (um) mÃªs e 5 (cinco) dias de detenÃ§Ã£o. e) DetraÃ§Ã£o do perÃ-odo de prisÃ£o provisÃ³ria. Considerando que a detraÃ§Ã£o da pena nÃ£o alterarÃ¡ o regime inicial, deixo de realizÃ¡-la. f) Do regime inicial da pena. A pena deverÃ¡ ser cumprida, inicialmente, em regime aberto, nos termos do art. 33, Â§ 2Âº, c, e Â§ 3Âº c/c art. 36, ambos do CÃ³digo Penal, em local a ser designado pelo juÃ-zo da execuÃ§Ã£o, motivando esta decisÃ£o, em especial, pelo quantum da pena privativa de liberdade aplicada. g) AnÃ¡lise de SubstituiÃ§Ã£o da Pena Privativa de Liberdade por Restritiva de Direitos O art. 44, I, do CP, exige, dentre outros requisitos, que para haver a substituiÃ§Ã£o de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos faz-se necessÃ¡rio que o crime nÃ£o tenha sido cometido com violÃªncia ou grave ameaÃ§a Ã pessoa. Verifico que no caso telado o denunciado foi condenado por crime praticado com grave ameaÃ§a contra a pessoa. Deste modo, incabÃ-vel a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade imposta por restritivas de direito. Neste sentido Ã© o entendimento do STJ: (...) VII. As Turmas que compÃµem a Terceira SeÃ§Ã£o do Superior Tribunal de JustiÃ§a tÃªm-se manifestado quanto Ã impossibilidade de substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, em hipÃ³tese como a dos autos - em que o paciente foi condenado pela

prÃ¡tica do crime de lesÃ£o corporal contra a sua ex-companheira (art. 129, Â§ 9Âº, do CÃ³digo Penal, nos termos da Lei 11.340/2006) -, uma vez que, entre outros requisitos, o art. 44 do CÃ³digo Penal impede o benefÃ-cio, na hipÃ³tese em que o crime tenha sido cometido com violÃªncia ou grave ameaÃ§a Ã pessoa. Precedentes. VIII. Tendo o paciente sido condenado pelo crime do art. 129, Â§ 9Âº, do CÃ³digo Penal, Ã pena de 3 (trÃªs) meses de detenÃ§Ã£o, em regime inicial aberto, por ter causado Ã ex-companheira diversas lesÃµes corporais, nÃ£o faz jus Ã suspensÃ£o condicional do processo, porque inaplicÃ¡vel o art. 89 da Lei 9.099/95, diante da vedaÃ§Ã£o imposta pelo art. 41 da Lei 11.340/2006, tampouco Ã substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, jÃ¡ que nÃ£o preenchidos os requisitos legais (art. 44, I, do CÃ³digo Penal). IX. Habeas corpus nÃ£o conhecido. (HC 201.529/MS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEXTA TURMA, julgado em 28/05/2013, DJe 17/06/2013) h) Da SuspensÃ£o Condicional Da Pena Considerando que o rÃ©u Ã© primÃ¡rio, a quantidade de pena aplicada e que a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstÂ¢ncias autorizem a concessÃ£o do benefÃ-cio, nos termos do art. 77 do CP, concedo-lhe o benefÃ-cio da SuspensÃ£o Condicional da Pena pelo perÃ-odo de 02 (dois) anos, a contar da audiÃªncia admonitÃ³ria, desde que o rÃ©u compareÃ§a e nela declare aceitar e cumprir as seguintes condiÃ§Ãµes: 1 - NÃ£o portar instrumento ofensivo; 2 - Recolher-se Ã sua habitaÃ§Ã£o atÃ©, no mÃ¡ximo, Ã s 22:00 horas, salvo se estudar ou trabalhar nesse horÃ¡rio, devendo, nesta hipÃ³tese, comprovar estas circunstÂ¢ncias; 3 - NÃ£o mudar de residÃªncia sem antes avisar ao JuÃ-zo; 4 - NÃ£o se ausentar desta comarca por mais de 15 (quinze) dias sem comunicar a este JuÃ-zo; 5 - Comparecer, pessoal e mensalmente, na data designada por JuÃ-zo, para informar e justificar as suas ocupaÃ§Ãµes. Sendo aceita as condiÃ§Ãµes acima impostas, oficie-se ao Comandante do BatalhÃ£o de PolÃ-cia Militar e Ã autoridade policial deste MunicÃ-pio para fiscalizar o cumprimento das condiÃ§Ãµes acima designadas. No caso de nÃ£o aceitaÃ§Ã£o das condiÃ§Ãµes impostas, o rÃ©u irÃ¡ cumprir a pena privativa de liberdade imposta, no local e no regime acima fixados. i) - Da FixaÃ§Ã£o Da IndenizaÃ§Ã£o MÃ-nima: Deixo de fixar o montante mÃ-nimo a ser pago pelo rÃ©u Ã ofendida a tÃ-tulo de reparaÃ§Ã£o dos danos causados pela infraÃ§Ã£o, uma vez que nÃ£o hÃ¡ pedido neste sentido (art. 387, inciso IV do CPP, com nova redaÃ§Ã£o dada pela Lei 11.719/2008). DISPOSIÃÃES FINAIS: Condeno o rÃ©u ao pagamento das custas processuais (art. 804 do CPP). Registre-se que na hipÃ³tese de nÃ£o pagamento das custas pelo condenado no prazo legal, o crÃ©dito correspondente serÃ¡ encaminhado para procedimento de cobranÃ§a extrajudicial ou inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa, sofrendo atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria e incidÃªncia dos demais encargos legais (Lei Estadual n. 9.217/2021), e que eventual manifestaÃ§Ã£o de insuficiÃªncia de recursos para arcar com o pagamento das referidas custas deverÃ¡ ser apreciada pelo JuÃ-zo competente para esta cobranÃ§a. Ocorrendo trÂ¢nsito em julgado da sentenÃ§a, adotar as seguintes providÃªncias: 1. Lance-se o nome do condenado no rol de culpados e faÃ§am-se as anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes pertinentes, especialmente ao Tribunal Regional Eleitoral para o fim de suspensÃ£o dos direitos polÃ-ticos, nos termos do art. 15, III, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. 2. ExpeÃ§a-se a Guia de ExecuÃ§Ã£o e remeta-se ao JuÃ-zo da ExecuÃ§Ã£o Penal. 3. Com as cautelas de praxe, arquivem-se via LIBRA, devendo a diligÃªncia ser certificada nos autos, aplicando-se o Provimento nÂº 012/2009-CJCI-TJPA. 4. CiÃªncia a vÃ-tima, nos termos do Â§2Âº art. 201CPP) e art. 21 da Lei 11.340/2006. Intime-se, pessoalmente, o representante do MinistÃ©rio PÃºblico (art. 370, Â§4Âº, do CÃ³digo de Processo Penal) e o rÃ©u (artigo 360 c/c 370, ambos do CÃ³digo de Processo Penal). Na hipÃ³tese de o rÃ©u nÃ£o ser encontrados no endereÃ§o constante dos autos, intime-se por edital (art. 392, IV, CPP). Intime-se a defesa por meio de publicaÃ§Ã£o (art. 370, Â§1Âº). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Xinguara/PA,Â 11 de novembro de 2021. HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto respondendo pela Vara Criminal de Xinguara/PA PROCESSO: 01037875820158140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:WIARLISON OLIVEIRA FRANCA Representante(s): OAB 25927 - LETICIA ARAÚJO SOPRAN (ADVOGADO) VITIMA:M. A. P. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ FÃRUM DA COMARCA DE XINGUARA/PA Processo n. 0103787-58.2015.8.14.0065 AÃÃO PENAL AUTOR: MINISTÃRIO PÃBLICO RÃU: WIARLISON OLIVEIRA FRANCA CAPITULAÃÃO: ART. 157, Â§ 2Âº, DO CÃDIGO PENAL SENTENÃA Tratam os autos de AÃ§Ã£o Penal movida pelo MinistÃ©rio PÃºblico contra WIARLISON OLIVEIRA FRANCA pela suposta prÃ¡tica do crime tipificado no artigo 157, Â§ 2Âº, do CÃ³digo Penal. DenÃºncia oferecida em 29 de janeiro de 2016 (fls. 02/03), foi recebida 09 de novembro de 2016 (fl. 05). O acusado foi citado por edital (fl. 06), tendo o processo sido suspenso por ordem deste JuÃ-zo no dia 06 de fevereiro de 2018, ocasiÃ£o em que foi determinada a prisÃ£o preventiva do rÃ©u (fl. 11). Comunicada a prisÃ£o do rÃ©u (fl. 18-verso), foi determinado seu recambiamento e sua citaÃ§Ã£o pessoal (fl. 23). Citado pessoalmente (fl. 41-verso), o

acusado apresentou resposta Ã acusaÃ§Ã£o (fls. 43/44). Designada audiÃªncia de instruÃ§Ã£o, foram ouvidas duas testemunhas (Marli Alves Pereira e DPC JosÃ© Rodrigues Taborda) e foi interrogado o rÃ©u. O MinistÃ©rio PÃºblico dispensou as demais testemunhas. AlegaÃ§Ãµes finais de forma oral, tendo o MinistÃ©rio PÃºblico requerido a condenaÃ§Ã£o do rÃ©u nos termos da denÃºncia. A defesa, por contrÃ¡rio, pleiteou a absolviÃ§Ã£o do acusado por nÃ£o existir prova de ter ele concorrido para a infraÃ§Ã£o penal, com base no inciso V do art. 386 do CÃ³digo de Processo Penal. Vieram os autos conclusos. Era o que cabia relatar.Â Passo Ã fundamentaÃ§Ã£o.Â Conforme jÃ¡ relatado, cuidam os presentes autos de aÃ§Ã£o penal pÃºblica em que o MinistÃ©rio PÃºblico Estadual imputa a WIARLISON OLIVEIRA FRANCA a suposta prÃ¡tica do crime tipificado no artigo 157, Â§ 2Âº, do CÃ³digo Penal. Ao exame dos autos, verifico estarem presentes os pressupostos processuais e as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o penal. NÃ£o foram arguidas questÃµes preliminares ou prejudiciais, nem vislumbro qualquer nulidade que deva ser pronunciada de ofÃ-cio. Passo Ã anÃ¡lise do mÃ©rito. Compulsando os autos, verifica-se que Ã© hipÃ³tese de absolviÃ§Ã£o em razÃ£o da ausÃªncia de provas da autoria delitiva. Explique-se com maior vagar. No caso em tela, a materialidade estÃ¡ devidamente comprovada, pois durante a fase policial e a instruÃ§Ã£o em JuÃ-zo a vÃ-tima detalhou o evento delitivo, informou o objeto que lhe foi subtraÃ-do e a forma violenta utilizada pelos autores do fato. Ocorre que a autoria delitiva nÃ£o foi confirmada. O delegado de polÃ-cia civil ouvidos em JuÃ-zo como testemunha nÃ£o presenciou os fatos e nÃ£o informou com certeza como se deu o reconhecimento do entÃ£o indiciado, de modo que nÃ£o pÃ´de atestar, de forma induvidosa, quem teria efetivamente praticado o roubo apontado na denÃºncia. A vÃ-tima, por seu turno, ao descrever os atributos dos autores do fato, indicou se tratar de pessoa com feiÃ§Ãµes diversas do rÃ©u, tendo informado, por exemplo, se tratar de pessoas com caracterÃ-sticas mais prÃ³ximas a uma pessoa loira (cor de pele e cabelo), ao passo que o rÃ©u Ã© indivÃ-duo de feiÃ§Ã£o negra (cor de pele e cabelo). Deferido por este JuÃ-zo que a vÃ-tima visualizasse o rÃ©u durante a audiÃªncia por meio do sistema de cÃ¢meras, esta foi explicita ao dizer que nÃ£o o reconhecia como autor do fato. Desta maneira, pairando dÃºvida quanto Ã autoria delitiva, Ã© preciso considerar que a dÃºvida atua em favor do rÃ©u. Com a instruÃ§Ã£o criminal nÃ£o foi aclarado quem foi o autor da conduta. Assim, pelo corolÃ¡rio do princÃ-pio do in dubio pro reo, reconheÃ§o que as provas colhidas nos autos se mostram insuficiente a ensejar a condenaÃ§Ã£o do rÃ©u pela prÃ¡tica do crime de roubo, tipificado no artigo 157, Â§ 2Âº, do CÃ³digo Penal. III. DISPOSITIVO: Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE a pretensÃ£o punitiva estatal e ABSOLVO o rÃ©u WIARLISON OLIVEIRA FRANCA da suposta prÃ¡tica do crime previsto no artigo 157, Â§ 2Âº, do CÃ³digo Penal, por nÃ£o existir prova de ter ele concorrido para a infraÃ§Ã£o penal, com base no inciso V do art. 386 do CÃ³digo de Processo Penal. Revogo as medidas cautelares diversas da prisÃ£o estabelecidas na fl. 92. Intimem-se o MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡. Intime-se a defesa por meio de diÃ¡rio oficial. Intime-se pessoalmente o acusado. Sem condenaÃ§Ã£o em custas processuais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Xinguara/PA,Â 10 de novembro de 2021. HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto respondendo pela Vara Criminal de Xinguara/PA PROCESSO: 00000068320168140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Termo Circunstanciado em: 12/11/2021 REQUERIDO:MARINETE ALMEIDA SOUZA VITIMA:J. S. S. . SENTENÃAÂ Â Â Â Â Â Trata-se de termo circunstanciado de ocorrÃªncia por suposta prÃ¡tica de delito submetido ao rito da Lei 9.099/1995 Â Â Â Â Â Verifica-se que este JuÃ-zo, em audiÃªncia, homologou termo de acordo entre as partes, conforme viabiliza o microssistema dos Juizados Especiais. Ocorre que atÃ© a presente data nÃ£o houve a comprovaÃ§Ã£o do cumprimento integral do ajuste. Â Â Â Â Â Registra-se, conforme tese fixada pela 6Âª Turma do Superior Tribunal de JustiÃ§a, que Â¿NÃ£o hÃ¡ previsÃ£o legal de que, celebrado o acordo, e enquanto nÃ£o cumprida integralmente a avenÃ§a, ficarÃ¡ suspenso o curso do prazo prescricional" (RHC 80.148). Â Â Â Â Â Deste modo, prevalece na jurisprudÃªncia que, por falta de previsÃ£o em lei, nÃ£o hÃ¡ suspensÃ£o do prazo de prescriÃ§Ã£o durante o cumprimento dos termos de acordo de transaÃ§Ã£o penal/composiÃ§Ã£o civil. Â Â Â Â Â Tratando-se de crimes classificados como de consumaÃ§Ã£o instantÃ¢nea, o termo inicial para a referida contagem Ã© a data em que ele se consumou, ou, no caso de tentativa, do dia em que cessou a atividade criminosa, de acordo com o artigo 111, I e II, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â O delito imputado ao suposto autor do fato possui pena mÃ¡xima que nÃ£o supera o prazo de 02 (dois) anos. Sopesadas estas informaÃ§Ãµes, verifica-se que a pretensÃ£o punitiva estatal estÃ¡ fulminada pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Isto porque, entre a data do fato e o recebimento da denÃºncia, ou mesmo entre a data do fato e a ocorrÃªncia deste ato processual, jÃ¡ se passaram mais de 04 (quatro) anos, prazo que se amolda a duas hipÃ³teses de prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva com base na pena em abstrato, em estrita observÃ¢ncia aos incisos V e VI do art. 109 do CPB. Â Â Â Â Â A causa extintiva da punibilidade em estudo estÃ¡ prevista no art. 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro.Â Â Â Â Â Â Denomina-se

prescriÃ§Ã£o penal a perda do jus puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outros termos, e usando da preciosa liÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco:Â Â (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade (GRECO, RogÃ©rio. Curso de direito penal Â¿ parte geral. 7Âª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006, p. 781). Â Â Â Â Â Â Â O citado instituto, por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorre apÃ³s. Â Â Â Â Â Â Pois bem. A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, devendo o juiz declarÃ¡-la de ofÃ-cio, nos termos do art. 61 do CÃ³digo de Processo Penal.Â Â Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o tendo o Estado exercido seu jus puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade em relaÃ§Ã£o ao autor do fato pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe.Â Â Â Â Â Â DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DO SUPOSTO SUJEITO ATIVO EM RAZÃO DA PRESCRIÃÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL, assim o fazendo com base no artigo 107, IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico com vista dos autos. ApÃ³s, certifique-se o trÃ¢nsito em julgado e arquivem-se imediatamente os presentes autos, independente de nova manifestaÃ§Ã£o deste juÃ-zo. Â Â Â Â Â Sirva-se esta por cÃ³pia como mandado, conforme autoriza o Provimento n. 003/2009-CJRMB. Â Â Â Â Â Xinguara/PA, 12 de novembro de 2021. Â HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Â Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara/PA PROCESSO: 00000113720188140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 REPRESENTANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:IELBER ALVES PAIXAO VITIMA:M. C. S. R. . SENTENÃA Considerando a ausÃªncia de prejuÃ-zo, em razÃ£o da natureza da sentenÃ§a, torno sem efeito a decisÃ£o que absolveu/extinguiu a punibilidade do acusado, apenas na parte em que determina as intimaÃ§Ãµes das vÃ-timas e acusados e determino o arquivamento dos presentes autos com as baixas de praxe. Cumpra-se. Xinguara-PA, 12 de novembro de 2021 HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara-PA. PROCESSO: 00005095020098140065 PROCESSO ANTIGO: 20092000226 5 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Procedimento Comum em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO VITIMA:E. F. S. REU:JOSE MARCOS RODRIGUES VITIMA:R. N. C. VITIMA:C. D. R. S. VITIMA:E. P. S. REU:MARCOS MOREIRA GOMES Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) . SENTENÃA Considerando a ausÃªncia de prejuÃ-zo, em razÃ£o da natureza da sentenÃ§a, torno sem efeito a decisÃ£o que absolveu/extinguiu a punibilidade do acusado, apenas na parte em que determina as intimaÃ§Ãµes das vÃ-timas e acusados e determino o arquivamento dos presentes autos com as baixas de praxe. Cumpra-se. Xinguara-PA, 12 de novembro de 2021 HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara-PA. PROCESSO: 00005336920118140065 PROCESSO ANTIGO: 201120001859 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Procedimento Comum em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO REU:CELIO ALVES PEREIRA VITIMA:A. L. M. . SENTENÃAÂ Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o penal em desfavor do rÃ©u qualificado nos autos. Â Â Â Â Â Tratando-se de crimes classificados como de consumaÃ§Ã£o instantÃ¢nea, o termo inicial para a referida contagem Ã© a data em que ele se consumou, ou, no caso de tentativa, do dia em que cessou a atividade criminosa, de acordo com o artigo 111, I e II, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â O delito imputado ao suposto autor do fato possui pena mÃ¡xima que nÃ£o supera o prazo de 04 (quatro) anos, prescrevendo, portanto, no prazo de 08 (oito) anos. Sopesadas estas informaÃ§Ãµes, verifica-se que a pretensÃ£o punitiva estatal estÃ¡ fulminada pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Isto porque, entre a data do fato e o recebimento da denÃºncia, ou mesmo entre a data do fato e a ocorrÃªncia deste ato processual, jÃ¡ se passaram mais de 08 (oito) anos, prazo que se amolda Ã hipÃ³tese de prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva com base na pena em abstrato, em estrita observÃ¢ncia ao inciso IV do art. 109 do CPB. Â Â Â Â Â A causa extintiva da punibilidade em estudo estÃ¡ prevista no art. 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro.Â Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do jus puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outros termos, e usando da preciosa liÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco:Â Â (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade (GRECO, RogÃ©rio. Curso de direito penal - parte geral. 7Âª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006, p. 781). Â

Â Â Â Â Â Â O citado instituto, por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorre apÃ³s. Â Â Â Â Â Â Pois bem. A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, devendo o juiz declarÃ¡-la de ofÃ-cio, nos termos do art. 61 do CÃ³digo de Processo Penal.Â Â Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o tendo o Estado exercido seu jus puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade em relaÃ§Ã£o ao autor do fato pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe.Â Â Â Â Â Â DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DO SUPOSTO SUJEITO ATIVO EM RAZÃO DA PRESCRIÃÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL, assim o fazendo com base no artigo 107, IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico com vista dos autos. Â Â Â Â Â Com o retorno dos autos, sem oposiÃ§Ã£o do Ã³rgÃ£o ministerial, certifique-se o trÃ¢nsito em julgado e arquivem-se imediatamente os presentes autos, independente de nova manifestaÃ§Ã£o deste juÃ-zo. Â Â Â Â Â Sirva-se esta por cÃ³pia como mandado, conforme autoriza o Provimento n. 003/2009-CJRMB. Â Â Â Â Â Xinguara/PA, 11 de novembro de 2021. Â HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara/PA PROCESSO: 00009534520138140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 12/11/2021 VITIMA:L. D. DENUNCIADO:WILLIAN DA SILVA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. SENTENÃAÂ Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o penal em desfavor do rÃ©u qualificado nos autos. Â Â Â Â Â Tratando-se de crimes classificados como de consumaÃ§Ã£o instantÃ¢nea, o termo inicial para a referida contagem Ã© a data em que ele se consumou, ou, no caso de tentativa, do dia em que cessou a atividade criminosa, de acordo com o artigo 111, I e II, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â O delito imputado ao suposto autor do fato possui pena mÃ¡xima que nÃ£o supera o prazo de 04 (quatro) anos, prescrevendo, portanto, no prazo de 08 (oito) anos. Sopesadas estas informaÃ§Ãµes, verifica-se que a pretensÃ£o punitiva estatal estÃ¡ fulminada pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Isto porque, entre a data do fato e o recebimento da denÚncia, ou mesmo entre a este e a ocorrÃªncia deste ato processual, jÃ¡ se passaram mais de 08 (oito) anos, prazo que se amolda Ã hipÃ³tese de prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva com base na pena em abstrato, em estrita observÂ¢ncia ao inciso IV do art. 109 do CPB. Â Â Â Â Â A causa extintiva da punibilidade em estudo estÃ¡ prevista no art. 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro.Â Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do jus puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outros termos, e usando da preciosa liÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco:Â Â (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade (GRECO, RogÃ©rio. Curso de direito penal Â¿ parte geral. 7Âª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006, p. 781). Â Â Â Â Â Â O citado instituto, por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorre apÃ³s. Â Â Â Â Â Â Pois bem. A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, devendo o juiz declarÃ¡-la de ofÃ-cio, nos termos do art. 61 do CÃ³digo de Processo Penal.Â Â Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o tendo o Estado exercido seu jus puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade em relaÃ§Ã£o ao autor do fato pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe.Â Â Â Â Â Â DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DO SUPOSTO SUJEITO ATIVO EM RAZÃO DA PRESCRIÃÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL, assim o fazendo com base no artigo 107, IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico com vista dos autos. Â Â Â Â Â Com o retorno dos autos, sem oposiÃ§Ã£o do Ã³rgÃ£o ministerial, certifique-se o trÃ¢nsito em julgado e arquivem-se imediatamente os presentes autos, independente de nova manifestaÃ§Ã£o deste juÃ-zo. Â Â Â Â Â Sirva-se esta por cÃ³pia como mandado, conforme autoriza o Provimento n. 003/2009-CJRMB. Â Â Â Â Â Xinguara/PA, 12 de novembro de 2021. Â HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Â Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara/PA PROCESSO: 00009851120178140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Termo Circunstanciado em: 12/11/2021 REQUERIDO:ANDRESSA E SILVA FARIAS VITIMA:C. J. G. P. . SENTENÃAÂ Â Â Â Â Â Trata-se de termo circunstanciado de ocorrÃªncia por suposta prÃ¡tica de delito submetido ao rito da Lei 9.099/1995 Â Â Â Â Â Verifica-se que este JuÃ-zo, em audiÃªncia, homologou termo de acordo entre as partes, conforme viabiliza o microssistema dos Juizados Especiais. Ocorre que

atÃ© a presente data nÃ£o houve a comprovaÃ§Ã£o do cumprimento integral do ajuste. Â Â Â Â Â Registra-se, conforme tese fixada pela 6Âª Turma do Superior Tribunal de JustiÃ§a, que Â¿NÃ£o hÃ¡ previsÃ£o legal de que, celebrado o acordo, e enquanto nÃ£o cumprida integralmente a avenÃ§a, ficarÃ¡ suspenso o curso do prazo prescricional" (RHC 80.148). Â Â Â Â Â Deste modo, prevalece na jurisprudÃªncia que, por falta de previsÃ£o em lei, nÃ£o hÃ¡ suspensÃ£o do prazo de prescriÃ§Ã£o durante o cumprimento dos termos de acordo de transaÃ§Ã£o penal/composiÃ§Ã£o civil. Â Â Â Â Â Tratando-se de crimes classificados como de consumaÃ§Ã£o instantÂ¢nea, o termo inicial para a referida contagem Ã© a data em que ele se consumou, ou, no caso de tentativa, do dia em que cessou a atividade criminosa, de acordo com o artigo 111, I e II, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â O delito imputado ao suposto autor do fato possui pena mÃ¡xima que nÃ£o supera o prazo de 02 (dois) anos. Sopesadas estas informaÃ§Ãµes, verifica-se que a pretensÃ£o punitiva estatal estÃ¡ fulminada pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Isto porque, entre a data do fato e o recebimento da denÃºncia, ou mesmo entre a data do fato e a ocorrÃªncia deste ato processual, jÃ¡ se passaram mais de 04 (quatro) anos, prazo que se amolda a duas hipÃ³teses de prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva com base na pena em abstrato, em estrita observÂ¢ncia aos incisos V e VI do art. 109 do CPB. Â Â Â Â Â A causa extintiva da punibilidade em estudo estÃ¡ prevista no art. 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro.Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do jus puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outros termos, e usando da preciosa liÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco:Â Â (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade (GRECO, RogÃ©rio. Curso de direito penal Â¿ parte geral. 7Âª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006, p. 781). Â Â Â Â Â Â Â O citado instituto, por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÂ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorre apÃ³s. Â Â Â Â Â Â Pois bem. A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, devendo o juiz declarÃ¡-la de ofÃ-cio, nos termos do art. 61 do CÃ³digo de Processo Penal.Â Â Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o tendo o Estado exercido seu jus puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade em relaÃ§Ã£o ao autor do fato pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe.Â Â Â Â Â Â DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DO SUPOSTO SUJEITO ATIVO EM RAZÃO DA PRESCRIÃÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL, assim o fazendo com base no artigo 107, IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico com vista dos autos. ApÃ³s, certifique-se o trÂ¢nsito em julgado e arquivem-se imediatamente os presentes autos, independente de nova manifestaÃ§Ã£o deste juÃ-zo. Â Â Â Â Â Sirva-se esta por cÃ³pia como mandado, conforme autoriza o Provimento n. 003/2009-CJRMB. Â Â Â Â Â Xinguara/PA, 12 de novembro de 2021. Â HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Â Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara/PA PROCESSO: 00011543920058140065 PROCESSO ANTIGO: 200520002904 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Procedimento Comum em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO VITIMA:D. C. F. REU:JOAO BATISTA DE BARROS LIMA Representante(s): OAB 25380 - JANE KELLY THULER MARIANO FERNANDES (ADVOGADO) OAB 25241 - SUELMA DOS SANTOS TAVARES (ADVOGADO) OAB 25380 - JANE KELLY THULER MARIANO FERNANDES (ADVOGADO) OAB 25241 - SUELMA DOS SANTOS TAVARES (ADVOGADO) . SENTENÃA Considerando a ausÃªncia de prejuÃ-zo, em razÃ£o da natureza da sentenÃ§a, torno sem efeito a decisÃ£o que absolveu/extinguiu a punibilidade do acusado, apenas na parte em que determina as intimaÃ§Ãµes das vÃ-timas e acusados e determino o arquivamento dos presentes autos com as baixas de praxe. Cumpra-se. Xinguara-PA, 12 de novembro de 2021 HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara-PA. PROCESSO: 00012467320178140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:JOACI DE SA SILVA Representante(s): OAB 19203-A - CLEOMAR COELHO SOARES (ADVOGADO) DENUNCIADO:M. O. S. S. . SENTENÃA Considerando a ausÃªncia de prejuÃ-zo, em razÃ£o da natureza da sentenÃ§a, torno sem efeito a decisÃ£o que absolveu/extinguiu a punibilidade do acusado, apenas na parte em que determina as intimaÃ§Ãµes das vÃ-timas e acusados e determino o arquivamento dos presentes autos com as baixas de praxe. Cumpra-se. Xinguara-PA, 12 de novembro de 2021 HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara-PA. PROCESSO: 00013218320158140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Inquérito

Policial em: 12/11/2021 INDICIADO:JOSE HENRIQUE CANDIDO BARROS VITIMA:M. C. P. A. . SENTENÃA Considerando a ausÃªncia de prejuÃ-zo, em razÃ£o da natureza da sentenÃ§a, torno sem efeito a decisÃ£o que absolveu/extinguiu a punibilidade do acusado, apenas na parte em que determina as intimaÃ§Ãµes das vÃ-timas e acusados e determino o arquivamento dos presentes autos com as baixas de praxe. Cumpra-se. Xinguara-PA, 12 de novembro de 2021 HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara-PA. PROCESSO: 00015391420158140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Inquérito Policial em: 12/11/2021 AUTOR:EM APURACAO VITIMA:G. S. A. . SENTENÃA Considerando a ausÃªncia de prejuÃ-zo, em razÃ£o da natureza da sentenÃ§a, torno sem efeito a decisÃ£o que absolveu/extinguiu a punibilidade do acusado, apenas na parte em que determina as intimaÃ§Ãµes das vÃ-timas e acusados e determino o arquivamento dos presentes autos com as baixas de praxe. Cumpra-se. Xinguara-PA, 12 de novembro de 2021 HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara-PA. PROCESSO: 00018478420148140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 INDICIADO:MILTON BARATA SANTA ROSA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) OAB 6228 - JORDELINO ROSALVES DE ALMEIDA (ADVOGADO) VITIMA:C. A. C. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. SENTENÃA Considerando a ausÃªncia de prejuÃ-zo, em razÃ£o da natureza da sentenÃ§a, torno sem efeito a decisÃ£o que absolveu/extinguiu a punibilidade do acusado, apenas na parte em que determina as intimaÃ§Ãµes das vÃ-timas e acusados e determino o arquivamento dos presentes autos com as baixas de praxe. Cumpra-se. Xinguara-PA, 12 de novembro de 2021 HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara-PA. PROCESSO: 00019337920198140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:WELITON BARBOSA FERREIRA VITIMA:M. R. S. . PROCESSO N. 0001933-79.2019.8.14.0065 AÃÃO PENAL AUTOR: MINISTÃRIO PÃBLICO RÃU: WELITON BARBOSA FERREIRA Telefone: (94) 98442-0580 VÃTIMA: MARIA DO ROSÃRIO DE SOUSA CAPITULAÃÃO: Art. 147 do CPB c/c art. 7Âº, I, da Lei 11.340/2006; art. 129, Â§ 9Âº, c/c art. 14, art. 150, Â§ 1Âº, do CÃ³digo Penal Brasileiro; art. 24-A da Lei 11.340/2006. S E N T E N Ã A I - RELATÃRIO Trata-se de aÃ§Ã£o penal proposta pelo MinistÃ©rio PÃºblico, em face de WELITON BARBOSA FERREIRA,Â jÃ¡ qualificado nos autos, denunciado com incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do Art.129, Â§ 9Âº e art. 147, caput (2x), art. 150, caput (2x) c/c art. 69, caput, ambos do CÃ³digo Penal c/c Lei 11.340/2006, em que figura como vÃ-tima Maria do RosÃ¡rio de Sousa. Narra, em sÃ-ntese, a denÃºncia que: Â¿No dia 27.02.2019, apÃ³s ser intimado do deferimento de medidas protetivas Ã sua ex companheira, a Sra. Maria do RosÃ¡rio de Sousa, nos autos do processo nÂº 00018948220198140065, o denunciado, em torno das 19hs, foi ao local de trabalho da vÃ-tima e perguntou qual o motivo de ela nÃ£o atender aos seus telefonemas.Â O denunciado ficou nervoso com a resposta da vÃ-tima, que afirmou que nÃ£o tinha a obrigaÃ§Ã£o de atender, e desferiu um chute, que atingiu a cadeira em que a vÃ-tima estava sentada. AlÃ©m disso, disse Ã vÃ-tima o seguinte: `vocÃª tem que fechar a sua barraca e sumir daqui.Â¿ ApÃ³s a reaÃ§Ã£o da filha da vÃ-tima, que jogou uma cadeira no denunciado, este saiu do local. Em seguida, o denunciado invadiu a casa da vÃ-tima, mediante arrombamento. Na ocasiÃ£o, uma amiga da vÃ-tima estava no imÃ³vel. Imediatamente, a PolÃ-cia Militar foi acionada e encontrou o denunciado embaixo da cama da vÃ-tima, portando uma faca tipo peixeira, conforme consta do auto de apreensÃ£o de fl. 21 do IP.Â¿ A denÃºncia foi recebida em 23.05.2019 (fls. 04). O acusado foi citado e apresentou resposta escrita Ã acusaÃ§Ã£o (fls.Â 08/09) assistido pela Defensoria PÃºblica. Em audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, foram ouvidas a vÃ-tima Maria do RosÃ¡rio, como informante do juÃ-zo, e as testemunhas Naiara de Souza Silva, Arqueline de Sousa Nunes e sargento Washington Pereira de SÃ¡. ApÃ³s passou-se ao interrogatÃ³rio do acusado. A defesa requereu a liberdade provisÃ³ria do acusado. O Representante do MinistÃ©rio PÃºblico, em alegaÃ§Ãµes finais orais, entendeu regular o feito e pugnou pela parcial procedÃªncia da exordial acusatÃ³ria no sentido de condenar o rÃ©u como incurso nas sanÃ§Ãµes do art. 150, Â§ 1Âº, do CPB, bem como no art. 24-A da Lei 11.340/2006, todavia, no que tange Ã imputaÃ§Ã£o dos artigos 147, caput, e 129, Â§ 9Âº, ambos do CÃ³digo Penal, o MinistÃ©rio PÃºblico entendeu nÃ£o estar comprovada a culpa do rÃ©u. Quanto ao pedido de liberdade formulado pela defesa, o MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou favorÃ¡vel. A defesa, por sua vez, requereu a aplicaÃ§Ã£o atenuante de confissÃ£o espontÃ¢nea quanto Ã violaÃ§Ã£o de domicÃ-lio e destacou que o rÃ©u se compromete a reparar o dano material causado Ã vÃ-tima. Quanto aos crimes de lesÃ£o corporal e ameaÃ§a, a defesa sustentou que, durante a

instruÃ§Ã£o, restou comprovado que nÃ£o ocorreram. Subsidiariamente, defendeu a aplicaÃ§Ã£o do princÃ-pio do in dubio pro reo. Em audiÃªncia, o juÃ-zo deferiu a liberdade provisÃ³ria cumulada com medidas cautelares diversas da prisÃ£o. Ã o RelatÃ³rio. DECIDO. II - FUNDAMENTAÃÃO. Cuidam os presentes autos de aÃ§Ã£o penal pÃºblica em que o ministÃ©rio pÃºblico estadual imputa a WELITON BARBOSA FERREIRA a prÃ¡tica de crimes de ameaÃ§a, lesÃ£o corporal na forma tentada, violaÃ§Ã£o de domicÃ-lio no contexto de violÃªncia domÃ©stica e descumprimento de medidas protetivas nos termos da lei nÂº. 11.340/2006. Ab initio, por verificar nÃ£o guardar relaÃ§Ã£o com o caso dos autos, torno sem efeito a sentenÃ§a de fls. 38. Ao exame dos autos, verifico estarem presentes os pressupostos processuais e as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o penal. NÃ£o foram arguidas questÃµes preliminares ou prejudiciais, nem vislumbro qualquer nulidade que deva ser pronunciada de ofÃ-cio. Passo Ã anÃ¡lise do mÃ©rito. II.I - DA VIOLAÃÃO DE DOMICÃLIO DA MATERIALIDADE: A instruÃ§Ã£o mostrou-se competente em aclarar o evento criminoso, pois a vÃ-tima descreveu com precisÃ£o sua ocorrÃªncia, delineando a conduta do rÃ©u de entrar clandestina e astuciosamente, contra a vontade expressa das possuidoras do imÃ³vel, na casa de sua ex-companheira, em perÃ-odo noturno e portando uma faca. Comprovou-se, portanto, a materialidade do delito atravÃ©s do depoimento da vÃ-tima, constante dos autos (registrado em mÃ-dia), que confirma as informaÃ§Ãµes prestadas perante a autoridade policial. Somado a isso, tem-se o depoimento das testemunhas. Assim, a materialidade do crime encontra-se suficientemente comprovada nos autos. DA AUTORIA: No que concerne Ã autoria, resta tambÃ©m induvidosa, haja vista que a testemunha Naiara de Souza Silva relatou que o acusado chegou Ã casa da vÃ-tima, mas que nÃ£o deixou o acusado entrar sem a permissÃ£o daquela (Maria do RosÃ¡rio de Sousa), razÃ£o pela qual o acusado ficou ameaÃ§ando invadir a residÃªncia (depoimento completo registrado em mÃ-dia). A testemunha Arqueline de Sousa Nunes, por sua vez, relatou que foi atÃ© a delegacia solicitar ajuda policial para retirar o acusado de sua residÃªncia, momento em que sua amiga ligou informando que o acusado havia arrombado a porta e estava dentro da residÃªncia. Narrou que chegou Ã casa juntamente com a polÃ-cia e o delegado, encontrando a porta arrombada. Relatou que, ao entrar, viu o acusado escondido, enrolado num cobertor e que havia uma faca junto ao acusado, cuja origem desconhece (depoimento completo registrado em mÃ-dia). A testemunha policial Davi Washinton Pereira de SÃ¡ relatou que o delegado solicitou ajuda da polÃ-cia para o cumprimento de uma medida protetiva, pois o acusado estava rodeando a casa da vÃ-tima. Narrou, que chegando ao local, o acusado jÃ¡ se encontrava dentro da residÃªncia, quando foi avistado pela filha da vÃ-tima embaixo da cama, com uma faca (peixeira), nÃ£o sabendo a origem da arma branca (depoimento completo registrado em mÃ-dia). Como se pode perceber, hÃ¡ perfeita consonÃ¢ncia entre os termos da denÃºncia e as afirmaÃ§ÃµesÂ da testemunha ouvida em juÃ-zo, tendo a instruÃ§Ã£o processual sido hÃ¡bil em demonstrar que o rÃ©u praticou o delito descrito na denÃºncia. Ademais, o prÃ³prio rÃ©u, em seu interrogatÃ³rio, confessou ter ingressado no imÃ³vel sem o consentimento das possuidoras, suspendendo a Â¿tramelaÂ¿ que prendia a porta. A conduta do rÃ©u encontra perfeita tipificaÃ§Ã£o no art. 150, Â§ 1Âº, do CÃ³digo Penal. Com a instruÃ§Ã£o criminal, demonstrou-se que a conduta do rÃ©u foi completamente desvelada, restando clara a intenÃ§Ã£o consciente de entrar de forma clandestina na casa da vÃ-tima, com emprego de arma. Destaque-se que hÃ¡ o emprego da qualificadora ainda que o agente apodere-se da arma durante a aÃ§Ã£o criminosa. Desse modo, irrelevante o fato de a origem da faca portada pelo acusado ser desconhecida. Assim, como se pode perceber, hÃ¡ perfeita harmonia entre os termos da denÃºncia, o depoimentoÂ das testemunhas em juÃ-zoÂ e o depoimento da vÃ-tima, revelando que o denunciado foi o autor do crime de violaÃ§Ã£o de domicÃ-lio qualificada pelo emprego de arma descrito na denÃºncia. II.II - DA LESÃO CORPORAL DA MATERIALIDADE: Na instruÃ§Ã£o nÃ£o restou demonstrada a ocorrÃªncia do evento criminoso. A vÃ-tima relatou, em juÃ-zo, que nÃ£o foi agredida pelo acusado. A testemunha Naiara de Souza Silva, por sua vez, relatou que nÃ£o presenciou outra situaÃ§Ã£o de violÃªncia. Assim, nÃ£o restou demonstrada na instruÃ§Ã£o processual a ocorrÃªncia de ofensa Ã integridade corporal ou Ã saÃºde da vÃ-tima, nem mesmo na forma tentada. Assim, diante da ausÃªncia de prova da existÃªncia do fato, a materialidade do crime nÃ£o se encontra suficientemente comprovada nos autos. II.III - DA AMEAÃA DA MATERIALIDADE: Na instruÃ§Ã£o, nÃ£o restou demonstrada a ocorrÃªncia do evento criminoso. Ouvida em juÃ-zo, a vÃ-tima Maria do RosÃ¡rio de Sousa relatou que nunca foi ameaÃ§ada. Que o acusado nÃ£o gostou de ter suas ligaÃ§Ãµes telefÃ´nicas bloqueadas e apenas procurou-a para Â¿tirar satisfaÃ§ÃµesÂ¿. NÃ£o restou demonstrada na instruÃ§Ã£o processual a ocorrÃªncia de ameaÃ§a Ã vÃ-tima, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbÃ³lico, de causar-lhe mal injusto e grave. Assim, diante da ausÃªncia de prova da existÃªncia do fato, a materialidade do crime nÃ£o se encontra suficientemente comprovada nos autos. II.IV- DO DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS DA MATERIALIDADE: A instruÃ§Ã£o mostrou-se competente em aclarar o evento criminoso, pois a vÃ-tima descreveu com precisÃ£o sua ocorrÃªncia, delineando a forma como ocorreu o descumprimento da medida protetiva.

Essas descriÃ§Ãµes estÃ£o em consonÃ¢ncia com os elementos informativos coligidos aos autos do inquÃ©rito policial. Inicialmente, verifico que, segundo foi apurado, em razÃ£o de condutas anteriores do acusado, foram deferidas medidas protetivas em favor Maria do Rosario de Sousa, nos autos do processo nÂº 0001894-82.2019.8.14.0065, consistentes em: suspensÃ£o da posse ou restriÃ§Ã£o do porte de armas, com comunicaÃ§Ã£o ao Ã³rgÃ£o competente, nos termos da Lei 10.826/03; afastamento do lar da ofendida, de seus familiares e das testemunhas; proibiÃ§Ã£o de aproximar-se da ofendida, seus familiares em um raio de 300 (trezentos) metros; proibiÃ§Ã£o de manter contato com a ofendida, seus familiares por qualquer meio de comunicaÃ§Ã£o, inclusive rede social; proibiÃ§Ã£o de frequentar lugares onde a vÃ-tima esteja presente, a fim de preservar sua integridade fÃ-sica e psicolÃ³gica. O rÃ©u foi intimado dessas medidas. A aproximaÃ§Ã£o indevida e o ingresso nÃ£o autorizado na residÃªncia da vÃ-tima, no caso, configuram descumprimento das medidas protetivas deferidas nos autos do processo nÂº 0001894-82.2019.8.14.0065 com fundamento na Lei 11.340/2006. DA AUTORIA: No que concerne Ã autoria, resta tambÃ©m induvidosa, haja vista que a vÃ-tima informou que o acusado, inconformado o tÃ©rmino do relacionamento, quebrou a porta, invadindo sua residÃªncia. No presente caso a ofendida confirmou em JuÃ-zo suas declaraÃ§Ãµes prestadas Ã autoridade policial. Ressalte-se que a palavra da vÃ-tima, em crimes cometidos contra a mulher no Ã¢mbito domÃ©stico e familiar, Ã© de ser considerada de extrema valia e tem especial relevÃ¢ncia como elemento de prova. Ademais, a testemunha policial Davi Washinton Pereira de SÃ¡ relatou que, chegando ao local dos fatos, o acusado jÃ¡ se encontrava dentro da residÃªncia da vÃ-tima. A testemunha Arqueline de Sousa Nunes narrou que chegou Ã casa juntamente Ã polÃ-cia e ao delegado, encontrando a porta arrombada. Relatou que, ao entrar, viu o acusado escondido, enrolado num cobertor. Como se pode perceber, hÃ¡ perfeita harmonia entre os termos da denÃºncia e os depoimentos da vÃ-tima e testemunhas, tendo a instruÃ§Ã£o processual sido hÃ¡bil em demonstrar que o rÃ©u foi o autor do delito descrito na denÃºncia. SÃ£o as razÃµes da condenaÃ§Ã£o. II.V - DO CONCURSO DE CRIMES Verifica-se que o acusado, mediante uma Ãºnica aÃ§Ã£o e em unidade de desÃ-gnios, praticou os crimes de violaÃ§Ã£o de domicÃ-lio e descumprimento de medidas protetivas, em concurso formal. Desde modo, aplica-se ao caso a soluÃ§Ã£o prevista na primeira parte do art. 70 do CÃ³digo Penal, que assim prevÃª: Art. 70: Â [...] Quando o agente, mediante uma sÃ³ aÃ§Ã£o ou omissÃ£o, pratica dois ou mais crimes, idÃªnticos ou nÃ£o, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabÃ-veis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto atÃ© metade. III - DISPOSITIVO: Diante do exposto e por tudo que consta dos autos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTEÂ aÂ DENÃNCIAÂ ofertada pelo MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡, para: 1. CONDENARÂ o acusado Weliton Barbosa Ferreira, jÃ¡ qualificado nos autos, como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do art. 150, Â§1Âº, do CÃ³digo Penal; 2. ABSOLVER o acusado quanto ao crime do art. 129, Â§9Âº, do CÃ³digo Penal, com fundamento no art. 386, II, do mesmo CÃ³digo; 3.Â ABSOLVER o acusado quanto ao crime do art. 147, do CÃ³digo Penal, com fundamento no art. 386, II, do mesmo CÃ³digo; 4. CONDENARÂ o acusado como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do art. 24-A da Lei 11.340/2006. IV - DOSIMETRIA DA PENA: Passo Ã dosimetria da pena, atento aos ditames do art. 68 do Estatuto Repressivo e considerando as disposiÃ§Ãµes do artigo 59 e seguintes do CÃ³digo Penal, que elegeram o sistema trifÃ¡sico para a quantificaÃ§Ã£o das sanÃ§Ãµes aplicÃ¡veis ao condenadoÂ e a SÃºmula nÂº 23 do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡. "A aplicaÃ§Ã£o dos vetores do art. 59 do CPB obedece a critÃ©rios quantitativos e qualitativos, de modo que, existindo a aferiÃ§Ã£o negativa de qualquer deles, fundamenta-se a elevaÃ§Ã£o da pena base acima do mÃ-nimo legal". DA VIOLAÃÃO DE DOMICÃLIO (ART. 150, Â§1Âº, CP) a) CircunstÃ¢ncias judiciais (art. 59 do CÃ³digo Penal) a.1) culpabilidade: o rÃ©u agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie; a.2) antecedentes: nÃ£o hÃ¡ nos autos provas de que o rÃ©u registre antecedentes criminais, razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.3) conduta social: nÃ£o hÃ¡ nos autos provas de fatos que a desabonem razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.4) personalidade: sua anÃ¡lise Ã© inviÃ¡vel por conta da falta de elementos para tanto, razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.5) motivos do crime: Ã© comum a espÃ©cie, razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.6) circunstÃ¢ncias do crime: nÃ£o transbordam aos delitos desta espÃ©cie, razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.7) consequÃªncias do crime: nÃ£o transbordam aos delitos desta espÃ©cie, razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.8) comportamento da vÃ-tima: nÃ£o hÃ¡ provas de que o comportamento da vÃ-tima tenha influenciado na prÃ¡tica do delito. Considerando que nÃ£o hÃ¡ circunstÃ¢ncia judicial que pese contra o rÃ©u, fixo a pena base no mÃ-nimo legal, a saber, 6 (seis) meses de detenÃ§Ã£o. b) circunstÃ¢ncias atenuantes e agravantes Verifico a presenÃ§a da circunstÃ¢ncia agravante do art. 61, II, alÃ-nea Â¿fÂ¿, por ter o acusado cometido o delito prevalecendo-se de relaÃ§Ãµes domÃ©sticas, com violÃªncia contra a mulher na forma da lei 11.340/2006. Verifico, ainda, a presenÃ§a da circunstÃ¢ncia atenuante da confissÃ£o espontÃ¢nea, tendo em vista que, em seu interrogatÃ³rio perante o juÃ-zo, o acusado relatou que adentrou

na residÃªncia da vÃ-tima sem a autorizaÃ§Ã£o desta. Assim, havendo concurso entre atenuante de confissÃ£o espontÂ¢nea, que envolve a personalidade do agente, e a agravante de ter o acusado cometido o crime prevalecendo-se de relaÃ§Ãµes domÃ©sticas e com violÃªncia contra mulher, que Ã© referente aos motivos do crime, tais circunstÂ¢ncias devem ser compensadas entre si por serem igualmente preponderantes. c)Â Causas de aumento e de diminuiÃ§Ã£o de pena Em relaÃ§Ã£o Ã s causas de aumento e diminuiÃ§Ã£o verifico a inexistÃªncia. Fica, portanto, o rÃ©u Weliton Barbosa FerreiraÂ condenado com relaÃ§Ã£o ao crime tipificado no artigoÂ 150, Â§1Âº, do CPB, Ã pena total de 06 (seis) meses de detenÃ§Ã£o. DO DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS a) CircunstÂ¢ncias judiciais (art. 59 do CÃ³digo Penal) a.1) culpabilidade: o rÃ©u agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie; a.2) antecedentes: nÃ£o hÃ¡ nos autos provas de que o rÃ©u registre antecedentes criminais, razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.3) conduta social: nÃ£o hÃ¡ nos autos provas de fatos que a desabonem razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.4) personalidade: sua anÃ¡lise Ã© inviÃ¡vel por conta da falta de elementos para tanto, razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.5) motivos do crime: Ã© comum a espÃ©cie, razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.6) circunstÂ¢ncias do crime: nÃ£o transbordam aos delitos desta espÃ©cie, razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.7) consequÃªncias do crime: nÃ£o transbordam aos delitos desta espÃ©cie, razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.8) comportamento da vÃ-tima: nÃ£o hÃ¡ provas de que o comportamento da vÃ-tima tenha influenciado na prÃ¡tica do delito. Considerando que nÃ£o hÃ¡ circunstÂ¢ncia judicial que pese contra o rÃ©u, fixo a pena base no mÃ-nimo legal, a saber, 03 (trÃªs) meses de detenÃ§Ã£o. b) circunstÂ¢ncias atenuantes e agravantes Deixo de aplicar a circunstÂ¢ncia atenuante da confissÃ£o espontÂ¢nea, tendo em vista que, em seu interrogatÃ³rio perante o juÃ-zo, o acusado afirmou desconhecer as medidas protetivas deferidas em favor da vÃ-tima, apesar de intimado. Assim, conquanto tenha admitido ter ingressado no lar da vÃ-tima e se aproximado dela, sustentou desconhecer a restriÃ§Ã£o imposta por este juÃ-zo. Segundo a jurisprudÃªncia do STF, Â¿aÂ confissÃ£o qualificadaÂ nÃ£o Ã© suficiente para justificar a atenuante prevista no art. 65, III, Â¿dÂ¿, do CÃ³digo PenalÂ¿ (HC 103.172/MT, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe de 24.9.2013). Desse modo, inexistem circunstÂ¢ncias atenuantes e agravantes a serem consideradas. c)Â Causas de aumento e de diminuiÃ§Ã£o de pena Em relaÃ§Ã£o Ã s causas de aumento e diminuiÃ§Ã£o verifico a inexistÃªncia. Fica, portanto, o rÃ©uÂ Weliton Barbosa FerreiraÂ condenado com relaÃ§Ã£o ao crime tipificado no artigoÂ 24-A da Lei 11.340/2006, Ã pena total de 03 (trÃªs) meses de detenÃ§Ã£o. d) Concurso formal Considerando que os delitos foram cometidos em concurso formal, com base na primeira parte do caput art. 70 do CÃ³digo Penal, torno definitiva a pena do acusado em 07 (sete) meses de detenÃ§Ã£o. e) DetraÃ§Ã£o do perÃ-odo de prisÃ£o provisÃ³ria O acusado foi preso em 27/02/2019, perÃ-odo que inicio a contagem da detraÃ§Ã£o, e concedida a liberdade em 02/10/2019, marco final, detraindo o perÃ-odo em 07 (sete) meses e 06 (seis) dias. Assim, constato que o rÃ©u permaneceu preso provisoriamente por tempo superior Ã pena fixada. Pelo exposto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE Â do acusado Weliton Barbosa Ferreira pelo cumprimento integral da pena, com fundamento no artigo 42 do CÃ³digo Penal e no artigo 61 do CÃ³digo de Processo Penal. f) - Da FixaÃ§Ã£o Da IndenizaÃ§Ã£o MÃ-nima: Deixo de fixar o montante mÃ-nimo a ser pago pelo rÃ©u Ã ofendida a tÃ-tulo de reparaÃ§Ã£o dos danos causados pela infraÃ§Ã£o, uma vez que nÃ£o hÃ¡ pedido neste sentido (art. 387, inciso IV do CPP, com nova redaÃ§Ã£o dada pela Lei 11.719/2008). DISPOSIÃÃES FINAIS: Condeno o rÃ©u ao pagamento das custas processuais (art. 804 do CPP). Registre-se que na hipÃ³tese de nÃ£o pagamento das custas pelo condenado no prazo legal, o crÃ©dito correspondente serÃ¡ encaminhado para procedimento de cobranÃ§a extrajudicial ou inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa, sofrendo atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria e incidÃªncia dos demais encargos legais (Lei Estadual n. 9.217/2021), e que eventual manifestaÃ§Ã£o de insuficiÃªncia de recursos para arcar com o pagamento das referidas custas deverÃ¡ ser apreciada pelo JuÃ-zo competente para esta cobranÃ§a. Ocorrendo trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a, adotar as seguintes providÃªncias: 1. Lance-se o nome do condenado no rol de culpados e faÃ§am-se as anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes pertinentes, especialmente ao Tribunal Regional Eleitoral para o fim de suspensÃ£o dos direitos polÃ-ticos, nos termos do art. 15, III, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. 2. Com as cautelas de praxe, arquivem-se via LIBRA, devendo a diligÃªncia ser certificada nos autos, aplicando-se o Provimento nÂº 012/2009-CJCI-TJPA. 3. CiÃªncia a vÃ-tima, nos termos do Â§2Âº art. 201CPP) e art. 21 da Lei 11.340/2006. Intime-se, pessoalmente, o representante do MinistÃ©rio PÃºblico (art. 370, Â§4Âº, do CÃ³digo de Processo Penal) e o rÃ©u (artigo 360 c/c 370, ambos do CÃ³digo de Processo Penal). Na hipÃ³tese de o rÃ©u nÃ£o ser encontrados no endereÃ§o constante dos autos, intime-se por edital (art. 392, IV, CPP). Intime-se a defesa por meio de publicaÃ§Ã£o (art. 370, Â§1Âº). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Xinguara/PA, 12 de novembro de 2021. HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto respondendo pela Vara Criminal de Xinguara/PA PROCESSO: 00020244120098140065

PROCESSO ANTIGO: 200920007562 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:E. P. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO REU:SILVANO FLORINDO DELFINO Representante(s): OAB 6228 - JORDELINO ROSALVES DE ALMEIDA (ADVOGADO) OAB 16593 - HUMBERTO TAVARES DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 20918 - PEDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA MIRANDA (ADVOGADO) OAB 20915 - FELIPY DA SILVA FARIA (ADVOGADO) . SENTENÃA Considerando a ausÃªncia de prejuÃ-zo, em razÃ£o da natureza da sentenÃ§a, torno sem efeito a decisÃ£o que absolveu/extinguiu a punibilidade do acusado, apenas na parte em que determina as intimaÃ§Ãµes das vÃ-timas e acusados e determino o arquivamento dos presentes autos com as baixas de praxe. Cumpra-se. Xinguara-PA, 12 de novembro de 2021 HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara-PA. PROCESSO: 00031068520128140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Inquérito Policial em: 12/11/2021 INDICIADO:WEDER DE SOUSA OLIVEIRA VITIMA:A. S. P. . SENTENÃA Considerando a ausÃªncia de prejuÃ-zo, em razÃ£o da natureza da sentenÃ§a, torno sem efeito a decisÃ£o que absolveu/extinguiu a punibilidade do acusado, apenas na parte em que determina as intimaÃ§Ãµes das vÃ-timas e acusados e determino o arquivamento dos presentes autos com as baixas de praxe. Cumpra-se. Xinguara-PA, 12 de novembro de 2021 HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara-PA. PROCESSO: 00031141820198140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Termo Circunstanciado em: 12/11/2021 REQUERIDO:LAISSA FERREIRA SILVA REQUERIDO:JUCERMARIA MENDES REQUERIDO:JAILSON DA SILVA ARAUJO VITIMA:L. S. P. A. . SENTENÃA Considerando a ausÃªncia de prejuÃ-zo, em razÃ£o da natureza da sentenÃ§a, torno sem efeito a decisÃ£o que absolveu/extinguiu a punibilidade do acusado, apenas na parte em que determina as intimaÃ§Ãµes das vÃ-timas e acusados e determino o arquivamento dos presentes autos com as baixas de praxe. Cumpra-se. Xinguara-PA, 12 de novembro de 2021 HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara-PA. PROCESSO: 00038513120138140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. INDICIADO:DANIEL ZANONATO PACHECO Representante(s): OAB 14656-B - IGOR SILVEIRA LIMA (ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. SENTENÃAÂ Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o penal em desfavor do rÃ©u qualificado nos autos. Â Â Â Â Â Tratando-se de crimes classificados como de consumaÃ§Ã£o instantÃ¢nea, o termo inicial para a referida contagem Ã© a data em que ele se consumou, ou, no caso de tentativa, do dia em que cessou a atividade criminosa, de acordo com o artigo 111, I e II, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â O delito imputado ao suposto autor do fato possui pena mÃ¡xima que nÃ£o supera o prazo de 04 (quatro) anos, prescrevendo, portanto, no prazo de 08 (oito) anos. Sopesadas estas informaÃ§Ãµes, verifica-se que a pretensÃ£o punitiva estatal estÃ¡ fulminada pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Isto porque, entre a data do fato e o recebimento da denÃºncia, ou mesmo entre a este e a ocorrÃªncia deste ato processual, jÃ¡ se passaram mais de 08 (oito) anos, prazo que se amolda Ã hipÃ³tese de prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva com base na pena em abstrato, em estrita observÃ¢ncia ao inciso IV do art. 109 do CPB. Â Â Â Â Â A causa extintiva da punibilidade em estudo estÃ¡ prevista no art. 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro.Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do jus puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outros termos, e usando da preciosa liÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco:Â Â (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade (GRECO, RogÃ©rio. Curso de direito penal Â¿ parte geral. 7Âª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006, p. 781). Â Â Â Â Â Â O citado instituto, por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorre apÃ³s. Â Â Â Â Â Pois bem. A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, devendo o juiz declarÃ¡-la de ofÃ-cio, nos termos do art. 61 do CÃ³digo de Processo Penal.Â Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o tendo o Estado exercido seu jus puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade em relaÃ§Ã£o ao autor do fato pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe.Â Â Â Â Â Â DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DO SUPOSTO SUJEITO ATIVO EM RAZÃO DA PRESCRIÃÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL, assim o fazendo com base no artigo 107, IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico com vista dos autos. Â Â Â Â Â

Com o retorno dos autos, sem oposiÃ§Ã£o do Ã³rgÃ£o ministerial, certifique-se o trÃ¢nsito em julgado e arquivem-se imediatamente os presentes autos, independente de nova manifestaÃ§Ã£o deste juÃ-zo. Â Â Â Â Â Sirva-se esta por cÃ³pia como mandado, conforme autoriza o Provimento n. 003/2009-CJRMB. Â Â Â Â Â Xinguara/PA, 12 de novembro de 2021. Â HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Â Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara/PA PROCESSO: 00040703420198140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Inquérito Policial em: 12/11/2021 INDICIADO:FABIO SILVA MOREIRA VITIMA:D. Q. S. . DESPACHO Vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para requerer o que entender de direito. Xinguara/PA, 12 de novembro de 2021. Â HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Â Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara/PA PROCESSO: 00054255020178140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:REGINALDO SILVA GOMES Representante(s): OAB 19203-A - CLEOMAR COELHO SOARES (ADVOGADO) VITIMA:L. A. B. . SENTENÃA Considerando a ausÃªncia de prejuÃ-zo, em razÃ£o da natureza da sentenÃ§a, torno sem efeito a decisÃ£o que absolveu/extinguiu a punibilidade do acusado, apenas na parte em que determina as intimaÃ§Ãµes das vÃ-timas e acusados e determino o arquivamento dos presentes autos com as baixas de praxe. Cumpra-se. Xinguara-PA, 12 de novembro de 2021 HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara-PA. PROCESSO: 00054652720208140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Termo Circunstanciado em: 12/11/2021 AUTOR DO FATO:XHEYNNY SOARES DA SILVA VITIMA:L. S. P. A. . DECISÃO/DESPACHO Em vista do disposto no art. 28-A do CPP, introduzido pela Lei n. 13.964/2019, cuja vigÃªncia iniciou-se no dia 23/01/2020, considerando a infraÃ§Ã£o penal e a sua pena mÃ-nima, verifico que, em tese, Ã© cabÃ-vel a propositura de Acordo de NÃ£o PersecuÃ§Ã£o Penal no presente caso. Posto isto, designo audiÃªncia para o dia 21 de janeiro de 2022, conforme abaixo descrito: Proc. 00054652720208140065, Ã s 8:30h; Proc. 00059722720168140065, Ã s 8:45h; Caso nÃ£o conste dos autos, junte-se a CertidÃ£o de Antecedentes Criminais do apontado autor do fato. DÃª-se ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡, pessoalmente. Intimem-se o autor do fato. Serve a cÃ³pia do presente termo como mandado, conforme Provimento n. 003/2009-CJCI. Xinguara-PA, 12 de novembro de 2021 HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito substituto respondendo pela Vara Criminal de Xinguara-PA. PROCESSO: 00059722720168140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP) em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REPRESENTANTE:INTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS E RENOVAVEIS IBAMA REPRESENTADO:FLAVIO DE OLIVEIRA. DECISÃO/DESPACHO Em vista do disposto no art. 28-A do CPP, introduzido pela Lei n. 13.964/2019, cuja vigÃªncia iniciou-se no dia 23/01/2020, considerando a infraÃ§Ã£o penal e a sua pena mÃ-nima, verifico que, em tese, Ã© cabÃ-vel a propositura de Acordo de NÃ£o PersecuÃ§Ã£o Penal no presente caso. Posto isto, designo audiÃªncia para o dia 21 de janeiro de 2022, conforme abaixo descrito: Proc. 00054652720208140065, Ã s 8:30h; Proc. 00059722720168140065, Ã s 8:45h; Caso nÃ£o conste dos autos, junte-se a CertidÃ£o de Antecedentes Criminais do apontado autor do fato. DÃª-se ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡, pessoalmente. Intimem-se o autor do fato. Serve a cÃ³pia do presente termo como mandado, conforme Provimento n. 003/2009-CJCI. Xinguara-PA, 12 de novembro de 2021 HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito substituto respondendo pela Vara Criminal de Xinguara-PA. PROCESSO: 00069425620188140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ROBERSON PINHEIRO MACIEL Representante(s): OAB 19203-A - CLEOMAR COELHO SOARES (ADVOGADO) VITIMA:L. L. S. . SENTENÃA Considerando a ausÃªncia de prejuÃ-zo, em razÃ£o da natureza da sentenÃ§a, torno sem efeito a decisÃ£o que absolveu/extinguiu a punibilidade do acusado, apenas na parte em que determina as intimaÃ§Ãµes das vÃ-timas e acusados e determino o arquivamento dos presentes autos com as baixas de praxe. Cumpra-se. Xinguara-PA, 12 de novembro de 2021 HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara-PA. PROCESSO: 00070182220148140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:VALDIR JOSE ARAUJO DE PAULA VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MIINISTERIO PUBLICO. SENTENÃA Tratam-se os autos de AÃ§Ã£o Penal. Ofertada a proposta de TransaÃ§Ã£o Penal, foi prontamente aceita, e homologada por este JuÃ-zo. O

autor do fato comprovou o cumprimento parcial da obrigaÃ§Ã£o. Este juÃ-zo, neste ato, revoga a condiÃ§Ã£o imposta ao acusado por ocasiÃ£o da audiÃªncia de ajuste constante no item II da fl. 17. Ante o exposto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DO SUPOSTO SUJEITO ATIVO em razÃ£o cumprimento da obrigaÃ§Ã£o imposta (art. 72 e seguintes da Lei 9.099/95). Intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico com vista dos autos. Com o retorno dos autos, sem oposiÃ§Ã£o do Ã³rgÃ£o ministerial, certifique-se o trÃ¢nsito em julgado e arquivem-se imediatamente os presentes autos, independente de nova manifestaÃ§Ã£o deste juÃ-zo. Sirva-se esta por cÃ³pia como mandado, conforme autoriza o Provimento n. 003/2009-CJRMB. Xinguara/PA, 12 de novembro de 2021. Â HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Â Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara/PA PROCESSO: 00086692120168140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Termo Circunstanciado em: 12/11/2021 REQUERIDO:MAYKON BRENO DE FREITAS ARIMATEIA VITIMA:J. P. M. . SENTENÃAÂ Â Â Â Â Â Trata-se de termo circunstanciado de ocorrÃªncia por suposta prÃ¡tica de delito submetido ao rito da Lei 9.099/1995 Â Â Â Â Â Verifica-se que este JuÃ-zo, em audiÃªncia, homologou termo de acordo entre as partes, conforme viabiliza o microssistema dos Juizados Especiais. Ocorre que atÃ© a presente data nÃ£o houve a comprovaÃ§Ã£o do cumprimento integral do ajuste. Â Â Â Â Â Registra-se, conforme tese fixada pela 6Âª Turma do Superior Tribunal de JustiÃ§a, que Â¿NÃ£o hÃ¡ previsÃ£o legal de que, celebrado o acordo, e enquanto nÃ£o cumprida integralmente a avenÃ§a, ficarÃ¡ suspenso o curso do prazo prescricional" (RHC 80.148). Â Â Â Â Â Deste modo, prevalece na jurisprudÃªncia que, por falta de previsÃ£o em lei, nÃ£o hÃ¡ suspensÃ£o do prazo de prescriÃ§Ã£o durante o cumprimento dos termos de acordo de transaÃ§Ã£o penal/composiÃ§Ã£o civil. Â Â Â Â Â Tratando-se de crimes classificados como de consumaÃ§Ã£o instantÃ¢nea, o termo inicial para a referida contagem Ã© a data em que ele se consumou, ou, no caso de tentativa, do dia em que cessou a atividade criminosa, de acordo com o artigo 111, I e II, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â O delito imputado ao suposto autor do fato possui pena mÃ¡xima que nÃ£o supera o prazo de 02 (dois) anos. Sopesadas estas informaÃ§Ãµes, verifica-se que a pretensÃ£o punitiva estatal estÃ¡ fulminada pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Isto porque, entre a data do fato e o recebimento da denÃºncia, ou mesmo entre a data do fato e a ocorrÃªncia deste ato processual, jÃ¡ se passaram mais de 04 (quatro) anos, prazo que se amolda a duas hipÃ³teses de prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva com base na pena em abstrato, em estrita observÂ¢ncia aos incisos V e VI do art. 109 do CPB. Â Â Â Â Â A causa extintiva da punibilidade em estudo estÃ¡ prevista no art. 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro.Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do jus puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outros termos, e usando da preciosa liÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco:Â Â (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade (GRECO, RogÃ©rio. Curso de direito penal Â¿ parte geral. 7Âª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006, p. 781). Â Â Â Â Â Â Â O citado instituto, por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorre apÃ³s. Â Â Â Â Â Â Pois bem. A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, devendo o juiz declarÃ¡-la de ofÃ-cio, nos termos do art. 61 do CÃ³digo de Processo Penal.Â Â Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o tendo o Estado exercido seu jus puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade em relaÃ§Ã£o ao autor do fato pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe.Â Â Â Â Â Â DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DO SUPOSTO SUJEITO ATIVO EM RAZÃO DA PRESCRIÃÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL, assim o fazendo com base no artigo 107, IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico com vista dos autos. ApÃ³s, certifique-se o trÃ¢nsito em julgado e arquivem-se imediatamente os presentes autos, independente de nova manifestaÃ§Ã£o deste juÃ-zo. Â Â Â Â Â Sirva-se esta por cÃ³pia como mandado, conforme autoriza o Provimento n. 003/2009-CJRMB. Â Â Â Â Â Xinguara/PA, 12 de novembro de 2021. Â HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Â Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara/PA PROCESSO: 00090162020178140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Termo Circunstanciado em: 12/11/2021 AUTOR DO FATO:PATRICK ALVES QUEIROZ AUTOR DO FATO:MARCOS DA SILVA MOURA VITIMA:M. H. R. S. . SENTENÃAÂ Â Â Â Â Â Trata-se de termo circunstanciado de ocorrÃªncia por suposta prÃ¡tica de delito submetido ao rito da Lei 9.099/1995 Â Â Â Â Â AtÃ© a presente data, nÃ£o se vislumbra a ocorrÃªncia de quaisquer dos marcos interruptivos da prescriÃ§Ã£o, nos termos do art. 117 do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Tratando-se de crimes classificados

como de consumaÃ§Ã£o instantÃ¢nea, o termo inicial para a referida contagem Ã© a data em que ele se consumou, ou, no caso de tentativa, do dia em que cessou a atividade criminosa, de acordo com o artigo 111, I e II, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â O delito imputado aos supostos autores do fato possui pena mÃ¡xima que nÃ£o supera o prazo de 02 (dois) anos, prescrevendo, portanto, em 04 (quatro) anos. Ademais, na data do fato, os sujeitos ativos eram menores de 21 (vinte e um) anos, motivo pelo qual deve ser reduzido de metade o prazo de prescriÃ§Ã£o, conforme prescrito pelo art. 115 do CP. Â Â Â Â Â Sopesadas estas informaÃ§Ãµes, verifica-se que a pretensÃ£o punitiva estatal estÃ¡ fulminada pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Isto porque, entre a data do fato e o recebimento da denÃºncia, ou mesmo entre a data do fato e a ocorrÃªncia deste ato processual, jÃ¡ se passaram mais de 02 (dois) anos, prazo que se amolda a duas hipÃ³teses de prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva com base na pena em abstrato, em estrita observÃ¢ncia aos incisos V e VI do art. 109 do CPB e art. 115. Â Â Â Â Â A causa extintiva da punibilidade em estudo estÃ¡ prevista no art. 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro.Â Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do jus puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outros termos, e usando da preciosa liÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco:Â Â (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade (GRECO, RogÃ©rio. Curso de direito penal Â¿ parte geral. 7Âª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006, p. 781). Â Â Â Â Â Â Â O citado instituto, por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorre apÃ³s. Â Â Â Â Â Â Pois bem. A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, devendo o juiz declarÃ¡-la de ofÃ-cio, nos termos do art. 61 do CÃ³digo de Processo Penal.Â Â Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o tendo o Estado exercido seu jus puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade em relaÃ§Ã£o aos autores do fato pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe.Â Â Â Â Â Â DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DOS SUPOSTOS SUJEITOS ATIVOS EM RAZÃO DA PRESCRIÃÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL, assim o fazendo com base no artigo 107, IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico com vista dos autos. Â Â Â Â Â Com o retorno dos autos, sem oposiÃ§Ã£o do Ã³rgÃ£o ministerial, certifique-se o trÃ¢nsito em julgado e arquivem-se imediatamente os presentes autos, independente de nova manifestaÃ§Ã£o deste juÃ-zo. Â Â Â Â Â Sirva-se esta por cÃ³pia como mandado, conforme autoriza o Provimento n. 003/2009-CJRMB. Â Â Â Â Â Xinguara/PA, 12 de novembro 2021. Â HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Â Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara/PA PROCESSO: 00113182220178140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Termo Circunstanciado em: 12/11/2021 AUTOR DO FATO:MARILENE RODRIGUES DA SILVA VITIMA:C. S. S. B. . SENTENÃAÂ Â Â Â Â Â Trata-se de termo circunstanciado de ocorrÃªncia por suposta prÃ¡tica de delito submetido ao rito da Lei 9.099/1995. Â Â Â Â Â AtÃ© a presente data, nÃ£o se vislumbra a ocorrÃªncia de quaisquer dos marcos interruptivos da prescriÃ§Ã£o, nos termos do art. 117 do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Tratando-se de crimes classificados como de consumaÃ§Ã£o instantÃ¢nea, o termo inicial para a referida contagem Ã© a data em que ele se consumou, ou, no caso de tentativa, do dia em que cessou a atividade criminosa, de acordo com o artigo 111, I e II, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â O delito imputado ao suposto autor do fato possui pena mÃ¡xima que nÃ£o supera o prazo de 02 (dois) anos. Sopesadas estas informaÃ§Ãµes, verifica-se que a pretensÃ£o punitiva estatal estÃ¡ fulminada pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Isto porque, entre a data do fato e o recebimento da denÃºncia, ou mesmo entre a data do fato e a ocorrÃªncia deste ato processual, jÃ¡ se passaram mais de 04 (quatro) anos, prazo que se amolda a duas hipÃ³teses de prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva com base na pena em abstrato, em estrita observÃ¢ncia aos incisos V e VI do art. 109 do CPB. Â Â Â Â Â A causa extintiva da punibilidade em estudo estÃ¡ prevista no art. 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro.Â Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do jus puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outros termos, e usando da preciosa liÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco:Â Â (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade (GRECO, RogÃ©rio. Curso de direito penal Â¿ parte geral. 7Âª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006, p. 781). Â Â Â Â Â Â Â O citado instituto, por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorre apÃ³s. Â Â Â Â Â Â Pois bem. A

breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, devendo o juiz declarÃ¡-la de ofÃ-cio, nos termos do art. 61 do CÃ³digo de Processo Penal.Â Â Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o tendo o Estado exercido seu jus puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade em relaÃ§Ã£o ao autor do fato pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe.Â Â Â Â Â Â DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DO SUPOSTO SUJEITO ATIVO EM RAZÃO DA PRESCRIÃÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL, assim o fazendo com base no artigo 107, IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico com vista dos autos. Â Â Â Â Â Com o retorno dos autos, sem oposiÃ§Ã£o do Ã³rgÃ£o ministerial, certifique-se o trÃ¢nsito em julgado e arquivem-se imediatamente os presentes autos, independente de nova manifestaÃ§Ã£o deste juÃ-zo. Â Â Â Â Â Sirva-se esta por cÃ³pia como mandado, conforme autoriza o Provimento n. 003/2009-CJRMB. Â Â Â Â Â Xinguara/PA, 12 de novembro de 2021. Â HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Â Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara/PA PROCESSO: 00997898220158140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Termo Circunstanciado em: 12/11/2021 REQUERIDO:LILIAN ALVES FERREIRA VITIMA:O. E. . SENTENÃAÂ Â Â Â Â Â Trata-se de termo circunstanciado de ocorrÃªncia por suposta prÃ¡tica de delito submetido ao rito da Lei 9.099/1995 Â Â Â Â Â Verifica-se que este JuÃ-zo, em audiÃªncia, homologou termo de acordo entre as partes, conforme viabiliza o microssistema dos Juizados Especiais. Ocorre que atÃ© a presente data nÃ£o houve a comprovaÃ§Ã£o do cumprimento integral do ajuste. Â Â Â Â Â Registra-se, conforme tese fixada pela 6Âª Turma do Superior Tribunal de JustiÃ§a, que Â¿NÃ£o hÃ¡ previsÃ£o legal de que, celebrado o acordo, e enquanto nÃ£o cumprida integralmente a avenÃ§a, ficarÃ¡ suspenso o curso do prazo prescricional" (RHC 80.148). Â Â Â Â Â Deste modo, prevalece na jurisprudÃªncia que, por falta de previsÃ£o em lei, nÃ£o hÃ¡ suspensÃ£o do prazo de prescriÃ§Ã£o durante o cumprimento dos termos de acordo de transaÃ§Ã£o penal/composiÃ§Ã£o civil. Â Â Â Â Â Tratando-se de crimes classificados como de consumaÃ§Ã£o instantÃ¢nea, o termo inicial para a referida contagem Ã© a data em que ele se consumou, ou, no caso de tentativa, do dia em que cessou a atividade criminosa, de acordo com o artigo 111, I e II, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â O delito imputado ao suposto autor do fato possui pena mÃ¡xima que nÃ£o supera o prazo de 02 (dois) anos. Sopesadas estas informaÃ§Ãµes, verifica-se que a pretensÃ£o punitiva estatal estÃ¡ fulminada pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Isto porque, entre a data do fato e o recebimento da denÃºncia, ou mesmo entre a data do fato e a ocorrÃªncia deste ato processual, jÃ¡ se passaram mais de 04 (quatro) anos, prazo que se amolda a duas hipÃ³teses de prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva com base na pena em abstrato, em estrita observÃ¢ncia aos incisos V e VI do art. 109 do CPB. Â Â Â Â Â A causa extintiva da punibilidade em estudo estÃ¡ prevista no art. 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro.Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do jus puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outros termos, e usando da preciosa liÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco:Â Â (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade (GRECO, RogÃ©rio. Curso de direito penal Â¿ parte geral. 7Âª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006, p. 781). Â Â Â Â Â Â O citado instituto, por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorre apÃ³s. Â Â Â Â Â Â Pois bem. A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, devendo o juiz declarÃ¡-la de ofÃ-cio, nos termos do art. 61 do CÃ³digo de Processo Penal.Â Â Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o tendo o Estado exercido seu jus puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade em relaÃ§Ã£o ao autor do fato pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe.Â Â Â Â Â Â DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DO SUPOSTO SUJEITO ATIVO EM RAZÃO DA PRESCRIÃÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL, assim o fazendo com base no artigo 107, IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico com vista dos autos. ApÃ³s, certifique-se o trÃ¢nsito em julgado e arquivem-se imediatamente os presentes autos, independente de nova manifestaÃ§Ã£o deste juÃ-zo. Â Â Â Â Â Sirva-se esta por cÃ³pia como mandado, conforme autoriza o Provimento n. 003/2009-CJRMB. Â Â Â Â Â Xinguara/PA, 12 de novembro de 2021. Â HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Â Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara/PA PROCESSO: 00002337820138140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 16/11/2021 VITIMA:O. E. INDICIADO:LUIZ BELCHIOR DA SILVA FILHO AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em tempo,

verifico que houve erro material na sentenÃ§a de fl. 60. Dessa forma, esclareÃ§o que o nome correto do acusado Ã© LUIZ BELCHIOR DA SILVA FILHO. Esta decisÃ£o passa a fazer parte da sentenÃ§a de fl. 60. Xinguara-PA, 16 de novembro de 2021. HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara-PA. PROCESSO: 00005783020068140065 PROCESSO ANTIGO: 200620002698 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Procedimento Comum em: 16/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA VITIMA:O. E. VITIMA:G. F. A. REU:RALFF SANTIAGO DE OLIVEIRA REU:JOSE CALIXTO Representante(s): TIAGO ALVES MONTEIRO FILHO (ADVOGADO) REU:UBALDO EURIPEDES DE OLIVEIRA Representante(s): FABIANO CALDEIRA LIMA (ADVOGADO) REU:MANOEL FARIAS DOS SANTOS Representante(s): TIAGO ALVES MONTEIRO FILHO (ADVOGADO) . Processo n. 0000578-30.2006.8.14.0065 AÃÃO PENAL AUTOR: MINISTÃRIO PÃBLICO RÃUS:Â UBALDO EURÃPEDES DE OLIVEIRA, JOSÃ CALIXTO, MANOEL FARIAS DOS SANTOS e RALFF SANTIAGO OLIVEIRA CAPITULAÃÃO: ART. 14 E 15 DA LEI 10.826/03; ART. 148, Â§ 2Âº; ART. 150, Â§ 1Âº; ART. 157, Â§ 2Âº, INCISOS I e II; ART. 161, Â§ 1Âº, INCISO II; ART. 250, Â§1Âº, INCISO II, Â¿AÂ¿ e ART. 288, Â§ ÃNICO, TODOS DO CÃDIGO PENAL BRASILEIRO SENTENÃA I - RELATÃRIO Tratam os autos de AÃ§Ã£o Penal movida pelo MinistÃ©rio PÃºblico contra UBALDO EURÃPEDES DE OLIVEIRA, JOSÃ CALIXTO, MANOEL FARIAS DOS SANTOS e RALFF SANTIAGO OLIVEIRA pela suposta prÃ¡tica dos crimes previstos no ART. 14 E 15 DA LEI 10.826/03; ART. 148, Â§ 2Âº; ART. 150, Â§ 1Âº; ART. 157, Â§ 2Âº, INCISOS I e II; ART. 161, Â§ 1Âº, INCISO II; ART. 250, Â§1Âº, INCISO II, Â¿AÂ¿ e ART. 288, Â§ ÃNICO, TODOS DO CÃDIGO PENAL BRASILEIRO. DenÃºncia oferecida no dia 31 de marÃ§o de 2006 (fls. 02/10), foi recebida emÂ 07 de dezembro de 2006Â (fl. 109). Os acusados foram citados e apresentaram resposta escrita Ã acusaÃ§Ã£o. EmÂ audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento (fls. 122/130), foram interrogados os rÃ©us JosÃ© Calixto, Manoel Farias dos Santos e Ubaldo Euripedes de Oliveira, ausente o rÃ©u Ralff Santiago Oliveira, estando o inteiro teor dos interrogatÃ³rios registrado em mÃ-dia. AudiÃªncia em continuaÃ§Ã£o (fls. 141/146), foram ouvidas as testemunhas Gilberto Ferreira de Assis, Ademir Rocha Clemente, Marcio Roberto Tomas, HÃ©lio Alves Cavalcante, Alan Darles Vasconcelos Magalhaes, Silvio Andre Pereira Dourado, Weberson JosÃ© Pereira da Luz e AbraÃ£o Silveira Teixeira, estando o inteiro teor dos depoimentos registrado em mÃ-dia. AudiÃªncia em continuaÃ§Ã£o (fls. 166/173), foram ouvidas as testemunhas da defesa Levi Natal, Rogerio Pereira Silva, SalamÃ£o Chaves dos Santos, Nilson Alves Desiderio, JoÃ£o Guedes da Silva, Maria NazarÃ© de Souza, este JuÃ-zo revogou a prisÃ£o preventiva dos acusados JosÃ© Calixto, Manoel Farias dos Santos e Ubaldo Euripedes de Oliveira. Na mesma ocasiÃ£o foi determinado a citaÃ§Ã£o do rÃ©u Ralff Santiago Oliveira por meio de edital, estando o inteiro teor dos depoimentos registrado em mÃ-dia. O Representante do MinistÃ©rio PÃºblico, em alegaÃ§Ãµes finais por memoriais, requereu a condenaÃ§Ã£o dos rÃ©us nos exatos termos da denÃºncia (fls. 271/274). A Defensoria PÃºblica requereu a favor do acusado Ralff Santiago de Oliveira a declaraÃ§Ã£o de extinÃ§Ã£o de punibilidade, nos termos do art. 107 e art. 109, V, ambos do CÃ³digo Penal. A defesa dos acusados JosÃ© Calixto, Ubaldo Euripedes de Oliveira e Manoel Farias dos Santos, por sua vez, requereu, entre outras coisas, a absolviÃ§Ã£o dos acusados. Ã o RelatÃ³rio. DECIDO. II - FUNDAMENTAÃÃO. Conforme relatado, cuidam os presentes autos de aÃ§Ã£o penal pÃºblica em que o MinistÃ©rio PÃºblico Estadual imputaÂ UBALDO EURÃPEDES DE OLIVEIRA, JOSÃ CALIXTO, MANOEL FARIAS DOS SANTOS e RALFF SANTIAGO OLIVEIRA pela suposta prÃ¡tica dos crimes previstos no ART. 14 E 15 DA LEI 10.826/03; ART. 148, Â§ 2Âº; ART. 150, Â§ 1Âº; ART. 157, Â§ 2Âº, INCISOS I e II; ART. 161, Â§ 1Âº, INCISO II; ART. 250, Â§1Âº, INCISO II, Â¿AÂ¿ e ART. 288, Â§ ÃNICO, TODOS DO CÃDIGO PENAL BRASILEIRO. Ao exame dos autos, verifico estarem presentes os pressupostos processuais e as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o penal. NÃ£o foram arguidas questÃµes preliminares ou prejudiciais, nem vislumbro qualquer nulidade que deva ser pronunciada de ofÃ-cio. Passo Ã anÃ¡lise do mÃ©rito. II.I DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 14 e 15 DA LEI 10.826/03; ART. 148, Â§ 2Âº; ART. 150, Â§ 1Âº; ART. 161, Â§ 1Âº, INCISO II; ART. 250, Â§1Âº, INCISO II, Â¿AÂ¿ e ART. 288, Â§ ÃNICO, TODOS DO CÃDIGO PENAL BRASILEIRO. Constato que entre o recebimento da denÃºncia (fl.109) e a ocorrÃªncia deste ato processual, jÃ¡ se passaram mais de 12 (doze) anos, prazo que se amolda a hipÃ³tese de prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva com base na pena em abstrato, em estrita observÃ¢ncia ao inciso III do art. 109 do CPB. A causa extintiva da punibilidade em estudo estÃ¡ prevista no art. 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Pois bem. Observa-se que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado em relaÃ§Ã£o aos autores, em razÃ£o da necessidade de decretaÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade. Ã importante ressaltar que o juiz pode reconhecer de ofÃ-cio uma causa extintiva da punibilidade (art. 61 do CPP). Portanto, nÃ£o tendo o Estado exercido seu jus puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe. II.II DA

PRESCRIÃÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA EM RELAÃAO AO ACUSADO RALFF SANTIAGO OLIVEIRA Os delitos imputados ao suposto autor do fato possuem pena mÃ¡xima que nÃ£o supera o prazo de 15 (quinze) anos, prescrevendo, portanto, no prazo de 20 (vinte) anos. Ademais, na data do fato, o sujeito ativo era menor de 21 (vinte e um) anos, motivo pelo qual deve ser reduzido de metade o prazo de prescriÃ§Ã£o, conforme prescrito pelo art. 115 do CP. Sopesadas estas informaÃ§Ãµes, verifica-se que a pretensÃ£o punitiva estatal estÃ¡ fulminada pela prescriÃ§Ã£o. Isto porque, entre o recebimento da denÃºncia (fl. 109) e a ocorrÃªncia deste ato processual, jÃ¡ se passaram mais de 08 (oito) anos, haja vista que o prazo prescricional foi reduzido Ã metade, em estrita observÂ¢ncia art. 115 do CPB. A causa extintiva da punibilidade em estudo estÃ¡ prevista no art. 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro. II.III CRIME PREVISTO NO ART. 157, Â§ 2Âº, INCISOS I e II, DO CÃDIGO PENAL EM RELAÃÃO AOS ACUSADOS UBALDO EURÃPEDES DE OLIVEIRA, JOSÃ CALIXTO e MANOEL FARIAS DOS SANTOS. O delito objeto de anÃ¡lise Ã© assim tipificado: Art. 157 - Subtrair coisa mÃ³vel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaÃ§a ou violÃªncia a pessoa, ou depois de havÃª-la, por qualquer meio, reduzido Ã impossibilidade de resistÃªncia: Pena - reclusÃ£o, de quatro a dez anos, e multa. (...) Â§ 2Âº A pena aumenta-se de 1/3 (um terÃ§o) atÃ© metade: I - se a violÃªncia ou ameaÃ§a Ã© exercida com emprego de arma; II - se hÃ¡ o concurso de duas ou mais pessoas; Ã do conhecimento de todos que para que o juiz prolate uma sentenÃ§a condenatÃ³ria devem estar presentes prova da materialidade e certeza da autoria delituosa. Pois bem, no presente caso concreto, ambos estÃ£o presentes. A materialidade do delito estÃ¡ consubstanciada no Auto de ApresentaÃ§Ã£o e ApreensÃ£o de fl. 42 do IPL, no teor do depoimento das vÃ-timas e da testemunha AbraÃ£o Silveira Teixeira (inteiro teor em mÃ-dia). Todas estas provas se mostram congruentes com parte da denÃºncia. A autoria nÃ£o comporta dÃºvida, conforme registro de ocorrÃªncia acostado aos autos e pelos termos de declaraÃ§Ãµes, alÃ©m disso, tambÃ©m se confirma as autorias dos acusados pelos depoimentos das vÃ-timas e da testemunha. A vÃ-tima Alan Darles Vasconcelos afirmou: Â¿Que confirma o depoimento constante das fls. 15/16 do IPL; que confirma que os rÃ©us presentes nesta audiÃªncia foram presos no interior da fazenda e estavam armados; que se lembra que todos estavam armados (...)Â¿. Quanto ao emprego de arma de fogo pelos acusados, o fato foi confirmado pelas vÃ-timas e testemunha de forma clara e segura. Conforme entendimento do STJ, o reconhecimento da causa de aumento prevista no art. 157, Â§ 2Âº, inciso I, do CÃ³digo Penal prescinde da apreensÃ£o e realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia na arma, desde que provado o seu uso o roubo por outros meios de prova (Â¿STJ - RECURSO ESPECIAL: RESP. 1350744-MG) No que concerne Ã causa de aumento de pena relativa ao concurso de agentes, o depoimento das vÃ-timas, deixa claro que os rÃ©us agiram em comunhÃ£o de aÃ§Ãµes e desÃ-gnios para praticar o crime, com atuaÃ§Ã£o de mais pessoas. Assim, claramente configurada a circunstÂ¢ncia agravante. SÃ£o as razÃµes pelas quais se condenam os rÃ©us pelo crime do Â§ 2Âº, inciso I e II do art. 157 do CP. III - Dispositivo. Diante do exposto e por tudo que consta dos autos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTEÂ aÂ DENÃNCIAÂ ofertada pelo MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡, para: 1. DECLARAR EXTINTA A PUNIBILIDADE DOS ACUSADOS EM RAZÃO DA PRESCRIÃÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL, em relaÃ§Ã£o Ã imputaÃ§Ã£o da prÃ¡tica dos delitos tipificados no ART. 14 e 15 DA LEI 10.826/03; ART. 148, Â§ 2Âº; ART. 150, Â§ 1Âº; ART. 161, Â§ 1Âº, INCISO II; ART. 250, Â§1Âº, INCISO II, Â¿AÂ¿ e ART. 288, Â§ ÃNICO, TODOS DO CÃDIGO PENAL BRASILEIRO.; 2.Â DECLARAR EXTINTA A PUNIBILIDADE DO ACUSADO RALFF SANTIAGO OLIVEIRA EM RAZÃO DA PRESCRIÃÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL, assim o fazendo com base no artigo 107, IV, do CÃ³digo Penal. 3. CONDENARÂ OS ACUSADOSÂ UBALDO EURÃPEDES DE OLIVEIRA, JOSÃ CALIXTO e MANOEL FARIAS DOS SANTOS, jÃ¡ qualificado nos autos, como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do art.Â 157, Â§2Âº, inciso I e II do CÃ³digo penal, fixada a pena considerando-se o patamar antes da entrada em vigor da Lei 13.654/18, em atenÃ§Ã£o ao princÃ-pio da ultratividade da lei penal mais benÃ©fica. RazÃ£o pela qual passo a dosar a respectiva pena a ser aplicada, em estrita observÂ¢ncia ao disposto pelo art. 68, caput, do CÃ³digo Penal c/c art. 5Âº, XLVI, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. IV - Dosimetria da Pena.Â Â QUANTO AO RÃU UBALDO EURÃPEDES DE OLIVEIRA: A. Na primeira fase da dosimetria da pena, passo Ã anÃ¡lise das circunstÂ¢ncias previstas nos artigos 59 do CP. A.1. Culpabilidade: agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie; A.2. Antecedentes: acusado tecnicamente primÃ¡rio, ante Ã falta de registro de sentenÃ§a condenatÃ³ria em julgado; A.3. Conduta social: nÃ£o hÃ¡ o que valorar nos autos. A.4. Personalidade do agente: nÃ£o hÃ¡ o que valorar nos autos; A.5. Motivo do crime: nÃ£o hÃ¡ o que valorar nos autos; A.6. CircunstÂ¢ncias do crime: nÃ£o hÃ¡ o que valorar nos autos; A.7. ConsequÃªncias do crime: nÃ£o hÃ¡ o que valorar nos autos; A.8. Comportamento da vÃ-tima: nÃ£o hÃ¡ o que valorar nos autos; NÃ£o havendo circunstÂ¢ncias negativas, fixo a pena base no mÃ-nimo legal em 04 (quatro) anos de reclusÃ£o e multa de 10 (dez) dias-multa. B. CircunstÂ¢ncias atenuantes e agravantes. No que tange Ã segunda fase da dosimetria legal, Ã© possÃ-vel verificar a inexistÃªncia de circunstÂ¢ncias atenuantes e agravantes. Posto

isso, fixo a pena intermediÃ¡ria em 04 (quatro) anos de reclusÃ£o e multa de 10 (dez) dias-multa. C. Causas de aumento e de diminuiÃ§Ã£o de pena Em relaÃ§Ã£o as causas de diminuiÃ§Ã£o verifico a inexistÃªncia. Em relaÃ§Ã£o as causas de aumento de pena, verifico no presente caso a existÃªncia de duas causas, quais sejam: o delito foi praticado com emprego de arma de fogo e em concurso de agentes devendo a pena ser elevada em 1/2 (metade), ficando a pena em 06 (seis) anos de reclusÃ£o e 15 (quinze) dias-multas. D)Â Pena definitiva Fica, portanto, o rÃ©u UBALDO EURÃPEDES DE OLIVEIRA condenado com relaÃ§Ã£o ao crime tipificado no artigo 157, Â§ 2Âº, inciso I e II do CÃ³digo Penal, Ã pena total de 06 (seis) anos de reclusÃ£o e 15 (quinze) dias-multa. E) Valor do dia-multa Nos termos do art. 60 do CÃ³digo Penal, Â¿Na fixaÃ§Ã£o da pena de multa o juiz deve atender, principalmente, Ã situaÃ§Ã£o econÃ´mica do rÃ©uÂ¿. Verifica-se que a situaÃ§Ã£o econÃ´mica do rÃ©u deve ser o principal critÃ©rio norteador para a fixaÃ§Ã£o do quantum correspondente Ã pena pecuniÃ¡ria. A Lei, contudo, define que ele nÃ£o Ã© o Ãºnico, podendo o magistrado, no caso concreto, considerar outras circunstÂ¢ncias para tanto. No caso destes autos, considerando a natureza dos delitos, que guarda relaÃ§Ã£o com a ofensa Ã integridade fÃ-sica de adolescentes, tenho que a elevaÃ§Ã£o do valor do dia-multa Ã© medida adequada para a reprovabilidade da conduta. Assim, fixo o valor de cada dia-multa no equivalente a 50% (cinquenta por cento) do salÃ¡rio-mÃ-nimo vigente ao tempo do fato. F) DetraÃ§Ã£o do perÃ-odo de prisÃ£o provisÃ³ria. Considerando que a detraÃ§Ã£o da pena nÃ£o alterarÃ¡ o regime inicial, deixo de realizÃ¡-la. G) Do regime inicial da pena. A pena deverÃ¡ ser cumprida, inicialmente, em regime semi-aberto, nos termos do art. 33, Â§ 2Âº, Â¿bÂ¿, do CÃ³digo Penal. H) SubstituiÃ§Ã£o por Pena Restritiva de Direitos e SuspensÃ£o Condicional Da Pena. IncabÃ-vel a substituiÃ§Ã£o da pena, pois a quantidade de sanÃ§Ã£o estipulada aos condenados supera o limite do artigo 44, inciso I, do CÃ³digo Penal. AlÃ©m de o crime ser praticado com violÃªncia e grave ameaÃ§a. Da mesma forma nÃ£o faz jus a suspensÃ£o condicional da pena na forma do art. 77 do CP. QUANTO AO RÃU JOSÃ CALIXTO: A. Na primeira fase da dosimetria da pena, passo Ã anÃ¡lise das circunstÂ¢ncias previstas nos artigos 59 do CP. A.1. Culpabilidade: agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie; A.2. Antecedentes: acusado tecnicamente primÃ¡rio, ante Ã falta de registro de sentenÃ§a condenatÃ³ria em julgado; A.3. Conduta social: nÃ£o hÃ¡ o que valorar nos autos. A.4. Personalidade do agente: nÃ£o hÃ¡ o que valorar nos autos; A.5. Motivo do crime: nÃ£o hÃ¡ o que valorar nos autos; A.6. CircunstÂ¢ncias do crime: nÃ£o hÃ¡ o que valorar nos autos; A.7. ConsequÃªncias do crime: nÃ£o hÃ¡ o que valorar nos autos; A.8. Comportamento da vÃ-tima: nÃ£o hÃ¡ o que valorar nos autos; NÃ£o havendo circunstÂ¢ncias negativas, fixo a pena base no mÃ-nimo legal em 04 (quatro) anos de reclusÃ£o e multa de 10 (dez) dias-multa. B. CircunstÂ¢ncias atenuantes e agravantes. No que tange Ã segunda fase da dosimetria legal, Ã© possÃ-vel verificar a inexistÃªncia de circunstÂ¢ncias atenuantes e agravantes. Posto isso, fixo a pena intermediÃ¡ria em 04 (quatro) anos de reclusÃ£o e multa de 10 (dez) dias-multa. C. Causas de aumento e de diminuiÃ§Ã£o de pena Em relaÃ§Ã£o as causas de diminuiÃ§Ã£o verifico a inexistÃªncia. Em relaÃ§Ã£o as causas de aumento de pena, verifico no presente caso a existÃªncia de duas causas, quais sejam: o delito foi praticado com emprego de arma de fogo e em concurso de agentes devendo a pena ser elevada em 1/2 (metade), ficando a pena em 06 (seis) anos de reclusÃ£o e 15 (quinze) dias-multas. D)Â Pena definitiva Fica, portanto, o rÃ©u JOSÃ CALIXTO condenado com relaÃ§Ã£o ao crime tipificado no artigo 157, Â§ 2Âº, inciso I e II do CÃ³digo Penal, Ã pena total de 06 (seis) anos de reclusÃ£o e 15 (quinze) dias-multa. E) Valor do dia-multa Nos termos do art. 60 do CÃ³digo Penal, Â¿Na fixaÃ§Ã£o da pena de multa o juiz deve atender, principalmente, Ã situaÃ§Ã£o econÃ´mica do rÃ©uÂ¿. Verifica-se que a situaÃ§Ã£o econÃ´mica do rÃ©u deve ser o principal critÃ©rio norteador para a fixaÃ§Ã£o do quantum correspondente Ã pena pecuniÃ¡ria. A Lei, contudo, define que ele nÃ£o Ã© o Ãºnico, podendo o magistrado, no caso concreto, considerar outras circunstÂ¢ncias para tanto. No caso destes autos, considerando a natureza dos delitos, que guarda relaÃ§Ã£o com a ofensa Ã integridade fÃ-sica de adolescentes, tenho que a elevaÃ§Ã£o do valor do dia-multa Ã© medida adequada para a reprovabilidade da conduta. Assim, fixo o valor de cada dia-multa no equivalente a 50% (cinquenta por cento) do salÃ¡rio-mÃ-nimo vigente ao tempo do fato. F) DetraÃ§Ã£o do perÃ-odo de prisÃ£o provisÃ³ria. Considerando que a detraÃ§Ã£o da pena nÃ£o alterarÃ¡ o regime inicial, deixo de realizÃ¡-la. G) Do regime inicial da pena. A pena deverÃ¡ ser cumprida, inicialmente, em regime semi-aberto, nos termos do art. 33, Â§ 2Âº, Â¿bÂ¿, do CÃ³digo Penal. H) SubstituiÃ§Ã£o por Pena Restritiva de Direitos e SuspensÃ£o Condicional Da Pena. IncabÃ-vel a substituiÃ§Ã£o da pena, pois a quantidade de sanÃ§Ã£o estipulada aos condenados supera o limite do artigo 44, inciso I, do CÃ³digo Penal. AlÃ©m de o crime ser praticado com violÃªncia e grave ameaÃ§a. Da mesma forma nÃ£o faz jus a suspensÃ£o condicional da pena na forma do art. 77 do CP. QUANTO AO RÃU MANOEL FARIAS DOS SANTOS: A. Na primeira fase da dosimetria da pena, passo Ã anÃ¡lise das circunstÂ¢ncias previstas nos artigos 59 do CP. A.1. Culpabilidade: agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie; A.2. Antecedentes: acusado tecnicamente primÃ¡rio, ante Ã falta de registro de sentenÃ§a condenatÃ³ria em julgado; A.3. Conduta social: nÃ£o hÃ¡

o que valorar nos autos. A.4. Personalidade do agente: nÃ£o hÃ¡ o que valorar nos autos; A.5. Motivo do crime: nÃ£o hÃ¡ o que valorar nos autos; A.6. CircunstÃ¢ncias do crime: nÃ£o hÃ¡ o que valorar nos autos; A.7. ConsequÃªncias do crime: nÃ£o hÃ¡ o que valorar nos autos; A.8. Comportamento da vÃ-tima: nÃ£o hÃ¡ o que valorar nos autos; NÃ£o havendo circunstÃ¢ncias negativas, fixo a pena base no mÃ-nimo legal em 04 (quatro) anos de reclusÃ£o e multa de 10 (dez) dias-multa. B. CircunstÃ¢ncias atenuantes e agravantes. No que tange Ã segunda fase da dosimetria legal, Ã© possÃ-vel verificar a inexistÃªncia de circunstÃ¢ncias atenuantes e agravantes. Posto isso, fixo a pena intermediÃ¡ria em 04 (quatro) anos de reclusÃ£o e multa de 10 (dez) dias-multa. C. Causas de aumento e de diminuiÃ§Ã£o de pena Em relaÃ§Ã£o as causas de diminuiÃ§Ã£o verifico a inexistÃªncia. Em relaÃ§Ã£o as causas de aumento de pena, verifico no presente caso a existÃªncia de duas causas, quais sejam: o delito foi praticado com emprego de arma de fogo e em concurso de agentes devendo a pena ser elevada em 1/2 (metade), ficando a pena em 06 (seis) anos de reclusÃ£o e 15 (quinze) dias-multas. D)Â Pena definitiva Fica, portanto, o rÃ©u MANOEL FARIAS DOS SANTOS condenado com relaÃ§Ã£o ao crime tipificado no artigo 157, Â§ 2Âº, inciso I e II do CÃ³digo Penal, Ã pena total de 06 (seis) anos de reclusÃ£o e 15 (quinze) dias-multa. E) Valor do dia-multa Nos termos do art. 60 do CÃ³digo Penal, Â¿Na fixaÃ§Ã£o da pena de multa o juiz deve atender, principalmente, Ã situaÃ§Ã£o econÃ´mica do rÃ©uÂ¿. Verifica-se que a situaÃ§Ã£o econÃ´mica do rÃ©u deve ser o principal critÃ©rio norteador para a fixaÃ§Ã£o do quantum correspondente Ã pena pecuniÃ¡ria. A Lei, contudo, define que ele nÃ£o Ã© o Ãºnico, podendo o magistrado, no caso concreto, considerar outras circunstÃ¢ncias para tanto. No caso destes autos, considerando a natureza dos delitos, que guarda relaÃ§Ã£o com a ofensa Ã integridade fÃ-sica de adolescentes, tenho que a elevaÃ§Ã£o do valor do dia-multa Ã© medida adequada para a reprovabilidade da conduta. Assim, fixo o valor de cada dia-multa no equivalente a 50% (cinquenta por cento) do salÃ¡rio-mÃ-nimo vigente ao tempo do fato. F) DetraÃ§Ã£o do perÃ-odo de prisÃ£o provisÃ³ria. Considerando que a detraÃ§Ã£o da pena nÃ£o alterarÃ¡ o regime inicial, deixo de realizÃ¡-la. G) Do regime inicial da pena. A pena deverÃ¡ ser cumprida, inicialmente, em regime semi-aberto, nos termos do art. 33, Â§ 2Âº, Â¿bÂ¿, do CÃ³digo Penal. H) SubstituiÃ§Ã£o por Pena Restritiva de Direitos e SuspensÃ£o Condicional Da Pena. IncabÃ-vel a substituiÃ§Ã£o da pena, pois a quantidade de sanÃ§Ã£o estipulada aos condenados supera o limite do artigo 44, inciso I, do CÃ³digo Penal. AlÃ©m de o crime ser praticado com violÃªncia e grave ameaÃ§a. Da mesma forma nÃ£o faz jus a suspensÃ£o condicional da pena na forma do art. 77 do CP. DISPOSIÃÃES FINAIS: Condeno os rÃ©us ao pagamento das custas processuais (art. 804 do CPP). Registre-se que na hipÃ³tese de nÃ£o pagamento das custas pelo condenado no prazo legal, o crÃ©dito correspondente serÃ¡ encaminhado para procedimento de cobranÃ§a extrajudicial ou inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa, sofrendo atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria e incidÃªncia dos demais encargos legais (Lei Estadual n. 9.217/2021), e que eventual manifestaÃ§Ã£o de insuficiÃªncia de recursos para arcar com o pagamento das referidas custas deverÃ¡ ser apreciada pelo JuÃ-zo competente para esta cobranÃ§a. Deixo de arbitrar um valor a tÃ-tulo de indenizaÃ§Ã£o cÃ-vel, pois esse tema nÃ£o fora submetido ao crivo do ContraditÃ³rio e nem houve requerimento expresso do MinistÃ©rio PÃºblico, conforme jurisprudÃªncia do STJ. Intime-se MinistÃ©rio PÃºblico, mediante remessa dos autos. Intimem-se os acusados pessoalmente, caso sejam localizados, ou por edital com prazo de 15 (quinze) dias, em caso contrÃ¡rio. Transcorrido o prazo recursal do MinistÃ©rio PÃºblico, da defesa e dos sentenciados (importa esclarecer que os rÃ©us tÃªm capacidade postulatÃ³ria no processo penal para interpor Recurso de ApelaÃ§Ã£o), certifique-se o trÂ¢nsito em julgado da presente sentenÃ§a e adote-se as seguintes providÃªncias logo em seguida: a) Lance-se o nome dos rÃ©us no rol dos culpados; b) ExpeÃ§a-se a guia de execuÃ§Ã£o definitiva dos sentenciados, formem-se novos autos com a classe: Â¿execuÃ§Ã£o penalÂ¿, arquivem-se os presentes autos e venham os autos da execuÃ§Ã£o penal conclusos para o inÃ-cio do cumprimento da pena.Â c) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenaÃ§Ã£o dos rÃ©us, com suas devidas identificaÃ§Ãµes, acompanhadas de fotocÃ³pia da presente decisÃ£o, para cumprimento do quanto disposto nos arts. 71, Â§ 2Âº, do CÃ³digo Eleitoral c/c 15, III, da ConstituiÃ§Ã£o Federal.Â Transitado em julgado, concretizadas as diligÃªncias acima determinadas, arquivem-se os autos. Xinguara/PA, 12 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â HUDSON DOS SANTOS NUNES Â Â Â Â Â Juiz de Direito Substituto Â Â Â Â Â Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara/PA PROCESSO: 00006146520078140065 PROCESSO ANTIGO: 200720008744 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 16/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO REU:CARLOS FRANCO DE ARAUJO Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) VITIMA:S. E. S. . SENTENÃAÂ Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o penal em desfavor do rÃ©u qualificado nos autos. Â Â Â Â Â AtÃ© a presente data, nÃ£o se vislumbra a ocorrÃªncia de quaisquer dos marcos interruptivo da prescriÃ§Ã£o, nos termos do art. 117 do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Tratando-se de crimes classificados como de consumaÃ§Ã£o instantÃ¢nea, o termo inicial para a referida contagem Ã© a data

em que ele se consumou, ou, no caso de tentativa, do dia em que cessou a atividade criminosa, de acordo com o artigo 111, I e II, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â O delito imputado ao suposto autor do fato possui pena mÃ¡xima que nÃ£o supera o prazo de 04 (quatro) anos, prescrevendo, portanto, no prazo de 08 (oito) anos. Sopesadas estas informaÃ§Ãµes, verifica-se que a pretensÃ£o punitiva estatal estÃ¡ fulminada pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Isto porque, entre a data do fato e o recebimento da denÃºncia, ou mesmo entre a data do fato e a ocorrÃªncia deste ato processual, jÃ¡ se passaram mais de 14 (quatorze) anos, prazo que se amolda Ã hipÃ³tese de prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva com base na pena em abstrato, em estrita observÃ¢ncia ao inciso IV do art. 109 do CPB. Â Â Â Â Â A causa extintiva da punibilidade em estudo estÃ¡ prevista no art. 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro.Â Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do jus puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outros termos, e usando da preciosa liÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco:Â Â (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade (GRECO, RogÃ©rio. Curso de direito penal - parte geral. 7Âª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006, p. 781). Â Â Â Â Â Â Â O citado instituto, por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorre apÃ³s. Â Â Â Â Â Â Pois bem. A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, devendo o juiz declarÃ¡-la de ofÃ-cio, nos termos do art. 61 do CÃ³digo de Processo Penal.Â Â Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o tendo o Estado exercido seu jus puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade em relaÃ§Ã£o ao autor do fato pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe.Â Â Â Â Â Â DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DO SUPOSTO SUJEITO ATIVO EM RAZÃO DA PRESCRIÃÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL, assim o fazendo com base no artigo 107, IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico com vista dos autos. Â Â Â Â Â Com o retorno dos autos, sem oposiÃ§Ã£o do Ã³rgÃ£o ministerial, certifique-se o trÃ¢nsito em julgado e arquivem-se imediatamente os presentes autos, independente de nova manifestaÃ§Ã£o deste juÃ-zo. Â Â Â Â Â Sirva-se esta por cÃ³pia como mandado, conforme autoriza o Provimento n. 003/2009-CJRMB. Â Â Â Â Â Xinguara/PA, 17 de novembro de 2021. Â HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara/PA PROCESSO: 00007484520158140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 16/11/2021 ACUSADO:NEUDIMAR MORAIS BUENO Representante(s): OAB 19203-A - CLEOMAR COELHO SOARES (ADVOGADO) VITIMA:J. A. T. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PROCESSO N. 0000748-45.2015.8.14.0065 AÃO PENAL AUTOR: MINISTÃRIO PÃBLICO RÃU:Â NEUDIMAR MORAIS BUENO VÃTIMA: JOSÃ ALVES TEIXEIRA CAPITULAÃÃO: ART.129, Â§ 1Âº, INCISO II; ART. 147, AMBOS DO CÃDIGO PENAL E ART. 306, Â§ 1Âº, II DO CÃDIGO DE TRÃNSITO BRASILEIRO. S E N T E N Ã A I-RELATÃRIO. Trata-se de aÃ§Ã£o penal proposta pelo MinistÃ©rio PÃºblico, em face deÂ NEUDIMAR MORAIS BUENO,Â jÃ¡ qualificado nos autos, denunciado com incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do art. 129, Â§ 1Âº, inciso II; art. 147, caput, ambos do CÃ³digo Penal e art. 306, Â§ 1Âº, inciso II do CÃ³digo de TrÃ¢nsito Brasileiro. DenÃºncia oferecida no dia 17 de marÃ§o de 2015 (fls. 02/03), foi recebida emÂ 26 de marÃ§o de 2015Â (fl. 08). O acusado foi citado e apresentou resposta escrita Ã acusaÃ§Ã£o. EmÂ audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento (fls. 28/29), foi ouvida a vÃ-tima, em seguida passou a oitiva das testemunhas SGT/PM Josevaldo Francisco Teles, SD/PM Adriano Pereira de Oliveira e apÃ³s passou-se ao interrogatÃ³rio do acusado, estando o inteiro teor dos depoimentos registrado em mÃ-dia. O Representante do MinistÃ©rio PÃºblico, em alegaÃ§Ãµes finais por memoriais, requereu a condenaÃ§Ã£o do acusado nos termos da denÃºncia. A defesa do acusado apresentou alegaÃ§Ãµes finais por memoriais, requereu, entre outras coisas, a absolviÃ§Ã£o do acusado. Ã o RelatÃ³rio. DECIDO. II - FUNDAMENTAÃÃO. Cuidam os presentes autos de aÃ§Ã£o penal pÃºblica em que o MinistÃ©rio PÃºblico Estadual imputaÂ aÂ NEUDIMAR MORAIS BUENO,Â como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do art. 129, Â§ 1Âº, inciso II, art. 147, caput, ambos do CÃ³digo Penal e art. 306, Â§ 1Âº, inciso II do CTB. Ao exame dos autos, verifico estarem presentes os pressupostos processuais e as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o penal. NÃ£o foram arguidas questÃµes preliminares ou prejudiciais, nem vislumbro qualquer nulidade que deva ser pronunciada de ofÃ-cio. Passo Ã anÃ¡lise do mÃ©rito. II.I DA AMEAÃA Constato que entre o recebimento da denÃºncia (fl. 04) e a ocorrÃªncia deste ato processual, jÃ¡ se passaram mais de 03 (trÃªs) anos, prazo que se amolda a hipÃ³tese de prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva com base na pena em abstrato, em estrita observÃ¢ncia ao inciso VI do art. 109 do CPB. A causa extintiva da punibilidade em estudo estÃ¡

prevista no art. 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Pois bem. Observa-se que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado em relaÃ§Ã£o ao autor, em razÃ£o da necessidade de decretaÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade. Ã importante ressaltar que o juiz pode reconhecer de ofÃ-cio uma causa extintiva da punibilidade (art. 61 do CPP). Portanto, nÃ£o tendo o Estado exercido seu jus puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o em relaÃ§Ã£o ao crime de ameaÃ§a Ã© medida que se impÃµe. II.II DA LESÃO CORPORAL O delito objeto de anÃ¡lise Ã© assim tipificado: Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saÃºde de outrem: (...) LesÃ£o corporal de natureza grave Â§ 1Âº Se resulta: (...) II - perigo de vida; Pena - detenÃ§Ã£o, de um a cinco anos. Ã do conhecimento de todos que para que o juiz prolate uma sentenÃ§a condenatÃ³ria devem estar presentes prova da materialidade e certeza da autoria delituosa. Pois bem, no presente caso concreto, ambos estÃ£o presentes. A materialidade do delito estÃ¡ consubstanciada no Auto de PrisÃ£o em Flagrante, auto de exame de corpo de delito, no teor do depoimento da vÃ-tima e das testemunhas (inteiro teor em mÃ-dia). Todas estas provas se mostram congruentes com parte da denÃºncia. A autoria nÃ£o comporta dÃºvida, conforme registro de ocorrÃªncia acostado aos autos, alÃ©m disso, tambÃ©m se confirma a autoria do acusado pelo depoimento da vÃ-tima e das testemunhas. Como se pode perceber, hÃ¡ perfeita consonÃ¢ncia entre os termos da denÃºncia e o depoimento da vÃ-tima. SÃ£o as razÃµes pelas quais se condena o rÃ©u pelo crime do art. 129, Â§ 1Âº, inciso II do CÃ³digo Penal. II.III DO CRIME PREVISTO NO ART. 306, Â§ 1Âº, INCISO II DO CTB O delito objeto de anÃ¡lise Ã© assim tipificado: Art. 306.Â Conduzir veÃ-culo automotor com capacidade psicomotora alterada em razÃ£o da influÃªncia de Ã¡lcool ou de outra substÃ¢ncia psicoativa que determine dependÃªncia:Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Penas - detenÃ§Ã£o, de seis meses a trÃªs anos, multa e suspensÃ£o ou proibiÃ§Ã£o de se obter a permissÃ£o ou a habilitaÃ§Ã£o para dirigir veÃ-culo automotor. Â§ 1oÂ As condutas previstas noÂ caputÂ serÃ£o constatadas por: (...); II - sinais que indiquem, na forma disciplinada pelo Contran, alteraÃ§Ã£o da capacidade psicomotora. Ã do conhecimento de todos que para que o juiz prolate uma sentenÃ§a condenatÃ³ria devem estar presentes prova da materialidade e certeza da autoria delituosa. Pois bem, no presente caso concreto, ambos estÃ£o presentes. A materialidade do delito estÃ¡ consubstanciada no Auto de PrisÃ£o em Flagrante, no teor do depoimento da vÃ-tima e das testemunhas (inteiro teor em mÃ-dia). Todas estas provas se mostram congruentes com parte da denÃºncia. A autoria nÃ£o comporta dÃºvida, conforme registro de ocorrÃªncia acostado aos autos, alÃ©m disso, tambÃ©m se confirma a autoria do acusado pelo depoimento da vÃ-tima e das testemunhas. Em que pese alegaÃ§Ãµes da Defesa do RÃ©u, pugnando pela absolviÃ§Ã£o, verifico haver provas suficientes para atestar o crime mencionado na denÃºncia, tendo em vista que restou comprovado que o rÃ©u dirigia veÃ-culo automotor sob efeito de Ã¡lcool, o que por si sÃ³ Ã© suficiente para a procedÃªncia do pedido inicial. III - DISPOSITIVO: Diante do exposto e por tudo que consta dos autos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTEÂ aÂ DENÃNCIAÂ ofertada pelo MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡, para: 1. DECLARAR EXTINTA A PUNIBILIDADE DO ACUSADO EM RAZÃO DA PRESCRIÃÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL, em relaÃ§Ã£o Ã imputaÃ§Ã£o da prÃ¡tica do delito tipificado no art. 147 do CÃ³digo Penal, com fundamento no art. 107, IV, do mesmo CÃ³digo; 2.Â CONDENARÂ O ACUSADOÂ NEUDIMAR MORAIS BUENO, jÃ¡ qualificado nos autos, como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do art.Â 129, Â§ 1Âº, inciso II do CÃ³digo Penal e do art. 306, Â§ 1Âº, inciso II do CTB. RazÃ£o pela qual passo a dosar a respectiva pena a ser aplicada, em estrita observÃ¢ncia ao disposto pelo art. 68, caput, do CÃ³digo Penal c/c art. 5Âº, XLVI, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. IV - DOSIMETRIA DA PENA: QUANTO AO CRIME DO ART. 129, Â§ 1Âº, INCISO II DO CÃDIGO PENAL A. Na primeira fase da dosimetria da pena, passo Ã anÃ¡lise das circunstÃ¢ncias previstas nos artigos 59 do CP. A.1. Culpabilidade: agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie; A.2. Antecedentes: acusado tecnicamente primÃ¡rio, ante Ã falta de registro de sentenÃ§a condenatÃ³ria em julgado; A.3. Conduta social: nÃ£o hÃ¡ o que valorar nos autos. A.4. Personalidade do agente: nÃ£o hÃ¡ o que valorar nos autos; A.5. Motivo do crime: nÃ£o hÃ¡ o que valorar nos autos; A.6. CircunstÃ¢ncias do crime: nÃ£o hÃ¡ o que valorar nos autos; A.7. ConsequÃªncias do crime: nÃ£o hÃ¡ o que valorar nos autos; A.8. Comportamento da vÃ-tima: nÃ£o hÃ¡ o que valorar nos autos; Considerando que nÃ£o hÃ¡ circunstÃ¢ncia judicial que pese contra o rÃ©u, fixo a pena base no mÃ-nimo legal, a saber,Â 1 (um) ano de reclusÃ£o. b) circunstÃ¢ncias atenuantes e agravantes Verifico a inexistÃªncia de atenuantes e agravantes. c)Â Causas de aumento e de diminuiÃ§Ã£o de pena Em relaÃ§Ã£o as causas de aumento e diminuiÃ§Ã£o verifico a inexistÃªncia d)Â Pena definitiva Fica, portanto, o rÃ©uÂ NEUDIMAR MORAIS BUENO condenado com relaÃ§Ã£o ao crime tipificado no artigoÂ 129, Â§ 1Âº, inciso II do CPB, Ã pena total de 01 (um) ano de reclusÃ£o. e) DetraÃ§Ã£o do perÃ-odo de prisÃ£o provisÃ³ria. Considerando que a detraÃ§Ã£o da pena nÃ£o alterarÃ¡ o regime inicial, deixo de realizÃ¡-la. QUANTO AO CRIME DO ART. ART. 306, Â§ 1Âº, INCISO II DO CTB A. Na primeira fase da dosimetria da pena, passo Ã anÃ¡lise das circunstÃ¢ncias

previstas nos artigos 59 do CP. A.1. Culpabilidade: agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie; A.2. Antecedentes: acusado tecnicamente primÃ¡rio, ante Ã falta de registro de sentenÃ§a condenatÃ³ria em julgado; A.3. Conduta social: nÃ£o hÃ¡ o que valorar nos autos. A.4. Personalidade do agente: nÃ£o hÃ¡ o que valorar nos autos; A.5. Motivo do crime: nÃ£o hÃ¡ o que valorar nos autos; A.6. CircunstÃ¢ncias do crime: nÃ£o hÃ¡ o que valorar nos autos; A.7. ConsequÃªncias do crime: nÃ£o hÃ¡ o que valorar nos autos; A.8. Comportamento da vÃ-tima: nÃ£o hÃ¡ o que valorar nos autos; Considerando que nÃ£o hÃ¡ circunstÃ¢ncia judicial que pese contra o rÃ©u, fixo a pena base no mÃ-nimo legal, a saber,Â 06(seis) meses de detenÃ§Ã£o. b) circunstÃ¢ncias atenuantes e agravantes Verifico a inexistÃªncia de atenuantes e agravantes. c)Â Causas de aumento e de diminuiÃ§Ã£o de pena Em relaÃ§Ã£o as causas de aumento e diminuiÃ§Ã£o verifico a inexistÃªncia d)Â Pena definitiva Fica, portanto, o rÃ©uÂ NEUDIMAR MORAIS BUENO condenado com relaÃ§Ã£o ao crime tipificado no art. 306, Â§ 1Âº, inciso II do CTB, Ã pena total de 06 (seis) meses de detenÃ§Ã£o. SOMATÃRIA DAS PENAS O caso Ã© de aplicaÃ§Ã£o da regra do art. 69 do CÃ³digo Penal, com a somatÃ³ria das penas. Assim, fica NEUDIMAR MORAIS BUENO definitivamente condenado Ã pena de (01) um ano de reclusÃ£o e (06) seis meses de detenÃ§Ã£o. e) DetraÃ§Ã£o do perÃ-odo de prisÃ£o provisÃ³ria. Considerando que a detraÃ§Ã£o da pena nÃ£o alterarÃ¡ o regime inicial, deixo de realizÃ¡-la. f) Do regime inicial da pena. A pena deverÃ¡ ser cumprida, inicialmente, em regime aberto, nos termos do art. 33, Â§ 2Âº, c, e Â§ 3Âº c/c art. 36, ambos do CÃ³digo Penal, em local a ser designado pelo juÃ-zo da execuÃ§Ã£o, motivando esta decisÃ£o, em especial, pelo quantum da pena privativa de liberdade aplicada. g) AnÃ¡lise De SubstituiÃ§Ã£o Da Pena Privativa De Liberdade Por Restritiva De Direitos O art. 44, I, do CP, exige, dentre outros requisitos, que para haver a substituiÃ§Ã£o de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos faz-se necessÃ¡rio que o crime nÃ£o tenha sido cometido com violÃªncia ou grave ameaÃ§a Ã pessoa. Deste modo, incabÃ-vel a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade imposta por restritivas de direito. h) Da SuspensÃ£o Condicional Da Pena Considerando que o rÃ©u Ã© primÃ¡rio, a quantidade de pena aplicada e que a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstÃ¢ncias autorizem a concessÃ£o do benefÃ-cio, nos termos do art. 77 do CP, concedo-lhe o benefÃ-cio da SuspensÃ£o Condicional da Pena pelo perÃ-odo de 02 (dois) anos, a contar da audiÃªncia admonitÃ³ria, desde que o rÃ©u compareÃ§a e nela declare aceitar e cumprir as seguintes condiÃ§Ãµes: 1 - PrestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidade, nos termos do art. 46 do CÃ³digo Penal, pelo perÃ-odo de um ano e oito horas semanais, conforme as aptidÃµes do condenado, junto Ã Casa Lar de Xinguara, localizada Ã rua Tiradentes, esquina com a rua Pedro Alvarez Cabral, S/N, (94) 99175-7514. 2 - NÃ£o se ausentar desta comarca por mais de 15 (quinze) dias sem comunicar a este JuÃ-zo; 3 - Comparecer, pessoal e mensalmente, na data designada por JuÃ-zo, para informar e justificar as suas ocupaÃ§Ãµes. i) - Da FixaÃ§Ã£o Da IndenizaÃ§Ã£o MÃ-nima: Deixo de fixar o montante mÃ-nimo a ser pago pelo rÃ©u ao ofendido a tÃ-tulo de reparaÃ§Ã£o dos danos causados pela infraÃ§Ã£o, uma vez que nÃ£o hÃ¡ pedido neste sentido (art. 387, inciso IV do CPP, com nova redaÃ§Ã£o dada pela Lei 11.719/2008). DISPOSIÃÃES FINAIS: Condeno o rÃ©u ao pagamento das custas processuais (art. 804 do CPP). Registre-se que na hipÃ³tese de nÃ£o pagamento das custas pelo condenado no prazo legal, o crÃ©dito correspondente serÃ¡ encaminhado para procedimento de cobranÃ§a extrajudicial ou inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa, sofrendo atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria e incidÃªncia dos demais encargos legais (Lei Estadual n. 9.217/2021), e que eventual manifestaÃ§Ã£o de insuficiÃªncia de recursos para arcar com o pagamento das referidas custas deverÃ¡ ser apreciada pelo JuÃ-zo competente para esta cobranÃ§a. Ocorrendo trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a, adotar as seguintes providÃªncias: 1. Lance-se o nome do condenado no rol de culpados e faÃ§am-se as anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes pertinentes, especialmente ao Tribunal Regional Eleitoral para o fim de suspensÃ£o dos direitos polÃ-ticos, nos termos do art. 15, III, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. 2. ExpeÃ§a-se a Guia de ExecuÃ§Ã£o e remeta-se ao JuÃ-zo da ExecuÃ§Ã£o Penal. 3. Com as cautelas de praxe, arquivem-se via LIBRA, devendo a diligÃªncia ser certificada nos autos, aplicando-se o Provimento nÂº 012/2009-CJCI-TJPA. 4. CiÃªncia a vÃ-tima, nos termos do Â§2Âº art. 201CPP) e art. 21 da Lei 11.340/2006. Intime-se, pessoalmente, o representante do MinistÃ©rio PÃºblico (art. 370, Â§4Âº, do CÃ³digo de Processo Penal) e o rÃ©u (artigo 360 c/c 370, ambos do CÃ³digo de Processo Penal). Na hipÃ³tese de o rÃ©u nÃ£o ser encontrados no endereÃ§o constante dos autos, intime-se por edital (art. 392, IV, CPP). Intime-se a defesa por meio de publicaÃ§Ã£o (art. 370, Â§1Âº). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Xinguara/PA,Â 12 de novembro de 2021. HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto respondendo pela Vara Criminal de Xinguara/PA PROCESSO: 00011675820098140065 PROCESSO ANTIGO: 20092000492 2 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Termo Circunstanciado em: 16/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO REU:ALDAIDES PEREIRA GOMES Representante(s): OAB 12138 - CATIA PATRICIA FERREIRA (ADVOGADO) VITIMA:H. L. G. .

SENTENÃA Considerando a ausÃªncia de prejuÃ-zo, em razÃ£o da natureza da sentenÃ§a, torno sem efeito a decisÃ£o que absolveu/extinguiu a punibilidade do acusado, apenas na parte em que determina as intimaÃ§Ãµes das vÃ-timas e acusados e determino o arquivamento dos presentes autos com as baixas de praxe. Cumpra-se. Xinguara-PA, 16 de novembro de 2021 HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara-PA. PROCESSO: 00093972820178140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 16/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:MAIKO BRUNO NASCIMENTO CARVALHO VITIMA:O. E. . DESPACHO Considerando a manifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico, certifique a secretaria deste juÃ-zo a ocorrÃªncia de depÃ³sitos referentes Ã decisÃ£o de fl. 21 em conta indicada em fl. 24. Cumpra-se. Xinguara-PA,16 de novembro de 2021. HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito substituto respondendo pela Vara Criminal de Xinguara-PA. PROCESSO: 00094247420188140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 16/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:JEFERSON FERREIRA DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 20919 - WILKERS LOPES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) VITIMA:T. F. G. . PROCESSO N. 0009424-47.2018.8.14.0065 AÃÃO PENAL AUTOR: MINISTÃRIO PÃBLICO RÃU:Â JEFERSON FERREIRA DO NASCIMENTO VÃTIMA: TAIANES FERREIRA GOMES CAPITULAÃÃO: ART.129, Â§ 9Âº; ART. 147; ART. 148 e ART. 163, AMBOS DO CÃDIGO PENAL BRASILEIRO C/C LEI 11.340/2006 S E N T E N Ã A I - RELATÃRIO. Trata-se de aÃ§Ã£o penal proposta pelo MinistÃ©rio PÃºblico, em face deÂ JEFERSON FERREIRA DO NASCIMENTO,Â jÃ¡ qualificado nos autos, denunciado com incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do art. 129, Â§ 9Âº; art. 147; art. 148 e art. 163, todos do CÃ³digo Penal Brasileiro c/c Lei 11.340/2006, em que figura como vÃ-tima,Â Taianes Ferreira Gomes. DenÃºncia oferecida no dia 26 de setembro de 2018 (fls. 02/06), foi recebida emÂ 01 de outubro de 2018Â (fl. 08). O acusado foi citado e apresentou resposta escrita Ã acusaÃ§Ã£o. EmÂ audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento (fls. 39/40), foi ouvida a vÃ-tima, em seguida passou a oitiva das testemunhas CBPM Jair Pereira das Neves, SGTPM Jaldete Silva de Matos e AntÃ´nio Marcos Coelho Santos e apÃ³s passou-se ao interrogatÃ³rio do acusado, estando o inteiro teor dos depoimentos registrado em mÃ-dia. O Representante do MinistÃ©rio PÃºblico, em alegaÃ§Ãµes finais por memoriais, requereu a condenaÃ§Ã£o do acusado nos termos aduzidos na denÃºncia (fls. 45/52). A defesa do acusado apresentou alegaÃ§Ãµes finais por memoriais, requereu, entre outras coisas, a absolviÃ§Ã£o do acusado. Ã o RelatÃ³rio. DECIDO. II - FUNDAMENTAÃÃO. Cuidam os presentes autos de aÃ§Ã£o penal pÃºblica em que o MinistÃ©rio PÃºblico Estadual imputaÂ aÂ JEFERSON FERREIRA DO NASCIMENTO,Â como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do art. 129, Â§ 9Âº; art. 147; art. 148 e art. 163, todos do CÃ³digo Penal Brasileiro c/c Lei 11.340/2006 Ao exame dos autos, verifico estarem presentes os pressupostos processuais e as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o penal. NÃ£o foram arguidas questÃµes preliminares ou prejudiciais, nem vislumbro qualquer nulidade que deva ser pronunciada de ofÃ-cio. Passo Ã anÃ¡lise do mÃ©rito. II.I DA AMEAÃA E DO CRIME DE DANO Constato que entre o recebimento da denÃºncia (fl. 08) e a ocorrÃªncia deste ato processual, jÃ¡ se passaram mais de 03 (trÃªs) anos, prazo que se amolda a hipÃ³tese de prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva com base na pena em abstrato, em estrita observÃ¢ncia ao inciso VI do art. 109 do CPB. A causa extintiva da punibilidade em estudo estÃ¡ prevista no art. 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Pois bem. Observa-se que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado em relaÃ§Ã£o ao autor, em razÃ£o da necessidade de decretaÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade. Ã importante ressaltar que o juiz pode reconhecer de ofÃ-cio uma causa extintiva da punibilidade (art. 61 do CPP). Portanto, nÃ£o tendo o Estado exercido seu jus puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o em relaÃ§Ã£o ao crime de ameaÃ§a e dano Ã© medida que se impÃµe. II.II DA LESÃO CORPORAL O delito objeto de anÃ¡lise Ã© assim tipificado: Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saÃºde de outrem: (...) ViolÃªncia DomÃ©sticaÂ Â Â Â Â§ 9Âº Se a lesÃ£o for praticada contra ascendente, descendente, irmÃ£o, cÃ´njuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relaÃ§Ãµes domÃ©sticas, de coabitaÃ§Ã£o ou de hospitalidade:Â (RedaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂº 11.340, de 2006). Pena - detenÃ§Ã£o, de 3 (trÃªs) meses a 3 (trÃªs) anos Ã do conhecimento de todos que para que o juiz prolate uma sentenÃ§a condenatÃ³ria devem estar presentes prova da materialidade e certeza da autoria delituosa. Pois bem, no presente caso concreto, ambos estÃ£o presentes. A materialidade do delito estÃ¡ consubstanciada no Auto de PrisÃ£o em Flagrante, no teor do depoimento da vÃ-tima e das testemunhas (inteiro teor em mÃ-dia). Todas estas provas se mostram congruentes com parte da denÃºncia. A autoria nÃ£o comporta dÃºvida, conforme registro de ocorrÃªncia acostado aos autos, alÃ©m disso, tambÃ©m se confirma a autoria do acusado pelo

depoimento da vÃ-tima e das testemunhas. Em seu interrogatÃ³rio, o acusado Jeferson Ferreira do Nascimento afirma que nÃ£o se recorda de ter agredido a vÃ-tima, que nunca lhe agrediu. A vÃ-tima, por seu turno, afirmou que Â¿ (...) que ao ir para casa o acusado foi na frente e que ao chegar em casa foi recebida com um soco desferido pelo acusado que provavelmente desmaiou; que ao acordar abriu a porta para o acusado; que sÃ³ percebeu que estava com hematomas quando foi ao banheiro; que jÃ¡ havia ocorrido outras brigas com o acusado em que recebeu tapas, mas foi a primeira que teve como consequÃªncia hematomas; que jÃ¡ havia recebido ameaÃ§as do acusado em tom de brincadeiraÂ¿. Ressalte-se que a palavra da vÃ-tima em crimes cometidos Ã s ocultas, tais como os que ocorrem contra a mulher no Ã¢mbito domÃ©stico e familiar, Ã© de ser considerada de extrema valia, principalmente quando legitimada por prova pericial sendo o entendimento jurisprudencial pacÃ-fico, in verbis: Â¿PENAL. APELAÃÃO CRIMINAL. LESÃO CORPORAL. VIOLÃNCIA DOMÃSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. PLEITO ABSOLUTÃRIO. INVIABILIDADE. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. 1.Â NOS CASOS AFETOS Ã LEI MARIA DA PENHA, DEVE-SE DAR RELEVÃNCIA AO DEPOIMENTO DA VÃTIMA, SOBRETUDO QUANDO AS LESÃES EXPERIMENTADAS POR ELA FORAM CORROBORADAS POR LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO. 2. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. (TJ-DF - APR: 20101110020552 DF 0001931-87.2010.8.07.0011, Relator: JOÃO TIMÃTEO DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 05/09/2013, 2Âª Turma Criminal, Data de PublicaÃ§Ã£o: Publicado no DJE: 13/09/2013. PÃ¡g.: 219)Â¿ (Grifo Nosso). Como se pode perceber, hÃ¡ perfeita consonÃ¢ncia entre os termos da denÃºncia e o depoimento da vÃ-tima. SÃ£o as razÃµes pelas quais se condena o rÃ©u pelo crime do art. 129, Â§ 9Âº do CÃ³digo Penal. II.III DO CÃRCERE PRIVADO O delito objeto de anÃ¡lise Ã© assim tipificado: Art. 148 - Privar alguÃ©m de sua liberdade, mediante sequestro ou cÃ¡rcere privado Pena - reclusÃ£o, de um a trÃªs anos. Â§ 1Âº - A pena Ã© de reclusÃ£o, de dois a cinco anos: I - se a vÃ-tima Ã© ascendente, descendente, cÃ´njuge ou companheiro do agente ou maior de 60 (sessenta) anos Finda a instruÃ§Ã£o criminal, em respeito Ã s garantias constitucionais do contraditÃ³rio e da ampla defesa, dÃºvidas ainda restam quanto Ã prÃ¡tica do crime de cÃ¡rcere privado pelo ora acusado, em desfavor de sua ex-companheira, nÃ£o merecendo a denÃºncia procedÃªncia quanto Ã referida imputaÃ§Ã£o. Embora a autoria e a materialidade do fato tenham sido apontadas na fase inquisitorial, em JuÃ-zo nÃ£o foi possÃ-vel a produÃ§Ã£o de prova que deixasse estreme de dÃºvidas a autoria imputada ao acusado, nÃ£o havendo elementos suficientes para embasar uma condenaÃ§Ã£o. Em seu depoimento a vÃ-tima relata que Â¿(...) ao ir para casa o acusado foi na frente e que ao chegar em casa foi recebida com um soco desferido pelo acusado que provavelmente desmaiou; que ao acordar abriu a porta para o acusado; que sÃ³ percebeu que estava com hematomas quando foi ao banheiro; que jÃ¡ havia ocorrido outras brigas com o acusado em que recebeu tapas, mas foi a primeira que teve como consequÃªncia hematomas; que jÃ¡ havia recebido ameaÃ§as do acusado em tom de brincadeira; que nÃ£o ficou trancada na casaÂ¿. A testemunha AntÃ´nio Marcos Coelho Santos relatou que Â¿(...) quando chegou na casa do casal a porta estava trancada, mas apÃ³s chamar por Taianes, ela abriu a porta. Nesse quadro, entendo que o conjunto probatÃ³rio nÃ£o aponta, com a certeza necessÃ¡ria a um decreto condenatÃ³rio, a ocorrÃªncia da conduta antijurÃ-dica, impondo-se, no caso em exame a aplicaÃ§Ã£o do brocado in dubio pro reo. II.IV DA REPARAÃÃO MÃNIMA PrevÃª o inciso IV do art. 387 do CÃ³digo de Processo Penal que oÂ juiz, ao proferir sentenÃ§a condenatÃ³ria, fixarÃ¡ valor mÃ-nimo para reparaÃ§Ã£o dos danos causados pela infraÃ§Ã£o, considerando os prejuÃ-zos sofridos pelo ofendido. Sobre o assunto o STJ, em julgamento realizado sob o rito de recursos repetitivos (Tema 983,Â REsp 1675874/MSÂ eÂ REsp 1643051/MS), entendeu que Ã© possÃ-vel a fixaÃ§Ã£o de indenizaÃ§Ã£o por danos morais, se houver pedido expresso da acusaÃ§Ã£o ou da parte ofendida, ainda que nÃ£o especificada a quantia, e independentemente de instruÃ§Ã£o probatÃ³ria. Registra-se que por ocasiÃ£o da denÃºncia (item 5, fl. 06) o MinistÃ©rio PÃºblico requereu expressamente que seja arbitrado um valor mÃ-nimo para a reparaÃ§Ã£o dos danos causados pela infraÃ§Ã£o, sendo possÃ-vel afirmar, portanto, que durante a instruÃ§Ã£o foi oportunizado ao acusado ofertar defesa acerca deste pleito. Registra a jurisprudÃªncia do Tribunal de JustiÃ§a do Distrito Federal que: Â¿Ademais, sendo o direito penal a `ultima ratioÂ¿, toda e qualquer infraÃ§Ã£o penal tambÃ©m Ã© um ilÃ-cito civil, que causa, `in re ipsaÂ¿, ao menos dano moral, de modo que a fixaÃ§Ã£o de valor mÃ-nimo sob esse tÃ-tulo nÃ£o macula o processo penal.Â No caso concreto, verifico que a ofendida suportou malefÃ-cios causados pela violÃªncia sofrida na condiÃ§Ã£o de mulher, transtornos e aborrecimentos que lhe causaram sofrimento, fato que causa lesÃ£o Ã dignidade subjetiva da vÃ-tima, configurando danos morais. Assim, a condenaÃ§Ã£o em danos morais se impÃµe. (grifamos) AcÃ³rdÃ£o 1282740, 00058745220188070005, Relator: DEMETRIUS GOMES CAVALCANTI, Terceira Turma Criminal, data de julgamento: 10/9/2020, publicado no PJe: 22/9/2020.Â Â No caso dos autos o mesmo raciocÃ-nio Ã© aplicÃ¡vel. Foram demonstrados fatos aptos a gerar abalo psicolÃ³gico e consequente dano extrapatrimonial Ã vÃ-tima das referidas ameaÃ§as. Registra-

se que as agressÃµesfÃ-sicas partiram de pessoa prÃ³xima Ã vÃ-tima (ex-companheiro), com o qual em algum momento nutriu sentimentos nobres, o que acarreta maior dissabor quando da prÃ¡tica do delito. NÃ£o se olvida, ainda, que o autor do fato o levou a efeito mediante o uso de sua superior forÃ§a fÃ-sica, tendo causado efetiva ofensa Ã integridade corporal da vÃ-tima. Por estas razÃµes, deve ser acolhido o pleito formulado pelo MinistÃ©rio PÃºblico, para fins de que seja condenado o acusado Ã reparaÃ§Ã£o civil da vÃ-tima. III - DISPOSITIVO: Diante do exposto e por tudo que consta dos autos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTEÂ aÂ DENÃNCIAÂ ofertada pelo MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡, para: 1. DECLARAR EXTINTA A PUNIBILIDADE DO ACUSADO EM RAZÃO DA PRESCRIÃÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL, em relaÃ§Ã£o Ã imputaÃ§Ã£o da prÃ¡tica do delito tipificado no art. 147, caput e art. 163, caput, ambos do CÃ³digo Penal, com fundamento no art. 107, IV, do mesmo CÃ³digo; 2.Â ABSOLVER O ACUSADO DA IMPUTAÃÃO DO ART. 148, Â§ 1Âº, INCISO I DO CÃDIGO PENAL, NOS MOLDES DO ART. 386, VII DO CPP 3. CONDENARÂ O ACUSADOÂ JEFERSON FERREIRA DO NASCIMENTO, jÃ¡ qualificado nos autos, como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do art.Â 129, Â§ 9Âº, do CÃ³digo penal c/c art.5Âº, III e art. 7Âº, inc. II, da Lei nÂº 11.340/06. 4. CONDENAR o acusado JEFERSON FERREIRA DO NASCIMENTO ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), monetariamente atualizado a partir do arbitramento e acrescido dos juros legais a contar da citaÃ§Ã£o, a tÃ-tulo de reparaÃ§Ã£o decorrente de danos morais, em favor da Sra. TATIANES FERREIRA GOMES. IV - DOSIMETRIA DA PENA: Passo Ã dosimetria da pena, atento aos ditames do art. 68 do Estatuto Repressivo e considerando as disposiÃ§Ãµes do artigo 59 e seguintes do CÃ³digo Penal, que elegeram o sistema trifÃ¡sico para a quantificaÃ§Ã£o das sanÃ§Ãµes aplicÃ¡veis ao condenadoÂ e a SÃºmula nÂº 23 do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, publicada na EdiÃ§Ã£o nÂº 6024/2016 - Quinta-Feira, 4 de agosto de 2016. "A aplicaÃ§Ã£o dos vetores do art. 59 do CPB obedece a critÃ©rios quantitativos e qualitativos, de modo que, existindo a aferiÃ§Ã£o negativa de qualquer deles, fundamenta-se a elevaÃ§Ã£o da pena base acima do mÃ-nimo legal". a) CircunstÃ¢ncias judiciais (art. 59 do CÃ³digo Penal) a.1) culpabilidade: o rÃ©u agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie, razÃ£o pela qual considero a presente neutra; a.2) antecedentes: nÃ£o hÃ¡ nos autos provas de que o rÃ©u registre antecedentes criminais, razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.3) conduta social: nÃ£o hÃ¡ nos autos provas de fatos que a desabonem razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.4) personalidade: sua anÃ¡lise Ã© inviÃ¡vel por conta da falta de elementos para tanto, razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.5) motivos do crime: precedentes causais de carÃ¡ter psicolÃ³gico da aÃ§Ã£o ou mola propulsora do delito, nÃ£o induzem Ã exacerbaÃ§Ã£o da reprimenda a ser imposta, razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.6) circunstÃ¢ncias do crime: nÃ£o transbordam aos delitos desta espÃ©cie, razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.7) consequÃªncias do crime: nÃ£o transbordam aos delitos desta espÃ©cie, razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.8) comportamento da vÃ-tima: em nada influenciou na prÃ¡tica do delito, o que nÃ£o pode ser pesado contrÃ¡rio ao rÃ©u razÃ£o pela qual considero a presente neutra. Â¿Esta Corte tem reiteradamente decidido que, quando o comportamento da vÃ-tima nÃ£o contribui para o cometimento do crime, ou Ã© considerado "normal Ã espÃ©cie", nÃ£o hÃ¡ falar em consideraÃ§Ã£o desfavorÃ¡vel ao acusado.Â¿ (Habeas Corpus nÂº 148275/MS (2009/0185759-6), 6Âª Turma do STJ, Rel. SebastiÃ£o Reis JÃºnior. j. 21.08.2012, unÃ¢nime, DJe 05.09.2012). Considerando que nÃ£o hÃ¡ circunstÃ¢ncia judicial que pese contra o rÃ©u, fixo a pena base no mÃ-nimo legal, a saber,Â 3 (trÃªs) meses de detenÃ§Ã£o. b) circunstÃ¢ncias atenuantes e agravantes Verifico a inexistÃªncia de atenuantes e agravantes. c)Â Causas de aumento e de diminuiÃ§Ã£o de pena Em relaÃ§Ã£o as causas de aumento e diminuiÃ§Ã£o verifico a inexistÃªncia. d)Â Pena definitiva Fica, portanto, o rÃ©uÂ JEFERSON FERREIRA DO NASCIMENTO condenado com relaÃ§Ã£o ao crime tipificado no artigoÂ 129, Â§ 9Âº, do CPB, Ã pena total de 03 (trÃªs) meses de detenÃ§Ã£o. e) DetraÃ§Ã£o do perÃ-odo de prisÃ£o provisÃ³ria. Considerando que a detraÃ§Ã£o da pena nÃ£o alterarÃ¡ o regime inicial, deixo de realizÃ¡-la. f) Do regime inicial da pena. A pena deverÃ¡ ser cumprida, inicialmente, em regime aberto, nos termos do art. 33, Â§ 2Âº, Â¿cÂ¿, e Â§ 3Âº c/c art. 36, ambos do CÃ³digo Penal, em local a ser designado pelo juÃ-zo da execuÃ§Ã£o, motivando esta decisÃ£o, em especial, pelo quantum da pena privativa de liberdade aplicada. g) Da substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos O art. 44, I, do CP, exige, dentre outros requisitos, que para haver a substituiÃ§Ã£o de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos faz-se necessÃ¡rio que o crime nÃ£o tenha sido cometido com violÃªncia Ã pessoa. Verifico que no caso telado o denunciado foi condenado por crime praticado com violÃªncia contra a pessoa. Deste modo, incabÃ-vel a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade imposta por restritivas de direito. Neste sentido Ã© o entendimento do STJ: (...) VII. As Turmas que compÃµem a Terceira SeÃ§Ã£o do Superior Tribunal de JustiÃ§a tÃªm-se manifestado quanto Ã impossibilidade de substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, em hipÃ³tese como a dos autos - em que o paciente foi condenado pela prÃ¡tica do crime de

lesÃ£o corporal contra a sua ex-companheira (art. 129, Â§ 9Âº, do CÃ³digo Penal, nos termos da Lei 11.340/2006) -, uma vez que, entre outros requisitos, o art. 44 do CÃ³digo Penal impede o benefÃ-cio, na hipÃ³tese em que o crime tenha sido cometido com violÃªncia ou grave ameaÃ§a Ã pessoa. Precedentes. VIII. Tendo o paciente sido condenado pelo crime do art. 129, Â§ 9Âº, do CÃ³digo Penal, Ã pena de 3 (trÃªs) meses e 15 (quinze) dias de detenÃ§Ã£o, em regime inicial aberto, por ter causado ofensa a integridade corporal da ex-companheira, nÃ£o faz jus Ã suspensÃ£o condicional do processo, porque inaplicÃ¡vel o art. 89 da Lei 9.099/95, diante da vedaÃ§Ã£o imposta pelo art. 41 da Lei 11.340/2006, tampouco Ã substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, jÃ¡ que nÃ£o preenchidos os requisitos legais (art. 44, I, do CÃ³digo Penal). IX. Habeas corpus nÃ£o conhecido. (HC 201.529/MS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEXTA TURMA, julgado em 28/05/2013, DJe 17/06/2013) h) Da SuspensÃ£o Condicional Da Pena Considerando que o rÃ©u Ã© primÃ¡rio, a quantidade de pena aplicada e que a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstÂ¢ncias autorizem a concessÃ£o do benefÃ-cio, nos termos do art. 77 do CP, concedo-lhe o benefÃ-cio da SuspensÃ£o Condicional da Pena pelo perÃ-odo de 02 (dois) anos, a contar da audiÃªncia admonitÃ³ria, desde que o rÃ©u compareÃ§a e nela declare aceitar e cumprir as seguintes condiÃ§Ãµes: 1 - NÃ£o se ausentar desta comarca por mais de 15 (quinze) dias sem comunicar a este JuÃ-zo; 2 - Comparecer, pessoal e mensalmente, na data designada por JuÃ-zo, para informar e justificar as suas ocupaÃ§Ãµes. DISPOSIÃÃES FINAIS: Condeno o rÃ©u ao pagamento das custas processuais (art. 804 do CPP). Registre-se que na hipÃ³tese de nÃ£o pagamento das custas pelo condenado no prazo legal, o crÃ©dito correspondente serÃ¡ encaminhado para procedimento de cobranÃ§a extrajudicial ou inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa, sofrendo atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria e incidÃªncia dos demais encargos legais (Lei Estadual n. 9.217/2021), e que eventual manifestaÃ§Ã£o de insuficiÃªncia de recursos para arcar com o pagamento das referidas custas deverÃ¡ ser apreciada pelo JuÃ-zo competente para esta cobranÃ§a. Ocorrendo trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a, adotar as seguintes providÃªncias: 1. Lance-se o nome do condenado no rol de culpados e faÃ§am-se as anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes pertinentes, especialmente ao Tribunal Regional Eleitoral para o fim de suspensÃ£o dos direitos polÃ-ticos, nos termos do art. 15, III, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. 2. ExpeÃ§a-se a Guia de ExecuÃ§Ã£o e remeta-se ao JuÃ-zo da ExecuÃ§Ã£o Penal. 3. Com as cautelas de praxe, arquivem-se via LIBRA, devendo a diligÃªncia ser certificada nos autos, aplicando-se o Provimento nÂº 012/2009-CJCI-TJPA. 4. CiÃªncia a vÃ-tima, nos termos do Â§2Âº art. 201CPP) e art. 21 da Lei 11.340/2006. Intime-se, pessoalmente, o representante do MinistÃ©rio PÃºblico (art. 370, Â§4Âº, do CÃ³digo de Processo Penal) e o rÃ©u (artigo 360 c/c 370, ambos do CÃ³digo de Processo Penal). Na hipÃ³tese de o rÃ©u nÃ£o ser encontrados no endereÃ§o constante dos autos, intime-se por edital (art. 392, IV, CPP). Intime-se a defesa por meio de publicaÃ§Ã£o (art. 370, Â§1Âº). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Xinguara/PA,Â 12 de novembro de 2021. HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto respondendo pela Vara Criminal de Xinguara/PA PROCESSO: 00100323820198140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 16/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:MANOEL PEREIRA DE ABREU Representante(s): OAB 19203-A - CLEOMAR COELHO SOARES (ADVOGADO) OAB 26446 - ELIEL MACIEL CAMPOS (ADVOGADO) VITIMA:T. V. R. . PROCESSO N. 0010032-38.2019.8.14.0065 AÃO PENAL AUTOR: MINISTÃRIO PÃBLICO RÃU:Â MANOEL PEREIRA DE ABREU EndereÃ§o: RUA BARREIRA DO CAMPO, NÂº 477, BAIRRO TANAKA II, XINGUARA-PA. Telefone: (94)99214-3002 VÃTIMA: TELMA VANI RODRIGUES CAPITULAÃÃO: ART. 147 E ART. 129, Â§ 9Âº, AMBOS DO CÃDIGO PENAL BRASILEIRO C/C LEI 11.340/2006 S E N T E N Ã A I - RELATÃRIO. Trata-se de aÃ§Ã£o penal proposta pelo MinistÃ©rio PÃºblico, em face deÂ MANOEL PEREIRA DE ABREU,Â jÃ¡ qualificado nos autos, denunciado com incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do art. 147 e art. 129, Â§ 9Âº, ambos do CÃ³digo Penal Brasileiro c/c Lei 11.340/2006, em que figura como vÃ-tima TELMA VANI RODRIGUES. Narra, em sÃ-ntese a denÃºncia: Â¿No dia 29 de outubro de 2019, aproximadamente Ã s 22h30min, nesta cidade de Xinguara-PA, no interior da residÃªncia de Telma Vani Rodrigues, o denunciado Manoel Pereira de Abreu ofendeu a integridade corporal de sua ex-companheira, pois foi Ã casa de dormir na companhia desta e mediante recusa, a agrediu, sufocando-a. Passados alguns dias, em 01 de novembro de 2019, o denunciado retornou ao local e novamente agrediu fisicamente a vÃ-tima, dando causa Ã lesÃµes descritas no auto de exame de corpo de delito em anexo Ã fl. 13, prevalecendo-se, desse modo, das relaÃ§Ãµes domÃ©sticas que manteve com a vÃ-tima. O denunciado iniciou uma discussÃ£o que culminou em agressÃµes fÃ-sicas, empurrou a ofendida e desferiu-lhe vÃ¡rios socos e chutes, momento em que a vÃ-tima caiu no chÃ£o, oportunidade em que o denunciado lhe arremessou vÃ¡rias pedras, atingindo-lhe na cabeÃ§a e ocasionando lesÃµes descritas no laudo de exame de corpo de delito colacionado ao IPL. Vizinhos

visualizaram a vÃ-tima caÃ-da no chÃ£o, sangrando em razÃ£o das agressÃµes, razÃ£o pela qual interviram e conseguiram conter o acusado que em seguida fugiu. Atemorizada, a vÃ-tima informou a PolÃ-cia Militar, que em diligÃªncias localizou o denunciado e o prenderam em flagrante delito.Â¿ A denÃºncia foi recebida em 20 de novembro de 2019 (fl. 09). O acusado apresentou resposta escrita Ã acusaÃ§Ã£o (fls.Â 10/12) por meio deÂ advogado constituÃ-do. EmÂ audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, foram ouvidas as vÃ-timas e a testemunhas. Ausente o acusado. O Representante do MinistÃ©rio PÃºblico em alegaÃ§Ãµes finais orais, requereu a total procedÃªncia da exordial acusatÃ³ria para condenar o acusado nos ternos do art. 129, Â§ 9Âº c/c Lei 11.340/06. A defesa, por sua vez, requereu a absolviÃ§Ã£o do acusado. Ã o RelatÃ³rio. DECIDO. II - FUNDAMENTAÃÃO. Cuidam os presentes autos de aÃ§Ã£o penal pÃºblica em que o MinistÃ©rio PÃºblico Estadual imputaÂ aÂ MANOEL PEREIRA DE ABREU,Â o crime de lesÃ£o corporal e , no contexto de violÃªncia domÃ©stica, na forma da Lei nÂº. 11.340/2006. Ao exame dos autos, verifico estarem presentes os pressupostos processuais e as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o penal. NÃ£o foram arguidas questÃµes preliminares ou prejudiciais, nem vislumbro qualquer nulidade que deva ser pronunciada de ofÃ-cio. Passo Ã anÃ¡lise do mÃ©rito. II.I DA LESÃO CORPORAL DA MATERIALIDADE: A instruÃ§Ã£o mostrou-se competente em aclarar o evento criminoso. Somado a isso, tem-se o Laudo de Exame de Corpo de Delito (fl. 13 doÂ IPL) o qual descreve que houve ofensa a integridade corporal da vÃ-tima. Essas descriÃ§Ãµes estÃ£o em consonÃ¢ncia com as declaraÃ§Ãµes da vÃ-tima em sede de inquÃ©rito policial e confirmadas em juÃ-zo. Ressalte-se que o exame de corpo de delito, apesar produzido sem o crivo do contraditÃ³rio,Â Ã© considerado prova irrepetÃ-vel. Quanto ao conteÃºdo deste exame pericial, verifica-se que foi registrado que as lesÃµes causadas na vÃ-tima resultaram perigo de morte para a vÃ-tima, o que faz com que a lesÃ£o corporal seja considerada grave, conforme Â§ 1Âº, II, do art. 129, do CÃ³digo Penal. Esta informaÃ§Ã£o estÃ¡ em consonÃ¢ncia com a denÃºncia e as provas colhidas em JuÃ-zo, pois foi detalhado na peÃ§a inaugural que, alÃ©m de ter desferidos vÃ¡rios socos e chutes, o denunciado arremessou vÃ¡rias pedras contra a vÃ-tima, atingindo-a na cabeÃ§a enquanto ela estava caÃ-da. Assim, a materialidade do crime encontra-se suficientemente comprovada nos autos, sendo o caso, inclusive, de aplicaÃ§Ã£o da causa de aumento prevista no Â§ 10 do citado artigo. DA AUTORIA: No que concerne Ã autoria, resta tambÃ©m induvidosa. Em seu depoimento, a vÃ-tima Terma Vani Rodrigues relatou que o acusado, sob efeito de Ã¡lcool e motivado por ciÃºmes, a agrediu com um tapa no rosto e, em seguida, atingiu-a com uma pedrada. Narrou que revidou a pedrada, sendo, apÃ³s, atingida na cabeÃ§a por uma segunda pedra lanÃ§ada pelo acusado, momento em que ficou desacordada no chÃ£o e suas amigas ligaram para a polÃ-cia. A testemunha Sd. PM Israel da Paz Resplande relatou que Â¿chegando Ã residÃªncia do acusado demos voz de prisÃ£o ao acusado; Que ele estava sujo de sangueÂ¿. Ã cediÃ§o que nos crimes de violÃªncia domÃ©stica e familiar contra a mulher a palavra da vÃ-tima tem especial relevÃ¢ncia como elemento de prova. As lesÃµes descritas nos dois exames de corpo de delito sÃ£o compatÃ-veis com as declaraÃ§Ãµes da vÃ-tima e dos policiais que atenderam a ocorrÃªncia. Ressalte-se que a palavra da vÃ-tima em crimes cometidos Ã s ocultas, tais como os que ocorrem contra a mulher no Ã¢mbito domÃ©stico e familiar, Ã© de ser considerada de extrema valia, principalmente quando legitimada por prova pericial sendo o entendimento jurisprudencial pacÃ-fico, in verbis: Â¿PENAL. APELAÃÃO CRIMINAL. LESÃO CORPORAL. VIOLÃNCIA DOMÃSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. PLEITO ABSOLUTÃRIO. INVIABILIDADE. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. 1.Â NOS CASOS AFETOS Ã LEI MARIA DA PENHA, DEVE-SE DAR RELEVÃNCIA AO DEPOIMENTO DA VÃTIMA, SOBRETUDO QUANDO AS LESÃES EXPERIMENTADAS POR ELA FORAM CORROBORADAS POR LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO. 2. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. (TJ-DF - APR: 20101110020552 DF 0001931-87.2010.8.07.0011, Relator: JOÃO TIMÃTEO DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 05/09/2013, 2Âª Turma Criminal, Data de PublicaÃ§Ã£o: Publicado no DJE: 13/09/2013. PÃ¡g.: 219)Â¿ (Grifo Nosso). Como se pode perceber, hÃ¡ perfeita consonÃ¢ncia entre os termos da denÃºncia, os laudos do exame de corpo de delito e os depoimentos da vÃ-tima e das testemunhas policiais, tendo a instruÃ§Ã£o processual sido hÃ¡bil em demonstrar que o rÃ©u praticou o delito descrito na denÃºncia. A conduta do rÃ©u encontra perfeita tipificaÃ§Ã£o no art. 129, Â§ 9Âº, do CÃ³digo Penal. Com a instruÃ§Ã£o criminal, demonstrou-se que a conduta do rÃ©u foi completamente desvelada, restando clara a intenÃ§Ã£o consciente de atingir a integridade corporal da vÃ-tima. Ressalte-se que a palavra da vÃ-tima em crimes cometidos Ã s ocultas, tais como os que ocorrem contra a mulher no Ã¢mbito domÃ©stico e familiar, Ã© de ser considerada de extrema valia. Assim, como se pode perceber, hÃ¡ perfeita harmonia entre os termos da denÃºncia, os depoimentosÂ da vÃ-tima em juÃ-zoÂ e os laudos acostados aos autos, revelando que o denunciado foi o autor do crime de lesÃ£o corporal descrito na denÃºncia. II.II - DA AMEAÃA DA MATERIALIDADE: A instruÃ§Ã£o mostrou-se competente em aclarar o evento criminoso. A materialidade restou demonstrada por meio do auto de prisÃ£o em

flagrante, do inquÃ©rito policial e da prova oral colhida. Ouvida em juÃ-zo, a vÃ-tima confirmou as declaraÃ§Ãµes prestadas em sede policial, relatando que Â¿mesmo eu chamando a polÃ-cia, ele falou que quando sair vai me pegarÂ¿. Assim, a materialidade do crime encontra-se suficientemente comprovada nos autos. DA AUTORIA: Com a instruÃ§Ã£o criminal, demonstrou-se que a conduta do rÃ©u foi completamente desvelada, restando clara a intenÃ§Ã£o consciente de perturbar a tranquilidade psÃ-quica da vÃ-tima e atemorizÃ¡-la, de abalar-lhe a tranquilidade de espÃ-rito e sensaÃ§Ã£o de seguranÃ§a e liberdade, ameaÃ§ando-a de causar-lhe mal injusto e grave. Como se pode perceber, hÃ¡ perfeita consonÃ¢ncia entre os termos da denÃºncia e as afirmaÃ§Ãµes da vÃ-tima, tendo a instruÃ§Ã£o processual sido hÃ¡bil em demonstrar que o rÃ©u praticou o delito descrito na denÃºncia. III - DISPOSITIVO: Diante do exposto e por tudo que consta dos autos,Â JULGO PROCEDENTEÂ aÂ DENÃNCIAÂ ofertada pelo MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡, paraÂ CONDENARÂ o acusadoÂ MANOEL PEREIRA DE ABREU, jÃ¡ qualificado nos autos, como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do art.Â 129, Â§ 9Âº, e art. 147 do CÃ³digo penal c/c Lei nÂº 11.340/06. IV - DOSIMETRIA DA PENA: Passo Ã dosimetria da pena, atento aos ditames do art. 68 do Estatuto Repressivo e considerando as disposiÃ§Ãµes do artigo 59 e seguintes do CÃ³digo Penal, que elegeram o sistema trifÃ¡sico para a quantificaÃ§Ã£o das sanÃ§Ãµes aplicÃ¡veis ao condenadoÂ e a SÃºmula nÂº 23 do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, publicada na EdiÃ§Ã£o nÂº 6024/2016 - Quinta-Feira, 04 de agosto de 2016. "A aplicaÃ§Ã£o dos vetores do art. 59 do CPB obedece a critÃ©rios quantitativos e qualitativos, de modo que, existindo a aferiÃ§Ã£o negativa de qualquer deles, fundamenta-se a elevaÃ§Ã£o da pena base acima do mÃ-nimo legal". DA LESÃO CORPORAL: a) CircunstÃ¢ncias judiciais (art. 59 do CÃ³digo Penal) a.1) culpabilidade: o rÃ©u agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie; a.2) antecedentes:Â nÃ£o hÃ¡ nos autos provas de que o rÃ©u registre antecedentes criminais, razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.3) conduta social: nÃ£o hÃ¡ nos autos provas de fatos que a desabonemÂ razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.4) personalidade:Â sua anÃ¡lise Ã© inviÃ¡vel por conta da falta de elementos para tanto,Â razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.5) motivosÂ do crime: do crime, Ã© comum a espÃ©cie, isto Ã© a questÃ£o de gÃªnero, o sentimento de posse sobre a mulher, desejo de subjugÃ¡-la, o que jÃ¡ integra o tipo penal, razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.6) circunstÃ¢ncias do crime: nÃ£o transbordam aos delitos desta espÃ©cie,Â razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.7) consequÃªnciasÂ do crime: nÃ£o transbordam aos delitos desta espÃ©cie, razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.8) comportamento da vÃ-tima:Â nÃ£o hÃ¡ provas de que o comportamento da vÃ-tima tenha influenciado na prÃ¡tica do delito. Â¿Esta Corte tem reiteradamente decidido que, quando o comportamento da vÃ-tima nÃ£o contribui para o cometimento do crime, ou Ã© considerado "normal Ã espÃ©cie", nÃ£o hÃ¡ falar em consideraÃ§Ã£o desfavorÃ¡vel ao acusado.Â¿ (Habeas Corpus nÂº 148275/MS (2009/0185759-6), 6Âª Turma do STJ, Rel. SebastiÃ£o Reis JÃºnior. j. 21.08.2012, unÃ¢nime, DJe 05.09.2012). Considerando que nÃ£o hÃ¡ circunstÃ¢ncia judicial que pese contra o rÃ©u, fixo a pena base no mÃ-nimo legal, a saber,Â 3 (trÃªs) meses de detenÃ§Ã£o. b) circunstÃ¢ncias atenuantes e agravantes Verifico a inexistÃªncia de atenuantes e agravantes c)Â causas de aumento e de diminuiÃ§Ã£o de pena Inexistem causas de diminuiÃ§Ã£o de pena. Por outro lado, deve ensejar a majorante prevista no Â§ 10 do art. 129. Neste caso, deve a pena ser aumentada no patamar de 1/3 (um terÃ§o), ficando, portanto, a pena definitiva no patamar de 04 (quatro) meses de detenÃ§Ã£o. DA AMEAÃA a) CircunstÃ¢ncias judiciais (art. 59 do CÃ³digo Penal) a.1) culpabilidade: o rÃ©u agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie; a.2) antecedentes:Â nÃ£o hÃ¡ nos autos provas de que o rÃ©u registre antecedentes criminais, razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.3) conduta social: nÃ£o hÃ¡ nos autos provas de fatos que a desabonemÂ razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.4) personalidade:Â sua anÃ¡lise Ã© inviÃ¡vel por conta da falta de elementos para tanto,Â razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.5) motivosÂ do crime: nÃ£o transbordam aos delitos desta espÃ©cie, razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.6) circunstÃ¢ncias do crime: nÃ£o transbordam aos delitos desta espÃ©cie,Â razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.7) consequÃªnciasÂ do crime: nÃ£o transbordam aos delitos desta espÃ©cie, razÃ£o pela qual considero a presente neutra. a.8) comportamento da vÃ-tima:Â nÃ£o hÃ¡ provas de que o comportamento da vÃ-tima tenha influenciado na prÃ¡tica do delito. Â¿Esta Corte tem reiteradamente decidido que, quando o comportamento da vÃ-tima nÃ£o contribui para o cometimento do crime, ou Ã© considerado "normal Ã espÃ©cie", nÃ£o hÃ¡ falar em consideraÃ§Ã£o desfavorÃ¡vel ao acusado.Â¿ (Habeas Corpus nÂº 148275/MS (2009/0185759-6), 6Âª Turma do STJ, Rel. SebastiÃ£o Reis JÃºnior. j. 21.08.2012, unÃ¢nime, DJe 05.09.2012). Considerando que nÃ£o hÃ¡ circunstÃ¢ncia judicial que pese contra o rÃ©u, fixo a pena base no mÃ-nimo legal, a saber,Â 3 (trÃªs) meses de detenÃ§Ã£o. b) circunstÃ¢ncias atenuantes e agravantes Verifico a inexistÃªncia de atenuantes. No entanto, verifico a existÃªncia da circunstÃ¢ncia agravante prevista no art. 61, inciso II, Â¿fÂ¿, por ter sido o delito cometido em contexto de violÃªncia domÃ©stica. Por essa razÃ£o, majoro a pena, fixando-a em 03 (trÃªs) meses e

15 (quinze) dias de detenÃ§Ã£o. c)Â causas de aumento e de diminuiÃ§Ã£o de pena Em relaÃ§Ã£o as causas de aumento e diminuiÃ§Ã£o verifico a inexistÃªncia, ficando, portanto, a pena total de 03 (trÃªs) meses e 15 (quinze) dias de detenÃ§Ã£o. d)Â Pena definitiva Fica, portanto, o rÃ©uÂ MANOEL PEREIRA DE ABREU condenado com relaÃ§Ã£o ao crime tipificado no artigoÂ 147 do CPB, Ã pena total de 03 (trÃªs) meses e 15 (quinze) dias de detenÃ§Ã£o. e) Soma das penas Considerando a cumulaÃ§Ã£o das penas, com base no art. 69 do CÃ³digo Penal, torno definitiva a pena do acusado em 07 (sete) meses e 15 (quinze) dias de detenÃ§Ã£o. f) DetraÃ§Ã£o do perÃ-odo de prisÃ£o provisÃ³ria. Considerando que a detraÃ§Ã£o da pena nÃ£o alterarÃ¡ o regime inicial, deixo de realizÃ¡-la. g) Do regime inicial da pena. A pena deverÃ¡ ser cumprida, inicialmente, em regime aberto, nos termos do art. 33, Â§ 2Âº, Â¿cÂ¿, e Â§ 3Âº c/c art. 36, ambos do CÃ³digo Penal, em local a ser designado pelo juÃ-zo da execuÃ§Ã£o, motivando esta decisÃ£o, em especial, pelo quantum da pena privativa de liberdade aplicada. h) Da substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos O art. 44, I, do CP, exige, dentre outros requisitos, que para haver a substituiÃ§Ã£o de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos faz-se necessÃ¡rio que o crime nÃ£o tenha sido cometido com violÃªncia Ã pessoa. Verifico que no caso telado o denunciado foi condenado por crime praticado com violÃªncia contra a pessoa. Deste modo, incabÃ-vel a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade imposta por restritivas de direito. Neste sentido Ã© o entendimento do STJ: (...) VII. As Turmas que compÃµem a Terceira SeÃ§Ã£o do Superior Tribunal de JustiÃ§a tÃªm-se manifestado quanto Ã impossibilidade de substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, em hipÃ³tese como a dos autos - em que o paciente foi condenado pela prÃ¡tica do crime de lesÃ£o corporal contra a sua ex-companheira (art. 129, Â§ 9Âº, do CÃ³digo Penal, nos termos da Lei 11.340/2006) -, uma vez que, entre outros requisitos, o art. 44 do CÃ³digo Penal impede o benefÃ-cio, na hipÃ³tese em que o crime tenha sido cometido com violÃªncia ou grave ameaÃ§a Ã pessoa. Precedentes. VIII. Tendo o paciente sido condenado pelo crime do art. 129, Â§ 9Âº, do CÃ³digo Penal, Ã pena de 3 (trÃªs) meses de detenÃ§Ã£o, em regime inicial aberto, por ter causado ofensa a integridade corporal, nÃ£o faz jus Ã suspensÃ£o condicional do processo, porque inaplicÃ¡vel o art. 89 da Lei 9.099/95, diante da vedaÃ§Ã£o imposta pelo art. 41 da Lei 11.340/2006, tampouco Ã substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, jÃ¡ que nÃ£o preenchidos os requisitos legais (art. 44, I, do CÃ³digo Penal). IX. Habeas corpus nÃ£o conhecido. (HC 201.529/MS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEXTA TURMA, julgado em 28/05/2013, DJe 17/06/2013) h) Da SuspensÃ£o Condicional Da Pena Considerando que o rÃ©u Ã© primÃ¡rio, a quantidade de pena aplicada e que a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstÃ¢ncias autorizem a concessÃ£o do benefÃ-cio, nos termos do art. 77 do CP, concedo-lhe o benefÃ-cio da SuspensÃ£o Condicional da Pena pelo perÃ-odo de 02 (dois) anos, a contar da audiÃªncia admonitÃ³ria, desde que o rÃ©u compareÃ§a e nela declare aceitar e cumprir as seguintes condiÃ§Ãµes: 1 - NÃ£o se ausentar desta comarca por mais de 15 (quinze) dias sem comunicar a este JuÃ-zo; 2 - Comparecer, pessoal e mensalmente, na data designada por JuÃ-zo, para informar e justificar as suas ocupaÃ§Ãµes. i) - Da FixaÃ§Ã£o Da IndenizaÃ§Ã£o MÃ-nima: Deixo de fixar o montante mÃ-nimo a ser pago pelo rÃ©u Ã ofendida a tÃ-tulo de reparaÃ§Ã£o dos danos causados pela infraÃ§Ã£o, uma vez que nÃ£o hÃ¡ pedido neste sentido (art. 387, inciso IV do CPP, com nova redaÃ§Ã£o dada pela Lei 11.719/2008). DISPOSIÃÃES FINAIS: Condeno o rÃ©u ao pagamento das custas processuais (art. 804 do CPP). Registre-se que na hipÃ³tese de nÃ£o pagamento das custas pelo condenado no prazo legal, o crÃ©dito correspondente serÃ¡ encaminhado para procedimento de cobranÃ§a extrajudicial ou inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa, sofrendo atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria e incidÃªncia dos demais encargos legais (Lei Estadual n. 9.217/2021), e que eventual manifestaÃ§Ã£o de insuficiÃªncia de recursos para arcar com o pagamento das referidas custas deverÃ¡ ser apreciada pelo JuÃ-zo competente para esta cobranÃ§a. Ocorrendo trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a, adotar as seguintes providÃªncias: 1. Lance-se o nome do condenado no rol de culpados e faÃ§am-se as anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes pertinentes, especialmente ao Tribunal Regional Eleitoral para o fim de suspensÃ£o dos direitos polÃ-ticos, nos termos do art. 15, III, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. 2. ExpeÃ§a-se a Guia de ExecuÃ§Ã£o e remeta-se ao JuÃ-zo da ExecuÃ§Ã£o Penal. 3. Com as cautelas de praxe, arquivem-se via LIBRA, devendo a diligÃªncia ser certificada nos autos, aplicando-se o Provimento nÂº 012/2009-CJCI-TJPA. 4. CiÃªncia a vÃ-tima, nos termos do Â§2Âº art. 201CPP e art. 21 da Lei 11.340/2006. Intime-se, pessoalmente, o representante do MinistÃ©rio PÃºblico (art. 370, Â§4Âº, do CÃ³digo de Processo Penal) e o rÃ©u (artigo 360 c/c 370, ambos do CÃ³digo de Processo Penal). Na hipÃ³tese de o rÃ©u nÃ£o ser encontrados no endereÃ§o constante dos autos, intime-se por edital (art. 392, IV, CPP). Intime-se a defesa por meio de publicaÃ§Ã£o (art. 370, Â§1Âº). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Xinguara/PA,Â 16 de novembro de 2021. HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto respondendo pela Vara Criminal de Xinguara/PA PROCESSO: 00118901220168140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A):

HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 16/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:SILDAMAR ALVES FARIAS VITIMA:O. E. . Processo nÂ° 00118901220168140065 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oficie-se ao juÃ-zo deprecado solicitando a devoluÃ§Ã£o da precatÃ³ria, com o devido cumprimento, no prazo de 30 (trinta) dias, tendo em vista que se encontra pendente hÃ¡ significativo lapso temporal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo acima, sem a devoluÃ§Ã£o da deprecata, oficie-se Ã corregedoria de justiÃ§a do respectivo Tribunal, solicitando providÃªncias para o cumprimento da diligÃªncia, uma vez que essa pendÃªncia poderÃ¡ resultar na prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal. Cumpra-se. Xinguara/PA, 16 de novembro de 2021. HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara-PA. PROCESSO: 00001428020168140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Termo Circunstanciado em: 17/11/2021 AUTOR DO FATO:PAULO ROBERTO DA COSTA LIMA VITIMA:O. E. . SENTENÃA Considerando a ausÃªncia de prejuÃ-zo, em razÃ£o da natureza da sentenÃ§a, torno sem efeito a decisÃ£o que absolveu/extinguiu a punibilidade do acusado, apenas na parte em que determina as intimaÃ§Ãµes das vÃ-timas e acusados e determino o arquivamento dos presentes autos com as baixas de praxe. Cumpra-se. Xinguara-PA, 17 de novembro de 2021 HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara-PA. PROCESSO: 00007236120178140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ANTONIO RODRIGUES DENUNCIADO:L. F. S. S. . SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando os autos, constato que o MinistÃ©rio PÃºblico foi intimado da sentenÃ§a de fls. 89/93 em novembro de 2021 e nÃ£o interpÃ´s recurso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por conseguinte, considerando que a pena em concreto aplicada ao sentenciado foi de 1 ano, 4 meses e 20 dias, evidente ocorreu a prescriÃ§Ã£o retroativa da pretensÃ£o punitiva, na forma dos arts. 109, inciso V c/c art. 110, ambos do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado RAUL SALUSTIANO DO NASCIMENTO FILHO, com fundamento no artigo 109, inciso V c/c art. 110, ambos do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitada em julgado a presente decisÃ£o, Ã Secretaria para que procedam as baixas nos registros, com as cautelas devidas. Xinguara/PA, 17 de novembro de 2021. HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara/PA PROCESSO: 00050525320168140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:LUAN CESAR FERREIRA DA SILVA Representante(s): OAB 19203-A - CLEOMAR COELHO SOARES (ADVOGADO) VITIMA:T. B. C. . SENTENÃAÂ Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o penal em desfavor do rÃ©u qualificado nos autos. Â Â Â Â Â Tratando-se de crimes classificados como de consumaÃ§Ã£o instantÂ¢nea, o termo inicial para a referida contagem Ã© a data em que ele se consumou, ou, no caso de tentativa, do dia em que cessou a atividade criminosa, de acordo com o artigo 111, I e II, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Os delitos imputados ao suposto autor do fato possuem penas mÃ¡ximas que nÃ£o superam os prazos de 04 (quatro) anos cada, prescrevendo, portanto, no prazo de 08 (oito) anos. Ademais, na data do fato, o sujeito ativo era menor de 21 (vinte e um) anos, motivo pelo qual deve ser reduzido de metade o prazo de prescriÃ§Ã£o, conforme prescrito pelo art. 115 do CP. Sopesadas estas informaÃ§Ãµes, verifica-se que a pretensÃ£o punitiva estatal estÃ¡ fulminada pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Isto porque, entre a data do fato e o recebimento da denÃºncia, ou mesmo entre a data do fato e a ocorrÃªncia deste ato processual, jÃ¡ se passaram mais de 05 (cinco) anos, prazo que se amolda a duas hipÃ³teses de prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva com base na pena em abstrato, em estrita observÂ¢ncia aos incisos IV e V do art. 109 do CPB. Â Â Â Â Â A causa extintiva da punibilidade em estudo estÃ¡ prevista no art. 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro.Â Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do jus puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outros termos, e usando da preciosa liÃ§Ã£o de RogÃ©rio Greco:Â Â (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade (GRECO, RogÃ©rio. Curso de direito penal - parte geral. 7Âª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006, p. 781). Â Â Â Â Â Â Â O citado instituto, por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorre apÃ³s. Â Â Â Â Â Â Pois bem. A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a

perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, devendo o juiz declarÃ¡-la de ofÃ-cio, nos termos do art. 61 do CÃ³digo de Processo Penal.Â Â Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o tendo o Estado exercido seu jus puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade em relaÃ§Ã£o ao autor do fato pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DO SUPOSTO SUJEITO ATIVO EM RAZÃO DA PRESCRIÃÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL, assim o fazendo com base no artigo 107, IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico com vista dos autos. Â Â Â Â Â Com o retorno dos autos, sem oposiÃ§Ã£o do Ã³rgÃ£o ministerial, certifique-se o trÂ¢nsito em julgado e arquivem-se imediatamente os presentes autos, independente de nova manifestaÃ§Ã£o deste juÃ-zo. Â Â Â Â Â Sirva-se esta por cÃ³pia como mandado, conforme autoriza o Provimento n. 003/2009-CJRMB. Â Â Â Â Â Xinguara/PA, 17 de novembro de 2021. Â HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara/PA PROCESSO: 00063135820138140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Termo Circunstanciado em: 17/11/2021 REQUERIDO:ADRIANO VENTURA DE BASTOS VITIMA:I. P. M. VITIMA:D. P. S. . SENTENÃA Considerando a ausÃªncia de prejuÃ-zo, em razÃ£o da natureza da sentenÃ§a, torno sem efeito a decisÃ£o que absolveu/extinguiu a punibilidade do acusado, apenas na parte em que determina as intimaÃ§Ãµes das vÃ-timas e acusados e determino o arquivamento dos presentes autos com as baixas de praxe. Cumpra-se. Xinguara-PA, 17 de novembro de 2021 HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara-PA. PROCESSO: 00065643720178140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:IVAN VIEIRA DE MACEDO Representante(s): OAB 19114 - DIEGO LIMA MOREIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:O. E. . SENTENÃA Considerando a ausÃªncia de prejuÃ-zo, em razÃ£o da natureza da sentenÃ§a, torno sem efeito a decisÃ£o que absolveu/extinguiu a punibilidade do acusado, apenas na parte em que determina as intimaÃ§Ãµes das vÃ-timas e acusados e determino o arquivamento dos presentes autos com as baixas de praxe. Cumpra-se. Xinguara-PA, 17 de novembro de 2021 HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara-PA. PROCESSO: 00117094520158140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:BRUNO DE PAULA BARBOSA Representante(s): OAB 15756-B - HUGO ADNAN SOUTO KOZAK (ADVOGADO) VITIMA:O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. Processo n. 0011709-45.20158.14.0065 DECISÃO/DESPACHO Tratam-se os autos de AÃ§Ã£o Penal que se apura a prÃ¡tica dos crimes previstosÂ no artigo 33 da lei de drogas. Considerando a insistÃªncia do MP na oitiva das testemunhas faltantes, Designo uma nova audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 29 de novembro de 2021 Ã s 10:00 h. Ressalte-se, desde logo, que as audiÃªncias serÃ£o realizadas preferencialmente por videoconferÃªncia, dentro do ambiente Microsoft Teams. Os participantes devem efetuar o download e instalaÃ§Ã£o do programa/aplicativo MICROSOFT TEAMS. Excepcionalmente, as partes que nÃ£o dispuserem de computadores, smartphone, internet ou outro recurso que inviabilize o seu ingresso na audiÃªncia, deverÃ£o comunicar, com 10 dias de antecedÃªncia, para que lhe seja disponibilizada sala de audiÃªncia e equipamentos necessÃ¡rios nas dependÃªncias do fÃ³rum. Intimem-se o MP e a Defesa do Acusado. Intime-se o acusado. Intimem-se as testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico. SERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÃÃO E OFÃCIO. Xinguara-PA, 28 de maio de 2021. HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito substituto respondendo pela Vara Criminal de Xinguara PROCESSO: 00009357520108140065 PROCESSO ANTIGO: 201020002981 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO REU:JURANDIR DONATO DE BRITO. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando os autos, constato que o MinistÃ©rio PÃºblico foi intimado da sentenÃ§a de fls. 123 em 11 de novembro de 2021 e nÃ£o interpÃ´s recurso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por conseguinte, considerando que a pena em concreto aplicada ao sentenciado foi de 01 ano e 08 meses, evidente ocorreu a prescriÃ§Ã£o retroativa da pretensÃ£o punitiva, na forma dos arts. 109, inciso V c/c art. 110, ambos do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado JURANDIR DONATO DE BRITO, com fundamento no artigo 109, inciso V c/c art. 110, ambos do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitada em julgado a presente decisÃ£o, Ã Secretaria para que procedam as baixas nos registros, com as cautelas devidas. Xinguara/PA, 18 de novembro de 2021. HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de

Direito Substituto Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara/PA PROCESSO: 00042713120168140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:PAULO JUNIOR PEREIRA VITIMA:D. F. L. C. . SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando os autos, constato que o MinistÃ©rio PÃºblico foi intimado da sentenÃ§a de fls. 59/66 em 12 de novembro de 2021 e nÃ£o interpÃ´s recurso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por conseguinte, considerando que a pena em concreto aplicada ao sentenciado foi de 01 ano e 08 meses, evidente ocorreu a prescriÃ§Ã£o retroativa da pretensÃ£o punitiva, na forma dos arts. 109, inciso V c/c art. 110, ambos do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado PAULO JUNIOR PEREIRA, com fundamento no artigo 109, inciso V c/c art. 110, ambos do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitada em julgado a presente decisÃ£o, Ã Secretaria para que procedam as baixas nos registros, com as cautelas devidas. Xinguara/PA, 18 de novembro de 2021. HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara/PA PROCESSO: 00072647620188140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:GILBERTO RIBEIRO DA SILVA Representante(s): OAB 15756-B - HUGO ADNAN SOUTO KOZAK (ADVOGADO) VITIMA:G. A. G. . Processo n. 0007264-76.2018.8.14.0065 Autor do fato: GILBERTO RIBEIRO DA SILVA Vítima: GEDEIRES ALVES GOMES Endereços Cadastrados: AUTOR : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA ENDEREÇO: RUA TEOTÔNIO VILELA, Nº 45 / PRÉDIO SEDE DO FÓRUM DE JACUNDÁ/PA CEP: 68590000 BAIRRO: Centro VITIMA : GEDEIRES ALVES GOMES ENDEREÇO: NÃO FORNECIDO / NÃO FORNECIDO CEP: NÃO FORNECIDO BAIRRO: NÃO FORNECIDO Data e hora de audiência: 20/08/2020 às 10 horas e 30 minutos DESPACHO - MANDADO Recebida a denúncia e determinada a citação do (a) acusado (a), este (a) apresentou defesa. Designo audiência de Instrução e Julgamento para o dia que consta do cabeçalho desta decisão. Intimem-se o acusado, eventual vítima e testemunhas arroladas pelo MP e pela defesa. Ressalto que as testemunhas arroladas pela acusação e defesa deverão ser notificadas a comparecer em audiência. Intimem-se o Ministério Público e eventual Advogado do Acusado, não tendo intime a Defensoria Pública. SERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO OU OFÍCIO. Xinguara/PA, 8 de novembro de 2019. CESAR LEANDRO PINTO MACHADO Juiz de Direito PROCESSO: 00109446920188140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:VALDIR DIAS DE SOUSA VITIMA:O. E. . DESPACHO - MANDADO Considerando que o Defensor PÃºblico desta comarca estÃ¡ em gozo de licenÃ§a, nomeio o advogado HONAYRÃ VICTOR DA SILVAÂ OAB 26.993 PA para atuar como dativo na defesa do acusado VALDIR DIAS DE SOUZA. Cumpra-se. SERVE O PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÃÃO E OFÃCIO. Â Â Â Â Â Xinguara, 18 de novembro de 2021. HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito substituto Respondendo cumulativamente pela Vara Criminal de Xinguara PROCESSO: 01077853420158140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:DEUSIMAR RAMOS DA SILVA Representante(s): OAB 5518-B - JOSE BARBOSA FILHO (ADVOGADO) VITIMA:A. B. S. . SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando os autos, constato que o MinistÃ©rio PÃºblico foi intimado da sentenÃ§a de fls. 107/109 em 10 de novembro de 2021 e nÃ£o interpÃ´s recurso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por conseguinte, considerando que a pena em concreto aplicada ao sentenciado foi de 10 (dez) dias-multa, evidente ocorreu a prescriÃ§Ã£o retroativa da pretensÃ£o punitiva, na forma dos arts. 109, inciso V c/c art. 110, ambos do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado PAULO JUNIOR PEREIRA, com fundamento no artigo 109, inciso V c/c art. 110, ambos do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitada em julgado a presente decisÃ£o, Ã Secretaria para que procedam as baixas nos registros, com as cautelas devidas. Xinguara/PA, 18 de novembro de 2021. HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara/PA PROCESSO: 00001907719998140065 PROCESSO ANTIGO: 19992000248 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YNARA PINHEIRO FERREIRA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 19/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO REU:AMILTON DA COSTA MATOS VITIMA:J. D. V. . EDITAL DE CONVOCAÃÃO DO JÃRI O ExcelentÃ-ssimo Senhor Doutor HUDSON DOS SANTOS NUNES, MM. Juiz de Direito Substituto, respondendo pela Vara Criminal desta

Comarca de Xinguara, Estado do ParÃ¡, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes Legais, etc... Â FAZ SABER a todos quantos o presente edital viram ou dele conhecimento tiverem, em especial os senhores Jurados sorteados, QUE foi designado o DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2021, ÃS 08:30 HORAS para, no PlenÃ¡rio da Aciapa de Xinguara, situada Ã Av. Xingu, REUNIR-SE a sessÃ£o do Tribunal do JÃºri Popular desta comarca, do corrente ano, que trabalharÃ£o nos dias acima, e que havendo procedido ao sorteio dos jurados titulares e jurados suplentes que servirÃ£o na mesma sessÃ£o, referido sorteio recaiu nos nomes das seguintes pessoas: Â Â Â Â Â JURADOS TITULARES: 1.Â Â Â Â Â GILMARA CARDOSO DE FREITAS- Professor de NÃ-vel Superior - Secretaria da EducaÃ§Ã£o 2.Â Â Â Â Â ROSENILDE PEREIRA OLIVEIRA PESSOA - Escola Municipal Â¿Cora CoralinaÂ¿ 3.Â Â Â Â Â CRISTIANE RIBEIRO SOARES MAGGERL - Secretaria FazendÃ¡ria - Prefeitura 4.Â Â Â Â Â ANA GONÃALVES DE LIMA SILVA - PSF 5.Â Â Â Â Â LEVI MATIAS DE ARAUJO - TÃ©cnico em Contabilidade - Secretaria de EducaÃ§Ã£o 6.Â Â Â Â Â MARIA ALZIRA DA PAIXÃO SOUSA - Aux. Administrativo - Escola Municipal Â¿Jair RiberioÂ¿ 7.Â Â Â Â Â JAIR PEREIRA DO NASCIMENTO - Banco do Brasil 8.Â Â Â Â Â ROSIMAR ALVES DA SILVA - Orientador Educacional - Secretaria de EducaÃ§Ã£o 9.Â Â Â Â Â ANTONIA QUEILE LIMA DE SOUZA - Auxiliar Administrativo Escolar - Secretaria de EducaÃ§Ã£o 10.Â Â Â Â Â RENATA CARRILA LOPES SERRA - Escola de Educ. Infantil e Ens. Fund. ALEGRIA DO SABER 11.Â Â Â Â Â RODRIGO MEDEIROS DE MATOS - Departamento de SeguranÃ§a - Prefeitura 12.Â Â Â Â Â GILSON VIEIRA DE SOUSA - Secretaria de AssistÃªncia Social 13.Â Â Â Â Â WERLEN RAUL P. LUZ - Escola Particular D. Pedro II 14.Â Â Â Â Â LIDIANE DE OLIVEIRA PEREIRA - Escola Marques de EducaÃ§Ã£o Infantil e Ensino Fundamental 15.Â Â Â Â Â JOSÃ FERREIRA DE SOUSA FILHO - ColÃ©gio Carlos Drummond de Andrade 16.Â Â Â Â Â FLÃVIO MARQUES CARNEIRO DA SILVA - Coordenador de Imprensa e DivulgaÃ§Ã£o - Secretaria de EducaÃ§Ã£o 17.Â Â Â Â Â JAIR RIBEIRO SOUZA - UNIFESPA 18.Â Â Â Â Â VERÃNICA LEOCÃDIA OLIVEIRA - CRA - ColÃ©gio Ribeiro Ãvila 19.Â Â Â Â Â ERIELTON ALVES DE ANDRADE - Escola Estadual Dom Luiz Moura Palha - Sede 20.Â Â Â Â Â BRUNO SOARES ALVES - Constrular Materiais para ConstruÃ§Ã£o 21.Â Â Â Â Â ROZANIA PINTO LIMA - Escola Estadual Dom Luiz Moura Palha - Sede 22.Â Â Â Â Â NAYARA CRISTINA DOS REIS - Escola Marques de EducaÃ§Ã£o Infantil e Ensino Fundamental Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JURADOS SUPLENTES 1.Â Â Â Â Â DANILO SOUZA DOS SANTOS - VisÃ£o ContÃ¡bil 2.Â Â Â Â Â ANTÃNIO EURISELES RODRIGUES - VisÃ£o ContÃ¡bil 3.Â Â Â Â Â DANIEL SOARES RIBEIRO - Banco do Brasil 4.Â Â Â Â Â FABIANO FRANCISCO COSTA - Constrular Materiais para ConstruÃ§Ã£o 5.Â Â Â Â Â PATRICK FERREIRA PAES LANDIM - Professor NÃ-vel Superior - Secretaria de EducacÃ£o 6.Â Â Â Â Â JOELMA LIRA SALES - CRAS 7.Â Â Â Â Â VALDENI EFIGÃNIO BORGES - CFC Xinguara 8.Â Â Â Â Â ELIANE PARDINHO DA SILVA PINHEIRO - Microlins 9.Â Â Â Â Â ANDRE LUIS DE SÃ - Orientador Educacional - Secretaria de EducaÃ§Ã£o 10.Â Â Â Â Â CLEONEIDE PAES LANDIN RIBEIRO - Professor Escola Acy de Barros Pereira 11.Â Â Â Â Â VALDINEI DOS SANTOS LIMA - Assessoria de ComunicaÃ§Ã£o - Prefeitura Â E para que na qualidade de jurados, devidamente sorteados, comparecerem Ã SessÃ£o do Tribunal do JÃºri Popular, excepcionalmente instalado no prÃ©dio da Aciapa desta cidade de Xinguara, situada Ã Av. Xingu, nÂº 70, Centro, NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2021, ÃS 08:30 HORAS, a fim de tomarem parte dos trabalhos do JÃºri, sob pena de nÃ£o comparecendo, se sujeitarem os faltosos, Ã s penalidades legais. NADA MAIS. CUMPRA-SE na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Xinguara, Estado do ParÃ¡, aos 17 de novembro de 2021. EU_____ (MarcÃ©lio Rocha, mat. 192651), Auxiliar JudiciÃ¡rio, digitei e conferi. MARCELIO DOS S. ROCHA Auxiliar JudiciÃ¡rio da Secretaria da Vara Criminal da Comarca de Xinguara Assinado nos termos do PROVIMENTO nº 006/2009-CJCI, com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento 008/2014 PROCESSO: 00001907719998140065 PROCESSO ANTIGO: 199920000248 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YNARA PINHEIRO FERREIRA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 19/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO REU:AMILTON DA COSTA MATOS VITIMA:J. D. V. . EDITAL DE INTIMAÃÂ¿O - PRAZO: 15 DIAS O Exmo. Sr. Dr. HUDSON DOS SANTOS NUNES, Juiz de Direito substituto, respondendo pela Vara desta Cidade e Comarca de Xinguara, Estado do ParÃ¡, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc... FAZ SABER a todos quantos o presente Edital de INTIMAÃÂ¿O virem ou dele conhecimento tiverem que, por este JuÃ-zo e respectivo cartÃ³rio judicial processam-se os termos da AÃÂ¿O PENAL, proc. nº 0000190-77.1999.8.14.0065 - art. 121, Â§ 2.º, inciso II do CÃ³digo Penal Brasileiro, movida pelo MINISTÃRIO PÃBLICO em desfavor de AMILTON DA COSTA MATOS, brasileiro, solteiro, goiano, braÃ§al, natural de GoiÃ¡s Velho... nascido em 12/11/1972, filho de Domingos da Costa Quintanilha e Judite da Luz Costa Matos, residente e domiciliado na ColÃ´nia Monte Castelo, em frente a Fazenda Colorado, nesta Comarca de Xinguara, atualmente em lugar incerto e nÃ£o sabido, expediu-se o presente edital, modalidade de citaÃ§Ã£o ficta com fulcro no art. 361 do cÃ³digo de processo penal, com o teor do qual fica o(a) devidamente INTIMADO para que no dia 15 DE DEZEMBRO DE 2021, ÃS 08:30, compareÃ§a ao

auditÃ³rio da ACIAPA (AssociaÃ§Ã£o Empresarial e Comercial), desta cidade, situado Ã Av. Xingu, nÂ° 70, centro, cep. 68.555-011, a fim de ser julgado pelo Tribunal do JÃºri Popular desta Comarca. Assim, expediu-se o Edital que serÃ¡ publicado na forma da lei, com prazo de 15 (quinze) dias, e afixado nos locais de costume deste juÃ-zo, para que nÃ£o seja alegada ignorÃ¢ncia no presente e no futuro. NADA MAIS. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Xinguara, Estado do ParÃ¡, aos dezenove (19) dias do mÃªs de novembro (11) do ano dois mil e vinte e um (2021). EU________ (Lucas Ramonn Lima Feitosa), Dir. Sec. Vara Criminal, digitei, conferi, subscrevi. Lucas Ramonn Lima Feitosa Â Diretor de Secretaria Â Da Vara Criminal da Comarca de Xinguara Â Nos termos do PROVIMENTO nÂº 006/2009-CJCI CERTIDÂ¿O: Certifico e dou fÃ©, no uso das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que nesta data _____/_____/_____ foi publicado este edital no Ã¡trio deste FÃ³rum Des. Reinaldo Xerfan Sampaio. Lucas Ramonn Lima Feitosa Diretor de Secretaria da Vara Criminal CERTIDÂ¿O: Certifico e dou fÃ© que nesta data _____/_____/_____ decorreu o prazo de _______ dias constante do presente Edital.Â Lucas Ramonn Lima Feitosa Diretor de Secretaria da Vara Criminal Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: XINGUARAÂ Â Email: 2xinguara@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Av. Xingu, s/nÂ CEP: 68.555-010Â Â Bairro: Centro IÂ Â Fone: (94)3426-1816 PROCESSO: 00001907719998140065 PROCESSO ANTIGO: 199920000248 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YNARA PINHEIRO FERREIRA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 19/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO REU:AMILTON DA COSTA MATOS VITIMA:J. D. V. . EDITAL DA ESCALA DOS PROCESSOS QUE SERÃO SUBMETIDOS A JULGAMENTO NA REUNIÃO DO TRIBUNAL DO JÃRI POPULAR DESTA COMARCA DE XINGUARA, NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2021. O ExcelentÃ-ssimo Senhor Doutor HUDSON DOS SANTOS NUNES, MM. Juiz de Direito Substituto, respondendo pela Vara Criminal desta Comarca de Xinguara, Estado do ParÃ¡, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes Legais, etc. Â FAZ SABER a quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente ao ÃrgÃ£o do MinistÃ©rio PÃºblico desta Comarca, ao rÃ©u abaixo relacionado e seu respectivo advogado defensor, que estÃ¡ designado o DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2021, ÃS 08:30 HORAS, para os trabalhos das ReuniÃµes do Tribunal do JÃºri Popular desta Comarca de Xinguara, correspondente as sessÃµes do ano de dois mil e vinte e um (2021), foi elaborada a lista e escala dos processos que estarÃ£o em julgamento nas mencionadas reuniÃµes e que obedecerÃ£o a seguinte pauta: DIA 15.12.2021 - ÃS 08:30 HORAS: Processo Criminal nÂº 0000190-77.1999.8.14.0065, AÃÃO PENAL, movida pelo MINISTÃRIO PÃBLICO, em desfavor do rÃ©u, AMILTON DA COSTA MATOS, tendo como vÃ-tima J.D.V por infraÃ§Ã£o ao caput do art. 121, Â§2Âº, inc. II do CÃ³digo Penal Brasileiro, e que tem como advogado dativo Dr. Renato G. Soares, OAB/PA 29490. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguÃ©m possa alegar ignorÃ¢ncia, mandou expedir o presente edital com a lista dos processos que serÃ£o submetidos a julgamento na ReuniÃ£o do Tribunal do JÃºri Popular desta comarca de Xinguara, do ano de dois mil e vinte e um (2021), que serÃ¡ afixada no Ã¡trio do FÃ³rum local desta comarca. NADA MAIS. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Xinguara, Estado do ParÃ¡, aos 19 de novembro de 2021. EU________(MarcÃ©lio Rocha, mat. 192651), Auxiliar JudiciÃ¡rio, digitei e conferi. MARCÃLIO DOS SANTOS ROCHA Auxiliar JudiciÃ¡rio da Secretaria da Vara Criminal Assinado nos termos do art. 1Âº, Â§ 1Âº, IX, do Provimento nÂº 006/2009-CJRMB, aplicaÃ§Ã£o autorizada pelo Provimento nÂº 006/2009-CJCI, com nova redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento 008/2014. PROCESSO: 00039229620148140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. INDICIADO:VALDIK ROCHA SANTANA Representante(s): OAB 19203-A - CLEOMAR COELHO SOARES (ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de Xinguara PROCESSO NÂº. 0003922-96.2014.8.14.0065 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Considerando o pedido de restituiÃ§Ã£o da fianÃ§a criminal, desarquivem-se os referidos autos. Â Â Â Â Â Â Â Diante do trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a que declarou extinta a punibilidade do agente pela prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva, devidamente certificado, o valor da fianÃ§a deve ser restituÃ-do, nos termos do art. 337 do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Assim, DEFIRO o pedido para determinar que a fianÃ§a paga seja restituÃ-da a VALDIK ROCHA SANTANA, com fundamento no art. 337 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Intime-se por meio de seu patrono constituÃ-do nos autos. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s os expedientes necessÃ¡rios, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Sendo o caso, servirÃ¡ o presente, por cÃ³pia, como MANDADO/OFÃCIO. Â Â Â Â Â Â Â Xinguara/PA, 19 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â HUDSON DOS SANTOS NUNES Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Substituto Â Â Â Â Â Â Â Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara/PA PROCESSO: 00111314320198140065 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HUDSON DOS SANTOS NUNES A??o: Ação

Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:VITOR GIORGIO MELO VITIMA:F. R. S. Representante(s): OAB 23133 - WILLIAN DA SILVA FALCHI (ADVOGADO) . Poder JudiciÃ¡rio TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO do ParÃ¡ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE XINGUARA Â TERMO DE AUDIÊNCIA CRIMINAL Processo: 0011131-43.2019.8.14.0065 Acusado: VITOR GIORGIO MELO Advogado nomeado: HUGO ADNAN SOUTO KOZAK RMP.: FLAVIA MIRANDA FERREIRA MECCHI Â Â Â Â Â Aos dezoito dias do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), nesta cidade e Comarca de Xinguara, Estado do ParÃ¡, no FÃ³rum Local, audiÃªncia realizada por videoconferÃªncia nos termos da Portaria nÂº 61/2020 e Portaria Conjunta nÂ° 10/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, Ã s 11:22min, onde se achava presente o MM. Juiz HUDSON DOS SANTOS NUNES comigo auxiliar de gabinete, e que ao final subscreve. Denunciado presente. Feito o pregÃ£o de praxe. Presente a vÃ-tima FABIANE RIBEIRO DA SILVA. Iniciada a audiÃªncia, passou-se a ouvir aa vÃ-tima. 1.Â Â Â Â Â FABIANE RIBEIRO DA SILVA. VÃ-tima informante do juÃ-zo, dispensada de assinatura, jÃ¡ que o ato aconteceu por meio de videoconferÃªncia. Passou-se ao InterrogatÃ³rio (gravado em mÃ-dia). Sem requerimentos complementares. AlegaÃ§Ãµes Finais por Memoriais pelo MinistÃ©rio PÃºblico e Defesa (gravado em mÃ-dia). ApÃ³s as alegaÃ§Ãµes finais orais, este juÃ-zo passou a sentenciar em audiÃªncia. S E N T E N Ã A Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o penal proposta pelo MinistÃ©rio PÃºblico, contra de VITOR GIORGIO MELO, jÃ¡ qualificado nos autos, denunciado com incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do artigo 129, Â§ 9Âº do CÃ³digo Penal Brasileiro c/c Lei 11.340/2006, em que figura como vÃ-tima, FABIANE RIBEIRO DA SILVA. Â Â Â Â Â Â Â RelatÃ³rio e FundamentaÃ§Ã£o oral (gravado em mÃ-dia). Â Â Â Â Diante do exposto em mÃ-dia e por tudo que consta dos autos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a DENÃNCIA ofertada pelo MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡, para CONDENAR o acusado VITOR GIORGIO MELO jÃ¡ qualificado nos autos, como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do art. 129, Â§9Âº, do CÃ³digo Penal Brasileiro c/c art. 5, III, 7Âº, I da Lei nÂº 11.340/06, pela prÃ¡tica do crime de lesÃ£o corporal qualificada. ABSOLVER o denunciado da imputaÃ§Ã£o do artigo 147 do CPB. Â Â Â Â DOSIMETRIA DA PENA Â Â Â Â DA LESÃO CORPORAL - ART. 129 Â§9Âº do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a) CircunstÃ¢ncias judiciais (art. 59 do CÃ³digo Penal) Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.1) culpabilidade: considero esta circunstÃ¢ncia favorÃ¡vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.2) antecedentes: nÃ£o hÃ¡ nos autos provas de que o rÃ©u registre antecedentes criminais, razÃ£o pela qual considero a presente favorÃ¡vel Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.3) conduta social: nÃ£o hÃ¡ nos autos provas de fatos que a desabonem razÃ£o pela qual considero a presente favorÃ¡vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.4) personalidade: sua anÃ¡lise Ã© inviÃ¡vel por conta da falta de elementos para tanto, razÃ£o pela qual considero a presente favorÃ¡vel Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.5) motivos do crime: do crime, Ã© comum a espÃ©cie, isto Ã© a questÃ£o de gÃªnero, o sentimento de posse sobre a mulher, desejo de subjuga-la, o que jÃ¡ integra o tipo penal, razÃ£o pela qual considero a presente favorÃ¡vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.6) circunstÃ¢ncias do crime: nÃ£o transbordam aos delitos desta espÃ©cie razÃ£o pela qual considero a presente favorÃ¡vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.7) consequÃªncias do crime: no presente caso, considero a presente favorÃ¡vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.8) comportamento da vÃ-tima: em nada influenciou na prÃ¡tica do delito, o que nÃ£o pode ser pesado contrÃ¡rio ao rÃ©u razÃ£o pela qual considero a presente favorÃ¡vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que nÃ£o hÃ¡ circunstÃ¢ncias judicial que pesa contra o rÃ©u, fixo a pena base acima do mÃ-nimo legal, a saber, em 3 (trÃªs) meses detenÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â b) circunstÃ¢ncias atenuantes e agravantes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inexistem Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â c)Â Causas de aumento e de diminuiÃ§Ã£o de pena Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o as causas de diminuiÃ§Ã£o verifico a inexistÃªncia. Em relaÃ§Ã£o as causas de aumento de pena, verifico a existÃªncia da causa de aumento de pena prevista no artigo 129, Â§ 10, do CÃ³digo Penal, assim aumento em 1/3, ficando 4 meses de detenÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â d)Â Pena definitiva Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Fica, portanto, o rÃ©u VITOR GIORGIO MELO condenado com relaÃ§Ã£o ao crime tipificado no artigo 129, Â§9 do CP, Ã pena total de 4 meses de detenÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â e) DetraÃ§Ã£o do perÃ-odo de prisÃ£o provisÃ³ria Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico que o acusado nÃ£o ficou preso, razÃ£o pela qual nÃ£o se deve aplicar detraÃ§Ã£o. Â Â Â f) - Do regime inicial da pena Â Â Â Â Â Â Â A pena deverÃ¡ ser cumprida em regime aberto, nos termos do art. 33, Â§2Âº, c, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â g) - AnÃ¡lise De SubstituiÃ§Ã£o Da Pena Privativa De Liberdade Por Restritiva De Direitos Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O art. 44, I, do CP, exige, dentre outros requisitos, que para haver a substituiÃ§Ã£o de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos faz-se necessÃ¡rio que o crime nÃ£o tenha sido cometido com violÃªncia Ã pessoa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico que no caso telado o denunciado foi condenado por crime praticado com violÃªncia contra a pessoa. Deste modo, incabÃ-vel a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade imposta por restritivas de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â g) - Da FixaÃ§Ã£o Da IndenizaÃ§Ã£o MÃ-nima: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de fixar o montante mÃ-nimo a ser pago pelo rÃ©u Ã ofendida a tÃ-tulo de reparaÃ§Ã£o dos danos causados pela infraÃ§Ã£o, uma vez que nÃ£o hÃ¡

pedido neste sentido (art. 387, inciso IV do CPP, com nova redaÃ§Ã£o dada pela Lei 11.719/2008). Â Â Â Â Â h) Da SuspensÃ£o Condicional Da Pena: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por ser primÃ¡rio, nos termos do art. 77 do CP, concedo-lhe o benefÃ-cio da SuspensÃ£o Condicional da Pena pelo perÃ-odo da pena aplicada. 1-Â Â Â Â Â No perÃ-odo que resta a cumprir da pena, o condenado deverÃ¡ prestar serviÃ§os Ã comunidade no CRAS da cidade de Xinguara pelo perÃ-odo de oito horas semanais, devendo a instituiÃ§Ã£o destinar serviÃ§os a serem realizados pelo condenado. O rÃ©u deverÃ¡ juntar os respectivos comprovantes do cumprimento da obrigaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2 - NÃ£o se ausentar desta comarca sem comunicar a este JuÃ-zo; Revogo a decisÃ£o que determinou medidas protÃ©ticas de urgÃªncias em face da vÃ-tima. DISPOSIÃÃES FINAIS: Â Â Â Â Â Com base nos artigos 804 e 805 do CÃ³digo de Processo Penal, condeno o sentenciado as custas processuais, na forma da lei. Revogo a decisÃ£o que determinou medidas protetivas de urgÃªncias em face da vÃ-tima. Fixo honorÃ¡rios no valor de R$ 800,00 para a advogado nomeado HUGO ADNAN SOUTO KOSAK OAB- 15.756-B, em razÃ£o de sua atuaÃ§Ã£o, jÃ¡ que o Defensor PÃºblico desta comarca estÃ¡ em gozo de licenÃ§a. Vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico. Saem as partes intimadas. Em decorrÃªncia, cumpram-se as seguintes determinaÃ§Ãµes: Â Â Â Â Â Lance-se o nome do condenado no rol de culpados e faÃ§am-se as anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes pertinentes, especialmente ao Tribunal Regional Eleitoral para o fim de suspensÃ£o dos direitos polÃ-ticos, nos termos do art. 15, III, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. ExpeÃ§a-se a Guia de ExecuÃ§Ã£o e remeta-se ao JuÃ-zo da ExecuÃ§Ã£o Penal. Com as cautelas de praxe, arquivem-se via LIBRA. AudiÃªncia completa em mÃ-dia Nada mais havendo, o MM. Juiz de Direito determinou o encerramento do presente termo, que vai devidamente assinado. Eu _____ JOÃO VICTOR OLIVEIRA SILVEIRA, estagiÃ¡rio, o fiz digitar, conferi e assino. Encerrada Ã s 11h01min. HUDSON DOS SANTOS NUNES Juiz de Direito Substituto Respondendo pela Vara Criminal de Xinguara PARTES DISPENSADAS DE ASSINATURA, EM RAZÃO DO ATO TER SIDO REALIZADO POR VIDEOCONFERÃNCIA.

COMARCA DE GARRAFÃO DO NORTE

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE GARRAFÃO DO NORTE

PROCESSO: 00016230420208140109 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MELINA PINTO DE SOUZA CALDEIRA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 18/11/2021---ACUSADO:RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS SILVA VITIMA:E. R. M. D.O. REPRESENTANTE:MARIA DENAZARE MAGALHAES DA SILVA FISCAL DA LEI:MINISTERIO PUBLICO. EDITAL DE INTIMAÇÃO nº 040/2021 ¿ 15 dias A Excelentíssima Senhora Doutora SILVIA CLEMENTE SILVA ATAÍDE, MM. Juíza de Direito Titular desta Comarca de Garrafão do Norte - Pará, República Federativa do Brasil, etc. FAZ SABER aos que este ler ou dele tomarem conhecimento que pela MMª. Juíza de Direito foram aplicadas em face do acusado RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS SILVA, vulgo SAPUCAIA, brasileiro, maranhense, filho de Lucio Galdino e Mariados Santos e Santos, antes residente na Vila do Louro, Zona Rural, Município de Garrafão do Norte, Estado do Pará. Atualmente se encontra em local incerto e não sabido. E como não foi encontrado para ser intimado pessoalmente das medidas protetivas aplicadas, EXPEDE-SE este Edital, no prazo de 15 (quinze) dias, ficando por esta forma regularmente INTIMADO, do inteiro teor da decisão de concessão de medidas protetivas, determinando as seguintes condições que o acusado deverá cumprir: a proibição de fazer qualquer contato verbal ou escrito com a ofendida, bem como mantenha da vítima uma distância mínima de trinta metros, proibindo-o ainda de frequentar a residência ou local de trabalho da vítima, agredir ou proferir ameaça contra EMILIM RAQUEL. FICA CIENTE o acusado das medidas protetivas aplicadas e ADVERTIDO que em caso de não cumprimento, ser-lhe-á decretada PRISÃO PREVENTIVA, nos termos do artigo 313, inciso III, do Código de Processo Penal c/c art. 20 da Lei nº 11.340/2006. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, no presente ou futuramente, determinou a MM. Juíza de Direito expedir o presente Edital que será publicado no átrio deste Fórum, como manda a Lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Garrafão do Norte, aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um(18.11.2021). Eu, _____, Melina Pinto de Souza Caldeira, Diretora da Secretaria Judicial, digitei conferi e subscrevi. MELINA PINTO DE SOUZA CALDEIRA Diretora de Secretaria Judicial.

PROCESSO: 00019444420178140109 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MELINA PINTO DE SOUZA CALDEIRA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 18/11/2021---VITIMA:A. R. D. S. DENUNCIADO:FRANCILENE ALVES DE LIMA REIS Representante(s): OAB 21551 - JANRLIR CRUZ COUTINHO (ADVOGADO) OAB 14745 - RICARDO SINIMBU DE LIMA MONTEIRO (DEFENSOR DATIVO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO TESTEMUNHA:SGT PM MARTINHO FERREIRA DA SILVA TESTEMUNHA:SD PM JHONATAN CARVALHO FERREIRA TESTEMUNHA:ANTONIO WILSON DE SOUSA. EDITAL DE INTIMAÇÃO DE Nº. 041/2021 (Prazo de 15 dias)A Excelentíssima Senhora Doutora SILVIA CLEMENTE SILVA ATAÍDE, MM. Juíza de Direito Titular desta Comarca de Garrafão do Norte - Pará, República Federativa do Brasil, etc. FAZ SABER aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, pelo Ministério Público desta Comarca de Garrafão do Norte, foi Sentenciado o réu FRANCILENE ALVES DE LIMA REIS, vulgo XILENO, brasileiro, paraense, nascido em11/08/1969, filho de Benedito Monteiro dos Reis e de Maria Alves de Lima Reis,antes residente na estrada do Fundo de Pote, Km 05, Colônia do Sival, Zona Rural,no Município de Garrafão do Norte/PA, atualmente em lugar incerto e não sabido,como incurso nas sanções punitivas do art. 121, caput, c/c art. 14, II, todos do CPB, e como não foi encontrado para ser intimado pessoalmente da Sentença de Pronúncia, expede-se o presente EDITAL, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 392do CPP ficando por esta forma regularmente INTIMADO. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, no presente ou futuramente, determinou a MM. Juíza de Direito expedir o presente Edital que será publicado no átrio deste Fórum, como manda a Lei. Nada mais. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Garrafão do Norte, Estado do Pará, aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um (18.11.2021). Eu, _____, Melina Pinto de Souza Caldeira, Diretora da Secretaria Judicial, digitei conferi e subscrevi .MELINA PINTO DE SOUZA CALDEIRA Diretora de Secretaria Judicia.

COMARCA DE MELGAÇO

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MELGAÇO

RESENHA: 18/11/2021 A 18/11/2021 - GABINETE DA VARA UNICA DE MELGACO - VARA: VARA UNICA DE MELGACO PROCESSO: 00000085920088140089 PROCESSO ANTIGO: 200810002804 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): NICOLAS CAGE CAETANO DA SILVA A??o: Cumprimento de sentença em: 18/11/2021 EXEQUENTE:ANA DILSON OLIVEIRA DA SILVA Representante(s): OAB 8726 - PAULO SERGIO DE LIMA PINHEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:MUNICIPIO DE MELGACO PREFEITURA MUNICIPAL. DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Em obediÃªncia aos PrincÃ-pios da Celeridade, Economia Processual e da RazoÃ¡vel DuraÃ§Ã£o do Processo, determino que a Secretaria Judicial proceda Ã digitalizaÃ§Ã£o dos autos fÃ-sicos e a posterior migraÃ§Ã£o ao Sistema PJE, assim o fazendo com fundamento no artigo 53 da Portaria Conjunta 001-GP/VP.Â 2.Â Â Â Â Â DeverÃ¡ a Secretaria Judicial observar as etapas previstas no artigo 54 da Portaria Conjunta 001-GP/VP, devendo as partes serem intimadas mediante ato ordinatÃ³rio e atravÃ©s de publicaÃ§Ã£o no DJE e via Sistema PJE para ciÃªncia acerca da migraÃ§Ã£o. 3.Â Â Â Â Â Uma vez realizada a migraÃ§Ã£o, independentemente de nova conclusÃ£o, deverÃ¡ a Secretaria Judicial proceder Ã regular tramitaÃ§Ã£o do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â MelgaÃ§o (PA), datado conforme assinatura. NÃ-colas Cage Caetano da Silva Juiz de Direito PROCESSO: 00000386020098140089 PROCESSO ANTIGO: 200910000295 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): NICOLAS CAGE CAETANO DA SILVA A??o: Cumprimento de sentença em: 18/11/2021 EXECUTADO:MUNICIPIO DE MELGACO (PREFEITURA MUNICIPAL DE MELGACO) EXEQUENTE:JEZAIAS DOS SANTOS MONTEIRO Representante(s): OAB 8726 - PAULO SERGIO DE LIMA PINHEIRO (ADVOGADO) . DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Em obediÃªncia aos PrincÃ-pios da Celeridade, Economia Processual e da RazoÃ¡vel DuraÃ§Ã£o do Processo, determino que a Secretaria Judicial proceda Ã digitalizaÃ§Ã£o dos autos fÃ-sicos e a posterior migraÃ§Ã£o ao Sistema PJE, assim o fazendo com fundamento no artigo 53 da Portaria Conjunta 001-GP/VP.Â 2.Â Â Â Â Â DeverÃ¡ a Secretaria Judicial observar as etapas previstas no artigo 54 da Portaria Conjunta 001-GP/VP, devendo as partes serem intimadas mediante ato ordinatÃ³rio e atravÃ©s de publicaÃ§Ã£o no DJE e via Sistema PJE para ciÃªncia acerca da migraÃ§Ã£o. 3.Â Â Â Â Â Uma vez realizada a migraÃ§Ã£o, independentemente de nova conclusÃ£o, deverÃ¡ a Secretaria Judicial proceder Ã regular tramitaÃ§Ã£o do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â MelgaÃ§o (PA), datado conforme assinatura. NÃ-colas Cage Caetano da Silva Juiz de Direito PROCESSO: 00000890820088140089 PROCESSO ANTIGO: 200810002234 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): NICOLAS CAGE CAETANO DA SILVA A??o: Cumprimento de sentença em: 18/11/2021 EXEQUENTE:MARIA LUCIA GOMES CAVALCANTE Representante(s): OAB 8726 - PAULO SERGIO DE LIMA PINHEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:MUNICIPIO DE MELGACO PREFEITURA MUNICIPAL. DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Em obediÃªncia aos PrincÃ-pios da Celeridade, Economia Processual e da RazoÃ¡vel DuraÃ§Ã£o do Processo, determino que a Secretaria Judicial proceda Ã digitalizaÃ§Ã£o dos autos fÃ-sicos e a posterior migraÃ§Ã£o ao Sistema PJE, assim o fazendo com fundamento no artigo 53 da Portaria Conjunta 001-GP/VP.Â 2.Â Â Â Â Â DeverÃ¡ a Secretaria Judicial observar as etapas previstas no artigo 54 da Portaria Conjunta 001-GP/VP, devendo as partes serem intimadas mediante ato ordinatÃ³rio e atravÃ©s de publicaÃ§Ã£o no DJE e via Sistema PJE para ciÃªncia acerca da migraÃ§Ã£o. 3.Â Â Â Â Â Uma vez realizada a migraÃ§Ã£o, independentemente de nova conclusÃ£o, deverÃ¡ a Secretaria Judicial proceder Ã regular tramitaÃ§Ã£o do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â MelgaÃ§o (PA), datado conforme assinatura. NÃ-colas Cage Caetano da Silva Juiz de Direito PROCESSO: 00045694820168140089 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): NICOLAS CAGE CAETANO DA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 REQUERENTE:MARCIANA BATISTA DA SILVA Representante(s): OAB 20864-A - GILDO LEOBINO DE SOUZA JÚNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU BMG CONSIGNADO SA Representante(s): OAB 16780 - LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BMG SA Representante(s): OAB 109730 - FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A Representante(s): OAB 74420 - IGOR MACIEL ANTUNES (ADVOGADO) . DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Determino que a Secretaria certifique o trÃ¢nsito em julgado da presente demanda, bem como certifique se hÃ¡ depÃ³sito do valor indicado na petiÃ§Ã£o de fls.372 em alguma subconta judicial vinculada aos autos em epigrafe. 2.Â Â Â Â Â ApÃ³s, com ou sem resposta, voltem os autos conclusos

para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â MelgaÃ§o (PA), datado conforme assinatura. NÃ-colas Cage Caetano da Silva Juiz de Direito PROCESSO: 01360480420158140089 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): NICOLAS CAGE CAETANO DA SILVA A??o: PROCESSO CRIMINAL em: 18/11/2021 DENUNCIADO:MARLOS DIAS DA COSTA Representante(s): OAB 17396 - ALEX DUARTE DE AQUINO (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:A. L. P. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PROCESSO CRIMINAL 0136048-04.2015.8.14.0089 DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Em obediÃªncia aos PrincÃ-pios da Celeridade, Economia Processual e da RazoÃ¡vel DuraÃ§Ã£o do Processo, determino que a Secretaria Judicial proceda Ã digitalizaÃ§Ã£o dos autos fÃ-sicos e a posterior migraÃ§Ã£o ao Sistema PJE, assim o fazendo com fundamento no artigo 53 da Portaria Conjunta 001-GP/VP.Â 2.Â Â Â Â Â DeverÃ¡ a Secretaria Judicial observar as etapas previstas no artigo 54 da Portaria Conjunta 001-GP/VP, devendo as partes serem intimadas mediante ato ordinatÃ³rio e atravÃ©s de publicaÃ§Ã£o no DJE e via Sistema PJE para ciÃªncia acerca da migraÃ§Ã£o. 3.Â Â Â Â Â Uma vez realizada a migraÃ§Ã£o, independentemente de nova conclusÃ£o, deverÃ¡ a Secretaria Judicial proceder Ã regular tramitaÃ§Ã£o do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â MelgaÃ§o (PA), datado conforme assinatura. NÃ-colas Cage Caetano da Silva Juiz de Direito

COMARCA DE AFUÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE AFUÁ

RESENHA: 13/11/2021 A 19/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE AFUA - VARA: VARA UNICA DE AFUA PROCESSO: 00007258920188140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Cautelar Fiscal em: 16/11/2021 REQUERENTE:UNIAO-FAZENDA NACIONAL REQUERIDO:FERNANDO BRUNO CARVALHO BARBOSA Representante(s): OAB 13315 - NEY GABRIEL DE SOUSA FARIAS (ADVOGADO) REQUERIDO:INDUSTRIA E COMERCIO DE CONSERVAS LTDA Representante(s): OAB 13315 - NEY GABRIEL DE SOUSA FARIAS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ Processo 0000725-89.2018.8.14.0002, antigo 2009.31.00.002322-4 (Cautelar Fiscal AcessÃ³ria - Apenso) Processo 0000458-64.2011.8.14.0002 (ExecuÃ§Ã£o Fiscal - AÃ§Ã£o Principal) DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), por intermÃ©dio de seu Procurador Federal, ajuizou, nos anos de 2009 e 2011, respectivamente, AÃ§Ã£o Cautelar Fiscal e AÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o Fiscal, em face de INDUSPAR INDÃSTRIA E COMÃRCIO DE CONSERVAS LTDA e de FERNANDO BRUNO CARVALHO BARBOSA, visando a garantia e a execuÃ§Ã£o de crÃ©ditos tributÃ¡rios e nÃ£o tributÃ¡rios por eles devidos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Historiando os autos da AÃ§Ã£o Cautelar Fiscal (Processo nÂº 0000725-89.2018.8.14.0002, antigo nÂº 2009.31.00.002322-4), verifico que os Requeridos, por intermÃ©dio de advogado habilitado, protocolaram, dentre outros, pedido de decretaÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o intercorrente com o fito de extinguir a AÃ§Ã£o Cautelar Fiscal contra eles ajuizada e, por consequÃªncia lÃ³gica, a cessaÃ§Ã£o de sua eficÃ¡cia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alegaram, ainda, nas petiÃ§Ãµes de fls. 522-522v, 531-531-v e 535-536-v, alÃ©m da ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o intercorrente, que a ExecuÃ§Ã£o Fiscal que objetiva a cobranÃ§a dos mesmos dÃ©bitos foi apensada aos autos da Cautelar Fiscal mais de 08 (oito) anos apÃ³s seu ajuizamento; que a ExecuÃ§Ã£o Fiscal nÃ£o foi proposta no prazo determinado pela Lei 8.397/1992, o que resultaria na cessaÃ§Ã£o da eficÃ¡cia da medida cautelar concedida; que a AÃ§Ã£o Cautelar Fiscal tem mais de 10 (dez) anos de existÃªncia; que a AÃ§Ã£o Cautelar nÃ£o foi executada no prazo de 30 (trinta) dias; e que nos autos da ExecuÃ§Ã£o Fiscal houve penhora online de valores existentes nas contas bancÃ¡rias da executada sem a prÃ©via citaÃ§Ã£o da empresa, na pessoa de seus Representantes Legais (sÃ³cios). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em homenagem aos princÃ-pios do contraditÃ³rio e da vedaÃ§Ã£o Ã decisÃ£o surpresa (arts. 9Âº e 10 do CPC), este juÃ-zo determinou a intimaÃ§Ã£o da UniÃ£o (Fazenda Nacional), para que se manifestasse, no prazo de 10 (dez) dias, sobre os pleitos de fls. 522, 531 e 535 (fl. 546). Â Â Â Â Â Â Â Â Â A UniÃ£o (Fazenda Nacional), embora tenha feito referÃªncia aos autos da AÃ§Ã£o Cautelar Fiscal nÂº 0000725-89.2018.8.14.0002, apresentou, na verdade, manifestaÃ§Ã£o cujo teor se refere Ã aÃ§Ã£o principal (Autos da ExecuÃ§Ã£o Fiscal nÂº 0000458-64.2011.8.14.0002). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na oportunidade, a PFN alegou que o pedido dos Requeridos nÃ£o merece prosperar, visto que todos os crÃ©ditos reivindicados foram objeto de pedido de adesÃ£o e consolidaÃ§Ã£o de parcelamento extraordinÃ¡rio (Leis nos 11.941/2009 e 12.865/2013), no perÃ-odo de 20/11/2013 a 28/02/2018, o que resultou na suspensÃ£o da exigibilidade dos crÃ©ditos neste perÃ-odo, conforme previsÃ£o no artigo 127 da Lei 12.249/2010 c/c artigo 151, VI, do CTN, impossibilitando o comportamento ativo do Fisco para satisfazer a obrigaÃ§Ã£o, o que descaracteriza a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o intercorrente na aÃ§Ã£o principal (ExecuÃ§Ã£o Fiscal). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em homenagem Ã economia processual, Ã conveniÃªncia da garantia da execuÃ§Ã£o e ao carÃ¡ter acessÃ³rio da AÃ§Ã£o Cautelar em relaÃ§Ã£o Ã AÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o Fiscal, passo a analisar os autos do Processo nÂº 0000725-89.2018.8.14.0002 (antigo 2009.31.00.002322-4) e os autos do Processo nÂº 0000458-64.2011.8.14.0002, de forma conjunta, para que a decisÃ£o ao final proferida surta seus efeitos legais em ambas as aÃ§Ãµes, evitando-se com isso tutelas contraditÃ³rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da natureza jurÃ-dica da AÃ§Ã£o Cautelar Fiscal e seu regular processamento e apensamento aos autos da ExecuÃ§Ã£o Fiscal Â Â Â Â Â Â Â Â Â A medida cautelar fiscal possui natureza preparatÃ³ria ou incidental, de modo a implicar ao tÃ-tulo executivo fiscal (CDA) sua executoriedade. Nos termos do artigo 1Âº da Lei 8.397/92, o procedimento cautelar fiscal poderÃ¡ ser instaurado apÃ³s a constituiÃ§Ã£o do crÃ©dito - em momento anterior ou durante o curso da execuÃ§Ã£o judicial da dÃ-vida ativa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de forma de garantia judicial do crÃ©dito tributÃ¡rio e nÃ£o tributÃ¡rio que tem por escopo tutelar o respectivo

crÃ©dito fazendÃ¡rio para que a execuÃ§Ã£o fiscal seja efetivada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Infere-se da Lei 8.397/1992, devido Ã forte influÃªncia do CÃ³digo de Processo Civil de 1973, que a AÃ§Ã£o Cautelar Fiscal, embora possua carÃ¡ter acessÃ³rio em relaÃ§Ã£o Ã ExecuÃ§Ã£o Fiscal, deve ser inicialmente processada em autos apartados, de forma autÃ´noma, e posteriormente apensada aos autos da ExecuÃ§Ã£o Fiscal para evitar a tomada de decisÃµes inconciliÃ¡veis por juÃ-zos distintos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De forma contrÃ¡ria, o CÃ³digo de Processo Civil de 2015 trouxe consigo, a partir de sua vigÃªncia (18/03/2016), a figura do sincretismo processual, o qual retirou das medidas cautelares a sua autonomia, devendo, a partir de entÃ£o, este pedido (cautelar) ser realizado nos prÃ³prios autos da aÃ§Ã£o principal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O aparente conflito existente entre as normas contidas no CPC e na Lei 8.397/1992 Ã© facilmente resolvido com a aplicaÃ§Ã£o do princÃ-pio da especialidade, segundo o qual a norma especial (Lei 8.397/1992) se sobrepÃµe Ã norma geral (CPC), devendo esta Ãºltima ser aplicada nÃ£o de maneira excludente, mas sim de forma subsidiÃ¡ria e complementar, auxiliando a atuaÃ§Ã£o decisÃ³ria do magistrado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, a previsÃ£o do artigo 1.046, Â§ 2Âº, do CPC/2015 confirma o exposto ao aduzir que permanecem em vigor as disposiÃ§Ãµes especiais dos procedimentos regulados em outras leis, aos quais se aplicarÃ¡ supletivamente este CÃ³digo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, o CÃ³digo de Processo Civil de 2015 adotou, em regra, a teoria do isolamento dos atos processuais Â¿tempus regit actumÂ¿, segundo o qual Â¿a norma processual nÃ£o retroagirÃ¡ e serÃ¡ aplicÃ¡vel imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situaÃ§Ãµes jurÃ-dicas consolidadas sob a vigÃªncia da norma revogadaÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Feitas essas consideraÃ§Ãµes iniciais, entendo que nÃ£o hÃ¡ infringÃªncia a qualquer norma processual e nÃ£o processual vigente o fato de a AÃ§Ã£o Cautelar ter sido ajuizada e processada em autos apartados, isto porque a referida aÃ§Ã£o foi movida e distribuÃ-da ainda na vigÃªncia do CPC de 1973, o qual conferia autonomia Ã aÃ§Ã£o exacional preparatÃ³ria em comento, tendo sido esta, posteriormente, em 2017, apensada aos autos principais (ExecuÃ§Ã£o Fiscal), em razÃ£o da interpretaÃ§Ã£o sistemÃ¡tica das normas que atualmente vigoram (CF/1988, Lei 6.830/1980, Lei 8.397/1992 e Lei 13.105/2015), tendo esta Ãºltima lei (novo CPC) retirado a autonomia outrora conferida Ã s medidas cautelares. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, pelos motivos expostos, nÃ£o merece prosperar a alegaÃ§Ã£o dos Requeridos de que o suposto apensamento Â¿tardioÂ¿ dos autos da AÃ§Ã£o Cautelar aos autos da ExecuÃ§Ã£o Fiscal fere as normas jurÃ-dicas vigentes, haja vista que, conforme entendimento consolidado do STJ, a vigÃªncia do CPC de 2015 - que trouxe consigo a figura do sincretismo processual - teve inÃ-cio em 18 de marÃ§o de 2016, e o declÃ-nio de competÃªncia que resultou no apensamento dos autos se deu em 23 de junho de 2017 (fls. 510-511 - autos nÂº 0000725-89.2018.8.14.0002), ou seja, em lapso temporal perfeitamente razoÃ¡vel, considerando o grande volume de demandas que abarrotam o Poder JudiciÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, infere-se do artigo 55, Â§ 3Âº, do CPC, que a data limite para a reuniÃ£o de processos que possam gerar risco de prolaÃ§Ã£o de decisÃµes conflitantes ou contraditÃ³rias caso decididos separadamente, mesmo sem conexÃ£o entre eles, Ã© a data do julgamento/prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a, fato nÃ£o ocorrido em nenhuma das aÃ§Ãµes em comento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da ausÃªncia de comprovaÃ§Ã£o de ajuizamento da ExecuÃ§Ã£o Fiscal fora do prazo determinado pela Lei 8.397/1992 Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Lei 8.397/1992, que instituiu a medida cautelar fiscal, dispÃ´s em seu artigo 11 que quando a medida cautelar fiscal for concedida em procedimento preparatÃ³rio (caso dos presentes autos), deverÃ¡ a Fazenda PÃºblica propor a execuÃ§Ã£o judicial da DÃ-vida Ativa no prazo de sessenta dias, contados da data em que a exigÃªncia se torna irrecorrÃ-vel na esfera administrativa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os Requeridos alegam que a aÃ§Ã£o executiva nÃ£o foi proposta no prazo de 60 (sessenta) dias, o que resultaria na cessaÃ§Ã£o dos efeitos da medida cautelar concedida, conforme artigo 13, inciso I, da citada lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da simples leitura do dispositivo em questÃ£o, o prazo de sessenta dias para a propositura da ExecuÃ§Ã£o Fiscal comeÃ§a a fluir do momento em que a exigÃªncia se tornar irrecorrÃ-vel na esfera administrativa, ou seja, o prazo nÃ£o comeÃ§a a fluir do momento do ajuizamento da Cautelar Fiscal, tampouco do momento em que a medida Ã© efetivada, mas sim do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o administrativa, o que no caso dos autos corresponde ao momento do julgamento de eventual recurso interposto no Procedimento Administrativo Fiscal nÂº 10.235.000926/2009-41, consoante entendimento consolidado do STJ, nos autos do REsp nÂº 1.026.474/SC, rel. Min. Francisco FalcÃ£o, j. 02/10/2008, Dje 16/10/2008. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico a existÃªncia de cÃ³pia parcial do PAF nÂº 10.235.000926/2009-41, juntada pelos Requeridos Ã s fls. 282-302 (Volume II dos autos processuais nÂº 2009.31.00.002322-4), a qual comprova apenas a impugnaÃ§Ã£o administrativa apresentada aos autos de infraÃ§Ã£o nos 25, 26, 27 e 28/2009 - DRF, nÃ£o restando demonstrado documentalmente a eventual interposiÃ§Ã£o de recurso na via administrativa, tampouco a sua decisÃ£o, para fins de contagem inicial do prazo de propositura da ExecuÃ§Ã£o Fiscal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÃ¢ncias, nÃ£o entendo cabÃ-vel a cessaÃ§Ã£o dos efeitos da Cautelar Fiscal pretendida pelos

Requeridos, considerando que sequer hÃ¡ nos autos a comprovaÃ§Ã£o de eventual interposiÃ§Ã£o de recurso na via administrativa, tampouco o momento do trÃ¢nsito em julgado de sua decisÃ£o, o que seria capaz de inaugurar a contagem de prazo para propositura da AÃ§Ã£o Executiva Fiscal e de embasar a tomada de decisÃ£o deste juÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, entendo que os efeitos cautelares devem ser mantidos, porquanto em que pese nÃ£o constar nos autos o momento exato do trÃ¢nsito em julgado do recurso administrativo, as certidÃµes de dÃ-vida ativa constantes nos autos da ExecuÃ§Ã£o Fiscal (fls. 04-49) representam a constituiÃ§Ã£o definitiva dos crÃ©ditos fazendÃ¡rios, dotadas de certeza e liquidez, perfeitamente passÃ-veis de cobranÃ§a/execuÃ§Ã£o, e eventual decisÃ£o no sentido de determinar a cessaÃ§Ã£o dos efeitos da medida cautelar outrora concedida frustraria a efetividade futura no feito executivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da inaplicabilidade do artigo 13, inciso II, da Lei 8.397/1992 ao caso concreto Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o se pode perder de vista que a medida cautelar fiscal deita raiz nas disposiÃ§Ãµes cautelares existentes no CÃ³digo de Processo Civil de 1973, o que me leva a crer que nÃ£o hÃ¡ que se falar em concessÃ£o de medida cautelar, qualquer que seja, se ausente o binÃ´mio periculum in mora e fumus boni iuris. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em razÃ£o da urgÃªncia que se espera na anÃ¡lise do pleito acautelatÃ³rio, a Lei 8.397/1992, em seu artigo 13, previu que cessa a eficÃ¡cia da medida cautelar fiscal, dentre outras situaÃ§Ãµes, se a medida nÃ£o for executada dentro de trinta dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Afasto a incidÃªncia da referida norma ao caso concreto por dois motivos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiro, porque a medida cautelar fiscal apresenta duas facetas: a) incidental (quando proposta para garantir crÃ©dito tributÃ¡rio jÃ¡ inscrito em dÃ-vida ativa e que esteja sendo objeto de ExecuÃ§Ã£o Fiscal) e b) preparatÃ³ria (quando proposta em momento anterior ao ajuizamento da AÃ§Ã£o Executiva). Â Â Â Â Â Â Â Â Â A AÃ§Ã£o Cautelar ora analisada possui natureza preparatÃ³ria, tendo sido ajuizada em 03 de agosto de 2009, isto Ã©, naturalmente em momento anterior Ã propositura da ExecuÃ§Ã£o Fiscal, que se deu somente em 20 de junho de 2011. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em razÃ£o disso, concluo nÃ£o ser razoÃ¡vel exigir que a execuÃ§Ã£o de eventuais bens indisponibilizados se dÃª no prazo estipulado em lei (trinta dias), considerando a prÃ³pria natureza preparatÃ³ria que autoriza o ajuizamento da AÃ§Ã£o Cautelar em momento anterior ao da ExecuÃ§Ã£o Fiscal, podendo este ajuizamento, inclusive, se dar em prazo muito maior que o de 30 (trinta) dias, como Ã© o caso dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Segundo, porque a prÃ³pria Lei 8.397/1992, quando quis se referir Ã Â¿execuÃ§Ã£oÂ¿ - no sentido de satisfaÃ§Ã£o de crÃ©dito fazendÃ¡rio, mediante a propositura de uma execuÃ§Ã£o fiscal -, deixou claro em seu artigo 11 que a aÃ§Ã£o executiva deve ser proposta em 60 (sessenta) dias apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado de decisÃ£o administrativa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim sendo, entendo que a expressÃ£o Â¿executadaÂ¿ utilizada pelo legislador ordinÃ¡rio no dispositivo em comento (art. 13, inciso II) padece de atecnia, porquanto a real intenÃ§Ã£o do legislador era se referir Ã efetivaÃ§Ã£o da garantia na cautelar fiscal (indisponibilidade de bens) em trinta dias, e nÃ£o Ã execuÃ§Ã£o (efetiva cobranÃ§a do crÃ©dito, mediante penhora etc) neste prazo, considerando que sÃ³ Ã© possÃ-vel Â¿executarÂ¿ o crÃ©dito nos autos de uma AÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o Fiscal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em tempo, se levado em consideraÃ§Ã£o que o legislador ordinÃ¡rio pretendeu dispor no artigo 13, inciso II, da Lei 8.397/1992 que Â¿cessa a eficÃ¡cia da medida cautelar fiscal se nÃ£o for efetivada a sua garantia em trinta diasÂ¿, o argumento dos Requeridos nÃ£o merece prosperar, pois o ajuizamento da AÃ§Ã£o Cautelar Fiscal se deu em 03 de agosto de 2009, ao passo que a efetivaÃ§Ã£o da garantia (indisponibilidade de bens) foi decretada em 26 de agosto de 2009 (fl. 82 - Autos da Cautelar Fiscal), isto Ã©, 23 (vinte e trÃªs) dias apÃ³s o pedido, e, portanto, com a devida observÃ¢ncia e atendimento ao prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da inocorrÃªncia de prescriÃ§Ã£o inicial (comum) e de prescriÃ§Ã£o intercorrente nos autos da AÃ§Ã£o Cautelar Fiscal e nos autos da ExecuÃ§Ã£o Fiscal Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inicialmente, registro que embora o pleito tenha sido formulado nos autos da aÃ§Ã£o acessÃ³ria (cautelar fiscal), nÃ£o se pode ignorar que esta aÃ§Ã£o representa mero meio para garantir a futura execuÃ§Ã£o do crÃ©dito, e considerando a atuaÃ§Ã£o cooperativa deste magistrado, buscando a efetividade na tutela jurisdicional, a anÃ¡lise da prescriÃ§Ã£o intercorrente e da prescriÃ§Ã£o comum serÃ¡ estendida aos autos da ExecuÃ§Ã£o Fiscal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os Requeridos, de forma genÃ©rica, alegaram a existÃªncia de prescriÃ§Ã£o intercorrente, aduzindo para tanto, o tempo de tramitaÃ§Ã£o da AÃ§Ã£o Cautelar (mais de dez anos), e a demora para o apensamento dos autos desta aÃ§Ã£o Ã ExecuÃ§Ã£o Fiscal (mais de oito anos). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que os argumentos trazidos pelos Requeridos nÃ£o merecem prosperar e nÃ£o sÃ£o capazes de sustentar a alegaÃ§Ã£o de ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, seja ela inicial (comum) ou intercorrente. Isto porque, nem a Lei 6.830/1980 (LEF), e nem os entendimentos mais longÃ-nquos dos tribunais superiores levam em consideraÃ§Ã£o, para reconhecimento da prescriÃ§Ã£o intercorrente ou da prescriÃ§Ã£o comum, apenas, o tempo de existÃªncia e de duraÃ§Ã£o de processos, como sugerem os Requeridos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PrescriÃ§Ã£o inicial (comum) Â Â Â Â Â Â Â Â Â A prescriÃ§Ã£o comum em matÃ©ria tributÃ¡ria estÃ¡ prevista no artigo 174 do CTN e dispÃµe que Â¿a aÃ§Ã£o para a cobranÃ§a do crÃ©dito tributÃ¡rio

prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituiÃ§Ã£o definitivaÂ¿. Logo, Ã© imprescindÃ-vel verificar o momento exato da constituiÃ§Ã£o definitiva dos crÃ©ditos tributÃ¡rios e nÃ£o tributÃ¡rios no caso concreto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos da AÃ§Ã£o Cautelar nÂº 2009.31.00.002322-4 (Volume I), especialmente a cÃ³pia do Termo de Responsabilidade TributÃ¡ria (fls. 21-25) extraÃ-da do PAF nÂº 10235.000926/2009-41, verifico que em 02/06/2009 foi efetuado o lanÃ§amento tributÃ¡rio do Imposto de Renda de Pessoa JurÃ-dica - IRPJ, da ContribuiÃ§Ã£o Social sobre o Lucro LÃ-quido - CSLL, da ContribuiÃ§Ã£o para o Programa de IntegraÃ§Ã£o Social - PIS e da ContribuiÃ§Ã£o para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, o que, nos termos do artigo 142 do CTN, constitui o crÃ©dito tributÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consoante entendimento consolidado do STJ, a definitividade na constituiÃ§Ã£o de tais crÃ©ditos, quando impugnados na via administrativa, ocorre com a notificaÃ§Ã£o do contribuinte do resultado final do recurso, e somente a partir daÃ- comeÃ§a a fluir o prazo prescricional de cinco anos para a cobranÃ§a do referido crÃ©dito. (REsp 471591/SP, 2Âª Turma, Relator Min. JoÃ£o OtÃ¡vio de Noronha, Data do julgamento 03/08/2006, DJ 18.08.2006). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em vista da efetiva apresentaÃ§Ã£o de impugnaÃ§Ã£o e da inexistÃªncia de notÃ-cia nos autos quanto Ã notificaÃ§Ã£o do contribuinte do resultado final do recurso (fls. 125-131 dos autos nÂº 2009.31.00.002322-4, Volume I), entendo que a constituiÃ§Ã£o definitiva dos crÃ©ditos no presente caso se deu com a inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa, fato incontroverso de constituiÃ§Ã£o, ocorrido em 16/03/2011 (fls. 03-49 dos autos da ExecuÃ§Ã£o Fiscal), e tal data reflete o marco inicial da contagem de prazo para fins de anÃ¡lise da prescriÃ§Ã£o comum. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A par do termo a quo da prescriÃ§Ã£o, constato que a AÃ§Ã£o Cautelar Fiscal e a ExecuÃ§Ã£o Fiscal foram ajuizadas, respectivamente, em 03/08/2009 (fl. 06 dos autos nÂº 2009.31.00.002322-4) e em 20/06/2011 (fl. 02 dos autos da ExecuÃ§Ã£o), pelo que nÃ£o hÃ¡ que se falar em ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o comum, notadamente pela observÃ¢ncia do prazo quinquenal exigido pelo CÃ³digo TributÃ¡rio Nacional para a propositura da ExecuÃ§Ã£o Fiscal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PrescriÃ§Ã£o intercorrente Â Â Â Â Â Â Â Â Â A prescriÃ§Ã£o intercorrente Ã© matÃ©ria afeta aos feitos executivos fiscais, o que Ã© corroborado com a previsÃ£o do instituto no artigo 40 e parÃ¡grafos da Lei 6.830/1980 (LEF), a saber: Art. 40 - O Juiz suspenderÃ¡ o curso da execuÃ§Ã£o, enquanto nÃ£o for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, nÃ£o correrÃ¡ o prazo de prescriÃ§Ã£o. Â§ 1Âº - Suspenso o curso da execuÃ§Ã£o, serÃ¡ aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda PÃºblica. Â§ 2Âº - Decorrido o prazo mÃ¡ximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhorÃ¡veis, o Juiz ordenarÃ¡ o arquivamento dos autos. Â§ 3Âº - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serÃ£o desarquivados os autos para prosseguimento da execuÃ§Ã£o. Â§ 4Â° Se da decisÃ£o que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda PÃºblica, poderÃ¡, de ofÃ-cio, reconhecer a prescriÃ§Ã£o intercorrente e decretÃ¡-la de imediato.Â (IncluÃ-do pela Lei nÂº 11.051, de 2004) Â§ 5Â° A manifestaÃ§Ã£o prÃ©via da Fazenda PÃºblica prevista no Â§ 4o deste artigo serÃ¡ dispensada no caso de cobranÃ§as judiciais cujo valor seja inferior ao mÃ-nimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consoante a definiÃ§Ã£o trazida pelo renomado Instituto Brasileiro de Estudos TributÃ¡rios - IBET, a prescriÃ§Ã£o intercorrente deriva do binÃ´mio tempo e inÃ©rcia do credor, e se nÃ£o verificada desÃ-dia do exequente na busca da satisfaÃ§Ã£o do seu crÃ©dito, depois do despacho citatÃ³rio, marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o, nÃ£o hÃ¡ que se falar em seu reconhecimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deve-se entender, portanto, como o desaparecimento da proteÃ§Ã£o ativa ao possÃ-vel direito material postulado decorrente da inÃ©rcia continuada e ininterrupta no curso do processo por seguimento temporal superior Ã quele em que se verifica a prescriÃ§Ã£o em dada hipÃ³tese. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em outros termos, nada mais Ã© do que a efetivaÃ§Ã£o dos princÃ-pios constitucionais da eficiÃªncia, seguranÃ§a jurÃ-dica e duraÃ§Ã£o razoÃ¡vel do processo, cujo Ãºltimo foi introduzido no texto constitucional quando da promulgaÃ§Ã£o da EC 45/2004 para elevar tal direito ao nÃ-vel de garantia fundamental do contribuinte. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o direito Ã© uno, e que sua subdivisÃ£o se dÃ¡ para fins meramente didÃ¡ticos, importante trazer Ã tona o artigo 204-A do CÃ³digo Civil, incorporado ao diploma legal pela recente Lei 14.195, de 26 de agosto de 2021, o qual dispÃµe que Â¿a prescriÃ§Ã£o intercorrente observarÃ¡ o mesmo prazo de prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£oÂ¿, o que significa dizer que o prazo de configuraÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o intercorrente no direito tributÃ¡rio Ã© de 05 (cinco) anos, considerando a interpretaÃ§Ã£o sistemÃ¡tica da norma civilista com o artigo 174 do CTN. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O CÃ³digo TributÃ¡rio Nacional, em seu artigo 174, parÃ¡grafo Ãºnico, elenca as seguintes hipÃ³teses de interrupÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o: i) pelo despacho do juiz que ordenar a citaÃ§Ã£o em execuÃ§Ã£o fiscal; ii) pelo protesto judicial; iii) por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor; ou iv) por qualquer ato inequÃ-voco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do dÃ©bito pelo devedor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vertendo anÃ¡lise aos autos da ExecuÃ§Ã£o Fiscal nÂº 0000458-64.2011.8.14.0002, verifico que a aÃ§Ã£o executiva foi proposta em

20/06/2011 e o despacho que ordenou a citaÃ§Ã£o dos executados Ã© datado de 13/10/2011 (fl. 51). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Embora a legislaÃ§Ã£o preveja que o despacho que ordena a citaÃ§Ã£o Ã© capaz de interromper a prescriÃ§Ã£o, a jurisprudÃªncia do STJ se firmou no sentido de que apenas o despacho nÃ£o a interrompe, uma vez que somente a citaÃ§Ã£o pessoal tem esse efeito, devendo prevalecer o disposto no artigo 174 do CTN sobre o artigo 8Âº, Â§ 2Âº, da Lei 6.830/1980. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Historiando os autos apensos, notadamente os documentos juntados pela UniÃ£o (Fazenda Nacional) Ã s fls. 552-560, verifico que em 25/01/2014 os contribuintes aderiram ao parcelamento da Lei 11.914/2009, o que perdurou atÃ© o dia 17/03/2018, momento em que o sistema interno da PGFN excluiu o solicitante da adesÃ£o, esvaindo-se, neste momento, as benesses advindas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme exposto linhas atrÃ¡s, a prescriÃ§Ã£o se interrompe, dentre outras hipÃ³teses, por qualquer ato inequÃ-voco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do dÃ©bito pelo devedor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O parcelamento que perdurou entre 25/01/2014 e 17/03/2018 Ã© exatamente a materializaÃ§Ã£o do ato inequÃ-voco que importa no reconhecimento do dÃ©bito pelo devedor, o que tem o condÃ£o de interromper a prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, em 31/12/2020, os contribuintes renegociaram a dÃ-vida aderindo aos benefÃ-cios do sistema de parcelamento e outras negociaÃ§Ãµes -SISPAR/PGFN, perdurando atÃ© 09/07/2021, o que revela novo fato capaz de interromper a prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Pontuo que o parcelamento do dÃ©bito, alÃ©m de interromper a prescriÃ§Ã£o, suspende a exigibilidade do crÃ©dito tributÃ¡rio, conforme artigo 151, VI, do CTN, desautorizando o Fisco a empregar qualquer comportamento ativo para exigi-lo, enquanto perdurar a suspensÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em tempo, registro que atÃ© o momento da prolaÃ§Ã£o desta decisÃ£o, considerando a Ãºltima atualizaÃ§Ã£o documental juntada pelo Fisco, o dÃ©bito permanece negociado no SISPAR, com adesÃ£o em 03/08/2021, e, portanto, o prazo prescricional de 05 (cinco) anos continua interrompido, devendo sua contagem reiniciar apenas quando o sistema automÃ¡tico da PGFN excluir o solicitante do benefÃ-cio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÂ¢ncias, AFASTO o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o intercorrente, ante a constataÃ§Ã£o de fatos que ensejaram a sua interrupÃ§Ã£o, bem como a suspensÃ£o da exigibilidade do crÃ©dito tributÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por todo o exposto, INDEFIRO os pleitos de fls. 522-522v, 531-531-v e 535-536-v, em sua totalidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Do trÂ¢mite processual nos autos nÂº 0000725-89.2018.8.14.0002 Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s anÃ¡lise detida dos autos da AÃ§Ã£o Cautelar nÂº 0000725-89.2018.8.14.0002, verifico que, Ã fl. 515-v, a UniÃ£o (Fazenda Nacional) requereu a este juÃ-zo a intimaÃ§Ã£o do CartÃ³rio responsÃ¡vel pela emissÃ£o das certidÃµes de fls. 512-513, para esclarecer o histÃ³rico de alienaÃ§Ã£o dos bens imÃ³veis descritos Ã s fls. 476-477, o que foi deferido, dando origem ao OfÃ-cio nÂ°0460/2019 - SEC (fl. 528). Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ notÃ-cias nos autos de resposta deste expediente, pelo que DETERMINO que a Secretaria Judicial, alÃ©m de CERTIFICAR o ocorrido, REITERE os termos do referido OfÃ-cio ao CartÃ³rio, caso a ordem judicial nÃ£o tenha sido cumprida, ADVERTINDO-SE ao destinatÃ¡rio das possÃ-veis sanÃ§Ãµes a serem aplicadas em caso de negativa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto ao pleito da UniÃ£o, Ã fl. 551, RESERVO-ME para apreciÃ¡-lo apÃ³s o chamamento do feito Ã ordem, para correÃ§Ã£o da marcha processual nos autos da ExecuÃ§Ã£o Fiscal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da necessidade de chamamento do feito Ã ordem para correÃ§Ã£o da marcha processual nos autos da ExecuÃ§Ã£o Fiscal nÂº 0000458-64.2011.8.14.0002 Â Â Â Â Â Â Â Â Â CHAMO o feito Ã ordem para correÃ§Ã£o da marcha processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando os autos, verifico que atÃ© o presente momento nÃ£o houve a citaÃ§Ã£o dos executados, porÃ©m, existe notÃ-cia de bloqueio online dos ativos financeiros da parte (fls. 109-110). Â Â Â Â Â Â Â Â Â REVOGO a decisÃ£o de fl. 108 e TORNO SEM EFEITO todos os atos posteriores. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DETERMINO a citaÃ§Ã£o do devedor, nos termos do artigo 8Â° da LEF, para que no prazo de 05 (cinco) dias pague o valor da dÃ-vida com juros e multa, conforme indicado na petiÃ§Ã£o inicial, ou ofereÃ§a garantia para a execuÃ§Ã£o, nos termos do artigo 9Â° da LEF, sob pena de, nÃ£o o fazendo, serem penhorados e/ou arrestados tantos bens quantos bastem para a execuÃ§Ã£o da dÃ-vida, devendo-se registrar a penhora ou arresto, independentemente do pagamento de custas ou despesas e, em seguida, ter seus bens avaliados para efeitos de expropriaÃ§Ã£o (art. 7Â° da LEF). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Esta decisÃ£o deve ser anexada aos autos da Cautelar Fiscal e aos autos da ExecuÃ§Ã£o Fiscal e surtirÃ¡ seus efeitos em ambas as aÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFIQUE-SE o ocorrido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpridas as providÃªncias determinadas, RETORNEM-ME conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios, em regime de prioridade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 12 de novembro de 2021. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00010446220158140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 17/11/2021 REQUERENTE:LEONICE FERREIRA MORAES Representante(s): OAB 0735 - LUCIVALDO DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO

DE AFUA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ Processo 0001044-62.2015.8.14.0002 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â LEONICE FERREIRA MORAES, por intermÃ©dio de advogado habilitado, ajuizou aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direito c/c cobranÃ§a de retroativos em face do MUNICÃPIO DE AFUÃ, ambos qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz a petiÃ§Ã£o inicial, em linhas gerais, que a autora Ã© servidora pÃºblica municipal ativa, ocupante do cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde (ACS), decorrente de contratos administrativos, cujo inÃ-cio se deu em 1Âº/08/2005. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega que nunca recebeu do Requerido o valor legal corresponde ao seu cargo de ACS (piso salarial), percebendo tÃ£o somente o salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s, assim como nunca recebeu o valor corresponde ao adicional de insalubridade que faz jus em decorrÃªncia da atividade desenvolvida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, requer o pagamento das diferenÃ§as salariais retroativas advindas de portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde; o reajuste de seu vencimento de acordo com o piso salarial profissional nacional dos ACSs; alÃ©m da incorporaÃ§Ã£o do adicional de insalubridade, dano moral e dano emergente pela contrataÃ§Ã£o de advogados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Carreou aos autos os documentos de fls. 11-64. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em decisÃ£o de fl. 66, este juÃ-zo recebeu a petiÃ§Ã£o inicial, concedeu os benefÃ-cios da assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita e determinou a citaÃ§Ã£o do Requerido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Citado (fl. 70), o Requerido apresentou ContestaÃ§Ã£o pugnando pela total improcedÃªncia dos pedidos formulados na inicial (fls. 72-82), juntando aos autos os documentos de fls. 83-98. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©plica foi apresentada Ã s fls. 102-104. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Agendada e realizada audiÃªncia, a tentativa de conciliaÃ§Ã£o restou infrutÃ-fera, motivo pelo qual foram fixados os seguintes pontos controvertidos: a) direito ao pagamento da diferenÃ§a salarial aos agentes comunitÃ¡rios de saÃºde; b) direito Ã percepÃ§Ã£o do adicional de insalubridade; c) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos morais; e d) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. AlÃ©m disso, as partes, instadas, reiteraram os termos da inicial e da contestaÃ§Ã£o, alegando nÃ£o haver necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas (fl. 112). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direitos combinada com cobranÃ§a de retroativos em que a Requerente, servidora pÃºblica municipal, ingressou objetivando a percepÃ§Ã£o da diferenÃ§a salarial oriunda do regramento contido nas portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde, dos anos de 2009-2014; a aplicaÃ§Ã£o do piso salarial da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, fixado pela Lei Federal 12.994/2014, em seu artigo 9Âº-A, Â§ 1Âº; bem como o recebimento do adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o havendo questÃµes preliminares pendentes de apreciaÃ§Ã£o, considerando a desnecessidade de produÃ§Ã£o de outras provas e sendo a questÃ£o de mÃ©rito unicamente de direito, entendo que a causa estÃ¡ madura para ser decidida, passando a analisar seu mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA NECESSIDADE DE OBSERVÃNCIA AO PRINCÃPIO DA LEGALIDADE EM SENTIDO ESTRITO PARA A FIXAÃÃO DE VERBAS REMUNERATÃRIAS A SERVIDOR PÃBLICO Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autora alega que entre os anos de 2009-2014 foram editadas as Portarias nos 2.008/2009, 3.178/2010, 1.599/2011, 459/2012, 260/2013 e 314/2014, todas do MinistÃ©rio da SaÃºde (MS), que supostamente fixaram e reajustaram anualmente o vencimento base da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS). Assevera, ainda, que os ACS, no Ã¢mbito do MunicÃ-pio de AfuÃ¡, nunca perceberam o valor estabelecido na legislaÃ§Ã£o em comento, recebendo apenas um salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s Ã Ã©poca dos fatos narrados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que a pretensÃ£o da Requerente, neste ponto, nÃ£o merece prosperar, porquanto o incentivo de custeio referente Ã implantaÃ§Ã£o de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, previsto nas portarias do MS, nÃ£o constitui verba remuneratÃ³ria, sobretudo porque tal verba somente pode ser instituÃ-da por meio de lei especÃ-fica, na forma dos artigos 37, X, 61, Â§ 1Â°, Â¿cÂ¿, e 169, todos da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, a disposiÃ§Ã£o estampada no artigo 37, X, da CF possui natureza programÃ¡tica, de eficÃ¡cia contida, ou seja, possui aplicabilidade imediata, direta, mas nÃ£o integral, uma vez que depende de lei especÃ-fica para seu implemento, devendo ainda ser observada a iniciativa privativa para cada caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, somente lei do respectivo ente pÃºblico a que estiver vinculado o servidor pode estabelecer tais verbas salariais, desde que haja prÃ©via dotaÃ§Ã£o orÃ§amentÃ¡ria para atender Ã s projeÃ§Ãµes de despesa com pessoal, nÃ£o possuindo esta prerrogativa o ato infralegal do MinistÃ©rio da SaÃºde, notadamente por se tratar de servidor pÃºblico municipal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, este Ã© o entendimento consolidado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), nos autos do AIRR - 24-18.2014.5.15.0059, de relatoria da Ministra Dora Maria da Costa, da 8Âª Turma, julgado em 22/03/2016. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, o suposto direito pretendido pela autora encontra Ã³bice na ausÃªncia de lei do ente pÃºblico respectivo a prevÃª-lo, e, portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde nÃ£o podem ser interpretadas como fontes formais do direito, capazes de criar espÃ©cies remuneratÃ³rias a

servidores, razÃ£o pela qual entendo nÃ£o ser possÃ-vel o recebimento retroativo de diferenÃ§as salariais relativas aos anos de 2009-2014, fundadas em portarias ministeriais, especialmente porque considerar o incentivo de custeio como verba remuneratÃ³ria caracterizaria grave afronta ao princÃ-pio da legalidade em sentido estrito, previsto constitucionalmente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em tempo, entendo que o referido incentivo visa tÃ£o somente fortalecer a atuaÃ§Ã£o dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS) e Agentes de Combate Ã s Endemias (ACE) nas aÃ§Ãµes a que sÃ£o destinados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO DA SERVIDORA Ã PERCEPÃÃO DO PISO SALARIAL NACIONAL RELATIVO Ã CATEGORIA DE AGENTES COMUNITÃRIOS DE SAÃDE (LEI NÂº 12.994, DE 17 DE JUNHO DE 2014) Â Â Â Â Â Â Â Â A princÃ-pio, esclareÃ§o que qualquer anÃ¡lise feita Ã pretensÃ£o de percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional se darÃ¡ a partir de 18 de junho de 2014, em razÃ£o do inÃ-cio da vigÃªncia da Lei nÂº 12.994/2014, a qual nÃ£o tem o condÃ£o de operar seus efeitos retroativamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico a existÃªncia de apenas 06 (seis) contracheques aptos a comprovar o alegado pela parte autora (fls. 33-36), isto porque o restante da documentaÃ§Ã£o colacionada demonstra a percepÃ§Ã£o de salÃ¡rios em data anterior Ã vigÃªncia da lei que instituiu o piso salarial nacional Ã categoria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Feitas essas consideraÃ§Ãµes iniciais, pontuo que a ConstituiÃ§Ã£o Federal, em seu artigo 198, Â§ 5Âº, dispÃ´s que as aÃ§Ãµes e serviÃ§os pÃºblicos de saÃºde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema Ãºnico, organizado de acordo com diretrizes, e que lei federal deve dispor sobre o regime jurÃ-dico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentaÃ§Ã£o das atividades de agente comunitÃ¡rio de saÃºde e agente de combate Ã s endemias, competindo Ã UniÃ£o, nos termos da lei, prestar assistÃªncia financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos MunicÃ-pios, para o cumprimento do referido piso salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em atendimento ao mandamento constitucional, foi editada a Lei nÂº 12.994/2014, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para instituir o piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, dispÃµe o artigo 9Âº-A da citada lei que o piso salarial profissional nacional Ã© o valor abaixo do qual a UniÃ£o, os Estados, o Distrito Federal e os MunicÃ-pios nÃ£o poderÃ£o fixar o vencimento inicial das Carreiras de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde e de Agente de Combate Ã s Endemias para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O piso salarial profissional nacional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias foi fixado no valor de R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais) mensais, sendo que a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas exigida para garantia do piso salarial deve ser integralmente dedicada a aÃ§Ãµes e serviÃ§os de promoÃ§Ã£o da saÃºde, vigilÃ¢ncia epidemiolÃ³gica e combate a endemias em prol das famÃ-lias e comunidades assistidas, dentro dos respectivos territÃ³rios de atuaÃ§Ã£o (art. 9Â°-A, Â§Â§ 1Âº e 2Âº, da Lei nÂº 12.994/2014). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da simples leitura do dispositivo legal em comento, concluo ser imprescindÃ-vel que Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e Agentes de Combate Ã s Endemias cumpram a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais para o recebimento integral do piso salarial instituÃ-do pela Lei Federal, caso contrÃ¡rio caracterizaria evidente enriquecimento ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a disposiÃ§Ã£o do artigo 322, Â§ 2Âº, do CPC, que dispÃµe que a interpretaÃ§Ã£o do pedido considerarÃ¡ o conjunto da postulaÃ§Ã£o e observarÃ¡ o princÃ-pio da boa-fÃ©, registro que o cerne desta pretensÃ£o Ã© a declaraÃ§Ã£o do direito da parte autora Ã incorporaÃ§Ã£o do piso salarial nacional, independente da legislaÃ§Ã£o a ser considerada, desde que vigente, e o consequente pagamento de valores retroativos a que faz jus. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, em que pese o pedido tenha sido formulado pela Requerente em 2015, momento em que o quantum a ser pago a tÃ-tulo de piso salarial estava fixado no valor R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais), em 23 de outubro de 2018, foi publicada a Lei nÂº 13.708, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para modificar as normas que regulam o exercÃ-cio profissional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na oportunidade, o quantum do piso salarial nacional Ã s categorias foi atualizado, sendo escalonado e fixado da seguinte forma: I - R$-1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2019; II - R$-1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2020; e III - R$-1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2021, sempre respeitando a carga horÃ¡ria de 40 horas semanais para a percepÃ§Ã£o integral do piso.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, considerando que a autora labora 30 (trinta) horas por semana, reconheÃ§o o direito da demandante de receber a diferenÃ§a dos valores proporcionais ao piso salarial nacional, devidos retroativamente, com base na Lei nÂº 12.994/2014, no perÃ-odo de 18/06/2014 atÃ© 31/12/2018, bem como reconheÃ§o o direito da autora de receber as diferenÃ§as salariais, devidas retroativamente, com base na Lei 13.708/2018, desde 1Âº/01/2019, devendo ser atualizado o valor com a eventual superveniÃªncia de lei especÃ-fica, sendo certo que, em todos os casos, os valores efetivamente recebidos pela autora devem ser subtraÃ-dos do

valor a ser pago retroativamente a tÃ-tulo de diferenÃ§a salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Lei nÂº 13.708/2018 dispÃ´s que o piso salarial fixado em R$-1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais) serÃ¡ reajustado, anualmente, em 1Â° de janeiro, a partir do ano de 2022. Logo, sobrevindo reajustes futuros, devidamente previstos em lei, reconheÃ§o o direito da Requerente Ã percepÃ§Ã£o dos valores porventura atualizados, a contar da vigÃªncia da legislaÃ§Ã£o que promover as alteraÃ§Ãµes, salvaguardando, em todo caso, o direito de que a sua remuneraÃ§Ã£o nÃ£o poderÃ¡ ser inferior ao valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s (artigo 7Âº, inciso VII, da CF/88 c/c a SÃºmula Vinculante 16). Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO Ã PERCEPÃÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Requerente pleiteia receber o adicional de insalubridade no patamar de 20% (vinte por cento) de seu vencimento base, alÃ©m dos retroativos, em virtude da atividade que desempenha, amparando-se no artigo 7Âº, inciso XXIII, da CF, no artigo 13, inciso XII, da Lei OrgÃ¢nica do MunicÃ-pio e no artigo 70 do Estatuto dos Servidores PÃºblicos do MunicÃ-pio de AfuÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O contrato temporÃ¡rio de trabalho firmado com fulcro no incisoÂ IXÂ do artigoÂ 37Â daÂ ConstituiÃ§Ã£o FederalÂ Ã© regido pelas normas de Direito Administrativo, gerando somente os direitos expressamente previstos na legislaÃ§Ã£o de regÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â As sucessivas renovaÃ§Ãµes de contrato de trabalho podem ser consideradas nulas, o que, no entanto, nÃ£o retira dos contratos a natureza administrativa. Bom que se diga que aÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal, a partir da Emenda nÂº 19/98, deixou de garantir o adicional de remuneraÃ§Ã£o para as atividades penosas, insalubres ou perigosas aos servidores pÃºblicos, ao deixar de aludir esse adicional no incisoÂ XXIIIÂ do artigoÂ 7ÂºÂ daÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, o adicional de insalubridade sÃ³ pode ser concedido pelos entes pÃºblicos desde que haja lei municipal regulando a matÃ©ria, determinando quais as atividades insalubres, os percentuais devidos, inclusive eventual direito adquirido na mudanÃ§a dos servidores regidos anteriormente pelaÂ CLTÂ que atualmente seguem o Regime JurÃ-dico Ãnico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â E as normas daÂ ConsolidaÃ§Ã£o das Leis do TrabalhoÂ nÃ£o podem reger a situaÃ§Ã£o havida entre as partes, sendo inviÃ¡vel que se recorra ao uso da analogia, principalmente diante do princÃ-pio da reserva legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do RE 1263804/PB, de relatoria da Min. CÃ¡rmen LÃºcia, em 13/07/2020, manifestou-se sobre o tema da seguinte maneira: AGRAVO INTERNO NA APELAÃÃO CÃVEL - AÃÃO DE COBRANÃA - SERVIDOR MUNICIPAL SEM VÃNCULO - INGRESSO SEM CONCURSO PÃBLICO - PRETENSÃO EM RECEBER VERBAS SALARIAIS, FGTS, FÃRIAS E ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - DESPROVIMENTO NA ORIGEM - DIREITO AO RECEBIMENTO DOS VALORES CORRESPONDENTES AO FGTS - DESPROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO. Â¿O adicional de insalubridade sÃ³ Ã© devido a servidor pÃºblico submetido a vÃ-nculo estatutÃ¡rio ou temporÃ¡rio se houver previsÃ£o em lei especÃ-fica editada pelo respectivo ente federado. InteligÃªncia da SÃºmula nÂº 42 deste Tribunal de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise detida dos autos, corroborando o entendimento firmado pela Corte Suprema, nÃ£o restou comprovado, por parte da autora, a existÃªncia de lei especÃ-fica editada pelo Ente Federado, dispondo sobre o referido adicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, ressalto a inexistÃªncia nos autos de comprovaÃ§Ã£o tÃ©cnica (laudo pericial) acerca da atividade insalubre e o respectivo grau a que a autora tenha se submetido, acompanhando o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de JustiÃ§a de que o adicional em comento nÃ£o possui carÃ¡ter geral. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Havendo vÃ¡cuo normativo, nÃ£o poderia este juÃ-zo, em substituiÃ§Ã£o ao Poder Legislativo, aplicar analogicamente normas que nÃ£o vinculam a municipalidade, sob pena de afrontar o princÃ-pio da separaÃ§Ã£o dos poderes, bem como criar uma despesa sem a previsÃ£o legal de sua respectiva receita, o que de igual modo afrontaria a lei de responsabilidade fiscal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na Lei EstatutÃ¡ria dos Servidores PÃºblicos de AfuÃ¡ nÃ£o consta previsÃ£o de pagamento deste adicional aos servidores temporÃ¡rios e nem mesmo faz qualquer menÃ§Ã£o sobre os graus e os percentuais de insalubridade aos servidores efetivos, de modo que tal lacuna pode ser sanada mediante mandado de injunÃ§Ã£o ou ediÃ§Ã£o de lei, motivo pelo qual adianto a improcedÃªncia desse pedido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS MORAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â O dano moral abarca a dor ou sofrimento humano que nÃ£o se revestem de carÃ¡ter de perda pecuniÃ¡ria, oriundo de violaÃ§Ã£o Ã reputaÃ§Ã£o da vÃ-tima, Ã sua autoridade legÃ-tima, ao seu pudor, Ã sua seguranÃ§a e tranquilidade, Ã integridade de sua inteligÃªncia, a suas afeiÃ§Ãµes, ao seu amor prÃ³prio estÃ©tico, entre outros atos que importem abalo de ordem emocional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A reparaÃ§Ã£o decorrente do dano moral consiste, a um sÃ³ tempo, em uma satisfaÃ§Ã£o compensatÃ³ria ao ofendido e numa puniÃ§Ã£o ao ofensor, cujo carÃ¡ter pedagÃ³gico visa mitigar, ou mesmo neutralizar, os sentimentos negativos provocados pelo ato ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em apreÃ§o, nÃ£o consigo visualizar qualquer resquÃ-cio de dano moral que a Requerente tenha sofrido, uma vez que, desde o inÃ-cio, quando se propÃ´s a prestar serviÃ§o pÃºblico municipal ocupando o cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde, anuiu com o disposto no contrato administrativo

que assinou, inclusive no que diz respeito a vencimentos, jornada de trabalho e demais caracterÃ-sticas pertinentes ao cargo, nÃ£o tendo sido iludida pelo MunicÃ-pio Requerido, razÃ£o pela qual nÃ£o se pode falar em frustraÃ§Ã£o de expectativas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, incabÃ-vel a indenizaÃ§Ã£o por danos morais aqui pleiteada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS EMERGENTES PELA CONTRATAÃÃO DE ADVOGADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Requerente pleiteia, por fim, indenizaÃ§Ã£o a tÃ-tulo de danos emergentes, uma vez que teve, em tese, seus direitos violados pelo Requerido, obrigando-se a contratar advogados para ajuizar a presente demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que nÃ£o merece prosperar o pedido de ressarcimento dos valores despendidos pela parte Requerente na contrataÃ§Ã£o de advogados para representÃ¡-la em aÃ§Ã£o reclamatÃ³ria movida contra o Requerido. Entendo que a condenaÃ§Ã£o extra que deve ser imposta ao sucumbente, caso haja, se limita ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios sucumbenciais, ou seja, os honorÃ¡rios convencionados entre as partes nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sÃ-ntese, decorrendo da vontade da parte a contrataÃ§Ã£o de advogado particular para o ajuizamento de aÃ§Ã£o, com a assunÃ§Ã£o de responsabilidade pela satisfaÃ§Ã£o dos honorÃ¡rios respectivos, nÃ£o hÃ¡ direito a ressarcimento pela via da indenizaÃ§Ã£o de dano material ou emergente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A relaÃ§Ã£o obrigacional produz efeitos entre as partes contratantes, nÃ£o sendo plausÃ-vel se estender para terceiros, obrigaÃ§Ã£o ou responsabilidade oriunda de contrato celebrado entre as partes contratantes (advogado e Requerente). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, cito os seguintes arestos: APELAÃÃO CÃVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE REPARAÃÃO DE DANOS MATERIAIS. RESSARCIMENTO DE HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Os honorÃ¡rios advocatÃ-cios convencionados entre a parte autora e o seu procurador, para defesa de seus interesses em demandas judiciais, nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o, devendo a parte vencida na aÃ§Ã£o responder, exclusivamente, por aqueles decorrentes da sucumbÃªncia. Precedentes jurisprudenciais. SentenÃ§a de improcedÃªncia mantida. APELAÃÃO DESPROVIDA. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70064607609, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Paulo Roberto Lessa Franz, Julgado em 28/05/2015). RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE PERDAS E DANOS. RESTITUIÃÃO DE HONORÃRIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Reembolso do valor pago a tÃ-tulo de honorÃ¡rios contratuais para demandar em JuÃ-zo. Impossibilidade. A verba honorÃ¡ria pela qual responde a parte adversa restringe-se Ã quela decorrente da sucumbÃªncia, nÃ£o podendo a condenaÃ§Ã£o alcanÃ§ar honorÃ¡rios pactuados particularmente. Precedentes. NEGADO PROVIMENTO Ã APELAÃÃO. DECISÃO UNÃNIME. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70052176112, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 19/12/2013). Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ dÃºvida, e ninguÃ©m suporia de modo diverso, que exercer o direito de petiÃ§Ã£o gera despesas, em especial aquelas decorrentes do pagamento dos honorÃ¡rios do advogado, todavia essa obrigaÃ§Ã£o deve ser de responsabilidade do contratante, motivo pelo qual a improcedÃªncia do pedido de danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, RESOLVO o mÃ©rito do presente processo, na forma do artigo 487, inciso I, do CPC, acolhendo parcialmente o pedido, de acordo com os seguintes capÃ-tulos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECLARO o direito da autora Ã percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional relativo Ã categoria dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, independente da legislaÃ§Ã£o vigente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â CONDENO o Requerido ao pagamento da diferenÃ§a dos valores alusivos ao piso salarial Ã Requerente, proporcional Ã sua jornada de trabalho, retroativos Ã data de vigÃªncia da Lei 12.994/2014, observadas as atualizaÃ§Ãµes de valores promovidas pela Lei 13.708/2018 ou por outra legislaÃ§Ã£o superveniente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o valor da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ incidir juros moratÃ³rios e atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria; juros contados a partir da citaÃ§Ã£o e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria sobre cada parcela remuneratÃ³ria, levando-se em conta a data em que deveriam ter sido pagas, observadas as regras e os Ã-ndices da Lei Federal 9.494/97. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INDEFIRO, pelos motivos jÃ¡ expostos, os pedidos de adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e indenizaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O quantum da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ ser apurado em liquidaÃ§Ã£o de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas judiciais, ante a gratuidade processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a sucumbÃªncia mÃ-nima da Requerente, em termos de proveito econÃ´mico obtido na presente aÃ§Ã£o, CONDENO o Requerido ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, cujo percentual serÃ¡ definido quando for liquidado o julgado (art. 85, Â§ 4Âº, inciso II, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 16 de novembro de 2021. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PÃ¡gina de 8 PROCESSO: 00010454720158140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A):

ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:REGINA LUCIA BRANDAO DE ALMEIDA Representante(s): OAB 0735 - LUCIVALDO DA SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 3596 - TAYLANA SERRAO DA LUZ (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE AFUA Representante(s): OAB 0990 - AGNALDO ALVES FERREIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ Processo 0001045-47.2015.8.14.0002 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â REGINA LÃCIA BRANDÃO DE ALMEIDA, por intermÃ©dio de advogado habilitado, ajuizou aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direito c/c cobranÃ§a de retroativos em face do MUNICÃPIO DE AFUÃ, ambos qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz a petiÃ§Ã£o inicial, em linhas gerais, que a autora Ã© servidora pÃºblica municipal ativa, ocupante do cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde (ACS), decorrente de contratos administrativos, cujo inÃ-cio se deu em 09/07/2003. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega que nunca recebeu do Requerido o valor legal corresponde ao seu cargo de ACS (piso salarial), percebendo tÃ£o somente o salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s, assim como nunca recebeu o valor corresponde ao adicional de insalubridade que faz jus em decorrÃªncia da atividade desenvolvida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, requer o pagamento das diferenÃ§as salariais retroativas advindas de portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde; o reajuste de seu vencimento de acordo com o piso salarial profissional nacional dos ACSs; alÃ©m da incorporaÃ§Ã£o do adicional de insalubridade, dano moral e dano emergente pela contrataÃ§Ã£o de advogados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Carreou aos autos os documentos de fls. 11-84. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em decisÃ£o de fl. 86, este juÃ-zo recebeu a petiÃ§Ã£o inicial, concedeu os benefÃ-cios da assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita e determinou a citaÃ§Ã£o do Requerido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Citado (fl. 90), o Requerido apresentou ContestaÃ§Ã£o pugnando pela total improcedÃªncia dos pedidos formulados na inicial (fls. 92-102), juntando aos autos os documentos de fls. 103-119. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©plica foi apresentada Ã s fls. 123-125. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Agendada e realizada audiÃªncia, a tentativa de conciliaÃ§Ã£o restou infrutÃ-fera, motivo pelo qual foram fixados os seguintes pontos controvertidos: a) direito ao pagamento da diferenÃ§a salarial aos agentes comunitÃ¡rios de saÃºde; b) direito Ã percepÃ§Ã£o do adicional de insalubridade; c) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos morais; e d) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. AlÃ©m disso, as partes, instadas, reiteraram os termos da inicial e da contestaÃ§Ã£o, alegando nÃ£o haver necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas (fl. 132). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direitos combinada com cobranÃ§a de retroativos em que a Requerente, servidora pÃºblica municipal, ingressou objetivando a percepÃ§Ã£o da diferenÃ§a salarial oriunda do regramento contido nas portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde, dos anos de 2009-2014; a aplicaÃ§Ã£o do piso salarial da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, fixado pela Lei Federal 12.994/2014, em seu artigo 9Âº-A, Â§ 1Âº; bem como o recebimento do adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o havendo questÃµes preliminares pendentes de apreciaÃ§Ã£o, considerando a desnecessidade de produÃ§Ã£o de outras provas e sendo a questÃ£o de mÃ©rito unicamente de direito, entendo que a causa estÃ¡ madura para ser decidida, passando a analisar seu mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA NECESSIDADE DE OBSERVÃNCIA AO PRINCÃPIO DA LEGALIDADE EM SENTIDO ESTRITO PARA A FIXAÃÃO DE VERBAS REMUNERATÃRIAS A SERVIDOR PÃBLICO Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autora alega que entre os anos de 2009-2014 foram editadas as Portarias nos 2.008/2009, 3.178/2010, 1.599/2011, 459/2012, 260/2013 e 314/2014, todas do MinistÃ©rio da SaÃºde (MS), que supostamente fixaram e reajustaram anualmente o vencimento base da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS). Assevera, ainda, que os ACS, no Ã¢mbito do MunicÃ-pio de AfuÃ¡, nunca perceberam o valor estabelecido na legislaÃ§Ã£o em comento, recebendo apenas um salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s Ã Ã©poca dos fatos narrados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que a pretensÃ£o da Requerente, neste ponto, nÃ£o merece prosperar, porquanto o incentivo de custeio referente Ã implantaÃ§Ã£o de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, previsto nas portarias do MS, nÃ£o constitui verba remuneratÃ³ria, sobretudo porque tal verba somente pode ser instituÃ-da por meio de lei especÃ-fica, na forma dos artigos 37, X, 61, Â§ 1Â°, Â¿cÂ¿, e 169, todos da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, a disposiÃ§Ã£o estampada no artigo 37, X, da CF possui natureza programÃ¡tica, de eficÃ¡cia contida, ou seja, possui aplicabilidade imediata, direta, mas nÃ£o integral, uma vez que depende de lei especÃ-fica para seu implemento, devendo ainda ser observada a iniciativa privativa para cada caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, somente lei do respectivo ente pÃºblico a que estiver vinculado o servidor pode estabelecer tais verbas salariais, desde que haja prÃ©via dotaÃ§Ã£o orÃ§amentÃ¡ria para atender Ã s projeÃ§Ãµes de despesa com pessoal, nÃ£o possuindo esta prerrogativa o ato infralegal do MinistÃ©rio da SaÃºde, notadamente por se tratar de servidor pÃºblico municipal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, este Ã© o entendimento consolidado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), nos autos do

AIRR - 24-18.2014.5.15.0059, de relatoria da Ministra Dora Maria da Costa, da 8Âª Turma, julgado em 22/03/2016. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, o suposto direito pretendido pela autora encontra Ã³bice na ausÃªncia de lei do ente pÃºblico respectivo a prevÃª-lo, e, portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde nÃ£o podem ser interpretadas como fontes formais do direito, capazes de criar espÃ©cies remuneratÃ³rias a servidores, razÃ£o pela qual entendo nÃ£o ser possÃ-vel o recebimento retroativo de diferenÃ§as salariais relativas aos anos de 2009-2014, fundadas em portarias ministeriais, especialmente porque considerar o incentivo de custeio como verba remuneratÃ³ria caracterizaria grave afronta ao princÃ-pio da legalidade em sentido estrito, previsto constitucionalmente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em tempo, entendo que o referido incentivo visa tÃ£o somente fortalecer a atuaÃ§Ã£o dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS) e Agentes de Combate Ã s Endemias (ACE) nas aÃ§Ãµes a que sÃ£o destinados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO DA SERVIDORA Ã PERCEPÃÃO DO PISO SALARIAL NACIONAL RELATIVO Ã CATEGORIA DE AGENTES COMUNITÃRIOS DE SAÃDE (LEI NÂº 12.994, DE 17 DE JUNHO DE 2014) Â Â Â Â Â Â Â Â Â A princÃ-pio, esclareÃ§o que qualquer anÃ¡lise feita Ã pretensÃ£o de percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional se darÃ¡ a partir de 18 de junho de 2014, em razÃ£o do inÃ-cio da vigÃªncia da Lei nÂº 12.994/2014, a qual nÃ£o tem o condÃ£o de operar seus efeitos retroativamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Feitas essas consideraÃ§Ãµes iniciais, pontuo que a ConstituiÃ§Ã£o Federal, em seu artigo 198, Â§ 5Âº, dispÃ´s que as aÃ§Ãµes e serviÃ§os pÃºblicos de saÃºde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema Ãºnico, organizado de acordo com diretrizes, e que lei federal deve dispor sobre o regime jurÃ-dico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentaÃ§Ã£o das atividades de agente comunitÃ¡rio de saÃºde e agente de combate Ã s endemias, competindo Ã UniÃ£o, nos termos da lei, prestar assistÃªncia financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos MunicÃ-pios, para o cumprimento do referido piso salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em atendimento ao mandamento constitucional, foi editada a Lei nÂº 12.994/2014, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para instituir o piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, dispÃµe o artigo 9Âº-A da citada lei que o piso salarial profissional nacional Ã© o valor abaixo do qual a UniÃ£o, os Estados, o Distrito Federal e os MunicÃ-pios nÃ£o poderÃ£o fixar o vencimento inicial das Carreiras de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde e de Agente de Combate Ã s Endemias para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O piso salarial profissional nacional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias foi fixado no valor de R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais) mensais, sendo que a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas exigida para garantia do piso salarial deve ser integralmente dedicada a aÃ§Ãµes e serviÃ§os de promoÃ§Ã£o da saÃºde, vigilÃ¢ncia epidemiolÃ³gica e combate a endemias em prol das famÃ-lias e comunidades assistidas, dentro dos respectivos territÃ³rios de atuaÃ§Ã£o (art. 9Â°-A, Â§Â§ 1Âº e 2Âº, da Lei nÂº 12.994/2014). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da simples leitura do dispositivo legal em comento, concluo ser imprescindÃ-vel que Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e Agentes de Combate Ã s Endemias cumpram a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais para o recebimento integral do piso salarial instituÃ-do pela Lei Federal, caso contrÃ¡rio caracterizaria evidente enriquecimento ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a disposiÃ§Ã£o do artigo 322, Â§ 2Âº, do CPC, que dispÃµe que a interpretaÃ§Ã£o do pedido considerarÃ¡ o conjunto da postulaÃ§Ã£o e observarÃ¡ o princÃ-pio da boa-fÃ©, registro que o cerne desta pretensÃ£o Ã© a declaraÃ§Ã£o do direito da parte autora Ã incorporaÃ§Ã£o do piso salarial nacional, independente da legislaÃ§Ã£o a ser considerada, desde que vigente, e o consequente pagamento de valores retroativos a que faz jus. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, em que pese o pedido tenha sido formulado pela Requerente em 2015, momento em que o quantum a ser pago a tÃ-tulo de piso salarial estava fixado no valor R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais), em 23 de outubro de 2018, foi publicada a Lei nÂº 13.708, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para modificar as normas que regulam o exercÃ-cio profissional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na oportunidade, o quantum do piso salarial nacional Ã s categorias foi atualizado, sendo escalonado e fixado da seguinte forma: I - R$-1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2019; II - R$-1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2020; e III - R$-1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2021, sempre respeitando a carga horÃ¡ria de 40 horas semanais para a percepÃ§Ã£o integral do piso.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, considerando que a autora labora 30 (trinta) horas por semana, reconheÃ§o o direito da demandante de receber a diferenÃ§a dos valores proporcionais ao piso salarial nacional, devidos retroativamente, com base na Lei nÂº 12.994/2014, no perÃ-odo de 18/06/2014 atÃ© 31/12/2018, bem como reconheÃ§o o direito da autora de receber as diferenÃ§as salariais, devidas retroativamente, com base na Lei 13.708/2018, desde 1Âº/01/2019, devendo ser atualizado o valor com a eventual superveniÃªncia de lei especÃ-fica, sendo certo que, em

todos os casos, os valores efetivamente recebidos pela autora devem ser subtraÃ-dos do valor a ser pago retroativamente a tÃ-tulo de diferenÃ§a salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Lei nÂº 13.708/2018 dispÃ´s que o piso salarial fixado em R$-1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais) serÃ¡ reajustado, anualmente, em 1Â° de janeiro, a partir do ano de 2022. Logo, sobrevindo reajustes futuros, devidamente previstos em lei, reconheÃ§o o direito da Requerente Ã percepÃ§Ã£o dos valores porventura atualizados, a contar da vigÃªncia da legislaÃ§Ã£o que promover as alteraÃ§Ãµes, salvaguardando, em todo caso, o direito de que a sua remuneraÃ§Ã£o nÃ£o poderÃ¡ ser inferior ao valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s (artigo 7Âº, inciso VII, da CF/88 c/c a SÃºmula Vinculante 16). Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO Ã PERCEPÃÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Requerente pleiteia receber o adicional de insalubridade no patamar de 20% (vinte por cento) de seu vencimento base, alÃ©m dos retroativos, em virtude da atividade que desempenha, amparando-se no artigo 7Âº, inciso XXIII, da CF, no artigo 13, inciso XII, da Lei OrgÃ¢nica do MunicÃ-pio e no artigo 70 do Estatuto dos Servidores PÃºblicos do MunicÃ-pio de AfuÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O contrato temporÃ¡rio de trabalho firmado com fulcro no incisoÂ IXÂ do artigoÂ 37Â daÂ ConstituiÃ§Ã£o FederalÂ Ã© regido pelas normas de Direito Administrativo, gerando somente os direitos expressamente previstos na legislaÃ§Ã£o de regÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â As sucessivas renovaÃ§Ãµes de contrato de trabalho podem ser consideradas nulas, o que, no entanto, nÃ£o retira dos contratos a natureza administrativa. Bom que se diga que aÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal, a partir da Emenda nÂº 19/98, deixou de garantir o adicional de remuneraÃ§Ã£o para as atividades penosas, insalubres ou perigosas aos servidores pÃºblicos, ao deixar de aludir esse adicional no incisoÂ XXIIIÂ do artigoÂ 7ÂºÂ daÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, o adicional de insalubridade sÃ³ pode ser concedido pelos entes pÃºblicos desde que haja lei municipal regulando a matÃ©ria, determinando quais as atividades insalubres, os percentuais devidos, inclusive eventual direito adquirido na mudanÃ§a dos servidores regidos anteriormente pelaÂ CLTÂ que atualmente seguem o Regime JurÃ-dico Ãnico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â E as normas daÂ ConsolidaÃ§Ã£o das Leis do TrabalhoÂ nÃ£o podem reger a situaÃ§Ã£o havida entre as partes, sendo inviÃ¡vel que se recorra ao uso da analogia, principalmente diante do princÃ-pio da reserva legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do RE 1263804/PB, de relatoria da Min. CÃ¡rmen LÃºcia, em 13/07/2020, manifestou-se sobre o tema da seguinte maneira: AGRAVO INTERNO NA APELAÃÃO CÃVEL - AÃÃO DE COBRANÃA - SERVIDOR MUNICIPAL SEM VÃNCULO - INGRESSO SEM CONCURSO PÃBLICO - PRETENSÃO EM RECEBER VERBAS SALARIAIS, FGTS, FÃRIAS E ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - DESPROVIMENTO NA ORIGEM - DIREITO AO RECEBIMENTO DOS VALORES CORRESPONDENTES AO FGTS - DESPROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO. Â¿O adicional de insalubridade sÃ³ Ã© devido a servidor pÃºblico submetido a vÃ-nculo estatutÃ¡rio ou temporÃ¡rio se houver previsÃ£o em lei especÃ-fica editada pelo respectivo ente federado. InteligÃªncia da SÃºmula nÂº 42 deste Tribunal de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise detida dos autos, corroborando o entendimento firmado pela Corte Suprema, nÃ£o restou comprovado, por parte da autora, a existÃªncia de lei especÃ-fica editada pelo Ente Federado, dispondo sobre o referido adicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, ressalto a inexistÃªncia nos autos de comprovaÃ§Ã£o tÃ©cnica (laudo pericial) acerca da atividade insalubre e o respectivo grau a que a autora tenha se submetido, acompanhando o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de JustiÃ§a de que o adicional em comento nÃ£o possui carÃ¡ter geral. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Havendo vÃ¡cuo normativo, nÃ£o poderia este juÃ-zo, em substituiÃ§Ã£o ao Poder Legislativo, aplicar analogicamente normas que nÃ£o vinculam a municipalidade, sob pena de afrontar o princÃ-pio da separaÃ§Ã£o dos poderes, bem como criar uma despesa sem a previsÃ£o legal de sua respectiva receita, o que de igual modo afrontaria a lei de responsabilidade fiscal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na Lei EstatutÃ¡ria dos Servidores PÃºblicos de AfuÃ¡ nÃ£o consta previsÃ£o de pagamento deste adicional aos servidores temporÃ¡rios e nem mesmo faz qualquer menÃ§Ã£o sobre os graus e os percentuais de insalubridade aos servidores efetivos, de modo que tal lacuna pode ser sanada mediante mandado de injunÃ§Ã£o ou ediÃ§Ã£o de lei, motivo pelo qual adianto a improcedÃªncia desse pedido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS MORAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â O dano moral abarca a dor ou sofrimento humano que nÃ£o se revestem de carÃ¡ter de perda pecuniÃ¡ria, oriundo de violaÃ§Ã£o Ã reputaÃ§Ã£o da vÃ-tima, Ã sua autoridade legÃ-tima, ao seu pudor, Ã sua seguranÃ§a e tranquilidade, Ã integridade de sua inteligÃªncia, a suas afeiÃ§Ãµes, ao seu amor prÃ³prio estÃ©tico, entre outros atos que importem abalo de ordem emocional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A reparaÃ§Ã£o decorrente do dano moral consiste, a um sÃ³ tempo, em uma satisfaÃ§Ã£o compensatÃ³ria ao ofendido e numa puniÃ§Ã£o ao ofensor, cujo carÃ¡ter pedagÃ³gico visa mitigar, ou mesmo neutralizar, os sentimentos negativos provocados pelo ato ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em apreÃ§o, nÃ£o consigo visualizar qualquer resquÃ-cio de dano moral que a Requerente tenha sofrido, uma vez que, desde o inÃ-cio, quando se propÃ´s a prestar serviÃ§o pÃºblico municipal ocupando o cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde,

anuiu com o disposto no contrato administrativo que assinou, inclusive no que diz respeito a vencimentos, jornada de trabalho e demais caracterÃ-sticas pertinentes ao cargo, nÃ£o tendo sido iludida pelo MunicÃ-pio Requerido, razÃ£o pela qual nÃ£o se pode falar em frustraÃ§Ã£o de expectativas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, incabÃ-vel a indenizaÃ§Ã£o por danos morais aqui pleiteada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS EMERGENTES PELA CONTRATAÃÃO DE ADVOGADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Requerente pleiteia, por fim, indenizaÃ§Ã£o a tÃ-tulo de danos emergentes, uma vez que teve, em tese, seus direitos violados pelo Requerido, obrigando-se a contratar advogados para ajuizar a presente demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que nÃ£o merece prosperar o pedido de ressarcimento dos valores despendidos pela parte Requerente na contrataÃ§Ã£o de advogados para representÃ¡-la em aÃ§Ã£o reclamatÃ³ria movida contra o Requerido. Entendo que a condenaÃ§Ã£o extra que deve ser imposta ao sucumbente, caso haja, se limita ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios sucumbenciais, ou seja, os honorÃ¡rios convencionados entre as partes nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sÃ-ntese, decorrendo da vontade da parte a contrataÃ§Ã£o de advogado particular para o ajuizamento de aÃ§Ã£o, com a assunÃ§Ã£o de responsabilidade pela satisfaÃ§Ã£o dos honorÃ¡rios respectivos, nÃ£o hÃ¡ direito a ressarcimento pela via da indenizaÃ§Ã£o de dano material ou emergente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A relaÃ§Ã£o obrigacional produz efeitos entre as partes contratantes, nÃ£o sendo plausÃ-vel se estender para terceiros, obrigaÃ§Ã£o ou responsabilidade oriunda de contrato celebrado entre as partes contratantes (advogado e Requerente). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, cito os seguintes arestos: APELAÃÃO CÃVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE REPARAÃÃO DE DANOS MATERIAIS. RESSARCIMENTO DE HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Os honorÃ¡rios advocatÃ-cios convencionados entre a parte autora e o seu procurador, para defesa de seus interesses em demandas judiciais, nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o, devendo a parte vencida na aÃ§Ã£o responder, exclusivamente, por aqueles decorrentes da sucumbÃªncia. Precedentes jurisprudenciais. SentenÃ§a de improcedÃªncia mantida. APELAÃÃO DESPROVIDA. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70064607609, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Paulo Roberto Lessa Franz, Julgado em 28/05/2015). RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE PERDAS E DANOS. RESTITUIÃÃO DE HONORÃRIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Reembolso do valor pago a tÃ-tulo de honorÃ¡rios contratuais para demandar em JuÃ-zo. Impossibilidade. A verba honorÃ¡ria pela qual responde a parte adversa restringe-se Ã quela decorrente da sucumbÃªncia, nÃ£o podendo a condenaÃ§Ã£o alcanÃ§ar honorÃ¡rios pactuados particularmente. Precedentes. NEGADO PROVIMENTO Ã APELAÃÃO. DECISÃO UNÃNIME. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70052176112, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 19/12/2013). Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ dÃºvida, e ninguÃ©m suporia de modo diverso, que exercer o direito de petiÃ§Ã£o gera despesas, em especial aquelas decorrentes do pagamento dos honorÃ¡rios do advogado, todavia essa obrigaÃ§Ã£o deve ser de responsabilidade do contratante, motivo pelo qual a improcedÃªncia do pedido de danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, RESOLVO o mÃ©rito do presente processo, na forma do artigo 487, inciso I, do CPC, acolhendo parcialmente o pedido, de acordo com os seguintes capÃ-tulos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECLARO o direito da autora Ã percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional relativo Ã categoria dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, independente da legislaÃ§Ã£o vigente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â CONDENO o Requerido ao pagamento da diferenÃ§a dos valores alusivos ao piso salarial Ã Requerente, proporcional Ã sua jornada de trabalho, retroativos Ã data de vigÃªncia da Lei 12.994/2014, observadas as atualizaÃ§Ãµes de valores promovidas pela Lei 13.708/2018 ou por outra legislaÃ§Ã£o superveniente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o valor da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ incidir juros moratÃ³rios e atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria; juros contados a partir da citaÃ§Ã£o e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria sobre cada parcela remuneratÃ³ria, levando-se em conta a data em que deveriam ter sido pagas, observadas as regras e os Ã-ndices da Lei Federal 9.494/97. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INDEFIRO, pelos motivos jÃ¡ expostos, os pedidos de adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e indenizaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O quantum da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ ser apurado em liquidaÃ§Ã£o de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas judiciais, ante a gratuidade processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a sucumbÃªncia mÃ-nima da Requerente, em termos de proveito econÃ´mico obtido na presente aÃ§Ã£o, CONDENO o Requerido ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, cujo percentual serÃ¡ definido quando for liquidado o julgado (art. 85, Â§ 4Âº, inciso II, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 16 de novembro de 2021. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PÃ¡gina de 8 PROCESSO:

00010463220158140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:MARIA DA CONCEICAO PIMENTEL LOBATO Representante(s): OAB 0735 - LUCIVALDO DA SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 3596 - TAYLANA SERRAO DA LUZ (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE AFUA Representante(s): OAB 0990 - AGNALDO ALVES FERREIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ Processo 0001046-32.2015.8.14.0002 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â MARIA DA CONCEIÃÃO PIMENTEL LOBATO, por intermÃ©dio de advogado habilitado, ajuizou aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direito c/c cobranÃ§a de retroativos em face do MUNICÃPIO DE AFUÃ, ambos qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz a petiÃ§Ã£o inicial, em linhas gerais, que a autora Ã© servidora pÃºblica municipal ativa, ocupante do cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde (ACS), decorrente de contratos administrativos, cujo inÃ-cio se deu em 1Âº de agosto de 2005. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega que nunca recebeu do Requerido o valor legal corresponde ao seu cargo de ACS (piso salarial), percebendo tÃ£o somente o salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s, assim como nunca recebeu o valor corresponde ao adicional de insalubridade que faz jus em decorrÃªncia da atividade desenvolvida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, requer o pagamento das diferenÃ§as salariais retroativas advindas de portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde; o reajuste de seu vencimento de acordo com o piso salarial profissional nacional dos ACSs; alÃ©m da incorporaÃ§Ã£o do adicional de insalubridade, dano moral e dano emergente pela contrataÃ§Ã£o de advogados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Carreou aos autos os documentos de fls. 11-83. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em decisÃ£o de fl. 85, este juÃ-zo recebeu a petiÃ§Ã£o inicial, concedeu os benefÃ-cios da assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita e determinou a citaÃ§Ã£o do Requerido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Citado (fl. 89), o Requerido apresentou ContestaÃ§Ã£o pugnando pela total improcedÃªncia dos pedidos formulados na inicial (fls. 91-101), juntando aos autos os documentos de fls. 102-118. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©plica foi apresentada Ã s fls. 122-124. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Agendada e realizada audiÃªncia, a tentativa de conciliaÃ§Ã£o restou infrutÃ-fera, motivo pelo qual foram fixados os seguintes pontos controvertidos: a) direito ao pagamento da diferenÃ§a salarial aos agentes comunitÃ¡rios de saÃºde; b) direito Ã percepÃ§Ã£o do adicional de insalubridade; c) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos morais; e d) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. AlÃ©m disso, as partes, instadas, reiteraram os termos da inicial e da contestaÃ§Ã£o, alegando nÃ£o haver necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas (fl. 131). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direitos combinada com cobranÃ§a de retroativos em que a Requerente, servidora pÃºblica municipal, ingressou objetivando a percepÃ§Ã£o da diferenÃ§a salarial oriunda do regramento contido nas portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde, dos anos de 2009-2014; a aplicaÃ§Ã£o do piso salarial da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, fixado pela Lei Federal 12.994/2014, em seu artigo 9Âº-A, Â§ 1Âº; bem como o recebimento do adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o havendo questÃµes preliminares pendentes de apreciaÃ§Ã£o, considerando a desnecessidade de produÃ§Ã£o de outras provas e sendo a questÃ£o de mÃ©rito unicamente de direito, entendo que a causa estÃ¡ madura para ser decidida, passando a analisar seu mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA NECESSIDADE DE OBSERVÃNCIA AO PRINCÃPIO DA LEGALIDADE EM SENTIDO ESTRITO PARA A FIXAÃÃO DE VERBAS REMUNERATÃRIAS A SERVIDOR PÃBLICO Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autora alega que entre os anos de 2009-2014 foram editadas as Portarias nos 2.008/2009, 3.178/2010, 1.599/2011, 459/2012, 260/2013 e 314/2014, todas do MinistÃ©rio da SaÃºde (MS), que supostamente fixaram e reajustaram anualmente o vencimento base da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS). Assevera, ainda, que os ACS, no Ã¢mbito do MunicÃ-pio de AfuÃ¡, nunca perceberam o valor estabelecido na legislaÃ§Ã£o em comento, recebendo apenas um salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s Ã Ã©poca dos fatos narrados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que a pretensÃ£o da Requerente, neste ponto, nÃ£o merece prosperar, porquanto o incentivo de custeio referente Ã implantaÃ§Ã£o de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, previsto nas portarias do MS, nÃ£o constitui verba remuneratÃ³ria, sobretudo porque tal verba somente pode ser instituÃ-da por meio de lei especÃ-fica, na forma dos artigos 37, X, 61, Â§ 1Â°, Â¿cÂ¿, e 169, todos da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, a disposiÃ§Ã£o estampada no artigo 37, X, da CF possui natureza programÃ¡tica, de eficÃ¡cia contida, ou seja, possui aplicabilidade imediata, direta, mas nÃ£o integral, uma vez que depende de lei especÃ-fica para seu implemento, devendo ainda ser observada a iniciativa privativa para cada caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, somente lei do respectivo ente pÃºblico a que estiver vinculado o servidor pode estabelecer tais verbas salariais, desde que haja prÃ©via dotaÃ§Ã£o orÃ§amentÃ¡ria para atender Ã s projeÃ§Ãµes de despesa com pessoal, nÃ£o possuindo esta prerrogativa o ato infralegal do MinistÃ©rio da SaÃºde, notadamente por se tratar de servidor pÃºblico municipal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A

propÃ³sito, este Ã© o entendimento consolidado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), nos autos do AIRR - 24-18.2014.5.15.0059, de relatoria da Ministra Dora Maria da Costa, da 8Âª Turma, julgado em 22/03/2016. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, o suposto direito pretendido pela autora encontra Ã³bice na ausÃªncia de lei do ente pÃºblico respectivo a prevÃª-lo, e, portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde nÃ£o podem ser interpretadas como fontes formais do direito, capazes de criar espÃ©cies remuneratÃ³rias a servidores, razÃ£o pela qual entendo nÃ£o ser possÃ-vel o recebimento retroativo de diferenÃ§as salariais relativas aos anos de 2009-2014, fundadas em portarias ministeriais, especialmente porque considerar o incentivo de custeio como verba remuneratÃ³ria caracterizaria grave afronta ao princÃ-pio da legalidade em sentido estrito, previsto constitucionalmente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em tempo, entendo que o referido incentivo visa tÃ£o somente fortalecer a atuaÃ§Ã£o dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS) e Agentes de Combate Ã s Endemias (ACE) nas aÃ§Ãµes a que sÃ£o destinados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO DA SERVIDORA Ã PERCEPÃÃO DO PISO SALARIAL NACIONAL RELATIVO Ã CATEGORIA DE AGENTES COMUNITÃRIOS DE SAÃDE (LEI NÂº 12.994, DE 17 DE JUNHO DE 2014) Â Â Â Â Â Â Â Â Â A princÃ-pio, esclareÃ§o que qualquer anÃ¡lise feita Ã pretensÃ£o de percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional se darÃ¡ a partir de 18 de junho de 2014, em razÃ£o do inÃ-cio da vigÃªncia da Lei nÂº 12.994/2014, a qual nÃ£o tem o condÃ£o de operar seus efeitos retroativamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico a existÃªncia de apenas 05 (cinco) contracheques aptos a comprovar o alegado pela parte autora (fls. 33-35), isto porque o restante da documentaÃ§Ã£o colacionada demonstra a percepÃ§Ã£o de salÃ¡rios em data anterior Ã vigÃªncia da lei que instituiu o piso salarial nacional Ã categoria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Feitas essas consideraÃ§Ãµes iniciais, pontuo que a ConstituiÃ§Ã£o Federal, em seu artigo 198, Â§ 5Âº, dispÃ´s que as aÃ§Ãµes e serviÃ§os pÃºblicos de saÃºde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema Ãºnico, organizado de acordo com diretrizes, e que lei federal deve dispor sobre o regime jurÃ-dico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentaÃ§Ã£o das atividades de agente comunitÃ¡rio de saÃºde e agente de combate Ã s endemias, competindo Ã UniÃ£o, nos termos da lei, prestar assistÃªncia financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos MunicÃ-pios, para o cumprimento do referido piso salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em atendimento ao mandamento constitucional, foi editada a Lei nÂº 12.994/2014, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para instituir o piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, dispÃµe o artigo 9Âº-A da citada lei que o piso salarial profissional nacional Ã© o valor abaixo do qual a UniÃ£o, os Estados, o Distrito Federal e os MunicÃ-pios nÃ£o poderÃ£o fixar o vencimento inicial das Carreiras de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde e de Agente de Combate Ã s Endemias para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O piso salarial profissional nacional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias foi fixado no valor de R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais) mensais, sendo que a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas exigida para garantia do piso salarial deve ser integralmente dedicada a aÃ§Ãµes e serviÃ§os de promoÃ§Ã£o da saÃºde, vigilÃ¢ncia epidemiolÃ³gica e combate a endemias em prol das famÃ-lias e comunidades assistidas, dentro dos respectivos territÃ³rios de atuaÃ§Ã£o (art. 9Â°-A, Â§Â§ 1Âº e 2Âº, da Lei nÂº 12.994/2014). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da simples leitura do dispositivo legal em comento, concluo ser imprescindÃ-vel que Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e Agentes de Combate Ã s Endemias cumpram a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais para o recebimento integral do piso salarial instituÃ-do pela Lei Federal, caso contrÃ¡rio caracterizaria evidente enriquecimento ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a disposiÃ§Ã£o do artigo 322, Â§ 2Âº, do CPC, que dispÃµe que a interpretaÃ§Ã£o do pedido considerarÃ¡ o conjunto da postulaÃ§Ã£o e observarÃ¡ o princÃ-pio da boa-fÃ©, registro que o cerne desta pretensÃ£o Ã© a declaraÃ§Ã£o do direito da parte autora Ã incorporaÃ§Ã£o do piso salarial nacional, independente da legislaÃ§Ã£o a ser considerada, desde que vigente, e o consequente pagamento de valores retroativos a que faz jus. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, em que pese o pedido tenha sido formulado pela Requerente em 2015, momento em que o quantum a ser pago a tÃ-tulo de piso salarial estava fixado no valor R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais), em 23 de outubro de 2018, foi publicada a Lei nÂº 13.708, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para modificar as normas que regulam o exercÃ-cio profissional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na oportunidade, o quantum do piso salarial nacional Ã s categorias foi atualizado, sendo escalonado e fixado da seguinte forma: I - R$-1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2019; II - R$-1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2020; e III - R$-1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2021, sempre respeitando a carga horÃ¡ria de 40 horas semanais para a percepÃ§Ã£o integral do piso.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, considerando que a autora labora 30 (trinta) horas por semana, reconheÃ§o o direito da demandante de receber a

diferenÃ§a dos valores proporcionais ao piso salarial nacional, devidos retroativamente, com base na Lei nÂº 12.994/2014, no perÃ-odo de 18/06/2014 atÃ© 31/12/2018, bem como reconheÃ§o o direito da autora de receber as diferenÃ§as salariais, devidas retroativamente, com base na Lei 13.708/2018, desde 1Âº/01/2019, devendo ser atualizado o valor com a eventual superveniÃªncia de lei especÃ-fica, sendo certo que, em todos os casos, os valores efetivamente recebidos pela autora devem ser subtraÃ-dos do valor a ser pago retroativamente a tÃ-tulo de diferenÃ§a salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Lei nÂº 13.708/2018 dispÃ´s que o piso salarial fixado em R$-1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais) serÃ¡ reajustado, anualmente, em 1Â° de janeiro, a partir do ano de 2022. Logo, sobrevindo reajustes futuros, devidamente previstos em lei, reconheÃ§o o direito da Requerente Ã percepÃ§Ã£o dos valores porventura atualizados, a contar da vigÃªncia da legislaÃ§Ã£o que promover as alteraÃ§Ãµes, salvaguardando, em todo caso, o direito de que a sua remuneraÃ§Ã£o nÃ£o poderÃ¡ ser inferior ao valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s (artigo 7Âº, inciso VII, da CF/88 c/c a SÃºmula Vinculante 16). Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO Ã PERCEPÃÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Requerente pleiteia receber o adicional de insalubridade no patamar de 20% (vinte por cento) de seu vencimento base, alÃ©m dos retroativos, em virtude da atividade que desempenha, amparando-se no artigo 7Âº, inciso XXIII, da CF, no artigo 13, inciso XII, da Lei OrgÃ¢nica do MunicÃ-pio e no artigo 70 do Estatuto dos Servidores PÃºblicos do MunicÃ-pio de AfuÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O contrato temporÃ¡rio de trabalho firmado com fulcro no incisoÂ IXÂ do artigoÂ 37Â daÂ ConstituiÃ§Ã£o FederalÂ Ã© regido pelas normas de Direito Administrativo, gerando somente os direitos expressamente previstos na legislaÃ§Ã£o de regÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â As sucessivas renovaÃ§Ãµes de contrato de trabalho podem ser consideradas nulas, o que, no entanto, nÃ£o retira dos contratos a natureza administrativa. Bom que se diga que aÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal, a partir da Emenda nÂº 19/98, deixou de garantir o adicional de remuneraÃ§Ã£o para as atividades penosas, insalubres ou perigosas aos servidores pÃºblicos, ao deixar de aludir esse adicional no incisoÂ XXIIIÂ do artigoÂ 7ÂºÂ daÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, o adicional de insalubridade sÃ³ pode ser concedido pelos entes pÃºblicos desde que haja lei municipal regulando a matÃ©ria, determinando quais as atividades insalubres, os percentuais devidos, inclusive eventual direito adquirido na mudanÃ§a dos servidores regidos anteriormente pelaÂ CLTÂ que atualmente seguem o Regime JurÃ-dico Ãnico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â E as normas daÂ ConsolidaÃ§Ã£o das Leis do TrabalhoÂ nÃ£o podem reger a situaÃ§Ã£o havida entre as partes, sendo inviÃ¡vel que se recorra ao uso da analogia, principalmente diante do princÃ-pio da reserva legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do RE 1263804/PB, de relatoria da Min. CÃ¡rmen LÃºcia, em 13/07/2020, manifestou-se sobre o tema da seguinte maneira: AGRAVO INTERNO NA APELAÃÃO CÃVEL - AÃÃO DE COBRANÃA - SERVIDOR MUNICIPAL SEM VÃNCULO - INGRESSO SEM CONCURSO PÃBLICO - PRETENSÃO EM RECEBER VERBAS SALARIAIS, FGTS, FÃRIAS E ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - DESPROVIMENTO NA ORIGEM - DIREITO AO RECEBIMENTO DOS VALORES CORRESPONDENTES AO FGTS - DESPROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO. Â¿O adicional de insalubridade sÃ³ Ã© devido a servidor pÃºblico submetido a vÃ-nculo estatutÃ¡rio ou temporÃ¡rio se houver previsÃ£o em lei especÃ-fica editada pelo respectivo ente federado. InteligÃªncia da SÃºmula nÂº 42 deste Tribunal de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise detida dos autos, corroborando o entendimento firmado pela Corte Suprema, nÃ£o restou comprovado, por parte da autora, a existÃªncia de lei especÃ-fica editada pelo Ente Federado, dispondo sobre o referido adicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, ressalto a inexistÃªncia nos autos de comprovaÃ§Ã£o tÃ©cnica (laudo pericial) acerca da atividade insalubre e o respectivo grau a que a autora tenha se submetido, acompanhando o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de JustiÃ§a de que o adicional em comento nÃ£o possui carÃ¡ter geral. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Havendo vÃ¡cuo normativo, nÃ£o poderia este juÃ-zo, em substituiÃ§Ã£o ao Poder Legislativo, aplicar analogicamente normas que nÃ£o vinculam a municipalidade, sob pena de afrontar o princÃ-pio da separaÃ§Ã£o dos poderes, bem como criar uma despesa sem a previsÃ£o legal de sua respectiva receita, o que de igual modo afrontaria a lei de responsabilidade fiscal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na Lei EstatutÃ¡ria dos Servidores PÃºblicos de AfuÃ¡ nÃ£o consta previsÃ£o de pagamento deste adicional aos servidores temporÃ¡rios e nem mesmo faz qualquer menÃ§Ã£o sobre os graus e os percentuais de insalubridade aos servidores efetivos, de modo que tal lacuna pode ser sanada mediante mandado de injunÃ§Ã£o ou ediÃ§Ã£o de lei, motivo pelo qual adianto a improcedÃªncia desse pedido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS MORAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â O dano moral abarca a dor ou sofrimento humano que nÃ£o se revestem de carÃ¡ter de perda pecuniÃ¡ria, oriundo de violaÃ§Ã£o Ã reputaÃ§Ã£o da vÃ-tima, Ã sua autoridade legÃ-tima, ao seu pudor, Ã sua seguranÃ§a e tranquilidade, Ã integridade de sua inteligÃªncia, a suas afeiÃ§Ãµes, ao seu amor prÃ³prio estÃ©tico, entre outros atos que importem abalo de ordem emocional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A reparaÃ§Ã£o decorrente do dano moral consiste, a um sÃ³ tempo, em

uma satisfaÃ§Ã£o compensatÃ³ria ao ofendido e numa puniÃ§Ã£o ao ofensor, cujo carÃ¡ter pedagÃ³gico visa mitigar, ou mesmo neutralizar, os sentimentos negativos provocados pelo ato ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em apreÃ§o, nÃ£o consigo visualizar qualquer resquÃ-cio de dano moral que a Requerente tenha sofrido, uma vez que, desde o inÃ-cio, quando se propÃ´s a prestar serviÃ§o pÃºblico municipal ocupando o cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde, anuiu com o disposto no contrato administrativo que assinou, inclusive no que diz respeito a vencimentos, jornada de trabalho e demais caracterÃ-sticas pertinentes ao cargo, nÃ£o tendo sido iludida pelo MunicÃ-pio Requerido, razÃ£o pela qual nÃ£o se pode falar em frustraÃ§Ã£o de expectativas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, incabÃ-vel a indenizaÃ§Ã£o por danos morais aqui pleiteada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS EMERGENTES PELA CONTRATAÃÃO DE ADVOGADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Requerente pleiteia, por fim, indenizaÃ§Ã£o a tÃ-tulo de danos emergentes, uma vez que teve, em tese, seus direitos violados pelo Requerido, obrigando-se a contratar advogados para ajuizar a presente demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que nÃ£o merece prosperar o pedido de ressarcimento dos valores despendidos pela parte Requerente na contrataÃ§Ã£o de advogados para representÃ¡-la em aÃ§Ã£o reclamatÃ³ria movida contra o Requerido. Entendo que a condenaÃ§Ã£o extra que deve ser imposta ao sucumbente, caso haja, se limita ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios sucumbenciais, ou seja, os honorÃ¡rios convencionados entre as partes nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sÃ-ntese, decorrendo da vontade da parte a contrataÃ§Ã£o de advogado particular para o ajuizamento de aÃ§Ã£o, com a assunÃ§Ã£o de responsabilidade pela satisfaÃ§Ã£o dos honorÃ¡rios respectivos, nÃ£o hÃ¡ direito a ressarcimento pela via da indenizaÃ§Ã£o de dano material ou emergente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A relaÃ§Ã£o obrigacional produz efeitos entre as partes contratantes, nÃ£o sendo plausÃ-vel se estender para terceiros, obrigaÃ§Ã£o ou responsabilidade oriunda de contrato celebrado entre as partes contratantes (advogado e Requerente). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, cito os seguintes arestos: APELAÃÃO CÃVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE REPARAÃÃO DE DANOS MATERIAIS. RESSARCIMENTO DE HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Os honorÃ¡rios advocatÃ-cios convencionados entre a parte autora e o seu procurador, para defesa de seus interesses em demandas judiciais, nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o, devendo a parte vencida na aÃ§Ã£o responder, exclusivamente, por aqueles decorrentes da sucumbÃªncia. Precedentes jurisprudenciais. SentenÃ§a de improcedÃªncia mantida. APELAÃÃO DESPROVIDA. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70064607609, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Paulo Roberto Lessa Franz, Julgado em 28/05/2015). RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE PERDAS E DANOS. RESTITUIÃÃO DE HONORÃRIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Reembolso do valor pago a tÃ-tulo de honorÃ¡rios contratuais para demandar em JuÃ-zo. Impossibilidade. A verba honorÃ¡ria pela qual responde a parte adversa restringe-se Ã quela decorrente da sucumbÃªncia, nÃ£o podendo a condenaÃ§Ã£o alcanÃ§ar honorÃ¡rios pactuados particularmente. Precedentes. NEGADO PROVIMENTO Ã APELAÃÃO. DECISÃO UNÃNIME. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70052176112, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 19/12/2013). Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ dÃºvida, e ninguÃ©m suporia de modo diverso, que exercer o direito de petiÃ§Ã£o gera despesas, em especial aquelas decorrentes do pagamento dos honorÃ¡rios do advogado, todavia essa obrigaÃ§Ã£o deve ser de responsabilidade do contratante, motivo pelo qual a improcedÃªncia do pedido de danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, RESOLVO o mÃ©rito do presente processo, na forma do artigo 487, inciso I, do CPC, acolhendo parcialmente o pedido, de acordo com os seguintes capÃ-tulos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECLARO o direito da autora Ã percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional relativo Ã categoria dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, independente da legislaÃ§Ã£o vigente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â CONDENO o Requerido ao pagamento da diferenÃ§a dos valores alusivos ao piso salarial Ã Requerente, proporcional Ã sua jornada de trabalho, retroativos Ã data de vigÃªncia da Lei 12.994/2014, observadas as atualizaÃ§Ãµes de valores promovidas pela Lei 13.708/2018 ou por outra legislaÃ§Ã£o superveniente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o valor da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ incidir juros moratÃ³rios e atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria; juros contados a partir da citaÃ§Ã£o e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria sobre cada parcela remuneratÃ³ria, levando-se em conta a data em que deveriam ter sido pagas, observadas as regras e os Ã-ndices da Lei Federal 9.494/97. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INDEFIRO, pelos motivos jÃ¡ expostos, os pedidos de adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e indenizaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O quantum da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ ser apurado em liquidaÃ§Ã£o de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas judiciais, ante a gratuidade processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a sucumbÃªncia mÃ-nima da Requerente, em termos de proveito econÃ´mico obtido na presente aÃ§Ã£o, CONDENO o Requerido ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, cujo percentual serÃ¡ definido quando for liquidado o julgado (art. 85, Â§ 4Âº, inciso II, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â

Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 16 de novembro de 2021. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PÃ¡gina de 8 PROCESSO: 00010480220158140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:CARLIANE RODRIGUES PACHECO Representante(s): OAB 0735 - LUCIVALDO DA SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 3596 - TAYLANA SERRAO DA LUZ (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE AFUA Representante(s): OAB 0990 - AGNALDO ALVES FERREIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ Processo 0001048-02.2015.8.14.0002 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CARLIANE RODRIGUES PACHECO, por intermÃ©dio de advogado habilitado, ajuizou aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direito c/c cobranÃ§a de retroativos em face do MUNICÃPIO DE AFUÃ, ambos qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz a petiÃ§Ã£o inicial, em linhas gerais, que a autora Ã© servidora pÃºblica municipal ativa, ocupante do cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde (ACS), decorrente de contratos administrativos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega que nunca recebeu do Requerido o valor legal corresponde ao seu cargo de ACS (piso salarial), percebendo tÃ£o somente o salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s, assim como nunca recebeu o valor corresponde ao adicional de insalubridade que faz jus em decorrÃªncia da atividade desenvolvida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, requer o pagamento das diferenÃ§as salariais retroativas advindas de portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde; o reajuste de seu vencimento de acordo com o piso salarial profissional nacional dos ACSs; alÃ©m da incorporaÃ§Ã£o do adicional de insalubridade, dano moral e dano emergente pela contrataÃ§Ã£o de advogados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Carreou aos autos os documentos de fls. 11-83. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em decisÃ£o de fl. 85, este juÃ-zo recebeu a petiÃ§Ã£o inicial, concedeu os benefÃ-cios da assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita e determinou a citaÃ§Ã£o do Requerido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Citado (fl. 88), o Requerido apresentou ContestaÃ§Ã£o pugnando pela total improcedÃªncia dos pedidos formulados na inicial (fls. 92-102), juntando aos autos os documentos de fls. 103-120. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©plica foi apresentada Ã s fls. 126-130. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Agendada e realizada audiÃªncia, a tentativa de conciliaÃ§Ã£o restou infrutÃ-fera, motivo pelo qual foram fixados os seguintes pontos controvertidos: a) direito ao pagamento da diferenÃ§a salarial aos agentes comunitÃ¡rios de saÃºde; b) direito Ã percepÃ§Ã£o do adicional de insalubridade; c) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos morais; e d) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. AlÃ©m disso, as partes, instadas, reiteraram os termos da inicial e da contestaÃ§Ã£o, alegando nÃ£o haver necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas (fl. 138). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direitos combinada com cobranÃ§a de retroativos em que a Requerente, servidora pÃºblica municipal, ingressou objetivando a percepÃ§Ã£o da diferenÃ§a salarial oriunda do regramento contido nas portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde, dos anos de 2009-2014; a aplicaÃ§Ã£o do piso salarial da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, fixado pela Lei Federal 12.994/2014, em seu artigo 9Âº-A, Â§ 1Âº; bem como o recebimento do adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o havendo questÃµes preliminares pendentes de apreciaÃ§Ã£o, considerando a desnecessidade de produÃ§Ã£o de outras provas e sendo a questÃ£o de mÃ©rito unicamente de direito, entendo que a causa estÃ¡ madura para ser decidida, passando a analisar seu mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA NECESSIDADE DE OBSERVÃNCIA AO PRINCÃPIO DA LEGALIDADE EM SENTIDO ESTRITO PARA A FIXAÃÃO DE VERBAS REMUNERATÃRIAS A SERVIDOR PÃBLICO Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autora alega que entre os anos de 2009-2014 foram editadas as Portarias nos 2.008/2009, 3.178/2010, 1.599/2011, 459/2012, 260/2013 e 314/2014, todas do MinistÃ©rio da SaÃºde (MS), que supostamente fixaram e reajustaram anualmente o vencimento base da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS). Assevera, ainda, que os ACS, no Ã¢mbito do MunicÃ-pio de AfuÃ¡, nunca perceberam o valor estabelecido na legislaÃ§Ã£o em comento, recebendo apenas um salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s Ã Ã©poca dos fatos narrados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que a pretensÃ£o da Requerente, neste ponto, nÃ£o merece prosperar, porquanto o incentivo de custeio referente Ã implantaÃ§Ã£o de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, previsto nas portarias do MS, nÃ£o constitui verba remuneratÃ³ria, sobretudo porque tal verba somente pode ser instituÃ-da por meio de lei especÃ-fica, na forma dos artigos 37, X, 61, Â§ 1Â°, Â¿cÂ¿, e 169, todos da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, a disposiÃ§Ã£o estampada no artigo 37, X, da CF possui natureza programÃ¡tica, de eficÃ¡cia contida, ou seja, possui aplicabilidade imediata, direta, mas nÃ£o integral, uma vez que depende de lei especÃ-fica para seu implemento, devendo ainda ser observada a iniciativa privativa para cada caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, somente lei do respectivo

ente pÃºblico a que estiver vinculado o servidor pode estabelecer tais verbas salariais, desde que haja prÃ©via dotaÃ§Ã£o orÃ§amentÃ¡ria para atender Ã s projeÃ§Ãµes de despesa com pessoal, nÃ£o possuindo esta prerrogativa o ato infralegal do MinistÃ©rio da SaÃºde, notadamente por se tratar de servidor pÃºblico municipal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, este Ã© o entendimento consolidado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), nos autos do AIRR - 24-18.2014.5.15.0059, de relatoria da Ministra Dora Maria da Costa, da 8Âª Turma, julgado em 22/03/2016. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, o suposto direito pretendido pela autora encontra Ã³bice na ausÃªncia de lei do ente pÃºblico respectivo a prevÃª-lo, e, portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde nÃ£o podem ser interpretadas como fontes formais do direito, capazes de criar espÃ©cies remuneratÃ³rias a servidores, razÃ£o pela qual entendo nÃ£o ser possÃ-vel o recebimento retroativo de diferenÃ§as salariais relativas aos anos de 2009-2014, fundadas em portarias ministeriais, especialmente porque considerar o incentivo de custeio como verba remuneratÃ³ria caracterizaria grave afronta ao princÃ-pio da legalidade em sentido estrito, previsto constitucionalmente. Â Â Â Â Â Â Â Â Em tempo, entendo que o referido incentivo visa tÃ£o somente fortalecer a atuaÃ§Ã£o dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS) e Agentes de Combate Ã s Endemias (ACE) nas aÃ§Ãµes a que sÃ£o destinados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO DA SERVIDORA Ã PERCEPÃÃO DO PISO SALARIAL NACIONAL RELATIVO Ã CATEGORIA DE AGENTES COMUNITÃRIOS DE SAÃDE (LEI NÂº 12.994, DE 17 DE JUNHO DE 2014) Â Â Â Â Â Â Â Â Â A princÃ-pio, esclareÃ§o que qualquer anÃ¡lise feita Ã pretensÃ£o de percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional se darÃ¡ a partir de 18 de junho de 2014, em razÃ£o do inÃ-cio da vigÃªncia da Lei nÂº 12.994/2014, a qual nÃ£o tem o condÃ£o de operar seus efeitos retroativamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico a existÃªncia de apenas 04 (quatro) contracheques aptos a comprovar o alegado pela parte autora (fls. 80-83), isto porque o restante da documentaÃ§Ã£o colacionada demonstra a percepÃ§Ã£o de salÃ¡rios em data anterior Ã vigÃªncia da lei que instituiu o piso salarial nacional Ã categoria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Feitas essas consideraÃ§Ãµes iniciais, pontuo que a ConstituiÃ§Ã£o Federal, em seu artigo 198, Â§ 5Âº, dispÃ´s que as aÃ§Ãµes e serviÃ§os pÃºblicos de saÃºde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema Ãºnico, organizado de acordo com diretrizes, e que lei federal deve dispor sobre o regime jurÃ-dico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentaÃ§Ã£o das atividades de agente comunitÃ¡rio de saÃºde e agente de combate Ã s endemias, competindo Ã UniÃ£o, nos termos da lei, prestar assistÃªncia financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos MunicÃ-pios, para o cumprimento do referido piso salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em atendimento ao mandamento constitucional, foi editada a Lei nÂº 12.994/2014, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para instituir o piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, dispÃµe o artigo 9Âº-A da citada lei que o piso salarial profissional nacional Ã© o valor abaixo do qual a UniÃ£o, os Estados, o Distrito Federal e os MunicÃ-pios nÃ£o poderÃ£o fixar o vencimento inicial das Carreiras de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde e de Agente de Combate Ã s Endemias para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O piso salarial profissional nacional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias foi fixado no valor de R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais) mensais, sendo que a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas exigida para garantia do piso salarial deve ser integralmente dedicada a aÃ§Ãµes e serviÃ§os de promoÃ§Ã£o da saÃºde, vigilÃ¢ncia epidemiolÃ³gica e combate a endemias em prol das famÃ-lias e comunidades assistidas, dentro dos respectivos territÃ³rios de atuaÃ§Ã£o (art. 9Â°-A, Â§Â§ 1Âº e 2Âº, da Lei nÂº 12.994/2014). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da simples leitura do dispositivo legal em comento, concluo ser imprescindÃ-vel que Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e Agentes de Combate Ã s Endemias cumpram a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais para o recebimento integral do piso salarial instituÃ-do pela Lei Federal, caso contrÃ¡rio caracterizaria evidente enriquecimento ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a disposiÃ§Ã£o do artigo 322, Â§ 2Âº, do CPC, que dispÃµe que a interpretaÃ§Ã£o do pedido considerarÃ¡ o conjunto da postulaÃ§Ã£o e observarÃ¡ o princÃ-pio da boa-fÃ©, registro que o cerne desta pretensÃ£o Ã© a declaraÃ§Ã£o do direito da parte autora Ã incorporaÃ§Ã£o do piso salarial nacional, independente da legislaÃ§Ã£o a ser considerada, desde que vigente, e o consequente pagamento de valores retroativos a que faz jus. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, em que pese o pedido tenha sido formulado pela Requerente em 2015, momento em que o quantum a ser pago a tÃ-tulo de piso salarial estava fixado no valor R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais), em 23 de outubro de 2018, foi publicada a Lei nÂº 13.708, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para modificar as normas que regulam o exercÃ-cio profissional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na oportunidade, o quantum do piso salarial nacional Ã s categorias foi atualizado, sendo escalonado e fixado da seguinte forma: I - R$-1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2019; II - R$-1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), devido a

partir de 1Âº de janeiro de 2020; e III - R$-1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2021, sempre respeitando a carga horÃ¡ria de 40 horas semanais para a percepÃ§Ã£o integral do piso.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, considerando que a autora labora 30 (trinta) horas por semana, reconheÃ§o o direito da demandante de receber a diferenÃ§a dos valores proporcionais ao piso salarial nacional, devidos retroativamente, com base na Lei nÂº 12.994/2014, no perÃ-odo de 18/06/2014 atÃ© 31/12/2018, bem como reconheÃ§o o direito da autora de receber as diferenÃ§as salariais, devidas retroativamente, com base na Lei 13.708/2018, desde 1Âº/01/2019, devendo ser atualizado o valor com a eventual superveniÃªncia de lei especÃ-fica, sendo certo que, em todos os casos, os valores efetivamente recebidos pela autora devem ser subtraÃ-dos do valor a ser pago retroativamente a tÃ-tulo de diferenÃ§a salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Lei nÂº 13.708/2018 dispÃ´s que o piso salarial fixado em R$-1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais) serÃ¡ reajustado, anualmente, em 1Â° de janeiro, a partir do ano de 2022. Logo, sobrevindo reajustes futuros, devidamente previstos em lei, reconheÃ§o o direito da Requerente Ã percepÃ§Ã£o dos valores porventura atualizados, a contar da vigÃªncia da legislaÃ§Ã£o que promover as alteraÃ§Ãµes, salvaguardando, em todo caso, o direito de que a sua remuneraÃ§Ã£o nÃ£o poderÃ¡ ser inferior ao valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s (artigo 7Âº, inciso VII, da CF/88 c/c a SÃºmula Vinculante 16). Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO Ã PERCEPÃÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Requerente pleiteia receber o adicional de insalubridade no patamar de 20% (vinte por cento) de seu vencimento base, alÃ©m dos retroativos, em virtude da atividade que desempenha, amparando-se no artigo 7Âº, inciso XXIII, da CF, no artigo 13, inciso XII, da Lei OrgÃ¢nica do MunicÃ-pio e no artigo 70 do Estatuto dos Servidores PÃºblicos do MunicÃ-pio de AfuÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O contrato temporÃ¡rio de trabalho firmado com fulcro no incisoÂ IXÂ do artigoÂ 37Â daÂ ConstituiÃ§Ã£o FederalÂ Ã© regido pelas normas de Direito Administrativo, gerando somente os direitos expressamente previstos na legislaÃ§Ã£o de regÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â As sucessivas renovaÃ§Ãµes de contrato de trabalho podem ser consideradas nulas, o que, no entanto, nÃ£o retira dos contratos a natureza administrativa. Bom que se diga que aÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal, a partir da Emenda nÂº 19/98, deixou de garantir o adicional de remuneraÃ§Ã£o para as atividades penosas, insalubres ou perigosas aos servidores pÃºblicos, ao deixar de aludir esse adicional no incisoÂ XXIIIÂ do artigoÂ 7ÂºÂ daÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, o adicional de insalubridade sÃ³ pode ser concedido pelos entes pÃºblicos desde que haja lei municipal regulando a matÃ©ria, determinando quais as atividades insalubres, os percentuais devidos, inclusive eventual direito adquirido na mudanÃ§a dos servidores regidos anteriormente pelaÂ CLTÂ que atualmente seguem o Regime JurÃ-dico Ãnico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â E as normas daÂ ConsolidaÃ§Ã£o das Leis do TrabalhoÂ nÃ£o podem reger a situaÃ§Ã£o havida entre as partes, sendo inviÃ¡vel que se recorra ao uso da analogia, principalmente diante do princÃ-pio da reserva legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do RE 1263804/PB, de relatoria da Min. CÃ¡rmen LÃºcia, em 13/07/2020, manifestou-se sobre o tema da seguinte maneira: AGRAVO INTERNO NA APELAÃÃO CÃVEL - AÃÃO DE COBRANÃA - SERVIDOR MUNICIPAL SEM VÃNCULO - INGRESSO SEM CONCURSO PÃBLICO - PRETENSÃO EM RECEBER VERBAS SALARIAIS, FGTS, FÃRIAS E ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - DESPROVIMENTO NA ORIGEM - DIREITO AO RECEBIMENTO DOS VALORES CORRESPONDENTES AO FGTS - DESPROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO. Â¿O adicional de insalubridade sÃ³ Ã© devido a servidor pÃºblico submetido a vÃ-nculo estatutÃ¡rio ou temporÃ¡rio se houver previsÃ£o em lei especÃ-fica editada pelo respectivo ente federado. InteligÃªncia da SÃºmula nÂº 42 deste Tribunal de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise detida dos autos, corroborando o entendimento firmado pela Corte Suprema, nÃ£o restou comprovado, por parte da autora, a existÃªncia de lei especÃ-fica editada pelo Ente Federado, dispondo sobre o referido adicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, ressalto a inexistÃªncia nos autos de comprovaÃ§Ã£o tÃ©cnica (laudo pericial) acerca da atividade insalubre e o respectivo grau a que a autora tenha se submetido, acompanhando o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de JustiÃ§a de que o adicional em comento nÃ£o possui carÃ¡ter geral. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Havendo vÃ¡cuo normativo, nÃ£o poderia este juÃ-zo, em substituiÃ§Ã£o ao Poder Legislativo, aplicar analogicamente normas que nÃ£o vinculam a municipalidade, sob pena de afrontar o princÃ-pio da separaÃ§Ã£o dos poderes, bem como criar uma despesa sem a previsÃ£o legal de sua respectiva receita, o que de igual modo afrontaria a lei de responsabilidade fiscal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na Lei EstatutÃ¡ria dos Servidores PÃºblicos de AfuÃ¡ nÃ£o consta previsÃ£o de pagamento deste adicional aos servidores temporÃ¡rios e nem mesmo faz qualquer menÃ§Ã£o sobre os graus e os percentuais de insalubridade aos servidores efetivos, de modo que tal lacuna pode ser sanada mediante mandado de injunÃ§Ã£o ou ediÃ§Ã£o de lei, motivo pelo qual adianto a improcedÃªncia desse pedido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS MORAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â O dano moral abarca a dor ou sofrimento humano que nÃ£o se revestem de carÃ¡ter de perda pecuniÃ¡ria, oriundo de

violaÃ§Ã£o Ã reputaÃ§Ã£o da vÃ-tima, Ã sua autoridade legÃ-tima, ao seu pudor, Ã sua seguranÃ§a e tranquilidade, Ã integridade de sua inteligÃªncia, a suas afeiÃ§Ãµes, ao seu amor prÃ³prio estÃ©tico, entre outros atos que importem abalo de ordem emocional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A reparaÃ§Ã£o decorrente do dano moral consiste, a um sÃ³ tempo, em uma satisfaÃ§Ã£o compensatÃ³ria ao ofendido e numa puniÃ§Ã£o ao ofensor, cujo carÃ¡ter pedagÃ³gico visa mitigar, ou mesmo neutralizar, os sentimentos negativos provocados pelo ato ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em apreÃ§o, nÃ£o consigo visualizar qualquer resquÃ-cio de dano moral que a Requerente tenha sofrido, uma vez que, desde o inÃ-cio, quando se propÃ´s a prestar serviÃ§o pÃºblico municipal ocupando o cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde, anuiu com o disposto no contrato administrativo que assinou, inclusive no que diz respeito a vencimentos, jornada de trabalho e demais caracterÃ-sticas pertinentes ao cargo, nÃ£o tendo sido iludida pelo MunicÃ-pio Requerido, razÃ£o pela qual nÃ£o se pode falar em frustraÃ§Ã£o de expectativas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, incabÃ-vel a indenizaÃ§Ã£o por danos morais aqui pleiteada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS EMERGENTES PELA CONTRATAÃÃO DE ADVOGADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Requerente pleiteia, por fim, indenizaÃ§Ã£o a tÃ-tulo de danos emergentes, uma vez que teve, em tese, seus direitos violados pelo Requerido, obrigando-se a contratar advogados para ajuizar a presente demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que nÃ£o merece prosperar o pedido de ressarcimento dos valores despendidos pela parte Requerente na contrataÃ§Ã£o de advogados para representÃ¡-la em aÃ§Ã£o reclamatÃ³ria movida contra o Requerido. Entendo que a condenaÃ§Ã£o extra que deve ser imposta ao sucumbente, caso haja, se limita ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios sucumbenciais, ou seja, os honorÃ¡rios convencionados entre as partes nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sÃ-ntese, decorrendo da vontade da parte a contrataÃ§Ã£o de advogado particular para o ajuizamento de aÃ§Ã£o, com a assunÃ§Ã£o de responsabilidade pela satisfaÃ§Ã£o dos honorÃ¡rios respectivos, nÃ£o hÃ¡ direito a ressarcimento pela via da indenizaÃ§Ã£o de dano material ou emergente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A relaÃ§Ã£o obrigacional produz efeitos entre as partes contratantes, nÃ£o sendo plausÃ-vel se estender para terceiros, obrigaÃ§Ã£o ou responsabilidade oriunda de contrato celebrado entre as partes contratantes (advogado e Requerente). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, cito os seguintes arestos: APELAÃÃO CÃVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE REPARAÃÃO DE DANOS MATERIAIS. RESSARCIMENTO DE HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Os honorÃ¡rios advocatÃ-cios convencionados entre a parte autora e o seu procurador, para defesa de seus interesses em demandas judiciais, nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o, devendo a parte vencida na aÃ§Ã£o responder, exclusivamente, por aqueles decorrentes da sucumbÃªncia. Precedentes jurisprudenciais. SentenÃ§a de improcedÃªncia mantida. APELAÃÃO DESPROVIDA. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70064607609, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Paulo Roberto Lessa Franz, Julgado em 28/05/2015). RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE PERDAS E DANOS. RESTITUIÃÃO DE HONORÃRIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Reembolso do valor pago a tÃ-tulo de honorÃ¡rios contratuais para demandar em JuÃ-zo. Impossibilidade. A verba honorÃ¡ria pela qual responde a parte adversa restringe-se Ã quela decorrente da sucumbÃªncia, nÃ£o podendo a condenaÃ§Ã£o alcanÃ§ar honorÃ¡rios pactuados particularmente. Precedentes. NEGADO PROVIMENTO Ã APELAÃÃO. DECISÃO UNÃNIME. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70052176112, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 19/12/2013). Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ dÃºvida, e ninguÃ©m suporia de modo diverso, que exercer o direito de petiÃ§Ã£o gera despesas, em especial aquelas decorrentes do pagamento dos honorÃ¡rios do advogado, todavia essa obrigaÃ§Ã£o deve ser de responsabilidade do contratante, motivo pelo qual a improcedÃªncia do pedido de danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, RESOLVO o mÃ©rito do presente processo, na forma do artigo 487, inciso I, do CPC, acolhendo parcialmente o pedido, de acordo com os seguintes capÃ-tulos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECLARO o direito da autora Ã percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional relativo Ã categoria dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, independente da legislaÃ§Ã£o vigente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â CONDENO o Requerido ao pagamento da diferenÃ§a dos valores alusivos ao piso salarial Ã Requerente, proporcional Ã sua jornada de trabalho, retroativos Ã data de vigÃªncia da Lei 12.994/2014, observadas as atualizaÃ§Ãµes de valores promovidas pela Lei 13.708/2018 ou por outra legislaÃ§Ã£o superveniente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o valor da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ incidir juros moratÃ³rios e atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria; juros contados a partir da citaÃ§Ã£o e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria sobre cada parcela remuneratÃ³ria, levando-se em conta a data em que deveriam ter sido pagas, observadas as regras e os Ã-ndices da Lei Federal 9.494/97. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INDEFIRO, pelos motivos jÃ¡ expostos, os pedidos de adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e indenizaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O quantum da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ ser apurado em liquidaÃ§Ã£o de

sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas judiciais, ante a gratuidade processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a sucumbÃªncia mÃ-nima da Requerente, em termos de proveito econÃ´mico obtido na presente aÃ§Ã£o, CONDENO o Requerido ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, cujo percentual serÃ¡ definido quando for liquidado o julgado (art. 85, Â§ 4Âº, inciso II, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 16 de novembro de 2021. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PÃ¡gina de 8 PROCESSO: 00010498420158140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:MARIA VERONICA DE ALMEIDA TIAGO Representante(s): OAB 0735 - LUCIVALDO DA SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 3596 - TAYLANA SERRAO DA LUZ (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE AFUA Representante(s): OAB 0990 - AGNALDO ALVES FERREIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ Processo 0001049-84.2015.8.14.0002 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â MARIA VERÃNICA DE ALMEIDA TIAGO, por intermÃ©dio de advogado habilitado, ajuizou aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direito c/c cobranÃ§a de retroativos em face do MUNICÃPIO DE AFUÃ, ambos qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz a petiÃ§Ã£o inicial, em linhas gerais, que a autora Ã© servidora pÃºblica municipal ativa, ocupante do cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde (ACS), decorrente de contratos administrativos, cujo inÃ-cio se deu em 02/01/2004. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega que nunca recebeu do Requerido o valor legal corresponde ao seu cargo de ACS (piso salarial), percebendo tÃ£o somente o salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s, assim como nunca recebeu o valor corresponde ao adicional de insalubridade que faz jus em decorrÃªncia da atividade desenvolvida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, requer o pagamento das diferenÃ§as salariais retroativas advindas de portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde; o reajuste de seu vencimento de acordo com o piso salarial profissional nacional dos ACSs; alÃ©m da incorporaÃ§Ã£o do adicional de insalubridade, dano moral e dano emergente pela contrataÃ§Ã£o de advogados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Carreou aos autos os documentos de fls. 11-65. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em decisÃ£o de fl. 67, este juÃ-zo recebeu a petiÃ§Ã£o inicial, concedeu os benefÃ-cios da assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita e determinou a citaÃ§Ã£o do Requerido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Citado (fl. 71), o Requerido apresentou ContestaÃ§Ã£o pugnando pela total improcedÃªncia dos pedidos formulados na inicial (fls. 73-83), juntando aos autos os documentos de fls. 84-100. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©plica foi apresentada Ã s fls. 104-106. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Agendada e realizada audiÃªncia, a tentativa de conciliaÃ§Ã£o restou infrutÃ-fera, motivo pelo qual foram fixados os seguintes pontos controvertidos: a) direito ao pagamento da diferenÃ§a salarial aos agentes comunitÃ¡rios de saÃºde; b) direito Ã percepÃ§Ã£o do adicional de insalubridade; c) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos morais; e d) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. AlÃ©m disso, as partes, instadas, reiteraram os termos da inicial e da contestaÃ§Ã£o, alegando nÃ£o haver necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas (fl. 113). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direitos combinada com cobranÃ§a de retroativos em que a Requerente, servidora pÃºblica municipal, ingressou objetivando a percepÃ§Ã£o da diferenÃ§a salarial oriunda do regramento contido nas portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde, dos anos de 2009-2014; a aplicaÃ§Ã£o do piso salarial da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, fixado pela Lei Federal 12.994/2014, em seu artigo 9Âº-A, Â§ 1Âº; bem como o recebimento do adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o havendo questÃµes preliminares pendentes de apreciaÃ§Ã£o, considerando a desnecessidade de produÃ§Ã£o de outras provas e sendo a questÃ£o de mÃ©rito unicamente de direito, entendo que a causa estÃ¡ madura para ser decidida, passando a analisar seu mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA NECESSIDADE DE OBSERVÃNCIA AO PRINCÃPIO DA LEGALIDADE EM SENTIDO ESTRITO PARA A FIXAÃÃO DE VERBAS REMUNERATÃRIAS A SERVIDOR PÃBLICO Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autora alega que entre os anos de 2009-2014 foram editadas as Portarias nos 2.008/2009, 3.178/2010, 1.599/2011, 459/2012, 260/2013 e 314/2014, todas do MinistÃ©rio da SaÃºde (MS), que supostamente fixaram e reajustaram anualmente o vencimento base da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS). Assevera, ainda, que os ACS, no Ã¢mbito do MunicÃ-pio de AfuÃ¡, nunca perceberam o valor estabelecido na legislaÃ§Ã£o em comento, recebendo apenas um salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s Ã Ã©poca dos fatos narrados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que a pretensÃ£o da Requerente, neste ponto, nÃ£o merece prosperar, porquanto o incentivo de custeio referente Ã implantaÃ§Ã£o de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, previsto nas portarias do MS, nÃ£o constitui verba remuneratÃ³ria, sobretudo porque tal verba somente pode ser instituÃ-da por meio de lei especÃ-fica, na forma dos artigos 37, X, 61, Â§ 1Â°, Â¿cÂ¿, e

169, todos da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, a disposiÃ§Ã£o estampada no artigo 37, X, da CF possui natureza programÃ¡tica, de eficÃ¡cia contida, ou seja, possui aplicabilidade imediata, direta, mas nÃ£o integral, uma vez que depende de lei especÃ-fica para seu implemento, devendo ainda ser observada a iniciativa privativa para cada caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, somente lei do respectivo ente pÃºblico a que estiver vinculado o servidor pode estabelecer tais verbas salariais, desde que haja prÃ©via dotaÃ§Ã£o orÃ§amentÃ¡ria para atender Ã s projeÃ§Ãµes de despesa com pessoal, nÃ£o possuindo esta prerrogativa o ato infralegal do MinistÃ©rio da SaÃºde, notadamente por se tratar de servidor pÃºblico municipal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, este Ã© o entendimento consolidado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), nos autos do AIRR - 24-18.2014.5.15.0059, de relatoria da Ministra Dora Maria da Costa, da 8Âª Turma, julgado em 22/03/2016. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, o suposto direito pretendido pela autora encontra Ã³bice na ausÃªncia de lei do ente pÃºblico respectivo a prevÃª-lo, e, portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde nÃ£o podem ser interpretadas como fontes formais do direito, capazes de criar espÃ©cies remuneratÃ³rias a servidores, razÃ£o pela qual entendo nÃ£o ser possÃ-vel o recebimento retroativo de diferenÃ§as salariais relativas aos anos de 2009-2014, fundadas em portarias ministeriais, especialmente porque considerar o incentivo de custeio como verba remuneratÃ³ria caracterizaria grave afronta ao princÃ-pio da legalidade em sentido estrito, previsto constitucionalmente. Â Â Â Â Â Â Â Â Em tempo, entendo que o referido incentivo visa tÃ£o somente fortalecer a atuaÃ§Ã£o dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS) e Agentes de Combate Ã s Endemias (ACE) nas aÃ§Ãµes a que sÃ£o destinados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO DA SERVIDORA Ã PERCEPÃÃO DO PISO SALARIAL NACIONAL RELATIVO Ã CATEGORIA DE AGENTES COMUNITÃRIOS DE SAÃDE (LEI NÂº 12.994, DE 17 DE JUNHO DE 2014) Â Â Â Â Â Â Â Â Â A princÃ-pio, esclareÃ§o que qualquer anÃ¡lise feita Ã pretensÃ£o de percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional se darÃ¡ a partir de 18 de junho de 2014, em razÃ£o do inÃ-cio da vigÃªncia da Lei nÂº 12.994/2014, a qual nÃ£o tem o condÃ£o de operar seus efeitos retroativamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico a existÃªncia de apenas 05 (cinco) contracheques aptos a comprovar o alegado pela parte autora (fls. 32-35), isto porque o restante da documentaÃ§Ã£o colacionada demonstra a percepÃ§Ã£o de salÃ¡rios em data anterior Ã vigÃªncia da lei que instituiu o piso salarial nacional Ã categoria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Feitas essas consideraÃ§Ãµes iniciais, pontuo que a ConstituiÃ§Ã£o Federal, em seu artigo 198, Â§ 5Âº, dispÃ´s que as aÃ§Ãµes e serviÃ§os pÃºblicos de saÃºde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema Ãºnico, organizado de acordo com diretrizes, e que lei federal deve dispor sobre o regime jurÃ-dico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentaÃ§Ã£o das atividades de agente comunitÃ¡rio de saÃºde e agente de combate Ã s endemias, competindo Ã UniÃ£o, nos termos da lei, prestar assistÃªncia financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos MunicÃ-pios, para o cumprimento do referido piso salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em atendimento ao mandamento constitucional, foi editada a Lei nÂº 12.994/2014, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para instituir o piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, dispÃµe o artigo 9Âº-A da citada lei que o piso salarial profissional nacional Ã© o valor abaixo do qual a UniÃ£o, os Estados, o Distrito Federal e os MunicÃ-pios nÃ£o poderÃ£o fixar o vencimento inicial das Carreiras de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde e de Agente de Combate Ã s Endemias para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O piso salarial profissional nacional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias foi fixado no valor de R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais) mensais, sendo que a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas exigida para garantia do piso salarial deve ser integralmente dedicada a aÃ§Ãµes e serviÃ§os de promoÃ§Ã£o da saÃºde, vigilÃ¢ncia epidemiolÃ³gica e combate a endemias em prol das famÃ-lias e comunidades assistidas, dentro dos respectivos territÃ³rios de atuaÃ§Ã£o (art. 9Â°-A, Â§Â§ 1Âº e 2Âº, da Lei nÂº 12.994/2014). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da simples leitura do dispositivo legal em comento, concluo ser imprescindÃ-vel que Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e Agentes de Combate Ã s Endemias cumpram a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais para o recebimento integral do piso salarial instituÃ-do pela Lei Federal, caso contrÃ¡rio caracterizaria evidente enriquecimento ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a disposiÃ§Ã£o do artigo 322, Â§ 2Âº, do CPC, que dispÃµe que a interpretaÃ§Ã£o do pedido considerarÃ¡ o conjunto da postulaÃ§Ã£o e observarÃ¡ o princÃ-pio da boa-fÃ©, registro que o cerne desta pretensÃ£o Ã© a declaraÃ§Ã£o do direito da parte autora Ã incorporaÃ§Ã£o do piso salarial nacional, independente da legislaÃ§Ã£o a ser considerada, desde que vigente, e o consequente pagamento de valores retroativos a que faz jus. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, em que pese o pedido tenha sido formulado pela Requerente em 2015, momento em que o quantum a ser pago a tÃ-tulo de piso salarial estava fixado no valor R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais), em 23 de outubro de 2018, foi publicada a Lei nÂº 13.708, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para modificar as normas que

regulam o exercÃ-cio profissional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Na oportunidade, o quantum do piso salarial nacional Ã s categorias foi atualizado, sendo escalonado e fixado da seguinte forma: I - R$-1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2019; II - R$-1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2020; e III - R$-1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2021, sempre respeitando a carga horÃ¡ria de 40 horas semanais para a percepÃ§Ã£o integral do piso.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, considerando que a autora labora 30 (trinta) horas por semana, reconheÃ§o o direito da demandante de receber a diferenÃ§a dos valores proporcionais ao piso salarial nacional, devidos retroativamente, com base na Lei nÂº 12.994/2014, no perÃ-odo de 18/06/2014 atÃ© 31/12/2018, bem como reconheÃ§o o direito da autora de receber as diferenÃ§as salariais, devidas retroativamente, com base na Lei 13.708/2018, desde 1Âº/01/2019, devendo ser atualizado o valor com a eventual superveniÃªncia de lei especÃ-fica, sendo certo que, em todos os casos, os valores efetivamente recebidos pela autora devem ser subtraÃ-dos do valor a ser pago retroativamente a tÃ-tulo de diferenÃ§a salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Lei nÂº 13.708/2018 dispÃ´s que o piso salarial fixado em R$-1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais) serÃ¡ reajustado, anualmente, em 1Â° de janeiro, a partir do ano de 2022. Logo, sobrevindo reajustes futuros, devidamente previstos em lei, reconheÃ§o o direito da Requerente Ã percepÃ§Ã£o dos valores porventura atualizados, a contar da vigÃªncia da legislaÃ§Ã£o que promover as alteraÃ§Ãµes, salvaguardando, em todo caso, o direito de que a sua remuneraÃ§Ã£o nÃ£o poderÃ¡ ser inferior ao valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s (artigo 7Âº, inciso VII, da CF/88 c/c a SÃºmula Vinculante 16). Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO Ã PERCEPÃÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Requerente pleiteia receber o adicional de insalubridade no patamar de 20% (vinte por cento) de seu vencimento base, alÃ©m dos retroativos, em virtude da atividade que desempenha, amparando-se no artigo 7Âº, inciso XXIII, da CF, no artigo 13, inciso XII, da Lei OrgÃ¢nica do MunicÃ-pio e no artigo 70 do Estatuto dos Servidores PÃºblicos do MunicÃ-pio de AfuÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O contrato temporÃ¡rio de trabalho firmado com fulcro no incisoÂ IXÂ do artigoÂ 37Â daÂ ConstituiÃ§Ã£o FederalÂ Ã© regido pelas normas de Direito Administrativo, gerando somente os direitos expressamente previstos na legislaÃ§Ã£o de regÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â As sucessivas renovaÃ§Ãµes de contrato de trabalho podem ser consideradas nulas, o que, no entanto, nÃ£o retira dos contratos a natureza administrativa. Bom que se diga que aÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal, a partir da Emenda nÂº 19/98, deixou de garantir o adicional de remuneraÃ§Ã£o para as atividades penosas, insalubres ou perigosas aos servidores pÃºblicos, ao deixar de aludir esse adicional no incisoÂ XXIIIÂ do artigoÂ 7ÂºÂ daÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, o adicional de insalubridade sÃ³ pode ser concedido pelos entes pÃºblicos desde que haja lei municipal regulando a matÃ©ria, determinando quais as atividades insalubres, os percentuais devidos, inclusive eventual direito adquirido na mudanÃ§a dos servidores regidos anteriormente pelaÂ CLTÂ que atualmente seguem o Regime JurÃ-dico Ãnico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â E as normas daÂ ConsolidaÃ§Ã£o das Leis do TrabalhoÂ nÃ£o podem reger a situaÃ§Ã£o havida entre as partes, sendo inviÃ¡vel que se recorra ao uso da analogia, principalmente diante do princÃ-pio da reserva legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do RE 1263804/PB, de relatoria da Min. CÃ¡rmen LÃºcia, em 13/07/2020, manifestou-se sobre o tema da seguinte maneira: AGRAVO INTERNO NA APELAÃÃO CÃVEL - AÃÃO DE COBRANÃA - SERVIDOR MUNICIPAL SEM VÃNCULO - INGRESSO SEM CONCURSO PÃBLICO - PRETENSÃO EM RECEBER VERBAS SALARIAIS, FGTS, FÃRIAS E ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - DESPROVIMENTO NA ORIGEM - DIREITO AO RECEBIMENTO DOS VALORES CORRESPONDENTES AO FGTS - DESPROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO. Â¿O adicional de insalubridade sÃ³ Ã© devido a servidor pÃºblico submetido a vÃ-nculo estatutÃ¡rio ou temporÃ¡rio se houver previsÃ£o em lei especÃ-fica editada pelo respectivo ente federado. InteligÃªncia da SÃºmula nÂº 42 deste Tribunal de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise detida dos autos, corroborando o entendimento firmado pela Corte Suprema, nÃ£o restou comprovado, por parte da autora, a existÃªncia de lei especÃ-fica editada pelo Ente Federado, dispondo sobre o referido adicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, ressalto a inexistÃªncia nos autos de comprovaÃ§Ã£o tÃ©cnica (laudo pericial) acerca da atividade insalubre e o respectivo grau a que a autora tenha se submetido, acompanhando o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de JustiÃ§a de que o adicional em comento nÃ£o possui carÃ¡ter geral. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Havendo vÃ¡cuo normativo, nÃ£o poderia este juÃ-zo, em substituiÃ§Ã£o ao Poder Legislativo, aplicar analogicamente normas que nÃ£o vinculam a municipalidade, sob pena de afrontar o princÃ-pio da separaÃ§Ã£o dos poderes, bem como criar uma despesa sem a previsÃ£o legal de sua respectiva receita, o que de igual modo afrontaria a lei de responsabilidade fiscal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na Lei EstatutÃ¡ria dos Servidores PÃºblicos de AfuÃ¡ nÃ£o consta previsÃ£o de pagamento deste adicional aos servidores temporÃ¡rios e nem mesmo faz qualquer menÃ§Ã£o sobre os graus e os percentuais de insalubridade aos

servidores efetivos, de modo que tal lacuna pode ser sanada mediante mandado de injunÃ§Ã£o ou ediÃ§Ã£o de lei, motivo pelo qual adianto a improcedÃªncia desse pedido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS MORAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â O dano moral abarca a dor ou sofrimento humano que nÃ£o se revestem de carÃ¡ter de perda pecuniÃ¡ria, oriundo de violaÃ§Ã£o Ã reputaÃ§Ã£o da vÃ-tima, Ã sua autoridade legÃ-tima, ao seu pudor, Ã sua seguranÃ§a e tranquilidade, Ã integridade de sua inteligÃªncia, a suas afeiÃ§Ãµes, ao seu amor prÃ³prio estÃ©tico, entre outros atos que importem abalo de ordem emocional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A reparaÃ§Ã£o decorrente do dano moral consiste, a um sÃ³ tempo, em uma satisfaÃ§Ã£o compensatÃ³ria ao ofendido e numa puniÃ§Ã£o ao ofensor, cujo carÃ¡ter pedagÃ³gico visa mitigar, ou mesmo neutralizar, os sentimentos negativos provocados pelo ato ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em apreÃ§o, nÃ£o consigo visualizar qualquer resquÃ-cio de dano moral que a Requerente tenha sofrido, uma vez que, desde o inÃ-cio, quando se propÃ´s a prestar serviÃ§o pÃºblico municipal ocupando o cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde, anuiu com o disposto no contrato administrativo que assinou, inclusive no que diz respeito a vencimentos, jornada de trabalho e demais caracterÃ-sticas pertinentes ao cargo, nÃ£o tendo sido iludida pelo MunicÃ-pio Requerido, razÃ£o pela qual nÃ£o se pode falar em frustraÃ§Ã£o de expectativas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, incabÃ-vel a indenizaÃ§Ã£o por danos morais aqui pleiteada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS EMERGENTES PELA CONTRATAÃÃO DE ADVOGADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Requerente pleiteia, por fim, indenizaÃ§Ã£o a tÃ-tulo de danos emergentes, uma vez que teve, em tese, seus direitos violados pelo Requerido, obrigando-se a contratar advogados para ajuizar a presente demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que nÃ£o merece prosperar o pedido de ressarcimento dos valores despendidos pela parte Requerente na contrataÃ§Ã£o de advogados para representÃ¡-la em aÃ§Ã£o reclamatÃ³ria movida contra o Requerido. Entendo que a condenaÃ§Ã£o extra que deve ser imposta ao sucumbente, caso haja, se limita ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios sucumbenciais, ou seja, os honorÃ¡rios convencionados entre as partes nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sÃ-ntese, decorrendo da vontade da parte a contrataÃ§Ã£o de advogado particular para o ajuizamento de aÃ§Ã£o, com a assunÃ§Ã£o de responsabilidade pela satisfaÃ§Ã£o dos honorÃ¡rios respectivos, nÃ£o hÃ¡ direito a ressarcimento pela via da indenizaÃ§Ã£o de dano material ou emergente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A relaÃ§Ã£o obrigacional produz efeitos entre as partes contratantes, nÃ£o sendo plausÃ-vel se estender para terceiros, obrigaÃ§Ã£o ou responsabilidade oriunda de contrato celebrado entre as partes contratantes (advogado e Requerente). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, cito os seguintes arestos: APELAÃÃO CÃVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE REPARAÃÃO DE DANOS MATERIAIS. RESSARCIMENTO DE HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Os honorÃ¡rios advocatÃ-cios convencionados entre a parte autora e o seu procurador, para defesa de seus interesses em demandas judiciais, nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o, devendo a parte vencida na aÃ§Ã£o responder, exclusivamente, por aqueles decorrentes da sucumbÃªncia. Precedentes jurisprudenciais. SentenÃ§a de improcedÃªncia mantida. APELAÃÃO DESPROVIDA. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70064607609, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Paulo Roberto Lessa Franz, Julgado em 28/05/2015). RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE PERDAS E DANOS. RESTITUIÃÃO DE HONORÃRIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Reembolso do valor pago a tÃ-tulo de honorÃ¡rios contratuais para demandar em JuÃ-zo. Impossibilidade. A verba honorÃ¡ria pela qual responde a parte adversa restringe-se Ã quela decorrente da sucumbÃªncia, nÃ£o podendo a condenaÃ§Ã£o alcanÃ§ar honorÃ¡rios pactuados particularmente. Precedentes. NEGADO PROVIMENTO Ã APELAÃÃO. DECISÃO UNÃNIME. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70052176112, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 19/12/2013). Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ dÃºvida, e ninguÃ©m suporia de modo diverso, que exercer o direito de petiÃ§Ã£o gera despesas, em especial aquelas decorrentes do pagamento dos honorÃ¡rios do advogado, todavia essa obrigaÃ§Ã£o deve ser de responsabilidade do contratante, motivo pelo qual a improcedÃªncia do pedido de danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, RESOLVO o mÃ©rito do presente processo, na forma do artigo 487, inciso I, do CPC, acolhendo parcialmente o pedido, de acordo com os seguintes capÃ-tulos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECLARO o direito da autora Ã percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional relativo Ã categoria dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, independente da legislaÃ§Ã£o vigente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â CONDENO o Requerido ao pagamento da diferenÃ§a dos valores alusivos ao piso salarial Ã Requerente, proporcional Ã sua jornada de trabalho, retroativos Ã data de vigÃªncia da Lei 12.994/2014, observadas as atualizaÃ§Ãµes de valores promovidas pela Lei 13.708/2018 ou por outra legislaÃ§Ã£o superveniente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o valor da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ incidir juros moratÃ³rios e atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria; juros contados a partir da citaÃ§Ã£o e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria sobre cada parcela remuneratÃ³ria, levando-se em conta a

data em que deveriam ter sido pagas, observadas as regras e os Ã-ndices da Lei Federal 9.494/97. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INDEFIRO, pelos motivos jÃ¡ expostos, os pedidos de adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e indenizaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O quantum da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ ser apurado em liquidaÃ§Ã£o de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas judiciais, ante a gratuidade processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a sucumbÃªncia mÃ-nima da Requerente, em termos de proveito econÃ´mico obtido na presente aÃ§Ã£o, CONDENO o Requerido ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, cujo percentual serÃ¡ definido quando for liquidado o julgado (art. 85, Â§ 4Âº, inciso II, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 16 de novembro de 2021. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PÃ¡gina de 8 PROCESSO: 00010506920158140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:ARLETE GAMA ALMEIDA Representante(s): OAB 0735 - LUCIVALDO DA SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 3596 - TAYLANA SERRAO DA LUZ (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE AFUA Representante(s): OAB 0990 - AGNALDO ALVES FERREIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ Processo 0001050-69.2015.8.14.0002 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ARLETE GAMA ALMEIDA, por intermÃ©dio de advogado habilitado, ajuizou aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direito c/c cobranÃ§a de retroativos em face do MUNICÃPIO DE AFUÃ, ambos qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz a petiÃ§Ã£o inicial, em linhas gerais, que a autora Ã© servidora pÃºblica municipal ativa, ocupante do cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde (ACS), decorrente de aprovaÃ§Ã£o em concurso pÃºblico, em 30/09/2013. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega que nunca recebeu do Requerido o valor legal corresponde ao seu cargo de ACS (piso salarial), percebendo tÃ£o somente o salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s, assim como nunca recebeu o valor corresponde ao adicional de insalubridade que faz jus em decorrÃªncia da atividade desenvolvida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, requer o pagamento das diferenÃ§as salariais retroativas advindas de portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde; o reajuste de seu vencimento de acordo com o piso salarial profissional nacional dos ACSs; alÃ©m da incorporaÃ§Ã£o do adicional de insalubridade, dano moral e dano emergente pela contrataÃ§Ã£o de advogados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Carreou aos autos os documentos de fls. 10-38. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em decisÃ£o de fl. 40, este juÃ-zo recebeu a petiÃ§Ã£o inicial, concedeu os benefÃ-cios da assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita e determinou a citaÃ§Ã£o do Requerido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Citado (fl. 44), o Requerido apresentou ContestaÃ§Ã£o pugnando pela total improcedÃªncia dos pedidos formulados na inicial (fls. 46-56), juntando aos autos os documentos de fls. 57-73. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©plica foi apresentada Ã s fls. 77-79. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Agendada e realizada audiÃªncia, a tentativa de conciliaÃ§Ã£o restou infrutÃ-fera, motivo pelo qual foram fixados os seguintes pontos controvertidos: a) direito ao pagamento da diferenÃ§a salarial aos agentes comunitÃ¡rios de saÃºde; b) direito Ã percepÃ§Ã£o do adicional de insalubridade; c) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos morais; e d) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. AlÃ©m disso, as partes, instadas, reiteraram os termos da inicial e da contestaÃ§Ã£o, alegando nÃ£o haver necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas (fl. 86). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direitos combinada com cobranÃ§a de retroativos em que a Requerente, servidora pÃºblica municipal, ingressou objetivando a percepÃ§Ã£o da diferenÃ§a salarial oriunda do regramento contido nas portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde, dos anos de 2009-2014; a aplicaÃ§Ã£o do piso salarial da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, fixado pela Lei Federal 12.994/2014, em seu artigo 9Âº-A, Â§ 1Âº; bem como o recebimento do adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o havendo questÃµes preliminares pendentes de apreciaÃ§Ã£o, considerando a desnecessidade de produÃ§Ã£o de outras provas e sendo a questÃ£o de mÃ©rito unicamente de direito, entendo que a causa estÃ¡ madura para ser decidida, passando a analisar seu mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA AO PRINCÃPIO DA LEGALIDADE EM SENTIDO ESTRITO PARA A FIXAÃÃO DE VERBAS REMUNERATÃRIAS A SERVIDOR PÃBLICO Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autora alega que entre os anos de 2009-2014 foram editadas as Portarias nos 2.008/2009, 3.178/2010, 1.599/2011, 459/2012, 260/2013 e 314/2014, todas do MinistÃ©rio da SaÃºde (MS), que supostamente fixaram e reajustaram anualmente o vencimento base da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS). Assevera, ainda, que os ACS, no Ã¢mbito do MunicÃ-pio de AfuÃ¡, nunca perceberam o valor estabelecido na legislaÃ§Ã£o em comento, recebendo apenas um salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s Ã Ã©poca dos fatos narrados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto

que a pretensÃ£o da Requerente, neste ponto, nÃ£o merece prosperar, porquanto o incentivo de custeio referente Ã implantaÃ§Ã£o de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, previsto nas portarias do MS, nÃ£o constitui verba remuneratÃ³ria, sobretudo porque tal verba somente pode ser instituÃ-da por meio de lei especÃ-fica, na forma dos artigos 37, X, 61, Â§ 1Â°, Â¿cÂ¿, e 169, todos da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, a disposiÃ§Ã£o estampada no artigo 37, X, da CF possui natureza programÃ¡tica, de eficÃ¡cia contida, ou seja, possui aplicabilidade imediata, direta, mas nÃ£o integral, uma vez que depende de lei especÃ-fica para seu implemento, devendo ainda ser observada a iniciativa privativa para cada caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, somente lei do respectivo ente pÃºblico a que estiver vinculado o servidor pode estabelecer tais verbas salariais, desde que haja prÃ©via dotaÃ§Ã£o orÃ§amentÃ¡ria para atender Ã s projeÃ§Ãµes de despesa com pessoal, nÃ£o possuindo esta prerrogativa o ato infralegal do MinistÃ©rio da SaÃºde, notadamente por se tratar de servidor pÃºblico municipal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, este Ã© o entendimento consolidado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), nos autos do AIRR - 24-18.2014.5.15.0059, de relatoria da Ministra Dora Maria da Costa, da 8Âª Turma, julgado em 22/03/2016. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, o suposto direito pretendido pela autora encontra Ã³bice na ausÃªncia de lei do ente pÃºblico respectivo a prevÃª-lo, e, portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde nÃ£o podem ser interpretadas como fontes formais do direito, capazes de criar espÃ©cies remuneratÃ³rias a servidores, razÃ£o pela qual entendo nÃ£o ser possÃ-vel o recebimento retroativo de diferenÃ§as salariais relativas aos anos de 2009-2014, fundadas em portarias ministeriais, especialmente porque considerar o incentivo de custeio como verba remuneratÃ³ria caracterizaria grave afronta ao princÃ-pio da legalidade em sentido estrito, previsto constitucionalmente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em tempo, entendo que o referido incentivo visa tÃ£o somente fortalecer a atuaÃ§Ã£o dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS) e Agentes de Combate Ã s Endemias (ACE) nas aÃ§Ãµes a que sÃ£o destinados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO DA SERVIDORA Ã PERCEPÃÃO DO PISO SALARIAL NACIONAL RELATIVO Ã CATEGORIA DE AGENTES COMUNITÃRIOS DE SAÃDE (LEI NÂº 12.994, DE 17 DE JUNHO DE 2014) Â Â Â Â Â Â Â Â Â A princÃ-pio, esclareÃ§o que qualquer anÃ¡lise feita Ã pretensÃ£o de percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional se darÃ¡ a partir de 18 de junho de 2014, em razÃ£o do inÃ-cio da vigÃªncia da Lei nÂº 12.994/2014, a qual nÃ£o tem o condÃ£o de operar seus efeitos retroativamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico a existÃªncia de apenas 05 (cinco) contracheques aptos a comprovar o alegado pela parte autora (fls. 28-35), isto porque o restante da documentaÃ§Ã£o colacionada demonstra a percepÃ§Ã£o de salÃ¡rios em data anterior Ã vigÃªncia da lei que instituiu o piso salarial nacional Ã categoria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Feitas essas consideraÃ§Ãµes iniciais, pontuo que a ConstituiÃ§Ã£o Federal, em seu artigo 198, Â§ 5Âº, dispÃ´s que as aÃ§Ãµes e serviÃ§os pÃºblicos de saÃºde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema Ãºnico, organizado de acordo com diretrizes, e que lei federal deve dispor sobre o regime jurÃ-dico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentaÃ§Ã£o das atividades de agente comunitÃ¡rio de saÃºde e agente de combate Ã s endemias, competindo Ã UniÃ£o, nos termos da lei, prestar assistÃªncia financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos MunicÃ-pios, para o cumprimento do referido piso salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em atendimento ao mandamento constitucional, foi editada a Lei nÂº 12.994/2014, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para instituir o piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, dispÃµe o artigo 9Âº-A da citada lei que o piso salarial profissional nacional Ã© o valor abaixo do qual a UniÃ£o, os Estados, o Distrito Federal e os MunicÃ-pios nÃ£o poderÃ£o fixar o vencimento inicial das Carreiras de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde e de Agente de Combate Ã s Endemias para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O piso salarial profissional nacional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias foi fixado no valor de R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais) mensais, sendo que a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas exigida para garantia do piso salarial deve ser integralmente dedicada a aÃ§Ãµes e serviÃ§os de promoÃ§Ã£o da saÃºde, vigilÃ¢ncia epidemiolÃ³gica e combate a endemias em prol das famÃ-lias e comunidades assistidas, dentro dos respectivos territÃ³rios de atuaÃ§Ã£o (art. 9Â°-A, Â§Â§ 1Âº e 2Âº, da Lei nÂº 12.994/2014). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da simples leitura do dispositivo legal em comento, concluo ser imprescindÃ-vel que Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e Agentes de Combate Ã s Endemias cumpram a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais para o recebimento integral do piso salarial instituÃ-do pela Lei Federal, caso contrÃ¡rio caracterizaria evidente enriquecimento ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a disposiÃ§Ã£o do artigo 322, Â§ 2Âº, do CPC, que dispÃµe que a interpretaÃ§Ã£o do pedido considerarÃ¡ o conjunto da postulaÃ§Ã£o e observarÃ¡ o princÃ-pio da boa-fÃ©, registro que o cerne desta pretensÃ£o Ã© a declaraÃ§Ã£o do direito da parte autora Ã incorporaÃ§Ã£o do piso salarial nacional, independente da legislaÃ§Ã£o a ser considerada, desde que vigente, e o consequente pagamento de valores retroativos a que faz jus. Â Â Â Â Â Â Â Â Â

Logo, em que pese o pedido tenha sido formulado pela Requerente em 2015, momento em que o quantum a ser pago a tÃ-tulo de piso salarial estava fixado no valor R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais), em 23 de outubro de 2018, foi publicada a Lei nÂº 13.708, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para modificar as normas que regulam o exercÃ-cio profissional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na oportunidade, o quantum do piso salarial nacional Ã s categorias foi atualizado, sendo escalonado e fixado da seguinte forma: I - R$-1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2019; II - R$-1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2020; e III - R$-1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2021, sempre respeitando a carga horÃ¡ria de 40 horas semanais para a percepÃ§Ã£o integral do piso.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, considerando que a autora labora 30 (trinta) horas por semana, reconheÃ§o o direito da demandante de receber a diferenÃ§a dos valores proporcionais ao piso salarial nacional, devidos retroativamente, com base na Lei nÂº 12.994/2014, no perÃ-odo de 18/06/2014 atÃ© 31/12/2018, bem como reconheÃ§o o direito da autora de receber as diferenÃ§as salariais, devidas retroativamente, com base na Lei 13.708/2018, desde 1Âº/01/2019, devendo ser atualizado o valor com a eventual superveniÃªncia de lei especÃ-fica, sendo certo que, em todos os casos, os valores efetivamente recebidos pela autora devem ser subtraÃ-dos do valor a ser pago retroativamente a tÃ-tulo de diferenÃ§a salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Lei nÂº 13.708/2018 dispÃ´s que o piso salarial fixado em R$-1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais) serÃ¡ reajustado, anualmente, em 1Â° de janeiro, a partir do ano de 2022. Logo, sobrevindo reajustes futuros, devidamente previstos em lei, reconheÃ§o o direito da Requerente Ã percepÃ§Ã£o dos valores porventura atualizados, a contar da vigÃªncia da legislaÃ§Ã£o que promover as alteraÃ§Ãµes, salvaguardando, em todo caso, o direito de que a sua remuneraÃ§Ã£o nÃ£o poderÃ¡ ser inferior ao valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s (artigo 7Âº, inciso VII, da CF/88 c/c a SÃºmula Vinculante 16). Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO Ã PERCEPÃÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Requerente pleiteia receber o adicional de insalubridade no patamar de 20% (vinte por cento) de seu vencimento base, alÃ©m dos retroativos, em virtude da atividade que desempenha, amparando-se no artigo 7Âº, inciso XXIII, da CF, no artigo 13, inciso XII, da Lei OrgÃ¢nica do MunicÃ-pio e no artigo 70 do Estatuto dos Servidores PÃºblicos do MunicÃ-pio de AfuÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O contrato temporÃ¡rio de trabalho firmado com fulcro no incisoÂ IXÂ do artigoÂ 37Â daÂ ConstituiÃ§Ã£o FederalÂ Ã© regido pelas normas de Direito Administrativo, gerando somente os direitos expressamente previstos na legislaÃ§Ã£o de regÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â As sucessivas renovaÃ§Ãµes de contrato de trabalho podem ser consideradas nulas, o que, no entanto, nÃ£o retira dos contratos a natureza administrativa. Bom que se diga que aÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal, a partir da Emenda nÂº 19/98, deixou de garantir o adicional de remuneraÃ§Ã£o para as atividades penosas, insalubres ou perigosas aos servidores pÃºblicos, ao deixar de aludir esse adicional no incisoÂ XXIIIÂ do artigoÂ 7ÂºÂ daÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, o adicional de insalubridade sÃ³ pode ser concedido pelos entes pÃºblicos desde que haja lei municipal regulando a matÃ©ria, determinando quais as atividades insalubres, os percentuais devidos, inclusive eventual direito adquirido na mudanÃ§a dos servidores regidos anteriormente pelaÂ CLTÂ que atualmente seguem o Regime JurÃ-dico Ãnico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â E as normas daÂ ConsolidaÃ§Ã£o das Leis do TrabalhoÂ nÃ£o podem reger a situaÃ§Ã£o havida entre as partes, sendo inviÃ¡vel que se recorra ao uso da analogia, principalmente diante do princÃ-pio da reserva legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do RE 1263804/PB, de relatoria da Min. CÃ¡rmen LÃºcia, em 13/07/2020, manifestou-se sobre o tema da seguinte maneira: AGRAVO INTERNO NA APELAÃÃO CÃVEL - AÃÃO DE COBRANÃA - SERVIDOR MUNICIPAL SEM VÃNCULO - INGRESSO SEM CONCURSO PÃBLICO - PRETENSÃO EM RECEBER VERBAS SALARIAIS, FGTS, FÃRIAS E ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - DESPROVIMENTO NA ORIGEM - DIREITO AO RECEBIMENTO DOS VALORES CORRESPONDENTES AO FGTS - DESPROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO. Â¿O adicional de insalubridade sÃ³ Ã© devido a servidor pÃºblico submetido a vÃ-nculo estatutÃ¡rio ou temporÃ¡rio se houver previsÃ£o em lei especÃ-fica editada pelo respectivo ente federado. InteligÃªncia da SÃºmula nÂº 42 deste Tribunal de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise detida dos autos, corroborando o entendimento firmado pela Corte Suprema, nÃ£o restou comprovado, por parte da autora, a existÃªncia de lei especÃ-fica editada pelo Ente Federado, dispondo sobre o referido adicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, ressalto a inexistÃªncia nos autos de comprovaÃ§Ã£o tÃ©cnica (laudo pericial) acerca da atividade insalubre e o respectivo grau a que a autora tenha se submetido, acompanhando o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de JustiÃ§a de que o adicional em comento nÃ£o possui carÃ¡ter geral. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Havendo vÃ¡cuo normativo, nÃ£o poderia este juÃ-zo, em substituiÃ§Ã£o ao Poder Legislativo, aplicar analogicamente normas que nÃ£o vinculam a municipalidade, sob pena de afrontar o princÃ-pio da separaÃ§Ã£o dos poderes, bem como criar uma

despesa sem a previsÃ£o legal de sua respectiva receita, o que de igual modo afrontaria a lei de responsabilidade fiscal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na Lei EstatutÃ¡ria dos Servidores PÃºblicos de AfuÃ¡ nÃ£o consta previsÃ£o de pagamento deste adicional aos servidores temporÃ¡rios e nem mesmo faz qualquer menÃ§Ã£o sobre os graus e os percentuais de insalubridade aos servidores efetivos, de modo que tal lacuna pode ser sanada mediante mandado de injunÃ§Ã£o ou ediÃ§Ã£o de lei, motivo pelo qual adianto a improcedÃªncia desse pedido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS MORAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â O dano moral abarca a dor ou sofrimento humano que nÃ£o se revestem de carÃ¡ter de perda pecuniÃ¡ria, oriundo de violaÃ§Ã£o Ã reputaÃ§Ã£o da vÃ-tima, Ã sua autoridade legÃ-tima, ao seu pudor, Ã sua seguranÃ§a e tranquilidade, Ã integridade de sua inteligÃªncia, a suas afeiÃ§Ãµes, ao seu amor prÃ³prio estÃ©tico, entre outros atos que importem abalo de ordem emocional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A reparaÃ§Ã£o decorrente do dano moral consiste, a um sÃ³ tempo, em uma satisfaÃ§Ã£o compensatÃ³ria ao ofendido e numa puniÃ§Ã£o ao ofensor, cujo carÃ¡ter pedagÃ³gico visa mitigar, ou mesmo neutralizar, os sentimentos negativos provocados pelo ato ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em apreÃ§o, nÃ£o consigo visualizar qualquer resquÃ-cio de dano moral que a Requerente tenha sofrido, uma vez que, desde o inÃ-cio, quando se propÃ´s a prestar serviÃ§o pÃºblico municipal ocupando o cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde, anuiu com o disposto no contrato administrativo que assinou, inclusive no que diz respeito a vencimentos, jornada de trabalho e demais caracterÃ-sticas pertinentes ao cargo, nÃ£o tendo sido iludida pelo MunicÃ-pio Requerido, razÃ£o pela qual nÃ£o se pode falar em frustraÃ§Ã£o de expectativas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, incabÃ-vel a indenizaÃ§Ã£o por danos morais aqui pleiteada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS EMERGENTES PELA CONTRATAÃÃO DE ADVOGADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Requerente pleiteia, por fim, indenizaÃ§Ã£o a tÃ-tulo de danos emergentes, uma vez que teve, em tese, seus direitos violados pelo Requerido, obrigando-se a contratar advogados para ajuizar a presente demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que nÃ£o merece prosperar o pedido de ressarcimento dos valores despendidos pela parte Requerente na contrataÃ§Ã£o de advogados para representÃ¡-la em aÃ§Ã£o reclamatÃ³ria movida contra o Requerido. Entendo que a condenaÃ§Ã£o extra que deve ser imposta ao sucumbente, caso haja, se limita ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios sucumbenciais, ou seja, os honorÃ¡rios convencionados entre as partes nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sÃ-ntese, decorrendo da vontade da parte a contrataÃ§Ã£o de advogado particular para o ajuizamento de aÃ§Ã£o, com a assunÃ§Ã£o de responsabilidade pela satisfaÃ§Ã£o dos honorÃ¡rios respectivos, nÃ£o hÃ¡ direito a ressarcimento pela via da indenizaÃ§Ã£o de dano material ou emergente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A relaÃ§Ã£o obrigacional produz efeitos entre as partes contratantes, nÃ£o sendo plausÃ-vel se estender para terceiros, obrigaÃ§Ã£o ou responsabilidade oriunda de contrato celebrado entre as partes contratantes (advogado e Requerente). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, cito os seguintes arestos: APELAÃÃO CÃVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE REPARAÃÃO DE DANOS MATERIAIS. RESSARCIMENTO DE HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Os honorÃ¡rios advocatÃ-cios convencionados entre a parte autora e o seu procurador, para defesa de seus interesses em demandas judiciais, nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o, devendo a parte vencida na aÃ§Ã£o responder, exclusivamente, por aqueles decorrentes da sucumbÃªncia. Precedentes jurisprudenciais. SentenÃ§a de improcedÃªncia mantida. APELAÃÃO DESPROVIDA. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70064607609, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Paulo Roberto Lessa Franz, Julgado em 28/05/2015). RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE PERDAS E DANOS. RESTITUIÃÃO DE HONORÃRIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Reembolso do valor pago a tÃ-tulo de honorÃ¡rios contratuais para demandar em JuÃ-zo. Impossibilidade. A verba honorÃ¡ria pela qual responde a parte adversa restringe-se Ã quela decorrente da sucumbÃªncia, nÃ£o podendo a condenaÃ§Ã£o alcanÃ§ar honorÃ¡rios pactuados particularmente. Precedentes. NEGADO PROVIMENTO Ã APELAÃÃO. DECISÃO UNÃNIME. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70052176112, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 19/12/2013). Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ dÃºvida, e ninguÃ©m suporia de modo diverso, que exercer o direito de petiÃ§Ã£o gera despesas, em especial aquelas decorrentes do pagamento dos honorÃ¡rios do advogado, todavia essa obrigaÃ§Ã£o deve ser de responsabilidade do contratante, motivo pelo qual a improcedÃªncia do pedido de danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, RESOLVO o mÃ©rito do presente processo, na forma do artigo 487, inciso I, do CPC, acolhendo parcialmente o pedido, de acordo com os seguintes capÃ-tulos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECLARO o direito da autora Ã percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional relativo Ã categoria dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, independente da legislaÃ§Ã£o vigente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â CONDENO o Requerido ao pagamento da diferenÃ§a dos valores alusivos ao piso salarial Ã Requerente, proporcional Ã sua jornada de trabalho, retroativos Ã data de vigÃªncia da Lei 12.994/2014, observadas as

atualizaÃ§Ãµes de valores promovidas pela Lei 13.708/2018 ou por outra legislaÃ§Ã£o superveniente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o valor da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ incidir juros moratÃ³rios e atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria; juros contados a partir da citaÃ§Ã£o e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria sobre cada parcela remuneratÃ³ria, levando-se em conta a data em que deveriam ter sido pagas, observadas as regras e os Ã-ndices da Lei Federal 9.494/97. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INDEFIRO, pelos motivos jÃ¡ expostos, os pedidos de adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e indenizaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O quantum da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ ser apurado em liquidaÃ§Ã£o de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas judiciais, ante a gratuidade processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a sucumbÃªncia mÃ-nima da Requerente, em termos de proveito econÃ´mico obtido na presente aÃ§Ã£o, CONDENO o Requerido ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, cujo percentual serÃ¡ definido quando for liquidado o julgado (art. 85, Â§ 4Âº, inciso II, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 16 de novembro de 2021. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PÃ¡gina de 8 PROCESSO: 00010515420158140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:NELI SILVA ALFAIA Representante(s): OAB 0735 - LUCIVALDO DA SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 3596 - TAYLANA SERRAO DA LUZ (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE AFUA Representante(s): OAB 0990 - AGNALDO ALVES FERREIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ Processo 0001051-54.2015.8.14.0002 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NELI SILVA ALFAIA, por intermÃ©dio de advogado habilitado, ajuizou aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direito c/c cobranÃ§a de retroativos em face do MUNICÃPIO DE AFUÃ, ambos qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz a petiÃ§Ã£o inicial, em linhas gerais, que o autor Ã© servidor pÃºblico municipal ativo, ocupante do cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde (ACS), decorrente de contratos administrativos, com inÃ-cio em 21 de maio de 2004. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega que nunca recebeu do Requerido o valor legal corresponde ao seu cargo de ACS (piso salarial), percebendo tÃ£o somente o salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s, assim como nunca recebeu o valor correspondente ao adicional de insalubridade que faz jus em decorrÃªncia da atividade desenvolvida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, requer o pagamento das diferenÃ§as salariais retroativas advindas de portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde; o reajuste de seu vencimento de acordo com o piso salarial profissional nacional dos ACSs; alÃ©m da incorporaÃ§Ã£o do adicional de insalubridade, dano moral e dano emergente pela contrataÃ§Ã£o de advogados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Carreou aos autos os documentos de fls. 13-75. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em decisÃ£o de fl. 80, este juÃ-zo recebeu a petiÃ§Ã£o inicial, concedeu os benefÃ-cios da assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita e determinou a citaÃ§Ã£o do Requerido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Citado (fl. 81), o Requerido apresentou ContestaÃ§Ã£o pugnando pela total improcedÃªncia dos pedidos formulados na inicial (fls. 83-93), juntando aos autos os documentos de fls. 94-110. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©plica foi apresentada Ã s fls. 114-116. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Agendada e realizada audiÃªncia, a tentativa de conciliaÃ§Ã£o restou infrutÃ-fera, motivo pelo qual foram fixados os seguintes pontos controvertidos: a) direito ao pagamento da diferenÃ§a salarial aos agentes comunitÃ¡rios de saÃºde; b) direito Ã percepÃ§Ã£o do adicional de insalubridade; c) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos morais; e d) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. AlÃ©m disso, as partes, instadas, reiteraram os termos da inicial e da contestaÃ§Ã£o, alegando nÃ£o haver necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas (fl. 123). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direitos combinada com cobranÃ§a de retroativos em que o Requerente, servidor pÃºblico municipal, ingressou objetivando a percepÃ§Ã£o da diferenÃ§a salarial oriunda do regramento contido nas portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde, dos anos de 2009-2014; a aplicaÃ§Ã£o do piso salarial da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, fixado pela Lei Federal 12.994/2014, em seu artigo 9Âº-A, Â§ 1Âº; bem como o recebimento do adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o havendo questÃµes preliminares pendentes de apreciaÃ§Ã£o, considerando a desnecessidade de produÃ§Ã£o de outras provas e sendo a questÃ£o de mÃ©rito unicamente de direito, entendo que a causa estÃ¡ madura para ser decidida, passando a analisar seu mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA NECESSIDADE DE OBSERVÃNCIA AO PRINCÃPIO DA LEGALIDADE EM SENTIDO ESTRITO PARA A FIXAÃÃO DE VERBAS REMUNERATÃRIAS A SERVIDOR PÃBLICO Â Â Â Â Â Â Â Â Â O autor alega que entre os anos de 2009-2014 foram editadas as Portarias nos 2.008/2009, 3.178/2010, 1.599/2011, 459/2012, 260/2013 e 314/2014, todas do MinistÃ©rio da SaÃºde (MS), que supostamente fixaram e reajustaram anualmente o vencimento base da

categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS). Assevera, ainda, que os ACS, no Ã¢mbito do MunicÃ-pio de AfuÃ¡, nunca perceberam o valor estabelecido na legislaÃ§Ã£o em comento, recebendo apenas um salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s Ã Ã©poca dos fatos narrados. Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que a pretensÃ£o do Requerente, neste ponto, nÃ£o merece prosperar, porquanto o incentivo de custeio referente Ã implantaÃ§Ã£o de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, previsto nas portarias do MS, nÃ£o constitui verba remuneratÃ³ria, sobretudo porque tal verba somente pode ser instituÃ-da por meio de lei especÃ-fica, na forma dos artigos 37, X, 61, Â§ 1Â°, Â¿cÂ¿, e 169, todos da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, a disposiÃ§Ã£o estampada no artigo 37, X, da CF possui natureza programÃ¡tica, de eficÃ¡cia contida, ou seja, possui aplicabilidade imediata, direta, mas nÃ£o integral, uma vez que depende de lei especÃ-fica para seu implemento, devendo ainda ser observada a iniciativa privativa para cada caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, somente lei do respectivo ente pÃºblico a que estiver vinculado o servidor pode estabelecer tais verbas salariais, desde que haja prÃ©via dotaÃ§Ã£o orÃ§amentÃ¡ria para atender Ã s projeÃ§Ãµes de despesa com pessoal, nÃ£o possuindo esta prerrogativa o ato infralegal do MinistÃ©rio da SaÃºde, notadamente por se tratar de servidor pÃºblico municipal. Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, este Ã© o entendimento consolidado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), nos autos do AIRR - 24-18.2014.5.15.0059, de relatoria da Ministra Dora Maria da Costa, da 8Âª Turma, julgado em 22/03/2016. Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, o suposto direito pretendido pelo autor encontra Ã³bice na ausÃªncia de lei do ente pÃºblico respectivo a prevÃª-lo, e, portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde nÃ£o podem ser interpretadas como fontes formais do direito, capazes de criar espÃ©cies remuneratÃ³rias a servidores, razÃ£o pela qual entendo nÃ£o ser possÃ-vel o recebimento retroativo de diferenÃ§as salariais relativas aos anos de 2009-2014, fundadas em portarias ministeriais, especialmente porque considerar o incentivo de custeio como verba remuneratÃ³ria caracterizaria grave afronta ao princÃ-pio da legalidade em sentido estrito, previsto constitucionalmente. Â Â Â Â Â Â Â Â Em tempo, entendo que o referido incentivo visa tÃ£o somente fortalecer a atuaÃ§Ã£o dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS) e Agentes de Combate Ã s Endemias (ACE) nas aÃ§Ãµes a que sÃ£o destinados. Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO DO SERVIDOR Ã PERCEPÃÃO DO PISO SALARIAL NACIONAL RELATIVO Ã CATEGORIA DE AGENTES COMUNITÃRIOS DE SAÃDE (LEI NÂº 12.994, DE 17 DE JUNHO DE 2014) Â Â Â Â Â Â Â Â A princÃ-pio, esclareÃ§o que qualquer anÃ¡lise feita Ã pretensÃ£o de percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional se darÃ¡ a partir de 18 de junho de 2014, em razÃ£o do inÃ-cio da vigÃªncia da Lei nÂº 12.994/2014, a qual nÃ£o tem o condÃ£o de operar seus efeitos retroativamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico a existÃªncia de apenas 04 (quatro) contracheques aptos a comprovar o alegado pela parte autora (fls. 40-42), isto porque o restante da documentaÃ§Ã£o colacionada demonstra a percepÃ§Ã£o de salÃ¡rios em data anterior Ã vigÃªncia da lei que instituiu o piso salarial nacional Ã categoria. Â Â Â Â Â Â Â Â Feitas essas consideraÃ§Ãµes iniciais, pontuo que a ConstituiÃ§Ã£o Federal, em seu artigo 198, Â§ 5Âº, dispÃ´s que as aÃ§Ãµes e serviÃ§os pÃºblicos de saÃºde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema Ãºnico, organizado de acordo com diretrizes, e que lei federal deve dispor sobre o regime jurÃ-dico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentaÃ§Ã£o das atividades de agente comunitÃ¡rio de saÃºde e agente de combate Ã s endemias, competindo Ã UniÃ£o, nos termos da lei, prestar assistÃªncia financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos MunicÃ-pios, para o cumprimento do referido piso salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Em atendimento ao mandamento constitucional, foi editada a Lei nÂº 12.994/2014, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para instituir o piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, dispÃµe o artigo 9Âº-A da citada lei que o piso salarial profissional nacional Ã© o valor abaixo do qual a UniÃ£o, os Estados, o Distrito Federal e os MunicÃ-pios nÃ£o poderÃ£o fixar o vencimento inicial das Carreiras de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde e de Agente de Combate Ã s Endemias para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais. Â Â Â Â Â Â Â Â O piso salarial profissional nacional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias foi fixado no valor de R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais) mensais, sendo que a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas exigida para garantia do piso salarial deve ser integralmente dedicada a aÃ§Ãµes e serviÃ§os de promoÃ§Ã£o da saÃºde, vigilÃ¢ncia epidemiolÃ³gica e combate a endemias em prol das famÃ-lias e comunidades assistidas, dentro dos respectivos territÃ³rios de atuaÃ§Ã£o (art. 9Â°-A, Â§Â§ 1Âº e 2Âº, da Lei nÂº 12.994/2014). Â Â Â Â Â Â Â Â Da simples leitura do dispositivo legal em comento, concluo ser imprescindÃ-vel que Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e Agentes de Combate Ã s Endemias cumpram a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais para o recebimento integral do piso salarial instituÃ-do pela Lei Federal, caso contrÃ¡rio caracterizaria evidente enriquecimento ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a disposiÃ§Ã£o do artigo 322, Â§ 2Âº, do CPC, que dispÃµe que a interpretaÃ§Ã£o do pedido considerarÃ¡ o conjunto da postulaÃ§Ã£o e observarÃ¡ o

princÃ-pio da boa-fÃ©, registro que o cerne desta pretensÃ£o Ã© a declaraÃ§Ã£o do direito da parte autora Ã incorporaÃ§Ã£o do piso salarial nacional, independente da legislaÃ§Ã£o a ser considerada, desde que vigente, e o consequente pagamento de valores retroativos a que faz jus. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, em que pese o pedido tenha sido formulado pela Requerente em 2015, momento em que o quantum a ser pago a tÃ-tulo de piso salarial estava fixado no valor R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais), em 23 de outubro de 2018, foi publicada a Lei nÂº 13.708, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para modificar as normas que regulam o exercÃ-cio profissional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na oportunidade, o quantum do piso salarial nacional Ã s categorias foi atualizado, sendo escalonado e fixado da seguinte forma: I - R$-1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2019; II - R$-1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2020; e III - R$-1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2021, sempre respeitando a carga horÃ¡ria de 40 horas semanais para a percepÃ§Ã£o integral do piso.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, considerando que o autor labora 30 (trinta) horas por semana, reconheÃ§o o direito do demandante de receber a diferenÃ§a dos valores proporcionais ao piso salarial nacional, devidos retroativamente, com base na Lei nÂº 12.994/2014, no perÃ-odo de 18/06/2014 atÃ© 31/12/2018, bem como reconheÃ§o o direito do autor de receber as diferenÃ§as salariais, devidas retroativamente, com base na Lei 13.708/2018, desde 1Âº/01/2019, devendo ser atualizado o valor com a eventual superveniÃªncia de lei especÃ-fica, sendo certo que, em todos os casos, os valores efetivamente recebidos pelo autor devem ser subtraÃ-dos do valor a ser pago retroativamente a tÃ-tulo de diferenÃ§a salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Lei nÂº 13.708/2018 dispÃ´s que o piso salarial fixado em R$-1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais) serÃ¡ reajustado, anualmente, em 1Â° de janeiro, a partir do ano de 2022. Logo, sobrevindo reajustes futuros, devidamente previstos em lei, reconheÃ§o o direito do Requerente Ã percepÃ§Ã£o dos valores porventura atualizados, a contar da vigÃªncia da legislaÃ§Ã£o que promover as alteraÃ§Ãµes, salvaguardando, em todo caso, o direito de que a sua remuneraÃ§Ã£o nÃ£o poderÃ¡ ser inferior ao valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s (artigo 7Âº, inciso VII, da CF/88 c/c a SÃºmula Vinculante 16). Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO Ã PERCEPÃÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Requerente pleiteia receber o adicional de insalubridade no patamar de 20% (vinte por cento) de seu vencimento base, alÃ©m dos retroativos, em virtude da atividade que desempenha, amparando-se no artigo 7Âº, inciso XXIII, da CF, no artigo 13, inciso XII, da Lei OrgÃ¢nica do MunicÃ-pio e no artigo 70 do Estatuto dos Servidores PÃºblicos do MunicÃ-pio de AfuÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O contrato temporÃ¡rio de trabalho firmado com fulcro no incisoÂ IXÂ do artigoÂ 37Â daÂ ConstituiÃ§Ã£o FederalÂ Ã© regido pelas normas de Direito Administrativo, gerando somente os direitos expressamente previstos na legislaÃ§Ã£o de regÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â As sucessivas renovaÃ§Ãµes de contrato de trabalho podem ser consideradas nulas, o que, no entanto, nÃ£o retira dos contratos a natureza administrativa. Bom que se diga que aÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal, a partir da Emenda nÂº 19/98, deixou de garantir o adicional de remuneraÃ§Ã£o para as atividades penosas, insalubres ou perigosas aos servidores pÃºblicos, ao deixar de aludir esse adicional no incisoÂ XXIIIÂ do artigoÂ 7ÂºÂ daÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, o adicional de insalubridade sÃ³ pode ser concedido pelos entes pÃºblicos desde que haja lei municipal regulando a matÃ©ria, determinando quais as atividades insalubres, os percentuais devidos, inclusive eventual direito adquirido na mudanÃ§a dos servidores regidos anteriormente pelaÂ CLTÂ que atualmente seguem o Regime JurÃ-dico Ãnico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â E as normas daÂ ConsolidaÃ§Ã£o das Leis do TrabalhoÂ nÃ£o podem reger a situaÃ§Ã£o havida entre as partes, sendo inviÃ¡vel que se recorra ao uso da analogia, principalmente diante do princÃ-pio da reserva legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do RE 1263804/PB, de relatoria da Min. CÃ¡rmen LÃºcia, em 13/07/2020, manifestou-se sobre o tema da seguinte maneira: AGRAVO INTERNO NA APELAÃÃO CÃVEL - AÃÃO DE COBRANÃA - SERVIDOR MUNICIPAL SEM VÃNCULO - INGRESSO SEM CONCURSO PÃBLICO - PRETENSÃO EM RECEBER VERBAS SALARIAIS, FGTS, FÃRIAS E ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - DESPROVIMENTO NA ORIGEM - DIREITO AO RECEBIMENTO DOS VALORES CORRESPONDENTES AO FGTS - DESPROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO. Â¿O adicional de insalubridade sÃ³ Ã© devido a servidor pÃºblico submetido a vÃ-nculo estatutÃ¡rio ou temporÃ¡rio se houver previsÃ£o em lei especÃ-fica editada pelo respectivo ente federado. InteligÃªncia da SÃºmula nÂº 42 deste Tribunal de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise detida dos autos, corroborando o entendimento firmado pela Corte Suprema, nÃ£o restou comprovado, por parte do autor, a existÃªncia de lei especÃ-fica editada pelo Ente Federado, dispondo sobre o referido adicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, ressalto a inexistÃªncia nos autos de comprovaÃ§Ã£o tÃ©cnica (laudo pericial) acerca da atividade insalubre e o respectivo grau a que o autor tenha se submetido, acompanhando o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de JustiÃ§a de que o adicional em comento nÃ£o

possui carÃ¡ter geral. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Havendo vÃ¡cuo normativo, nÃ£o poderia este juÃ-zo, em substituiÃ§Ã£o ao Poder Legislativo, aplicar analogicamente normas que nÃ£o vinculam a municipalidade, sob pena de afrontar o princÃ-pio da separaÃ§Ã£o dos poderes, bem como criar uma despesa sem a previsÃ£o legal de sua respectiva receita, o que de igual modo afrontaria a lei de responsabilidade fiscal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na Lei EstatutÃ¡ria dos Servidores PÃºblicos de AfuÃ¡ nÃ£o consta previsÃ£o de pagamento deste adicional aos servidores temporÃ¡rios e nem mesmo faz qualquer menÃ§Ã£o sobre os graus e os percentuais de insalubridade aos servidores efetivos, de modo que tal lacuna pode ser sanada mediante mandado de injunÃ§Ã£o ou ediÃ§Ã£o de lei, motivo pelo qual adianto a improcedÃªncia desse pedido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS MORAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â O dano moral abarca a dor ou sofrimento humano que nÃ£o se revestem de carÃ¡ter de perda pecuniÃ¡ria, oriundo de violaÃ§Ã£o Ã reputaÃ§Ã£o da vÃ-tima, Ã sua autoridade legÃ-tima, ao seu pudor, Ã sua seguranÃ§a e tranquilidade, Ã integridade de sua inteligÃªncia, a suas afeiÃ§Ãµes, ao seu amor prÃ³prio estÃ©tico, entre outros atos que importem abalo de ordem emocional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A reparaÃ§Ã£o decorrente do dano moral consiste, a um sÃ³ tempo, em uma satisfaÃ§Ã£o compensatÃ³ria ao ofendido e numa puniÃ§Ã£o ao ofensor, cujo carÃ¡ter pedagÃ³gico visa mitigar, ou mesmo neutralizar, os sentimentos negativos provocados pelo ato ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em apreÃ§o, nÃ£o consigo visualizar qualquer resquÃ-cio de dano moral que o Requerente tenha sofrido, uma vez que, desde o inÃ-cio, quando se propÃ´s a prestar serviÃ§o pÃºblico municipal ocupando o cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde, anuiu com o disposto no contrato administrativo que assinou, inclusive no que diz respeito a vencimentos, jornada de trabalho e demais caracterÃ-sticas pertinentes ao cargo, nÃ£o tendo sido iludido pelo MunicÃ-pio Requerido, razÃ£o pela qual nÃ£o se pode falar em frustraÃ§Ã£o de expectativas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, incabÃ-vel a indenizaÃ§Ã£o por danos morais aqui pleiteada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS EMERGENTES PELA CONTRATAÃÃO DE ADVOGADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Requerente pleiteia, por fim, indenizaÃ§Ã£o a tÃ-tulo de danos emergentes, uma vez que teve, em tese, seus direitos violados pelo Requerido, obrigando-se a contratar advogados para ajuizar a presente demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que nÃ£o merece prosperar o pedido de ressarcimento dos valores despendidos pela parte Requerente na contrataÃ§Ã£o de advogados para representÃ¡-lo em aÃ§Ã£o reclamatÃ³ria movida contra o Requerido. Entendo que a condenaÃ§Ã£o extra que deve ser imposta ao sucumbente, caso haja, se limita ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios sucumbenciais, ou seja, os honorÃ¡rios convencionados entre as partes nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sÃ-ntese, decorrendo da vontade da parte a contrataÃ§Ã£o de advogado particular para o ajuizamento de aÃ§Ã£o, com a assunÃ§Ã£o de responsabilidade pela satisfaÃ§Ã£o dos honorÃ¡rios respectivos, nÃ£o hÃ¡ direito a ressarcimento pela via da indenizaÃ§Ã£o de dano material ou emergente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A relaÃ§Ã£o obrigacional produz efeitos entre as partes contratantes, nÃ£o sendo plausÃ-vel se estender para terceiros, obrigaÃ§Ã£o ou responsabilidade oriunda de contrato celebrado entre as partes contratantes (advogado e Requerente). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, cito os seguintes arestos: APELAÃÃO CÃVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE REPARAÃÃO DE DANOS MATERIAIS. RESSARCIMENTO DE HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Os honorÃ¡rios advocatÃ-cios convencionados entre a parte autora e o seu procurador, para defesa de seus interesses em demandas judiciais, nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o, devendo a parte vencida na aÃ§Ã£o responder, exclusivamente, por aqueles decorrentes da sucumbÃªncia. Precedentes jurisprudenciais. SentenÃ§a de improcedÃªncia mantida. APELAÃÃO DESPROVIDA. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70064607609, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Paulo Roberto Lessa Franz, Julgado em 28/05/2015). RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE PERDAS E DANOS. RESTITUIÃÃO DE HONORÃRIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Reembolso do valor pago a tÃ-tulo de honorÃ¡rios contratuais para demandar em JuÃ-zo. Impossibilidade. A verba honorÃ¡ria pela qual responde a parte adversa restringe-se Ã quela decorrente da sucumbÃªncia, nÃ£o podendo a condenaÃ§Ã£o alcanÃ§ar honorÃ¡rios pactuados particularmente. Precedentes. NEGADO PROVIMENTO Ã APELAÃÃO. DECISÃO UNÃNIME. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70052176112, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 19/12/2013). Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ dÃºvida, e ninguÃ©m suporia de modo diverso, que exercer o direito de petiÃ§Ã£o gera despesas, em especial aquelas decorrentes do pagamento dos honorÃ¡rios do advogado, todavia essa obrigaÃ§Ã£o deve ser de responsabilidade do contratante, motivo pelo qual a improcedÃªncia do pedido de danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, RESOLVO o mÃ©rito do presente processo, na forma do artigo 487, inciso I, do CPC, acolhendo parcialmente o pedido, de acordo com os seguintes capÃ-tulos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECLARO o direito do autor Ã percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional relativo Ã categoria

dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, independente da legislaÃ§Ã£o vigente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â CONDENO o Requerido ao pagamento da diferenÃ§a dos valores alusivos ao piso salarial ao Requerente, proporcional Ã sua jornada de trabalho, retroativos Ã data de vigÃªncia da Lei 12.994/2014, observadas as atualizaÃ§Ãµes de valores promovidas pela Lei 13.708/2018 ou por outra legislaÃ§Ã£o superveniente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o valor da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ incidir juros moratÃ³rios e atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria; juros contados a partir da citaÃ§Ã£o e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria sobre cada parcela remuneratÃ³ria, levando-se em conta a data em que deveriam ter sido pagas, observadas as regras e os Ã-ndices da Lei Federal 9.494/97. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INDEFIRO, pelos motivos jÃ¡ expostos, os pedidos de adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e indenizaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O quantum da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ ser apurado em liquidaÃ§Ã£o de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas judiciais, ante a gratuidade processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a sucumbÃªncia mÃ-nima do Requerente, em termos de proveito econÃ´mico obtido na presente aÃ§Ã£o, CONDENO o Requerido ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, cujo percentual serÃ¡ definido quando for liquidado o julgado (art. 85, Â§ 4Âº, inciso II, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 16 de novembro de 2021. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PÃ¡gina de 8 PROCESSO: 00010653820158140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:JACIGUARA DA SILVA MELO Representante(s): OAB 0735 - LUCIVALDO DA SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 3596 - TAYLANA SERRAO DA LUZ (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE AFUA Representante(s): OAB 0990 - AGNALDO ALVES FERREIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ Processo 0001065-38.2015.8.14.0002 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â JACIGUARA DA SILVA MELO, por intermÃ©dio de advogado habilitado, ajuizou aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direito c/c cobranÃ§a de retroativos em face do MUNICÃPIO DE AFUÃ, ambos qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz a petiÃ§Ã£o inicial, em linhas gerais, que a autora Ã© servidora pÃºblica municipal efetiva, ocupante do cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde (ACS), decorrente de aprovaÃ§Ã£o em concurso pÃºblico, em 28/08/2013. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega que nunca recebeu do Requerido o valor legal corresponde ao seu cargo de ACS (piso salarial), percebendo tÃ£o somente o salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s, assim como nunca recebeu o valor corresponde ao adicional de insalubridade que faz jus em decorrÃªncia da atividade desenvolvida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, requer o pagamento das diferenÃ§as salariais retroativas advindas de portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde; o reajuste de seu vencimento de acordo com o piso salarial profissional nacional dos ACSs; alÃ©m da incorporaÃ§Ã£o do adicional de insalubridade, dano moral e dano emergente pela contrataÃ§Ã£o de advogados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Carreou aos autos os documentos de fls. 10-39. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em decisÃ£o de fl. 41, este juÃ-zo recebeu a petiÃ§Ã£o inicial, concedeu os benefÃ-cios da assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita e determinou a citaÃ§Ã£o do Requerido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Citado (fl. 45), o Requerido apresentou ContestaÃ§Ã£o pugnando pela total improcedÃªncia dos pedidos formulados na inicial (fls. 47-57), juntando aos autos os documentos de fls. 58-74. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Apesar de intimada, a parte autora nÃ£o apresentou rÃ©plica aos termos da contestaÃ§Ã£o (fl. 75). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Agendada e realizada audiÃªncia, a tentativa de conciliaÃ§Ã£o restou infrutÃ-fera, motivo pelo qual foram fixados os seguintes pontos controvertidos: a) direito ao pagamento da diferenÃ§a salarial aos agentes comunitÃ¡rios de saÃºde; b) direito Ã percepÃ§Ã£o do adicional de insalubridade; c) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos morais; e d) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. AlÃ©m disso, as partes, instadas, reiteraram os termos da inicial e da contestaÃ§Ã£o, alegando nÃ£o haver necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas (fl. 85). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direitos combinada com cobranÃ§a de retroativos em que a Requerente, servidora pÃºblica municipal, ingressou objetivando a percepÃ§Ã£o da diferenÃ§a salarial oriunda do regramento contido nas portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde, dos anos de 2009-2014; a aplicaÃ§Ã£o do piso salarial da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, fixado pela Lei Federal 12.994/2014, em seu artigo 9Âº-A, Â§ 1Âº; bem como o recebimento do adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o havendo questÃµes preliminares pendentes de apreciaÃ§Ã£o, considerando a desnecessidade de produÃ§Ã£o de outras provas e sendo a questÃ£o de mÃ©rito unicamente de direito, entendo que a causa estÃ¡ madura para ser decidida, passando a analisar seu mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA NECESSIDADE DE OBSERVÃNCIA AO

PRINCÃPIO DA LEGALIDADE EM SENTIDO ESTRITO PARA A FIXAÃÃO DE VERBAS REMUNERATÃRIAS A SERVIDOR PÃBLICO Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autora alega que entre os anos de 2009-2014 foram editadas as Portarias nos 2.008/2009, 3.178/2010, 1.599/2011, 459/2012, 260/2013 e 314/2014, todas do MinistÃ©rio da SaÃºde (MS), que supostamente fixaram e reajustaram anualmente o vencimento base da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS). Assevera, ainda, que os ACS, no Ã¢mbito do MunicÃ-pio de AfuÃ¡, nunca perceberam o valor estabelecido na legislaÃ§Ã£o em comento, recebendo apenas um salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s Ã Ã©poca dos fatos narrados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que a pretensÃ£o da Requerente, neste ponto, nÃ£o merece prosperar, porquanto o incentivo de custeio referente Ã implantaÃ§Ã£o de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, previsto nas portarias do MS, nÃ£o constitui verba remuneratÃ³ria, sobretudo porque tal verba somente pode ser instituÃ-da por meio de lei especÃ-fica, na forma dos artigos 37, X, 61, Â§ 1Â°, Â¿cÂ¿, e 169, todos da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, a disposiÃ§Ã£o estampada no artigo 37, X, da CF possui natureza programÃ¡tica, de eficÃ¡cia contida, ou seja, possui aplicabilidade imediata, direta, mas nÃ£o integral, uma vez que depende de lei especÃ-fica para seu implemento, devendo ainda ser observada a iniciativa privativa para cada caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, somente lei do respectivo ente pÃºblico a que estiver vinculado o servidor pode estabelecer tais verbas salariais, desde que haja prÃ©via dotaÃ§Ã£o orÃ§amentÃ¡ria para atender Ã s projeÃ§Ãµes de despesa com pessoal, nÃ£o possuindo esta prerrogativa o ato infralegal do MinistÃ©rio da SaÃºde, notadamente por se tratar de servidor pÃºblico municipal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, este Ã© o entendimento consolidado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), nos autos do AIRR - 24-18.2014.5.15.0059, de relatoria da Ministra Dora Maria da Costa, da 8Âª Turma, julgado em 22/03/2016. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, o suposto direito pretendido pela autora encontra Ã³bice na ausÃªncia de lei do ente pÃºblico respectivo a prevÃª-lo, e, portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde nÃ£o podem ser interpretadas como fontes formais do direito, capazes de criar espÃ©cies remuneratÃ³rias a servidores, razÃ£o pela qual entendo nÃ£o ser possÃ-vel o recebimento retroativo de diferenÃ§as salariais relativas aos anos de 2009-2014, fundadas em portarias ministeriais, especialmente porque considerar o incentivo de custeio como verba remuneratÃ³ria caracterizaria grave afronta ao princÃ-pio da legalidade em sentido estrito, previsto constitucionalmente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em tempo, entendo que o referido incentivo visa tÃ£o somente fortalecer a atuaÃ§Ã£o dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS) e Agentes de Combate Ã s Endemias (ACE) nas aÃ§Ãµes a que sÃ£o destinados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO DA SERVIDORA Ã PERCEPÃÃO DO PISO SALARIAL NACIONAL RELATIVO Ã CATEGORIA DE AGENTES COMUNITÃRIOS DE SAÃDE (LEI NÂº 12.994, DE 17 DE JUNHO DE 2014) Â Â Â Â Â Â Â Â Â A princÃ-pio, esclareÃ§o que qualquer anÃ¡lise feita Ã pretensÃ£o de percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional se darÃ¡ a partir de 18 de junho de 2014, em razÃ£o do inÃ-cio da vigÃªncia da Lei nÂº 12.994/2014, a qual nÃ£o tem o condÃ£o de operar seus efeitos retroativamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico a existÃªncia de apenas 05 (cinco) contracheques aptos a comprovar o alegado pela parte autora (fls. 35-39), isto porque o restante da documentaÃ§Ã£o colacionada demonstra a percepÃ§Ã£o de salÃ¡rios em data anterior Ã vigÃªncia da lei que instituiu o piso salarial nacional Ã categoria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Feitas essas consideraÃ§Ãµes iniciais, pontuo que a ConstituiÃ§Ã£o Federal, em seu artigo 198, Â§ 5Âº, dispÃ´s que as aÃ§Ãµes e serviÃ§os pÃºblicos de saÃºde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema Ãºnico, organizado de acordo com diretrizes, e que lei federal deve dispor sobre o regime jurÃ-dico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentaÃ§Ã£o das atividades de agente comunitÃ¡rio de saÃºde e agente de combate Ã s endemias, competindo Ã UniÃ£o, nos termos da lei, prestar assistÃªncia financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos MunicÃ-pios, para o cumprimento do referido piso salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em atendimento ao mandamento constitucional, foi editada a Lei nÂº 12.994/2014, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para instituir o piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, dispÃµe o artigo 9Âº-A da citada lei que o piso salarial profissional nacional Ã© o valor abaixo do qual a UniÃ£o, os Estados, o Distrito Federal e os MunicÃ-pios nÃ£o poderÃ£o fixar o vencimento inicial das Carreiras de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde e de Agente de Combate Ã s Endemias para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O piso salarial profissional nacional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias foi fixado no valor de R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais) mensais, sendo que a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas exigida para garantia do piso salarial deve ser integralmente dedicada a aÃ§Ãµes e serviÃ§os de promoÃ§Ã£o da saÃºde, vigilÃ¢ncia epidemiolÃ³gica e combate a endemias em prol das famÃ-lias e comunidades assistidas, dentro dos respectivos territÃ³rios de atuaÃ§Ã£o (art. 9Â°-A, Â§Â§ 1Âº e 2Âº, da Lei nÂº 12.994/2014). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da simples leitura do dispositivo legal em comento, concluo ser imprescindÃ-vel que Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e

Agentes de Combate Ã s Endemias cumpram a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais para o recebimento integral do piso salarial instituÃ-do pela Lei Federal, caso contrÃ¡rio caracterizaria evidente enriquecimento ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a disposiÃ§Ã£o do artigo 322, Â§ 2Âº, do CPC, que dispÃµe que a interpretaÃ§Ã£o do pedido considerarÃ¡ o conjunto da postulaÃ§Ã£o e observarÃ¡ o princÃ-pio da boa-fÃ©, registro que o cerne desta pretensÃ£o Ã© a declaraÃ§Ã£o do direito da parte autora Ã incorporaÃ§Ã£o do piso salarial nacional, independente da legislaÃ§Ã£o a ser considerada, desde que vigente, e o consequente pagamento de valores retroativos a que faz jus. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, em que pese o pedido tenha sido formulado pela Requerente em 2015, momento em que o quantum a ser pago a tÃ-tulo de piso salarial estava fixado no valor R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais), em 23 de outubro de 2018, foi publicada a Lei nÂº 13.708, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para modificar as normas que regulam o exercÃ-cio profissional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na oportunidade, o quantum do piso salarial nacional Ã s categorias foi atualizado, sendo escalonado e fixado da seguinte forma: I - R$-1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2019; II - R$-1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2020; e III - R$-1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2021, sempre respeitando a carga horÃ¡ria de 40 horas semanais para a percepÃ§Ã£o integral do piso.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, considerando que a autora labora 30 (trinta) horas por semana, reconheÃ§o o direito da demandante de receber a diferenÃ§a dos valores proporcionais ao piso salarial nacional, devidos retroativamente, com base na Lei nÂº 12.994/2014, no perÃ-odo de 18/06/2014 atÃ© 31/12/2018, bem como reconheÃ§o o direito da autora de receber as diferenÃ§as salariais, devidas retroativamente, com base na Lei 13.708/2018, desde 1Âº/01/2019, devendo ser atualizado o valor com a eventual superveniÃªncia de lei especÃ-fica, sendo certo que, em todos os casos, os valores efetivamente recebidos pela autora devem ser subtraÃ-dos do valor a ser pago retroativamente a tÃ-tulo de diferenÃ§a salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Lei nÂº 13.708/2018 dispÃ´s que o piso salarial fixado em R$-1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais) serÃ¡ reajustado, anualmente, em 1Â° de janeiro, a partir do ano de 2022. Logo, sobrevindo reajustes futuros, devidamente previstos em lei, reconheÃ§o o direito da Requerente Ã percepÃ§Ã£o dos valores porventura atualizados, a contar da vigÃªncia da legislaÃ§Ã£o que promover as alteraÃ§Ãµes, salvaguardando, em todo caso, o direito de que a sua remuneraÃ§Ã£o nÃ£o poderÃ¡ ser inferior ao valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s (artigo 7Âº, inciso VII, da CF/88 c/c a SÃºmula Vinculante 16). Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO Ã PERCEPÃÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Requerente pleiteia receber o adicional de insalubridade no patamar de 20% (vinte por cento) de seu vencimento base, alÃ©m dos retroativos, em virtude da atividade que desempenha, amparando-se no artigo 7Âº, inciso XXIII, da CF, no artigo 13, inciso XII, da Lei OrgÃ¢nica do MunicÃ-pio e no artigo 70 do Estatuto dos Servidores PÃºblicos do MunicÃ-pio de AfuÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O contrato temporÃ¡rio de trabalho firmado com fulcro no incisoÂ IXÂ do artigoÂ 37Â daÂ ConstituiÃ§Ã£o FederalÂ Ã© regido pelas normas de Direito Administrativo, gerando somente os direitos expressamente previstos na legislaÃ§Ã£o de regÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â As sucessivas renovaÃ§Ãµes de contrato de trabalho podem ser consideradas nulas, o que, no entanto, nÃ£o retira dos contratos a natureza administrativa. Bom que se diga que aÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal, a partir da Emenda nÂº 19/98, deixou de garantir o adicional de remuneraÃ§Ã£o para as atividades penosas, insalubres ou perigosas aos servidores pÃºblicos, ao deixar de aludir esse adicional no incisoÂ XXIIIÂ do artigoÂ 7ÂºÂ daÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, o adicional de insalubridade sÃ³ pode ser concedido pelos entes pÃºblicos desde que haja lei municipal regulando a matÃ©ria, determinando quais as atividades insalubres, os percentuais devidos, inclusive eventual direito adquirido na mudanÃ§a dos servidores regidos anteriormente pelaÂ CLTÂ que atualmente seguem o Regime JurÃ-dico Ãnico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â E as normas daÂ ConsolidaÃ§Ã£o das Leis do TrabalhoÂ nÃ£o podem reger a situaÃ§Ã£o havida entre as partes, sendo inviÃ¡vel que se recorra ao uso da analogia, principalmente diante do princÃ-pio da reserva legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do RE 1263804/PB, de relatoria da Min. CÃ¡rmen LÃºcia, em 13/07/2020, manifestou-se sobre o tema da seguinte maneira: AGRAVO INTERNO NA APELAÃÃO CÃVEL - AÃÃO DE COBRANÃA - SERVIDOR MUNICIPAL SEM VÃNCULO - INGRESSO SEM CONCURSO PÃBLICO - PRETENSÃO EM RECEBER VERBAS SALARIAIS, FGTS, FÃRIAS E ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - DESPROVIMENTO NA ORIGEM - DIREITO AO RECEBIMENTO DOS VALORES CORRESPONDENTES AO FGTS - DESPROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO. Â¿O adicional de insalubridade sÃ³ Ã© devido a servidor pÃºblico submetido a vÃ-nculo estatutÃ¡rio ou temporÃ¡rio se houver previsÃ£o em lei especÃ-fica editada pelo respectivo ente federado. InteligÃªncia da SÃºmula nÂº 42 deste Tribunal de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise detida dos autos, corroborando o entendimento firmado pela Corte Suprema, nÃ£o restou comprovado, por parte da autora,

a existÃªncia de lei especÃ-fica editada pelo Ente Federado, dispondo sobre o referido adicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, ressalto a inexistÃªncia nos autos de comprovaÃ§Ã£o tÃ©cnica (laudo pericial) acerca da atividade insalubre e o respectivo grau a que a autora tenha se submetido, acompanhando o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de JustiÃ§a de que o adicional em comento nÃ£o possui carÃ¡ter geral. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Havendo vÃ¡cuo normativo, nÃ£o poderia este juÃ-zo, em substituiÃ§Ã£o ao Poder Legislativo, aplicar analogicamente normas que nÃ£o vinculam a municipalidade, sob pena de afrontar o princÃ-pio da separaÃ§Ã£o dos poderes, bem como criar uma despesa sem a previsÃ£o legal de sua respectiva receita, o que de igual modo afrontaria a lei de responsabilidade fiscal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na Lei EstatutÃ¡ria dos Servidores PÃºblicos de AfuÃ¡ nÃ£o consta previsÃ£o de pagamento deste adicional aos servidores temporÃ¡rios e nem mesmo faz qualquer menÃ§Ã£o sobre os graus e os percentuais de insalubridade aos servidores efetivos, de modo que tal lacuna pode ser sanada mediante mandado de injunÃ§Ã£o ou ediÃ§Ã£o de lei, motivo pelo qual adianto a improcedÃªncia desse pedido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS MORAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â O dano moral abarca a dor ou sofrimento humano que nÃ£o se revestem de carÃ¡ter de perda pecuniÃ¡ria, oriundo de violaÃ§Ã£o Ã reputaÃ§Ã£o da vÃ-tima, Ã sua autoridade legÃ-tima, ao seu pudor, Ã sua seguranÃ§a e tranquilidade, Ã integridade de sua inteligÃªncia, a suas afeiÃ§Ãµes, ao seu amor prÃ³prio estÃ©tico, entre outros atos que importem abalo de ordem emocional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A reparaÃ§Ã£o decorrente do dano moral consiste, a um sÃ³ tempo, em uma satisfaÃ§Ã£o compensatÃ³ria ao ofendido e numa puniÃ§Ã£o ao ofensor, cujo carÃ¡ter pedagÃ³gico visa mitigar, ou mesmo neutralizar, os sentimentos negativos provocados pelo ato ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em apreÃ§o, nÃ£o consigo visualizar qualquer resquÃ-cio de dano moral que a Requerente tenha sofrido, uma vez que, desde o inÃ-cio, quando se propÃ´s a prestar serviÃ§o pÃºblico municipal ocupando o cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde, anuiu com o disposto no contrato administrativo que assinou, inclusive no que diz respeito a vencimentos, jornada de trabalho e demais caracterÃ-sticas pertinentes ao cargo, nÃ£o tendo sido iludida pelo MunicÃ-pio Requerido, razÃ£o pela qual nÃ£o se pode falar em frustraÃ§Ã£o de expectativas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, incabÃ-vel a indenizaÃ§Ã£o por danos morais aqui pleiteada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS EMERGENTES PELA CONTRATAÃÃO DE ADVOGADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Requerente pleiteia, por fim, indenizaÃ§Ã£o a tÃ-tulo de danos emergentes, uma vez que teve, em tese, seus direitos violados pelo Requerido, obrigando-se a contratar advogados para ajuizar a presente demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que nÃ£o merece prosperar o pedido de ressarcimento dos valores despendidos pela parte Requerente na contrataÃ§Ã£o de advogados para representÃ¡-la em aÃ§Ã£o reclamatÃ³ria movida contra o Requerido. Entendo que a condenaÃ§Ã£o extra que deve ser imposta ao sucumbente, caso haja, se limita ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios sucumbenciais, ou seja, os honorÃ¡rios convencionados entre as partes nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sÃ-ntese, decorrendo da vontade da parte a contrataÃ§Ã£o de advogado particular para o ajuizamento de aÃ§Ã£o, com a assunÃ§Ã£o de responsabilidade pela satisfaÃ§Ã£o dos honorÃ¡rios respectivos, nÃ£o hÃ¡ direito a ressarcimento pela via da indenizaÃ§Ã£o de dano material ou emergente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A relaÃ§Ã£o obrigacional produz efeitos entre as partes contratantes, nÃ£o sendo plausÃ-vel se estender para terceiros, obrigaÃ§Ã£o ou responsabilidade oriunda de contrato celebrado entre as partes contratantes (advogado e Requerente). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, cito os seguintes arestos: APELAÃÃO CÃVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE REPARAÃÃO DE DANOS MATERIAIS. RESSARCIMENTO DE HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Os honorÃ¡rios advocatÃ-cios convencionados entre a parte autora e o seu procurador, para defesa de seus interesses em demandas judiciais, nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o, devendo a parte vencida na aÃ§Ã£o responder, exclusivamente, por aqueles decorrentes da sucumbÃªncia. Precedentes jurisprudenciais. SentenÃ§a de improcedÃªncia mantida. APELAÃÃO DESPROVIDA. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70064607609, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Paulo Roberto Lessa Franz, Julgado em 28/05/2015). RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE PERDAS E DANOS. RESTITUIÃÃO DE HONORÃRIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Reembolso do valor pago a tÃ-tulo de honorÃ¡rios contratuais para demandar em JuÃ-zo. Impossibilidade. A verba honorÃ¡ria pela qual responde a parte adversa restringe-se Ã quela decorrente da sucumbÃªncia, nÃ£o podendo a condenaÃ§Ã£o alcanÃ§ar honorÃ¡rios pactuados particularmente. Precedentes. NEGADO PROVIMENTO Ã APELAÃÃO. DECISÃO UNÃNIME. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70052176112, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 19/12/2013). Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ dÃºvida, e ninguÃ©m suporia de modo diverso, que exercer o direito de petiÃ§Ã£o gera despesas, em especial aquelas decorrentes do pagamento dos honorÃ¡rios do advogado, todavia essa obrigaÃ§Ã£o deve ser de responsabilidade do contratante, motivo pelo qual a

improcedÃªncia do pedido de danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, RESOLVO o mÃ©rito do presente processo, na forma do artigo 487, inciso I, do CPC, acolhendo parcialmente o pedido, de acordo com os seguintes capÃ-tulos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECLARO o direito da autora Ã percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional relativo Ã categoria dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, independente da legislaÃ§Ã£o vigente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â CONDENO o Requerido ao pagamento da diferenÃ§a dos valores alusivos ao piso salarial Ã Requerente, proporcional Ã sua jornada de trabalho, retroativos Ã data de vigÃªncia da Lei 12.994/2014, observadas as atualizaÃ§Ãµes de valores promovidas pela Lei 13.708/2018 ou por outra legislaÃ§Ã£o superveniente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o valor da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ incidir juros moratÃ³rios e atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria; juros contados a partir da citaÃ§Ã£o e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria sobre cada parcela remuneratÃ³ria, levando-se em conta a data em que deveriam ter sido pagas, observadas as regras e os Ã-ndices da Lei Federal 9.494/97. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INDEFIRO, pelos motivos jÃ¡ expostos, os pedidos de adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e indenizaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O quantum da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ ser apurado em liquidaÃ§Ã£o de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas judiciais, ante a gratuidade processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a sucumbÃªncia mÃ-nima da Requerente, em termos de proveito econÃ´mico obtido na presente aÃ§Ã£o, CONDENO o Requerido ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, cujo percentual serÃ¡ definido quando for liquidado o julgado (art. 85, Â§ 4Âº, inciso II, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 16 de novembro de 2021. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PÃ¡gina de 8 PROCESSO: 00010662320158140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:MARIA COELHO DA SILVA Representante(s): OAB 0735 - LUCIVALDO DA SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 3596 - TAYLANA SERRAO DA LUZ (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE AFUA Representante(s): OAB 0990 - AGNALDO ALVES FERREIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ Processo 0001066-23.2015.8.14.0002 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â MARIA COELHO DA SILVA, por intermÃ©dio de advogado habilitado, ajuizou aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direito c/c cobranÃ§a de retroativos em face do MUNICÃPIO DE AFUÃ, ambos qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz a petiÃ§Ã£o inicial, em linhas gerais, que a autora Ã© servidora pÃºblica municipal ativa, ocupante do cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde (ACS), decorrente de contratos administrativos, com inÃ-cio em 01 de janeiro de 1996. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega que nunca recebeu do Requerido o valor legal corresponde ao seu cargo de ACS (piso salarial), percebendo tÃ£o somente o salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s, assim como nunca recebeu o valor corresponde ao adicional de insalubridade que faz jus em decorrÃªncia da atividade desenvolvida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, requer o pagamento das diferenÃ§as salariais retroativas advindas de portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde; o reajuste de seu vencimento de acordo com o piso salarial profissional nacional dos ACSs; alÃ©m da incorporaÃ§Ã£o do adicional de insalubridade, dano moral e dano emergente pela contrataÃ§Ã£o de advogados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Carreou aos autos os documentos de fls. 11-70. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em decisÃ£o de fl. 72, este juÃ-zo recebeu a petiÃ§Ã£o inicial, concedeu os benefÃ-cios da assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita e determinou a citaÃ§Ã£o do Requerido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Citado (fl. 76), o Requerido apresentou ContestaÃ§Ã£o pugnando pela total improcedÃªncia dos pedidos formulados na inicial (fls. 78-88), juntando aos autos os documentos de fls. 89-105. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©plica foi apresentada Ã s fls. 109-111. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Agendada e realizada audiÃªncia, a tentativa de conciliaÃ§Ã£o restou infrutÃ-fera, motivo pelo qual foram fixados os seguintes pontos controvertidos: a) direito ao pagamento da diferenÃ§a salarial aos agentes comunitÃ¡rios de saÃºde; b) direito Ã percepÃ§Ã£o do adicional de insalubridade; c) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos morais; e d) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. AlÃ©m disso, as partes, instadas, reiteraram os termos da inicial e da contestaÃ§Ã£o, alegando nÃ£o haver necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas (fl. 118). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direitos combinada com cobranÃ§a de retroativos em que a Requerente, servidora pÃºblica municipal, ingressou objetivando a percepÃ§Ã£o da diferenÃ§a salarial oriunda do regramento contido nas portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde, dos anos de 2009-2014; a aplicaÃ§Ã£o do piso salarial da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, fixado pela Lei Federal 12.994/2014, em seu artigo 9Âº-A, Â§ 1Âº; bem como o recebimento do adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â

Â NÃ£o havendo questÃµes preliminares pendentes de apreciaÃ§Ã£o, considerando a desnecessidade de produÃ§Ã£o de outras provas e sendo a questÃ£o de mÃ©rito unicamente de direito, entendo que a causa estÃ¡ madura para ser decidida, passando a analisar seu mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA AO PRINCÃPIO DA LEGALIDADE EM SENTIDO ESTRITO PARA A FIXAÃÃO DE VERBAS REMUNERATÃRIAS A SERVIDOR PÃBLICO Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autora alega que entre os anos de 2009-2014 foram editadas as Portarias nos 2.008/2009, 3.178/2010, 1.599/2011, 459/2012, 260/2013 e 314/2014, todas do MinistÃ©rio da SaÃºde (MS), que supostamente fixaram e reajustaram anualmente o vencimento base da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS). Assevera, ainda, que os ACS, no Ã¢mbito do MunicÃ-pio de AfuÃ¡, nunca perceberam o valor estabelecido na legislaÃ§Ã£o em comento, recebendo apenas um salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s Ã Ã©poca dos fatos narrados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que a pretensÃ£o da Requerente, neste ponto, nÃ£o merece prosperar, porquanto o incentivo de custeio referente Ã implantaÃ§Ã£o de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, previsto nas portarias do MS, nÃ£o constitui verba remuneratÃ³ria, sobretudo porque tal verba somente pode ser instituÃ-da por meio de lei especÃ-fica, na forma dos artigos 37, X, 61, Â§ 1Â°, Â¿cÂ¿, e 169, todos da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, a disposiÃ§Ã£o estampada no artigo 37, X, da CF possui natureza programÃ¡tica, de eficÃ¡cia contida, ou seja, possui aplicabilidade imediata, direta, mas nÃ£o integral, uma vez que depende de lei especÃ-fica para seu implemento, devendo ainda ser observada a iniciativa privativa para cada caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, somente lei do respectivo ente pÃºblico a que estiver vinculado o servidor pode estabelecer tais verbas salariais, desde que haja prÃ©via dotaÃ§Ã£o orÃ§amentÃ¡ria para atender Ã s projeÃ§Ãµes de despesa com pessoal, nÃ£o possuindo esta prerrogativa o ato infralegal do MinistÃ©rio da SaÃºde, notadamente por se tratar de servidor pÃºblico municipal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, este Ã© o entendimento consolidado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), nos autos do AIRR - 24-18.2014.5.15.0059, de relatoria da Ministra Dora Maria da Costa, da 8Âª Turma, julgado em 22/03/2016. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, o suposto direito pretendido pela autora encontra Ã³bice na ausÃªncia de lei do ente pÃºblico respectivo a prevÃª-lo, e, portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde nÃ£o podem ser interpretadas como fontes formais do direito, capazes de criar espÃ©cies remuneratÃ³rias a servidores, razÃ£o pela qual entendo nÃ£o ser possÃ-vel o recebimento retroativo de diferenÃ§as salariais relativas aos anos de 2009-2014, fundadas em portarias ministeriais, especialmente porque considerar o incentivo de custeio como verba remuneratÃ³ria caracterizaria grave afronta ao princÃ-pio da legalidade em sentido estrito, previsto constitucionalmente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em tempo, entendo que o referido incentivo visa tÃ£o somente fortalecer a atuaÃ§Ã£o dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS) e Agentes de Combate Ã s Endemias (ACE) nas aÃ§Ãµes a que sÃ£o destinados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO DA SERVIDORA Ã PERCEPÃÃO DO PISO SALARIAL NACIONAL RELATIVO Ã CATEGORIA DE AGENTES COMUNITÃRIOS DE SAÃDE (LEI NÂº 12.994, DE 17 DE JUNHO DE 2014) Â Â Â Â Â Â Â Â Â A princÃ-pio, esclareÃ§o que qualquer anÃ¡lise feita Ã pretensÃ£o de percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional se darÃ¡ a partir de 18 de junho de 2014, em razÃ£o do inÃ-cio da vigÃªncia da Lei nÂº 12.994/2014, a qual nÃ£o tem o condÃ£o de operar seus efeitos retroativamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico a existÃªncia de apenas 06 (seis) contracheques aptos a comprovar o alegado pela parte autora (fls. 37-40), isto porque o restante da documentaÃ§Ã£o colacionada demonstra a percepÃ§Ã£o de salÃ¡rios em data anterior Ã vigÃªncia da lei que instituiu o piso salarial nacional Ã categoria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Feitas essas consideraÃ§Ãµes iniciais, pontuo que a ConstituiÃ§Ã£o Federal, em seu artigo 198, Â§ 5Âº, dispÃ´s que as aÃ§Ãµes e serviÃ§os pÃºblicos de saÃºde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema Ãºnico, organizado de acordo com diretrizes, e que lei federal deve dispor sobre o regime jurÃ-dico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentaÃ§Ã£o das atividades de agente comunitÃ¡rio de saÃºde e agente de combate Ã s endemias, competindo Ã UniÃ£o, nos termos da lei, prestar assistÃªncia financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos MunicÃ-pios, para o cumprimento do referido piso salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em atendimento ao mandamento constitucional, foi editada a Lei nÂº 12.994/2014, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para instituir o piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, dispÃµe o artigo 9Âº-A da citada lei que o piso salarial profissional nacional Ã© o valor abaixo do qual a UniÃ£o, os Estados, o Distrito Federal e os MunicÃ-pios nÃ£o poderÃ£o fixar o vencimento inicial das Carreiras de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde e de Agente de Combate Ã s Endemias para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O piso salarial profissional nacional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias foi fixado no valor de R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais) mensais, sendo que a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas exigida para garantia do piso salarial deve ser integralmente dedicada a aÃ§Ãµes e serviÃ§os de promoÃ§Ã£o da

saÃºde, vigilÃ¢ncia epidemiolÃ³gica e combate a endemias em prol das famÃ-lias e comunidades assistidas, dentro dos respectivos territÃ³rios de atuaÃ§Ã£o (art. 9Â°-A, Â§Â§ 1Âº e 2Âº, da Lei nÂº 12.994/2014). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da simples leitura do dispositivo legal em comento, concluo ser imprescindÃ-vel que Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e Agentes de Combate Ã s Endemias cumpram a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais para o recebimento integral do piso salarial instituÃ-do pela Lei Federal, caso contrÃ¡rio caracterizaria evidente enriquecimento ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a disposiÃ§Ã£o do artigo 322, Â§ 2Âº, do CPC, que dispÃµe que a interpretaÃ§Ã£o do pedido considerarÃ¡ o conjunto da postulaÃ§Ã£o e observarÃ¡ o princÃ-pio da boa-fÃ©, registro que o cerne desta pretensÃ£o Ã© a declaraÃ§Ã£o do direito da parte autora Ã incorporaÃ§Ã£o do piso salarial nacional, independente da legislaÃ§Ã£o a ser considerada, desde que vigente, e o consequente pagamento de valores retroativos a que faz jus. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, em que pese o pedido tenha sido formulado pela Requerente em 2015, momento em que o quantum a ser pago a tÃ-tulo de piso salarial estava fixado no valor R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais), em 23 de outubro de 2018, foi publicada a Lei nÂº 13.708, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para modificar as normas que regulam o exercÃ-cio profissional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na oportunidade, o quantum do piso salarial nacional Ã s categorias foi atualizado, sendo escalonado e fixado da seguinte forma: I - R$-1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2019; II - R$-1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2020; e III - R$-1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2021, sempre respeitando a carga horÃ¡ria de 40 horas semanais para a percepÃ§Ã£o integral do piso.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, considerando que a autora labora 30 (trinta) horas por semana, reconheÃ§o o direito da demandante de receber a diferenÃ§a dos valores proporcionais ao piso salarial nacional, devidos retroativamente, com base na Lei nÂº 12.994/2014, no perÃ-odo de 18/06/2014 atÃ© 31/12/2018, bem como reconheÃ§o o direito da autora de receber as diferenÃ§as salariais, devidas retroativamente, com base na Lei 13.708/2018, desde 1Âº/01/2019, devendo ser atualizado o valor com a eventual superveniÃªncia de lei especÃ-fica, sendo certo que, em todos os casos, os valores efetivamente recebidos pela autora devem ser subtraÃ-dos do valor a ser pago retroativamente a tÃ-tulo de diferenÃ§a salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Lei nÂº 13.708/2018 dispÃ´s que o piso salarial fixado em R$-1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais) serÃ¡ reajustado, anualmente, em 1Â° de janeiro, a partir do ano de 2022. Logo, sobrevindo reajustes futuros, devidamente previstos em lei, reconheÃ§o o direito da Requerente Ã percepÃ§Ã£o dos valores porventura atualizados, a contar da vigÃªncia da legislaÃ§Ã£o que promover as alteraÃ§Ãµes, salvaguardando, em todo caso, o direito de que a sua remuneraÃ§Ã£o nÃ£o poderÃ¡ ser inferior ao valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s (artigo 7Âº, inciso VII, da CF/88 c/c a SÃºmula Vinculante 16). Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO Ã PERCEPÃÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Requerente pleiteia receber o adicional de insalubridade no patamar de 20% (vinte por cento) de seu vencimento base, alÃ©m dos retroativos, em virtude da atividade que desempenha, amparando-se no artigo 7Âº, inciso XXIII, da CF, no artigo 13, inciso XII, da Lei OrgÃ¢nica do MunicÃ-pio e no artigo 70 do Estatuto dos Servidores PÃºblicos do MunicÃ-pio de AfuÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O contrato temporÃ¡rio de trabalho firmado com fulcro no incisoÂ IXÂ do artigoÂ 37Â daÂ ConstituiÃ§Ã£o FederalÂ Ã© regido pelas normas de Direito Administrativo, gerando somente os direitos expressamente previstos na legislaÃ§Ã£o de regÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â As sucessivas renovaÃ§Ãµes de contrato de trabalho podem ser consideradas nulas, o que, no entanto, nÃ£o retira dos contratos a natureza administrativa. Bom que se diga que aÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal, a partir da Emenda nÂº 19/98, deixou de garantir o adicional de remuneraÃ§Ã£o para as atividades penosas, insalubres ou perigosas aos servidores pÃºblicos, ao deixar de aludir esse adicional no incisoÂ XXIIIÂ do artigoÂ 7ÂºÂ daÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, o adicional de insalubridade sÃ³ pode ser concedido pelos entes pÃºblicos desde que haja lei municipal regulando a matÃ©ria, determinando quais as atividades insalubres, os percentuais devidos, inclusive eventual direito adquirido na mudanÃ§a dos servidores regidos anteriormente pelaÂ CLTÂ que atualmente seguem o Regime JurÃ-dico Ãnico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â E as normas daÂ ConsolidaÃ§Ã£o das Leis do TrabalhoÂ nÃ£o podem reger a situaÃ§Ã£o havida entre as partes, sendo inviÃ¡vel que se recorra ao uso da analogia, principalmente diante do princÃ-pio da reserva legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do RE 1263804/PB, de relatoria da Min. CÃ¡rmen LÃºcia, em 13/07/2020, manifestou-se sobre o tema da seguinte maneira: AGRAVO INTERNO NA APELAÃÃO CÃVEL - AÃÃO DE COBRANÃA - SERVIDOR MUNICIPAL SEM VÃNCULO - INGRESSO SEM CONCURSO PÃBLICO - PRETENSÃO EM RECEBER VERBAS SALARIAIS, FGTS, FÃRIAS E ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - DESPROVIMENTO NA ORIGEM - DIREITO AO RECEBIMENTO DOS VALORES CORRESPONDENTES AO FGTS - DESPROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO. Â¿O adicional de insalubridade sÃ³ Ã© devido a

servidor pÃºblico submetido a vÃ-nculo estatutÃ¡rio ou temporÃ¡rio se houver previsÃ£o em lei especÃ-fica editada pelo respectivo ente federado. InteligÃªncia da SÃºmula nÂº 42 deste Tribunal de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise detida dos autos, corroborando o entendimento firmado pela Corte Suprema, nÃ£o restou comprovado, por parte da autora, a existÃªncia de lei especÃ-fica editada pelo Ente Federado, dispondo sobre o referido adicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, ressalto a inexistÃªncia nos autos de comprovaÃ§Ã£o tÃ©cnica (laudo pericial) acerca da atividade insalubre e o respectivo grau a que a autora tenha se submetido, acompanhando o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de JustiÃ§a de que o adicional em comento nÃ£o possui carÃ¡ter geral. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Havendo vÃ¡cuo normativo, nÃ£o poderia este juÃ-zo, em substituiÃ§Ã£o ao Poder Legislativo, aplicar analogicamente normas que nÃ£o vinculam a municipalidade, sob pena de afrontar o princÃ-pio da separaÃ§Ã£o dos poderes, bem como criar uma despesa sem a previsÃ£o legal de sua respectiva receita, o que de igual modo afrontaria a lei de responsabilidade fiscal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na Lei EstatutÃ¡ria dos Servidores PÃºblicos de AfuÃ¡ nÃ£o consta previsÃ£o de pagamento deste adicional aos servidores temporÃ¡rios e nem mesmo faz qualquer menÃ§Ã£o sobre os graus e os percentuais de insalubridade aos servidores efetivos, de modo que tal lacuna pode ser sanada mediante mandado de injunÃ§Ã£o ou ediÃ§Ã£o de lei, motivo pelo qual adianto a improcedÃªncia desse pedido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS MORAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â O dano moral abarca a dor ou sofrimento humano que nÃ£o se revestem de carÃ¡ter de perda pecuniÃ¡ria, oriundo de violaÃ§Ã£o Ã reputaÃ§Ã£o da vÃ-tima, Ã sua autoridade legÃ-tima, ao seu pudor, Ã sua seguranÃ§a e tranquilidade, Ã integridade de sua inteligÃªncia, a suas afeiÃ§Ãµes, ao seu amor prÃ³prio estÃ©tico, entre outros atos que importem abalo de ordem emocional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A reparaÃ§Ã£o decorrente do dano moral consiste, a um sÃ³ tempo, em uma satisfaÃ§Ã£o compensatÃ³ria ao ofendido e numa puniÃ§Ã£o ao ofensor, cujo carÃ¡ter pedagÃ³gico visa mitigar, ou mesmo neutralizar, os sentimentos negativos provocados pelo ato ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em apreÃ§o, nÃ£o consigo visualizar qualquer resquÃ-cio de dano moral que a Requerente tenha sofrido, uma vez que, desde o inÃ-cio, quando se propÃ´s a prestar serviÃ§o pÃºblico municipal ocupando o cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde, anuiu com o disposto no contrato administrativo que assinou, inclusive no que diz respeito a vencimentos, jornada de trabalho e demais caracterÃ-sticas pertinentes ao cargo, nÃ£o tendo sido iludida pelo MunicÃ-pio Requerido, razÃ£o pela qual nÃ£o se pode falar em frustraÃ§Ã£o de expectativas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, incabÃ-vel a indenizaÃ§Ã£o por danos morais aqui pleiteada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS EMERGENTES PELA CONTRATAÃÃO DE ADVOGADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Requerente pleiteia, por fim, indenizaÃ§Ã£o a tÃ-tulo de danos emergentes, uma vez que teve, em tese, seus direitos violados pelo Requerido, obrigando-se a contratar advogados para ajuizar a presente demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que nÃ£o merece prosperar o pedido de ressarcimento dos valores despendidos pela parte Requerente na contrataÃ§Ã£o de advogados para representÃ¡-la em aÃ§Ã£o reclamatÃ³ria movida contra o Requerido. Entendo que a condenaÃ§Ã£o extra que deve ser imposta ao sucumbente, caso haja, se limita ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios sucumbenciais, ou seja, os honorÃ¡rios convencionados entre as partes nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sÃ-ntese, decorrendo da vontade da parte a contrataÃ§Ã£o de advogado particular para o ajuizamento de aÃ§Ã£o, com a assunÃ§Ã£o de responsabilidade pela satisfaÃ§Ã£o dos honorÃ¡rios respectivos, nÃ£o hÃ¡ direito a ressarcimento pela via da indenizaÃ§Ã£o de dano material ou emergente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A relaÃ§Ã£o obrigacional produz efeitos entre as partes contratantes, nÃ£o sendo plausÃ-vel se estender para terceiros, obrigaÃ§Ã£o ou responsabilidade oriunda de contrato celebrado entre as partes contratantes (advogado e Requerente). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, cito os seguintes arestos: APELAÃÃO CÃVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE REPARAÃÃO DE DANOS MATERIAIS. RESSARCIMENTO DE HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Os honorÃ¡rios advocatÃ-cios convencionados entre a parte autora e o seu procurador, para defesa de seus interesses em demandas judiciais, nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o, devendo a parte vencida na aÃ§Ã£o responder, exclusivamente, por aqueles decorrentes da sucumbÃªncia. Precedentes jurisprudenciais. SentenÃ§a de improcedÃªncia mantida. APELAÃÃO DESPROVIDA. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70064607609, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Paulo Roberto Lessa Franz, Julgado em 28/05/2015). RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE PERDAS E DANOS. RESTITUIÃÃO DE HONORÃRIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Reembolso do valor pago a tÃ-tulo de honorÃ¡rios contratuais para demandar em JuÃ-zo. Impossibilidade. A verba honorÃ¡ria pela qual responde a parte adversa restringe-se Ã quela decorrente da sucumbÃªncia, nÃ£o podendo a condenaÃ§Ã£o alcanÃ§ar honorÃ¡rios pactuados particularmente. Precedentes. NEGADO PROVIMENTO Ã APELAÃÃO. DECISÃO UNÃNIME. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70052176112, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel,

Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 19/12/2013). Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ dÃºvida, e ninguÃ©m suporia de modo diverso, que exercer o direito de petiÃ§Ã£o gera despesas, em especial aquelas decorrentes do pagamento dos honorÃ¡rios do advogado, todavia essa obrigaÃ§Ã£o deve ser de responsabilidade do contratante, motivo pelo qual a improcedÃªncia do pedido de danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, RESOLVO o mÃ©rito do presente processo, na forma do artigo 487, inciso I, do CPC, acolhendo parcialmente o pedido, de acordo com os seguintes capÃ-tulos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECLARO o direito da autora Ã percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional relativo Ã categoria dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, independente da legislaÃ§Ã£o vigente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â CONDENO o Requerido ao pagamento da diferenÃ§a dos valores alusivos ao piso salarial Ã Requerente, proporcional Ã sua jornada de trabalho, retroativos Ã data de vigÃªncia da Lei 12.994/2014, observadas as atualizaÃ§Ãµes de valores promovidas pela Lei 13.708/2018 ou por outra legislaÃ§Ã£o superveniente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o valor da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ incidir juros moratÃ³rios e atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria; juros contados a partir da citaÃ§Ã£o e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria sobre cada parcela remuneratÃ³ria, levando-se em conta a data em que deveriam ter sido pagas, observadas as regras e os Ã-ndices da Lei Federal 9.494/97. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INDEFIRO, pelos motivos jÃ¡ expostos, os pedidos de adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e indenizaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O quantum da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ ser apurado em liquidaÃ§Ã£o de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas judiciais, ante a gratuidade processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a sucumbÃªncia mÃ-nima da Requerente, em termos de proveito econÃ´mico obtido na presente aÃ§Ã£o, CONDENO o Requerido ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, cujo percentual serÃ¡ definido quando for liquidado o julgado (art. 85, Â§ 4Âº, inciso II, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÂ¢nsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 16 de novembro de 2021. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PÃ¡gina de 8 PROCESSO: 00010670820158140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:LUCILENE BEZERRA BARRETO Representante(s): OAB 0735 - LUCIVALDO DA SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 3596 - TAYLANA SERRAO DA LUZ (ADVOGADO) REQUERENTE:MUNICIPIO DE AFUA Representante(s): OAB 0990 - AGUINALDO ALVES FERREIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ Processo 0001067-08.2015.8.14.0002 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â LUCILENE BEZERRA BARRETO, por intermÃ©dio de advogado habilitado, ajuizou aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direito c/c cobranÃ§a de retroativos em face do MUNICÃPIO DE AFUÃ, ambos qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz a petiÃ§Ã£o inicial, em linhas gerais, que a autora Ã© servidora pÃºblica municipal ativa, ocupante do cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde (ACS), decorrente de contratos administrativos, cujo inÃ-cio se deu em 10/04/2001. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega que nunca recebeu do Requerido o valor legal corresponde ao seu cargo de ACS (piso salarial), percebendo tÃ£o somente o salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s, assim como nunca recebeu o valor corresponde ao adicional de insalubridade que faz jus em decorrÃªncia da atividade desenvolvida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, requer o pagamento das diferenÃ§as salariais retroativas advindas de portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde; o reajuste de seu vencimento de acordo com o piso salarial profissional nacional dos ACSs; alÃ©m da incorporaÃ§Ã£o do adicional de insalubridade, dano moral e dano emergente pela contrataÃ§Ã£o de advogados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Carreou aos autos os documentos de fls. 11-69. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em decisÃ£o de fl. 73, este juÃ-zo recebeu a petiÃ§Ã£o inicial, concedeu os benefÃ-cios da assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita e determinou a citaÃ§Ã£o do Requerido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Citado (fl. 74), o Requerido apresentou ContestaÃ§Ã£o pugnando pela total improcedÃªncia dos pedidos formulados na inicial (fls. 76-86), juntando aos autos os documentos de fls. 87-103. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©plica foi apresentada Ã s fls. 107-109. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Agendada e realizada audiÃªncia, a tentativa de conciliaÃ§Ã£o restou infrutÃ-fera, motivo pelo qual foram fixados os seguintes pontos controvertidos: a) direito ao pagamento da diferenÃ§a salarial aos agentes comunitÃ¡rios de saÃºde; b) direito Ã percepÃ§Ã£o do adicional de insalubridade; c) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos morais; e d) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. AlÃ©m disso, as partes, instadas, reiteraram os termos da inicial e da contestaÃ§Ã£o, alegando nÃ£o haver necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas (fl. 116). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direitos combinada com cobranÃ§a de retroativos em que a Requerente, servidora pÃºblica municipal, ingressou objetivando a percepÃ§Ã£o da diferenÃ§a salarial

oriunda do regramento contido nas portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde, dos anos de 2009-2014; a aplicaÃ§Ã£o do piso salarial da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, fixado pela Lei Federal 12.994/2014, em seu artigo 9Âº-A, Â§ 1Âº; bem como o recebimento do adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o havendo questÃµes preliminares pendentes de apreciaÃ§Ã£o, considerando a desnecessidade de produÃ§Ã£o de outras provas e sendo a questÃ£o de mÃ©rito unicamente de direito, entendo que a causa estÃ¡ madura para ser decidida, passando a analisar seu mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA AO PRINCÃPIO DA LEGALIDADE EM SENTIDO ESTRITO PARA A FIXAÃÃO DE VERBAS REMUNERATÃRIAS A SERVIDOR PÃBLICO Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autora alega que entre os anos de 2009-2014 foram editadas as Portarias nos 2.008/2009, 3.178/2010, 1.599/2011, 459/2012, 260/2013 e 314/2014, todas do MinistÃ©rio da SaÃºde (MS), que supostamente fixaram e reajustaram anualmente o vencimento base da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS). Assevera, ainda, que os ACS, no Ã¢mbito do MunicÃ-pio de AfuÃ¡, nunca perceberam o valor estabelecido na legislaÃ§Ã£o em comento, recebendo apenas um salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s Ã Ã©poca dos fatos narrados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que a pretensÃ£o da Requerente, neste ponto, nÃ£o merece prosperar, porquanto o incentivo de custeio referente Ã implantaÃ§Ã£o de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, previsto nas portarias do MS, nÃ£o constitui verba remuneratÃ³ria, sobretudo porque tal verba somente pode ser instituÃ-da por meio de lei especÃ-fica, na forma dos artigos 37, X, 61, Â§ 1Â°, Â¿cÂ¿, e 169, todos da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, a disposiÃ§Ã£o estampada no artigo 37, X, da CF possui natureza programÃ¡tica, de eficÃ¡cia contida, ou seja, possui aplicabilidade imediata, direta, mas nÃ£o integral, uma vez que depende de lei especÃ-fica para seu implemento, devendo ainda ser observada a iniciativa privativa para cada caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, somente lei do respectivo ente pÃºblico a que estiver vinculado o servidor pode estabelecer tais verbas salariais, desde que haja prÃ©via dotaÃ§Ã£o orÃ§amentÃ¡ria para atender Ã s projeÃ§Ãµes de despesa com pessoal, nÃ£o possuindo esta prerrogativa o ato infralegal do MinistÃ©rio da SaÃºde, notadamente por se tratar de servidor pÃºblico municipal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, este Ã© o entendimento consolidado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), nos autos do AIRR - 24-18.2014.5.15.0059, de relatoria da Ministra Dora Maria da Costa, da 8Âª Turma, julgado em 22/03/2016. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, o suposto direito pretendido pela autora encontra Ã³bice na ausÃªncia de lei do ente pÃºblico respectivo a prevÃª-lo, e, portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde nÃ£o podem ser interpretadas como fontes formais do direito, capazes de criar espÃ©cies remuneratÃ³rias a servidores, razÃ£o pela qual entendo nÃ£o ser possÃ-vel o recebimento retroativo de diferenÃ§as salariais relativas aos anos de 2009-2014, fundadas em portarias ministeriais, especialmente porque considerar o incentivo de custeio como verba remuneratÃ³ria caracterizaria grave afronta ao princÃ-pio da legalidade em sentido estrito, previsto constitucionalmente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em tempo, entendo que o referido incentivo visa tÃ£o somente fortalecer a atuaÃ§Ã£o dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS) e Agentes de Combate Ã s Endemias (ACE) nas aÃ§Ãµes a que sÃ£o destinados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO DA SERVIDORA Ã PERCEPÃÃO DO PISO SALARIAL NACIONAL RELATIVO Ã CATEGORIA DE AGENTES COMUNITÃRIOS DE SAÃDE (LEI NÂº 12.994, DE 17 DE JUNHO DE 2014) Â Â Â Â Â Â Â Â Â A princÃ-pio, esclareÃ§o que qualquer anÃ¡lise feita Ã pretensÃ£o de percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional se darÃ¡ a partir de 18 de junho de 2014, em razÃ£o do inÃ-cio da vigÃªncia da Lei nÂº 12.994/2014, a qual nÃ£o tem o condÃ£o de operar seus efeitos retroativamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico a existÃªncia de apenas 05 (cinco) contracheques aptos a comprovar o alegado pela parte autora (fls. 60-62), isto porque o restante da documentaÃ§Ã£o colacionada demonstra a percepÃ§Ã£o de salÃ¡rios em data anterior Ã vigÃªncia da lei que instituiu o piso salarial nacional Ã categoria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Feitas essas consideraÃ§Ãµes iniciais, pontuo que a ConstituiÃ§Ã£o Federal, em seu artigo 198, Â§ 5Âº, dispÃ´s que as aÃ§Ãµes e serviÃ§os pÃºblicos de saÃºde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema Ãºnico, organizado de acordo com diretrizes, e que lei federal deve dispor sobre o regime jurÃ-dico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentaÃ§Ã£o das atividades de agente comunitÃ¡rio de saÃºde e agente de combate Ã s endemias, competindo Ã UniÃ£o, nos termos da lei, prestar assistÃªncia financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos MunicÃ-pios, para o cumprimento do referido piso salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em atendimento ao mandamento constitucional, foi editada a Lei nÂº 12.994/2014, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para instituir o piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, dispÃµe o artigo 9Âº-A da citada lei que o piso salarial profissional nacional Ã© o valor abaixo do qual a UniÃ£o, os Estados, o Distrito Federal e os MunicÃ-pios nÃ£o poderÃ£o fixar o vencimento inicial das Carreiras de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde e de Agente de Combate Ã s Endemias para a jornada de 40

(quarenta) horas semanais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O piso salarial profissional nacional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias foi fixado no valor de R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais) mensais, sendo que a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas exigida para garantia do piso salarial deve ser integralmente dedicada a aÃ§Ãµes e serviÃ§os de promoÃ§Ã£o da saÃºde, vigilÃ¢ncia epidemiolÃ³gica e combate a endemias em prol das famÃ-lias e comunidades assistidas, dentro dos respectivos territÃ³rios de atuaÃ§Ã£o (art. 9Â°-A, Â§Â§ 1Âº e 2Âº, da Lei nÂº 12.994/2014). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da simples leitura do dispositivo legal em comento, concluo ser imprescindÃ-vel que Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e Agentes de Combate Ã s Endemias cumpram a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais para o recebimento integral do piso salarial instituÃ-do pela Lei Federal, caso contrÃ¡rio caracterizaria evidente enriquecimento ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a disposiÃ§Ã£o do artigo 322, Â§ 2Âº, do CPC, que dispÃµe que a interpretaÃ§Ã£o do pedido considerarÃ¡ o conjunto da postulaÃ§Ã£o e observarÃ¡ o princÃ-pio da boa-fÃ©, registro que o cerne desta pretensÃ£o Ã© a declaraÃ§Ã£o do direito da parte autora Ã incorporaÃ§Ã£o do piso salarial nacional, independente da legislaÃ§Ã£o a ser considerada, desde que vigente, e o consequente pagamento de valores retroativos a que faz jus. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, em que pese o pedido tenha sido formulado pela Requerente em 2015, momento em que o quantum a ser pago a tÃ-tulo de piso salarial estava fixado no valor R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais), em 23 de outubro de 2018, foi publicada a Lei nÂº 13.708, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para modificar as normas que regulam o exercÃ-cio profissional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na oportunidade, o quantum do piso salarial nacional Ã s categorias foi atualizado, sendo escalonado e fixado da seguinte forma: I - R$-1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2019; II - R$-1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2020; e III - R$-1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2021, sempre respeitando a carga horÃ¡ria de 40 horas semanais para a percepÃ§Ã£o integral do piso.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, considerando que a autora labora 30 (trinta) horas por semana, reconheÃ§o o direito da demandante de receber a diferenÃ§a dos valores proporcionais ao piso salarial nacional, devidos retroativamente, com base na Lei nÂº 12.994/2014, no perÃ-odo de 18/06/2014 atÃ© 31/12/2018, bem como reconheÃ§o o direito da autora de receber as diferenÃ§as salariais, devidas retroativamente, com base na Lei 13.708/2018, desde 1Âº/01/2019, devendo ser atualizado o valor com a eventual superveniÃªncia de lei especÃ-fica, sendo certo que, em todos os casos, os valores efetivamente recebidos pela autora devem ser subtraÃ-dos do valor a ser pago retroativamente a tÃ-tulo de diferenÃ§a salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Lei nÂº 13.708/2018 dispÃ´s que o piso salarial fixado em R$-1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais) serÃ¡ reajustado, anualmente, em 1Â° de janeiro, a partir do ano de 2022. Logo, sobrevindo reajustes futuros, devidamente previstos em lei, reconheÃ§o o direito da Requerente Ã percepÃ§Ã£o dos valores porventura atualizados, a contar da vigÃªncia da legislaÃ§Ã£o que promover as alteraÃ§Ãµes, salvaguardando, em todo caso, o direito de que a sua remuneraÃ§Ã£o nÃ£o poderÃ¡ ser inferior ao valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s (artigo 7Âº, inciso VII, da CF/88 c/c a SÃºmula Vinculante 16). Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO Ã PERCEPÃÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Requerente pleiteia receber o adicional de insalubridade no patamar de 20% (vinte por cento) de seu vencimento base, alÃ©m dos retroativos, em virtude da atividade que desempenha, amparando-se no artigo 7Âº, inciso XXIII, da CF, no artigo 13, inciso XII, da Lei OrgÃ¢nica do MunicÃ-pio e no artigo 70 do Estatuto dos Servidores PÃºblicos do MunicÃ-pio de AfuÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O contrato temporÃ¡rio de trabalho firmado com fulcro no incisoÂ IXÂ do artigoÂ 37Â daÂ ConstituiÃ§Ã£o FederalÂ Ã© regido pelas normas de Direito Administrativo, gerando somente os direitos expressamente previstos na legislaÃ§Ã£o de regÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â As sucessivas renovaÃ§Ãµes de contrato de trabalho podem ser consideradas nulas, o que, no entanto, nÃ£o retira dos contratos a natureza administrativa. Bom que se diga que aÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal, a partir da Emenda nÂº 19/98, deixou de garantir o adicional de remuneraÃ§Ã£o para as atividades penosas, insalubres ou perigosas aos servidores pÃºblicos, ao deixar de aludir esse adicional no incisoÂ XXIIIÂ do artigoÂ 7ÂºÂ daÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, o adicional de insalubridade sÃ³ pode ser concedido pelos entes pÃºblicos desde que haja lei municipal regulando a matÃ©ria, determinando quais as atividades insalubres, os percentuais devidos, inclusive eventual direito adquirido na mudanÃ§a dos servidores regidos anteriormente pelaÂ CLTÂ que atualmente seguem o Regime JurÃ-dico Ãnico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â E as normas daÂ ConsolidaÃ§Ã£o das Leis do TrabalhoÂ nÃ£o podem reger a situaÃ§Ã£o havida entre as partes, sendo inviÃ¡vel que se recorra ao uso da analogia, principalmente diante do princÃ-pio da reserva legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do RE 1263804/PB, de relatoria da Min. CÃ¡rmen LÃºcia, em 13/07/2020, manifestou-se sobre o tema da seguinte maneira: AGRAVO INTERNO NA APELAÃÃO CÃVEL - AÃÃO DE COBRANÃA -

SERVIDOR MUNICIPAL SEM VÃNCULO - INGRESSO SEM CONCURSO PÃBLICO - PRETENSÃO EM RECEBER VERBAS SALARIAIS, FGTS, FÃRIAS E ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - DESPROVIMENTO NA ORIGEM - DIREITO AO RECEBIMENTO DOS VALORES CORRESPONDENTES AO FGTS - DESPROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO. Â¿O adicional de insalubridade sÃ³ Ã© devido a servidor pÃºblico submetido a vÃ-nculo estatutÃ¡rio ou temporÃ¡rio se houver previsÃ£o em lei especÃ-fica editada pelo respectivo ente federado. InteligÃªncia da SÃºmula nÂº 42 deste Tribunal de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise detida dos autos, corroborando o entendimento firmado pela Corte Suprema, nÃ£o restou comprovado, por parte da autora, a existÃªncia de lei especÃ-fica editada pelo Ente Federado, dispondo sobre o referido adicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, ressalto a inexistÃªncia nos autos de comprovaÃ§Ã£o tÃ©cnica (laudo pericial) acerca da atividade insalubre e o respectivo grau a que a autora tenha se submetido, acompanhando o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de JustiÃ§a de que o adicional em comento nÃ£o possui carÃ¡ter geral. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Havendo vÃ¡cuo normativo, nÃ£o poderia este juÃ-zo, em substituiÃ§Ã£o ao Poder Legislativo, aplicar analogicamente normas que nÃ£o vinculam a municipalidade, sob pena de afrontar o princÃ-pio da separaÃ§Ã£o dos poderes, bem como criar uma despesa sem a previsÃ£o legal de sua respectiva receita, o que de igual modo afrontaria a lei de responsabilidade fiscal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na Lei EstatutÃ¡ria dos Servidores PÃºblicos de AfuÃ¡ nÃ£o consta previsÃ£o de pagamento deste adicional aos servidores temporÃ¡rios e nem mesmo faz qualquer menÃ§Ã£o sobre os graus e os percentuais de insalubridade aos servidores efetivos, de modo que tal lacuna pode ser sanada mediante mandado de injunÃ§Ã£o ou ediÃ§Ã£o de lei, motivo pelo qual adianto a improcedÃªncia desse pedido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS MORAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â O dano moral abarca a dor ou sofrimento humano que nÃ£o se revestem de carÃ¡ter de perda pecuniÃ¡ria, oriundo de violaÃ§Ã£o Ã reputaÃ§Ã£o da vÃ-tima, Ã sua autoridade legÃ-tima, ao seu pudor, Ã sua seguranÃ§a e tranquilidade, Ã integridade de sua inteligÃªncia, a suas afeiÃ§Ãµes, ao seu amor prÃ³prio estÃ©tico, entre outros atos que importem abalo de ordem emocional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A reparaÃ§Ã£o decorrente do dano moral consiste, a um sÃ³ tempo, em uma satisfaÃ§Ã£o compensatÃ³ria ao ofendido e numa puniÃ§Ã£o ao ofensor, cujo carÃ¡ter pedagÃ³gico visa mitigar, ou mesmo neutralizar, os sentimentos negativos provocados pelo ato ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em apreÃ§o, nÃ£o consigo visualizar qualquer resquÃ-cio de dano moral que a Requerente tenha sofrido, uma vez que, desde o inÃ-cio, quando se propÃ´s a prestar serviÃ§o pÃºblico municipal ocupando o cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde, anuiu com o disposto no contrato administrativo que assinou, inclusive no que diz respeito a vencimentos, jornada de trabalho e demais caracterÃ-sticas pertinentes ao cargo, nÃ£o tendo sido iludida pelo MunicÃ-pio Requerido, razÃ£o pela qual nÃ£o se pode falar em frustraÃ§Ã£o de expectativas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, incabÃ-vel a indenizaÃ§Ã£o por danos morais aqui pleiteada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS EMERGENTES PELA CONTRATAÃÃO DE ADVOGADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Requerente pleiteia, por fim, indenizaÃ§Ã£o a tÃ-tulo de danos emergentes, uma vez que teve, em tese, seus direitos violados pelo Requerido, obrigando-se a contratar advogados para ajuizar a presente demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que nÃ£o merece prosperar o pedido de ressarcimento dos valores despendidos pela parte Requerente na contrataÃ§Ã£o de advogados para representÃ¡-la em aÃ§Ã£o reclamatÃ³ria movida contra o Requerido. Entendo que a condenaÃ§Ã£o extra que deve ser imposta ao sucumbente, caso haja, se limita ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios sucumbenciais, ou seja, os honorÃ¡rios convencionados entre as partes nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sÃ-ntese, decorrendo da vontade da parte a contrataÃ§Ã£o de advogado particular para o ajuizamento de aÃ§Ã£o, com a assunÃ§Ã£o de responsabilidade pela satisfaÃ§Ã£o dos honorÃ¡rios respectivos, nÃ£o hÃ¡ direito a ressarcimento pela via da indenizaÃ§Ã£o de dano material ou emergente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A relaÃ§Ã£o obrigacional produz efeitos entre as partes contratantes, nÃ£o sendo plausÃ-vel se estender para terceiros, obrigaÃ§Ã£o ou responsabilidade oriunda de contrato celebrado entre as partes contratantes (advogado e Requerente). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, cito os seguintes arestos: APELAÃÃO CÃVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE REPARAÃÃO DE DANOS MATERIAIS. RESSARCIMENTO DE HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Os honorÃ¡rios advocatÃ-cios convencionados entre a parte autora e o seu procurador, para defesa de seus interesses em demandas judiciais, nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o, devendo a parte vencida na aÃ§Ã£o responder, exclusivamente, por aqueles decorrentes da sucumbÃªncia. Precedentes jurisprudenciais. SentenÃ§a de improcedÃªncia mantida. APELAÃÃO DESPROVIDA. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70064607609, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Paulo Roberto Lessa Franz, Julgado em 28/05/2015). RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE PERDAS E DANOS. RESTITUIÃÃO DE HONORÃRIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Reembolso do valor pago a tÃ-tulo

de honorÃ¡rios contratuais para demandar em JuÃ-zo. Impossibilidade. A verba honorÃ¡ria pela qual responde a parte adversa restringe-se Ã quela decorrente da sucumbÃªncia, nÃ£o podendo a condenaÃ§Ã£o alcanÃ§ar honorÃ¡rios pactuados particularmente. Precedentes. NEGADO PROVIMENTO Ã APELAÃÃO. DECISÃO UNÃNIME. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70052176112, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 19/12/2013). Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ dÃºvida, e ninguÃ©m suporia de modo diverso, que exercer o direito de petiÃ§Ã£o gera despesas, em especial aquelas decorrentes do pagamento dos honorÃ¡rios do advogado, todavia essa obrigaÃ§Ã£o deve ser de responsabilidade do contratante, motivo pelo qual a improcedÃªncia do pedido de danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, RESOLVO o mÃ©rito do presente processo, na forma do artigo 487, inciso I, do CPC, acolhendo parcialmente o pedido, de acordo com os seguintes capÃ-tulos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECLARO o direito da autora Ã percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional relativo Ã categoria dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, independente da legislaÃ§Ã£o vigente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â CONDENO o Requerido ao pagamento da diferenÃ§a dos valores alusivos ao piso salarial Ã Requerente, proporcional Ã sua jornada de trabalho, retroativos Ã data de vigÃªncia da Lei 12.994/2014, observadas as atualizaÃ§Ãµes de valores promovidas pela Lei 13.708/2018 ou por outra legislaÃ§Ã£o superveniente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o valor da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ incidir juros moratÃ³rios e atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria; juros contados a partir da citaÃ§Ã£o e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria sobre cada parcela remuneratÃ³ria, levando-se em conta a data em que deveriam ter sido pagas, observadas as regras e os Ã-ndices da Lei Federal 9.494/97. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INDEFIRO, pelos motivos jÃ¡ expostos, os pedidos de adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e indenizaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O quantum da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ ser apurado em liquidaÃ§Ã£o de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas judiciais, ante a gratuidade processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a sucumbÃªncia mÃ-nima da Requerente, em termos de proveito econÃ´mico obtido na presente aÃ§Ã£o, CONDENO o Requerido ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, cujo percentual serÃ¡ definido quando for liquidado o julgado (art. 85, Â§ 4Âº, inciso II, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 16 de novembro de 2021. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PÃ¡gina de 8 PROCESSO: 00010689020158140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:MARIA ALEXANDRINA MATOS PEREIRA Representante(s): OAB 0735 - LUCIVALDO DA SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 3596 - TAYLANA SERRAO DA LUZ (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE AFUA Representante(s): OAB 0990 - AGNALDO ALVES FERREIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ Processo 0001068-90.2015.8.14.0002 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â MARIA ALEXANDRINA MATOS PEREIRA, por intermÃ©dio de advogado habilitado, ajuizou aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direito c/c cobranÃ§a de retroativos em face do MUNICÃPIO DE AFUÃ, ambos qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz a petiÃ§Ã£o inicial, em linhas gerais, que a autora Ã© servidora pÃºblica municipal ativa, ocupante do cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde (ACS), decorrente de contratos administrativos, cujo inÃ-cio se deu em 02/01/2002. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega que nunca recebeu do Requerido o valor legal corresponde ao seu cargo de ACS (piso salarial), percebendo tÃ£o somente o salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s, assim como nunca recebeu o valor corresponde ao adicional de insalubridade que faz jus em decorrÃªncia da atividade desenvolvida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, requer o pagamento das diferenÃ§as salariais retroativas advindas de portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde; o reajuste de seu vencimento de acordo com o piso salarial profissional nacional dos ACSs; alÃ©m da incorporaÃ§Ã£o do adicional de insalubridade, dano moral e dano emergente pela contrataÃ§Ã£o de advogados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Carreou aos autos os documentos de fls. 11-70. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em decisÃ£o de fl. 75, este juÃ-zo recebeu a petiÃ§Ã£o inicial, concedeu os benefÃ-cios da assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita e determinou a citaÃ§Ã£o do Requerido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Citado (fl. 76), o Requerido apresentou ContestaÃ§Ã£o pugnando pela total improcedÃªncia dos pedidos formulados na inicial (fls. 78-88), juntando aos autos os documentos de fls. 89-105. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©plica foi apresentada Ã s fls. 109-111. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Agendada e realizada audiÃªncia, a tentativa de conciliaÃ§Ã£o restou infrutÃ-fera, motivo pelo qual foram fixados os seguintes pontos controvertidos: a) direito ao pagamento da diferenÃ§a salarial aos agentes comunitÃ¡rios de saÃºde; b) direito Ã percepÃ§Ã£o do adicional de insalubridade; c) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos morais; e d) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. AlÃ©m disso, as partes,

instadas, reiteraram os termos da inicial e da contestaÃ§Ã£o, alegando nÃ£o haver necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas (fl. 118). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direitos combinada com cobranÃ§a de retroativos em que a Requerente, servidora pÃºblica municipal, ingressou objetivando a percepÃ§Ã£o da diferenÃ§a salarial oriunda do regramento contido nas portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde, dos anos de 2009-2014; a aplicaÃ§Ã£o do piso salarial da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, fixado pela Lei Federal 12.994/2014, em seu artigo 9Âº-A, Â§ 1Âº; bem como o recebimento do adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o havendo questÃµes preliminares pendentes de apreciaÃ§Ã£o, considerando a desnecessidade de produÃ§Ã£o de outras provas e sendo a questÃ£o de mÃ©rito unicamente de direito, entendo que a causa estÃ¡ madura para ser decidida, passando a analisar seu mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA AO PRINCÃPIO DA LEGALIDADE EM SENTIDO ESTRITO PARA A FIXAÃÃO DE VERBAS REMUNERATÃRIAS A SERVIDOR PÃBLICO Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autora alega que entre os anos de 2009-2014 foram editadas as Portarias nos 2.008/2009, 3.178/2010, 1.599/2011, 459/2012, 260/2013 e 314/2014, todas do MinistÃ©rio da SaÃºde (MS), que supostamente fixaram e reajustaram anualmente o vencimento base da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS). Assevera, ainda, que os ACS, no Ã¢mbito do MunicÃ-pio de AfuÃ¡, nunca perceberam o valor estabelecido na legislaÃ§Ã£o em comento, recebendo apenas um salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s Ã Ã©poca dos fatos narrados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que a pretensÃ£o da Requerente, neste ponto, nÃ£o merece prosperar, porquanto o incentivo de custeio referente Ã implantaÃ§Ã£o de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, previsto nas portarias do MS, nÃ£o constitui verba remuneratÃ³ria, sobretudo porque tal verba somente pode ser instituÃ-da por meio de lei especÃ-fica, na forma dos artigos 37, X, 61, Â§ 1Â°, Â¿cÂ¿, e 169, todos da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, a disposiÃ§Ã£o estampada no artigo 37, X, da CF possui natureza programÃ¡tica, de eficÃ¡cia contida, ou seja, possui aplicabilidade imediata, direta, mas nÃ£o integral, uma vez que depende de lei especÃ-fica para seu implemento, devendo ainda ser observada a iniciativa privativa para cada caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, somente lei do respectivo ente pÃºblico a que estiver vinculado o servidor pode estabelecer tais verbas salariais, desde que haja prÃ©via dotaÃ§Ã£o orÃ§amentÃ¡ria para atender Ã s projeÃ§Ãµes de despesa com pessoal, nÃ£o possuindo esta prerrogativa o ato infralegal do MinistÃ©rio da SaÃºde, notadamente por se tratar de servidor pÃºblico municipal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, este Ã© o entendimento consolidado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), nos autos do AIRR - 24-18.2014.5.15.0059, de relatoria da Ministra Dora Maria da Costa, da 8Âª Turma, julgado em 22/03/2016. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, o suposto direito pretendido pela autora encontra Ã³bice na ausÃªncia de lei do ente pÃºblico respectivo a prevÃª-lo, e, portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde nÃ£o podem ser interpretadas como fontes formais do direito, capazes de criar espÃ©cies remuneratÃ³rias a servidores, razÃ£o pela qual entendo nÃ£o ser possÃ-vel o recebimento retroativo de diferenÃ§as salariais relativas aos anos de 2009-2014, fundadas em portarias ministeriais, especialmente porque considerar o incentivo de custeio como verba remuneratÃ³ria caracterizaria grave afronta ao princÃ-pio da legalidade em sentido estrito, previsto constitucionalmente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em tempo, entendo que o referido incentivo visa tÃ£o somente fortalecer a atuaÃ§Ã£o dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS) e Agentes de Combate Ã s Endemias (ACE) nas aÃ§Ãµes a que sÃ£o destinados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO DA SERVIDORA Ã PERCEPÃÃO DO PISO SALARIAL NACIONAL RELATIVO Ã CATEGORIA DE AGENTES COMUNITÃRIOS DE SAÃDE (LEI NÂº 12.994, DE 17 DE JUNHO DE 2014) Â Â Â Â Â Â Â Â Â A princÃ-pio, esclareÃ§o que qualquer anÃ¡lise feita Ã pretensÃ£o de percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional se darÃ¡ a partir de 18 de junho de 2014, em razÃ£o do inÃ-cio da vigÃªncia da Lei nÂº 12.994/2014, a qual nÃ£o tem o condÃ£o de operar seus efeitos retroativamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico a existÃªncia de apenas 05 (cinco) contracheques aptos a comprovar o alegado pela parte autora (fls. 34-38), isto porque o restante da documentaÃ§Ã£o colacionada demonstra a percepÃ§Ã£o de salÃ¡rios em data anterior Ã vigÃªncia da lei que instituiu o piso salarial nacional Ã categoria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Feitas essas consideraÃ§Ãµes iniciais, pontuo que a ConstituiÃ§Ã£o Federal, em seu artigo 198, Â§ 5Âº, dispÃ´s que as aÃ§Ãµes e serviÃ§os pÃºblicos de saÃºde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema Ãºnico, organizado de acordo com diretrizes, e que lei federal deve dispor sobre o regime jurÃ-dico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentaÃ§Ã£o das atividades de agente comunitÃ¡rio de saÃºde e agente de combate Ã s endemias, competindo Ã UniÃ£o, nos termos da lei, prestar assistÃªncia financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos MunicÃ-pios, para o cumprimento do referido piso salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em atendimento ao mandamento constitucional, foi editada a Lei nÂº 12.994/2014, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para instituir o piso salarial

profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, dispÃµe o artigo 9Âº-A da citada lei que o piso salarial profissional nacional Ã© o valor abaixo do qual a UniÃ£o, os Estados, o Distrito Federal e os MunicÃ-pios nÃ£o poderÃ£o fixar o vencimento inicial das Carreiras de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde e de Agente de Combate Ã s Endemias para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O piso salarial profissional nacional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias foi fixado no valor de R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais) mensais, sendo que a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas exigida para garantia do piso salarial deve ser integralmente dedicada a aÃ§Ãµes e serviÃ§os de promoÃ§Ã£o da saÃºde, vigilÃ¢ncia epidemiolÃ³gica e combate a endemias em prol das famÃ-lias e comunidades assistidas, dentro dos respectivos territÃ³rios de atuaÃ§Ã£o (art. 9Â°-A, Â§Â§ 1Âº e 2Âº, da Lei nÂº 12.994/2014). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da simples leitura do dispositivo legal em comento, concluo ser imprescindÃ-vel que Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e Agentes de Combate Ã s Endemias cumpram a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais para o recebimento integral do piso salarial instituÃ-do pela Lei Federal, caso contrÃ¡rio caracterizaria evidente enriquecimento ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a disposiÃ§Ã£o do artigo 322, Â§ 2Âº, do CPC, que dispÃµe que a interpretaÃ§Ã£o do pedido considerarÃ¡ o conjunto da postulaÃ§Ã£o e observarÃ¡ o princÃ-pio da boa-fÃ©, registro que o cerne desta pretensÃ£o Ã© a declaraÃ§Ã£o do direito da parte autora Ã incorporaÃ§Ã£o do piso salarial nacional, independente da legislaÃ§Ã£o a ser considerada, desde que vigente, e o consequente pagamento de valores retroativos a que faz jus. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, em que pese o pedido tenha sido formulado pela Requerente em 2015, momento em que o quantum a ser pago a tÃ-tulo de piso salarial estava fixado no valor R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais), em 23 de outubro de 2018, foi publicada a Lei nÂº 13.708, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para modificar as normas que regulam o exercÃ-cio profissional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na oportunidade, o quantum do piso salarial nacional Ã s categorias foi atualizado, sendo escalonado e fixado da seguinte forma: I - R$-1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2019; II - R$-1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2020; e III - R$-1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2021, sempre respeitando a carga horÃ¡ria de 40 horas semanais para a percepÃ§Ã£o integral do piso.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, considerando que a autora labora 30 (trinta) horas por semana, reconheÃ§o o direito da demandante de receber a diferenÃ§a dos valores proporcionais ao piso salarial nacional, devidos retroativamente, com base na Lei nÂº 12.994/2014, no perÃ-odo de 18/06/2014 atÃ© 31/12/2018, bem como reconheÃ§o o direito da autora de receber as diferenÃ§as salariais, devidas retroativamente, com base na Lei 13.708/2018, desde 1Âº/01/2019, devendo ser atualizado o valor com a eventual superveniÃªncia de lei especÃ-fica, sendo certo que, em todos os casos, os valores efetivamente recebidos pela autora devem ser subtraÃ-dos do valor a ser pago retroativamente a tÃ-tulo de diferenÃ§a salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Lei nÂº 13.708/2018 dispÃ´s que o piso salarial fixado em R$-1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais) serÃ¡ reajustado, anualmente, em 1Â° de janeiro, a partir do ano de 2022. Logo, sobrevindo reajustes futuros, devidamente previstos em lei, reconheÃ§o o direito da Requerente Ã percepÃ§Ã£o dos valores porventura atualizados, a contar da vigÃªncia da legislaÃ§Ã£o que promover as alteraÃ§Ãµes, salvaguardando, em todo caso, o direito de que a sua remuneraÃ§Ã£o nÃ£o poderÃ¡ ser inferior ao valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s (artigo 7Âº, inciso VII, da CF/88 c/c a SÃºmula Vinculante 16). Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO Ã PERCEPÃÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Requerente pleiteia receber o adicional de insalubridade no patamar de 20% (vinte por cento) de seu vencimento base, alÃ©m dos retroativos, em virtude da atividade que desempenha, amparando-se no artigo 7Âº, inciso XXIII, da CF, no artigo 13, inciso XII, da Lei OrgÃ¢nica do MunicÃ-pio e no artigo 70 do Estatuto dos Servidores PÃºblicos do MunicÃ-pio de AfuÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O contrato temporÃ¡rio de trabalho firmado com fulcro no incisoÂ IXÂ do artigoÂ 37Â daÂ ConstituiÃ§Ã£o FederalÂ Ã© regido pelas normas de Direito Administrativo, gerando somente os direitos expressamente previstos na legislaÃ§Ã£o de regÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â As sucessivas renovaÃ§Ãµes de contrato de trabalho podem ser consideradas nulas, o que, no entanto, nÃ£o retira dos contratos a natureza administrativa. Bom que se diga que aÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal, a partir da Emenda nÂº 19/98, deixou de garantir o adicional de remuneraÃ§Ã£o para as atividades penosas, insalubres ou perigosas aos servidores pÃºblicos, ao deixar de aludir esse adicional no incisoÂ XXIIIÂ do artigoÂ 7ÂºÂ daÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, o adicional de insalubridade sÃ³ pode ser concedido pelos entes pÃºblicos desde que haja lei municipal regulando a matÃ©ria, determinando quais as atividades insalubres, os percentuais devidos, inclusive eventual direito adquirido na mudanÃ§a dos servidores regidos anteriormente pelaÂ CLTÂ que atualmente seguem o Regime JurÃ-dico Ãnico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â E as normas daÂ ConsolidaÃ§Ã£o das Leis do TrabalhoÂ

nÃ£o podem reger a situaÃ§Ã£o havida entre as partes, sendo inviÃ¡vel que se recorra ao uso da analogia, principalmente diante do princÃ-pio da reserva legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do RE 1263804/PB, de relatoria da Min. CÃ¡rmen LÃºcia, em 13/07/2020, manifestou-se sobre o tema da seguinte maneira: AGRAVO INTERNO NA APELAÃÃO CÃVEL - AÃÃO DE COBRANÃA - SERVIDOR MUNICIPAL SEM VÃNCULO - INGRESSO SEM CONCURSO PÃBLICO - PRETENSÃO EM RECEBER VERBAS SALARIAIS, FGTS, FÃRIAS E ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - DESPROVIMENTO NA ORIGEM - DIREITO AO RECEBIMENTO DOS VALORES CORRESPONDENTES AO FGTS - DESPROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO. Â¿O adicional de insalubridade sÃ³ Ã© devido a servidor pÃºblico submetido a vÃ-nculo estatutÃ¡rio ou temporÃ¡rio se houver previsÃ£o em lei especÃ-fica editada pelo respectivo ente federado. InteligÃªncia da SÃºmula nÂº 42 deste Tribunal de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise detida dos autos, corroborando o entendimento firmado pela Corte Suprema, nÃ£o restou comprovado, por parte da autora, a existÃªncia de lei especÃ-fica editada pelo Ente Federado, dispondo sobre o referido adicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, ressalto a inexistÃªncia nos autos de comprovaÃ§Ã£o tÃ©cnica (laudo pericial) acerca da atividade insalubre e o respectivo grau a que a autora tenha se submetido, acompanhando o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de JustiÃ§a de que o adicional em comento nÃ£o possui carÃ¡ter geral. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Havendo vÃ¡cuo normativo, nÃ£o poderia este juÃ-zo, em substituiÃ§Ã£o ao Poder Legislativo, aplicar analogicamente normas que nÃ£o vinculam a municipalidade, sob pena de afrontar o princÃ-pio da separaÃ§Ã£o dos poderes, bem como criar uma despesa sem a previsÃ£o legal de sua respectiva receita, o que de igual modo afrontaria a lei de responsabilidade fiscal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na Lei EstatutÃ¡ria dos Servidores PÃºblicos de AfuÃ¡ nÃ£o consta previsÃ£o de pagamento deste adicional aos servidores temporÃ¡rios e nem mesmo faz qualquer menÃ§Ã£o sobre os graus e os percentuais de insalubridade aos servidores efetivos, de modo que tal lacuna pode ser sanada mediante mandado de injunÃ§Ã£o ou ediÃ§Ã£o de lei, motivo pelo qual adianto a improcedÃªncia desse pedido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS MORAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â O dano moral abarca a dor ou sofrimento humano que nÃ£o se revestem de carÃ¡ter de perda pecuniÃ¡ria, oriundo de violaÃ§Ã£o Ã reputaÃ§Ã£o da vÃ-tima, Ã sua autoridade legÃ-tima, ao seu pudor, Ã sua seguranÃ§a e tranquilidade, Ã integridade de sua inteligÃªncia, a suas afeiÃ§Ãµes, ao seu amor prÃ³prio estÃ©tico, entre outros atos que importem abalo de ordem emocional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A reparaÃ§Ã£o decorrente do dano moral consiste, a um sÃ³ tempo, em uma satisfaÃ§Ã£o compensatÃ³ria ao ofendido e numa puniÃ§Ã£o ao ofensor, cujo carÃ¡ter pedagÃ³gico visa mitigar, ou mesmo neutralizar, os sentimentos negativos provocados pelo ato ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em apreÃ§o, nÃ£o consigo visualizar qualquer resquÃ-cio de dano moral que a Requerente tenha sofrido, uma vez que, desde o inÃ-cio, quando se propÃ´s a prestar serviÃ§o pÃºblico municipal ocupando o cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde, anuiu com o disposto no contrato administrativo que assinou, inclusive no que diz respeito a vencimentos, jornada de trabalho e demais caracterÃ-sticas pertinentes ao cargo, nÃ£o tendo sido iludida pelo MunicÃ-pio Requerido, razÃ£o pela qual nÃ£o se pode falar em frustraÃ§Ã£o de expectativas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, incabÃ-vel a indenizaÃ§Ã£o por danos morais aqui pleiteada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS EMERGENTES PELA CONTRATAÃÃO DE ADVOGADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Requerente pleiteia, por fim, indenizaÃ§Ã£o a tÃ-tulo de danos emergentes, uma vez que teve, em tese, seus direitos violados pelo Requerido, obrigando-se a contratar advogados para ajuizar a presente demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que nÃ£o merece prosperar o pedido de ressarcimento dos valores despendidos pela parte Requerente na contrataÃ§Ã£o de advogados para representÃ¡-la em aÃ§Ã£o reclamatÃ³ria movida contra o Requerido. Entendo que a condenaÃ§Ã£o extra que deve ser imposta ao sucumbente, caso haja, se limita ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios sucumbenciais, ou seja, os honorÃ¡rios convencionados entre as partes nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sÃ-ntese, decorrendo da vontade da parte a contrataÃ§Ã£o de advogado particular para o ajuizamento de aÃ§Ã£o, com a assunÃ§Ã£o de responsabilidade pela satisfaÃ§Ã£o dos honorÃ¡rios respectivos, nÃ£o hÃ¡ direito a ressarcimento pela via da indenizaÃ§Ã£o de dano material ou emergente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A relaÃ§Ã£o obrigacional produz efeitos entre as partes contratantes, nÃ£o sendo plausÃ-vel se estender para terceiros, obrigaÃ§Ã£o ou responsabilidade oriunda de contrato celebrado entre as partes contratantes (advogado e Requerente). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, cito os seguintes arestos: APELAÃÃO CÃVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE REPARAÃÃO DE DANOS MATERIAIS. RESSARCIMENTO DE HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Os honorÃ¡rios advocatÃ-cios convencionados entre a parte autora e o seu procurador, para defesa de seus interesses em demandas judiciais, nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o, devendo a parte vencida na aÃ§Ã£o responder, exclusivamente, por aqueles decorrentes

da sucumbÃªncia. Precedentes jurisprudenciais. SentenÃ§a de improcedÃªncia mantida. APELAÃÃO DESPROVIDA. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70064607609, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Paulo Roberto Lessa Franz, Julgado em 28/05/2015). RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE PERDAS E DANOS. RESTITUIÃÃO DE HONORÃRIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Reembolso do valor pago a tÃ-tulo de honorÃ¡rios contratuais para demandar em JuÃ-zo. Impossibilidade. A verba honorÃ¡ria pela qual responde a parte adversa restringe-se Ã quela decorrente da sucumbÃªncia, nÃ£o podendo a condenaÃ§Ã£o alcanÃ§ar honorÃ¡rios pactuados particularmente. Precedentes. NEGADO PROVIMENTO Ã APELAÃÃO. DECISÃO UNÃNIME. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70052176112, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 19/12/2013). Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ dÃºvida, e ninguÃ©m suporia de modo diverso, que exercer o direito de petiÃ§Ã£o gera despesas, em especial aquelas decorrentes do pagamento dos honorÃ¡rios do advogado, todavia essa obrigaÃ§Ã£o deve ser de responsabilidade do contratante, motivo pelo qual a improcedÃªncia do pedido de danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, RESOLVO o mÃ©rito do presente processo, na forma do artigo 487, inciso I, do CPC, acolhendo parcialmente o pedido, de acordo com os seguintes capÃ-tulos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECLARO o direito da autora Ã percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional relativo Ã categoria dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, independente da legislaÃ§Ã£o vigente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â CONDENO o Requerido ao pagamento da diferenÃ§a dos valores alusivos ao piso salarial Ã Requerente, proporcional Ã sua jornada de trabalho, retroativos Ã data de vigÃªncia da Lei 12.994/2014, observadas as atualizaÃ§Ãµes de valores promovidas pela Lei 13.708/2018 ou por outra legislaÃ§Ã£o superveniente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o valor da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ incidir juros moratÃ³rios e atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria; juros contados a partir da citaÃ§Ã£o e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria sobre cada parcela remuneratÃ³ria, levando-se em conta a data em que deveriam ter sido pagas, observadas as regras e os Ã-ndices da Lei Federal 9.494/97. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INDEFIRO, pelos motivos jÃ¡ expostos, os pedidos de adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e indenizaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O quantum da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ ser apurado em liquidaÃ§Ã£o de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas judiciais, ante a gratuidade processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a sucumbÃªncia mÃ-nima da Requerente, em termos de proveito econÃ´mico obtido na presente aÃ§Ã£o, CONDENO o Requerido ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, cujo percentual serÃ¡ definido quando for liquidado o julgado (art. 85, Â§ 4Âº, inciso II, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 16 de novembro de 2021. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PÃ¡gina de 8 PROCESSO: 00010697520158140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:JOSE RENATO DA SILVA Representante(s): OAB 0735 - LUCIVALDO DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE AFUA Representante(s): OAB 0990 - AGUINALDO ALVES FERREIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ Processo 0001069-75.2015.8.14.0002 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â JOSÃ RENATO DA SILVA, por intermÃ©dio de advogado habilitado, ajuizou aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direito c/c cobranÃ§a de retroativos em face do MUNICÃPIO DE AFUÃ, ambos qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz a petiÃ§Ã£o inicial, em linhas gerais, que o autor Ã© servidor pÃºblico municipal ativo, ocupante do cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde (ACS), decorrente de contratos administrativos, com inÃ-cio em 1Âº de janeiro de 1996. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega que nunca recebeu do Requerido o valor legal corresponde ao seu cargo de ACS (piso salarial), percebendo tÃ£o somente o salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s, assim como nunca recebeu o valor corresponde ao adicional de insalubridade que faz jus em decorrÃªncia da atividade desenvolvida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, requer o pagamento das diferenÃ§as salariais retroativas advindas de portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde; o reajuste de seu vencimento de acordo com o piso salarial profissional nacional dos ACSs; alÃ©m da incorporaÃ§Ã£o do adicional de insalubridade, dano moral e dano emergente pela contrataÃ§Ã£o de advogados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Carreou aos autos os documentos de fls. 12-78. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em decisÃ£o de fl. 80, este juÃ-zo recebeu a petiÃ§Ã£o inicial, concedeu os benefÃ-cios da assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita e determinou a citaÃ§Ã£o do Requerido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Citado (fl. 84), o Requerido apresentou ContestaÃ§Ã£o pugnando pela total improcedÃªncia dos pedidos formulados na inicial (fls. 86-96), juntando aos autos os documentos de fls. 97-113. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©plica foi apresentada Ã s fls. 117-119. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Agendada e realizada audiÃªncia, a tentativa de conciliaÃ§Ã£o restou infrutÃ-fera, motivo pelo qual foram fixados os seguintes pontos controvertidos: a) direito ao pagamento da

diferenÃ§a salarial aos agentes comunitÃ¡rios de saÃºde; b) direito Ã percepÃ§Ã£o do adicional de insalubridade; c) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos morais; e d) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. AlÃ©m disso, as partes, instadas, reiteraram os termos da inicial e da contestaÃ§Ã£o, alegando nÃ£o haver necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas (fl. 126). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direitos combinada com cobranÃ§a de retroativos em que o Requerente, servidor pÃºblico municipal, ingressou objetivando a percepÃ§Ã£o da diferenÃ§a salarial oriunda do regramento contido nas portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde, dos anos de 2009-2014; a aplicaÃ§Ã£o do piso salarial da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, fixado pela Lei Federal 12.994/2014, em seu artigo 9Âº-A, Â§ 1Âº; bem como o recebimento do adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o havendo questÃµes preliminares pendentes de apreciaÃ§Ã£o, considerando a desnecessidade de produÃ§Ã£o de outras provas e sendo a questÃ£o de mÃ©rito unicamente de direito, entendo que a causa estÃ¡ madura para ser decidida, passando a analisar seu mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA AO PRINCÃPIO DA LEGALIDADE EM SENTIDO ESTRITO PARA A FIXAÃÃO DE VERBAS REMUNERATÃRIAS A SERVIDOR PÃBLICO Â Â Â Â Â Â Â Â Â O autor alega que entre os anos de 2009-2014 foram editadas as Portarias nos 2.008/2009, 3.178/2010, 1.599/2011, 459/2012, 260/2013 e 314/2014, todas do MinistÃ©rio da SaÃºde (MS), que supostamente fixaram e reajustaram anualmente o vencimento base da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS). Assevera, ainda, que os ACS, no Ã¢mbito do MunicÃ-pio de AfuÃ¡, nunca perceberam o valor estabelecido na legislaÃ§Ã£o em comento, recebendo apenas um salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s Ã Ã©poca dos fatos narrados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que a pretensÃ£o do Requerente, neste ponto, nÃ£o merece prosperar, porquanto o incentivo de custeio referente Ã implantaÃ§Ã£o de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, previsto nas portarias do MS, nÃ£o constitui verba remuneratÃ³ria, sobretudo porque tal verba somente pode ser instituÃ-da por meio de lei especÃ-fica, na forma dos artigos 37, X, 61, Â§ 1Â°, Â¿cÂ¿, e 169, todos da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, a disposiÃ§Ã£o estampada no artigo 37, X, da CF possui natureza programÃ¡tica, de eficÃ¡cia contida, ou seja, possui aplicabilidade imediata, direta, mas nÃ£o integral, uma vez que depende de lei especÃ-fica para seu implemento, devendo ainda ser observada a iniciativa privativa para cada caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, somente lei do respectivo ente pÃºblico a que estiver vinculado o servidor pode estabelecer tais verbas salariais, desde que haja prÃ©via dotaÃ§Ã£o orÃ§amentÃ¡ria para atender Ã s projeÃ§Ãµes de despesa com pessoal, nÃ£o possuindo esta prerrogativa o ato infralegal do MinistÃ©rio da SaÃºde, notadamente por se tratar de servidor pÃºblico municipal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, este Ã© o entendimento consolidado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), nos autos do AIRR - 24-18.2014.5.15.0059, de relatoria da Ministra Dora Maria da Costa, da 8Âª Turma, julgado em 22/03/2016. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, o suposto direito pretendido pelo autor encontra Ã³bice na ausÃªncia de lei do ente pÃºblico respectivo a prevÃª-lo, e, portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde nÃ£o podem ser interpretadas como fontes formais do direito, capazes de criar espÃ©cies remuneratÃ³rias a servidores, razÃ£o pela qual entendo nÃ£o ser possÃ-vel o recebimento retroativo de diferenÃ§as salariais relativas aos anos de 2009-2014, fundadas em portarias ministeriais, especialmente porque considerar o incentivo de custeio como verba remuneratÃ³ria caracterizaria grave afronta ao princÃ-pio da legalidade em sentido estrito, previsto constitucionalmente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em tempo, entendo que o referido incentivo visa tÃ£o somente fortalecer a atuaÃ§Ã£o dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS) e Agentes de Combate Ã s Endemias (ACE) nas aÃ§Ãµes a que sÃ£o destinados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO DO SERVIDOR Ã PERCEPÃÃO DO PISO SALARIAL NACIONAL RELATIVO Ã CATEGORIA DE AGENTES COMUNITÃRIOS DE SAÃDE (LEI NÂº 12.994, DE 17 DE JUNHO DE 2014) Â Â Â Â Â Â Â Â Â A princÃ-pio, esclareÃ§o que qualquer anÃ¡lise feita Ã pretensÃ£o de percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional se darÃ¡ a partir de 18 de junho de 2014, em razÃ£o do inÃ-cio da vigÃªncia da Lei nÂº 12.994/2014, a qual nÃ£o tem o condÃ£o de operar seus efeitos retroativamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico a existÃªncia de apenas 04 (quatro) contracheques aptos a comprovar o alegado pela parte autora (fls. 39-41), isto porque o restante da documentaÃ§Ã£o colacionada demonstra a percepÃ§Ã£o de salÃ¡rios em data anterior Ã vigÃªncia da lei que instituiu o piso salarial nacional Ã categoria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Feitas essas consideraÃ§Ãµes iniciais, pontuo que a ConstituiÃ§Ã£o Federal, em seu artigo 198, Â§ 5Âº, dispÃ´s que as aÃ§Ãµes e serviÃ§os pÃºblicos de saÃºde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema Ãºnico, organizado de acordo com diretrizes, e que lei federal deve dispor sobre o regime jurÃ-dico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentaÃ§Ã£o das atividades de agente comunitÃ¡rio de saÃºde e agente de combate Ã s endemias, competindo Ã UniÃ£o, nos termos da lei, prestar assistÃªncia

financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos MunicÃ-pios, para o cumprimento do referido piso salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Em atendimento ao mandamento constitucional, foi editada a Lei nÂº 12.994/2014, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para instituir o piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, dispÃµe o artigo 9Âº-A da citada lei que o piso salarial profissional nacional Ã© o valor abaixo do qual a UniÃ£o, os Estados, o Distrito Federal e os MunicÃ-pios nÃ£o poderÃ£o fixar o vencimento inicial das Carreiras de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde e de Agente de Combate Ã s Endemias para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O piso salarial profissional nacional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias foi fixado no valor de R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais) mensais, sendo que a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas exigida para garantia do piso salarial deve ser integralmente dedicada a aÃ§Ãµes e serviÃ§os de promoÃ§Ã£o da saÃºde, vigilÂncia epidemiolÃ³gica e combate a endemias em prol das famÃ-lias e comunidades assistidas, dentro dos respectivos territÃ³rios de atuaÃ§Ã£o (art. 9Â°-A, Â§Â§ 1Âº e 2Âº, da Lei nÂº 12.994/2014). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da simples leitura do dispositivo legal em comento, concluo ser imprescindÃ-vel que Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e Agentes de Combate Ã s Endemias cumpram a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais para o recebimento integral do piso salarial instituÃ-do pela Lei Federal, caso contrÃ¡rio caracterizaria evidente enriquecimento ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a disposiÃ§Ã£o do artigo 322, Â§ 2Âº, do CPC, que dispÃµe que a interpretaÃ§Ã£o do pedido considerarÃ¡ o conjunto da postulaÃ§Ã£o e observarÃ¡ o princÃ-pio da boa-fÃ©, registro que o cerne desta pretensÃ£o Ã© a declaraÃ§Ã£o do direito da parte autora Ã incorporaÃ§Ã£o do piso salarial nacional, independente da legislaÃ§Ã£o a ser considerada, desde que vigente, e o consequente pagamento de valores retroativos a que faz jus. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, em que pese o pedido tenha sido formulado pela Requerente em 2015, momento em que o quantum a ser pago a tÃ-tulo de piso salarial estava fixado no valor R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais), em 23 de outubro de 2018, foi publicada a Lei nÂº 13.708, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para modificar as normas que regulam o exercÃ-cio profissional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na oportunidade, o quantum do piso salarial nacional Ã s categorias foi atualizado, sendo escalonado e fixado da seguinte forma: I - R$-1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2019; II - R$-1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2020; e III - R$-1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2021, sempre respeitando a carga horÃ¡ria de 40 horas semanais para a percepÃ§Ã£o integral do piso.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, considerando que o autor labora 30 (trinta) horas por semana, reconheÃ§o o direito do demandante de receber a diferenÃ§a dos valores proporcionais ao piso salarial nacional, devidos retroativamente, com base na Lei nÂº 12.994/2014, no perÃ-odo de 18/06/2014 atÃ© 31/12/2018, bem como reconheÃ§o o direito do autor de receber as diferenÃ§as salariais, devidas retroativamente, com base na Lei 13.708/2018, desde 1Âº/01/2019, devendo ser atualizado o valor com a eventual superveniÃªncia de lei especÃ-fica, sendo certo que, em todos os casos, os valores efetivamente recebidos pelo autor devem ser subtraÃ-dos do valor a ser pago retroativamente a tÃ-tulo de diferenÃ§a salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Lei nÂº 13.708/2018 dispÃ´s que o piso salarial fixado em R$-1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais) serÃ¡ reajustado, anualmente, em 1Â° de janeiro, a partir do ano de 2022. Logo, sobrevindo reajustes futuros, devidamente previstos em lei, reconheÃ§o o direito do Requerente Ã percepÃ§Ã£o dos valores porventura atualizados, a contar da vigÃªncia da legislaÃ§Ã£o que promover as alteraÃ§Ãµes, salvaguardando, em todo caso, o direito de que a sua remuneraÃ§Ã£o nÃ£o poderÃ¡ ser inferior ao valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s (artigo 7Âº, inciso VII, da CF/88 c/c a SÃºmula Vinculante 16). Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO Ã PERCEPÃÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Requerente pleiteia receber o adicional de insalubridade no patamar de 20% (vinte por cento) de seu vencimento base, alÃ©m dos retroativos, em virtude da atividade que desempenha, amparando-se no artigo 7Âº, inciso XXIII, da CF, no artigo 13, inciso XII, da Lei OrgÃ¢nica do MunicÃ-pio e no artigo 70 do Estatuto dos Servidores PÃºblicos do MunicÃ-pio de AfuÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O contrato temporÃ¡rio de trabalho firmado com fulcro no incisoÂ IXÂ do artigoÂ 37Â daÂ ConstituiÃ§Ã£o FederalÂ Ã© regido pelas normas de Direito Administrativo, gerando somente os direitos expressamente previstos na legislaÃ§Ã£o de regÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â As sucessivas renovaÃ§Ãµes de contrato de trabalho podem ser consideradas nulas, o que, no entanto, nÃ£o retira dos contratos a natureza administrativa. Bom que se diga que aÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal, a partir da Emenda nÂº 19/98, deixou de garantir o adicional de remuneraÃ§Ã£o para as atividades penosas, insalubres ou perigosas aos servidores pÃºblicos, ao deixar de aludir esse adicional no incisoÂ XXIIIÂ do artigoÂ 7ÂºÂ daÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, o adicional de insalubridade sÃ³ pode ser concedido pelos entes pÃºblicos desde que haja lei municipal regulando a

matÃ©ria, determinando quais as atividades insalubres, os percentuais devidos, inclusive eventual direito adquirido na mudanÃ§a dos servidores regidos anteriormente pelaÂ CLTÂ que atualmente seguem o Regime JurÃ-dico Ãnico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â E as normas daÂ ConsolidaÃ§Ã£o das Leis do TrabalhoÂ nÃ£o podem reger a situaÃ§Ã£o havida entre as partes, sendo inviÃ¡vel que se recorra ao uso da analogia, principalmente diante do princÃ-pio da reserva legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do RE 1263804/PB, de relatoria da Min. CÃ¡rmen LÃºcia, em 13/07/2020, manifestou-se sobre o tema da seguinte maneira: AGRAVO INTERNO NA APELAÃÃO CÃVEL - AÃÃO DE COBRANÃA - SERVIDOR MUNICIPAL SEM VÃNCULO - INGRESSO SEM CONCURSO PÃBLICO - PRETENSÃO EM RECEBER VERBAS SALARIAIS, FGTS, FÃRIAS E ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - DESPROVIMENTO NA ORIGEM - DIREITO AO RECEBIMENTO DOS VALORES CORRESPONDENTES AO FGTS - DESPROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO. Â¿O adicional de insalubridade sÃ³ Ã© devido a servidor pÃºblico submetido a vÃ-nculo estatutÃ¡rio ou temporÃ¡rio se houver previsÃ£o em lei especÃ-fica editada pelo respectivo ente federado. InteligÃªncia da SÃºmula nÂº 42 deste Tribunal de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise detida dos autos, corroborando o entendimento firmado pela Corte Suprema, nÃ£o restou comprovado, por parte do autor, a existÃªncia de lei especÃ-fica editada pelo Ente Federado, dispondo sobre o referido adicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, ressalto a inexistÃªncia nos autos de comprovaÃ§Ã£o tÃ©cnica (laudo pericial) acerca da atividade insalubre e o respectivo grau a que o autor tenha se submetido, acompanhando o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de JustiÃ§a de que o adicional em comento nÃ£o possui carÃ¡ter geral. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Havendo vÃ¡cuo normativo, nÃ£o poderia este juÃ-zo, em substituiÃ§Ã£o ao Poder Legislativo, aplicar analogicamente normas que nÃ£o vinculam a municipalidade, sob pena de afrontar o princÃ-pio da separaÃ§Ã£o dos poderes, bem como criar uma despesa sem a previsÃ£o legal de sua respectiva receita, o que de igual modo afrontaria a lei de responsabilidade fiscal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na Lei EstatutÃ¡ria dos Servidores PÃºblicos de AfuÃ¡ nÃ£o consta previsÃ£o de pagamento deste adicional aos servidores temporÃ¡rios e nem mesmo faz qualquer menÃ§Ã£o sobre os graus e os percentuais de insalubridade aos servidores efetivos, de modo que tal lacuna pode ser sanada mediante mandado de injunÃ§Ã£o ou ediÃ§Ã£o de lei, motivo pelo qual adianto a improcedÃªncia desse pedido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS MORAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â O dano moral abarca a dor ou sofrimento humano que nÃ£o se revestem de carÃ¡ter de perda pecuniÃ¡ria, oriundo de violaÃ§Ã£o Ã reputaÃ§Ã£o da vÃ-tima, Ã sua autoridade legÃ-tima, ao seu pudor, Ã sua seguranÃ§a e tranquilidade, Ã integridade de sua inteligÃªncia, a suas afeiÃ§Ãµes, ao seu amor prÃ³prio estÃ©tico, entre outros atos que importem abalo de ordem emocional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A reparaÃ§Ã£o decorrente do dano moral consiste, a um sÃ³ tempo, em uma satisfaÃ§Ã£o compensatÃ³ria ao ofendido e numa puniÃ§Ã£o ao ofensor, cujo carÃ¡ter pedagÃ³gico visa mitigar, ou mesmo neutralizar, os sentimentos negativos provocados pelo ato ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em apreÃ§o, nÃ£o consigo visualizar qualquer resquÃ-cio de dano moral que o Requerente tenha sofrido, uma vez que, desde o inÃ-cio, quando se propÃ´s a prestar serviÃ§o pÃºblico municipal ocupando o cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde, anuiu com o disposto no contrato administrativo que assinou, inclusive no que diz respeito a vencimentos, jornada de trabalho e demais caracterÃ-sticas pertinentes ao cargo, nÃ£o tendo sido iludido pelo MunicÃ-pio Requerido, razÃ£o pela qual nÃ£o se pode falar em frustraÃ§Ã£o de expectativas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, incabÃ-vel a indenizaÃ§Ã£o por danos morais aqui pleiteada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS EMERGENTES PELA CONTRATAÃÃO DE ADVOGADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Requerente pleiteia, por fim, indenizaÃ§Ã£o a tÃ-tulo de danos emergentes, uma vez que teve, em tese, seus direitos violados pelo Requerido, obrigando-se a contratar advogados para ajuizar a presente demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que nÃ£o merece prosperar o pedido de ressarcimento dos valores despendidos pela parte Requerente na contrataÃ§Ã£o de advogados para representÃ¡-lo em aÃ§Ã£o reclamatÃ³ria movida contra o Requerido. Entendo que a condenaÃ§Ã£o extra que deve ser imposta ao sucumbente, caso haja, se limita ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios sucumbenciais, ou seja, os honorÃ¡rios convencionados entre as partes nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sÃ-ntese, decorrendo da vontade da parte a contrataÃ§Ã£o de advogado particular para o ajuizamento de aÃ§Ã£o, com a assunÃ§Ã£o de responsabilidade pela satisfaÃ§Ã£o dos honorÃ¡rios respectivos, nÃ£o hÃ¡ direito a ressarcimento pela via da indenizaÃ§Ã£o de dano material ou emergente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A relaÃ§Ã£o obrigacional produz efeitos entre as partes contratantes, nÃ£o sendo plausÃ-vel se estender para terceiros, obrigaÃ§Ã£o ou responsabilidade oriunda de contrato celebrado entre as partes contratantes (advogado e Requerente). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, cito os seguintes arestos: APELAÃÃO CÃVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE REPARAÃÃO DE DANOS MATERIAIS. RESSARCIMENTO DE HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS CONTRATUAIS.

DESCABIMENTO. Os honorÃ¡rios advocatÃ-cios convencionados entre a parte autora e o seu procurador, para defesa de seus interesses em demandas judiciais, nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o, devendo a parte vencida na aÃ§Ã£o responder, exclusivamente, por aqueles decorrentes da sucumbÃªncia. Precedentes jurisprudenciais. SentenÃ§a de improcedÃªncia mantida. APELAÃÃO DESPROVIDA. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70064607609, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Paulo Roberto Lessa Franz, Julgado em 28/05/2015). RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE PERDAS E DANOS. RESTITUIÃÃO DE HONORÃRIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Reembolso do valor pago a tÃ-tulo de honorÃ¡rios contratuais para demandar em JuÃ-zo. Impossibilidade. A verba honorÃ¡ria pela qual responde a parte adversa restringe-se Ã quela decorrente da sucumbÃªncia, nÃ£o podendo a condenaÃ§Ã£o alcanÃ§ar honorÃ¡rios pactuados particularmente. Precedentes. NEGADO PROVIMENTO Ã APELAÃÃO. DECISÃO UNÃNIME. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70052176112, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 19/12/2013). Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ dÃºvida, e ninguÃ©m suporia de modo diverso, que exercer o direito de petiÃ§Ã£o gera despesas, em especial aquelas decorrentes do pagamento dos honorÃ¡rios do advogado, todavia essa obrigaÃ§Ã£o deve ser de responsabilidade do contratante, motivo pelo qual a improcedÃªncia do pedido de danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, RESOLVO o mÃ©rito do presente processo, na forma do artigo 487, inciso I, do CPC, acolhendo parcialmente o pedido, de acordo com os seguintes capÃ-tulos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECLARO o direito do autor Ã percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional relativo Ã categoria dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, independente da legislaÃ§Ã£o vigente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â CONDENO o Requerido ao pagamento da diferenÃ§a dos valores alusivos ao piso salarial ao Requerente, proporcional Ã sua jornada de trabalho, retroativos Ã data de vigÃªncia da Lei 12.994/2014, observadas as atualizaÃ§Ãµes de valores promovidas pela Lei 13.708/2018 ou por outra legislaÃ§Ã£o superveniente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o valor da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ incidir juros moratÃ³rios e atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria; juros contados a partir da citaÃ§Ã£o e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria sobre cada parcela remuneratÃ³ria, levando-se em conta a data em que deveriam ter sido pagas, observadas as regras e os Ã-ndices da Lei Federal 9.494/97. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INDEFIRO, pelos motivos jÃ¡ expostos, os pedidos de adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e indenizaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O quantum da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ ser apurado em liquidaÃ§Ã£o de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas judiciais, ante a gratuidade processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a sucumbÃªncia mÃ-nima do Requerente, em termos de proveito econÃ´mico obtido na presente aÃ§Ã£o, CONDENO o Requerido ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, cujo percentual serÃ¡ definido quando for liquidado o julgado (art. 85, Â§ 4Âº, inciso II, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 16 de novembro de 2021. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PÃ¡gina de 8 PROCESSO: 00010706020158140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:WALTELICE CARDOSO DE ALMEIDA Representante(s): OAB 0735 - LUCIVALDO DA SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 3596 - TAYLANA SERRAO DA LUZ (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE AFUA Representante(s): OAB 0990 - AGNALDO ALVES FERREIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ Processo 0001070-60.2015.8.14.0002 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â WALTELICE CARDOSO DE ALMEIDA, por intermÃ©dio de advogado habilitado, ajuizou aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direito c/c cobranÃ§a de retroativos em face do MUNICÃPIO DE AFUÃ, ambos qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz a petiÃ§Ã£o inicial, em linhas gerais, que a autora Ã© servidora pÃºblica municipal ativa, ocupante do cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde (ACS), decorrente de contratos administrativos, com inÃ-cio em 01 de agosto de 2005. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega que nunca recebeu do Requerido o valor legal corresponde ao seu cargo de ACS (piso salarial), percebendo tÃ£o somente o salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s, assim como nunca recebeu o valor corresponde ao adicional de insalubridade que faz jus em decorrÃªncia da atividade desenvolvida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, requer o pagamento das diferenÃ§as salariais retroativas advindas de portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde; o reajuste de seu vencimento de acordo com o piso salarial profissional nacional dos ACSs; alÃ©m da incorporaÃ§Ã£o do adicional de insalubridade, dano moral e dano emergente pela contrataÃ§Ã£o de advogados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Carreou aos autos os documentos de fls. 11-55. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em decisÃ£o de fl. 59, este juÃ-zo recebeu a petiÃ§Ã£o inicial, concedeu os benefÃ-cios da assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita e determinou a citaÃ§Ã£o do Requerido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Citado (fl. 60),

o Requerido apresentou ContestaÃ§Ã£o pugnando pela total improcedÃªncia dos pedidos formulados na inicial (fls. 62-72), juntando aos autos os documentos de fls. 73-89. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©plica foi apresentada Ã s fls. 93-95. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Agendada e realizada audiÃªncia, a tentativa de conciliaÃ§Ã£o restou infrutÃ-fera, motivo pelo qual foram fixados os seguintes pontos controvertidos: a) direito ao pagamento da diferenÃ§a salarial aos agentes comunitÃ¡rios de saÃºde; b) direito Ã percepÃ§Ã£o do adicional de insalubridade; c) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos morais; e d) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. AlÃ©m disso, as partes, instadas, reiteraram os termos da inicial e da contestaÃ§Ã£o, alegando nÃ£o haver necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas (fl. 103). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direitos combinada com cobranÃ§a de retroativos em que a Requerente, servidora pÃºblica municipal, ingressou objetivando a percepÃ§Ã£o da diferenÃ§a salarial oriunda do regramento contido nas portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde, dos anos de 2009-2014; a aplicaÃ§Ã£o do piso salarial da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, fixado pela Lei Federal 12.994/2014, em seu artigo 9Âº-A, Â§ 1Âº; bem como o recebimento do adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o havendo questÃµes preliminares pendentes de apreciaÃ§Ã£o, considerando a desnecessidade de produÃ§Ã£o de outras provas e sendo a questÃ£o de mÃ©rito unicamente de direito, entendo que a causa estÃ¡ madura para ser decidida, passando a analisar seu mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA AO PRINCÃPIO DA LEGALIDADE EM SENTIDO ESTRITO PARA A FIXAÃÃO DE VERBAS REMUNERATÃRIAS A SERVIDOR PÃBLICO Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autora alega que entre os anos de 2009-2014 foram editadas as Portarias nos 2.008/2009, 3.178/2010, 1.599/2011, 459/2012, 260/2013 e 314/2014, todas do MinistÃ©rio da SaÃºde (MS), que supostamente fixaram e reajustaram anualmente o vencimento base da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS). Assevera, ainda, que os ACS, no Ã¢mbito do MunicÃ-pio de AfuÃ¡, nunca perceberam o valor estabelecido na legislaÃ§Ã£o em comento, recebendo apenas um salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s Ã Ã©poca dos fatos narrados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que a pretensÃ£o da Requerente, neste ponto, nÃ£o merece prosperar, porquanto o incentivo de custeio referente Ã implantaÃ§Ã£o de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, previsto nas portarias do MS, nÃ£o constitui verba remuneratÃ³ria, sobretudo porque tal verba somente pode ser instituÃ-da por meio de lei especÃ-fica, na forma dos artigos 37, X, 61, Â§ 1Â°, Â¿cÂ¿, e 169, todos da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, a disposiÃ§Ã£o estampada no artigo 37, X, da CF possui natureza programÃ¡tica, de eficÃ¡cia contida, ou seja, possui aplicabilidade imediata, direta, mas nÃ£o integral, uma vez que depende de lei especÃ-fica para seu implemento, devendo ainda ser observada a iniciativa privativa para cada caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, somente lei do respectivo ente pÃºblico a que estiver vinculado o servidor pode estabelecer tais verbas salariais, desde que haja prÃ©via dotaÃ§Ã£o orÃ§amentÃ¡ria para atender Ã s projeÃ§Ãµes de despesa com pessoal, nÃ£o possuindo esta prerrogativa o ato infralegal do MinistÃ©rio da SaÃºde, notadamente por se tratar de servidor pÃºblico municipal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, este Ã© o entendimento consolidado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), nos autos do AIRR - 24-18.2014.5.15.0059, de relatoria da Ministra Dora Maria da Costa, da 8Âª Turma, julgado em 22/03/2016. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, o suposto direito pretendido pela autora encontra Ã³bice na ausÃªncia de lei do ente pÃºblico respectivo a prevÃª-lo, e, portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde nÃ£o podem ser interpretadas como fontes formais do direito, capazes de criar espÃ©cies remuneratÃ³rias a servidores, razÃ£o pela qual entendo nÃ£o ser possÃ-vel o recebimento retroativo de diferenÃ§as salariais relativas aos anos de 2009-2014, fundadas em portarias ministeriais, especialmente porque considerar o incentivo de custeio como verba remuneratÃ³ria caracterizaria grave afronta ao princÃ-pio da legalidade em sentido estrito, previsto constitucionalmente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em tempo, entendo que o referido incentivo visa tÃ£o somente fortalecer a atuaÃ§Ã£o dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS) e Agentes de Combate Ã s Endemias (ACE) nas aÃ§Ãµes a que sÃ£o destinados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO DA SERVIDORA Ã PERCEPÃÃO DO PISO SALARIAL NACIONAL RELATIVO Ã CATEGORIA DE AGENTES COMUNITÃRIOS DE SAÃDE (LEI NÂº 12.994, DE 17 DE JUNHO DE 2014) Â Â Â Â Â Â Â Â Â A princÃ-pio, esclareÃ§o que qualquer anÃ¡lise feita Ã pretensÃ£o de percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional se darÃ¡ a partir de 18 de junho de 2014, em razÃ£o do inÃ-cio da vigÃªncia da Lei nÂº 12.994/2014, a qual nÃ£o tem o condÃ£o de operar seus efeitos retroativamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico a existÃªncia de apenas 05 (cinco) contracheques aptos a comprovar o alegado pela parte autora (fls. 33-35), isto porque o restante da documentaÃ§Ã£o colacionada demonstra a percepÃ§Ã£o de salÃ¡rios em data anterior Ã vigÃªncia da lei que instituiu o piso salarial nacional Ã categoria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Feitas essas consideraÃ§Ãµes iniciais, pontuo que a ConstituiÃ§Ã£o Federal, em seu artigo 198, Â§ 5Âº, dispÃ´s que as aÃ§Ãµes e serviÃ§os pÃºblicos de saÃºde integram

uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema Ãºnico, organizado de acordo com diretrizes, e que lei federal deve dispor sobre o regime jurÃ-dico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentaÃ§Ã£o das atividades de agente comunitÃ¡rio de saÃºde e agente de combate Ã s endemias, competindo Ã Uniã£o, nos termos da lei, prestar assistÃªncia financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos MunicÃ-pios, para o cumprimento do referido piso salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em atendimento ao mandamento constitucional, foi editada a Lei nÂº 12.994/2014, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para instituir o piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, dispÃµe o artigo 9Âº-A da citada lei que o piso salarial profissional nacional Ã© o valor abaixo do qual a Uniã£o, os Estados, o Distrito Federal e os MunicÃ-pios nÃ£o poderÃ£o fixar o vencimento inicial das Carreiras de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde e de Agente de Combate Ã s Endemias para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O piso salarial profissional nacional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias foi fixado no valor de R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais) mensais, sendo que a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas exigida para garantia do piso salarial deve ser integralmente dedicada a aÃ§Ãµes e serviÃ§os de promoÃ§Ã£o da saÃºde, vigilÃ¢ncia epidemiolÃ³gica e combate a endemias em prol das famÃ-lias e comunidades assistidas, dentro dos respectivos territÃ³rios de atuaÃ§Ã£o (art. 9Â°-A, Â§Â§ 1Âº e 2Âº, da Lei nÂº 12.994/2014). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da simples leitura do dispositivo legal em comento, concluo ser imprescindÃ-vel que Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e Agentes de Combate Ã s Endemias cumpram a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais para o recebimento integral do piso salarial instituÃ-do pela Lei Federal, caso contrÃ¡rio caracterizaria evidente enriquecimento ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a disposiÃ§Ã£o do artigo 322, Â§ 2Âº, do CPC, que dispÃµe que a interpretaÃ§Ã£o do pedido considerarÃ¡ o conjunto da postulaÃ§Ã£o e observarÃ¡ o princÃ-pio da boa-fÃ©, registro que o cerne desta pretensÃ£o Ã© a declaraÃ§Ã£o do direito da parte autora Ã incorporaÃ§Ã£o do piso salarial nacional, independente da legislaÃ§Ã£o a ser considerada, desde que vigente, e o consequente pagamento de valores retroativos a que faz jus. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, em que pese o pedido tenha sido formulado pela Requerente em 2015, momento em que o quantum a ser pago a tÃ-tulo de piso salarial estava fixado no valor R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais), em 23 de outubro de 2018, foi publicada a Lei nÂº 13.708, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para modificar as normas que regulam o exercÃ-cio profissional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na oportunidade, o quantum do piso salarial nacional Ã s categorias foi atualizado, sendo escalonado e fixado da seguinte forma: I - R$-1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2019; II - R$-1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2020; e III - R$-1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2021, sempre respeitando a carga horÃ¡ria de 40 horas semanais para a percepÃ§Ã£o integral do piso.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, considerando que a autora labora 30 (trinta) horas por semana, reconheÃ§o o direito da demandante de receber a diferenÃ§a dos valores proporcionais ao piso salarial nacional, devidos retroativamente, com base na Lei nÂº 12.994/2014, no perÃ-odo de 18/06/2014 atÃ© 31/12/2018, bem como reconheÃ§o o direito da autora de receber as diferenÃ§as salariais, devidas retroativamente, com base na Lei 13.708/2018, desde 1Âº/01/2019, devendo ser atualizado o valor com a eventual superveniÃªncia de lei especÃ-fica, sendo certo que, em todos os casos, os valores efetivamente recebidos pela autora devem ser subtraÃ-dos do valor a ser pago retroativamente a tÃ-tulo de diferenÃ§a salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Lei nÂº 13.708/2018 dispÃ´s que o piso salarial fixado em R$-1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais) serÃ¡ reajustado, anualmente, em 1Â° de janeiro, a partir do ano de 2022. Logo, sobrevindo reajustes futuros, devidamente previstos em lei, reconheÃ§o o direito da Requerente Ã percepÃ§Ã£o dos valores porventura atualizados, a contar da vigÃªncia da legislaÃ§Ã£o que promover as alteraÃ§Ãµes, salvaguardando, em todo caso, o direito de que a sua remuneraÃ§Ã£o nÃ£o poderÃ¡ ser inferior ao valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s (artigo 7Âº, inciso VII, da CF/88 c/c a SÃºmula Vinculante 16). Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO Ã PERCEPÃÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Requerente pleiteia receber o adicional de insalubridade no patamar de 20% (vinte por cento) de seu vencimento base, alÃ©m dos retroativos, em virtude da atividade que desempenha, amparando-se no artigo 7Âº, inciso XXIII, da CF, no artigo 13, inciso XII, da Lei OrgÃ¢nica do MunicÃ-pio e no artigo 70 do Estatuto dos Servidores PÃºblicos do MunicÃ-pio de AfuÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O contrato temporÃ¡rio de trabalho firmado com fulcro no incisoÂ IXÂ do artigoÂ 37Â daÂ ConstituiÃ§Ã£o FederalÂ Ã© regido pelas normas de Direito Administrativo, gerando somente os direitos expressamente previstos na legislaÃ§Ã£o de regÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â As sucessivas renovaÃ§Ãµes de contrato de trabalho podem ser consideradas nulas, o que, no entanto, nÃ£o retira dos contratos a natureza administrativa. Bom que se diga que aÂ ConstituiÃ§Ã£o

Federal, a partir da Emenda nÂº 19/98, deixou de garantir o adicional de remuneraÃ§Ã£o para as atividades penosas, insalubres ou perigosas aos servidores pÃºblicos, ao deixar de aludir esse adicional no incisoÂ XXIIIÂ do artigoÂ 7ÂºÂ daÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, o adicional de insalubridade sÃ³ pode ser concedido pelos entes pÃºblicos desde que haja lei municipal regulando a matÃ©ria, determinando quais as atividades insalubres, os percentuais devidos, inclusive eventual direito adquirido na mudanÃ§a dos servidores regidos anteriormente pelaÂ CLTÂ que atualmente seguem o Regime JurÃ-dico Ãnico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â E as normas daÂ ConsolidaÃ§Ã£o das Leis do TrabalhoÂ nÃ£o podem reger a situaÃ§Ã£o havida entre as partes, sendo inviÃ¡vel que se recorra ao uso da analogia, principalmente diante do princÃ-pio da reserva legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do RE 1263804/PB, de relatoria da Min. CÃ¡rmen LÃºcia, em 13/07/2020, manifestou-se sobre o tema da seguinte maneira: AGRAVO INTERNO NA APELAÃÃO CÃVEL - AÃÃO DE COBRANÃA - SERVIDOR MUNICIPAL SEM VÃNCULO - INGRESSO SEM CONCURSO PÃBLICO - PRETENSÃO EM RECEBER VERBAS SALARIAIS, FGTS, FÃRIAS E ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - DESPROVIMENTO NA ORIGEM - DIREITO AO RECEBIMENTO DOS VALORES CORRESPONDENTES AO FGTS - DESPROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO. Â¿O adicional de insalubridade sÃ³ Ã© devido a servidor pÃºblico submetido a vÃ-nculo estatutÃ¡rio ou temporÃ¡rio se houver previsÃ£o em lei especÃ-fica editada pelo respectivo ente federado. InteligÃªncia da SÃºmula nÂº 42 deste Tribunal de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise detida dos autos, corroborando o entendimento firmado pela Corte Suprema, nÃ£o restou comprovado, por parte da autora, a existÃªncia de lei especÃ-fica editada pelo Ente Federado, dispondo sobre o referido adicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, ressalto a inexistÃªncia nos autos de comprovaÃ§Ã£o tÃ©cnica (laudo pericial) acerca da atividade insalubre e o respectivo grau a que a autora tenha se submetido, acompanhando o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de JustiÃ§a de que o adicional em comento nÃ£o possui carÃ¡ter geral. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Havendo vÃ¡cuo normativo, nÃ£o poderia este juÃ-zo, em substituiÃ§Ã£o ao Poder Legislativo, aplicar analogicamente normas que nÃ£o vinculam a municipalidade, sob pena de afrontar o princÃ-pio da separaÃ§Ã£o dos poderes, bem como criar uma despesa sem a previsÃ£o legal de sua respectiva receita, o que de igual modo afrontaria a lei de responsabilidade fiscal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na Lei EstatutÃ¡ria dos Servidores PÃºblicos de AfuÃ¡ nÃ£o consta previsÃ£o de pagamento deste adicional aos servidores temporÃ¡rios e nem mesmo faz qualquer menÃ§Ã£o sobre os graus e os percentuais de insalubridade aos servidores efetivos, de modo que tal lacuna pode ser sanada mediante mandado de injunÃ§Ã£o ou ediÃ§Ã£o de lei, motivo pelo qual adianto a improcedÃªncia desse pedido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS MORAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â O dano moral abarca a dor ou sofrimento humano que nÃ£o se revestem de carÃ¡ter de perda pecuniÃ¡ria, oriundo de violaÃ§Ã£o Ã reputaÃ§Ã£o da vÃ-tima, Ã sua autoridade legÃ-tima, ao seu pudor, Ã sua seguranÃ§a e tranquilidade, Ã integridade de sua inteligÃªncia, a suas afeiÃ§Ãµes, ao seu amor prÃ³prio estÃ©tico, entre outros atos que importem abalo de ordem emocional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A reparaÃ§Ã£o decorrente do dano moral consiste, a um sÃ³ tempo, em uma satisfaÃ§Ã£o compensatÃ³ria ao ofendido e numa puniÃ§Ã£o ao ofensor, cujo carÃ¡ter pedagÃ³gico visa mitigar, ou mesmo neutralizar, os sentimentos negativos provocados pelo ato ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em apreÃ§o, nÃ£o consigo visualizar qualquer resquÃ-cio de dano moral que a Requerente tenha sofrido, uma vez que, desde o inÃ-cio, quando se propÃ´s a prestar serviÃ§o pÃºblico municipal ocupando o cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde, anuiu com o disposto no contrato administrativo que assinou, inclusive no que diz respeito a vencimentos, jornada de trabalho e demais caracterÃ-sticas pertinentes ao cargo, nÃ£o tendo sido iludida pelo MunicÃ-pio Requerido, razÃ£o pela qual nÃ£o se pode falar em frustraÃ§Ã£o de expectativas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, incabÃ-vel a indenizaÃ§Ã£o por danos morais aqui pleiteada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS EMERGENTES PELA CONTRATAÃÃO DE ADVOGADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Requerente pleiteia, por fim, indenizaÃ§Ã£o a tÃ-tulo de danos emergentes, uma vez que teve, em tese, seus direitos violados pelo Requerido, obrigando-se a contratar advogados para ajuizar a presente demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que nÃ£o merece prosperar o pedido de ressarcimento dos valores despendidos pela parte Requerente na contrataÃ§Ã£o de advogados para representÃ¡-la em aÃ§Ã£o reclamatÃ³ria movida contra o Requerido. Entendo que a condenaÃ§Ã£o extra que deve ser imposta ao sucumbente, caso haja, se limita ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios sucumbenciais, ou seja, os honorÃ¡rios convencionados entre as partes nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sÃ-ntese, decorrendo da vontade da parte a contrataÃ§Ã£o de advogado particular para o ajuizamento de aÃ§Ã£o, com a assunÃ§Ã£o de responsabilidade pela satisfaÃ§Ã£o dos honorÃ¡rios respectivos, nÃ£o hÃ¡ direito a ressarcimento pela via da indenizaÃ§Ã£o de dano material ou emergente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A relaÃ§Ã£o obrigacional produz efeitos entre as partes contratantes, nÃ£o

sendo plausÃ-vel se estender para terceiros, obrigaÃ§Ã£o ou responsabilidade oriunda de contrato celebrado entre as partes contratantes (advogado e Requerente). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, cito os seguintes arestos: APELAÃÃO CÃVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE REPARAÃÃO DE DANOS MATERIAIS. RESSARCIMENTO DE HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Os honorÃ¡rios advocatÃ-cios convencionados entre a parte autora e o seu procurador, para defesa de seus interesses em demandas judiciais, nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o, devendo a parte vencida na aÃ§Ã£o responder, exclusivamente, por aqueles decorrentes da sucumbÃªncia. Precedentes jurisprudenciais. SentenÃ§a de improcedÃªncia mantida. APELAÃÃO DESPROVIDA. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70064607609, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Paulo Roberto Lessa Franz, Julgado em 28/05/2015). RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE PERDAS E DANOS. RESTITUIÃÃO DE HONORÃRIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Reembolso do valor pago a tÃ-tulo de honorÃ¡rios contratuais para demandar em JuÃ-zo. Impossibilidade. A verba honorÃ¡ria pela qual responde a parte adversa restringe-se Ã quela decorrente da sucumbÃªncia, nÃ£o podendo a condenaÃ§Ã£o alcanÃ§ar honorÃ¡rios pactuados particularmente. Precedentes. NEGADO PROVIMENTO Ã APELAÃÃO. DECISÃO UNÃNIME. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70052176112, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 19/12/2013). Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ dÃºvida, e ninguÃ©m suporia de modo diverso, que exercer o direito de petiÃ§Ã£o gera despesas, em especial aquelas decorrentes do pagamento dos honorÃ¡rios do advogado, todavia essa obrigaÃ§Ã£o deve ser de responsabilidade do contratante, motivo pelo qual a improcedÃªncia do pedido de danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, RESOLVO o mÃ©rito do presente processo, na forma do artigo 487, inciso I, do CPC, acolhendo parcialmente o pedido, de acordo com os seguintes capÃ-tulos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECLARO o direito da autora Ã percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional relativo Ã categoria dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, independente da legislaÃ§Ã£o vigente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â CONDENO o Requerido ao pagamento da diferenÃ§a dos valores alusivos ao piso salarial Ã Requerente, proporcional Ã sua jornada de trabalho, retroativos Ã data de vigÃªncia da Lei 12.994/2014, observadas as atualizaÃ§Ãµes de valores promovidas pela Lei 13.708/2018 ou por outra legislaÃ§Ã£o superveniente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o valor da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ incidir juros moratÃ³rios e atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria; juros contados a partir da citaÃ§Ã£o e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria sobre cada parcela remuneratÃ³ria, levando-se em conta a data em que deveriam ter sido pagas, observadas as regras e os Ã-ndices da Lei Federal 9.494/97. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INDEFIRO, pelos motivos jÃ¡ expostos, os pedidos de adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e indenizaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O quantum da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ ser apurado em liquidaÃ§Ã£o de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas judiciais, ante a gratuidade processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a sucumbÃªncia mÃ-nima da Requerente, em termos de proveito econÃ´mico obtido na presente aÃ§Ã£o, CONDENO o Requerido ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, cujo percentual serÃ¡ definido quando for liquidado o julgado (art. 85, Â§ 4Âº, inciso II, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 16 de novembro de 2021. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PÃ¡gina de 8 PROCESSO: 00010835920158140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:SOZETE BRAGA MACEDO Representante(s): OAB 0735 - LUCIVALDO DA SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 3596 - TAYLANA SERRAO DA LUZ (ADVOGADO) REQUERENTE:MUNICIPIO DE AFUA Representante(s): OAB 0990 - AGNALDO ALVES FERREIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ Processo 0001083-59.2015.8.14.0002 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â SOZETE BRAGA MACEDO, por intermÃ©dio de advogado habilitado, ajuizou aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direito c/c cobranÃ§a de retroativos em face do MUNICÃPIO DE AFUÃ, ambos qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz a petiÃ§Ã£o inicial, em linhas gerais, que a autora Ã© servidora pÃºblica municipal ativa, ocupante do cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde (ACS), decorrente de contratos administrativos, cujo inÃ-cio se deu em 1Âº de agosto de 2005. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega que nunca recebeu do Requerido o valor legal corresponde ao seu cargo de ACS (piso salarial), percebendo tÃ£o somente o salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s, assim como nunca recebeu o valor corresponde ao adicional de insalubridade que faz jus em decorrÃªncia da atividade desenvolvida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, requer o pagamento das diferenÃ§as salariais retroativas advindas de portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde; o reajuste de seu vencimento de acordo com o piso salarial profissional nacional dos ACSs; alÃ©m da incorporaÃ§Ã£o do adicional de

insalubridade, dano moral e dano emergente pela contrataÃ§Ã£o de advogados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Carreou aos autos os documentos de fls. 11-67. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em decisÃ£o de fl. 69, este juÃ-zo recebeu a petiÃ§Ã£o inicial, concedeu os benefÃ-cios da assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita e determinou a citaÃ§Ã£o do Requerido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Citado (fl. 70), o Requerido apresentou ContestaÃ§Ã£o pugnando pela total improcedÃªncia dos pedidos formulados na inicial (fls. 73-83), juntando aos autos os documentos de fls. 84-100. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©plica foi apresentada Ã s fls. 104-106. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Agendada e realizada audiÃªncia, a tentativa de conciliaÃ§Ã£o restou infrutÃ-fera, motivo pelo qual foram fixados os seguintes pontos controvertidos: a) direito ao pagamento da diferenÃ§a salarial aos agentes comunitÃ¡rios de saÃºde; b) direito Ã percepÃ§Ã£o do adicional de insalubridade; c) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos morais; e d) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. AlÃ©m disso, as partes, instadas, reiteraram os termos da inicial e da contestaÃ§Ã£o, alegando nÃ£o haver necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas (fl. 113). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direitos combinada com cobranÃ§a de retroativos em que a Requerente, servidora pÃºblica municipal, ingressou objetivando a percepÃ§Ã£o da diferenÃ§a salarial oriunda do regramento contido nas portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde, dos anos de 2009-2014; a aplicaÃ§Ã£o do piso salarial da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, fixado pela Lei Federal 12.994/2014, em seu artigo 9Âº-A, Â§ 1Âº; bem como o recebimento do adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o havendo questÃµes preliminares pendentes de apreciaÃ§Ã£o, considerando a desnecessidade de produÃ§Ã£o de outras provas e sendo a questÃ£o de mÃ©rito unicamente de direito, entendo que a causa estÃ¡ madura para ser decidida, passando a analisar seu mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA AO PRINCÃPIO DA LEGALIDADE EM SENTIDO ESTRITO PARA A FIXAÃÃO DE VERBAS REMUNERATÃRIAS A SERVIDOR PÃBLICO Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autora alega que entre os anos de 2009-2014 foram editadas as Portarias nos 2.008/2009, 3.178/2010, 1.599/2011, 459/2012, 260/2013 e 314/2014, todas do MinistÃ©rio da SaÃºde (MS), que supostamente fixaram e reajustaram anualmente o vencimento base da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS). Assevera, ainda, que os ACS, no Ã¢mbito do MunicÃ-pio de AfuÃ¡, nunca perceberam o valor estabelecido na legislaÃ§Ã£o em comento, recebendo apenas um salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s Ã Ã©poca dos fatos narrados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que a pretensÃ£o da Requerente, neste ponto, nÃ£o merece prosperar, porquanto o incentivo de custeio referente Ã implantaÃ§Ã£o de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, previsto nas portarias do MS, nÃ£o constitui verba remuneratÃ³ria, sobretudo porque tal verba somente pode ser instituÃ-da por meio de lei especÃ-fica, na forma dos artigos 37, X, 61, Â§ 1Â°, Â¿cÂ¿, e 169, todos da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, a disposiÃ§Ã£o estampada no artigo 37, X, da CF possui natureza programÃ¡tica, de eficÃ¡cia contida, ou seja, possui aplicabilidade imediata, direta, mas nÃ£o integral, uma vez que depende de lei especÃ-fica para seu implemento, devendo ainda ser observada a iniciativa privativa para cada caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, somente lei do respectivo ente pÃºblico a que estiver vinculado o servidor pode estabelecer tais verbas salariais, desde que haja prÃ©via dotaÃ§Ã£o orÃ§amentÃ¡ria para atender Ã s projeÃ§Ãµes de despesa com pessoal, nÃ£o possuindo esta prerrogativa o ato infralegal do MinistÃ©rio da SaÃºde, notadamente por se tratar de servidor pÃºblico municipal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, este Ã© o entendimento consolidado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), nos autos do AIRR - 24-18.2014.5.15.0059, de relatoria da Ministra Dora Maria da Costa, da 8Âª Turma, julgado em 22/03/2016. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, o suposto direito pretendido pela autora encontra Ã³bice na ausÃªncia de lei do ente pÃºblico respectivo a prevÃª-lo, e, portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde nÃ£o podem ser interpretadas como fontes formais do direito, capazes de criar espÃ©cies remuneratÃ³rias a servidores, razÃ£o pela qual entendo nÃ£o ser possÃ-vel o recebimento retroativo de diferenÃ§as salariais relativas aos anos de 2009-2014, fundadas em portarias ministeriais, especialmente porque considerar o incentivo de custeio como verba remuneratÃ³ria caracterizaria grave afronta ao princÃ-pio da legalidade em sentido estrito, previsto constitucionalmente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em tempo, entendo que o referido incentivo visa tÃ£o somente fortalecer a atuaÃ§Ã£o dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS) e Agentes de Combate Ã s Endemias (ACE) nas aÃ§Ãµes a que sÃ£o destinados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO DA SERVIDORA Ã PERCEPÃÃO DO PISO SALARIAL NACIONAL RELATIVO Ã CATEGORIA DE AGENTES COMUNITÃRIOS DE SAÃDE (LEI NÂº 12.994, DE 17 DE JUNHO DE 2014) Â Â Â Â Â Â Â Â Â A princÃ-pio, esclareÃ§o que qualquer anÃ¡lise feita Ã pretensÃ£o de percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional se darÃ¡ a partir de 18 de junho de 2014, em razÃ£o do inÃ-cio da vigÃªncia da Lei nÂº 12.994/2014, a qual nÃ£o tem o condÃ£o de operar seus efeitos retroativamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico a existÃªncia de apenas 06 (seis) contracheques aptos a comprovar o alegado pela parte autora (fls. 64-67), isto porque o restante da

documentaÃ§Ã£o colacionada demonstra a percepÃ§Ã£o de salÃ¡rios em data anterior Ã vigÃªncia da lei que instituiu o piso salarial nacional Ã categoria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Feitas essas consideraÃ§Ãµes iniciais, pontuo que a ConstituiÃ§Ã£o Federal, em seu artigo 198, Â§ 5Âº, dispÃ´s que as aÃ§Ãµes e serviÃ§os pÃºblicos de saÃºde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema Ãºnico, organizado de acordo com diretrizes, e que lei federal deve dispor sobre o regime jurÃ-dico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentaÃ§Ã£o das atividades de agente comunitÃ¡rio de saÃºde e agente de combate Ã s endemias, competindo Ã UniÃ£o, nos termos da lei, prestar assistÃªncia financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos MunicÃ-pios, para o cumprimento do referido piso salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em atendimento ao mandamento constitucional, foi editada a Lei nÂº 12.994/2014, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para instituir o piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, dispÃµe o artigo 9Âº-A da citada lei que o piso salarial profissional nacional Ã© o valor abaixo do qual a UniÃ£o, os Estados, o Distrito Federal e os MunicÃ-pios nÃ£o poderÃ£o fixar o vencimento inicial das Carreiras de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde e de Agente de Combate Ã s Endemias para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O piso salarial profissional nacional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias foi fixado no valor de R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais) mensais, sendo que a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas exigida para garantia do piso salarial deve ser integralmente dedicada a aÃ§Ãµes e serviÃ§os de promoÃ§Ã£o da saÃºde, vigilÃ¢ncia epidemiolÃ³gica e combate a endemias em prol das famÃ-lias e comunidades assistidas, dentro dos respectivos territÃ³rios de atuaÃ§Ã£o (art. 9Â°-A, Â§Â§ 1Âº e 2Âº, da Lei nÂº 12.994/2014). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da simples leitura do dispositivo legal em comento, concluo ser imprescindÃ-vel que Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e Agentes de Combate Ã s Endemias cumpram a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais para o recebimento integral do piso salarial instituÃ-do pela Lei Federal, caso contrÃ¡rio caracterizaria evidente enriquecimento ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a disposiÃ§Ã£o do artigo 322, Â§ 2Âº, do CPC, que dispÃµe que a interpretaÃ§Ã£o do pedido considerarÃ¡ o conjunto da postulaÃ§Ã£o e observarÃ¡ o princÃ-pio da boa-fÃ©, registro que o cerne desta pretensÃ£o Ã© a declaraÃ§Ã£o do direito da parte autora Ã incorporaÃ§Ã£o do piso salarial nacional, independente da legislaÃ§Ã£o a ser considerada, desde que vigente, e o consequente pagamento de valores retroativos a que faz jus. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, em que pese o pedido tenha sido formulado pela Requerente em 2015, momento em que o quantum a ser pago a tÃ-tulo de piso salarial estava fixado no valor R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais), em 23 de outubro de 2018, foi publicada a Lei nÂº 13.708, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para modificar as normas que regulam o exercÃ-cio profissional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na oportunidade, o quantum do piso salarial nacional Ã s categorias foi atualizado, sendo escalonado e fixado da seguinte forma: I - R$-1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2019; II - R$-1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2020; e III - R$-1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2021, sempre respeitando a carga horÃ¡ria de 40 horas semanais para a percepÃ§Ã£o integral do piso.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, considerando que a autora labora 30 (trinta) horas por semana, reconheÃ§o o direito da demandante de receber a diferenÃ§a dos valores proporcionais ao piso salarial nacional, devidos retroativamente, com base na Lei nÂº 12.994/2014, no perÃ-odo de 18/06/2014 atÃ© 31/12/2018, bem como reconheÃ§o o direito da autora de receber as diferenÃ§as salariais, devidas retroativamente, com base na Lei 13.708/2018, desde 1Âº/01/2019, devendo ser atualizado o valor com a eventual superveniÃªncia de lei especÃ-fica, sendo certo que, em todos os casos, os valores efetivamente recebidos pela autora devem ser subtraÃ-dos do valor a ser pago retroativamente a tÃ-tulo de diferenÃ§a salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Lei nÂº 13.708/2018 dispÃ´s que o piso salarial fixado em R$-1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais) serÃ¡ reajustado, anualmente, em 1Â° de janeiro, a partir do ano de 2022. Logo, sobrevindo reajustes futuros, devidamente previstos em lei, reconheÃ§o o direito da Requerente Ã percepÃ§Ã£o dos valores porventura atualizados, a contar da vigÃªncia da legislaÃ§Ã£o que promover as alteraÃ§Ãµes, salvaguardando, em todo caso, o direito de que a sua remuneraÃ§Ã£o nÃ£o poderÃ¡ ser inferior ao valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s (artigo 7Âº, inciso VII, da CF/88 c/c a SÃºmula Vinculante 16). Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO Ã PERCEPÃÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Requerente pleiteia receber o adicional de insalubridade no patamar de 20% (vinte por cento) de seu vencimento base, alÃ©m dos retroativos, em virtude da atividade que desempenha, amparando-se no artigo 7Âº, inciso XXIII, da CF, no artigo 13, inciso XII, da Lei OrgÃ¢nica do MunicÃ-pio e no artigo 70 do Estatuto dos Servidores PÃºblicos do MunicÃ-pio de AfuÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O contrato temporÃ¡rio de trabalho firmado com fulcro no incisoÂ IXÂ do artigoÂ

37Â daÂ ConstituiÃ§Ã£o FederalÂ Ã© regido pelas normas de Direito Administrativo, gerando somente os direitos expressamente previstos na legislaÃ§Ã£o de regÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â As sucessivas renovaÃ§Ãµes de contrato de trabalho podem ser consideradas nulas, o que, no entanto, nÃ£o retira dos contratos a natureza administrativa. Bom que se diga que aÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal, a partir da Emenda nÂº 19/98, deixou de garantir o adicional de remuneraÃ§Ã£o para as atividades penosas, insalubres ou perigosas aos servidores pÃºblicos, ao deixar de aludir esse adicional no incisoÂ XXIIIÂ do artigoÂ 7ÂºÂ daÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, o adicional de insalubridade sÃ³ pode ser concedido pelos entes pÃºblicos desde que haja lei municipal regulando a matÃ©ria, determinando quais as atividades insalubres, os percentuais devidos, inclusive eventual direito adquirido na mudanÃ§a dos servidores regidos anteriormente pelaÂ CLTÂ que atualmente seguem o Regime JurÃ-dico Ãnico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â E as normas daÂ ConsolidaÃ§Ã£o das Leis do TrabalhoÂ nÃ£o podem reger a situaÃ§Ã£o havida entre as partes, sendo inviÃ¡vel que se recorra ao uso da analogia, principalmente diante do princÃ-pio da reserva legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do RE 1263804/PB, de relatoria da Min. CÃ¡rmen LÃºcia, em 13/07/2020, manifestou-se sobre o tema da seguinte maneira: AGRAVO INTERNO NA APELAÃÃO CÃVEL - AÃÃO DE COBRANÃA - SERVIDOR MUNICIPAL SEM VÃNCULO - INGRESSO SEM CONCURSO PÃBLICO - PRETENSÃO EM RECEBER VERBAS SALARIAIS, FGTS, FÃRIAS E ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - DESPROVIMENTO NA ORIGEM - DIREITO AO RECEBIMENTO DOS VALORES CORRESPONDENTES AO FGTS - DESPROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO. Â¿O adicional de insalubridade sÃ³ Ã© devido a servidor pÃºblico submetido a vÃ-nculo estatutÃ¡rio ou temporÃ¡rio se houver previsÃ£o em lei especÃ-fica editada pelo respectivo ente federado. InteligÃªncia da SÃºmula nÂº 42 deste Tribunal de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise detida dos autos, corroborando o entendimento firmado pela Corte Suprema, nÃ£o restou comprovado, por parte da autora, a existÃªncia de lei especÃ-fica editada pelo Ente Federado, dispondo sobre o referido adicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, ressalto a inexistÃªncia nos autos de comprovaÃ§Ã£o tÃ©cnica (laudo pericial) acerca da atividade insalubre e o respectivo grau a que a autora tenha se submetido, acompanhando o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de JustiÃ§a de que o adicional em comento nÃ£o possui carÃ¡ter geral. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Havendo vÃ¡cuo normativo, nÃ£o poderia este juÃ-zo, em substituiÃ§Ã£o ao Poder Legislativo, aplicar analogicamente normas que nÃ£o vinculam a municipalidade, sob pena de afrontar o princÃ-pio da separaÃ§Ã£o dos poderes, bem como criar uma despesa sem a previsÃ£o legal de sua respectiva receita, o que de igual modo afrontaria a lei de responsabilidade fiscal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na Lei EstatutÃ¡ria dos Servidores PÃºblicos de AfuÃ¡ nÃ£o consta previsÃ£o de pagamento deste adicional aos servidores temporÃ¡rios e nem mesmo faz qualquer menÃ§Ã£o sobre os graus e os percentuais de insalubridade aos servidores efetivos, de modo que tal lacuna pode ser sanada mediante mandado de injunÃ§Ã£o ou ediÃ§Ã£o de lei, motivo pelo qual adianto a improcedÃªncia desse pedido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS MORAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â O dano moral abarca a dor ou sofrimento humano que nÃ£o se revestem de carÃ¡ter de perda pecuniÃ¡ria, oriundo de violaÃ§Ã£o Ã reputaÃ§Ã£o da vÃ-tima, Ã sua autoridade legÃ-tima, ao seu pudor, Ã sua seguranÃ§a e tranquilidade, Ã integridade de sua inteligÃªncia, a suas afeiÃ§Ãµes, ao seu amor prÃ³prio estÃ©tico, entre outros atos que importem abalo de ordem emocional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A reparaÃ§Ã£o decorrente do dano moral consiste, a um sÃ³ tempo, em uma satisfaÃ§Ã£o compensatÃ³ria ao ofendido e numa puniÃ§Ã£o ao ofensor, cujo carÃ¡ter pedagÃ³gico visa mitigar, ou mesmo neutralizar, os sentimentos negativos provocados pelo ato ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em apreÃ§o, nÃ£o consigo visualizar qualquer resquÃ-cio de dano moral que a Requerente tenha sofrido, uma vez que, desde o inÃ-cio, quando se propÃ´s a prestar serviÃ§o pÃºblico municipal ocupando o cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde, anuiu com o disposto no contrato administrativo que assinou, inclusive no que diz respeito a vencimentos, jornada de trabalho e demais caracterÃ-sticas pertinentes ao cargo, nÃ£o tendo sido iludida pelo MunicÃ-pio Requerido, razÃ£o pela qual nÃ£o se pode falar em frustraÃ§Ã£o de expectativas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, incabÃ-vel a indenizaÃ§Ã£o por danos morais aqui pleiteada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS EMERGENTES PELA CONTRATAÃÃO DE ADVOGADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Requerente pleiteia, por fim, indenizaÃ§Ã£o a tÃ-tulo de danos emergentes, uma vez que teve, em tese, seus direitos violados pelo Requerido, obrigando-se a contratar advogados para ajuizar a presente demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que nÃ£o merece prosperar o pedido de ressarcimento dos valores despendidos pela parte Requerente na contrataÃ§Ã£o de advogados para representÃ¡-la em aÃ§Ã£o reclamatÃ³ria movida contra o Requerido. Entendo que a condenaÃ§Ã£o extra que deve ser imposta ao sucumbente, caso haja, se limita ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios sucumbenciais, ou seja, os honorÃ¡rios convencionados entre as partes nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sÃ-ntese, decorrendo da

vontade da parte a contrataÃ§Ã£o de advogado particular para o ajuizamento de aÃ§Ã£o, com a assunÃ§Ã£o de responsabilidade pela satisfaÃ§Ã£o dos honorÃ¡rios respectivos, nÃ£o hÃ¡ direito a ressarcimento pela via da indenizaÃ§Ã£o de dano material ou emergente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A relaÃ§Ã£o obrigacional produz efeitos entre as partes contratantes, nÃ£o sendo plausÃ-vel se estender para terceiros, obrigaÃ§Ã£o ou responsabilidade oriunda de contrato celebrado entre as partes contratantes (advogado e Requerente). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, cito os seguintes arestos: APELAÃÃO CÃVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE REPARAÃÃO DE DANOS MATERIAIS. RESSARCIMENTO DE HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Os honorÃ¡rios advocatÃ-cios convencionados entre a parte autora e o seu procurador, para defesa de seus interesses em demandas judiciais, nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o, devendo a parte vencida na aÃ§Ã£o responder, exclusivamente, por aqueles decorrentes da sucumbÃªncia. Precedentes jurisprudenciais. SentenÃ§a de improcedÃªncia mantida. APELAÃÃO DESPROVIDA. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70064607609, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Paulo Roberto Lessa Franz, Julgado em 28/05/2015). RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE PERDAS E DANOS. RESTITUIÃÃO DE HONORÃRIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Reembolso do valor pago a tÃ-tulo de honorÃ¡rios contratuais para demandar em JuÃ-zo. Impossibilidade. A verba honorÃ¡ria pela qual responde a parte adversa restringe-se Ã quela decorrente da sucumbÃªncia, nÃ£o podendo a condenaÃ§Ã£o alcanÃ§ar honorÃ¡rios pactuados particularmente. Precedentes. NEGADO PROVIMENTO Ã APELAÃÃO. DECISÃO UNÃNIME. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70052176112, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 19/12/2013). Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ dÃºvida, e ninguÃ©m suporia de modo diverso, que exercer o direito de petiÃ§Ã£o gera despesas, em especial aquelas decorrentes do pagamento dos honorÃ¡rios do advogado, todavia essa obrigaÃ§Ã£o deve ser de responsabilidade do contratante, motivo pelo qual a improcedÃªncia do pedido de danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, RESOLVO o mÃ©rito do presente processo, na forma do artigo 487, inciso I, do CPC, acolhendo parcialmente o pedido, de acordo com os seguintes capÃ-tulos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECLARO o direito da autora Ã percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional relativo Ã categoria dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, independente da legislaÃ§Ã£o vigente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â CONDENO o Requerido ao pagamento da diferenÃ§a dos valores alusivos ao piso salarial Ã Requerente, proporcional Ã sua jornada de trabalho, retroativos Ã data de vigÃªncia da Lei 12.994/2014, observadas as atualizaÃ§Ãµes de valores promovidas pela Lei 13.708/2018 ou por outra legislaÃ§Ã£o superveniente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o valor da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ incidir juros moratÃ³rios e atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria; juros contados a partir da citaÃ§Ã£o e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria sobre cada parcela remuneratÃ³ria, levando-se em conta a data em que deveriam ter sido pagas, observadas as regras e os Ã-ndices da Lei Federal 9.494/97. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INDEFIRO, pelos motivos jÃ¡ expostos, os pedidos de adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e indenizaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O quantum da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ ser apurado em liquidaÃ§Ã£o de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas judiciais, ante a gratuidade processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a sucumbÃªncia mÃ-nima da Requerente, em termos de proveito econÃ´mico obtido na presente aÃ§Ã£o, CONDENO o Requerido ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, cujo percentual serÃ¡ definido quando for liquidado o julgado (art. 85, Â§ 4Âº, inciso II, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 16 de novembro de 2021. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PÃ¡gina de 8 PROCESSO: 00171864420158140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:RAIMUNDO NONATO DA SILVA DOS SANTOS Representante(s): OAB 0735 - LUCIVALDO DA SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 3596 - TAYLANA SERRAO DA LUZ (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE AFUA Representante(s): OAB 0990 - AGNALDO ALVES FERREIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ Processo 0017186-44.2015.8.14.0002 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RAIMUNDO NONATO SILVA DOS SANTOS, por intermÃ©dio de advogado habilitado, ajuizou aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direito c/c cobranÃ§a de retroativos em face do MUNICÃPIO DE AFUÃ, ambos qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz a petiÃ§Ã£o inicial, em linhas gerais, que o autor Ã© servidor pÃºblico municipal efetivo, ocupante do cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde (ACS), decorrente de aprovaÃ§Ã£o em concurso pÃºblico, em 06/08/2013. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega que nunca recebeu do Requerido o valor legal corresponde ao seu cargo de ACS (piso salarial), percebendo tÃ£o

somente o salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s, assim como nunca recebeu o valor correspondente ao adicional de insalubridade que faz jus em decorrÃªncia da atividade desenvolvida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, requer o pagamento das diferenÃ§as salariais retroativas advindas de portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde; o reajuste de seu vencimento de acordo com o piso salarial profissional nacional dos ACSs; alÃ©m da incorporaÃ§Ã£o do adicional de insalubridade, dano moral e dano emergente pela contrataÃ§Ã£o de advogados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Carreou aos autos os documentos de fls. 10-31. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em decisÃ£o de fl. 34, este juÃ-zo recebeu a petiÃ§Ã£o inicial, concedeu os benefÃ-cios da assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita e determinou a citaÃ§Ã£o do Requerido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Citado (fl. 37), o Requerido apresentou ContestaÃ§Ã£o pugnando pela total improcedÃªncia dos pedidos formulados na inicial (fls. 39-49), juntando aos autos os documentos de fls. 50-67. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©plica foi apresentada Ã s fls. 70-72. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Agendada e realizada audiÃªncia, a tentativa de conciliaÃ§Ã£o restou infrutÃ-fera, motivo pelo qual foram fixados os seguintes pontos controvertidos: a) direito ao pagamento da diferenÃ§a salarial aos agentes comunitÃ¡rios de saÃºde; b) direito Ã percepÃ§Ã£o do adicional de insalubridade; c) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos morais; e d) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. AlÃ©m disso, as partes, instadas, reiteraram os termos da inicial e da contestaÃ§Ã£o, alegando nÃ£o haver necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas (fl. 79). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direitos combinada com cobranÃ§a de retroativos em que o Requerente, servidor pÃºblico municipal, ingressou objetivando a percepÃ§Ã£o da diferenÃ§a salarial oriunda do regramento contido nas portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde, dos anos de 2009-2014; a aplicaÃ§Ã£o do piso salarial da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, fixado pela Lei Federal 12.994/2014, em seu artigo 9Âº-A, Â§ 1Âº; bem como o recebimento do adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o havendo questÃµes preliminares pendentes de apreciaÃ§Ã£o, considerando a desnecessidade de produÃ§Ã£o de outras provas e sendo a questÃ£o de mÃ©rito unicamente de direito, entendo que a causa estÃ¡ madura para ser decidida, passando a analisar seu mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA AO PRINCÃPIO DA LEGALIDADE EM SENTIDO ESTRITO PARA A FIXAÃÃO DE VERBAS REMUNERATÃRIAS A SERVIDOR PÃBLICO Â Â Â Â Â Â Â Â Â O autor alega que entre os anos de 2009-2014 foram editadas as Portarias nos 2.008/2009, 3.178/2010, 1.599/2011, 459/2012, 260/2013 e 314/2014, todas do MinistÃ©rio da SaÃºde (MS), que supostamente fixaram e reajustaram anualmente o vencimento base da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS). Assevera, ainda, que os ACS, no Ã¢mbito do MunicÃ-pio de AfuÃ¡, nunca perceberam o valor estabelecido na legislaÃ§Ã£o em comento, recebendo apenas um salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s Ã Ã©poca dos fatos narrados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que a pretensÃ£o do Requerente, neste ponto, nÃ£o merece prosperar, porquanto o incentivo de custeio referente Ã implantaÃ§Ã£o de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, previsto nas portarias do MS, nÃ£o constitui verba remuneratÃ³ria, sobretudo porque tal verba somente pode ser instituÃ-da por meio de lei especÃ-fica, na forma dos artigos 37, X, 61, Â§ 1Â°, Â¿cÂ¿, e 169, todos da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, a disposiÃ§Ã£o estampada no artigo 37, X, da CF possui natureza programÃ¡tica, de eficÃ¡cia contida, ou seja, possui aplicabilidade imediata, direta, mas nÃ£o integral, uma vez que depende de lei especÃ-fica para seu implemento, devendo ainda ser observada a iniciativa privativa para cada caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, somente lei do respectivo ente pÃºblico a que estiver vinculado o servidor pode estabelecer tais verbas salariais, desde que haja prÃ©via dotaÃ§Ã£o orÃ§amentÃ¡ria para atender Ã s projeÃ§Ãµes de despesa com pessoal, nÃ£o possuindo esta prerrogativa o ato infralegal do MinistÃ©rio da SaÃºde, notadamente por se tratar de servidor pÃºblico municipal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, este Ã© o entendimento consolidado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), nos autos do AIRR - 24-18.2014.5.15.0059, de relatoria da Ministra Dora Maria da Costa, da 8Âª Turma, julgado em 22/03/2016. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, o suposto direito pretendido pelo autor encontra Ã³bice na ausÃªncia de lei do ente pÃºblico respectivo a prevÃª-lo, e, portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde nÃ£o podem ser interpretadas como fontes formais do direito, capazes de criar espÃ©cies remuneratÃ³rias a servidores, razÃ£o pela qual entendo nÃ£o ser possÃ-vel o recebimento retroativo de diferenÃ§as salariais relativas aos anos de 2009-2014, fundadas em portarias ministeriais, especialmente porque considerar o incentivo de custeio como verba remuneratÃ³ria caracterizaria grave afronta ao princÃ-pio da legalidade em sentido estrito, previsto constitucionalmente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em tempo, entendo que o referido incentivo visa tÃ£o somente fortalecer a atuaÃ§Ã£o dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS) e Agentes de Combate Ã s Endemias (ACE) nas aÃ§Ãµes a que sÃ£o destinados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO DO SERVIDOR Ã PERCEPÃÃO DO PISO SALARIAL NACIONAL RELATIVO Ã CATEGORIA DE AGENTES COMUNITÃRIOS DE SAÃDE (LEI NÂº 12.994, DE 17 DE JUNHO DE 2014) Â Â Â Â Â Â Â

Â Â A princÃ-pio, esclareÃ§o que qualquer anÃ¡lise feita Ã pretensÃ£o de percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional se darÃ¡ a partir de 18 de junho de 2014, em razÃ£o do inÃ-cio da vigÃªncia da Lei nÂº 12.994/2014, a qual nÃ£o tem o condÃ£o de operar seus efeitos retroativamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico a existÃªncia de apenas 05 (cinco) contracheques aptos a comprovar o alegado pela parte autora (fls. 29-31), isto porque o restante da documentaÃ§Ã£o colacionada demonstra a percepÃ§Ã£o de salÃ¡rios em data anterior Ã vigÃªncia da lei que instituiu o piso salarial nacional Ã categoria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Feitas essas consideraÃ§Ãµes iniciais, pontuo que a ConstituiÃ§Ã£o Federal, em seu artigo 198, Â§ 5Âº, dispÃ´s que as aÃ§Ãµes e serviÃ§os pÃºblicos de saÃºde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema Ãºnico, organizado de acordo com diretrizes, e que lei federal deve dispor sobre o regime jurÃ-dico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentaÃ§Ã£o das atividades de agente comunitÃ¡rio de saÃºde e agente de combate Ã s endemias, competindo Ã UniÃ£o, nos termos da lei, prestar assistÃªncia financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos MunicÃ-pios, para o cumprimento do referido piso salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em atendimento ao mandamento constitucional, foi editada a Lei nÂº 12.994/2014, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para instituir o piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, dispÃµe o artigo 9Âº-A da citada lei que o piso salarial profissional nacional Ã© o valor abaixo do qual a UniÃ£o, os Estados, o Distrito Federal e os MunicÃ-pios nÃ£o poderÃ£o fixar o vencimento inicial das Carreiras de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde e de Agente de Combate Ã s Endemias para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O piso salarial profissional nacional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias foi fixado no valor de R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais) mensais, sendo que a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas exigida para garantia do piso salarial deve ser integralmente dedicada a aÃ§Ãµes e serviÃ§os de promoÃ§Ã£o da saÃºde, vigilÃ¢ncia epidemiolÃ³gica e combate a endemias em prol das famÃ-lias e comunidades assistidas, dentro dos respectivos territÃ³rios de atuaÃ§Ã£o (art. 9Â°-A, Â§Â§ 1Âº e 2Âº, da Lei nÂº 12.994/2014). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da simples leitura do dispositivo legal em comento, concluo ser imprescindÃ-vel que Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e Agentes de Combate Ã s Endemias cumpram a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais para o recebimento integral do piso salarial instituÃ-do pela Lei Federal, caso contrÃ¡rio caracterizaria evidente enriquecimento ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a disposiÃ§Ã£o do artigo 322, Â§ 2Âº, do CPC, que dispÃµe que a interpretaÃ§Ã£o do pedido considerarÃ¡ o conjunto da postulaÃ§Ã£o e observarÃ¡ o princÃ-pio da boa-fÃ©, registro que o cerne desta pretensÃ£o Ã© a declaraÃ§Ã£o do direito da parte autora Ã incorporaÃ§Ã£o do piso salarial nacional, independente da legislaÃ§Ã£o a ser considerada, desde que vigente, e o consequente pagamento de valores retroativos a que faz jus. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, em que pese o pedido tenha sido formulado pelo Requerente em 2015, momento em que o quantum a ser pago a tÃ-tulo de piso salarial estava fixado no valor R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais), em 23 de outubro de 2018, foi publicada a Lei nÂº 13.708, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para modificar as normas que regulam o exercÃ-cio profissional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na oportunidade, o quantum do piso salarial nacional Ã s categorias foi atualizado, sendo escalonado e fixado da seguinte forma: I - R$-1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2019; II - R$-1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2020; e III - R$-1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2021, sempre respeitando a carga horÃ¡ria de 40 horas semanais para a percepÃ§Ã£o integral do piso.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, considerando que o autor labora 30 (trinta) horas por semana, reconheÃ§o o direito do demandante de receber a diferenÃ§a dos valores proporcionais ao piso salarial nacional, devidos retroativamente, com base na Lei nÂº 12.994/2014, no perÃ-odo de 18/06/2014 atÃ© 31/12/2018, bem como reconheÃ§o o direito do autor de receber as diferenÃ§as salariais, devidas retroativamente, com base na Lei 13.708/2018, desde 1Âº/01/2019, devendo ser atualizado o valor com a eventual superveniÃªncia de lei especÃ-fica, sendo certo que, em todos os casos, os valores efetivamente recebidos pelo autor devem ser subtraÃ-dos do valor a ser pago retroativamente a tÃ-tulo de diferenÃ§a salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Lei nÂº 13.708/2018 dispÃ´s que o piso salarial fixado em R$-1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais) serÃ¡ reajustado, anualmente, em 1Â° de janeiro, a partir do ano de 2022. Logo, sobrevindo reajustes futuros, devidamente previstos em lei, reconheÃ§o o direito do Requerente Ã percepÃ§Ã£o dos valores porventura atualizados, a contar da vigÃªncia da legislaÃ§Ã£o que promover as alteraÃ§Ãµes, salvaguardando, em todo caso, o direito de que a sua remuneraÃ§Ã£o nÃ£o poderÃ¡ ser inferior ao valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s (artigo 7Âº, inciso VII, da CF/88 c/c a SÃºmula Vinculante 16). Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO Ã PERCEPÃÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Requerente pleiteia

receber o adicional de insalubridade no patamar de 20% (vinte por cento) de seu vencimento base, alÃ©m dos retroativos, em virtude da atividade que desempenha, amparando-se no artigo 7Âº, inciso XXIII, da CF, no artigo 13, inciso XII, da Lei OrgÃ¢nica do MunicÃ-pio e no artigo 70 do Estatuto dos Servidores PÃºblicos do MunicÃ-pio de AfuÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O contrato temporÃ¡rio de trabalho firmado com fulcro no incisoÂ IXÂ do artigoÂ 37Â daÂ ConstituiÃ§Ã£o FederalÂ Ã© regido pelas normas de Direito Administrativo, gerando somente os direitos expressamente previstos na legislaÃ§Ã£o de regÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â As sucessivas renovaÃ§Ãµes de contrato de trabalho podem ser consideradas nulas, o que, no entanto, nÃ£o retira dos contratos a natureza administrativa. Bom que se diga que aÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal, a partir da Emenda nÂº 19/98, deixou de garantir o adicional de remuneraÃ§Ã£o para as atividades penosas, insalubres ou perigosas aos servidores pÃºblicos, ao deixar de aludir esse adicional no incisoÂ XXIIIÂ do artigoÂ 7ÂºÂ daÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, o adicional de insalubridade sÃ³ pode ser concedido pelos entes pÃºblicos desde que haja lei municipal regulando a matÃ©ria, determinando quais as atividades insalubres, os percentuais devidos, inclusive eventual direito adquirido na mudanÃ§a dos servidores regidos anteriormente pelaÂ CLTÂ que atualmente seguem o Regime JurÃ-dico Ãnico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â E as normas daÂ ConsolidaÃ§Ã£o das Leis do TrabalhoÂ nÃ£o podem reger a situaÃ§Ã£o havida entre as partes, sendo inviÃ¡vel que se recorra ao uso da analogia, principalmente diante do princÃ-pio da reserva legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do RE 1263804/PB, de relatoria da Min. CÃ¡rmen LÃºcia, em 13/07/2020, manifestou-se sobre o tema da seguinte maneira: AGRAVO INTERNO NA APELAÃÃO CÃVEL - AÃÃO DE COBRANÃA - SERVIDOR MUNICIPAL SEM VÃNCULO - INGRESSO SEM CONCURSO PÃBLICO - PRETENSÃO EM RECEBER VERBAS SALARIAIS, FGTS, FÃRIAS E ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - DESPROVIMENTO NA ORIGEM - DIREITO AO RECEBIMENTO DOS VALORES CORRESPONDENTES AO FGTS - DESPROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO. Â¿O adicional de insalubridade sÃ³ Ã© devido a servidor pÃºblico submetido a vÃ-nculo estatutÃ¡rio ou temporÃ¡rio se houver previsÃ£o em lei especÃ-fica editada pelo respectivo ente federado. InteligÃªncia da SÃºmula nÂº 42 deste Tribunal de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise detida dos autos, corroborando o entendimento firmado pela Corte Suprema, nÃ£o restou comprovado, por parte do autor, a existÃªncia de lei especÃ-fica editada pelo Ente Federado, dispondo sobre o referido adicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, ressalto a inexistÃªncia nos autos de comprovaÃ§Ã£o tÃ©cnica (laudo pericial) acerca da atividade insalubre e o respectivo grau a que o autor tenha se submetido, acompanhando o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de JustiÃ§a de que o adicional em comento nÃ£o possui carÃ¡ter geral. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Havendo vÃ¡cuo normativo, nÃ£o poderia este juÃ-zo, em substituiÃ§Ã£o ao Poder Legislativo, aplicar analogicamente normas que nÃ£o vinculam a municipalidade, sob pena de afrontar o princÃ-pio da separaÃ§Ã£o dos poderes, bem como criar uma despesa sem a previsÃ£o legal de sua respectiva receita, o que de igual modo afrontaria a lei de responsabilidade fiscal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na Lei EstatutÃ¡ria dos Servidores PÃºblicos de AfuÃ¡ nÃ£o consta previsÃ£o de pagamento deste adicional aos servidores temporÃ¡rios e nem mesmo faz qualquer menÃ§Ã£o sobre os graus e os percentuais de insalubridade aos servidores efetivos, de modo que tal lacuna pode ser sanada mediante mandado de injunÃ§Ã£o ou ediÃ§Ã£o de lei, motivo pelo qual adianto a improcedÃªncia desse pedido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS MORAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â O dano moral abarca a dor ou sofrimento humano que nÃ£o se revestem de carÃ¡ter de perda pecuniÃ¡ria, oriundo de violaÃ§Ã£o Ã reputaÃ§Ã£o da vÃ-tima, Ã sua autoridade legÃ-tima, ao seu pudor, Ã sua seguranÃ§a e tranquilidade, Ã integridade de sua inteligÃªncia, a suas afeiÃ§Ãµes, ao seu amor prÃ³prio estÃ©tico, entre outros atos que importem abalo de ordem emocional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A reparaÃ§Ã£o decorrente do dano moral consiste, a um sÃ³ tempo, em uma satisfaÃ§Ã£o compensatÃ³ria ao ofendido e numa puniÃ§Ã£o ao ofensor, cujo carÃ¡ter pedagÃ³gico visa mitigar, ou mesmo neutralizar, os sentimentos negativos provocados pelo ato ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em apreÃ§o, nÃ£o consigo visualizar qualquer resquÃ-cio de dano moral que o Requerente tenha sofrido, uma vez que, desde o inÃ-cio, quando se propÃ´s a prestar serviÃ§o pÃºblico municipal ocupando o cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde, anuiu com o disposto no contrato administrativo que assinou, inclusive no que diz respeito a vencimentos, jornada de trabalho e demais caracterÃ-sticas pertinentes ao cargo, nÃ£o tendo sido iludido pelo MunicÃ-pio Requerido, razÃ£o pela qual nÃ£o se pode falar em frustraÃ§Ã£o de expectativas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, incabÃ-vel a indenizaÃ§Ã£o por danos morais aqui pleiteada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS EMERGENTES PELA CONTRATAÃÃO DE ADVOGADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Requerente pleiteia, por fim, indenizaÃ§Ã£o a tÃ-tulo de danos emergentes, uma vez que teve, em tese, seus direitos violados pelo Requerido, obrigando-se a contratar advogados para ajuizar a presente demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que nÃ£o merece prosperar o pedido de ressarcimento dos valores despendidos pela parte Requerente na

contrataÃ§Ã£o de advogados para representÃ¡-lo em aÃ§Ã£o reclamatÃ³ria movida contra o Requerido. Entendo que a condenaÃ§Ã£o extra que deve ser imposta ao sucumbente, caso haja, se limita ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios sucumbenciais, ou seja, os honorÃ¡rios convencionados entre as partes nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sÃ-ntese, decorrendo da vontade da parte a contrataÃ§Ã£o de advogado particular para o ajuizamento de aÃ§Ã£o, com a assunÃ§Ã£o de responsabilidade pela satisfaÃ§Ã£o dos honorÃ¡rios respectivos, nÃ£o hÃ¡ direito a ressarcimento pela via da indenizaÃ§Ã£o de dano material ou emergente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A relaÃ§Ã£o obrigacional produz efeitos entre as partes contratantes, nÃ£o sendo plausÃ-vel se estender para terceiros, obrigaÃ§Ã£o ou responsabilidade oriunda de contrato celebrado entre as partes contratantes (advogado e Requerente). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, cito os seguintes arestos: APELAÃÃO CÃVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE REPARAÃÃO DE DANOS MATERIAIS. RESSARCIMENTO DE HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Os honorÃ¡rios advocatÃ-cios convencionados entre a parte autora e o seu procurador, para defesa de seus interesses em demandas judiciais, nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o, devendo a parte vencida na aÃ§Ã£o responder, exclusivamente, por aqueles decorrentes da sucumbÃªncia. Precedentes jurisprudenciais. SentenÃ§a de improcedÃªncia mantida. APELAÃÃO DESPROVIDA. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70064607609, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Paulo Roberto Lessa Franz, Julgado em 28/05/2015). RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE PERDAS E DANOS. RESTITUIÃÃO DE HONORÃRIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Reembolso do valor pago a tÃ-tulo de honorÃ¡rios contratuais para demandar em JuÃ-zo. Impossibilidade. A verba honorÃ¡ria pela qual responde a parte adversa restringe-se Ã quela decorrente da sucumbÃªncia, nÃ£o podendo a condenaÃ§Ã£o alcanÃ§ar honorÃ¡rios pactuados particularmente. Precedentes. NEGADO PROVIMENTO Ã APELAÃÃO. DECISÃO UNÃNIME. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70052176112, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 19/12/2013). Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ dÃºvida, e ninguÃ©m suporia de modo diverso, que exercer o direito de petiÃ§Ã£o gera despesas, em especial aquelas decorrentes do pagamento dos honorÃ¡rios do advogado, todavia essa obrigaÃ§Ã£o deve ser de responsabilidade do contratante, motivo pelo qual a improcedÃªncia do pedido de danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, RESOLVO o mÃ©rito do presente processo, na forma do artigo 487, inciso I, do CPC, acolhendo parcialmente o pedido, de acordo com os seguintes capÃ-tulos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECLARO o direito do autor Ã percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional relativo Ã categoria dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, independente da legislaÃ§Ã£o vigente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â CONDENO o Requerido ao pagamento da diferenÃ§a dos valores alusivos ao piso salarial ao Requerente, proporcional Ã sua jornada de trabalho, retroativos Ã data de vigÃªncia da Lei 12.994/2014, observadas as atualizaÃ§Ãµes de valores promovidas pela Lei 13.708/2018 ou por outra legislaÃ§Ã£o superveniente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o valor da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ incidir juros moratÃ³rios e atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria; juros contados a partir da citaÃ§Ã£o e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria sobre cada parcela remuneratÃ³ria, levando-se em conta a data em que deveriam ter sido pagas, observadas as regras e os Ã-ndices da Lei Federal 9.494/97. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INDEFIRO, pelos motivos jÃ¡ expostos, os pedidos de adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e indenizaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O quantum da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ ser apurado em liquidaÃ§Ã£o de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas judiciais, ante a gratuidade processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a sucumbÃªncia mÃ-nima do Requerente, em termos de proveito econÃ´mico obtido na presente aÃ§Ã£o, CONDENO o Requerido ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, cujo percentual serÃ¡ definido quando for liquidado o julgado (art. 85, Â§ 4Âº, inciso II, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 16 de novembro de 2021. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PÃ¡gina de 8 PROCESSO: 00191853220158140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:CLEMILDO MONTEIRO BRAGA Representante(s): OAB 0735 - LUCIVALDO DA SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 3596 - TAYLANA SERRAO DA LUZ (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE AFUA Representante(s): OAB 0990 - AGNALDO ALVES FERREIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ Processo 0019185-32.2015.8.14.0002 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CLEMILDO MONTEIRO BRAGA, por intermÃ©dio de advogado habilitado, ajuizou aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direito c/c cobranÃ§a de retroativos em face do MUNICÃPIO DE AFUÃ, ambos qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz a petiÃ§Ã£o

inicial, em linhas gerais, que o autor Ã© servidor pÃºblico municipal ativo, ocupante do cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde (ACS), decorrente de contratos administrativos, com inÃ-cio em 21 de maio de 2004. Â Â Â Â Â Â Â Â Alega que nunca recebeu do Requerido o valor legal corresponde ao seu cargo de ACS (piso salarial), percebendo tÃ£o somente o salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s, assim como nunca recebeu o valor corresponde ao adicional de insalubridade que faz jus em decorrÃªncia da atividade desenvolvida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, requer o pagamento das diferenÃ§as salariais retroativas advindas de portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde; o reajuste de seu vencimento de acordo com o piso salarial profissional nacional dos ACSs; alÃ©m da incorporaÃ§Ã£o do adicional de insalubridade, dano moral e dano emergente pela contrataÃ§Ã£o de advogados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Carreou aos autos os documentos de fls. 11-67. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em decisÃ£o de fl. 70, este juÃ-zo recebeu a petiÃ§Ã£o inicial, concedeu os benefÃ-cios da assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita e determinou a citaÃ§Ã£o do Requerido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Citado (fl. 73), o Requerido apresentou ContestaÃ§Ã£o pugnando pela total improcedÃªncia dos pedidos formulados na inicial (fls. 75-85), juntando aos autos os documentos de fls. 86-103. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©plica foi apresentada Ã s fls. 107-109. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Agendada e realizada audiÃªncia, a tentativa de conciliaÃ§Ã£o restou infrutÃ-fera, motivo pelo qual foram fixados os seguintes pontos controvertidos: a) direito ao pagamento da diferenÃ§a salarial aos agentes comunitÃ¡rios de saÃºde; b) direito Ã percepÃ§Ã£o do adicional de insalubridade; c) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos morais; e d) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. AlÃ©m disso, as partes, instadas, reiteraram os termos da inicial e da contestaÃ§Ã£o, alegando nÃ£o haver necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas (fl. 115). Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direitos combinada com cobranÃ§a de retroativos em que o Requerente, servidor pÃºblico municipal, ingressou objetivando a percepÃ§Ã£o da diferenÃ§a salarial oriunda do regramento contido nas portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde, dos anos de 2009-2014; a aplicaÃ§Ã£o do piso salarial da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, fixado pela Lei Federal 12.994/2014, em seu artigo 9Âº-A, Â§ 1Âº; bem como o recebimento do adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o havendo questÃµes preliminares pendentes de apreciaÃ§Ã£o, considerando a desnecessidade de produÃ§Ã£o de outras provas e sendo a questÃ£o de mÃ©rito unicamente de direito, entendo que a causa estÃ¡ madura para ser decidida, passando a analisar seu mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA AO PRINCÃPIO DA LEGALIDADE EM SENTIDO ESTRITO PARA A FIXAÃÃO DE VERBAS REMUNERATÃRIAS A SERVIDOR PÃBLICO Â Â Â Â Â Â Â Â Â O autor alega que entre os anos de 2009-2014 foram editadas as Portarias nos 2.008/2009, 3.178/2010, 1.599/2011, 459/2012, 260/2013 e 314/2014, todas do MinistÃ©rio da SaÃºde (MS), que supostamente fixaram e reajustaram anualmente o vencimento base da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS). Assevera, ainda, que os ACS, no Ã¢mbito do MunicÃ-pio de AfuÃ¡, nunca perceberam o valor estabelecido na legislaÃ§Ã£o em comento, recebendo apenas um salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s Ã Ã©poca dos fatos narrados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que a pretensÃ£o do Requerente, neste ponto, nÃ£o merece prosperar, porquanto o incentivo de custeio referente Ã implantaÃ§Ã£o de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, previsto nas portarias do MS, nÃ£o constitui verba remuneratÃ³ria, sobretudo porque tal verba somente pode ser instituÃ-da por meio de lei especÃ-fica, na forma dos artigos 37, X, 61, Â§ 1Â°, Â¿cÂ¿, e 169, todos da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, a disposiÃ§Ã£o estampada no artigo 37, X, da CF possui natureza programÃ¡tica, de eficÃ¡cia contida, ou seja, possui aplicabilidade imediata, direta, mas nÃ£o integral, uma vez que depende de lei especÃ-fica para seu implemento, devendo ainda ser observada a iniciativa privativa para cada caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, somente lei do respectivo ente pÃºblico a que estiver vinculado o servidor pode estabelecer tais verbas salariais, desde que haja prÃ©via dotaÃ§Ã£o orÃ§amentÃ¡ria para atender Ã s projeÃ§Ãµes de despesa com pessoal, nÃ£o possuindo esta prerrogativa o ato infralegal do MinistÃ©rio da SaÃºde, notadamente por se tratar de servidor pÃºblico municipal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, este Ã© o entendimento consolidado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), nos autos do AIRR - 24-18.2014.5.15.0059, de relatoria da Ministra Dora Maria da Costa, da 8Âª Turma, julgado em 22/03/2016. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, o suposto direito pretendido pelo autor encontra Ã³bice na ausÃªncia de lei do ente pÃºblico respectivo a prevÃª-lo, e, portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde nÃ£o podem ser interpretadas como fontes formais do direito, capazes de criar espÃ©cies remuneratÃ³rias a servidores, razÃ£o pela qual entendo nÃ£o ser possÃ-vel o recebimento retroativo de diferenÃ§as salariais relativas aos anos de 2009-2014, fundadas em portarias ministeriais, especialmente porque considerar o incentivo de custeio como verba remuneratÃ³ria caracterizaria grave afronta ao princÃ-pio da legalidade em sentido estrito, previsto constitucionalmente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em tempo, entendo que o referido incentivo visa tÃ£o somente fortalecer a atuaÃ§Ã£o

dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS) e Agentes de Combate Ã s Endemias (ACE) nas aÃ§Ãµes a que sÃ£o destinados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO DO SERVIDOR Ã PERCEPÃÃO DO PISO SALARIAL NACIONAL RELATIVO Ã CATEGORIA DE AGENTES COMUNITÃRIOS DE SAÃDE (LEI NÂº 12.994, DE 17 DE JUNHO DE 2014) Â Â Â Â Â Â Â Â Â A princÃ-pio, esclareÃ§o que qualquer anÃ¡lise feita Ã pretensÃ£o de percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional se darÃ¡ a partir de 18 de junho de 2014, em razÃ£o do inÃ-cio da vigÃªncia da Lei nÂº 12.994/2014, a qual nÃ£o tem o condÃ£o de operar seus efeitos retroativamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico a existÃªncia de apenas 06 (seis) contracheques aptos a comprovar o alegado pela parte autora (fls. 32-36), isto porque o restante da documentaÃ§Ã£o colacionada demonstra a percepÃ§Ã£o de salÃ¡rios em data anterior Ã vigÃªncia da lei que instituiu o piso salarial nacional Ã categoria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Feitas essas consideraÃ§Ãµes iniciais, pontuo que a ConstituiÃ§Ã£o Federal, em seu artigo 198, Â§ 5Âº, dispÃ´s que as aÃ§Ãµes e serviÃ§os pÃºblicos de saÃºde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema Ãºnico, organizado de acordo com diretrizes, e que lei federal deve dispor sobre o regime jurÃ-dico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentaÃ§Ã£o das atividades de agente comunitÃ¡rio de saÃºde e agente de combate Ã s endemias, competindo Ã UniÃ£o, nos termos da lei, prestar assistÃªncia financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos MunicÃ-pios, para o cumprimento do referido piso salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em atendimento ao mandamento constitucional, foi editada a Lei nÂº 12.994/2014, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para instituir o piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, dispÃµe o artigo 9Âº-A da citada lei que o piso salarial profissional nacional Ã© o valor abaixo do qual a UniÃ£o, os Estados, o Distrito Federal e os MunicÃ-pios nÃ£o poderÃ£o fixar o vencimento inicial das Carreiras de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde e de Agente de Combate Ã s Endemias para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O piso salarial profissional nacional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias foi fixado no valor de R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais) mensais, sendo que a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas exigida para garantia do piso salarial deve ser integralmente dedicada a aÃ§Ãµes e serviÃ§os de promoÃ§Ã£o da saÃºde, vigilÃ¢ncia epidemiolÃ³gica e combate a endemias em prol das famÃ-lias e comunidades assistidas, dentro dos respectivos territÃ³rios de atuaÃ§Ã£o (art. 9Â°-A, Â§Â§ 1Âº e 2Âº, da Lei nÂº 12.994/2014). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da simples leitura do dispositivo legal em comento, concluo ser imprescindÃ-vel que Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e Agentes de Combate Ã s Endemias cumpram a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais para o recebimento integral do piso salarial instituÃ-do pela Lei Federal, caso contrÃ¡rio caracterizaria evidente enriquecimento ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a disposiÃ§Ã£o do artigo 322, Â§ 2Âº, do CPC, que dispÃµe que a interpretaÃ§Ã£o do pedido considerarÃ¡ o conjunto da postulaÃ§Ã£o e observarÃ¡ o princÃ-pio da boa-fÃ©, registro que o cerne desta pretensÃ£o Ã© a declaraÃ§Ã£o do direito da parte autora Ã incorporaÃ§Ã£o do piso salarial nacional, independente da legislaÃ§Ã£o a ser considerada, desde que vigente, e o consequente pagamento de valores retroativos a que faz jus. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, em que pese o pedido tenha sido formulado pela Requerente em 2015, momento em que o quantum a ser pago a tÃ-tulo de piso salarial estava fixado no valor R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais), em 23 de outubro de 2018, foi publicada a Lei nÂº 13.708, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para modificar as normas que regulam o exercÃ-cio profissional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na oportunidade, o quantum do piso salarial nacional Ã s categorias foi atualizado, sendo escalonado e fixado da seguinte forma: I - R$-1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2019; II - R$-1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2020; e III - R$-1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2021, sempre respeitando a carga horÃ¡ria de 40 horas semanais para a percepÃ§Ã£o integral do piso.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, considerando que o autor labora 30 (trinta) horas por semana, reconheÃ§o o direito do demandante de receber a diferenÃ§a dos valores proporcionais ao piso salarial nacional, devidos retroativamente, com base na Lei nÂº 12.994/2014, no perÃ-odo de 18/06/2014 atÃ© 31/12/2018, bem como reconheÃ§o o direito do autor de receber as diferenÃ§as salariais, devidas retroativamente, com base na Lei 13.708/2018, desde 1Âº/01/2019, devendo ser atualizado o valor com a eventual superveniÃªncia de lei especÃ-fica, sendo certo que, em todos os casos, os valores efetivamente recebidos pelo autor devem ser subtraÃ-dos do valor a ser pago retroativamente a tÃ-tulo de diferenÃ§a salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Lei nÂº 13.708/2018 dispÃ´s que o piso salarial fixado em R$-1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais) serÃ¡ reajustado, anualmente, em 1Â° de janeiro, a partir do ano de 2022. Logo, sobrevindo reajustes futuros, devidamente previstos em lei, reconheÃ§o o direito do Requerente Ã percepÃ§Ã£o dos valores porventura atualizados, a contar da

vigÃªncia da legislaÃ§Ã£o que promover as alteraÃ§Ãµes, salvaguardando, em todo caso, o direito de que a sua remuneraÃ§Ã£o nÃ£o poderÃ¡ ser inferior ao valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s (artigo 7Âº, inciso VII, da CF/88 c/c a SÃºmula Vinculante 16). Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO Ã PERCEPÃÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Requerente pleiteia receber o adicional de insalubridade no patamar de 20% (vinte por cento) de seu vencimento base, alÃ©m dos retroativos, em virtude da atividade que desempenha, amparando-se no artigo 7Âº, inciso XXIII, da CF, no artigo 13, inciso XII, da Lei OrgÃ¢nica do MunicÃ-pio e no artigo 70 do Estatuto dos Servidores PÃºblicos do MunicÃ-pio de AfuÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O contrato temporÃ¡rio de trabalho firmado com fulcro no incisoÂ IXÂ do artigoÂ 37Â daÂ ConstituiÃ§Ã£o FederalÂ Ã© regido pelas normas de Direito Administrativo, gerando somente os direitos expressamente previstos na legislaÃ§Ã£o de regÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â As sucessivas renovaÃ§Ãµes de contrato de trabalho podem ser consideradas nulas, o que, no entanto, nÃ£o retira dos contratos a natureza administrativa. Bom que se diga que aÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal, a partir da Emenda nÂº 19/98, deixou de garantir o adicional de remuneraÃ§Ã£o para as atividades penosas, insalubres ou perigosas aos servidores pÃºblicos, ao deixar de aludir esse adicional no incisoÂ XXIIIÂ do artigoÂ 7ÂºÂ daÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, o adicional de insalubridade sÃ³ pode ser concedido pelos entes pÃºblicos desde que haja lei municipal regulando a matÃ©ria, determinando quais as atividades insalubres, os percentuais devidos, inclusive eventual direito adquirido na mudanÃ§a dos servidores regidos anteriormente pelaÂ CLTÂ que atualmente seguem o Regime JurÃ-dico Ãnico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â E as normas daÂ ConsolidaÃ§Ã£o das Leis do TrabalhoÂ nÃ£o podem reger a situaÃ§Ã£o havida entre as partes, sendo inviÃ¡vel que se recorra ao uso da analogia, principalmente diante do princÃ-pio da reserva legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do RE 1263804/PB, de relatoria da Min. CÃ¡rmen LÃºcia, em 13/07/2020, manifestou-se sobre o tema da seguinte maneira: AGRAVO INTERNO NA APELAÃÃO CÃVEL - AÃÃO DE COBRANÃA - SERVIDOR MUNICIPAL SEM VÃNCULO - INGRESSO SEM CONCURSO PÃBLICO - PRETENSÃO EM RECEBER VERBAS SALARIAIS, FGTS, FÃRIAS E ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - DESPROVIMENTO NA ORIGEM - DIREITO AO RECEBIMENTO DOS VALORES CORRESPONDENTES AO FGTS - DESPROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO. Â¿O adicional de insalubridade sÃ³ Ã© devido a servidor pÃºblico submetido a vÃ-nculo estatutÃ¡rio ou temporÃ¡rio se houver previsÃ£o em lei especÃ-fica editada pelo respectivo ente federado. InteligÃªncia da SÃºmula nÂº 42 deste Tribunal de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise detida dos autos, corroborando o entendimento firmado pela Corte Suprema, nÃ£o restou comprovado, por parte do autor, a existÃªncia de lei especÃ-fica editada pelo Ente Federado, dispondo sobre o referido adicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, ressalto a inexistÃªncia nos autos de comprovaÃ§Ã£o tÃ©cnica (laudo pericial) acerca da atividade insalubre e o respectivo grau a que o autor tenha se submetido, acompanhando o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de JustiÃ§a de que o adicional em comento nÃ£o possui carÃ¡ter geral. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Havendo vÃ¡cuo normativo, nÃ£o poderia este juÃ-zo, em substituiÃ§Ã£o ao Poder Legislativo, aplicar analogicamente normas que nÃ£o vinculam a municipalidade, sob pena de afrontar o princÃ-pio da separaÃ§Ã£o dos poderes, bem como criar uma despesa sem a previsÃ£o legal de sua respectiva receita, o que de igual modo afrontaria a lei de responsabilidade fiscal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na Lei EstatutÃ¡ria dos Servidores PÃºblicos de AfuÃ¡ nÃ£o consta previsÃ£o de pagamento deste adicional aos servidores temporÃ¡rios e nem mesmo faz qualquer menÃ§Ã£o sobre os graus e os percentuais de insalubridade aos servidores efetivos, de modo que tal lacuna pode ser sanada mediante mandado de injunÃ§Ã£o ou ediÃ§Ã£o de lei, motivo pelo qual adianto a improcedÃªncia desse pedido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS MORAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â O dano moral abarca a dor ou sofrimento humano que nÃ£o se revestem de carÃ¡ter de perda pecuniÃ¡ria, oriundo de violaÃ§Ã£o Ã reputaÃ§Ã£o da vÃ-tima, Ã sua autoridade legÃ-tima, ao seu pudor, Ã sua seguranÃ§a e tranquilidade, Ã integridade de sua inteligÃªncia, a suas afeiÃ§Ãµes, ao seu amor prÃ³prio estÃ©tico, entre outros atos que importem abalo de ordem emocional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A reparaÃ§Ã£o decorrente do dano moral consiste, a um sÃ³ tempo, em uma satisfaÃ§Ã£o compensatÃ³ria ao ofendido e numa puniÃ§Ã£o ao ofensor, cujo carÃ¡ter pedagÃ³gico visa mitigar, ou mesmo neutralizar, os sentimentos negativos provocados pelo ato ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em apreÃ§o, nÃ£o consigo visualizar qualquer resquÃ-cio de dano moral que o Requerente tenha sofrido, uma vez que, desde o inÃ-cio, quando se propÃ´s a prestar serviÃ§o pÃºblico municipal ocupando o cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde, anuiu com o disposto no contrato administrativo que assinou, inclusive no que diz respeito a vencimentos, jornada de trabalho e demais caracterÃ-sticas pertinentes ao cargo, nÃ£o tendo sido iludido pelo MunicÃ-pio Requerido, razÃ£o pela qual nÃ£o se pode falar em frustraÃ§Ã£o de expectativas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, incabÃ-vel a indenizaÃ§Ã£o por danos morais aqui pleiteada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS EMERGENTES PELA CONTRATAÃÃO DE

ADVOGADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Requerente pleiteia, por fim, indenizaÃ§Ã£o a tÃ-tulo de danos emergentes, uma vez que teve, em tese, seus direitos violados pelo Requerido, obrigando-se a contratar advogados para ajuizar a presente demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que nÃ£o merece prosperar o pedido de ressarcimento dos valores despendidos pela parte Requerente na contrataÃ§Ã£o de advogados para representÃ¡-lo em aÃ§Ã£o reclamatÃ³ria movida contra o Requerido. Entendo que a condenaÃ§Ã£o extra que deve ser imposta ao sucumbente, caso haja, se limita ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios sucumbenciais, ou seja, os honorÃ¡rios convencionados entre as partes nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sÃ-ntese, decorrendo da vontade da parte a contrataÃ§Ã£o de advogado particular para o ajuizamento de aÃ§Ã£o, com a assunÃ§Ã£o de responsabilidade pela satisfaÃ§Ã£o dos honorÃ¡rios respectivos, nÃ£o hÃ¡ direito a ressarcimento pela via da indenizaÃ§Ã£o de dano material ou emergente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A relaÃ§Ã£o obrigacional produz efeitos entre as partes contratantes, nÃ£o sendo plausÃ-vel se estender para terceiros, obrigaÃ§Ã£o ou responsabilidade oriunda de contrato celebrado entre as partes contratantes (advogado e Requerente). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, cito os seguintes arestos: APELAÃÃO CÃVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE REPARAÃÃO DE DANOS MATERIAIS. RESSARCIMENTO DE HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Os honorÃ¡rios advocatÃ-cios convencionados entre a parte autora e o seu procurador, para defesa de seus interesses em demandas judiciais, nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o, devendo a parte vencida na aÃ§Ã£o responder, exclusivamente, por aqueles decorrentes da sucumbÃªncia. Precedentes jurisprudenciais. SentenÃ§a de improcedÃªncia mantida. APELAÃÃO DESPROVIDA. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70064607609, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Paulo Roberto Lessa Franz, Julgado em 28/05/2015). RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE PERDAS E DANOS. RESTITUIÃÃO DE HONORÃRIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Reembolso do valor pago a tÃ-tulo de honorÃ¡rios contratuais para demandar em JuÃ-zo. Impossibilidade. A verba honorÃ¡ria pela qual responde a parte adversa restringe-se Ã quela decorrente da sucumbÃªncia, nÃ£o podendo a condenaÃ§Ã£o alcanÃ§ar honorÃ¡rios pactuados particularmente. Precedentes. NEGADO PROVIMENTO Ã APELAÃÃO. DECISÃO UNÃNIME. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70052176112, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 19/12/2013). Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ dÃºvida, e ninguÃ©m suporia de modo diverso, que exercer o direito de petiÃ§Ã£o gera despesas, em especial aquelas decorrentes do pagamento dos honorÃ¡rios do advogado, todavia essa obrigaÃ§Ã£o deve ser de responsabilidade do contratante, motivo pelo qual a improcedÃªncia do pedido de danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, RESOLVO o mÃ©rito do presente processo, na forma do artigo 487, inciso I, do CPC, acolhendo parcialmente o pedido, de acordo com os seguintes capÃ-tulos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECLARO o direito do autor Ã percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional relativo Ã categoria dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, independente da legislaÃ§Ã£o vigente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â CONDENO o Requerido ao pagamento da diferenÃ§a dos valores alusivos ao piso salarial ao Requerente, proporcional Ã sua jornada de trabalho, retroativos Ã data de vigÃªncia da Lei 12.994/2014, observadas as atualizaÃ§Ãµes de valores promovidas pela Lei 13.708/2018 ou por outra legislaÃ§Ã£o superveniente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o valor da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ incidir juros moratÃ³rios e atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria; juros contados a partir da citaÃ§Ã£o e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria sobre cada parcela remuneratÃ³ria, levando-se em conta a data em que deveriam ter sido pagas, observadas as regras e os Ã-ndices da Lei Federal 9.494/97. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INDEFIRO, pelos motivos jÃ¡ expostos, os pedidos de adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e indenizaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O quantum da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ ser apurado em liquidaÃ§Ã£o de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas judiciais, ante a gratuidade processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a sucumbÃªncia mÃ-nima do Requerente, em termos de proveito econÃ´mico obtido na presente aÃ§Ã£o, CONDENO o Requerido ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, cujo percentual serÃ¡ definido quando for liquidado o julgado (art. 85, Â§ 4Âº, inciso II, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÂ¢nsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 16 de novembro de 2021. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PÃ¡gina de 8 PROCESSO: 00191861720158140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:ELEONORA OLIVEIRA ANDRADE Representante(s): OAB 0735 - LUCIVALDO DA SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 3596 - TAYLANA SERRAO DA LUZ (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE AFUA Representante(s): OAB 0990 - AGNALDO ALVES FERREIRA (ADVOGADO) . PODER

JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ Processo 0019186-17.2015.8.14.0002 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ELEONORA OLIVEIRA ANDRADE, por intermÃ©dio de advogado habilitado, ajuizou aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direito c/c cobranÃ§a de retroativos em face do MUNICÃPIO DE AFUÃ, ambos qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aduz a petiÃ§Ã£o inicial, em linhas gerais, que a autora Ã© servidora pÃºblica municipal ativa, ocupante do cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde (ACS), decorrente de contratos administrativos, cujo inÃ-cio se deu em maio de 2002. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega que nunca recebeu do Requerido o valor legal corresponde ao seu cargo de ACS (piso salarial), percebendo tÃ£o somente o salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s, assim como nunca recebeu o valor corresponde ao adicional de insalubridade que faz jus em decorrÃªncia da atividade desenvolvida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, requer o pagamento das diferenÃ§as salariais retroativas advindas de portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde; o reajuste de seu vencimento de acordo com o piso salarial profissional nacional dos ACSs; alÃ©m da incorporaÃ§Ã£o do adicional de insalubridade, dano moral e dano emergente pela contrataÃ§Ã£o de advogados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Carreou aos autos os documentos de fls. 11-74. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em decisÃ£o de fl. 77, este juÃ-zo recebeu a petiÃ§Ã£o inicial, concedeu os benefÃ-cios da assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita e determinou a citaÃ§Ã£o do Requerido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Citado (fl. 80), o Requerido apresentou ContestaÃ§Ã£o pugnando pela total improcedÃªncia dos pedidos formulados na inicial (fls. 83-93), juntando aos autos os documentos de fls. 94-111. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Apesar de intimada, a parte Requerente nÃ£o apresentou rÃ©plica aos termos da contestaÃ§Ã£o (fl. 112). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Agendada e realizada audiÃªncia, a tentativa de conciliaÃ§Ã£o restou infrutÃ-fera, motivo pelo qual foram fixados os seguintes pontos controvertidos: a) direito ao pagamento da diferenÃ§a salarial aos agentes comunitÃ¡rios de saÃºde; b) direito Ã percepÃ§Ã£o do adicional de insalubridade; c) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos morais; e d) cabimento ou nÃ£o de condenaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. AlÃ©m disso, as partes, instadas, reiteraram os termos da inicial e da contestaÃ§Ã£o, alegando nÃ£o haver necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas (fl. 122). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de direitos combinada com cobranÃ§a de retroativos em que a Requerente, servidora pÃºblica municipal, ingressou objetivando a percepÃ§Ã£o da diferenÃ§a salarial oriunda do regramento contido nas portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde, dos anos de 2009-2014; a aplicaÃ§Ã£o do piso salarial da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, fixado pela Lei Federal 12.994/2014, em seu artigo 9Âº-A, Â§ 1Âº; bem como o recebimento do adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o havendo questÃµes preliminares pendentes de apreciaÃ§Ã£o, considerando a desnecessidade de produÃ§Ã£o de outras provas e sendo a questÃ£o de mÃ©rito unicamente de direito, entendo que a causa estÃ¡ madura para ser decidida, passando a analisar seu mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA NECESSIDADE DE OBSERVÃNCIA AO PRINCÃPIO DA LEGALIDADE EM SENTIDO ESTRITO PARA A FIXAÃÃO DE VERBAS REMUNERATÃRIAS A SERVIDOR PÃBLICO Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autora alega que entre os anos de 2009-2014 foram editadas as Portarias nos 2.008/2009, 3.178/2010, 1.599/2011, 459/2012, 260/2013 e 314/2014, todas do MinistÃ©rio da SaÃºde (MS), que supostamente fixaram e reajustaram anualmente o vencimento base da categoria de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS). Assevera, ainda, que os ACS, no Ã¢mbito do MunicÃ-pio de AfuÃ¡, nunca perceberam o valor estabelecido na legislaÃ§Ã£o em comento, recebendo apenas um salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s Ã Ã©poca dos fatos narrados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que a pretensÃ£o da Requerente, neste ponto, nÃ£o merece prosperar, porquanto o incentivo de custeio referente Ã implantaÃ§Ã£o de Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, previsto nas portarias do MS, nÃ£o constitui verba remuneratÃ³ria, sobretudo porque tal verba somente pode ser instituÃ-da por meio de lei especÃ-fica, na forma dos artigos 37, X, 61, Â§ 1Â°, Â¿cÂ¿, e 169, todos da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, a disposiÃ§Ã£o estampada no artigo 37, X, da CF possui natureza programÃ¡tica, de eficÃ¡cia contida, ou seja, possui aplicabilidade imediata, direta, mas nÃ£o integral, uma vez que depende de lei especÃ-fica para seu implemento, devendo ainda ser observada a iniciativa privativa para cada caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, somente lei do respectivo ente pÃºblico a que estiver vinculado o servidor pode estabelecer tais verbas salariais, desde que haja prÃ©via dotaÃ§Ã£o orÃ§amentÃ¡ria para atender Ã s projeÃ§Ãµes de despesa com pessoal, nÃ£o possuindo esta prerrogativa o ato infralegal do MinistÃ©rio da SaÃºde, notadamente por se tratar de servidor pÃºblico municipal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, este Ã© o entendimento consolidado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), nos autos do AIRR - 24-18.2014.5.15.0059, de relatoria da Ministra Dora Maria da Costa, da 8Âª Turma, julgado em 22/03/2016. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, o suposto direito pretendido pela autora encontra Ã³bice na ausÃªncia de lei do ente pÃºblico respectivo a prevÃª-lo, e, portarias do MinistÃ©rio da SaÃºde nÃ£o podem ser interpretadas como fontes formais do direito, capazes

de criar espÃ©cies remuneratÃ³rias a servidores, razÃ£o pela qual entendo nÃ£o ser possÃ-vel o recebimento retroativo de diferenÃ§as salariais relativas aos anos de 2009-2014, fundadas em portarias ministeriais, especialmente porque considerar o incentivo de custeio como verba remuneratÃ³ria caracterizaria grave afronta ao princÃ-pio da legalidade em sentido estrito, previsto constitucionalmente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em tempo, entendo que o referido incentivo visa tÃ£o somente fortalecer a atuaÃ§Ã£o dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde (ACS) e Agentes de Combate Ã s Endemias (ACE) nas aÃ§Ãµes a que sÃ£o destinados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO DA SERVIDORA Ã PERCEPÃÃO DO PISO SALARIAL NACIONAL RELATIVO Ã CATEGORIA DE AGENTES COMUNITÃRIOS DE SAÃDE (LEI NÂº 12.994, DE 17 DE JUNHO DE 2014) Â Â Â Â Â Â Â Â Â A princÃ-pio, esclareÃ§o que qualquer anÃ¡lise feita Ã pretensÃ£o de percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional se darÃ¡ a partir de 18 de junho de 2014, em razÃ£o do inÃ-cio da vigÃªncia da Lei nÂº 12.994/2014, a qual nÃ£o tem o condÃ£o de operar seus efeitos retroativamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico a existÃªncia de apenas 06 (seis) contracheques aptos a comprovar o alegado pela parte autora (fls. 29-32), isto porque o restante da documentaÃ§Ã£o colacionada demonstra a percepÃ§Ã£o de salÃ¡rios em data anterior Ã vigÃªncia da lei que instituiu o piso salarial nacional Ã categoria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Feitas essas consideraÃ§Ãµes iniciais, pontuo que a ConstituiÃ§Ã£o Federal, em seu artigo 198, Â§ 5Âº, dispÃ´s que as aÃ§Ãµes e serviÃ§os pÃºblicos de saÃºde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema Ãºnico, organizado de acordo com diretrizes, e que lei federal deve dispor sobre o regime jurÃ-dico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentaÃ§Ã£o das atividades de agente comunitÃ¡rio de saÃºde e agente de combate Ã s endemias, competindo Ã UniÃ£o, nos termos da lei, prestar assistÃªncia financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos MunicÃ-pios, para o cumprimento do referido piso salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em atendimento ao mandamento constitucional, foi editada a Lei nÂº 12.994/2014, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para instituir o piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, dispÃµe o artigo 9Âº-A da citada lei que o piso salarial profissional nacional Ã© o valor abaixo do qual a UniÃ£o, os Estados, o Distrito Federal e os MunicÃ-pios nÃ£o poderÃ£o fixar o vencimento inicial das Carreiras de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde e de Agente de Combate Ã s Endemias para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O piso salarial profissional nacional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias foi fixado no valor de R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais) mensais, sendo que a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas exigida para garantia do piso salarial deve ser integralmente dedicada a aÃ§Ãµes e serviÃ§os de promoÃ§Ã£o da saÃºde, vigilÃ¢ncia epidemiolÃ³gica e combate a endemias em prol das famÃ-lias e comunidades assistidas, dentro dos respectivos territÃ³rios de atuaÃ§Ã£o (art. 9Â°-A, Â§Â§ 1Âº e 2Âº, da Lei nÂº 12.994/2014). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da simples leitura do dispositivo legal em comento, concluo ser imprescindÃ-vel que Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e Agentes de Combate Ã s Endemias cumpram a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais para o recebimento integral do piso salarial instituÃ-do pela Lei Federal, caso contrÃ¡rio caracterizaria evidente enriquecimento ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a disposiÃ§Ã£o do artigo 322, Â§ 2Âº, do CPC, que dispÃµe que a interpretaÃ§Ã£o do pedido considerarÃ¡ o conjunto da postulaÃ§Ã£o e observarÃ¡ o princÃ-pio da boa-fÃ©, registro que o cerne desta pretensÃ£o Ã© a declaraÃ§Ã£o do direito da parte autora Ã incorporaÃ§Ã£o do piso salarial nacional, independente da legislaÃ§Ã£o a ser considerada, desde que vigente, e o consequente pagamento de valores retroativos a que faz jus. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, em que pese o pedido tenha sido formulado pela Requerente em 2015, momento em que o quantum a ser pago a tÃ-tulo de piso salarial estava fixado no valor R$-1.014,00 (um mil e quatorze reais), em 23 de outubro de 2018, foi publicada a Lei nÂº 13.708, que alterou a Lei nÂº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para modificar as normas que regulam o exercÃ-cio profissional dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde e dos Agentes de Combate Ã s Endemias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na oportunidade, o quantum do piso salarial nacional Ã s categorias foi atualizado, sendo escalonado e fixado da seguinte forma: I - R$-1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2019; II - R$-1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2020; e III - R$-1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais), devido a partir de 1Âº de janeiro de 2021, sempre respeitando a carga horÃ¡ria de 40 horas semanais para a percepÃ§Ã£o integral do piso.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, considerando que a autora labora 30 (trinta) horas por semana, reconheÃ§o o direito da demandante de receber a diferenÃ§a dos valores proporcionais ao piso salarial nacional, devidos retroativamente, com base na Lei nÂº 12.994/2014, no perÃ-odo de 18/06/2014 atÃ© 31/12/2018, bem como reconheÃ§o o direito da autora de receber as diferenÃ§as salariais, devidas retroativamente, com base na Lei 13.708/2018, desde 1Âº/01/2019, devendo ser atualizado o valor com a eventual superveniÃªncia de lei especÃ-fica, sendo certo que, em

todos os casos, os valores efetivamente recebidos pela autora devem ser subtraÃ-dos do valor a ser pago retroativamente a tÃ-tulo de diferenÃ§a salarial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Lei nÂº 13.708/2018 dispÃ´s que o piso salarial fixado em R$-1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais) serÃ¡ reajustado, anualmente, em 1Â° de janeiro, a partir do ano de 2022. Logo, sobrevindo reajustes futuros, devidamente previstos em lei, reconheÃ§o o direito da Requerente Ã percepÃ§Ã£o dos valores porventura atualizados, a contar da vigÃªncia da legislaÃ§Ã£o que promover as alteraÃ§Ãµes, salvaguardando, em todo caso, o direito de que a sua remuneraÃ§Ã£o nÃ£o poderÃ¡ ser inferior ao valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s (artigo 7Âº, inciso VII, da CF/88 c/c a SÃºmula Vinculante 16). Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO DIREITO Ã PERCEPÃÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Requerente pleiteia receber o adicional de insalubridade no patamar de 20% (vinte por cento) de seu vencimento base, alÃ©m dos retroativos, em virtude da atividade que desempenha, amparando-se no artigo 7Âº, inciso XXIII, da CF, no artigo 13, inciso XII, da Lei OrgÃ¢nica do MunicÃ-pio e no artigo 70 do Estatuto dos Servidores PÃºblicos do MunicÃ-pio de AfuÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O contrato temporÃ¡rio de trabalho firmado com fulcro no incisoÂ IXÂ do artigoÂ 37Â daÂ ConstituiÃ§Ã£o FederalÂ Ã© regido pelas normas de Direito Administrativo, gerando somente os direitos expressamente previstos na legislaÃ§Ã£o de regÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â As sucessivas renovaÃ§Ãµes de contrato de trabalho podem ser consideradas nulas, o que, no entanto, nÃ£o retira dos contratos a natureza administrativa. Bom que se diga que aÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal, a partir da Emenda nÂº 19/98, deixou de garantir o adicional de remuneraÃ§Ã£o para as atividades penosas, insalubres ou perigosas aos servidores pÃºblicos, ao deixar de aludir esse adicional no incisoÂ XXIIIÂ do artigoÂ 7ÂºÂ daÂ ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, o adicional de insalubridade sÃ³ pode ser concedido pelos entes pÃºblicos desde que haja lei municipal regulando a matÃ©ria, determinando quais as atividades insalubres, os percentuais devidos, inclusive eventual direito adquirido na mudanÃ§a dos servidores regidos anteriormente pelaÂ CLTÂ que atualmente seguem o Regime JurÃ-dico Ãnico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â E as normas daÂ ConsolidaÃ§Ã£o das Leis do TrabalhoÂ nÃ£o podem reger a situaÃ§Ã£o havida entre as partes, sendo inviÃ¡vel que se recorra ao uso da analogia, principalmente diante do princÃ-pio da reserva legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do RE 1263804/PB, de relatoria da Min. CÃ¡rmen LÃºcia, em 13/07/2020, manifestou-se sobre o tema da seguinte maneira: AGRAVO INTERNO NA APELAÃÃO CÃVEL - AÃÃO DE COBRANÃA - SERVIDOR MUNICIPAL SEM VÃNCULO - INGRESSO SEM CONCURSO PÃBLICO - PRETENSÃO EM RECEBER VERBAS SALARIAIS, FGTS, FÃRIAS E ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - DESPROVIMENTO NA ORIGEM - DIREITO AO RECEBIMENTO DOS VALORES CORRESPONDENTES AO FGTS - DESPROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO. Â¿O adicional de insalubridade sÃ³ Ã© devido a servidor pÃºblico submetido a vÃ-nculo estatutÃ¡rio ou temporÃ¡rio se houver previsÃ£o em lei especÃ-fica editada pelo respectivo ente federado. InteligÃªncia da SÃºmula nÂº 42 deste Tribunal de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise detida dos autos, corroborando o entendimento firmado pela Corte Suprema, nÃ£o restou comprovado, por parte da autora, a existÃªncia de lei especÃ-fica editada pelo Ente Federado, dispondo sobre o referido adicional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, ressalto a inexistÃªncia nos autos de comprovaÃ§Ã£o tÃ©cnica (laudo pericial) acerca da atividade insalubre e o respectivo grau a que a autora tenha se submetido, acompanhando o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de JustiÃ§a de que o adicional em comento nÃ£o possui carÃ¡ter geral. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Havendo vÃ¡cuo normativo, nÃ£o poderia este juÃ-zo, em substituiÃ§Ã£o ao Poder Legislativo, aplicar analogicamente normas que nÃ£o vinculam a municipalidade, sob pena de afrontar o princÃ-pio da separaÃ§Ã£o dos poderes, bem como criar uma despesa sem a previsÃ£o legal de sua respectiva receita, o que de igual modo afrontaria a lei de responsabilidade fiscal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na Lei EstatutÃ¡ria dos Servidores PÃºblicos de AfuÃ¡ nÃ£o consta previsÃ£o de pagamento deste adicional aos servidores temporÃ¡rios e nem mesmo faz qualquer menÃ§Ã£o sobre os graus e os percentuais de insalubridade aos servidores efetivos, de modo que tal lacuna pode ser sanada mediante mandado de injunÃ§Ã£o ou ediÃ§Ã£o de lei, motivo pelo qual adianto a improcedÃªncia desse pedido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS MORAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â O dano moral abarca a dor ou sofrimento humano que nÃ£o se revestem de carÃ¡ter de perda pecuniÃ¡ria, oriundo de violaÃ§Ã£o Ã reputaÃ§Ã£o da vÃ-tima, Ã sua autoridade legÃ-tima, ao seu pudor, Ã sua seguranÃ§a e tranquilidade, Ã integridade de sua inteligÃªncia, a suas afeiÃ§Ãµes, ao seu amor prÃ³prio estÃ©tico, entre outros atos que importem abalo de ordem emocional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A reparaÃ§Ã£o decorrente do dano moral consiste, a um sÃ³ tempo, em uma satisfaÃ§Ã£o compensatÃ³ria ao ofendido e numa puniÃ§Ã£o ao ofensor, cujo carÃ¡ter pedagÃ³gico visa mitigar, ou mesmo neutralizar, os sentimentos negativos provocados pelo ato ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em apreÃ§o, nÃ£o consigo visualizar qualquer resquÃ-cio de dano moral que a Requerente tenha sofrido, uma vez que, desde o inÃ-cio, quando se propÃ´s a prestar serviÃ§o pÃºblico municipal ocupando o cargo de Agente ComunitÃ¡rio de SaÃºde,

anuiu com o disposto no contrato administrativo que assinou, inclusive no que diz respeito a vencimentos, jornada de trabalho e demais caracterÃ-sticas pertinentes ao cargo, nÃ£o tendo sido iludida pelo MunicÃ-pio Requerido, razÃ£o pela qual nÃ£o se pode falar em frustraÃ§Ã£o de expectativas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, incabÃ-vel a indenizaÃ§Ã£o por danos morais aqui pleiteada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CABIMENTO OU NÃO DE CONDENAÃÃO POR DANOS EMERGENTES PELA CONTRATAÃÃO DE ADVOGADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Requerente pleiteia, por fim, indenizaÃ§Ã£o a tÃ-tulo de danos emergentes, uma vez que teve, em tese, seus direitos violados pelo Requerido, obrigando-se a contratar advogados para ajuizar a presente demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adianto que nÃ£o merece prosperar o pedido de ressarcimento dos valores despendidos pela parte Requerente na contrataÃ§Ã£o de advogados para representÃ¡-la em aÃ§Ã£o reclamatÃ³ria movida contra o Requerido. Entendo que a condenaÃ§Ã£o extra que deve ser imposta ao sucumbente, caso haja, se limita ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios sucumbenciais, ou seja, os honorÃ¡rios convencionados entre as partes nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sÃ-ntese, decorrendo da vontade da parte a contrataÃ§Ã£o de advogado particular para o ajuizamento de aÃ§Ã£o, com a assunÃ§Ã£o de responsabilidade pela satisfaÃ§Ã£o dos honorÃ¡rios respectivos, nÃ£o hÃ¡ direito a ressarcimento pela via da indenizaÃ§Ã£o de dano material ou emergente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A relaÃ§Ã£o obrigacional produz efeitos entre as partes contratantes, nÃ£o sendo plausÃ-vel se estender para terceiros, obrigaÃ§Ã£o ou responsabilidade oriunda de contrato celebrado entre as partes contratantes (advogado e Requerente). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, cito os seguintes arestos: APELAÃÃO CÃVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE REPARAÃÃO DE DANOS MATERIAIS. RESSARCIMENTO DE HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Os honorÃ¡rios advocatÃ-cios convencionados entre a parte autora e o seu procurador, para defesa de seus interesses em demandas judiciais, nÃ£o constituem dano material passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o, devendo a parte vencida na aÃ§Ã£o responder, exclusivamente, por aqueles decorrentes da sucumbÃªncia. Precedentes jurisprudenciais. SentenÃ§a de improcedÃªncia mantida. APELAÃÃO DESPROVIDA. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70064607609, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Paulo Roberto Lessa Franz, Julgado em 28/05/2015). RESPONSABILIDADE CIVIL. AÃÃO DE PERDAS E DANOS. RESTITUIÃÃO DE HONORÃRIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. Reembolso do valor pago a tÃ-tulo de honorÃ¡rios contratuais para demandar em JuÃ-zo. Impossibilidade. A verba honorÃ¡ria pela qual responde a parte adversa restringe-se Ã quela decorrente da sucumbÃªncia, nÃ£o podendo a condenaÃ§Ã£o alcanÃ§ar honorÃ¡rios pactuados particularmente. Precedentes. NEGADO PROVIMENTO Ã APELAÃÃO. DECISÃO UNÃNIME. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70052176112, DÃ©cima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 19/12/2013). Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ dÃºvida, e ninguÃ©m suporia de modo diverso, que exercer o direito de petiÃ§Ã£o gera despesas, em especial aquelas decorrentes do pagamento dos honorÃ¡rios do advogado, todavia essa obrigaÃ§Ã£o deve ser de responsabilidade do contratante, motivo pelo qual a improcedÃªncia do pedido de danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, RESOLVO o mÃ©rito do presente processo, na forma do artigo 487, inciso I, do CPC, acolhendo parcialmente o pedido, de acordo com os seguintes capÃ-tulos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECLARO o direito da autora Ã percepÃ§Ã£o do piso salarial nacional relativo Ã categoria dos Agentes ComunitÃ¡rios de SaÃºde, independente da legislaÃ§Ã£o vigente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â CONDENO o Requerido ao pagamento da diferenÃ§a dos valores alusivos ao piso salarial Ã Requerente, proporcional Ã sua jornada de trabalho, retroativos Ã data de vigÃªncia da Lei 12.994/2014, observadas as atualizaÃ§Ãµes de valores promovidas pela Lei 13.708/2018 ou por outra legislaÃ§Ã£o superveniente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o valor da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ incidir juros moratÃ³rios e atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria; juros contados a partir da citaÃ§Ã£o e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria sobre cada parcela remuneratÃ³ria, levando-se em conta a data em que deveriam ter sido pagas, observadas as regras e os Ã-ndices da Lei Federal 9.494/97. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INDEFIRO, pelos motivos jÃ¡ expostos, os pedidos de adicional de insalubridade, indenizaÃ§Ã£o por danos morais e indenizaÃ§Ã£o por danos emergentes pela contrataÃ§Ã£o de advogado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O quantum da condenaÃ§Ã£o deverÃ¡ ser apurado em liquidaÃ§Ã£o de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas judiciais, ante a gratuidade processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a sucumbÃªncia mÃ-nima da Requerente, em termos de proveito econÃ´mico obtido na presente aÃ§Ã£o, CONDENO o Requerido ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, cujo percentual serÃ¡ definido quando for liquidado o julgado (art. 85, Â§ 4Âº, inciso II, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 16 de novembro de 2021. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PÃ¡gina de 8 PROCESSO:

00000126120118140002 PROCESSO ANTIGO: 20112000124 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 18/11/2021 VITIMA:L. C. F. F. DENUNCIADO:SERGIO ROBERTO DA SILVA ALMEIDA Representante(s): OAB 4674 - SUZANNE DAS MERCES SIQUEIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:EDIVALDO DOS SANTOS AMORIM Representante(s): OAB 4045 - CLEOCI RODRIGUES SARGES (ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DE ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ Processo 0000012-61.2011.8.14.0002 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡, por intermÃ©dio do seu representante legal na Comarca de AfuÃ¡, ofereceu denÃºncia, no dia 17/01/2011, em desfavor de SÃRGIO ROBERTO DA SILVA ALMEIDA e EDIVALDO DOS SANTOS AMORIM (Â¿GITOÂ¿), ambos qualificados nos autos, imputando-lhes a prÃ¡tica do crime de homicÃ-dio qualificado da vÃ-tima LUIZ CARLOS FERREIRA FURTADO, ocorrido no dia 18/09/2010, nesta cidade de AfuÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida no dia 19/01/2011 (fls. 43-44). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os acusados nÃ£o foram localizados para citaÃ§Ã£o pessoal, razÃ£o pela qual foram citados por edital. NÃ£o compareceram nem constituÃ-ram advogado para promover a defesa. O processo e o curso do prazo prescricional foram suspensos por forÃ§a da DecisÃ£o de fl. 65. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi decretada a prisÃ£o preventiva dos acusados (fls. 43-44 e 65). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido longo prazo sem andamento processual exitoso, a autoridade policial comunicou o cumprimento do mandado de prisÃ£o preventiva do acusado EDIVALDO DOS SANTOS AMORIM (fl. 127). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em peticionamento de fls. 132-141, a defesa de EDIVALDO DOS SANTOS AMORIM formulou pleito liberatÃ³rio em favor do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instado, o MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou pelo deferimento do pleito (fl. 143), o que foi acolhido por este juÃ-zo, ocasiÃ£o em que foi determinada a revogaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva de EDIVALDO DOS SANTOS AMORIM, sendo-lhe concedida a liberdade provisÃ³ria (fls. 144-144v). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em peticionamento de fls. 145-151, a defesa de SÃRGIO ROBERTO DA SILVA ALMEIDA formulou pedido de revogaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva decretada em 19/01/2011, alegando as condiÃ§Ãµes benÃ©ficas do agente, bem como que o acusado nÃ£o tinha conhecimento da presente aÃ§Ã£o penal, em virtude do cadastramento equivocado do nome da parte (SÃ©rgio Roberto Furtado), o que impossibilitou que este (o acusado) tomasse ciÃªncia da existÃªncia do processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instado, o MinistÃ©rio PÃºblico pugnou pela manutenÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva do acusado, considerando que nenhum fundamento foi apresentado de que nÃ£o estariam mais presentes os requisitos que autorizaram a referida medida cautelar em desfavor do acusado, bem como que os requisitos subjetivos alegados nÃ£o sÃ£o suficientes para a concessÃ£o da liberdade provisÃ³ria do acusado (fls. 160-160v). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobreveio, no dia 08/11/2021, Ã s 14h37min, notÃ-cia de que o nacional SÃRGIO ROBERTO DA SILVA deu entrada no Instituto de AdministraÃ§Ã£o PenitenciÃ¡ria do AmapÃ¡ - IAPEN, no dia 06/11/2021, em cumprimento ao mandado de prisÃ£o preventiva expedido nestes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram-me os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando detidamente os autos, verifico que o acusado, desde a decretaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva expedida no dia 19/01/2011, somente foi capturado no dia 06/11/2021, isto Ã©, aproximadamente 10 (dez) anos apÃ³s a ordem expedida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, nÃ£o merece prosperar a alegaÃ§Ã£o da defesa de que o acusado nÃ£o tinha conhecimento da existÃªncia da aÃ§Ã£o penal. Isto porque, consoante declaraÃ§Ãµes das testemunhas em sede policial, hÃ¡ indÃ-cios suficientes de autoria e tambÃ©m de materialidade do crime (apreensÃ£o da arma branca utilizada para ceifar a vida da vÃ-tima), o que por Ã³bvio ensejou a investigaÃ§Ã£o/apuraÃ§Ã£o administrativa (instauraÃ§Ã£o de inquÃ©rito policial) e judicial (aÃ§Ã£o penal). Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, em que pese a alegaÃ§Ã£o da defesa de equÃ-voco na grafia do nome do acusado, o erro foi devidamente retificado, em 2015, em cumprimento Ã ordem de fl. 103. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, reforÃ§o que o mandado de prisÃ£o preventiva em desfavor do acusado ficou em aberto por aproximadamente 10 (dez) anos, em razÃ£o da nÃ£o localizaÃ§Ã£o do agente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, em que pese a apresentaÃ§Ã£o do pleito liberatÃ³rio, o acusado, embora ciente da aÃ§Ã£o penal em seu desfavor, nÃ£o se apresentou espontaneamente Ã s autoridades competentes, o que me leva a crer que o rÃ©u SÃRGIO ROBERTO DA SILVA ALMEIDA estava a se furtar da aplicaÃ§Ã£o da lei penal, desde a data do fato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o artigo 316 do CÃ³digo de Processo Penal (CPP), o juiz poderÃ¡ revogar a prisÃ£o preventiva se, no curso do processo, verificar a falta de motivo para que ela subsista. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuida-se de aplicaÃ§Ã£o da clÃ¡usula rebus sic stantibus, que traduz a possibilidade de revogaÃ§Ã£o da medida constritiva, havendo mudanÃ§a do quadro fÃ¡tico-processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelas circunstÃ¢ncias delineadas, o presente pleito nÃ£o merece acolhida, considerando que o rÃ©u esteve foragido por aproximadamente 10 (dez) anos, somado ao fato de nÃ£o ter havido mudanÃ§a no panorama processual, estando o feito em sua fase embrionÃ¡ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â

Â Ademais, o peticionamento nÃ£o traz nenhum elemento novo, apto a modificar a situaÃ§Ã£o fÃ¡tica e processual em epÃ-grafe, de maneira que as argumentaÃ§Ãµes coligidas traduzem mera retÃ³rica defensiva, que a meu ver nÃ£o afastam os fundamentos da segregaÃ§Ã£o cautelar, ao menos nesse momento processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como se sabe, eventuais condiÃ§Ãµes subjetivas favorÃ¡veis do requerente, isoladamente, nÃ£o obstam Ã prisÃ£o cautelar, quando as circunstÃ¢ncias do caso demonstram a necessidade da custÃ³dia provisÃ³ria, como Ã© o caso dos presentes autos, cujo modus operandi empregado para a prÃ¡tica do ato delituoso autentica a gravidade concreta do crime e a possÃ-vel periculosidade social do agente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De mais a mais, levo em consideraÃ§Ã£o a natureza e as circunstÃ¢ncias do crime imputado ao requerente, para o fim de manter a sua custÃ³dia cautelar, com vistas a salvaguardar a ordem pÃºblica, a instruÃ§Ã£o processual e, especialmente, a futura aplicaÃ§Ã£o da lei penal, ficando assegurada nova avaliaÃ§Ã£o do pedido por ocasiÃ£o da audiÃªncia instrutÃ³ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo exposto, INDEFIRO o pleito liberatÃ³rio e MANTENHO a prisÃ£o preventiva de SÃRGIO ROBERTO DA SILVA ALMEIDA, em todos os seus termos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIMEM-SE a parte e sua advogada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CÃPIA DESTA DECISÃO SERVIRÃ COMO OFÃCIO/MANDADO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto ao trÂ¢mite processual: Â Â Â Â Â Â Â Â Â DETERMINO Ã Secretaria Judicial que expeÃ§a mandado de citaÃ§Ã£o pessoal em nome do acusado, para o fim de evitar possÃ-veis nulidades processuais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seguida, INTIME-SE a advogada do acusado, para apresentaÃ§Ã£o de resposta escrita no prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM-ME os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios, inclusive carta precatÃ³ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 18 de novembro de 2021. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00001376320108140002 PROCESSO ANTIGO: 201020001008 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:ISMAEL CARLOS ALMEIDA DA SILVA VITIMA:A. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â DESIGNO o dia 08/02/2022, Ã s 10h00, para realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em regra, o ato serÃ¡ realizado de forma presencial ou hÃ-brida na Sala de AudiÃªncias do FÃ³rum da Comarca de AfuÃ¡. Excepcionalmente, serÃ¡ realizado de forma virtual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os participantes deverÃ£o comparecer ao FÃ³rum usando mÃ¡scara e obedecer ao protocolo de seguranÃ§a sanitÃ¡ria vigente, como forma de evitar a proliferaÃ§Ã£o de COVID-19. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIMEM-SE: acusado(a/os); advogado(a/os); testemunha(s), quando houver e for necessÃ¡ria a oitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, expedindo o necessÃ¡rio, ficando facultada Ã Secretaria Judicial a prÃ¡tica de outras providÃªncias que se fizerem necessÃ¡rias para a concretizaÃ§Ã£o do ato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), data registrada no sistema. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00002818520208140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:ALDO DA SILVA REIS Representante(s): OAB 2260 - DORIEDSON MARQUES COSTA (ADVOGADO) DENUNCIADO:GERSON LACERDA LOBATO Representante(s): OAB 2260 - DORIEDSON MARQUES COSTA (ADVOGADO) VITIMA:M. T. C. VITIMA:E. S. V. VITIMA:I. C. C. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ TERMO DE AUDIÊNCIA INSTRUTÃRIA Processo 0000281-85.2020.8.14.0002 Â Â Â Â Â Â Â Â Â No dia 18 de novembro de 2021, na Sala de AudiÃªncias do FÃ³rum da Comarca de AfuÃ¡, Estado do ParÃ¡, presente o Dr. ERICK COSTA FIGUEIRA, MM. Juiz de Direito Titular desta Comarca, juntamente comigo, SecretÃ¡rio de AudiÃªncias ad hoc, adiante declarado. Feito o pregÃ£o de praxe, responderam presente: Promotor de JustiÃ§a ADONIS TENÃRIO CAVALCANTI; Acusados ALDO DA SILVA REIS e GERSON LACERDA LOBATO; Advogado DORIEDSON MARQUES COSTA, OAB/AP 2260; VÃ-timas MARCILENE TENÃRIO DA CONCEIÃÃO, ELESSANDRA SILVA VAZ e IRIANE CAMPOS CONCEIÃÃO; Testemunhas DELCIANE CAMPOS FERREIRA, RODRIGO TENÃRIO BATISTA e JOSÃ WALBER MESQUITA PACHECO. Ausentes as testemunhas de defesa DINELMA PEDRADA PEREIRA, ELIELSON DE SOUZA DA COSTA, ROGÃRIO VAZ DA SILVA, EDNA MARIA SANTO GEMAQUE, JEAN COSTA PELAES, ELINETE DE SOUZA DA COSTA, HELOANA LOPES DA COSTA e LAURINETE COSTA ALMEIDA. Iniciada a audiÃªncia, passou-se a tomar as declaraÃ§Ãµes das VÃ-timas MARCILENE TENÃRIO DA CONCEIÃÃO, ELESSANDRA SILVA VAZ e IRIANE CAMPOS CONCEIÃÃO. Em seguida, passou-se a ouvir as testemunhas DELCIANE CAMPOS FERREIRA e JOSÃ WALBER MESQUITA PACHECO, que foram compromissadas e advertidas das penas do crime de falso testemunho (art. 342, CP). A testemunha RODRIGO TENÃRIO BATISTA foi ouvida como informante. Instada, a defesa insistiu

na oitiva das testemunhas faltantes, o que foi de pronto deferido pelo MM. Juiz. Tais as circunstÃ¢ncias, e considerando a impossibilidade de continuar a presente audiÃªncia, o MM. Juiz proferiu a seguinte DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 1) DESIGNO audiÃªncia em continuaÃ§Ã£o para o dia 09/02/2022, Ã s 09h00; 2) INTIMEM-SE os acusados ALDO DA SILVA REIS e GERSON LACERDA LOBATO; o Advogado DORIEDSON MARQUES COSTA; bem com as testemunhas DINELMA PEDRADA PEREIRA, ELIELSON DE SOUZA DA COSTA, ROGÃRIO VAZ DA SILVA, EDNA MARIA SANTO GEMAQUE, JEAN COSTA PELAES, ELINETE DE SOUZA DA COSTA, HELOANA LOPES DA COSTA e LAURINETE COSTA ALMEIDA; 3) CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico; 4) OFICIE-SE, Â¿de ordemÂ¿, Ã SecretÃ¡ria Municipal de EducaÃ§Ã£o, requisitando informaÃ§Ãµes e o envio de cÃ³pia do processo administrativo instaurado contra os professores Aldo da Silva Reis e Gerson Lacerda Lobato, ora acusados, para apurar os fatos narrados nestes autos, em prazo nÃ£o superior a 30 (trinta) dias; 5) CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Assinatura dispensada. Foi utilizada a Plataforma Teams para realizaÃ§Ã£o desta videoaudiÃªncia. Nada mais havendo, foi lavrado o presente termo por mim, Ruberlon GuimarÃ£es Pantoja, SecretÃ¡rio de AudiÃªncias Â¿ad hocÂ¿. PROCESSO: 00004429520208140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:LUENDRO DE CASTRO DUARTE VITIMA:A. L. C. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ TERMO DE AUDIÃNCIA INSTRUTÃRIA Processo 0000442-95.2020.8.14.0002 Â Â Â Â Â Â Â Â Â No dia 17 de novembro de 2021, na Sala de AudiÃªncias do FÃ³rum da Comarca de AfuÃ¡, Estado do ParÃ¡, presente o Dr. ERICK COSTA FIGUEIRA, MM. Juiz de Direito Titular desta Comarca, juntamente comigo, SecretÃ¡rio de AudiÃªncias ad hoc, adiante declarado. Feito o pregÃ£o de praxe, responderam presente: Promotor de JustiÃ§a ADONIS TENÃRIO CAVALCANTI; Acusado LUENDRO DE CASTRO DUARTE; Advogado ALEXANDRE VILLACORTA PAUXIS, OAB/AP 1730; VÃ-tima ALICE LOUREIRO DE CASTRO; Testemunhas NAYARA CAROLINE SALOMÃO MONTENEGRO SOUZA, ROBERTA CAROLINE SÃ ZANINI, TÃNIA BATISTA DOS SANTOS e NILDO DE ALMEIDA DUARTE. Iniciada a audiÃªncia, passou-se a tomar as declaraÃ§Ãµes da VÃ-tima ALICE LOUREIRO DE CASTRO. Logo apÃ³s, foi detectado problema tÃ©cnico na conexÃ£o com a internet, que impossibilitou a continuaÃ§Ã£o da presente videoaudiÃªncia. Tais as circunstÃ¢ncias, o MM. Juiz proferiu a seguinte DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 1) DESIGNO audiÃªncia em continuaÃ§Ã£o para o dia 09/02/2022, Ã s 11h00; 2) INTIMEM-SE o acusado e seu patrono, bem com as testemunhas NAYARA CAROLINE SALOMÃO MONTENEGRO SOUZA, ROBERTA CAROLINE SÃ ZANINI, TÃNIA BATISTA DOS SANTOS e NILDO DE ALMEIDA DUARTE; 3) INTIME-SE, na qualidade de Testemunha do JuÃ-zo, a PsicÃ³loga CLÃUDIA HENRIQUE DA SILVA, que trabalha no CREAS deste municÃ-pio; 4) CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico; 5) CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Assinatura dispensada. Foi utilizada a Plataforma Teams para realizaÃ§Ã£o desta videoaudiÃªncia. Nada mais havendo, foi lavrado o presente termo por mim, Ruberlon GuimarÃ£es Pantoja, SecretÃ¡rio de AudiÃªncias Â¿ad hocÂ¿. PROCESSO: 00010442320198140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:DALMIR DE ALMEIDA PUREZA Representante(s): OAB 0846 - JORDEL FARIAS DE MELO (ADVOGADO) VITIMA:G. C. S. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â DESIGNO o dia 08/02/2022, Ã s 13h00, para realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em regra, o ato serÃ¡ realizado de forma presencial ou hÃ-brida na Sala de AudiÃªncias do FÃ³rum da Comarca de AfuÃ¡. Excepcionalmente, serÃ¡ realizado de forma virtual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os participantes deverÃ£o comparecer ao FÃ³rum usando mÃ¡scara e obedecer ao protocolo de seguranÃ§a sanitÃ¡ria vigente, como forma de evitar a proliferaÃ§Ã£o de COVID-19. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIMEM-SE: acusado(a/os); advogado(a/os); testemunha(s), quando houver e for necessÃ¡ria a oitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, expedindo o necessÃ¡rio, ficando facultada Ã Secretaria Judicial a prÃ¡tica de outras providÃªncias que se fizerem necessÃ¡rias para a concretizaÃ§Ã£o do ato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), data registrada no sistema. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00018027020178140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:DAILTON DOS SANTOS MONTE Representante(s): OAB 4045 - CLEOCI RODRIGUES SARGES (DEFENSOR DATIVO) DENUNCIADO:FLAVIO GOMES DIAS Representante(s): OAB 4045 - CLEOCI RODRIGUES SARGES (DEFENSOR DATIVO) DENUNCIADO:ALDENIR GOMES DIAS Representante(s): OAB 4045 - CLEOCI RODRIGUES SARGES (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:I. P. DENUNCIADO:JALON SILVA DOS SANTOS

Representante(s): OAB 4045 - CLEOCI RODRIGUES SARGES (DEFENSOR DATIVO) DENUNCIADO:MARCELO LIMA DE MORAES Representante(s): OAB 0846 - JORDEL FARIAS DE MELO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â DESIGNO o dia 09/02/2022, Ã s 13h00, para realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em regra, o ato serÃ¡ realizado de forma presencial ou hÃ-brida na Sala de AudiÃªncias do FÃ³rum da Comarca de AfuÃ¡. Excepcionalmente, serÃ¡ realizado de forma virtual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os participantes deverÃ£o comparecer ao FÃ³rum usando mÃ¡scara e obedecer ao protocolo de seguranÃ§a sanitÃ¡ria vigente, como forma de evitar a proliferaÃ§Ã£o de COVID-19. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIMEM-SE: acusado(a/os); advogado(a/os); testemunha(s), quando houver e for necessÃ¡ria a oitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, expedindo o necessÃ¡rio, ficando facultada Ã Secretaria Judicial a prÃ¡tica de outras providÃªncias que se fizerem necessÃ¡rias para a concretizaÃ§Ã£o do ato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), data registrada no sistema. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00037461520148140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:JOCIMAR MARTINS DA SILVA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) VITIMA:C. V. R. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â DESIGNO o dia 10/02/2022, Ã s 11h00, para realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em regra, o ato serÃ¡ realizado de forma presencial ou hÃ-brida na Sala de AudiÃªncias do FÃ³rum da Comarca de AfuÃ¡. Excepcionalmente, serÃ¡ realizado de forma virtual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os participantes deverÃ£o comparecer ao FÃ³rum usando mÃ¡scara e obedecer ao protocolo de seguranÃ§a sanitÃ¡ria vigente, como forma de evitar a proliferaÃ§Ã£o de COVID-19. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIMEM-SE: acusado(a/os); advogado(a/os); testemunha(s), quando houver e for necessÃ¡ria a oitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, expedindo o necessÃ¡rio, ficando facultada Ã Secretaria Judicial a prÃ¡tica de outras providÃªncias que se fizerem necessÃ¡rias para a concretizaÃ§Ã£o do ato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), data registrada no sistema. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00039254620148140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:R. P. P. DENUNCIADO:FRANCISCO FERREIRA DOS SANTOS Representante(s): OAB 4045 - CLEOCI RODRIGUES SARGES (ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â DESIGNO o dia 10/02/2022, Ã s 13h00, para realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em regra, o ato serÃ¡ realizado de forma presencial ou hÃ-brida na Sala de AudiÃªncias do FÃ³rum da Comarca de AfuÃ¡. Excepcionalmente, serÃ¡ realizado de forma virtual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os participantes deverÃ£o comparecer ao FÃ³rum usando mÃ¡scara e obedecer ao protocolo de seguranÃ§a sanitÃ¡ria vigente, como forma de evitar a proliferaÃ§Ã£o de COVID-19. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIMEM-SE: acusado(a/os); advogado(a/os); testemunha(s), quando houver e for necessÃ¡ria a oitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, expedindo o necessÃ¡rio, ficando facultada Ã Secretaria Judicial a prÃ¡tica de outras providÃªncias que se fizerem necessÃ¡rias para a concretizaÃ§Ã£o do ato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), data registrada no sistema. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00045662920178140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:JOAO NILSON PANTOJA DE AQUINO Representante(s): OAB 3164 - RUANA FERREIRA DOS SANTOS (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:G. L. S. S. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â DESIGNO o dia 08/02/2022, Ã s 11h00, para realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em regra, o ato serÃ¡ realizado de forma presencial ou hÃ-brida na Sala de AudiÃªncias do FÃ³rum da Comarca de AfuÃ¡. Excepcionalmente, serÃ¡ realizado de forma virtual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os participantes deverÃ£o comparecer ao FÃ³rum usando mÃ¡scara e obedecer ao protocolo de seguranÃ§a sanitÃ¡ria vigente, como forma de evitar a proliferaÃ§Ã£o de COVID-19. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIMEM-SE: acusado(a/os); advogado(a/os); testemunha(s), quando houver e for necessÃ¡ria a oitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, expedindo o necessÃ¡rio, ficando facultada Ã Secretaria Judicial a prÃ¡tica de outras providÃªncias que se fizerem necessÃ¡rias para a concretizaÃ§Ã£o do ato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), data registrada no sistema. -

Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00050655220138140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:MARLUCIO FERREIRA DE SOUZA Representante(s): OAB 3164 - RUANA FERREIRA DOS SANTOS (ADVOGADO) VITIMA:L. S. S. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â DESIGNO o dia 08/02/2022, Ãs 09h00, para realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em regra, o ato serÃ¡ realizado de forma presencial ou hÃ-brida na Sala de AudiÃªncias do FÃ³rum da Comarca de AfuÃ¡. Excepcionalmente, serÃ¡ realizado de forma virtual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os participantes deverÃ£o comparecer ao FÃ³rum usando mÃ¡scara e obedecer ao protocolo de seguranÃ§a sanitÃ¡ria vigente, como forma de evitar a proliferaÃ§Ã£o de COVID-19. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIMEM-SE: acusado(a/os); advogado(a/os); testemunha(s), quando houver e for necessÃ¡ria a oitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, expedindo o necessÃ¡rio, ficando facultada Ã Secretaria Judicial a prÃ¡tica de outras providÊncias que se fizerem necessÃ¡rias para a concretizaÃ§Ã£o do ato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), data registrada no sistema. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00000126120118140002 PROCESSO ANTIGO: 201120000124 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARTHUR SANTOS DIAS DE LACERDA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 19/11/2021 VITIMA:L. C. F. F. DENUNCIADO:SERGIO ROBERTO DA SILVA ALMEIDA Representante(s): OAB 4674 - SUZANNE DAS MERCES SIQUEIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:EDIVALDO DOS SANTOS AMORIM Representante(s): OAB 4045 - CLEOCI RODRIGUES SARGES (ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DE ESTADO DO PARA. ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em observÃ¢ncia ao Provimento nÂ° 006/2006 da CJRMB e por ordem do Exmo. Sr. Dr. Erick Costa Figueira, Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ (PA), 1) REITERO e intimo a advogada do rÃ©u Edivaldo dos Santos Amorim, Dra. CLEOCI RODRIGUES SARGES, OAB/AP nÂº 4045; e 2) intimo a advogada do rÃ©u SÃ©rgio Roberto da Silva Almeida, Dra. SUZANNE DAS MERCÃS SIQUEIRA, para apresentarem resposta a acusaÃ§Ã£o, no prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 19 de novembro de 2021. Arthur Santos Dias de Lacerda Diretor de Secretaria CERTIDÃO DE PUBLICAÃÃO NO DJE/PA Certifico que o presente ato foi publicado no DJE/PA, do dia ____/____/2021, EdiÃ§Ã£o n.Âº_____ / 2021. AfuÃ¡ ___/___/ 2021. Assinatura do servidor PROCESSO: 00002420620118140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Inquérito Policial em: VITIMA: E. S. S. B. VITIMA: F. S. B. DENUNCIADO: J. A. A. B. Representante(s): OAB 0428 - IDELFONSO PANTOJA DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 846-ap - JORDEL FARIAS DE MELO (ADVOGADO) OAB 2848 - JOSE REINALDO SOARES (ADVOGADO) VITIMA: O. S. B. PROCESSO: 00034248720178140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: AUTOR: M. P. E. P. DENUNCIADO: S. M. L. M. VITIMA: M. E. L. O. DENUNCIADO: J. D. R. Representante(s): OAB 2615 - MARCELO COSTA DE OLIVEIRA (ADVOGADO)

COMARCA DE NOVA TIMBOTEUA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE NOVA TIMBOTEUA

RESENHA: 18/11/2021 A 18/11/2021 - GABINETE DA VARA UNICA DE NOVA TIMBOTEUA - VARA: VARA UNICA DE NOVA TIMBOTEUA PROCESSO: 00000605520108140034 PROCESSO ANTIGO: 201020000480 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 18/11/2021 VITIMA:A. S. M. DENUNCIADO:ANIBAL CARVALHO DE ASSIS. Autos: 0000060-55.2011.8.14.0034 SENTENÃ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico desta Comarca, com respaldo em InquÃ©rito Policial, ofereceu DenÃºncia contra ANIBAL CARVALHO DE ASSIS, jÃ¡ qualificado nos autos como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do artigo 129, caput, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 9 de novembro de 2010, citado por edital o rÃ©u em 19/10/2011, o feito foi suspenso nos termos do artigo 366 do CPP. Retornou a tramitar em 19/10/2015 e deste entÃ£o nÃ£o consta dos autos nenhuma causa de suspensÃ£o ou interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional, o qual nos termos do artigo 109, inciso V, do CÃ³digo Penal ocorre em 4 anos. Â Diante disto, nos termos dos artigos 61 e 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DO CRIME IMPUTADO A ANIBAL CARVALHO DE ASSIS, determino ainda, o arquivamento do presente feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Nova Timboteua, 18 de novembro de 2021. OMAR JOSÃ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Ãnica da Comarca de Nova Timboteua PROCESSO: 00000637320118140034 PROCESSO ANTIGO: 201120000455 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:JOEL CARLOS DA SILVA ANDRADE. Autos: 0000063-73.2011.8.14.0034 SENTENÃ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico desta Comarca, com respaldo em InquÃ©rito Policial, ofereceu DenÃºncia contra JOEL CARLOS DA SILVA ANDRADE, jÃ¡ qualificado nos autos como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do artigo 309 do CTB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 22 de maio de 2011, citado por edital o rÃ©u em 23/09/2011, o feito foi suspenso nos termos do artigo 366 do CPP. Retornou a tramitar em 23/09/2015 e deste entÃ£o nÃ£o consta dos autos nenhuma causa de suspensÃ£o ou interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional, o qual nos termos do artigo 109, inciso V, do CÃ³digo Penal ocorre em 4 anos. Â Diante disto, nos termos dos artigos 61 e 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DO CRIME IMPUTADO A JOEL CARLOS DA SILVA ANDRADE, determino ainda, o arquivamento do presente feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Nova Timboteua, 18 de novembro de 2021. OMAR JOSÃ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Ãnica da Comarca de Nova Timboteua PROCESSO: 00001038920108140034 PROCESSO ANTIGO: 201020000828 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 18/11/2021 VITIMA:V. N. P. ACUSADO:RAIMUNDO ALMEIDA DA SILVA VITIMA:F. V. S. VITIMA:J. R. X. M. . Autos: 0000103-89.2010.8.14.0034 SENTENÃ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico desta Comarca, com respaldo em InquÃ©rito Policial, ofereceu DenÃºncia contra RAIMUNDO ALMEIDA DA SILVA, jÃ¡ qualificado nos autos como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do artigo 331 do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 12 de maio de 2010, citado por edital o rÃ©u em 21/05/2010, o feito foi suspenso nos termos do artigo 366 do CPP. Retornou a tramitar em 21/05/2014 e deste entÃ£o nÃ£o consta dos autos nenhuma causa de suspensÃ£o ou interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional, o qual nos termos do artigo 109, inciso V, do CÃ³digo Penal ocorre em 4 anos. Â Diante disto, nos termos dos artigos 61 e 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DO CRIME IMPUTADO A RAIMUNDO ALMEIDA DA SILVA, determino ainda, o arquivamento do presente feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Nova Timboteua, 18 de novembro de 2021. OMAR JOSÃ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Ãnica da Comarca de Nova Timboteua PROCESSO: 00001518720068140034 PROCESSO ANTIGO: 200620000808 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI A??o: OUTROS em: 18/11/2021 INDICIADO:A. . Processo: 0000151-87.2006.8.14.0034 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1. Afirma o MinistÃ©rio PÃºblico que o fato narrado nÃ£o se configura em crime, devido a ausÃªncia de tipicidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2. Assiste razÃ£o ao Parquet, em vista disto determino o

arquivamento dos presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3. Abra-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico. Nova Timboteua, 18 de novembro de 2021. OMAR JOSÃ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Ãnica da Comarca de Nova Timboteua PROCESSO: 00002329420108140034 PROCESSO ANTIGO: 201020001595 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 18/11/2021 VITIMA:D. F. Q. AUTOR DO FATO:EDER DE SOUSA CARVALHO. Autos: 0000232-94.2010.8.14.0034 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico desta Comarca, com respaldo em InquÃ©rito Policial, ofereceu DenÃºncia contra EDER DE SOUSA CARVALHO, jÃ¡ qualificado nos autos como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do artigo 129, caput, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 12 de janeiro de 2011, citado por edital o rÃ©u em 14/02/2011, o feito foi suspenso nos termos do artigo 366 do CPP. Retornou a tramitar em 14/02/2015 e deste entÃ£o nÃ£o consta dos autos nenhuma causa de suspensÃ£o ou interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional, o qual nos termos do artigo 109, inciso V, do CÃ³digo Penal ocorre em 4 anos. Â Diante disto, nos termos dos artigos 61 e 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DO CRIME IMPUTADO A EDER DE SOUSA CARVALHO, determino ainda, o arquivamento do presente feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Nova Timboteua, 18 de novembro de 2021. OMAR JOSÃ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Ãnica da Comarca de Nova Timboteua PROCESSO: 00002378720088140034 PROCESSO ANTIGO: 200820001242 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI A??o: Termo Circunstanciado em: 18/11/2021 VITIMA:O. E. AUTOR DO FATO:CLEBSON DA SILVA BARBOSA VITIMA:R. C. S. AUTOR DO FATO:GEORGE FELIPE FRANCO DE LIMA AUTOR DO FATO:ALEX DA COSTA VIANA. Autos: 0000237-87.2008.8.14.0034 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico desta Comarca, com respaldo em InquÃ©rito Policial, ofereceu DenÃºncia contra GEORGE FELIPE FRANCO DE LIMA, ALEX DA COSTA VIANA, CLEBSON DA SILVA BARBOSA, jÃ¡ qualificado nos autos como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do artigo 331, caput, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 5 de novembro de 2010, citado por edital o rÃ©u em 17/10/2011, o feito foi suspenso nos termos do artigo 366 do CPP. Retornou a tramitar em 17/10/2015 e deste entÃ£o nÃ£o consta dos autos nenhuma causa de suspensÃ£o ou interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional, o qual nos termos do artigo 109, inciso V, do CÃ³digo Penal ocorre em 4 anos. Â Diante disto, nos termos dos artigos 61 e 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DO CRIME IMPUTADO A GEORGE FELIPE FRANCO DE LIMA, ALEX DA COSTA VIANA, CLEBSON DA SILVA BARBOSA, determino ainda, o arquivamento do presente feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Nova Timboteua, 18 de novembro de 2021. OMAR JOSÃ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Ãnica da Comarca de Nova Timboteua PROCESSO: 00006254820128140034 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 18/11/2021 ACUSADO:ADENILSON MENDES DOS SANTOS VITIMA:R. F. S. . Processo: 0000625-48.2012.8.14.0034 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1. Em audiÃªncia foi concedido ao rÃ©u o benefÃcio de suspensÃ£o condicional da pena, nos termos do artigo 89 da Lei 9.099/95. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2. O rÃ©u aceitou a proposta, havendo nos autos comprovaÃ§Ã£o do cumprimento do encargo, como bem assinalou a representante do MinistÃ©rio PÃºblico.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3. Considerando jÃ¡ cumprida a suspensÃ£o condicional, devido a lapso temporal, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do fato descrito nos autos atribuÃdo a ADENILSON MENDES DOS SANTOS, nos termos do artigo 89, Â§ 5Âº, da Lei 9.099/95, e que apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta decisÃ£o, seja feito o arquivamento dos presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4. Abra-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico. Nova Timboteua, 18 de novembro de 2021. OMAR JOSÃ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Ãnica da Comarca de Nova Timboteua PROCESSO: 00006462420128140034 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 ACUSADO:CRISTOVAO ARAUJO DA SILVA. Processo: 0000646-24.2012.8.14.0034 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1. Em audiÃªncia foi concedido ao rÃ©u o benefÃcio de suspensÃ£o condicional da pena, nos termos do artigo 89 da Lei 9.099/95. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2. O rÃ©u aceitou a proposta, havendo nos autos comprovaÃ§Ã£o do cumprimento do encargo, como bem assinalou a representante do MinistÃ©rio PÃºblico.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3. Considerando jÃ¡ cumprida a suspensÃ£o condicional, devido a lapso temporal, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do fato descrito nos autos atribuÃdo a CRISTOVÃO ARAUJO DA SILVA, nos termos do artigo 89, Â§ 5Âº, da Lei 9.099/95, e que apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta decisÃ£o, seja feito o arquivamento dos presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â

Â Â Â Â Â Â Â 4. Abra-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico. Nova Timboteua, 18 de novembro de 2021. OMAR JOSÃ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Ãnica da Comarca de Nova Timboteua PROCESSO: 00006615120168140034 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:ANTONIO JERONIMO DE FREITAS VITIMA:F. A. A. S. . Processo: 0000661-51.2016.8.14.0034 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1. Em audiÃªncia foi concedido ao rÃ©u o benefÃ-cio de suspensÃ£o condicional da pena, nos termos do artigo 89 da Lei 9.099/95. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2. O rÃ©u aceitou a proposta, havendo nos autos comprovaÃ§Ã£o do cumprimento do encargo, como bem assinalou a representante do MinistÃ©rio PÃºblico.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3. Considerando jÃ¡ cumprida a suspensÃ£o condicional, devido a lapso temporal, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do fato descrito nos autos atribuÃ-do a ANTONIO JERONIMO DE FREITAS, nos termos do artigo 89, Â§ 5Âº, da Lei 9.099/95, e que apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta decisÃ£o, seja feito o arquivamento dos presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4. Abra-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico. Nova Timboteua, 18 de novembro de 2021. OMAR JOSÃ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Ãnica da Comarca de Nova Timboteua PROCESSO: 00006855020148140034 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:JOSE ELTON LOPES DA SILVA. Processo: 0000685-50.2014.2014.8.14.0034 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1. Em audiÃªncia foi concedido ao rÃ©u o benefÃ-cio de suspensÃ£o condicional da pena, nos termos do artigo 89 da Lei 9.099/95. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2. O rÃ©u aceitou a proposta, havendo nos autos comprovaÃ§Ã£o do cumprimento do encargo, como bem assinalou a representante do MinistÃ©rio PÃºblico.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3. Considerando jÃ¡ cumprida a suspensÃ£o condicional, devido a lapso temporal, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do fato descrito nos autos atribuÃ-do a JOSÃ ELTON LOPES DA SILVA, nos termos do artigo 89, Â§ 5Âº, da Lei 9.099/95, e que apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta decisÃ£o, seja feito o arquivamento dos presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4. Abra-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico. Nova Timboteua, 18 de novembro de 2021. OMAR JOSÃ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Ãnica da Comarca de Nova Timboteua PROCESSO: 00008990720158140034 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:REGINALDO OLIVEIRA GASPAR VITIMA:N. R. O. C. . Processo: 0000899-07.2015.8.14.0034 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico desta Comarca, com respaldo em InquÃ©rito Policial, ofereceu DenÃºncia contra REGINALDO OLIVEIRA GASPAR jÃ¡ qualificado nos autos como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do artigo 155, caput, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Instituto de Pericias do Estado comunicou a morte o rÃ©u (fls. 14/16), tendo o MinistÃ©rio PÃºblico pugnado a extinÃ§Ã£o da punibilidade (fls. 19). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante disto, nos termos dos artigos 61 e 107, inciso I, do CÃ³digo Penal, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DO CRIME IMPUTADO A REGINALDO OLIVEIRA GASPAR, determino ainda, o arquivamento do presente feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abra-se vista ao MinistÃ©rio PÃºblico para ciÃªncia. Nova Timboteua, 18 de novembro de 2021. OMAR JOSÃ MIRANDA CHERPINSKIÂ Juiz de Direito da Vara Ãnica da Comarca de Nova Timboteua PROCESSO: 00026652720178140034 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 REQUERIDO:MUNICIPIO DE NOVA TIMBOTEUA Representante(s): OAB 18779 - THIAGO SOUSA CRUZ (ADVOGADO) OAB 19462 - ALEXANDRE DOS REIS CONCEICAO (ADVOGADO) REQUERIDO:POP SOM S S LTDA ME Representante(s): OAB 18307 - CARLOS FELIPE ALVES GUIMARAES (ADVOGADO) REQUERENTE:NEYLA RAQUEL COSTA MORAES LIMA Representante(s): OAB 21553 - WALDILEIA DO SOCORRO ALVES DA SILVA (ADVOGADO) . DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Considerando o pedido da advogada, bem como a necessidade de readequaÃ§Ã£o da pauta de audiÃªncia. Redesigno para o dia 17/02/2022, Ã s 9 horas para a AudiÃªncia de anteriormente designada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2. Intime-se as partes por meio de seus patronos. 3.Â Â Â Â Â Cabendo as partes apresentarem suas respectivas testemunhas independentemente de intimaÃ§Ã£o, se houver. Â Â Â Nova Timboteua, 18 de novembro de 2021. OMAR JOSÃ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Ãnica da Comarca de Nova Timboteua

Processo n.º 0003504-52.2017.8.14.0034

Autos de: AÇÃO DE COBRANÇA

Requerente: MACIEL SILVA DOS SANTOS

Advogado: GISELE CARVALHO DE ALMEIDA OAB-PA 13.713

Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DEPVAT

ADVOGADO: ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZA OAB-PA 11.307-A

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos do artigo 1º, § 2º, inciso II, do Provimento n. 006/2009-CJCI, fica a autora intimada a se manifestar, por intermédio de seu patrono, no prazo da lei, acerca do depósito efetuado na subconta judicial de fl.131 vinculada ao processo, conforme determinação judicial de fl.138 dos autos. Nova Timboteua, 19 de novembro de 2021. Dione Santa Brigida Silva. Analista Judiciário da Vara Única da Comarca de Nova Timboteua.

COMARCA DE OEIRAS DO PARÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE OEIRAS DO PARÁ

RESENHA: 11/11/2021 A 18/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE OEIRAS DO PARA - VARA: VARA UNICA DE OEIRAS DO PARA PROCESSO: 00002104920188140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIEL PINOS STURTZ A??o: Cumprimento de sentença em: 11/11/2021 REQUERENTE:MARIA CELINA PEREIRA RODRIGUES Representante(s): OAB 21306 - GUSTAVO LIMA BUENO (ADVOGADO) OAB 25044 - MAURICIO LIMA BUENO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PAN Representante(s): OAB 18736 - CELSO ROBERTO DE MIRANDA RIBEIRO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 30348 - JOAO VITOR CHAVES MARQUES DIAS (ADVOGADO) . SENTENÃAÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimou-se o exequente para apresentar a planilha atualizada do dÃ©bito, contudo, nÃ£o o fez, conforme certificado Ã s fls. 75. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram-me conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por nÃ£o ter promovido a diligÃªncia que lhe foi determinada, caracterizou-se o abandono da causa, nos termos do disposto no art. 485, III do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, extingo o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito e assim, o faÃ§o com fulcro no art. 485, III do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas e honorÃ¡rios que vÃ£o fixados em R$1.000,00 (hum mil reais) pelo exequente (art. 90 e 85 do CPC), sob pena de inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa. Â Â Â Â Â NÃ£o recolhidas as custas finais, extraia-se certidÃ£o do valor da dÃ-vida encaminhando-se Ã CoordenaÃ§Ã£o da DÃ-vida Ativa da Secretaria da Fazenda Estadual para inclusÃ£o em dÃ-vida ativa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Serve como mandado/ofÃ-cio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, baixa dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Oeiras do ParÃ¡, 11/11/2021. GABRIEL PINÃS STURTZ Juiz de Direito Titular da Comarca de Oeiras do ParÃ¡ PROCESSO: 00002204020118140036 PROCESSO ANTIGO: 201120001057 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIEL PINOS STURTZ A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 11/11/2021 VITIMA:V. S. DENUNCIADO:DEYWISSON MAGNO DA SILVA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO. Despacho Vistos. Considerando a certidÃ£o de fls. 22/23, dÃª-se vista ao MP para que se manifeste, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca do decurso do prazo prescricional. ApÃ³s, conclusos. Oeiras do ParÃ¡, 11/11/2021. GABRIEL PINÃS STURTZ Juiz de Direito Titular de Oeiras do ParÃ¡ PROCESSO: 00003320920118140036 PROCESSO ANTIGO: 201110002635 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIEL PINOS STURTZ A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERIDO:OSANA GAIA FRANCA NETO REQUERIDO:EDIVAN DA SILVA FRANCA Representante(s): OAB 3027 - MARIA DOS ANJOS REZENDE RIBEIRO (ADVOGADO) REQUERENTE:AMARILDO DE OLIVEIRA MARQUES Representante(s): OAB 00005 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) OAB 20708 - SILAS DE CARVALHO MONTEIRO (ADVOGADO) . SENTENÃA Vistos etc. Trata-se de AÃ§Ã£o de CobranÃ§a promovida pela parte autora em face da requerida, na qual, a autora cobra o dÃ©bito em atraso. Atento Ã certidÃ£o de fls. 127, verifica-se que o exequente nÃ£o se manifestou acerca do determinado Ã s fls. 125. Por isso, restou configurada a satisfaÃ§Ã£o da dÃ-vida. DispÃµe o art. 924 do CPC que a execuÃ§Ã£o se extingue quando o devedor satisfaz a obrigaÃ§Ã£o, devendo, nos termos do art. 925, ser declarada por sentenÃ§a. ANTE O EXPOSTO, nos termos do art. 925 do CÃ³digo de Processo Civil, declaro extinta a execuÃ§Ã£o pelo seu cumprimento e julgo extinto o processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. Intime-se via DJE. ApÃ³s, certificado o trÂ¢nsito em julgado, dÃª-se baixa e arquivem-se, observadas as formalidades legais. Cumpra-se. Oeiras do ParÃ¡, 11/11/2021. GABRIEL PINÃS STURTZ Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica de Oeiras do ParÃ¡ PROCESSO: 00004637620148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) AUTOR:MINISTEERIO PUBLICO ESTADUAL DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) OAB 23281 - DENIEL RUIZ DE MORAES (ADVOGADO) . Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0000463-76.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0000463-76.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo

legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00004637620148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) AUTOR:MINISTEERIO PUBLICO ESTADUAL DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) OAB 23281 - DENIEL RUIZ DE MORAES (ADVOGADO) . Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0000463-76.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0000463-76.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00010612520178140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIEL PINOS STURTZ A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 11/11/2021 VITIMA:J. R. P. DENUNCIADO:MARTINHO RIBEIRO DOS SANTOS. DESPACHO Considerando a necessidade de readequaÃ§Ã£o da pauta, redesigno a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o de julgamento para o dia 09/02/2022 Ã s 13:00 horas. Renovem-se as diligÃªncias necessÃ¡rias para a realizaÃ§Ã£o do ato. P.R.I.C. Oeiras do ParÃ¡, 11/11/2021. GABRIEL PINÃS STURTZ Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00012249720208140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIEL PINOS STURTZ A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 11/11/2021 AUTOR DO FATO:ELIEZER NEVES RODRIGUES VITIMA:E. M. R. B. Representante(s): OAB 19782 - ANTONIO VITOR CARDOSO TOURAO PANTOJA (ADVOGADO) . DECISÃO-MANDADO VISTOS. 1. Trata-se de queixa-crime oferecida por ELY MARCOS RODRIGUES BATISTA em face de ELIEZER NEVES RODRIGUES. 2. Considerando que se trata de delito de menor potencial ofensivo, o procedimento seguirÃ¡ o rito sumarÃ-ssimo (Lei 9.099/95). 3. Designo audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 03/05/2022 Ã s 14 horas. Na oportunidade, serÃ¡ dada a palavra ao defensor para responder Ã acusaÃ§Ã£o, apÃ³s serÃ¡ deliberado sobre o recebimento da queixa; havendo recebimento, serÃ£o ouvidas a vÃ-tima e as testemunhas de acusaÃ§Ã£o e defesa, interrogando-se a seguir o acusado, nos termos do art. 81 da Lei 9099/95. 4. Cite-se o acusado, na forma do art. 66 e 67 da Lei 9099/95, cientificando-o que deverÃ¡ trazer suas testemunhas ou apresentar requerimento para intimaÃ§Ã£o, no mÃ-nimo cinco dias antes de sua realizaÃ§Ã£o, nos termos do art. 78, Â§1Âº da Lei 9099/95. 5. Intime-se o ofendido, nos termos do art. 67 da Lei 9.099/95 (na pessoa do seu advogado constituÃ-do, via DJE). P.R.I.C. Serve como mandado. Oeiras do ParÃ¡, 10/112019. GABRIEL PINÃS STURTZ Juiz de Direito PROCESSO: 00015119420198140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIEL PINOS STURTZ A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 11/11/2021 VITIMA:M. A. S. R. DENUNCIADO:FELIPE DA CRUZ CARVALHO. DESPACHO Considerando a necessidade de readequaÃ§Ã£o da pauta, redesigno a audiÃªncia para o dia 12/07/2022 Ã s 16:00 horas. Renovem-se as diligÃªncias necessÃ¡rias para a realizaÃ§Ã£o do ato. P.R.I.C. Oeiras do ParÃ¡, 11/11/2021. GABRIEL PINÃS STURTZ Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00019250520138140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIEL PINOS STURTZ A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:LEONEL VIANA TELES NETO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:WILSON FONSECA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE OEIRAS DO PARÃ Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o proposta pelo(a) exequente em face do executado. Â Â Â Â Â As partes entabularam acordo e requereram a sua homologaÃ§Ã£o (fls. 57/58). Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â O acordo colacionado aos autos observa as formalidades legais, a saber, os agentes sÃ£o capazes, o objeto Ã© lÃ-cito, possÃ-vel e determinado e a forma nÃ£o Ã© defesa em lei, razÃ£o pela qual o HOMOLOGO para que surta os seus jurÃ-dicos e legais efeitos e, em consequÃªncia, com fulcro no art. 487, III, `bÂ¿ do CPC, julgo extinto o processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, devendo o feito aguardar em secretaria atÃ© o cumprimento integral do acordo, conforme estabelecido. Â Â Â Â Â Isentas as custas remanescentes, com base no art. 90, Â§ 3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Publique. Registre. Intime via DJE. Â Â Â Â Â Oeiras do

ParÃ¡, 11/11/2021. Â Â Â Â Â GABRIEL PINÃS STURTZ Â Â Â Â Â Juiz de Direito FÃ³rum Des. Henrique Jorge Hurley Trav. Veiga Cabral, nÂº 540, centro, tel./fax: (91) 3661 1529, CEP: 68.470-000, Oeiras do ParÃ¡/PA PROCESSO: 00022669420148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. VITIMA:L. C. R. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002266-94.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002266-94.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022669420148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. VITIMA:L. C. R. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002266-94.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002266-94.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022669420148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. VITIMA:L. C. R. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002266-94.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002266-94.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022669420148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS

NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. VITIMA:L. C. R. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002266-94.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002266-94.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022669420148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. VITIMA:L. C. R. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002266-94.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002266-94.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022669420148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. VITIMA:L. C. R. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002266-94.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002266-94.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022669420148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. VITIMA:L. C. R. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002266-94.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002266-94.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022669420148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. VITIMA:L. C. R. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002266-94.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002266-94.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa

Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022841820148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:J. R. C. M. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002284-18.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002284-18.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022841820148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:J. R. C. M. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002284-18.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002284-18.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022841820148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:J. R. C. M. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002284-18.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002284-18.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022841820148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:J. R. C. M. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002284-18.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002284-18.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â

Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022841820148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:J. R. C. M. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002284-18.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002284-18.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022841820148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:J. R. C. M. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002284-18.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002284-18.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022841820148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:J. R. C. M. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002284-18.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002284-18.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022841820148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:J. R. C. M. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002284-18.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002284-18.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022841820148140036 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:J. R. C. M. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002284-18.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002284-18.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022850320148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. A. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002285-03.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002285-03.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022850320148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. A. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002285-03.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002285-03.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022850320148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. A. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002285-03.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002285-03.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022850320148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. A. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002285-03.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo

criminal nÂº 0002285-03.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022850320148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. A. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002285-03.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002285-03.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022850320148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. A. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002285-03.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002285-03.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022850320148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. A. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002285-03.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002285-03.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022850320148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA

DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. A. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002285-03.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002285-03.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022868520148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:C. A. S. S. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002286-85.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002286-85.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022868520148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:C. A. S. S. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002286-85.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002286-85.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022868520148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:C. A. S. S. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002286-85.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002286-85.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022868520148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:C. A. S. S. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002286-85.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002286-85.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa

Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022868520148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:C. A. S. S. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002286-85.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002286-85.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022868520148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:C. A. S. S. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002286-85.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002286-85.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022868520148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:C. A. S. S. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002286-85.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002286-85.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022868520148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:C. A. S. S. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002286-85.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002286-85.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022868520148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021

DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:C. A. S. S. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002286-85.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002286-85.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022877020148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:E. G. M. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002287-70.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002287-70.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022877020148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:E. G. M. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002287-70.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002287-70.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022885520148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:E. S. A. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002288-55.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002288-55.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022885520148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:E. S. A. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002288-55.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo

criminal nÂº 0002288-55.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022885520148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:E. S. A. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002288-55.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002288-55.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022885520148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:E. S. A. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002288-55.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002288-55.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022885520148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:E. S. A. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002288-55.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002288-55.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022885520148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA

DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:E. S. A. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002288-55.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002288-55.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022885520148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:E. S. A. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002288-55.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002288-55.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00022885520148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:E. S. A. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002288-55.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002288-55.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00023040920148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:J. S. A. E. A. VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002304-09.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002304-09.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00023040920148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:J. S. A. E. A. VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002304-09.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002304-

09.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00023040920148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:J. S. A. E. A. VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002304-09.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002304-09.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00023040920148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:J. S. A. E. A. VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002304-09.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002304-09.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00023040920148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:J. S. A. E. A. VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002304-09.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002304-09.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00023040920148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:J. S. A. E. A. VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002304-09.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002304-09.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em

consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00023040920148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:J. S. A. E. A. VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002304-09.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002304-09.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00023040920148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:J. S. A. E. A. VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002304-09.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002304-09.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00023040920148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:J. S. A. E. A. VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002304-09.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002304-09.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00023059120148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:K. C. M. VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002305-91.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002305-91.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684

Â PROCESSO: 00023059120148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:K. C. M. VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002305-91.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002305-91.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684

Â PROCESSO: 00023059120148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:K. C. M. VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002305-91.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002305-91.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684

Â PROCESSO: 00023059120148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:K. C. M. VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002305-91.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002305-91.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684

Â PROCESSO: 00023059120148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:K. C. M. VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002305-91.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002305-91.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684

Â PROCESSO: 00023059120148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA

RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:K. C. M. VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002305-91.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002305-91.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00023059120148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:K. C. M. VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002305-91.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002305-91.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00023059120148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:K. C. M. VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002305-91.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002305-91.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00023059120148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:K. C. M. VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002305-91.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002305-91.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00023067620148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS

NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:S. M. P. VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002306-76.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002306-76.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00023067620148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:S. M. P. VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002306-76.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002306-76.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00023067620148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:S. M. P. VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002306-76.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002306-76.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00023067620148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:S. M. P. VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002306-76.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002306-76.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00023067620148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA

(ADVOGADO) VITIMA:S. M. P. VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002306-76.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002306-76.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00023067620148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:S. M. P. VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002306-76.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002306-76.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00023067620148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:S. M. P. VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002306-76.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002306-76.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00023067620148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:S. M. P. VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002306-76.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002306-76.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00023067620148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:S. M. P. VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO

ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002306-76.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002306-76.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00023647920148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:J. O. S. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002364-79.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002364-79.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00023647920148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:J. O. S. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002364-79.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002364-79.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00023647920148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:J. O. S. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002364-79.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002364-79.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00023647920148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:J. O. S. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002364-79.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002364-79.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa

ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00023647920148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:J. O. S. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002364-79.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002364-79.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00023647920148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:J. O. S. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002364-79.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002364-79.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00023647920148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:J. O. S. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002364-79.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002364-79.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00023647920148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:J. O. S. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002364-79.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002364-79.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI

c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00023647920148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:J. O. S. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002364-79.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002364-79.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00024046120148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. VITIMA:I. S. G. DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) AUTOR REU:MINISTEERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002404-61.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002404-61.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00024046120148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. VITIMA:I. S. G. DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) AUTOR REU:MINISTEERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002404-61.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002404-61.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00024046120148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. VITIMA:I. S. G. DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) AUTOR REU:MINISTEERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002404-61.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002404-61.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00024046120148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021

VITIMA:A. C. O. E. VITIMA:I. S. G. DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) AUTOR REU:MINISTEERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002404-61.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002404-61.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00024046120148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. VITIMA:I. S. G. DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) AUTOR REU:MINISTEERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002404-61.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002404-61.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00024046120148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. VITIMA:I. S. G. DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) AUTOR REU:MINISTEERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002404-61.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002404-61.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00024046120148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. VITIMA:I. S. G. DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) AUTOR REU:MINISTEERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002404-61.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002404-61.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00024046120148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. VITIMA:I. S. G. DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) AUTOR REU:MINISTEERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002404-61.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº

0002404-61.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00024046120148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. VITIMA:I. S. G. DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) AUTOR REU:MINISTEERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002404-61.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002404-61.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00027050820148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:A. R. P. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002705-08.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002705-08.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00027050820148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:A. R. P. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002705-08.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002705-08.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00027050820148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:A. R. P. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002705-08.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002705-08.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00027050820148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A):

MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:A. R. P. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002705-08.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002705-08.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00027050820148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:A. R. P. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002705-08.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002705-08.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00027050820148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:A. R. P. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002705-08.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002705-08.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00027050820148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:A. R. P. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002705-08.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002705-08.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00027050820148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:A. R. P. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002705-08.2014.8.14.0036

Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002705-08.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00027050820148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:CRISTIANO DIAS TEIXEIRA Representante(s): OAB 14555 - ANTONIO ROSA RAMOS NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:A. R. P. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃssimo Senhor Advogado Dr. ANTÃNIO ROSA RAMOS NETO, OAB/PA NÂº 14.555 Processo nÂº: 0002705-08.2014.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0002705-08.2014.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. AntÃ´nio Rosa Ramos Neto, OAB/PA NÂº 14.555, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃcula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00035662820138140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIEL PINOS STURTZ A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 11/11/2021 DENUNCIADO:MARCIO SANTANA CORREA Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (DEFENSOR DATIVO) DENUNCIADO:MAICON SANTANA CORREA Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO DATIVO) AUTOR:MINISTEERIO PUBLICO ESTADUAL. DESPACHO Considerando a necessidade de readequaÃ§Ã£o da pauta, redesigno a audiÃªncia para o dia 13/07/2022 Ã s 09:00 horas. Renovem-se as diligÃªncias necessÃ¡rias para a realizaÃ§Ã£o do ato. P.R.I.C. Oeiras do ParÃ¡, 11/11/2021. GABRIEL PINÃS STURTZ Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00038771420168140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIEL PINOS STURTZ A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:THAYLA PEREIRA DOS SANTOS Representante(s): OAB 3027 - MARIA DOS ANJOS REZENDE RIBEIRO (ADVOGADO) VITIMA:J. T. C. . Despacho Vistos. A rÃ© foi intimada da sentenÃ§a e manifestou o seu desejo em apelar, conforme certidÃ£o de fls. 28. Tendo em vista que a Comarca de Oeiras do ParÃ¡ nÃ£o possui Defensor PÃºblico; considerando o teor do OfÃcio n. 124/2021-DP/DI/Coord.Criminal, o qual informa que o nÃºcleo da Defensoria PÃºblica responsÃ¡vel pelas comarcas do interior sÃ³ atuarÃ¡ nos processos de rÃ©us presos e; em atendimento ao contido na parte final da decisÃ£o/ofÃcio nÂº 5281/2017-CJCI, da lavra da Exma. Sra. Desa. Vania Valente Bitar, Corregedora de JustiÃ§a das Comarcas do Interior, nomeio a Dra. Maria dos Anjos Santos Rezende, OAB/PA 3.027, para atuar no presente feito como advogada dativa e apresentar as razÃµes do recurso, ante a ausÃªncia/negativa da Defensoria PÃºblica. Para tanto, fixo desde jÃ¡ a quantia de R$500,00 (quinhentos reais) Ã tÃtulo de honorÃ¡rios advocatÃcios, competindo ao ESTADO DO PARÃ a responsabilidade pelo pagamento, servindo o presente como tÃtulo executivo. Oeiras do ParÃ¡, 11/11/2021. GABRIEL PINÃS STURTZ Juiz de Direito Titular de Oeiras do ParÃ¡ PROCESSO: 00039091420198140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIEL PINOS STURTZ A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:MAIANE RODRIGUES SANTANA Representante(s): OAB 25975-B - NELSON MOLINA PORTO JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. Despacho Vistos. 1. Recebo o recurso de apelaÃ§Ã£o interposto Ã s fls. 91/92 em seu duplo efeito, independentemente do juÃzo de admissibilidade, nos termos do art. 1.010, Â§3Âº e 1.012 do CÃ³digo de Processo Civil. 2. Considerando que o recurso jÃ¡ fora contrarrazoado, conforme certidÃ£o de fls. 102, remetam-se os autos ao Tribunal Regional Federal da 1Âª RegiÃ£o, nos termos do art. 1.010, Â§3Âº do CÃ³digo de Processo Civil. 3. Cumpra-se. Oeiras do ParÃ¡, 11/11/2021. GABRIEL PINÃS STURTZ Juiz de Direito PROCESSO: 00040246920188140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIEL PINOS STURTZ A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 11/11/2021 VITIMA:V. F. C. DENUNCIADO:MAX VIRGOLINO DA SILVA Representante(s): OAB 20708 - SILAS DE CARVALHO MONTEIRO (DEFENSOR DATIVO) TESTEMUNHA:BENEDITO DO SOCORRO GOULART PASSOS. DESPACHO Considerando a necessidade de readequaÃ§Ã£o da pauta, redesigno a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o de julgamento para o dia 12/07/2022 Ã s 14:00 horas. Renovem-se as diligÃªncias necessÃ¡rias para a realizaÃ§Ã£o do ato.

P.R.I.C. Oeiras do ParÃ¡, 11/11/2021. GABRIEL PINÃS STURTZ Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00045434420188140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIEL PINOS STURTZ A??o: Justificação em: 11/11/2021 REQUERENTE:IVONEIDE DO SOCORRO COSTA MAGALHAES Representante(s): OAB 12598 - PAULO HENRIQUE MENEZES CORREA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 12293-A - DANIELLE SOUZA DE AZEVEDO (ADVOGADO) OAB 17258 - CARLA DANIELEN PRESTES GOMES (ADVOGADO) OAB 18863 - ALINE MOURA FERREIRA VEIGA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE OEIRAS DO PARA. Despacho Vistos. Considerando a certidÃ£o de fls. 25, arquivem-se. Oeiras do ParÃ¡, 11/11/2021. GABRIEL PINÃS STURZ Juiz de Direito PROCESSO: 00056525920198140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIEL PINOS STURTZ A??o: Tutela Infância e Juventude em: 11/11/2021 REQUERENTE:BIGAIL GOMES MORAES Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:LUCIANO OLIVEIRA DE MORAES. Intime-se a parte requerente, atravÃ©s de seu advogado, para se manifestar acerca do estudo biopsicossocial constante Ã s fls. 26/28, no prazo de 15 (quinze) dias. DÃª-se vista ao MP. ApÃ³s, conclusos. Oeiras do ParÃ¡, 11/11/2021. GABRIEL PINÃS STURZ Juiz de Direito PROCESSO: 00060207320168140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIEL PINOS STURTZ A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 11/11/2021 DENUNCIADO:ODINEIA ALBUQUERQUE LOPES DENUNCIADO:RAIMUNDA IVETE BARBOSA PUREZA Representante(s): OAB 9459 - MARIA DE NAZARE SILVA DOS SANTOS (ADVOGADO) VITIMA:J. B. A. TESTEMUNHA:ROBSON FERREIRA DE OLIVEIRA. DESPACHO Considerando a necessidade de readequaÃ§Ã£o da pauta, redesigno a audiÃªncia para o dia 12/07/2022 Ã s 15:00 horas. Renovem-se as diligÃªncias necessÃ¡rias para a realizaÃ§Ã£o do ato. P.R.I.C. Oeiras do ParÃ¡, 11/11/2021. GABRIEL PINÃS STURTZ Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00064338120198140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIEL PINOS STURTZ A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 11/11/2021 VITIMA:M. G. S. DENUNCIADO:EDVANDERSON ALVES DOS SANTOS. Despacho Vistos. Acautelem-se os autos em Secretaria atÃ© a finalizaÃ§Ã£o do prazo de 2 (dois) anos de suspensÃ£o, conforme requerido pelo MinistÃ©rio PÃºblico. Decorrido o prazo, dÃª-se vista ao MP para manifestaÃ§Ã£o. Oeiras do ParÃ¡, 09/11/2021. GABRIEL PINÃS STURTZ Juiz de Direito Titular de Oeiras do ParÃ¡ PROCESSO: 00069632220188140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIEL PINOS STURTZ A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 VITIMA:B. G. S. VITIMA:A. B. S. DENUNCIADO:MARCOS SILVA DOS SANTOS Representante(s): OAB 3027 - MARIA DOS ANJOS REZENDE RIBEIRO (ADVOGADO) DENUNCIADO:ROBSON FERREIRA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 3027 - MARIA DOS ANJOS REZENDE RIBEIRO (ADVOGADO) . Despacho Vistos. O rÃ©u MARCOS SILVA DOS SANTOS nÃ£o foi intimado da sentenÃ§a em virtude de encontrar-se custodiado no Centro de RecuperaÃ§Ã£o Regional de Mocajuba, conforme a certidÃ£o de fls. 72 v. Por outro lado, o rÃ©u ROBSON FERREIRA DE OLIVEIRA foi intimado da sentenÃ§a e manifestou o seu desejo em apelar, conforme certidÃ£o de fls. 70 v. Sendo assim, determino: 1-Â Â Â Â Â A intimaÃ§Ã£o do rÃ©u MARCOS SILVA DOS SANTOS no Centro de RecuperaÃ§Ã£o Regional de Mocajuba quanto Ã sentenÃ§a prolatada Ã s fls. 67/69 v; 2- Tendo em vista que a Comarca de Oeiras do ParÃ¡ nÃ£o possui Defensor PÃºblico; considerando o teor do OfÃ-cio n. 124/2021-DP/DI/Coord.Criminal, o qual informa que o nÃºcleo da Defensoria PÃºblica responsÃ¡vel pelas comarcas do interior sÃ³ atuarÃ¡ nos processos de rÃ©us presos e; em atendimento ao contido na parte final da decisÃ£o/ofÃ-cio nÂº 5281/2017-CJCI, da lavra da Exma. Sra. Desa. Vania Valente Bitar, Corregedora de JustiÃ§a das Comarcas do Interior, nomeio a Dra. Maria dos Anjos Santos Rezende, OAB/PA 3.027, para atuar no presente feito como advogada dativa e apresentar as razÃµes do recurso, ante a ausÃªncia/negativa da Defensoria PÃºblica. Para tanto, fixo desde jÃ¡ a quantia de R$500,00 (quinhentos reais) Ã tÃ-tulo de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, competindo ao ESTADO DO PARÃ a responsabilidade pelo pagamento, servindo o presente como tÃ-tulo executivo. Oeiras do ParÃ¡, 11/11/2021. GABRIEL PINÃS STURTZ Juiz de Direito Titular de Oeiras do ParÃ¡ PROCESSO: 00076786420188140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIEL PINOS STURTZ A??o: Execução de Título Judicial em: 11/11/2021 EXEQUENTE:SILAS DE CARVALHO MONTEIRO Representante(s): OAB 20708 - SILAS DE CARVALHO MONTEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÃA Vistos etc. Trata-se de AÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o promovida pela pelo exequente em face do executado, na qual, o executado cobra os honorÃ¡rios de advogado dativo. Compulsando os autos, verifica-se que a executada adimpliu regularmente a dÃ-vida, conforme fls. 44/45. O exequente foi intimado para se manifestar acerca da petiÃ§Ã£o de fls. 44/45, sob pena de ser considerado quitado o dÃ©bito. DispÃµe o art. 924 do CPC que a execuÃ§Ã£o se extingue quando o devedor satisfaz a obrigaÃ§Ã£o, devendo, nos termos do art. 925, ser

declarada por sentenÃ§a. ANTE O EXPOSTO, nos termos do art. 925 do CÃ³digo de Processo Civil, declaro extinta a execuÃ§Ã£o pelo seu cumprimento e julgo extinto o processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. Intime-se via DJE. ApÃ³s, certificado o trÃ¢nsito em julgado, dÃª-se baixa e arquive-se, observadas as formalidades legais. Cumpra-se. Oeiras do ParÃ¡, 11/11/2021. GABRIEL PINÃS STURTZ Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica de Oeiras do ParÃ¡ PROCESSO: 00077739420188140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIEL PINOS STURTZ A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:PATRICIO FREIRE TORRES REQUERIDO:CELINA PANTOJA SANTANA. Despacho Vistos. Atento Ã certidÃ£o de fls. 20, indefiro o pedido de desarquivamento ali constante, uma vez que o dÃ©bito jÃ¡ se encontra inscrito em dÃ-vida ativa, devendo o requerente, para a quitaÃ§Ã£o do dÃ©bito, diligenciar junto Ã SEFA. Nada mais sendo requerido, arquivem-se. Int. Oeiras do ParÃ¡, 11/11/2021. Gabriel PinÃ³s Sturtz Juiz de Direito PROCESSO: 00079104220198140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 MENOR:C. F. P. DENUNCIADO:EDNO PINTO RODRIGUES Representante(s): OAB 23791 - EVERTON BRUNO QUARESMA BATISTA (ADVOGADO) . Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 11 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. EVERTON BRUNO QURESMA BATISTA, OAB/PA NÂº 23.791 Processo nÂº: 0007910-42.2019.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0007910-42.2019.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. Everton Bruno Quaresma Batista, OAB/PA NÂº 23.791, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00292918320168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIEL PINOS STURTZ A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:ELY MARCOS RODRIGUES BATISTA Representante(s): OAB 25402 - LEILA VANIA BASTOS RAIOL (ADVOGADO) OAB 19782 - ANTONIO VITOR CARDOSO TOURAO PANTOJA (ADVOGADO) DENUNCIADO:FERNANDO JESSE RODRIGUES BATISTA Representante(s): OAB 15275 - RODRIGO CHAVES RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 25402 - LEILA VANIA BASTOS RAIOL (ADVOGADO) OAB 19782 - ANTONIO VITOR CARDOSO TOURAO PANTOJA (ADVOGADO) . DESPACHO Considerando a necessidade de readequaÃ§Ã£o da pauta, redesigno a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o de julgamento para o dia 08/02/2022 Ã s 15:00 horas. Renovem-se as diligÃªncias necessÃ¡rias para a realizaÃ§Ã£o do ato. P.R.I.C. Oeiras do ParÃ¡, 11/11/2021. GABRIEL PINÃS STURTZ Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 01022536920158140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/11/2021 DENUNCIADO:NILTON DA SILVA SARGES Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:M. R. O. . Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ OEIRAS DO PARÃ SECRETARIA DA VARA UNICA DE OEIRAS DO PARA 01022536920158140036 20150410062080 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA - DOC: 20150410062080 DECISÃO 1. Presentes as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o e a justa causa para a persecuÃ§Ã£o penal, recebo a denÃºncia em desfavor de NILTON DA SILVA SARGES. 2. Cite(m)-se o(s) acusado(s) para oferecimento de resposta, no prazo de 10(dez) dias, por intermÃ©dio de advogado. 3. Transcorrido o prazo sem manifestaÃ§Ã£o, nomeio desde jÃ¡ o Dr. SAMUEL GOMES DA SILVA, para fazÃª-lo no decÃªndio legal, na condiÃ§Ã£o de defensor(a) dativo(a). 4. Sem prejuÃ-zo das diligÃªncias acima, designo desde jÃ¡ audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 02/02/2016, Ã s 08:30 horas. 5. Intimem-se o(s) acusado(s) e seu(s) advogado(s), bem como as testemunhas arroladas pela acusaÃ§Ã£o e aquelas por ventura indicadas pela defesa, procedendo-se Ã requisiÃ§Ã£o, se necessÃ¡rio. Cientifiquem-se as testemunhas de que a ausÃªncia injustificada importa conduÃ§Ã£o coercitiva, imposiÃ§Ã£o de multa, sem prejuÃ-zo da responsabilidade criminal. 6. Certifiquem-se os antecedentes. 7. CiÃªncia ao MP Oeiras do ParÃ¡, 28/10/2015. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito OEIRAS DO PARÃ FÃRUM DES. HENRIQUE JORGE HURLEY TV. VEIGA CABRAL , 540 FÃ³rum de: EndereÃ§o: 68.470-000 CEP: (91)3661-1529 Fone: Centro Bairro: Email: 1oeiras@tjpa.jus.br PÃ¡g. 1 de 1 PÃ¡g. 1 de 1 PROCESSO: 00002761020108140036 PROCESSO ANTIGO: 201020001694 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIEL PINOS STURTZ A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:DELSON FARIAS CHAVES Representante(s): OAB 20708 - SILAS DE CARVALHO MONTEIRO (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:E. M. P. VITIMA:A. C. B. VITIMA:J. M. M. B. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO. SENTENÃA I - RELATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de denÃºncia ofertada pelo MinistÃ©rio PÃºblico no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais

contra DELSON FARIAS CHAVES, vulgo CABEÃA FURADA, devidamente qualificado na inicial pela prÃ¡tica dos crimes tipificados nos arts. 147, 155, Â§ 1Âº e Â§4Âº, IV c/c art. 70, caput e art. 288, todos do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Narra a denÃºncia, em sÃ-ntese, que o rÃ©u, na companhia de alguns indivÃ-duos, furtava e ameaÃ§ava vÃ-timas proprietÃ¡rias de embarcaÃ§Ãµes que navegavam na localidade do Rio Oeiras (fls. 02/05) Â Â Â Â Â Â Â Â Â DenÃºncia recebida no dia 27/05/2010 (fls. 60/63). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Resposta Ã acusaÃ§Ã£o (fls. 121/128) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em audiÃªncia (fls. 152/156 e fls. 210), foram ouvidas as testemunhas e realizada a oitiva do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa apresentaram alegaÃ§Ãµes finais escritas pela absolviÃ§Ã£o (fls. 222/223 v. e 235/236). Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Decido. II - FUNDAMENTAÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos e examinados os autos, tendo o feito transcorrido sob o crivo do contraditÃ³rio, e jÃ¡ tendo a preliminar de inÃ©pcia da denÃºncia sido rejeitada, passo ao exame do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando atentamente os autos, verifico que nÃ£o foram produzidas provas suficientes para embasar uma condenaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme pode se observar, as testemunhas/informantes ouvidas em JuÃ-zo nÃ£o trouxeram fatos novos contundentes que apontassem ser o acusado o autor dos delitos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos apresentam elementos Ãºnica e exclusivamente meramente indiciÃ¡rios, nÃ£o sendo, portanto, suficientes para alicerÃ§ar uma condenaÃ§Ã£o. Inclusive, denota-se que os outros rÃ©us foram absolvidos por insuficiÃªncia de provas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que nÃ£o hÃ¡ nos autos elementos suficientes capazes de formar a convicÃ§Ã£o deste JuÃ-zo quanto ao cometimento dos crimes, Ã© que acolho as manifestaÃ§Ãµes do MinistÃ©rio PÃºblico e da Defesa pela ABSOLVIÃÃO DO ACUSADO, tudo e observÃ¢ncia Ã dÃºvida razoÃ¡vel sobre a autoria do delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, diante da ausÃªncia de provas judiciais aptas a lastrear o decreto condenatÃ³rio, bem como em observÃ¢ncia ao princÃ-pio do in dubio pro reo, outro caminho nÃ£o resta senÃ£o a absolviÃ§Ã£o, face a inexistÃªncia de provas de que o rÃ©u tenha efetivamente cometido os crimes descritos nos arts. 147, 155, Â§ 1Âº e Â§4Âº, IV c/c art. 70, caput e art. 288, todos do CP, com fulcro no artigo 386, VII do CPP. III - DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â ISSO POSTO, julgo improcedente a denÃºncia para ABSOLVER o rÃ©u DELSON FARIAS CHAVES, vulgo CABEÃA FURADA, das imputaÃ§Ãµes formuladas, em razÃ£o da ausÃªncia de provas e da dÃºvida razoÃ¡vel, com fulcro no art. 386, VII do CPP. Â Â Â Â Â Considerando o dever do Estado de prestar assistÃªncia jurÃ-dica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiÃªncia de recursos (art. 5Âº, LXXIV, da CF); considerando a carÃªncia de Defensores PÃºblicos para atender satisfatoriamente a demanda judiciÃ¡ria em todo o Estado; considerando que a Comarca de Oeiras do ParÃ¡ encontra-se desprovido de Defensor PÃºblico, de tal forma que se fez necessÃ¡ria a nomeaÃ§Ã£o de defensores dativos para assegurar aos acusados, integralmente, o contraditÃ³rio e a ampla defesa, arbitro ao advogado nomeado DR. SILAS DE CARVALHO MONTEIRO, OAB/PA N. 20.708, honorÃ¡rios advocatÃ-cios no valor de R$1.100,00(hum mil e cem reais), competindo ao ESTADO DO PARÃ a responsabilidade pelo pagamento dos honorÃ¡rios acima, servindo a presente decisÃ£o como tÃ-tulo executivo. Â Â Â Â Â Publique-se com efeito de intimaÃ§Ã£o.Â CiÃªncia ao MP. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Sem custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PRIC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oeiras do ParÃ¡, 12/11/2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â GABRIEL PINÃS STURTZ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica de Oeiras do ParÃ¡ PROCESSO: 00008412720178140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:ELIANDESON RIBEIRO DA SILVA Representante(s): OAB 28891 - CÁSSIO DE FREITAS (ADVOGADO) . Â ATO ORDINATÃRIO Oeiras do ParÃ¡, 12 de novembro de 2021. IlustrÃ-ssimo Senhor Advogado Dr. CASSIO DE FREITAS - OAB/PA NÂº 28.891 Processo nÂº: 0000841-27.2017.8.14.0036 Assunto: DILIGÃNCIAS Senhor Advogado, Nos autos do processo criminal nÂº 0000841-27.2017.8.14.0036, em que atua como advogado, fica Vossa ExcelÃªncia, Dr. CÃSSIO DE FREITAS, OAB/PA NÂº 28.891, devidamente intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em consonÃ¢ncia com o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA. Â Â Â Â FÃ¡tima Ribeiro Costa Â Â Â Â Auxiliar JudiciÃ¡rio Â Â Â Â MatrÃ-cula nÂº 13684 Â PROCESSO: 00009613620188140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 12/11/2021 DENUNCIADO:GEOVANE MOREIRA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 3027 - MARIA DOS ANJOS REZENDE RIBEIRO (ADVOGADO) VITIMA:W. R. C. . CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Certifico, que em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que a sentenÃ§a em audiÃªncia TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO, para ambas as partes em audiÃªncia do dia 20/10/2021. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Oeiras do ParÃ¡, 12 de novembro de 2021. FÃ¡tima Ribeiro Costa Auxiliar JudiciÃ¡rio Mat. 13684 PROCESSO: 00014486920198140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A):

JAIRO RICARDO SILVA A??o: Execução de Alimentos em: 12/11/2021 MENOR:MAYARA VITORIA DA CRUZ PEREIRA E OUTROS EXEQUENTE:ROSILENE LOPES DA CRUZ Representante(s): OAB 25531-A - SÉRGIO DE MORAES MONTEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:MARLON SARGES PEREIRA Representante(s): OAB 25531-A - SÉRGIO DE MORAES MONTEIRO (ADVOGADO) . Â CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Processo n.: 0001448-69.2019.8.14.0036 Certifico, observadas as atribuiÃ§Ãµes legais que sÃ£o conferidas, que a SentenÃ§a, prolatada nos autos em epÃ-grafe, apÃ³s regular intimaÃ§Ã£o das partes, TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Oeiras do ParÃ¡, 12/11/2021. PROCESSO: 00042516420158140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAULO SÉRGIO SILVA DE SOUZA A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/11/2021 REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL REQUERIDO:EDIVALDO NABICA LEAO Representante(s): OAB 22334 - NIKOLLAS GABRIEL PINTO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 23317 - LUCAS PEREIRA WANZELLER RODRIGUES (ADVOGADO) . Ã£ CERTIDÃO Â CERTIFICO, das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por lei, que a parte requerida nÃ£o apresentou as ALEGAÃÃES FINAIS nos autos do processo nÂº 0004251-64.2015.8.14.0036Â - Procedimento Comum CÃÂ-vel, decorrendo do prazo. O referido Ã© verdade dou fÃ©. Â Â Â Â Â Oeiras do ParÃ¡, 12 de novembro de 2021 Paulo SÃ©rgio Silva de Souza Auxiliar JudiciÃ¡rio Mat. 105431 PROCESSO: 00042516420158140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAULO SÉRGIO SILVA DE SOUZA A??o: Procedimento Comum Cível em: 12/11/2021 REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL REQUERIDO:EDIVALDO NABICA LEAO Representante(s): OAB 22334 - NIKOLLAS GABRIEL PINTO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 23317 - LUCAS PEREIRA WANZELLER RODRIGUES (ADVOGADO) . C E R T I D Ã O Â CERTIFICO, das atribuiÃ§Ãµes a mim sÃ£o conferidas por lei que, a presente juntada da mesma de fls. Â¿Â¿/Â¿Â¿., foi interposta IMTEMPESTIVAMENTE, nestes autos de nÂº 0004251-64.2015.8.14.0036 - Procedimento Comum CÃÂ-vel. O REFERIDO Ã VERDADE E DOU FÃ. Oeiras do ParÃ¡-ParÃ¡, 01/04/2019. Paulo SÃ©rgio Silva de Souza Auxiliar JudiciÃ¡rio Mat. 105431 PROCESSO: 00055122520198140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JAIRO RICARDO SILVA A??o: Execução de Alimentos em: 12/11/2021 MENOR:C. E. O. Representante(s): OAB 13466 - LUCIANA TARCILA VIEIRA GUEDES (DEFENSOR) EXEQUENTE:ZULEIDE FERREIRA GOMES EXECUTADO:JADIEL ALFAIA TAVARES. Â CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Processo n.: 0005512-25.2019.8.14.0036 Certifico, observadas as atribuiÃ§Ãµes legais que sÃ£o conferidas, que a SentenÃ§a, prolatada nos autos em epÃ-grafe, apÃ³s regular intimaÃ§Ã£o das partes, TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Oeiras do ParÃ¡, 12/11/2021. PROCESSO: 00057459020178140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JAIRO RICARDO SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 12/11/2021 VITIMA:C. D. D. DENUNCIADO:ISOMAR OLIVEIRA DOS SANTOS. Â CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Processo n.: 0005745-90.2017.8.14.0036 Certifico, observadas as atribuiÃ§Ãµes legais que sÃ£o conferidas, que a SentenÃ§a, prolatada nos autos em epÃ-grafe, apÃ³s regular intimaÃ§Ã£o das partes, TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Oeiras do ParÃ¡, 12/11/2021. PROCESSO: 00076125020198140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JAIRO RICARDO SILVA A??o: Execução de Alimentos em: 12/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA MENOR:G. S. S. MENOR:E. V. S. S. MENOR:D. S. S. REPRESENTANTE:DIELI OLIVEIRA SAMPAIO EXECUTADO:GERMANO SILVA DOS SANTOS. Â CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Processo n.: 0007612-50.2019.8.14.0036 Certifico, observadas as atribuiÃ§Ãµes legais que sÃ£o conferidas, que a SentenÃ§a, prolatada nos autos em epÃ-grafe, apÃ³s regular intimaÃ§Ã£o das partes, TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Oeiras do ParÃ¡, 12/11/2021. PROCESSO: 00077510220198140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JAIRO RICARDO SILVA A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: 12/11/2021 REQUERENTE:RAQUEL MARTINS CARDOSO REQUERIDO:KEWINN PATRIQUE FREITAS DOS ANJOS. Â CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Processo n.: 0007751-02.2019.8.14.0036 Certifico, observadas as atribuiÃ§Ãµes legais que sÃ£o conferidas, que a SentenÃ§a, prolatada nos autos em epÃ-grafe, apÃ³s regular intimaÃ§Ã£o das partes, TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Oeiras do ParÃ¡, 12/11/2021. PROCESSO: 00085135220188140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JAIRO RICARDO SILVA A??o: Execução de Alimentos Infância e Juventude em: 12/11/2021 EXEQUENTE:N. B. G. S. Representante(s): SILVANE DA VEIGA GOMES (REP LEGAL) EXECUTADO:RAIEL CARDOSO DA SILVA. Â CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Processo n.: 0008513-52.2018.8.14.0036 Certifico, observadas as atribuiÃ§Ãµes legais que

sÃ£o conferidas, que a SentenÃ§a, prolatada nos autos em epÃ-grafe, apÃ³s regular intimaÃ§Ã£o das partes, TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Oeiras do ParÃ¡, 12/11/2021. PROCESSO: 00085325820188140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JAIRO RICARDO SILVA A??o: Execução de Alimentos Infância e Juventude em: 12/11/2021 EXEQUENTE:RENILSON BASTOS DE OLIVEIRA E OUTROS Representante(s): ALDEMIRA DA SILVA BASTOS (REP LEGAL) EXECUTADO:SIMPLICIO ROCHA DE OLIVEIRA. Â CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Processo n.: 0008532-58.2018.8.14.0036 Certifico, observadas as atribuiÃ§Ãµes legais que sÃ£o conferidas, que a SentenÃ§a, prolatada nos autos em epÃ-grafe, apÃ³s regular intimaÃ§Ã£o das partes, TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Oeiras do ParÃ¡, 12/11/2021. PROCESSO: 00462517920158140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:JOELSON MENEZES ARAUJO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:M. R. C. A. . CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Certifico, que em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que a sentenÃ§a em audiÃªncia TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO, para ambas as partes em audiÃªncia do dia 19/10/2021. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Oeiras do ParÃ¡, 12 de novembro de 2021. . FÃ¡tima Ribeiro Costa Auxiliar JudiciÃ¡rio Mat. 13684 PROCESSO: 00972547320158140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JAIRO RICARDO SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 12/11/2021 DENUNCIADO:JURAILSON DE FREITAS MONTEIRO Representante(s): OAB 20708 - SILAS DE CARVALHO MONTEIRO (DEFENSOR DATIVO) OAB 3027 - MARIA DOS ANJOS REZENDE RIBEIRO (ADVOGADO) VITIMA:A. C. F. T. . Â CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Processo n.: 0097254-73.2015.8.14.0036 Certifico, observadas as atribuiÃ§Ãµes legais que sÃ£o conferidas, que a SentenÃ§a, prolatada nos autos em epÃ-grafe, apÃ³s regular intimaÃ§Ã£o das partes, TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Oeiras do ParÃ¡, 12/11/2021. PROCESSO: 00008442120138140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIEL PINOS STURTZ A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 16/11/2021 DENUNCIADO:ROSILEY DOS SANTOS SOUSA Representante(s): OAB 13390 - MARILETE CABRAL SANCHES MIRANDA (ADVOGADO) VITIMA:C. F. C. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Vistos. Considerando o cumprimento do mandado de prisÃ£o, expeÃ§a-se guia definitiva de execuÃ§Ã£o e cumpra-se a parte dispositiva da sentenÃ§a. ApÃ³s, arquive-se. Oeiras do ParÃ¡, 16 de novembro de 2021. GABRIEL PINÃS STURTZ Juiz de Direito PROCESSO: 00001045320198140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIEL PINOS STURTZ A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 INDICIADO:MARCOS SILVA DE LIMA INDICIADO:NATANAEL DA COSTA CUNHA INDICIADO:ROSINALDO DA COSTA CUNHA VITIMA:W. M. J. . SENTENÃA Â Â Â Â Â Vistos. Â Â Â Â Â Trata-se de processo criminal que apurou a infraÃ§Ã£o descrita no art. 180, Â§ 3Âº do CP. Â Â Â Â Â Oferecida proposta de transaÃ§Ã£o penal pelo MP, foi aceita pelos autores do fato MARCOS SILVA DE LIMA, NATANAEL DA COSTA CUNHA e ROSINALDO DA COSTA CUNHA em audiÃªncia de fls. 40 Â Â Â Â Â Â Consta a informaÃ§Ã£o de cumprimento integral do acordo de transaÃ§Ã£o penal pelo autor do fato NATANAEL DA COSTA CUNHA. Â Â Â Â Â Quanto Ã MARCOS SILVA DE LIMA, verifico que fora cumprida apenas com a doaÃ§Ã£o de 1/3 cestas bÃ¡sicas. Â Â Â Â Â JÃ¡ quanto Ã ROSINALDO DA COSTA CUNHA, constato que nÃ£o fora cumprida com nenhuma doaÃ§Ã£o das cestas bÃ¡sicas. Â Â Â Â Â Instado a se manifestar, o MP requereu a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade em relaÃ§Ã£o Ã NATANAEL DA COSTA CUNHA e a intimaÃ§Ã£o pessoal de ROSINALDO DA COSTA CUNHA para que justifique o nÃ£o cumprimento das condiÃ§Ãµes estabelecidas em sede de transaÃ§Ã£o penal, frisando que o nÃ£o cumprimento dos termos pode ensejar no regular andamento da aÃ§Ã£o penal.. Â Â Â Â Â Â Ã o sucinto relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento da transaÃ§Ã£o penal por NATANAEL DA COSTA CUNHA, conforme recibos acostados aos autos e manifestaÃ§Ã£o favorÃ¡vel do MP, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE deste autor fato. Â Â Â Â Â Saliento que a imposiÃ§Ã£o da sanÃ§Ã£o, aplicada nos moldes do art. 76, Â§ 4Âº da Lei nÂº 9.099/95, nÃ£o deverÃ¡ constar em certidÃ£o de antecedentes criminais, salvo para impedir novamente o mesmo benefÃ-cio no prazo de cinco anos. Â Â Â Â Â Quanto aos autores do fato ROSINALDO DA COSTA CUNHA e MARCOS SILVA DE LIMA, determino as suas intimaÃ§Ãµes pessoais para que justifiquem o nÃ£o cumprimento das condiÃ§Ãµes estabelecidas em sede de transaÃ§Ã£o penal de fls. 40, sob pena do regular andamento da aÃ§Ã£o penal. P.R.I.C Oeiras do ParÃ¡ (PA), 17/11/2021. GABRIEL PINÃS STURTZ Juiz de Direito Titular da Comarca de Oeiras do ParÃ¡ PROCESSO: 00002739420068140036 PROCESSO ANTIGO: 200620000527 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIEL PINOS STURTZ A??o:

CRIME DE FURTO em: 17/11/2021 INDICIADO:JONATAS MAGNO DA COSTA Representante(s): MARIA DOS ANJOS REZENDE RIBEIRO (ADVOGADO) INDICIADO:SILVIO DOS SANTOS OLIVEIRA. SENTENÃA Vistos. Trata-se de denÃºncia ofertada pelo MinistÃ©rio PÃºblico em face de JONATAS MAGNO DA COSTA como incurso no art. 155, Â§ 4Âº, II do CP. Compulsando os autos, observo que o rÃ©u fora condenado pela prÃ¡tica do crime de furto Ã pena de dois anos e seis meses de reclusÃ£o e 58 dias-multa, consoante sentenÃ§a prolatada em 12/03/2021, conforme fls. 89/9). A sentenÃ§a transitou em julgado em 17/01/2013, conforme certidÃ£o de fls. 99. Instado a se manifestar sobre eventual prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria, o MinistÃ©rio PÃºblico pugnou pelo reconhecimento da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva. Percebe-se, entÃ£o, que o prazo prescricional para o caso em comento era de 8 (oito) anos e, considerando que dentro deste prazo nÃ£o ocorreu qualquer causa impeditiva ou interruptiva da prescriÃ§Ã£o (arts. 116 e 117 do CP), motivo pelo qual torna-se absolutamente necessÃ¡ria a extinÃ§Ã£o da punibilidade. Ante o exposto, decreto a extinÃ§Ã£o da punibilidade de JONATAS MAGNO DA COSTA, tudo nos termos da fundamentaÃ§Ã£o. Intime-se via DJE. CiÃªncia ao MP. Com o trÃ¢nsito em julgado, proceda-se com as anotaÃ§Ãµes de praxe e arquivem-se o feito com baixa no LIBRA. Oeiras do ParÃ¡, 17/11/2021. GABRIEL PINÃS STURTZ Juiz de Direito Titular de Oeiras do ParÃ¡ PROCESSO: 00010222820178140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:EDIENE VIEIRA RIBEIRO Representante(s): OAB 20708 - SILAS DE CARVALHO MONTEIRO (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:E. P. P. . CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Certifico, que em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que a sentenÃ§a CONDENATÃRIA, TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO, para ambas as partes. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Oeiras do ParÃ¡, 17 de novembro de 2021. FÃ¡tima Ribeiro Costa Auxiliar JudiciÃ¡rio Mat. 13684 PROCESSO: 00022575920198140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:RAIMUNDO ALVES GARCIA Representante(s): DEFENSOIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Certifico, que em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que a sentenÃ§a CONDENATÃRIA, TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO, para ambas as partes. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Oeiras do ParÃ¡, 17 de novembro de 2021. FÃ¡tima Ribeiro Costa Auxiliar JudiciÃ¡rio Mat. 13684 PROCESSO: 00036851320188140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAULO SÉRGIO SILVA DE SOUZA A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 17/11/2021 REQUERENTE:JURACY RODRIGUES FARIAS Representante(s): OAB 3027 - MARIA DOS ANJOS REZENDE RIBEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:CILAR OLIVEIRA SANTIAGO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) . Ã© ATO ORDINATÃRIO Processo: 00036851320188140036 Â¿ ReintegraÃ§Ã£o / ManutenÃ§Ã£o de Posse Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 93 XIV da CF/88 e cumprindo o disposto no Provimento nÂº 006/2009-CJCI c/c o art. 1Âº, Â§ 2Âº, I, do Provimento 006/2006-CJRMB/TJEPA, tfica intimado o requerente por seu patrono para , no prazo de 15 (quinze) dias apresentar suas AlegaÃ§Ãµes finais .O REFERIDO Ã VERDADE E DOU FÃ. Oeiras do ParÃ¡, 17 de novembro de 2021. Paulo SÃ©rgio Silva de Souza Auxiliar JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00053104820198140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIEL PINOS STURTZ A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:MARIA RAIMUNDA AMADO PANTOJA Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. DecisÃ£o Vistos. Tendo sido homologado o acordo, conforme sentenÃ§a de fls. 34, expeÃ§a-se o competente RPV em favor da exequente no valor indicado Ã s fls. 42. Autorizo, desde jÃ¡, a expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡ para levantamento dos valores em nome da parte exequente. Quanto Ã alegaÃ§Ã£o de nÃ£o implantaÃ§Ã£o do benefÃ-cio constante Ã s fls. 42, vejo que tal alegaÃ§Ã£o nÃ£o merece prosperar, uma vez que o benefÃ-cio jÃ¡ foi implantando, consoante noticiado pelo INSS Ã s fls. 37/41. Intimem-se via DJE. Oeiras do ParÃ¡, 17/11/2021. GABRIEL PINÃS STURTZ Juiz de Direito PROCESSO: 00061269820178140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 17/11/2021 VITIMA:A. S. G. DENUNCIADO:SILVANA FREITAS LOPES Representante(s): OAB 3027 - MARIA DOS ANJOS REZENDE RIBEIRO (ADVOGADO) . CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Certifico, que em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que a sentenÃ§a CONDENATÃRIA, TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO, para ambas as partes. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Oeiras do ParÃ¡, 17 de novembro de 2021. FÃ¡tima Ribeiro Costa Auxiliar JudiciÃ¡rio Mat. 13684 PROCESSO: 00076116520198140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A):

GABRIEL PINOS STURTZ A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:LAURA FELIX DA PUREZA Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL. DecisÃ£o Vistos. Tendo sido homologado o acordo, conforme sentenÃ§a de fls. 48, expeÃ§a-se o competente RPV em favor da exequente no valor indicado Ã s fls. 51. Autorizo, desde jÃ¡, a expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡ para levantamento dos valores em nome da parte exequente. Manifeste-se o INSS, no prazo de 5 (cinco) dias, acerca da implantaÃ§Ã£o ou nÃ£o do benefÃ-cio. Intimem-se via DJE. Oeiras do ParÃ¡, 17/11/2021. GABRIEL PINÃS STURTZ Juiz de Direito PROCESSO: 00078527320188140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIEL PINOS STURTZ A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:ANGELA MARIA MONTEIRO DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 25531-A - SÉRGIO DE MORAES MONTEIRO (ADVOGADO) INTERDITANDO:ANGELICA MONTEIRO DE OLIVEIRA. Despacho Vistos. DÃª-se vista ao MP para manifestaÃ§Ã£o. ApÃ³s, conclusos. Oeiras do ParÃ¡, 17/11/2021. GABRIEL PINÃS STURZ Juiz de Direito PROCESSO: 00081722620188140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIEL PINOS STURTZ A??o: Execução de Alimentos Infância e Juventude em: 17/11/2021 EXEQUENTE:MARIA SANTANA SOARES DO ESPIRITO SANTO Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) MENOR:MANOEL FELIPE SOARES BARROSO E OUTROS EXECUTADO:MANOEL BAHIA BARROSO. Despacho Vistos. DÃª-se vista ao MP para manifestaÃ§Ã£o, no prazo de 15 (quinze) dias. ApÃ³s, conclusos. Oeiras do ParÃ¡, 17/11/2021. GABRIEL PINÃS STURZ Juiz de Direito PROCESSO: 00000776120058140036 PROCESSO ANTIGO: 200520000263 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIEL PINOS STURTZ A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 18/11/2021 VITIMA:V. J. A. REU:FABIO DA SILVA MONTEIRO Representante(s): OAB 12810-A - SAMEA ALBUQUERQUE DA COSTA SARE (ADVOGADO) AUTOR:A JUSTICA PUBLICA. DecisÃ£o Vistos. Cumpra-se o despacho de fls. 602. ApÃ³s, arquivem-se. Oeiras do ParÃ¡, 18/11/2021. GABRIEL PINÃS STURTZ Juiz de Direito Titular de Oeiras do ParÃ¡ PROCESSO: 00000814420188140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIEL PINOS STURTZ A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:THIAGO CARDOSO NOVAES Representante(s): OAB 26894 - MIGUEL PANTOJA AIRES NETO (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:M. C. C. C. VITIMA:D. B. S. VITIMA:B. C. S. VITIMA:M. F. C. V. . SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de denÃºncia oferecida em face de THIAGO CARDOSO NOVAES, imputando-lhe a conduta tipificada no art. 147 do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 17/05/2018. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo seguiu com instruÃ§Ã£o probatÃ³ria e alegaÃ§Ãµes finais do MP e da Defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o que importa relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Antes de analisar qualquer prova do processo, verifico a existÃªncia da prejudicial ao mÃ©rito da prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O crime imputado a(o) Denunciada(o) Ã© o previsto no art. 147 do CPB, tendo pena privativa de liberdade mÃ¡xima de 06 meses. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O mencionado crime, a teor do art. 109, VI do CP prescreve em 03 (trÃªs) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico que entre a data do recebimento da denÃºncia e a presente data, transcorreu mais de 03 anos sem que houvesse qualquer causa interruptiva da prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, configurada Ã prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ex positis, atento ao que mais dos autos consta e aos princÃ-pios do direito aplicÃ¡veis Ã espÃ©cie, JULGO, COM FULCRO NO ART. 107, IV DO CP, EXTINTA A PUNIBILIDADE, EM RAZÃO DA PRESCRIÃÃO, PARA A(O) DENUNCIADA(O) THIAGO CARDOSO NOVAES, PELA INFRAÃÃO NARRADA NO PRESENTE PROCESSO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o dever do Estado de prestar Â¿assistÃªncia jurÃ-dica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiÃªncia de recursosÂ¿ (art. 5Âº, LXXIV, da CF); considerando a carÃªncia de Defensores PÃºblicos para atender satisfatoriamente a demanda judiciÃ¡ria em todo o Estado; considerando que a Comarca de Oeiras do ParÃ¡ encontra-se desprovido de Defensor PÃºblico, de tal forma que se fez necessÃ¡ria a nomeaÃ§Ã£o de defensores dativos para assegurar ao acusado, integralmente, o contraditÃ³rio e a ampla defesa, arbitro ao advogado nomeado para acompanhar o processo (resposta Ã acusaÃ§Ã£o, audiÃªncia e alegaÃ§Ãµes finais) - DR. SILAS DE CARVALHO MONTEIRO, OAB/PA NÂº 20708 - honorÃ¡rios advocatÃ-cios no valor de R$ 1.100,00 (hum mil e cem reais), por ter praticado todos os atos necessÃ¡rios Ã defesa do acusado no decorrer do processo criminal (acompanhamento na audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento e apresentaÃ§Ã£o de alegaÃ§Ãµes finais), competindo ao ESTADO DO PARÃ a responsabilidade pelo pagamento dos honorÃ¡rios acima, servindo a presente decisÃ£o como tÃ-tulo executivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se com efeito de intimaÃ§Ã£o. CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. Oeiras do ParÃ¡, 18/11/2021. GABRIEL PINÃS STURTZ Juiz de Direito Titular da Comarca de Oeiras do ParÃ¡ PROCESSO: 00009832620208140036 PROCESSO

ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE CARVALHO MONTEIRO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:EDEVALDO ALBUQUERQUE Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) . Secretaria Da Vara Unica De Oeiras Do Para Processo n.: 0000983-26.2020.8.14.0036 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do artigo 1Âº, Â§ 2Âº, IV, do Provimento nÂº. 006/2006-CJRMB, c/c o artigo 1Âº do Provimento 006/2009-CJCI, observando os termos da lei e a deliberaÃ§Ã£o do Magistrado, apÃ³s o TrÃ¢nsito em Julgado certificado, promovo o arquivamento dos presentes autos e encaminho ao Setor de Arquivo desta Comarca. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oeiras do ParÃ¡/PA, 18/11/2021 LetÃ-cia de Carvalho Monteiro Analista JudiciÃ¡rio Mat. 173312-TJPA PROCESSO: 00010413420178140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAULO SÉRGIO SILVA DE SOUZA A??o: Guarda de Infância e Juventude em: 18/11/2021 REQUERENTE:MANOEL CORREA VIANA Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA EDNA FERREIRA SAMPAIO Representante(s): OAB 3027 - MARIA DOS ANJOS REZENDE RIBEIRO (ADVOGADO) MENOR:MAIKE SAMPAIO VIANA E OUTROS. Ã§CERTIDÃO Â CERTIFICO para os devidos fins que a r. sentenÃ§a transitou livremente em julgado, nos autos do processo n. 0001041-34.2017.8.14.0036, tendo sido dado ciÃªncia as partes. Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Oeiras do ParÃ¡, 18/11/2021 . PAULO SÃRGIO SILVA DE SOUZA Auxiliar judiciÃ¡rio Mat. 105431 PROCESSO: 00011909820158140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAULO SÉRGIO SILVA DE SOUZA A??o: Arrolamento Sumário em: 18/11/2021 REQUERENTE:WALDETE MONTEIRO MACHADO REQUERENTE:NESTOR PINHEIRO NETO Representante(s): OAB 19316 - LETICIA DE CARVALHO MONTEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:SINVALDO NUNES RIBEIRO Representante(s): OAB 15311 - LEANDRO ARTHUR OLIVEIRA LOUREIRO (ADVOGADO) . Ã©C E R T I D Ã O Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ Â¿ CERTIFICO, das atribuiÃ§Ãµes que os autos criminais referentes ao autor nÂº 0000463-76.2014.8.14.0036- RecptaÃ§Ã£o , encontra-se em fase de alegaÃ§Ãµes finais . O REFERIDO Ã VERDADE E DOU FÃ. Oeiras do ParÃ¡, 18 de novembro de 2021. Paulo SÃ©rgio Silva de Souza Analista JudiciÃ¡rio MAT. 105431/TJE-PA PROCESSO: 00013037620208140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE CARVALHO MONTEIRO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:JOCILEY DE SOUZA VEIGA Representante(s): OAB 25812 - MARCOS PAULO COSTA LEITÃO (ADVOGADO) VITIMA:R. N. C. M. . Secretaria Da Vara Unica De Oeiras Do Para Processo n.: 0001303-76.2020.8.14.0036 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do artigo 1Âº, Â§ 2Âº, IV, do Provimento nÂº. 006/2006-CJRMB, c/c o artigo 1Âº do Provimento 006/2009-CJCI, observando os termos da lei e a deliberaÃ§Ã£o do Magistrado, apÃ³s o TrÃ¢nsito em Julgado certificado, promovo o arquivamento dos presentes autos e encaminho ao Setor de Arquivo desta Comarca. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oeiras do ParÃ¡/PA, 18/11/2021 LetÃ-cia de Carvalho Monteiro Analista JudiciÃ¡rio Mat. 173312-TJPA PROCESSO: 00017690720198140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAULO SÉRGIO SILVA DE SOUZA A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 REQUERENTE:IVONEIRE LEITE NUNES Representante(s): OAB 25975-B - NELSON MOLINA PORTO JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. Ã§CERTIDÃO Â CERTIFICO para os devidos fins que a r. sentenÃ§a transitou livremente em julgado, nos autos do processo n. 0001769-07.2019.8.14.0036, tendo sido dado ciÃªncia as partes. Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Oeiras do ParÃ¡, 18/11/2021 . PAULO SÃRGIO SILVA DE SOUZA Auxiliar judiciÃ¡rio Mat. 105431 PROCESSO: 00020315920168140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE CARVALHO MONTEIRO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:DAILDO SANTANA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (DEFENSOR DATIVO) DENUNCIADO:ROBSON FERREIRA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (DEFENSOR DATIVO) DENUNCIADO:DEZIEL ALBUQUERQUE LOPES Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:S. F. S. VITIMA:J. M. G. . Secretaria Da Vara Unica De Oeiras Do Para Processo n.: 0002031-59.2016.8.14.0036 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do artigo 1Âº, Â§ 2Âº, IV, do Provimento nÂº. 006/2006-CJRMB, c/c o artigo 1Âº do Provimento 006/2009-CJCI, observando os termos da lei e a deliberaÃ§Ã£o do Magistrado, apÃ³s o TrÃ¢nsito em Julgado certificado, promovo o arquivamento dos presentes autos e encaminho ao Setor de Arquivo desta Comarca. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oeiras do ParÃ¡/PA, 18/11/2021 LetÃ-cia de Carvalho Monteiro Analista JudiciÃ¡rio Mat. 173312-TJPA PROCESSO: 00026100220198140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAULO SÉRGIO SILVA DE SOUZA A??o: Execução de Título Judicial em: 18/11/2021 REQUERENTE:EDIELMA SOUSA SANTOS

REQUERIDO:CLAUDIA ALVES DOS SANTOS. Ã§CERTIDÃO Â CERTIFICO para os devidos fins que a r. sentenÃ§a transitou livremente em julgado, nos autos do processo n. 0002610-02.2019.8.14.0036, tendo sido dado ciÃªncia as partes. Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Oeiras do ParÃ¡, 18/11/2021 . PAULO SÃRGIO SILVA DE SOUZA Auxiliar judiciÃ¡rio Mat. 105431 PROCESSO: 00038710220198140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAULO SÉRGIO SILVA DE SOUZA A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 REQUERENTE:KEILA AMARAL CORREA Representante(s): OAB 25975-B - NELSON MOLINA PORTO JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. Ã§CERTIDÃO Â CERTIFICO para os devidos fins que a r. sentenÃ§a transitou livremente em julgado, nos autos do processo n. 0003871-02.2019.8.14.0036, tendo sido dado ciÃªncia as partes. Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Oeiras do ParÃ¡, 18/11/2021 . PAULO SÃRGIO SILVA DE SOUZA Auxiliar judiciÃ¡rio Mat. 105431 PROCESSO: 00040636620188140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAULO SÉRGIO SILVA DE SOUZA A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 REQUERENTE:ANTONIO MARIA RIBEIRO DA COSTA Representante(s): OAB 25975-B - NELSON MOLINA PORTO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 26268 - STELLA STEFANY NUNES MENDES (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. Ã§CERTIDÃO Â CERTIFICO para os devidos fins que a r. sentenÃ§a transitou livremente em julgado, nos autos do processo n. 0004063-66.2018.8.14.0036, tendo sido dado ciÃªncia as partes. Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Oeiras do ParÃ¡, 18/11/2021 . PAULO SÃRGIO SILVA DE SOUZA Auxiliar judiciÃ¡rio Mat. 105431 PROCESSO: 00045434420188140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAULO SÉRGIO SILVA DE SOUZA A??o: Justificação em: 18/11/2021 REQUERENTE:IVONEIDE DO SOCORRO COSTA MAGALHAES Representante(s): OAB 12598 - PAULO HENRIQUE MENEZES CORREA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 12293-A - DANIELLE SOUZA DE AZEVEDO (ADVOGADO) OAB 17258 - CARLA DANIELEN PRESTES GOMES (ADVOGADO) OAB 18863 - ALINE MOURA FERREIRA VEIGA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE OEIRAS DO PARA. Ã§CERTIDÃO Â CERTIFICO para os devidos fins que a r. sentenÃ§a transitou livremente em julgado, nos autos do processo n. 0004543-44.2018.8.14.0036, tendo sido dado ciÃªncia as partes. Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Oeiras do ParÃ¡, 18/11/2021 . PAULO SÃRGIO SILVA DE SOUZA Auxiliar judiciÃ¡rio Mat. 105431 PROCESSO: 00045472320148140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GABRIEL PINOS STURTZ A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:RENAN PANTOJA CARVALHO Representante(s): OAB 20708 - SILAS DE CARVALHO MONTEIRO (ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO. SENTENÃA I - RELATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de denÃºncia ofertada pelo MinistÃ©rio PÃºblico no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais contra RENAN PANTOJA CARVALHO, devidamente qualificado na inicial pela prÃ¡tica do crime tipificado no art. 33 da lei nÂº 11.343/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Narra a denÃºncia, em sÃ-ntese, que no dia 18/12/2014 os policiais militares foram acionados via telefone sob a alegaÃ§Ã£o de que o acusado estava vendendo entorpecentes na escola. Em sua mochila foram encontradas seis petecas de maconha, razÃ£o pela qual o acusado foi encaminhado para a Delegacia de PolÃ-cia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DenÃºncia recebida no dia 27/05/2015 (fls. 05). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Resposta Ã acusaÃ§Ã£o (fls. 10/11). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em audiÃªncia foram ouvidas as testemunhas e realizada a oitiva do rÃ©u (fls. 18/20). Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa apresentaram alegaÃ§Ãµes finais escritas (fls. 24/29, 41/41v. e 43/47). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Laudo definitivo da droga (fls. 37). Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Decido. II - FUNDAMENTAÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos e examinados os autos, tendo o feito transcorrido sob o crivo do contraditÃ³rio, e inexistindo preliminares, passo ao exame do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando atentamente os autos, verifico que nÃ£o foram produzidas provas suficientes para embasar uma condenaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme pode se observar, as testemunhas ouvidas em JuÃ-zo nÃ£o trouxeram fatos novos contundentes que apontassem ser o acusado o autor do delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos apresentam elementos Ãºnica e exclusivamente meramente indiciÃ¡rios, nÃ£o sendo, portanto, suficientes para alicerÃ§ar uma condenaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha cabo da PM Jaime afirmou em audiÃªncia que o nÃºmero que passou o dia inteiro ligando para a polÃ-cia, descrevendo minunciosamente os passos do acusado, era da ex-companheira dele chamada Thyara. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante disso, observo que Ã Ã©poca dos fatos havia uma desavenÃ§a entre o acusado e a sua ex-companheira, o que leva este JuÃ-zo a crer que ela tentou prejudicÃ¡-lo de alguma forma, talvez forjando a droga na sua mochila. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, o acusado, em sede de IP, comprovara que trabalhava como vendedor em um mercado e

que a sua rotina basicamente se resumia entre estudo e trabalho. Outrossim, a testemunha Clebeson informou em JuÃ-zo que nunca presenciou qualquer movimentaÃ§Ã£o de usuÃ¡rio de drogas na residÃªncia do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que nÃ£o hÃ¡ nos autos elementos suficientes capazes de formar a convicÃ§Ã£o deste JuÃ-zo quanto ao cometimento do crime, Ã© que acolho a manifestaÃ§Ã£o da Defesa pela ABSOLVIÃÃO DO ACUSADO, tudo em observÃ¢ncia Ã dÃºvida razoÃ¡vel sobre a autoria do delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, diante da ausÃªncia de provas judiciais aptas a lastrear o decreto condenatÃ³rio, bem como em observÃ¢ncia ao princÃ-pio do in dubio pro reo, outro caminho nÃ£o resta senÃ£o a absolviÃ§Ã£o, face a inexistÃªncia de provas de que o rÃ©u tenha efetivamente cometido o crime descrito no art. 33 da lei nÂº 11.343/2006. III - DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â ISSO POSTO, julgo improcedente a denÃºncia para ABSOLVER o rÃ©u RENAN PANTOJA CARVALHO, da imputaÃ§Ã£o formulada, em razÃ£o da ausÃªncia de provas e da dÃºvida razoÃ¡vel, com fulcro no art. 386, VII do CPP. Â Â Â Â Â Considerando o dever do Estado de prestar assistÃªncia jurÃ-dica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiÃªncia de recursos (art. 5Âº, LXXIV, da CF); considerando a carÃªncia de Defensores PÃºblicos para atender satisfatoriamente a demanda judiciÃ¡ria em todo o Estado; considerando que a Comarca de Oeiras do ParÃ¡ encontra-se desprovida de Defensor PÃºblico, de tal forma que se fez necessÃ¡ria a nomeaÃ§Ã£o de defensores dativos para assegurar aos acusados, integralmente, o contraditÃ³rio e a ampla defesa, arbitro ao advogado nomeado DR. SILAS DE CARVALHO MONTEIRO, OAB/PA N. 20.708, honorÃ¡rios advocatÃ-cios no valor de R$2.200,00 (dois mil e duzentos reais), competindo ao ESTADO DO PARÃ a responsabilidade pelo pagamento dos honorÃ¡rios acima, servindo a presente decisÃ£o como tÃ-tulo executivo. Â Â Â Â Â Publique-se com efeito de intimaÃ§Ã£o.Â CiÃªncia ao MP. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Sem custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PRIC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oeiras do ParÃ¡, 18/11/2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â GABRIEL PINÃS STURTZ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica de Oeiras do ParÃ¡ PROCESSO: 00046202420168140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAULO SÉRGIO SILVA DE SOUZA A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 REQUERENTE:FRANCILENE MAGNO DA SILVA Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:NATANAEL NUNES BARROSO Representante(s): OAB 20708 - SILAS DE CARVALHO MONTEIRO (ADVOGADO) . Ã§CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO para os devidos fins que a r. sentenÃ§a transitou livremente em julgado, nos autos do processo n. 0004620-24.2016.8.14.0036, tendo sido dado ciÃªncia as partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Oeiras do ParÃ¡, 18/11/2021 . PAULO SÃRGIO SILVA DE SOUZA Auxiliar judiciÃ¡rio Mat. 105431 PROCESSO: 00051872120178140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAULO SÉRGIO SILVA DE SOUZA A??o: Cumprimento de sentença em: 18/11/2021 EXECUTADO:JESUS MONTEIRO BARBOSA Representante(s): OAB 21306 - GUSTAVO LIMA BUENO (ADVOGADO) OAB 25044 - MAURICIO LIMA BUENO (ADVOGADO) EXEQUENTE:BANCO BMG Representante(s): OAB 23255 - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (ADVOGADO) . Ã§CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO para os devidos fins que a r. sentenÃ§a transitou livremente em julgado, nos autos do processo n. 0005187-21.2017.8.14.0036, tendo sido dado ciÃªncia as partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Oeiras do ParÃ¡, 18/11/2021 . PAULO SÃRGIO SILVA DE SOUZA Auxiliar judiciÃ¡rio Mat. 105431 PROCESSO: 00054869520178140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAULO SÉRGIO SILVA DE SOUZA A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 REQUERENTE:LAILSON SABOIA RODRIGUES Representante(s): OAB 14697 - ROSINEI MENDONCA DUTRA DA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS Representante(s): OAB 9407 - GABRIEL COSTA DA SILVA (PROCURADOR(A)) . Ã§CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO para os devidos fins que a r. sentenÃ§a transitou livremente em julgado, nos autos do processo n. 0005486-95.2017.8.14.0036, tendo sido dado ciÃªncia as partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Oeiras do ParÃ¡, 18/11/2021 . PAULO SÃRGIO SILVA DE SOUZA Auxiliar judiciÃ¡rio Mat. 105431 PROCESSO: 00056688120178140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAULO SÉRGIO SILVA DE SOUZA A??o: Cumprimento de sentença em: 18/11/2021 EXECUTADO:MARIA JOSE DOS SANTOS OLIVEIRA Representante(s): OAB 21306 - GUSTAVO LIMA BUENO (ADVOGADO) OAB 25044 - MAURICIO LIMA BUENO (ADVOGADO) EXEQUENTE:BANCO BMG Representante(s): OAB 23255 - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (ADVOGADO) . Ã§CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO para os devidos fins que a r. sentenÃ§a transitou livremente em julgado, nos autos do processo n. 0005668-81.2017.8.14.0036, tendo sido dado ciÃªncia as partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Oeiras do ParÃ¡, 18/11/2021 . PAULO SÃRGIO SILVA DE

SOUZA Auxiliar judiciÃ¡rio Mat. 105431 PROCESSO: 00062501320198140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAULO SÉRGIO SILVA DE SOUZA A??o: Curatela em: 18/11/2021 CURATELANDO:WELSON BASILIO DA ROCHA Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) AUTOR:CLEBSON DA ROCHA DE LIMA Representante(s): OAB 20708 - SILAS DE CARVALHO MONTEIRO (CURADOR ESPECIAL) . Ã§CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO para os devidos fins que a r. sentenÃ§a transitou livremente em julgado, nos autos do processo n. 0006250-13.2019.8.14.0036, tendo sido dado ciÃªncia as partes. Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Oeiras do ParÃ¡, 18/11/2021 . PAULO SÃRGIO SILVA DE SOUZA Auxiliar judiciÃ¡rio Mat. 105431 PROCESSO: 00070305020198140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAULO SÉRGIO SILVA DE SOUZA A??o: Mandado de Segurança Cível em: 18/11/2021 AUTOR:O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO PUBLICA DO ESTADO PARA SINTEPP REPRESENTANTE:IRAIER GOMES DA CONCEICAO REPRESENTANTE:CEANE PATRICIA CARDOSO ALBUQUERQUE Representante(s): OAB 17258 - CARLA DANIELEN PRESTES GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:FRANCINEI ANDRADE AMARO. Ã§CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO para os devidos fins que a r. sentenÃ§a transitou livremente em julgado, nos autos do processo n. 0007030-50.2019.8.14.0036, tendo sido dado ciÃªncia as partes. Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Oeiras do ParÃ¡, 18/11/2021 . PAULO SÃRGIO SILVA DE SOUZA Auxiliar judiciÃ¡rio Mat. 105431 PROCESSO: 00078154620188140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): PAULO SÉRGIO SILVA DE SOUZA A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021 REQUERENTE:VALDETE MARIA OLIVEIRA PANTOJA Representante(s): OAB 15847 - MARCOS SOARES BARROSO (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. Ã§CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO para os devidos fins que a r. sentenÃ§a transitou livremente em julgado, nos autos do processo n. 0007815-46.2018.8.14.0036, tendo sido dado ciÃªncia as partes. Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Oeiras do ParÃ¡, 18/11/2021 . PAULO SÃRGIO SILVA DE SOUZA Auxiliar judiciÃ¡rio Mat. 105431 PROCESSO: 00000217620158140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: D. C. M. Representante(s): OAB 24629 - MILENE SERRAT BRITO DOS SANTOS MARINHO (ADVOGADO) VITIMA: R. T. B. PROCESSO: 00003219620198140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: AUTOR: M. P. MENOR: L. F. C. REPRESENTANTE: J. L. C. F. REQUERIDO: A. S. C. PROCESSO: 00005214020188140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução de Alimentos em: AUTOR: M. P. MENOR: J. D. P. M. REQUERENTE: D. X. P. Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO: J. S. M. PROCESSO: 00013611620198140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Procedimento Comum Cível em: REQUERENTE: I. C. B. Representante(s): OAB 3027 - MARIA DOS ANJOS REZENDE RIBEIRO (ADVOGADO) OAB 29301 - SANDY CARVALHO TEIXEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO: E. R. M. Representante(s): OAB 9459 - MARIA DE NAZARE SILVA DOS SANTOS (ADVOGADO) PROCESSO: 00016813720178140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: A. C. S. Representante(s): OAB 11505 - VENINO TOURAO PANTOJA JUNIOR (ADVOGADO) VITIMA: C. C. C. E. O. AUTOR: M. P. S. O. P. PROCESSO: 00017027620188140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: MENOR: B. C. F. E. O. REQUERENTE: E. S. C. Representante(s): OAB 7767 - GIOVANA AUGUSTA DOS SANTOS GONCALVES (ADVOGADO) REQUERIDO: N. P. F. F. Representante(s): OAB 20708 - SILAS DE CARVALHO MONTEIRO (ADVOGADO) PROCESSO: 00017027620188140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: MENOR: B. C. F. E. O. REQUERENTE: E. S. C. Representante(s): OAB 7767 - GIOVANA AUGUSTA DOS SANTOS GONCALVES (ADVOGADO) REQUERIDO: N. P. F. F. Representante(s): OAB 20708 - SILAS DE CARVALHO MONTEIRO (ADVOGADO) PROCESSO: 00021643320188140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: S. M. C. Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (DEFENSOR DATIVO) VITIMA: L. G. S. PROCESSO: 00028924020198140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: D. R. C. Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA: A. C. C. C. PROCESSO: 00035855820188140036 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: REQUERENTE: F. O. B. MENOR: C. B. F. REQUERIDO: S. S. F. Representante(s): OAB 26816 - SANDRA MARIA MAGNO DE SA (ADVOGADO) AUTOR: M. P. E. P. PROCESSO: 00036095220198140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução de Alimentos Infância e Juventude em: AUTOR: M. P. E. P. MENOR: R. S. T. REPRESENTANTE: O. S. C. S. EXECUTADO: R. J. M. T. PROCESSO: 00037896820198140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução de Alimentos em: AUTOR: M. P. E. P. MENOR: C. G. T. MENOR: C. V. G. T. REPRESENTANTE: Z. F. G. EXECUTADO: J. A. T. PROCESSO: 00037930820198140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução de Alimentos em: AUTOR: M. P. E. P. MENOR: M. V. L. V. REPRESENTANTE: R. N. L. EXECUTADO: D. C. V. PROCESSO: 00037949020198140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução de Alimentos em: AUTOR: M. P. E. P. MENOR: J. G. F. REPRESENTANTE: J. N. G. EXECUTADO: A. S. F. PROCESSO: 00041490320198140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Guarda de Infância e Juventude em: AUTOR: M. P. E. P. MENOR: V. D. S. REQUERENTE: I. C. T. PROCESSO: 00043035520188140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: J. M. T. REQUERIDO: R. M. M. MENOR: H. G. M. T. AUTOR: T. I. C. O. P. U. O. PROCESSO: 00044239820188140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: L. B. G. Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (DEFENSOR DATIVO) VITIMA: L. M. M. PROCESSO: 00045036220188140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução de Alimentos Infância e Juventude em: EXEQUENTE: C. A. S. E. S. EXECUTADO: E. S. S. Representante(s): OAB 25812 - MARCOS PAULO COSTA LEITÃO (ADVOGADO) MENOR: E. S. E. S. E. O. AUTOR: O. R. M. P. PROCESSO: 00045102020198140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico em: AUTORIDADE POLICIAL: D. P. C. O. P. PROCESSO: 00045301120198140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico em: AUTORIDADE POLICIAL: D. P. C. O. P. PROCESSO: 00047053920188140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução de Alimentos Infância e Juventude em: AUTOR: M. P. E. P. MENOR: I. P. R. EXEQUENTE: E. V. P. EXECUTADO: J. D. R. Representante(s): OAB 29301 - SANDY CARVALHO TEIXEIRA (ADVOGADO) PROCESSO: 00047634220188140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Procedimento Comum Cível em: MENOR: Y. H. C. G. REQUERENTE: M. O. C. Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO: A. P. S. Representante(s): OAB 26568 - SAMANTHA RAQUEL COSTA SANTANA (ADVOGADO) REQUERIDO: H. D. M. G. PROCESSO: 00052651520178140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: B. S. Representante(s): OAB 20708 - SILAS DE CARVALHO MONTEIRO (ADVOGADO) VITIMA: A. O. C. PROCESSO: 00054432720188140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução de Alimentos Infância e Juventude em: EXEQUENTE: A. C. C. REPRESENTANTE: A. A. M. C. EXECUTADO: N. F. C. AUTOR: O. R. M. P. PROCESSO: 00056326820198140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução de Alimentos em: AUTOR: M. P. E. P. MENOR: A. C. T. MENOR: A. C. T. MENOR: C. C. T. MENOR: C. C. T. EXEQUENTE: A. S. C. EXECUTADO: S. M. T. PROCESSO: 00057937820198140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução de Alimentos em: AUTOR: M. P. E. P. MENOR: A. C. B. REPRESENTANTE: S. M. G. C. EXECUTADO: M. C. A. B. PROCESSO: 00059712720198140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Adoção c/c Destituição do Poder Familiar em: REQUERENTE: J. O. S. Representante(s): OAB 26816 - SANDRA MARIA MAGNO DE SA (ADVOGADO) REQUERENTE: A. S. F. Representante(s): OAB 26816 - SANDRA MARIA MAGNO DE SA (ADVOGADO) REQUERIDO: A. P. V. R. MENOR: L. P. V. R. Representante(s): OAB 20708 - SILAS DE CARVALHO MONTEIRO (CURADOR ESPECIAL) PROCESSO: 00059712720198140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Adoção c/c Destituição do Poder Familiar em: REQUERENTE: J. O. S. Representante(s): OAB 26816 - SANDRA MARIA MAGNO DE SA (ADVOGADO) REQUERENTE: A. S. F. Representante(s): OAB 26816 - SANDRA MARIA MAGNO DE SA

(ADVOGADO) REQUERIDO: A. P. V. R. MENOR: L. P. V. R. Representante(s): OAB 20708 - SILAS DE CARVALHO MONTEIRO (CURADOR ESPECIAL) PROCESSO: 00060053620188140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Adoção em: REQUERENTE: T. F. S. Representante(s): OAB 20708 - SILAS DE CARVALHO MONTEIRO (ADVOGADO) MENOR: M. T. R. PROCESSO: 00060500620198140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução de Alimentos Infância e Juventude em: AUTOR: M. P. E. P. MENOR: D. H. P. M. EXEQUENTE: D. P. M. EXECUTADO: R. C. D. S. PROCESSO: 00069508620198140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução de Alimentos em: AUTOR: M. P. E. P. MENOR: R. S. F. EXEQUENTE: S. S. E. S. EXECUTADO: A. R. M. F. Representante(s): OAB 21889 - SAMUEL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) PROCESSO: 00088929020188140036 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Guarda de Infância e Juventude em: REQUERENTE: D. G. G. Representante(s): OAB 9459 - MARIA DE NAZARE SILVA DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO: J. P. S.

COMARCA DE NOVO REPARTIMENTO

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE NOVO REPARTIMENTO

RESENHA: 19/11/2021 A 19/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE NOVO REPARTIMENTO - VARA: VARA UNICA DE NOVO REPARTIMENTO PROCESSO: 00011664220118140123 PROCESSO ANTIGO: 201110010183 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EVANILDE SILVA FARIAS A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: 19/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO VITIMA:V. A. VITIMA:C. F. R. REPRESENTADO:FAGNER RIBEIRO DA SILVA. =CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO= Â Â CERTIFICO para os devidos fins que, o ministÃ©rio pÃºblico foi devidamente INTIMADA DA R. SENTENÃA, retro e nÃ£o tendo sido interposto recurso no prazo legal, esta TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO, em 29/10/2021. Novo Repartimento/PA, 19 de novembro de 2021. Evanilde Silva Farias Aux. de SecretÃ¡ria- Mat. 88810844 Nos termos do Provimento 006/2009-CJCI PROCESSO: 00011415320168140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Boletim de Ocorrência Circunstanciada em: AUTOR: A. J. P. INFRATOR: L. L. C. VITIMA: E. A. B. F. VITIMA: B. N. A. VITIMA: P. T. L. M. PROCESSO: 00075296420198140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: VITIMA: V. M. F. REU: S. R. S. V.

RESENHA: 17/11/2021 A 17/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE NOVO REPARTIMENTO - VARA: VARA UNICA DE NOVO REPARTIMENTO PROCESSO: 00001663620138140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:DORALICE CIRQUEIRA DA SILVA Representante(s): OAB 14563 - PAULO HENRIQUE SEBASTIAO MOCBEL DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA. PROCESSO: 0000166-36.2013.8.14.0123 SENTENÃA Trata-se de AÃÃO ORDINÃRIA ajuizada por DORALICE CIRQUEIRA DA SILVA em face do ESTADO DO PARÃ. Devidamente intimada para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito a autora manifestou seu desinteresse (fls. 104). Ã o breve relatÃ³rio. DECIDO. NÃ£o se aplica a presente causa a regra do art. 12, caput, do CPC, de observÃ¢ncia da ordem cronolÃ³gica da conclusÃ£o dos autos para a prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a, haja vista que o presente caso se enquadra dentre as exceÃ§Ãµes previstas no parÃ¡grafo 2Âº, inciso IV do art. 12 do CPC, no tocante Ã s sentenÃ§as terminativas sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Diante disto, o artigo 485 do CÃ³digo de Processo Civil prevÃª as possibilidades de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, dentre as quais, em seu inciso VI, a falta de interesse processual, uma das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o. Â No caso presente, o (a) autor (a) embora intimado (a) pessoalmente, manifestou seu desinteresse no prosseguimento do feito. Verificado o desinteresse processual superveniente Ã propositura da aÃ§Ã£o, nÃ£o hÃ¡ outra saÃ-da senÃ£o declarar extinto o feito sem resoluÃ§Ã£o meritÃ³ria. Por tais motivos, julgo EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DO MÃRITO, com fulcro no art. 485, VI, do CPC/15 (falta de interesse processual). Sem custas (art. 40, IV da Lei estadual 8.328/2015). Desde logo, fica autorizado o desentranhamento de peÃ§as processuais, desde que substituÃ-da por fotocÃ³pias para manter a integridade do feito. Publique-se, registre-se e intime-se. ApÃ³s certificado o trÃ¢nsito em julgado e adotadas as providÃªncias de praxe, ARQUIVE-SE. Novo Repartimento/PA, 17 de novembro de 2021. JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito PROCESSO: 00002455420098140123 PROCESSO ANTIGO: 200910002374 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:FRANCISCO PEREIRA DE SANTANA Representante(s): OAB 12910-B - ERIVALDO ALVES FEITOSA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BMC S/A Representante(s): OAB 119859 - RUBENS GASPAR SERRA (ADVOGADO) OAB 19177-A - REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI (ADVOGADO) . PROCESSO: 0000245-54.2009.8.14.0123 SENTENÃA Dispensado o relatÃ³rio com arrimo no art. 38 da Lei 9.099/95. Trata-se de AÃÃO DECLARATÃRIA DE INDENIZAÃÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS ajuizada por FRANCISCO PEREIRA DE SANTANA em face do BANCO BMC S/A. O patrono da parte autora informou em fls. 142 dos fÃ³lios o falecimento da parte requerente acostando certidÃ£o de Ã³bito. Foi proferido despacho as fls.

145 determinando a suspensÃ£o do feito e intimaÃ§Ã£o dos sucessores ou espÃ³lio do de cujus para que manifestassem interesse na sucessÃ£o processual e promovessem a respectiva habilitaÃ§Ã£o. Contudo, em certidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a de fls. 147 consta informaÃ§Ã£o de que nÃ£o foram localizados os sucessores ou espÃ³lio do de cujus. Ã o que importar mencionar. DECIDO. NÃ£o se aplica a presente causa a regra do art. 12, caput, do CPC, de observÂncia da ordem cronolÃ³gica da conclusÃ£o dos autos para a prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a, haja vista que o presente caso se enquadra dentre as exceÃ§Ãµes previstas no parÃ¡grafo 2Âº, inciso IV do art. 12 do CPC, no tocante Ã s sentenÃ§as terminativas sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Diante disto, o artigo 51 da Lei 9.099/95 prevÃª as possibilidades de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, dentre as quais, em seu inciso V, quando, falecido o autor, a habilitaÃ§Ã£o depender de sentenÃ§a ou nÃ£o se der no prazo de trinta dias. Â NÃ£o obstante, o art. 313, Â§2Âº, inciso II, do CPC/15 prevÃª que a ausÃªncia de manifestaÃ§Ã£o do espÃ³lio, sucessores ou herdeiros no prazo designado pelo magistrado para manifestarem interesse na sucessÃ£o processual e para que promovam a habilitaÃ§Ã£o enseja a extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Atento as orientaÃ§Ãµes do art. 2Âº e da Lei 9.099/95 que indicam que o processo neste rito deverÃ¡ ser orientado pelos critÃ©rios da economia e celeridade processual, e nÃ£o olvidando a proibiÃ§Ã£o de intimaÃ§Ã£o por edital contida neste rito, forÃ§oso convir que nÃ£o hÃ¡ outra saÃ-da senÃ£o julgar o feito extinto sem resoluÃ§Ã£o meritÃ³ria. Nesse sentido caminha a JurisprudÃªncia hodierna dos Tribunais, senÃ£o vejamos: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL. INTIMAÃÃO POR EDITAL. PROCEDIMENTO NÃO PREVISTO NA LEI 9.099/95. REMESSA DOS AUTOS DO JUIZADO ESPECIAL PARA A JUSTIÃA COMUM. IMPOSSIBILIDADE. Possibilidade de decisÃ£o monocrÃ¡tica na situaÃ§Ã£o especÃ-fica dos autos, sem prejuÃ-zo ao disposto no art. 1.019, inciso II, do mesmo diploma. Constatada a inadmissibilidade do prosseguimento do feito no Juizado Especial, alternativa nÃ£o hÃ¡ senÃ£o extinguir o processo, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, com nova propositura da demanda perante a JustiÃ§a Comum. Ante a simplificaÃ§Ã£o do procedimento instituÃ-do pela Lei nÂº 9.099/95, nÃ£o se mostra possÃ-vel a remessa dos autos para a JustiÃ§a Comum. AGRAVO DESPROVIDO. UNÃNIME. (TJ-RS - AI: 70071064240 RS, Relator: Dilso Domingos Pereira, Data de Julgamento: 14/12/2016, VigÃ©sima CÂ¢mara CÃ-vel, Data de PublicaÃ§Ã£o: 20/01/2017). EsclareÃ§o que em virtude de o presente feito tramitar pelo rito da Lei nÂº 9.099/95, a extinÃ§Ã£o do processo independe da prÃ©via intimaÃ§Ã£o pessoal das partes (art. 51, Â§ 1Âº Lei nÂº 9.099/95). Por tais motivos, julgo EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DO MÃRITO, com fulcro no art. 485, inciso IV do CPC/15 (ausÃªncia de pressupostos de constituiÃ§Ã£o e de desenvolvimento vÃ¡lido e regular do processo). Sem custas (art. 55 da Lei nÂº 9.099/95). Desde logo, fica autorizado o desentranhamento de peÃ§as processuais, desde que substituÃ-da por fotocÃ³pias para manter a integridade do feito. Publique-se, registre-se e intime-se. ApÃ³s certificado o trÂnsito em julgado e adotadas as providÃªncias de praxe, ARQUIVE-SE. Novo Repartimento/PA, 17 de novembro de 2021. JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito PROCESSO: 00011025120198140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Procedimento Sumário em: 17/11/2021 REQUERENTE:MARCIA DUARTE DE SOUSA Representante(s): OAB 19893-B - WILSON MARTINS (ADVOGADO) OAB 16958 - THAIZ DIAS BORGES (ADVOGADO) REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALINNS. PROCESSO: 0001102-51.2019.8.14.0123 REQUERENTE: MARCIA DUARTE DE SOUSA, VC Nossa Senhora da Guia 2, SÃ-tio Boa EsperanÃ§a, Zona Rural de Novo Repartimento/PA. SENTENÃA Vistos. Trata-se de AÃÃO DE CONCESSÃO DE SALÃRIO MATERNIDADE RURAL, envolvendo as partes devidamente qualificadas nos autos. Foi proferido despacho (fls. 17 e 20) mandando intimar a parte autora, ora para emendar a inicial ora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, contudo esta se manteve inerte. Vieram-me os autos conclusos. Ã o breve relatÃ³rio. DECIDO. O artigo 485 do CÃ³digo de Processo Civil prevÃª as possibilidades de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, dentre as quais, em seu inciso II, o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligÃªncia das partes. Â No caso concreto, verifica-se que a parte autora se manteve inerte por perÃ-odo superior a 01 ano, ademais verifica-se que nÃ£o foi possÃ-vel realizar sua intimaÃ§Ã£o pessoal em decorrÃªncia da ausÃªncia de apresentaÃ§Ã£o de endereÃ§o detalhado, bem como ausÃªncia de apresentaÃ§Ã£o de nÃºmero de contato telefÃ´nico na inicial. Por tais motivos, julgo EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DO MÃRITO, com fulcro no Artigo 485, II, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Sem custas, nos termos do art. 40, IV da Lei estadual 8.328/2015. ApÃ³s certificado o trÂnsito em julgado e adotadas as providÃªncias de praxe, ARQUIVE-SE. CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE, POR CÃPIA, COMO MANDADO DE CITAÃÃO/INTIMAÃÃO E OFÃCIO (PROV. 003/2009 - CJCI). Novo Repartimento/PA, 17 de novembro de 2021. JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito PROCESSO: 00012325620108140123 PROCESSO ANTIGO: 201010008709 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA

ANDRADE A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:JOSE FILOMENO LISBOA Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) OAB 15148-A - JOSE ALEXANDRE DOMINGUES GUIMARAES (ADVOGADO) OAB 15148-B - JOSE ALEXANDRE DOMINGUES GUIMARAES (ADVOGADO) REQUERIDO:LIZARDO JOSE BERTOLACCINI JUNIOR Representante(s): OAB 15109-A - MARCELO ALCANTARA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE NOVO REPARTIMENTO - PMNR. PROCESSO: 0001232-56.2010.8.14.0123 SENTENÃA Trata-se de AÃÃO DE INDENIZAÃÃO POR DANOS MORAIS ajuizada por JOSÃ FILOMENO LISBOA em face do LIZARDO JOSÃ BERTOLACCINI E MUNICÃPIO DE NOVO REPARTIMENTO. Foi proferido despacho as fls. 71 determinando a intimaÃ§Ã£o da parte autora para regularizar sua representaÃ§Ã£o processual em razÃ£o da ausÃªncia de Defensoria PÃºblica neste municÃ-pio, sob pena de extinÃ§Ã£o sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito por ausÃªncia de pressuposto de desenvolvimento vÃ¡lido e regular do processo. Contudo, em certidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a de fls. 73 consta informaÃ§Ã£o de que o requerente faleceu no ano de 2016, nÃ£o tendo seus familiares apresentado certidÃ£o de Ã³bito do referido, na oportunidade o meirinho deu ciÃªncia aos familiares do de cujus para se manifestarem nos autos. Ã o relatÃ³rio. DECIDO. NÃ£o se aplica a presente causa a regra do art. 12, caput, do CPC, de observÂncia da ordem cronolÃ³gica da conclusÃ£o dos autos para a prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a, haja vista que o presente caso se enquadra dentre as exceÃ§Ãµes previstas no parÃ¡grafo 2Âº, inciso IV do art. 12 do CPC, no tocante Ã s sentenÃ§as terminativas sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Com efeito, o art. 313, Â§2Âº, inciso II, do CPC/15 prevÃª que a ausÃªncia de manifestaÃ§Ã£o do espÃ³lio, sucessores ou herdeiros no prazo designado pelo magistrado para manifestarem interesse na sucessÃ£o processual e para que promovam a habilitaÃ§Ã£o enseja a extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. No caso dos autos hÃ¡ notÃ-cia do falecimento do autor da aÃ§Ã£o que remonta ao ano de 2016 sem que seus sucessores, espÃ³lio ou herdeiros tenham se manifestado nos autos requerendo a devida habilitaÃ§Ã£o. NÃ£o obstante, foi oportunizado aos familiares do falecido se habilitarem no processo, conforme certidÃ£o de fls. 73, entretanto transcorreu in albis o prazo estipulado para se manifestarem. Por tais motivos, julgo EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DO MÃRITO, com fulcro no art. 485, inciso IV do CPC/15 (ausÃªncia de pressupostos de constituiÃ§Ã£o e de desenvolvimento vÃ¡lido e regular do processo). Sem custas, nos termos do art. 40, IV da Lei estadual 8.328/2015. Desde logo, fica autorizado o desentranhamento de peÃ§as processuais, desde que substituÃ-da por fotocÃ³pias para manter a integridade do feito. Publique-se, registre-se e intime-se. ApÃ³s certificado o trÂnsito em julgado e adotadas as providÃªncias de praxe, ARQUIVE-SE. Novo Repartimento/PA, 17 de novembro de 2021. JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito PROCESSO: 00015143720168140074 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: 17/11/2021 REQUERENTE:H. G. S. D. REQUERENTE:K. C. S. D. REQUERENTE:J. P. S. D. REQUERIDO:R. R. S. . PROCESSO: 0001514-37.2016.8.14.0074 REQUERENTE: HWDSON GABRIEL DA SILVA DURANS, KERRISON CAIO DA SILVA DURANS, JOÃO PEDRO DA SILVA DURANS, representados por sua genitora ROSINETE REGES DA SILVA, Bairro Nossa Senhora Aparecida, QD 56, C. 09, Casas da Caixa, Novo Repartimento/PA. REQUERENTE: GILSON CARLOS LOPES DURANS. SENTENÃA Trata-se de AÃÃO DE ALIMENTOS, envolvendo as partes devidamente qualificadas nos autos. Foi proferido despacho (fls. 70) determinando que a parte autora no prazo de 15 dias, sob pena de extinÃ§Ã£o, habilitasse novo advogado. Em fls. 72 consta certidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a informando que intimou a representante dos menores. Em certidÃ£o de fls. nÃ£o numeradas consta informaÃ§Ã£o de que transcorreu in albis o prazo consignado a parte para que regularizasse sua representaÃ§Ã£o processual. Ã o breve relatÃ³rio. DECIDO. O art. 76 do CPC informa que: Â¿verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representaÃ§Ã£o da parte, o juiz suspenderÃ¡ o processo e designarÃ¡ prazo razoÃ¡vel para que seja sanado o vÃ-cioÂ¿. No entendimento jurisprudencial, a regra do artigo 76 do CPC/15 nÃ£o cuida apenas da representaÃ§Ã£o legal e da verificaÃ§Ã£o da incapacidade processual, mas tambÃ©m da possibilidade de suprir omissÃµes relativas Ã incapacidade postulatÃ³ria, a nÃ£o regularizaÃ§Ã£o da capacidade postulatÃ³ria culmina na extinÃ§Ã£o do feito sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito diante da falta de pressuposto de constituiÃ§Ã£o e de desenvolvimento vÃ¡lido e regular do processo, nos termos do art. 485, IV c/c art. 76, Â§1Âº, I, ambos do NCPC (TJ-RS - AR: 70076935741 RS, Relator: Katia Elenise Oliveira da Silva, Data de Julgamento: 18/09/2018, Sexto Grupo de CÂ¢maras CÃ-veis, Data de PublicaÃ§Ã£o: DiÃ¡rio da JustiÃ§a do dia 24/09/2018). Foi oferecido prazo razoÃ¡vel para a parte autora habilitasse novo patrono e especificasse o valor fixado a tÃ-tulo de alimentos, contudo esta quedou-se inerte. Por tais motivos, julgo EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DO MÃRITO, com fulcro no Artigo 485, IV, c/c art. 76, Â§1Âº, I, ambos do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Sem custas, nos termos do art. 40, IV da Lei Estadual

8.328/2015. ApÃ³s certificado o trÃ¢nsito em julgado e adotadas as providÃªncias de praxe, ARQUIVE-SE. CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE, POR CÃPIA, COMO MANDADO DE CITAÃÃO/INTIMAÃÃO E OFÃCIO (PROV. 003/2009 - CJCI). Novo Repartimento/PA, 17 de novembro de 2021. JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito PROCESSO: 00017861020188140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Averiguação de Paternidade em: 17/11/2021 REQUERENTE:A. N. A. S. Representante(s): OAB 25926-A - CÂNDIDO LIMA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:M. L. S. C. REPRESENTANTE:L. S. C. . PROCESSO: 0001786-10.2018.8.14.0123 REQUERENTE: ANTONIO NILSON ALVES SILVA, TuerÃª I, VC 63, prÃ³ximo ao maranhÃ£o das bananas no municÃ-pio de Novo Repartimento/PA. Â REQUERIDO: MARIA LUIZA DE SOUSA CARVALHO, representada por sua genitora LUIZA DE SOUSA CARVALHO, VC 03, Novo Planalto, TuerÃª I, Zona Rural, Novo Repartimento/PA. SENTENÃA Vistos. Trata-se de AÃÃO DE INVESTIGAÃÃO E RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE, envolvendo as partes devidamente qualificadas nos autos. Foi proferido despacho (fls. 19 e 22) mandando intimar a parte autora para, respectivamente, apresentar novo endereÃ§o da requerida e manifestar interesse no prosseguimento do feito. Vieram-me os autos conclusos. Ã o breve relatÃ³rio. DECIDO. O artigo 485 do CÃ³digo de Processo Civil prevÃª as possibilidades de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, dentre as quais, em seu inciso III - por nÃ£o promover os atos e as diligÃªncias que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias. Â No caso concreto, verifica-se que a parte autora se manteve inerte por perÃ-odo superior a 30 dias, ademais verifica-se que nÃ£o foi possÃ-vel realizar sua intimaÃ§Ã£o pessoal em decorrÃªncia da apresentaÃ§Ã£o de endereÃ§o insuficiente, bem como ausÃªncia de apresentaÃ§Ã£o de nÃºmero de contato telefÃ´nico na inicial. Assim, esgotadas as possibilidades de intimaÃ§Ã£o pessoal do requerente nÃ£o resta outra saÃ-da senÃ£o julgar extinto o processo sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. Por tais motivos, julgo EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DO MÃRITO, com fulcro no Artigo 485, III, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Sem custas, nos termos do art. 40, IV da Lei estadual 8.328/2015. ApÃ³s certificado o trÃ¢nsito em julgado e adotadas as providÃªncias de praxe, ARQUIVE-SE. CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE, POR CÃPIA, COMO MANDADO DE CITAÃÃO/INTIMAÃÃO E OFÃCIO (PROV. 003/2009 - CJCI). Novo Repartimento/PA, 17 de novembro de 2021. JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito PROCESSO: 00018152620198140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Interdito Proibitório em: 17/11/2021 REQUERENTE:ABRAAO BRAGA FERREIRA Representante(s): OAB 25926-A - CÂNDIDO LIMA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:VALDEMIR MARQUES DE OLIVEIRA. SENTENÃA 0001815-26.2019.8.14.0123 Vistos. Trata-se de AÃÃO DE INTERDITO PROIBITÃRIO C/C PEDIDO DE TUTELA DE URGÃNCIA, partes jÃ¡ qualificadas nos autos Instada a realizar o pagamento das custas, a parte autora manteve-se inerte. Ã O RELATÃRIO. DECIDO. O Autor quando ingressou com a aÃ§Ã£o, e sendo devidamente intimado para recolher as custas, nÃ£o efetivou o pagamento. O Art. 290 do CPC determina o cancelamento da distribuiÃ§Ã£o do processo quando a parte, intimada na pessoa de seu advogado, nÃ£o realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias. Conforme abalizada doutrina, o mencionado cancelamento corresponde Ã sentenÃ§a, em razÃ£o de indeferimento da petiÃ§Ã£o inicial. Diante do exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DE MÃRITO, com fundamento no art. 485, inc. I do CPC. Desde logo fica autorizado o desentranhamento de peÃ§as processuais, desde que substituÃ-da por fotocÃ³pias para manter a integridade do feito. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cancele-se a distribuiÃ§Ã£o do feito, consoante art. 290 do CPC. Novo Repartimento/PA, 17 de novembro de 2021. JULIANO MIZUMA ANDARE Juiz de Direito PROCESSO: 00039909020198140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:LUIZ BISPO PASSOS Representante(s): OAB 27163 - BLENDA FERNANDES DA CUNHA (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO DE SEGURO DPVAT SA Representante(s): OAB 21610 - SAULO DOMINGOS DE MELO PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 11307-A - ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . SENTENÃA 0003990-90.2019.8.14.0123 Trata-se de AÃ§Ã£o de CobranÃ§a de Segura ObrigatÃ³rio DPVAT, na qual foi prolatada sentenÃ§a julgando o feito parcialmente procedente. A parte requerida opÃ´s Embargos de DeclaraÃ§Ã£o alegando ter havido omissÃ£o na sentenÃ§a de fls. 98/99, segundo a requerida a sentenÃ§a deixou de considerar os parÃ¢metros estabelecidos na tabela instituÃ-da pela Lei, visto que o magistrado condenou a seguradora no valor total da lesÃ£o do tornozelo, de forma contrÃ¡ria ao laudo do perito que atestou perda mÃ©dia. Ã O RELATÃRIO. PASSO A DECIDIR. A pretensÃ£o da requerida nÃ£o merece amparo, senÃ£o vejamos. Com efeito, o laudo pericial de fls. 86/88 atesta de forma clara e indene de dÃºvidas que a parte requerente sofreu dano parcial completo, logo sobre ela recai a regra do art. 3Âº, Â§1Âº, I da Lei 6.194/1974, nÃ£o havendo que se falar em dano parcial

incompleto de mÃ©dia repercussÃ£o. A tese da embargante se limita a informar que em fls. 88 consta a informaÃ§Ã£o de que teria ocorrido dano parcial incompleto de mÃ©dia repercussÃ£o. Compulsando os autos verifico que embora o perito tenha colocado entre parÃªnteses a expressÃ£o 50% (cinquenta por cento) respondeu ao quesito da embargada informando que teria havido dano parcial completo, portanto nÃ£o houve omissÃ£o na realizaÃ§Ã£o do enquadramento legal em um dos segmentos orgÃ¢nicos ou corporais previstos na tabela anexa da Lei 6.194/1974. NÃ£o obstante, a embargante informou haver contrariedade entre o conteÃºdo da sentenÃ§a de fls. 98/99 e do laudo pericial, pois segundo a referida a sentenÃ§a condenou a seguradora no valor total da lesÃ£o do tornozelo de forma contrÃ¡ria ao laudo que teria atestado perda mÃ©dia. Da anÃ¡lise detida dos autos verifico que nÃ£o assiste razÃ£o a embargante tendo em vista a argumentaÃ§Ã£o exposta em menÃ§Ã£o supra realizada, ora o laudo pericial indica com clareza de detalhes ter havido dano parcial completo tanto que em fls. 86 o perito nÃ£o preencheu a parte correspondente a dano parcial incompleto e sua respectiva repercussÃ£o, pelo contrÃ¡rio marcou a opÃ§Ã£o do dano parcial completo. Segundo o ovacionado autor Luiz Rodrigues Wambier: A contradiÃ§Ã£o consiste na formulaÃ§Ã£o de duas ou mais ideias incompatÃ-veis entre si. As afirmaÃ§Ãµes contraditÃ³rias podem estar todas na fundamentaÃ§Ã£o ou no comando da decisÃ£o ou pode atÃ© mesmo haver contradiÃ§Ã£o entre o que constou em uma ou outra parte da decisÃ£o (contradiÃ§Ã£o entre a fundamentaÃ§Ã£o e o dispositivo; entre o relatÃ³rio e a fundamentaÃ§Ã£o etc.). (WAMBIER, 2020, pÃ¡g. 605). NÃ£o obstante, mencionado autor aduz que Â¿nÃ£o hÃ¡ contradiÃ§Ã£o atacÃ¡vel por embargos declaratÃ³rios quando a parte reputa que uma afirmaÃ§Ã£o contida na decisÃ£o estÃ¡ em contrariedade com algo externo a ela. A contradiÃ§Ã£o passÃ-vel dos embargos Ã© sempre interna ao pronunciamentoÂ¿ (WAMBIER, 2020, pÃ¡g. 605). Logo, verifica-se que nÃ£o houve contradiÃ§Ã£o no bojo da sentenÃ§a, mas mera alegaÃ§Ã£o da embargante de contradiÃ§Ã£o entre a sentenÃ§a e laudo pericial, argumento que nÃ£o merece prosperar consoante entendimento hodierno do Superior Tribunal de JustiÃ§a (STJ), in verbis: Os embargos de declaraÃ§Ã£o tÃªm como objetivo esclarecer obscuridade, eliminar contradiÃ§Ã£o ou suprimir omissÃ£o de ponto ou questÃ£o sobre o qual devia se pronunciar o Ã³rgÃ£o julgador de ofÃ-cio ou a requerimento das partes, bem como para corrigir erro material (CPC/2015, art. 1.022), sendo inadmissÃ-vel a sua oposiÃ§Ã£o para rediscutir questÃµes tratadas e devidamente fundamentadas na decisÃ£o embargada, jÃ¡ que nÃ£o sÃ£o cabÃ-veis para provocar novo julgamento da lide. [...] 2. A contradiÃ§Ã£o que autoriza a interposiÃ§Ã£o de embargos declaratÃ³rios Ã© a interna, ou seja, entre as proposiÃ§Ãµes do prÃ³prio julgado, e nÃ£o entre a sua conclusÃ£o e as provas dos autos, como pretende o recorrente. 3. Agravo regimental a que se nega provimento."(AgRg no Ag 1.096.513/SP, Quarta Turma, de minha relatoria, DJe de 7/6/201 1) Com efeito, nÃ£o hÃ¡ vÃ-cio a comprometer a compreensÃ£o do julgado ou falta de pronunciamento sobre ponto relevante e capaz de infirmar a conclusÃ£o adotada, mas mero inconformismo que deve ser devidamente apresentado no recurso prÃ³prio. A fundamentaÃ§Ã£o adotada na decisÃ£o embargada Ã© suficiente para respaldar a conclusÃ£o alcanÃ§ada, pelo que ausente pressuposto a ensejar a oposiÃ§Ã£o de embargos de declaraÃ§Ã£o, nos termos do art. 1.022 do CPC/ 2015. Diante do exposto, rejeito os embargos declaratÃ³rios. Publique-se. BrasÃ-lia, 25 de maio de 2021. Ministro RAUL ARAÃJO Relator (STJ - EDcl no AREsp: 1812840 PR 2020/0343842-4, Relator: Ministro RAUL ARAÃJO, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJ 02/06/2021). (grifo nosso). Ex positis, REJEITO OS EMBARGOS DECLARATÃRIOS opostos pela embargante e extingo o feito, com supedÃ¢neo no art. 487, I do CÃ³digo de Processo Civil. Sem custas, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Oportunamente, com o trÃ¢nsito em julgado, ao arquivo, com as devidas anotaÃ§Ãµes. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Novo Repartimento/PA, 17 de novembro de 2021. JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito PROCESSO: 00045633620168140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Tutela Infância e Juventude em: 17/11/2021 REQUERENTE:MARCILENE SANTOS DE SOUZA Representante(s): OAB 12910-B - ERIVALDO ALVES FEITOSA (ADVOGADO) MENOR:A. F. S. S. REQUERIDO:EDVALDO VICENTE DA SILVA. PROCESSO: 0004563-36.2016.8.14.0123 SENTENÃA Trata-se de AÃÃO DE TUTELA, partes jÃ¡ qualificadas nos autos. Em fls. 31 foi proferido despacho mandando intimar a parte autora para requerer o que entender de direito. Â Em petitÃ³rio de fls. 32 a parte autora requereu a homologaÃ§Ã£o do seu pedido de desistÃªncia. Ã O RELATÃRIO DO NECESSÃRIO. DECIDO. Pois bem. O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, bastando o constante dos autos para sua extinÃ§Ã£o. Ã cediÃ§o que a desistÃªncia da aÃ§Ã£o depende da anuÃªncia da parte rÃ© quando esta jÃ¡ foi citada, o que de fato ocorreu no presente processo de forma editalÃ-cia, tendo sido nomeado curador especial, o qual apresentou contestaÃ§Ã£o por negativa geral. Assim, em que pese a anuÃªncia da parte requerida nÃ£o seja possÃ-vel, a priori, o pedido de desistÃªncia da aÃ§Ã£o demonstra inequÃ-voco desinteresse da parte exequente em dar prosseguimento ao feito. Por tais motivos, julgo EXTINTO O PROCESSO SEM

RESOLUÃÃO DO MÃRITO, com fulcro no art. 485, VI, do CPC/15 (falta de interesse processual). Desde logo, fica autorizado o desentranhamento de peÃ§as processuais, desde que substituÃ-da por fotocÃ³pias para manter a integridade do feito. Sem custas (art. 40, IV da Lei Estadual 8.328/2015). A teor do artigo 5Âº, inciso LXXIV, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, Â¿O Estado prestarÃ¡ assistÃªncia jurÃ-dica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiÃªncia de recursosÂ¿. A assistÃªncia jurÃ-dica objetiva garantir o acesso Ã justiÃ§a o contraditÃ³rio e a ampla defesa, materializando o preceito constitucional da isonomia consubstanciada na igualdade de todos perante o ordenamento jurÃ-dico. Segue que na hipÃ³tese do Estado nÃ£o conseguir desempenhar sua atribuiÃ§Ã£o constitucional, atravÃ©s da Defensoria PÃºblica, como no caso em comento, em razÃ£o da ausÃªncia de defensor, deve o magistrado nomear advogado dativo para exercer o munus pÃºblico, fixando honorÃ¡rios. Neste sentido: STJ-293712) PROCESSUAL CIVIL. AÃÂ¿O DE COBRANÃA. HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS CONTRA O ESTADO. DEFENSOR DATIVO. FIXAÃÂ¿O COM BASE NA TABELA DA OAB. 1. Segundo entendimento assente nesta Corte, o advogado dativo nomeado na hipÃ³tese de nÃ£o existir Defensoria PÃºblica no local da prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o, ou de defasagem de pessoal, faz jus aos honorÃ¡rios fixados pelo juiz e pagos pelo Estado, de acordo com os valores da tabela da OAB. Precedentes: AgRg no Ag 924.663/MG, Rel. Min. JosÃ© Delgado, Primeira Turma, DJe de 24.4.2008; REsp 898.337/MT, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 4.3.2009; AgRg no REsp 888.571/RS, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 20.2.2008. 2. Recurso especial provido. (REsp. 1225967/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/04/2011, DJe 15/04/2011). Registra-se que face ao carÃ¡ter orientador/informativo das tabelas editadas pela Ordem dos Advogados do Brasil, Â¿arbitrar os honorÃ¡rios de advogado na Ã¡rea criminal, o magistrado pode utilizar analogicamente da regra disposta no artigo 20 e parÃ¡grafos do CÃ³digo de Processo Civil, uma vez que o CÃ³digo de Processo Penal, alÃ©m de nada prever nesse sentido, permite a aplicaÃ§Ã£o da analogia (art. 3Âº do CPP)Â¿ (ApelaÃ§Ã£o nÂº0903108-11.2009.8.08.0030 (030099031087), 1Âª CÃ¢mara Criminal do TJES, Rel. Ney Batista Coutinho. j. 30.01.2013, unÃ¢nime, DJ 07.02.2013). Ante o exposto, desde logo, fixo a tÃ-tulo de honorÃ¡rios em favor de SimÃ£o Malaquias Filho OAB/PA 5360, o montante de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), conforme tabela de honorÃ¡rios da OAB/PA. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se via DJe. Novo Repartimento/PA, 17 de novembro de 2021. JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito PROCESSO: 00050631020138140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Execução Fiscal em: 17/11/2021 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 11936 - ANA CAROLINA LOBO GLUCK PAUL PERACCHI (ADVOGADO) OAB 15870 - ALFREDO TIBURCIO PAIVA FROTA - PROCURADOR FEDERAL (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:EDEMIR PEDRO SANTANA Representante(s): OAB 16567 - EZEQUIAS MENDES MACIEL (ADVOGADO) OAB 15148-B - JOSE ALEXANDRE DOMINGUES GUIMARAES (ADVOGADO) OAB 25528-B - RENAN DA COSTA FREITAS (ADVOGADO) OAB 203166 - RAYLLANE ROSA NOGUEIRA (ADVOGADO) . PROCESSO: 0005063-10.2013.8.14.0123 EXEQUENTE: FAZENDA PÃBLICA NACIONAL. EXECUTADO: EDEMIR PEDRO SANTANA, Faz Cachoeira da Laurinda, S/N, Casa, Zona Rural, Novo Repartimento/PA. SENTENÃA Vistos. Cuida-se de execuÃ§Ã£o fiscal ajuizada pela FAZENDA PÃBLICA NACIONAL em face de EDEMIR PEDRO SANTANA, objetivando o recebimento de crÃ©dito(s) tributÃ¡rio(s) relativos ao exercÃ-cio de 2006. Em fls. 52/55 o executado informou que houve o pagamento integral do dÃ©bito e requereu a extinÃ§Ã£o do feito, tendo a exequente em fls. 62 informada que a dÃ-vida foi adimplida pugnando pela extinÃ§Ã£o do feito e condenaÃ§Ã£o do executado em custas e despesas processuais. Ã o breve relatÃ³rio. DECIDO. Tendo em vista o pagamento noticiado pela exequente, JULGO EXTINTA A EXECUÃÃO FISCAL, com fundamento no art. 156, I do CTN c/c art. 924, inciso II, do CÃ³digo de Processo Civil. As custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios ficaram a cargo do executado, consoante JurisprudÃªncia hodierna dos Tribunais, senÃ£o vejamos: EMENTA: PROCESSO CIVIL. EXECUÃÃO FISCAL. CRÃDITO TRIBUTÃRIO. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO DO DÃBITO. HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS E CUSTAS. EXTINÃÃO DA EXECUÃÃO. DESCABIMENTO. PROSSEGUIMENTO QUANTO AOS HONORÃRIOS E ÃS CUSTAS. - Se, no pagamento realizado na via administrativa, nÃ£o foi incluÃ-da parcela relativa aos honorÃ¡rios advocatÃ-cios, limitado a transaÃ§Ã£o entre o Fisco e o particular exclusivamente ao crÃ©dito tributÃ¡rio propriamente dito, Ã© incabÃ-vel a extinÃ§Ã£o da execuÃ§Ã£o - A sentenÃ§a que julgou o processo extinto deve ser reformada para determinar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o no que concerne aos honorÃ¡rios e Ã s custas. (TJ-MG - AC: 10480110049792001 MG, Relator: Alberto Vilas Boas, Data de Julgamento: 02/02/0020, Data de PublicaÃ§Ã£o: 05/02/2020). Destarte, condeno o executado ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, fixados em 10% sobre o valor de R$ 28.624,01 (vinte e oito mil seiscentos e vinte e quatro reais), nos termos do art. 85, Â§Â§ 2Âº, 3Âº, I e 19 do CPC/15. Remetam-se os autos a UNAJ para expediÃ§Ã£o de custas finais, apÃ³s intime-se o

executado para pagar. Na oportunidade, deverÃ¡ constar no mandado que o nÃ£o pagamento das custas processuais ensejarÃ¡ sua inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa. Transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias contados da intimaÃ§Ã£o do executado sem que tenha havido pagamento das custas inscreva-se em dÃ-vida ativa. Procedam-se anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes de praxe. Transitada em julgado, arquive-se com as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ServirÃ¡ a presente sentenÃ§a, por cÃ³pia digitalizada, como MANDADO DE INTIMAÃÃO, nos termos do Prov. NÂº 03/2009 da CJRMB - TJE/PA, com a redaÃ§Ã£o que lhe deu o Prov. NÂº 011/2009 daquele Ã³rgÃ£o correcional. Novo Repartimento/PA, 17 de novembro de 2021. JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito PROCESSO: 00057931620168140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Busca e Apreensão em: 17/11/2021 REQUERENTE:ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 16837-A - AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 84206 - MARIA LUCILIA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:ADRIANA ALVES GOMES. PROCESSO: 0005793-16.2016.8.14.0123 SENTENÃA Trata-se de AÃÃO DE BUSCA E APREENSÃO movido por ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA, em face de ADRIANA ALVES GOMES, jÃ¡ qualificados. Em fls. 50 consta despacho determinando a intimaÃ§Ã£o da parte autora para se manifestar em termos de prosseguimento requerendo o que de direito, sob pena de extinÃ§Ã£o. Em fls. 52 a parte autora juntou resposta ao referido despacho, pugnando pela desistÃªncia da aÃ§Ã£o. Ã O RELATÃRIO. DECIDO. Pois bem. O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, bastando o constante dos autos para sua extinÃ§Ã£o. Com efeito, em petiÃ§Ã£o de fls. 52 a parte autora requereu a desistÃªncia da aÃ§Ã£o. A parte Demandada nÃ£o foi citada para apresentar contestaÃ§Ã£o, com isso a desistÃªncia independe de sua prÃ©via manifestaÃ§Ã£o (art. 485, Â§ 4Âº, do NCPC). Pelo exposto, com fundamento no art. 485, VIII do Novo CÃ³digo de Processo Civil, homologo a manifestaÃ§Ã£o de vontade da parte autora e JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Recolha-se eventual mandado de Busca e ApreensÃ£o expedido. Intime-se a parte autora para recolhimento de custas remanescentes se houver, nos termos do art. 90 do NCPC/15 c/c art. 16 da Lei estadual 8.328/2015 do Estado do ParÃ¡, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de providÃªncias atinentes Ã execuÃ§Ã£o do valor correspondente. Se for o caso, ultrapassado o prazo sem a comprovaÃ§Ã£o do recolhimento, certifique-se e, independentemente de nova deliberaÃ§Ã£o, adotem-se as providÃªncias necessÃ¡rias Ã inscriÃ§Ã£o da dÃ-vida. Verificada a existÃªncia de custas indevidas em aberto, cancelem-se. Comprovado o recolhimento de eventuais custas em aberto/pendentes de pagamento, apÃ³s as providÃªncias necessÃ¡rias, inclusive expediÃ§Ã£o de ofÃ-cio(s) pertinente(s), e certificado o trÂ¢nsito em julgado, arquive-se. Novo Repartimento, 17 de novembro de 2021. JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito PROCESSO: 00073362020178140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:IZABELLA FERREIRA DA CUNHA Representante(s): OAB 25561 - ADAIANO ROCHA RAMOS (ADVOGADO) REPRESENTANTE:FRANCINELMA FERREIRA DA CRUZ Representante(s): OAB 25561 - ADAIANO ROCHA RAMOS (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE NOVO REPARTIMENTOPA. PROCESSO: 0007336-20.2017.8.14.0123 REQUERENTE: I.F.D.C., representada por sua genitora FRANCINELMA FERREIRA DA CRUZ, Rua dos Cravos, QD 12, Bairro Morumbi, Novo Repartimento/PA. REQUERIDO: MUNICÃPIO DE NOVO REPARTIMENTO/PA. SENTENÃA Vistos. Trata-se de AÃÃO DE TUTELA PROVISÃRIA, envolvendo as partes devidamente qualificadas nos autos. Foi proferido despacho (fls. 45 e 47-V) mandando intimar a parte autora ora para apresentar rÃ©plica a contestaÃ§Ã£o, ora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, contudo esta se manteve inerte. Vieram-me os autos conclusos. Ã o breve relatÃ³rio. DECIDO. O artigo 485 do CÃ³digo de Processo Civil prevÃª as possibilidades de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, dentre as quais, em seu inciso II, o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligÃªncia das partes. Â No caso concreto, verifica-se que a parte autora se manteve inerte por perÃ-odo superior a 01 ano, ademais verifica-se que nÃ£o foi possÃ-vel realizar sua intimaÃ§Ã£o pessoal em decorrÃªncia da ausÃªncia de apresentaÃ§Ã£o de endereÃ§o detalhado, bem como ausÃªncia de apresentaÃ§Ã£o de nÃºmero de contato telefÃ´nico na inicial. Por tais motivos, julgo EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DO MÃRITO, com fulcro no Artigo 485, II, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Sem custas, nos termos do art. 40, IV da Lei estadual 8.328/2015. ApÃ³s certificado o trÂ¢nsito em julgado e adotadas as providÃªncias de praxe, ARQUIVE-SE. CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE, POR CÃPIA, COMO MANDADO DE CITAÃÃO/INTIMAÃÃO E OFÃCIO (PROV. 003/2009 - CJCI). Novo Repartimento/PA, 17 de novembro de 2021. JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito PROCESSO: 00074618520178140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Procedimento Sumário em: 17/11/2021 REQUERENTE:CLAUDIMAR DE OLIVEIRA FERREIRA Representante(s): OAB

22050 - RHUAN DE ARAUJO MORAIS (ADVOGADO) OAB 8947 - JOSE AUGUSTO SEPTIMIO DE CAMPOS (ADVOGADO) REQUERIDO:YMPACTUS COMERCIAL LTDA - ME (TELEXFREE). PROCESSO: 0007461-85.2017.8.14.0123 REQUERENTE: CLAUDIMAR DE OLIVEIRA FERREIRA, Rua Azaleia, QD 08, C. 15, Bairro Morumbi, Novo Repartimento/PA. Â REQUERIDO: YMPACTUS COMERCIAL LTDA, Av. AntÃ´nio Gil Veloso, NÂº 2.500, EdifÃ-cio Marlim, Apartamento 801, Bairro ItapuÃ£, Vila Velha/ES, CEP 29.101-735. SENTENÃA Vistos. Trata-se de AÃÃO DE LIQUIDAÃÃO DE SENTENÃA, envolvendo as partes devidamente qualificadas nos autos. Foi proferido despacho (fls. 61) mandando intimar a parte autora para, respectivamente, manifestar-se acerca da certidÃ£o de fls. 60 e requerer o que entender de direito, primeiro via DJe, apÃ³s pessoalmente. Vieram-me os autos conclusos. Ã o breve relatÃ³rio. DECIDO. O artigo 485 do CÃ³digo de Processo Civil prevÃª as possibilidades de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, dentre as quais, em seu inciso IV - verificar a ausÃªncia de pressupostos de constituiÃ§Ã£o e de desenvolvimento vÃ¡lido e regular do processo. Â No caso concreto, verifica-se que nÃ£o foi possÃ-vel realizar a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte autora em decorrÃªncia da sua mudanÃ§a de endereÃ§o sem ter informado a mudanÃ§a para este juÃ-zo. O art. 274, parÃ¡grafo Ãºnico, do CPC/15 informa que Â¿presumem-se vÃ¡lidas as intimaÃ§Ãµes dirigidas ao endereÃ§o constante dos autos, ainda que nÃ£o recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva nÃ£o tiver sido devidamente comunicada ao juÃ-zo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondÃªncia no primitivo endereÃ§oÂ¿. Por tais motivos, julgo EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DO MÃRITO, com fulcro no Artigo 485, IV, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Sem custas, nos termos do art. 40, IV da Lei estadual 8.328/2015. ApÃ³s certificado o trÃ¢nsito em julgado e adotadas as providÃªncias de praxe, ARQUIVE-SE. CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE, POR CÃPIA, COMO MANDADO DE CITAÃÃO/INTIMAÃÃO E OFÃCIO (PROV. 003/2009 - CJCI). Novo Repartimento/PA, 17 de novembro de 2021. JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito PROCESSO: 00080585420178140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Execução Fiscal em: 17/11/2021 EXEQUENTE:ESTADO DO PARAFAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PROCURADOR DO ESTADO DO PARA (REP LEGAL) EXECUTADO:JOAO THEODORO REZENDE. PROCESSO: 0008058-54.2017.8.14.0123 EXEQUENTE: ESTADO DO PARÃ - FAZENDA PÃBLICA ESTADUAL EXECUTADO: JOÃO THEODORO DE REZENDE SENTENÃA Trata-se de AÃÃO DE EXECUÃÃO FISCAL, partes jÃ¡ qualificadas nos autos. Em petitÃ³rio de fls. 14 a parte autora requereu a desistÃªncia do processo. Ã O RELATÃRIO DO NECESSÃRIO. DECIDO. Pois bem. O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, bastando o constante dos autos para sua extinÃ§Ã£o. Com efeito, em petiÃ§Ã£o (fls. 14) a parte autora requer a desistÃªncia da aÃ§Ã£o. Os sÃ³cios da empresa sequer foram citados, com isso a desistÃªncia independe de sua prÃ©via manifestaÃ§Ã£o (art. 485, Â§ 4Âº, do NCPC). Pelo exposto, com fundamento no art. 485, VIII do Novo CÃ³digo de Processo Civil, homologo a manifestaÃ§Ã£o de vontade da parte autora e JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito (desistÃªncia). Sem custas, nos termos do art. 39 da Lei 6.830/1980. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se a Fazenda PÃºblica com remessa dos autos, nos termos do art. 183, Â§1Âº do CPC/15. Novo Repartimento/PA, 17 de novembro de 2021. JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito PROCESSO: 00104003820178140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE A??o: Procedimento Sumário em: 17/11/2021 REQUERENTE:IRACELIA DA FONSECA REGO Representante(s): OAB 12910-B - ERIVALDO ALVES FEITOSA (ADVOGADO) REQUERIDO:BACO DO BRASIL SA REQUERIDO:CLEDSON CARVALHO REGO. SENTENÃA 0010400-38.2017.8.14.0123 Vistos. Trata-se de AÃÃO DECLARATÃRIA DE INEXISTÃNCIA DE RELAÃÃO JURÃDICO CONTRATUAL C/C INDENIZAÃÃO POR DANOS IMATERIAIS, PREJUÃZOS ECONÃMICOS E TUTELA DE URGÃNCIA, partes jÃ¡ qualificadas nos autos Instada a realizar o pagamento das custas, a parte autora manteve-se inerte. Ã O RELATÃRIO. DECIDO. O Autor quando ingressou com a aÃ§Ã£o, e sendo devidamente intimado para recolher as custas, nÃ£o efetivou o pagamento. O Art. 290 do CPC determina o cancelamento da distribuiÃ§Ã£o do processo quando a parte, intimada na pessoa de seu advogado, nÃ£o realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias. Conforme abalizada doutrina, o mencionado cancelamento corresponde Ã sentenÃ§a, em razÃ£o de indeferimento da petiÃ§Ã£o inicial. Diante do exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DE MÃRITO, com fundamento no art. 485, inc. I do CPC. Desde logo fica autorizado o desentranhamento de peÃ§as processuais, desde que substituÃ-da por fotocÃ³pias para manter a integridade do feito. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cancele-se a distribuiÃ§Ã£o do feito, consoante art. 290 do CPC. Novo Repartimento/PA, 17 de novembro de 2021. JULIANO MIZUMA ANDARE Juiz de Direito PROCESSO: 00013412620178140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A):

---- A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: REQUERENTE: W. M. A. Representante(s): OAB 22153 - JOÃO VIEIRA BEZERRA (ADVOGADO) REQUERIDO: H. M. A. REQUERIDO: D. M. C. M. PROCESSO: 00020232020138140123 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução de Alimentos em: EXEQUENTE: B. G. C. M. REPRESENTANTE: M. C. L. Representante(s): OAB XLR8 - DEFENSORIA PUBLICA (REP LEGAL) EXECUTADO: F. H. M. M.

COMARCA DE SOURE

GABINETE DA VARA ÚNICA DE SOURE

P R O C E S S O : 0 0 0 2 5 0 2 3 5 2 0 1 8 8 1 4 0 0 5 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021---DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:GILBERTO SOARES DOS SANTOS Representante(s): DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) VITIMA:A. C. O. E. . D E C I S Ã¿ OÂ I N T E R L O C U T Ã¿ R I A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1. Considerando a certidÃ£o retro, torno sem efeito o mandado de prisÃ£o expedido nos autos de prisÃ£o em flagrante em razÃ£o da sentenÃ§a condenatÃ³ria com pena restritiva de liberdade substituÃ-da por restritiva de direito, em consequÃªncia determino a expediÃ§Ã£o do competente contramandado em favor do apenado GILBERTO SOARES DOS SANTOS; Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2. Certifique a Secretaria quanto Ã emissÃ£o de guia de execuÃ§Ã£o relativa ao apenado, haja vista a sua inexistÃªncia nos presentes autos. Uma vez gerada a devida guia e o consequente novo nÃºmero do feito executÃ³rio pertinente, cerifique-se a realizaÃ§Ã£o nos presentes autos e voltem-me conclusos para a determinaÃ§Ã£o do competente arquivamento; Â 2.2. A supracitada guia deverÃ¡ ser gerada juntamente com o novo nÃºmero processual do feito executÃ³rio no sistema SEEU, devendo ser feita a necessÃ¡ria conclusÃ£o para designaÃ§Ã£o de audiÃªncia admonitÃ³ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Soure (PA), 18 de junho de 2021. ACRÃSIO TAJRA DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Titular DA Vara Ãºnica da Comarca de Soure

P R O C E S S O : 0 0 0 3 9 9 7 4 6 2 0 2 0 8 1 4 0 0 5 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021---DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:SIDNEY D O ROCHA Representante(s): OAB 19745 - MARCOS HENRIQUE M A C H A D O B I S P O (A D V O G A D O) V I T I M A : S . D . O . R . . D E S P A C H O Â Tendo em vista o teor da certidÃ£o, intime-se o acusado, para que informe se irÃ¡ contratar novo patrono para apresentaÃ§Ãµes de alegaÃ§Ãµes finais ou se pretende ser patrocinado pela Defensoria. Â ApÃ³s, conclusos para deliberaÃ§Ãµes ulteriores. Â Â Â Â Â Soure (PA), 18 de novembro de 2021. ACRÃSIO TAJRA DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Titular da Vara Ã¿nica da Comarca de Soure

P R O C E S S O : 0 0 0 5 7 6 3 0 8 2 0 1 8 8 1 4 0 0 5 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021---VITIMA:S. C. B. DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:EDISUZIMAR SILVA CASTRO Representante(s): OAB 11482 - FERNANDO TOBIAS SANTOS GONCALVES (ADVOGADO) DENUNCIADO:MILTON CESAR MELLO FIGUEIREDO Representante(s): OAB 11482 - FERNANDO TOBIAS SANTOS GONCALVES (ADVOGADO) . DESPACHO Â Tendo em vista o teor da certidÃ£o, intime-se o acusado, para que informe se irÃ¡ contratar novo patrono para apresentaÃ§Ãµes de alegaÃ§Ãµes finais ou se pretende ser patrocinado pela Defensoria. Â ApÃ³s, conclusos para deliberaÃ§Ãµes ulteriores. Â Â Â Â Â Soure (PA), 18 de novembro de 2021. ACRÃSIO TAJRA DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Titular da Vara Ã¿nica da Comarca de Soure

P R O C E S S O : 0 0 0 6 0 3 3 9 5 2 0 1 9 8 1 4 0 0 5 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 18/11/2021---DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:PEDRO PAULO DOS SANTOS SILVA VITIMA:O. S. C. J. . DESPACHO Â Compulsando os autos, verifico que o acusado estava acompanhado da Dra. JOSELENE ELERES em audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento no dia

10.06.2021, em razÃ£o disso, intime-se a patrona para que apresente alegaÃ§Ãµes finais, bem como junte procuraÃ§Ã£o nos autos para regularizar o patrocÃ-nio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos para deliberaÃ§Ãµes ulteriores. Â Â Â Â Â Soure (PA), 18 de novembro de 2021. ACRÃSIO TAJRA DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Titular da Vara Ã¿nica da Comarca de Soure

P R O C E S S O : 0 0 0 7 6 8 4 0 2 2 0 1 8 8 1 4 0 0 5 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO A??o: Execução de Alimentos Infância e Juventude em: 18/11/2021---REQUERENTE:R. K. S. J. REPRESENTANTE:TAYLANE SEABRA DE JESUS Representante(s): FABIANO JOSE DINIZ LOPES JUNIOR - DEF. PUB. (DEFENSOR) REQUERIDO:EDINELSON FIGUEIREDO MACEDO. SENTENÃ¿A Trata-se de ExecuÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o de Alimentos ajuizada por R. K. J. M., menor, representado por sua genitora Sra. TAYLANE SEABRA DE JESUS em face de EDINELSON FIGUEIREDO MACEDO, todos qualificados nos autos. DecisÃ£o de fl. 10, determinando a citaÃ§Ã£o do executado para pagamento do dÃ©bito alimentar, provar que fez ou justificar a impossibilidade. Executado devidamente citado Ã fl. 12. Oficiado a Depol de Soure para informar se o executado se encontrava custodiado (fl. 16), a autoridade policial informou que o executado nÃ£o estava custodiado naquela Depol, bem como feitas buscas no sistema penitenciÃ¡rio, onde tambÃ©m nÃ£o foi encontrado qualquer registro (fls. 17/18). Devidamente intimada a parte autora, pessoalmente para, manifestar se o executado efetuou o pagamento do dÃ©bito alimentar (fl. 23), esta, nÃ£o apresentou manifestaÃ§Ã£o nos autos. Ã¿ o relatÃ³rio. DECIDO. Com efeito, cumpre as partes atenderem aos provimentos judiciais dentro do prazo proposto, sob pena de preclusÃ£o. A parte requerente nÃ£o cumpriu o determinado em despacho deixando o prazo transcorrer in albis, impossibilitando a marcha processual. Assim, vejo a necessidade de extinÃ§Ã£o do feito, vez que a parte requerente nÃ£o atendeu que lhe foi determinado, diligencia indispensÃ¡vel para o prosseguimento do feito, demonstrando assim falta de interesse. PELO EXPOSTO, JULGO O PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÃ¿Ã¿O DO MÃ¿RITO, nos termos do artigo 485, IV, VI do CPC. Sem custas, ante a gratuidade deferida. Outrossim, torno sem efeito o mandado de prisÃ£o expedido Ã fl. 14. P.R.I. ApÃ³s as formalidades legais, arquive-se. Soure-PA, 18 de novembro de 2021. ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO Juiz de Direito titular da Vara Ã¿nica de Soure

P R O C E S S O : 0 0 0 8 6 6 4 4 6 2 0 1 8 8 1 4 0 0 5 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021---DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ROBSON DO CARMO RIBEIRO DENUNCIADO:LUIS CARLOS CRAVEIRO COIMBRA VITIMA:O. P. L. . HABEAS CORPUS Â R. h. Â Conclusos. Â A aÃ§Ã£o de HC deve ser autuada em autos separados, ainda que digam respeito a fatos nestes autos tratados, assim, nÃ£o conheÃ§o o pedido de fls.27/30, eis que inadequada a forma utilizada. Â Intime-se. Â Â Â Soure-PA, 18 de novembro de 2021. ACRÃSIO TAJRA DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Titular da Vara Ã¿nica de Soure - PA

P R O C E S S O : 0 0 0 0 9 6 3 3 4 2 0 1 8 8 1 4 0 0 5 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO A??o: Execução de Alimentos Infância e Juventude em: 19/11/2021---REPRESENTANTE:ADJENANNE VERONICA SANTOS DA CRUZ Representante(s): FLAVIA CHRISTINA MARANHAO CAMPOS GOMES (DEFENSOR) EXECUTADO:EDUARDO NUNES DAMASCENO EXEQUENTE:MONNIQUE ESTHER DA CRUZ DAMASCENO. Requerente: M. E. D. C. D., menor, representada por sua genitora Sra. ADJENANNE VERONICA SANTOS DA CRUZ, residente e domiciliadas na Travessa 24, entre 7Âª e 8Âª Ruas, Bairro Pacoval Soure. Requerido: EDUARDO NUNES DAMASCENO. DESPACHO Considerando a certidÃ£o de fl. 36, bem como a manifestaÃ§Ã£o da defensoria pÃºblica de fl. 36v., intime-se a parte autora para, que informe o endereÃ§o atualizado do executado, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinÃ§Ã£o da presente aÃ§Ã£o sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. Decorrido o prazo, com ou sem manifestaÃ§Ã£o, neste Ãºltimo caso devidamente certificado, faÃ§a os autos conclusos. Soure-PA, 19 de novembro de 2021. ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO Juiz de Direito titular da Vara Ã¿nica de Soure

P R O C E S S O : 0 0 0 1 1 1 0 2 6 2 0 1 9 8 1 4 0 0 5 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021---DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO

DO PARA DENUNCIADO:WALLACY GONCALVES DE LIMA Representante(s): OAB 7361 - MANOEL RICARDO CARVALHO CORREA (ADVOGADO) DENUNCIADO:CLEITON CARLOS SOARES FERNANDES Representante(s): OAB 21479 - JOSELENE SILVA ELERES (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. . DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que inexiste execuÃ§Ã£o em andamento em razÃ£o do acÃ³rdÃ£o condenatÃ³rio contido no caderno processual, tampouco tramita qualquer feito executÃ³rio no sistema Â¿SEEUÂ¿ em nome dos sentenciados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, determino a expediÃ§Ã£o dos mandados de prisÃµes para o inÃ-cio de cumprimento da pena, devendo ser dada ampla divulgaÃ§Ã£o, com o envio dos competentes ofÃ-cios aos Ã³rgÃ£os de seguranÃ§a pÃºblica e inclusÃ£o do mandado no BNMP/CNJ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ato contÃ-nuo, cumpridos os referidos mandados, expeÃ§am-se as competentes guias de execuÃ§Ãµes definitivas, iniciando novos processos de execuÃ§Ã£o pelo SEEU. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquive-se os presentes autos e proceda-se com as devidas baixas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Soure-PA, 19 de novembro de 2021. ACRÃSIO TAJRA DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Titular da Vara Ã¿nica de Soure

P R O C E S S O : 0 0 0 1 2 0 8 5 5 2 0 1 2 8 1 4 0 0 5 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021---DENUNCIADO:EDEN BANDEIRA ALCANTARA VITIMA:A. S. S. AUTOR:MINISTEERIO PUBLICO ESTADUAL PROMOTOR:AMARILDO DA SILVA GUERRA - PROMOTOR DE JUSTICA. DESPACHO Â Â Â Â Â Compulsando os autos verifico que hÃ¡ informaÃ§Ã£o de cumprimento do mandado de prisÃ£o datado de 27.08.2019 e informaÃ§Ã£o no Infopen juntado Ã fl. 83 Ã© datado de 16.02.2015. Â Â Â Â Â Assim sendo, oficie-se a SEAP - Secretaria de Estado de AdministraÃ§Ã£o PenitenciÃ¡ria para que informe se o acusado faz parte da populaÃ§Ã£o carcerÃ¡ria do Estado. Â Â Â Â Â ApÃ³s, voltem os autos conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Soure (PA), 19 de novembro de 2021. ACRÃSIO TAJRA DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Titular da Vara Ã¿nica da Comarca de Soure

P R O C E S S O : 0 0 0 2 5 4 5 4 0 2 0 1 6 8 1 4 0 0 5 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021---AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ROZENILDO FIGUEIREDO PANTOJA DENUNCIADO:SILVANA MARIA DA SILVA FELIPE Representante(s): OAB 11406-A - CARLOS DE SOUZA GONCALVES NETO (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:ESTEVAM EVERTON DIAS CORREA DE CARVALHO DENUNCIADO:ROSENILSON SANTOS SILVA. DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que inexiste execuÃ§Ã£o em andamento em razÃ£o do acÃ³rdÃ£o condenatÃ³rio contido no caderno processual, tampouco tramita qualquer feito executÃ³rio no sistema Â¿SEEUÂ¿ em nome dos sentenciados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, determino a expediÃ§Ã£o dos mandados de prisÃµes para o inÃ-cio de cumprimento da pena, devendo ser dada ampla divulgaÃ§Ã£o, com o envio dos competentes ofÃ-cios aos Ã³rgÃ£os de seguranÃ§a pÃºblica e inclusÃ£o do mandado no BNMP/CNJ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ato contÃ-nuo, cumpridos os referidos mandados, expeÃ§am-se as competentes guias de execuÃ§Ãµes definitivas, iniciando novos processos de execuÃ§Ã£o pelo SEEU. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquive-se os presentes autos e proceda-se com as devidas baixas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Soure-PA, 19 de novembro de 2021. ACRÃSIO TAJRA DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Titular da Vara Ã¿nica de Soure

P R O C E S S O : 0 0 0 3 2 2 7 8 7 2 0 1 9 8 1 4 0 0 5 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO A??o: Inquérito Policial em: 19/11/2021---VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:FERNANDA DE TAL Representante(s): OAB 21479 - JOSELENE SILVA ELERES (ADVOGADO) DENUNCIADO:RODRIGO FERREIRA VALENTE Representante(s): OAB 21479 - JOSELENE SILVA ELERES (ADVOGADO) DENUNCIADO:GERMANO FIGUEIREDO COSTA DENUNCIADO:WAGNER MESQUITA SILVA Representante(s): OAB 21479 - JOSELENE SILVA ELERES (ADVOGADO) DENUNCIADO:CRISTIANE SANTOS PINHEIRO Representante(s): OAB 27285 - MARCOS JOSE NASCIMENTO BISPO (ADVOGADO) DENUNCIADO:IVANILDO CAMARA ROCHA Representante(s): OAB 21479 - JOSELENE SILVA ELERES (ADVOGADO) DENUNCIADO:ERIKA SEVERA SANTOS GONCALVES Representante(s): OAB 21479 - JOSELENE SILVA ELERES (ADVOGADO) OAB 27285 - MARCOS

JOSE NASCIMENTO BISPO (ADVOGADO) DENUNCIADO:LUAN DE TAL DENUNCIADO:JONILSON CARDOSO PAULA Representante(s): OAB 21479 - JOSELENE SILVA ELERES (ADVOGADO) DENUNCIADO:RAYANE SANTOS PANTOJA Representante(s): OAB 12925 - ANA LAURA MACEDO SA (DEFENSOR) OAB 21479 - JOSELENE SILVA ELERES (ADVOGADO) DENUNCIADO:LUAN SANTOS NUNES Representante(s): OAB 21479 - JOSELENE SILVA ELERES (ADVOGADO) DENUNCIADO:RUAN RIBEIRO DA SILVA Representante(s): OAB 13466 - LUCIANA TARCILA VIEIRA GUEDES (DEFENSOR) DENUNCIADO:ROMULO ROBERTO DANTAS COSTA DENUNCIADO:FELIPE RAFAEL CARDOSO DE SOUZA DENUNCIADO:DORZILA DA SILVA SANTOS Representante(s): OAB 19745 - MARCOS HENRIQUE MACHADO BISPO (ADVOGADO) OAB 21479 - JOSELENE SILVA ELERES (ADVOGADO) DENUNCIADO:AMANDA KELLY LIMA DA CONCEICAO Representante(s): OAB 27285 - MARCOS JOSE NASCIMENTO BISPO (ADVOGADO) DENUNCIADO:AURICELLE FERREIRA SEABRA DENUNCIADO:RONALDO YAGO SANTOS DOS SANTOS Representante(s): OAB 21479 - JOSELENE SILVA ELERES (ADVOGADO) DENUNCIADO:CLEITON NASCIMENTO PENA Representante(s): OAB 19745 - MARCOS HENRIQUE MACHADO BISPO (ADVOGADO) DENUNCIADO:ROGER VINICIUS MARQUES BRITO DENUNCIADO:KELLY CRISTINA BRITO GOUVEA Representante(s): OAB 21479 - JOSELENE SILVA ELERES (ADVOGADO) DENUNCIADO:FABIO MARTINS DE SOUZA. DESPACHO Â Â Â Â Â Devolvam-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para que indique quais rÃ©us que deverÃ£o ser desmembrados, para o fim de dar celeridade e andamento da marcha processual de acordo com a fase processual que cada um se encontre. Â Â Â Â Â ApÃ³s manifestaÃ§Ã£o do parquet, voltem-me os autos conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Soure (PA), 19 de novembro de 2021. ACRÃSIO TAJRA DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Titular da Vara Ã¿nica da Comarca de Soure

P R O C E S S O : 0 0 0 4 0 0 4 0 9 2 0 1 8 8 1 4 0 0 5 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021---DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ROSIEL CARDOSO LEAL Representante(s): OAB 17330 - ANTONIO REIS GRAIM NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:RONALDO CARDOSO LEAL Representante(s): OAB 17330 - ANTONIO REIS GRAIM NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:JAILSON RODRIGUES CORREA VITIMA:R. L. F. . DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista o teor da certidÃ£o retro atestando a ausÃªncia de resposta Ã acusaÃ§Ã£o, no prazo legal, nomeio a Defensoria PÃºblica para que apresente a defesa escrita do acusado JAILSON RODRIGUES CORREA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Soure (PA), 19 de novembro de 2021. ACRÃSIO TAJRA DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Titular da Vara Ã¿nica da Comarca de Soure

P R O C E S S O : 0 0 0 4 2 6 8 6 5 2 0 1 4 8 1 4 0 0 5 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO A??o: Cumprimento de sentença em: 19/11/2021---REQUERENTE:VICENTE DE PAULA AMARAL E OUTROS Representante(s): OAB 19745 - MARCOS HENRIQUE MACHADO BISPO (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE SOURE PREFEITURA MUNICIPAL. DESPACHO Cumpra-se o determinado Ã fl. 86, em sua integralidade. Soure-PA, 19 de novembro de 2021. ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO Juiz de Direito titular da Vara Ã¿nica de Soure

PROCESSO: 00048579120138140059 PROCESSO ANTIGO: ---
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 19/11/2021---REQUERENTE:BANCO PANAMERICANO SA Representante(s): OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:RAIMUNDO BEZERRA SAMPAIO. SENTENÃ¿AÂ Vistos, Trata-se de AÃ§Ã£o de Busca e ApreensÃ£o ajuizada por PANAMERICANO S.A. em face de RAIMUNDO BEZERRA SAMPAIO, todos qualificados nos autos. Pedido de desistÃªncia da presente aÃ§Ã£o formulado pelo requerente Ã fl. 64. Ã¿ o relatÃ³rio. Decido. Considerando o pedido de desistÃªncia formulado pela parte autora, vejo a necessidade de extinÃ§Ã£o da presente aÃ§Ã£o. ISTO POSTO, e por tudo que dos autos consta, HOMOLOGO por sentenÃ§a o pedido de desistÃªncia formulado pela parte autora Ã fl. 64, (art. 200, parÃ¡grafo Ãºnico do CPC), e, por conseguinte, julgo extinto o processo sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 485, inciso VIII c/c Â§4Âº do CPC. Custas processuais, se houver, pelo requerente. Em caso positivo de custas, intime-se a devedor para pagamento, no prazo de 10 (dez) dias. NÃ£o efetuado o pagamento, extraia-se certidÃ£o de dÃ-vida ativa e encaminhe-se Ã PGE para cobranÃ§a. P.R.I.C.

Arquive-se, dando-se baixa na distribuiÃ§Ã£o. Soure-PA, 19 de novembro de 2021. ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO Juiz de Direito titular da Vara Ã¿nica de Soure

COMARCA DE BONITO

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BONITO

EDITAL DE CITAÇ¿O

A Dra. CYNTHIA BEATRIZ ZANLOCHI VIEIRA, MMª. Juíza de Direito Titular da Comarca de Bonito, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais. FAZ SABER publicamente, que se encontra em trâmite, neste juízo, os autos da Ação de Busca e Apreensão PROCESSO:0006470-85.2016.8.14.0013, movida por BANCO BRADESCO, Requerido: JK ASSAD NOGUEIRA TRANSPORTES EPP, Considerando, que o REQUERIDO atualmente se encontra em local incerto e não sabido, o que vem impedido a regular Citação, e, em razão da impossibilidade de localização pessoal para tal, expediu-se o presente EDITAL DE CITAÇÃO, bem como, para, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias. E para que chegue ao conhecimento do REQUERIDO, a fim de que este seja considerado regularmente CITADO, assim como de todos os interessados, e para que no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será afixado no lugar público de costume pelo prazo de 20 (vinte) dias. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Bonito aos 17 dias do mês de novembro do ano de 2021. Eu, Maria da Conceição Mota Garrido, Auxiliar Judiciário digitei. DANIELLE OLIVEIRA DE SÁ, Diretora de Secretaria.

COMARCA DE SANTA LUZIA DO PARÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SANTA LUZIA DO PARÁ

Processo nº: 0000195-29.2012.8.14.0121 Apelante: Luiz Anastacio Pereira de Sousa Apelado: Banco Cifra S/A (Atual Denominação do Banco GE Capital S/A) Representante OAB: Aline Takashima Natureza: Cumprimento de sentença DECIS¿O Vistos. LUIZ ANASTACIO PEREIRA DE SOUZA ajuizou AÇ¿O DE INDENIZAÇ¿O POR DANOS MORAIS E MATERIAIS em desfavor de BANCO CIFRA (BANCO GE CAPITAL S/A), tendo o processo sido julgado procedente em 15 de março de 2013 (fl. 58), para condenar o banco em danos materiais consistentes na devoluç¿o em dobro dos valores indevidamente descontados em benefício da autora, a serem apurados em fase de liquidaç¿o de sentença, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correç¿o pelo INPC a partir do evento danoso, bem como condenar ao pagamento de danos morais no valor de R$4.000,00 (quatro mil reais), com juros de mora de 1% ao mês a partir da citaç¿o e correç¿o pelo INPC a partir do arbitramento. Condenou ainda, o banco ao pagamento das custas e honorários em 15% do valor da condenaç¿o. Analisando os autos, verifica-se que a demanda ainda subsiste em raz¿o de supostos valores ainda devidos pela requerida à requerente, pedindo-se inclusive a liberaç¿o por alvará. Entretanto, para determinar se ainda há valores a serem pagos, necessárias algumas consideraç¿es, conforme se segue: Após a condenaç¿o, o requerido depositou o valor de R$4.958,80 (quatro mil, novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos), fl. 72. Instada a se manifestar, a parte autora (fl. 83), requereu a condenaç¿o do banco ao pagamento de R$26.500,00 (vinte e seis mil e quinhentos reais) a título de multa diária. Sobre tal pedido, o juízo indeferiu o pleito da autora (fl. 86), determinando a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça em raz¿o da interposiç¿o de recurso. Em sede de recurso, o Tribunal de Justiça majorou o valor dos danos morais para R$10.000,00 (fl. 102). Em raz¿o disso, houve o depósito no valor de R$20.477,14 pelo banco (fl. 105). O autor peticionou (fl. 89), informando que os valores descontados pelo Banco atualizados até 28/02/2014 totalizam R$19.122,97. Ademais, informou (fl. 111) que à fl. 22 foi prolatada decis¿o determinando a suspens¿o dos descontos, sob pena de multa diária de R$500,00. Relatou que a decis¿o foi recebida pelo banco em 08/08/12 mas só foi cumprida em 16/08/2012. Ao final, disse que apurando tudo, abatendo inclusive os valores depositados resulta em R$30.984, 73 (fl. 111). Sobre o pedido do autor (à fl. 111), CHAMO o feito à ordem e o faço para INDEFIRIR o requerimento acerca de incidência de multa, bem como REJEITO o cálculo que a tiver incluído, uma vez que à fl. 86 dos autos, o pleito foi indeferido pelo juízo. N¿o tendo sido interposto recurso cabível, a matéria tornou-se preclusa. Dando continuidade à análise dos autos, o autor informou que foram juntados dois depósitos pelo banco: R$ 4.958,80 e R$20.477,14. Em relaç¿o aos valores supracitados depositados pelo requerido (R$ 4.958,80 e R$20.477,14), em raz¿o do seu caráter incontroverso e dos sucessivos pedidos posteriores do autor de levantamento de tais valores, havendo procuraç¿o com poderes especiais para tanto, DETERMINO a expediç¿o de alvará em nome da advogada. Determino, inclusive, a expediç¿o de ofício ao Banco do Brasil para que as referidas importâncias sejam transferidas para a conta judicial, caso ainda n¿o o tenham sido. No que se refere à petiç¿o do banco (fl. 119) manifestando-se pelo equívoco dos cálculos apresentados pela requerente, segundo o qual o valor correto para pagamento é de R$21.165,76, e o banco efetuou o pagamento de R$25.435,94, o juízo determinou os parâmetros para a elaboraç¿o dos cálculos (fl. 129). Os cálculos foram elaborados pela contadoria do juízo (fl. 151), segundo a qual o valor do saldo remanescente consiste na quantia de R$13.163,50. Ato contínuo, foi determinada a penhora online (fl. 155) com bloqueio de R$13.163, 50 da conta do banco, que manifestou-se pela convers¿o da penhora em pagamento (fl. 175). No entanto, o autor discordou dos cálculos e apresentou impugnaç¿o do cálculo judicial que originou o bloqueio (fl. 161). De acordo com a impugnaç¿o do cálculo judicial (fl. 161), o valor para fins de indenizaç¿o por dano material está equivocado, pois na sentença determina-se a sua devoluç¿o em dobro. Alegou que a verba correta de lançamento para cada parcela de indenizaç¿o é de R$166,00. N¿o assiste raz¿o o autor. A decis¿o judicial à fl. 129 determinou que o valor final obtido dos danos materiais deveria ser calculado em dobro, providência observada pela contadoria conforme cálculo à fl. 143. Em relaç¿o ao pedido de pagamento de multa, indefiro o pedido do autor, pelos fundamentos já expostos em decis¿o judicial (à fl. 86) n¿o tendo sido interposto recurso cabível, tornando a matéria preclusa. Por derradeiro, os cálculos que originaram o bloqueio de valores consideraram corretamente o período de incidência dos juros dos danos materiais, isto é, a partir de maio de 2008, conforme fl. 141 do

processo. Diante do exposto, HOMOLOGO os cálculos realizados pelo contador judicial (fls. 138 e ss), pois realizados de acordo com os parâmetros definidos na decis¿o judicial de fl. 129, devendo os valores depositados serem levantados pelo autor. Em relaç¿o às petiç¿es do autor (fls. 192 e ss.), requerendo a alteraç¿o do cálculo apurado (fl. 192) em protocolo de 26/04/2017, por erro no lançamento dos honorários de 15% para 20%, e o pedido de bloqueio via bacen jud de R$74.769,81, REJEITO-AS. Numa simples inspeç¿o ocular, verifica-se que os cálculos apresentados pelo autor (fl. 209) de execuç¿o para se chegar ao valor de R$ R$74.769,81, est¿o diametralmente discrepantes dos cálculos realizados pela contadoria do juízo, bem como o autor afirma INVERIDICAMENTE que os honorários advocatícios foram majorados pelo Tribunal ao percentual de 20% (fl. 192), o que N¿O ocorre no presente caso, pois o Tribunal N¿O reformou a sentença neste ponto (fl. 102). Em raz¿o de todo o exposto, JULGO EXTINTA O PRESENTE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, por entender que os valores devidos já foram pagos, nos termos do art. 924, inciso II do CPC. DETERMINO a expediç¿o de alvará em nome da advogada, para levantamento dos valores depositados pelo banco no importe de (R$ 4.958,80 e R$20.477,14). Reitero, inclusive, a determinaç¿o de expediç¿o de ofício ao Banco do Brasil para que as referidas importâncias sejam transferidas para a conta judicial, caso ainda n¿o o tenham sido (R$ 4.958,80 e R$20.477,14). DETERMINO A CONVERS¿O do valor de R$ R$13.163,50 bloqueado via SISBAJUD em pagamento e DETERMINO a transferência dos respectivos valores para a conta do juízo, e, consequentemente, a EXPEDIÇ¿O DE ALVARÁ em nome da advogada do autor. Junte-se aos autos o protocolo da determinaç¿o realizada via SISBAJUD. Intime-se o autor acerca do levantamento dos valores supracitados. Cumpridas as determinaç¿es acima, dê-se baixa no sistema e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Vale a presente decis¿o como MANDADO e OFÍCIO. Santa Luzia do Pará, 08 de outubro de 2021. ANA BEATRIZ GONÇALVES DE CARVALHO Juíza de Direito

PROCESSO Nº 0001961.10.2018.814.0121 Requerente: Agencia Banco do Brasil SA Requerido: Transporte Santa Lucia LTDA-ME Requerido: Zaqueu Alves Salomão Requerido: Lucia Maria Alves Milomes Salomão Requerido: José Weliton Milomes Salomão Representantes OAB: José Arnaldo Janssen Nogueira Representante OAB: Servio Tulio De Barcelos DECIS¿O/MANDADO Vistos os autos. Considerando a manifestaç¿o de fs. 91, por ora, levando em conta a ordem estabelecida no artigo 835 do Código de Processo Civil, bem como o princípio da menor onerosidade do devedor, INDEFIRO o pedido de penhora de imóveis, formulado às fls. 77 e reiterado á fls.91. No que tange ao imóvel, a fim de resguardar seu interesse, o Exequente poderá valer-se do artigo 828 do Código de Processo Civil. DEIXO de decretar a indisponibilidade de ativos financeiros por n¿o haver requerimento neste sentido. Havendo solicitaç¿o de indisponibilidade de ativos financeiros, esclareço que levando em conta que a lei 8313/2015 passou a vigorar em 01 de abril de 2016, com base no parágrafo 8º, artigo 3º, da citada Lei, CIENTIFICO a parte solicitante, que haverá cobrança de custas para consulta no sistema SISBAJUD, a ser adimplida no prazo de 5 dias, salientando-se que n¿o haverá devoluç¿o do valor recolhido em raz¿o de buscas que apresentem resultado negativo. Intime-se o exequente para requerer o que entender de direito no prazo de 05 (cincos) dias. Decorrido o prazo com ou sem manifestaç¿o, conclusos. Intime-se. Cumpra-se. SERVIRÁ O PRESENTE COMO MANDADO intimaç¿o das partes, nos termos do Provimento n. 003/2009, alterado pelo Provimento n. 011/2009 da CJRMB. Santa Luzia do Pará, 19 de outubro de 2021.

Proc. 0005787-10.2019.814.0121 Requerente: Vanessa Monteiro Pena de Sousa Requerente: Alycia Pena de Sousa Requerido: Aureliano Costa de Souza Neto Representante OAB: Antonia Maria Iranilda Vieira de Sousa DESPACHO/MANDADO R.H. Analisando os autos, DETERMINO: 1.Tendo em vista que as partes já transacionaram cerca da pens¿o alimentícias nos autos de números 0800091-23.2020.8.14.0121 (aç¿o de alimentos) e 0800086-64.2021.8.14.0121 (Aç¿o revisional de alimentos), INTIMEM-SE as partes para que informem, no prazo de 10 dias, se houve acordo acerca da guarda da criança A. P.S. Havendo acordo entre as partes, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para manifestaç¿o, após, conclusos. 3.N¿o havendo acordo e já tendo sido apresentada contestaç¿o, dê-se vista dos autos ao autor em réplica. 4.Apresentada replica, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para manifestaç¿o. 5.Intimem-se os advogados/Defensores via DJE. Após, conclusos SERVE O PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇ¿O Santa Luzia do Pará, 19 de outubro de 2021. Ana Beatriz Gonçalves de Carvalho Juíza de Direito Substituta

Processo nº: 0000185-82.2012.8.14.0121 Requerente: Lourença Santiago de Sousa Requerido: Banco Votorantim Representante OAB: Celso Marcon Representante OAB: Aline Takashima Natureza:

Cumprimento de sentença DECIS¿O Vistos. LOURENÇA SANTIAGO DE SOUSA ajuizou AÇ¿O DE INDENIZAÇ¿O POR DANOS MORAIS E MATERIAIS em desfavor de BANCO VOTORANTIM, tendo o processo sido julgado procedente em 15 de março de 2013 (fl. 37), para condenar o banco em danos materiais consistentes na devoluç¿o em dobro dos valores indevidamente descontados em benefício da autora, a serem apurados em fase de liquidaç¿o de sentença, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correç¿o pelo INPC a partir do evento danoso, bem como condenar ao pagamento de danos morais no valor de R$4.000,00 (quatro mil reais), com juros de mora de 1% ao mês a partir da citaç¿o e correç¿o pelo INPC a partir do arbitramento. Condenou ainda, o banco ao pagamento das custas e honorários em 15% do valor da condenaç¿o. A referida sentença foi mantida pelo Tribunal de Justiça, julgamento realizado em 02 de junho de 2014 (fl. 175). Dando início ao cumprimento de sentença, a autora informou o valor apurado para pagamento voluntário (R$7.853,09) à fl. 181, bem como relatou ter ultrapassado o prazo para tal pagamento, requerendo o bloqueio do valor de R$8.638,38. Ainda, anexou documento do INSS relatando que o banco continua descontando da aposentadoria da idosa. Intimado, o banco apresentou exceç¿o de pré-executividade (fl. 188), que foi indeferida na decis¿o de fl. 202. Na decis¿o, o juízo entendeu pelo cabimento da multa do art. 475-J do CPC. Após, a autora apresentou cálculo atualizado no valor de R$ 9.489,36 (fl. 205), tendo o juízo bloqueado via SISBAJUD o valor de R$ 3.090,60 (fl. 214), em raz¿o da insuficiência de recursos do requerido. A autora ficou intimada da insuficiência de penhora no dia 23 de abril de 2015. Foram expedidos alvarás no nome da advogada da autora (fl. 225). A autora informou CNPJ do requerido, bem como atualizou os cálculos (fl. 226), que foram indeferidos (fl. 229). A autora ficou intimada no dia 26 de agosto de 2015 (fl. 230). O processo foi arquivado, em raz¿o da inexistência de manifestaç¿o da autora e, posteriormente, em 2017 desarquivado (fl. 232), com petiç¿o da autora requerendo a expediç¿o de alvará em raz¿o de valores retido em conta. Postulaou (fl. 235), em novembro de 2019, o prosseguimento do cumprimento de sentença, com a atualizaç¿o do valor (R$13.362,97), requerendo a determinaç¿o de novos honorários e a expediç¿o de ofício ao tribunal de ética da OAB em raz¿o da advogada Francisca Machado Vieira ter peticionado no processo sem cassaç¿o ou substabelecimento de outorga anterior. A autora realizou nova atualizaç¿o do valor (fl. 245), tendo o juízo homologado os cálculos. Petiç¿o da advogada Aline Takashima (fl. 253) requerendo sua habilitaç¿o como interessada; a intimaç¿o do banco para pagamento de R$18.143,56 ou informaç¿o de CNPJ para arresto; a aplicaç¿o de sucumbência e multa sobre a execuç¿o forçada; informa CNPJ. É o relatório. Decido. Faz-se necessário trazer à baila a seguinte quest¿o de ordem pública: a incidência ou n¿o da prescriç¿o intercorrente da pretens¿o executória da autora. Sobre a prescriç¿o intercorrente, de acordo com o STJ, ¿o termo inicial do prazo prescricional, na vigência do CPC/1973, conta-se do fim do prazo judicial de suspens¿o do processo ou, inexistindo prazo fixado, do transcurso de um ano (aplicaç¿o analógica do art. 40, § 2º, da Lei 6.830/1980). Ressalta-se que na vigência do CPC/2015, n¿o há necessidade de fixaç¿o de prazo pelo juízo ou de emprego da analogia, pois o novo codex previu expressamente o prazo de um ano para a suspens¿o da prescriç¿o, conforme se verifica no enunciado normativo do art. 921, § 1º, do CPC. Art. 921. Suspende-se a execuç¿o: I - nas hipóteses dos arts. 313 e 315 , no que couber; II - no todo ou em parte, quando recebidos com efeito suspensivo os embargos à execuç¿o; III - quando o executado n¿o possuir bens penhoráveis; IV - se a alienaç¿o dos bens penhorados n¿o se realizar por falta de licitantes e o exequente, em 15 (quinze) dias, n¿o requerer a adjudicaç¿o nem indicar outros bens penhoráveis; V - quando concedido o parcelamento de que trata o art. 916 . § 1º Na hipótese do inciso III, o juiz suspenderá a execuç¿o pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescriç¿o. 2º Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhoráveis, o juiz ordenará o arquivamento dos autos. § 3º Os autos ser¿o desarquivados para prosseguimento da execuç¿o se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis. § 4º Decorrido o prazo de que trata o § 1º sem manifestaç¿o do exequente, começa a correr o prazo de prescriç¿o intercorrente. § 5º O juiz, depois de ouvidas as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, poderá, de ofício, reconhecer a prescriç¿o de que trata o §4º e extinguir o processo. No presente caso, verifica-se que a autora, por meio de sua advogada, foi intimada no dia 26 de agosto de 2015 (fl. 230) de decis¿o que indeferiu os cálculos apresentados (fl. 229), tendo permanecido inerte e acarretado o arquivamento dos autos. Na data de 27 de setembro de 2017 foi protocolada petiç¿o de desarquivamento (fl. 232), ou seja, a inércia da exequente perdurou por dois anos e um mês. Antes disso, a exequente já havia sido intimada da insuficiência de penhora no dia 23 de abril de 2015. O fato é que com a intimaç¿o da exequente quanto à inexistência de bens penhoráveis (ou se preferir, considerando a data da última intimaç¿o da exequente antes do arquivamento dos autos, termo inicial mais favorável à promovente) deu-se início ao prazo de um ano de suspens¿o do processo. Depois que transcorrer 1 ano da execuç¿o suspensa, o prazo da prescriç¿o intercorrente começa a correr automaticamente, sem necessidade de decis¿o ou despacho do magistrado. Assim, o dia 26 de agosto de 2016 marca o termo

inicial do lustro prescricional da pretens¿o executória da autora (art. 921, §§2ºe4º, do CPC c/c Súmula 150 do STF). Diante do exposto, em respeito ao contraditório e à previs¿o do art. 921, §5º, do CPC, intimem-se as partes para, no prazo de quinze dias, manifestarem-se sobre a prescriç¿o da pretens¿o executória. Após o decurso do prazo, retornem-me os autos conclusos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Vale a presente decis¿o como MANDADO e OFÍCIO. Santa Luzia do Pará, 08 de outubro de 2021.ANA BEATRIZ GONÇALVES DE CARVALHO Juíza de Direito

COMARCA DE BREU BRANCO

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BREU BRANCO

RESENHA: 30/04/2022 A 30/04/2022 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE BREU BRANCO - VARA: VARA UNICA DE BREU BRANCO

PROCESSO: 00000603920108140104 PROCESSO ANTIGO: 201010000408 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREY MAGALHAES BARBOSA A??o: Busca e Apreensão em: 30/04/2022---REQUERENTE:NOVATERRA CONSORCIO DE BENS S/C LTDA Representante(s): OAB 9885 - LEONIDAS BARBOSA BARROS (ADVOGADO) REQUERIDO:AGUIDSON COSTA DOS SANTOS. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE BREU BRANCO Processo nÂº. 0000060-39.2010.8.14.0104 DESPACHO Vistos, etc. 1.Â Â Â Â Â Tendo em vista que nÃ£o houve o recolhimento das custas finais, como consta em certidÃ£o de fls. 102, determino que encaminhe-se para inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa. 2.Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquive-se dando baixa no sistema Libra. Breu Branco - PA, 12 de novembro de 2021. ANDREY MAGALHÃ¿ES BARBOSA JUIZ DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE BREU BRANCO FÃ³rum Juiz Manuel Maria Barros Costa Av. BelÃ©m, s/nÂº, bairro Centro, tel./fax: (94) 3786 1414, CEP: 68.488-000 Breu Branco/PA

PROCESSO: 00013452320178140104 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREY MAGALHAES BARBOSA A??o: Procedimento Comum Cível em: 30/04/2022---REQUERENTE:MARIA DOMINGAS BRANDAO Representante(s): OAB 18865 - LUAN DE OLIVEIRA COSTANTINI (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE BREU BRANCO Processo nÂº. 0001345-23.2017.8.14.0104 DESPACHO Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Em consonÃ¢ncia com a certidÃ£o de fls. 62, defiro a justiÃ§a gratuita Ã parte requerente. Â Â Â Â Â Â Â Destarte, arquive-se os autos. Breu Branco - PA, 12 de novembro de 2021. ANDREY MAGALHÃ¿ES BARBOSA JUIZ DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE BREU BRANCO FÃ³rum Juiz Manuel Maria Barros Costa Av. BelÃ©m, s/nÂº, bairro Centro, tel./fax: (94) 3786 1414, CEP: 68.488-000 Breu Branco/PA

PROCESSO: 00019630220168140104 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREY MAGALHAES BARBOSA A??o: Procedimento Sumário em: 30/04/2022---REQUERENTE:EUDES LUIZ DA SILVA COSTA Representante(s): OAB 22610 - EDER SILVA RIBEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:SUL AMERICA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE BREU BRANCO Proc. nÂº.: 0001963.02.2016.8.14.0104 SENTENÃ¿A - HOMOLOGAÃ¿Ã¿O DE ACORDO Trata-se de AÃ§Ã£o IndenizaÃ§Ã£o por Danos Morais em Â RazÃ£o de Falha na PrestaÃ§Ã£o de ServiÃ§o ajuizado por EUDES LUIZ DA SILVA COSTA e SUL AMERICA. Juntou documentos de fls.12/27. Ã¿s fls. 67/68 a 69/71, termo de conciliaÃ§Ã£o online os acordantes, resolveram pÃ´r fim a lide, a proponente, pagarÃ¡ ao convidado o valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais) para encerramento da demanda, inclusive honorÃ¡rios advocatÃ-cios, a ser depositados na conta corrente: 45.000-6, AgÃªncia:4141-6, Banco do Brasil, de titularidade de Eder Silva Ribeiro, CPF: 688.065.662-53, no prazo de 05 (cinco) dias Ãºteis, a partir do protocolo do termo. Sendo aceito o presente acordo, o autor dÃ¡ quitaÃ§Ã£o Ã¡s corrÃ©s. O veÃ-culo em questÃ£o jÃ¡ foi reparado e entregue ao segurado. As partes desistem expressamente de qualquer recurso e de qualquer prazo recursal, e renunciam, desde jÃ¡, ao direito de recorrer da decisÃ£o que homologar a transaÃ§Ã£o (art. 999, do CPC), bem como ao direito de ajuizar aÃ§Ã£o anulatÃ³ria/rescisÃ³ria da decisÃ£o homologatÃ³ria. Ã¿s fls.67/68, o requerido vem informar o cumprimento integral do pagamento do acordo pactuado, via deposito bancÃ¡rio na conta do Dr. Eder Silva Ribeiro, pois o advogado possui poderes para receber e dar quitaÃ§Ã£o, conforme procuraÃ§Ã£o de fl.13. Ã¿ o breve relato. DECIDO. NÃ£o hÃ¡ qualquer Ã³bice legal ao deferimento do pedido, eis que os requerentes firmaram o acordo de forma livre e consciente. Em anÃ¡lise aos autos verifica-se que as

partes do negÃ³cio jurÃ-dico sÃ£o capazes, o objeto da avenÃ§a Ã© lÃ-cito, possÃ-vel e determinado e o ordenamento jurÃ-dico reputa vÃ¡lida a forma usada para a prÃ¡tica do ato (CC/2002). Isto posto, HOMOLOGO por sentenÃ§a o acordo e, consequentemente, extingo o processo, com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do artigo 487, III, Â¿bÂ¿ do NCPC. Sem custas e verbas honorÃ¡rias nesta instÃ¢ncia processual, consoante dispÃµe o art. 55 da Lei 9.099/95. Ante a ausÃªncia lÃ³gica de interesse recursal. Declaro transitada em julgado a presente sentenÃ§a. ApÃ³s, arquive-se com as cautelas e praxe. Breu Branco, 16 de novembro de 2.021. ANDREY MAGALHÃ¿ES BARBOSA Juiz de DireitoÂ Â Â _____ FÃ³rum Juiz Manuel Maria Barros Costa Av. BelÃ©m, s/nÂº, bairro centro, tel./fax: (94) 3786 1414, CEP: 68.488-000 Breu Branco/PA.

P R O C E S S O : 0 0 0 2 2 1 0 8 0 2 0 1 6 8 1 4 0 1 0 4 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREY MAGALHAES BARBOSA A??o: Procedimento Sumário em: 30/04/2022---REQUERENTE:ANDERSON EZIO MANZOLI Representante(s): OAB 20742 - MARIO JOSE SANTOS DA ROCHA (ADVOGADO) OAB 22157 - CLEVERSON ALEX MEZZOMO (ADVOGADO) REQUERIDO:UNIMED BELEM COOPERATIVA DE TRABALHOS MEDICOS Representante(s): OAB 5627 - SILVIA MARINA RIBEIRO DE MIRANDA MOURAO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE BREU BRANCO Processo nÂº. 0002210-80.2016.8.14.0104 Autor: Anderson Ezio Manzoli RÃ©u: UNIMED - BelÃ©m Vistos... DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Com efeito, considerando o lapso decorrido entre o orÃ§amento quanto Ã aquisiÃ§Ã£o direta do serviÃ§o mÃ©dico para fins de tratamento da parte autora (fls.Â 174/177), o pedido de sequestro de valores da rÃ© (fls. 190/191), e o atual estÃ¡gio do feito, intime-se a parte autora por meio de seu advogado constituÃ-do para que, no prazo mÃ¡ximo de 10 (dez) dias, junte aos autos nova pesquisa de preÃ§o, incluindo-se o valor a ser pago ao mÃ©dico anestesiologista.. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2 - Por fim, logo que decorrido o prazo supra e tendo em conta a urgÃªncia que o caso requer, remeta-se os autos conclusos para decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Serve o presente despacho, instrumentalizado por cÃ³pia impressa, como mandado/ofÃ-cio/carta/carta precatÃ³ria, nos termos do Provimento nÂº. 03/2009 do CJCI/TJEPA. Breu Branco - PA,Â 16 de novembro de 2021. ANDREY MAGALHÃ¿ES BARBOSA JUIZ DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE BREU BRANCO FÃ³rum Juiz Manuel Maria Barros Costa Av. BelÃ©m, s/nÂº, bairro Centro, tel./fax: (94) 3786 1414, CEP: 68.488-000 Breu Branco/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 2 6 1 0 6 0 2 0 1 7 8 1 4 0 1 0 4 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREY MAGALHAES BARBOSA A??o: Procedimento Sumário em: 30/04/2022---REQUERENTE:ANTONIA ALMEIDA DE CARVALHO Representante(s): OAB 14033 - ALYSSON VINICIUS MELLO SLONGO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BMG SA Representante(s): OAB 109730 - FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE BREU BRANCO Processo: 00002610-60.2017.8.14.0104 DESPACHO Vistos, etc. 1. Intime-se a parte autora atravÃ©s do seu patrono constituÃ-do, para, querendo, apresentar rÃ©plica Ã contestaÃ§Ã£o, no prazo de 15 (quinze) dias. 2. ApÃ³s transcorrido o prazo assinalado, certifique-se e retornem os autos conclusos para sentenÃ§a. P. R. I. C. Breu Branco-PA, 16 de novembro de 2021. ANDREY MAGALHÃ¿ES BARBOSA Juiz de Direito Â FÃ³rum Juiz Manuel Maria Barros Costa Av. BelÃ©m, s/nÂº, bairro centro, tel./fax: (94) 3786 1414, CEP: 68.488-000 Breu Branco/PA.

P R O C E S S O : 0 0 0 2 6 7 1 8 1 2 0 1 8 8 1 4 0 1 0 4 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREY MAGALHAES BARBOSA A??o: Procedimento Sumário em: 30/04/2022---REQUERENTE:FRANCISCA ASSIS ANANIAS DA CONCEICAO Representante(s): OAB 22610 - EDER SILVA RIBEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE BREU BRANCO Processo nÂº. 0002671-81.2018.8.14.0104 SENTENÃ¿A Vistos, etc. Dispensado o relatÃ³rio, conforme art. 38, da Lei 9.099/95. FundamentaÃ§Ã£o. A parte Requerida cumpriu a obrigaÃ§Ã£o imposta em sentenÃ§a e efetuou o depÃ³sito da condenaÃ§Ã£o, conforme petiÃ§Ã£o de fls. 134/135. A parte Requerente peticionou requerendo expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡ para levantamento de valor depositado, conforme petiÃ§Ã£o de fl. 140. Analisando os autos, tenho que a parte requerida satisfez a obrigaÃ§Ã£o, conforme acima explanado. Posto isso, EXTINGO A EXECUÃ¿Ã¿O, com base no art. 924, II, do NCPC.

Destarte, expeÃ§a-se alvarÃ¡ judicial para levantamento de valor incontroverso no montante de R$ 8.454,76 (oito mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e setenta e seis centavos) com a devida correÃ§Ã£o de subconta, em nome da parte requerente. Custas finais pelo requerido, conforme acÃ³rdÃ£o de fls. 129/131. ApÃ³s, arquive-se os autos com as cautelas de praxe. P. R. I. C. Breu Branco - PA, 11 de novembro de 2021. ANDREY MAGALHÃ¿ES BARBOSAÂ JUIZ DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE BREU BRANCO FÃ³rum Juiz Manuel Maria Barros Costa Av. BelÃ©m, s/nÂº, bairro Centro, tel./fax: (94) 3786 1414, CEP: 68.488-000 Breu Branco/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 3 4 5 1 5 5 2 0 1 7 8 1 4 0 1 0 4 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREY MAGALHAES BARBOSA A??o: Procedimento Sumário em: 30/04/2022---REQUERENTE:IRACI SOARES OLIVEIRA Representante(s): OAB 11162 - RENATA AZEVEDO PARREIRA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 15733 A - JOSE EDGAR DA CUNHA BUENO FILHO (ADVOGADO) OAB 19177-A - REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE BREU BRANCO Proc. nÂº.: 0003451-55.2017.8.14.0104. Â Â Â Â Â Â Â Â DECISÃ¿O Â Vistos, etc. 1-Â Â Â Â Â Em consonÃ¢ncia a certidÃ£o de fl.111. 2-Â Â Â Â Â Considerando ainda, a nÃ£o apresentaÃ§Ã£o das contrarrazÃµes pelo requerente, apesar de devidamente intimado, via DJE em 16/08/2021 ediÃ§Ã£oÂ nÂº 7205 Ã s fls.110, remetam-se os autos Ã Secretaria das Turmas Recursais na Capital deste Estado para processamento e julgamento do presente recurso, com as homenagens deste JuÃ-zo. 3-Â Â Â Â Â Cumpra-se.Â Breu Branco, 16 de novembro de 2021. ANDREY MAGALHÃ¿ES BARBOSA Juiz de Direito FÃ³rum Juiz Manuel Maria Barros Costa Av. BelÃ©m, s/nÂº, bairro centro, tel./fax: (94) 3786 1414, CEP: 68.488-000 Breu Branco/PA.

P R O C E S S O : 0 0 0 3 7 2 3 7 8 2 0 1 9 8 1 4 0 1 0 4 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREY MAGALHAES BARBOSA A??o: Procedimento Sumário em: 30/04/2022---REQUERENTE:MISTES DE ALMEIDA MARINHO Representante(s): OAB 22610 - EDER SILVA RIBEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU BMG CONSIGNADOS SA Representante(s): OAB 28181-A - NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (ADVOGADO) OAB 19177-A - REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE BREU BRANCO Proc. nÂº.: 0003723-78.2019.8.14.0104. Â Â Â Â Â Â Â Â DECISÃ¿O Â Vistos, etc. 1-Â Â Â Â Â Em consonÃ¢ncia a certidÃ£o de fl.107. 2-Â Â Â Â Â Considerando ainda, a nÃ£o apresentaÃ§Ã£o das contrarrazÃµes pelo requerente, apesar de devidamente intimado, via DJE em 19/03/2021 ediÃ§Ã£oÂ nÂº. 7104 Ã s fls.97, remetam-se os autos Ã Secretaria das Turmas Recursais na Capital deste Estado para processamento e julgamento do presente recurso, com as homenagens deste JuÃ-zo. 3-Â Â Â Â Â Cumpra-se.Â Breu Branco, 12 de novembro de 2021. ANDREY MAGALHÃ¿ES BARBOSA Juiz de Direito FÃ³rum Juiz Manuel Maria Barros Costa Av. BelÃ©m, s/nÂº, bairro centro, tel./fax: (94) 3786 1414, CEP: 68.488-000 Breu Branco/PA.

P R O C E S S O : 0 0 0 4 6 5 7 4 6 2 0 1 3 8 1 4 0 1 0 4 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREY MAGALHAES BARBOSA A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 30/04/2022---REQUERENTE:CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 16837-A - AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:TALISON EMANUEL BARBOSA LEITE. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE BREU BRANCO Processo nÂº.: 0004657-46.2013.8.14.0104 SENTENÃ¿A Vistos, etc. Trata-se de AÃ¿Ã¿O DE BUSCA E APREENSÃ¿O C/ PEDIDO LIMINAR proposta por ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA., em desfavor de TALISON EMANUEL BARBOSA LEITE ambos jÃ¡ qualificados nos autos. DecisÃ£o liminar deferida Ã s fls. 34/36. O requerido nÃ£o foi citado conforme certidÃ£o de fl. 38, sem Ãªxito na busca e apreensÃ£o do veÃ-culo, em virtude de nÃ£o ter localizado o bem nem mesmo o requerido nesta Comarca. O autor peticionou a fl. 44 requerendo a imediata expediÃ§Ã£o do Mandado de Busca e ApreensÃ£o, para o novo endereÃ§o domiciliar do rÃ©u na Av: BelÃ©m, nÂº.299-Breu Branco-PA - CEP: 68.488-000. Mandado de Busca e ApreensÃ£o e CitaÃ§Ã£o expedido fl.48, foi certificado pelo Sr. Eudes Luiz da Silva Costa Oficial de JustiÃ§a Avaliador a fl. 49, que deixou de proceder a busca e apreensÃ£o do bem objeto do mandado, em virtude de nÃ£o ter localizado o bem, que foi informado pelo Requerido que o bem foi vendido em 2010 e que nÃ£o sabe dizer onde localizar a mesma. Ato ordinatÃ³rio de fl. 50 foi determinado a intimaÃ§Ã£o da parte autora para manifestar-se sobre a certidÃ£o de fl.49, dando conta da nÃ£o localizaÃ§Ã£o do bem

mÃ³vel para realizaÃ§Ã£o da busca e apreensÃ£o.Â PetiÃ§Ã£o de fl. 70 o autor vem requerer a expediÃ§Ã£o de carta precatÃ³ria do mandado de busca e apreensÃ£o, para o endereÃ§o Rua do Arame nÂº. 225 - Rio Verde- Parauapebas-PA, CEP: 68515-000. Â Ã¿s fls.79 /82 o autor vem requerer a extinÃ§Ã£o da presente aÃ§Ã£o, com base no art. 485 ,IV, VIII do CPC. Â Vieram os autos conclusos. Sendo o que tinha a relatar, fundamento e decido. A desistÃªncia consiste em faculdade processual conferida ao Autor e se atrela intimamente Ã amplitude do exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. Â Sobre o tema tem-se dispÃµe o art. 485, Â§ 4Âº CPC/2015: Â Â§ 4Âº Oferecida a contestaÃ§Ã£o, o autor nÃ£o poderÃ¡, sem o consentimento do rÃ©u, desistir da aÃ§Ã£o. Se observa nos autos que a aÃ§Ã£o nÃ£o fora contestada, pelo que nÃ£o hÃ¡ Ã³bice ao deferimento do pedido de desistÃªncia formulado. FÃ³rum Juiz Manuel Maria Barros Costa Av. BelÃ©m, s/nÂº, bairro centro, tel./fax: (94) 3786 1414, CEP: 68.488-000 Breu Branco-PA. Â Â Â Â Â Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE BREU BRANCO Defiro o pedido de desbloqueio judicial do veÃ-culo descrito na inicial, uma vez que foi realizado o bloqueio judicial parcial, conforme informado via oficio DG/CNCIR-OF.NÂº.239/2014 Ã s fls. 41/43. Oficie-se ao DETRAN/PA para que promova a baixa na restriÃ§Ã£o judicial realizada no veÃ-culo identificado por ordem deste juÃ-zo, documento de fls. 34/36. Posto isso, em atenÃ§Ã£o ao art. 200, parÃ¡grafo Ãºnico, do CPC, HOMOLOGO a desistÃªncia do presente feito e o DECLARO EXTINTO sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, com fulcro no art. 485, IV, VIII, do CÃ³digo de Processo Civil. Sem custas. Diante da ausÃªncia lÃ³gica de interesse recursal. Declaro o trÂ¢nsito em julgado. ApÃ³s, arquive-se os autos. P.R.I.C. Breu Branco/PA,17 de novembro de 2021.Â Â Â Â Â Â ANDREY MAGALHÃ¿ES BARBOSA Â Â Â Â JUIZ DE DIREITO Â FÃ³rum Juiz Manuel Maria Barros Costa Av. BelÃ©m, s/nÂº, bairro centro, tel./fax: (94) 3786 1414, CEP: 68.488-000 Breu Branco-PA.

P R O C E S S O : 0 0 0 4 6 7 9 3 1 2 0 1 8 8 1 4 0 1 0 4 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREY MAGALHAES BARBOSA A??o: Procedimento Sumário em: 30/04/2022---REQUERENTE:BARBARA DOMINGAS CORREA Representante(s): OAB 14033 - ALYSSON VINICIUS MELLO SLONGO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU BMG CONSIGNADO SA Representante(s): OAB 22311 - HASSEN SALES RAMOS FILHO (ADVOGADO) OAB 60359 - NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE BREU BRANCO Proc. nÂº.: 0004679-31.2018.8.14.0104. Â Â Â Â Â Â Â DECISÃ¿O Â Vistos, etc. 1-Â Â Â Â Â Em consonÃ¢ncia a certidÃ£o de fl.152. 2-Â Â Â Â Â Considerando ainda, a nÃ£o apresentaÃ§Ã£o das contrarrazÃµes pelo requerente, apesar de devidamente intimado, via DJE em 16/08/2021 ediÃ§Ã£oÂ nÂº 7205 Ã s fls.151, remetam-se os autos Ã Secretaria das Turmas Recursais na Capital deste Estado para processamento e julgamento do presente recurso, com as homenagens deste JuÃ-zo. 3-Â Â Â Â Â Cumpra-se.Â Breu Branco, 16 de novembro de 2021. ANDREY MAGALHÃ¿ES BARBOSA Juiz de Direito FÃ³rum Juiz Manuel Maria Barros Costa Av. BelÃ©m, s/nÂº, bairro centro, tel./fax: (94) 3786 1414, CEP: 68.488-000 Breu Branco/PA.

P R O C E S S O : 0 0 0 4 8 3 6 0 4 2 0 1 8 8 1 4 0 1 0 4 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREY MAGALHAES BARBOSA A??o: Procedimento Sumário em: 30/04/2022---REQUERENTE:JOAO GOMES DE MELO Representante(s): OAB 25178 - SOPHIA DE PAULA SOUSA DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU BMG CONSIGNADO SA Representante(s): OAB 60359 - NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE BREU BRANCO Processo nÂº. 0004836-04.2018.8.14.0104 DECISÃ¿O Vistos, etc. 1.Â Â Â Â Â Cumpra-se a decisÃ£o de fls. 104. 2.Â Â Â Â Â ApÃ³s, certifique-se e retornem os autos conclusos. Breu Branco - PA, 12 de novembro de 2021. ANDREY MAGALHÃ¿ES BARBOSA JUIZ DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE BREU BRANCO FÃ³rum Juiz Manuel Maria Barros Costa Av. BelÃ©m, s/nÂº, bairro Centro, tel./fax: (94) 3786 1414, CEP: 68.488-000 Breu Branco/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 8 1 9 2 4 1 2 0 1 7 8 1 4 0 1 0 4 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREY MAGALHAES BARBOSA A??o: Procedimento Sumário em: 30/04/2022---REQUERENTE:PEDRO SALES DA SILVA Representante(s): OAB 20429-A - HUGO BERNARDES ALVES BARBOSA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRAD FINANCIAM Representante(s): OAB 20601-A - WILSON SALES BELCHIOR (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE BREU BRANCO Proc.

nÂº.: 0008192-41.2017.8.14.0104. Â Â Â Â Â Â Â Â DECISÃ¿O Â Vistos, etc. 1-Â Â Â Â Â Em consonÃ¢ncia a certidÃ£o de fl.94. 2-Â Â Â Â Â Considerando ainda, a nÃ£o apresentaÃ§Ã£o das contrarrazÃµes pelo requerente, apesar de devidamente intimado, via DJE em 16/08/2021 ediÃ§Ã£oÂ nÂº 7205 Ã s fls.93, remetam-se os autos Ã Secretaria das Turmas Recursais na Capital deste Estado para processamento e julgamento do presente recurso, com as homenagens deste JuÃ-zo. 3-Â Â Â Â Â Cumpra-se.Â Breu Branco, 16 de novembro de 2021. ANDREY MAGALHÃ¿ES BARBOSA Juiz de Direito FÃ³rum Juiz Manuel Maria Barros Costa Av. BelÃ©m, s/nÂº, bairro centro, tel./fax: (94) 3786 1414, CEP: 68.488-000 Breu Branco/PA.

P R O C E S S O : 0 0 1 0 4 1 6 8 3 2 0 1 6 8 1 4 0 1 0 4 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREY MAGALHAES BARBOSA A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 30/04/2022---REQUERENTE:MARIA FLORES VIANA Representante(s): OAB 24018 - VANESSA CARDOSO VILELA (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE BREU BRANCO Processo nÂº. 0010416-83.2016.8.14.0104 DESPACHO Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Em consonÃ¢ncia com a certidÃ£o de fls. 68, defiro a justiÃ§a gratuita Ã parte requerente. Â Â Â Â Â Â Â Destarte, arquive-se os autos. Breu Branco - PA, 12 de novembro de 2021. ANDREY MAGALHÃ¿ES BARBOSA JUIZ DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE BREU BRANCO FÃ³rum Juiz Manuel Maria Barros Costa Av. BelÃ©m, s/nÂº, bairro Centro, tel./fax: (94) 3786 1414, CEP: 68.488-000 Breu Branco/PA

P R O C E S S O : 0 0 5 0 4 5 3 8 9 2 0 1 5 8 1 4 0 1 0 4 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREY MAGALHAES BARBOSA A??o: Procedimento Comum Cível em: 30/04/2022---REQUERENTE:ELDER DOS SANTOS MENDES Representante(s): OAB 22176 - RENATA ALINE TEIXEIRA DE SOUSA PACHECO (ADVOGADO) REQUERIDO:O ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE BREU BRANCO Processo nÂº. 0050453-89.2015.8.14.0104 DECISÃ¿O Vistos, etc. Trata-se de cumprimento definitivo de sentenÃ§a nos prÃ³prios autos que tem como requerente ELDER DOS SANTOS MENDES e requerido ESTADO DO PARÃ, todos jÃ¡ devidamente qualificados nos autos. A parte Requerente peticionou pelo cumprimento definitivo de sentenÃ§a, apresentando cÃ¡lculo para fins de expediÃ§Ã£o de RPV, conforme fls. 88/93. A parte Requerida foi intimada para se manifestar e peticionou impugnando os cÃ¡lculos apresentados pelo Requerente, conforme fls. 95/120. A parte Requerente peticionou concordando com os cÃ¡lculos apresentados pelo Requerido, conforme fls. 128/129. Assim, diante da anuÃªncia do credor aos cÃ¡lculos apresentados pelo devedor, acato os cÃ¡lculos apresentados pelo Requerido e determino a expediÃ§Ã£o de RPVs em favor do credor e de sua causÃ-dica. Isto posto, expeÃ§a-se de RequisiÃ§Ã£o de Pequeno Valor - RPV no montante de R$ 34.710,03 (trinta e quatro mil, setecentos e dez reais e trÃªs centavos), devidamente corrigido, em nome da parte Requerente. Ainda, expeÃ§a-se RequisiÃ§Ã£o de Pequeno Valor - RPV no montante de R$ 3.471,00 (trÃªs mil, quatrocentos e setenta e um reais), devidamente corrigido, Ã tÃ-tulo de honorÃ¡rios de sucumbÃªncia, em nome da Advogada da parte Requerente. ServirÃ¡ a presente decisÃ£o instrumentalizada por cÃ³pia impressa como mandado/ofÃ-cio/carta/carta precatÃ³ria, nos termos do Provimento nÂº. 03/2009 do CJCI/TJEPA. P. R. I. C. Breu Branco - PA, 16 de novembro de 2021. ANDREY MAGALHÃ¿ES BARBOSAÂ JUIZ DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE BREU BRANCO FÃ³rum Juiz Manuel Maria Barros Costa Av. BelÃ©m, s/nÂº, bairro Centro, tel./fax: (94) 3786 1414, CEP: 68.488-000 Breu Branco/PA

P R O C E S S O : 0 1 4 8 4 5 4 1 2 2 0 1 5 8 1 4 0 1 0 4 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREY MAGALHAES BARBOSA A??o: Procedimento Comum Cível em: 30/04/2022---REQUERENTE:BANCO DO ESTADO DO PARA SA Representante(s): OAB 8988 - ANA CRISTINA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:ERICA NAIARA FIGUEIREDO BEZERRA REQUERIDO:VIVIANNE MARLA FIGUEREDO PEREIRA REQUERIDO:ADRIANA DE MIRANDA BATISTA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE BREU BRANCO Ã£Processo nÂº. 0148454-12.2015.8.14.0104 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â 1. O requerente pugnou pela busca do endereÃ§o do requerido por meio dos sistemas RENAJUD, INFOJUD e BACENJUD, sem comprovar as diligÃªncias efetivadas administrativamente para a obtenÃ§Ã£o do endereÃ§o da parte requerida, pelo que INDEFIRO o pedido constante na petiÃ§Ã£o de fl. 74, uma vez

que cabe ao autor diligenciar no sentido de obter o endereÃ§o do requerido. Â Â Â Â Â Â Â 2. Desta feita, intime-se a parte autora atravÃ©s de seu patrono, para que no prazo de 15 (quinze) dias, informe o atual endereÃ§o do requerido, sob pena de extinÃ§Ã£o do feito. Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. C. Breu Branco - PA, 16 de novembro de 2021. ANDREY MAGALHÃ¿ES BARBOSA JUIZ DE DIREITO FÃ³rum Juiz Manuel Maria Barros Costa Av. BelÃ©m, s/nÂº, bairro Centro, tel./fax: (94) 3786 1414, CEP: 68.488-000 Breu Branco/PA

COMARCA DE BRASIL NOVO

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BRASIL NOVO

ATO ORDINATORIO - SECRETARIA DA VARA UNICA DE BRASIL NOVO - VARA: VARA UNICA DE BRASIL NOVO

PROCESSO: 00000012420088140071 PROCESSO ANTIGO: 200820000012 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HIAGO VICENTE TENORIO RIBEIRO A??o: TENTATIVA HOMICIDIO em: 19/11/2021---VITIMA:P. R. B. ACUSADO:VALDECI DE SOUZA. PROCESSO NÂ° 0000001-24.2008.8.14.0071 TERMO DE VISTA AO MINISTÃ¿RIO PÃ¿BLICO Considerando Ã s PÃ¡ginas: Nesta data, faÃ§o presentes autos ao MinistÃ©rio PÃºblico do Estado Â¿ MPE, representado pelo (a) promotor (a) de JustiÃ§a da Comarca de Brasil Novo-PA, para que APRESENTE SUA MANIFESTAÃ¿Ã¿O CASO ENTENDA NECESSÃRIO. Â Brasil Novo, ParÃ¡ Â¿ 19/11/2021 .. HIAGO VICENTE TENORIO RIBEIRO ANALISTA JUDICIÃRIO MAT. 189286

PROCESSO: 00000016320048140071 PROCESSO ANTIGO: 200420000628 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALMIR JOSE SIGNORI A??o: HOMICIDIO QUALIFIC. em: 19/11/2021---VITIMA:R. O. M. VITIMA:M. O. M. VITIMA:M. O. M. VITIMA:R. O. M. REU:WALDINEI GONCALVES VIEIRA Representante(s): LINDALVA ALVES DE SOUZA RILLO (ADVOGADO) . Ã ATO ORDINATÃ¿RIO INTIMAÃ¿Ã¿O ADVOGADO(A) De ordem do (a) Exmo. (a) Sr. (a) Juiz (a) de Direito Respondendo pela Vara Ã¿nica da Comarca de Brasil Novo/PA, nos termos do Provimento nÂº 006/2009-CJCI, INTIMA-SE, a(a) advogado(a) Dr(a) : LINDALVA ALVES DE SOUZA RILLO, OAB/PA 3539, Defensora ConstituÃda do RÃ©u: VALDINEI GONÃ¿ALVES VIEIRA, para, no prazo de 10 (dez) dias, APRESENTAR o Rol de Testemunha de Defesa, com endereÃ§os atualizados, para a SessÃ£o do Tribunal do Juri, observando o limite mÃ¡ximo de testemunhaÂ permitido ServirÃ¡ o presente, como mandado de IntimaÃ§Ã£o, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redaÃ§Ã£o que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009. Â Altamira PA, 19 de novembro de 2021. ALMIR JOSÃ¿ SIGNORI Auxiliar JudiciÃ¡rio =- matricula 125351 Provimento 08/2014-CJRMB Secretaria da Vara Ã¿nica Comarca de Brasil Novo PA

PROCESSO: 00003266220098140071 PROCESSO ANTIGO: 200920001986 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HIAGO VICENTE TENORIO RIBEIRO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021---REU:GEDSON DO NASCIMENTO ALMEIDA Representante(s): OAB 16911 - RICARDO BELIQUE (DEFENSOR DATIVO) . PROCESSO NÂ° 0000326-62.2009.8.14.0071 TERMO DE VISTA AO MINISTÃ¿RIO PÃ¿BLICO Considerando Ã s PÃ¡ginas: Nesta data, faÃ§o presentes autos ao MinistÃ©rio PÃºblico do Estado Â¿ MPE, representado pelo (a) promotor (a) de JustiÃ§a da Comarca de Brasil Novo-PA, para que APRESENTE SUA MANIFESTAÃ¿Ã¿O CASO ENTENDA NECESSÃRIO. Â Brasil Novo, ParÃ¡ Â¿ 19/11/2021 .. HIAGO VICENTE TENORIO RIBEIRO ANALISTA JUDICIÃRIO MAT. 189286

PROCESSO: 00025869720188140071 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HIAGO VICENTE TENORIO RIBEIRO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021---DENUNCIADO:BEATRIZ SOUZA DE DEUS Representante(s): OAB 18195 - LEILA FLAVIA DE SOUZA (DEFENSOR DATIVO) OAB 23271 - BENICE ROCHA DOS SANTOS (DEFENSOR DATIVO) OAB 30916 - KALINE ROCHA GONÇALVES (ADVOGADO DATIVO) AUTOR:A REPRESENTANTE DO MINISTERIO PUBLICO. PROCESSO NÂ° 0002586-97.2018.8.14.0071 TERMO DE VISTA AO MINISTÃ¿RIO PÃ¿BLICO Considerando Ã s PÃ¡ginas: Nesta data, faÃ§o presentes autos ao MinistÃ©rio PÃºblico do Estado Â¿ MPE, representado pelo (a) promotor (a) de JustiÃ§a da Comarca de Brasil Novo-PA, para que APRESENTE SUA MANIFESTAÃ¿Ã¿O CASO ENTENDA NECESSÃRIO. Â Brasil Novo, ParÃ¡ Â¿ 19/11/2021 .. HIAGO VICENTE TENORIO RIBEIRO ANALISTA JUDICIÃRIO MAT. 189286

P R O C E S S O : 0 0 0 3 2 0 7 9 4 2 0 1 8 8 1 4 0 0 7 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HIAGO VICENTE TENORIO RIBEIRO A??o: Mandado de Segurança Criminal em: 19/11/2021---REQUERENTE:ALINE PAULA JACINTHO ROCHA Representante(s): OAB 18195 - LEILA FLAVIA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 21752 - MARCOS YURI ALVES DE MELO (ADVOGADO) REQUERENTE:GILVANA GOIS DE LIRA Representante(s): OAB 18195 - LEILA FLAVIA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 21752 - MARCOS YURI ALVES DE MELO (ADVOGADO) REQUERENTE:ADRIANA SANTOS DE LIMA Representante(s): OAB 18195 - LEILA FLAVIA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 21752 - MARCOS YURI ALVES DE MELO (ADVOGADO) REQUERENTE:GILMARA MATIAS VIANA Representante(s): OAB 18195 - LEILA FLAVIA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 21752 - MARCOS YURI ALVES DE MELO (ADVOGADO) REQUERENTE:LITSSA ROCHA LIMA Representante(s): OAB 18195 - LEILA FLAVIA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 21752 - MARCOS YURI ALVES DE MELO (ADVOGADO) REQUERIDO:IETAAMINSTITUTO DE EDDUCACAO TECNOLOGICO AVANCADO DA AMAZONIA. Â Â Â Â Â TERMO DE CONCLUSÃ¿O Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o presentes autos conclusos a (o) juiz (a) de Direito da Comarca de Brasil Novo. Â Brasil Novo, 19/11/2021 .Â Â HIAGO VICENTE TENORIO RIBEIRO ANALISTA JUDICIÃRIO VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE BRASIL NOVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â

P R O C E S S O : 0 0 0 5 8 3 3 5 7 2 0 1 6 8 1 4 0 0 7 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HIAGO VICENTE TENORIO RIBEIRO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021---DENUNCIADO:LUCAS AMANCIO DIAS Representante(s): OAB 17715 - LETICIA BRAGA DA SILVA CORREA (ADVOGADO) VITIMA:J. C. B. S. DENUNCIADO:LUANA BARBOSA DE ARAUJO Representante(s): OAB 30916 - KALINE ROCHA GONÇALVES (ADVOGADO DATIVO) VITIMA:P. A. B. AUTOR:A REPRESENTANTE DO MINISTERIO PUBLICO. PROCESSO NÂ° 0005833-57.2016.8.14.0071 TERMO DE VISTA AO MINISTÃ¿RIO PÃ¿BLICO Considerando Ã s PÃ¡ginas: Nesta data, faÃ§o presentes autos ao MinistÃ©rio PÃºblico do Estado Â¿ MPE, representado pelo (a) promotor (a) de JustiÃ§a da Comarca de Brasil Novo-PA, para que APRESENTE SUA MANIFESTAÃ¿Ã¿O CASO ENTENDA NECESSÃRIO. Â Brasil Novo, ParÃ¡ Â¿ 19/11/2021 .. HIAGO VICENTE TENORIO RIBEIRO ANALISTA JUDICIÃRIO MAT. 189286

COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA

E D I T A L

O DOUTOR LEANDRO VICENZO SILVA CONSENTINO, JUIZ DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, ESTADO DO PARÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER aos que o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiverem, que em cumprimento ao que preceitua os artigos 436, 439 e 440 do Código de Processo Penal, considerando o previsto da legislação específica, este Juízo procedeu a ao que preceitua os artigos 436, 439 e 440 do Código de Processo Penal, este Juízo procedeu a **LISTA GERAL** das pessoas que servirão de Jurados nas Sessões do Tribunal do Júri, no ano de dois mil e vinte e dois (2022) nesta Comarca de São Sebastião da Boa Vista. Em conformidade com o artigo 439 do CPP, qualquer pessoa do povo, até a publicação da lista definitiva, poderá apresentar em juízo as reclamações que julgarem convenientes contra a seguinte **LISTA GERAL PROVISÓRIA:**

	NOME	ENDEREÇO	PROFISSÃO
1.	ABDIEL FARIAS PINHEIRO	Rua Caiçara, S/N	Pescador Artesanal
2.	ADAIR DE JESUS GOMES RAMOS	Trav. Frutuoso de Jesus, S/N	Servidor Público
3.	ADEANA MARIA BATISTA MIRANDA	Rua Duque de Caxias, S/N,	Servidor Público
4.	ADMILSON OLIVEIRA DE SENA	Furo Vilela, Sitio Santa Maria	Pescadora Artesanal
5.	ADRIANA BRAGA DE LIMA	Furo Coroca, S/N	Pescadora Artesanal
6.	ALAIN TAVARES ALVES	Trav. 21 de Abril, S/N	Servidor Público
7.	ALBINO CAMARÃO TAVARES	Rua Jaçuana, S/N	Servidor Público
8.	ALESSANDRA PEREIRA DA SILVA	Rua do Fórum, S/N	Servidora Municipal
9.	ALINE CRISTINA DOS ANJOS DIAS	Rua Fogueteiro, S/N	Servidora Pública
10.	ALMIRA CRISTINA DE SENA GOMES	Av. Augusto Montenegro, S/N	Servidora Pública
11.	ALTINO MARINHO FERREIRA	Rio Umarituba, Ilha Caté	

Pescador Artesanal

12. AMAURI SILVA DOS SANTOS Rio Boa Vista, S/N
Pescador Artesanal

13. AMILTON DE OLIVEIRA FARIAS Rua Jaçuana, S/N
Professor

14. ANA CRISTINA GONÇALVES FERREIRA Furo Santo Antônio, Ilha São João, S/N
Autônoma

15. ANA LÚCIA TAVARES PEREIRA Ilha Coroca
Agente/saúde

16. ANA LUZIA SANTANA MAIA Trav. Tabelião Valentim, S/N
Servidora Pública

17. ANACLETO PEREIRA DE CASTILHO Rua Duque de Caxias
Professor

18. ANÁLIA SERRÃO TAVARES Rua 18 de Novembro, S/N
Professora

19. ANDREIZE BARRETO RODRIGUES Rua Caiçara, S/N
Servidor Público

20. ANTÔNIO PINHEIRO FARIAS Trav. 21 de Abril
Pescador

21. ANTONIO SERRÃO TAVARES Trav. Tabelião Valentim, S/N
Professor

22. ANTONIO WILLIANS CAMARÃO LOBATO Rua Salvador Loureiro, S/N
Mototaxista

23. ARIDIANE DE FÁTIMA GONÇALVES SERRÃO Rua Custódio Ferreira, S/N
Servidora Pública

24. BASÍLIO COSTA DOS SANTOS Rua 21 de Abril, S/N
Servidor Público

25. BENEDITO RODRIGUES DE FREITAS Rua Tabelião Valentim, S/N
Professor/SEDUC

26. CARLOS MARIANO FREITAS GONÇALVES Rua 18 de Novembro
Servidor Público

27. CASSIMEY MORAES DE FREITAS Rua Duque de Caxias
Servidora Municipal

28. CHEILA MORAES FERREIRA Av. Das Acácias, s/n
Estudante

29. CLAUDIA CRISTINA DE SENA GOMES Rua Custódio Ferreira
Servidora Pública

30. CLEDIO GOMES BARBOSA Travessa 21 de Abril
Servidor Público

31. CLÉIA CARVALHO PEREIRA Rua Jaçuana
Servidor Público

32. CLEUNICE NERES DA CRUZ Rio Flechal
Pescadora

33. CRISTIANE PENA PINTO Estrada Boa Vista Cocal
Servidora Pública

34. DÁRIO GONÇALVES JÚNIOR Trav. Tabelião Valentim, S/N,
Servidor Público

35. DELSON NONATO NAHUM MARQUES Rua Jaçuana, S/N
Servidor Público

36. DINALVA DE OLIVEIRA XAVIER Rua Dom Ângelo, S/N
Pescadora Artesanal

37. ELAINE MIRANDA DOS SANTOS Estrada Boa Vista Cocal
Pescadora

38. ELIELSON ROCHA SILVA Rua 21 de Abril, S/N
Pescador Artesanal

39. ELIZABETE DA CUNHA RODRIGUES Trav. 21 de Abril, S/N
Servidora Pública

40. ELIZEU ALMEIDA COSTA Trav. 21 de Abril, S/N
Servidor Pública

41. EMÍLIA COSTA VIANA Rua Jaçuana, S/N
Professora

42. ENIVANA BRASIL ROMERO Rua Vinte e Um de Abril, S/N
Pescadora

43. ENOS GOMES CARNEIRO Rua Duque de Caxias, S/N
Servidor Público

44. ERICA PATRÍCIA DA SILVA FERREIRA Passagem Caiçara
Professora

45. ERLEM RODRIGUES DE MORAES Rua do Fórum, S/N
Pescadora Artesanal

46. FERNANDA DO SOCORRO BARBOSA PINHEIRO Travessa Custódio Ferreira, S/N Servidora Pública

47. FRANCIDALVA RODRIGUES LOPES Av. Cel. Monfredo, S/N
Aux. de Biblioteca

48. FRANKNER JOSÉ SOUZA PANTOJA Av. Cel. Monfredo, S/N
Servidor Público

49. GILVANDRO SANTANA DE JESUS Rua do Fórum, S/N
Servidor Público

50. HEVERTON PATRICK SAMPAIO TAVARES Rua Gabriel Marques
Comerciante

51. IRDINETE COSTA DOS SANTOS Passagem Dom Ângelo
Servidora Pública

52. ISA DAS GRAÇAS TAVARES PEREIRA Rua Gabriel Marques, S/N
Servidora Pública

53. IVANILDA COSTA LEAL Av. das Acácias, S/N
Servidora Pública

54. IZANE GARCIA DOS SANTOS Rio Umarituba, Ilha Caeté, S/N Pescadora Artesanal

55. JACKLINE DE SOUZA PAIXÃO Av. das Acácias, S/N
Pescadora Artesanal

56. JEFFERSON PATRICK DA SILVA FERREIRA Rua Caiçara, s/n
Técnico em Educação

57. JESU JOSEDEC MARQUES BARBOSA Rua Manoel Peres, S/N
Servidor Público

58. JOANA CASTILHO DE MORAES FILHA Av. Cel. Monfredo, S/N
Pescadora Artesanal

59. JODIELSON GOMES DA COSTA Rua 18 de Novembro, S/n
Autônomo

60. JOSÉ ANDERSON BARRETO DE FREITAS Rua Duque de Caxias, S/N
Professor Municipal

61. JOSÉ MARIA GONÇALVES Rua Marajó, s/n
Técnico em Educação

62. JOSÉ PINHEIRO LEAL Rua 21 de Abril, s/n
Servidor Público

63. JOSEANA DO SOCORRO CARDOSO FARIAS Rua Custódio Ferreira
Servidora Pública

64. JUSCELINO GOMES DE JESUS Rio Pacujutá
Pescador

65. KARINA STEPHANIE COSTA CHAVES Rua Caiçara, S/N
Estudante

66. LÁZARO COSTA DOS SANTOS Rua Custódio Ferreira, S/N
Servidor Público

67. LETÍCIA MAIARA COSTA SAMPAIO Avenida das Acácias, S/N
Pescadora Artesanal

68. LÍDIA DA COSTA ROCHA Passagem Custódio Ferreira s/n
Estudante

69. LUCIDETE MAIA DOS ANJOS Av. Augusto Montenegro, S/N
Servidora Pública

70. MANOEL FRANCO GOMES Av. das Acácias, S/N
Professor/SEDUC

71. MANOEL MARIA CARDOSO DA SILVA Furo Laranja
Pescador

72. MANOEL MARIA GAIA JUNIOR Rua Gabriel Marques
Autônomo

73. MARCIA REGIANE CASTRO POMPEU Passagem Dom Ângelo
Servidor Público

74. MARCUS EMERSON DO NASCIENTO TAVARES Rio Pracuuba Miri, S/N
Servidor Público

75. MARIA DALVA MARQUES BARBOSA Rua Manoel Preses, S/N
Servidora Pública

76. MARIA SUED LEITE BORGES Avenida Coronel Monfredo, S/N
Servidora Pública

77. MARINETE DA SILVA E SILVA Rua Custódio Ferreira, S/N
Servente

78. MARIOMAR BARBOSA DA SILVA Rua 21 de Abril
Servidor Público

79. MIGUEL HUMBERTO LEAL GONÇALVES Rua Jaçuana, S/N
Servidor Público

80. MIROZALVA DE SENA PALHETA Rua Tabelião Valentim, S/N
Professora

81. MOISÉS PINHEIRO FARIAS Rua do Fórum, S/N
Servidor Público

82. PAULO CLEBER GOMES BARROSO Travessa 21 de Abril, S/N
Servidor Público

83. PAULO JORGE LIMA MORAES Av. Das Acácias, S/N
Servidor Público

84. RAIMUNDO DE JESUS MALATO SANTANA Rua Frutuoso de Jesus, S/N
Agente de Portaria

85. RAIMUNDO NONATO PINHEIRO FARIAS Rua Salvador Loureiro, s/n
Servidor Público

86. SEBASTIÃO TEIXEIRA PANTOJA Rua Gabriel Marques, S/N
Servidor Púbico

87. SÍLVIA CRISTIANNE LOBATO BORGES Av. Cel.Monfredo, S/N
Servidora Pública

88. VICENTE DE PAULO SOUZA Rua Frutuoso de Jesus
Servidor Público

89. WEDER GOMES DO AMARAL Rua D. Ângelo, s/n
Servidor Público

90. WILLA GOMES DO AMARAL Rua Padre Marcos, S/N
Servidora Pública

LISTA SUPLEMENTAR:

NOME ENDEREÇO
PROFISSÃO

1. ADRIANO CLEITON DA SILVA GOMES Rua Duque de Caxias, S/N
Pescador Artesanal

2. AFINEIAS MARINHO FERREIRA Rua 18 de Novembro, S/N
Autônomo

3. ARTHUR GISLAN FARIAS AMARAL Rua Lídia Dorotéia Tavares, S/N Estudante

4. BENEDITA DOS SANTOS FERREIRA Rua do Abiu, S/N
Pescadora Artesanal

5. CLEIDIANE DE SOUZA BATISTA Rua Frutuoso de Jesus, S/N
Estudante

6. DILAELSON COSTA SANTANA Rua 18 de Novembro, S/N
Autônomo

7. ELIELMA DOS SANTOS DA SILVA Rua Frutuoso de Jesus, S/N
Autônoma

8. ERNANI DOS ANJOS BARBOSA Rua Cirino Gomes, S/N
Pescador Artesanal

9. ESTER DO VALE CORDILHO Passagem Maria Júlia, S/N
Pescadora Artesanal

10. FRANCISCO PEREIRA BARBOSA Passagem Maria Júlia, S/N
Pescador Artesanal

11. IZANILDA DA SILVA ROCHA Pas. Marajó, 1226
Pescadora Artesanal

12. MARAISA DE SENA RIBEIRO Vila Cocal
Estudante

13. MARIA EUNICE FARIAS BRABO DA COSTA Rua 18 de Novembro, S/N
Professora

14. MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA COSTA Rua Felipe Cruz, S/N
Pescadora Artesanal

15. MARIA IZABEL DE SENA RIBEIRO Vila Cocal
Aposentada

16. MARIA ONEIDE DE CARVALHO DA FONSECA Tv. Tabelião Valentim, S/N
Pescadora Artesanal

17. MARTA DO VALE CORDILHO Rua Padre Marcos, S/N
Servidora Pública

18. MARTINHA DA SILVA MELO Rua Custódia Ferreira, S/N
Servidora Pública

19. MECENAS DOS REIS ROCHA Pas. Marajó, 1226
Professor

20. MIRANILDA SIQUEIRA POÇA Rua Custódio Ferreira
Pescadora

21. OSMANI FERREIRA DOS SANTOS Ilha Paquetá, Zona Rural
Professor

22. PAULO HEVERTON TAVARES FRAZÃO Rua Salvador Loureiro, S/N
Pescador Artesanal

23. RAIMUNDA DO SOCORRO DINIZ CAMPOS Rua 21 de Abril, S/N
Pescadora Artesanal

24. RAIMUNDO DO SOCORRO NASCIMENTO MELO Rio Cariá
Pescador Artesanal

25. RAQUEL MAGALHÃES DOS SANTOS Rua Custódio Ferreira
Estudante

26. REINALDO PANTOJA DA SILVA Rua Guaracy Frazão
Pescador Artesanal

27. RENATO MARQUES GAIA Rua 18 de Novembro, S/N Autônomo

28. ROSANNE WELLEM TENÓRIO DE SENA Rua 18 de Novembro, S/N Pescadora Artesanal

29. ROSILENE FERREIRA SANTANA Estrada Boa Vista-Cocal Pescadora Artesanal

30. SARLANE FERREIRA FORMIGOSA Rio Umarituba, Sitio Santo Antonio Pescadora Artesanal

E, para que chegue ao conhecimento de todos, ordenou o MMº. Juiz a expedição deste Edital, que será publicado do Diário da Justiça Eletrônico e afixado no lugar de costume neste FÓRUM. Dado e passado nesta cidade e Comarca de São Sebastião da Boa Vista, Estado do Pará, aos dezenove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um (19/11/2021). Eu, _____ IRAN DA SILVA GOMES, Diretor de Secretaria digitei e conferi.

LEANDRO VICENZO SILVA CONSENTINO

Juíza de Direito da Comarca de São Sebastião da Boa Vista

RESENHA: 19/11/2021 A 19/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE SAO SEBASTIAO DA BOA VISTA - VARA: VARA UNICA DE SAO SEBASTIAO DA BOA VISTA PROCESSO: 00005024720138140056 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LEANDRO VICENZO SILVA CONSENTINO A??o: Execução de Alimentos Infância e Juventude em: 19/11/2021 EXEQUENTE:RAYANNE NALANDA MELO GUIMARAES REPRESENTANTE:MARTINHA DA SILVA MELO Representante(s): OAB 7767 - GIOVANA AUGUSTA DOS SANTOS GONCALVES (ADVOGADO) EXECUTADO:RONALDO JOSE BORGES GUIMARAES. Trata-se de ExecuÃ§Ã£o de Alimentos que MARTINHA DA SILVA MELO, representante de R.N.M.G move em face de RONALDO JOSE BORGES GUIMARAES, ambos qualificados nos autos. O feito estÃ¡ em fase de cumprimento de sentenÃ§a pelo rito da prisÃ£o civil. As folhas 22/26 consta comprovaÃ§Ã£o do pagamento por meio de depÃ³sito em conta. Parte autora requer ofÃ-cio Ã Caixa EconÃ´mica Federal para que informe se os depÃ³sitos foram efetivados. Ã o breve relatÃ³rio. Decido. O executado juntou documento que comprova satisfatoriamente o cumprimento da sentenÃ§a, satisfazendo, portanto, a obrigaÃ§Ã£o atÃ© a presente data. Ã exequente competia refutar tais pagamentos, nÃ£o apenas requerer que seja oficiado o banco, sobretudo porque tem acesso a conta e pode, por si sÃ³, constatar o pagamento ou o inadimplemento. Ante o exposto, tendo havido a satisfaÃ§Ã£o integral da ordem objeto desta lide e a consequente satisfaÃ§Ã£o da obrigaÃ§Ã£o, JULGO EXTINTA A PRESENTE FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA nos termos do artigo 924, II, do CPC. Havendo prestaÃ§Ãµes alimentÃ-cias em aberto, deverÃ£o se objeto de novo processo diretamente no sistema PJ-e. Sem honorÃ¡rios e custas nesta fase. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Certifique o trÃ¢nsito em julgado. Ao final, arquivem-se os autos com as providÃªncias de praxe. SÃ£o SebastiÃ£o da Boa Vista, 18 de novembro de 2021. LEANDRO VICENZO SILVA CONSENTINO Juiz de Direito PROCESSO: 00005033220138140056 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LEANDRO VICENZO SILVA CONSENTINO A??o: Execução de Alimentos Infância e Juventude em: 19/11/2021 EXEQUENTE:RAYANNE NALANDA MELO GUIMARAES REPRESENTANTE:MARTINHA DA SILVA MELO Representante(s): OAB 7767 - GIOVANA AUGUSTA DOS SANTOS GONCALVES (ADVOGADO) EXECUTADO:RONALDO JOSE BORGES GUIMARAES. Trata-se de ExecuÃ§Ã£o de Alimentos que MARTINHA DA SILVA MELO, representante de R.N.M.G move em face de RONALDO JOSE BORGES GUIMARAES, ambos qualificados nos autos. O feito estÃ¡ em fase de cumprimento de sentenÃ§a pelo rito da prisÃ£o civil. As folhas 22/26 consta comprovaÃ§Ã£o do pagamento por meio de depÃ³sito em conta.

Parte autora requer ofÃ-cio Ã Caixa EconÃ´mica Federal para que informe se os depÃ³sitos foram efetivados. Ã o breve relatÃ³rio. Decido. O executado juntou documento que comprova satisfatoriamente o cumprimento da sentenÃ§a, satisfazendo, portanto, a obrigaÃ§Ã£o atÃ© a presente data. Ã exequente competia refutar tais pagamentos, nÃ£o apenas requerer que seja oficiado o banco, sobretudo porque tem acesso a conta e pode, por si sÃ³, constatar o pagamento ou o inadimplemento. Ante o exposto, tendo havido a satisfaÃ§Ã£o integral da ordem objeto desta lide e a consequente satisfaÃ§Ã£o da obrigaÃ§Ã£o, JULGO EXTINTA A PRESENTE FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA nos termos do artigo 924, II, do CPC. Havendo prestaÃ§Ãµes alimentÃ-cias em aberto, deverÃ£o se objeto de novo processo diretamente no sistema PJ-e. Sem honorÃ¡rios e custas nesta fase. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Certifique o trÃ¢nsito em julgado. Ao final, arquivem-se os autos com as providÃªncias de praxe. SÃ£o SebastiÃ£o da Boa Vista, 18 de novembro de 2021. LEANDRO VICENZO SILVA CONSENTINO Juiz de Direito PROCESSO: 00022813220168140056 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LEANDRO VICENZO SILVA CONSENTINO A??o: Cumprimento de sentença em: 19/11/2021 AUTOR:HERCOLLES WILLYAN GAIA BARBOSA AUTOR:WANDERLAN GAIA BARBOSA REPRESENTANTE:CLAUDIA DE ASSUNCAO MARQUES GAIA Representante(s): OAB 7767 - GIOVANA AUGUSTA DOS SANTOS GONCALVES (ADVOGADO) REQUERIDO:BENEDITO FERREIRA BARBOSA Representante(s): OAB 9118 - JOSUE NASCIMENTO PIMENTEL (ADVOGADO) . Vistos etc. Trata-se de cumprimento de sentenÃ§a de alimentos promovida pela parte autora contra o executado na qual executa diversos meses em atraso. Compulsando os autos, verifica-se, que consta documentos de fls. 166/181 e certidÃ£o do oficial de justiÃ§a de fls. 187-v, atestando que o executado adimpliu regularmente o dÃ©bito pelo qual foi executado, bem como foi expedido alvarÃ¡ de soltura em seu favor. DispÃµe o art. 924, do CPC, que a execuÃ§Ã£o se extingue quando o devedor satisfaz a obrigaÃ§Ã£o, devendo, nos termos do art. 925, ser declarada por sentenÃ§a. ANTE O EXPOSTO, e nos termos do art. 925, do CÃ³digo de Processo Civil, declaro extinta a execuÃ§Ã£o pelo seu cumprimento, julgando, em consequÃªncia, extinto o processo, com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. Sem condenaÃ§Ã£o em custas ou honorÃ¡rios face ao deferimento dos benefÃ-cios da justiÃ§a gratuita. Publique-se. Registre-se. Intimem-se, ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. EmpÃ³s, certificado o trÃ¢nsito em julgado, dÃª-se baixa e arquive-se, observadas as formalidades legais. SÃ£o SebastiÃ£o da Boa Vista (PA), 05 de novembro de 2021. LEANDRO VICENZO SILVA CONSENTINO Juiz de Direito Titular da Comarca de SÃ£o SebastiÃ£o da Boa Vista PROCESSO: 00023035620178140056 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LEANDRO VICENZO SILVA CONSENTINO A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 19/11/2021 DENUNCIADO:MARIA LUANA BARBOSA DE ABREU Representante(s): OAB 20414 - RISIA CELENE FARIAS DOS SANTOS (ADVOGADO DATIVO) DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL VITIMA:A. C. O. E. . Ã© Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico, atravÃ©s de seu Representante nesta Comarca, ofereceu denÃºncia, no dia 31/05/2017, contra MARIA LUANA BARBOSA DE ABREU, qualificado Ã fl. 02, classificando-a como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do art. 33 da Lei 11.343/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Segundo consta na denÃºncia, no dia 26/04/2017, por volta das 03h:00min, MARIA LUANA BARBOSA DE ABREU foi presa em flagrante transportando cerca de 02 (dois) tabletes da substÂ¢ncia entorpecente vulgarmente conhecida como maconha com cerca de 01 (um) quilograma cada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consta na denÃºncia que o Grupamento fluvial, em operaÃ§Ã£o planejada com as policias civil e militar, deslocou embarcaÃ§Ãµes para essa comarca com fito de reprimir a pirataria fluvial e o trÃ¡fico de drogas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A bordo do navio policiais do canil da PM conduziram o cÃ£o treinado em rastrear entorpecentes, Toby, que jÃ¡ tinha detectado drogas na bagagem de Maria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante de dezenas de testemunhas, mediante a fundada suspeita, os policiais realizaram a busca pessoal na bagagem da denunciada e encontram a droga apreendida, que estava escondida dentro da bolsa do bebÃª de dois meses de vida da ora denunciada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Durante a abordagem a denunciada negou ser a dona da bagagem, mas seus pertences pessoais, bem como vestÃ-gios da droga em suas roupas e seu filho, que Ã© uma crianÃ§a, nÃ£o deixaram dÃºvidas sobre a autoria do delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seu depoimento na Delegacia Maria confessou que estava transportando a droga para entregar a nacional conhecida como `RenataÂ¿ na cidade de Breves. Afirmou ainda, que recebeu a droga no bairro do GuamÃ¡ de uma mulher desconhecida, que lhe R$ 500,00 (quinhentos reais), para transportar atÃ© Breves, onde recebia mais R$ 500,00 (quinhentos reais) de `RenataÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em 28/04/2017 foi homologado o flagrante e decretada a prisÃ£o preventiva da acusada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em 13/06/2017 foi recebida a denÃºncia e determinada a citaÃ§Ã£o da acusada para apresentar defesa prÃ©via (fls. 43). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em 06/07/2017 foi concedida prisÃ£o domiciliar para a acusada, sendo expedido o alvarÃ¡ de soltura (fls. 75/76). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi apresentada resposta escrita Ã s fls. 89, foi determinada as

oitivas das testemunha e o interrogatÃ³rio da acusada por carta precatÃ³ria, sendo designada audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 21/05/2018, sendo ouvida as testemunhas JORGE EDUARDO DE SENA LUGARINHO, KÃTIA SIMONE PIMENTEL LUZ e RAIMUNDO WELLINGTON ABREU COSTA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consta nos autos deliberaÃ§Ã£o em audiÃªncia realizada na comarca de Portel (fls. 279), na qual determina a devoluÃ§Ã£o da carta precatÃ³ria a este juÃ-zo, tendo em vista que a acusada nÃ£o foi localizada no endereÃ§o fornecido nos autos. O MinistÃ©rio PÃºblico requereu a aplicaÃ§Ã£o dos efeitos da revelia (fls. 282). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Laudo toxicolÃ³gico definitivo juntado Ã s fls. 82. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Representante do ÃrgÃ£o Ministerial apresentou alegaÃ§Ãµes finais pugnando pela condenaÃ§Ã£o da acusada MARIA LUANA BARBOSA DE ABREU nas sanÃ§Ãµes do art. 33 da Lei 11.343/2006 (fls. 283/288), enquanto a defesa do denunciado apresentou suas alegaÃ§Ãµes finais pugnando pela condenaÃ§Ã£o no mÃ-nimo legal (fls. 289/290). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Antecedentes criminais juntados Ã fl. 294. Ã o relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ab initio, cumpre salientar que o feito foi regularmente instruÃ-do, estando isento de vÃ-cios ou nulidades, sem qualquer falha a sanar. Foram observados os procedimentos legais e respeitados os princÃ-pios constitucionais da ampla defesa e do contraditÃ³rio, alÃ©m da inocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, estando, pois, em pleno vigor o jus puniendi. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Fixadas estas premissas, passo a analisar a materialidade e autoria do delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na espÃ©cie, o rÃ©u foi denunciado por ter praticado o crime de trÃ¡fico de drogas (art. 33 da Lei 11.343/2006), o qual estÃ¡ assim descrito: `Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor Ã venda, oferecer, ter em depÃ³sito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorizaÃ§Ã£o ou em desacordo com determinaÃ§Ã£o legal ou regulamentar: Pena - reclusÃ£o de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multaÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante dos elementos de provas colacionados aos autos Ã© possÃ-vel constatar que a materialidade do crime de trÃ¡fico de drogas, encontra-se assentada e comprovada ao tipo penal descrito. DÃºvida tambÃ©m nÃ£o hÃ¡ quanto a autoria do delito pelo denunciado. SenÃ£o, vejamos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seu depoimento a testemunha JORGE EDUARDO DE SENA LUGARINHO as perguntas do MinistÃ©rio PÃºblico respondeu `Que estavam patrulhando a Ã¡rea do MarajÃ³, Que conversaram com o pessoal da SEFA e resolveram abordar o navio Bom Jesus; Que resolveram passar os cÃ£es por baixo das redes, farejando as bolsas; Que o cÃ£o parou em uma bolsa; Que acordaram a moÃ§a que era a proprietÃ¡ria da bolsa; Que ao verificarem a bolsa encontraram a droga; que estava bem embalada a droga; Que acredita que era maconha; Que a acusada confirmou que a bolsa era dela; que a bolsa estava em baixo da rede dela; Que nÃ£o falou nada sobre a droga; Que nÃ£o sebe informar o que a acusada disse na Delegacia; Que nunca tinha visto a acusada; Que prestou depoimento na Delegacia; Que teve uma outra moÃ§a que estava com droga tambÃ©m; Que quem estava com o cachorro Toby era o Raimundo, mas o depoente presenciou quando a droga foi encontradaÂ¿. As perguntas da defesa respondeu: `Que a acusada confirmou que a droga lhe pertenciaÂ¿. NÃ£o houve perguntas do juÃ-zo. Depoimento gravado em mÃ-dia eletrÃ´nica acostado aos autos Ã s fls. 228/229. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seu depoimento a testemunha KÃTIA SIMONE PIMENTEL LUZ as perguntas do MinistÃ©rio PÃºblico respondeu: `Que estavam em operaÃ§Ã£o conjunta com a SEFA; Que o cÃ£o da equipe, ao fazerem a abordagem de uma embarcaÃ§Ã£o detectou uma sacola de bebÃª que continha aproximadamente 03 (trÃªs) tabletes de maconha; Que encontraram duas pessoas com drogas na embarcaÃ§Ã£o; Que por fazer um certo tempo pode confundir as situaÃ§Ãµes, mas apÃ³s a leitura dos fatos pela promotora, a mesma recordou e confirmou os fatos; Que a acusada estava dormindo na rede com um bebezinho e a sacola estava em baixo da rede; Que acordaram a acusada; Que ao revistarem encontraram a droga dentro da sacola; Que nÃ£o sabe informar o que a acusada alegou na Delegacia; Que a acusada disse que seu esposo estava preso; Que estava transportando a droga para ele; Que nÃ£o disse quem entregou a droga a mesma; Que estava indo de BelÃ©m para Breves; Que nÃ£o acompanhou o depoimento da acusada, apenas apresentou a mesma na delegacia; Que viu quando abriram a sacola e apreenderam a droga. As perguntas da defesa respondeu: `Que nÃ£o tem certeza qual droga foi apreendida, mas acha que era cocaÃ-na; Que nÃ£o abriram o pacote; Que foi o cachorro Toby que encontrou a droga; Quem estava conduzindo o cachorro era o Raimundo Abreu. As perguntas do juÃ-zo respondeu: `Que nÃ£o tem certeza se era maconha ou cocaÃ-na, pois nÃ£o abriram a embalagem; Que levaram a droga para a Delegacia e la que o delegado falou que era droga; Que a bagagem era uma bolsa de crianÃ§a; Que a acusada estava com uma crianÃ§a; Que quando acharam a droga a acusada passou a chorar e dizer que era do esposo dela a droga; Que o marido da acusada estava preso e que iria levar a droga para uma pessoa em Breves, mas nÃ£o quis falar quem era a pessoaÂ¿. Depoimento gravado em mÃ-dia eletrÃ´nica acostado aos autos Ã s fls. 228/229. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seu depoimento a testemunha RAIMUNDO WELLINGTON ABREU COSTA as perguntas do MinistÃ©rio PÃºblico respondeu: `Que

estavam realizando uma operaÃ§Ã£o em conjunto com a SEFA; Que abordaram uma embarcaÃ§Ã£o de passageiros; Que orienta os passageiros quando vÃ£o passar o cÃ£o farejador; Que quando o depoente passou o cÃ£o, o mesmo indicou a bolsa de uma senhora; Que na mesma embarcaÃ§Ã£o pegaram duas situaÃ§Ãµes uma no primeiro andar e uma no segundo andar; Que as duas mulheres estavam com crianÃ§as; uma com um bebe de colo e outra com uma crianÃ§a maior aproximadamente 06 (seis) anos; Que nÃ£o lembra qual Maria era, se a que estava com a crianÃ§a menor ou maior; Que a droga era maconha, na quantidade de 04 (quatro) a 05 (cinco) quilogramas; Que quando perguntaram sobre a droga a mesma disse que iria levar a droga para Portel e ia receber um valor de uma pessoa para fazer o transporte; Que havia um esposo preso; Que nÃ£o falou se era dele; Que a acusada confirmou que a sacola era dela; Que chegou a vÃª a droga; que a droga estava embalada; Que a acusada autorizou os policias verificarem a sacola; Que encontraram a droga; Que a acusada confessou que estaria transportando a droga para uma pessoaÂ¿. As perguntas da defesa respondeu: `Que pelas caracterÃ-sticas e experiÃªncia dÃ¡ para perceber que se tratava de maconha, porÃ©m sÃ³ quem pode afirmar na realidade Ã© o centro de perÃ-cias; Quando indagada sobre a droga a acusada falou que estaria transportando para uma terceira pessoa; Que receberia um valor, por estÃ¡ passando necessidadeÂ¿. NÃ£o houve perguntas do juÃ-zo. Depoimento gravado em mÃ-dia eletrÃ´nica acostado aos autos Ã s fls. 228/229. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o foi realizado o interrogatÃ³rio da acusada tendo em vista nÃ£o ter sido encontrada no endereÃ§o indicado nos autos, considerando que Ã© dever da acusada manter atualizado o seu endereÃ§o, bem como o requerimento do MinistÃ©rio PÃºblico Ã s fls. 282, DECRETO A REVELIA DA ACUSADA MARIA LUANA BARBOSA DE ABREU. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A materialidade do crime em questÃ£o ficou comprovada com a juntada Ã s fls. 82/82-V do Laudo ToxicolÃ³gico Definitivo n.Âº 2017.01.002032-QUI, o qual atestou que a droga apreendida teve resultado positivo para a substÂ¢ncia entorpecente vulgarmente conhecida como maconha. Â Com relaÃ§Ã£o a autoria delitiva percebe-se pelo conjunto probatÃ³rio que a acusada praticou o delito em questÃ£o, pois os depoimentos das testemunhas sÃ£o harmÃ´nicos entre si no sentido de demonstrar que apÃ³s as abordagens o cÃ£o farejador verificou e identificou drogas na bagagem da acusada em quantidade considerÃ¡vel, o fato de nÃ£o saberem precisar qual droga se tratava se deu pelo fato de nÃ£o abrirem a embalagem, porÃ©m o laudo toxicolÃ³gico definitivo confirmou tratar-se de maconha. Ademais, a acusada confessou para os policiais e para a autoridade policial que a sacola onde foi encontrada a droga lhe pertencia, e que estava apenas transportando a droga, que recebeu a quantia de R$ 500,00 (quinhentos reais) em BelÃ©m e iria receber mais R$ 500,00 (quinhentos) no momento da entrega. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ comprovaÃ§Ã£o nos autos do Ã¢nimo de incriminar o rÃ©u, Ã© perfeitamente vÃ¡lido o acrÃ©scimo oriundo da prova resultante de depoimentos prestados por agentes policiais. HÃ¡ presunÃ§Ã£o juris tantum de que agem escorreitamente no exercÃ-cio de suas funÃ§Ãµes (TJSP, Ap. Crim. 160.291-3, 2Âª CÃ¢m. Crim., rel. Des. Devienne Ferraz, j. 30-51994, JTJ 159/310). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sendo assim, consumou-se o crime do art. 33, caput da Lei nÂº 11.343/2006, nas modalidades transportar/trazer consigo previstas no referido dispositivo legal, tendo o acusado praticado a conduta de forma dolosa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a acusaÃ§Ã£o formulada na denÃºncia para CONDENAR a acusada MARIA LUANA BARBOSA DE ABREU como incurso nas penas do delito do art. 33, caput da Lei nÂº 11.343/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo a dosar a pena em estrita observÂ¢ncia ao disposto no artigo 68, caput, do CÃ³digo Penal e artigo 42 da Lei 11.343, de 2006. a)Â Â Â Â Â culpabilidade: considerando os elementos disponÃ-veis nos autos, entendo que a conduta da rÃ© nÃ£o excedeu o grau de reprovabilidade comum ao crime em tela, motivo pela qual o vetor ser atribuÃ-do no grau mÃ-nimo; b)Â Â Â Â Â antecedentes: apesar de responder vÃ¡rias aÃ§Ãµes penais, Ã© tecnicamente primÃ¡ria; c)Â Â Â Â Â Conduta social e d) Personalidade: nÃ£o hÃ¡ nada nos autos que possa ser considerada em seu desfavor; e)Â Â Â Â Â Os motivos: nÃ£o justificam a prÃ¡tica do crime; f)Â Â Â Â Â As circunstÂ¢ncias. NÃ£o favorecem a acusada, que traficava na companhia de seu filho, uma crianÃ§a de colo, g)Â Â Â Â Â ConsequÃªncias do crime: NÃ£o hÃ¡ nada nos autos que possa ser considerado em seu desfavor; h)Â Â Â Â Â O comportamento da vÃ-tima, a coletividade, em nada contribuiu para o evento delituoso. A vista destas circunstÂ¢ncias analisadas individualmente, fixo a pena-base em 05 (cinco) anos de reclusÃ£o e ainda 600 (seiscentos) dias-multa. Quanto Ã segunda e terceira fase da aplicaÃ§Ã£o da pena, observo que inexistem causas agravantes, nem atenuantes. Bem como nÃ£o incide causa de aumento nem diminuiÃ§Ã£o da sanÃ§Ã£o. Assim, torno a sanÃ§Ã£o definitiva em 05 (cinco) anos de reclusÃ£o e 500 dias-multa. Ante a nÃ£o comprovaÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o econÃ´mica do rÃ©u, fixo o valor do dia multa no mÃ-nimo legal, ou seja, 1/30 (um trigÃ©simo) do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca dos fatos, o qual deverÃ¡ ser devidamente atualizado. PRISÃO PREVENTIVA E DETRAÃÃO E REGIME INICIAL Tendo em vista que a rÃ© respondeu todo o processo em prisÃ£o domiciliar, deferida Ã s fls. 75/75-v, nÃ£o havendo informaÃ§Ãµes que a mesma tenha descumprido

qualquer das condiÃ§Ãµes impostas na referida decisÃ£o, bem como estÃ£o presentes os requisitos autorizadores para concessÃ£o de sua liberdade provisÃ³ria, REVOGO A PRISÃO DOMICILIAR, concedendo o direito de recorrer em liberdade. Nos termos do que dispÃµe o art. 42 do CPB e art. 387, Â§2Âº, do CPP, faz jus o apenado Ã detraÃ§Ã£o de pena referente ao perÃ-odo em que ficou presa, devendo ser devidamente calculada, quando o processo for remetido ao juÃ-zo da execuÃ§Ã£o penal para o cumprimento da pena imposta. Regime inicial de cumprimento de pena: semi-aberto, conforme art. 33, parÃ¡grafo segundo, Â¿bÂ¿, do CÃ³digo Penal. NÃ£o cabe aplicar o disposto no art. 44, CP. Sem condenaÃ§Ã£o em custas, pois se trata de rÃ©u assistido por defensor nomeado. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a: 1.Â Lance o nome do RÃ©u no Rol dos Culpados; 2.Â FaÃ§a a comunicaÃ§Ã£o da suspensÃ£o dos seus direitos polÃ-ticos Ã JustiÃ§a Eleitoral; 3.Â JÃ¡ havendo nos autos o laudo toxicolÃ³gico definitivo, determino Ã autoridade que proceda Ã destruiÃ§Ã£o das drogas apreendidas, na forma do Â§ 4Âº do art. 50 da Lei 11.343/06, guardando-se amostra necessÃ¡ria para eventual contraprova. 4.Â Tendo em vista que a defesa do denunciado foi patrocinada por defensor dativo em razÃ£o de ausÃªncia na Comarca a Defensoria PÃºblica, arbitro os honorÃ¡rios da defensora nomeada no valor de R$ 400,00 e em caso de eventual interposiÃ§Ã£o de recurso ou contrarrazÃµes recursais, fixo seus honorÃ¡rios em R$ 500,00, a serem suportados pelo Estado do ParÃ¡. APÃS O TRÃNSITO EM JULGADO, expeÃ§a-se certidÃ£o em favor do advogado. Sem custas. P.RI. SÃ£o SebastiÃ£o da Boa Vista (PA), 16 de novembro de 2021. LEANDRO VICENZO SILVA CONSENTINO Juiz de Direito Titular da Comarca de SÃ£o SebastiÃ£o da Boa Vista PROCESSO: 00026640520198140056 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LEANDRO VICENZO SILVA CONSENTINO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 VITIMA:A. C. DENUNCIADO:RODRIGO SILVA DE SOUSA DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. Vistos. O feito refere-se ao rÃ©u Rodrigo Silva de Sousa, citado por edital. O processo deve ser suspenso, nos termos do artigo 366 do CÃ³digo de Processo Penal. Assim, suspendo o processo atÃ© que o rÃ©u compareÃ§a ou seja preso preventivamente. Mantenha os autos suspensos atÃ© o cumprimento do mandado de prisÃ£o preventiva. CiÃªncia ao MP. Â SÃ£o SebastiÃ£o da Boa Vista, 18 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â LEANDRO VICENZO SILVA CONSENTINO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito. PROCESSO: 00038240220188140056 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LEANDRO VICENZO SILVA CONSENTINO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/11/2021 DENUNCIADO:ECLES FERREIRA BARBOSA DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA VITIMA:G. F. F. J. VITIMA:M. H. P. S. . Vistos, etc. O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, ofereceu DENÃNCIA em face de ECLES FERREIRA BARBOSA, vulgo Â¿LUIA, e WIILIAN MACEDO DE CARVALHO devidamente qualificados nos autos, pela prÃ¡tica do crime previsto no art. 157, Â§ 2Âº, inciso I e II do CPB. Foi aditada a denÃºncia para incluir como acusado ECLES FERREIRA BARBOSA vulgo LUIA (fls. 5/6) Narra a denÃºncia, em sÃ-ntese, que no dia 21/03/2018, por volta das 09h30min, o denunciado e seu comparsa adentraram na loja de celulares, e mediante violÃªncia, grave ameaÃ§a e portando arma de fogo subtraÃ-ram para si os objetos descritos no IPL, quais sejam: 01 notebook CCE, 01; aparelho de celular Samsung galaxy J5 prime dourado IMEI: 354921/08/4185007/7*; 01 samsung galaxy mini de cor dourado IMEI:*354921/08/418500/7*; 01 samsung galaxy J7 metal, IMEI: 351971/08/917558/9; 01 aparelho celular J5 dourado. Consta ainda que apÃ³s a empreitada criminosa os autores empreenderam fuga pela Rua CustÃ³dio Ferreira, causando grande pÃ¢nico e temor pela cidade pois trocaram tiros com a polÃ-cia militar em plena via pÃºblica. Foi homologado o flagrante e decretada a prisÃ£o do acusado WILLIAN MACEDO DE CARVALHO em 22/03/2018 (fls. 28/29). Foi recebida a denÃºncia em 04/04/2018 (fls. 83). Ressalte-se que o denunciado WILLIAN MACEDO DE CARVALHO estÃ¡ processado em autos separados, conforme fls. 106-v, pois foi determinado que se procedesse o desmembramento dos autos. Foi determinada a citaÃ§Ã£o do acusado ECLES FERREIRA BARBOSA Ã s fls. 107, sendo citado Ã s fls. 122-v, apresentando defesa preliminar Ã s fls. 127/130. Foi realizada audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento em 25 de abril de 2019, sendo ouvidas as testemunhas GUARACY FERREIRA FRAZÃO JÃNIOR, MÃRCIA HELENA PANTOJA DE SANTANA, PM FRANCISCO ACÃCIO COSTA DE OLIVEIRA e realizado o interrogatÃ³rio do acusado ECLES FERREIRA BARBOSA. Foi apresentada alegaÃ§Ãµes finais pelo MinistÃ©rio PÃºblico Ã s fls. 145/149 pugnando pela condenaÃ§Ã£o do acusado pela prÃ¡tica do ilÃ-cito penal capitulado no art. 157, Â§ 2Âº, I e II do CPB. Foi apresentada alegaÃ§Ãµes finais pela defesa Ã s fls. 154, pugnando pela condenaÃ§Ã£o no mÃ-nimo legal e o reconhecimento da confissÃ£o como atenuante. CertidÃ£o de antecedentes criminais juntada Ã s fls. 157/159 Ã o relatÃ³rio. Decido. Ab initio, cumpre salientar que o feito foi regularmente instruÃ-do, estando isento de vÃ-cios ou nulidades, sem qualquer falha a sanar.Â¿ Â¿ Foram observados os procedimentos legais e respeitados os princÃ-pios constitucionais da ampla defesa e

do contraditÃ³rio, alÃ©m da inocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, estando, pois, em pleno vigor o jus puniendi. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Fixadas estas premissas, passo a analisar a materialidade e autoria do delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na espÃ©cie, o rÃ©u foi denunciado por ter praticado o crime de rouboÂ¿ Â¿ mediante grave ameaÃ§a (art. 157, Â§ 2Âº, inciso I e II do CPB), o qual estÃ¡ assim descrito no CÃ³digo Penal: Â¿Roubo Art. 157 - Subtrair coisa mÃ³vel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaÃ§a ou violÃªncia a pessoa, ou depois de havÃª-la, por qualquer meio, reduzido Ã impossibilidade de resistÃªncia: Pena - reclusÃ£o, de quatro a dez anos, e multaÂ¿. Â§ 2Âº A pena aumenta-se de 1/3 (um terÃ§o) atÃ© metade:(RedaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂº 13.654, de 2018) I Â¿ (revogado); (RedaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂº 13.654, de 2018) II - se hÃ¡ o concurso de duas ou mais pessoas; A autoria e materialidade nÃ£o enseja dÃºvida, emergem dos depoimentos da vÃ-tima e testemunha. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seu depoimento a testemunhaÂ GUARACY FERREIRA FRAZÃO JÃNIOR disse: `Que o acusado adentrou no estabelecimento da vÃ-tima, vestindo uma farda de colÃ©gio; Que foi atÃ© o depoente sacou a arma e anunciou o assalto; Que estava de frente com o acusado e viu seu rosto; Que reconheceu o mesmo; Que mandou a vÃ-tima se jogar no chÃ£o; Que nÃ£o estava de rosto tapado; Que mandou o depoente se deitar no chÃ£o; Que queriam os celulares; Que no primeiro momento entrou apenas o acusado ECLES; Que depois entrou o comparsa do acusado; Que o acusado estava armado; Que chegou a sacar a arma; Que nÃ£o conseguiu identificar a marca da arma; Que era uma arma de fogo; Que nÃ£o chegou agredir a vÃ-tima; Que queriam o celular; Que o depoente pediu para sua esposa passar os celulares para o acusado; Que a arma permaneceu apontada para o depoente; Que foi levado 05 (cinco) celulares e 01 (um) notebook; Que apÃ³s pegar os objetos o acusado pediu para a vÃ-tima e sua esposa irem para o banheiro; Que nÃ£o viu para onde o acusado correu, apÃ³s sair da loja, pois jÃ¡ estava no banheiro; Que apenas ouviu um cidadÃ£o gritar na rua Ã© assalto; Que por este motivo os acusados saÃ-ram da loja atirando; Que apenas ouviu os tiros, pois estava dentro do banheiro; Que o comparsa do acusado nÃ£o estava com o rosto coberto, porÃ©m a vÃ-tima nÃ£o conseguiu identificar o mesmo; Que o acusado pediu para a vÃ-tima obedecer, caso contrÃ¡rio iria atirar na vÃ-tima; Que nÃ£o conseguiu recuperar os objetos; Que quem apontou a arma na cabeÃ§a do acusado foi o acusado ECLESÂ¿. Depoimento gravado em mÃ-dia eletrÃ´nica acostado aos autos Ã s fls. 141/142. Em seu depoimento a testemunha MÃRCIA HELENA PANTOJA DE SANTANA disse: `Que a depoente estava no dia dos fatos na loja; Que estava atrÃ¡s da vitrine digitando no notebook; Quando dobrou viu seu marido deitado no chÃ£o com a arma apontada para sua cabela; Que o acusado pediu para a depoente colocar os celulares na mochila que portava; Que a vÃ-tima Guaracy falou para a depoente colocar os celulares na mochila; Que os acusados estavam armados, mas nÃ£o sabe qual arma o acusado estava usando; Que o acusado entrou na loja sozinho; Que depois entrou um comparsa; Que reconheceu o acusado ECLES na delegacia atravÃ©s de fotos e do video do acusado chegando no local para assaltar; Que o outro comparsa identificou como sendo nacional conhecido como NEGUINHO; Que levaram celulares, notebook e cordÃ£o; Que nÃ£o levaram dinheiro; Que o acusado estava nervoso e ameaÃ§ava e dirigia palavrÃµes a vÃ-tima; Que a depoente nÃ£o viu para onde os acusados foram, pois o NEGUINHO mandou as vÃ-timas para o banheiro, apenas ouviu disparos de tiros na frente da loja; Que ninguÃ©m foi socorrer as vÃ-timas, Que saÃ-ram do banheiro depois que os acusados saÃ-ram da loja; Que foram dois acusados que entraram na loja; Que os dois estavam armados; Que era arma de fogoÂ¿. Depoimento gravado em mÃ-dia eletrÃ´nica acostado aos autos Ã s fls. 141/142. Em seu depoimento a testemunha PM FRANCISCO ACÃCIO COSTA DE OLIVEIRA disse: `Que a polÃ-cia militar encontrava-se no quartel e foi informada da ocorrÃªncia do roubo em questÃ£o; Que saiu de moto em diligÃªncia juntamente com o comandante da PM; Que quando chegaram no local jÃ¡ haviam se evadido; Que foram informados que quem havia realizado o roubo teria sido o acusado ECLES e um outro cidadÃ£o; Que tambÃ©m havia uma outra pessoa que teria dado fuga aos acusados; Que a pessoa que deu fuga tratava-se de WILLIAM; Que populares viram os acusados saÃ-rem de moto com o mesmo do local; Que conhecem ele; Que as vÃ-timas reconheceram os acusados; Que levaram celulares das vÃ-timas; Que o acusado Ã© conhecido na cidade; Que soube que os acusados estavam armados, mas nÃ£o sabe o tipo de arma; Que nÃ£o soube de ninguÃ©m ferido no local; Que haviam pessoas na rua; Que havia uma segunda pessoa juntamente com ECLES, mas nÃ£o conseguiram identificar; Que nÃ£o encontram arma nem objetos com WILLIAM, condutor da moto; Que apenas apreenderam a moto de WILLIAM; Que ECLES nÃ£o foi preso em flagrante; Que ficou foragido e jÃ¡ foi preso em BelÃ©mÂ¿. Depoimento gravado em mÃ-dia eletrÃ´nica acostado aos autos Ã s fls. 141/142. Em seu interrogatÃ³rio o acusado ECLES FERREIRA BARBOSA disse: `Que nÃ£o sÃ£o verdadeiras as acusaÃ§Ãµes que pesam contra si; Que nÃ£o teve nenhum tipo de participaÃ§Ã£o na aÃ§Ã£o criminosa; Que nÃ£o sabe porque estÃ¡ sendo acusado no delito; Que nÃ£o conhece nenhuma das vÃ-timas; Que nunca viu a vÃ-tima, nÃ£o sabe nem quem Ã©; Que no dia e hora dos fatos o acusado encontrava-se na ilha do Mosqueiro, bairro do Ariramba, rua Junior do Beco; Que estava morando neste local; Que desde

quando fugiu da colÃ´nia nÃ£o veio para Boa Vista; Que foi preso no Riacho Doce; Que a policia chegou e abordou o acusado; Que deram voz de prisÃ£o por causa de uma droga que haviam achado no local; Que tem absoluta certeza que nÃ£o foi o acusado que cometeu o assalto. Depoimento gravado em mÃ-dia eletrÃ´nica acostado aos autos Ã s fls. 141/142. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Percebe-se pelo conjunto probatÃ³rio que o acusado praticou o delito em questÃ£o, subtraindo das vÃ-timas os objetos descritos na denÃºncia, mediante violÃªncia e grave ameaÃ§a, exercida com emprego de arma de fogo, restando configurado a materialidade do delito em questÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com relaÃ§Ã£o a autoria do delito, tambÃ©m ficou demonstrada, pois as vÃ-timas reconheceram o acusado ECLES que estava sem nada em seu rosto, o que ficou fÃ¡cil para que as vÃ-timas reconhecem o mesmo, no momento da aÃ§Ã£o, bem como atravÃ©s de fotografias e vÃ-deos do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em que pese o acusado ECLES negar autoria e participaÃ§Ã£o no delito, as vÃ-timas narraram com riqueza de detalhes a aÃ§Ã£o do denunciado, os depoimentos foram harmÃ´nicos e precisos no sentindo de demonstrar que o acusado adentrou no estabelecimento comercial das vÃ-timas, vestindo uma farda de colÃ©gio com uma arma na mÃ£o, pedindo para que colocassem os celulares e o notebook dentro da mochila; Que pediu para o senhor GUARACY deitar no chÃ£o enquanto sua esposa colocava os objetos na mochila. ApÃ³s, adentrou no estabelecimento um comparsa; Que pediu para que as vÃ-timas fossem para o banheiro; Que na saÃ-da da loja fizeram alguns disparos com a arma de fogo. NÃ£o havendo portanto dÃºvidas quanto a materialidade e autoria do crime de roubo em concurso de pessoas e com a uso de arma. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com relaÃ§Ã£o a arma de fogo as vÃ-timas afirmaram com seguranÃ§a em seu depoimento colhido em juÃ-zo, que a arma utilizada era uma arma de fogo, consentÃ¢neo com o depoimento testemunhal. Nesse sentido, o STJ, mesmo apÃ³s a superveniÃªncia das alteraÃ§Ãµes trazidas, em 24.05.2018, pela Lei nÂº 13.654/2018, essa Corte Superior, no que tange Ã causa de aumento do delito de roubo prevista no art. 157, Â§ 2Âº, I, do CÃ³digo Penal - nos casos em que utilizada arma de fogo, manteve o entendimento exarado por sua Terceira SeÃ§Ã£o, no sentido de ser desnecessÃ¡ria a apreensÃ£o da arma utilizada no crime e a realizaÃ§Ã£o de exame pericial para atestar a sua potencialidade lesiva, quando presentes outros elementos probatÃ³rios que atestem o seu efetivo emprego na prÃ¡tica delitiva, uma vez que seu potencial lesivo Ã© in re ipsa. Nesse sentido: AgRg no Habeas Corpus nÂº 473.117/MS (2018/0264062-1), 5Âª Turma do STJ, Rel. Reynaldo Soares da Fonseca. j. 05.02.2019, DJe 14.02.2019). No mesmo sentido: STJ-1142474) AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO MAJORADO. BUSCA E APREENSÃO SEM AUTORIZAÃÃO JUDICIAL. CIRCUNSTÃNCIAS DO CASO CONCRETO. MODIFICAÃÃO DAS PREMISSAS FÃTICAS. IMPOSSIBILIDADE. SÃMULA 7/STJ. RECONHECIMENTO DA MAJORANTE DE USO DE ARMA. PERÃCIA. FOGO. PRESCINDIBILIDADE. PRECEDENTES. DOSIMETRIA. EXASPERAÃÃO DA PENA-BASE. UTILIZAÃÃO DE ELEMENTOS ÃNSITOS AO TIPO PENAL. INOCORRÃNCIA. DISSÃDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÃNCIA DO COTEJO ANALÃTICO. I - O recurso especial nÃ£o serÃ¡ cabÃ-vel quando a anÃ¡lise da pretensÃ£o recursal exigir o reexame do quadro fÃ¡tico-probatÃ³rio, sendo vedada a modificaÃ§Ã£o das premissas fÃ¡ticas firmadas nas instÃ¢ncias ordinÃ¡rias na via eleita. (SÃºmula 07/STJ). II - In casu, inviÃ¡vel a modificaÃ§Ã£o da conclusÃ£o da existÃªncia de motivos idÃ´neos aptos a conferir legitimidade Ã busca domiciliar realizada na residÃªncia do agravante, pois esta decorreu de todo o contexto probatÃ³rio acostado aos autos, mediante a anÃ¡lise concreta dos pormenores da situaÃ§Ã£o pelo eg. Tribunal de origem. III - O entendimento da Terceira SeÃ§Ã£o deste eg. Tribunal Superior Ã© no sentido da prescindibilidade da apreensÃ£o e perÃ-cia da arma de fogo para a incidÃªncia da majorante, desde que evidenciada sua utilizaÃ§Ã£o por outros meios de provas, tais como a palavra da vÃ-tima ou o depoimento de testemunhas, como Ã© o caso dos autos. Precedentes. IV - No que tange Ã dosimetria da pena, nÃ£o hÃ¡ que se alegar bis in idem, porquanto as circunstÃ¢ncias apontadas pelo v. acÃ³rdÃ£o a quo para justificar o aumento da pena na terceira fase - concurso de agentes e emprego de arma de fogo - nÃ£o sÃ£o as mesmas levadas em consideraÃ§Ã£o para a valoraÃ§Ã£o negativa das circunstÃ¢ncias do crime que justificaram a exasperaÃ§Ã£o da pena-base na primeira fase - o fato das vÃ-timas terem sido amarradas com fios e arma encostadas em suas cabeÃ§as). V - Por fim, quanto ao dissÃ-dio jurisprudencial com relaÃ§Ã£o ao acÃ³rdÃ£o paradigma do julgado do Tribunal de JustiÃ§a do Estado de Minas Gerais, o agravante, de fato, apenas transcreveu trechos do acÃ³rdÃ£o paradigma e nÃ£o procedeu Ã comparaÃ§Ã£o deste com o v. acÃ³rdÃ£o recorrido. Ora, essa ausÃªncia de cotejo entre os julgados impede a constataÃ§Ã£o da divergÃªncia, procedimento necessÃ¡rio para o conhecimento do apelo. Agravo regimental desprovido. (AgRg no Recurso Especial nÂº 1.773.075/SP (2018/0272578-6), 5Âª Turma do STJ, Rel. FÃ©lix Fischer. j. 26.02.2019, DJe 07.03.2019). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, vale destacar que a jurisprudÃªncia do STJ Ã© pacÃ-fica no sentido de que, no crime de roubo, em geral praticado por meio da clandestinidade, a palavra da vÃ-tima tem especial valor probante, desde que consentÃ¢nea com as demais provas dos autos. Nesse sentido:

(Agravo regimental desprovido. (AgRg no Agravo em Recurso Especial nÂº 1.429.354/RS (2019/0011960-0), 5Âª Turma do STJ, Rel. Joel Ilan Paciornik. j. 26.03.2019, DJe 05.04.2019) e (Habeas Corpus nÂº 475.526/SP (2018/0280190-2), 5Âª Turma do STJ, Rel. FÃ©lix Fischer. DJe 14.12.2018). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A prova Ã© segura no sentido de que a subtraÃ§Ã£o ocorreu mediante grave ameaÃ§a, consistente no emprego de arma de fogo e concurso de pessoas, conforme depoimentos coerentes e coesos da vÃ-tima e da testemunha. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com relaÃ§Ã£o Ã qualificadora do emprego de arma de fogo, esclareÃ§o que a recente alteraÃ§Ã£o legislativa introduzida pela Lei Lei 13.654/18 no delito de roubo, revogou o inciso I do Â§ 2Âº., do artigo 157, que previa aumento de pena de um terÃ§o atÃ© a metade quando o roubo fosse praticado Â¿com emprego de armaÂ¿. Concomitantemente a essa revogaÃ§Ã£o foi acrescido outro aumento de pena, agora previsto no Â§ 2Âº. Â¿ A, I, da ordem de dois terÃ§os quando Â¿a violÃªncia ou ameaÃ§a Ã© exercida com emprego de arma de fogoÂ¿. Em breve resumo, o que ocorre Ã© que o antigo aumento de um terÃ§o atÃ© a metade, abrangendo o emprego de qualquer arma no roubo Ã© substituÃ-do por um aumento mais gravoso de dois terÃ§os fixos, mas somente para o emprego de arma de fogo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A majorante somente serÃ¡ aplicada se o agente se utilizar de arma de fogo para a prÃ¡tica da violÃªncia ou grave ameaÃ§a no roubo. EntÃ£o, tal legislaÃ§Ã£o deverÃ¡ retroagir para afastar o aumento em casos de indivÃ-duos que foram assim apenados quando utilizaram na prÃ¡tica do roubo armas brancas ou imprÃ³prias. No entanto, a Lei 13.654/18 jamais poderÃ¡ ser aplicada retroativamente para aqueles que empregaram armas de fogo para a prÃ¡tica da violÃªncia ou grave ameaÃ§a. Isso porque constitui, neste caso especÃ-fico, Â¿lex graviorÂ¿, elevando o patamar da majorante de 1/3 para 2/3. Desta feita, deve prevalecer o dispositivo vigente ao tempo dos fatos, por ser mais favorÃ¡vel ao rÃ©u (ultratividade da lei mais benÃ©fica). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por outro lado, restando comprovado nos autos que o crime foi perpetrado mediante emprego de arma de fogo, Ã© irrelevante o conhecimento de quem a utilizou, por configurar circunstÃ¢ncia objetiva que se comunica a todos os autores do delito. Nesse sentido: ApelaÃ§Ã£o Criminal nÂº 69022-47.2012.8.09.0181 (201290690227), 2Âª CÃ¢mara Criminal do TJGO, Rel. Jairo Ferreira JÃºnior. j. 28.08.2014, unÃ¢nime, DJe 09.09.2014. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DIANTE DO EXPOSTO Julgo PROCEDENTE a denÃºncia para CONDENAR os rÃ©us ECLES FERREIRA BARBOSA, como incursos nas sanÃ§Ãµes previstas pelo artigo 157, Â§2Âº, inciso I e II CÃ³digo Penal do CÃ³digo Penal, de acordo com a redaÃ§Ã£o da lei vigente ao tempo dos fatos. Passo a analisar as circunstÃ¢ncias judiciais do artigo 59 do CÃ³digo Penal, em atenÃ§Ã£o ao princÃ-pio da individualizaÃ§Ã£o da pena. a) culpabilidade: no presente caso revelou-se ordinÃ¡ria, incapaz de alterar a fixaÃ§Ã£o da pena base, apesar de reprovÃ¡vel; b) antecedentes: o rÃ©u possui uma vasta folha de antecedentes criminais, inclusive condenaÃ§Ã£o definitiva (fls. 108/109); c) conduta social: nÃ£o hÃ¡ outros elementos suficientes para uma valoraÃ§Ã£o negativa, nÃ£o se podendo considerado seus antecedentes criminais jÃ¡ valorados; d) personalidade do agente: nÃ£o foram colhidos elementos suficientes que possam ensejar a valoraÃ§Ã£o negativa, mostrando-se circunstÃ¢ncia incapaz de influenciar a pena-base; e) motivos do crime: sÃ£o os inerentes Ã figura penal em apreÃ§o, incapazes de influenciar a pena; f) circunstÃ¢ncias do crime: normais do tipo penal; g) consequÃªncias do delito: AlÃ©m da nÃ£o restituiÃ§Ã£o dos bens subtraÃ-dos, o delito de roubo, mediante mÃ£o armada, Ã© sempre traumatizante para as vÃ-timas; e h) comportamento da vÃ-tima: a vÃ-tima nÃ£o concorreu de nenhuma forma para facilitar o crime. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante das circunstÃ¢ncias judiciais encontradas, fixo-lhe a pena-base em 05 (CINCO) E 04 (QUATRO) ANOS DE RECLUSÃO e 24 (VINTE E QUATRO) DIAS MULTA NO VALOR DE 1/30 (UM TRIGÃSIMO) DO SALÃRIO MÃNIMO VIGENTE AO TEMPO DO FATO nos termos do artigo 49 Â¿caputÂ¿ e Â§1Âº do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na segunda fase, verifico que nÃ£o hÃ¡ circunstancias atenuantes, nem agravantes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto a terceira fase da aplicaÃ§Ã£o da pena, verifico a incidÃªncia de uma casa de aumento da pena prevista no art. 157, Â§ 2Âº, inciso I e II do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante disso, aumento a pena em 1/3, fixando a pena em 07 (SETE) anos de reclusÃ£o e 32 (TRINTA E DOIS) dias-multa, qual torno definitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Outrossim, fixo o valor do dia-multa em 1/10 (um dÃ©cimo) do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente ao tempo da infraÃ§Ã£o, diante da situaÃ§Ã£o econÃ´mica do rÃ©u (ex viarts. 49, Â§1Âº e 60, do CP), a ser pago em favor do Fundo PenitenciÃ¡rio, dez dias apÃ³s o trÂ¢nsito em julgado deste decisum, a teor do que dispÃµe o art. 50 do CÃ³digo Penal Brasileiro. 3.Â DetraÃ§Ã£o, ConversÃ£o e Regime da Pena Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do que dispÃµe o art. 42 do CPB e art. 387, Â§2Âº, do CPP, o acusado nÃ£o faz jus Ã detraÃ§Ã£o de pena tendo em vista nÃ£o ter ficado preso nestes processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando as circunstÃ¢ncias judiciais jÃ¡ analisadas acima, a pena deverÃ¡ ser cumprida inicialmente no regime SEMIABERTO, por forÃ§a do art. 33, Â§3Âº do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em face do nÃ£o preenchimento dos requisitos do art. 44 do CP, deixo de substituir a pena privativa de liberdade aplicada pela restritiva de direito, a teor do que dispÃµe o inciso I do citado artigo. 4.Â PrisÃ£o Preventiva Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista que o rÃ©u respondeu a

todo o processo em liberdade, nÃ£o havendo neste processo motivos que ensejam a decretaÃ§Ã£o da preventiva antes do trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a condenatÃ³ria, ou da respectiva condenaÃ§Ã£o em segundo grau, mantenho o seu direito de apelar em liberdade Â DeterminaÃ§Ãµes Finais: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O CartÃ³rio deverÃ¡ expedir a respectiva Guia de ExecuÃ§Ã£o ProvisÃ³ria do rÃ©u condenado e encaminhar a unidade prisional onde se encontra custodiado, bem como ao JuÃ-zo de ExecuÃ§Ã£o competente para acompanhamento do cumprimento da pena. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a: a)Â Lance-se o nome do rÃ©u no rol dos culpados; b)Â ExpeÃ§a-se a Guia de ExecuÃ§Ã£o Definitiva, encaminhando aos Ã³rgÃ£os competentes; c)Â Remetam-se o boletim individual Ã SSP/PA (art. 809, CPP) e oficie-se, para anotaÃ§Ãµes, ao Conselho PenitenciÃ¡rio, encaminhando a este cÃ³pia da sentenÃ§a; d)Â Comunique-se ao TRE, para fins do art. 15, III, da ConstituiÃ§Ã£o Federal; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de condenar em Custas em virtude da hipossuficiÃªncia do condenado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oportunamente, faÃ§am-se as comunicaÃ§Ãµes necessÃ¡rias, calcule-se a pena de multa, atualizando-a, e intime-se o condenado ao pagamento em 10 (dez) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. SÃ£o SebastiÃ£o da Boa Vista (PA), 18 de NOVEMBRO de 2021. LEANDRO VICENZO SILVA CONSENTINO Juiz de Direito Titular da Comarca de SÃ£o SebastiÃ£o da Boa Vista PROCESSO: 00047696220138140056 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LEANDRO VICENZO SILVA CONSENTINO A??o: Cumprimento de sentença em: 19/11/2021 AUTOR:MARILIA RODRIGUES DOS SANTOS Representante(s): OAB 14697 - ROSINEI MENDONCA DUTRA DA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL. Vistos. Pela derradeira vez, intime-se a parte autora, por seu advogado constituÃ-do, via dj-e, para no prazo de 10 dias impulsionar o feito. Na inercia serÃ¡ extinto e arquivado. Â SÃ£o SebastiÃ£o da Boa Vista, 11 de novembro de 2021. Â LEANDRO VICENZO SILVA CONSENTINO Â Juiz de Direito. PROCESSO: 00064456920188140056 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LEANDRO VICENZO SILVA CONSENTINO A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 19/11/2021 VITIMA:J. A. M. VITIMA:M. S. P. VITIMA:C. C. S. DENUNCIADO:ILDOMAR ANTONIO RAMOS TEIXEIRA DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico, atravÃ©s de seu Representante nesta Comarca, ofereceu denÃºncia, no dia 12/11/2018, contra ILDOMAR ANTONIO RAMOS TEIXEIRA vulgo `LUQUINHAÂ¿, qualificado Ã fl. 02, classificando-o como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do art. 157, Â§ 2Âº-A, inciso I c/c art. 69 ambos do CPB, ao fundamento de que o denunciado, no dia 20.10.2018, praticou na estrada Boa Vista/Cocal crime de roubo em duas vÃ-timas distintas em diferentes momentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Segundo consta na denÃºncia, no dia 20 de outubro de 2018, na Estrada Boa Vista/Cocal, o denunciado, ILDOMAR ANTONIO RAMOS TEIXEIRA praticou, 02 (dois) crimes de roubos, em duas vÃ-timas distintas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente, por volta das 12h:00min, a vÃ-tima CLEYSON COSTA DE SOUZA, mototaxista, trafegava pela Estrada Boa Vista/Cocal pois tinha ido deixar um passageiro no Cocal e no momento em que retornava para cidade, mais precisamente em frente ao Lago Azul, foi abordado pelo denunciado, que portando uma arma caseira e um terÃ§ado, mandou que a vÃ-tima parasse a moto, caso contrÃ¡rio lhe ceifaria a vida, ocasiÃ£o em que subtraiu mediante violÃªncia e grave ameaÃ§a a quantia de R$ 90,00 (noventa reais). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Posteriormente no mesmo dia e local, por volta das 16h:30min, o denunciado ainda em posse de uma arma branca e um terÃ§ado, fez mais uma vÃ-tima a Sra. Micheli Sena Pastana, de quem subtraiu 01 (um) aparelho celular e a quantia de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) em espÃ©cie. A vÃ-tima estava na companhia de seu colega Jesemo Alves Melo, quando foram de moto atÃ© o Cocal, tendo Jesemo parado no rio para lavar os pÃ©s, que haviam sujado na estrada, ocasiÃ£o em que a vÃ-tima ficou aguardando na moto sendo entÃ£o abordada pelo denunciado, que apÃ³s a empreitada criminosa ainda proferiu ameaÃ§as Ã vÃ-tima. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As vÃ-timas acionaram a PolÃ-cia Militar que conseguiu capturar o denunciado, que foi imediatamente reconhecido na delegacia de polÃ-cia pelas 02 (duas) vÃ-timas e pela testemunha Jesemo Alves Melo, sendo preso em flagrante delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Perante a autoridade policial o denunciado confessou ser usuÃ¡rio de drogas, tipo maconha, no entanto, negou a autoria criminosa, afirmando que nunca teve acesso a qualquer tipo de arma de fogo, permanecendo calado diante das demais perguntas formuladas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recebida a denÃºncia em 21/11/2018, o rÃ©u foi citado e apresentou resposta a acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 07. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi realizada audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento em 13.12.2018, sendo ouvida as testemunhas CLEYSON COSTA DE SOUZA, MICHELI SENA PASTANA, JÃSIMO ALVES MELO, PM JHONATHAN AMORIN GOMES, PM HUGO LEANDRO LOUREIRO CORRÃA e MARIA AUXILIADORA MONTEIRO, bem como realizado o interrogatÃ³rio do acusado ILDOMAR ANTONIO RAMOS TEIXEIRA, bem como foi revogada a prisÃ£o do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio

PÃºblico apresentou alegaÃ§Ãµes finais Ã s fls. 25, pugnando pela condenaÃ§Ã£o do acusado pela prÃ¡tica do ilÃ-cito penal previsto no art. 157, Â§ 2Âº-A, inciso I c/c art. 69 do CPB. JÃ¡ defesa apresentou alegaÃ§Ãµes finais Ã s fls. 27, requerendo a absolviÃ§Ã£o do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Antecedentes criminais juntos aos autos Ã s fls. 29. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ab initio, cumpre salientar que o feito foi regularmente instruÃ-do, estando isento de vÃ-cios ou nulidades, sem qualquer falha a sanar. Foram observados os procedimentos legais e respeitados os princÃ-pios constitucionais da ampla defesa e do contraditÃ³rio, alÃ©m da inocorrÃªncia da prescriÃ§Â¿o, estando, pois, em pleno vigor o jus puniendi. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Fixadas estas premissas, passo a analisar a materialidade e autoria do delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na espÃ©cie, os rÃ©us foram denunciados por terem praticado o crime tipificado no art. 157, Â§2Âº-A, inciso I c/c art. 69 do CPB, o qual estÃ¡ assim descrito no CÃ³digo Penal: Â¿Roubo Art. 157 - Subtrair coisa mÃ³vel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaÃ§a ou violÃªncia a pessoa, ou depois de havÃª-la, por qualquer meio, reduzido Ã impossibilidade de resistÃªncia: Pena - reclusÃ£o, de quatro a dez anos, e multa. (...) Â§ 2Âº-A. A pena aumenta-se de 2/3 (dois terÃ§os): (IncluÃ-do pela Lei nÂº 13.654, de 2018); I Â¿ se a violÃªncia ou ameaÃ§a Ã© exercida com emprego de arma de fogo: (IncluÃ-do pela Lei nÂº 13.654, de 2018); Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante dos elementos de provas colacionados aos autos Ã© possÃ-vel constatar que a materialidade do crime de roubo, previsto no art. 157, Â§2Âº-A, inciso I do CPB, encontra-se assentada e comprovada ao tipo penal descrito. DÃºvida tambÃ©m nÃ£o hÃ¡ quanto a autoria do delito pelo denunciado. SenÃ£o, vejamos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seu depoimento a vÃ-tima CLEYSON COSTA DE SOUZA as perguntas da defesa informou que: `Que deixou seu passageiro na vila Cocal Ã s 11h:30min da manhÃ£; Que estava voltando do Cocal sozinho; Que o assalto ocorreu na estrada; Que o acusado determinou que a vÃ-tima parasse a moto e disse que queria o dinheiro e o celular; Que a vÃ-tima nÃ£o reagiu; Que entregou o que o acusado pediu; Que o acusado disse para a vÃ-tima ir embora se nÃ£o ela jÃ¡ sabia o que iria ocorrer; Que era uma voz `fanhosaÂ¿; Que o acusado estava com uma camisa azul na cara; Que o acusado estava portando uma arma de fogo e um terÃ§ado; Que a arma estava na mÃ£o direita e o terÃ§ado na mÃ£o esquerda; Que a vÃ-tima permaneceu na moto; Que o acusado entrou na mata apÃ³s a empreitada criminosa; Que no momento da abordagem devido o acusado estÃ¡ com a camisa no rosto nÃ£o o reconheceu; porÃ©m depois dele ter sido preso o depoente reconheceu o acusado, atÃ© pela voz `fanhosaÂ¿ do mesmoÂ¿. As perguntas do juÃ-zo respondeu que: `reconheceu o acusado porque o mesmo era `fanhosoÂ¿; Que reconheceu o defeito que o acusado possui na regiÃ£o da bocaÂ¿. Depoimento gravado em mÃ-dia eletrÃ´nica acostado aos autos Ã s fls. 20/21. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seu depoimento a vÃ-tima MICHELI SENA PASTANA as perguntas da defesa informou que: `Que nÃ£o conhece o acusado; Que a primeira vez que o viu foi no momento do assalto; Que estava indo para o cocal tomar banho; Que estava com Jesimo; Que na ponte do Cocal hÃ¡ um poÃ§o; Que a vÃ-tima desceu para lavar o pÃ©; Que estava na beira da ponte sentada esperando seu amigo, foi quando o acusado chegou; Que nÃ£o estava perto da moto porque foi sÃ³ deixada com seu amigo no Cocal; Que percebeu que ia ser assaltada quando olhou para trÃ¡s e o acusado disse para nÃ£o se levantar porque se nÃ£o iria atirar na depoente; Que o acusado estava usando uma camisa azul e um short preto; Que estava com uma camisa amarrada no rosto; Que reconheceu o acusado pela voz do mesmo; Que nÃ£o conhece ninguÃ©m mais que mora no Cocal com esse tipo de voz; Que tambÃ©m identificou o acusado por suas roupas, eram as mesma no momento do assalto e no momento em que os policiais trouxeram o acusado preso; Que o assalto ocorreu por volta das 16h:30min; Que subtraiu da vÃ-tima vitima celular e dinheiro; Que o acusado portava uma arma de fogo caseira e um terÃ§ado; Que ameaÃ§ou a vÃ-tima dizendo que nÃ£o era para olhar para o mesmo se nÃ£o iria atirar na vÃ-tima; Que apÃ³s a empreitada criminosa adentrou no mato; Que reconhece o acusado presente na audiÃªncia como sendo a pessoa que lhe assaltou; Que levou dois celulares um seu e um de uma colega e mais dinheiroÂ¿. Depoimento gravado em mÃ-dia eletronica acostado aos autos Ã s fls. 20/21. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seu depoimento a testemunha JÃSEMO ALVES MELO as perguntas da defesa declarou `Que estava indo para o Cocal com Michele e uma terceira pessoa; Que a terceira pessoa deixou o declarante e a vÃ-tima Michele na vila Cocal e voltou; Que foram lavar os pÃ©s; Que nesse momento o acusado aparece e anunciou o assalto; pediu para Michele passar o celular e nÃ£o olhar para trÃ¡s porque no Cocal quem mandava era ele; Que estava usando um short e uma camisa azul, portando uma arma de fogo caseira e um terÃ§ado; Que estava com a camisa no rosto; Que aparecia apenas a regiÃ£o dos olhos; Que identificaram o acusado pela voz; Que levou dois celulares, um de Michele e outro do depoente e mais R$ 150,00 (cento e cinquenta) reais; Que apÃ³s a empreitada criminosa o acusado disse para nÃ£o olhar para trÃ¡s e foi embora; Que o crime ocorreu por volta das 16h:30min; Que na delegacia reconheceram o acusado pela voz; Que reconhece na audiÃªncia o acusado como pessoa que assaltou MicheleÂ¿. Depoimento gravado em mÃ-dia eletronica acostado aos autos Ã s fls. 20/21. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seu depoimento a

testemunha JHONATHAN AMORIN GOMES as perguntas da defesa declarou que: `Que foram acionados por telefone sobre uma denÃºncia de assalto ocorrido na estrada Boa Vista/Cocal; Que os policiais se dirigiram atÃ© o local dos fatos; Que as vÃ-timas disseram ao depoente que tinham ido para o Cocal; Que haviam parado para lavar os pÃ©s; Que o acusado anunciou o assalto e subtraiu celulares e dinheiro da vÃ-tima; Que foram acionados pela parte da tarde; Que encontram o acusado na casa dos pais do mesmo; Que identificaram o acusado, porque a vila Ã© pequena e as vÃ-timas passaram as informaÃ§Ãµes para os populares e estes disseram que possivelmente seria o acusado o autor dos crimes; Que foi o pai do acusado que foi buscar o mesmo; Que o pai informou que o acusado estava bebendo no mato; Que nÃ£o foi encontrado com o acusado arma de fogo ou terÃ§ado, nem nenhum objetoÂ¿. Depoimento gravado em mÃ-dia eletronica acostado aos autos Ã s fls. 20/21. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seu depoimento a testemunha HUGO LEANDRO LOUREIRO CORRÃA as perguntas da defesa declarou que: `Que as vÃ-timas acionaram os policiais que havia sido assaltadas na estrada via telefone; Que conversaram com as vÃ-timas, fizeram uma investigaÃ§Ã£o rÃ¡pida; Que identificaram o acusado; Que foram atÃ© a casa do mesmo; Que conversaram com os familiares do acusado; Que entregaram o acusado; Que o mesmo nÃ£o resistiu a prisÃ£o; Que o acusado foi identificado pelas vÃ-timas na delegacia; Que o acusado confessou para os policiais que era o mesmo que havia realizado o assalto; Que o acusado disse que havia enterrado os objetos do crime e a arma de fogo, Que procuraram mas nÃ£o encontraram; Que o acusado estava alcoolizado; Que acredita por este motivo nÃ£o lembrava onde havia enterrado os objetos e a arma; Que nÃ£o parou os assaltos na estrada, apÃ³s a prisÃ£o do acusadoÂ¿. Depoimento gravado em mÃ-dia eletrÃ´nica acostado aos autos Ã s fls. 20/21. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seu depoimento a testemunha MARIA AUXILIADORA MONTEIRO, as perguntas da defesa respondeu: `Que o acusado pediu para a depoente, no dia dos fatos, para apanhar aÃ§aÃ- no terreno da declarante, em sociedade, Que a declarante aceitou e pediu ainda que depois viesse ajudar a encher Ã¡gua, cortar uma lenha; Que o acusado passou o dia trabalhando com a declarante, sÃ³ foi embora quando o pai do acusado foi buscar o mesmo para entregar para a polÃ-cia; Que isso ocorreu por volta das 17h:00min; Que o acusado nÃ£o teve intervalo para ir almoÃ§ar ou passear; Que depois de apanhar o aÃ§aÃ-, a declarante mandou bater o fruto na casa de sua irmÃ£; Que foi levar lÃ¡ foi uma outra pessoa; Que o acusado ficou na casa da declarante; Que a declarante pediu para que arrumasse logo o almoÃ§o para dÃ¡ para o acusado, pois o mesmo iria cortar lenha com a mesma; Que o quintal da declarante nÃ£o fica perto do mato; Que o quintal da declarante nÃ£o fica prÃ³ximo da ponte onde inicia a Vila Cocal; Que por dentro do terreno da declarante nÃ£o tem acesso a ponte, pois Ã© o Ãºltimo terreno da vila; Que nÃ£o percebeu que o acusado estava embriagado; Que nunca ouviu falar que o acusado jÃ¡ havia praticado assaltos; Que nunca sentiu falta de nenhum objeto durante o acusado trabalhar para a declarante; Que a declarante nÃ£o entente tudo que o acusado fala, em virtude do problema na boca que o mesmo tem; Que nunca viu o acusado manusear nenhuma arma de fogo. Depoimento gravado em mÃ-dia eletrÃ´nica acostado aos autos Ã s fls. 20/21. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seu interrogatÃ³rio o acusado ILDOMAR ANTONIO RAMOS TEIXEIRA disse: `Que nÃ£o Ã© verdadeira as acusaÃ§Ãµes que foram imputadas ao acusado; Que o acusado estava na casa da dona Maria Auxiliadora no dia e hora dos fatos; Que nÃ£o Ã© amigo da dona Maria Auxiliadora; Que trabalha para dona Maria Auxiliadora; Que apanha aÃ§aÃ- para a mesmaÂ¿. Depoimento gravado em mÃ-dia eletrÃ´nica acostado aos autos Ã s fls. 20/21. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Percebe-se pela leitura dos depoimentos que ficou configurado a materialidade do crime de roubo em concurso material de crimes, pelo emprego de arma de fogo, conforme previsto no tipo penal transcrito acima. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A circunstÃ¢ncia do emprego de arma de fogo restou suficientemente comprovadas perante este JuÃ-zo, diante dos depoimentos das vÃ-timas e testemunha que ratificam todos os elementos probatÃ³rios colhidos em sede policial e segundo posicionamento de julgados do Superior Tribunal de JustiÃ§a: PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 157, Â§ 2Â°, I, DO CP. ROUBO MAJORADO. EMPREGO DE ARMA DE FOGO. APREENSÂ¿O E PERÃCIA. DESNECESSIDADE. UTILIZAÃÂ¿O DE OUTROS MEIOS DE PROVA. ERESP 961.863/RS. ACÃRDÂ¿O EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÃNCIA DESTA CORTE. SÃMULA 83/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.1. Firmou-se nesta Corte, a partir do julgamento dos Embargos de DivergÃªncia nÂº 961.863/RS, a compreensÂ¿o de que Ã© prescindÃ-vel a apreensÂ¿o e perÃ-cia da arma de fogo para a aplicaÃ§Â¿o da causa de aumento pelo emprego desta nos crimes de roubo, desde que comprovada sua utilizaÃ§Â¿o por outros meios de prova.2. Agravo regimental a que se nega provimento.(AgRg no REsp 1248801/DF, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 11/10/2011, DJe 26/10/2011) EMENTA HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. EMPREGO DEÂ ARMA. APREENSÂ¿O E PERÃCIA. DISPENSABILIDADE. PALAVRAÂ DA VÃTIMA SUFICIENTE PARA ATESTAR A INCIDÃNCIA DAÂ QUALIFICADORA. 1.Â Segundo a orientaÃ§Â¿o prevalente na Terceira SeÃ§Â¿o desta Corte,Â originada a partir do julgamento

dos Embargos de DivergÃªncia noÂ Recurso Especial n.Âº 961.863Â¿RS (julgado em 13.12.2010), para aÂ incidÃªncia da majorante prevista no art. 157, Â§ 2Âº, I, do CÃ³digo Penal,Â nÂ¿o hÃ¡ a necessidade de apreensÂ¿o da arma e submissÂ¿o a perÃ-cia. 2. Em tais hipÃ³teses, o efetivo emprego do artefato pode serÂ comprovado por outros meios, tais como as declaraÃ§Â¿es da vÃ-tima ouÂ depoimento de testemunhas. 3. A palavra da vÃ-tima assume especial relevo quando o delito Ã©Â cometido na ausÃªncia de outras testemunhas presenciais, bastandoÂ para o fim de configuraÃ§Â¿o da aludida qualificadora. 4. Ordem deÂ habeas corpusÂ denegada. (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÃA; HABEAS CORPUS NÂº 245.816 - SP; RELATOR MINISTRO OG FERNANDES) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuido que houve posse tranquila da res furtiva, tratando-se da prÃ¡tica de crimes consumados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Outrossim, os autos demonstram que as vÃ-timas foram ameaÃ§adas e tiveram seus pertences roubados em momentos distintos o que caracteriza concurso material de crimes: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A situaÃ§Ã£o concreta de que tratam estes autos, portanto, subsume ao concurso material de roubos, circunstanciados pelo emprego de arma. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃºvida tambÃ©m nÃ£o hÃ¡ dÃºvidas com relaÃ§Ã£o a autoria do denunciado ILDOMAR ANTÃNIO RAMOS TEIXEIRA, os depoimentos das testemunhas arroladas pela acusaÃ§Ã£o foram claros em apontar o mesmo como sendo o autor do delito em tela. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As testemunhas foram unÃ¢nimes em dizer que um dos motivos que levaram as mesma a reconhecerem o acusado foi sua voz, pois o acusado sofre de uma mÃ¡ formaÃ§Ã£o dos lÃ¡bios e cÃ©u da boca, conhecida como fenda palatina, que torna sua voz e fala inconfundÃ-veis. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aliado a este fato as testemunhas tambÃ©m reconheceram o traje do acusado, bem como as caracterÃ-sticas fÃ-sicas, podendo afirmar com certeza e precisÃ£o que foi o acusado o autor dos crimes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em que pese o acusado negar a autoria dos crimes, bem como a testemunha arrolada pela defesa informar que o acusado no dia dos fatos estava trabalhando para a mesma em sua terra pelo perÃ-odo da manhÃ£ e tarde, nÃ£o ficou demonstrado que a testemunha ficou do lado do acusado todo perÃ-odo em que esteve laborando, bem como apesar da testemunha de defesa dizer que sua casa Ã© a Ãºltima da vila, Ã© de conhecimento comum que a Vila Cocal nÃ£o Ã© extensa, podendo-se alcanÃ§ar a ponte e a estrada, em que as vÃ-timas foram assaltadas, em poucos minutos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em delitos executados na clandestinidade, como o caso do roubo e do furto, a palavra da vÃ-tima e testemunhas presenciais assume especial relevÃ¢ncia no conjunto probatÃ³rio e a execuÃ§Ã£o do delito foi narrada com detalhes. TRIBUNAL DE JUSTIÃA DE PERNAMBUCO SÃMULA 088 Nos crimes de natureza patrimonial, a palavra da vÃ-tima, quando ajustada ao contexto probatÃ³rio, hÃ¡ de prevalecer Ã negativa do acusado. TRIBUNAL DE JUSTIÃA DE SÂ¿O PAULO E M E N T A Â ROUBO - Qualificado - CaracterizaÃ§Ã£o - AbsolviÃ§Ã£o pleiteada por inconsistÃªncia da prova - Artigo 386, inciso VI do CÃ³digo de Processo Penal - Inadmissibilidade - Prova coligida que torna inafastÃ¡vel a condenaÃ§Ã£o - Depoimentos das vÃ-timas, ademais, de acordo com o conjunto probatÃ³rio - Recurso nÃ£o provido. (ApelaÃ§Ã£o Criminal n. 186.362 -3 - SÃ£o Paulo - 5Âª CÃ¢mara Criminal - Relator: Cardoso PerpÃ©tuo - 14.09.95 - V. U.) TRIBUNAL DE ALÃADA CRIMINAL DE SÂ¿O PAULO E M E N T A Â PROVA - Roubo - VÃ-tima que segura e coerentemente, indigita e reconhece os agentes - SuficiÃªncia a embasar decreto condenatÃ³rio.Â 124(a) - Mostra-se suficiente Ã condenaÃ§Ã£o pela prÃ¡tica de roubo a palavra da vÃ-tima que, segura e coerentemente, indigita e reconhece os autores, com os quais se apreende parte das coisas subtraÃ-das. (ApelaÃ§Ã£o nÂº 550.571/9, Julgado em 02/02/1.989, 2Âª CÃ¢mara, Relator: - Haroldo Luz, RJDTACRIM 2/135) ROUBO. PROVA. PALAVRA DA VÃTIMA E TESTEMUNHA. VALOR. CONDENAÃÃO MANTIDA .Em termos de prova convincente, a palavra da vÃ-tima e da testemunha presencial dos fatos, evidentemente, prepondera sobre a do rÃ©u. Esta preponderÃ¢ncia resulta do fato de que pessoas, sem desvios de personalidade, nunca irÂ¿o acusar desconhecido da prÃ¡tica de um delito, quando isto nÂ¿o ocorreu. E quem Ã© acusado, em geral, procura fugir da responsabilidade de seu ato. Portanto, tratando-se de pessoas idÃ´neas, sem qualquer animosidade especÃ-fica contra o agente, nÂ¿o se poderÃ¡ imaginar que elas vÂ¿o mentir em JuÃ-zo e acusarem um inocente. Na hipÃ³tese, as vÃ-timas e as testemunhas, em depoimentos seguros, reconheceram o apelante como o co-autor dos roubos sofridos, descrevendo os fatos com detalhes. Prova firme e convincente. (Tribunal de JustiÃ§a do Rio Grande do Sul, ApelaÃ§Â¿o Crime nÂº 70046944666 RS , Relator: Sylvio Baptista Neto, Data de Julgamento: 22/03/2012, SÃ©tima CÃ¢mara Criminal, Data de PublicaÃ§Â¿o: DiÃ¡rio da JustiÃ§a do dia 28/03/2012) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Posto isto, julgo PROCEDENTE a denÃºncia para condenar ILDOMAR ANTÃNIO RAMOS TEIXEIRA pela prÃ¡tica do crime previsto no art. 157, Â§ 2Âº-A, inciso I c/c art. 69, ambos do CÃ³digo Penal Brasileiro, passando a aplicaÃ§Ã£o das penas cominadas no respectivo dispositivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA DOSIMETRIA DA PENA - VÃTIMA CLEYSON COSTA DE SOUZA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â FIXAÃÃO DA PENA BASE - CIRCUNSTÃNCIAS JUDICIAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A culpabilidade, enquanto juÃ-zo de reprovaÃ§Ã£o de conduta, comum ao tipo penal em questÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As circunstÃ¢ncias da infraÃ§Ã£o nÃ£o exacerbaram as elementares do tipo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â

Antecedentes criminais o acusado Ã© primÃ¡rio, responde apenas por este; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conduta social nÃ£o hÃ¡ nada nos autos que possa ser considerada em seu desfavor; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Personalidade nÃ£o hÃ¡ nada nos autos que possa ser considerada em seu desfavor; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Motivo do crime Ã© a vantagem econÃ´mica, inerente ao prÃ³prio delito contra o patrimÃ´nio, nÃ£o aproveitando ao agente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConsequÃªncias da infraÃ§Ã£o, desfavorÃ¡vel, pois alÃ©m do prejuÃ-zo material em razÃ£o da nÃ£o recuperaÃ§Ã£o de parte da res furtiva, hÃ¡ o aumento da sensaÃ§Ã£o de inseguranÃ§a na comunidade local. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O comportamento da vÃ-tima desfavorÃ¡vel, pois a vÃ-tima em nada contribuiu para o evento criminoso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do artigo 59 do CPB, atendendo Ã culpabilidade, aos antecedentes, Ã conduta social, Ã personalidade do agente, aos motivos, Ã s circunstÂ¢ncias, Ã s consequÃªncias do crime, bem como ao comportamento da vÃ-tima, fixo a pena-base em 05 (CINCO) ANOS DE RECLUSÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIRCUNSTÃNCIAS ATENUANTES, AGRAVANTES E CAUSAS DE DIMINUIÃÂ¿O E AUMENTO DE PENA (artigo 68 do CPB) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ReconheÃ§o a atenuante genÃ©rica do acusado ser menor de 21 (vinte e um) anos, na data dos fato, assim atenuo a pena em 01 (UM) ANO, resultando em 04 (QUATRO) ANOS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ agravantes a serem consideradas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ causas de diminuiÃ§Ã£o a serem consideradas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O crime foi praticado mediante emprego de arma de fogo, pelo que a pena deve ser aumentada em dois terÃ§os para o que equivale 06 (SEIS) ANOS E 08 (OITO) MESES RECLUSÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA DOSIMETRIA DA PENA - VÃTIMA MICHELI SENA PASTANA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â FIXAÃÃO DA PENA BASE - CIRCUNSTÃNCIAS JUDICIAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A culpabilidade, enquanto juÃ-zo de reprovaÃ§Ã£o de conduta, comum ao tipo penal em questÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As circunstÂ¢ncias da infraÃ§Ã£o nÃ£o exacerbaram as elementares do tipo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Antecedentes criminais o acusado Ã© primÃ¡rio, responde apenas por este; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conduta social nÃ£o hÃ¡ nada nos autos que possa ser considerada em seu desfavor; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Personalidade nÃ£o hÃ¡ nada nos autos que possa ser considerada em seu desfavor; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Motivo do crime Ã© a vantagem econÃ´mica, inerente ao prÃ³prio delito contra o patrimÃ´nio, nÃ£o aproveitando ao agente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConsequÃªncias da infraÃ§Ã£o, desfavorÃ¡vel, pois alÃ©m do prejuÃ-zo material em razÃ£o da nÃ£o recuperaÃ§Ã£o de parte da res furtiva, hÃ¡ o aumento da sensaÃ§Ã£o de inseguranÃ§a na comunidade local. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O comportamento da vÃ-tima desfavorÃ¡vel, pois a vÃ-tima em nada contribuiu para o evento criminoso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do artigo 59 do CPB, atendendo Ã culpabilidade, aos antecedentes, Ã conduta social, Ã personalidade do agente, aos motivos, Ã s circunstÂ¢ncias, Ã s consequÃªncias do crime, bem como ao comportamento da vÃ-tima, fixo a pena-base em CINCO ANOS DE RECLUSÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIRCUNSTÃNCIAS ATENUANTES, AGRAVANTES E CAUSAS DE DIMINUIÃÂ¿O E AUMENTO DE PENA (artigo 68 do CPB) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ReconheÃ§o a atenuante genÃ©rica do acusado ser menor de 21 (vinte e um) anos, na data dos fato, assim atenuo a pena em 01 (UM) ANO, resultando em 04 (QUATRO) ANOS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ agravantes a serem consideradas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ causas de diminuiÃ§Ã£o a serem consideradas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O crime foi praticado mediante emprego de arma de fogo, pelo que a pena deve ser aumentada em dois terÃ§os para o que equivale 06 (SEIS) ANOS E 08 (OITO) MESES RECLUSÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, caracterizado o concurso material de crimes, somando-se as penas dos delitos torno a pena definitiva em 13 (TREZE) ANOS E 04 (QUATRO) MESES DE RECLUSÃO, que, diante da ausÃªncia de outras causas de aumento ou de diminuiÃ§Ã£o de pena, FIXO COMO PENA DEFINITIVA E CONCRETA, a ser cumprida inicialmente em REGIME FECHADO, considerando as circunstÂ¢ncias judiciais desfavorÃ¡veis, nos termos do artigo 33, Â§Â§ 1Âº, 2Âº e 3Âº, e do artigo 59 do CPB, em local e forma que devem ser estabelecidos pelo JuÃ-zo da execuÃ§Ã£o da pena. DetraÃ§Ã£o e ConversÃ£o da Pena Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o rÃ©u ficou preso provisoriamente neste processo no perÃ-odo de 20/10/2018 a 13/12/2018, devendo a mesma ser considerando no momento do inÃ-cio do cumprimento da pena (art. 42 do CPB e art. 387, Â§2Âº, do CPP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em face do nÃ£o preenchimento dos requisitos do art. 44 do CP, deixo de substituir as penas privativas de liberdade aplicadas por restritivas de direito, a teor do que dispÃµem os incisos I e III do citado artigo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pela quantidade de pena aplicada, torna-se inviÃ¡vel a suspensÃ£o condicional da pena, nos termos do artigo 77 do CPB. 4. ApelaÃ§Ã£o e PrisÃ£o Preventiva Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista que o rÃ©u estÃ¡ respondendo o processo em liberdade, nÃ£o havendo neste processo motivos que ensejam a decretaÃ§Ã£o da preventiva antes do trÂ¢nsito em julgado da sentenÃ§a condenatÃ³ria, ou da respectiva condenaÃ§Ã£o em segundo grau, mantenho o seu direito de apelar em liberdade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA PENA DE MULTA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Observado o disposto nos artigos 59 e 60 do CÃ³digo Penal Brasileiro e as circunstÂ¢ncias judiciais e legais jÃ¡ elencadas, fixo a pena de multa em CINQUENTA

DIAS-MULTA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Fixo o valor do dia-multa em um trigÃ©simo do valor do salÃ¡rio mÃ-nimo mensal, vigente ao tempo do fato, que deverÃ¡ ser atualizado pelos Ã-ndices de correÃ§Â¿o monetÃ¡ria vigente, quando da execuÃ§Â¿o (artigo 49 do CPB). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A multa deverÃ¡ ser recolhida em favor do fundo penitenciÃ¡rio, dentro dos dez dias subsequentes ao trÃ¢nsito em julgado desta SentenÃ§a (artigo 50 do CPB). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO VALOR MÃNIMO PARA REPARAÃÃO DOS DANOS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de fixar o valor mÃ-nimo para reparaÃ§Ã£o dos danos causados pela infraÃ§Ã£o, considerando a falta de elementos capazes de comprovar os reais e efetivos prejuÃ-zos sofridos pelos ofendidos, matÃ©ria que deverÃ¡ ser resolvida ao critÃ©rio destes, pelas vias ordinÃ¡rias perante o JuÃ-zo competente. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a: a)Â Lance-se o nome dos rÃ©us no rol dos culpados; b)Â ExpeÃ§am-se as Guias de ExecuÃ§Ã£o Definitiva, encaminhando aos Ã³rgÃ£os competentes; c)Â Remetam-se os boletins individuais Ã SSP/PA (art. 809, CPP) e oficie-se, para anotaÃ§Ãµes, ao Conselho PenitenciÃ¡rio, encaminhando a esta cÃ³pia da sentenÃ§a; d)Â Comunique-se ao TRE, para fins do art. 15, III, da ConstituiÃ§Ã£o Federal; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de condenar em custas em virtude da hipossuficiÃªncia do condenado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se sucessivamente as partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SÃ£o SebastiÃ£o da Boa Vista (PA), 21 de outubro de 2021. LEANDRO VICENZO SILVA CONSENTINO Juiz de Direito Titular da Comarca de SÃ£o SebastiÃ£o da Boa Vista

COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

P R O C E S S O : 0 0 0 3 3 2 5 4 5 2 0 1 3 8 1 4 0 1 3 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---DENUNCIADO: D. S. S.
Representante(s):
OAB 16539-B - MARCOS TAVARES DA SILVA (ADVOGADO)

P R O C E S S O : 0 0 0 1 3 6 3 1 6 2 0 1 5 8 1 4 0 1 3 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): KATIA TATIANA AMORIM DE SOUSA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021---DENUNCIADO:ERISVALDO SOARES RIBEIRO DENUNCIADO:LEANDRO SOARES RIBEIRO DENUNCIADO:EDILAINE FERNANDES RIBEIRO SIMAO VITIMA:A. S. P. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DE CANAÃ¿ DOS CARAJÃS Processo: 0001363-16.2015.8.14.0136 DECISÃ¿O Compulsando os autos, verifico que a denunciada Edilaine Fernandes Ribeiro SimÃ£o, apesar de devidamente citada e instada a se manifestar nos presentes autos, permaneceu inerte e sem declinar seu logradouro, motivo, pelo qual, decreto sua revelia. Sendo assim, finalizada a fase de instruÃ§Ã£o processual, abro vistas Ã s partes, para que apresentem alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal. Cumpra-se com urgÃªncia, tendo em vista que trata-se de processo constante na lista de meta 2 do CNJ. ApÃ³s, conclusos. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, 09 de novembro de 2021. KÃ¡tia Tatiana Amorim de Sousa JuÃ-za de Direito da Vara Criminal de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s.

COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA

P R O C E S S O : 0 0 0 2 3 0 2 0 3 2 0 1 3 8 1 4 0 1 2 4 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREA APARECIDA DE ALMEIDA LOPES A??o: Procedimento Comum Cível em: 18/11/2021---REQUERENTE:RAIMUNDO NONATO DE SOUZA LIMA Representante(s): OAB xxxx - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) REQUERENTE:ALCINA DA SILVA LIMA REQUERIDO:ESTADO DA PARA. PROCESSO: 0002302-03.2013.8.14.0024 AUTOR: RAIMUNDO NONATO S. DE LIMA e ALCINA DA SILVA LIMA RÃ¿U: ESTADO DO PARÃ SENTENÃ¿A COM RESOLUÃ¿Ã¿O MÃ¿RITO Vistos os autos. 1- RELATÃ¿RIO Trata-se de aÃ§Ã£o de IndenizaÃ§Ã£o por danos morais movida por RAIMUNDO NONATO DE S. LIMA e ALCINA DA SILVA LIMA em face do ESTADO DO PARÃ, pelo procedimento comum ordinÃ¡rio. Sustentam os Autores que sÃ£o pais de Ronaldo da Silva Lima, jovem de 23 anos, ajudante de pedreiro, que teria sido morto por Policial Militar no exercÃ-cio das suas funÃ§Ãµes, na data de 20 de novembro de 2011, quando teria sido confundido com rixosos, tendo sido primeiramente agredido com coronhadas e, na sequÃªncia, alvejado pelas costas, com um tiro fatal. Ademais, alegam que o morto deixou 02 (dois) filhos menores de idade, Tailane Vieira Lima e Thiago Vieira Lima. Postulam pelo reconhecimento da responsabilidade objetiva do Estado, requerendo a sua condenaÃ§Ã£o no pagamento de indenizaÃ§Ã£o por danos materiais e morais. Com a inicial juntam documentos de fls. 13/33. Citado, o RÃ©u contestou a aÃ§Ã£o denunciando da lide o agente pÃºblico SD PM AURELIANO DA CONCEIÃ¿Ã¿O NASCIMENTO; no mÃ©rito, arguiu o estrito cumprimento do dever legal, o que, em seu entender, nÃ£o caracterizaria o ato ilÃ-cito. Ainda, sustentou a ausÃªncia de dano material e moral imputÃ¡veis ao Estado, pugnando, ao fim, por fixaÃ§Ã£o das eventuais indenizaÃ§Ãµes com razoabilidade. NÃ£o juntou documentos. Consta rÃ©plica Ã s fls. 58/60 que rechaÃ§a a possibilidade da denunciaÃ§Ã£o da lide visto que seria opÃ§Ã£o da vÃ-tima ajuizar a aÃ§Ã£o contra o Estado ou contra esse e o seu preposto. Saneado o feito, foi indeferida a intervenÃ§Ã£o de terceiro acima referida, como consta das fls. 63 e definida a natureza da responsabilidade atribuÃ-da ao Estado nesses autos, qual seja, a objetiva, alÃ©m de delimitar as matÃ©rias controversas e a distribuiÃ§Ã£o do Ã´nus da prova. Pela parte autora, foi requerida a designaÃ§Ã£o de audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, nas fls. 63, vÂº, tendo o RÃ©u pugnou pelo depoimento pessoal dos Autores, nas fls. 68. Foi realizada a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, como consta do termo de fls. 80 e juntada a mÃ-dia digital Ã s fls. 81. Constam memoriais finais nas fls.87, com requerimento do feito em diligÃªncia, pela parte Autora e nas fls. 93, a manifestaÃ§Ã£o derradeira do RÃ©u. Era o que cabia relatar. 2- FUNDAMENTAÃ¿Ã¿O JURÃDICA Primeiramente, cumpre pontuar que sÃ£o inaplicÃ¡veis as disposiÃ§Ãµes da Lei Estadual nÂº 8.328/2015, quanto ao recolhimento antecipado das custas processuais finais, visto que se trata de parte autora beneficiÃ¡ria da gratuidade da justiÃ§a. 2.1- NULIDADES Desde logo analiso o requerimento dos Autores deduzido em audiÃªncia acerca da conversÃ£o do feito em diligÃªncia e o seu indeferimento pelo JuÃ-zo, seguindo-se a marcha atÃ© a presente oportunidade de sua anÃ¡lise meritÃ³ria. Percebo que pela parte autora foi requerida a intimaÃ§Ã£o das suas testemunhas, nas fls. 63, vÂº, o que nÃ£o ocorreu no presente caso, tendo a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento ocorrido sem a oportunidade da colheita dessa prova oral. Considerando a disciplina do art. 455, Â§ 4Âº, IV do CPC, reputo que tem razÃ£o a Postulante quando insiste na providÃªncia, a despeito da notÃ-cia do prÃ³prio Autor em depoimento pessoal de que comunicara as testemunhas a data da referida assentada. No entanto, por certo, nÃ£o se declara nulidade sem verificaÃ§Ã£o de prejuÃ-zo, como consta do art. 282, Â§ 1Âº do mesmo CPC, o que verifico ocorrer nesse caso dos autos, como ao final se verificarÃ¡. Assim, na forma do Â§ 2Âº dispositivo de Lei retrocitado, verbis: Â¿Quando puder decidir o mÃ©rito a favor da parte a quem aproveite a decretaÃ§Ã£o da nulidade, o juiz nÃ£o a pronunciarÃ¡ nem mandarÃ¡ repetir o ato ou suprir-lhe a faltaÂ¿, mantenho aquela decisÃ£o tÃ¡cita e, expressamente, deixo de converter o feito em diligÃªncia e prossigo no julgamento da causa.Â Destarte, nÃ£o detectando nulidades a sanar e nem a macular o procedimento, assim como inexistem preliminares ou prejudiciais a rechaÃ§ar, passo ao enfrentamento dos fatos e fundamentos jurÃ-dicos do pedido. 2.2- MÃ¿RITO 2.2.1 - DEVER DE INDENIZAR A matÃ©ria sub judice impÃµe, desde logo, a anÃ¡lise da natureza da responsabilidade do Estado aqui perquirida e as suas consequÃªncias, de acordo com o Ordenamento JurÃ-dico e a jurisprudÃªncia mais atualizada. Consigno, na esteira da decisÃ£o saneadora de fls. 63, que a responsabilidade civil do Estado, neste caso, Ã© de natureza objetiva, nos termos do Â§ 6Âº do art. 37 da ConstituiÃ§Ã£o da RepÃºblica, mesmo em se

tratando da reparaÃ§Ã£o civil visada em decorrÃªncia de MORTE CAUSADA POR POLICIAL NO DESEMPENHO DA FUNÃ¿Ã¿O, cuja tese adotada tem assento, pela similitude dos fundamentos, na paradigmÃ¡tica entÃ£o firmada no julgamento feito pelo STF no Recurso ExtraordinÃ¡rio nÂº 841.526, sob o enfoque da repercussÃ£o geral, onde restou consubstanciado no Tema nÂº 592: Â¿Em caso de inobservÃ¢ncia do seu dever especÃ-fico de proteÃ§Ã£o previsto no art. 5Âº, inciso XLIX, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, o Estado Ã© responsÃ¡vel pela morte de detentoÂ¿. Por certo, ao Poder PÃºblico cabe zelar para que a execuÃ§Ã£o de seus serviÃ§os, notadamente aqueles que ofereÃ§am mais risco na sua consecuÃ§Ã£o, como o Ã© a atividade policial, se dÃª de forma Ã preservaÃ§Ã£o da seguranÃ§a geral, garantindo-se a incolumidade fÃ-sica e moral dos cidadÃ£os - o quanto possa, sob pena de caracterizaÃ§Ã£o da responsabilidade civil estatal por ato comissivo e/ou por omissivo de modo OBJETIVO. E, sobre aquela - a responsabilidade civil objetiva do Poder PÃºblico, destaco que para a sua efetivaÃ§Ã£o in concreto, hÃ£o que ser verificados: (a) a alteridade do dano, (b) a causalidade material entre o "eventus damni" e o comportamento positivo (aÃ§Ã£o) ou negativo (omissÃ£o) do agente pÃºblico, (c) a oficialidade da atividade causal e lesiva imputÃ¡vel a agente do Poder PÃºblico que tenha, nessa especÃ-fica condiÃ§Ã£o, incidido em conduta comissiva ou omissiva, independentemente da licitude, ou nÃ£o, do comportamento funcional e (d) a ausÃªncia de causa excludente da responsabilidade estatal, de acordo com o Julgado que abaixo destaco:Â O dever de indenizar, mesmo nas hipÃ³teses de responsabilidade civil objetiva do Poder PÃºblico, supÃµe, dentre outros elementos (RTJ 163/1107-1109, v.g.), a comprovada existÃªncia do nexo de causalidade material entre o comportamento do agente e o "eventus damni", sem o que se torna inviÃ¡vel, no plano jurÃ-dico, o reconhecimento da obrigaÃ§Ã£o de recompor o prejuÃ-zo sofrido pelo ofendido. - A comprovaÃ§Ã£o da relaÃ§Ã£o de causalidade - qualquer que seja a teoria que lhe dÃª suporte doutrinÃ¡rio (teoria da equivalÃªncia das condiÃ§Ãµes, teoria da causalidade necessÃ¡ria ou teoria da causalidade adequada) - revela-se essencial ao reconhecimento do dever de indenizar, pois, sem tal demonstraÃ§Ã£o, nÃ£o hÃ¡ como imputar, ao causador do dano, a responsabilidade civil pelos prejuÃ-zos sofridos pelo ofendido. Doutrina. Precedentes. - NÃ£o se revela processualmente lÃ-cito reexaminar matÃ©ria fÃ¡tico-probatÃ³ria em sede de recurso extraordinÃ¡rio (RTJ 161/992 - RTJ 186/703 - SÃºmula 279/STF), prevalecendo, nesse domÃ-nio, o carÃ¡ter soberano do pronunciamento jurisdicional dos Tribunais ordinÃ¡rios sobre matÃ©ria de fato e de prova. Precedentes. - AusÃªncia, na espÃ©cie, de demonstraÃ§Ã£o inequÃ-voca, mediante prova idÃ´nea, da efetiva ocorrÃªncia dos prejuÃ-zos alegadamente sofridos pela parte recorrente. NÃ£o-comprovaÃ§Ã£o do vÃ-nculo causal registrada pelas instÃ¢ncias ordinÃ¡riasÂ¿ (RE nÂº 481.110/PE, Segunda Turma, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 9/3/07). Com essa perspectiva, reputo que nesses autos coube aos Autores apenas DEMONSTRAR A EXISTÃ¿NCIA DO DANO E DO NEXO DE CAUSALIDADE, cumprindo a RÃ© a comprovaÃ§Ã£o das excludentes, tal como, inclusive, alegara, considerando que nessa seara Ã© majoritÃ¡ria a adoÃ§Ã£o da responsabilidade de acordo com o RISCO ADMINISTRATIVO. Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles, in Direito Administrativo Brasileiro, Malheiros Ed., 21Âª ed., 1996, p. 566) afirma que: Â¿o que a ConstituiÃ§Ã£o distingue Ã© o dano causado pelos agentes da AdministraÃ§Ã£o (servidores) dos danos ocasionados por atos de terceiros ou por fenÃ´menos da natureza. Observe-se que o art. 37, Â§ 6Âº, sÃ³ atribui responsabilidade objetiva Ã AdministraÃ§Ã£o pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causem a terceiros. Portanto o legislador constituinte sÃ³ cobriu o risco administrativo da atuaÃ§Ã£o ou inaÃ§Ã£o dos servidores pÃºblicos; nÃ£o responsabilizou objetivamente a AdministraÃ§Ã£o por atos predatÃ³rios de terceiros, nem por fenÃ´menos naturais que causem danos aos particularesÂ¿. (Grifos) Diante desse cenÃ¡rio de base, analiso, primeiro, a defesa do RÃ©u que alegou que a morte de RONALDO DA SILVA LIMA ocorrera em decorrÃªncia de aÃ§Ã£o policial em estrito cumprimento do dever legal. Por Ã³bvio, restou incontroverso a ocorrÃªncia do Ã³bito do filho dos Autores pela aÃ§Ã£o do preposto do Estado, ou seja, o dano. E, nesse particular, despiciendo se investigar acerca de qualquer Â¿justificativaÂ¿ para tal resultado, pois como dito, a responsabilidade civil aqui analisada independe de demonstraÃ§Ã£o de conduta lÃ-cita ou ilÃ-cita. E, ainda mais, mesmo que se levasse em conta que o agente pudesse estar em estrito cumprimento de dever legal, o que nem minimamente tangenciou qualquer prova, causar a morte de quem quer que seja SEMPRE serÃ¡ antijurÃ-dico, ainda que na seara penal possa ser relevado como excludente de ilicitude para fins de nÃ£o se atribuir pena a quem assim agira. Justamente porque no campo criminal vige a sistemÃ¡tica da responsabilidade civil subjetiva, antagÃ´nica da objetiva ora assentida para a realidade dos autos. Ad argumentantum, ainda que pretendesse o RÃ©u esquivar do dever de indenizar pela demonstraÃ§Ã£o do da nÃ£o ilicitude do comportamento do Policial envolvido no evento fatÃ-dico, tal circunstÃ¢ncia NÃ¿O FOI DEMONSTRADA e, nÃ£o teria consequÃªncias na esfera cÃ-vel, que, como repito, tem como requisitos da responsabilidade civil objetiva a demonstraÃ§Ã£o do dano (morte) causado pela conduta do agente estatal (em aÃ§Ã£o - lÃ-cita ou ilÃ-cita). O que percebo ocorrer no caso em exame. Assim sendo, verifico que o filho dos Autores

morreu em decorrÃªncia do disparo de arma de fogo por aÃ§Ã£o de um dos agentes policiais do Estado, conforme faz prova o laudo de necropsia do corpo do morto, somado com as provas do inquÃ©rito, de fls. 20/23, corroborado pela prova oral colhida em audiÃªncia, como consta da mÃ-dia de fls. 81, a seguir transcrita e grifada nas suas partes mais sensÃ-veis. A testemunha compromissada LEIDIANE VIEIRA MOURA, declarou que: Â¿(...) que quando Ronaldo faleceu, ele jÃ¡ era separado de sua irmÃ£; (...) que a vizinha contou que estava tendo uma briga na festa com o marido dela (...); que ela foi lÃ¡ com a mÃ£e para chamar o irmÃ£o para ir pra casa (...) que foi levando o irmÃ£o para casa (...) que viu a viatura da polÃ-cia parada na esquina - perto da casa do Ronaldo; que quando o policial chegou perto de nÃ³s deu uma lapada nas costas do seu irmÃ£o; que ela comeÃ§ou a gritar; (...) que Ronaldo veio correndo pra ajudar levar um outro irmÃ£o dela para casa(...) que Ronaldo pediu ao policial para nÃ£o levar o irmÃ£o dela; que o policial Aureliano deu uma lapada nas costas do Ronaldo; que ele caiu e que policial pegou Ronaldo pela camisa e deu outra lapada; que Ronaldo saiu correndo e o policial tambÃ©m correu atrÃ¡s dele e deu tiros nas costas do Ronaldo; (...) que Ronaldo nÃ£o estava na festa e nem na briga; (...) que Ronaldo foi ajudar a levar o seu irmÃ£o para casa; (...) que a casa do Ronaldo era perto da festa; (...) que a polÃ-cia chegou agredindo (..) que Ronaldo foi levado para o hospital, mas que chegou lÃ¡ morto; (...) que eram 04 policiais; que quando a polÃ-cia chegou a confusÃ£o jÃ¡ tinha acabado (...) que os policiais nÃ£o foram cercados (...) que quem atirou foi o policial Aureliano; que conhece o policial Aureliano desde menino (...) Â¿ Grifos. ConvenÃ§o-me, assim, a despeito de quaisquer outras provas mais que pudessem vir aos autos, que foi a aÃ§Ã£o policial estatal que causou a morte de Ronaldo da Silva Lima. E, sem que nenhuma das excludentes de causalidade- a culpa exclusiva da vÃ-tima, o fato de terceiro e o caso fortuito ou forÃ§a maior - fosse caraterizada pelo RÃ©u, pela sua nÃ£o desincumbÃªncia probatÃ³ria, reconheÃ§o a responsabilidade civil do Estado, inclusive e tambÃ©m sob a Ã³tica do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, na forma dos arts. 14, Â§ 3Âº c/c 22. ReforÃ§o, acerca da verificaÃ§Ã£o da causalidade, que adoto o posicionamento do Min. Alexandre de Moraes, no julgamento do Recurso ExtraordinÃ¡rio (RE) 608880, com repercussÃ£o geral (Tema 362), segundo o qual para a configuraÃ§Ã£o do nexo causal da responsabilidade civil estatal hÃ¡ de haver a direta e imediata relaÃ§Ã£o de sua conduta com a consequÃªncia direta e imediata experimentada pela vÃ-tima. Ou seja, neste caso, percebi que a morte do filho dos Autores decorreu direta e imediatamente da atividade estatal. Ressalto, por fim, que a aÃ§Ã£o do agente pÃºblico Ã© como se da prÃ³pria AdministraÃ§Ã£o fosse. Nesse sentido, note-se o seguinte precedente do Superior Tribunal de JustiÃ§a: Â¿PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. AÃ¿Ã¿O POLICIAL. PERSEGUIÃ¿Ã¿O EM VIA PÃ¿BLICA.VÃTIMA ATINGIDA POR PROJÃ¿TIL DE ARMA DE FOGO. "BALA PERDIDA". INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. CONFIGURAÃ¿Ã¿O. Ã¿NUSDA PROVA. SÃ¿MULA 07. PRESCRIÃ¿Ã¿O. DECRETO LEGISLATIVO 20.910/32. APLICAÃ¿Ã¿O. CIÃ¿NCIA INEQUÃVOCA DOS ATOS LESIVOS. SUPRESSÃ¿O DE INSTÃ¿NCIA. TEORIA DA CAUSA MADURA. CAUSA PETENDI. PRINCÃPIO NARRA MIHI FACTUM, DABO TIBI JUS. OFENSA Ã¿ LEI REVOGADA. PRINCÃPIO TEMPUS REGIT ACTUM. REVISÃ¿O DO QUANTUM ARBITRADO PELA INSTÃ¿NCIA A QUO. SÃ¿MULA 07. IMPOSSIBILIDADE IN CASU. VIOLAÃ¿Ã¿O DO ART. 535, II, CPC. INOCORRÃ¿NCIA. 1. AÃ§Ã£o de indenizaÃ§Ã£o em face do Estado, ajuizada por vÃ-tima de disparo de arma de fogo, efetuada por policial militar, em razÃ£o de perseguiÃ§Ã£o policial, objetivando indenizaÃ§Ã£o por danos fÃ-sicos, psicolÃ³gicos e estÃ©ticos. (...)7. A causa petendi nÃ£o Ã© integrada pela qualificaÃ§Ã£o jurÃ-dica do fato, por isso que resta indiferente se a parte alude Ã responsabilidade estatal em face da omissÃ£o do Estado e o Tribunal entende pela conduta comissiva do Estado e a consequente responsabilidade objetiva estatal, por forÃ§a da mÃ¡xima implÃ-cita ao ordenamento jurÃ-dico de que: "narra mihi factum, dabo tibi jus." O Tribunal a quo analisou os fatos narrados: A perseguiÃ§Ã£o policial e a troca de tiros relatada pela Autora, em sua petiÃ§Ã£o inicial, e corroborada pelos documentos juntados aos autos, nÃ£o foram negadas pelo RÃ©u, tratando-se, pois, de fato incontroverso nos autos. Entendo, ademais, que, na hipÃ³tese em berlinda, houve importante falha no planejamento da aÃ§Ã£o policial, com severo comprometimento da integridade fÃ-sica de terceiro inocente. (fls. 163) E considerou a responsabilidade objetiva, em face da conduta comissiva: O ponto central de controvÃ©rsia nos autos se concentra na existÃªncia ou nÃ£o de responsabilidade civil do Estado quando agentes pÃºblicos(policiais militares), empreendendo perseguiÃ§Ã£o a bandidos, com estes trocam tiros em via pÃºblica de alto trÃ¡fego de veÃ-culos e pedestres, resultando, desse tiroteio, lesÃµes de natureza grave em terceiro, vÃ-tima inocente.(...)A responsabilidade civil do Estado, pelos danos causados a terceiros, decorrentes da atuaÃ§Ã£o dos agentes pÃºblicos, nessa qualidade, Ã© objetiva. (fls. 163).(...)14. A responsabilidade estatal restou comprovada pelo Tribunal a quo, com base nas provas dos autos, bem como escorreita a imputaÃ§Ã£o da indenizaÃ§Ã£o fixada a tÃ-tulo de danos materiais e morais. A anÃ¡lise da existÃªncia do fato danoso, e o necessÃ¡rio nexo causal entre a suposta conduta e os prejuÃ-zos decorrentes da mesma

implica em anÃ¡lise fÃ¡tico-probatÃ³ria, razÃ£o pela qual descabe a esta Corte Superior referida apreciaÃ§Ã£o em sede de recurso especial, porquanto Ã©-lhe vedado atuar como Tribunal de ApelaÃ§Ã£o reiterada ou Terceira InstÂncia revisora, ante a ratio essendi da SÃºmula n.Âº 07/STJ. Precedentes: (AgRg no REsp723893/RS DJ 28.11.2005; AgRg no Ag 556897/RS DJ 09.05.2005; REsp351764/RJ DJ 28.10.2002.) (...) 16. Descabe ao STJ examinar questÃ£o de natureza constitucional, qual seja a alegaÃ§Ã£o de ofensa ao art. 37, par.6Âº, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, postulando a reduÃ§Ã£o da fixaÃ§Ã£o do quantum fixado Ã tÃ-tulo de danos morais, porquanto enfrentÃ¡-la significaria usurpar competÃªncia que, por expressa determinaÃ§Ã£o da Carta Maior, pertence ao colendo STF. A competÃªncia traÃ§ada para este Tribunal, em sede de recurso especial, restringe-se tÃ£o-somente Ã uniformizaÃ§Ã£o da legislaÃ§Ã£o infraconstitucional. (...)18. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nesta parte, desprovido.(STJ - REsp: 1056605 RJ 2008/0102876-4, Relator: Ministro LUIZ FUX, Data de Julgamento: 10/03/2009, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 25/03/2009). Ressalte-se que, posteriormente, havendo a condenaÃ§Ã£o da AdministraÃ§Ã£o em ressarcir o particular, essa poderÃ¡ exercer o direito de regresso em face do agente pÃºblico . (...) Contudo, no caso, terÃ¡ de demonstrar que esse agiu com dolo ou culpa, pois o agente responde subjetivamente. (...)Â¿ Verificados os pilares da reponsabilidade civil, patente Ã© o dever de indenizar, tanto pelo prisma dos prejuÃ-zos patrimoniais quanto extrapatrimoniais. 2.1.2- DANOS MATERIAIS No que tange ao dano PATRIMONIAL, averiguo que, por se tratar de famÃ-lia de baixa-renda, a dependÃªncia dos genitores de seu filho morto Ã© presumida, tal qual consta cristalino do acÃ³rdÃ£o do Superior Tribunal de JustiÃ§a no AgInt no REsp 1880254/MT, Rel. Ministro Ricardo Villas BÃ´as Cueva, Terceira Turma, julgado em 22/03/2021, DJe 25/03/2021: "A jurisprudÃªncia do Superior Tribunal de JustiÃ§a Ã© no sentido de que, em se tratando de famÃ-lias de baixa renda, existe presunÃ§Ã£o relativa de dependÃªncia econÃ´mica entre os membros, sendo devido, a tÃ-tulo de dano material, o pensionamento mensal aos genitores da vÃ-tima." (Grifei) Somo ainda que o relato do Sr. Raimundo, Autor da aÃ§Ã£o e pai da vÃ-tima elimina qualquer dÃºvida na cooperaÃ§Ã£o familiar: Â¿ (...) que Ronaldo tem 02 filhos; que nÃ£o tem conhecimento de que os filhos do Ronaldo entrou com aÃ§Ã£o judicial contra o Estado; que eles pediram e recebem uma pensÃ£o do Estado; que os netos moram com a mÃ£e deles - Livania (...); que na Ã©poca do falecimento do filho, ele morava com o depoente; que ele morou e conviveu com os meninos de maio a novembro de 2011 na casa do depoente (...); que Ronaldo vivia separado da mÃ£e dos meninos; que a relaÃ§Ã£o dos filhos com a vÃ-tima era boa (...);Â¿ (Grifei) Para bem aquilatar o montante devido, invoco a jurisprudÃªncia do STJ, mais uma vez, no AREsp 1.481.414, segundo o qual: "Esta Corte jÃ¡ consolidou a orientaÃ§Ã£o garantindo Ã s famÃ-lias de baixa renda o direito Ã indenizaÃ§Ã£o por danos materiais, sob a forma de pensionamento mensal, em prol dos genitores de menor de idade falecido em decorrÃªncia de ato ilÃ-cito, independentemente da comprovaÃ§Ã£o de que a vÃ-tima exercia, quando em vida, atividade remunerada ou a necessidade de comprovaÃ§Ã£o de dependÃªncia econÃ´mica entre os genitores e a vÃ-tima, porquanto se presume ajuda mÃºtua entre os integrantes de famÃ-lias de baixa renda." Dessa forma, entendo ser cabÃ-vel a fixaÃ§Ã£o de pensÃ£o mensal devida a cada um dos genitores no valor de 2/3 (dois terÃ§os) do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente na data do Ã³bito atÃ© o momento em que a vÃ-tima completasse 25 anos de idade, reduzida para 1/3 (um terÃ§o) do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente na data do pagamento atÃ© a data correspondente Ã expectativa mÃ©dia de vida da vÃ-tima, segundo tabela do IBGE atualizada na data do evento morte1 e atÃ© a data do Ã³bito de cada um dos beneficiÃ¡rios (o que acontecer primeiro). Adotei como parÃ¢metros para as fixaÃ§Ãµes acima os entendimentos expostos por ocasiÃ£o do julgamento dos EDcl no REsp 922.951/RS, Rel. Ministro LUIZFUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/05/2010, DJe 09/06/2010 e no AgInt no REsp 1795855/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃ¿O, QUARTA TURMA, julgado em 31/05/2021, DJe 07/06/2021, respectivamente e segundo os quais: Â¿ EMBARGOS DE DECLARAÃ¿Ã¿O. ERRO MATERIAL. PROCESSUAL CIVIL. LIMITE DE IDADE. PENSÃ¿O DANOS MATERIAIS. (RECURSO DOS AUTORES). DANOS MATERIAIS CUMULAÃ¿Ã¿O COMPENSÃ¿O PREVIDENCIÃRIA. 2/3 RENDIMENTOS DA VÃTIMA. FILHOS MENORES ATÃ¿ 25 ANOS DE IDADE. PRECEDENTES DESTA CORTE. RECURSO DA UNIÃ¿O.RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. DANOS MORAIS E MATERIAIS.ARTIGO 37, Â§ 6Âº DA CONSTITUIÃ¿Ã¿O FEDERAL. NEXO DE CAUSALIDADE. 003, DJ 01/03/2004 p. 179.Â (...). (Grifei) Â¿AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL.ACIDENTE DE TRÃ¿NSITO. PENSIONAMENTO CIVIL POR ATO ILÃCITO.CONCOMITÃ¿NCIA COM PENSÃ¿O PREVIDENCIÃRIA. ORIGEM DIVERSA.POSSIBILIDADE. TERMO FINAL. EXPECTATIVA DE VIDA SEGUNDO A TABELA DO IBGE OU FALECIMENTO DO BENEFICIÃRIO. AGRAVOINTERNO NÃ¿O PROVIDO. 1. O pensionamento por ilÃ-cito civil nÃ£o se confunde com o pago pela PrevidÃªncia Social, por ter origem diversa, de sorte que possÃ-vel a concomitÂncia entre ambos, nÃ£o ficando eximido o causador do sinistro se, porventura, a vÃ-tima ou seus beneficiÃ¡rios percebem pensÃ£o paga pelo INSS.

Precedentes.2. Segundo o entendimento desta Corte, a obrigaÃ§Ã£o de pagamento de pensÃ£o mensal por morte de cÃ´njuge, resultante da prÃ¡tica de ato ilÃ-cito, tem como termo final a data em que a VÃTIMA DO EVENTO DANOSO ATINGIRIA IDADE CORRESPONDENTE Ã¿ EXPECTATIVA MÃ¿DIA DE VIDA DO BRASILEIRO PREVISTA NO MOMENTO DE SEU Ã¿BITO, segundo a tabela do IBGE, ou atÃ© o falecimento do beneficiÃ¡rio, se tal fato vier a ocorrer primeiro. Precedentes. 3. Tratando-se a hipÃ³tese dos autos de litisconsÃ³rcio unitÃ¡rio, em que hÃ¡ uma relaÃ§Ã£o jurÃ-dica Ãºnica ou incindÃ-vel e a necessidade de uniformidade de decisÃ£o para todos os litisconsortes, aplica-se a regra geral prevista no art. 1.005do CPC, que dispÃµe que "o recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos a seus interesses." (Grifei) 2.1.3-Â DANOS MORAIS Os danos morais sÃ£o verificados in re ipsa do evento morte do filho dos Autores. Ã¿ desnecessÃ¡rio maiores conjecturas para concluir sobre a grande dor e a insuperÃ¡vel tristeza que afetam os pais quando a vida de um filho Ã© ceifada precocemente. Vejo assim que o Ã-ntimo dos Autores foi tocado de modo negativo, de forma que seus direitos da personalidade entÃ£o lesionados pela aÃ§Ã£o estatal merecem recomposiÃ§Ã£o. E, da feita que a reparaÃ§Ã£o em pecÃºnia Ã© o que mais se aproxima de uma forma de diminuir o sofrimento vivenciado pelas vÃ-timas do evento danoso, que, por essÃªncia, Ã© irreparÃ¡vel, entendo devida indenizaÃ§Ã£o a esse tÃ-tulo. "A dor da perda dum filho Ã© diferente daquela sentida pela morte do pai e do cÃ´njuge. A inversÃ£o da ordem natural das coisas Ã© sentida com maior intensidade e justifica a diferenÃ§a do dano moral."(REsp 435157). Sobre o quantum devido, mais uma vez, invoco a jurisprudÃªncia persuasiva do Superior Tribunal de JustiÃ§a, a qual adota parÃ¢metros que chega a 500 salÃ¡rios mÃ-nimos. In casu, entendo ser razoÃ¡vel hoje o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para cada um dos Autores a tÃ-tulo de danos morais, posto que considerei a natureza de baixa renda dos BeneficiÃ¡rios aqui jÃ¡ assentida como balizador de seu nÃ£o enriquecimento sem causa e com algum cunho pedagÃ³gico ao ofensor. 3- DISPOSITIVO Por todo o exposto, JULGO PROCEDENTE a presente aÃ§Ã£o interposta por por RAIMUNDO NONATO DE S. LIMA e ALCINA DA SILVA LIMA em face do ESTADO DO PARÃ, por ato de seu servidor pÃºblico, com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fulcro no art. 487, I, do CÃ³digo de Processo Civil, condenando o rÃ©u ao pagamento de indenizaÃ§Ã£o a tÃ-tulo de: 1- Â DANOS MATERIAIS consistentes na pensÃ£o mensal devida a cada um dos genitores no valor de 2/3 (dois terÃ§os) do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente na data do Ã³bito atÃ© o momento em que a vÃ-tima completasse 25 anos de idade, reduzida para 1/3 (um terÃ§o) do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do pagamento atÃ© a data correspondente Ã expectativa mÃ©dia de vida da vÃ-tima, segundo tabela do IBGE atualizada na data do evento morte e atÃ© a data do Ã³bito de cada um dos beneficiÃ¡rios (o que acontecer primeiro), com atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria pelo Ã-ndiceIPCA-E, desde cada vencimento, e juros de mora pela remuneraÃ§Ã£o oficial da caderneta de poupanÃ§a, a partir da citaÃ§Ã£o da presente demanda, reconhecendo-se o carÃ¡ter alimentar da verba em comento; 2- DANOS MORAIS, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para cada um dos Autores, com correÃ§Ã£o monetÃ¡ria pelo Ã-ndice IPCA-E e os juros de mora pelo Ã-ndice de remuneraÃ§Ã£o da caderneta de poupanÃ§a, ambos (correÃ§Ã£o e juros) devidos a partir do presente arbitramento, pois foi considerado o valor atual da moeda. Sobre a tutela antecipada, ainda nÃ£o deliberada nessa demanda, vejo que, nesse momento, comporta parcial acolhimento, uma vez que a demora no julgamento de eventuais e possÃ-veis sucessivos recursos poderÃ¡ gerar graves prejuÃ-zos aos Autores que fazem jus, mediante ao julgamento da demanda ora com cogniÃ§Ã£o exauriente, ao pensionamento mensal com natureza alimentar, portanto, urgentes. Assim, DEFIRO parcialmente a antecipaÃ§Ã£o da tutela, no sentido de que o RÃ©u efetue o pagamento da pensÃ£o mensal arbitrada a cada um dos Autores, implementada em atÃ© 10 (dez) dias depois da intimaÃ§Ã£o dessa sentenÃ§a, sob pena de fixaÃ§Ã£o de multa diÃ¡ria pelo descumprimento. Deixo de condenar o RÃ©u ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios sucumbenciais por forÃ§a da SÃºmula 421 do Superior Tribunal de JustiÃ§a, assim como descabe imputaÃ§Ã£o ao Estado do ParÃ¡ das custas e taxas judiciÃ¡rias face sua isenÃ§Ã£o legal. SentenÃ§a nÃ£o sujeita a remessa necessÃ¡ria, na forma do art. 496, Â§3Âº, II, do CPC. PROVIDÃ¿NCIAS FINAIS Com o escopo de melhor gestÃ£o da unidade judiciÃ¡ria, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA CONCLUSÃ¿O: 1- Na hipÃ³tese de interposiÃ§Ã£o de Embargos de DeclaraÃ§Ã£o, intime-se a parte recorrida, para, no prazo de 05 (cinco) dias, respondÃª-los, se quiser, nos termos do art. 1.023, Â§ 2Âº do CÃ³digo de Processo Civil; ADVIRTO Ã s partes que a interposiÃ§Ã£o do recurso com efeitos manifestamente protelatÃ³rios ou com fins dissonantes dos do art. 1.022 do CÃ³digo de Processo Civil sujeitar-lhes-Ã¡ Ã aplicaÃ§Ã£o das penalidades descritas no art. 1.026 desse mesmo cÃ³digo. 2- Interposta APELAÃ¿Ã¿O, considerando-se as disposiÃ§Ãµes do CÃ³digo de Processo Civil, que determina a remessa do recurso independentemente de juÃ-zo de admissibilidade no Primeiro Grau de JurisdiÃ§Ã£o, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazÃµes no prazo de 15 (quinze) dias, ex vi do disposto no artigo 1.010, Â§ 1Âº do CÃ³digo de Processo Civil;Â 3- Havendo APELAÃ¿Ã¿O ADESIVA, intime (m) -se o apelante (s) para apresentar (em)

contrarrazÃµes, em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, Â§ 2Âº do CÃ³digo de Processo Civil; 4- Com ou sem a juntada das contrarrazÃµes - tanto da apelaÃ§Ã£o quanto da adesiva, se houver, e nÃ£o se tratando o caso das hipÃ³teses dos arts. 332, Â§ 3Âº, 485, Â§ 7Âº, 1.010, Â§2Âº, todos do CÃ³digo de Processo Civil aqui jÃ¡ referido, e, apÃ³s o cumprimento das demais formalidades legais, inclusive Ã vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para parecer, se for o caso, REMETAM-SE OS AUTOS AO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A; 5 - Ã¿ Unaj para as providÃªncias finais, intimando-se a (s) parte (s) para pagamento das custas apuradas, e, se nÃ£o as havendo adimplidas, que se EXPEÃ¿A certidÃ£o de crÃ©dito a ser encaminhada Ã Secretaria de Estado da Fazenda, com cÃ³pia Ã Coordenadoria Geral de ArrecadaÃ§Ã£o do TJE/PA; 6- Nada sendo requerido, certifique a Secretaria o trÃ¢nsito em julgado, baixem-se os autos no sistema, arquivando-os devidamente.Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se, servindo essa de expediente de comunicaÃ§Ã£o. SÃ£o Domingos do Araguaia/PA, datado e assinado eletronicamente. ANDREA APARECIDA DE ALMEIDA LOPES JuÃ-za de Direito Titular da Comarca de SÃ£o Domingos do Araguaia 1 74 anos e 29 dias - https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14321-asi-em-2011-esperanca-de-vida-ao-nascer-era-de-7408-anos

P R O C E S S O : 0 1 3 2 3 0 6 6 0 2 0 1 5 8 1 4 0 1 2 4 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREA APARECIDA DE ALMEIDA LOPES A??o: Insanidade Mental do Acusado em: 18/11/2021---DENUNCIADO:JOEL BEZERRA PEREIRA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . PROCESSO: 0132306-60.2015.8.14.0124 SENTENÃ¿A Vistos os autos. Trata-se de Incidente de Insanidade Mental instaurado por meio de portaria tendo como periciado JOEL BEZERRA PEREIRA. Realizadas diligÃªncias para agendamento da perÃ-cia, o Acusado nÃ£o compareceu (fl. 52). O MinistÃ©rio PÃºblico requereu o arquivamento dos autos, sustentando a incidÃªncia da prescriÃ§Ã£o. Ã¿ o breve relatÃ³rio. Decido. De acordo com o art. 61, do CÃ³digo de Processo Penal: Â¿Em qualquer fase do processo, o Juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverÃ¡ declarÃ¡-lo de ofÃ-cioÂ¿. No presente caso, ao analisar os autos da aÃ§Ã£o penal (processo nÂº 0000066-44.2014.8.14.0124), constato que a denÃºncia foi recebida em 19.06.2015, jÃ¡ tendo decorrido o prazo prescricional de trÃªs anos imputado para o delito de ameaÃ§a (art. 109, VI, CP). Anoto que, como Ã© cediÃ§o, a suspensÃ£o do processo pela realizaÃ§Ã£o de incidente de insanidade mental nÃ£o suspende o prazo prescricional (TJPA. 2015.03180946-34, 150.470, Rel. Vania Lucia Carvalho da Silveira. 1Âª Turma de Direito Penal. Julgado em 2015-08-25, publicado em 2015-09-02). A prescriÃ§Ã£o Ã© a perda do direito de punir do Estado pelo decurso do tempo com o objetivo de dar seguranÃ§a e tranquilidade nas relaÃ§Ãµes sociais, pois uma pretensÃ£o nÃ£o pode perdurar eternamente, evitando, assim, uma instabilidade nas relaÃ§Ãµes sociais. Isto posto, com fundamento no art. 61 do CÃ³digo de Processo Penal e artigo 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro, acolho o parecer ministerial e declaro extinta a punibilidade de JOEL BEZERRA PEREIRA pelo crime imputado na denÃºncia ofertada nos autos 0000066-44.2014.8.14.0124, com o consequente arquivamento do presente feito, pois houve a perda do objeto. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Oportunamente, arquivem-se os autos com a devida baixa na distribuiÃ§Ã£o. SÃ£o Domingos do Araguaia/PA, 18 de novembro de 2021. ANDREA APARECIDA DE ALMEIDA LOPES JuÃ-za de Direito Titular da Comarca de SÃ£o Domingos do Araguaia.

P R O C E S S O : 0 0 0 0 0 6 6 4 4 2 0 1 4 8 1 4 0 1 2 4 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDREA APARECIDA DE ALMEIDA LOPES A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 18/11/2021---VITIMA:M. A. B. P. DENUNCIADO:JOEL BEZERRA PEREIRA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PROCESSO: 0000066-44.2014.8.14.0124 SENTENÃ¿A Vistos os autos. O MINISTÃ¿RIO PÃ¿BLICO DO ESTADO DO PARÃ ofereceu denÃºncia em face de JOEL BEZERRA PEREIRA, qualificado nos autos, como incurso nas penas do artigo 147 do CÃ³digo Penal, por fatos ocorridos em 22 de dezembro de 2013. A denÃºncia foi recebida em 19.06.2015 (fl. 05). Resposta Ã acusaÃ§Ã£o apresentada Ã s fls. 09/10. Instaurado incidente de insanidade mental (fls. 11/12) - autos nÂº 0132306-60.2015.8.14.0124. Ã¿ o breve relatÃ³rio. Decido. De acordo com o art. 61, do CÃ³digo de Processo Penal: Â¿Em qualquer fase do processo, o Juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverÃ¡ declarÃ¡-lo de ofÃ-cioÂ¿. No presente caso, observa-se a existÃªncia de uma prejudicial de mÃ©rito, consistente na extinÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pena referente ao(s) crime(s) imputado(s), pois decorrido prazo prescricional superior entre a data do recebimento da denÃºncia e da presente, conforme aventado pelo Dominus Litis nos autos 0132306-60.2015.8.14.0124 (incidente de insanidade mental). Anoto que, como Ã© cediÃ§o, a suspensÃ£o do processo pela realizaÃ§Ã£o de incidente de insanidade mental nÃ£o

suspende o prazo prescricional (TJPA. 2015.03180946-34, 150.470, Rel. Vania Lucia Carvalho da Silveira. 1Âª Turma de Direito Penal. Julgado em 2015-08-25, publicado em 2015-09-02). A prescriÃ§Ã£o Ã© a perda do direito de punir do Estado pelo decurso do tempo com o objetivo de dar seguranÃ§a e tranquilidade nas relaÃ§Ãµes sociais, pois uma pretensÃ£o nÃ£o pode perdurar eternamente, evitando, assim, uma instabilidade nas relaÃ§Ãµes sociais. Isto posto, com fundamento no art. 61 do CÃ³digo de Processo Penal e artigo 107, inciso IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro, acolho o parecer ministerial e declaro extinta a punibilidade de JOEL BEZERRA PEREIRA pelo crime imputado na denÃºncia ofertada nestes autos. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Oportunamente, arquivem-se os autos com a devida baixa na distribuiÃ§Ã£o. SÃ£o Domingos do Araguaia/PA, 18 de novembro de 2021. ANDREA APARECIDA DE ALMEIDA LOPES JuÃ-za de Direito Titular da Comarca de SÃ£o Domingos do Araguaia.

COMARCA DE SÃO FÉLIX DO XINGU

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO FÉLIX DO XINGU

PROCESSO N 0005032-64.2017.8.14.0053 - VARA UNICA DE SAO FELIX - EXECUÇÃO DE PENA - NATALINO PEREIRA JUNIOR APENADO - ADVOGADOS: WALTER WATANABE JUNIOR OAB/GO 22984 e FLAVIA CAROLINE BORGES DE CARVALHO OAB/GO 48082 - DECIS O INTERLOCUT RIA Vistos etc. Cuida-se de fiscaliza o do cumprimento do benef cio de cumprimento da pena em regime aberto, imposto ao apenado NATALINO PEREIRA J NIOR pelo Ju zo da Vara das Execu es Criminais da Comarca de Gurupi - PA. Concedido o benef cio, o benefici rio vem cumprindo a pena nesta Comarca desde 2017, vindo na presente ocasi o pleitear a transfer ncia do cumprimento da pena em regime aberto para a Comarca de Peixe - TO, alegando que naquela cidade recebeu proposta de emprego (fls. 277/279). Acostou aos autos declara o de hipossufici ncia, documentos de identidade, comprovante de resid ncia, declara o de resid ncia, demonstrando o local onde poder ser encontrado naquela Comarca, bem como comprova o do emprego ofertado e os documentos do seu empregador. Remetido os autos ao MP, este se manifestou favor vel ao pleito. o relat rio. Decido. Considerando os documentos acostados aos autos e as raz es expostas pelo apenado, DEFIRO AUTORIZA O para transfer ncia do cumprimento da medida imposta ao benefici rio NATALINO PEREIRA J NIOR para a Comarca de Peixe/TO. Remetam-se estes autos quela Comarca de Peixe - TO para que sejam realizados o acompanhamento e a fiscaliza o do cumprimento do benef cio, em observ ncia ao art. 133 da LEP. O benefici rio dever cumprir o per odo de prova at a data do t rmino de cumprimento da pena. Intimem-se o apenado, advertindo-a que dever comparecer ao Ju zo da Comarca de Peixe - TO no prazo m ximo de 30 (trinta) dias, contados de sua intima o. Cumpra-se, expedindo o necess rio. Ci ncia ao MP. Intime-se a defesa. S o F lix do Xingu - PA, 20 de mar o de 2019. TAIN MONTEIRO DA COSTA Ju za de Direito Comarca de S o F lix do Xingu - PA.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

O Exmo. Sr. Dr. Ramilro Almeida Gomes, MM. Juiz de Direito Substituto da Comarca de Tucumã, respondendo pela Comarca de São Félix do Xingu, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc..

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele notícia tiverem que, por este Juízo e expediente da Secretaria desta comarca se processam os termos da Ação de Execução por Título Extrajudicial, processo 0001120-40.2009.8.14.0053, em que figura como exequente LUDMILLA VILARINHO PINHEIRO DE FREITAS-ME, representada por sua porprietária LUDMILLA PINHEIRO DE FREITAS, e como requerido DEUSIRENE RODRIGUES DOS REIS encontrando-se a REQUERIDA em lugar incerto e não sabido, e que, por meio deste, fica devidamente INTIMADA da r. sentença de fl. 29 dos autos, que julgou extinto o processo sem apreciação de mérito, nos termos do art. 485, inciso VIII, do NCPC, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, determinou o MM. Juiz a expedição do presente EDITAL que será afixado em local público de costume e publicado conforme determina a Lei. Dado e passado nesta Comarca de São Félix do Xingu, aos 19 de novembro 2021. Eu,

_____ (Maryssuz Maceno Rios), Analista Judiciário, digitei e conferi.

Maryssuz Maceno Rios

Analista Judiciário

Matrícula 172006

Subscrevo com base no Provimento 006/2009-CJCI

COMARCA DE TOME - AÇU

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE TOMÉ - AÇU

RESENHA: 17/11/2021 A 18/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE TOME ACU - VARA: VARA UNICA DE TOME ACU PROCESSO: 00000210420158140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 REU:EM APURACAO VITIMA:J. S. T. . Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Providencie a autoridade policial as diligÃªncias requeridas pelo MP, no prazo de 30 (trinta) dias. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, com ou sem o cumprimento das diligÃªncias, encaminhem-se ao MP. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00001670620198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 AUTOR:APURACAO VITIMA:E. M. C. S. . Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Providencie a autoridade policial as diligÃªncias requeridas pelo MP, no prazo de 30 (trinta) dias. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, com ou sem o cumprimento das diligÃªncias, encaminhem-se ao MP. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00002347820138140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:JOSIEL PEREIRA DA SILVA REQUERIDO:BANCO PANAMERICANO SA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICAÂ DESPACHO Â R.H. 1.Â Â Â Â Â Em face da certidÃ£o e considerando a provÃ¡vel duplicidade na distribuiÃ§Ã£o do presente feito, proceda-se ao cancelamento da distribuiÃ§Ã£o e consequente arquivamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00002896320128140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 VITIMA:J. V. S. M. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICAÂ PROCESSO NÂº 0000289-63.2012.8140060 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Trata-se de InquÃ©rito Policial instaurado para apurar o suposto crime de maus tratos praticado contra JOSÃ VALDEMIR DA SILVA MARTINS, fato ocorrido no dia 05/10/2011, neste municÃ-pio. Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou pelo arquivamento do feito em face da ausÃªncia de indÃ-cios que comprovem a autoria do crime. Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â A ordem jurÃ-dica defere ao Ã³rgÃ£o ministerial, em exame prefacial, aferir da ocorrÃªncia do crime e de sua autoria, como pressupostos necessÃ¡rios Ã propositura de aÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Permite tambÃ©m que possa requerer novas diligÃªncias, se assim entender indispensÃ¡veis Ã formaÃ§Ã£o de sua convicÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Na ausÃªncia de elementos configuradores do tipo criminoso ou de condiÃ§Ãµes para a propositura da aÃ§Ã£o penal, a partir do que apurados nos autos, impÃµe-se o arquivamento do feito. Â Â Â Â Â Â Assim, DEFIRO o pedido e determino o arquivamento dos autos, com as ressalvas do art. 18 do CPP. Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MP. TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00003857320158140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 REU:GILBERTO INACIO DA ROSA VITIMA:E. S. S. . Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Providencie a autoridade policial as diligÃªncias requeridas pelo MP, no prazo de 30 (trinta) dias. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, com ou sem o cumprimento das diligÃªncias, encaminhem-se ao MP. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00005262420178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 17/11/2021 REQUERENTE:B. E. S. D. REPRESENTANTE:MARIA DAS GRACAS REINALDO ESPIRITO SANTO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICAÂ DESPACHO Â R.H. 1.Â Â Â Â Â Em face da certidÃ£o e considerando a provÃ¡vel duplicidade na distribuiÃ§Ã£o do presente feito, proceda-se ao cancelamento da distribuiÃ§Ã£o e consequente arquivamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO

PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00005528520188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:ALEXANDRE NUNES DE OLIVEIRA VITIMA:A. C. O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO Â Â Â Â Â Â Cite-se o acusado por edital, com prazo de 15 dias, para oferecimento de resposta Ã acusaÃ§Ã£o, por intermÃ©dio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 361 do CPP. TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSE RONALDO PEREIRA SALES JUIZ DE DIREITO RESENHA 17/11/2021 PROCESSO: 00005719120188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Termo Circunstanciado em: 17/11/2021 AUTOR:LIDIANE POMPEU GONCALVES VITIMA:V. S. M. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO Â Â Â Â Â Â Cite-se o acusado por edital, com prazo de 15 dias, para oferecimento de resposta Ã acusaÃ§Ã£o, por intermÃ©dio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 361 do CPP. TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSE RONALDO PEREIRA SALES JUIZ DE DIREITO RESENHA 17/11/2021 PROCESSO: 00005970220128140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 AUTOR:O NACIONAL CONHECIDO POR IRAN VITIMA:R. L. C. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICAÂ PROCESSO NÂº 0000597-02.2012.8140060 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Trata-se de InquÃ©rito Policial instaurado para apurar o suposto crime de maus tratos praticado contra ROSENILDO LIMA DA COSTA, fato ocorrido no dia 23/04/2012, neste municÃ-pio. Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou pelo arquivamento do feito em face da ausÃªncia de indÃ-cios de autoria do crime. Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â A ordem jurÃ-dica defere ao Ã³rgÃ£o ministerial, em exame prefacial, aferir da ocorrÃªncia do crime e de sua autoria, como pressupostos necessÃ¡rios Ã propositura de aÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Permite tambÃ©m que possa requerer novas diligÃªncias, se assim entender indispensÃ¡veis Ã formaÃ§Ã£o de sua convicÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Na ausÃªncia de elementos configuradores do tipo criminoso ou de condiÃ§Ãµes para a propositura da aÃ§Ã£o penal, a partir do que apurados nos autos, impÃµe-se o arquivamento do feito. Â Â Â Â Â Â Assim, DEFIRO o pedido e determino o arquivamento dos autos, com as ressalvas do art. 18 do CPP. Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MP. TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00006414520178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 17/11/2021 REQUERENTE:R. S. A. REPRESENTANTE:ELIZANGELA OLIVEIRA DA SILVA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICAÂ DESPACHO Â R.H. 1.Â Â Â Â Â Em face da certidÃ£o e considerando a provÃ¡vel duplicidade na distribuiÃ§Ã£o do presente feito, proceda-se ao cancelamento da distribuiÃ§Ã£o e consequente arquivamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00006431520178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 17/11/2021 REQUERENTE:A. R. V. N. REQUERENTE:M. L. V. N. REPRESENTANTE:MARIA CLEONICE ROCHA VAZ. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICAÂ DESPACHO Â R.H. 1.Â Â Â Â Â Em face da certidÃ£o e considerando a provÃ¡vel duplicidade na distribuiÃ§Ã£o do presente feito, proceda-se ao cancelamento da distribuiÃ§Ã£o e consequente arquivamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00008013620188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MEILI SILVA LIMA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 FLAGRANTEADO:GLEYSON MIRANDA BATISTA VITIMA:G. M. B. . EDITAL DE CITAÃÃO CRIME - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS AÃÃO PENAL PROCESSO 0000801-36.2018.8.14.0060 DENUNCIADO (a): GLEYSON MIRANDA BATISTA O Dr. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES, MMÂº. Juiz de Direito Titular desta Comarca, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Â FAZ SABER aos que o presente EDITAL lerem ou dele tomarem conhecimento, que se processam perante este JuÃ-zo, os autos da AÃ§Ã£o Penal nÂº 0000801-36.2018.8.14.0060, que a JustiÃ§a PÃºblica representada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual move em face de 1- GLEYSON MIRANDA BATISTA, brasileiro, paraense, filho de Marizete Pinto de Miranda e Osmar Cardoso Batista, pela prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal tipificada no artigo 155, Â§ 4Âº, inciso I, do CÃ³digo Penal, e como consta dos autos que o referido acusado nÃ£o se encontra mais no endereÃ§o acostado na DenÃºncia, e que seu paradeiro Ã© incerto e nÃ£o sabido para ser citado pessoalmente, pelo presente fica legalmente CITADO, de todos os

termos da AÃ§Ã£o, bem como da deliberaÃ§Ã£o exarada pelo MMÂº Juiz desta Comarca, determinando sua CitaÃ§Ã£o EditalÃ-cia, nos termos do Art. 361 do CPP, para que seja oferecida sua Defesa Preliminar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o disposto do art. 396 e 396-A do CPP, contados da data da publicaÃ§Ã£o do presente. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de TomÃ©-AÃ§u-Pa, aos 17 de novembro de 2021. Eu,.....Meili Silva Lima, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei, subscrevi e assino de ordem do MMÂº. Juiz de Direito. Meili Silva Lima Auxiliar JudiciÃ¡rio - TJE/PA PROCESSO: 00008326120158140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 INDICIADO:DAVID DOS RAMOS ALMEIDA VITIMA:L. M. P. . Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Providencie a autoridade policial as diligÃªncias requeridas pelo MP, no prazo de 30 (trinta) dias. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, com ou sem o cumprimento das diligÃªncias, encaminhem-se ao MP. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00009223020198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:BETANIA DE VEIGA SOUSA VITIMA:A. G. A. . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 01. VISTAS DO AUTOS AO MP PARA INDICAR ENDEREÃO ATUALIZADO DA ACUSADA. 02. COM ENDEREÃO ATUALIZADO, PROVIDENCIA A SECRETARIA DESIGNAÃÃO DE AUDIÃNCIA E INTIMAÃÃO DA AUTORA. TomÃ©-AÃ§u/PA, 10.11.2021 JosÃ© Ronaldo Pereira Sales Juiz de Direito AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 PROCESSO: 00009279620128140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:PAULO SERGIO VIEIRA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 23577 - DASSAEW KINSMANN DE VASCONCELOS ROCHA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO Â Â Â Â Â R.H. Â Â Â Â Â Vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico. TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSE RONALDO PEREIRA SALES JUIZ DE DIREITO RESENHA 17/11/2021 PROCESSO: 00009636020208140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Termo Circunstanciado em: 17/11/2021 AUTOR DO FATO:CRISTIANE GONCALVES MARQUES VITIMA:M. A. S. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA \ltrch DECISÃO Â Â Â Â Â 1. Presentes as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o e a justa causa para a persecuÃ§Ã£o penal, RECEBO A DENÃNCIA em desfavor do(s) acusado(s). Â Â Â Â Â 2. Cite(m)-se o(s) acusado(s), para oferecimento de resposta, no prazo de 10 (dez) dias, por intermÃ©dio de advogado(s), caso contrÃ¡rio, ser-lhe-Ã¡(Ã£o) nomeado(s) defensor dativo. Â Â Â Â Â 3. Decorrido o prazo sem manifestaÃ§Ã£o, providencie a secretaria a nomeaÃ§Ã£o de Defensor Dativo para oferecimento de resposta, em nome do acusado, no mesmo prazo, entre os advogados atuantes na Comarca. Â Â Â Â Â 4. Providencie-se para cumprimento da(s) diligÃªncia(s) requerida(s) pelo MP na denÃºncia, no prazo de 15 dias. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSE RONALDO PEREIRA SALES JUIZ DE DIREITO Resenha: ____/____/____ PROCESSO: 00010658720178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 AUTOR:MADSON WILLIAN DA CUNHA GOMES VITIMA:M. B. A. . Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Providencie a autoridade policial as diligÃªncias requeridas pelo MP, no prazo de 30 (trinta) dias. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, com ou sem o cumprimento das diligÃªncias, encaminhem-se ao MP. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00011437620208140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Termo Circunstanciado em: 17/11/2021 AUTOR DO FATO:KARLA KASSIANE PAIVA CORREA VITIMA:A. C. O. E. . DECISÃO 1.Â Â Â Â Â Presentes as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o e a justa causa para a persecuÃ§Ã£o penal, recebo a denÃºncia em desfavor de do (s) acusado(s), tendo em vista materialidade e os indÃ-cios de autoria do delito a ele(s) atribuÃ-do(s), colhidos no curso do inquÃ©rito policial anexo Ã denÃºncia. 2.Â Â Â Â Â Cite(m)-se o(s) acusado(s) para oferecimento de resposta, no prazo de 10 (dez) dias, por intermÃ©dio de advogado. 3.Â Â Â Â Â Transcorrido o prazo sem manifestaÃ§Ã£o, providencie-se a nomeaÃ§Ã£o de Defensor Dativo para fazÃª-lo, no prazo legal. 4.Â Â Â Â Â Certifiquem-se os antecedentes. TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito Data da resenha: 17/11/2021 PROCESSO: 00011848720138140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito

Policial em: 17/11/2021 REU:ADEMIR AMARAL GUSMAO REU:O NACIONAL ERINALDO VITIMA:O. S. P. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICAÂ PROCESSO NÂº 0001184-87.2013.8140060 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Trata-se de InquÃ©rito Policial instaurado para apurar o suposto crime de maus tratos praticado contra OBADIAS DE SOUSA PAIXÃO, fato ocorrido no dia 18/11/2012, neste municÃ-pio. Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou pelo arquivamento do feito em face da ausÃªncia de indÃ-cios para comprovar a autoria do crime. Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â A ordem jurÃ-dica defere ao Ã³rgÃ£o ministerial, em exame prefacial, aferir da ocorrÃªncia do crime e de sua autoria, como pressupostos necessÃ¡rios Ã propositura de aÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Permite tambÃ©m que possa requerer novas diligÃªncias, se assim entender indispensÃ¡veis Ã formaÃ§Ã£o de sua convicÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Na ausÃªncia de elementos configuradores do tipo criminoso ou de condiÃ§Ãµes para a propositura da aÃ§Ã£o penal, a partir do que apurados nos autos, impÃµe-se o arquivamento do feito. Â Â Â Â Â Â Assim, DEFIRO o pedido e determino o arquivamento dos autos, com as ressalvas do art. 18 do CPP. Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MP. TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00013700320198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:ELIZEU BRAZ DIAS Representante(s): OAB 25975-B - NELSON MOLINA PORTO JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:INNS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: CONCLUSOS PARA SENTENÃA. TomÃ©-AÃ§u/PA, 17.11.2021 JosÃ© Ronaldo Pereira Sales Juiz de Direito AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 PROCESSO: 00015023120178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 17/11/2021 VITIMA:D. S. E. S. REU:JESSE DE SOUSA COSTA Representante(s): OAB 17899 - MARGARETH CARVALHO MONTEIRO (ADVOGADO) OAB 11586 - LUIS CARLOS PEREIRA BARBOSA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU PROCESSO NÂº 0001502-31.2017.8140060 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de denÃºncia ofertada pelo MINISTÃRIO PÃBLICO em face de JESSE DE SOUSA COSTA, qualificado nos autos, pelo delito do artigo 129, CAPUT DO CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A fls. 119, foi firmado acordo de transaÃ§Ã£o penal, na forma do art. 89 da Lei nÂº 9.099/95, mediante as condiÃ§Ãµes ali estabelecidas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A certidÃ£o de fls. 132 atesta o cumprimento dos termos do acordo pelo acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MP manifestou-se pela extinÃ§Ã£o da punibilidade (fls. 134). Â De acordo com o art. 89, Â§ 5Âº, da Lei nÂº 9.099/95, Â¿Expirado o prazo [de suspensÃ£o do processo] sem revogaÃ§Ã£o, o juiz declararÃ¡ extinta a punibilidadeÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os documentos carreados aos autos comprovam o cumprimento das condiÃ§Ãµes fixadas em audiÃªncia pelos acusados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesses termos e amparado no art. 89, Â§ 5Âº, da Lei nÂº 9.099/95, declaro extinta a punibilidade do fato atribuÃ-do ao acusado JESSE DE SOUSA COSTA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitada em julgado, certifique-se e arquivem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00015982220128140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 REU:ROBERTO CASTRO SARMENTO REU:JOSE ROBERTO RODRIGUES SILVA VITIMA:N. M. R. COATOR:DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE TOME ACU. Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Providencie a autoridade policial as diligÃªncias requeridas pelo MP, no prazo de 30 (trinta) dias. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, com ou sem o cumprimento das diligÃªncias, encaminhem-se ao MP. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00016574420118140060 PROCESSO ANTIGO: 201120008417 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 17/11/2021 INDICIADO:ANGELO GILDASIO POMPEU DA SILVA VITIMA:J. S. F. . Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Providencie a autoridade policial as diligÃªncias requeridas pelo MP, no prazo de 30 (trinta) dias. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, com ou sem o cumprimento das diligÃªncias, encaminhem-se ao MP. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00017445320188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:THIAGO BRAGA DOS REIS VITIMA:H. C.

S. B. . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU : Vistas ao MP. AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 PROCESSO: 00017449220148140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MEILI SILVA LIMA A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. REU:CARLOS FELIPE DE SOUZA BATISTA. EDITAL DE CITAÃÃO CRIME - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS AÃÃO PENAL PROCESSO 0001744-92.2014.8.14.0060 DENUNCIADO (a): CARLOS FELIPE DE SOUZA BATISTA O Dr. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES, MMÂº. Juiz de Direito Titular desta Comarca, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Â FAZ SABER aos que o presente EDITAL lerem ou dele tomarem conhecimento, que se processam perante este JuÃ-zo, os autos da AÃ§Ã£o Penal nÂº 0001744-92.2014.8.14.0060, que a JustiÃ§a PÃºblica representada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual move em face de 1- CARLOS FELIPE DE SOUZA BATISTA, brasileiro, paraense, filho de PatrÃ-cia Gordo de Souza e Carlos Francisco Rodrigues Batista, pela prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal tipificada no artigo 180, caput, do CÃ³digo Penal, e como consta dos autos que o referido acusado nÃ£o se encontra mais no endereÃ§o acostado na DenÃºncia, e que seu paradeiro Ã© incerto e nÃ£o sabido para ser citado pessoalmente, pelo presente fica legalmente CITADO, de todos os termos da AÃ§Ã£o, bem como da deliberaÃ§Ã£o exarada pelo MMÂº Juiz desta Comarca, determinando sua CitaÃ§Ã£o EditalÃ-cia, nos termos do Art. 361 do CPP, para que seja oferecida sua Defesa Preliminar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o disposto do art. 396 e 396-A do CPP, contados da data da publicaÃ§Ã£o do presente. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de TomÃ©-AÃ§u-Pa, aos 17 de novembro de 2021. Eu,.....Meili Silva Lima, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei, subscrevi e assino de ordem do MMÂº. Juiz de Direito. Meili Silva Lima Auxiliar JudiciÃ¡rio - TJE/PA PROCESSO: 00018615420128140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 17/11/2021 REU:DANIELE CRISTO DAS GRACAS VITIMA:M. S. F. S. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU PROCESSO NÂº 0001861-54.2012.8140060 DECISÃO 1.Â Â Â Â Â Em face da justificativa apresentada a fls. 177, instruÃ-da com farta documentaÃ§Ã£o para atestar que a requerente se encontrava imersa em suas atividades; considerando a aparente ausÃªncia de malicia ou de mÃ¡ fÃ© da requerente, tendo, inclusive, comparecido a outras sessÃµes do Tribunal do JÃºri, realizadas neste JuÃ-zo, como informado no pedido, DEFIRO o requerimento para dispensa-la do recolhimento de multa aplicada. 2.Â Â Â Â Â Desentranhem-se os documentos de fls. 180/190, ante a desnecessidade de compor os autos. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00018634320208140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Termo Circunstanciado em: 17/11/2021 AUTOR DO FATO:VALDECI RAMOS DOS SANTOS MENEZES. DECISÃO 1.Â Â Â Â Â Presentes as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o e a justa causa para a persecuÃ§Ã£o penal, recebo a denÃºncia em desfavor de do (s) acusado(s), tendo em vista materialidade e os indÃ-cios de autoria do delito a ele(s) atribuÃ-do(s), colhidos no curso do inquÃ©rito policial anexo Ã denÃºncia. 2.Â Â Â Â Â Cite(m)-se o(s) acusado(s) para oferecimento de resposta, no prazo de 10 (dez) dias, por intermÃ©dio de advogado. 3.Â Â Â Â Â Transcorrido o prazo sem manifestaÃ§Ã£o, providencie-se a nomeaÃ§Ã£o de Defensor Dativo para fazÃª-lo, no prazo legal. 4.Â Â Â Â Â Certifiquem-se os antecedentes. TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito Data da resenha: 17/11/2021 PROCESSO: 00020084120168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:WENISON JOSE DE PAIVA DOS SANTOS Representante(s): OAB 17899 - MARGARETH CARVALHO MONTEIRO (ADVOGADO) OAB 11586 - LUIS CARLOS PEREIRA BARBOSA (ADVOGADO) REQUERIDO:LOJAS AVENIDA LTDA Representante(s): OAB 22311 - HASSEN SALES RAMOS FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:A VISTA ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO LTDA Representante(s): OAB 222219 - ALEXANDRE FONSECA DE MELO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCARD C A MASTERCARD SA Representante(s): OAB 76696 - FELIPE GAZOLA FERREIRA MARQUES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO BRASIL Representante(s): OAB 44698 - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) REQUERIDO:PAG SA MEIOS DE PAGAMENTOS Representante(s): OAB 222219 - ALEXANDRE FONSECA DE MELO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU PROCESSO NÂº 0002008-41.2016.8.14.0060 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â WENISON JOSÃ DE PAIVA DOS SANTOS, qualificado nos termos da inicial, ingressou com aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de nulidade contratual c/c danos morais contra LOJAS AVENIDA LTDA, AVISTA S.A. ADMINISTRADORA DE CARTÃES DE CRÃDITO (PAG S.A. MEIOS DE PAGAMENTOS), BANCO BRADESCO S.A e BANCO DO

BRASIL S.A. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Declara na exordial que compareceu no dia 10.12.2015 a uma agÃªncia do BANCO SICREDI para abrir uma conta corrente, mas foi informado da inviabilidade do pedido em razÃ£o de vÃ¡rias pendÃªncias financeiras em seu nome, inscritas no ServiÃ§o de ProteÃ§Ã£o ao CrÃ©dito - SPC pelas requeridas. No entanto, nÃ£o teria realizado nenhum dos negÃ³cios jurÃ-dicos que fundamentaram tais inscriÃ§Ãµes, sendo mais provÃ¡vel que o demandante tenha sido vÃ-tima de fraude. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requereu que fosse declarada a nulidade dos contratos firmado com as demandadas, bem como a retirada de seu nome do SPC e a condenaÃ§Ã£o das empresas para pagamento de danos morais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Apresentou os documentos de fls. 019/028. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sede de contestaÃ§Ã£o, a empresa LOJAS AVENIDA LTDA alegou que os documentos apresentados pelo requerente nÃ£o tÃªm o condÃ£o de comprovar as assertivas da inicial. Ademais, sustentou que, no momento a contrataÃ§Ã£o, foram apresentados documentos pessoais e colhidas as respectivas referÃªncias, nÃ£o havendo como a reclamada desconfiar da suposta fraude. Por fim, informou que tÃ£o logo foi citada e tomou conhecimento da suposta fraude, procedeu Ã baixa da restriÃ§Ã£o do reclamante, conforme apontou a fl. 066. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou os documentos de fls. 072/101. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O BANCO BRADESCO S/A, por sua vez, afirmou que o contrato celebrado entre o banco e o correntista requer a apresentaÃ§Ã£o dos documentos pessoais, e, se alguÃ©m fez uso indevido deles, a culpa teria sido do prÃ³prio autor, que nÃ£o teve diligÃªncia necessÃ¡ria para proteger seus dados. Declarou que, ao inscrever o nome do autor na dÃ-vida ativa, estava apenas exercendo o seu direito e, por fim, defende que nÃ£o Ã© cabÃ-vel a inversÃ£o do Ã´nus da prova, pois, nesse caso, configuraria um privilÃ©gio para vencer mais facilmente a demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou os documentos de fls. 147/199. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O BANCO DO BRASIL S/A, em sede de preliminar, declarou indevida a concessÃ£o da gratuidade da justiÃ§a, pois nÃ£o haveria provas da hipossuficiÃªncia financeira do demandante. No mÃ©rito, informou que incluiu quatro cheques supostamente expedidos pelo autor no CCF por ausÃªncia de fundos na conta. TambÃ©m declara que o autor celebrou o negÃ³cio jurÃ-dico por vontade prÃ³pria, inexistindo quaisquer vÃ-cios. Sendo assim, nÃ£o hÃ¡ que se falar em nulidade do negÃ³cio jurÃ-dico, tampouco em indenizaÃ§Ã£o por danos morais. Por fim sustentou a inviabilidade da inversÃ£o do Ã´nus da prova, pois se trata de conduta excepcional, cabendo ao requerente provar a verossimilhanÃ§a de suas alegaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Acostou os documentos de fls. 221/254. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JÃ¡ a demandada PAG S.A. MEIOS DE PAGAMENTOS sustentou a necessidade de audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para ouvir o depoimento pessoal do autor, pois a inicial estaria deficiente quanto aos argumentos que teriam gerado a suposta falha na prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Acostou os documentos de fls. 275/300. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©plica acostada em fls. 302/307. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A inversÃ£o do Ã´nus da prova foi deferida em DecisÃ£o de fl. 308, ocasiÃ£o em que as partes foram intimadas para indicar as provas que pretendem produzir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em petiÃ§Ãµes de fls. 309/310 e 317/320, as partes que se manifestaram, afirmaram que inexistem provas a serem produzidas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Documentos anexados Ã s fls. 321/348. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â o relato. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Preliminarmente, convÃ©m esclarecer que o pedido de gratuidade da justiÃ§a nÃ£o foi deferido por este juÃ-zo (fls. 024/03), sendo que as custas iniciais se presumem pagas de acordo om o comprovante de fl. 108. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã inversÃ£o do Ã´nus da prova, nÃ£o se trata de regalia concedida a uma das partes, mas sim de uma garantia legal para assegurar Ã parte hipossuficiente da lide, no caso, o consumidor, a defesa de seus direitos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, o art. 6Âº, VIII, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor dispÃµe que sÃ£o direitos bÃ¡sicos do consumidor a facilitaÃ§Ã£o da defesa de seus direitos, inclusive com a inversÃ£o do Ã´nus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critÃ©rio do juiz, for verossÃ-mil a alegaÃ§Ã£o ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinÃ¡rias de experiÃªncias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso in comento, os demandados gozam de mais facilidade para comprovarem a existÃªncia de negÃ³cio jurÃ-dico com o demandante do que o contrÃ¡rio, pois Ã© de senso comum que provar a inexistÃªncia de algo Ã© mais difÃ-cil do que provar a sua existÃªncia, mormente quando se trata dos vÃ-nculos com sociedades empresÃ¡rias e instituiÃ§Ãµes financeiras. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por outo lado, verossÃ-mil a alegaÃ§Ã£o, a parte Ã© tecnicamente hipossuficiente em relaÃ§Ã£o Ã s demandadas e a relaÃ§Ã£o entre aquele e estes Ã© regida pelo CÃ³digo de Defesa do Consumidor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No mÃ©rito, o postulante argumenta que nÃ£o possui qualquer vÃ-nculo contratual com as demandadas, o que torna ilegal a inclusÃ£o de seu nome no cadastro de inadimplentes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os requeridos BANCO BRADESCO S/A, BANCO DO BRASIL S/A e PAG S.A. MEIOS DE PAGAMENTOS sustentam que firmaram acordo com o requerente, e as inscriÃ§Ãµes negativas em seu nome se deram em razÃ£o do exercÃ-cio regular de um direito, uma vez que o autor nÃ£o adimpliu com suas obrigaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JÃ¡ a requerida LOJAS AVENIDA LTDA afirmou que ao tomar conhecimento do suposto falsÃ¡rio (por meio da presente aÃ§Ã£o),

tratou de retirar a inscriÃ§Ã£o do dÃ©bito em nome do autor, mas no momento da contrataÃ§Ã£o, foram apresentados documentos pessoais e colhidas as respectivas referÃªncias, nÃ£o havendo como desconfiar da suposta fraude. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma, a controvÃ©rsia gira em torno da existÃªncia ou nÃ£o de negÃ³cio jurÃ-dico entre requerente e requeridos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise dos autos, verifico que a foto da identidade do demandante acostada a fl. 020 nÃ£o coincide com aquelas apresentadas pelas requeridas (fls. 064 e 241). O mesmo pode se dizer das assinaturas dos cheques de fl. 205/206 e do contrato de fl. 244-v, que nÃ£o se assemelham a da identidade apresentada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por outro lado, as requeridas sequer demonstraram interesse na produÃ§Ã£o de prova pericial para fins de comprovarem que a assinatura aposta no contrato pertenceria, de fato, ao autor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em razÃ£o da responsabilidade objetiva, que Ã© imputada Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras em decorrÃªncia dos fortuitos internos ocasionados pela prestaÃ§Ã£o de seus serviÃ§os, bem como pela prÃ³pria regra ordinÃ¡ria do Ã´nus da prova, competia aos demandados demonstrar a completa regularidade da relaÃ§Ã£o jurÃ-dica estabelecida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sendo assim, nÃ£o hÃ¡ comprovaÃ§Ã£o de que os negÃ³cios com o requerente tenham sido validamente celebrados, cuja inadimplÃªncia justificaria as inscriÃ§Ãµes do nome do autor no cadastro de restriÃ§Ã£o ao crÃ©dito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A inscriÃ§Ã£o indevida do nome do autor no serviÃ§o de proteÃ§Ã£o ao crÃ©dito gera dano moral indenizÃ¡vel mediante pecÃºnia, independente de dolo ou culpa da instituiÃ§Ã£o financeira. Em outras palavras, como se trata de responsabilidade objetiva da empresa, basta haver o nexo causal entre a aÃ§Ã£o (ou omissÃ£o) e o resultado para ser configurado o dano. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O dano, por sua vez, gera o dever de indenizar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Essa Ã©, inclusive, a determinaÃ§Ã£o da sÃºmula 479 do STJ. SÃºmula 479 - STJ As instituiÃ§Ãµes financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no Ã¢mbito de operaÃ§Ãµes bancÃ¡rias. Acerca do assunto, colaciono, ainda, as seguintes jurisprudÃªncias: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â STJ: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. RESSARCIMENTO POR PERDAS E DANOS. PAGAMENTO DE CHEQUES FRAUDULENTOS PELA INSTITUIÃÃO FINANCEIRA. ALEGAÃÃO DE ILEGITIMIDADE ATIVA. QUESTÃO PRECLUSA. INTERPRETAÃÃO DE CLÃUSULA CONTRATUAL. SÃMULA 5/STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÃNCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL CONFIGURADA. TESE DECIDIDA EM JULGAMENTO REPRESENTATIVO DE CONTROVÃRSIA. HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS. VALOR RAZOÃVEL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 5. "As instituiÃ§Ãµes bancÃ¡rias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de emprÃ©stimos mediante fraude ou utilizaÃ§Ã£o de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno." (STJ - AgInt no AREsp 820846 / MA, Relator Ministro RAUL ARAÃJO, publicado no DJe em 02/10/2017) TJPA: EMENTA: APELAÃÃO CÃVEL. AÃÃO DE REPETIÃÃO DE INDÃBITO COM DANOS MORAIS E MATERIAIS PELO RITO SUMÃRIO. COBRANÃA INDEVIDA. EMPRÃSTIMO FRAUDULENTO. FALHA ADMINISTRATIVA DA INSTITUIÃÃO FINANCEIRA. RISCO DA ATIVIDADE ECONÃMICA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DOS BANCOS POR DANOS GERADOS POR FORTUITO INTERNO RELATIVO A FRAUDES E DELITOS PRATICADOS POR TERCEIROS NO ÃMBITO DE OPERAÃÃES BANCÃRIAS. SÃMULA 479 DO STJ. DANOS MORAIS. COMPROVADOS. SITUAÃÃO QUE TRANSBORDOU OS LIMITES DO MERO ABORRECIMENTO. QUANTUM INDENIZATÃRIO. VALORAÃÃO DA INTENSIDADE DO DANO NA ESFERA PSÃQUICA DO AUTOR. OBEDIÃNCIA AOS PRINCÃPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. DANOS MORAIS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (...) Sem delongas, acerca da particularidade do caso, destaco que as instituiÃ§Ãµes bancÃ¡rias respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo Ã fraude praticada por terceiros, conforme reconhecido em recurso repetitivo por esta Corte (SÃºmula 479/STJ). Tal entendimento, por certo, acaba por repercutir, em alguma medida, na caracterizaÃ§Ã£o do dano moral que, em determinadas situaÃ§Ãµes, pode ser considerado in re ipsa, como por exemplo nas hipÃ³teses em que acarrete a inscriÃ§Ã£o indevida do nome do consumidor nos Ã³rgÃ£os de proteÃ§Ã£o ao crÃ©dito (AgInt nos EDcl no AREsp 987.274 SP, Relator o Ministro Raul AraÃºjo, DJe de1Âº/8/2017). (...) Isto posto, analisando os documentos acostados aos autos, em sede de contestaÃ§Ã£o, bem como da anÃ¡lise da audiÃªncia de fls. 27, verifico que o Banco RÃ©u nÃ£o se desincumbiu do Ã´nus de comprovar que o emprÃ©stimo impugnado pelo Autor (fls. 14/17), seria legÃ-timo. Â (TJPA AC 0003409-70.2011.8.14.0040 Rel. Des. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO. 16.07.2020) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com esses fundamentos, JULGO PROCEDENTE a pretensÃ£o inicial para DECLARAR a nulidade dos negÃ³cios jurÃ-dicos objetos dessa aÃ§Ã£o (Contrato 1727427 - LOJAS AVENIDA LTDA, FAT3258101 - AVISTA S. A. ADMINISTRADORA DE CARTÃES DE CRÃDITO, 4282671939786000 - BRADESCARD e CHEQUE NÂ° 850012, AG 3500 - BANCO DO BRASIL), e

CONDENAR as requeridas LOJAS AVENIDA LTDA, AVISTA S. A. ADMINISTRADORA DE CARTÃES DE CRÃDITO (PAG S.A. MEIOS DE PAGAMENTOS), BANCO BRADESCO S.A e BANCO DO BRASIL S.A. a indenizarem o requerente, a tÃ-tulo de dano moral, na importÂ¢ncia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) em relaÃ§Ã£o a cada requerido, com correÃ§Ã£o monetÃ¡ria pelo INPC a contar da data desta sentenÃ§a e juros de mora de 1% (um por cento) ao mÃªs, a partir da citaÃ§Ã£o (art. 398 do CC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno as demandadas em custas e honorÃ¡rios sucumbenciais, no montante correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor da condenaÃ§Ã£o, assim entendido o valor da indenizaÃ§Ã£o por dano moral relativo a cada requerido.. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Declaro extinto o processo, com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito (art. 487, I, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito Titular da Comarca de TomÃ©-AÃ§u PROCESSO: 00020855020168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 AUTOR:ALLEN STWART VAZ NUNES VITIMA:V. G. S. . Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Providencie a autoridade policial as diligÃªncias requeridas pelo MP, no prazo de 30 (trinta) dias. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, com ou sem o cumprimento das diligÃªncias, encaminhem-se ao MP. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00021253220168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 AUTOR:APURACAO VITIMA:S. A. P. E. E. . Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Providencie a autoridade policial as diligÃªncias requeridas pelo MP, no prazo de 30 (trinta) dias. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, com ou sem o cumprimento das diligÃªncias, encaminhem-se ao MP. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00021348620198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MEILI SILVA LIMA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 VITIMA:L. N. FLAGRANTEADO:DIVINO DE SOUSA MIRANDA. EDITAL DE CITAÃÃO CRIME - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS AÃÃO PENAL PROCESSO 0002134-86.2019.8.14.0060 DENUNCIADO (a): DIVINO DE SOUSA MIRANDA O Dr. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES, MMÂº. Juiz de Direito Titular desta Comarca, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Â FAZ SABER aos que o presente EDITAL lerem ou dele tomarem conhecimento, que se processam perante este JuÃ-zo, os autos da AÃ§Ã£o Penal nÂº 0002134-86.2019.8.14.0060, que a JustiÃ§a PÃºblica representada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual move em face de 1- DIVINO DE SOUSA MIRANDA, vulgo Â¿ NeguinhoÂ¿, brasileiro, paraense, filho de Lindalva de Sousa Miranda, pela prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal tipificada no artigo 155, Â§ 4Âº, inciso I, do CÃ³digo Penal, e como consta dos autos que o referido acusado nÃ£o se encontra mais no endereÃ§o acostado na DenÃºncia, e que seu paradeiro Ã© incerto e nÃ£o sabido para ser citado pessoalmente, pelo presente fica legalmente CITADO, de todos os termos da AÃ§Ã£o, bem como da deliberaÃ§Ã£o exarada pelo MMÂº Juiz desta Comarca, determinando sua CitaÃ§Ã£o EditalÃ-cia, nos termos do Art. 361 do CPP, para que seja oferecida sua Defesa Preliminar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o disposto do art. 396 e 396-A do CPP, contados da data da publicaÃ§Ã£o do presente. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de TomÃ©-AÃ§u-Pa, aos 17 de novembro de 2021. Eu,.....Meili Silva Lima, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei, subscrevi e assino de ordem do MMÂº. Juiz de Direito. Meili Silva Lima Auxiliar JudiciÃ¡rio - TJE/PA PROCESSO: 00023877920168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 AUTOR:VULGO POPO VITIMA:V. A. D. . Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Providencie a autoridade policial as diligÃªncias requeridas pelo MP, no prazo de 30 (trinta) dias. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, com ou sem o cumprimento das diligÃªncias, encaminhem-se ao MP. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00024065120178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 AUTOR:LUCAS SANTOS DE SOUZA VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:ADAILTO SANTOS RAMOS. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA PROCESSO NÂº 00024065120178140060 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Citem-se os acusados por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 361 do CPP, para oferecimento de resposta Ã acusaÃ§Ã£o, por intermÃ©dio de advogado, no prazo de dez dias TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES JUIZ DE DIREITO PROCESSO: 00025659620148140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito

Policial em: 17/11/2021 INDICIADO:FRANCISCO GENIVAL DE ALMEIDA VITIMA:R. S. R. VITIMA:M. S. L. . Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Providencie a autoridade policial as diligÃªncias requeridas pelo MP, no prazo de 30 (trinta) dias. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, com ou sem o cumprimento das diligÃªncias, encaminhem-se ao MP. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00026051020168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 AUTOR:APURACAO VITIMA:B. V. . Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Providencie a autoridade policial as diligÃªncias requeridas pelo MP, no prazo de 30 (trinta) dias. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, com ou sem o cumprimento das diligÃªncias, encaminhem-se ao MP. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00028269020168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 AUTOR:GILDIVAN DE CRISTO MACIEL VITIMA:V. I. . Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Providencie a autoridade policial as diligÃªncias requeridas pelo MP, no prazo de 30 (trinta) dias. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, com ou sem o cumprimento das diligÃªncias, encaminhem-se ao MP. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00030647020208140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Termo Circunstanciado em: 17/11/2021 AUTOR:DENILSON LAURENTINO VIEIRA. DECISÃO 1.Â Â Â Â Â Presentes as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o e a justa causa para a persecuÃ§Ã£o penal, recebo a denÃºncia em desfavor de do (s) acusado(s), tendo em vista materialidade e os indÃ-cios de autoria do delito a ele(s) atribuÃ-do(s), colhidos no curso do inquÃ©rito policial anexo Ã denÃºncia. 2.Â Â Â Â Â Cite(m)-se o(s) acusado(s) para oferecimento de resposta, no prazo de 10 (dez) dias, por intermÃ©dio de advogado. 3.Â Â Â Â Â Transcorrido o prazo sem manifestaÃ§Ã£o, providencie-se a nomeaÃ§Ã£o de Defensor Dativo para fazÃª-lo, no prazo legal. 4.Â Â Â Â Â Certifiquem-se os antecedentes. TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito Data da resenha: 17/11/2021 PROCESSO: 00031902820178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:MIGUEL PINTO MOREIRA REQUERIDO:INES QUEIROZ MOREIRA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICAÂ DESPACHO Â R.H. 1.Â Â Â Â Â Em face da certidÃ£o e considerando a provÃ¡vel duplicidade na distribuiÃ§Ã£o do presente feito, proceda-se ao cancelamento da distribuiÃ§Ã£o e consequente arquivamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00034310220178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 17/11/2021 AUTOR:AGENOR VIANA MARTINS VITIMA:G. S. L. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO Â Â Â Â Â Â Cite-se o acusado por edital, com prazo de 15 dias, para oferecimento de resposta Ã acusaÃ§Ã£o, por intermÃ©dio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 361 do CPP. TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSE RONALDO PEREIRA SALES JUIZ DE DIREITO RESENHA 17/11/2021 PROCESSO: 00040716820188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 17/11/2021 DENUNCIADO:JONIEL DE MIRANDA VITIMA:M. V. S. . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU o MM Juiz passou a DELIBERAR: 01. TENDO EM VISTA O TEOR DA CERTIDÃO DA OFICIALA DE JUSTIÃA, FICA A AUDIÃNCIA REDESIGNADA. 02. EM VIRTUDE DE ACESSO Ã INTERNET, PROVIDENCIA A SECRETARIA REDESIGNAÃÃO DE AUDIÃNCIA E INTIMAÃÃO DO ACUSADO E VÃTIMA. TomÃ©-AÃ§u/PA, 10.11.2021 JosÃ© Ronaldo Pereira Sales Juiz de Direito AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 PROCESSO: 00042298920198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 AUTOR:APURACAO VITIMA:J. F. L. F. . Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Providencie a autoridade policial as diligÃªncias requeridas pelo MP, no prazo de 30 (trinta) dias. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, com ou sem o cumprimento das diligÃªncias, encaminhem-se ao MP. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO:

00042321520178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:LEIDIANE LOPES REQUERIDO:MUNICIPIO DE TOMEACU. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICAÂ DESPACHO Â R.H. 1.Â Â Â Â Â Em face da certidÃ£o e considerando a provÃ¡vel duplicidade na distribuiÃ§Ã£o do presente feito, proceda-se ao cancelamento da distribuiÃ§Ã£o e consequente arquivamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00043477520138140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 REQUERENTE:A REPRESENTANTE DO MINISTERIO PUBLICO REU:ANDRE MAURICIO CARDOSO DE JESUS. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DECISÃO 1.Â Â Â Â Â Citado por edital, o acusado, nÃ£o compareceu, nem constituiu advogado. 2.Â Â Â Â Â Com vista dos autos, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu, tÃ£o somente, a suspensÃ£o do processo e do prazo prescricional. 3.Â Â Â Â Â Ante o exposto, determino a suspensÃ£o do processo e o curso do prazo prescricional, na forma do art. 366 do CPP, pelo tempo de prescriÃ§Ã£o da pena em abstrato do delito imputado ao acusado. 4.Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MP. Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSE RONALDO PEREIRA SALES JUIZ DE DIREITO RESENHA 17/11/2021 PROCESSO: 00046091520198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:JOSE SANTOS BENTO Representante(s): OAB 20366 - DOMINGOS BRUNO GONCALVES MARQUES (ADVOGADO) REQUERIDO:AGENCIA BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU TERMO DE AUDIÃNCIA DADOS DO PROCESSO PROCESSO: 0004609-15.2019.814.0060 ClassificaÃ§Ã£o: Data da audiÃªncia: 16.11.2021 HorÃ¡rio: 14h20 PRESENTES AO ATO: Juiz de Direito: Dr. JosÃ© Ronaldo Pereira Sales Requerida: Banco do Brasil S.A. Preposto: Adriano Brito Lima PRESENTES AO ATO: Requerente: JosÃ© Santos Bento I)Â Â Â Â Â Feito o pregÃ£o de praxe, constatou-se a ausÃªncia do requerente e presenÃ§a do preposto da requerente. ABERTA A AUDIÃNCIA, o MM Juiz a DELIBERAR: 1. JUNTE O REQUERIDO CÃPIA LEGÃVEL DO ACORDO DE FLS. 100/101, NO PRAZO DE 10 DIAS. E como nada mais houvesse, foi tomado este termo por findo, Ã s 14H25, que lido e achado conforme, vai por todos assinado. Juiz de Direito: _____ Preposto:_____ AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 PROCESSO: 00046195920198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MEILI SILVA LIMA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:IDELMO REIS DA SILVA. EDITAL DE CITAÃÃO CRIME - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS AÃÃO PENAL PROCESSO 0004619-59.2019.8.14.0060 DENUNCIADO (a): IDELMO REIS E SILVA O Dr. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES, MMÂº. Juiz de Direito Titular desta Comarca, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Â FAZ SABER aos que o presente EDITAL lerem ou dele tomarem conhecimento, que se processam perante este JuÃ-zo, os autos da AÃ§Ã£o Penal nÂº 0004619-59.2019.8.14.0060, que a JustiÃ§a PÃºblica representada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual move em face de 1- IDELMO REIS E SILVA, brasileiro, paraense, filho de Maria JosÃ© dos Reis Silva e de Ambrozio Mata da Silva, pela prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal tipificada no artigo 56, caput, da Lei nÂº 9.605/1998, e como consta dos autos que o referido acusado nÃ£o se encontra mais no endereÃ§o acostado na DenÃºncia, e que seu paradeiro Ã© incerto e nÃ£o sabido para ser citado pessoalmente, pelo presente fica legalmente CITADO, de todos os termos da AÃ§Ã£o, bem como da deliberaÃ§Ã£o exarada pelo MMÂº Juiz desta Comarca, determinando sua CitaÃ§Ã£o EditalÃ-cia, nos termos do Art. 361 do CPP, para que seja oferecida sua Defesa Preliminar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o disposto do art. 396 e 396-A do CPP, contados da data da publicaÃ§Ã£o do presente. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de TomÃ©-AÃ§u-Pa, aos 17 de novembro de 2021. Eu,.....Meili Silva Lima, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei, subscrevi e assino de ordem do MMÂº. Juiz de Direito. Meili Silva Lima Auxiliar JudiciÃ¡rio - TJE/PA PROCESSO: 00046499420198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 AUTOR:LEIDIANE LISBOA MARQUES VITIMA:L. M. S. . Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Providencie a autoridade policial as diligÃªncias requeridas pelo MP, no prazo de 30 (trinta) dias. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, com ou sem o cumprimento das diligÃªncias, encaminhem-se ao MP. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de

Direito PROCESSO: 00048591920178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:ELIZETE SOARES DO PATROCINIO REQUERIDO:CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICAÂ PROCESSO NÂº 0004859-19.2017.8140060 DESPACHO Â R.H. 1.Â Â Â Â Â Em face da certidÃ£o e considerando a provÃ¡vel duplicidade na distribuiÃ§Ã£o do presente feito, proceda-se ao cancelamento da distribuiÃ§Ã£o e consequente arquivamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00048927220188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 AUTOR:SEM INDICIADO VITIMA:A. C. O. E. . Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Providencie a autoridade policial as diligÃªncias requeridas pelo MP, no prazo de 30 (trinta) dias. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, com ou sem o cumprimento das diligÃªncias, encaminhem-se ao MP. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00048927220188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 AUTOR:SEM INDICIADO VITIMA:A. C. O. E. . 2450 PROCESSO: 00050925020168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Pedido de Prisão Preventiva em: 17/11/2021 AUTOR:JONAS DE TAL VITIMA:A. B. S. . Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Providencie a autoridade policial as diligÃªncias requeridas pelo MP, no prazo de 30 (trinta) dias. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, com ou sem o cumprimento das diligÃªncias, encaminhem-se ao MP. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00053705120168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MEILI SILVA LIMA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:BERNARDO DE TAL VITIMA:A. P. F. E. . EDITAL DE CITAÃÃO CRIME - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS AÃÃO PENAL PROCESSO 0005370-51.2016.8.14.0060 DENUNCIADO (a): BERNARDO DE TAL O Dr. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES, MMÂº. Juiz de Direito Titular desta Comarca, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Â FAZ SABER aos que o presente EDITAL lerem ou dele tomarem conhecimento, que se processam perante este JuÃ-zo, os autos da AÃ§Ã£o Penal nÂº 0005370-51.2016.8.14.0060, que a JustiÃ§a PÃºblica representada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual move em face de 1- BERNARDO DE TAL, vulgo BernabÃ©, brasileiro, paraense, filho de Raimundo Paiva, pela prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal tipificada no artigo 217-A, caput, do CÃ³digo Penal, e como consta dos autos que o referido acusado nÃ£o se encontra mais no endereÃ§o acostado na DenÃºncia, e que seu paradeiro Ã© incerto e nÃ£o sabido para ser citado pessoalmente, pelo presente fica legalmente CITADO, de todos os termos da AÃ§Ã£o, bem como da deliberaÃ§Ã£o exarada pelo MMÂº Juiz desta Comarca, determinando sua CitaÃ§Ã£o EditalÃ-cia, nos termos do Art. 361 do CPP, para que seja oferecida sua Defesa Preliminar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o disposto do art. 396 e 396-A do CPP, contados da data da publicaÃ§Ã£o do presente. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de TomÃ©-AÃ§u-Pa, aos 17 de novembro de 2021. Eu,.....Meili Silva Lima, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei, subscrevi e assino de ordem do MMÂº. Juiz de Direito. Meili Silva Lima Auxiliar JudiciÃ¡rio - TJE/PA PROCESSO: 00056119320148140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 REU:EM APURACAO VITIMA:E. F. P. . Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Providencie a autoridade policial as diligÃªncias requeridas pelo MP, no prazo de 30 (trinta) dias. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, com ou sem o cumprimento das diligÃªncias, encaminhem-se ao MP. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00056274720148140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 REU:APURACAO VITIMA:A. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICAÂ PROCESSO NÂº 0005627-47.2014.8140060 DECISÃO Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico manifestou-se pelo arquivamento do presente InquÃ©rito Policial, considerando as conclusÃµes da investigaÃ§Ã£o que apontam pela falta de materialidade e de indÃ-cios suficientes de autoria delitiva. Â Â Â Â Â Â A ordem jurÃ-dica defere ao ÃºrgÃ£o ministerial, em exame prefacial, aferir da ocorrÃªncia do crime e de sua autoria, como pressupostos necessÃ¡rios Ã propositura de aÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Permite tambÃ©m que possa requerer novas diligÃªncias, se assim entender indispensÃ¡veis Ã

formaÃ§Ã£o de sua convicÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Na ausÃªncia de elementos configuradores de tipo criminoso, impÃµe-se o arquivamento do feito. Â Â Â Â Â Â DEFIRO o pedido e determino o arquivamento dos autos, com as ressalvas do art. 18 do CPP. Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MP. TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00056736520168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 AUTOR:EMILSON DE OLIVEIRA NUNES RABELO VITIMA:Z. A. H. . Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Providencie a autoridade policial as diligÃªncias requeridas pelo MP, no prazo de 30 (trinta) dias. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, com ou sem o cumprimento das diligÃªncias, encaminhem-se ao MP. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00058116120188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 17/11/2021 AUTOR:DE JESUS PAULA MOREIRA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO Â Â Â Â Â Â Cite-se o acusado por edital, com prazo de 15 dias, para oferecimento de resposta Ã acusaÃ§Ã£o, por intermÃ©dio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 361 do CPP. TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSE RONALDO PEREIRA SALES JUIZ DE DIREITO RESENHA 17/11/2021 PROCESSO: 00058721920188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 AUTOR:O NACIONAL DE ALCUNHA JEAN VITIMA:J. A. C. S. C. . Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Providencie a autoridade policial as diligÃªncias requeridas pelo MP, no prazo de 30 (trinta) dias. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, com ou sem o cumprimento das diligÃªncias, encaminhem-se ao MP. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00062980220168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 AUTOR:APURACAO VITIMA:C. D. N. . Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Providencie a autoridade policial as diligÃªncias requeridas pelo MP, no prazo de 30 (trinta) dias. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, com ou sem o cumprimento das diligÃªncias, encaminhem-se ao MP. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00063379620168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 AUTOR:NILTON VUGO LOURO VITIMA:M. A. G. M. . Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Providencie a autoridade policial as diligÃªncias requeridas pelo MP, no prazo de 30 (trinta) dias. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, com ou sem o cumprimento das diligÃªncias, encaminhem-se ao MP. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00066100720188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:IVANEY FROES PEREIRA VITIMA:A. C. O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO Â Â Â Â Â Â Cite-se o acusado por edital, com prazo de 15 dias, para oferecimento de resposta Ã acusaÃ§Ã£o, por intermÃ©dio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 361 do CPP. TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSE RONALDO PEREIRA SALES JUIZ DE DIREITO RESENHA 17/11/2021 PROCESSO: 00069519620198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 17/11/2021 DENUNCIADO:EDINALDO ALVES PACHECO VITIMA:A. C. O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO Â Â Â Â Â Â Cite-se o acusado por edital, com prazo de 15 dias, para oferecimento de resposta Ã acusaÃ§Ã£o, por intermÃ©dio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 361 do CPP. TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSE RONALDO PEREIRA SALES JUIZ DE DIREITO RESENHA 17/11/2021 PROCESSO: 00072354120188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:ADMILSON LOPES DIAS. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO Â Â Â Â Â Â Cite-se o acusado por edital, com prazo de 15 dias, para oferecimento de resposta Ã acusaÃ§Ã£o, por intermÃ©dio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 361 do CPP. TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de

2021 JOSE RONALDO PEREIRA SALES JUIZ DE DIREITO RESENHA 17/11/2021 PROCESSO: 00076179720198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MEILI SILVA LIMA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:DOUGLAS ALVES GUILHERME. EDITAL DE CITAÃÃO CRIME - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS AÃÃO PENAL PROCESSO 0007617-97.2019.8.14.0060 DENUNCIADO (a): DOUGLAS ALVES GUILHERME O Dr. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES, MMÂº. Juiz de Direito Titular desta Comarca, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Â FAZ SABER aos que o presente EDITAL lerem ou dele tomarem conhecimento, que se processam perante este JuÃ-zo, os autos da AÃ§Ã£o Penal nÂº 0007617-97.2019.8.14.0060, que a JustiÃ§a PÃºblica representada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual move em face de 1- DOUGLAS ALVES GUILHERME, brasileiro, paraense, filho de Divina PaixÃ£o Alves de Souza e Benedito Lopes Guilherme, pela prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal tipificada no artigo 155, caput, do CÃ³digo Penal, e como consta dos autos que o referido acusado nÃ£o se encontra mais no endereÃ§o acostado na DenÃºncia, e que seu paradeiro Ã© incerto e nÃ£o sabido para ser citado pessoalmente, pelo presente fica legalmente CITADO, de todos os termos da AÃ§Ã£o, bem como da deliberaÃ§Ã£o exarada pelo MMÂº Juiz desta Comarca, determinando sua CitaÃ§Ã£o EditalÃ-cia, nos termos do Art. 361 do CPP, para que seja oferecida sua Defesa Preliminar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o disposto do art. 396 e 396-A do CPP, contados da data da publicaÃ§Ã£o do presente. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de TomÃ©-AÃ§u-Pa, aos 17 de novembro de 2021. Eu,.....Meili Silva Lima, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei, subscrevi e assino de ordem do MMÂº. Juiz de Direito. Meili Silva Lima Auxiliar JudiciÃ¡rio - TJE/PA PROCESSO: 00076777520168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 AUTOR:VULGO MONGO VITIMA:R. R. O. . Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Providencie a autoridade policial as diligÃªncias requeridas pelo MP, no prazo de 30 (trinta) dias. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, com ou sem o cumprimento das diligÃªncias, encaminhem-se ao MP. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00077290320188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 AUTOR:RAIMUNDO NONATO DE ALMEIDA LOPES VITIMA:A. C. O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO Â Â Â Â Â Cite-se o acusado por edital, com prazo de 15 dias, para oferecimento de resposta Ã acusaÃ§Ã£o, por intermÃ©dio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 361 do CPP. TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSE RONALDO PEREIRA SALES JUIZ DE DIREITO RESENHA 17/11/2021 PROCESSO: 00078039120178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 AUTOR:JOSE AILTON GOMES DA SILVA VITIMA:O. S. V. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO Â Â Â Â Â Cite-se o acusado por edital, com prazo de 15 dias, para oferecimento de resposta Ã acusaÃ§Ã£o, por intermÃ©dio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 361 do CPP. TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSE RONALDO PEREIRA SALES JUIZ DE DIREITO RESENHA 17/11/2021 PROCESSO: 00078977320168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 VITIMA:F. A. S. E. S. REU:JOSE DE FREITAS FILHO. Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Providencie a autoridade policial as diligÃªncias requeridas pelo MP, no prazo de 30 (trinta) dias. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, com ou sem o cumprimento das diligÃªncias, encaminhem-se ao MP. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00083725820188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Regularização de Registro Civil em: 17/11/2021 REQUERENTE:ALAN DOS SANTOS MACIEL Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) JOCINETE EVANGELISTA DOS SANTOS (REP LEGAL) . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU I)Â Â Â Â Â SENTENÃA: Trata-se de AÃÃO DE RETIFICAÃÃO DE REGISTRO CIVIL proposta por ALAN DOS SANTOS MACIEL, representado por sua genitora JOCINETE EVANGELISTA DOS SANTOS, qualificados nos autos, atravÃ©s da Defensoria PÃºblica. O autor narra em sua exordial que reside na Aldeia AcarÃ¡ Mirim e pertence Ã etnia TembÃ©, sendo costume que a etnia esteja incluÃ-da no nome, correspondente ao sobrenome do indivÃ-duo. Juntou documentos de fls. 21/27. Requereu a gratuidade. O Ã³rgÃ£o ministerial

posicionou-se favorÃ¡vel ao pleito. Ã o RelatÃ³rio. Decido. A garantia de assento de nascimento do Ã-ndio no Registro Civil das Pessoas Naturais decorre da interpretaÃ§Ã£o do art. 231 da Magna Carta, que reconhece aos Ã-ndios o direito de organizaÃ§Ã£o social, costumes, lÃ-nguas, crenÃ§as e tradiÃ§Ãµes. Os artigos 1Âº e 2Âº da ResoluÃ§Ã£o Conjunta nÂº 03/12 do CNJ, por sua vez, facultam o assento de nascimento de indÃ-gena nÃ£o integrado no Registro Civil, caso em que a etnia do registrando pode ser lanÃ§ada como sobrenome, a pedido do interessado. In casu, o requerente informa que o cartÃ³rio onde foi realizado o registro de seu nome nÃ£o se atentou para a etnia deles, deixando de constar o nome de origem indÃ-gena. Portanto, o direito ao uso do nome da etnia a que pertence. Pelo exposto, acompanho o parecer do MP e, com fundamento no art. 109, da Lei 6.015/73, defiro o pedido para determinar que se providencie a retificaÃ§Ã£o do registro de nascimento do autor, sob o nÂº *0686010155 2011 1 00079 032 0056179 85*, com a inclusÃ£o do sobrenome indÃ-gena Â¿TembÃ©Â¿ ao seu nome, passando o requerente a chamar-se ALAN DOS SANTOS MACIEL TEMBÃ, permanecendo inalterados os demais dados do registro. Declaro extinto o processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e honorÃ¡rios, face Ã gratuidade, que ora defiro em virtude da constataÃ§Ã£o de que A requerente se encontra assistida pela Defensoria PÃºblica, a presumir-se a falta de condiÃ§Ãµes de arcar com os custos do processo. UMA VIA DA PRESENTE DECISÃO SERVIRÃ DE MANDADO PARA AVERBAÃÃO NO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO, AO CARTÃRIO ONDE FOI REGISTRADO O REQUERENTE. P.R.I.C. SentenÃ§a publicada em audiÃªncia, saindo os presentes intimados. Transitado em julgado, arquivem-se. I)Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u/PA, 17.11.2021 II)Â Â Â Â Â JosÃ© Ronaldo Pereira Sales III)Â Â Â Â Â Juiz de Direito AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 P R O C E S S O : 0 0 0 8 4 1 0 7 0 2 0 1 8 8 1 4 0 0 6 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:JUCIENE DA SILVA FERREIRA REPRESENTANTE:MANOEL CRISTO FERREIRA JUNIOR. ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU I)Â Â Â Â Â o MM Juiz passou s DELIBERAR: 01. Redesigno a audiÃªncia para o dia 14.07.2022, Ã s 13h30, saindo intimados os presentes. 02. Intime-se pessoalmente o requerente, na pessoa de seu representante legal, no endereÃ§o constante da inicial (fls. 02). I)Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u/PA, 17.11.2021 II)Â Â Â Â Â JosÃ© Ronaldo Pereira Sales Juiz de Direito AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 P R O C E S S O : 0 0 0 8 4 2 3 4 0 2 0 1 6 8 1 4 0 0 6 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 AUTOR:ARIVALDO DA SILVA CORDEIRO VITIMA:A. C. O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO Â Â Â Â Â Cite-se o acusado por edital, com prazo de 15 dias, para oferecimento de resposta Ã acusaÃ§Ã£o, por intermÃ©dio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 361 do CPP. TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSE RONALDO PEREIRA SALES JUIZ DE DIREITO RESENHA 17/11/2021 PROCESSO: 00084926720198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 AUTOR DO FATO:APURACAO VITIMA:A. S. L. . Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Providencie a autoridade policial as diligÃªncias requeridas pelo MP, no prazo de 30 (trinta) dias. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, com ou sem o cumprimento das diligÃªncias, encaminhem-se ao MP. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito P R O C E S S O : 0 0 0 8 5 4 3 4 9 2 0 1 7 8 1 4 0 0 6 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MEILI SILVA LIMA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 VITIMA:E. FLAGRANTEADO:MARCOS WHERBERT BRIGIDO DA SILVA. EDITAL DE CITAÃÃO CRIME - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS AÃÃO PENAL PROCESSO 0008543-49.2017.8.14.0060 DENUNCIADO (a): MARCOS WHERBERT BRIGIDO DA SILVA O Dr. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES, MMÂº. Juiz de Direito Titular desta Comarca, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Â FAZ SABER aos que o presente EDITAL lerem ou dele tomarem conhecimento, que se processam perante este JuÃ-zo, os autos da AÃ§Ã£o Penal nÂº 0008543-49.2017.8.14.0060, que a JustiÃ§a PÃºblica representada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual move em face de 1 MARCOS WHERBERT BRIGIDO DA SILVA, brasileiro, paraense, filho de Denir Brigido da Silva, pela prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal tipificada no artigo 155, Â§ 1Âº e Â§ 4Âº, inciso I,, do CÃ³digo Penal, e como consta dos autos que o referido acusado nÃ£o se encontra mais no endereÃ§o acostado na DenÃºncia, e que seu paradeiro Ã© incerto e nÃ£o sabido para ser citado pessoalmente, pelo presente fica legalmente CITADO, de todos os termos da AÃ§Ã£o, bem como da deliberaÃ§Ã£o exarada pelo MMÂº Juiz desta Comarca, determinando sua CitaÃ§Ã£o EditalÃ-cia, nos termos do Art. 361 do CPP, para que seja oferecida sua

Defesa Preliminar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o disposto do art. 396 e 396-A do CPP, contados da data da publicaÃ§Ã£o do presente. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de TomÃ©-AÃ§u-Pa, aos 17 de novembro de 2021. Eu,.....Meili Silva Lima, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei, subscrevi e assino de ordem do MMÂº. Juiz de Direito. Meili Silva Lima Auxiliar JudiciÃ¡rio - TJE/PA PROCESSO: 00086174020168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 VITIMA:E. M. S. REU:GLEICIANE DE OLIVEIRA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO Â Â Â Â Â Â Cite-se o acusado por edital, com prazo de 15 dias, para oferecimento de resposta Ã acusaÃ§Ã£o, por intermÃ©dio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 361 do CPP. TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSE RONALDO PEREIRA SALES JUIZ DE DIREITO RESENHA 17/11/2021 PROCESSO: 00087700520188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Guarda de Infância e Juventude em: 17/11/2021 REQUERENTE:EDNA VAZ DE ALMEIDA REQUERIDO:IZAIAS VAZ E VAZ REQUERIDO:FRANCILEIA PANTOJA VAZ MENOR:E. P. V. MENOR:A. P. V. REQUERENTE:AGNALDO ALMEIDA VAZ. ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 1. DESIGNO AUDIÃNCIA PARA O DIA 09.05.2022, ÃS 12H30, SAINDO INTIMADOS OS PRESENTES, PARA OITIVA DO PAI BIOLÃGICO DAS CRIANÃAS. 2. INTIME-SE O REQUERIDO, PAI BIOLÃGICO DAS MENORES, NO ENDEREÃO DO REQUERENTE, AGNALDO VAZ DE ALMEIDA. TomÃ©-AÃ§u/PA, 17.11.2021 JosÃ© Ronaldo Pereira Sales Juiz de Direito AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 PROCESSO: 00087727220188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Ci em: 17/11/2021 REQUERENTE:C. F. E. REPRESENTANTE:CECILIA CRISTO FERREIRA. ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU TERMO DE AUDIÃNCIA I)Â Â Â Â Â o MM Juiz passou s DELIBERAR: 01. Redesigno a audiÃªncia para o dia 13.07.2022, Ã s 13h00, saindo intimados os presentes. 02. Intime-se pessoalmente o requerente, no endereÃ§o constante da inicial (fls. 02). II)Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u/PA, 17.11.2021 III)Â Â Â Â Â JosÃ© Ronaldo Pereira Sales IV)Â Â Â Â Â Juiz de Direito AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 PROCESSO: 00088299020188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:ROMARIO ROSA DE LIMA. ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU : Vistas ao MP. AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 PROCESSO: 00090931020188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 AUTOR:JOAO SOARES DA SILVA VITIMA:M. E. S. A. . Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Providencie a autoridade policial as diligÃªncias requeridas pelo MP, no prazo de 30 (trinta) dias. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, com ou sem o cumprimento das diligÃªncias, encaminhem-se ao MP. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00091445520178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Divórcio Consensual em: 17/11/2021 REQUERENTE:JOSE ALEXANDRE DA SILVA SA RECLAMADO:MARCIA ALESSANDRA BRITO DE AVIZ REPRESENTANTE:MARGARETH CARVALHO MONTEIRO BARBOSA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICAÂ DESPACHO Â R.H. 1.Â Â Â Â Â Em face da certidÃ£o e considerando a provÃ¡vel duplicidade na distribuiÃ§Ã£o do presente feito, proceda-se ao cancelamento da distribuiÃ§Ã£o e consequente arquivamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00091777920168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VANESSA MUNHOZ A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 AUTOR:MARCOS BATISTA SANTOS Representante(s): OAB 17899 - MARGARETH CARVALHO MONTEIRO (ADVOGADO) OAB 11586 - LUIS CARLOS PEREIRA BARBOSA (ADVOGADO) AUTOR:JOSE HENRIQUE ALVES Representante(s): OAB 11586 - LUIS CARLOS PEREIRA BARBOSA (ADVOGADO) OAB 17899 - MARGARETH CARVALHO MONTEIRO BARBOSA (ADVOGADO) VITIMA:E. A. S. . PROC. 0009177-79.2016.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio

PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 17 de novembro de 2021. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00093804120168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 INDICIADO:APURACAO VITIMA:R. M. A. . Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Providencie a autoridade policial as diligÃªncias requeridas pelo MP, no prazo de 30 (trinta) dias. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, com ou sem o cumprimento das diligÃªncias, encaminhem-se ao MP. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00094716320188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Execução de Alimentos em: 17/11/2021 REQUERENTE:V. C. F. REQUERENTE:L. C. F. REPRESENTANTE:LEOMARA ROCHA CAIANO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICAÂ DESPACHO Â R.H. 1.Â Â Â Â Â Em face da certidÃ£o e considerando a provÃ¡vel duplicidade na distribuiÃ§Ã£o do presente feito, proceda-se ao cancelamento da distribuiÃ§Ã£o e consequente arquivamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00095342520178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:ANTONIO LEONARDO SILVA NASCIMENTO VITIMA:A. C. O. E. . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU : Vistas ao MP. AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 PROCESSO: 00099699620178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Averiguação de Paternidade em: 17/11/2021 REPRESENTADO:LEONARDO DA SILVA LIMA REPRESENTANTE:MARCILENE DA SILVA LIMA REQUERIDO:JOEL RODRIGUES DE SALES. ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU I)Â Â Â Â Â o MM Juiz passou s DELIBERAR: 1. Tendo em vista o teor da certidÃ£o juntada aos autos, redesigno a audiÃªncia para o dia 23.02.2022, ÃS 13H00, saindo intimados os presentes. 2. Renovem-se diligÃªncias. II)Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u/PA, 17.11.2021 III)Â Â Â Â Â JosÃ© Ronaldo Pereira Sales Juiz de Direito AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 PROCESSO: 00100316820198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 17/11/2021 FLAGRANTEADO:JOSE CARLOS DA SILVA CORREA VITIMA:M. M. B. O. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO Â Â Â Â Â Â Cite-se o acusado por edital, com prazo de 15 dias, para oferecimento de resposta Ã acusaÃ§Ã£o, por intermÃ©dio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 361 do CPP. TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSE RONALDO PEREIRA SALES JUIZ DE DIREITO RESENHA 17/11/2021 PROCESSO: 00101919320198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MEILI SILVA LIMA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:LAUDENILSON RIVALDO DE SOUSA GUIMARAES. EDITAL DE CITAÃÃO CRIME - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS AÃÃO PENAL PROCESSO 0010191-93.2019.8.14.0060 DENUNCIADO (a): LAUDENILSON RIVALDO DE SOUSA GUIMARÃES O Dr. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES, MMÂº. Juiz de Direito Titular desta Comarca, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Â FAZ SABER aos que o presente EDITAL lerem ou dele tomarem conhecimento, que se processam perante este JuÃ-zo, os autos da AÃ§Ã£o Penal nÂº 0010191-93.2019.8.14.0060, que a JustiÃ§a PÃºblica representada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual move em face de 1- LAUDENILSONÂ RIVALDO DE SOUSA GUIMARÃES, brasileiro, paraense, filho de Dalva Maria Reis de Sousa e Raimundo Nonato Ferreira GuimarÃ£es, pela prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal tipificada no artigo 180, caput, do CÃ³digo Penal, e como consta dos autos que o referido acusado nÃ£o se encontra mais no endereÃ§o acostado na DenÃºncia, e que seu paradeiro Ã© incerto e nÃ£o sabido para ser citado pessoalmente, pelo presente fica legalmente CITADO, de todos os termos da AÃ§Ã£o, bem como da deliberaÃ§Ã£o exarada pelo MMÂº Juiz desta Comarca, determinando sua CitaÃ§Ã£o EditalÃ-cia, nos termos do Art. 361 do CPP, para que seja oferecida sua Defesa Preliminar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o disposto do art. 396 e 396-A do CPP, contados da data da publicaÃ§Ã£o do presente. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de TomÃ©-AÃ§u-Pa, aos 17 de novembro de 2021. Eu,.....Meili Silva Lima, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei, subscrevi e assino de ordem do MMÂº. Juiz de Direito. Meili Silva Lima Auxiliar JudiciÃ¡rio - TJE/PA PROCESSO: 00102894920178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 17/11/2021

DENUNCIADO:SALATIEL AMARAL CARDOSO VITIMA:A. C. O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU PROCESSO NÂº 0010289-49.2017.8140060 DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Certifique a secretaria acerca da intimaÃ§Ã£o do acusado para a audiÃªncia de fls. 31. 2.Â Â Â Â Â ApÃ³s, vistas ao MP. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00103307920188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Termo Circunstanciado em: 17/11/2021 DENUNCIADO:FRANCISCO JOSE OLIVEIRA RODRIGUES VITIMA:M. C. S. . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 01. VISTAS DO AUTOS AO MP PARA INDICAR ENDEREÃO ATUALIZADO DO RÃU. 02. COM ENDEREÃO ATUALIZADO, PROVIDENCIA A SECRETARIA DESIGNAÃÃO DE AUDIÃNCIA E INTIMAÃÃO DO RÃU. TomÃ©-AÃ§u/PA, 10.11.2021 JosÃ© Ronaldo Pereira Sales Juiz de Direito AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 PROCESSO: 00103691320178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/11/2021 REQUERENTE:R. F. M. A. REPRESENTANTE:MARIA DE NAZARE MORAES. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICAÂ DESPACHO Â R.H. 1.Â Â Â Â Â Em face da certidÃ£o e considerando a provÃ¡vel duplicidade na distribuiÃ§Ã£o do presente feito, proceda-se ao cancelamento da distribuiÃ§Ã£o e consequente arquivamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00104298320178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MEILI SILVA LIMA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 VITIMA:G. F. R. DENUNCIADO:RODRIGO NUNES PADILHA. EDITAL DE CITAÃÃO CRIME - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS AÃÃO PENAL PROCESSO 0010429-83.2017.8.14.0060 DENUNCIADO (a): RODRIGO NUNES PADILHA O Dr. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES, MMÂº. Juiz de Direito Titular desta Comarca, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Â FAZ SABER aos que o presente EDITAL lerem ou dele tomarem conhecimento, que se processam perante este JuÃ-zo, os autos da AÃ§Ã£o Penal nÂº 0010429-83.2017.8.14.0060, que a JustiÃ§a PÃºblica representada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual move em face de 1- RODRIGO NUNES PADILHA, brasileiro, paraense, filho de Edileuza Nunes Padilha, pela prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal tipificada no artigo 155, caput, do CÃ³digo Penal, e como consta dos autos que o referido acusado nÃ£o se encontra mais no endereÃ§o acostado na DenÃºncia, e que seu paradeiro Ã© incerto e nÃ£o sabido para ser citado pessoalmente, pelo presente fica legalmente CITADO, de todos os termos da AÃ§Ã£o, bem como da deliberaÃ§Ã£o exarada pelo MMÂº Juiz desta Comarca, determinando sua CitaÃ§Ã£o EditalÃ-cia, nos termos do Art. 361 do CPP, para que seja oferecida sua Defesa Preliminar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o disposto do art. 396 e 396-A do CPP, contados da data da publicaÃ§Ã£o do presente. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de TomÃ©-AÃ§u-Pa, aos 17 de novembro de 2021. Eu,.....Meili Silva Lima, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei, subscrevi e assino de ordem do MMÂº. Juiz de Direito. Meili Silva Lima Auxiliar JudiciÃ¡rio - TJE/PA PROCESSO: 00105342620188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:MANOEL ESTUMANO DA COSTA VITIMA:A. C. O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO Â Â Â Â Â Cite-se o acusado por edital, com prazo de 15 dias, para oferecimento de resposta Ã acusaÃ§Ã£o, por intermÃ©dio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 361 do CPP. TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSE RONALDO PEREIRA SALES JUIZ DE DIREITO RESENHA 17/11/2021 PROCESSO: 00107719420178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 VITIMA:M. I. S. B. INDICIADO:ROGERIO VAZ PENA. Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Providencie a autoridade policial as diligÃªncias requeridas pelo MP, no prazo de 30 (trinta) dias. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, com ou sem o cumprimento das diligÃªncias, encaminhem-se ao MP. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00111110420188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MEILI SILVA LIMA A??o: Termo Circunstanciado em: 17/11/2021 AUTOR:ALESON DA SILVA SANTOS. EDITAL DE CITAÃÃO CRIME - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS AÃÃO PENAL PROCESSO 0011111-04.2018.8.14.0060 DENUNCIADO (a): ALESON DA SILVA SANTOS O Dr. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES, MMÂº. Juiz de Direito Titular desta Comarca, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Â FAZ SABER aos que o presente EDITAL lerem ou dele tomarem conhecimento, que se processam perante este JuÃ-zo, os autos da AÃ§Ã£o Penal

nÂº 0011111-04.2018.8.14.0060, que a JustiÃ§a PÃºblica representada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual move em face de 1- ALESON DA SILVA SANTOS, brasileiro, paraense, filho de Maria Teodora MendonÃ§a da Silva e de Raimundo Reinaldo Correa dos Santos, pela prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal tipificada no artigo 180, Â§ 3Âº, do CÃ³digo Penal, e como consta dos autos que o referido acusado nÃ£o se encontra mais no endereÃ§o acostado na DenÃºncia, e que seu paradeiro Ã© incerto e nÃ£o sabido para ser citado pessoalmente, pelo presente fica legalmente CITADO, de todos os termos da AÃ§Ã£o, bem como da deliberaÃ§Ã£o exarada pelo MMÂº Juiz desta Comarca, determinando sua CitaÃ§Ã£o EditalÃ-cia, nos termos do Art. 361 do CPP, para que seja oferecida sua Defesa Preliminar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o disposto do art. 396 e 396-A do CPP, contados da data da publicaÃ§Ã£o do presente. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de TomÃ©-AÃ§u-Pa, aos 17 de novembro de 2021. Eu,.....Meili Silva Lima, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei, subscrevi e assino de ordem do MMÂº. Juiz de Direito. Meili Silva Lima Auxiliar JudiciÃ¡rio - TJE/PA PROCESSO: 00111359520198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Termo Circunstanciado em: 17/11/2021 AUTOR DO FATO:JEFFERSON SILVA SAMPAIO. Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Providencie a autoridade policial as diligÃªncias requeridas pelo MP, no prazo de 30 (trinta) dias. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, com ou sem o cumprimento das diligÃªncias, encaminhem-se ao MP. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00112188220178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Regularização de Registro Civil em: 17/11/2021 REQUERENTE:LUCILEIA MACIEL DOS SANTOS. ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU I)Â Â Â Â Â SENTENÃA: Trata-se de AÃÃO DE RETIFICAÃÃO DE REGISTRO CIVIL proposta por LUCILEIA MACIEL DOS SANTOS, qualificada nos autos, atravÃ©s da Defensoria PÃºblica. A autora narra em sua exordial que reside na Aldeia AcarÃ¡ Mirim e pertence Ã etnia TembÃ©, sendo costume que a etnia esteja incluÃ-da no nome, correspondente ao sobrenome do indivÃ-duo. Juntou documentos de fls. 12/23. Requereu a gratuidade. O Ã³rgÃ£o ministerial manifestou-se pelo indeferimento do pedido. Ã o RelatÃ³rio. Decido. A garantia de assento de nascimento do Ã-ndio no Registro Civil das Pessoas Naturais decorre da interpretaÃ§Ã£o do art. 231 da Magna Carta, que reconhece aos Ã-ndios o direito de organizaÃ§Ã£o social, costumes, lÃ-nguas, crenÃ§as e tradiÃ§Ãµes. Os artigos 1Âº e 2Âº da ResoluÃ§Ã£o Conjunta nÂº 03/12 do CNJ, por sua vez, facultam o assento de nascimento de indÃ-gena nÃ£o integrado no Registro Civil, caso em que a etnia do registrando pode ser lanÃ§ada como sobrenome, a pedido do interessado. In casu, a requerente informa que Ã© descendente da etnia TEMBÃ por parte de seu pai, declaraÃ§Ã£o confirmada em audiÃªncia pela testemunha ouvida nesta oportunidade. Todavia, a requerente nÃ£o se encontra registrada em nome de seu pai conforme documento de identidade juntada Ã s fls. 12/14. Portanto, para que seja possÃ-vel a alteraÃ§Ã£o de seu sobrenome com o reconhecimento da etnia TEMBÃ Ã© necessÃ¡rio, antes, o reconhecimento de sua paternidade, pedido nÃ£o formulado nos autos. Com esses fundamentos, indefiro o pedido ora deduzido de retificaÃ§Ã£o do nome da requerente. SentenÃ§a publicada em audiÃªncia, saindo os presentes intimados. Publicado em julgado, arquivem-se. TomÃ©-AÃ§u/PA, 17.11.2021 JosÃ© Ronaldo Pereira Sales Juiz de Direito AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 PROCESSO: 00113117420198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 17/11/2021 FLAGRANTEADO:ZIDANE DE JESUS RAMOS. ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU o MM Juiz passou a DELIBERAR: 01. VISTAS DO AUTOS AO MP. TomÃ©-AÃ§u/PA, 10.11.2021 JosÃ© Ronaldo Pereira Sales Juiz de Direito AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 PROCESSO: 00113547920178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MEILI SILVA LIMA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 AUTOR:JOSE AMERICO DUARTE DA SILVA VITIMA:M. T. S. . EDITAL DE CITAÃÃO CRIME - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS AÃÃO PENAL PROCESSO 0011354-79.2017.8.14.0060 DENUNCIADO (a): JOSE AMERICO DUARTE DA SILVA O Dr. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES, MMÂº. Juiz de Direito Titular desta Comarca, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Â FAZ SABER aos que o presente EDITAL lerem ou dele tomarem conhecimento, que se processam perante este JuÃ-zo, os autos da AÃ§Ã£o Penal nÂº 0011354-79.2017.8.14.0060, que a JustiÃ§a PÃºblica representada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual move em face de 1- JOSE AMERICO DUARTE DA SILVA, brasileiro, paraense, filho de Maria NoÃªmia Duarte da Silva e Espedito Moreira da Silva, pela prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal tipificada no artigo 217-A, caput, do CÃ³digo Penal, e como consta dos autos que o referido acusado nÃ£o se encontra mais no endereÃ§o acostado na DenÃºncia, e que seu paradeiro

Ã© incerto e nÃ£o sabido para ser citado pessoalmente, pelo presente fica legalmente CITADO, de todos os termos da AÃ§Ã£o, bem como da deliberaÃ§Ã£o exarada pelo MMÂº Juiz desta Comarca, determinando sua CitaÃ§Ã£o EditalÃ-cia, nos termos do Art. 361 do CPP, para que seja oferecida sua Defesa Preliminar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o disposto do art. 396 e 396-A do CPP, contados da data da publicaÃ§Ã£o do presente. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de TomÃ©-AÃ§u-Pa, aos 17 de novembro de 2021. Eu,.....Meili Silva Lima, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei, subscrevi e assino de ordem do MMÂº. Juiz de Direito. Meili Silva Lima Auxiliar JudiciÃ¡rio - TJE/PA PROCESSO: 00114327320178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 AUTOR:APURACAO VITIMA:A. M. F. VITIMA:E. C. L. S. VITIMA:F. C. S. F. . Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Providencie a autoridade policial as diligÃªncias requeridas pelo MP, no prazo de 30 (trinta) dias. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, com ou sem o cumprimento das diligÃªncias, encaminhem-se ao MP. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00114904220188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:MARCOS ANTONIO OLIVEIRA VIEIRA Representante(s): OAB 8269 - PAULO DE TARSO DE SOUZA PEREIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:RAIMUNDO MARCIO PINHEIRO DOS SANTOS MAXIXE Representante(s): OAB 17899 - MARGARETH CARVALHO MONTEIRO (ADVOGADO) OAB 11586 - LUIS CARLOS PEREIRA BARBOSA (ADVOGADO) DENUNCIADO:JOSE TELMO ZANI Representante(s): OAB 1705 - OSVALDO JESUS SERRAO DE AQUINO (ADVOGADO) OAB 13356 - JORDANO JUNIOR FALSONI (ADVOGADO) VITIMA:N. S. B. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICAÂ PROCESSO NÂº 0011490-42.2018.8140060 DESPACHO Â R.H. 1.Â Â Â Â Â Vistas com urgÃªncia do MP cerca da certidÃ£o de fls. 166-v, sem prejuÃ-zo da audiÃªncia designada a fls. 559, item 3. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00115740920198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:SILVINO CALIMAN VITIMA:A. T. . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU SENTENÃA EM AUDIÃNCIA: O MINISTÃRIO PÃBLICO DENUNCIOU SILVINO CALIMAN, DEVIDAMENTE IDENTIFICADO NOS AUTOS, PELO DELITO DO ART. 147, CAPUT, DO CÃDIGO PENAL BRASILEIRO, EM CONCURSO MATERIAL. SEGUNDO A DENÃNCIA, NO DIA 22.11.2019, POR VOLTA DAS 10H30, A VÃTIMA COMPARECEU NA DELEGACIA PARA REGISTRAR OCORRÃNCIA DE AMEAÃA FEITA PELO ACUSADO NA MESMA DATA, OCASIÃO EM QUE, APÃS UMA DESAVENÃA ENTRE AMBOS POR DEMARCAÃÃO DE TERRENO, O ACUSADO TERIA DITO: Â¿VOCÃ NÃO CRIARA SEUS FILHOSÂ¿, E, EM SEGUIDA, Â¿FICA AI! NÃO SAI DAÃ! EU VOU LOGO ALI E JÃ VOLTO!Â¿, DIRIGINDO-SE AO POSTO DE MOLAS ONDE O ACUSADO MANTEM ESCRITÃRIO. REGISTRADA OCORRÃNCIA NA POLÃCIA NA MESMA DATA, O INVESTIGADOR DE POLÃCIA, AO FAZER A INTIMAÃÃO DO ACUSADO, OUVIU DELE A SEGUNDA AMEAÃA, NOS SEGUINTES TERMOS: Â¿SE O FOFO BRINCAR COMIGO, EU VOU DAR O FIM DELE AINDA HOJEÂ¿, REFERINDO-SE A VÃTIMA. DESIGNADA AUDIÃNCIA PRELIMINAR, O ACUSADO NÃO SE FEZ PRESENTE CONFORME TERMO DE FLS. 34, EMBORA INTIMADO. DESIGNADA AUDIÃNCIA PARA ESTA DATA O ACUSADO, DEVIDAMENTE CITADO, TAMBÃM NÃO SE FEZ PRESENTE, INCORRENDO EM REVELIA, NOS TERMOS ACIMA. NO MAIS ADOTO COMO RELATÃRIO O QUE CONSTA DA PRESENTE ASSENTADA. DE ACORDO COM O ART. 147 DO CPB, COMETE O CRIME EM QUESTÃO QUEM Â¿AMEAÃAR ALGUÃM, POR PALAVRA, ESCRITO OU GESTO, OU QUALQUER OUTRO MEIO SIMBÃLICO, DE CAUSAR-LHE MAL INJUSTO E GRAVEÂ¿ (DESTAQUEI). EM COMENTÃRIO AO DISPOSITIVO, ANOTAM CELSO DELMANTO, ROBERTO DELMANTO, ROBERTO DELMANTO JÃNIOR E FÃBIO DELMANTO (CÃDIGO PENAL COMENTADO. CELSO DELMANTO...[ET TAL]. 7Âª ED. ATUAL. E AMPL. - RIO DE JANEIRO: RENOVAR, 2007, P. 426): Â¿(...) O MAL QUE SE PRENUNCIA DEVE SER INJUSTO E GRAVE (SE FOR JUSTO, OU NÃO FOR GRAVE, INEXISTIRÃ O CRIME). PREDOMINA - A NOSSO VER ACERTADAMENTE - O ENTENDIMENTO DE QUE A AMEAÃA PRECISA SER IDÃNEA E SÃRIA. NO CASO DOS AUTOS, O ACUSADO TERIA AMEAÃADO A VIDA DO OFENDIDO, AO PROFERIR A EXPRESSÃO Â¿VOCÃ NÃO CRIARA SEUS FILHOSÂ¿ EM MEIO A DISCUSSÃO EM QUE AMBOS TIVERAM NA OCASIÃO POR CONTA DA DEMARCAÃÃO DE UMA ÃREA. EM SEGUIDA, O ACUSADO DISSE: Â¿FICA AI! NÃO SAI DAÃ! EU VOU LOGO ALI E JÃ VOLTO!Â¿. PELAS CIRCUNSTÃNCIAS, EM VISTA DA DISCUSSÃO OCORRIDA ENTRE AMBOS,

DEVE-SE HAVER QUE O ACUSADO PROFERIU UMA SEGUNDA AMEAÃA VELADA A VÃTIMA, DIRIGINDO-SE INCLUSIVE A DIREÃÃO DE SEU ESCRITÃRIO, DANDO A ENTENDER QUE TERIA IDO PEGAR ALGUMA ARMA. NO MESMO DIA, AO SER INTIMADO PELO INVESTIGADOR DE POLÃCIA PARA COMPARECER A DELEGACIA ACERCA DOS FATOS, O ACUSADO PROFERIU UMA TERCEIRA AMEAÃA, DIZENDO: Â¿SE O FOFO BRINCAR COMIGO, EU VOU DAR O FIM DELE AINDA HOJEÂ¿, REFERINDO-SE A VÃTIMA. NESTA OPORTUNIDADE, PROCEDEU-SE A OITIVA DA VÃTIMA, DE SEU IRMÃO ADEMILSON TEDESCO E INVESTIGADOR DE POLÃCIA CHARLES DAS GRAÃAS. OS DOIS PRIMEIROS ENCONTRAVAM-SE PRESENTES QUANDO FORAM PROFERIDAS AS DUAS AMEAÃAS INICIAIS E O TERCEIRO, QUANDO EMITIDA A TERCEIRA AMEAÃA, CONFIRMANDO INCLUSIVE A CERTIDÃO DE SUA LAVRA, DE FLS. 12. AS DUAS PRIIMEIRAS AMEAÃAS OCORRERAM NO MESMO CONTEXTO FÃTICO, CONSTITUINDO CRIME ÃNICO. JÃ AÂ TERCEIRA, OCORREU EM CONTEXTO DIVERSO, CARACTERIZANDO, COM AS DEMAIS, CONCURSO MATERIAL DE DELITO. NESTES TERMOS JULGO PROCEDENTE A DENÃNCIA PARA CONDENAR O ACUSADO SILVINO CALIMAN, NAS PENAS DO ART. 147, Caput, C/C Art. 69, DO CP. PRESENTES AS CIRCUNSTÃNCIAS DO ART. 59, DO CP, PASSO A DESSIMETRIA DA PENA. CULPABILIDADE NORMAL PRÃPRIA DO TIPO INCRIMINADOR. ANTECEDENTES: NÃO HÃ REGISTRO DE ANTECEDENTES NOS AUTOS; CONDUTA SOCIAL E PERSONALIDADE: NÃO AFERIDA CONCRETAMENTE; MOTIVOS: ENTÃO RELACIONADOS A ALEGADA DISCUSSÃO POR DEMARCAÃÃO DE ÃREA DE TERRA, A QUE O ACUSADO NÃO FARIA JUS, SENDO, PORTANTO, VALORADA NEGATIVAMENTE; CIRCUNSTÃNCIAS: SÃO VALORADAS NEGATIVAMENTE TAMBÃM, TENDO EM VISTA QUE O ACUSADO, APÃS O REGISTRO DA OCORRÃNCIA POLICIAL, PROFERIU UMA TERCEIRA AMEAÃA CONTRA A VÃTIMA, NA PRESENÃA DE AGENTE POLICIAL, EVIDENCIANDO O SEU COMPLETO DESCASO PARA COM AS AUTORIDADES CONSTITUÃDAS E SEU DESPREZO PARA COM APLICAÃÃO DA JUSTIÃA; CONSEQUÃNCIAS: SEM MAIORES CONSEQUÃNCIAS; COMPORTAMENTO DA VÃTIMA: NÃO CONCORREU PARA O CRIME. DESSA FORMA E CONSIDERADO O CONCURSO MATERIAL DE CRIME (ART. 69, DO CP), APLICO A PENA-BASE EM 3 (TRÃS) MESES DE DETENÃÃO, PARA CADA UM DOS DELITOS. INEXISTENTES AGRAVANTE E ATENUANTE E CAUSA DE AUMENTO E DIMINUIÃÃO, TORNO A PENA DEFINITIVA EM 6(SEIS) MESES DE DETENÃÃO, CONSIDERANDO O CÃMULO MATERIAL (ART. 69 DO CP). FIXO O REGIME ABERTO, PARA INÃCIO DE CUMPRIMENTO DE PENA, NA COMARCA DE RESIDÃNCIA DO ACUSADO, CONFORME CONDIÃÃES A SEREM FIXADAS EM AUDIÃNCIA ADMONITÃRIA. PRESENTES AS CONDIÃÃES DO ART. 44 DO CP, CONVERTO A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE EM RESTRITIVA DE DIREITO, CONSISTENTE NA PRESTAÃÃO DE SERVIÃO Ã COMUNIDADE PELO PRAZO DA PENA CORPORAL, A RAZÃO DE 8 (OITO) HORAS POR SEMANA. CUSTAS PELO CONDENADO. TRANSITADA EM JULGADO:1. LANCE-SE O NOME DO RÃU NO ROL DOS CULPADOS; 2. PROVIDENCIE-SE A SUSPENSÃO DOS SEUS DIREITOS POLÃTICOS POR MEIO DO SISTEMA INFODIP; 3. EXPEÃA-SE GUIA DE RECOLHIMENTO, INSTRUÃDA COM A DOCUMENTAÃÃO PERTINENTE, PARA FOMRAÃÃO DOS AUTOS DA EXECUÃÃO DA PENA; 4. COMUNIQUE-SE PARA FINS DE ANOTAÃÃO DO ANTECEDENTE. DEIXO DE ARBITRAR OS DANOS CAUSADOS PELO DELITO EM VIRTUDE DA AUSÃNCIA DE ELEMENTOS SUFICIENTES NOS AUTOS Ã SUA AFERIÃÃO E PORQUE NÃO FORMULADO PEDIDO A ESSE RESPEITO NA DENÃNCIA. SENTENÃA PUBLICADA EM AUDIÃNCIA, SAINDO OS PRESENTES INTIMADOS. REGISTRE-SE. INTIME-SE O ACUSADO PESSOALMENTE. TomÃ©-AÃ§u/PA, 10.11.2021 JosÃ© Ronaldo Pereira Sales Juiz de Direito AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 PROCESSO: 00116319520178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MEILI SILVA LIMA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/11/2021 DENUNCIADO:MADEIRAS D UPARA IND E COM LTDA ME VITIMA:I. B. M. A. I. . EDITAL DE CITAÃÃO CRIME - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS AÃÃO PENAL PROCESSO 0011631-95.2017.8.14.0060 DENUNCIADO (a): MADEIRAS DUPARA - INDUSTRIA E COMÃRCIO LTDA ME O Dr. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES, MMÂº. Juiz de Direito Titular desta Comarca, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Â FAZ SABER aos que o presente EDITAL lerem ou dele tomarem conhecimento, que se processam perante este JuÃ-zo, os autos da AÃ§Ã£o Penal nÂº 0011631-95.2017.8.14.0060, que a JustiÃ§a PÃºblica representada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual move em face de 1- MADEIRAS DUPARA - INDUSTRIA E COMÃRCIO LTDA ME, pessoa jurÃ-dica de direito privado, CNPJ NÂº 06.881.440/0001-81, situada na Rodovia PA-140, Km 3,6, Bairro Industrial, municÃ-pio de TomÃ©-AÃ§u/PA, a qual possui como sÃ³cio Valter da PaixÃ£o Santos, pela prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal tipificada no artigo 46, parÃ¡grafo Ãºnico, e 69-A, ambos da Lei nÂº 9.605/1998, e como consta dos autos que o referido acusado nÃ£o se encontra mais no endereÃ§o acostado na DenÃºncia, e que seu paradeiro Ã© incerto e nÃ£o sabido para ser citado pessoalmente, pelo presente fica legalmente

CITADO, de todos os termos da AÃ§Ã£o, bem como da deliberaÃ§Ã£o exarada pelo MMÂº Juiz desta Comarca, determinando sua CitaÃ§Ã£o EditalÃ-cia, nos termos do Art. 361 do CPP, para que seja oferecida sua Defesa Preliminar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o disposto do art. 396 e 396-A do CPP, contados da data da publicaÃ§Ã£o do presente. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de TomÃ©-AÃ§u-Pa, aos 17 de novembro de 2021. Eu,.....Meili Silva Lima, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei, subscrevi e assino de ordem do MMÂº. Juiz de Direito. Meili Silva Lima Auxiliar JudiciÃ¡rio - TJE/PA PROCESSO: 00124746020178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 AUTOR:APURACAO VITIMA:J. F. S. . Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Providencie a autoridade policial as diligÃªncias requeridas pelo MP, no prazo de 30 (trinta) dias. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, com ou sem o cumprimento das diligÃªncias, encaminhem-se ao MP. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00125106820188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MEILI SILVA LIMA A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 17/11/2021 DENUNCIADO:ISAAC TEIXEIRA MAFRA DENUNCIADO:ANTONIO MARIA DOS SANTOS NUNES VITIMA:F. S. R. . EDITAL DE CITAÃÃO CRIME - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS AÃÃO PENAL PROCESSO 0012510-68.2018.8.14.0060 DENUNCIADO (a): ANTONIO MARIA DOS SANTOS NUNES E ISAAC TEIXEIRA MAFRA O Dr. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES, MMÂº. Juiz de Direito Titular desta Comarca, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Â FAZ SABER aos que o presente EDITAL lerem ou dele tomarem conhecimento, que se processam perante este JuÃ-zo, os autos da AÃ§Ã£o Penal nÂº 0012510-68.2018.8.14.0060, que a JustiÃ§a PÃºblica representada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual move em face de 1- ANTONIO MARIA DOS SANTOS NUNES, brasileiro, paraense, filho de Maria do Carmo Travassos dos Santos e JosÃ© Maria Nunes, eÂ 2- ISAAC TEIXEIRA MAFRA, brasileiro, maranhense, filho de Denise Teixeira Mafra e JosÃ© Veloso Mafra, pela prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal tipificada no artigo 155, Â§ 4Âº, inciso IV, do CÃ³digo Penal, e como consta dos autos que o referido acusado nÃ£o se encontra mais no endereÃ§o acostado na DenÃºncia, e que seu paradeiro Ã© incerto e nÃ£o sabido para ser citado pessoalmente, pelo presente fica legalmente CITADO, de todos os termos da AÃ§Ã£o, bem como da deliberaÃ§Ã£o exarada pelo MMÂº Juiz desta Comarca, determinando sua CitaÃ§Ã£o EditalÃ-cia, nos termos do Art. 361 do CPP, para que seja oferecida sua Defesa Preliminar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o disposto do art. 396 e 396-A do CPP, contados da data da publicaÃ§Ã£o do presente. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de TomÃ©-AÃ§u-Pa, aos 17 de novembro de 2021. Eu,.....Meili Silva Lima, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei, subscrevi e assino de ordem do MMÂº. Juiz de Direito. Meili Silva Lima Auxiliar JudiciÃ¡rio - TJE/PA PROCESSO: 00753987820158140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 17/11/2021 FLAGRANTEADO:JAILSON DA SILVA PEREIRA VITIMA:A. C. O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO Â Â Â Â Â Â Cite-se o acusado por edital, com prazo de 15 dias, para oferecimento de resposta Ã acusaÃ§Ã£o, por intermÃ©dio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 361 do CPP. TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSE RONALDO PEREIRA SALES JUIZ DE DIREITO RESENHA 17/11/2021 PROCESSO: 00923953920158140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 17/11/2021 REU:FRANCISCO GEOSLAN DE MORAES LIMA VITIMA:H. B. S. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO Â Â Â Â Â Â Cite-se o acusado por edital, com prazo de 15 dias, para oferecimento de resposta Ã acusaÃ§Ã£o, por intermÃ©dio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 361 do CPP. TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021 JOSE RONALDO PEREIRA SALES JUIZ DE DIREITO RESENHA 17/11/2021 PROCESSO: 00003156620098140060 PROCESSO ANTIGO: 200920002877 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:T. J. H. T. AUTOR:LUIZ CARLOS GOMES NUNES Representante(s): OAB 8352 - LAURA DO ROSARIO COSTA SILVA (ADVOGADO) OAB 11.586 - LUIS CARLOS PEREIRA BARBOSA (ADVOGADO) AUTOR:NILSON RODRIGUES DA COSTA Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU PROCESSO NÂº 0000315-66.2009.8140060 DESPACHO 1.Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se guia de recolhimento definitiva para a formaÃ§Ã£o dos autos de execuÃ§Ã£o, arquivando-se os presentes autos. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 18 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00004755220138140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A):

JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 REU:EDVAN DO ESPIRITO SANTO Representante(s): OAB 9380 - DENILSON REIS DE OEIRAS (ADVOGADO) OAB 7543-A - LUIZ GONZAGA BARRETO FILHO (ADVOGADO) OAB 17448 - GABRIEL PEREIRA LIRA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU PROCESSO NÂº 0000475-52.2013.8140060 DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Em face da certidÃ£o de fls. 80, intime-se o acusado da sentenÃ§a de fls. 76/77. 2.Â Â Â Â Â Por ocasiÃ£o da intimaÃ§Ã£o, o acusado deve ser questionado da intenÃ§Ã£o de recorrer da sentenÃ§a e se pretende constituir novo advogado, cientificando que, decorrido o prazo de 5 (cinco) dias sem manifestaÃ§Ã£o, ser-lhe-Ã¡ nomeado Defensor Dativo para oferecimento de recurso respectivo. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 18 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00005626120208140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 INDICIADO:NEWTON JOSE DA SILVA VITIMA:J. V. P. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA PROCESSO NÂº 0000562-61.2020.8140060 DESPACHO Â R.H. 1.Â Â Â Â Â Em face das informaÃ§Ãµes prestadas a fls. 38, redesigno audiÃªncia de depoimento especial para o dia 22/03/2022, Ã s 11h00. 2.Â Â Â Â Â Renovem-se as diligÃªncias de intimaÃ§Ã£o da vÃ-tima. TomÃ©-AÃ§u, 18 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00006548820108140060 PROCESSO ANTIGO: 20102000280 8 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Procedimento Comum em: 18/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:RAIMUNDO ARAUJO DA SILVA Representante(s): OAB 29279 - ITALO GOMES RICARDO DA SILVA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU PROCESSO NÂº 0000654-88.2010.8140060 DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Em face da certidÃ£o de fls. 191, encaminhem-se os autos a Defensoria PÃºblica para alegaÃ§Ãµes finais no prazo legal, em cumprimento ao despacho de fls. 180. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 18 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00007847320138140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 REU:PEDRO DOS SANTOS SILVA VITIMA:A. N. S. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ . COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÃ. Processo n.Âº 0000784-73.2013.8140060 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o de fls. 93 e nos termos do art. 593 do CÃ³digo de Processo Penal, RECEBO A APELAÃÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao Apelante para que apresente as razoes no prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, intime-se o apelado para contra-arrazoar no prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s a juntada das contrarrazÃµes ou sem elas, com base no art. 601 do CÃ³digo de Processo Penal e observadas as formalidades legais, inclusive certificada a regularidade das intimaÃ§Ãµes da sentenÃ§a, remetam-se os autos ao EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ para os devidos fins, com os nossos cumprimentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. - Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 18 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00017024320148140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Inquérito Policial em: 18/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. AUTOR REU:EUTON CESAR CARDOSO TEIXEIRA Representante(s): OAB 7543-A - LUIZ GONZAGA BARRETO FILHO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU PROCESSO NÂº 0001702-43.2014.8140060 DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Em face da certidÃ£o de fls. 75, intime-se o acusado da sentenÃ§a de fls. 71/73. 2.Â Â Â Â Â Por ocasiÃ£o da intimaÃ§Ã£o, o acusado deve ser questionado da intenÃ§Ã£o de recorrer da sentenÃ§a e se pretende constituir novo advogado, cientificando que, decorrido o prazo de 5 (cinco) dias sem manifestaÃ§Ã£o, ser-lhe-Ã¡ nomeado Defensor Dativo para oferecimento de recurso respectivo. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 18 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00020269120188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 FLAGRANTEADO:TIAGO DE SOUZA RODRIGUES VITIMA:A. C. O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU PROCESSO NÂº 0002026-91.2018.8140060 DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Considerando a citaÃ§Ã£o do acusado a fls. 46, intime-se o advogado nomeado a fls. 35 para apresentar Defesa Preliminar no prazo legal. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 18 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00030066720208140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MEILI SILVA LIMA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 18/11/2021 DENUNCIADO:GEAN

CARLOS DA SILVA VITIMA:R. T. N. . EDITAL DE CITAÃÃO CRIME - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS AÃÃO PENAL PROCESSO 0003006-67.2020.8.14.0060 DENUNCIADO (a): GEAN CARLOS DA SILVA O Dr. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES, MMÂº. Juiz de Direito Titular desta Comarca, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Â FAZ SABER aos que o presente EDITAL lerem ou dele tomarem conhecimento, que se processam perante este JuÃ-zo, os autos da AÃ§Ã£o Penal nÂº 0003006-67.2020.8.14.0060, que a JustiÃ§a PÃºblica representada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual move em face de 1- GEAN CARLOS DA SILVA, vulgo Â¿PituÃ-baÂ¿, brasileiro, paraense, filho de JosÃ© Maria Caros Ferreira e Raimunda da Silva Sousa, pela prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal tipificada no artigo 121, Â§ 2Âº, incisos III E IV, do CÃ³digo Penal e como consta dos autos que o referido acusado nÃ£o se encontra mais no endereÃ§o acostado na DenÃºncia, e que seu paradeiro Ã© incerto e nÃ£o sabido para ser citado pessoalmente, pelo presente fica legalmente CITADO, de todos os termos da AÃ§Ã£o, bem como da deliberaÃ§Ã£o exarada pelo MMÂº Juiz desta Comarca, determinando sua CitaÃ§Ã£o EditalÃ-cia, nos termos do Art. 361 do CPP, para que seja oferecida sua Defesa Preliminar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o disposto do art. 396 e 396-A do CPP, contados da data da publicaÃ§Ã£o do presente. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de TomÃ©-AÃ§u-Pa, aos 18 de novembro de 2021. Eu,.....Meili Silva Lima, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei, subscrevi e assino de ordem do MMÂº. Juiz de Direito. Meili Silva Lima Auxiliar JudiciÃ¡rio - TJE/PA PROCESSO: 00034821820148140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:J. T. S. AUTOR REU:JOAO SOARES DO CARMO Representante(s): OAB 7543-A - LUIZ GONZAGA BARRETO FILHO (ADVOGADO) VITIMA:M. N. N. T. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU PROCESSO NÂº 0003482-18.2014.8140060 DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Em face da certidÃ£o de fls. 77, intime-se o acusado da sentenÃ§a de fls. 71/75. 2.Â Â Â Â Â Por ocasiÃ£o da intimaÃ§Ã£o, o acusado deve ser questionado da intenÃ§Ã£o de recorrer da sentenÃ§a e se pretende constituir novo advogado, cientificando que, decorrido o prazo de 5 (cinco) dias sem manifestaÃ§Ã£o, ser-lhe-Ã¡ nomeado Defensor Dativo para oferecimento de recurso respectivo. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 18 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00035509420168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MEILI SILVA LIMA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 18/11/2021 AUTOR:PATRICK LORRAN CORREIA LEITE VITIMA:A. C. O. E. . EDITAL DE CITAÃÃO CRIME - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS AÃÃO PENAL PROCESSO 0003550-94.2016.8.14.0060 DENUNCIADO (a): PATRICK LORRAN CORREIA LEITE O Dr. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES, MMÂº. Juiz de Direito Titular desta Comarca, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Â FAZ SABER aos que o presente EDITAL lerem ou dele tomarem conhecimento, que se processam perante este JuÃ-zo, os autos da AÃ§Ã£o Penal nÂº 0003550-94.2016.8.14.0060, que a JustiÃ§a PÃºblica representada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual move em face de 1- PATRICK LORRAN CORREIA LEITE, brasileiro, paraense, filho de Eliana PatrÃ-cia Santana Correia e de Tedy de Sousa Leite, pela prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal tipificada no artigo 331, caput, do CÃ³digo Penal e como consta dos autos que o referido acusado nÃ£o se encontra mais no endereÃ§o acostado na DenÃºncia, e que seu paradeiro Ã© incerto e nÃ£o sabido para ser citado pessoalmente, pelo presente fica legalmente CITADO, de todos os termos da AÃ§Ã£o, bem como da deliberaÃ§Ã£o exarada pelo MMÂº Juiz desta Comarca, determinando sua CitaÃ§Ã£o EditalÃ-cia, nos termos do Art. 361 do CPP, para que seja oferecida sua Defesa Preliminar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o disposto do art. 396 e 396-A do CPP, contados da data da publicaÃ§Ã£o do presente. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de TomÃ©-AÃ§u-Pa, aos 18 de novembro de 2021. Eu,.....Meili Silva Lima, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei, subscrevi e assino de ordem do MMÂº. Juiz de Direito. Meili Silva Lima Auxiliar JudiciÃ¡rio - TJE/PA PROCESSO: 00036181520148140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. REU:EDEZIO CARDOSO PAES Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ . COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÃ. Processo n.Âº 0003618-15.2014.8140060 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o de fls. 75 e nos termos do art. 593 do CÃ³digo de Processo Penal, RECEBO A APELAÃÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao Apelante para que apresente as razoes no prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, intime-se o apelado para contra-arrazoar no prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s a juntada das contrarrazÃµes ou sem elas, com base no art. 601 do CÃ³digo de Processo Penal e observadas as formalidades legais, inclusive certificada a regularidade das intimaÃ§Ãµes da sentenÃ§a, remetam-se os autos ao EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ para os devidos fins, com os nossos cumprimentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. - Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 18 de novembro de 2021. JOSÃ

RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00039093920198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MEILI SILVA LIMA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 FLAGRANTEADO:JOSIVAN VAZ DAS CHAGAS VITIMA:A. C. O. E. . EDITAL DE CITAÃÃO CRIME - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS AÃÃO PENAL PROCESSO 0003909-39.2019.8.14.0060 DENUNCIADO (a): JOSIVAN VAZ DAS CHAGAS O Dr. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES, MMÂº. Juiz de Direito Titular desta Comarca, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Â FAZ SABER aos que o presente EDITAL lerem ou dele tomarem conhecimento, que se processam perante este JuÃ-zo, os autos da AÃ§Ã£o Penal nÂº 0003909-39.2019.8.14.0060, que a JustiÃ§a PÃºblica representada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual move em face de 1- JOSIVAN VAZ DAS CHAGAS, brasileiro, paraense, filho de Roseli Abreu Vaz e Francisco Alves das Chagas, pela prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal tipificada no artigo 157, Â§ 2Âº-A, inciso I, do CPB, e do artigo 14, caput, da Lei nÂº 10.826/2003 e como consta dos autos que o referido acusado nÃ£o se encontra mais no endereÃ§o acostado na DenÃºncia, e que seu paradeiro Ã© incerto e nÃ£o sabido para ser citado pessoalmente, pelo presente fica legalmente CITADO, de todos os termos da AÃ§Ã£o, bem como da deliberaÃ§Ã£o exarada pelo MMÂº Juiz desta Comarca, determinando sua CitaÃ§Ã£o EditalÃ-cia, nos termos do Art. 361 do CPP, para que seja oferecida sua Defesa Preliminar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o disposto do art. 396 e 396-A do CPP, contados da data da publicaÃ§Ã£o do presente. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de TomÃ©-AÃ§u-Pa, aos 18 de novembro de 2021. Eu,.....Meili Silva Lima, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei, subscrevi e assino de ordem do MMÂº. Juiz de Direito. Meili Silva Lima Auxiliar JudiciÃ¡rio - TJE/PA PROCESSO: 00042905220168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 AUTOR:JOSIAS DA SILVA SANTOS Representante(s): OAB 21426 - PAULO COSTA DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICAÂ PROCESSO NÂº 0004290-52.2016.8140060 DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Designo audiÃªncia de InstruÃ§Ã£o e Julgamento para o dia 09/02/2023, Ã s 11:00 horas. 2.Â Â Â Â Â Em face das medidas de prevenÃ§Ã£o ao covid-19, a audiÃªncia serÃ¡ realizada por vÃ-deo conferÃªncia, por meio da ferramenta Teams, da Microsofot, disponÃ-vel na rede mundial de computadores. 2.1.Â Â Â Â Â A audiÃªncia via videoconferÃªncia serÃ¡ realizada por recurso tecnolÃ³gico de transmissÃ£o de sons e imagens em tempo real, utilizando-se a plataforma de videoconferÃªncia Microsoft Teams. 2.2.Â Â Â Â Â Para realizaÃ§Ã£o do ato, nÃ£o se faz necessÃ¡rio o comparecimento dos envolvidos no processo ao prÃ©dio da Unidade JudiciÃ¡ria, salvo se nÃ£o dispuserem de equipamento (celular, notebook ou desktop) de acesso Ã internet. No caso do rÃ©u preso, o depoimento serÃ¡ prestado a partir do local onde se encontra custodiado, em espaÃ§o a ser disponibilizado pela Secretaria de AdministraÃ§Ã£o PenitenciÃ¡ria. 2.3.Â Â Â Â Â No ato de intimaÃ§Ã£o, as testemunhas deverÃ£o fornecer endereÃ§o de e-mail, nÃºmero de telefone celular e nÃºmero utilizado no aplicativo Whatsapp a fim de facilitar a comunicaÃ§Ã£o e operacionalizaÃ§Ã£o do ato. A testemunha fica comprometida a estar disponÃ-vel para acesso no dia e hora designados para a audiÃªncia, bem como a se responsabilizar pela qualidade do sinal de internet (mÃ³vel ou nÃ£o) no respectivo aparelho utilizado para a videoconferÃªncia, sob pena de multa e de eventual responsabilidade criminal. 2.4.Â Â Â Â Â Se a testemunha nÃ£o dispuser de equipamento de acesso Ã internet que possibilite a coleta do seu depoimento, deverÃ¡ informar com pelo menos 24 horas de antecedÃªncia e, no dia e hora designados, comparecer Ã sede do JuÃ-zo, de onde prestarÃ¡ o seu depoimento. 3.Â Â Â Â Â INTIMEM-SE. CIÃNCIA AO MP. TomÃ©-AÃ§u, 18 de novembro de 2021. JOSE RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00045558320188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MEILI SILVA LIMA A??o: Procedimento Comum em: 18/11/2021 AUTOR:ATHUR MORAES CARNEIRO VITIMA:D. C. E. C. VITIMA:D. D. B. . EDITAL DE CITAÃÃO CRIME - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS AÃÃO PENAL PROCESSO 0004555-83.2018.8.14.0060 DENUNCIADO (a): ARTHUR MORAES CARNEIRO O Dr. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES, MMÂº. Juiz de Direito Titular desta Comarca, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Â FAZ SABER aos que o presente EDITAL lerem ou dele tomarem conhecimento, que se processam perante este JuÃ-zo, os autos da AÃ§Ã£o Penal nÂº 0004555-83.2018.8.14.0060, que a JustiÃ§a PÃºblica representada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual move em face de 1- ARTHUR MORAES CARNEIRO, brasileiro, paraense, filho de AntÃ´nia Naziene Moraes e AntÃ´nio da Silva Carneiro, pela prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal tipificada no artigo 147, caput, do CÃ³digo Penal e como consta dos autos que o referido acusado nÃ£o se encontra mais no endereÃ§o acostado na DenÃºncia, e que seu paradeiro Ã© incerto e nÃ£o sabido para ser citado pessoalmente, pelo presente fica legalmente CITADO, de todos os termos da AÃ§Ã£o, bem como da deliberaÃ§Ã£o exarada pelo MMÂº Juiz desta Comarca, determinando sua CitaÃ§Ã£o EditalÃ-cia, nos termos do Art. 361 do CPP, para que seja

oferecida sua Defesa Preliminar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o disposto do art. 396 e 396-A do CPP, contados da data da publicaÃ§Ã£o do presente. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de TomÃ©-AÃ§u-Pa, aos 18 de novembro de 2021. Eu,.....Meili Silva Lima, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei, subscrevi e assino de ordem do MMÂº. Juiz de Direito. Meili Silva Lima Auxiliar JudiciÃ¡rio - TJE/PA PROCESSO: 00047795520178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 REQUERENTE:ELIZANGELA DA SILVA CASTRO REQUERIDO:GILBERTO MENDONCA REQUERIDO:SHIRLEY LOPES. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU PROCESSO NÂº 0004779-55.2017.8140060 DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Intime-se da certidÃ£o de fls. 40 o querelante e para que apresente endereÃ§o atualizado do querelado, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 18 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00059129820188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MEILI SILVA LIMA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:H. C. R. AUTOR:KEVYN SOUZA DOS SANTOS. EDITAL DE CITAÃÃO CRIME - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS AÃÃO PENAL PROCESSO 0005912-98.2018.8.14.0060 DENUNCIADO (a): KEVYN SOUZA DOS SANTOS O Dr. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES, MMÂº. Juiz de Direito Titular desta Comarca, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Â FAZ SABER aos que o presente EDITAL lerem ou dele tomarem conhecimento, que se processam perante este JuÃ-zo, os autos da AÃ§Ã£o Penal nÂº 0005912-98.2018.8.14.0060, que a JustiÃ§a PÃºblica representada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual move em face de 1- KEVYN SOUZA DOS SANTOS, brasileiro, paraense, filho de Maria de FÃ¡tima Souza e de Israel Aparecido dos Santos, pela prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal tipificada no artigo 331, caput, do CÃ³digo Penal e como consta dos autos que o referido acusado nÃ£o se encontra mais no endereÃ§o acostado na DenÃºncia, e que seu paradeiro Ã© incerto e nÃ£o sabido para ser citado pessoalmente, pelo presente fica legalmente CITADO, de todos os termos da AÃ§Ã£o, bem como da deliberaÃ§Ã£o exarada pelo MMÂº Juiz desta Comarca, determinando sua CitaÃ§Ã£o EditalÃ-cia, nos termos do Art. 361 do CPP, para que seja oferecida sua Defesa Preliminar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o disposto do art. 396 e 396-A do CPP, contados da data da publicaÃ§Ã£o do presente. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de TomÃ©-AÃ§u-Pa, aos 18 de novembro de 2021. Eu,.....Meili Silva Lima, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei, subscrevi e assino de ordem do MMÂº. Juiz de Direito. Meili Silva Lima Auxiliar JudiciÃ¡rio - TJE/PA PROCESSO: 00061794120168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:ADEMIR DOS SANTOS OLIVEIRA DENUNCIADO:A. C. O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU PROCESSO NÂº 0006179-41.2016.8140060 DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Encaminhem-se os autos a Defensoria PÃºblica para apresentar resposta a acusaÃ§Ã£o, no prazo legal. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 18 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00074618020178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 18/11/2021 REQUERENTE:BRUNO FADOUL CAMPOS MENOR:C. R. F. S. REQUERIDO:DENIZE RAMOS SALAZAR Representante(s): OAB 27902 - LUANA PANCIERE DONADIA (ADVOGADO) . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU o MM Juiz passou a DELIBERAR: 1. SOLICITE-SE INFORMAÃÃO ACERCA DO CUMPRIMENTO DA CARTA PRECATÃRIA AO JUÃZO DEPRECADO. 2. APÃS, CONCLUSOS. TomÃ©-AÃ§u/PA, 18.11.2021 JosÃ© Ronaldo Pereira Sales Juiz de Direito AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 PROCESSO: 00086705020188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MEILI SILVA LIMA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 AUTOR:DELCIR PEREIRA DE BARROS VITIMA:W. C. A. . EDITAL DE CITAÃÃO CRIME - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS AÃÃO PENAL PROCESSO 0008670-50.2018.8.14.0060 DENUNCIADO (a): DELCIR PEREIRA DE BARROS O Dr. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES, MMÂº. Juiz de Direito Titular desta Comarca, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Â FAZ SABER aos que o presente EDITAL lerem ou dele tomarem conhecimento, que se processam perante este JuÃ-zo, os autos da AÃ§Ã£o Penal nÂº 0008670-50.2018.8.14.0060, que a JustiÃ§a PÃºblica representada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual move em face de 1- DELCIR PEREIRA DE BARROS, brasileiro, paraense, filho de ClimÃ©rio de Barros e Iraneide Pereira de Barros, pela prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal tipificada no artigo 42, III, DA Lei nÂº 3.688/41 e como consta dos autos que o referido acusado nÃ£o se encontra mais no endereÃ§o acostado na DenÃºncia, e que seu paradeiro Ã© incerto e nÃ£o sabido para ser citado pessoalmente, pelo presente fica legalmente CITADO, de todos os termos da

AÃ§Ã£o, bem como da deliberaÃ§Ã£o exarada pelo MMÂº Juiz desta Comarca, determinando sua CitaÃ§Ã£o EditalÃ-cia, nos termos do Art. 361 do CPP, para que seja oferecida sua Defesa Preliminar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o disposto do art. 396 e 396-A do CPP, contados da data da publicaÃ§Ã£o do presente. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de TomÃ©-AÃ§u-Pa, aos 18 de novembro de 2021. Eu,.....Meili Silva Lima, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei, subscrevi e assino de ordem do MMÂº. Juiz de Direito. Meili Silva Lima Auxiliar JudiciÃ¡rio - TJE/PA PROCESSO: 00086762820168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:E. C. G. REU:ELIONAI LEITE DE GUSMAO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU PROCESSO NÂº 0008676-28.2016.8140060 DESPACHO 1.Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se guia de recolhimento definitiva para a formaÃ§Ã£o dos autos de execuÃ§Ã£o, arquivando-se os presentes autos. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 18 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00091915820198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MEILI SILVA LIMA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:A. N. L. FLAGRANTEADO:MANOEL NUNES DAS GRACAS. EDITAL DE CITAÃÃO CRIME - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS AÃÃO PENAL PROCESSO 0009191-58.2019.8.14.0060 DENUNCIADO (a): MANOEL NUNES DAS GRAÃAS O Dr. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES, MMÂº. Juiz de Direito Titular desta Comarca, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Â FAZ SABER aos que o presente EDITAL lerem ou dele tomarem conhecimento, que se processam perante este JuÃ-zo, os autos da AÃ§Ã£o Penal nÂº 0009191-58.2019.8.14.0060, que a JustiÃ§a PÃºblica representada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual move em face de 1- MANOEL NUNES DAS GRAÃAS, vulgo Â¿ManivelaÂ¿, brasileiro, filho de Raimunda Leite GraÃ§a Nunes da ConceiÃ§Ã£o e de Almato Nunes da ConceiÃ§Ã£o, pela prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal tipificada no artigo 215-A do CÃ³digo Penal e como consta dos autos que o referido acusado nÃ£o se encontra mais no endereÃ§o acostado na DenÃºncia, e que seu paradeiro Ã© incerto e nÃ£o sabido para ser citado pessoalmente, pelo presente fica legalmente CITADO, de todos os termos da AÃ§Ã£o, bem como da deliberaÃ§Ã£o exarada pelo MMÂº Juiz desta Comarca, determinando sua CitaÃ§Ã£o EditalÃ-cia, nos termos do Art. 361 do CPP, para que seja oferecida sua Defesa Preliminar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o disposto do art. 396 e 396-A do CPP, contados da data da publicaÃ§Ã£o do presente. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de TomÃ©-AÃ§u-Pa, aos 18 de novembro de 2021. Eu,.....Meili Silva Lima, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei, subscrevi e assino de ordem do MMÂº. Juiz de Direito. Meili Silva Lima Auxiliar JudiciÃ¡rio - TJE/PA PROCESSO: 00094375920168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MEILI SILVA LIMA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 REU:LUIZ FERNANDO DA SILVA VITIMA:A. C. O. E. . EDITAL DE CITAÃÃO CRIME - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS AÃÃO PENAL PROCESSO 0009437-59.2016.8.14.0060 DENUNCIADO (a): LUIZ FERNANDO DA SILVA O Dr. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES, MMÂº. Juiz de Direito Titular desta Comarca, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Â FAZ SABER aos que o presente EDITAL lerem ou dele tomarem conhecimento, que se processam perante este JuÃ-zo, os autos da AÃ§Ã£o Penal nÂº 0009437-59.2016.8.14.0060, que a JustiÃ§a PÃºblica representada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual move em face de 1- LUIZ FERNANDO DA SILVA, vulgo Â¿ProcÃ³pioÂ¿, brasileiro, paraense, filho de Maria do Socorro da Silva e pai nÃ£o declarado, pela prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal tipificada no artigo 306, caput, da Lei nÂº 9.503/97(CÃ³digo de TrÂ¢nsito Brasileiro), e como consta dos autos que o referido acusado nÃ£o se encontra mais no endereÃ§o acostado na DenÃºncia, e que seu paradeiro Ã© incerto e nÃ£o sabido para ser citado pessoalmente, pelo presente fica legalmente CITADO, de todos os termos da AÃ§Ã£o, bem como da deliberaÃ§Ã£o exarada pelo MMÂº Juiz desta Comarca, determinando sua CitaÃ§Ã£o EditalÃ-cia, nos termos do Art. 361 do CPP, para que seja oferecida sua Defesa Preliminar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o disposto do art. 396 e 396-A do CPP, contados da data da publicaÃ§Ã£o do presente. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de TomÃ©-AÃ§u-Pa, aos 18 de novembro de 2021. Eu,.....Meili Silva Lima, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei, subscrevi e assino de ordem do MMÂº. Juiz de Direito. Meili Silva Lima Auxiliar JudiciÃ¡rio - TJE/PA PROCESSO: 00098157820178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MEILI SILVA LIMA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 18/11/2021 AUTOR:VANDA DE OLIVEIRA GARCIA VITIMA:A. C. O. E. . EDITAL DE CITAÃÃO CRIME - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS AÃÃO PENAL PROCESSO 0009815-78.2017.8.14.0060 DENUNCIADO (a): VANDA DE OLIVEIRA GARCIA O Dr. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES, MMÂº. Juiz de Direito Titular desta Comarca, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Â FAZ SABER aos que o presente EDITAL lerem ou dele tomarem conhecimento, que se processam perante este JuÃ-zo, os autos da AÃ§Ã£o Penal nÂº 0009815-78.2017.8.14.0060, que a JustiÃ§a PÃºblica

representada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual move em face de 1- VANDA DE OLIVEIRA GARCIA, brasileira, paraense, filha de Deuzarina Garcia das GraÃ§as e Benedito de Oliveira Coutinho, pela prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal tipificada no artigo 349-A, caput, c/c art. 14, inciso II, ambos do CÃ³digo Penal e como consta dos autos que o referido acusado nÃ£o se encontra mais no endereÃ§o acostado na DenÃºncia, e que seu paradeiro Ã© incerto e nÃ£o sabido para ser citado pessoalmente, pelo presente fica legalmente CITADO, de todos os termos da AÃ§Ã£o, bem como da deliberaÃ§Ã£o exarada pelo MMÂº Juiz desta Comarca, determinando sua CitaÃ§Ã£o EditalÃ-cia, nos termos do Art. 361 do CPP, para que seja oferecida sua Defesa Preliminar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o disposto do art. 396 e 396-A do CPP, contados da data da publicaÃ§Ã£o do presente. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de TomÃ©-AÃ§u-Pa, aos 18 de novembro de 2021. Eu,.....Meili Silva Lima, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei, subscrevi e assino de ordem do MMÂº. Juiz de Direito. Meili Silva Lima Auxiliar JudiciÃ¡rio - TJE/PA P R O C E S S O : 0 0 0 9 9 1 8 1 7 2 0 1 9 8 1 4 0 0 6 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Termo Circunstanciado em: 18/11/2021 AUTOR DO FATO:VALDIR PRUDENTE ALMEIDA VITIMA:F. C. S. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU PROCESSO NÂº 0009918-17.2019.8140060 DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Tendo em vista a certidÃ£o de fls. 31 e considerando os equÃ-vocos no termo de audiÃªncia de fls. 34, redesigno a audiÃªncia preliminar para o dia 09/02/2022, Ã s 11h30. 2.Â Â Â Â Â Renovem-se as diligÃªncias de intimaÃ§Ã£o do acusado. 3.Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o a vÃ-tima, diante das informaÃ§Ãµes prestadas a fls. 30, vistas ao MP. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 18 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00100102920188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:EDEVALDO DE CASTRO VITIMA:B. P. B. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA PROCESSO NÂº 0010010-29.2018.8140060 DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Em face da certidÃ£o de fls. 59, nomeio defensor dativo o Dr. CÃ¢ndido Henrique Neves Silva OAB/PA 16.004, devendo ser intimado da nomeaÃ§Ã£o para apresentar resposta a acusaÃ§Ã£o em nome do rÃ©u, no prazo legal. 2.Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 18 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00102785420168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MEILI SILVA LIMA A??o: Procedimento Comum em: 18/11/2021 REU:EDEN DE SOUZA ANTAO FILHO VITIMA:A. C. O. E. . EDITAL DE CITAÃÃO CRIME - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS AÃÃO PENAL PROCESSO 0010278-54.2016.8.14.0060 DENUNCIADO (a): EDEN DE SOUZA ANTÃO FILHO O Dr. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES, MMÂº. Juiz de Direito Titular desta Comarca, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Â FAZ SABER aos que o presente EDITAL lerem ou dele tomarem conhecimento, que se processam perante este JuÃ-zo, os autos da AÃ§Ã£o Penal nÂº 0010278-54.2016.8.14.0060, que a JustiÃ§a PÃºblica representada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual move em face de 1- EDEN DE SOUZA ANTÃO FILHO, brasileiro, paraense, filho de Raimunda Silva AntÃ£o e Eden de Souza AntÃ£o, pela prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal tipificada no artigo 306, caput, da Lei nÂº 9.503/97(CÃ³digo de TrÃ¢nsito Brasileiro), e como consta dos autos que o referido acusado nÃ£o se encontra mais no endereÃ§o acostado na DenÃºncia, e que seu paradeiro Ã© incerto e nÃ£o sabido para ser citado pessoalmente, pelo presente fica legalmente CITADO, de todos os termos da AÃ§Ã£o, bem como da deliberaÃ§Ã£o exarada pelo MMÂº Juiz desta Comarca, determinando sua CitaÃ§Ã£o EditalÃ-cia, nos termos do Art. 361 do CPP, para que seja oferecida sua Defesa Preliminar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o disposto do art. 396 e 396-A do CPP, contados da data da publicaÃ§Ã£o do presente. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de TomÃ©-AÃ§u-Pa, aos 18 de novembro de 2021. Eu,.....Meili Silva Lima, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei, subscrevi e assino de ordem do MMÂº. Juiz de Direito. Meili Silva Lima Auxiliar JudiciÃ¡rio - TJE/PA PROCESSO: 00103763920168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MEILI SILVA LIMA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 REU:CARLOS ANDRE FREITAS CAVALCANTE VITIMA:A. C. O. E. . EDITAL DE NOTIFICAÃÃO CRIME - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS AÃÃO PENAL PROCESSO 0010376-39.2016.8.14.0060 DENUNCIADO (a): CARLOS ANDRE FREITAS CAVALCANTE O Dr. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES, MMÂº. Juiz de Direito Titular desta Comarca, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Â FAZ SABER aos que o presente EDITAL lerem ou dele tomarem conhecimento, que se processam perante este JuÃ-zo, os autos da AÃ§Ã£o Penal nÂº 0010376-39.2016.8.14.0060, que a JustiÃ§a PÃºblica representada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual move em face de 1- CARLOS ANDRE FREITAS CAVALCANTE, brasileiro, paraense, filho de Lindalva Martins de Freitas e Olavo Glicerio de Athayde Cavalcante, pela prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal tipificada no artigo 33, da Lei nÂº 11.343/2006 e como consta dos autos que o referido acusado nÃ£o se encontra mais no endereÃ§o acostado na

DenÃºncia, e que seu paradeiro Ã© incerto e nÃ£o sabido para ser notificado pessoalmente, pelo presente fica legalmente NOTIFICADO, de todos os termos da AÃ§Ã£o, bem como da deliberaÃ§Ã£o exarada pelo MMÂº Juiz desta Comarca, determinando sua NotificaÃ§Ã£o EditalÃ-cia, nos termos do Art. 361 do CPP, para que seja oferecida sua Defesa Preliminar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o disposto do art. 396 e 396-A do CPP, contados da data da publicaÃ§Ã£o do presente. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de TomÃ©-AÃ§u-Pa, aos 18 de novembro de 2021. Eu,.....Meili Silva Lima, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei, subscrevi e assino de ordem do MMÂº. Juiz de Direito. Meili Silva Lima Auxiliar JudiciÃ¡rio - TJE/PA PROCESSO: 00114725520178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Interdito Proibitório em: 18/11/2021 REQUERENTE:MUNICIPIO DE TOME ACU Representante(s): OAB 20723 - EDISON LUSTOSA QUARESMA JUNIOR (PROCURADOR(A)) OAB 21205 - GILCLECIO FARIAS LUZ (PROCURADOR(A)) REQUERIDO:PEDRO PRAZERES BARRA Representante(s): OAB 16004 - CANDIDO HENRIQUE NEVES SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:MANOEL BENEDITO DE FREITAS POMPEU Representante(s): OAB 24367 - FRANCISCO EVANDRO LOPES DE ARAUJO FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:JEOVANA BARBOSA DE MENEZES Representante(s): OAB 24367 - FRANCISCO EVANDRO LOPES DE ARAUJO FILHO (ADVOGADO) . DECISÃO Trata-se de AÃ§Ã£o de Interdito ProibitÃ³rio, ajuizado pelo MUNICIPIO DE TOMÃ-AÃU, em face de PEDRO PRAZERES BARRA, pleiteando a concessÃ£o de liminar que reconheÃ§a a ameaÃ§a de esbulho, com a aplicaÃ§Ã£o de multa diÃ¡ria, em caso de descumprimento. Afirma ser legÃ-timo possuidor de um imÃ³vel urbano localizado na rua CametÃ¡, bairro centro, distrito de Quatro Bocas, com Ã¡rea de 4.000 metros quadrados, destinado Ã construÃ§Ã£o do novo mercado municipal. Ocorre que em 14/11/2017, sob o comando do requerido, populares teriam invadido o prÃ©dio e o pÃ¡tio do respectivo imÃ³vel. Todavia, valendo-se dos meios legais, o requerente teria interrompido o processo de ocupaÃ§Ã£o. Relata ainda que, no momento de recolher os materiais e limpar a Ã¡rea, o requerido, Pedro Barra, teria estimulado populares a resistirem e a uma nova ocupaÃ§Ã£o. Juntou os documentos de fls. 11/25. Designada audiÃªncia de justificaÃ§Ã£o para o dia 25.10.2018, o requerido nÃ£o se fez presente. A fls. 41/43, o municÃ-pio requerente apresentou aditamento Ã inicial, para inclusÃ£o, no polo passivo, de MANOEL BENEDITO DE FREITAS POMPEU e JEOVANA BARBOSA DE MENEZES, ao fundamento de que, no dia 24/11/2018, teriam invadido a mencionada Ã¡rea, demarcando lotes com piquetes. Junta documentos da Ã¡rea e, inclusive, tÃ-tulo de suposta doaÃ§Ã£o do imÃ³vel pela UniÃ£o em favor do requerente. A fls. 50/53, anexa ocorrÃªncia policial, registrada em 26/11/2018, de invasÃµes e de ameaÃ§a de invasÃµes Ã Ã¡rea. Pela decisÃ£o de fls. 54/55, foi deferida a liminar para interditar os requeridos de qualquer atividade que vise Ã ocupaÃ§Ã£o, pessoalmente, ou por intermÃ©dio de terceiros, da Ã¡rea mencionada na inicial e determinada a citaÃ§Ã£o dos demandados. Citada, a requerida Jeovana Barbosa de Menezes apresentou contestaÃ§Ã£o Ã fl. 67/70 (juntou documentos); o requerido Manoel Benedito de Freitas Pompeu apresentou contestaÃ§Ã£o Ã s fls. 86/89 (juntou documentos); o requerido Pedro Prazeres Barra apresentou contestaÃ§Ã£o Ã s fls. 111/114 (juntou documentos). RÃ©plica Ã s fls. 127/139. Pela petiÃ§Ã£o de fls. 133/142, o demandado Manoel Benedito Freitas Pompeu requereu a concessÃ£o da tutela de urgÃªncia para que lhe seja determinada a reintegraÃ§Ã£o da posse da Ã¡rea referente ao lote 02, quadra "F", do loteamento HIRAGA, Quatro Bocas, neste MunicÃ-pio ou, subsidiariamente, para que seja determinado ao MunicÃ-pio de TomÃ©-AÃ§u, ora requerente, que se abstenha de dar continuidade Ã execuÃ§Ã£o da obra de construÃ§Ã£o do terminal rodoviÃ¡rio na Ã¡rea litigiosa atÃ© julgamento final da demanda. Conforme termo de audiÃªncia de fls. 220ss, ficou esclarecido que a obra em questÃ£o, para construÃ§Ã£o de terminal rodoviÃ¡rio, Ã© de responsabilidade do Estado do ParÃ¡, inclusive com custeio do recurso, em Ã¡rea pertencente ao MunicÃ-pio. Naquela ocasiÃ£o, foi reiterado o pedido de concessÃ£o de tutela de urgÃªncia em favor dos requeridos, postulado anteriormente a fls. 133/142 e 172/191, para que sejam mantidos na posse da Ã¡rea, afirmando, em sÃ-ntese, que o pedido a que se refere a inicial Ã© divergente em relaÃ§Ã£o Ã Ã¡rea em que se desenvolve a execuÃ§Ã£o da obra de terminal rodoviÃ¡rio, alegando ter havido confusÃ£o entre as Ã¡reas. Houve manifestaÃ§Ã£o da demandante, em audiÃªncia, pelo indeferimento do pedido. Relatados. Decido. Entendo, na esteira de expressiva orientaÃ§Ã£o doutrinÃ¡ria, que a posse Ã© estado de fato, a que a lei confere efeitos legais e proteÃ§Ã£o jurÃ-dica. Como decorrÃªncia, se expressa pelo exercÃ-cio sobre a coisa de um dos poderes inerentes Ã propriedade (art. 1.196 do CC). NÃ£o se confunde com esta, muito menos com a posse indireta, mera emanaÃ§Ã£o da propriedade, como um espectro a acompanhÃ¡-la durante a sua existÃªncia. DaÃ- porque posse e propriedade podem coexistir sob titularidades diversas e sÃ£o tuteladas de formas distintas. Em prol de suas alegaÃ§Ãµes, o requerido juntou contrato de compra e venda do imÃ³vel, certidÃ£o de cadeia dominial, termo de quitaÃ§Ã£o do contrato de compra e venda, matricula do imÃ³vel e boletim de ocorrÃªncia lavrado na DEPOL de TomÃ©-AÃ§u. A fls. 56, foi deferida liminar para interditar os requeridos

de qualquer atividade que vise Ã ocupaÃ§Ã£o, pessoalmente ou por intermÃ©dio de terceiros, da Ã¡rea mencionada na inicial e determinada a citaÃ§Ã£o dos demandados. Em se tratando de aÃ§Ã£o possessÃ³ria, de natureza dÃºplice, cabÃ-vel o pleito formulado pelo requerido, como pedido contraposto. Em audiÃªncia realizada Ã fls. 220/222, constou que o requerido Manoel Benedito de Freitas Pompeu detÃ©m a posse da Ã¡rea desde 1984 e que o Estado estÃ¡ executando obra para construÃ§Ã£o de terminal rodoviÃ¡rio e teria entrado em parte do terreno pertencente ao requerido. Entretanto, existe evidente interesse pÃºblico na execuÃ§Ã£o de obra do terminal rodoviÃ¡rio neste MunicÃ-pio. Eventual apossamento da Ã¡rea ou de parte da Ã¡rea pertencente ao(s) requerido(s), para esse fim, caracteriza espÃ©cie de desapropriaÃ§Ã£o indireta. CabÃ-vel, ao(s) prejudicado(s), no caso, direito Ã eventual indenizaÃ§Ã£o, inclusive por benfeitorias, desde que postulada na devida forma. A desapropriaÃ§Ã£o indireta decorre de um esbulho possessÃ³rio, denominado apossamento administrativo, e praticado com certa frequÃªncia pela AdministraÃ§Ã£o PÃºblica, que ocupa determinado bem antes da conclusÃ£o ou atÃ© mesmo do inÃ-cio do procedimento expropriatÃ³rio, dando-lhe uso pÃºblico que justificaria sua desapropriaÃ§Ã£o. Neste sentido: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. DESAPROPRIAÃÃO. INDIRETA. OMISSÃO. EFEITOS JURÃDICOS DE CONTRATO NULO. INEXISTÃNCIA. NATUREZA DA OCUPAÃÃO. CONCEITO DE DESAPROPRIAÃÃO INDIRETA. HONORÃRIOS. SÃMULA 7/STJ. 1. O acÃ³rdÃ£o de origem analisou com clareza a matÃ©ria relativa aos efeitos do contrato verbal de aluguel estabelecido entre a recorrente e o MunicÃ-pio, reportando-se, inclusive, Ã sentenÃ§a anterior que o reconheceu nulo. 2. A desapropriaÃ§Ã£o indireta caracteriza-se quando o ente pÃºblico, sem o devido processo de expropriaÃ§Ã£o, toma efetiva posse do bem particular, em carÃ¡ter irreversÃ-vel, independentemente da destinaÃ§Ã£o pÃºblica especÃ-fica. A proteÃ§Ã£o ao proprietÃ¡rio, nesse caso, Ã© restrita Ã indenizaÃ§Ã£o, pela via prÃ³pria. 3. No caso dos autos, o Tribunal local reconheceu a recalcitrÃ¢ncia do ente municipal em devolver o imÃ³vel e a irreversibilidade da ocupaÃ§Ã£o, o que Ã© reforÃ§ado pela manifestaÃ§Ã£o do recorrido em contrarrazÃµes. Reverter tal entendimento demandaria reexame direto de fatos e provas, o que se veda a esta Corte Superior em recurso especial, nos termos da SÃºmula 7/STJ. 4. De igual forma, a fundamentaÃ§Ã£o recursal para alegar valor excessivo dos honorÃ¡rios sucumbenciais fixados na origem exige exame de peÃ§as da defesa produzidas em autos diverso, incorrendo em idÃªntico Ã³bice. 5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensÃ£o, nÃ£o provido. (Recurso Especial nÂº 1.195.521/PR (2010/0093566-1), 2Âª Turma do STJ, Rel. Og Fernandes. DJe 25.09.2018). PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. NULIDADE. OMISSÃO. ALEGAÃÃO GENÃRICA. SÃMULA 284/STF. ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÃÃO. INDIRETA. POSSE. CABIMENTO. RETORNO DOS AUTOS Ã ORIGEM PARA FIXAÃÃO DO VALOR. DANO MORAL. REANÃLISE COMO CONSECTÃRIO DA PREMISSA ANTERIOR. JUROS MORATÃRIOS. SÃMULA 211/STJ. 1. (...). 2. Ã plenamente cabÃ-vel a indenizaÃ§Ã£o por desapropriaÃ§Ã£o indireta da posse, direito especÃ-fico que nÃ£o se confunde com o de propriedade. 3. Tendo o Tribunal de origem rejeitado a condenaÃ§Ã£o em danos morais a partir da inexistÃªncia de qualquer direito do ora recorrente sobre o bem ocupado pelo ente pÃºblico, a questÃ£o deve tambÃ©m ser devolvida para plena cogniÃ§Ã£o na instÂncia ordinÃ¡ria, restando prejudicada a pretensÃ£o recursal nesta sede. 4. A questÃ£o relativa aos juros moratÃ³rios nÃ£o foi objeto de debate na origem, que sequer reconheceu o direito do ora recorrente Ã indenizaÃ§Ã£o. IncidÃªncia da SÃºmula 211/STJ. 5. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensÃ£o, provido. (Recurso Especial nÂº 1.320.078/MG (2012/0072120-1), 2Âª Turma do STJ, Rel. Og Fernandes. DJe 13.06.2018). Com esses fundamentos, INDEFIRO a liminar postulada pelo(s) requerido(s) e mantenho a decisÃ£o proferida anteriormente, Ã fls. 54/55, para interditar os requeridos de qualquer atividade que vise Ã ocupaÃ§Ã£o, pessoalmente, ou por intermÃ©dio de terceiros, da Ã¡rea mencionada na inicial, sob pena desocupaÃ§Ã£o forÃ§ada e multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por ato que importe em descumprimento da presente decisÃ£o, sem prejuÃ-zo da responsabilidade criminal de quem der causa ao descumprimento, bastando, para tanto, que a requerente informe oportunamente o descumprimento e requeira as providÃªncias assaz necessÃ¡rias. Intimem-se as partes para apresentaÃ§Ã£o de alegaÃ§Ãµes finais, no prazo de 15 (quinze) dias. ApÃ³s, conclusos para sentenÃ§a. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. TomÃ©-AÃ§u, 11 de novembro de 2021. JosÃ© Ronaldo Pereira Sales Juiz de Direito Titular JOSE RONALDO PEREIRA SALES:55735 Assinado de forma digital por JOSE RONALDO PEREIRA SALES:55735 Dados: 2021.11.11 17:18:20 -03'00' PROCESSO: 00115768120168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MEILI SILVA LIMA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 DENUNCIADO:ERICA LEITE NUNES. EDITAL DE NOTIFICAÃÃO CRIME - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS AÃÃO PENAL PROCESSO 0011576-81.2016.8.14.0060 DENUNCIADO (a): ERICA LEITE NUNES O Dr. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES, MMÂº. Juiz de Direito Titular desta Comarca, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Â FAZ SABER aos que o presente EDITAL lerem ou dele tomarem conhecimento, que se

processam perante este JuÃ-zo, os autos da AÃ§Ã£o Penal nÂº 0011576-81.2016.8.14.0060, que a JustiÃ§a PÃºblica representada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual move em face de 1- ERICA LEITE NUNES, brasileira, paraense, filha de Maria de NazarÃ© Lopes Leite e Pedro Oliveira Nunes, pela prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal tipificada no artigo 33, caput, da Lei nÂº 11.343/2006 e como consta dos autos que o referido acusado nÃ£o se encontra mais no endereÃ§o acostado na DenÃºncia, e que seu paradeiro Ã© incerto e nÃ£o sabido para ser notificado pessoalmente, pelo presente fica legalmente NOTIFICADO, de todos os termos da AÃ§Ã£o, bem como da deliberaÃ§Ã£o exarada pelo MMÂº Juiz desta Comarca, determinando sua NotificaÃ§Ã£o EditalÃ-cia, nos termos do Art. 361 do CPP, para que seja oferecida sua Defesa Preliminar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o disposto do art. 396 e 396-A do CPP, contados da data da publicaÃ§Ã£o do presente. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de TomÃ©-AÃ§u-Pa, aos 18 de novembro de 2021. Eu,.....Meili Silva Lima, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei, subscrevi e assino de ordem do MMÂº. Juiz de Direito. Meili Silva Lima Auxiliar JudiciÃ¡rio - TJE/PA PROCESSO: 00117104020188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 REQUERENTE:GERSILEIDA QUEIROZ MENDES Representante(s): OAB 11586 - LUIS CARLOS PEREIRA BARBOSA (ADVOGADO) OAB 26917 - LUIS CARLOS PEREIRA BARBOSA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:LEIDIANE QUEIROZ MENDES MARQUES. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU PROCESSO NÂº 0011710-40.2018.8140060 DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Intime-se da certidÃ£o de fls. 25 o querelante e para que apresente endereÃ§o atualizado do querelado, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 18 de novembro de 2021 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00119303820188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MEILI SILVA LIMA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 FLAGRANTEADO:GUSTAVO HENRIQUE SILVA DE LIMA VITIMA:W. R. E. . EDITAL DE CITAÃÃO CRIME - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS AÃÃO PENAL PROCESSO 0011930-38.2018.8.14.0060 DENUNCIADO (a): GUSTAVO HENRIQUE SILVA DE LIMA O Dr. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES, MMÂº. Juiz de Direito Titular desta Comarca, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Â FAZ SABER aos que o presente EDITAL lerem ou dele tomarem conhecimento, que se processam perante este JuÃ-zo, os autos da AÃ§Ã£o Penal nÂº 0011930-38.2018.8.14.0060, que a JustiÃ§a PÃºblica representada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual move em face de 1- GUSTAVO HENRIQUE SILVA DE LIMA, brasileiro, paraense, filho de Catarina Maria Melo da Silva e de Pedro Paulo Rodrigues de Lima, pela prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal tipificada no artigo 155, caput, do CÃ³digo Penal, e no artigo 306, caput, do CTB, em concurso formal de crimes, nos termos do art. 71 do CPB, e como consta dos autos que o referido acusado nÃ£o se encontra mais no endereÃ§o acostado na DenÃºncia, e que seu paradeiro Ã© incerto e nÃ£o sabido para ser citado pessoalmente, pelo presente fica legalmente CITADO, de todos os termos da AÃ§Ã£o, bem como da deliberaÃ§Ã£o exarada pelo MMÂº Juiz desta Comarca, determinando sua CitaÃ§Ã£o EditalÃ-cia, nos termos do Art. 361 do CPP, para que seja oferecida sua Defesa Preliminar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o disposto do art. 396 e 396-A do CPP, contados da data da publicaÃ§Ã£o do presente. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de TomÃ©-AÃ§u-Pa, aos 18 de novembro de 2021. Eu,.....Meili Silva Lima, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei, subscrevi e assino de ordem do MMÂº. Juiz de Direito. Meili Silva Lima Auxiliar JudiciÃ¡rio - TJE/PA PROCESSO: 00124509520188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MEILI SILVA LIMA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 FLAGRANTEADO:CLEIBSON VIEIRA DE SOUSA VITIMA:V. S. C. . EDITAL DE CITAÃÃO CRIME - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS AÃÃO PENAL PROCESSO 0012450-95.2018.8.14.0060 DENUNCIADO (a): CLEIBSON VIEIRA DE SOUSA O Dr. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES, MMÂº. Juiz de Direito Titular desta Comarca, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Â FAZ SABER aos que o presente EDITAL lerem ou dele tomarem conhecimento, que se processam perante este JuÃ-zo, os autos da AÃ§Ã£o Penal nÂº 0012450-95.2018.8.14.0060, que a JustiÃ§a PÃºblica representada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual move em face de 1- CLEIBSON VIEIRA DE SOUSA, brasileiro, paraense, filho de Francisca Cleide e de AntÃ´nio de Souza Pereira, pela prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal tipificada no artigo 129, Â§ 9Âº, do CPB, c/c art. 7Âº, inciso l, da Lei nÂº 11.340/2006 e como consta dos autos que o referido acusado nÃ£o se encontra mais no endereÃ§o acostado na DenÃºncia, e que seu paradeiro Ã© incerto e nÃ£o sabido para ser citado pessoalmente, pelo presente fica legalmente CITADO, de todos os termos da AÃ§Ã£o, bem como da deliberaÃ§Ã£o exarada pelo MMÂº Juiz desta Comarca, determinando sua CitaÃ§Ã£o EditalÃ-cia, nos termos do Art. 361 do CPP, para que seja oferecida sua Defesa Preliminar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o disposto do art. 396 e 396-A do CPP, contados da data da publicaÃ§Ã£o do presente. Dado e passado nesta Cidade e Comarca

de TomÃ©-AÃ§u-Pa, aos 18 de novembro de 2021. Eu,.....Meili Silva Lima, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei, subscrevi e assino de ordem do MMÂº. Juiz de Direito. Meili Silva Lima Auxiliar JudiciÃ¡rio - TJE/PA PROCESSO: 00514068820158140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/11/2021 VITIMA:O. E. REU:ELENILSON DE ALMEIDA SOUSA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA PROCESSO NÂº 0051406-88.2015.8140060 DESPACHO Â R.H. 1.Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se edital de intimaÃ§Ã£o do acusado, da sentenÃ§a de fls. 66/67, no prazo de 90 dias. TomÃ©-AÃ§u, 18 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00002238320128140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Perda ou Suspensão do Poder Familiar em: REQUERENTE: M. P. E. REQUERIDO: R. A. S. ENVOLVIDO: E. S. S. ENVOLVIDO: E. S. S. PROCESSO: 00010728920118140060 PROCESSO ANTIGO: 201120005819 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: B. B. A. DENUNCIADO: M. A. S. Representante(s): OAB 00000 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) PROCESSO: 00032494520198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: A. D. L. J. PROCESSO: 00067917120198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: E. S. S. PROCESSO: 00095524620178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: REPRESENTANTE: A. R. M. P. INFRATOR: W. S. B. PROCESSO: 00095524620178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: REPRESENTANTE: A. R. M. P. INFRATOR: W. S. B.

COMARCA DE SENADOR JOSE PORFIRIO

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SENADOR JOSE PORFIRIO

Portaria n.°05 /2020 O Exmo. Sr. Dr. ENIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da comarca de Senador José Porfírio, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais. CONSIDERANDO: a necessidade de realização de correição EXTRAJUDICIAL na Serventia/cartório extrajudicial de Senador José Porfírio, Pará; RESOLVE: Designar o funcionário JOSÉ EDILSON DE OLIVEIRA - matrícula 15350, Diretor de Secretaria da vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, para exercer a função de Secretário da Correição, no período de **14 de dezembro de 2021,** a partir das **8:30** horas, conforme edital de correição ordinária n. **02 /2021**, que deverá cumprir com sigilo a função, sob estrita responsabilidade funcional e mediante termo de compromisso, bem como designar o servidor PEDRO LOPES VIEIRA NETO para auxiliar nos trabalhos da referida Correição. Publique-se. Registre-se e Cumpra-se Senador José Porfírio/PA, 12 de novembro de 2021 Ênio Maia Saraiva Juiz de Direito

EDITAL DE CORREIÇÃO EXTRAORDINÁRIA N.º 02/2021

O Excelentíssimo Senhor Dr. ENIO MAIA SARAIVA, Juiz Titular da Vara única da Comarca de Senador José Porfírio, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc. FAZ SABER o presente edital a todos quantos virem ou dele tiverem conhecimento que no dia **14 de novembro de 2021,** a partir das 08:30 horas será submetida à Correição Extrajudicial Anual a Serventia/Cartório Extrajudicial da Comarca de Senador José Porfírio, coordenada pelo Exmo. Sr. Dra. **Ênio Maia Saraiva**, Titular desta Comarca, incluindo a respectiva Secretaria a ela vinculada. FAZ SABER que, poderá ser tomada por termo, para as providências cabíveis, toda e qualquer reclamação porventura apresentada pelo Ministério Público, Defensoria Pública, Advogados, partes interessadas e ao público em geral. E, para que seja levado ao conhecimento de todos, expede o presente edital, que será publicado no diário de justiça e afixado no local de costume deste Fórum. Senador José Porfírio, Pará aos 12 dias do mês de novembro de 2021. **Ênio Maia Saraiva** Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

Com prazo de 20 dias

PROCESSO 0800176-67.2021.8.14.0058 - AÇÃO MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA. ACUSADO: JOSÉ DA SILVA LEAL. OFENDIDA: M.L.D.S.L. O EXCELENTÍSSIMO SENHOR ÊNIO MAIA SARAIVA, JUIZ DE DIREITO TITULAR DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO, ESTADO DO PARÁ, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ETC... FAZ SABER aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento, que pelo fórum da comarca de Senador José Porfírio, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, tramitam os autos da ação de medidas protetivas de urgência sob o número 0800176-67.2021.8.14.0058, em face de JOSÉ DA SILVA LEAL, nascido aos 16/10/1968, sem mais qualificação nos autos, com endereço declarado como sendo Rua Henrique Dias, s/nº, bairro Linhares, Senador José Porfírio-PA. E como o mesmo não foi encontrado (a) para ser citado (a) pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, com o prazo de 20 (vinte) dias (art. 256, inciso II, atendidos os requisitos do art. 257, ambos do CPC), a fim de, querendo, apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias. Segue a decisão que, na íntegra, diz: ¿PROCESSO: 0800176-67.2021.8.14.0058. Nome: DELEGACIA DE POLICIA DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO. Endereço: CENTRAL, 456, CENTRO, SENADOR JOSÉ PORFÍRIO - PA - CEP: 68360-000. Nome: JOSE DA SILVA LEAL. Endereço: Henrique Dias, S/N, Linhares, SENADOR JOSÉ PORFÍRIO - PA - CEP: 68360-000. ID: **DECISÃO INTERLOCUTÓRIA.** Vistos

etc. A vítima MARIA LINDALVA DA SILVA LEAL, perante a autoridade policial, requereu medidas protetivas de proibição de contato e aproximação. Perante a Autoridade Policial, a vítima relatou que é constantemente ameaça e agredida pelo seu irmão, o agressor JOSÉ DA SILVA LEAL. Relata ainda que, seu irmão/agressor possui problemas psiquiátricos e que se recusa a tomar os medicamentos para tais problemas e quando ingere bebidas alcoólicas se torna agressivo, a ameaçando e agredindo. O agressor não reside com a vítima, mas quando está em crises vai até a sua residência, pelo que, a mesma requer tais medidas de proteção. Brevemente relatado. Decido. Verifico incidir sobre o fato a Lei nº 11.340/2006, pois a situação se amolda ao art. 1º daquela norma, tendo em vista que se trata de violência doméstica (art. 5º, do mesmo dispositivo). A plausibilidade jurídica da pretensão está evidenciada, pois as condutas imputadas ao agressor estão previstas no art. 7º, da Lei nº 11.340/2006. Sendo assim, com esteio na fundamentação lastreada pela Lei nº 11.340/2006, decreto em desfavor de **JOSÉ DA SILVA LEAL**, as medidas protetivas de urgência listadas abaixo, as quais deverão ser observadas até que sobrevenha outra ordem judicial, sob pena de ser decretada sua PRISÃO PREVENTIVA, bem como de RESPONSABILIDADE CRIMINAL pelo art. 24-A, da mesma lei. a) proibição de manter contato com a vítima, dos seus familiares e testemunhas, por qualquer meio de comunicação, como telefone fixo, celular, e-mail, etc; b) proibição de o agressor se aproximar da vítima, em qualquer local, a uma distância mínima de 100 metros. Em decorrência, cumpram-se as seguintes determinações: 1) Oficiar a Delegacia de Polícia para: 1.a) comunicar à autoridade policial, remetendo cópia desta decisão para seu devido cumprimento. 1.b) encaminhamento ao Ministério Público do Inquérito Policial relacionado aos fatos. 2) Intime-se o agressor, pessoalmente, acerca das medidas impostas. 2.1) Advirta-se, também, o agressor da possibilidade de decretação da PRISÃO PREVENTIVA e RESPONSABILIZAÇÃO CRIMINAL pelo art. 24-A, da Lei nº 11.340/06, inclusive com a imposição de multa e requisição de auxílio da força policial, em caso de descumprimento da(s) medida(s) deferida(s) nesta decisão e/ou se houver necessidade para a manutenção da segurança da ofendida ou, ainda, se as circunstâncias assim o exigirem. 3) Intime-se, pessoalmente, a vítima. 4) Faça-se constar no mandado que o oficial de justiça fica autorizado cumprir o mandado fora do expediente forense, ainda que em domingos ou feriados. 5) Comunique-se o Ministério Público. **As demais vias desta decisão servirão como mandado instrumento de comunicação à autoridade policial, intimação da vítima e para citação do agressor.** Senador José Porfírio-PA, datado eletronicamente. **Ênio Maia Saraiva.** Juiz de Direito. Dado e passado nesta comarca de Senador José Porfírio, aos 21 (vinte e um) dias do mês de outubro de 2021 (dois mil e vinte e um). Eu, Elder Savio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria de 1ª Entrância, subscrevi e assino em conformidade com o artigo 1º, § 1º, inciso IX, do Provimento 006/2006-CJRMB, com aplicação autorizada pelo Provimento nº 006/2009-CJCI.

E D I T A L DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS

O Excelentíssimo Senhor ANTÔNIO FERNANDO DE CARVALHO VILAR, Juiz de Direito respondendo pela Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber ao nacional FREDERICO LUIZ TEIXEIRA MARTIN, brasileiro, solteiro, nascido aos 02/09/1976, portador da CI/RG nº 740740 SSP/ES e do CPF nº 074.887.757-67, filho de Adilson Luiz Martin, com endereço declarado nos autos como sendo Rua Maratizes, nº 250, bloco 02, apto. 1002, bairro Valparaíso, Serra-ES, porém por não ter sido possível ter sido localizado para ser intimado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 90 (noventa) dias a fim de tomar ciência da sentença prolatada por este Juízo em 11/12/2019, às fls. 317/322 dos autos da ação civil pública de indenização por dano material e moral coletivo causado ao meio ambiente nº 0000103-46.2012.8.14.0058, a qual, na íntegra, diz: ¿SENTENÇA. Vistos, etc. Trata-se de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado do Pará em face de PORBRÁS MADEIRAS LTDA., ADILSON LUIZ MARTIN, JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA PINHO, FREDERICO LUIZ TEIXEIRA MARTIN e FELIPE ANDRÉ TEIXEIRA MARTIN, visando, no mérito, a responsabilização civil ambiental para que os promovidos sejam condenados ao pagamento de indenização de danos morais coletivos e patrimoniais ou, alternativamente, à determinação para que os réus promovam o reflorestamento da área

degradada ou outra região indicada pelo Ibama. Aduz a inicial que, conforme apuração no Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000116/2009-13 (fls. 19), em 2008 os réus infringiram norma prevista no art. 60 da Lei 9.605/98, bem como no art. 66, II e VII, do Decreto Federal 6.514/08, como indicado no auto de infração 527264-D (fls. 03). Relata o requerente que a Operação Arco Fogo, do Ibama, constatou funcionamento de porto de embarque e desembarque de produtos e subprodutos florestais em área de preservação permanente, na margem direita do rio Xingu, sem licença ou autorização, aplicando à ré Porbrás multa administrativa no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Afirma, ainda, que diante da constataç¿o administrativa, coube ao órg¿o ministerial demandar em busca da responsabilização civil dos requeridos, pelos danos à sociedade decorrentes de les¿o ao meio ambiente. Inicial com documentos às fls. 02/113-V. Petiç¿o inicial recebida em despacho às fls. 114. Contestaç¿o apresentada às fls. 127/133 pela advogada (dra.) Dominique de Nazaré dos S. Silva, em defesa dos réus Porbrás, Felipe André, Frederico Luiz, José Maria de Oliveira e Adilson Luiz, defendendo a ilegitimidade passiva e a ocorrência de decadência quanto aos requeridos Felipe André, Frederico Luiz e José Maria, além da defesa de mérito. Contudo, nos instrumentos de representaç¿o às fls. 134/138 n¿o consta procuraç¿o legítima pelo promovido José Maria de Oliveira. Requerimento do Ministério Público às fls. 165, para fim de oficiar o Ibama a apresentar cópia integral dos procedimentos oriundos dos autos de infraç¿es administrativas constantes às fls. 21/24. Audiência de conciliaç¿o realizada às fls. 179/180, na qual o Ministério Público requereu ofício à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo ¿ SEMAT almejando esclarecer se houve desmatamento na área que funcionava o porto de embarque e desembarque, bem como para que haja indicaç¿o do prejuízo. Cópia digitalizada do Processo Administrativo do Ibama (fls. 183). Laudo Técnico Ambiental apresentado às fls. 185/189 pela SEMAT, indicando a existência de um caminho aberto na área da Porbrás até o rio Xingu, para embarque e desembarque de madeira, bem como a presença de resíduos de madeira e regeneraç¿o da vegetaç¿o no local, de modo a concluir que houve supress¿o da mata há muito tempo. Por fim, atesta o laudo que diante dos fatos provocados pelo fator humano, houve prejuízo ao curso d¿água, risco de impermeabilizaç¿o do solo pelo contato direto com as chuvas e de eros¿o. Audiência de instruç¿o e julgamento realizada (fls. 191/193), ocasi¿o em que foi colhido o depoimento pessoal do promovido Adilson Luiz. Ofício da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade ¿ SEMAS (fls. 198), indicando que a Licença de Operaç¿o ¿ LO nº 724/2008 n¿o abrangia autorizaç¿o para instalaç¿es portuárias, e que a Porbrás foi autorizada à atividade portuária somente por meio da Autorizaç¿o de Funcionamento ¿ AF nº 166/2012, vencida em 18/06/2013, e posteriormente, com a emiss¿o da Licença de Operaç¿o ¿ LO nº 8358/2014, cuja autorizaç¿o ocorreu até 20/03/2017. Ante a n¿o representaç¿o processual do réu José Maria, o Ministério Público pleiteou (fls. 199-V) sua citaç¿o por edital, o que foi realizado em 25/05/2016 (fls. 208), e na mesma manifestaç¿o requereu nova intimaç¿o à SEMAT para que indique o cálculo do dano ambiental alegado, afirmando que no laudo apresentado nos autos n¿o há como dimensionar o valor dos danos. Novo laudo emitido pela SEMAT às fls. 215/223, no qual restou atestado que a área de preservaç¿o permanente, desmatada na década de 90, foi vegetada novamente ou houve regeneraç¿o natural, conforme imagens obtidas nos anos de 2012 e 2015. Contestaç¿o apresentada às fls. 226 pelo curador especial do requerido José Maria, o dr. José Carlos Melém. Renúncia ao mandato (fls. 227) apresentada pela advogada do réu Porbrás (fls. 227/231). Renúncia ao mandato dos requeridos Adilson Luiz, Frederico Luiz e Felipe André (fls. 245/251). Alegaç¿es finais pelo Ministério Público às fls. 235/237, ratificando o pedido de condenaç¿o dos requeridos ao pagamento de danos morais e materiais. Raz¿es finais apresentadas às fls. 263/266 pela curadora especial do réu José Maria, aduzindo, em síntese, que este deixou de fazer parte da sociedade em 15/09/2011, pugnando pelo reconhecimento de decadência. O réu Felipe André foi intimado pessoalmente (fls. 307-V), mas n¿o constituiu novo procurador nem apresentou memoriais finais, conforme certid¿o às fls. 308. O promovido Frederico Luiz foi intimado por edital (fls. 311), porém, n¿o apresentou raz¿es finais nem constituiu novo advogado, conforme certid¿o às fls. 314. Os réus Porbrás e Adilson Luiz foram intimados às fls. 256, mas n¿o constituíram novo causídico nem apresentaram memoriais finais, conforme certid¿o às fls. 316. Os autos vieram-me conclusos para sentença. É o relato. Decido. O art. 129, III, da Constituiç¿o Federal de 1988, atribui ao Ministério Público a legitimidade para promover aç¿es que visam a proteç¿o do patrimônio público e social, do meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos, justificando, assim, a propositura da presente demanda. De antem¿o, tenho por bem registrar que reconheço a contestaç¿o dos réus Porbrás, Adilson Luiz, Frederico Luiz e Felipe André na peça juntada às fls. 127/133 pela advogada (dra.) Dominique de Nazaré dos S. Silva, uma vez que às fls. 134/138 constam as respectivas procuraç¿es. Quanto ao requerido José Maria, considerando que a advogada acima o englobou na peça contestatória, mas sem apresentar instrumento procuratório do réu em quest¿o, tenho que a contestaç¿o deste foi apresentada pelo curador especial (dr.) José Carlos Melém, às fls. 226. Antes de me apreciar o mérito, passo a analisar as preliminares arguidas.

PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. Em ambas as peças contestatórias, os defensores técnicos arguiram a ilegitimidade passiva dos réus José Maria, Frederico Luiz e Felipe André, sob a alegaç¿o de decadência pelo fato destes terem se desligado do quadro societário da ré Porbrás há mais de 03 (três) anos. Tal preliminar n¿o merece guarida, vez que a atuaç¿o do Ibama, constatando os danos, ocorreu no ano de 2008, quando os requeridos supraindicados ainda faziam parte do quadro societário da ré Porbrás, os quais se retiraram apenas no ano de 2011. Nesse aspecto, o art. 1.032 do CC determina a responsabilização dos sócios retirantes em até 02 (dois) anos, após a averbaç¿o da retirada da sociedade. Transcrevo: ¿Art. 1.032. A retirada, exclus¿o ou morte do sócio, n¿o o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigaç¿es sociais anteriores, até dois anos após averbada a resoluç¿o da sociedade; nem nos dois primeiros casos, pelas posteriores e em igual prazo, enquanto n¿o se requerer a averbaç¿o¿. Ademais, a presente aç¿o foi distribuída no ano de 2012, de modo que, pelo exposto, resta clarividente a legitimidade passiva de todos os réus indicados na inicial. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. De igual forma, n¿o merece acolhida a pretensa preliminar de inépcia da inicial (fls. 128/129), eis que o autor indicou corretamente os alegados danos ao meio ambiente, fazendo menç¿o inicialmente e diligenciando acerca da complementaç¿o da apuraç¿o dos prejuízos ao meio ambiente, de modo que os réus tiveram amplas condiç¿es de apresentarem suas defesas, inclusive, pelos dados apontados pelos procedimentos administrativos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ¿ IBAMA. Ademais, a jurisprudência pátria é uníssona ao definir que os danos causados ao meio ambiente n¿o necessitam de valor específico indicado pelo autor, podendo, pois, ser arbitrado pelo julgador, respeitando-se a razoabilidade e proporcionalidade, a exemplo dos entendimentos a seguir: ¿ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS AMBIENTAIS. DERRAMAMENTO DE ÓLEO NO MAR. INDENIZAÇ¿O. VALOR ARBITRADO DE FORMA RAZOÁVEL SEGUNDO ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL A QUAO. REVIS¿O. INVIABILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. 1. É assente nesta Corte que somente é possível a reavaliaç¿o do quantum arbitrado a título de danos causados ao meio ambiente nos casos em que se afigure exorbitante ou irrisório, o que evidentemente n¿o se configura no caso dos autos. Portanto, incide na espécie, o óbice da Súmula 7/STJ. 2. Agravo regimental n¿o provido¿. (STJ - AgRg no AREsp: 222483 SP 2012/0180576-7, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 18/11/2014, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicaç¿o: DJe 27/11/2014). ¿EMENTA: ADMINISTRATIVO. AÇ¿O CIVIL PÚBLICA. DANO AMBIENTAL. DESMATAMENTO DE ÁREA DE FORMAÇ¿O CAMPESTRE SEM AUTORIZAÇ¿O DE ÓRG¿O AMBIENTAL. ÁREA RECUPERADA NATURALMENTE. OBRIGAÇ¿O DE INDENIZAR. PERTINÊNCIA. REPARAÇ¿O INTEGRAL. VALOR ARBITRADO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. - O desmatamento de área de formaç¿o campestre sem autorizaç¿o de órg¿o ambiental e que causa danos significativos à vegetaç¿o deve ser sancionado, também, com a obrigaç¿o de pagar quantia em dinheiro. Precedente do STJ - A reparaç¿o do patrimônio ambiental deve ser a mais completa possível, abrangendo obrigaç¿es de indenizar e de n¿o fazer, para além da recuperaç¿o natural da área ao longo dos anos, circunstância que supriu t¿o somente a obrigaç¿o de fazer - O valor da indenização deve ser arbitrado de modo razoável e proporcional à extens¿o do dano¿. (TJ-MG - AC: 10400130022322001 MG, Relator: Alberto Vilas Boas, Data de Julgamento: 08/10/2019, Data de Publicaç¿o: 15/10/2019). No mérito, vislumbro que o Processo Administrativo nº 1.23.003.000116/2009-13, originado pelo auto de infração expedido pelo IBAMA, acostado às fls. 19/69, e apresentado integralmente em mídia digital às fls. 183, constatou que a ré Porbrás estava com quantidade de madeira condizente à comprovada documentalmente, mas autuou a mesma por ¿fazer funcionar atividade de porto de embarque e desembarque de produtos e subprodutos florestais, em área de preservaç¿o permanente¿, sem a devida licença legal. Por ocasi¿o, foi-lhe aplicada multa administrativa no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Considero, pois, que o procedimento administrativo é prova inequívoca da ocorrência do dano causado pelo funcionamento de atividade portuária na sede da requerida Porbrás em área de preservaç¿o permanente, uma vez que está revestido de fé pública do agente de fiscalizaç¿o ambiental do IBAMA. Outrossim, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade ¿ SEMAS informou às fls. 198 que à época da ¿Operaç¿o Arco de Fogo¿ a ré Porbrás n¿o obtinha autorizaç¿o para instalaç¿es portuárias, uma vez que a LO nº 724/2008 n¿o abrangia tais atividades, as quais foram autorizadas somente em 2012. Nesse sentido, a própria ré Porbrás admitiu, em defesa junto ao IBAMA (fls. 87/88), o funcionamento irregular do local de embarque e desembarque de produtos, sustentando que n¿o tinha conhecimento da necessidade de obter licença específica para funcionamento de porto de embarque e desembarque de madeiras e seus derivados. S¿o os termos da promovida às fls. 87: ¿[...] se falhamos, n¿o foi por desrespeito à legislaç¿o vigente, mas sim porque ao longo destes anos todos n¿o tínhamos a menor idéia de que fosse necessário ter uma autorizaç¿o especial para um local que n¿o é um porto e que está colocado nos documentos que enviamos a cada ano para renovaç¿o da LO, e, portanto pensávamos

que a licença seria válida também para embarque e desembarque de produtos¿. Tal argumento n¿o merece acolhida, vez que o art. 3º da Lei de Introduç¿o às normas do Direito Brasileiro é enfático ao dispor que ninguém poderá se eximir de obedecer a legislaç¿o, em sentido amplo, sob o fundamento de desconhecimento legal. In verbis: ¿Art. 3º Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que n¿o a conhece¿. Portanto, os réus violaram flagrantemente o disposto no art. 66 do Decreto nº 6.514/2008, a seguir transcrito: ¿Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorizaç¿o dos órg¿os ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: Multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) a R$ 10.000.000,00 (dez milh¿es de reais)¿. Ato contínuo, a legislaç¿o atual preconiza que a responsabilidade do infrator/poluidor pelo dano ambiental é objetiva, como assevera o art. 14, § 1º, da Lei 6.938/81, uma vez que o meio ambiente é um bem amplamente protegido pela Carta Magna/88, conforme art. 225, sendo essencial à qualidade de vida da presente e futuras geraç¿es. A jurisprudência já é pacífica nesse mesmo sentido, tendo o Supremo Tribunal Federal já assinalado o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como a consagraç¿o constitucional de um direito de terceira dimens¿o. Portanto, sendo desnecessária a apuraç¿o de culpa, uma vez que apurada sob a modalidade do risco integral. Vejamos como é o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado do Pará acerca do assunto: ¿APELAÇ¿O CÍVEL. AÇ¿O CIVIL PÚBLICA. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA E SOBRESTAMENTO DO FEITO. REJEITADAS - RESPONSABILIDADE OBJETIVA PELOS DANOS CAUSADOS. COMPROVAÇ¿O - DANO MATERIAL E REFLORESTAMENTO. PEDIDOS ALTERNATIVOS. NECESSIDADE DE ADEQUAÇ¿O - PRAZO DE SEIS MESES. APRESENTAÇ¿O DE PROJETO DE RECUPERAÇ¿O AO IBAMA. PRAZO PARA EXECUÇ¿O DO REFLORESTAMENTO. DETERMINADO PELO IBAMA. (...) 2- Há independência entre as esferas administrativa, civil e penal. Portanto, as decis¿es do Poder Judiciário n¿o est¿o vinculadas às conclus¿es adotadas em procedimento administrativo. Preliminar de sobrestamento do feito rejeitada; 3- A responsabilidade por violaç¿o do meio ambiente é objetiva, fundamentada na Teoria do Risco Integral, bastando a comprovaç¿o do nexo causal da aç¿o ou atividade desenvolvida pelo agente com o dano provocado, independentemente da existência de culpa; 4- De acordo com a extens¿o do dano, é possível subdividir o gênero dano ambiental, em duas espécies: dano patrimonial e dano extrapatrimonial ou moral. Há total independência entre a reparaç¿o do dano extrapatrimonial e do dano patrimonial; (...)¿ (TJPA 2017.04205724-17, 182.104, Rel. Celia Regina de Lima Pinheiro, Órg¿o Julgador 1ª Turma de Direito Público, Julgado em 2017-09-25, publicado em 2017-10-24) A conduta direta da empresa requerida, e a conduta, no mínimo indireta, dos sócios daquela à época, os quais n¿o agiram para impedir a prática ilegal, tornam todos legitimados a comporem o polo passivo da presente demanda, consoante arts. 2º e 3º, parágrafo único, da Lei nº 9.605/98, c/c art. 3º da Lei nº 6.938/81, os quais indicam como infratores todos aqueles que, direta ou indiretamente, tenham praticado atividade causadora de degradaç¿o ambiental. Embora nos autos haja comprovaç¿o de regeneraç¿o natural ou revegetaç¿o da área de preservaç¿o permanente desmatada para funcionamento do porto irregular, a aç¿o dos réus causou danos ambientais amplamente indicados pela SEMAT (fls. 185/189), dentre os quais: prejuízo ao curso d¿água, risco de impermeabilizaç¿o do solo pelo contato direto com as chuvas e de eros¿o, n¿o podendo, portanto, os ilícitos serem relevados pelo Poder Público, sobretudo pelo Judiciário. Assim, estando configurado o prejuízo, bem como o evidente nexo causal pela conduta dos requeridos, a reparaç¿o deve ser condizente com o dano provocado, já que n¿o se trata de simples reparaç¿o pessoal ou privada, mas de interesse coletivo ou mesmo geracional, impondo, dessa forma, a reparaç¿o pelos danos materiais e morais coletivos causados. Pelo exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, extinguindo o processo com resoluç¿o do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: A) condenar os requeridos, solidariamente, a título de danos materiais coletivos, ao pagamento de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), valor este que será revertido ao Fundo Municipal do Meio Ambiente desta Comarca; B) condenar os requeridos, solidariamente, ao pagamento de dano moral coletivo ao meio ambiente e à coletividade no importe de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), devendo ser revestido ao Fundo Estadual dos Direitos Difusos, nos termos do art. 13, da Lei nº 7.347/85. Intime-se o Ministério Público, inclusive para informar acerca dos dados da conta corrente do Fundo Municipal do Meio Ambiente desta Comarca, bem como do Fundo Estadual dos Direitos Difusos. Intime-se o requerido José Maria de Oliveira Pinho, por meio de sua curadora especial, de forma pessoal. Intimem-se os demais requeridos nos últimos endereços cujas comunicaç¿es restaram frutíferas, expedindo-se cartas precatórias e/ou editais, se necessário. Custas pelos requeridos. Sem honorários (art. 128, § 5º, II, ¿a¿, da CF/88). Após o trânsito em julgado, proceda-se o necessário, arquivando-se ao final. Publique-se. Registre-se. Senador José Porfírio-PA, 11 de dezembro de 2019. Kátia Tatiana Amorim de Sousa. Juíza de Direito da Comarca de Senador José Porfírio.¿. Aos 07 (sete) dias do mês de fevereiro do

ano de 2020. Eu, Elder Savio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O Excelentíssimo Sr. Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio-PA Ênio Maia Saraiva, faz saber à nacional IRANI ALVES RODRIGUES, brasileira, nascida em 02/08/1956, portadora do CPF nº 305.041.712-91, filha de Júlia Maria de Jesus e de Manoel Alves de Oliveira, com endereço declarado nos autos como sendo Rua A, nº 17, Jardim Paraíso, Tucuruí-PA, que nos autos Do procedimento de medidas protetivas de urgência nº 0800086-93.2020.8.14.0058, em 30/08/2021, foi prolatada sentença a qual, na íntegra, diz: ¿SENTENÇA. IRANI ALVES RODRIGUES, devidamente qualificada nos autos, alegando ser vítima de violência doméstica e familiar contra a mulher, com incidência na Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006, ingressou com pedido de medidas protetivas de urgência em face de PAULO RODRIGUES ALVES. Em decisão liminar, foram deferidas as medidas de proteção pretendidas pela requerente (id. 21030725). O requerido não foi localizado para citação pessoal (id. 21241884), sendo realizada a editalícia (id. 28231696). Regularmente citado, não apresentou contestação (id. 32765289). Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. DECIDO. Em razão da ausência de defesa tempestiva pelo requerido, embora devidamente citado, DECRETO A REVELIA, o que faço nos termos do art. 344 do CPC Entendo desnecessária a produção de provas em audiência, haja vista que o objeto dos presentes autos é tão somente a apreciação da manutenção e/ou revogação da medida protetiva de urgência. Tenho que a causa está suficientemente instruída para o seu julgamento, pelo que passo a sua apreciação nos termos do artigo 355, I do Código de Processo Civil. A ocorrência traz a descrição da violência/grave ameaça sofrida pela vítima, a qual deu ensejo a decisão liminar concessiva das medidas protetivas de urgência, perdurando até o presente momento. Consigno que a medida protetiva prevista na lei nº 11.340/06 visa a garantia da ofendida que se encontra em situação de risco, resguardando, além de sua incolumidade física e psíquica, o direito de uma vida sem violência e com harmonia, solidariedade, respeito e dignidade, fundamentos esses que devem prevalecer dentro do âmbito familiar (parentes próximos ou pessoas com quem convive ou já conviveu). Assim, considerando o caráter protetivo da norma, prepondera em casos tais a palavra da vítima, que merece ser salvaguardada ante a alegada situação de violência/ameaça. Demais, anoto que as lides domésticas e familiares, por serem relações jurídicas continuativas, perduram no tempo e, por isso, são passíveis de modificações em sua situação de fato e de direito. Em vista disso, a sentença que as resolve não transita materialmente em julgado, ou seja, se porventura o requerido vier demonstrar posteriormente a imprescindibilidade de se aproximar e de manter contato com a vítima, as medidas poderão ser revistas. Como também se faz possível que a ofendida requeira a revogação das medidas concedidas. O novo CPC, claramente voltado à duração razoável do processo e a efetividade da tutela jurisdicional, permite que a tutela satisfativa seja veiculada de maneira antecedente, ou seja, em petição própria, antes da propositura da demanda principal (Artigo 303 do CPC). Ocorre que, se a medida assim requerida (de modo antecedente) e deferida, não for confrontada pela parte contraria pelo recurso cabível, qual seja o agravo de instrumento, ela se estabiliza, isto é, conservará os seus efeitos práticos, independentemente da complementação da petição inicial e da defesa do réu. No presente caso, conforme certificado nos autos, o requerido fora devidamente intimado da decisão antecipatória de tutela e não interpôs recurso de agravo de instrumento, razão pela qual tenho como estabilizado os efeitos da tutela de urgência e por via de consequência, procedo à extinção do processo. DISPOSITIVO Diante do exposto, em observância às regras processuais acima dispostas, reconheço a estabilização da tutela antecipada deferida no início do processo e mantenho as medidas protetivas já fixadas, o que faço nos termos do art. 304, caput, do CPC, e por via de consequência, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, de acordo com o art. 485, X do CPC. Intime-se a requerente, advertindo-a que eventual quebra das medidas protetivas, no transcurso do prazo supra determinado, deverá ser comunicada a autoridade policial como descumprimento de medidas protetivas. Transcorrido referido prazo deverá a requerente ingressar com novo pedido de medidas protetivas de urgência. Sem custas, nos termos do art. 28 da Lei Maria da Penha. Ciente o MP. Façam-se as

comunicações necessárias. Certifique-se o trânsito em julgado, após, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. INTIMEM-SE AS PARTES POR EDITAL. Serve a presente decisão de ofício/mandado/carta precatória, aos fins a que se destina, tudo nos termos dos Provimentos nº 003/2009 CJCI. Datado eletronicamente. Ênio Maia Saraiva Juiz de Direito¿. E como a parte acima qualificada não encontrada para ser pessoalmente intimada, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias a fim de tomar ciência da referida sentença. Aos 04 (quatro) dias do mês de novembro do ano 2021 (dois mil e vinte e um). Eu, Elder Savio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria de 1ª Entrância, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

E D I T A L DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

PROCESSO Nº 0067663-97.2015.8.14.0058. AÇÃO PENAL. RÉUS: EVANDRO MOURA FERREIRA E ADJALMA SERRÃO PAZ. O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber aos nacionais ADJALMA SERRÃO PAZ, vulgo ¿Deda¿, paraense de Portel, nascido em 15/02/1994, filho de Maria do Socorro Reis Serrão e de Domingos de Carvalho Paz, e EVANDRO MOURA FERREIRA, vulgo ¿Dico¿, paraense de Senador José Porfírio, nascido em 01/02/1995, filho de Maria Benedita Moura Ferreira, ambos com endereço declarado nos autos como sendo bairro Piquiá, nº 504, Senador José Porfírio-PA, do que não tendo sido possível a intimação pessoal de ambos, os quais encontram-se em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias a fim de tomarem ciência da sentença prolatada por este Juízo em 12/05/2021, à fl. 106 dos autos da Ação Penal nº 0067663-97.201517.8.14.0058, a qual, na íntegra, diz: ¿PROCESSO Nº 0067663-97.2015.8.14.0058. SENTENÇA. Compulsando os autos, verifico que há questão prejudicial de mérito, consistente na extinção da pretensão punitiva estatal pela ocorrência da prescrição pretensão executória vez que, considerando a pena em concreto estabelecida na sentença condenatória (fl. 77/81) e o marco inicial para aferição do prazo prescricional após a imposição da condenação, que é o trânsito em julgado para a acusação, não se tendo configurado qualquer das causas interruptivas da prescrição, transcorreu o prazo prescricional. Os sentenciados EVANDRO MOURA FERREIRA e ADJALMA SERR¿O PAZ não iniciaram até a presente data o cumprimento das suas respectivas penas, tendo perdido a pena concretamente aplicada na sentença a sua força executória, pois não foi exercitada pelos órgãos estatais, nos prazos previstos no artigo 109 do Código Penal. Observo que quando a extinção da punibilidade for decretada após o trânsito em julgado, extingue-se a pretensão executória do Estado -imposição da pena-, remanescendo, no entanto, os efeitos secundários da sentença condenatória, tais como lançamento do nome no rol dos culpados, incluindo a eventual reincidência, por razões de política criminal, ante a existência de pronunciamento do Estado-juiz, com trânsito em julgado da sentença, infirmando a culpabilidade do réu, se no caso for. Assim sendo, tendo havido a perda do Estado do direito aplicar efetivamente a pena, em decorrência da prescrição executória DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE imposta aos condenados EVANDRO MOURA FERREIRA e ADJALMA SERR¿O PAZ, relativamente ao presente processo, consoante artigo art. 107, inciso IV, 109, V, 110 § 1º, ambos do CPB e art. 66, II da Lei de Execução Penal, já que transcorridos os prazos previstos no artigo 109 do Código Penal, a contar do trânsito em julgado da sentença para a acusação, sem que o sentenciado iniciasse o cumprimento da sua pena. DECLARO, ainda, que permanecem os efeitos secundários da sentença condenatória, tais como o lançamento do nome do rol dos culpados, uma vez que a causa de extinç¿o ocorreu depois do trânsito em julgado da sentença condenatória. Oficie-se ao TRE/PA, comunicando-se lhe do teor da sentença de fl. 81, para os fins do art. 15, III, da Constituição Federal c/c Súmula 09 do TSE. Expeça-se o contramandado de prisão no BNMP 2.0, recolhendo-se aquele(s) anteriormente(s) expedido(s) à(s) fl(s). 97 e 100. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. Façam-se as anotações necessárias. Arquive-se. Senador José Porfírio, 12 de maio de 2021. Ênio Maia Saraiva. Juiz de Direito¿. Aos 04 (quatro) dias do mês de novembro do ano de 2021 (dois mil e vinte e um). Eu, Elder Sávio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria de 1ª entrância, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

E D I T A L DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber ao nacional PEDRO MONTEIRO DE SOUZA, conhecido como ¿Bombom de Alho¿, brasileiro, paraense, nascido aos 16/02/1951, portador do RG nº 480018 SSP/PA, filho de Ana Neves de Souza, com endereço declarado nos autos como sendo rua Martins (ou Mártir) Tiradentes, nº 609, cidade de Vitória do Xingu-PA, em razão de não ter sido encontrado, estando em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias a fim de tomar ciência da sentença prolatada por este Juízo em 12/05/2021, à fl. 220 dos autos da Ação Penal nº 0000015-91.2001.8.14.0058, que, na íntegra, diz: ¿PROCESSO Nº 0000015-91.2001.8.14.0058. SENTENÇA. Compulsando os autos, verifico que há questão prejudicial de mérito, consistente na extinção da pretensão punitiva estatal pela ocorrência da prescrição pretensão executória vez que, considerando a pena em concreto estabelecida na sentença condenatória e o marco inicial para aferição do prazo prescricional após a imposição da condenação, que é o trânsito em julgado para a acusação (fl. 175), não se tendo configurado qualquer das causas interruptivas da prescrição, transcorreu o prazo prescricional. O sentenciado PEDRO MONTEIRO DE SOUZA não iniciou até a presente data o cumprimento da sua respectiva pena, tendo perdido a pena concretamente aplicada na sentença a sua força executória, pois não foi exercitada pelos órgãos estatais, nos prazos previstos no artigo 109 do Código Penal. Observo que quando a extinção da punibilidade for decretada após o trânsito em julgado, extingue-se a pretensão executória do Estado -imposição da pena-, remanescendo, no entanto, os efeitos secundários da sentença condenatória, tais como lançamento do nome no rol dos culpados, incluindo a eventual reincidência, por razões de política criminal, ante a existência de pronunciamento do Estado-juiz, com trânsito em julgado da sentença, infirmando a culpabilidade do réu, se no caso for. Assim sendo, tendo havido a perda do Estado do direito aplicar efetivamente a pena, em decorrência da prescrição executória DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE imposta ao condenado PEDRO MONTEIRO DE SOUZA, relativamente ao presente processo, consoante artigo art. 107, inciso IV, 109, III, 110 § 1º, ambos do CPB e art. 66, II da Lei de Execução Penal, já que transcorridos os prazos previstos no artigo 109 do Código Penal, a contar do trânsito em julgado da sentença para a acusação, sem que o sentenciado iniciasse o cumprimento da sua pena. DECLARO, ainda, que permanecem os efeitos secundários da sentença condenatória, tais como o lançamento do nome do rol dos culpados, uma vez que a causa de extinção ocorreu depois do trânsito em julgado da sentença condenatória. Oficie-se ao TRE/PA, comunicando-se lhe do teor da sentença de fl. 81, para os fins do art. 15, III, da Constituição Federal c/c Súmula 09 do TSE. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. Façam-se as anotações necessárias. Arquive-se. Senador José Porfírio, 12 de maio de 2021. Ênio Maia Saraiva. Juiz de Direito¿. Aos 16 (dezesseis) dias do mês de novembro do ano de 2021 (dois mil e vinte e um). Eu, Elder Sávio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria de 1ª entrância, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O Excelentíssimo dr. Ênio Maia Saraiva, Juiz de Direito da Comarca de Senador José Porfírio, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso das atribuições a mim conferidas por Lei, etc... FAZ SABER, aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que por este Juízo e expediente da Secretaria da Vara Única desta Comarca, tramita os autos da Ação de Guarda Judcial com Pedido de Tutela Antecipada sob o n° 0000564-08.2018.8.14.0058, REQUERIDO: ELINALDO FERREIRA DUARTE, atualmente com paradeiro incerto e não sabido, do que, como não há como ser encontrada para ser intimado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL com prazo de 20 (vinte) dias, pelo qual INTIMA-SE o EMBARGANTE; ELINALDO FERREIRA DUARTE, plenamente capaz, para conhecimento do teor da SENTENÇA JUDICIAL que, na íntegra, diz: ¿SENTENÇA Vistos etc. BERTOLINA CORREA MOURA, por

intermédio do Órgão Ministerial, protocolou ação de guarda em desfavor de ELINALDO FERREIRA DUARTE, pugnando a guarda definitiva de L. C. D., aduzindo o óbito da genitora e a ausência física do pai registral. Guarda provisória deferida à fl. 11. Citado por edital (fl. 13), foi designado curador especial ao réu, que apresentou contestação por negativa geral à fl. 27/30. Estudo social às fls. 35/37. Designada a audiência de instrução para a presente data, esta restou frustrada por ausência das partes, apesar de regularmente intimadas ao ato. Razões finais ministeriais pela procedência do pedido. A curadora especial igualmente se manifestou pela procedência. Sucintamente relatados, DECIDO. Inicialmente, entendo desnecessária a redesignação da presente audiência, vez que o feito está instruído com estudo social, sendo dispensável a oitiva da autora e da criança. Pois bem, passa-se ao mérito. O instituto da guarda, após o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90), passou a ser encarado, precipuamente, como medida preparatória à adoção ou à tutela, como resulta claro da leitura do § 1º do artigo 33 da mencionada lei. Entretanto, em situações excepcionais, poderá ser deferida a guarda fora dessas situações, "para atender a situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável" (§ 2º do mesmo artigo), inclusive para efeito de aquisição formal da condição de dependente, também sob o aspecto previdenciário (§ 3º, idem). Resta demonstrado nos autos o óbito da genitora da criança, bem como a ausência física do genitor, que foi citado por edital, estando atualmente em lugar incerto e não sabido. O estudo social foi claro ao destacar a presença esporádica do genitor, embora seja incerto seu paradeiro. Quanto à relação entre a autora e a criança, tem-se que a conclusão técnica foi de que a infante está bem inserida no contexto domiciliar e que a guarda à autora atende aos melhores interesses da criança. À luz do parecer social e da concordância do órgão ministerial, entendo que os interesses da infante restarão preservados em permanecendo sob os cuidados da autora, que se apresenta como pessoa apta ao pleno exercício da guarda, resguardando os interesses da criança, que deve sobrelevar aos demais. ISTO POSTO, com espeque no art. 33, § 2º, do ECA, julgo procedente o pedido e o faço com resolução do mérito, para deferir a guarda definitiva de LUDYMILA CORREA DUARTE a BERTOLINA CORREA MOURA, com os efeitos daí decorrentes. Transitada em julgado, tome-se o compromisso e lavre-se o termo, arquivando-se com as cautelas legais, dando-se baixa no registro. Sem custas, em face da gratuidade processual. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Arbitro honorários à Curadora Especial Dra. RUTILÉIA EMILIANO DE FREITAS TOZETTI ¿ OAB/PA nº 25.676-A, no valor de R$ 1.100,00 (mil e cem reais), em razão da ausência da Defensoria Pública nesta comarca a assumir o referido encargo. Serve a presente decisão de ofício/mandado/carta precatória, aos fins a que se destina, tudo nos termos dos Provimentos nº 003/2009 CJCI. Nada mais havendo a tratar, mandou o MM. Juiz encerrar o presente termo Ênio Maia Saraiva Juiz de Direito. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e não possam no futuro alegar ignorância, expediu-se este Edital que será publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Senador José Porfírio, Estado do Pará, aos dezesseis dias do mês de novembro de dois mil e vinte um. Eu, _____ (Camilly Barbosa Sousa), Estagiária da Comarca que digitei e subscrevi.¿

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O Excelentíssimo dr. Ênio Maia Saraiva, Juiz de Direito da Comarca de Senador José Porfírio, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso das atribuições a mim conferidas por Lei, etc... FAZ SABER, aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que por este Juízo e expediente da Secretaria da Vara Única desta Comarca, tramita os autos da Ação de Medidas Protetivas sob o n° 0001801-14.2017.8.14.0058, REQUERIDO: ANTONIO DEODATO, atualmente com paradeiro incerto e não sabido, do que, como não há como ser encontrada para ser intimado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL com prazo de 20 (vinte) dias, pelo qual INTIMA-SE o REQUERIDO: ANTONIO DEODATO, plenamente capaz, para conhecimento do teor da SENTENÇA JUDICIAL que, na íntegra, diz: ¿SENTENÇA Trata-se de autos de pedido de Medidas Protetivas de Urgência, encaminhados pelo Ministério Público Estadual em favor de D. de M. G., vítima de violência doméstica e familiar, onde consta como agressor ANTONIO DEODATO, todos qualificados nos autos. Foram deferidas Medidas Protetivas de Urgência em favor da vítima (fls. 08/09). Em seguida, a vítima manifestou-se pela revogação das medidas, em razão de não mais subsistirem seus motivos (fl. 27). O Ministério Público pugnou pela

extinção do feito com a consequente revogação de tais medidas (fl. 34). Brevemente relatado. Decido. A Lei nº 11.340, que trata da violência doméstica e familiar contra a mulher, estabeleceu medidas protetivas em face das vítimas dos delitos previstos, cabendo ao juiz conhecer do pedido e decidir a respeito da necessidade das medidas protetivas de urgência, que poderão ser deferidas de imediato sem oitiva das partes ou do Ministério Público. Para tanto, como medida cautelar, basta que se verifiquem os requisitos do fumus boni iuris e periculum in mora. A medida foi deferida liminarmente, já que, naquele momento, verificava-se a presença dos requisitos ensejadores, devendo-se, por hora, avaliar a necessidade de sua conservação, levando em consideração que o fato que deu origem ao presente procedimento, já se encontrando superado pelo tempo. Entendo que as medidas protetivas possuem caráter satisfativo e prescindem da existência ou ajuizamento de outra ação, ressalto que, atingindo, de imediato, seu objetivo e exaurindo-se em seu cumprimento, devem as mesmas serem arquivadas. Nesse sentido já decidiu o Superior Tribunal de Justiça: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER. MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI N. 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA). INCIDÊNCIA NO ÂMBITO CÍVEL. NATUREZA JURÍDICA. DESNECESSIDADE DE INQUÉRITO POLICIAL, PROCESSO PENAL OU CIVIL EM CURSO. 1. As medidas protetivas previstas na Lei n. 11.340/2006 , observados os requisitos específicos para a concessão de cada uma, podem ser pleiteadas de forma autônoma para fins de cessação ou de acautelamento de violência doméstica contra a mulher, independentemente da existência, presente ou potencial, de processo-crime ou ação principal contra o suposto agressor. 2. Nessa hipótese, as medidas de urgência pleiteadas terão natureza de cautelar cível satisfativa, não se exigindo instrumentalidade a outro processo cível ou criminal, haja vista que não se busca necessariamente garantir a eficácia prática da tutela principal. O fim das medidas protetivas é proteger direitos fundamentais, evitando a continuidade da violência e das situações que a favorecem. Não são, necessariamente, preparatórias de qualquer ação judicial. Não visam processos, mas pessoas (DIAS. Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na Justiça. 3 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012). 3. Recurso Especial não provido. (STJ - Resp: 1419421 GO 2013/0355585-8, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 11/02/2014, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: Dje 07/04/2014) (grifei) Compulsando os autos verifico que a vítima declarou ser dispensável a continuidade das medidas protetivas de urgência. Entendo, desta forma, que houve expressa desistência. Ante o exposto, homologo a desistência e julgo extinto o processo, sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil e revogo as medidas protetivas de urgência deferida em decisão liminar. Sem custas processuais. Cientifique-se o Ministério Público. Intimem-se as partes. Caso não as encontre para intimação, defiro a intimação por edital. De outra forma, havendo mudança de endereço, definitiva ou temporária, sem prévia comunicação ao juízo, desde já, tenho por válida a intimação (art. 274, parágrafo único, do CPC). Após, certifique o trânsito em julgado e arquivem-se. Senador José Porfírio-PA, 23 de setembro de 2021. Ênio Maia Saraiva Juiz de Direito. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e não possam no futuro alegar ignorância, expediu-se este Edital que será publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Senador José Porfírio, Estado do Pará, aos dezesseis dias do mês de novembro de dois mil e vinte um. Eu, _____ (Camilly Barbosa Sousa), Estagiária da Comarca que digitei e subscrevi.¿

COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ

INTIMAÇÃO DE SENTENÇA PROCESSO:000527711.2013.8140055
REQTE: BANCO YAMAHA MOTOR DO BRASIL
ADV.: MAURICIO PEREIRA DE LIMA OAB/PA 10.219

SENTENÇA

Autos n° 0005277-11.2013.8.14.0055 Vistos os autos. O art. 485, VI, do CPC determina a extinção do feito sem resolução do mérito quando o juiz verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual. No caso em exame, o processo encontra-se paralisado há anos, sem que as partes tenham peticionado requerendo impulso, o que, a meu juízo, configura ausência superveniente de interesse processual na resolução da demanda. Some-se a isso, a desídia da nova defesa técnica constituída nos autos, isto porque, embora tenha pleiteado sua habilitação nos autos, não atendeu a determinação judicial, tampouco formulou requerimentos jurídicos para o impulsionamento do feito, contribuindo com a estagnação da marcha processual. Assim, diante do desinteresse das partes no seguimento normal da demanda, deve o Juiz, de ofício, em homenagem aos princípios da razoável duração da demanda e da racional gestão de processos, após as providências legais, determinar a extinção e arquivamento do processo. ANTE O EXPOSTO, julgo extingo o processo sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, VI, do Código de Processo Civil. Torno sem efeito a liminar deferida às fls. 29, devendo o bem ser restituído ao demandado, se for o caso, bem como recolhido o respectivo mandado de busca e apreensão outrora deferido, com a devida baixa do gravame de circulação do veículo no sistema RENAJUD, junto ao órgão do DETRAN/PA. Sem custas, na forma da lei. Publique-se, registre-se e cumpra-se. Com o trânsito em julgado arquivem-se os autos, dando-se baixa na Distribuição. São Miguel do Guamá/PA, quinta-feira, 28 de outubro de 2021.

Sávio José de Amorim Santos

juiz de direito

INTIMAÇÃO DE SENTENÇA PROCESSO:0002192-07.2019.8140055
REQTE: BANCO BRADESCO SA
ADV.:MAURO PAULO GALERA MARY

SENTENÇA

Autos nº 0002192-07.2019.8.14.0055 Vistos etc. Trata-se de ação de execução por título executivo extrajudicial, proposta Banco Bradesco S.A, em face M. T de Araújo Fernandes - EPP, todos já devidamente qualificados nos autos em epígrafe. Após a concessão do pedido liminar (fls. 42), sobreveio aos autos informação de que as partes transacionaram, requerendo o autor a homologação do instrumento particular de transação judicial de fls. 50/71. Relatei o essencial. Decido O artigo 200, caput, do Código de Processo Civil determina: Os atos das partes consistentes de declarações unilaterais ou bilaterais de vontades, produzem imediatamente a constituição, a modificação ou extinção de direitos processuais. Por sua vez, o Código Civil no seu artigo 104 preconiza que a validade do negócio jurídico requer a gente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei. Na espécie vertente, em um juízo de delibação, verifico que a transação firmada entre as partes preenche os requisitos de validade do negócio jurídico. Em face do exposto e para o fim disposto no artigo 515, inciso II, do Código de Processo Civil, HOMOLOGO a transação firmada entre as partes e julgo extinto o processo com exame do mérito, com fulcro no artigo 487, inciso III, letra b, do Código de Processo Civil, observando-se o estabelecido no artigo 90, § 2º, do Código de Processo Civil. Expeça-se os mandados e ofícios necessários, com as cautelas de Lei. Nos termos do §3º do art. 90 do CPC, ficam as partes

dispensadas do pagamento de custas processuais remanescentes. Após o trânsito em julgado, arquive-se. P.R.I.C. São Miguel do Guamá, quinta-feira, 07 de outubro de 2021.

Sávio José de Amorim Santos

Juiz de Direito

INTIMAÇÃO DA SENTENÇA PROCESSO:0002192-07.2019.8140055

REQTE:BANCO BRADESCO SA

ADV.:MAURO PAULO GALERA MARYOAB/PA 20.455-A

SENTENÇA Autos nº 0002192-07.2019.8.14.0055 Vistos etc. Trata-se de ação de execução por título executivo extrajudicial, proposta Banco Bradesco S.A, em face M. T de Araújo Fernandes - EPP, todos já devidamente qualificados nos autos em epígrafe. Após a concessão do pedido liminar (fls. 42), sobreveio aos autos informação de que as partes transacionaram, requerendo o autor a homologação do instrumento particular de transação judicial de fls. 50/71. Relatei o essencial. Decido O artigo 200, caput, do Código de Processo Civil determina: Os atos das partes consistentes de declarações unilaterais ou bilaterais de vontades, produzem imediatamente a constituição, a modificação ou extinção de direitos processuais. Por sua vez, o Código Civil no seu artigo 104 preconiza que a validade do negócio jurídico requer a gente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei. Na espécie vertente, em um juízo de delibação, verifico que a transação firmada entre as partes preenche os requisitos de validade do negócio jurídico. Em face do exposto e para o fim disposto no artigo 515, inciso II, do Código de Processo Civil, HOMOLOGO a transação firmada entre as partes e julgo extinto o processo com exame do mérito, com fulcro no artigo 487, inciso III, letra b, do Código de Processo Civil, observando-se o estabelecido no artigo 90, § 2º, do Código de Processo Civil. Expeça-se os mandados e ofícios necessários, com as cautelas de Lei. Nos termos do §3º do art. 90 do CPC, ficam as partes dispensadas do pagamento de custas processuais remanescentes. Após o trânsito em julgado, arquive-se. P.R.I.C. São Miguel do Guamá, quinta-feira, 07 de outubro de 2021. Sávio José de Amorim Santos Juiz de Direito

COMARCA DE VIGIA

SECRETARIA DA VARA UNICA DE VIGIA

PROCESSO nº 0003178-34.2019.8.14.0063
AUTOS DE: AÇÃO INDENIZATÓRIA
AUTOR: JOSÉ RODRIGUES DO ROSÁRIO
RÉU: BANCO PAN

Vistos etc.

Em virtude do requerimento de realização de perícia grafotécnica (fls. 155), NOMEIO PERITA GRAFOTÉCNICA, nos termos do art. 465 do CPC/15, a Sra. KAY DIONE CARRILHO BENTES DONIS ROMERO, OAB/PA 7.210, com endereço profissional à Travessa Padre Prudêncio, 706, Campina, CEP 66015-180, e-mail: kayperita@hotmail.com, telefones 9981-3948/3222-2920, a fim de que elabore a perícia retrofalada.

Saliente-se que a Perita em questão encontra-se cadastrada no Sistema de Cadastro de Peritos/Auxiliares da Justiça (CAPJUS).

Expeça-se o necessário para intimação da Expert a fim de que informe nos autos a disposição de realização de perícia, estimando seus honorários em caso positivo.

Os honorários periciais serão custeados na forma do artigo 95 do Código de Processo Civil e sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, os honorários periciais serão pagos mediante solicitação à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Com a designação de data para realização de exame pericial, intime-se pessoalmente o Requerente para que compareça no local e data previamente estipulados pela Perita.

Sem prejuízo, desde já, concedo o prazo comum de 15 (quinze) dias para os litigantes formularem quesitos e indicarem assistentes técnicos (artigo 465, § 1º, CPC).

Ademais, a Perita nomeada deverá concluir o laudo pericial dentro do lapso temporal de 30 (trinta) dias, a ser contado a partir do recebimento dos autos.

Findada a realização da perícia, dê-se vistas as partes, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 477, §1º, do CPC, manifestem-se acerca do laudo pericial, e em seguida remetam-se os autos conclusos.

Intimem-se as partes.

Serve a presente decisão como mandado/ofício.

Cumpra-se.

Vigia de Nazaré/PA, 09 de dezembro de 2020.

Antônio Francisco Gil Barbosa
Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de
Vigia de Nazaré e do Termo de Colares ¿ Estado do Pará

COMARCA DE VISEU

SECRETARIA DA VARA UNICA DE VISEU

DESPACHO (processo nº 0032848-92.2013.8.14.0301)-AÇÃO DE DIVORCIO

REQUERENTE: R.D.S.C.D.S

ADVOGADA: LUCIANA SÁ OAB/PA 20.020

REQUERIDA: M.D.D.B.G.D.S

Intimem-se a procuradora para regularizar sua representação juntando a procuração das partes em 15 dias úteis.

No mesmo ato, ante o pedido de conversão da ação para divórcio de forma consensual, deverá apresentar os termos do acordo detalhados tratando da guarda do filho menor, pensão alimentícia dos filhos, direito de visita, indicação pela senhora M. D. D. B. G. D. S. se desejará manter o nome de casa, etc e o que mais achar pertinente.

Cumprida essa determinação, determino que autos sejam encaminhados ao Ministério Público para manifestação sobre os termos do acordo e, após, venham os autos conclusos para decisão.

Viseu-PA, 28 de Outubro de 2021.

CHARLES CLAUDINO FERNANDES

Juiz de direito